O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME 49.º

1902

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1902

O INSTITUTO

VOLUME 49.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME 49.º

1902

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1902

OTHELLO

COLLABORADORES DO VOLUME 49.º

Adolpho Coelho
Alfonso Hincker
Alice Moderno
Amadeu Silva d'Albuquerque
Antonio Aurelio da Costa Ferreira
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Antonio Machado
Antonio Victor Lemos da Rocha
Bernardino Machado (Dr.)
Cesar da Silva
Custodio Dias Guerreiro
Daniel Rodrigues
Francisco Maria Esteves Pereira
Francisco Maria Paolo Garofalo
Francisco Xavier d'Athaide Oliveira
Heathers
João Antonio Pinto de Rezende
José Joaquim d'Ascensão Valdez
José de Mattos Sobral Cid
Julio Brandão
Julio de Castilho (Visconde de Castilho)
Leite de Vasconcellos
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)
Manuel da Silva Gayo
Marques Braga
Rodolpho Guimarães
Soares Rebello
Sousa Viterbo
Vasco Nogueira Seabra
Victor Ribeiro.

INDICE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NO VOLUME 49.º

A

Actual (O) regimen do ensino secundario, 641.
Allocução do presidente do Instituto no sarau dado em honra dos estudantes da Universidade de Valladolid, pela academia de Coimbra, 189.
Allocução proferida á beira da sepultura do dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho, 385.
Allocução proferida na inauguração da 1.ª exposição de Bellas Artes em Coimbra, 58.
Amor que morre (novella), 692.
Anomalia (Uma) rara, 358.
Apontamentos de mechanica: — Movimento dos projecteis, 21.
—— Duas proposições de cinematica, 289.
—— Propriedades geometricas relativas á deformação de um meio continuo, 741.
Archipelago (O), 208.
Artes industriaes e industrias portuguezas: —Tapeçaria, 361, 418, 485 557, 619, 674.
—— O vidro e o papel, 747.

B

Bacchylides, 442.
Biographia de D. Francisco Gomes do Avelar, arcebispo-bispo do Algarve (um capitulo inedito), 592.
Breves memorias para a historia e descripção de Ois do Bairro no concelho de Anadia, 60, 185, 437, 699, 754.

C

Congresso pedagogico de Coimbra, parecer da parte II caixas economicas escolares, 282, 331.
Cranios portuguêses, 297.

D

Desgosto, 484.
Despêsas (As) do ensino em Portugal no fim do seculo XIX, 449.
Dez annos de sciencia, 413, 611.
Direitos civis dos estrangeiros, 597, 719.

E

Eleição (A) dos procuradores por Lisboa ás côrtes de Almeirim, em 1580 (excerpto de um livro inedito), 217.
Ensaio sobre a psychologia do povo portuguez, 13, 88, 147, 223, 275, 345, 403, 475, 542, 589, 669, 724.
Epistola (ao dr. Hugo Schuchardt), 120.
Escholas (As) normaes do Porto, 152.

H

Historia da beneficencia publica em Portugal, 17, 79, 212, 267, 336, 408, 471, 545.

I

Inventores portuguezes, 37, 101, 166, 237, 303.
Investigações historicas sobre as obras de Pedro Nunes, 31, 97, 732.

J

João Penha, 117.

L

Lei das doze tábuas, 73.
Lendas portuguezas e lendas allemãs, 341.
Livro das obediencias dos geraes, 63, 127, 191, 255, 319, 383, 447, 511, 575, 639, 703, 767.
Longe (Ao), 165.

M

Memorias de Castilho, 42, 105, 171, 243, 309, 368, 425, 488, 561, 626, 678, 758.

N

Notas d'um pae, 1, 65, 129, 193, 257, 321, 387, 464, 534, 577, 705.
Notas relativas á collação e reducção das doações inofficiosas, 9, 83, 137, 201.
Noticia bibliographica do poema provençal de «Santa Fé», 497.

P

Philologia (A) e o caracter popular, 398.
Publicações litterarias: — O brazão da mãe de Carlos o Temerario, por E. A. Stückelberg, 125.

Q

Quaestiunculae, 661.

R

Reforma do ensino secundario, 513.

S

Sobre o indice orbitario dos cranios portuguêses, 229.

T

Traumatismo e organismo, 27, 94, 159, 348, 479, 550, 605.

RELAÇÃO DOS LIVROS OFFERECIDOS AO INSTITUTO

ABC do Povo, com desenhos de Raphael Bordallo Pinheiro, por Trindade Coelho. Lisboa, Livraria Aillaud, 1901.

Abastecimento (O) de leites de Lisboa. Separata do *Archivo Rural,* de 1900, n.os 6, 8, 9, 10 e 12, pelo dr. Hugo Mastbaum. Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1902.

Açôres, pessoas e coisas, por Alice Moderno. Ponta Delgada. Typographia Popular, 1901.

Agricultura colonial. Separata da *Revista portugueza colonial e maritima,* por Julio Henriques. Lisboa, Livraria Férin.

Aguas d'oiro, por J. Marques dos Santos. Coimbra, Francisco França Amado, Editor, 1901.

Aldeia (A) Curtorim (Memoria historica), fasciculo I, por Lubin Peres da Costa. Bastorá, Typographia Rangel, 1902.

Allgemeine Padagogik, pelo dr. Theobald Ziegler. Leipzig, 1901.

Allocução proferida pelo Bispo de Coimbra no dia 10 de novembro de 1901, na inauguração da capella do Bairro Operario, que fundou no alto da Quinta de Santa Cruz. Coimbra, Imprensa Academica, 1901.

Almirante (O) José Baptista d'Andrade—Oração proferida na sessão solemne do Club Militar Naval, de 22 de março de 1902, por Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d'Eça. Lisboa, Typographia da Empreza da Historia de Portugal, 1902.

Anales de la Universidad de Oviedo, año 1, 1901. Oviedo, establecimiento tipográfico de Adolfo Brid, 1902.

Analyse microbiologica das aguas de Coimbra, por Charles Lepierre e Nogueira Lobo. Coimbra, Typographia Auxiliar de Escriptorio, 1902.

Annales du musée Guimet—Histoire du Bouddhisme dans l'Inde, par H. Kern, tome I. Paris, Ernest Lerome, 1901.

Annales du musée Guimet—Le théatre au Japon, par Alexandre Bénazet. Paris, E. Luoux, éditeur, 1901.

Annales du musée Guimet—La vie future d'après le mardéisme. Étude d'eschatologie comparée, par Nathan Söderblom. Paris, Ernest Lerome, 1901.

Annuaire de la législation du travail publié par l'office du travail de Belgique, 4e année, 1900. Bruxelles, Office de publicité J. Lebègne & C.ie, 1901.

Annuaire de la législation du travail publié par l'office du travail de Belgique, 5e année, 1901. Bruxelles, Office de publicité J. Lebègne & C.ie, 1902.

Annual report of the Smithsonian Institution 1899. Washington, Government Printing office, 1901.

Annual report of the Smithsonian Institution 1900. Washington, Government Printing office, 1901.

Annuario da Academia Polytechnica do Porto. Anno lectivo de 1900-1901. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901.

Annuario da Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa em 1900-1901, coordenado por José Antonio Serrano. Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

Aquario (O) Vasco da Gama — Relatorio apresentado a Sua Ex.ª o Ministro da marinha e ultramar sobre o estado d'este estabelecimento e a sua reorganisação, por Armando da Silva. Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Archeologia christã. Descripção historica de todas as egrejas, capellas, oratorios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães, por Albano Bellino. Lisboa, Empreza da *Historia de Portugal,* 1900.

Archivo Bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, n.os 5, 6, 7 e 8. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901.

Archivo (O) Ultramarino, por Gabriel Pereira. Lisboa, Typographia do *Dia,* 1902.

Arithmetica infantil, por João Figueirinhas. Porto, Typographia Universal, 1901.

Atelier (Sur un) de silex taillés et une dent de mammouth, par Louis Lartet. Toulouse, Typ. Bonnal et Gibrac, 1875.

Atravez da Europa e da Africa. (Viagens), por Oscar Leal. Lisboa, Imprensa Lucas, 1901.

Aventurier (Un) a Siam au dix-septième siècle, par Auguste Meulemans. Paris, Librarie de la *Revue diplomatique,* 1897.

Bosnie-Herzégovine (à travers les Balkans), par Auguste Meulemans. Paris, *Revue diplomatique,* 1900.

Brasilianische (Das) Geldwesen. I. Theil. Die münzen der Colonie Brasilien, 1645 bis 1822, por Julius Meili. Druk des Polygraphischen Institutes A. G. Zürich, 1897.

Bulletin des campagnes scientifiques accomplies sur le Yacht Amelia. Volume I — Rapport préliminaire sur les campagnes de 1896 à 1900. Fascicule I, introduction, campagne de 1896, par D. Carlos de Bragança. Lisbonne, Imprimerie National, 1902.

Canção do berço, por Joaquim d'Araujo, 1 folheto. Editor J. de Menezes. Hayward, California, 1897.

Carta e offerta á direcção benemerita da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães), por Pereira Caldas. Braga, 1901.

Caso (O) Josepha Greno pelos peritos do processo (O conselho medico-legal de Lisboa). Lisboa, Typographia Adolpho de Mendonça, 1902.

Censo da população do Estado da India no 1.º de dezembro de 1900. Volume II — Concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1902.

Censo da população do Estado da India no 1.º de dezembro de 1900. Vol. IV. *Concelhos de Damão, Nagar-Avely e Diu.* Nova Goa, Imprensa Nacional, 1902.

Centro Commercial do Rio de Janeiro. Relatorio dos actos da terceira direcção desde 17 de julho de 1900 a 17 de julho de 1901. Porto, Officina do *Commercio do Porto,* 1901.

Chefs d'Etat, ministres et diplomates. Esquisses et portraits, 2.e série, par Auguste Meulemans. Paris, Aux Bureaux de la *Revue diplomatique,* 1893.

Cinquantenaire scientifique de M. Berthelot, 24 novembre 1901 (1851-1901). Paris, Gauthier-Villars, Imprimeur-Libraire, 1902.
Colonies portugaises. Ile de San-Thomé, avec cartes, por Almada Negreiros. Paris, Augustin Challamel, Editeur, 1901.
Communicações da direcção dos serviços geologicos de Portugal. Tomo IV (com cinco estampas). Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900-1901.
Congrès scientifique de France, XXXIIIe *session,* tome I, 1867, tome II, 1868. Aix, Typographie Remondet Aubien, 1868.
Constantinische (Der) Patriciat. Ein Beitrag zur Geschichte der späteren Kaiserzeit, pelo dr. E. A. Stuckelberg. Basel und Gent-H. Georg's Verlag, 1891.
Contos, (Os) apólogos e fábulas da India: influencia indirecta no *Auto da Mofina Méndez* de Gil Vicente, por G. de Vasconcellos-Abreu. Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.
Contos para contar (Jetons portuguezes). I. *Collecção de Julio Meili,* com um preambulo, por J. Leite de Vasconcellos. Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.

Defesa contra o impaludismo nos climas quentes, por Adolpho Sarmento. Lisboa, Livraria Férin, 1902.
Développement historique et théorie de l'exécution testamentaire. Thèse pour le doctorat, par Louis Dulac. Toulouse, Imp. Saint-Cyprien, 1899.
Discours prononcé à Seissan, le 30 janvier 1871 sur la tombe d'Édouard Lartet, par M. A. Batbie. Paris, C. Reinwald et Ce, 1872.
Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia en la recepción pública, por Don Rafael Torres Campos. Madrid, Imprenta del depósito de la guerra, 1901.
Dispositions (Des) gratuites d'usufruit en droit français. Thèse pour le doctorat, par M. Joseph Bressolles, avocat. Toulouse, Édouard Privat, 1876.
Distribuição (Sobre a) das cobras do genero «Naia» em Africa. Extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes,* 2.ª série, por J. Bettencourt Ferreira. Lisboa.
Divino (O) Garrett, por Domingos de Castro. Vizeu, Typographia d'*A Folha,* 1902.

Educación común en la capital, provincias y territorios nacionales, año 1901. Informe apresentado al ministerio de instrucción pública, pelo dr. José Maria Gutierrez. Buenos Ayres, Imprensa de Martino y Vallet. Florida, 463, 1902.
Egreja (A) e a questão social, por M. L. Coelho da Silva. Porto, Typographia Catholica do Editor José Fructuoso da Fonseca, 1901.
Elemento (O) portuguez no Brazil (Conferencia), por Sylvio Romero. Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.
Elementos para a historia do municipio de Lisboa. Tomo XI, por Eduardo Freire de Oliveira. Lisboa, Typographia Universal, 1901.
Elementos para a historia do municipio de Lisboa. Tomo XII, por Eduardo Freire d'Oliveira. Lisboa, Typographia Universal, 1901.
Ementas historicas — II. *Gil Vicente,* por J. J. de Brito Rebello. Lisboa, Empreza do *Occidente,* 1902.
Ensino (O) colonial e o congresso de Lisboa. Conferencia realisada em 28

de dezembro de 1901 no Real Instituto de Lisboa, por Antonio Cabreira. Lisboa, Typographia Gutemberg, 1902.

Esboço biographico de Antonio Luiz Ferreira Girão, por Julio Ferreira Girão. Porto, Typographia Progresso, 1902.

Esquadrilha do Zambeze. Relatorio sobre serviço de saude naval, por Adolpho de Mello de Moraes Sarmento. Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Evolução (A) da arte e a tradição dos povos, por Rozendo Carvalheira. Lisboa, Livraria Férin, 1899.

Évolution de la théorie de la chose jugée à Rome. Thèse pour le doctorat, por Paul Thomas. Toulouse, Impr. Saint-Cyprien, 1898.

Exposição bibliographica no bi-centenario do padre Antonio Vieira em 1897. Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

Força (A) do direito (Questões confrariaes), por Joaquim Filippe Nery Soares Rebello. Margão, Typographia das *Noticias*, 1899.

Formation (Sur une) particulière de grès rouges en Afrique et en Asie, à propos de la valeur du caractère lithologique en stratigraphie, par Louis Lartet. Paris, Édouard Blot, 1868.

Geschichte der Reliquien in der Schweir, por E. A. Stuckelberg. Zürich, 1902.

Grammatica da lingua italiana, por Emilio Augusto Vecchi. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1901.

Gravures inédites de l'âge du renne, paraissant représenter le mammouth et le glouton, par Louis Lartet. Toulouse, Typ. Bonnal et Gibrac.

Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do homem, por Manuel Vieira Natividade. Porto, Imprensa Moderna, 1901.

Guia do museu municipal do Porto. Porto, Typographia Central, 1902.

«Hemidactylus» (Sobre um) novo da ilha de Anno Bom. Extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes,* 2.ª série, por J. Bettencourt Ferreira. Lisboa, 1897.

Hospitaes extrangeiros de construcção moderna allemães, belgas, suissos, italianos e hespanhoes, por A. A. da Costa Simões. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901.

Indice remissivo do Boletim official da provincia de Cabo Verde em 1896 a 1900. Cabo Verde, Imprensa Nacional, 1901.

In illo tempore — estudantes, lentes e futricas, por Trindade Coelho. Lisboa, Aillaud & C.ie, 1902.

Intorno Sibari e Turio, por Pasquale Garofalo, Duca di Bonito. Napoli, Stab. Tipog. Ferrante, Paggeria, 1 a 3.

Introducção ao problema do trabalho nacional. III, por Basilio Telles. Porto, Livraria Chardron, 1902.

Inverno (Um) na Madeira, por John A. Dix. Traducção de J. de Menezes. Empresa Editora do Arauto, Hayward, California, 1896.

João (A) de Deus, por Joaquim d'Araujo, 1 folheto. Editor J. de Menezes. Hayward, California, 1897.

José Ernesto Dias da Silva, secretario perpetuo da Real Sociedade Nacional de Horticultura de Portugal. Separata da biographia publicada no n.º 3 (julho) d'este anno do *Boletim* da mesma Real Sociedade, por Cesar da Silva. Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Lagar de mouros (Amarante). Extracto do tomo I, fasc. 3 de *Portugalia*, por José Fortes. Porto, Imprensa Moderna, 1901.

Leis (As) de imprensa, por A. Xavier da Silva Pereira. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901.

Lições de pharmacologia e therapeutica geraes, por Eduardo Augusto Motta. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1901.

Lições de physica da IV, V, VI e VII classe, em 2 volumes, por Francisco Ribeiro Nobre. Porto, Typographia de José da Silva Mendonça, 1901.

Liga nacional contra a tuberculose. «*Guerra á tuberculose!*» vol. I, n.º 2, abril de 1902. Lisboa, Typographia rua do Corpo Santo.

Lista dos reptis e amphibios que fazem parte da ultima remessa de J. d'Anchieta (1897). Extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes,* 2.ª série, por J. Bettencourt Ferreira. Lisboa, 1898.

Livret de l'Université de Toulouse, 1900. Toulouse, Imp. et Librairie Édouard Privat.

Longobardische Plastik, por E. A. Stuckelberg. Zürich-Druck & Verlag Ed. Leemann, 1896.

Memoria correspondiente al año 1900 presentada á la dirección general de instrucción pública, pelo dr. Abel J. Perez. Montevideo, Imp. *El Siglo Ilustrado* de Turenne, Vozzi y C.ª, 1901.

Memorias d'uma creança, por M.me Michelet. Traducção de J. de Menezes. Empresa Editora do Arauto, Hayward, California, 1896.

Meus (Os) amores (Contos e balladas), por Trindade Coelho. Paris-Lisboa, Livraria Aillaud & C.ª, 1901.

Missas negras, por I. Xavier de Carvalho. Manaus, Livraria Universal de M. Silva & C.ª, 1902.

Missions et exploration portugaises. L'œuvre civilisatrice du Portugal depuis le XV jusqu'au XIX siècle, par Augusto Ribeiro.

Monténégro, (Le) par Auguste Meulemans. Paris, Bureaux de la *Revue diplomatique,* 1897.

Monumentos nacionaes. II—*Questionarios—O ultimo decreto—Restaurar e conservar—Classificação—Legislação estrangeira—Museus de antiguidades,* por Gabriel Pereira. Lisboa, Typographia do *Dia,* 1902.

Moteurs (Les) électriques dans les industries à domicile. Rapport présenté à M. le Ministre de l'Industrie et du Travail. Bruxelles, Imprimerie Hayez, 1902.

Myosotis, versos, por Oliveira Passos. Porto, Typographia Pereira & Cunha, 1893.

Necessidade (Da) de regular as abalroações e da assistencia obrigatoria no caso de abalroação e sua coacção, por Antonio Amaro Conde. Lisboa, Typographia da Livraria Férin, 1901.

Negociações para o convenio sobre a divida externa portugueza. Discurso proferido na Camara dos senhores Deputados na sessão de 20 de março

de 1901, por M. d'Espregueira. Lisboa, Typographia da Empreza da *Historia de Portugal,* 1902.

Noções de cosmographia elementar, 2.ª edição, por Adriano Augusto de Pina Vidal. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1901.

Notas d'um pae. As creanças, por Bernardino Machado. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901.

Noticia dos Ex-Libris Portuguezes, por M. A. Ferreira da Silva. Lisboa, A Liberal. Officina typographica, 1902.

Numismatische Sammlung-Portugiesische Münzen. Varietäte und einige unedirte Stücke, por Julius Meili, 1890.

Observations sur l'âge des Faluns de l'Armagnac, par Louis Lartet.

Orçamento da receita e tabellas da despeza ordinaria e extraordinaria do Estado da India no exercicio de 1901-1902. Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1901.

Orçamento da receita e tabellas da despeza ordinaria e extraordinaria do Estado da India no exercicio de 1902–1903. Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1902.

Orçamento ordinario da receita e despesa da Camara Municipal do concelho de Coimbra relativo ao anno de 1902. Coimbra, Typographia Minerva Central, 1902.

Orçamentos da receita e tabellas da despeza ordinaria e extraordinaria da provincia de Cabo-Verde no exercicio de 1901-1902. Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Ortografia (La) brazional, por Kárlos Kabezon. Killota, 1902.

Palavras proferidas pelo bispo de Coimbra na festa de caridade das Pedras Salgadas no dia 14 de julho de 1901, e publicadas no Diario da Tarde, do Porto, que publicou a descripção da mesma festa. Coimbra, Imprensa Academica, 1901.

Palavras sãs—I. *Entre a multidão,* por João de Barros. Coimbra, Typographia França Amado, 1902.

Parecer e conclusões sobre a reforma da Faculdade de Direito (comprehendida na Reforma da Universidade) apresentada ao Parlamento na sessão de 15 de abril de 1901.—Lido na conferencia de 29 de maio do mesmo anno pelo socio effectivo Antonio Amaro Conde. Lisboa, Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1901.

Partilha (A) da Africa, conferencia realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa, em 2 de março de 1896, pelo Conde de Penha Garcia. Lisboa, Typographia Industrial Portugueza, 1901.

Pedro de Andrade Caminha. Extrait de la *Revue hispanique,* tome VIII, par Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Paris, 1901.

Pedro de Andrade Caminha, por Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Paris, Macon, Protat Frères, Imprimeurs, 1901.

Periodo de sombras. Parodia á sombra do sineiro, por Firmino de Vilhena. Aveiro, Officina typographica do *Campeão das Provincias,* 1902.

Petit guide illustré au muséum Guimet, par L. de Miloné. Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1900.

Poesia e ethnographia (a proposito do *Allivio de tristes* do sr. Correia d'Oliveira), pelo dr. J. Leite de Vasconcellos. Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1902.

Portugal e Brazil. Oração pronunciada na sessão solemne de 5 de maio de 1900, na Sociedade de Geographia de Lisboa, em comme-

moração do quarto centenario do descobrimento do Brazil, por Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d'Eça. Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Portugalia, tomo I, fasc. 3.º Materiaes para o estudo do povo portuguez. Porto, Imprensa Moderna, 1901.

Primera reunión del Congreso científico latino americano, por iniciativa de la Sociedad Científica Argentina. Trabajos de la 3.ª sección (ciencias médicas). Buenos-Aires, Compañia Sud-Americana de Billetes de Banco, 1898.

Prisões, finanças e registo criminal, por Abilio Adriano de Sá. Porto, Typographia a vapor de Arthur José de Sousa & Irmão, 1901.

Problemas da vida. Ensaios criticos de biologia geral, por Alfredo de Magalhães. Porto, Typographia Universal, 1902.

Pro Justitia, por José Joaquim Fragoso. Nova Goa, Typographia da casa Luso-Franceza, 1902.

Prof. Dr. Theodor Vetter—68—Jahresbericht der Museumszesellschaft Zürich, 1901. Zürich-Druck von Fritz Amberger vorm. David Bürkli, 1902

Projecto (O) do regimen bancario ultramarino. Discurso proferido na Camara dos senhores Deputados na sessão de 18 de março de 1901, por Rodrigo Affonso Pequito. Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Pro memoria. Visita de Suas Majestades El-Rei o Senhor D. Carlos I e Rainha a Senhora D. Amelia á Ilha Terceira (1 a 4 de julho de 1901), por Augusto Ribeiro. Lisboa, A Liberal. Officina typographica, 1901.

Proposito (A) da falsificação dos alimentos, por J. A. de Sousa Vieira. Porto, Typographia Central, 1902.

Pseudo-hermaphrodisme et erreur de personne. Thèse pour le doctorat en médecine, par Petre Catcheff. Toulouse, Impr. Saint-Cyprien, 1901.

Publicações scientificas de J. V. Barbosa du Bocage (1857-1901). Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1901.

Questão (A) do ensino da lingua ingleza nos lyceus, por uma commissão de estudantes do Lyceu central de Lisboa. Lisboa, Typographia Francisco Manuel Pereira, 1902.

Questão (A) do Gerez nos tribunaes, 5.ª parte. Porto, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1902.

Questões usuaes de direito civil e direito commercial, vol. II, pelo dr. Eduardo Alves de Sá. Lisboa, Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1902.

Rapports annuels de l'inspection du travail, 6.me année (1900). Bruxelles, Imprimerie A. Lesigne, 1901.

Registo (O) dos nado-mortos, estudo demographico e de legislação sanitaria, por Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão. Portalegre, Typographia Minerva Central, 1902.

Rei-milhão. (O) Comedia-drama em 2 actos, por Soares Rebello. Margão, Typographia das *Noticias*, 1900.

Relação (A) de Lisboa na sua origem e evolução. Apontamentos para o estudo d'esse tribunal, por A. A. Magalhães e Silva. Lisboa, Imprensa Africana, 1902.

Relance de vista sobre a questão dos vinhos portuguezes no Brazil em 1900-1901, por A. J. Ferreira da Silva. Lisboa, Typographia E. Nunes & Filhos, 1901.

Relatorio da direcção da Associação commercial do Porto no anno de 1901. Porto, Officinas do *Commercio do Porto*, 1902.

Relatorio de 1901 da Associação de soccorros mutuos de empregados no commercio de Lisboa. Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1902.

Relatorio dos trabalhos do Real Instituto de Lisboa no anno de 1900-1901, por Antonio Cabreira. Lisboa, Typographia Gutemberg, 1901.

Relatorio e contas da Associação de soccorros mutuos da Imprensa da Universidade. Gerencia de 1901. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902.

Relatorio e contas da Associação humanitaria dos bombeiros voluntarios da Figueira da Foz, relativos ao anno de 1901 e parecer do conselho fiscal. Figueira, Imprensa Lusitana, 1902.

Relatorio e contas da 13.ª direcção da Real Associação dos proprietarios do Porto, apresentado pelo 1.º secretario dr. João Duarte da Costa Rangel. Gerencia de 1901. Porto, Typographia a vapor de José da Silva Mendonça, 1902.

Relatorio e contas da direcção da Associação academica, 1900-1901. Coimbra, Typographia França Amado, 1902.

Relatorio e contas da direcção da Associação commercial de Coimbra em 1900. Coimbra, Typographia de M. Reis Gomes, 1901.

Relatorio e contas da direcção da Liga das Associações de soccorros mutuos de Coimbra, 1900. Coimbra, Typographia Minerva Central, 1901.

Relatorio e contas da direcção e parecer do conselho fiscal da Academia de Estudos Livres. Gerencia de 1901. Lisboa, Imprensa Commercial, 1902.

Relatorio sobre as contas da gerencia municipal de Coimbra no anno de 1900, apresentadas á Camara Municipal em sessão de 28 de fevereiro de 1901 pelo seu presidente Manuel Dias da Silva. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901.

Remarques sur la «Vipère Commune». Extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*, 2.ª série, n.º XI, por J. Bettencourt Ferreira. Lisboa, 1893.

Report of the Commissioner of Education for Year 1899–1900, vol. II. Washington, Government Printing office, 1901.

Representação dirigida á camara dos srs. deputados sobre a proposta de lei que reorganiza o ensino pharmaceutico. Lisboa, Typographia Minerva Central, 1902.

Reptis de Timôr no Museu de Lisboa. Extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*, 2.ª série, por J. Bettencourt Ferreira. Lisboa, 1898.

Reptis e Batrachios do norte de Portugal e Hespanha. Extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*, 2.ª série, por J. Bettencourt Ferreira. Lisboa, 1895.

Sépulture (Une) des anciens troglodytes des Pyrénées, par Louis Lartet et Chaplain Duparc. Paris, G. Masson, Éditeur, 1874.

Sobre alguns reptis ultimamente enviados á secção zoologica do Museu de Lisboa. Extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*, 2.ª série, por J. Bettencourt Ferreira. Lisboa, 1897.

Studi di geografia greca. Intorno alla Penisola Iberica. Extracto do *Instituto*, per Francesco P. Garofalo. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901.

Terra di Esilio, traduzione dal portoghese di Antonino Mari, con una

lettera di Teofilo Braga, por Severo Portella. Messina, Tip. del *Secolo*, 1901.

Terrain (Sur le) carbonifère des Pyrénées centrales, par Louis Lartet. Paris, Imp. de la Académie des Sciences.

Theorema (Um) sobre a área dos polygonos regulares, por Antonio Cabreira. Lisboa, Typographia Gutemberg, 1901.

Thronfolge (Die) von Augustus bis Constantin — Genealogische Studien zur Geschichte der Römischen Kaiserzeit, por E. A. Stuckelberg. Wien-Verlag de Heraldischen Gesellschaft «Adler». Druck von Carl Gerold's Schu, 1897.

Tratado de chimica elementar, 2.ª edição, por Francisco Ribeiro Nobre. Porto, Typographia de José da Silva Mendonça, 1901.

Tratado elementar de chronometria, por Augusto Ramos da Costa. Lisboa, M. Gomes, Editor, 1902.

Tuberculose (A) no concelho de Portalegre. Notas demographicas, por F. A. Rodrigues de Gusmão. Lisboa, Typographia do *Dia*, 1901.

Ultima (L') cena di Nerone, a Yolanda-Omaggio, por Duca di Bonito, Garofalo. Napoli, Tip. Francesco Velardi, 1901.

Vie et travaux de Aléxandre Leymerie, par Louis Lartet. Paris, 1880.

Vinhos (Os) portuguezes genuinos condemnados como falsificados, por A. J. Ferreira da Silva. Porto, Officinas do *Commercio do Porto*, 1902.

Viva o tio regedor! comedia original em 1 acto, por Antonio José dos Martyres e Sousa. Nova Goa, Typographia da casa Luso-Franceza, 1902.

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

ENCARREGADA DE SUPERINTENDER NA PUBLICAÇÃO DESTE VOLUME

Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Ferreira Marnoco e Sousa, secretario
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do vol. 48.º, pag. 878)

A arte precede a industria. As campanhas mais utilitarias, é preciso quasi sempre começá-las com ostentação; e muitos mesmo só por ostentação é que a principio as fazem. Como o aldeão que traz na ponta do varapau os seus sapatos. Congressos solemnes, festivaes e bailes de caridade em favor dos tuberculosos; e defronte caem successivamente, victimas da terrivel molestia, filho, mãe e pae, dentro d'um infecto covil sem luz e sem ar. Quando é que esses senhores e essas senhoras, aliás tão bem intencionados, calçarão os seus sapatos, isto é, darão dois passos para ir ver a miseria e acudir-lhe?

Ha pessôas com quem é indispensavel cortar relações; senão infamam-nos com a sua intimidade. E' frequente ouvir-se a uma d'essas: «Sou muito amigo de Fulano, mas por isso mesmo sou o primeiro a reconhecer que está quasi toda a gente enganada com elle: Elle não é para isso. A verdade acima de tudo.» Quem não ha de acreditá-la? Um amigo! E assim vai conquistando fóros de inquebrantavel austeridade.

Progresso religioso da Gigi. Ainda acredita em papões, que lhe meteram na cabeça para a levarem pelo susto. Mas já não se receia d'elles. Uma creada diz-lhe: Mas, se o papão lhe apparecesse, que fazia? «Cruzes, Nosso Senhor!»

A duplicidade de muitos dos nossos funccionarios, que, desde que dentro da sua repartição tenham todas as deferencias para com os superiores, julgam-se livres para fóra os insultarem! Mas como é que os superiores podem satisfazer-se com attenções que encobrem um espirito de desconsideração? Eu na

imprensa ou no club já não sou funccionario, protestam alguns. Estão enganados; são-no logo em toda a parte para darem o exemplo da urbanidade; e depois, se a ninguem é licito faltar ao respeito devido d'homem para homem, é indigno tê-lo só por submissão.

Um membro d'uma corporação escreveu uma furiosa dissertação, accumulando argumentos para demonstrar que um seu collega é uma bêsta. Pois, se a demonstração fôr convincente, fica elle sendo o collega d'uma bêsta. O descredito d'uma corporação repercute sempre em todos os seus membros.

A ignorancia, o erro, entenebrece, desvaira, e, por isso mesmo, divide, separa. Ao contrario, a luz da verdade, a instrucção, é um centro de attracção e, por isso mesmo, de reunião.

O povo, para quem a leitura não passa ainda d'um desenfado, imagina que o trabalho cerebral é sempre um divertimento e está longe de lhe ligar a justa importancia. Como a sua vida lhe não deixa fazer grandes esforços mentaes, ignora as torturas que elles custam tanta vez e não mede bem quantos foi necessario accumular para lhe facilitar e valorizar, com a machina, com o caminho de ferro e com o telegrapho, o seu trabalho braçal. A amputação intellectual a que o condemnam, é uma causa de dissociação moral.

Os maus, mesmo sem querer, arremessam os filhos para a depravação, levando-os a preferir a companhia dos dissolutos, entre quem menos terão de córar dos seus. Raros são infelizmente os novos que se sentem de fôrça a offuscar a mancha hereditaria com o brilho das suas virtudes.

Não é sem algum motivo que muitos receiam que a mulher, sahindo da atmosphera recatada e tepida do lar domestico para os desabrimentos da vida social, perca muito da sua donosa cordialidade, que é propriamente o que constitue a sua feminilidade. Pagaria bem caro a sua maior independencia. E não só soffreria ella; soffreria com ella o homem, porque já não encontraria refugio para as suas dôres. A terra tornar-se-hia ainda mais arida e triste, desde que nella a fé, a esperança e a caridade, ainda hoje personificadas ingenuamente na dôce figura da mulher, só pudessem mostrar-se em botão, nos rapidos dias da quadra infantil. Mas já ahi têem o exemplo da mu-

lher do campo, que, por se associar á faina do marido, não perde nenhuma das suas graças. E' que essa vida é ainda simples? Mas do homem depende tornar-se a vida social tão caroavel, que a mulher a possa tambem viver; e não se ha de negar á mulher o direito de cooperar com todos os attractivos do seu bom genio, ainda que seja ás vezes mesmo á custa da propria candura, para esse melhoramento. Innocencia não vale bondade.

A Zirinha ia subindo pela escada, e já estava no segundo degrau, quando o Dino, que foi dar com ella nessa ascenção perigosa, a arrancou para baixo. Oh, que fizeste! Ella deitou-se no chão a chorar, perneando, batendo com os pésinhos! Pudera! Tinham-lhe interrompido a sua façanha.

Acho que os rapazes chegam muito cedo á formatura. Formados aos 20 annos alguns! A verdade é que estão ainda muito longe d'isso; sobretudo moralmente, socialmente. São ainda na maior parte umas creanças. Mas as familias é que não pensam assim; o seu sonho doirado é vê-los doutores. Se pudessem, faziam como o Dino, este extremoso irmão, que poz uma capa aos hombros da pequenina Zirinha e meteu-lhe uma pasta debaixo dos braços, e depois entrou-me com ella no meu escriptorio: «Papá, um quintanista!» E como ella se remirava de envaidecida! Pena é não falar ainda, para me dizer tudo o que sabe. Uma prenda tem: encanta, enternece. Assim a tivessem todos os seus collegas! Muitos são tão seccos!

A Gigi, ainda de madrugada, grita na cama: «Mamã, tenho fome!» Mas nisto ouve a chilreada que vai lá por fóra, e a fome passa-lhe. «Os passarinhos!» exclama já dôcemente.

O que a Gigi me dá apontando para uma construcção que acabava de fazer: «Querem ver a casa do papá? Olhe a sua casa, papá, tem terraço, jardim....»

«Papá, olhe a Zirinha!» diz-me o Domingos, suffocado de riso. Hi! que vejo! A Zirinha, toda enlambuzada de mel, ainda com a colhér pendente do queixo, a concha collada á bôca. Ai como está! exclamo. E ella, no seu communicativo arroubamento, mais se chega para mim, a mostrar-me o que eu ainda não vira bem, as suas mãosinhas, horror!

*

A moral não é uma sciencia, uma arte ou uma industria nova. E' a mais alta generalização de todas as sciencias, artes e industrias, a sua humanização, a sua universalização. Assim como a philosophia concentra em si todas as sciencias, a arte todas as artes e a industria todos os misteres, assim na moral se concentram philosophia, arte e industria. A moral scientifica, philosophica, é a politica, a moral artistica é a religião, e a moral industrial é a economia.

Desapiedados governantes, que, depois da fallencia de 1892, ainda reincidiram nas dissipações, que são a miseria e a deshonra da nação!

O Domingos, enriquecendo o diccionario: «Papá, olhe a *cameleira,* que lindos botões que tem!» O nome de camelia passou da planta para a flôr; e falta-nos realmente um termo para exprimir a planta, a não se lhe chamar, como no Porto, japoneira, o que é do mais injusto desdem por tão admiraveis flôres.

O desconcerto nervoso e mental é epidemico. Nos homens publicos do nosso paiz póde ver-se o contagio do desequilibrio do seu chefe. A proposito de tudo, e contra todas as ponderações de justiça, um governador civil, por exemplo, invocará fanaticamente, cegamente, como a um Molok inexoravel, a deusa politica: «Não posso, estou comprometido politicamente.» Ai! cruel deusa do mal! E riem-se dos beatos! E são capazes de mandar autoar os feiticeiros! A politica em Portugal é um regimen de obscurantismo e de superstição.

Dino, lembrando-se do verão passado com a avó: «Havia muitas flôres no jardim. E uma roseira tão linda! Era grande, grande! Quando os botões arrebentavam, cada ramo ficava um arco de rosas.»

Tiram os logares aos honestos e depois ainda os malsinam: «Em Portugal quem faz alguma coisa, são os que se chamam deshonestos; os outros criticam apenas.» Pudera!

Por isso eu repito aos bons: Nada de cargos de confiança, que é cúmplicidade; mas não se afastem dos negocios publicos. Não é só nos postos officiaes que se trabalha pela sociedade.

Os nossos governantes vão nomeando para os empregos publicos gente indigna, e depois queixam-se de que não têem collaboração, ou, ainda peor, desculpam-se, quando elevam até aos mais altos ministerios pessôas mal reputadas, dizendo que não tinham onde escolher melhor. Escolhessem bem, logo para os postos mais subalternos!

Ha pessôas, que se vê logo, ouvindo-as, como fazem tudo, despegadamente, sacudidamente, assim como falam. Não ligam e não ordenam nem as palavras nem os actos.

A grandeza material é a que dá mais nas vistas das gentes simples. Pois, pelas violencias a que de ordinario propende, é a que mais depressa póde cahir em ruina.

A situação precaria, a dependencia, em que a classe dirigente está: é a mulher do povo que a amamenta.

Linguagem dos arredores de Coimbra. «Aquillo é que é minante para toda caça do ar.» «O cão dá sentimento a tudo.»

Na paz como na guerra a victoria pertence ao valor, e o valor não é outro senão valor moral.

As difficuldades da vida tornam o proletario inaccessivel aos gósos da liberdade.

Tantos homens de incontestavel merito na nossa politica! Que lhes falta? a coragem de se não misturarem e confundirem com os corruptos. D'essa camaradagem vem a inutilização dos seus melhores esforços.

Não é, pondo-se uma pessôa todo o tempo deante dos livros, sem ver nada nem a ninguem, que póde chegar a ter prestimo. Para o alcançar é indispensavel viver, conviver, ter as salutares sensações da existencia e sobretudo as grandes commoções sociaes, sentir e sobretudo amar.

Pena de prisão. A Zirinha mexe em todas as brincadeiras das irmãs, produzindo enorme perturbação social. E' uma revolução. Mexe, remexe, puxa por ellas, quer espatifá-las e pode deixá-las cahir ao chão e quebrar-se. Não ha quem a contenha. Até a Rita invoca o auxilio celeste: «Que menina,

meu Deus!» Por isso, não ha remedio! trazem-na para dentro do meu gabinete, fechando-lhe bem o trinco para que ella não vá escapar-se. E ouve-se a Gigi no quarto das brincadeiras «Fechem a porta, fechem a porta!» como quem receia ainda que ella possa evadir-se com a minha cumplicidade ou pelo menos beneficiando do meu indulto e lá reapparecer de repente. Não! eu só faço por lhe tornar a prisão instructiva e de bom conselho; mas o peor é que nada a consola da clausura, nem o meu canto, nem mesmo o meu assobio, de que ella gosta tanto. Atira-se de pés e mãos ás pancadas á porta, alvorota toda a casa, e, quando o Domingos vem de carcereiro com ares de admoestação, é uma lucta para elle a aferrolhar de novo. Tambem os irmãos, perdoando-lhe, logo a restituem á liberdade; e lá chegam de certo com ella a uma transacção, porque volta a reinar a ordem. Como? pelo amor fraternal, pela captivante bondade e paciencia dos maiores. Muito tem que apprender com as creanças a rigorosa justiça dos nossos tribunaes e penitenciarias.

Evidentemente a politica ainda não tem entre nós uma base moral. Como póde, por exemplo, ser republicano ou monarchico um homem cujos amigos intimos são, pelo contrario, monarchicos ou republicanos, e que no seu officio está associado tambem a monarchicos ou republicanos? Pois a politica não é a expansão moral da vida domestica e profissional? Pois os principios do governo não são essencialmente os mesmos para a vida de familia, e para a vida de classe, que para a vida publica? Com quem quererão fazer politica e governar? Com quem lhes não merece a amizade e confiança? Com aquelles com quem nunca tiveram que tratar nada? Que liga! Reunidos na praça publica; espalhados, divididos pelas officinas e pelos casaes.

Não chamemos imprudentemente para o nosso convivio aquelles que apregoam comnosco o mesmo ideal, sem primeiro verificarmos se são homens de bem; mas não nos lancemos tambem, por amor aos nossos negocios particulares, nos braços dos adversarios politicos. Sejamos tolerantes com todas as opiniões, estendamos a mão a todos os crentes sinceros; mas prefiramos para as nossas relações, a despeito de quaesquer interesses, os bons que communguem comnosco no mesmo credo. Só assim cada partido logrará cimentar-se solidamente para os seus patrioticos certamens.

E, se algum de nós, á falta de correligionarios ou em meio

de todos os que se pretendem taes, se sentir só com o seu ideal politico? Proclame-o, unicamente; por ahi se começa, e antes só do que mal acompanhado. O periodo organico tem de vir depois do periodo da propaganda; e não se finja confiar num partido, que ainda, em verdade, não existe, porque isso só serve para elle se desacreditar logo á nascença.

A quantos convites accedemos com repugnancia, só para que não vão fazê-los a outrem e as considerações não mudem de endereço! A avó offerece marmelada á Zirinha, que a prova e deixa cahir no chão o ladrilho, careteando. Chega a Gigi: a avó offerece-lh'a tambem e ella come e lambe os beiços. Vai depois a avó para dar mais á Gigi, logo a Zirinha lhe puxa pela manga e já reclama para si, sentida de que ella deixasse de lhe offerecer egualmente outra vez. Dissabe-lhe a marmelada, mas ainda mais lhe dissabe ser menos do que a irmã.

Contava-me o Dino: «Para tirar o leite á cabra, a Rita chega-lhe de comer, a Maria e eu pegamos-lhe pelas pontas, e a Esther muge-a. Mesmo assim, ás vezes ella puxa com tanta fôrça para traz, que atira com todos ao chão.» E o Domingos que faz? perguntei. «Segura o cabrito ao collo para elle não mammar.» E a Gigi? «Tem medo.» Como se fôsse preciso tambem haver quem desempenhasse essa parte para ser completa a scena. Faltou só dizer que de longe, em gritinhos, palmeando e tripudiando, assiste a tudo a Zirinha.

A gente nova, na sua sofreguidão das modernidades, lê quanto se publica e nada do que está já publicado. O ensino litterario ainda attenua esta parcialidade; mas o ensino scientifico deixa os seus discipulos afastarem-se do estudo e portanto do respeito dos grandes mestres. Era preciso, pelo menos, fazer tambem das obras d'elles uns logares selectos.

O nosso povo vaticina ás creanças de espirito superior á sua edade que ellas não podem durar. Os hespanhoes exprimem a mesma inquietação, quando declaram que não gostam de ver bons principios aos filhos. E os francêses tambem desconfiam dos *enfants prodiges*. A estes sentimentos empiricos deu razão um dos grandes Saint Hilaires, demonstrando que o crescimento encephalico se faz a um tempo em massa e em estructura, e que, quando um se desmede, é á custa do outro.

Por isso os professores que obrigam a cabeça e o coração

das creanças a uma prematura complicação desproporcionada, sugam-lhes as fôrças. Durante a adolescencia, todo o cuidado é pouco para não exaggerar os estudos; e, quando o crescimento é maior, reduzam-se logo.

Algumas pessôas altamente collocadas julgam-se tanto com direito a tudo, que não escrupulizam em acceitar as homenagens que lhes rendem, não se lhes dando de saber se porventura ellas não representarão verdadeiras extorsões. Pois é á sombra d'essas que tantos as praticam largamente em proveito proprio.

O prazer do banho. Ahi vem de tomar o seu a Zirinha, tic, tic, tic, com os anneis dos seus cabellinhos ainda humidos e as bochechas muito mais rechonchudas e rubicundas, toda alegre, effusivamente, a bôca aberta num largo sorriso como uma rosa silvestre com dois pontinhos brancos no centro.

Que os bons não caiam nunca em sorrir da virtude! E' o processo de que os corruptos mais artistas usam para lhes tirar depois a coragem de a defenderem. Riram-se d'ella? estão já corrompidos.

São os que nunca fazem nada e por isso não sabem as difficuldades de nada, os que não desculpam nada.

Minho. Principio de dezembro. Abaixo da verdura dos pinheiraes, tudo se doira: os renques de carvalhos, alternando os ramos amarellos com os verdes; aqui e ali, um castanheiro, já todo tinto d'uma côr de bronze; as altas medas de palha sêcca de milho; os fetos d'um tom mais queimado; e o tojo, que junta a estas cambiantes o brilho rútilo da sua flôr. A mesma herva se aloira; e até a pruma dos pinheiros, cahida no chão, parece mais amarellecida. Só a hera continúa sempre viçosa a debruçar-se pelos espigões dos muros, e a urze vai pelas encostas desabotoando as suas flôres brancas e roseas.

(Continúa). BERNARDINO MACHADO.

NOTAS RELATIVAS Á COLLAÇÃO E REDUCÇÃO DAS DOAÇÕES INOFFICIOSAS

(Cont. do vol. 48.º, pag. 890)

CAPITULO III

REDUCÇÃO E REVOGAÇÃO DAS DOAÇÕES DE BENS MOBILIARIOS

SUMMARIO:—**41.** Se as doações de bens mobiliarios se revogam ou reduzem em especie.

41. As disposições geraes do Codigo que temos analysado, sobre a reducção e revogação das doações inofficiosas em especie, abrangem na sua generalidade tanto as de bens mobiliarios como as de bens immobiliarios (1), e não encontramos disposição especial que mande fazer sempre em valor a reducção das doações de mobiliarios. Por isso entendemos que esta reducção deve ser feita em especie, salvo nos casos em que seja impossivel a restituição dos proprios bens doados, ou se o donatario os alienou, porque então se fará em valor.

Alguns escriptores (2), fundando-se na combinação dos artigos 1497.º e 1498.º do Codigo civil, dizem que a reducção d'estas doações se deve fazer sempre em valor. Nós, combinando estes artigos, vemos que um manda reduzir as doações de immobiliarios em especie e o outro não manda reduzir as de mobiliarios nem em especie nem em valor, deixando por isso em inteira applicação as disposições geraes.

A circumstancia do legislador mandar attender na reducção das doações de mobiliarios ao valor que estes tinham na epocha da doação (3), e na reducção das de immobiliarios ao valor que tiverem na epocha da reducção (4), não offerece argumento contra a nossa opinião, pois que a restituição do excesso inofficioso em bens mobiliarios póde ser feita pelo valor que estes tinham ao tempo da doação.

---

(1) Cod. civ., artigos 1484.º, § 2.º e 1501.º

(2) D. Maia, *E. Jur.*, pag. 143 e *Rev. de Leg.*, vol. 3.º, pag. 640. Vej. sr. Dias Ferreira, vol. 3.º, pag. 168 e segg.

(3) Cod. civ., artigo 1497.º

(4) Cod. civ., artigo 1498.º, § 2.º

Já no direito anterior, a reducção d'estas doações se fazia em especie, salvo se não existiam á morte do doador (1).

Se os mobiliarios doados se perderam ou deterioraram, por causa fortuita ou força maior, o donatario não responde pelo valor dos perdidos nem pela depreciação dos deteriorados (2).

Para as doações conferiveis era escusada esta disposição especial porque já estava disposto na materia da collação, que o donatario não é obrigado a conferir o valor dos bens perdidos ou deteriorados por aquellas causas (3), mas é necessaria para a reducção das doações não conferiveis, a fim de não ser computado aquelle valor na quota disponivel do doador.

Se o donatario tiver alienado gratuitamente os moveis doados e se achar insolvente, podem os herdeiros do doador exigir ao adquirente, o valor que elles tinham ao tempo da acquisição, salvo se já estivessem prescriptos (4).

CAPITULO IV

EFFEITOS DA REDUCÇÃO E DA REVOGAÇÃO

SUMMARIO:—**42.** Pela revogação ou reducção em especie, o donatario perde todos os bens doados ou uma parte d'elles. Pela reducção ou revogação em valor não.

42. A reducção consiste em tirar á doação o excesso em que ella offendeu as legitimas dos herdeiros do doador, e obrigar o donatario a repôr ao monte da herança, um equivalente d'esse excesso, em dinheiro ou em bens para com esta reposição se inteirarem as legitimas desfalcadas pela doação. Segundo a reposição é feita em dinheiro ou em bens, assim a reducção se chama em valor, ou em especie.

Pela reducção em valor, os bens doados ficam definitivamente no dominio do donatario ou d'aquelle para quem este os transferiu e pela reducção em especie, o donatario é despojado de uma parte ou de todos os bens doados. O donatario é despojado só de uma parte dos bens doados que tenha

---

(1) C. da Rocha cit., § 483.°; C. Telles, *Dig.*, tom. 2.°, n.° 1056.
(2) Cod. civ., artigo 1497.°, § unico.
(3) Cod. civ., artigo 2107.°, § unico.
(4) Cod. civ., artigo 1504.°

actualmente um valor egual ao excesso inofficioso, salvo se os bens são indivisiveis por lei, como os prazos, ou sem detrimento como uma fabrica, porque então hão de necessariamente ser adjudicados ao donatario ou a um herdeiro, com a obrigação de repôr em dinheiro o excesso da sua quota.

Nesta hypothese de serem os bens indivisiveis, se o donatario fôr herdeiro legitimario, repõe os bens todos para a herança, mas fica com direito a ser pago do valor a que ficou reduzida a doação, por esses ou outros bens da herança, segundo as regras geraes das partilhas (1); e se o donatario não fôr herdeiro, repõe os bens no caso do excesso inofficioso exceder metade do valor dos bens, e fica com direito a haver da herança a importancia, em dinheiro, da doação depois de reduzida; mas, se o excesso inofficioso fôr inferior áquella metade, o donatario fica com os bens, e repõe em dinheiro a importancia d'aquelle excesso (2).

Quando a inofficiosidade abrange todo o valor da doação, esta não póde subsistir, e por isso revoga-se. Neste caso, o donatario é obrigado a repôr todos os bens doados á massa da herança, seja qual fôr a sua natureza. Se porém, já não estiverem em seu poder, é obrigado, como no caso de reducção, a repôr o valor que elles tinham ao tempo da doação (3), salvo se tiverem desapparecido ou se acharem deteriorados, por causa fortuita ou força maior (4). Revogada a doação, o donatario não tem direito a indemnisação.

CAPITULO V

DA REDUCÇÃO EM CONCURSO DE DOAÇÕES

SUMMARIO:—**43.** Concorrendo doações testamentarias e entre vivos, para casamento e para outro fim, registadas ou não registadas, por quaes começa a reducção.

43. Havendo mais de uma doação, a reducção começa pela de data mais moderna, e se forem da mesma data ou feitas no mesmo acto, a reducção faz-se rateadamente entre

---

(1) Cod. civ., artigo 1500.º
(2) Cod. civ., artigo 1499.º
(3) Cod. civ., artigos 1484.º, § 2.º, 1501.º e 1502.º
(4) Cod. civ., artigos 1497.º, § unico e 1498.º, § 1.º

ellas. As doações testamentarias e legados consideram-se feitas no momento da morte do doador, e por isso são as mais modernas e reputam-se feitas na mesma data, para o effeito da reducção e revogação (1).

As doações causa mortis para casamento têm a natureza de contractos (2) e portanto devem considerar-se datadas de quando são celebradas, como as entre vivos (3).

Pretendem alguns que, havendo differentes doações e sendo algumas para casamento, a reducção deve começar pelas que não tem este destino, ainda que sejam mais antigas do que aquellas. Adoptam esta opinião, como meio de conciliação das disposições dos artigos 1483.º n.º 2.º e 1501.º, com a do artigo 1492.º (4).

O registo das doações nenhuma importancia tem para a reducção, se todos os donatarios forem herdeiros ou representantes d'estes ou do doador, porque podem ser invocadas entre elles, independentemente do registo; mas, havendo algum donatario que não seja herdeiro nem representante, cuja doação tenha sido registada, a reducção deve começar pelas não registadas (5). A reducção das doações registadas e feitas a extranhos deve fazer-se pela ordem do registo, a começar pelo mais recente (6).

(Continúa). ANTONIO VICTOR LEMOS DA ROCHA.

---

(1) Cod. civ., artigos 1493.º a 1496.º
(2) Vej. o n.º 1.
(3) Cod. civ., artigos 678.º e 1457.º, § unico.
(4) *Rev. de Leg.*, vol. 2.º, pag. 342, e vol. 23.º, pagg. 250 e 278.
(5) Vej. Cod. civ., artigos 951.º, § unico e 1459.º, § unico.
(6) Vej. sr. Dias Ferreira, vol. 3.º, pag. 472.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do vol. 48.º, pag. 897)

Eliot (William Granville) na sua obra—*A treatise on the defense of Portugal,* 1811—celebra a indomita bravura e o patriotismo do nosso soldado. «Se precisassemos de mais alguma prova da energia do soldado portuguez bastava-nos olhar para o mappa da Peninsula, e ficariamos absortos como um povo tão pequeno teve a possibilidade de manter sua independencia, estando completamente fechado pela Hespanha ao norte e ao nascente.»

Com egual admiração allude ao denodo portuguez o general Foy—*Histoire de la guerre d'Espagne et du Portugal sous Napoléon,* 1827.

O official Guingret—*Relation historique et militaire de la campagne de Portugal sous le maréchal Massena, prince de Essling,* 1817—escreve o seguinte: «Apesar da antiga reputação de bravura dos hespanhoes, e de nos terem por bastante tempo causado muito mal, todavia não mostraram contra nós uma coragem tão activa, como a dos portuguezes. Citarei o sangue frio de alguns artilheiros portuguezes no cerco de Almeida, que tendo tido a felicidade de sobreviverem á explosão, continuaram a disparar suas peças, emquanto os destroços da praça ainda voavam e ameaçavam esmigalhal-os. Gostamos de admirar a coragem, mesmo em nossos inimigos.»

Referindo-se ao movimento scientifico da Peninsula, nota o adiantamento de Portugal relativamente á Hespanha, e esclarece: «Póde provir esta differença em parte por exercer a inquisição um despotismo menos fanatico em Lisboa do que em Madrid. Em toda a parte onde os padres reinam exclusivamente, o erro tem seus altares, e a verdade encontra barreiras inexpugnaveis.»

O official Naylies—*Mémoires sur la guerre d'Espagne, pendant les années, 1808, 1809, 1810, 1811*—notifica como o espirito de fanatismo se convertera em furor guerreiro.

«Nos combates notou-se uma coragem pessoal extraordinaria, que nos trouxe á lembrança o caracter altivo e valoroso dos portuguezes, que debaixo do commando dos Gamas, Albuquerques, Castros, Athaydes e Sousas chegaram a sub-

metter as grandes Indias por meio de acções heroicas, que rivalisam com as mais celebres que nos conservou a historia antiga.»

Lê-se isto nas *Mémoires sur les opérations militaires des français en Galice, Portugal, et dans la vallèe du Tage en 1809, sous le commandement du maréchal Soult.*

Breton—*L'Espagne et le Portugal ou meurs, usages et costumes des habitans de ces royaumes,* 1815—noticia que: «A ignorancia e a superstição em geral são os maiores defeitos de que os habitantes de Portugal podem ser accusados.»

No capitulo II do livro I da sua monumental obra—*Historia da civilisação na Inglaterra*—explica Buckle, lucidamente, qual a causa do caracter supersticioso dos povos ibericos: «De todos os acontecimentos physicos que augmentam o perigo, os tremores de terra estão certamente entre os mais terriveis, não sómente por causa do grande numero de seres que ahi encontram a morte, mas tambem por causa da maneira subita e inesperada como se apresentam. Deve-se acreditar que são sempre precedidos por certas mudanças atmosphericas que abalam immediatamente o systema nervoso, e têem d'este modo uma tendencia physica para enfraquecer as forças intellectuaes. Qualquer que ella seja, não ha duvida quanto ao effeito que elles produzem animando habitos e associações de idêas particulares. O terror que inspiram excita a imaginação até a um grau penoso, e, lançando o juizo fóra do seu equilibrio, predispõe o homem a idêas supersticiosas. E, o que ha de mais curioso, é que a repetição do phenomeno, longe de embotar estas sensações, não faz senão torna-las mais violentas. No Perú, onde os tremores de terra parecem ser mais communs que em qualquer outro paiz, cada novo phenomeno d'este genero augmenta o terror geral, a um tal ponto que em alguns casos o terror torna-se uma verdadeira agonia. D'este modo o espirito encontra-se constantemente num estado de inquietação e de acobardamento, e o homem, testemunha dos perigos os mais terriveis que não póde nem comprehender nem evitar, abala-se pela sua propria impotencia e pela pobreza dos seus recursos. A imaginação é despertada exactamente na mesma proporção e começa-se a acreditar seriamente numa intervenção sobrenatural. Sendo deficiente o poder humano, recorre-se ao poder sobre humano; acredita-se na presença do mysterioso e do invisivel, e é então que tomam raiz entre o povo estes sentimentos de medo e de impotencia que são a base de toda a superstição, e sem os quaes alguma superstição póde existir. A prova

d'este estado de cousas póde encontrar-se mesmo na Europa, onde estes phenomenos são comparativamente muito raros. Os tremores de terra e as erupções vulcanicas são mais frequentes e mais destructivas na Italia e na peninsula hespanhola e portugueza do que nos outros grandes paizes, e é precisamente ahi que a superstição reina excessivamente e que as classes supersticiosas têem o maior poder. E' nestes paizes que o clero estabeleceu desde o principio a sua auctoridade, que a corrupção a mais triste do christianismo teve logar e que a superstição tem conservado pelo mais longo periodo a mais funesta influencia. Póde-se ainda ajuntar a tudo isto uma outra circumstancia que indica a relação entre estes phenomenos e a preponderancia da imaginação. Em regra geral, as bellas artes falam mais á imaginação e as sciencias á intelligencia. Ora deve-se notar que todos os grandes pintores e todos os grandes esculptores da Europa moderna sahiram das peninsulas italica e hispanica. Sem duvida a Italia teve varios homens de grande talento nas sciencias, mas o seu numero de nenhum modo está em proporção com o dos seus artistas e dos seus poetas. Quanto a Hespanha e a Portugal, a litteratura d'estes dois paizes é eminentemente poetica, e as suas escholas produziram alguns dos maiores pintores conhecidos. Em compensação as faculdades de puro raciocinio foram desprezadas, e toda a peninsula, desde os tempos mais recuados até nossos dias, não fornece á historia das sciencias naturaes um só nome d'um merito transcendente, um só homem cujas obras formem epocha no progresso dos conhecimentos europeus.»

Bongeault—*Histoire des littératures étrangères,* 1876—deduz da litteratura o caracter portuguez e accrescenta: «E' a lingua portugueza menos guttural que a hespanhola, e por isso é mais doce, mais harmoniosa e mais adaptada a exprimir os sentimentos ternos e melancolicos; approxima-se singularmente do idioma provençal.

«Foi, porém, no genero bucolico que a poesia portugueza obteve seus mais brilhantes triumphos. Neste paiz tão rico e tão fertil a indolencia natural fez com que desprezassem a agricultura e a industria; mas a vida pastoril tomou uma grande extensão, e a doce influencia do clima, favoravel a uma imaginação scismadora, desenvolveu as faculdades poeticas ao contacto das maravilhas da natureza, e dos encantos da vida campestre. Eis porque o primeiro poeta notavel, que encontramos na entrada do grande seculo litterario, é um poeta bucolico Bernardim Ribeiro.

Referindo-se ao historiador João de Barros, observa: «Como a de Camões, é sua penna guiada pelo ardor do patriotismo; fala com enthusiasmo das façanhas e da grandeza do povo portuguez, e pinta perfeitamente o caracter nacional, pois não procura disfarçar nem os defeitos, nem a cubiça, nem a ferocidade mesmo, de que deram provas seus compatriotas nessas guerras remotas contra os mouros e indios.

Falando do bucolismo, ajuncta: «Os portuguezes podem deliciar-se com a pintura d'essa vida campestre, doce e contemplativa, que corresponde a uma necessidade e a um habito da imaginação d'elles: porém possue apenas um interesse mediocre para os extrangeiros, habituados a um lyrismo mais verdadeiro, ou ao desenvolvimento d'uma acção mais dramatica. Assim é que o gosto varia d'um povo para outro: é preciso não lhe applicar regras excessivamente absolutas. Os hespanhoes, tão visinhos dos portuguezes, fazem uma idêa inteiramente differente da poesia, e preferem a pintura da vida activa.»

O geographo Elisée Réclus—*Nouvelle géographie universelle,* 1876—diz o seguinte: «Gabam muito os viajantes as boas maneiras, desejos de obsequiar e bondade natural dos camponezes de Portugal, não estragados ainda pelos habitos commerciaes.

«Ainda que tendo entre os extrangeiros uma reputação de barbaria, devida á recordação de seus crimes nas conquistas da India e do Novo Mundo, a maioria dos portuguezes tem uma compadecida ternura para com aquelles que padecem. Gostam do jogo, mas não se distinguem por elle. São apaixonados das corridas de toiros, não as levando ao extremo como o hespanhol.

«Em suas relações mutuas, são os portuguezes obsequiadores e polidos.»

Em 1879, Pepper—*Le Portugal*—repete a phrase de Napoleão. A historia de Portugal é uma eschola de heroismo.

(Continúa). MARQUES BRAGA.

HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 48.º, pag. 882)

Não só porém nos mosteiros se exercia a caridade, nestes primeiros tempos da nossa historia. Nos paços dos bispos, nas sés cathedraes, fermentavam egualmente os inicios da acção caritativa para com os miseraveis.

As esmolas em generos, as albergarias numerosas, os hospitaes rudimentares, as aposentadorias ou hospedarias para peregrinos, extrangeiros e viandantes, os esmoliatorios onde se distribuiam varias esmolas, taes eram os institutos com que os pastores mitrados da christandade cumpriam os preceitos sublimes da religião do Christo.

Dos paços dos bispos, das egrejas e dos mosteiros alastrou a pouco e pouco esta febre do bem-fazer, encontrando terreno propicio na alma sempre generosa, no coração sempre altruista e bondoso do povo portuguez. Paiz de heroes cheios de abnegação e desinteresse, sempre promptos a acceitar os grandes ideaes da humanidade e a pugnar por elles, emquanto o não perverteram ou corromperam falsos apostolos; povo que em patriotismo se blasona com ufania de um D. Nuno Alvares Pereira; que se arroja aos mares com os seus navegadores para offerecer mundos novos á humanidade; que nas letras maravilha o mundo com a alma generosa do seu Poeta, e que por fim, no campo formosissimo da beneficencia, aponta a todo o orbe essas estrellas do mais puro, diamantino e immaculado brilho que se chamam—as rainhas Santa Isabel e D. Leonor de Lancastre!

Eis o caminho traçado. Dos solares monasticos e dos paços dos bispos, o amor pelos desvalidos e a compaixão pelos males da misera humanidade passam, por meio da religiosidade, a attingir e sensibilisar os ternos corações femininos. A mulher que, desprendida da antiga servidão pela voz apaixonada de Jesus, se viu guindada, na edade-media, á posição proeminente de rainha no seu solar, cercada das attenções, do preito e homenagens dos cavalleiros, dos paladinos que tomavam por divisas as suas côres, por ordens o menor dos seus desejos, até o ponto de por ella emprehenderem as loucas heroicidades dos Magriços e da *Ala dos Namorados,* a mulher portugueza

d'aquelles tempos levada, já pelos preceitos da religião e pelas suas crenças ardentes, já pelos impulsos naturaes do seu coração, consubstanciou em si as glorias dos primeiros tentamens da caridade publica.

*

Em tres rainhas da primeira dynastia, duas mal conhecidas nos esbatidos pormenores da sua vida historica, que mal orientados chronistas deixaram perder, sem attentar que assim occultavam indignamente, as mais refulgentes e santas glorias da nossa patria, em tres rainhas, diziamos, se delimita, como em tres estrellas de primeira grandeza, a mais bella e admiravel constellação de bondade e de caridade.

São essas tres princezas as rainhas D. Mafalda de Mauriana, D. Brites e D. Isabel de Aragão.

D. Mafalda de Mauriana, filha de Amadeu III, Conde de Saboya, de Moriana e Piemonte e de D. Mafalda de Albon, filha dos Condes de Albon, casou em 1146 com D. Affonso Henriques e veiu a morrer em Coimbra, segundo os Livros de Noa e dos Obitos de Santa Cruz, a 4 de novembro de 1157. Jaz sepultada em Santa Cruz. O seu nome, sempre citado com veneração, é alvo dos mais rasgados encomios de historiadores e chronistas. Fr. Antonio Brandão, o erudito auctor da *Monarchia Lusitana,* refere-se a esta princeza nos seguintes termos:

«Louuaõ muito nossos escriptores as perfeiçoẽs naturaęs desta princeza, & as virtudes que exercitou em o discurso de sua vida. Mostraõ como se avantajou em o zelo do culto divino, em a hospitalidade & misericordia. Aquelle se manifestou na fundaçaõ das Igrejas, esta em a instituiçaõ dos hospitaes & esmolas dos pobres» (1).

Pouco se sabe da sua vida, que miudamente historiada seria farto repositorio de sublimes exemplos de bondade. Outro erudito escriptor contemporaneo, o Visconde de Figanière, diz-nos de D. Mafalda:

«As poucas noticias desta princeza que escaparam ao olvido proveniente da rudeza d'aquelles tempos tratam quasi exclusivamente de obras de caridade» (2).

---

(1) Livro x, cap. 38.º, pag. 190.
(2) *Memorias das Rainhas,* pag. 46.

Que significam estas simples e laconicas palavras? Princeza de tão remotas eras, cuja memoria de todo se apagou, e da qual perduram ainda as meritorias acções de caridade! Tal era a bondosa, a extraordinaria acção bemfazeja d'esta rainha, que a memoria d'ella atravez dos seculos, obliterada em todos os seus outros accessorios, só transluz sob aquelle santissimo aspecto! Bem diz na sua encantadora linguagem o illustre erudito e poeta, sr. Julio de Castilho, falando de D. Mafalda, nas captivantes paginas da sua *Lisboa antiga:*

«Que mulher e que rainha! que thesouros de virtude não encerra aquelle coração de oiro, sumidos pela modestia d'ella!... A vida d'ella, toda beneficencia, toda orações, toda dedicações, toda amor do proximo, foi um assombro de abnegação e desprendimento. Com que valentia não arrostou ella as fadigas obscuras de enfermeira, de caminheira, de penitente! Com que affectos de mãe não iam aquellas mãos brancas pensar as chagas purulentas nos hospitaes! Com que divino esquecimento d'este mundo não beijava ella as pobres moribundas, exhortando-as e confortando-as n'uma linguagem que ellas entendiam, porque era já a linguagem do Céo» (1).

Na verdade, além das datas do casamento e morte, além das poucas, duvidosas e incertas noticias das suas instituições queridas—taes como barcas de passagem (2)—pontes e alber-

(1) *Lisboa antiga,* tom. VII, pag. 197.

(2) Era uma outra beneficencia d'aquelles tempos primitivos, em que mal se comprehendia e definia a missão do Estado, a das barcas de passagem, pelas quaes se facultava aos viandantes e aos povos das localidades meio de transpôr as linhas fluviaes. E' muito notavel a famosa barca, dita de *Por Deus,* estabelecida em 1097 pelo conde D. Henrique e D. Thereza, no Douro, junto a Molledo, no caminho de Lamego para Mezão-frio. Nesta ultima localidade creou D. Thereza uma albergaria, e em Molledo fundou D. Mafalda outra; esta ultima rainha protegeu a instituição da barca *Por Deus,* estabelecendo ao barqueiro as rendas de certas propriedades e fóros e concedendo-lhe muitos privilegios. Os hospitaes e albergarias, com sua capella e botica, tudo gratuito para os pobres, desappareceram; persistiu porém até nossos dias a barca de passagem naquelle *ponto* perigoso do Douro.

Em Odemira, tambem ainda hoje existe, ou pelo menos existiu até ha pouco, uma barca, ou grande estrado, que offerece passagem gratuita a toda a hora do dia e da noite, a passageiros, cargas e gados. Esta barca foi custeada por um legado piedoso.

As pontes sobre os rios foram tambem objecto de singular attenção e cuidado dos principes e princezas dos primeiros tempos da nossa nacionalidade.

Com relação a D. Mafalda e á sua instituição querida das albergarias devemos ainda, antes de deixar este capitulo, citar os hospitaes ou albergarias de extrangeiros, especialmente de francezes, que a esse tempo vi-

garias—que mais nos resta d'esta princeza, senão o sentimento, a comprehensão vaga d'aquelle celestial vulto de bondade feminil, tão nitidamente desenhada nas palavras que acima transcrevemos!

*

Do seu testamento, de que os chronistas só transcrevem breves trechos, se infere uma boa parte da sua obra. Os testamentos dos antigos monarchas, dos principes e pessoas de avultados bens, constituem precioso repositorio de onde derivam os escassos elementos que ao presente nos restam dos primeiros tentamens da beneficencia. Assim, o testamento de el-rei D. Sancho I fala-nos, enumerando os legados em dinheiro, na albergaria de Coimbra, fundada por este soberano, na gafaria para leprosos, que determina se funde naquella cidade, deixando ao cuidado dos Abbades de Alcobaça o cumprimento d'este legado, na albergaria do Mondego, que está entre Linhares e Valelhas, na de Poiares, na da Fonte da Aranha e da Mendiga, bem como no Hospital dos captivos, tambem por elle fundado em Santarem (1).

D. Constança Sanches, filha de D. Sancho I, no seu testamento de 1269 fala no Hospital dos pobres de Santa Cruz, ao qual deixa um legado.

D. Affonso II, no seu testamento (1221), deixa quantiosas esmolas para Santa Maria de Roc'Amador, para as egrejas pobres, para pontes e para leprosos (2).

(Continúa). VICTOR RIBEIRO.

---

nham em grande numero ao reino portugalense; a esses hospitaes se attribue o nome de *Milreus, Mileus* ou *Mirlaus*. E' exemplo d'elles a albergaria de Coimbra, junto á egreja do Salvador, existente desde 1064 ou 1093, e depois collocada sob a protecção real. Ainda citaremos entre as mais antigas albergarias a de Pontevel que já existia em tempo de D. Sancho I, devendo portanto talvez attribuir-se, como a de Manhouse, á rainha D. Mafalda. A de Pontevel ficou celebre porque, sempre que passava perto d'ella, a visitava a Rainha Santa Isabel.

Em algumas povoações do reino ainda hoje se conservam as albergarias, embora o seu uso seja actualmente muito iimitado. Citaremos apenas a que existiu até ha poucos annos nos Olivaes e a que ainda existe sob a dependencia da respectiva Misericordia, em Alcobaça. (Pinho Leal, tom. v, pagg. 280, 373 e 345; vi, pag. 203 e vii, pagg. 187 e 205; e *Memorias das Rainhas*, pag. 47.)

(1) *Provas da historia genealogica*, tom. i, pag. 17 e *Monarchia Lusitana*, 4.ª parte, liv. xii, cap. 36.º

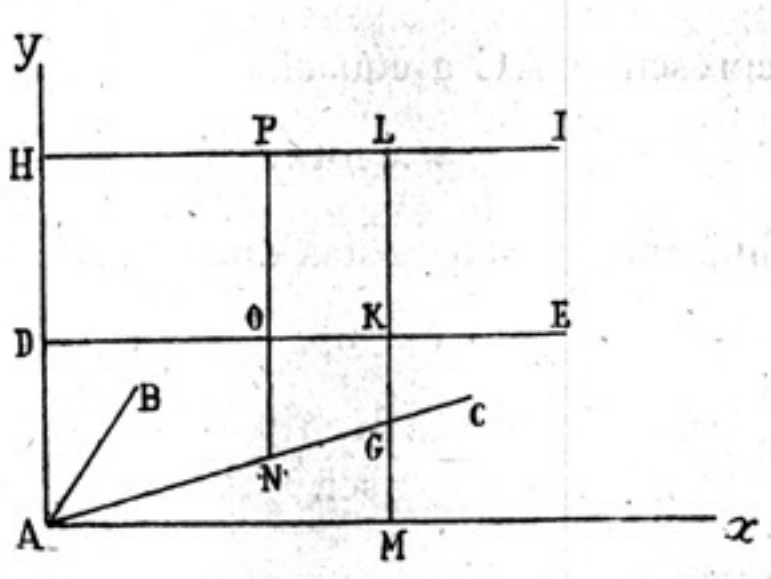
(2) *Monarchia Lusitana*, 4.ª parte. liv. xiii, cap. 26.º

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

APONTAMENTOS DE MECHANICA

Movimento dos projecteis

Tomando para eixo dos y a vertical conduzida pela posição inicial, A, do ponto movel, em sentido contrario ao da acção da gravidade, e para eixo dos x a horizontal tirada por esse mesmo ponto no plano determinado por aquella vertical e pela direcção AB da velocidade inicial, e designando por a esta velocidade, por α o angulo que AB fórma com o eixo dos x, e finalmente por g a acceleração devida á gravidade, é sabido



que a trajectoria seguida pelo movel fica representada pela equação (*)

$$(1) \qquad y = x\,\mathrm{tg}.\,\alpha - \frac{gx^2}{2a^2\cos^2\alpha}.$$

(*) Deduz-se d'esta equação: que as diversas parabolas por ella representadas têm todas por directriz uma recta DE, parallela ao eixo dos x e cuja distancia a este eixo é $AD = \frac{a^2}{2g}$; e bem assim que o logar geometrico dos fócos d'essas differentes curvas é a circumferencia descripta do ponto A, como centro, com o raio AD.

Pondo em (1) $y = 0$, e resolvendo depois a equação resultante, vem

$$x = \frac{2a^2 \operatorname{sen} \alpha \cos \alpha}{g} = \frac{a^2 \operatorname{sen} 2\alpha}{g}$$

para representar a *amplitude do jacto* ou *alcance do tiro* na direcção horizontal.

E d'ahi se deduz que:

1.º A maior amplitude horizontal corresponde a $\alpha = 45^\circ$;

2.º A amplitude é a mesma para duas direcções conjugadas $\alpha = 45^\circ \pm \varepsilon$.

Ora cumpre notar que — propriedades identicas ás que assim acabam de ser recordadas com referencia á horizontal, egualmente se verificam relativamente ás amplitudes n'outra qualquer direcção AC.

Para o fazer ver, designemos respectivamente por β e θ os angulos yAB e yAC, o que transforma (1) em

$$(2) \qquad y = x \cot \beta - \frac{gx^2}{2a^2 \operatorname{sen}^2 \beta}$$

e dá para representar AC a equação

$$y = x \cot \theta.$$

Agora, eliminando y entre estas duas equações, vem

$$x = 0,$$

$$(3) \qquad x = \frac{2a^2 \operatorname{sen} \beta \operatorname{sen} (\theta - \beta)}{g \operatorname{sen} \theta},$$

que representam as abscissas dos pontos de intersecção de AC com a parabola (2) respectiva ao valor β considerado.

E pois o valor (3) de x não muda quando ahi se substitue β por $\theta - \beta$, concluiremos que a amplitude na direcção AC será a mesma para duas direcções da velocidade inicial que formem angulos eguaes com Ay e AC e, por tanto, com a bissectriz do angulo yAC.

Demais, procurando o valor de β que torna maxima essa expressão de x, e para isso egualando a zero a derivada de x em relação β, vem

$$\operatorname{sen} (\theta - 2\beta) = 0,$$

a que só se póde satisfazer pondo $\beta = \frac{\theta}{2}$, visto serem essencialmente positivos x, β e θ, menor que π cada um d'estes angulos e $\theta > \beta$.

Scholio. Por ser

$$\cos\theta = \cos[(\theta-\beta)+\beta] = \cos(\theta-\beta)\cos\beta - \operatorname{sen}(\theta-\beta)\operatorname{sen}\beta,$$

$$\cos(\theta-2\beta) = \cos[(\theta-\beta)-\beta] = \cos(\theta-\beta)\cos\beta + \operatorname{sen}(\theta-\beta)\operatorname{sen}\beta,$$

teremos

$$\cos(\theta-2\beta) - \cos\theta = 2\operatorname{sen}(\theta-\beta)\operatorname{sen}\beta,$$

e logo

$$(4) \qquad x = \frac{a^2}{g\operatorname{sen}\theta}[\cos(\theta-2\beta) - \cos\theta],$$

nova expressão de x, em que claramente transparecem as propriedades já anteriormente deduzidas de (3), e por meio da qual com facilidade se determina a inclinação β com que deve ser lançado o movel para que no decurso do movimento venha a passar por um ponto assignado pelas coordenadas x e θ.

Com effeito de (4) deduz-se

$$(5) \qquad \cos(\theta-2\beta) = \frac{gx\operatorname{sen}\theta}{a^2} + \cos\theta,$$

e por tanto:

1.º Se fôr

$$\frac{gx\operatorname{sen}\theta}{a^2} + \cos\theta = 1,$$

teremos

$$\cos(\theta-2\beta) = 1, \text{ e logo } \beta = \frac{1}{2}\theta.$$

N'este caso o ponto G por onde o movel deve passar seria evidentemente [eq. (4)] a extremidade da maxima amplitude na direcção AC, e as coordenadas x e y d'esse ponto satisfariam ás relações

$$\frac{gx\operatorname{sen}\theta}{a^2} + \cos\theta = 1, \; y = x\cot\theta,$$

ou

$$\frac{g^2x^2}{a^4} + \frac{2gx}{a^2}\cot\theta = 1,\ y = x\cot\theta.$$

Ora eliminando cotθ entre estas equações, resulta

(6) $$g^2x^2 + 2a^2gy = a^4,$$

equação de uma parabola que tem respectivamente por fóco e vertice os pontos A e D, e por directriz uma recta HI parallela ao eixo dos x e cuja distancia a este eixo é $AH = \frac{a^2}{g}$.

Essa parabola será por tanto o logar geometrico das extremidades das maximas amplitudes correspondentes aos diversos valores de θ.

2.° Se o ponto por onde deve passar o movel se encontrar dentro da parabola (6) e fôr, por exemplo, o ponto N comprehendido entre A e G, como n'esta hypothese o valor numerico de $\frac{gx\,\mathrm{sen}\theta}{a^2} + \cos\theta$ seria evidentemente menor que a unidade, entre os limites $+\pi$ e $-\pi$ haveria dois angulos γ e $-\gamma$, ambos os quaes considerados como outros tantos valores de $\theta - 2\beta$ satisfariam a (5).

Se pois designarmos por β' e β'' os valores de β respectivos a γ e $-\gamma$, teremos

$$\theta - 2\beta' = \gamma,\ \theta - 2\beta'' = -\gamma,$$

e logo (*)

$$\beta' = \frac{\theta}{2} - \frac{\gamma}{2},\ \beta'' = \frac{\theta}{2} + \frac{\gamma}{2}.$$

3.° Finalmente, se o ponto da passagem ficasse fóra da parabola (6), achariamos

$$|\cos(\theta - 2\beta)| > 1;$$

o que demonstrava a impossibilidade do problema.

(*) Suppondo que o ponto por onde o movel deve passar se deslocava sobre a recta AC desde a extremidade G da maxima amplitude n'aquella direcção até A, o angulo $\gamma = \theta - 2\beta$, determinado pela relação (5), variaria correlativamente desde $\gamma = 0$ até $\gamma = \theta$; por onde se vê que as direcções determinadas pelos angulos β' e β'' ficam ambas comprehendidas dentro do angulo yAC, como aliás se devia prever.

Estas propriedades justificam a denominação de *parabola de segurança,* dada a (6), bem como a de *paraboloide de segurança* com que geralmente se designa a superficie gerada pela revolução de (6) em volta do eixo dos y.

*

A existencia da *parabola de segurança* e suas propriedades correlativas, que, como se sabe, são geralmente apresentadas como consequencia de uma analyse muito elementar, tambem por meras considerações geometricas podem ser facilmente confirmadas. E' o que vamos ver.

E' sabido (nota (*) da pag. 21), que as diversas trajectorias, correspondentes a um dado valor de a e a differentes angulos α, têm todas a mesma directriz, representada por uma recta DE, parallela ao eixo dos x e cuja distancia a este eixo é $AD = \frac{a^2}{2g}$; e bem assim que os fócos d'essas differentes parabolas todos se encontram sobre uma circumferencia que tem o centro em A e cujo raio é tambem AD.

Posto isto, considerando um ponto qualquer G, vejamos quaes as parabolas trajectorias, precedentemente consideradas, que passam por esse ponto; para o que bastará determinar os fócos respectivos a essas curvas.

Para isso, notaremos que os fócos procurados devendo achar-se sobre a circumferencia descripta com o centro A e o raio AD, e tambem sobre a descripta com o centro G e o raio GK perpendicular a DE:

haverá dois fócos, se fôr

$$(7) \qquad AG < AD + GK = GL \text{ e } AG > AD - GK = GM,$$

ou, mais simplesmente

$$AG < GL,$$

visto como a ultima desigualdade (7) sempre se verifica;

haverá um só fóco, caso seja

$$(8) \qquad AG = GL;$$

e nenhum haverá, se fôr

$$AG > GL.$$

Ora a relação (8) traduz a condição necessaria e sufficiente para que o ponto G pertença a uma parabola (parabola de segurança) que tenha respectivamente por vertice e directriz o ponto D e a recta HI.

Suppondo pois que G representava realmente a intersecção de AC com essa parabola, por G só passaria uma das parabolas-trajectorias. E n'esta mesma hypothese, considerando um ponto N, situado dentro da parabola de segurança, e para o qual seria por tanto

$$AN < NO + OP = NP,$$

onde por NP se representa a perpendicular abaixada de N sobre a directriz HI, aquelle ponto poderia ser attingido por duas trajectorias distinctas.

E analogamente se veria que por um ponto C situado fóra da parabola de segurança não passava nenhuma das trajectorias.

Demais, com facilidade se reconhece que em cada ponto, tal como G, commum á parabola de segurança e a uma trajectoria, estas duas curvas são tangentes.

Para isso bastará recordar o processo que geralmente se emprega para traçar a tangente a uma parabola quando são dados o fóco, o eixo e o ponto de tangencia, tendo tambem em vista que no caso de que tratamos os fócos das duas curvas ambos se encontram sobre a recta AG, e bem assim que os eixos d'essas duas curvas são parallelos e dirigidos em sentidos identicos, representados por DA e KM (*).

Finalmente, do que fica dito resulta que a parabola de segurança é a envolvente das parabolas trajectorias.

L. C. Almeida.

(*) Assim, suppondo que eram A e N os fócos das duas parabolas e G um ponto commum a essas duas curvas, a tangente á primeira parabola, tirada por G, que deve intersectar AH n'um ponto cuja distancia a A seja egual a AG, determinará sobre NP um comprimento egual a NG, e por tanto aquella linha será tambem tangente em G á parabola cujo fóco é N.

TRAUMATISMO E ORGANISMO

(Cont. do vol. 48.º, pag. 902)

CAPITULO II

Reacção local

I Parte.—Reacção local immediata.—Hemorrhagia physiologica.—Mechanismo physiologico da coagulação.—Causas que facilitam as hemorrhagias traumaticas.—1. Estados hereditarios: hemophilia.—2. Estados constitucionaes: escorbuto, arthritismo, impaludismo chronico.—3. Alterações nervosas: lesões centraes, ataxia, nevrites nervosas.—4. Lesões visceraes: hepatismo.

II Parte.—Reacção local reparadora.—Reflexo fluxionar.—Regeneração vascular.—Regeneração dermo-epithelial.—1. Reflexo fluxionar.—Alterações nervosas que o modificam: dermographismo rubro e doença de Weir-Mistchelle; dermographismo branco e doença de Raymond.—Dermatite bolbosa-hereditaria e traumatica.—2. Regeneração vascular. Hyperphesia dermo-vascular das cicatrizes, choloide.—3. Regeneração dermo-epithelial.—4. Regeneração conjunctiva: cicatrizes hypertrophica e adherente.—5. Regeneração epithelial: da regeneração epithelial ás neoplasias epitheliaes, tumores e traumatismos.

Parte supplementar.—O processo de reparação considerado em globo.—Ulcera e gangrena.—Estados que favorecem a producção da gangrena traumatica.

I—Reacção local immediata

As resistencias passivas do organismo recebendo o trauma anniquilam sómente uma componente da sua força mechanica; a outra, a componente efficaz, dispersa-se progressivamente rompendo a continuidade dos orgãos, dissociando a textura dos tecidos, vencendo mesmo, quando sufficientemente intensa, a tensão enorme dos elementos cellulares.

A esta acção destruidora corresponde, da parte do organismo, uma primeira reacção de defesa imperiosa e immediata. Aberto o systema vascular, a vida exalar-se-hia com a ultima gotta do liquido nutritivo, se o sangue extravasado não

precipitasse espontaneamente uma substancia iminentemente plastica e adhesiva—fibrina—que ao mesmo tempo obtura momentaneamente os vasos lacerados—hemostase—e tenta a adhesão dos labios da ferida—synapse—, recobrindo de uma camada protectora os elementos que o traumatismo veio expôr ao inhospito contacto do meio exterior.

Anormalmente, porém, estados pathogenicos do ser viciam, por exagero ou defeito, essa propriedade providencial do liquido sanguineo.

Incoagulavel, o sangue jorrará a flux, incoercivelmente da ferida sem que a hemostase dos vasos ou o grúde plastico dos tecidos se possa organisar; ou, ao contrario, coagulavel em extremo, precipitavel ao menor contacto, impermeabilisará os vasos—thrombose—sob a influencia do mais nimio traumatismo.

Coagulação.—Quaes são os termos d'este mechanismo protector? Porque é que o sangue, que circula liquido no interior do systema vascular, se precipita providencialmente em uma substancia solida ao extravasar-se dos vasos lacerados?

A coagulação tem, como phenomeno biologico, dois aspectos: um chimico e outro morphologico. Chimicamente, a coagulação do sangue é uma fermentação, e esta descoberta é a gloria de Dorpat que em 1861 demonstrou que a coagulação resulta da acção de um fermento—*thrombina* ou *fibrino-fermento*—sobre a substancia fibrinogenica em presença da seroglobulina ou substancia fibrino-plastica.

Posteriormente, os termos do problema simplificaram-se e complicaram-se simultaneamente. Simplificam-se com a descoberta de Hammasten que, tendo conseguido produzir a fibrina typica fazendo actuar o fibrino-fermento sobre a fibrinogene privada da substancia fibrino-plastica, reduziu a zero a importancia d'este elemento; complicaram-se quando M.M. Arthur e Pagés em dois memoraveis trabalhos mostraram que ao lado dos elementos organicos é necessario fazer intervir a mineralisação do plasma e que os saes de calcareo são indispensaveis á coagulação. Tornando o sangue incoagulavel pela privação dos saes calcareos, restituindo-lhe a coagulabilidade remineralisando-o, os auctores concluiram que a fibrina é um composto albumeno-calcio produzido pela acção do fermento e da cal sobre a fibrinogene.

A fibrinogene demonstra-se, isola-se, pesa-se no sangue. Os saes de calcio existem identicamente no plasma e, se a necessidade da sua intervenção a principio poderia surprehender, entra hoje na lei geral formulada por Bertrand que

attribue uma mineralisação propria a todas as zymases e fermentos.

Mas o fermento, esse mysterioso personagem, quasi imponderavel, no emtanto absolutamente necessario porque sem a sua intervenção os transsudados onde a fibrinogene existe não coagulam, d'onde vem, onde tem a sua génese?

Impressionado pela destruição dos globulos brancos no decurso da coagulação, Schmitt attribuia a estes a producção da thrombina.

As investigações fundamentaes de Pekdhamg (95) e Libienfeldt, confirmando a genealogia cellular do fermento, generalisam e precisam a affirmação do sabio. Generalisam demonstrando que elle é realmente um elemento de constituição não só do globulo branco mas ainda de muitos elementos cellulares do organismo; precisam-a collocando a sua origem no nucleo e identificando-o com elementos conhecidos de composição nuclear—*nucleo-albumina*—para o primeiro e—*nucleo-histona*—para o segundo.

A coagulação não offerece agora difficuldade: o fermento existente nos globulos é posto em liberdade desde que esses globulos, lançados para fóra dos vasos, são destruidos.

Mas, no interior dos vasos, os globulos destroem-se normalmente; o fibrino-fermento deve ahi existir em liberdade, e se pela sua presença a coagulação do sangue fóra dos vasos se explica facilmente, teremos o problema invertido, occorrendo agora perguntar a razão por que não coagula elle espontaneamente no seio do systema circulatorio.

Não faltavam da parte dos physiologistas explicações mais ou menos theoricas. Admittia-se que existindo o fibrino-fermento em pequena quantidade o organismo se defenderia d'elle; que sendo, como *nucleo-albumina,* muito instavel seria destruido na circulação antes mesmo de se combinar com a cal e dar origem á fibrina. Como porém na questão de zymases e fermentos não ha gradação relativa de quantidades, se a nucleo-albumina é muito instavel o facto é de per si uma razão para que esta procure a sua estabilidade fazendo a precipitação da fibrina.

Em compensação o problema começou a tornar-se complexo, mas nitido, quando os physiologistas se decidiram abordal-o pela via experimental. Começou então o estudo das substancias anti-coagulantes com o mesmo interesse com que se tinha procurado o fermento coagulador.

Sabia-se já que o extracto de determinados animaes (sanguesugas) tornava o sangue incoagulavel; demonstrou-se que

as injecções intra-vasculares de peptonas produziam identicamente a incoagulabilidade do sangue dos animaes injectados e, reunindo estes factos experimentaes com as noções biologicas conhecidas de que o sangue supra-hepatico é justamente incoagulavel, por ser o figado um orgão peptonigeno, chegou-se por series experimentaes que seria longo reproduzir aqui, á conclusão ultima de que o figado gera, sob a influencia dos leucocytos, numa substancia anti-coagulante.

Tudo na vida se reduz a luctas e combates. O admiravel equilibrio das propriedades do sangue, que dentro dos vasos conserva a fluidez ordinaria e extravasado coagula organisando espontaneamente a primeira defesa do organismo, é, ainda, o resultado de um perpetuo conflicto entre zymases e fermentos antagonistas.

Condições da hemorrhagia

1. A' testa dos estados geraes que eliminam a coagulabilidade do sangue—*anopexia*—encontra-se a hemophilia.

A *hemophilia* é uma affecção familiar, hereditaria, traduzindo um vicio congenito do desenvolvimento do apparelho hemo-vascular. E' talvez a mais hereditaria de todas as doenças. Guandrilhier (in *Bouchard P. général*) reune 657 casos fornecidos por 200 familias. Mais frequente no sexo masculino transmitte-se, no emtanto, pela linha materna.

Davies (in *British Med. Journ.*, 1899) signala uma familia na qual, pae, dois filhos e duas filhas são hemophilicos; tres outras creanças são indemnes (1).

No hemophilio a hemorrhagia manifesta-se sob a influencia do mais insignificante traumatismo como a avulsão dentaria ou, ainda espontaneamente á superficie da pelle e das mucosas, no parenchima das visceras ou no interior das cavidades serosas.

Muitas vezes mesmo o traumatismo não é necessario: a hemorrhagia produz-se espontaneamente pelo intestino, pelo rim e pela mucosa nasal, ou derrama-se nas cavidades articulares. Gocht (*L'année chirurgicale*) menciona tres observações interessantes de hemophilia com determinações articulares. Numa d'ellas, allusiva a uma creança, a hemorrhagia tinha-se effectuado 45 vezes no mesmo joelho.

(Continúa). JOSÉ DE MATTOS SOBRAL CID.

---

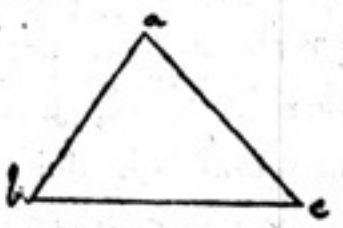
(1) Brouardel distingue no emtanto hemophilia isolada e hemophili-familiar.

INVESTIGAÇÕES HISTORICAS SOBRE AS OBRAS DE PEDRO NUNES

Critica á Algebra de Tartaglia

(Cont. do vol. 48.º, pag. 910)

«El caso. 42. dela Algebra de Nicolao Tartalla es este: En el triangulo *abc* el ducto del lado *ab*. que sea menor, en *ac*. que sea lado mayor es 300. y el diametro del circulo circumscripto es 25. y el diametro del circulo inscripto, es 8. y queremos saber, quanto es cada vno de los lados, y quanto sea la area. En este caso, basta partir dos cosas que es ualor delos dos lados en tales dos partes, que la vna multiplicada por la otra, haga 300. ua distincto. Pero da quy en delante ua haziendo vn discurso intricado por los quadrados de los mismos dos lados, para conoscer la perpendicular en las mismas partes de la cosa. Y para esto presupone algunas reglas, que por el no fueron demonstradas, que no es buena doctrina, y portanto quise resoluer este caso por otro modo mas facil. Enel caso. 54. de la nuestra Algebra fue demonstrado, que si el ducto de *ab*. en *ac*. fuere partido por la quantidad de diametro del circulo circumscripto, el quociente sera la perpendicular que viene del angulo *a*. sobre la base *bc*. assi cayendo de dentro del triangulo, como cayendo de fuera. Partiremos por esta causa 300. por 25. y el quociente que es 12. sera la quantidad de la perpendicular que viene de *a* sobre *bc*. Y porque enel caso. 53. dela misma nuestra Algebra fue demonstrado, que la proporcion que tiene essa misma perpendicular para el semidiametro del circulo inscripto en el mismo triangulo *abc*. essa misma proporcion aura de la sũma delos tres lados para la base *bc*. y la proporcion de la perpendicular que es 12. para el semidiametro del circulo inscripto, que es 4. es tripla, ternan luego todos los tres lados juntos proporcion tripla para la base *bc*. Y portanto si pusieramos *bc*. ser 1 co. los dos lados *ab*. y *ac*. juntos, seran 2 co. y porque el ducto de *ab*. en *ac*. es 300. partiremos estas 2 co. que son los dos lados *ab*. y *ac*. juntos, en tales dos partes, que la vna multiplicada por la otra haga 300. y obrando por la. 7. regla de los medios proporcionales, que es la misma de que vsa Nicolao Tartalla, diremos assi: La mitad de 2 co. es 1 co. cuyo quadrado es 1 ce. del qual sacaremos 300. y quedara 1 ce. m. 300. sacaremos de 1 co. la raiz de 1 ce. m. 300. y tambien juntarlaemos, y resultara por el lado menor, que pusimos ser *ab*. 1 co. m. R. v. 1 ce. m. 300. y por el lado mayor, que es *ac*. 1 co. p. R. v. 1 ce. *m*. 300. Daquy en delante obraremos por la doctrina del caso. 37. dela nuestra Algebra, por esta arte. La mitad delos tres lados es 1 co. $\frac{1}{2}$. sacaremos por tanto de 1 co. $\frac{1}{2}$. el lado *bc*. que es 1 co. y que dara por differencia $\frac{1}{2}$ co. y la differencia de *ab*. sera $\frac{1}{2}$ co. p. R. v. 1 ce. m. 300. y la differencia de *ac*.



sera $\frac{1}{2}$ co. *m.* R. V. 1 ce. m. 300. Estas 4 quantidades multiplicaremos, la primera por la segunda, hara $\frac{3}{4}$ ce. y la tercera por la quarta, hara $\frac{1}{4}$ ce. m. 1 ce. m. 300. y boluiendo a multiplicar vn ducto por el otro. f. $\frac{3}{4}$ ce. por $\frac{1}{4}$. ce. m. esta quantidad 1 ce. m. 300. haremos $\frac{3}{16}$ ce. ce. menos esta quantidad $\frac{3}{4}$ ce. ce. m. 225. y este vltimo producto sera el quedrado dela quantidad dela area del triangulo *abc*. Y porque enel caso. 37. fue demonstrado, que la multiplicacion dela mitad delos lados del triangulo por el semidiametro del circulo en el inscripto haze la area del mismo triangulo, multiplicaremos 1 co. $\frac{1}{2}$. que es la mitad de los tres lados por 4. que es el semidiametro del circulo inscripto, y haran 6 co. que seran la area del triangulo, y porque el quadrado de 6 co. es 36 ce. sera luego 36 ce. lo que se haze multiplicando la area en si misma. Y porque enel discurso que hezimos, concluimos que la misma area multiplicada en si, hazia $\frac{3}{16}$. de ce. ce. menos esta quantidad $\left(\frac{3}{4}\right.$ ce. ce. m. 225. ce.$\left.\right)$ yguales seran luego entresi 36 ce. y $\frac{3}{16}$ ce. ce. m. esta quantidad $\left(\frac{3}{4}\right.$ ce. ce. *m.* 225 ce.$\left.\right)$. Ygualaremos restaurando primeramente el defecto, que es esta quantidad $\frac{3}{4}$ ce. ce. m. 225 ce. y ternemos $\frac{3}{16}$ ce. ce. yguales a 36 ce. p. $\frac{3}{4}$ ce. ce. *m.* 225 ce. y restauraremos el otro defecto que es 225 ce. y ternemos $\frac{3}{16}$ ce. ce. p. 225 ce. yguales a 36 ce. p. $\frac{3}{4}$ ce. ce. y sacaremos de entrambos los extremos el superfluo, que es 36 ce. y quedaran $\frac{3}{4}$ ce. ce. yguales a $\frac{3}{16}$ ce. ce. p. 189 ce. y sacaremos finalmente los $\frac{3}{16}$ ce. ce. y resultaran $\frac{9}{16}$ ce. ce. yguales a 189 ce. y abatiremos destas dos dignidades, la denominacion del censo, y quedaran finalmente $\frac{9}{16}$ ce. yguales al numero 189. que es simple conjugacion. Partiremos por tanto 189. por $\frac{9}{16}$. y vernan 336. por valor de 1 censo, y el valor dela cosa sera R. 336. y tanto sera la base *bc*. y porque el lado *ab*. era 1 co. *m.* R. V. 1 ce. m. 300. y 1 ce. *m.* 300. es 36. cuya raiz es 6. sera luego 6. la raiz vniuersal, y sera por esta cuenta el lado *ab*. R. 336. menos 6. y el lado *ac*. sera R. 336. y mas 6. y porque la area era 6 co. multiplicaremos por 6. el valor de la cosa que es R. 336. y el producto que es R. 12096. sera la area. Quando Nicolao Tartalla en la resolucion deste caso parte la differencia delos quadrados delos lados por la quantidad dela base, y el quociente saca dela misma base, y lo que queda, parte en dos partes yguales, quiere por aquel modo partir la base en tales dos partes, que el quadrado dela mayor exceda al quadrado dela menor en la differencia delos quadrados delos dos lados, y es la regla nona del capitulo delos medios proporcionales en la nuestra Algebra, la qual en esse lugar demonstramos. Y lo que mas abaxo trae en la resolucion del mismo caso, tambien tiene su demonstracion. Pero como dicho tengo, es aquel modo suyo muy intricado, y presupone reglas que nunca por el fueron demonstrados, y por esta causa no aprouecha para los que son aprendizes, ny tan poco para los doctos, porque no ternan dello necessidad. Empeso el dicho Nicolao Tartalla fue grandissimo Arithmetico, y hallo capitulos nueuos de cosas y cubo yguales a numero, y los cõpañeros deste, de los quales haze mencion enel su libro de las inuenciones, los quales capitulos no foraun

diuulgados, y de crer es, que si biuiẽdo el diuulgara esta su Algebra que anda impressa, la embiara tan emendada, que no vuiera en ella que apuntar y porque auiendo vos dicho que hallo capitulos nueuos me podriades dar culpa, por nolos traer en este my libro, os dare desto alguna razon. Dize enel dicho libro delas inuẽciones que auiendole pedido Hieronymo Cardano Regla para saber el valor dela cosa, quando cosas y cubo son yguales a numero, le monstrara este su intiento eneste soneto.

Quando ch' el cubo con le cose apresso
Se agguaglia a qualche numero discreto,
Trouami dui altri differenti in esso,
Da poi terrai questo per consueto,
Ch'el lor prodatto sempre si eguale
Al terzo cubo delle cose neto,
El residuo poi suo generale
Delli lor lati cubi ben sottrato
Varrà la tua cosa principale.

«Y dize mas, que la declaracion desta regla le dio en este exemplo, 1 cu. p. 3 co. son yguales a. 10. que le dio el Cardano su se, y prometio jurando le por los sanctos Euangelios, que no diuulgaria esta su regla en ninguna obra que publicasse, puesto que enella quisiese confessar que del la deprendiera. Y porque despues desto el dicho Hieronymo Cardano diuulgo vna obra, en la qual trae la misma regla, confessando que la deprendiera del mismo Nicolao Tartalla, pero que teniendo la Regla, facilmente por si hallara la demonstracion, enojose mucho desto, o porque no lo cumplio la promessa, o porque escriuio que el primero inuentor fuera Scipio Ferreo Bononiense, del qual la deprendiera Antonio Maria Florido Veneciano, y que apertando mucho en vna disputa este Antonio Maria a Nicolao Tartalla, el qual se aquexa tanto, y hable con tanta passion, que paresce auer perdido el seso. Mas pues este Nicolao Tartalla tanto celaua los sus inuentos, y tanto pesar recebia por que otro los divuulgasse, puesto que confesase auer los del deprendido, no vuiera de atribuir assi los libros de ponderibus de Jordano, los quales puso por obra suya enel dicho libro suyo delas inuenciones, los quales libros de Jordano yo tengo escriptos de mano, y fueron trasladados de la libreria de San Victor de Parys (1). Mas boluiendo a nuestro proposito

---

(1) A fim de elucidar esta questão entendemos dever transcrever da memoria do abbade de Gua, publicada nas *Mémoires de l'Académie royale des sciences*, Paris, 1744, o seguinte trecho (pp. 440-444), em tudo concordando com P. Nunes:

«La première découverte marquée qui se soit faite, dans l'Analyse depuis Luc Paciolo a été celle de la formule générale pour la résolution des Equations du troisième degré. Si nous en croyons Jérôme Cardan, Médecin de Milan (*Ars Magna*, edição de Lyon, 1663, cap.° 4.°, p. 262) c'est principalement à Scipion Ferrei, Professeur de Mathématique à Bologne, que nous en sommes redevables. Cet Auteur rapporte encore qu'environ 30 ans après que cette découverte eut été faite, Antoine Marie Florido, ou Fiore, Vénitien de nation, disciple de Ferrei, & à qui celui-ci l'avoit communiquée, eut quelques disputes de sciences avec Nicolas Tartaglia de Bresse, l'un des plus grands Arithméticiens & Algébristes de son siècle. Tartaglia, par les efforts qu'il fit pour répondre aux différentes questions de Florido, qui n'étoient embarrassantes qu'autant qu'on avoit point connoissance d'une pareille formule, vint lui-même à bout de la découvrir; & soit qu'il s'imaginât que la poésie dont on s'étoit servi autrefois pour envelopper les réponses obscures des oracles, seroit propre aussi à cacher les mistères de l'Algèbre, soit que l'estime qu'il avoit pour ses propres productions, les lui fit juger dignes d'être exprimées d'une manière noble & peu commune, il renferma l'énoncé de sa règle en trois tercets Italiens, que Nunez, auteur Espagnol, appelle du nom de *Soneto*, (*É o que acima se lê*). Ce qui se peut rendre en cette sorte: *Etant donnée cette Équation* $x^3+px=q$, *décomposés la quantité constante de l'Équation en deux autres, dont le produit soit égal*

principal, la exposicion del soneto es esta: Que busquemos dos quantidades, que la mayor exceda la menor enel numero propuesto, que eneste exemplo es. 10. y que sean tales, que multiplicando la vna por la otra, hagan tanto como es el cubo de la tercia parte del numero de las cosas, las quales en este exemplo son 3. y la tercia parte dellas es 1, cuyo cubo tambien es 1. y que estas dos quantidades busquemos o por algebra, o por otra qualquer via, y seran estas dos quantidades R. 26. p. 5. y R. 26. m. 5. porque la maior excede la menor en 10. y el ducto de la vna en la otra es 1. Y dize entonces, que de la raiz vniursal cubica de la menor, sera lo que queda el valor dela cosa, quando 1. cu. p. 3 co. fueren yguales a. 10. cóuiene asaber R. v. cu. R. 26. p. 5. *m.* R. v. cu. R. 26. m. 5. y esto prometio que demonstraria con las otras sus reglas nueuas. Y el mas facil modo que podremos tener, para hallar las dos quantidades que manda que busquemos con las condiciones sobredichas, sera este: Multiplicaremos ensi la mitad del numero propuesto, que hade ser la differencia delas dos quantidades, y con el producto juntaremos el cubo dela tercia parte del numero de las cosas, y la raiz de todo junto, y la mitad del mismo numero haran vn binomio, el qual tomaremos por la primera quantidad, y el reciso deste binomio sera la segunda quantidad. Exemplo: Si queremos saber quales seran las dos quantidades, que vna exceda a la otra en. 10. y que multiplicando la vna por la otra, hagan 1. obraremos assi, la mitad de 10. es 5. que multiplicados ensi, hazen 25. con los quales juntaremos 1. y seran 26. y diremos por tanto, que este binomio R. 26. p. 5. sera la mayor quãtidad, y R. 26. *m.* 5. sera la menor. Otro exemplo en quantidades racionales: Si queremos saber quales seran aquellos dos numeros, que el mayor excede al menor en. 10. y que multiplicando vno por otro, hagan 39. obraremos assi, la mitad de 10. es 5. que multiplicado en si, haze 25. con los quales juntaremos con 5. y haran 13. y tanto sera la mayor quandidad, y de 8. sacando 5. que daran 3.

---

au cube du tiers du coefficient de l'inconnue linéaire (problème qui dépend de la résolution d'une Equation du sixième degré réductible au second) & *la différence des Racines cubes de ces deux parties de la quantité constante, ou de l'homogène de comparaison, sera la Racine que vous cherchez, pourvû que vous ayez attention de mettre dans cette expression avec le signe + la Racine dont il faut soustraire, & avec le signe celle qu'il faut soustraire.*

«Quoique une règle d'Algèbre écrite en vers ne paroisse pas destinée à rester secrette, néanmoins ce ne fut que sur les prières réiterées de Jerôme Cardan, que Tartaglia se détermina à lui communiquer ces trois tercets. Tartaglia ajoute même qu'il ne le fit qu'après en avoir exigé par serment la promesse que la découverte ne seroit point divulguée. Cela supposé, il a eu raison d'accuser, comme il l'a fait, Cardan de peu de fidélité à tenir sa parole: car celui-ci donna bientôt après dans son *Ars magna* la règle en question; sous prétexte que lui ayant été communiquée sans démonstration, il étoit parvenu à la démontrer; & assurant en même temps, comme nous l'avons déja remarqué, que l'invention primitive en appartenoit à Ferrei, de qui Florido son disciple l'avoit apprise.

«Tartaglia au contraire ne paroissoit point penser que lorsque Florido lui avoit proposé ses différens problèmes du troisième degré, ce Géomètre fût lui-même en état de les résoudre. Il fut donc outré d'entendre assurer qu'il ne faisoit que partager une invention qu'il prétendoit lui appartenir en propre. Il regarda cette allégation comme une espèce de reproche de plagiat, & il s'en plaignit si amèrement, que Nunez parlant de lui, & voulant faire comprendre, d'un côte quel cas il faisoit de la découverte qu'il s'attribuoit, & d'un autre combien il étoit piqué qu'on la lui contestât, n'hésite pas de dire qu'il paroissoit en avoir perdu l'esprit. Je ne sçaurois cacher ici que le reproche de plagiat pouvoit tomber sur Tartaglia avec quelque vraisemblance. Bombeli, auteur presque contemporain, nous le peint comme un homme inquiet, qui par la jalousie qu'il avoit de la réputation des autres, se permettoit de parler d'eux d'une manière peu mesurée, & l'on sçait qu'une pareille disposition a souvent des suites injustes; Nunez de plus positivement qu'il s'étoit attribué plusiuers inventions des Anciens, & en particulier les Livres *de Ponderibus* de Jordan, dont il se trouvoit un exemplaire dans la Bibliothèque de Saint Victor de Paris».

Vid. tambem: Giovanni Fantuzzi, *Notizie degli scrittori Bolognesi raccolte,* t. III, Bologna, 1783, p. 324, e Moritz Cantor, *Vorlesungen über Geschichte der mathematik,* t. II, Leipzig, 1892, pp. 472-499.

por la menor quandidad, y assi es que 13. exceden a 3. cu. 10. y 13. por 3. haze 39. Esta Regla sacamos dela operacion que se haze por Algebra, porque pusimos la mayor quantidad en este exemplo ser 1. co. p. 5. y la menor 1 co. m. 5. y multiplicando 1 co. *p.* 5. por 1. co. *m.* 5. hazen 1. ce. m. 25. que seran yguales a 39. y ygualando auemos de juntar los 25. con 39. y quedarã entonces yguales 64. a 1.ce. y sera por tanto el valor dela cosa la raiz de 64. Y no sera luego necessario hazer mas, que multiplicar en si la mitad del numero, que ha de ser el excesso, y juntar el producto con el numero que se ha de hazer por la multiplicacion dela mayor quantidad por la menor, y ternemos el censo, y la raiz dese censo con la mitad del dicho numero, sera la quãtidad mayor, y la raiz del mismo cẽso, menos la dicha mitad, sera la menor. Es esta Regla nueua de Nicolao Tartalla que trae en este Soneto muy cierta, para saber el valor de la cosa, quando cosas y cubo son yguales a numero, y aun que el dize que no se puede dar della exemplo en quantidades discretas, vos lo daremos. Sean 1. cu. p. 9. co. yguales al numero 26. y queremos saber quanto es el valor dela cosa. Obraremos assi, la mitad de 26. es 13. que multiplicados en si, hazen 1ᵘ 9. y porque las cosas son 9. la tercia parte dellas sera 3. cuyo cubo sera 27. estos 27. con 169. hazen 196. y sera por tanto el binomio R. 196. *p.* 13. y el su reciso sera R. 196. m. 13. y sacando la raiz vniuersal cubica de R. 196. p. 13. lo que queda sera el valor dela cosa, que mostraremos ser 2. porque la raiz de 196. es 14. que con 13. son 27. cuya raiz cubica es 3. y sera por esta cuenta el numero 3. raiz cubica de 27. el qual numero 27. vale tanto como la R. 196. *p.* 13. Mas R. V. CU. R. 196. *m.* 13. sera vnidad, porque de 14. que es R. 196. sacar 13. queda 1. y tanto vale el reciso R. 196. *m.* 13. y la raiz cubica de 1. es 1. y pues la raiz cubica del binomio era 3. y raiz cubica del reciso es 1. y sacando 1. de 3. quedan 2. sera luego el valor dela cosa 2. De manera que R. V. CU. R. 196. p. 13. m. R. V. CU. R. 196. m. 13. es quantidad racional, la qual resulta sacando vna quantidad racional de otra racional. Otros exemplos daremos, en los quales la raiz cubica del binomio es quantidad irracional, mas lo que queda sacando vna raiz dela otra es numero, que sera el valor de la cosa. Exemplo. Sean 1 cu. p. 6. co. yguales al numero 20. la mitad de 20. es 10. que multiplicados ensi, hazen 100. y porque las cosas son 6. el tercio dellas, sera 2. cuyo cubo es 8. y este numero 8. con los 100. hazen 108. y sera luego el binomio R. 108. p. 10. y el reciso sera R. 108. m. 10. y sera por tanto el valor dela cosa R. V. CU. de R. 108. p. 10. menos R. V. CU. de R. 108. m. 10. la qual demonstraremos ser el numero 2. Porque la raiz cubica deste binomio R. 108. p. 10. es este binomio R. 3. p. 1. como consta multiplicando R. 3. p. 1. en si, y el producto otra vez por R. 3. p. 1. Mas la raiz cubica deste reciso R. 108. m. 10. es este reciso R. 3. *m.* 1. como consta multiplicando en si R. 3. *m.* 1. y el producto otra vez por R. 3. m. 1. y manifiesto es, que sacando R. 3. m. 1. de R. 3. p. 1. quedã 2. Y sera luego el valor dela cosa 2. que concorda con el exemplo, porque el cubo de 2. es 8. y 6 co. valen 12. y todo junto es 20. pero R. 3. p. 1. y R. 3. m. 1. que son las raizes cubicas del binomio, y del reciso son quantidades irracionales. Otro exemplo: Sean 1 cu. p. 3 co. yguales a 14. la mitad de 14. es 7. que multiplicados en si, hazen 49. y porque las cosas son 3. el tercio dellas sera 1. cuyo cubo tambien sera 1. que con 49. seran 50. y sera por tanto el binomio R. 50. p. 7. y el reciso R. 50. m. 7. y el valor dela cosa sera R. V. CU. R. 50. p. 7. menos R. V. CU. R. 50. m. 7. puesto que Nicolao Tartalla dize en este exemplo en la platica que tuuo con Ricardo Ventuorthe gentil hombre Ingles, que el valor de la cosa es R. V. CU. 7. p. R. 41. menos R. V. CU. 7. m. R. 41. Pero erro en la cuenta por inaduertencia, o vno yerro en entram-

*

bas las impressiones, por que no es sino lo que diximos, que monstraremos ser el numero 2. Porque R. 2. p. 1. es raiz cubica de R. 5o. p. 7. como consta multiplicando en si R. 2. p. 1. y el producto por ella misma, y R. 2. m. 1. es raiz cubica deste reciso R. 5o. m. 7. como consta multiplicandola por si misma, y ella misma por el producto. Y manifesto es, que sacando R. 2. m. 1. de R. 2. p. 1. quedan 2. que sera el valor de la cosa, la qual hallauamos ser R. v. cu. R. 5o. p. 7. menos R. v. cu. R. 5o. m. 7. y concorda con el exemplo, porque siendo la cosa 2. el cubo sera 8. y el valor de 3 cosas, sera 6. y todo junto 14. Dize Nicolao Tartalla sobre este exemplo, que este capitulo rescibe dos Reglas, y que la vna dellas nos auia de dar el valor de la cosa racional, que en este exemplo es 2. y esta Regla no es hallada, y que la otra que el hallo, nos da el valor de la cosa irracional, que monstramos ser R. v. cu. R. 5o. p. 7. menos R. v. cu. R. 5o. m. 7. Y dize, que los antiguos creyendo, que el capitulo de cosas y cubo yguales a numero, recebia vna sola Regla, la qual seruiria assi en las conclusiones racionales, como en las irracionales, buscauan la Regla con numeros apostados, los quales ya por experiencia auian conoscido, y no con otros, assi como en este exemplo, enel qual poniendo la cosa ser 2. y el valor de 3 co. 6. el cubo es 8. y todo junto 14. y teniendo sabido que siendo 1 cu. p. 3 co. yguales a 14. el valor dela cosa es 2. buscauan Regla, la qual le diese 2. por valor dela co. Y quanto a esto que el dize, auemos de entender que su intencion no seria que responden dos valores dela cosa, el vno racional, y el otro irracional, quando cubo e cosas son yguales a numero, porque esto es impossible. Porque en este exemplo, si el valor dela cosa que es irracional, es menor que 2. valdran las 3 cosas menos que 6. y el cubo menos que 8. y todo junto menos que 14. Y si es mayor que 2. valdran las 3 cosas mas que 6. y el cubo mas que 8. y todo junto mas que 14. Mas el verdadero sentido deue ser este que por la Regla que aun no es hallada, nos vernia el valor dela cosa racional descubiertamente, que en este exemplo concluiria ser 2. o raiz quadrada de 4. o cuba de 8. o raiz de la raiz de 16. que es lo mismo. Pero por la regla que el hallo, puesto que la cosa sea quantidad racional, viene ella misma explicada por quantidades irracionales. Porque R. v. cu. R. 5o. p. 7. es quantidad irracional, porque es R. 2. p. 1. y R. v. cu. R. 5o. m. 7. tambien es quantidad irracional, la qual es R. 2. m. 1. Mas sacando la vna irracional dela otra irracional, queda por valor dela cosa vna quantidad racional, la qual es 2. aun que la Regla no concluye 2. sino diziendo que es vna quantidad irracional menos otra irracional. Pero todavia vn profiado diria que esta exposicion que yo imagino daqual dicho del Autor, no satisfaze, porque el dize, que el capitulo de cosas y cubo yguales rescibe dos Reglas. f. la que aun no es hallada la qual daria quantidad racional, y esta que por el fue hallada, que da quantidad irracional por la manera declarada, y podria instar diziendo, que quando 1 cu. p. 3 co. fueren yguales a 10. ninguna Regla podra auer que de por valor dela cosa quantidad racional, y que siendo 1 cu. p. 9 co yguales a 26. no puede esta su Regla concluir por valor dela cosa quantidad irracional. Porque R. v. cu. R. 196. p. 13. m. R. v. cu. R. 196. m. 13. en ningun sentido que le pueden dar, se puede dezir quantidad irracional.

(Continúa).

RODOLPHO GUIMARÃES.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

INVENTORES PORTUGUEZES

(Cont. do vol. 48.º, pag. 915)

LXXXIX

SANTA THEREZA — FR. PORPHYRIO DE

Na *Revista Militar* de 31 de janeiro de 1896 lê-se o seguinte:

«Fr. Porphyrio de Santa Thereza inventou foguetes, que denominou — granadas volantes — carregando os tubos com um mixto de que fazia segredo. Chegaram a carregar-se alguns d'estes foguetes, mas só se fez a experiencia» (1).

XC

SEARA — DR. ANTONIO ANACLETO DE

Capitão do real corpo de engenheiros, lente substituto do 4.º anno de hydraulica da real academia de fortificação.

No archivo da direcção geral de engenheria, maço 5.º, n.º 137, existe uma memoria d'este official ácerca da construcção de um novo instrumento de reflexão para achar as distancias terrestres por uma simples observação.

Veja-se *Memoria ácerca de um novo instrumento para determinar distancias,* por D. Martinho da França Pereira Coutinho, pag. 8.

---

(1) Existe um exemplar no museu do Commando geral.

XCI

Silva Pinto — Miguel Ventura da

Era preparador das cadeiras de chimica, physica e merceologia no Instituto Industrial de Lisboa. Falleceu a 2 de junho de 1893, commemorando os jornaes da epocha este acontecimento e dedicando ao morto palavras elogiosas. Publicou diversos opusculos em que descreve apparelhos de sua invenção, como o *Novo rarefactor* e *Sulfurador automatico.*

A descripção d'estes opusculos vem no *Diccionario Bibliographico,* tom. XVII, para onde remetto o leitor.

XCII

Silva Tavares — Padre Braz

Foi auctor d'um apparelho para pesca nas margens do rio Ave.

Já démos, sob o titulo de *anonymo,* descripção d'um apparelho identico nas margens do rio Leça.

O apparelho do Padre Braz acha-se assim descripto a paginas 629, tomo 32.º do *Diccionario Geographico* que existe manuscripto na Torre do Tombo:

«Nesta paragem, já disse, corre o rio Ave, de Nascente a Poente, no distrito desta freguezia sam as suas margens cultivadas: tem tres azenhas de moer pam com suas *(sic)* açudes: no distrito dos meeyros tem duas: na ultima está o celebre engenho de pescar peixes, que he feito de coatro hastas de ferro como braços de sarilho, tendo, na ponta de cada hũa, pendente para a parte aonde deita os peixes hum cestinho feito com rede de arames; he tangido pela mesma agoa da corrente: foi invento do Padre Bras da Silva Tavares, senhor da mesma azenha, e morador na aldea da Povoaçom dos meeyros: desta freguezia e inda vive á sua imitação se tem feito muitos em varias partes e não descreve todo o artificio com mais individuação, por ter noticia que outras pessoas o são mais por surpreza.»

XCIII

Soeiro — Baltezar

Advogado em Lamego. Inventou um apparelho para extracção de aguas para moinhos. Foi-lhe passada carta de privilegio a 1 de setembro de 1616.

«Ev EllRei fasso assaber aos que este aluara virem que auendo res-

peto ao que na pitisam atras escrita na outra mea desta folha dis Baltezar Soeiro, auogado na sidade de Llamego, ei por bem que por tempo de vimte annos nenhuma pessoa de coalquer callidade, comdissam que seja, nestes Reinos e senhorios de Portugal, possa vsar do arteficio, emgenho que elle nouamente tem emvemtado para moemdas, tirar agoa domde estiuer e fazella subir de llugares baxos a altos, saluo aquellas pessoas que para yso tiuerem sseu poder llissemsa, e toda a pessoa que neste reino e ssenhorios delle vsar do dito artefisio sem llisemsa do dito Baltezar Soeiro, perdera para elle os istromemtos, emgenhos, que lhe forem achados e allem diso emcorera mais em pena de sincoemta cruzados, ametade para minha camara e a outra ametade para o acusador, o que assim me apras com declarasam que o dito artefisio, emgenhos ssejam nouamemte emuemtados e achados por elle e ssemdo feitos emuemtados por outrem nam tera efeito este aluara nem podera vzar delle e mãodo as justiças ofisiaes e pessoas, a que o conhecimento disto pertemser que cumpram e goardem imteiramente este aluara como nelle sse comtem, posto que o efeto delle aja de durar mais de um anno ssem embargo da ordenassam do 2.º Liuro, titolo 40 em comtrairo. Joam Feo o fes em Lixboa ao permeiro de setembro de mil sseis ssemtos e dezasseis. Duarte Corea de Soussa o fes escreuer» (1).

XCIV

Soler — Francisco

Inventou um apparelho para tirar objectos do fundo do mar ou dos rios.

Carta de privilegio de 15 de dezembro de 1574. E' uma das mais antigas cartas de privilegio que encontramos d'esta especialidade. Vide sobre o mesmo assumpto Antonio Pessoa do *Campo, Gordon,* João *Rodrigues* e *Yola.*

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avendo respeito ao que diz na pitição atras escrita Francisco de Soler, ey por bem e mẽ praz que elle posa fazer o ẽgenho que na dita pitição decllara pera tirar artelharia debaixo dagoa e outras cousas perdidas e vsar delle nos portos de mar e nos rios dagoa doce, que forem do limite e repartição de meus Reinos, não sendo em parte onde meus officiais posão tirar artelharia e outra fazenda minha ou de partes que se posa tirar sem o dito engenho, e antes que o dito Francisco de Soler lance o dito ẽgenho no mar ou nos ditos rios pera tirar as ditas cousas sera obrigado em qualquer parte onde o asi quiser lançar fazello saber ao corregedor ou prouedor da comarca de que forem os lugares onde os ditos portos e rios estiuerem, o qual ẽgenho elle sera obrigado fazer dentro de hũu anno, que se começará da feitura deste em dianté e não o fazendo no dito tempo este alluara lhe nã vallera e por tempo de vinte annos que outro si se começara da feitura deste em diante pesoa algũa de qualquer callidade e condição que seja não podera fazer o tal ẽgenho nem vsar delle sob pena de vinte cru-

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Filipe II, *Doações,* liv. 31.º, fl. 237.

zados, ametade pera os catiuos e a outra ametade pera quem o acusar e alem diso perdera os ditos ẽgenhos pera o dito Francisco de Soler, pello que mando as justiças officiais e pesoas a que este for mostrado e o conhecimento delle pertencer, que cumprã e façã inteiramente comprir e guardar este alluara como se nelle contem, o qual quero e me praz que valha e tenha força, posto que o efeito delle aja de durar mais de hum anno sem ẽbargo da ordenação em contrario. Domingos de Varejão o fez em Allmeirim a xb de dezembro de jb^{c}lxxiij. E eu Alluaro Pirez o fiz escreuer. E de tudo o que achar e tirar com o dito ẽgenho debaixo dagoa pella maneira neste alluara declarado pagara o quinto a minha fazenda. E por tanto como tiuer feito o dito engenho o fará saber aos védores de minha fazenda pera darem a ordem que for necessaria arecadação dos ditos direitos» (1).

XCV

Sousa — Bartholomeu de

Era architecto e fez um engenho para levar a agua ao Terreiro do Paço. Em 1655, a 9 de outubro, a Camara de Lisboa lhe pagava 500 mil réis em satisfação d'esta obra.

A 18 de março de 1652 a mesma Camara mandou pagar a Antonio João, o bispo, Pedro Alvares, Agostinho Cardoso, Manuel de Evora e Antonio José de Jesus, mestres pedreiros e empreiteiros da obra da agua que vai ao Terreiro do Paço, dois mil cruzados por conta da dita obra.

Veja-se *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo v, paginas 344, 507, 508.

Veja-se o artigo relativo a Maximo de *Pina Moraes*.

XCVI

Tavares — Francisco Antonio

Nasceu em Caparica, termo de Almada, a 29 de junho de 1826. Esteve nos Estados Unidos da America do norte, onde seguiu a vida commercial, e, tendo regressado ao reino em 1855, dedicou-se a differentes trabalhos sobretudo de pyrotechnia. Era um homem alto, activo, e lembra-me bem tel-o visto pelas redacções dos jornaes, onde apparecia frequentemente a dar noticia das suas experiencias. Sem educação scientifica ou litteraria, era todavia um espirito emprehen-

(1) Torre do Tombo, Chanc. de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 32.°, fl. 279.

dedor, e consumiu toda a sua actividade e todos os seus recursos nos diversos inventos, que apresentou á publico, e que produziram algum barulho no momento, mas que baixaram depois á região do esquecimento com a morte do seu auctor.

Além de varios artigos e communicações nos jornaes publicou:

Notice sur les fusées de guerre inventées et perfectionées, par Francisco Antonio Tavares. Imprimerie de l'Académie Royale des Sciences, 1869, 8.º, de 15 paginas e 1 estampa photographica.

Luz scintillante do systema Tavares. Lisboa, 1883, uma folha lithographada com estampas.

Tavares, Patent military télégraph lights, use intime of war. Lisboa, 1884, uma folha lithographada com estampas.

XCVII

Torre — Romão de la

Vide *Latorre.*

XCVIII

Travassos — Antonio d'Araujo

Defesa contra a injusta accusação que no n.º xx do *Jornal de Coimbra* lhe fez o doutor Constantino Botelho de ter chamado sua, varias descobertas alheias. Lisboa, Imprensa Regia, 1813, 8.º, 24 paginas.

Vide Innocencio da Silva.

XCIX

Velho — Bartholomeu

Celebre cosmographo portuguez do seculo xvi. Tendo-se expatriado, foi offerecer os seus serviços ao rei de França, juntamente com um italiano Francisco d'Albano.

E' extensa e interessantissima a lista dos instrumentos e apparelhos cosmographicos, que elle dizia ter inventado e que se compromettia reconstruir.

Veja-se o artigo que lhe dediquei nos meus *Trabalhos nauticos dos portuguezes nos seculos XVI e XVII.*

(Continúa). Sousa Viterbo.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VII

1853-1854

(Cont. do vol. 48.º, pag. 928)

XXI

Terminação do Curso normal.—Medalha offerecida a Castilho.—Palavras do sr. Antonio Francisco Barata.—Grande sarau de despedida no Theatro Academico.—João de Lemos e Rodrigues Cordeiro.—Funda-se a Sociedade Civilisadora Conimbricense.—26 de Novembro de 1854; sai Castilho de Coimbra.—Chegada a Lisboa.

No dia 18 de Novembro terminou o Curso, seguindo-se os exames.

Não sei se foi n'essa occasião que os alumnos-mestres offereceram a Castilho uma medalha de oiro, cantando-se então um hymno do poeta, lettra de Joaquim de Araujo Juzarte, musica de José Christiano A'Nell de Medeiros, fayalense, ambos estudantes. A medalha existe.

*

O sr. Antonio Francisco Barata commemorou n'um sentido artigo a sua frequencia do Curso normal de Coimbra, escrevendo mais de vinte annos depois:

«Matriculado como ouvinte no Curso de apprendizagem do *Methodo portuguez* em Coimbra, em 1854, começou o grande poeta a dispensar-me favores muito além do que eu valia. Ao cabo do mez de Novembro (creio que foi), nem examinar-me quiz, mal os olhos do seu espirito se fixaram na resposta que dei a uma primeira pergunta. Approvou-me para ensinar pelo Methodo mais humano dos que dizem termos tido. Nunca o

ensinei; mas é fé minha que não póde haver parallelo entre elle e os antigos» (1).

Foi este Curso de Coimbra o derradeiro dos Cursos normaes regidos, por assim dizer, á ponta da espada pelo glorioso iniciador. Foi o derradeiro; e porquê?

Não havia tanto ainda que fazer?

Não o esperavam os outros Districtos administrativos?

Certo é. Mas para que servia mais trabalho, mais dispendio de forças, mais lucta? Não era tudo em vão?

Uma de duas: ou os mestres apprendiam com Castilho para depois irem professar a doutrina pura, ou iam ali para tomarem uma distracção nas suas lidas. Se se tratava de uma simples distracção, frivolo emprego de tempo para um homem laborioso e atarefado como Castilho! Se era toda aquella faina destinada a resultados serios, onde estavam as subsequentes providencias governamentaes no sentido de obrigar os mestres a não descarrilarem, e a manterem accezo o fogo que lhes tinham ensinado a accender?

Como o Governo fingia patrocinar, e não patrocinava, Castilho retrahiu-se. Já doutrinara o Districto de Lisboa, o do Porto, o de Leiria, e o de Coimbra.

Bastava.

*

A 25, sabbado, celebrou-se no Theatro Academico um grande sarau de despedida, nos intervallos de duas peças representadas por estudantes.

Compareceram ao sarau dois poetas sympathicos a toda a gente: João de Lemos de Seixas de Castello Branco, e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro. O primeiro achava-se de passagem em Coimbra; o segundo deixou de proposito a sua Leiria, montou a cavallo, e veio recitar no sarau.

Castilho recitou o *Novo Anjo,* versos á morte da joven Princeza D. Amelia de Bragança.

Seguiu-se-lhe João de Lemos, cuja bella voz deu todo o colorido aos lindissimos e sentidissimos versos intitulados *Coimbra,* visivelmente ali mesmo compostos á ultima hora; peça cheia de vibração poetica, e onde apparece inteiro o caracter todo nacional, cavalleiroso e amante, do cantor da

---

(1) Artigo intitulado *Antonio Feliciano de Castilho,* escripto em 20 de Junho de 1875, publicado no jornal *O Conimbricense* de 22.

Lua de Londres. Depois de enumerar as bellezas de Coimbra, recorda-se saudoso do seu tempo de estudante, e dedilha a esse proposito algumas estrophes magistraes. Depois, volta-se para a estudantina coimbrã, e diz-lhe:

Quaes fomos, sois hoje a esp'rança,
mancebos, da patria a flor,
do futuro segurança,
das nossas lettras penhor.
Entre vós o rei da lyra
bem vêdes que vos inspira,
brandindo um facho de luz;
bem vêdes o immenso brilho,
com que o nome de Castilho
em nossas glorias reluz.

Esta estrophe, toda ella pujança, excitou enthusiasmo, e João de Lemos foi acclamado pelo publico; as acclamações redobraram no fim dos versos.

Depois de João de Lemos, coube a vez a Cordeiro, que recitou *A corrida veloz*, e foi muito applaudido.

Varios estudantes, cujos nomes não sei, recitaram versos depois de Cordeiro.

Tornou João de Lemos, e encantou o auditorio com *A lua de Londres*.

Seguiu Cordeiro, com a popularissima *Doida de Albano*, depois da qual uns versos a Castilho. Tudo isso foi coberto de applausos.

Cordeiro leu a dedicatoria de Castilho á mocidade academica, com que se estreava o folheto *Ajuste de contas* então no prelo.

Castilho recitou ainda outros versos.

Este sarau fez sensação em Coimbra. Um jornal d'onde extrahi os pormenores supra, diz:

«Foi elle por certo o mais brilhante dos tres que devemos á estada do sr. Castilho n'esta terra» (1).

*

Deixemos agora o sarau, para commemorar outra importante fundação de Castilho n'essa occasião: a Sociedade Civilisadora Conimbricense.

---

(1) *O Conimbricense* de 28 de Novembro de 1854.

Fundação de Castilho não é talvez a expressão exacta. Creio, mas não tenho maneira de o verificar, que os verdadeiros fundadores foram os estudantes, impressionados, porém, influenciados, directa e indirectamente, pela presença e pela palavra do evangelisador indefesso da civilisação portugueza pela instrucção.

Os membros da Commissão redactora do projecto de Estatutos foram os srs.:

Filippe do Quental, Presidente;
Manuel Pinto de Araujo, Secretario;
Luiz Antonio Ferreira Girão, Relator;
Francisco Joaquim de Sá Camelo Lampreia, e
Thomaz Antonio Ribeiro Ferreira, Vogaes.

Estes Estatutos, de que tenho um exemplar lithographado, declaram que a Sociedade «tem por fim divulgar, quanto em si couber, a instrucção, e promover o desenvolvimento moral e industrial das classes pobres e laboriosas.» Para isso estabeleceria sociedades filiaes, escolas, e um periodico litterario e scientifico. O numero dos socios era illimitado, e a admissão franca a toda a gente que para o cofre contribuisse com a modica somma de 120 réis.

Para se reconhecer a influencia de Castilho, basta notar que o artigo 7.º diz textualmente: «A Sociedade tem um Presidente honorario e vitalicio, que é o sr. Antonio Feliciano de Castilho.»

Passo por alto as demais disposições, que são pouco mais ou menos as mesmas que regem aggremiações d'este genero.

Estes rompantes de zelo são muito da nossa terra. Depois dos primeiros impetos, é bem certo que esfriam as tenções; mas emquanto duram, duram. A Sociedade Civilisadora, não me consta deixasse rasto, a não ser este projecto de Estatutos; sei, porém, que houve muitas sessões n'aquelles primeiros tempos, que se discutiram muitos assumptos, e que toda aquella generosa cohorte, animada das mais santas e puras intenções, continuou por este e outros meios a atear o fogo sagrado.

Durou pouco? certamente; mas isso é questão secundaria. A Sociedade Civilisadora era uma efflorescencia formosissima d'aquella primavera intellectual. Flores duram pouco; até mesmo nem sempre dão fructo; mas são bellas; são signal de vida.

A primeira reunião, apenas preparatoria, celebrou-se no Domingo 31 de Outubro de 1854, com immensa concorrencia. Ouviu Castilho com entranhado gosto discursar muitos estu-

dantes; e escrevia isto em carta intima para casa a 7 de Novembro:

«Ha entre esta rapasiada talentos notaveis, e de uma eloquencia de coração e de palavra, que só existe n'aquella edade florescente.»

E mais adiante:

«Isto ha de ir longe, mas muito longe, vês tu? Nada poderia já diminuir este ardor de instrucção publica, de que elles estão embriagados» (1).

.....

*

No Domingo 26 de Novembro de 1854, pelas 3 horas da tarde, sahiu de Coimbra Antonio Feliciano de Castilho, acompanhado de grande numero de estudantes, muitos rapazinhos alumnos do Methodo, muito povo, e a Philarmonica dos operarios tocando um hymno expressamente composto em honra do poeta. Este cortejo, d'onde irrompiam vozes de *Viva! Viva o amigo da instrucção do povo! Viva o amigo do povo!* seguiu até fóra da cidade.

Castilho foi dormir a Condeixa.

No dia 27 foi dormir a Leiria, hospedando-se em casa de D. Antonio da Costa, onde chegou já de noite.

Descançou ahi no dia 28, e na madrugada de 29 seguiu para Lisboa. Na noite de 31 entrava no seu querido lar do Becco do Norte.

Tornando-se das fadigas das guerras lonquinquas ao remançoso abrigo dos seus castellos, assim folgavam os antigos paladins, ao quitarem o elmo, ao descingirem o montante, ao desembraçarem o escudo, ao desvestirem peça por peça a amolgada armadura.

Castilho era o valente paladim, nem sempre pacifico, da custosissima cruzada da luz.

Estou a vel-o n'esse periodo da vida!...

Vinha cançado, e muito mais magro; lembro-me bem; e

---

(1) Esta carta era, como muitas outras, em francez, lingua que falavamos habitualmente em casa. Esses trechos diziam: *Il y a parmi ces jeunes gens des talents remarquables, et d'une éloquence de cœur et de verbe, dont on ne trouve guère d'exemple que dans cet âge florissant..... Ça ira loin, très loin, vois-tu? Rien ne pourrait plus dompter cette ardeur d'instruction publique dont ils sont enivrés.* J. de C.

lembro-me de que o nosso medico e excellente amigo, o Dr. Miguel Januario Fernandes Branco, appareceu sem ser chamado, examinou com toda a attenção o poeta, quiz auscultar-lhe o coração, e notou-lhe não sei que engurgitamento no pescoço e nas cordas vocaes, attribuindo isso ao excessivo trabalho dos fadigosissimos Cursos de Coimbra e do Porto.

—Tome conta comsigo, meu querido sr. Castilho—recommendava o clinico;—descance; lembre-se de que a sua vida pertence aos seus filhos; descance.

Castilho ria, e tornava:

—Descançar eu!? não posso. No meu Hymno do trabalho escrevi: *Só á noite compete o repoiso;* e ainda não cahiu a noite. *Só aos mortos o eterno dormir;* e ainda não estou morto, não; estou vivo e muito vivo.

Branco ficava serio, e accrescentava abraçando-o:

—Pois sim, mas tome conta.

Minha Mãe chorava....

XXII

Fallecimento do grande poeta Visconde de Almeida Garrett.—O seu funeral.—Discurso de Castilho.—Resposta a insinuações malevolentes.

O ultimo acontecimento de vulto, que o mundo litterario registou perante a Historia, em 1854, com muitas e sentidas lagrimas, foi o fallecimento do grande poeta Visconde de Almeida Garrett.

No seu pouco, mal podia então o humilde auctor d'esta minuciosa chronica de saudades avaliar em cheio toda a profundeza do golpe, que a Mão da Providencia descarregava no coração dos Portuguezes; mas Garrett era um nome cheio de luz; e o apagar prematuro d'aquelle homem, que tanto, e por tantos modos, nobilitava a sua terra, contristou a todos.

Lembro-me da repercussão d'essa noticia em nossa casa. Havia apenas dias que o bardo do Methodo portuguez acabava de chegar, exhausto de trabalho, das suas asperas campanhas pela provincia, quando assim se finava, na casa da rua direita de Santa Isabel, o cantor do *Camões*. Perdendo aquelle antigo contemporaneo de estudos, e illustre rival, não perdia Castilho um amigo intimo; nunca o tinham sido os dois; mas perdia um bom companheiro, um collaborador glorioso na

obra ingente da implantação do romanticismo. Bastava isso para que a alma do poeta se sentisse de lucto.

Acompanhou-o á sua ultima jazida no cemiterio dos Prazeres, e prestou-lhe, como soube e como poude, espontaneo tributo.

Discutirei o ponto.

*

N'esta pobre terra, mexeriqueira muita vez, houve quem accusasse Castilho pela culpa de não ter proferido um bello e eloquente discurso na solemnidade do enterro de Garrett.

O caso passou-se assim:

Castilho foi aos Prazeres, creio que na companhia de Silva Tullio; não affirmo; parece-me. A concorrencia era consideravel; mas, ainda assim, como succedia sempre, todos olhavam para o cego poeta. De Santa Isabel até ao cemiterio deixou-se levar no prestito; e ficou, por acaso, ou porque o conduziram para ahi, perto do centro da turba, e não longe do feretro. Poisou-se o caixão, e antes de ser encerrado pediu-se a Herculano que dissesse alguma coisa.

Herculano não era orador, não viria preparado, recusou-se, refugiu, teimou, e guardou silencio.

«O sr. Alexandre Herculano—diz uma testemunha presencial—excusou-se a alguns amigos que com elle não occupavam o centro, mostrando antes mais gosto de ouvir outros oradores que estavam presentes.»

Este narrador não julgou mal a prudente abstenção de Herculano, pois accrescenta:

«Esta modestia e abnegação, além de lhe fazerem honra, levaram-nos n'aquella hora a reflectir que o historiador não deve enthusiasmar-se, e que a critica deve ser pautada por todo o sangue frio, por toda a imparcialidade» (1).

Pediu-se então a Castilho que falasse.

Castilho, orador correcto e chistoso no genero didactico, era de todo falto do calor e arranque artistico dos tribunos. Convidado assim, de repente, e sem o esperar, para levantar a antiphona n'estas solemnes exequias litterarias, fez o que faria qualquer outro homem zeloso do seu bom nome: retrahiu-se, pediu excusa. Insistiram com elle descaridosamente, rodea-

---

(1) Artigo de Manuel Luiz Machado, que não sei quem é, no jornal lisbonense *Imprensa e Lei*, n.º 408, de 24 de Dezembro de 1854.

ram-n'o, fez-se silencio profundo, e o pobre poeta viu-se constrangido, mau grado seu, a falar. Foi uma especie de crueldade, praticada (quero crel-o) nas melhores intenções.

Colhido assim de sobresalto, naturalmente commovido, não sabendo, de certo, da recusa de Herculano, impossibilitado de ver o aspecto curioso do auditorio.... pouco achou que dizer, tanta era a magnitude do assumpto! desculpou-se de não vir preparado, falou de Garrett, recordou o que se devia a este eminente poeta, disse que o panegyrico de um Visconde de Garrett não se podia fazer em semelhante occasião de tanta magua (1); accrescentou que portanto não se demoraria em lamentar a irreparavel perda de tal homem (2); aproveitou a occasião de se acharem ali reunidos tantos homens de lettras para advogar a sua já antiga utopia de um cemiterio de honra, ou Campo elysio nacional para os benemeritos da Patria; e lembrou que nenhum escriptor seria mais digno de inaugurar esse recinto de privilegiados, do que o immortal cantor de *Camões* e da *D. Branca,* junto com os ossos de Camões e os de Filinto (3).

Commovido pelo assumpto, e pela situação, nada mais disse.

Outro assistente, um tal L. de V. diz:

«Coube ao sr. Antonio Feliciano de Castilho ser o primeiro a orar. Do seu discurso pouco podémos ouvir» (4).

O *Lidador* de 15, dando conta do breve improviso de Castilho, accrescenta:

«O sr. Castilho foi escutado em religioso silencio. A commoção que o subjugava n'aquelles solemnes momentos, inspirou-lhe generosas ideias e poeticas phrases.»

Antonio Pereira da Cunha no jornal *Portugal* de 18, diz que elle orou *esplendidamente, elevando-se á altura do assumpto.*

---

(1) Palavras do orador que falou depois de Castilho:

«O panegyrico do Visconde de Almeida Garrett, como disse o eximio poeta que acabamos de ouvir, não se póde fazer aqui, entre lagrimas e soluços.»

Silva Tullio—discurso publicado no jornal lisbonense *O Arauto,* de 15 de Dezembro, e no jornal *O Lidador,* de 23 de Dezembro de 1854.

(2) Disse «que não era em lamentar uma perda irreparavel como a do sr. Garrett que se demoraria.»

Artigo commemorativo do funeral no jornal *O Arauto,* de 15.

(3) «Convidou a imprensa a apoiar a fundação de um campo elysio nacional, onde sejam sepultados os homens notaveis do paiz; que aquelle campo não podia ser mais grandiosamente inaugurado, do que com os restos mortaes de Camões, Francisco Manuel do Nascimento, e do sr. Garrett.»—*O Arauto,* de 15.

(4) *Imprensa e Lei,* de 12 de Dezembro de 1854.

*

Eis ahi como o caso se passou, segundo eu proprio, que não assisti á solemnidade, colhi na tradição oral imparcialissima, e nos documentos.

A Castilho seguiu-se Tullio; Tullio não era orador; falava com certa abundancia; fazia considerações; narrava com chiste. D'esta vez falou commovido, com a voz embargada de pranto, e falou bem, segundo se vê no seu discurso (1).

A Tullio seguiu-se o vibrante Rebello da Silva, orador de lei, habituado aos effeitos rhetoricos, brilhante pyrotechnico de imagens rutilantes, improvisador de magnificencias de estylo, o primeiro orador, emfim, que tenho devéras admirado. O seu discurso, não improvisado mas preparado, sahiu impresso (2).

A Rebello seguiu-se o tribuno operario Francisco Vieira da Silva, incorrecto mas cheio de calor e imaginação, e dotado da audacia oratoria que tanto agrada ás turbas.

Que admira (pergunta o honrado bom-senso) que as meditadas orações funebres de Tullio e Rebello commovessem a assemblêa, sobre tudo depois do timido *improviso* arrancado a Castilho?

*

Pois houve quem, avido sempre de escandalos n'esta rumorosa e ingrata republica das Lettras, se atrevesse a lançar suspeições malevolas sobre o forçado contraste entre o primeiro orador e os ultimos! Houve quem não quizesse levar em conta os verdadeiros motivos que ali maniataram o cego poeta, e insinuasse não sei que desairoso retrahimento na voz d'elle. Tudo se escreve!

Francisco Gomes de Amorim no seu livro *Garrett — Memorias biographicas* escreveu:

«Antonio Feliciano de Castilho ergueu a voz auctorisada. Esperavam todos discurso digno do vivo e do morto; mas foram frustradas as esperanças. O orador declarou que *não estava preparado*. E falou de modo, que Rodrigo Felner, afastando-se com ira, vibrou-lhe pungentissimo sarcasmo» (3).

---

(1) Publicado no *Lidador*, de 23.
(2) No jornal *Imprensa e Lei*.
(3) Tom. III, pag. 680.

Este ouvinte tambem imaginava que lhe deleitariam os ouvidos com alguma formosa peça oratoria; e tambem se insurge contra a leal declaração de que, não sendo Castilho orador de effeitos e repentista, se não achava preparado. Depois, mette outro na questão, intrigando-o sem necessidade, e sem.... verosimilhança, talvez só para mostrar que um pobre mas sentido improviso, que arrancava elogios a Silva Tullio, ao articulista do *Lidador,* a Antonio Pereira da Cunha, e quem sabe a quantos mais, só merecia sarcasmo da parte de um obscuro ouvinte mal humorado.

Isto é muito de cá: deprimir um, para elevar outro.

Melhor seria, comtudo, que a essas apreciações levianas e odientas se antepozesse o exame das circumstancias especiaes de Castilho. Vamos por partes.

*

O seu tributo de admiração a Garrett pagára-o elle desde muito, segundo provei á evidencia no Livro IV d'estas *Memorias*. Ninguem poderá pôr em duvida que o espirito lucido e alto de Castilho aquilatasse, como devia, o papel litterario de uma penna que escreveu o *Frei Luiz de Sousa*. Se elle quizesse regatear-lhe uma homenagem posthuma, deixaria de comparecer no cemiterio; mas não regateou; e a sua presença era um feudo ao seu antigo companheiro.

Reflicta-se n'uma coisa: um homem obscuro atreve-se ás vezes a muito mais do que outro, a quem os antecedentes imponham responsabilidades tremendas. Note-se que falando de homens obscuros não me refiro a Tullio e muito menos a Rebello, ambos sabedores, ambos bem reputados, e praticos no mistér das Lettras; não falo em hypothese; falo em these. No funeral de Garrett era tremendissima para Castilho a responsabilidade oratoria; conhecedor de si proprio, quiz evital-a; constrangeram-n'o, impelliram-n'o ao perigo. Falou como soube.

Quando Castilho começou, tenho a certeza de que muitos esperariam uma oração academica, um panegyrico monumental. Enganavam-se; aquelle orador não era para isso; faltava-lhe a chispa; e o commettimento era arduo: falar de Garrett em poucas palavras, e em tão triste conjunctura, é de certo mais difficil do que falar de Garrett em tres grossos volumes. Aquillo não era um livro composto na solidão de um escriptorio, com vagar, e elaborado em trinta annos, com amor e com odios; era uma obra rapida, que devia resgatar pelo brilho dos con-

*

ceitos e pela eloquencia da phrase o que tinha de ephemera, uma obra improvisada na presença de mirones quasi todos entendedores da arte. Aquillo não era tambem um simples e vulgar exame de escola, provança em que passam tantas nullidades, e em que alguns talentos se arriscam a sahir esperados. Era bem mais do que isso tudo: era a consagração do Genio.

*

Reflictâmos:

Ha gente, que tem a arte de desencantar defeitos no que se pratica, e no que deixa de praticar-se; é um feitio; e não é ás vezes por mal; julgam dar prova de austeridade.

Se Castilho se tivesse calado, se tivesse mantido a sua resolução de silencio, seria incriminado pela sua abstenção, ainda mais do que o foi pelo crime.... de não ser orador de effeitos.

Se tivesse preparado um longo panegyrico do illustre morto, dir-lhe-hiam outros não ser aquella a occasião para apreciações litterarias, mas só para explosões de lagrimas.

Se, ousando arcar com o assumpto, se tivesse sahido mal da empreza, bradariam outros: Com o seu nome, era melhor ter-se deixado ficar mudo espectador.

Até o accusaram, como acabamos de ver, porque declarou francamente que não vinha preparado!

A citada testemunha, o sr. Manuel Luiz Machado, que de todo desconheço, não duvidou escrever:

«O sr. Antonio Feliciano de Castilho, que occupava mais o centro, é rogado em voz alta.»

Castilho occupava o logar em que por acaso o collocaria a pessoa que lhe dava o braço; é preciso que se note que elle nunca procurava pôr-se em evidencia.

«Começou fazendo propostas para uns *campos elysios,* onde já podiam domiciliar-se Camões, Filinto, e Garrett.»

Certamente; e que maior homenagem podia elle prestar a Garrett, do que dar-lhe taes companheiros? Camões, que elle tinha cantado, e Filinto em cujo nome publicára a *D. Branca!*

«Disse mais algumas coisas,—continúa o sr. Machado—mas não em estylo oratorio e funebre, como o caso pedia e o auditorio esperava.»

Este critico ignorava duas coisas pelo menos:

1.ª—que o estylo familiar, conchegado, tem ás vezes mais poder de sentimento do que os raptos de fogosa rhetorica;

2.ª—que não tinha Castilho os dotes oratorios que arrebatam as turbas.

Eu por mim gostaria de ouvir o estylo *oratorio e funebre* do sr. Machado. Talvez fosse bem *funebre!*

Continúa o critico:

«Sendo terrivel a impressão ao ouvir-lhe dizer que não estava preparado!»

Creio que mais modesta e leal declaração não podia haver. Mas o certo é que não estava, e poucos o estariam. Não vejo que na confissão de não estar preparado haja materia de censura. Tanto a não ha, que este mesmo narrador achou correcta a abstenção de Herculano; logo, por que notou a de Castilho? Herculano e Castilho não se tinham preparado. Os dois discursos, de Tullio e Rebello, foram preparados; tambem é certo; e a prova é a circumstancia de os publicarem depois as folhas periodicas. De um litterato como Garrett é empreza difficillima falar de improviso e em termos restrictos. O adjectivo *preparado* (eis ahi terceira coisa que o sr. Machado ignorava) não significava que Antonio Feliciano de Castilho desconhecia as obras e os meritos de Almeida Garrett; isso ficou sobejamente provado nas transcripções que apresentei no Livro IV; significava que as apreciações dos livros de um tal homem requerem pausa, meditação, reflexão, e que elle, Castilho, não as sabia formular n'aquelle lance de tristezas. Castilho com a affirmação de *não estar preparado* queria dizer implicitamente: a empreza é ardua; eu não pensei que me obrigassem a falar; não preparei phrases; não sou orador repentista.

Continúa o sr. Machado:

«A muitos ouvimos dizer: *Pois Castilho, conterraneo de Garrett, seu condiscipulo em Coimbra, collega em poesia, e com elle alta personagem na republica das Lettras, não estava preparado!*»

Quantos conterraneos de Garrett—pergunto eu tambem—quantos condiscipulos d'elle, quantos collegas em poesia, quantos personagens litterarios e politicos, estariam n'aquelle momento aptos para o improviso?

«Outros diziam: *Quem melhor que Castilho conhece a litteratura patria? e então com aquella lingua de prata, e a mente sempre inspirada, deixa-nos assim como uma especie de Tantalos!*»

Póde-se conhecer todas as Litteraturas, póde-se ter lingua de oiro, como S. João Chrysostomo, e não achar n'uma occasião d'aquellas os raptos da eloquencia. E' o caso do *inopem me copia facit.*

«Na nossa opinião—conclue o articulista com profundo criterio—foi calculo.»

Calculo de quê, sr. Machado? Pois Castilho não lucrava em ser eloquentissimo ali?

Basta, e sobeja talvez.

*

Direi apenas que me não consta que esses mesmos zelosos censores, que atacaram Castilho por falar pouco, e por não ir *preparado,* extranhassem o facto de não terem sido proferidos discursos (a não ser o do bom Rodrigues Cordeiro) no funeral de Castilho.

Mas essa omissão deu-se; e nenhum de nós, os anojados, ou pelo parentesco ou pelo coração, se lembrou de a levar a mal. Pois ao funeral de Castilho, apesar de ser a uma hora incommoda, apesar de ser em estação em que todos estão fóra de Lisboa, assistiram oradores consummados: Fontes Pereira de Mello, Rodrigues Sampaio, Sousa Telles, D. Antonio da Costa, Teixeira de Vasconcellos, José Dias Ferreira, Freitas de Oliveira, Pinheiro Chagas, Thomaz de Carvalho, José Julio Rodrigues, e outros muitos.

Que illação se póde tirar de um tal silencio? nenhuma desairosa para elles; póde apenas inferir-se:

1.º—que o uso dos discursos funebres se não achava generalisado em 1875, e muito menos se acharia em 1854;

2.º—que os partidos *politicos,* as paixões *politicas,* é que na maior parte dos casos promovem taes manifestações oratorias, que são, sobre tudo, affirmações de corrilho;

3.º—que a magnitude do assumpto os acobardou;

4.º—que o silencio é muita vez mais eloquente do que a palavra.

Mas ha mais: notou não sei que jornal, como censura á Academia Real das Sciencias, que esta douta corporação não encarregasse alguem de falar por ella junto ao ataúde de Castilho.

Pergunto: tinha-o feito junto ao ataúde de Garrett?

A este proposito parece-me conveniente transcrever aqui um artigo, em que, no *Jornal da Noite* de um dos dias proximos ao funeral de Castilho, uma penna, que julgo ser a de Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, se referia ao assumpto. Eil-o, e peço toda a attenção:

«Segundo referiam os jornaes de hontem, houve quem extranhasse no enterro do sr. Visconde de Castilho a falta de um discurso em nome da Academia Real das Sciencias, da qual era Socio de Merito. Parece-nos que a extranheza não tem fundamento rasoavel.

«Entre nós mui raras vezes se teem recitado discursos nos cemiterios. O costume francez de honrar a memoria dos mortos, na hora em que vai desapparecer para sempre o seu cadaver, é bom costume, porém não encontrou em Portugal grande sympathia. O povo gosta, porque lhe apraz sempre ouvir as classes illustradas, e porque lhe são gratos todos os espectaculos; mas os que poderiam falar de modo que, satisfazendo a curiosidade do publico, o instruissem e commovessem, não o fazem, por modestia até certo ponto bem entendida. Não querem adiantar-se a tomar encargo para o qual haveria ali pessoas mais competentes. Estas procedem do mesmo modo, por melindre egual. E ninguem fala.

«A modesta desconfiança de si proprios devia influir com maior vigor nos Academicos, pela consciencia do muito que valem os collegas; e tambem, porque não se improvisa facilmente um discurso em honra de homem tão insigne e celebrado como o Visconde de Castilho, e em nome da Academia, de modo que nem deslustre a memoria do heroe, nem fique inferior ao credito da corporação.

«Em França as Academias designam o Socio que ha de falar em nome d'ellas. Outro tanto fazem todas as corporações em circumstancias identicas. Se em Portugal se costumasse fazer assim, a pessoa escolhida iria cumprir esse dever sem receio de lhe censurarem o arrojo, e consoante lh'o permittissem as suas forças.

«Merecia todas as demonstrações a memoria do Visconde de Castilho; mas quem lhe não prestou n'aquella conjunctura a homenagem da eloquencia, tem nas razões allegadas por nós sufficiente justificação, sem accrescentar que a dor de tamanha perda mais era para embargar a voz, que para lhe dar vigor e audacia.»

Da opinião dos que, podendo falar, não falaram no funeral de Castilho, era o grande Lamartine. Disse elle algures:

«No momento em que o homem entra á immortalidade pela porta mysteriosa do sepulcro, nenhum rumor terrestre o deve seguir, a meu ver, senão o rumor dos passos dos amigos, que o acompanham até ao limiar da morte. Entre estas duas vidas, uma a principiar, outra a findar, á beira da cova, abre-se um abysmo, que nenhuma palavra humana póde transpôr. Nas orlas do infinito, parece mesquinho tudo, até mesmo o que ha maior no homem: as suas affeições e as suas dores. Silencio pois» (1).

---

(1) Discurso no funeral d'Aimé Martin.

Ora se, como diz o articulista do *Jornal da Noite, entre nós mui raras vezes se teem recitado discursos nos cemiterios,* costume francez, que *não encontrou em Portugal grande sympathia;* se é bem verdade que os assistentes a uma solemnidade d'esse genero se retrahem, *por modestia até certo ponto bem entendida;* se é certo que *não se* IMPROVISA *facilmente um discurso em honra de homem tão insigne e celebrado como o Visconde de Castilho,...* é indiscutivel que as mesmas ponderações podem exactamente applicar-se ao caso de não ter proferido discurso brilhante no funeral do Visconde de Almeida Garrett quem desconfiava das suas forças oratorias. Tem pois razão o anonymo auctor do mencionado artigo quando accrescenta: «Quem lhe não prestou n'aquella conjunctura e homenagem da eloquencia, tem nas razões allegadas por nós sufficiente justificação, sem accrescentar que a dor de tamanha perda mais era para embargar a voz, que para lhe dar vigor e audacia.»

Ahi fica a primeira resposta ás insinuações dos censores. Se mais fôr necessario, tenho reforço.

XXIII

Resolve-se Castilho a ir implantar no Brazil o seu Methodo.—Conclusão do Livro VII.

Ao ver terminado este laboriosissimo anno de 1854, assistia ao poeta o direito e o dever de descançar. Mas descançar?! era coisa que não sabia.

Julgou talvez sufficientemente espalhada a semente depois dos tempestuosos e trabalhosos Cursos de Lisboa, Leiria, Porto, e Coimbra, e entrou-lhe no espirito, sempre irrequieto, outro devaneio extranhissimo: ir levar a luz do novo ensino ás plagas do Brazil.

O Brazil foi sempre para nós outros, Portuguezes, um verdadeiro fascinador. Terra irman, ou filha, da nossa, liga-se a nós por indissoluveis laços, que todos os dias se estreitam. Commercio, lingua, tradições, costumes, virtudes, defeitos, tudo é nosso, essencialmente nosso. A Castilho em especial accresciam novas razões de sympathia.

Primeiro que tudo, era o Brazil um paiz, onde o nome litterario do Cantor da *Primavera* e dos *Ciumes do bardo* attingira o apogeu da celebridade desde longos annos.

Em segundo logar, o Imperador mostrava-se amigo de litteratos em geral, e distinguira Castilho com provas especiaes e inequivocas de apreço.

Em terceiro logar, eram instantissimos, eram constantes os pedidos de José Feliciano de Castilho a seu irmão para uma saltada ao Rio.

Tudo isso, junto ao desejo, que nutria o auctor do Methodo portuguez, de conquistar para a sua pedagogia reformada a terra florescente e auspiciosa de Santa-Cruz, actuou no espirito d'elle, e fel-o pensar a final em realisar aquelle custoso mas agradavel passeio transatlantico.

Da despeza do paquete encarregou-se generosa e fraternalmente José Feliciano, para quem isso era bagatella. Pediu pois Castilho a necessaria licença ao Ministro do Reino, e preparou-se para este inesperado e fadigoso commettimento.

*

Com isto chegámos a outro marco milliario.

Paremos aqui, e no Livro seguinte nos transportaremos com o poeta a duas mil leguas de distancia, onde o aguardam novos trabalhos, novas vicissitudes, e novas glorias.

O mundo é largo, e Deus é grande.

Quinta da Victoria—Sacavem, Março de 1892.

FIM DO LIVRO VII.

JULIO DE CASTILHO.

ALLOCUÇÃO PROFERIDA NA INAUGURAÇÃO DA 1.ª EXPOSIÇÃO DE BELLAS ARTES EM COIMBRA

MEUS SENHORES!

Quando hontem, de manhã, recebi o convite do sr. Pinho Henriques, fiquei surprehendido pela novidade e atrevimento da tentativa — uma exposição de pintura e esculptura em Coimbra! — mas surprehendido e seduzido ao mesmo tempo, surprehendido sympathicamente, porque, apesar dos meus cabellos brancos, eu sou sempre um irreductivel crente, e creio devéras no esforço, tão paciente como arrojado, das nossas classes trabalhadoras. Formei por isso logo tenção de vir á inauguração d'esta exposição; e da melhor vontade cedi depois ao pedido que pessoalmente me fez o seu promotor para lhes dizer o que penso d'ella.

Qual o significado e alcance d'este modesto certamen? E' mais uma tentativa envidada pelas ultimas gerações para fazerem com que Coimbra mereça o titulo de Lusa Athenas não só pelo seu brilho nas sciencias e nas lettras, mas tambem nas bellas artes. E não ha dúvida que, graças a tão generosa campanha, esta cidade, além de despertar para a guarda e enthesouramento do seu espolio artistico, tem-se recentemente embelezado com successivas construcções, deante das quaes já paramos com certo enlevo.

Mas quanto, apesar de tudo, não falta, para se chegar a ter uma nova cidade digna da antiga, cujas preciosas reliquias ainda hoje ahi attestam como fômos grandes tambem pelo coração; quanto não falta para a tornar digna d'esta sonhadora natureza, tão florída e nupcial, que a não ha mais propria para accender inspirações no estro nativo da nossa gente!

E não basta melhorar architectonicamente as habitações, não é menos preciso melhorar, espiritualizar tambem o seu interior, e tal é o principal fim que se propõem a pintura e a esculptura. Quando a sociedade moderna conseguir levá-las a todas as moradas, até ás mais modestas, terá realizado uma das suas mais nobres e abençoadas aspirações.

Fala-se, mesmo entre nós, de providencias de hygiene e

moralização publica, e nada, de facto, mais urgente, principalmente entre nós. Mas convençam-se todos de que essa obra de saneamento social não se póde fazer só directamente; e um dos grandes meios por que ella se ha de ir effectuando, é pelo derramamento da instrucção esthetica, que leve a todas as classes o gôsto, o confôrto e a dignidade das emoções delicadas. Um quadro, um busto que se ponha dentro d'uma sala, exige logo que se abram mais rasgadas as janellas para que entre a luz e se veja bem, e, com a luz, entrará o ar e a saude, e, sob a magia das recordações que se encerrem nesse quadro ou nesse busto, o maridó e o filho hão de sentir-se mais attrahidos para o seu lar e fixar-se nelle.

Ah! a arte tem a maior virtude educativa. Não é só, abrindo uma eschola, que se fecha uma prisão. E num paiz, onde infelizmente aos ocios da população, ás horas e dias feriados da nossa mocidade, quasi se não abrem senão casas perigosas, mais que em parte alguma a abertura d'uma exposição como esta merece ser festejada. Cumprimento com toda a effusão o seu benemerito iniciador, assim como os talentosos artistas que tão louvavelmente para ella contribuiram.

5 de dezembro de 1901. BERNARDINO MACHADO.

BREVES MEMORIAS PARA A HISTORIA E DESCRIPÇÃO DE OIS DO BAIRRO NO CONCELHO DE ANADIA

(Cont. do vol. 48.º, pag. 934)

Em 25 de junho de 1797 o Dr. José Joaquim de Azevedo Neves, graduado nos sagrados canones, oppositor ás cadeiras da Universidade de Coimbra, examinador synodal, desembargador da relação ecclesiastica e visitador no bispado de Aveiro, mandou que o secretario da visita escrevesse o capitulo seguinte: «Faço saber que procedendo a vizitaçam desta Igreja de Santo André de Ois do Bairro.... extranhei sobremaneira que tendo sido recommendado com tanta ancia nas preteritas vizitaçoins, o provimento das grandes precizoins descobertas na sacristia pois que a sua falta motiva sobeja injuria as sagradas funssoins que devem praticarsse neste templo, até agora senão tenha infelismente promovido, malogrando-se assim as acertadas providencias nas sobreditas vizitaçoins expendidas; e porque he sem hezitação que a satisfazer a estas não podem justamente poupar-se os Relligiozos Padroeiros, por isso que percebem desta freguezia huma porção de bens destinados por sua natureza para occorer a semelhantes necessidades; portanto mando sub pena de suspençam ao Reverendo Parocho, que no termo de quinze dias relate ao Reverendissimo Padre Mestre Dr. e Reitor do Collegio de S. Thomás de um fiel extracto deste capitulo, e dos outros relativos a este ponto nas referidas vizitaçoins exaradas, afim de que sendolhe deste modo patente a odioza indigencia em que se acha esta Igreja á tantos annos, ponha o devido esforço em remediala, o que afiança do seu zelo, do qual estou sobejamente pinhorado; no caso porém, que este meu razoavel pensar senão realize, e o sobredito Padroeiro tambem recuze encher o que á tanto tempo está justamente determinado, então o mesmo Reverendo Parocho rematados os quinze dias dezignados, pelo decurso dos quaes deve exigir a sua ultima rezolução, remeterá com certidam disso mesmo a copia dos mencionados capitulos, debaixo da referida pena ao Juizo Ecleziastico, afim de se expender o amoldado procedimento».

Em 6 de setembro de 1803 o visitador Dr. João Baptista

Alvares de Araujo, examinador synodal, desembargador da meza ecclesiastica, provisor e vigario geral do bispado de Aveiro, disse no seu termo da visita: «Achou mais que se fazia necessario comprar hũa cazula de damasco de seda roxa com estola e manipulo guarnecidos de galão de seda cor de ouro, e de dois veos de calix de tafetá hum branco outro verde, e de se consertarem as duas cazulas huma de damasco de seda branca, e outra de lam que se achão na sacrestia da capella mór ao que tudo são obrigados os Posuidores dos dizimos desta freguezia por ser a capella mór e todo o seu ornato hum dos encargos reaes inherentes por direito e costume aos dizimos da freguezia com que estes passão para quem os possue, e por isso mando que o Reverendo Reitor do Collegio de Santo Thomas da cidade de Coimbra dê cumprimento ao referido dentro de seis mezes, e quando o não faça o que delle senão espera, o Reverendo Parocho dê conta ao juizo para se proceder a sequestro nos mesmos dizimos desta freguezia para por elles ser feito todo o referido».

Ainda o mesmo visitador em 31 de julho de 1805 mandou exarar no termo da visita «que a crux e castiçais da capella mór, e banqueta carecião de serem dourados, ou ao menos pintados; e da mesma sorte a cazulla de damasco branco da capella mór perciza de ser concertada por se achar rôta, e incapas de servir no seu Ministerio, e por isso mando se concerte, e em quanto o não for a declaro por suspença: e como huma, e outra couza seja encargo real, e inherente aos Dizimos desta Igreja, ao possuidor, ou possuidores destes mando satisfação ao referido, e ao mais recomendado nas vizitas antecedentes, com penna de sequestro nos mesmos Dizimos».

E assim com lastima se vê, como os religiosos do collegio de S. Thomaz de Coimbra da ordem de S. Domingos, padrôeiros da egreja de Santo André de Ois do Bairro, não cumpriam as obrigações do padrôado, não se importando com as advertencias dos visitadores, que lhes indicavam o zelo pelo necessario e indispensavel ao culto divino, e a todos estes desmandos pôs termo o decreto de 28 (1) de maio de 1834 decla-

---

(1) Na *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por S. M. Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras legislativas. Terceira serie.* Lisboa, Imprensa Na-

rando extinctos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Dominios Portuguêses todos os conventos, mosteiros, collegios, hospicios e quaesquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto, ou regra.

Com o exemplo do desleixo dos padrôeiros, o juiz e mordômos da irmandade fabriqueira, e os mezarios das outras confrarias erectas nos altares da egreja, tambem não se interessavam em cumprir as necessidades dos seus respectivos encargos, e por isso nos termos das visitas (1) se encontram mencionadas as faltas, a que de devêr as irmandades tinham de satisfazer.

O visitador Dr. Francisco da Cunha Sampayo em 20 de agosto de 1758 ordenava ao parocho que mandasse «branquear o arco pela parte de fóra, e o corpo da Igreja pela parte de dentro e por fóra, e consertadas as portas as quaes serão oleadas e tambem se consertará o solhado do pavimento, as quaes obras atras mandará fazer o Juis da Igreja á custa da Fabrica, havendo-o, e não o havendo por modo de finta procederá o Parocho com dois homens de saã inteligencia deferindo-lhe o juramento dos Santos Evangelhos guardando e attendendo as possebilidades de cada hũ. E as ditas obras se farão pena de seis mil reis que aplico metade para a Fabrica, e metade para o Meyrinho da vezita futura. Os altares colatraes necessitão de frontaes de damasco encarnado á romana com galoens e franjas portanto mando que á custa do rendimento dos mesmos altares o Juis da Igreja mande fazer os ditos frontaes no termo de hũ anno, pena de dois mil reis que pagará da sua bolsa para a fabrica da Igreja, como tambem mandará encadernar hũ Missal conimbricensse com os cadernos dos Santos Regulares».

(Continúa). José Joaquim d'Ascensão Valdez.

---

cional, 1835, está publicado á pag. 189 o Decreto datado de 28 de maio; mas de pag. 184 a 188 está o Relatorio, que precede o Decreto, datado de 30 de maio de 1834.

E na *Collecção da Legislação Portugueza de 1833 e 1834 redigida* por Antonio Delgado da Silva. Lisboa, 1837, de pag. 458 a 462 estão publicados o Relatorio e Decreto em 30 de maio de 1834.

(1) *Livro das Vezitas, Ois do Bairro 1756*, cit.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do vol. 48.º, pag. 936)

REGULÆ PRO DELECTU OPINIONŪ PRO THEOLOGIS

1. Sequantur nostri doctores in scholastica theologica doctrinã S.i Thomæ, neq̃ deinceps ad cathedras theologicas promoueantur nisi quj S.o Thomæ bene affecti fuerint. Qui uero non eiusdẽ autoris paginæ studiosi, uel etiam ab eo alienj sunt, a docẽdj munere repellantur, de cõceptiore autem Beatæ Mariæ ac de solẽnitate uotorum sequantur sententiam quæ magis hoc tempore communis, magisq̃ recepta apud theologos est.

2. In docẽdo corroborãdæ primum fidei, alendæq̃ pietatis cura habeatur, quare in ijs quæstionibus quas S. Thomas ex professo non tractat, nemo quicquã doceat, quod cũ Ecclesiæ sẽsu receptisq̃ traditionibus non bene coeat, quodq̃ aliquo modo solidæ pietatis firmitatẽ minuat, quo pertinet ut nec receptas iam quãuis cõgruẽtes tantum rationes quibus fidei res probari solent, nostri refellãt, nec temere nouas excogitent, nisi ex constantibus solidisq̃ principijs.

3. In ijs etiam in quibus nullũ fidei pietatisq̃ periculũ subest, nemo in rebus alicuius momẽti nouas introducat quæstiones, nec opinionẽ ullã, q̃ idonei nullius autoris sit, ijs qui præsunt incõsultis, nec aliquid cõtra theologorũ axiomata, communemue scholarum sensũ doceat, sequãtur potius vniuersi probatos maxime doctores, et quæ (prout temporis usus fuerit) recepta potissimum fuerint in catholicis academijs.

4. Quæ opiniones cuiuscũq̃ autoris sint in aliqua prouincia, aut academia catholicos grauiter offenderint scienter eas ibi nemo doceat, aut defendat ubi nec fidei doctrina, nec morũ integritas in discrimen adducitur, prudens enim charitas postulat, ut nostri se illis accõmodent, quibuscũ uersãtur. Siquando vel ãtiqua fuerit S.i Thomæ sententia, uel in ijs quæstionibus, quas S. Thomas forte non attigit, doctores catholicj inter se ::: consenserint, licebit nostris quãcũq̃ partem sequi, dũmodo in ijs ita defendatur una pars, vel alterius etiam partis multo magis prioris professoris, si contrariũ docuerat existimationi

modeste ac beneuole cõsulat*ur*, quin et*iam* si cõciliari poss*i*nt autores, id ne negligat*ur* optand*u*m est.

Mandato R. P. N. *Genera*lis Præpositj.

Jacob*us* Ximenes.

REGULÆ *rpo* DELECTU OPINIONU*m* PRO PHILOSOPKIS

1. Ph*ilosoph*iæ p*r*ofessores i*n* rebus alicui*us* mome*n*ti ab Arẽ n*on* recedant nisi quid incidat alienu*m* a doctrina quam academiæ ubiq̃ p*r*obant, multo magis si orthodoxæ fidei ::: ::: pugnet aduersus quã, siqua illi*us* sunt alius ::: ea strenue refellere studeant :::

2. Arĩs interpretes de xp*t*iana relig*ione* male meritos n*on* sine magno delectu aut legant, aut in scholam p*r*oferãt, caueanq̃ ne erga illos nimiũ asperãtur auditores, eam ob rẽ nec Auerrois, ::: de eiusm*odi* alijs iudiciũ, digressio*n*es in separatũ aliquem tractatũ cõferant, et siquid bonj ex ipso proferend*u*m sit sine laude p*r*oferant, et si fieri poss*it* id eũ aliũde sumpsisse demonstret.

3. Nulli sectae, ut Auerroistarũ, Alexãdrinor*um* et similiũ uel se uel suos addicãt, nec Auerrois aut Alexa*n*drj, aut cæteror*um* errata dissimulet, sed inde acrius eor*um* autoritatẽ deprimant; contra u*er*o de S. Thom*a* nũq*uam* n*on* loquant*ur* honorifice libentius illũ animis quoties oporteat sequendo aut reuerenter et grauate, si q*uando* minus placet, desere*n*do.

4. Nullas nouas introducant q*uæstion*es, nec opinionem quæ idonei nulli*us* autoris sit ijs qui præsunt inconsultis, nec aliquid c*ontr*a phi*losophorum* axiomata co*mmun*emue scholarũ sensũ defendant, intelligãtq̃ siqui fuerint ad nouitates proni, aut ingenij mjnus liberj eos a docẽdi munere sine dubio remouẽdos.

5. In ijs q*uæstioni*bus in quib*us* liberũ e*st* quãc*unque* p*art*em sequi ita defendat*ur* una pars, ut alteri*us* et*iam* partis, ac multo magis prioris p*r*ofessoris s*i* *contrar*iũ docuerat existimatio*n*i modeste, ac beneuole consulat*ur* quin et*iam* cũ consiliari pos*s*unt *id* ne *negl*igatur opta*n*d*u*m est.

Mandato R. P. N. G.lis præpositj.

Jacobus Ximenes.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 1, pag. 8)

Não podemos passar sem um publico de admiradores. A Zirinha, de 19 mezes, trepa a uma cadeira para chegar ao piano, e, mal a mãe entra na sala, logo, toda contente, levanta as mãosinhas do teclado e, a acenar-lhe, a acenar-lhe, chama-a para lhe vir vêr as habilidades. Neste caso realmente o importante não é tanto a musica que é tocada, como o musico que toca.

Sciencia e consciencia. Oiçam a Gigi, em dialogo com a Manoela. «Ó Manoela, vou aqui buscar tangerinas.» «Traga só das maduras.» D'ali a pouco, apparece com duas nas mãos: «Olhe, esta está muito madurinha; mas esta não está tanto, porque me descuidei...» Com tão espontanea confissão se escapa ao ralho. Quem na verdade assim reconhece a sua falta, de certo que dá toda a garantia de que não tornará a incorrer noutra.

Egualdade. Entra no meu quarto a Elzirinha com uma bolacha em cada mão. E logo a Gigi lhe arranca uma, declarando: «A mamã deu uma para cada uma.» O processo é que podia ser mais humano. Mas, como é que, perante os excessos da insurreição, não os ha de haver tambem da reacção?

Politica radical, de tudo ou nada. A nossa Zirinha, parto-lhe a grande pera que ella tinha na mão e offereço-lhe um bocado: atira-o ao chão. Queria-a toda.

Até onde póde chegar o amor ao preceito de ordem, — cada coisa no seu logar —. A Gigi, tendo sentado a boneca na cama,

vai para a calçar, mas, remirando muito as meias, pergunta-me: «Esta é do pé direito, não é, papá?» Que rigor! Ainda bem que não espera pela resposta: ficava a boneca com os pés eternamente nús, e, desagasalhada, corria o risco de constipar-se, sobretudo neste tempo de inverno. E póde-se-lhe dar um voto de confiança. Como o pastorsinho discrimina as suas ovelhas, tambem não ha particularidade que a Gigi desconheça das suas pupillas. O que isso não lhes tem custado, está claro! Mas é tudo para seu bem! como dizem tantos preceptores eximios, em homenagem á disciplina.

Nada de excesso de zelo! Estamos atarefados, absorvidos, nas nossas funcções, mas serenos; e vem d'ali uma pessôa de familia ou um bom amigo, e, pelo muito que nos quer, com pena de nós, amima-nos: «Não trabalhe tanto! Não se fatigue mais! Socegue o seu espirito!» Ah! a essa suggestão, é quando, despegados, sacudidos de repente do nosso labor, estremecemos em sobresalto e por pouco não nos enfrenesiamos realmente.

A paixão mathematica. Encontro um pequenito na rua, de cara voltada para a parede, chorando despedaçadoramente. Mas que tem elle? pergunto. Queria uma fatia maior de pão, uma fatia muito grande, responde-me a sorrir a pobre mãe. Ai! o amor da grandeza até os pobresinhos faz soffrer.

Lição verbal: os differentes valores da mesma palavra. A Gigi: «Papá, dá-me uma amendoa?» Logo. «Logo é mais tarde? Não! eu quero agora.» Na verdade aquelle logo não tinha muito o tom de significar immediatamente.

«Papá? queria aquillo.» O quê? «Nesperas. Dá-me?» A menina chorou... «Foi ha bocado, agora estou calada.» Já é positivamente de apreciar e reconhecer. Merece pelo menos uma.

O Domingos para ó Dino, com a voz um tanto estrangulada pela dôr, apontando para um prato de frangos assados que se servem á mesa: «Vem ali o gallito preto, era tão engraçadinho!» E, em seguida, como quem appella, com um resto de esperança, para um milagre: «Se elle agora se levantasse!» Ouvindo o que, o irmão, que tem estado calado, absorto em recordações, completa o pensamento: «E fizesse cócórócó! Cantava já tão bem!» Pergunta-lhe alguem do lado:

Mas para que haviam de ser os gallos, senão para se comerem? «Para galar as gallinhas» responde o mais velho. Tem razão: para poder haver mais gallinhas que ponham ovos. Contentem-se com elles.

O amor da côr. «Eu gósto d'aquelle papelinho vermelho que o papá deitou fóra», communica-me a grande colorista Gigi.

Está uma creança a chorar, porque não encontra qualquer coisa que deseja. E o pae reprehende: «Imaginas que é com o chôro que te apparece?» Mas assim se dirige ao coração dos outros para que a ajudem a procurar, e sobretudo vai desafogando a sua dôr de a não encontrar logo á mão.

Com o progresso do saber, cada vez se vai reconhecendo mais que as leis do espirito não são senão um caso das leis geraes do universo.

O Domingos, entretido com os irmãos, a custo se dispunha a sahir para fóra de casa com uma senhora a quem a mãe o offerecera para companhia, e tornou-se preciso que eu lhe excitasse os brios, mostrando-lhe a bôa figura que ia fazer, de pessôa serviçal e amavel, como se já fôsse um homem. Aviou-se. E não tardou que effectivamente começasse a receber o preito da consideração publica. Estando elle já a vestir-se, a mãe entra no quarto, e a Zirinha, ainda só de 20 mezes, que o contempla, aponta-o: «Mamã, um ome, um ome!»

Explorando a virtude altruista da arte. Uma proprietaria mandou a creada apanhar cerejas; mas depois, para que ella não cedesse á tentação de as ir comendo, increpava-a debaixo da arvore: «Olá, então tu não cantas?» E ainda dizem que os ricos se não importam com a instrucção e a educação dos pobres!

Como o Dino ataca a sua escripta: em frente do modelo, de penna em riste, assobiando intrepidamente o hymno liberal da Carta.

Dos filhos, o mais velho é quasi sempre o mais forte de pulso, e o segundo experimenta-o; em contraposição, o segundo desenvolve um tal poder de gritaria, que todos pagam pelo irmão mais velho. Assim se vão talhando as duas antigas profissões: armas, lettras.

*

Desinteresse. «Tres ovos!» correm para a mãe em grande clamor Dino, Domingos e Gigi, cada um com o seu na mão. E a feiticeira da Gigi relata: «Quando iamos para a capoeira, eu disse: E se estivessem lá tres?» Amaveis gallinhas, que lhe escutaram o voto, repartindo equitativamente pelos tres as suas bôas graças, sem odioso privilegio em favor de ninguem, nem da propria Gigi, aliás tão meritoria no seu desinteresse, pois que um só ovo que as gallinhas tivessem posto, era para ella, sem contestação, já se sabe.

A superioridade das mulheres. Emquanto os homens se batiam em Sadowa e em Sédan, ellas acudiam aos feridos das nações inimigas.

A terra é associativa. A caixa economica já estava descoberta na courella, onde o pobre trabalhador vai ajuntando todas as mealhas das suas economias. Por isso, querem economia e riqueza publica? desamortizem os capitaes, principalmente a terra.

Votos perpetuos, que paradoxo moral!

O amor da Zirinha por mim é tamanho, que, quando não está agarrada a mim, se póde apanhar algum retrato meu, não ha quem lh'o arranque das mãos ciumentas. Olhos nelle, corre pela sala, toda enlevada, gritando: «Pá, pá». E a mim, se lhe pergunto de quem é o retrato, sorrindo-se, suspira ainda: «Pá-pá».

A Gigi, que tem estado a brincar com o cão, despede-se d'elle: «Adeus! viva!» Mas logo volta atraz, e, com pena de o deixar, afagando-o na testa: «Coitado! coitado!»

A falta de interesse pelos assumptos elevados, e principalmente pelos outros, é sempre um grau de imbecilidade.

Sabem o prazer que as creanças têem em correr. Tambem se hão de lembrar de que numa certa edade ninguem resiste a puxar pelo cordão ou a tocar no botão d'uma campainha. Calculem, pois, a alegria com que a minha Gigi, de sineta na mão, veiu do corredor ao meu quarto contar-me: «Papá, corro e tóco!» Até a Zirinha, que a acompanhava, para me explicar a delicia que era aquelle divertimento, se atirou para traz, levantando os bracinhos, fremente de enthusiasmo.

A falta de coordenação da nossa administração. Uma rua é calçada pela camara, é descalçada e recalçada pelo governo para a atravessar com um cano de edificio publico, é descalçada e recalçada pela camara para o encanamento da agua, é descalçada e recalçada pelo governo para lhe abrir o cano de esgoto, é descalçada e recalçada pela camara para a plantar de arvores. Nesta faina, a fazer e a desfazer, se levaram dois annos.

Dizem alguns que dar esmola é alimentar a ociosidade. Póde ser. Mas eu não tenho meio de indagar se todos que pedem, precisam de soccorro; e, se a sociedade não organiza a assistencia, na dúvida, vou dando o que posso. Dignos de dó são todos os que esmolam. E eu não sou senão o administrador de uma parcella da fortuna publica. Eis o sentido com que modestamente, humildemente, devemos exercer a caridade.

Dar dinheiro ás creanças? sim, associando-as aos negocios domesticos; não para o seu bolso, como se costuma dizer, porque nós somos responsaveis pela gerencia dos nossos haveres.

Siga-se o exemplo da natureza, que não dá logo ao homem toda a fôrça. Se a creança tivesse muita fôrça, quebrava a cabeça, cortava-se profundamente, e incommodava os outros com a desordem do seu apprendizado. Do mesmo modo, um capital avultado nas suas mãos só serviria para ella o desperdiçar. Basta que cuide do seu quarto, da sua roupa e calçado, dos seus livros e cadernos, do seu material de estudo e recreio, e dos utensilios e productos do seu lavôr.

A riqueza publica. E' um sommatorio das riquezas particulares. Entre nós infelizmente as maiores fortunas não resistem a duas gerações herdeiras.

«Sem a educação civica e politica, o povo soberano é uma creança que brinca com o fogo e que a cada instante se arrisca a incendiar a casa.» Pestalozzi.

Em tudo nos vamos democratizando. Não é só nas instituições politicas. Muda-se a fórma de governo em tudo. Nas instituições economicas tambem se está passando da monarchia e aristocracia para o liberalismo e republica. Que é o

cooperativismo? E' a abolição do capital? Não, é o commercio livre feito electivamente pelos proprios productores e consumidores.

A respeitosa Gigi. Como estivesse ainda um pouco constipada, não tinha licença para sahir do quarto. Vou vê-la. Diz-me: «Quero a mamã.» Está na sala de jantar. «Posso ir lá?» Póde. Fico-me a ler um livro, que levava na mão. E ella: «O papá não vem commigo?» Para eu a justificar á mãe, que teria sido mais difficil em lhe levantar a prohibição.

A minha palradeira. Manhã de fevereiro, cheia de luz. Vou para a quinta ler os jornaes, e a Gigi, de volta commigo, borboleteando: «Papá, tem ali um banquinho.» Sento-me. Ella começa: «Olhe duas arvores (acacias) com flôres, e, com aquella que está no caminho, fica tres. Ao pé da nóra, ha lá um ninho, que é dos passarinhos pôrem ovos. Os ovos d'elles comem-se? então para que é?» Sem esperar pela resposta: «Se o papá comprasse uma gaiola, enchia-se de passarinhos, para a pendurar num prego; e a gaiola ficava lá e os passarinhos a cantar: tri, tri, tri.» Nisto, com ternura: «Olhe a boneca, tão mal calçada!» E vai pressurosa tirá-la da caixa onde a tinha, sôbre uma pedra, para lhe meter o pé no sapato, que estava meio cahido. Depois continúa: «Ha ali uma arvore (eucalypto) que dá carapuças!» Perante a minha extranheza: «Vou buscar uma para o papá.» Ao ir, avista as cabras. «Chiba, chibinha! Estão deitadas. Papá, sabe? E' preciso segurar numa perna da cabra pequena, senão ella não deixa mugir... As pernas do Mondego (cão) é que são patas. Vou chamar o Mondego para o papá ver. Mondego! Mondego!» Mas o cão está longe, e ella pára, distrahida, encantada: «Papá! estava um passarinho na agua a beber, e, depois, quando vim eu, fugiu...» Encontrou alguma coisa, e corre, cantarolando: «Quem perdeu o que eu achei, dê-me alviçaras, que eu darei. Papá! olhe: duas tampas. Ah! isto é uma caixinha.» Repara nos livros de leitura que os pequenos, entretanto, tinham deixado ao pé de mim. «Estes livros são dos meninos... Papá! Antonio e Miguel estão em Zürich. Quando veem? Veem no comboio? Amanhã? Amanhã quando é? Quando é hontem, o dia? foi quinta-feira (effectivamente)?» Precisa de molhar a palavra. «Papá, vou a casa beber agua, e venho.» Pelo caminho: «Oh! um passarinho na janella da sala de jantar. Lá vai! Lá vai!» D'ali a momentos, volta com a mãe pela mão: «Venha ver o papá.» E, trocando-me agora

por melhor auditorio, desapparece-me em direcção ao gallinheiro. Ainda a oiço dizer, de passagem, ao cão, a quem de certo, em bôa intimidade, está mostrando a boneca que leva ao collo: «Olha! E' bonita, não é? Mas não é para tu cheirares...»

E' nas creanças e no povo, na gente mais simples e mais aberta, que melhor se póde estudar a alma humana. A nossa cultura parece não servir senão quasi só para a fechar.

O prazer não se legitima só pelo casamento; legitima-se sempre pela socialização, de que o casamento não é senão uma fórma.

Mal do paiz, quando o pequeno proprietario, desajudado, avergado de impostos e não tirando da terra senão consumições e dependencia, inveja a sorte do simples jornaleiro pobre mas sem dividas. E é infelizmente o que mais vai succedendo entre nós.

O prazer é socializador. Ignacinho, quando mais se alegra, trepa, estica-se e cinge-se pela gente acima, como já querendo repartir comnosco as suas alegrias.

Arte industrial domestica. Eu passeio pelo corredor sôbre um extraordinario tapete, todo cheio de vistosas e surprehendentes figuras: sujeitos de chapeu alto no cocuruto e de braços hirtos pendentes do pescoço; frades de capuz aguçado e de cabeça e tronco esphericos, concentricos, sustentando-se num pé só; o focinho d'um porco a espirrar; o rosto fero d'uma ave de rapina; uma pombinha; o mundo; tudo largamente traçado a giz no soalho. A pomba, o porco, o frade, mesmo o mundo, são obra da Gigi; as figuras colossaes, dos irmãositos. Está claro que não são composições que se entendam sempre logo de prompto. E' preciso pensar primeiro. Mas que segurança de traço! Que prodigiosa phantasia! Só quem tem d'estes artistas infantis é que se póde dar tamanho luxo de ornamentação.

Muitas pessôas estão sempre a queixar-se de que os outros se esquecem de tudo. E ellas lembram-se de lh'o lembrar?

Qual é o coroamento moral da arte? A religião. Da industria? A economia. Da sciencia? A politica.

A Gigi sabe muito bem quanto gósto de flôres, mas tambem o que gósto d'ella. Agora mesmo, que me traz um lindo ramo de flôres de acacia, pergunto-lhe, gabando-o: Mas qual é a flôr de que gósto mais? E ella logo: «De eu.»

Com a edade vamos cedendo á razão. Sim! á nossa. Mas vamos tambem tendo paciencia para transigir com a sem razão dos outros. O bom Dino é um bom exemplar.

Como o sentido muscular é profundo e se impõe, reconhece-se neste simples facto, tão commum: Um amigo lê-nos o trecho d'um livro, que podemos mesmo seguir com a vista; pois ninguem fica contente, e a todos parece que ainda o não leram bem e entenderam de todo, emquanto não pegaram no livro com as suas proprias mãos.

Da lucta immoral do fisco contra o sustento e o seguro do cidadão vem a lucta illegal do cidadão contra as taxações do fisco.

A' nossa vinda de Zürich, a Gigi só tarde adormeceu com saudades dos irmãos. Tão saudosa vinha, que até das vaccas e do rio se despedia: «Adeus, vaccas! Adeus, rio!» E, como tudo fôsse ficando para traz, irmãos, campos, vaccas, rio, ella pedia, em choraminga: «Quero outras! Quero outro!» E pensava talvez já tambem nos outros irmãos que ia ver em Portugal para se consolar dos que deixava na Suissa.

Vendo-me tão triste, procurava, apesar das suas, mitigar as minhas saudades. Enlaçada ao meu collo, com o seu coraçãosinho sôbre o meu, para me distrahir, metia-me ora numa ora noutra casa do casaco uma flôr que trazia nas mãos. E eu perguntei-lhe: Onde estão os manos? Ella ia para responder, mas o sr. Hincker continuou: Que ficaram a fazer? «Diga o sr. Hincker.» E, logo, reconfortando-se e a nós: «Depois os manos veem, não é assim?»

Exhibição de um dos grandes talentos artisticos da Gigi. Depois de pôr uma musica deante de si: «Papá, venha para aqui, para ao pé do piano, ouvir eu tocar. Quer ver?» E, pegando com uma das suas mãos na outra, faz toda a fôrça no dedo mindinho esquerdo para ferir com elle as teclas. Que vibrantes effeitos de sonoridade! Que tremolo prodigioso!

(Continúa). BERNARDINO MACHADO.

A LEI DAS DOZE TÁBUAS

Despontava, no anno 302 de Roma, o governo dos decémviros, no meio de alvoradas de palpitante anciedade de uma refórma de leis, e esporeado de sentimentos de levantar a pátria a um rápido florescimento.

O poderio dos cónsules havia firmado a triste desconfiança de retrocesso na marcha das instituições. A justiça era administrada em face dos princípios de *equidade,* dos *antigos usos* e de algumas leis de Rómulo e de seus successores, cujos vestígios só se conservavam em livros que o povo completamente desconhecia. Aquella *jurisprudéncia arbitrária* cerrava-se, mysteriosamente, na mão dos patrícios, que della extrahiam parte da sua auctoridade; e o povo vivia condemnado á ignorar aquillo mesmo que lhe devia servir de regra e decidir a sua sorte!

O brado de Terentílio, em pró da fixação das leis num código escripto, traduzia apenas o esphacelamento da soberba e despótica dictadura dos cónsules. O seu *credo* político, com quanto não fôsse logo acceito, foi, após dez annos de lucta, abraçado pelo senado.

Votou-se, finalmente, a *lei Terentília.*

Dez commissários foram encarregados de compilar um corpo de leis. Eram os *decémviros,* de cujas sentenças não era permittido appellar; as suas attribuições supremas duravam um anno; presidiam, alternadamente, um dia cada um, e postavam-se no tribunal, desde manhã, sentenciando nos feitos com justiça e prudéncia e evidenciando-se, nos seus actos, como verdadeiros patriotas, cujo apparecimento era appetecido com impaciéncia.

De maneira que, com a installação do decemvirato, cessaram as jurisdicções de todas as magistraturas, sem se exceptuar o tribunado, cuja auctoridade havia permanecido na época dos *dictadores.*

***

Guiados pela estrêlla do progresso, e inflammados no grande amor da pátria, os titulares do novo governo voltaram as

melhores attenções para a espinhosa e intrincada tarefa da confecção das leis, em que foi incorporada uma bôa parte do direito consuetudinário.

Não confiaram no primor da sua obra. Trataram logo de expô-la à apreciação pública. Escriptas em *dez tábuas* de azinheira, segundo alguns auctores, foram ellas confirmadas pelos cidadãos, e tão levianamente que nem suspeitáram do influxo de tyrannia que coava dalgumas dellas (1).

A perspicácia do povo não tinha força de desmascarar a fingida moderação dos decémviros.

Passaram, portanto, as *dez tábuas* nos comícios por centúrias.

As duas restantes tábuas, propostas no anno seguinte, foram egualmente acceitas pelo povo.

Serviram estas leis para cimentar os alicerces do direito público e civil de Roma (2).

Ouçamos o juizo crítico que dellas fez Cícero, a pérola dos tribunos e jurisconsultos coetáneos, o qual não hesitou em declarar que a lei decemviral continha todos os preceitos do corpo social, preceitos que, pelo peso da sua auctoridade, sobrepujavam a todas as bibliothecas dos philósophos.

«Nós aprendemos—diz o insigne orador—na sciéncia do «direito civil, que a honestidade e a virtude se devem preferir «a tudo; esta sciéncia nos mostra, por uma parte, o verdadeiro «merecimento honrado por meio de recompensas, de digni-«dades e de glória; por outra parte, os vícios e as injustiças «castigadas por meio de condemnações pecuniárias, de igno-«mínia, de prisão, dos açoites, do desterro e da morte, cujas «lições nos dá, não por meio de dilatadas e vãs disputas, mas «com um tom de auctoridade que nos faz domar as nossas «paixões, pôr um freio aos nossos desejos, e conservar os «nossos bens, sem pôr nem olhos nem mãos ávidas no bem «alheio» (3).

Certamente as doze tábuas, com quanto encerrassem algumas prescripções pouco humanitárias, primavam por ser claras e concisas (4).

Só nisto é que levavam vantagem ás leis de Sólon (5).

---

(1) Thomas, *Hist. Jur. Civ. Roman.*, sect. 1, § 4.°
(2) Diony., lib. x, p. m. 657 et lib. m, c. 34.
(3) Cic., lib. 1, *De Orat.*, 193.
(4) Tacit., *Annal.*, lib. m; Cf. Bonamy, *Acad. Inscript. Parisiens.*, t. xxii.
(5) Aul. Gell., *Noct. Attic.*, lib. ii, c. xviii.

*

Embalde teem procurado alguns investigadores junctar os fragmentos das doze tábuas. Verdade é que os célebres jurisconsultos Plínio e Eneron as haviam commentado, mas o tempo desfez estes trabalhos valiosos.

J. Godefroi, e, depois delle, Haubold e Dirksen, reconstituiram, de modo mais ou menos provavel, a ordem das matérias das leis das doze tábuas. Eis essa ordem segundo Godefroi (1):

A *tábua I* indicava a lei do processo por fórma a facilitar e abreviar o curso dos pleitos. Se acaso os litigantes não quisessem conciliar-se, entrava o juiz no conhecimento da causa, desde o amanhecer até ao meio-dia, sendo proferida, impreterivelmente, a decisão antes do sol-pôsto.

Tal era o rigoroso empenho que havia na brevidade das sentenças.

A *tábua II* tratava dos roubos e latrocínios. Fazia-se distincção entre o *furto manifesto* e *não manifesto*. Era permittido matar o ladrão manifesto, sendo o furto commettido de noite, ou quando elle declarasse resisténcia com armas. Se o furto fosse praticado de dia e sem emprego de armas, o ladrão devia ser açoutado, sendo *homem livre,* e, sendo *escravo,* depois de açoutado, era precipitado da rocha Tarpeia: sendo impúbere, os açoutes invadiam o costado ao talante do juiz. O furto não manifesto era punido com o duplo de pena pecuniária.

Nessa distincção de penas, os romanos seguiram a legislação de Athenas.

A *tábua III* occupava-se dos empréstimos e acções dos crédores contra os devedores. Como os romanos, após a effervescéncia da primeira guerra púnica, vivessem uma vida passiva, sem navegação nem commércio, os empréstimos então faziam-se mediante usura insignificante. Mais tarde, dividiam um capital de 100 dinheiros, sendo a *usura legal* a centésima parte delle por mês, que, doze vezes repetida, produzia, à roda do anno, 12 dinheiros.

Os devedores eram submettidos a tristes violéncias. Os crédores, se o devedor não tivesse com que pagar, podiam despedaçar o corpo do pobre homem e dividí-lo rateadamente.

---

(1) Adam, *Antiguid. Roman.*, t. III, pag. 49; Boinvilliers, *Antiq. Romain;* Samuel, *Dict. des antiq. rom.*

Alguns, menos atrozes, contentavam-se com vender os seus devedores insolventes, e repartir entre si o preço da venda.

A *tábua IV* legislava sobre o direito dos pais de família, e permittia que estes usássem com os filhos do mesmo *poder absoluto* que tinham sobre os escravos ou servos da gleba.

A *tábua V* dizia do modo de succeder e das tutelas. Tomando por princípio a *conservação das famílias,* vinham succeder, primeiramente, os herdeiros que tinham a qualidade de *seus,* depois, os *agnados,* e, por derradeiro, os *gentis.*

O neto, filho do pai predefuncto, concorria, com tios e tias, à successão do avô, não pelo simples direito de representação, mas em virtude da *suidade,* que deferia a successão de uma pessoa a todos os que, ao tempo da sua morte, se achavam sob o seu podêr.

Os parentes da linha materna não succediam, para que os bens não viéssem a passar de uma para outra família.

O direito de testar era livre, assim como qualquer podia instituir por herdeiro uma pessoa extranha, ainda mesmo em prejuizo de seus próprios filhos.

Era permittida a desherdação.

O pai de fórma alguma era tutor do *filho emancipado;* porém este, se aquelle viésse a morrer, constituia-se logo tutor de seus irmãos.

Para a curatela dos *furiosos* eram chamados os parentes *agnados,* e, depois, os *gentis.*

Caso o tutor gerisse *com dolo* os negócios a seu cargo, era vituperado; se, porém, ao cabo da tutela fosse encontrado em desfalque, pagava o duplo, sujeitando-se à acção criminal de *furto.*

A *tábua VI* versava sobre o direito de propriedade.

Toda a operação de transmissão de bens immóveis se verificava, à falta de titulo, por meio da *tomada de posse* e *tradição.* Para os immóveis bastava a *tradição symbólica,* como a entrega da chave de um celleiro que operava a entrega do trigo que nelle estava.

Se qualquer fabricasse umas casas em terreno alheio, não podia vender o material nem arrasar o edifício; mas apenas podia intentar contra o dono do sólo a acção de *tigno juncto in duplum,* que consistia em exigir o duplo preço do material applicado na construcção das mesmas casas.

A *tábua VII* tratava dos delictos e damnos causados a terceiro.

Entre os crimes de maior importância, avultava o de *alta-traição,* que era olhado por três aspectos: o primeiro referia-se

ao cidadão que fizésse de um amigo do povo romano *um inimigo,* e que, à surdina, o excitasse a pegar em armas contra o Estado; o segundo dizia respeito a quem, sem embargo da formal prohibição do general, combatesse, ainda mesmo com éxito, contra o inimigo; e o terceiro tinha em vista o cidadão que entregasse o outro às mãos do inimigo.

O parricídio era também considerado crime grave.

Os juizes que fossem accusados de peita ou subôrno, eram condemnados à morte.

Os que damnificassem as seáras alheias, ou as fizéssem passar de um campo para outro por meio de *encantamentos,* e tambem os que dessem morte a alguem com *palavras mágicas,* eram punidos severamente.

Quando o damno era causado por animal, competia a acção denominada *de pauperie.*

A *tábua VIII* occupava-se das propriedades campestres, que gosavam de muitas prerogativas; de modo que aquelle que cortasse uma árvore silvestre ou infructífera era mulctado em 25 asses.

A *tábua IX* declarava quaes eram os direitos communs do povo. Nesta classe entravam a pesca, a navegação, os caminhos pretorianos ou consulares, as praças, os banhos, as praias do mar, etc., de que os cidadãos tinham a propriedade.

A *tábua X* falava dos funeraes e suffrágios pelo morto.

A *tábua XI* marcava as formalidades relativas aos deuses e à religião.

A punição dos crimes religiosos era precedida de terríveis fórmulas de maldição, etc., a que se recorria para lavar a terra manchada pela offensa feita às divindades.

Tal era a gravidade dos anáthemas, que o infractor era obrigado a viver apartado da Sociedade!

Guardava-se um fanático respeito aos ritos, o qual se estendia aos tribunos da plebe e ministros, que eram reputados *pessoas sagradas.*

Finalmente, a *tábua XII* preceituava sobre os casamentos e direitos dos casados. Sobresahia, entre outras prescripções, um artigo odioso que prohibia aos Patrícios o casamento com as famílias plebéas.

Eis aqui um pállido esboço da lei decemviral (1).

---

(1) Vid. Tito Livio, lib. VI, 38 e 36; Bynkershoek, *Observ.*, lib. I, c. I; Thomas, *Nov. Jurispr.*, obs. IV, pag. 167; Terras, *Hist. de la Jurisprud.*, p. II; Heinecc., *Recit.*, t. I, pagg. 218, 237, 262, 268 e 303, e t. II, pagg. 101, 135, 182 e 191; e cf. Per. e Sous., *Class. de Crim.*, pagg. 14, 16, 337, 340,

*

Se o decemvirato sòmente tivesse produzido as doze tábuas, diz um abalisado historiadôr (1), teria engastado uma gloriosa épocha para a república. Mas assim não foi. Os decémviros, crescendo na ambição do poder, pretenderam reintegrar-se na sua commissão, e, de facto, o conseguiram por influéncia de seu presidente, Appio Cláudio, cuja docilidade tinha, realmente, o condão de magnetizar.

Independentemente da vontade do povo e do senado, os decémviros conserváram-se na sua magistratura, e bem depressa se evidenciáram como *verdadeiros despotas,* abusando do seu mandato e substituindo a justiça incorrupta de seus antecessores por uma feroz tyrannia (2).

Cahiu a máscara que não podia dissimular por mais tempo a esséncia de fereza que se exhalava no meio da execução das doze tábuas.

Implantou-se, para melhor dizer, o *direito da força!*

Porém a medida dos decémviros tinha de abarrotar-se de cheia. O assassinato do plebeu Licínio Dentato, o brioso official, o grande demagogo, o patriota ardente, mandado perpetrar pelos decémviros, e o rapto de Virgínia, uma modesta plebéa que estava promettida em casamento ao famigerado tribuno Icílio, ordenado pelo luxurioso Appio (3), abalaram o pedestal em que assentava o poderio dos legisladores das doze tábuas. O povo, escandalizado por estes factos, amotinou-se, e expulsou o seductor do tribunal.

Então as massas, unidas em uma só idéa, embriagadas no calor da vingança e do ódio, ajuntaram-se no *Monte-Sagrado* para depôr os decémviros, que, assim que farejaram o revolutear dos ánimos, tiveram a prudéncia de se demittir.

Horácio e Valério apresentáram-se como apóstolos de pacificação. Restabeleceu-se o tribunado e o direito de appellação, considerados como o fundamento da *liberdade*. Deste modo, as *doze tábuas* foram revogadas por umas *leis populares,* sob os auspícios do consulado daquelles dois paladinos.

SOARES REBELLO.

35, 117 e 159; Levy, *Com. ao Cod. Pen.*, vol. IV, pag. 240; Bas. Alb., *Liç. de Dir. Crimin.*, pagg. 319 e 111; Liz Teixeir., *Dir. Civ.*, vol. 2.º, pag. 482; Gouv. Pint., *Tratad. de Testam. e Succes.*, pag. 168; Rebel. da Silv., *Fast. da Igrej.*, vol. I, c. 2.º

(1) Millot, *Hist. Univers.*, t. II, pagg. 239 a 247.

(2) Marrecas, *Antig. Roman.*, c. II, § 2.º

(3) Cf. Henryck Sienkiewicz, *Quo Vadis,* t. I, c. IV, pag. 43.

HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 1, pag. 20)

D. Affonso III deixava a «todos os leprosos do meu Reyno» mil libras e outras mil a todos os hospitaes e albergarias, e além d'isso quinhentas libras aos pobres e quinhentas aos reclusos, tudo a cargo de sua testamenteira a rainha D. Brites (1), princeza castelhana que egualmente deixou seu nome assignalado nos annaes da beneficencia portugueza fundando em Lisboa, como adiante referiremos, o Hospital dos meninos orphãos.

Segundo egualmente consta de documentos antigos, altamente curiosos, havia em Portugal desde remotas eras, um elevado cargo publico, cujo mister consistia em velar por todos estes institutos de caridade, e cuja denominação era a de «Provedor dos Orphãos e Hospitaes, Confrarias, Capellas e Albergarias.» Existia este cargo pelo menos desde 1308 (2).

El-rei D. Diniz no seu testamento contemplava com legados as «Emparedadas do meu reino», todas as albergarias e hospitaes, e deixava «200 lb. p. pitãça dos pobres; ao hospital dos meninos de Lisboa 200 lb. e á albergaria de criaçom de Coimbra 100 lb.» (3).

Sob este ponto de vista não são só notaveis os testamentos dos soberanos. Muitos dos principaes da côrte e até mesmo plebeus dinheirosos legavam avultados bens aos institutos pios d'aquelle tempo.

Citaremos o celebre testamento do honrado servidor e companheiro de el-rei D. Diniz, Bartholomeu Joannes, um nome venerando que não devia esquecer neste fugitivo esboço historico. Nesse testamento feito em 1324 deixava 150 libras para uma ponte no rio de Pontével e 30 libras para as emparedadas da Azambuja. Este benemerito varão a quem deveu tanto a beneficencia publica portugueza jazia sepultado na Sé de Lisboa, na capella que elle proprio fundára, em 1362. Nas obras de reconstituição d'esta capella foram, ha pouco, os seus

---

(1) *Monarchia Lusitana*, 4.ª parte, liv. XIII, cap. 26.º
(2) *Provas da historia genealogica*, tom. VI, pag. 142.
(3) *Monarchia Lusitana*, tom. V, pag. 329.

ossos encontrados e piedosamente recolhidos, por monsenhor Botto, para serem novamente encerrados no seu precioso mausoleu, logo que este se ache collocado na capella restaurada.

Os mais notaveis de todos estes documentos que se referem á antiga historia da beneficencia são sem duvida os celebres testamentos, primeiro e segundo, da rainha Santa Isabel. Esta virtuosa princeza era sobrinha de outra rainha Santa—Isabel de Hungria—pela qual professava a maior devoção, e desde tenra infancia exerceu a sua bondosa influencia em restabelecer a boa harmonia entre seu pai e seu avô; mais tarde, no throno portuguez coube-lhe a ardua tarefa de conciliar com o esposo e rei—o turbulento filho, dedicando toda a sua vida a exercicios da mais acrisolada caridade. A sua chronica, felizmente mais documentada e mais completa, patenteia-nos o quadro de suas virtudes.

Creava hospitaes e albergarias, soccorria com esmolas e dotes, ou mettendo-as em recolhimentos, as raparigas pobres; dotava e protegia as orphãs; corria os hospitaes, fortalecendo os enfermos com doces palavras de conforto, servindo-os e tratando-os, provendo-os de remedios; visitava em suas proprias casas os enfermos desvalidos, a quem esmolava generosamente; acudia ás fomes que assolavam o reino, mandando distribuir nos Paços reaes o trigo aos famintos; e rodeava-se de pessoas illustres pelos dotes de coração, como o seu bemquisto abbade santo de Alcobaça D. fr. Domingos Martins, a quem o rei D. Diniz sobremodo presava.

Os paços de Santa Isabel eram um verdadeiro asylo da pobreza honrada que na rainha encontrava disvelado auxilio, ao ponto que o seu chronista nos refere nas seguintes palavras:

«Chamados da fama de sua real benignificencia concorriam naõ só dos proprios reynos mas dos extranhos, innumeraveis pobres e para ella eram estes concursos lastimosos pelas necessidades que via, alegres pelas que remediava, no Paço a cercavaõ, acõpanhavaõ-na nas ruas, sahiaõ-lhe nas estradas, esperavaõ-na nas Igrejas» (1).

Um poeta illustre contemporaneo, refere-se a ella, nos seguintes adoraveis versos:

> a rainha Isabel.....
> Inda a estou vendo, por suas mãos levando
> pão aos mais desvalidos cazaleiros,
> já remèdios a enfermos, já conselhos,

---

(1) D. Fernando Corrêa de Lacerda, *Historia da vida, morte, milagres, canonisação e trasladação de Santa Isabel,* pag. 35.

ás que não tinham mãe; e em toda a parte
colhendo, em troca da bemdita esmola,
lagrimas de alegria. Oh! santa! oh! santa!
no altar te eu veja ainda! (1).

Não falarei na encantadora lenda das rosas que se transformaram em *dobras* (dinheiros) nas mãos dos esmolados, nem nos milagres que se lhe attribuem por occasião da sua beatificação e canonisação realisadas por diligencias dos monarchas D. João III, D. Sebastião e Philippes. Pretendo apenas chamar a attenção de quem me lê, para os já citados dois testamentos que nos restam da illustre e veneranda princeza. Do primeiro, que ainda em 1604 existia em Coimbra, são notaveis as seguintes deixas ou legados:

«Item uma das minhas camas pª a enfermaria e seja comprida com'a d'Alcobaça, e se as camas nõ acharem compridas na hora de minha morte mando se compraõ, & refaçaõ pelos meus dinheiros segundo a medida da minha cama. Item mando a esse moesteyro de Odiuellas pera comprarem herdamento para a enfirmaria mil lb. Itẽ mando que os panos do sirgo q̃ acharem â minha morte do meu vestir que façaõ em vestimentas pera a minha Albergaria de Odiuellas, & os panos & as penas outras (outro si?) fiquem a essa Albergaria, & leixo a essa Alberg.ª seis mil liberas: e mando que das duas mil liberas comprem herdamentos para tres capelaes q̃ cantem cada dia, & das outras quatro mil liberas, comprem herdamentos para essa Albergaria em q̃ se mantenhaõ os pobres. Item mando, q̃ toda a liteira q̃ ficar na minha casa, ã hora de minha morte, q̃ a deem á Albergaria de Odiuelas, tirando o direito dos meus reposteiros.» ..... «Item mando pera pobres uestir mil liberas.» ..... «Item mando a todalas emparadeadas de Lixboa, & de Santarem, & de Leyria & de Ovidos, & de Coimbra, duzentas liberas. Item aos gafos dessas mesmas villas cem libras.» ..... «Item ao mosteyro de S.ª Cruz de Coimbra, 5oo lb pera a enfermaria.» ..... «Item mando ao hospital dos meninos de Lixboa cem libras. Item a todolos hospitaes, e Albergarias do Senhorio do Reyno de Portugal quinhentas liberas para roupas.» ..... «Itẽ mando ao hospital de Roçauales quinhentas liberas pera enfermos. Item mando á Sancta Misericordia de Recamador hũa vestimenta boa, e hũ calix com q̃ cante hũ clerigo.» ..... «Item mando

(1) Julio de Castilho, *Ignez de Castro*, pag. 16.

a Santas Cruzes hu jaz meu Padre, quinhentas lb. pera a enfermaria» (1).

No segundo testamento, em que chama para sua testamenteira a rainha D. Brites, mulher de D. Affonso IV, que lhe assistiu á morte no castello de Estremoz, deixa quantiosas esmolas para:—resgate dos captivos e vestir pobres; ás Emparedadas de Lisboa e Santarem;—aos gafos de Obidos, Leiria e Coimbra;—aos hospitaes dos meninos de Santarem e de Lisboa;—aos hospitaes e albergarias do reino;—aos hospitaes de Roncesvalles e de Santa Maria de Roc'Amador;—a Santa Clara a corôa de pedras citrinas, o toucado, véo, oral e a Santa que emprestava ás noivas, para que as Abbadessas d'aquelle mosteiro fizessem o mesmo;—e que tudo quanto se achasse por sua morte ficasse ao dito mosteiro e hospital, que junto d'elle fizera, com as casas de sua morada, para nellas viver a pessoa mais chegada de sua linhagem, com beneplacito do rei e Abbadessas;—por fim, recommendava ainda com instancia ao rei seu filho, rainha e netos concedessem a sua protecção ao mosteiro, hospital e casas, bem como aos hospitaes de Sant'Anna da Ponte, de Almoster e dos meninos de Santarem—e deixava mais 6:000 cruzados para diversos legados pios (2).

Tal foi a assombrosa obra de piedade da Rainha Santa, cujos restos repousam, cercados da maior veneração no seu tumulo de prata, no convento novo de Santa Clara de Coimbra, á beira do encantador Mondego.

(Continúa). VICTOR RIBEIRO.

---

(1) *Provas da historia genealogica,* tom. I. Eram testamenteiros da Rainha D. Martinho, bispo de Vizeu, fr. Martim Scola e o fisico Mestre Martinho. Datado de 1314.

(2) Lacerda, *Historia da vida de Santa Isabel*, pag. 288 a 291. Documentos e notas nas cit. *Memorias das Rainhas.*

NOTAS RELATIVAS Á COLLAÇÃO E REDUCÇÃO DAS DOAÇÕES INOFFICIOSAS

(Cont. do n.º 1, pag. 12)

CAPITULO VI

VALOR DOS BENS PARA O EFFEITO DA REDUCÇÃO

SUMMARIO: —**44.** A que epocha se deve referir o valor dos bens doados, para o effeito da reducção. A que augmento e diminuição de valor entre a data da doação e a da reducção, deve attender-se para o mesmo effeito. —**45.** Bemfeitorias, accessões e remissão de encargos. —**46.** Perdas, deteriorações e constituição de encargos.

44. Para o effeito da reducção, a lei manda avaliar os bens mobiliarios, pelo valor que elles tinham á data da doação, diminuido das deteriorações que houverem soffrido por causa fortuita ou força maior (1), e os bens immobiliarios pelo valor que tiverem quando se fizer a reducção, diminuido d'aquellas deteriorações e das bemfeitorias do donatario, e augmentado das deteriorações que lhe forem imputaveis (2).

Os bens doados podem variar de valor entre a epocha da doação e a da reducção. O augmento de valor póde resultar das alternativas de preço venal a que em geral, estão sujeitas todas as coisas susceptiveis de commercio, ou provir de bemfeitorias, accessões ou extincção de encargos. A diminuição de valor póde resultar das alternativas d'aquelle preço, de deteriorações e da constituição de encargos.

A lei não deu importancia ás oscillações do valor venal dos mobiliarios, porque manda avalial-os pelo que elles valiam á data da doação; mas attendeu-as emquanto aos immobiliarios, porque dispõe que se avaliem pelo valor que tiverem á data da reducção. Nas doações de bens mobiliarios, o donatario conferente fica assim equiparado ao não conferente, porque o valor attendivel, quer para o calculo da quota disponivel, quer para o effeito da reposição do excesso inofficioso, é para

---

(1) Cod. civ., artigo 1497.º, § unico.
(2) Cod. civ., artigo 1498.º, §§ 1.º e 2.º

ambos, sempre o da data da doação; mas nas doações de immobiliarios, aquelles donatarios só são equiparados com relação ao valor que devem repôr em bens, porque a respeito do calculo da quota disponivel, o valor que entra neste calculo é o da data da doação, se o donatario é conferente, e é o da epocha da reducção, se o donatario não está sujeito á collação.

45. Se os bens doados receberam bemfeitorias applicadas pelo donatario, manda o Codigo excluil-as do calculo que elles têm na epocha da reducção. Esta disposição é justa para o effeito do calculo da quota disponivel do doador nas doações não conferiveis; mas para o effeito da restituição do excesso inofficioso em especie, deve entender-se que o donatario fica com direito a ser indemnisado, pelo herdeiro a quem tocarem os bens assim restituidos, do valor das bemfeitorias respectivas; do contrario, a disposição é injusta. Supponhamos que foi doado um predio indivisivel que vale um conto de réis, excluindo as bemfeitorias dispendidas pelo donatario; que estas valem 500$000 réis; que o excesso inofficioso é de 600$000 réis, e que elle é obrigado, em virtude do § 1.º do artigo 1499.º ou do artigo 1500.º, a repôr o predio todo para a herança. Sendo as bemfeitorias inseparaveis do predio, o donatario fica sem o predio e sem as bemfeitorias, e por isso deve ser indemnisado não só do valor da doação dentro da quota disponivel do doador, mas do valor das bemfeitorias, que eram suas e não do doador. Se o predio é divisivel, de modo que o donatario possa restituir uma parte d'elle equivalente ao excesso inofficioso, é mais simples incluir na avaliação d'essa parte as bemfeitorias para evitar aquelle direito de indemnisação, do que proceder como manda a lei, porque se consegue o mesmo fim (1).

Se os bens foram bemfeitorisados por outra pessoa, deve distinguir-se se esta tem ou não direito á respectiva indemnisação. No primeiro caso, este direito é um verdadeiro encargo, e por isso deve ser deduzida a sua importancia ao valor dos bens, e ficar o que os adquirir, com a obrigação de a pagar; no segundo caso, não devem excluir-se as bemfeitorias, quer para o calculo da quota disponivel, quer para o effeito da reposição em especie.

Se os bens doados receberam accessões industriaes, a cuja

---

(1) Vej. a *Rev. de Leg.*, vol. 16.º, pag. 585.

indemnisação tenha direito aquelle que as fez, deve proceder-se como nas bemfeitorias. No caso dos bens doados estarem sujeitos a encargos que lhe diminuam o valor, de estes encargos terem sido remidos pelo donatario ou por outrem, ficando assim, ao tempo da reducção, augmentado o valor dos bens, deve, aquelle que por effeito da reducção ficar com os bens, ser obrigado á indemnisação pela remissão do encargo.

46. Se os bens doados se perderam, desappareceram ou destruiram por caso fortuito, força maior, ou pelo uso natural, o seu valor não é attendido para effeito algum; mas, se a falta d'elles resultou de facto imputavel ao donatario, o valor que tinham á data da doação entra no calculo da quota disponivel, e o donatario responde pelo excesso inofficioso em dinheiro (1).

Se apenas se deterioraram os bens doados, deve distinguir-se entre as deteriorações causadas por caso fortuito ou força maior, e as motivadas por culpa do donatario. A importancia das primeiras não é imputada ao donatario (2), isto é, não entra no valor dos bens para o calculo da quota disponivel nem para o effeito da reposição; mas a das segundas addiciona-se ao valor dos bens na data da reducção (3), para o calculo da quota disponivel e tambem para o fim da reposição, isto é, o herdeiro, que por effeito da reducção ficar com bens deteriorados, ficará egualmente com direito a haver do donatario, a importancia da respectiva deterioração em dinheiro.

Na hypothese de terem sido constituidos encargos sobre os bens doados, que lhes diminuam o valor, os encargos subsistem, apesar da reducção em especie (4). O donatario póde alienar os bens doados, e por isso póde hypothecal-os (5), consignar-lhes os rendimentos, emprazal-os, etc., ficando porém responsavel pelo valor em que assim os depreciou, para com os herdeiros do doador.

---

(1) Cod. civ., artigos 1497.°, § unico, 1498.°, § 1.°, 1502.° e 2107.°, § unico.
(2) Cod. civ., artigo 1497.°, § unico e 1498.°, § 1.°
(3) Cod. civ., artigo 1498.°, § 2.°
(4) Sr. Dias Ferreira, vol. 3.°, pag. 461.°
(5) Cod. civ., artigos 1484.°, § 1.° e 1501.°

CAPITULO VII

DA REDUCÇÃO EM ESPECIE DAS DOAÇÕES DE IMMOBILIARIOS INDIVISIVEIS, FEITAS POR DOIS CONJUGES A HERDEIRO LEGITIMARIO

SUMMARIO:—**47.** Como deve fazer-se a collação e a reducção de uma doação de um prazo, feita por pae e mãe a um filho, á morte de cada um.

47. A hypothese que maior discussão tem soffrido na pratica, a ponto de servir de argumento para se abandonar a opinião da reducção em especie, é a de ser feita por pae e mãe a doação de um prazo, e tratar-se de fazer a reducção d'ella no inventario de um dos doadores, estando vivo o outro.

Tem sido considerada esta hypothese, fóra da applicação do artigo 1500.º, e entendido que deve adjudicar-se o prazo ao donatario, repondo este em dinheiro o excesso inofficioso, pelo principio—*major pars trahit ad se minorem*—adoptado nos artigos 1499.º e 2128.º do Codigo civil, e 720.º do Codigo do processo (1).

Pretendem outros que esta hypothese é regulada pelo artigo 1500.º, e que por isso a reducção deve fazer-se em especie.

Seguindo-se esta opinião, surge a duvida se o donatario deve conferir e repôr á herança, todo o prazo ou só metade. Por um lado a indivisivilidade do prazo e o preceito do artigo 1500.º aconselham a reposição na totalidade, e por outro os preceitos dos artigos 2098.º e 2108.º aconselham a que elle confira só metade, e não reponha mais do que o que confere.

Varios argumentos se podem adduzir em favor de uma e outra opinião. Os que entendem que deve ser conferido e restituido á herança todo o prazo, fundam-se em que, devendo este, como consequencia da restituição á herança, ser encabeçado em algum dos co-herdeiros, licitado ou arrematado, deve ser restituido no todo, porque não póde ser encabeçado, licitado ou arrematado apenas em metade, o que importaria a divisão do prazo contra o disposto na lei.

Nós entendemos que a collação e a reposição devem ser só de metade do prazo, porque assim o determina na sua generalidade o artigo 2108.º, em cuja conformidade se deve en-

---

(1) D. Maia, § 53.º, pag. 143 e § 58.º, pag. 163. Vej. *Man. do Inv.*, pag. 163.

tender o artigo 1500.º. Se a collação e reposição se fizessem do prazo todo, chamavam-se á herança, valores que lhe eram extranhos, originando as consequenoias faceis de prevêr. Além d'isto, não é esta a unica hypothese de entrar em uma successão, metade de um prazo, pois que póde dar-se o caso de ter de vir á collação necessariamente, só metade do valor do prazo, sem ser pela razão de haver sido doado por pae e mãe conjuntamente a um filho.

Supponhâmos que dois irmãos são donos de um prazo, e que um d'elles dôa a um filho a metade que lhe pertence. Por morte do doador, o filho ha de conferir toda a doação, que é metade do valor do prazo, e sendo inofficiosa, só póde repôr metade do prazo, pois que a outra metade não lhe pertence, e o seu dono não póde ser chamado a esta partilha por não ser herdeiro do doador. Nesta hypothese vem só metade do prazo para a herança, podendo ser encabeçada, ou mais propriamente, adjudicada por accordo a algum co-herdeiro, licitado ou arrematado, sem se offender o principio da indivisivilidade do prazo, porque continúa na compropriedade do primitivo dono sobrevivo e do herdeiro do fallecido ou de quem o arrematar em haste publica até o encabeçarem.

Semelhantemente, no caso que principalmente tratamos de ser doado um prazo por pae e mãe, não ha difficuldade nem inconveniente em que por morte do primeiro que fallecer, o filho confira, e no caso de inofficiosidade restitua á massa da herança, a metade do prazo em substancia, doada pelo fallecido, embora essa metade seja indeterminada, como não póde deixar de ser (1).

Tambem se tem discutido se, tendo sido feita no inventario do pae a reducção da doação em valor, póde ser obrigado o donatario, no inventario da mãe, a fazer a reposição em especie. Ainda que dois herdeiros tenham concordado na partilha da herança paterna, em que um d'elles confira em valor os bens doados pelo pae a um d'elles, não fica inhibido o outro, de lhe exigir a reducção em especie, da parte d'esses bens doados pela mãe, quando esta fallecer (2).

O que temos dito a respeito das doações de prazos, dizemos egualmente a respeito de quaesquer immobiliarios indivisiveis sem detrimento.

(Continúa). ANTONIO VICTOR LEMOS DA ROCHA.

---

(1) Vej. sr. Dias Ferreira ao Codigo do processo, vol. 3.º, pag. 159.
(2) *Rev. de Leg.*, vol. 31.º, pag. 114.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 1, pag. 16)

M.me Rattazzi, que entre nós se tornou celebre, sobretudo, depois da resposta atrabiliaria que lhe deu Camillo em seguida á publicação da obra—*Le Portugal à vol d'oiseau*—em que este escriptor era apreciado desfavoravelmente, escreve: «O povo portuguez, além da bondade de coração e mansidão de costumes que lhe é propria, tem a seu favor ainda outras duas qualidades—a docilidade e a paciencia. Os expedientes, os mais arbitrarios, os actos os mais violentos em nada perturbam a sua mansidão. E' o estoicismo e o fanatismo de mãos dadas e elevados no seu requinte. Póde-se até comprehender por meio de duas locuções. Fala-se de miseria, de vexames, de abusos; responder-nos-hão: «Tenha paciencia!» Dizem que esta ou aquella cousa seria necessaria, e que seria mister tomar uma resolução, mostrar energia e defender seus direitos; respondem-nos: «Tenha paciencia! Ámanhã!» E se eu morrer de fome? «Tenha paciencia.» E se fôr preciso começar já a trabalhar: «Ámanhã.»

Apreciando a *Historia de Portugal* de Oliveira Martins, escreve Castelar: «Para comprehender todos os estragos de tal doutrina e seita (deleteria influencia exercida pela Companhia de Jesus), não ha como estudar hoje a inspirada *Historia* do grande escriptor portuguez, por cujas paginas andam á porfia, em competencia, o saber do philosopho e a arte do narrador e do poeta. Effectivamente, desde que se lêem as obras dos primeiros jesuitas, vê-se claramente como elles cahem sobre Portugal, intentando fazer de tão extremo reino no Occidente europeu uma especie de triste Paraguay, dirigido pela mais fantastica e reaccionaria de todas as utopias.

. . . . . .

«Em pouco tempo o espirito portuguez era do dominio pleno de Santo Ignacio. Bem caro o pagou Portugal. Aos esplendores do renascimento asiatico, succederam as fumaradas terriveis da Inquisição.»

Consigna depois, o grande orador da historia, que se fez visionario este paiz: «Portugal, convertido pela magia e pelas feitiçarias do jesuitismo a certas idêas millenarias, messianicas, cahira numa verdadeira loucura. O povo descobria sarcophagos

fluctuantes nas nuvens, incendios nos occasos; figuras sobrenaturaes no vento, sacudidas na inercia e na immobilidade dos sepulcros. A mente lusitana estava numa especie de *sabbat* sinistro illuminado por enxofre.

.....

«Não se observa em tudo isto (sebastianismo) o caracter peculiar á eschola jesuitica, inventada por um genio, sem contar com as possibilidades e as realidades multiplices do mundo e da alma? Não se vê em tudo isto um dos maiores e mais grandiosos esforços que podem imaginar-se para ter afinal como unico resultado o deserto e a morte? Essa esperança vã da resurreição impossivel d'um rei desapparecido nas areias do deserto, não é a esperança dos jesuitas e dos reaccionarios de toda a esphera do planeta? Olhem Hespanha e Portugal, victimas da reacção religiosa, e digam-me depois se se podem conhecer melhor os estragos d'uma doutrina e d'uma seita funesta, que estenderam o deserto moral sobre a consciencia humana.

.....

«Mas a reacção, apoderada da alma de Portugal como d'uma presa, dominou por muito tempo no mesmo seculo XVIII. Morta a bruxa feiticeira, não se perderam os seus feitiços e maleficios. Assemelham-se todas estas idêas theocraticas paralysadoras do espirito humano a essas aves nocturnas, que para estancarem a luz, sorvem o azeite. A seita jesuitica havia sugado as idêas novas, e quando as idêas novas não animam o espirito d'um povo, este fica como uma arvore, a que falta a seiva primaveral. As nossas duas nações, pois que assim devemos chamar-lhes, alcançaram aquelle rejuvenescimento, trazido pelo duplo despertar da Natureza universal e da Arte pagã, que avivara com a luz vivificadora d'um novo ideal progressivo a familia humana, desde meiado do seculo XV até meiado do seculo XVI. Todas estas profundas mudanças, porém, são verdadeiramente syntheticas, e não bastava sómente rejuvenescer corpo e imaginação, dois factores importantes da sociedade, mas dois factores unicamente, quando se não rejuvenesciam elementos e faculdades, como a razão e a consciencia.»

Boutrow, na sua *Conferencia* sobre Portugal, realisada na Sociedade de Geographia, em sessão de 19 de junho de 1891, traduz do modo seguinte as suas impressões:

«Ha entre os portuguezes e os hespanhoes um contraste e uma antipathia que vão muitas vezes até ao odio e ao desprezo.

«O portuguez não é alegre, apesar da canção, que cuidou

mais da rima que da razão. Possue antes um caracter reflectido e grave; é manso, é honesto, é intelligente. Posso citar-vos numerosas provas da brandura do seu caracter. Por exemplo: em Portugal os habitantes não jogam a navalhada com a mesma vivacidade, com a mesma impetuosidade que em Hespanha. E as corridas de toiros não são sanguinarias.

«Não ha salteadores, e ha vinte annos que os portuguezes poderam abolir a pena de morte, sem que esta abolição tenha sido causa de recrudescencia de crimes. Os portuguezes são honestos, de relações faceis e agradaveis. Em Portugal não ha preços falsos. Nos cafés, nos caminhos de ferro, nos omnibus, nenhuma tentativa se faz para explorar o extrangeiro, para lhe fazer pagar mais caro do que se fosse indigena, o que nem sempre acontece entre os seus visinhos da peninsula. São intelligentes, apprendem facilmente as linguas vivas, e especialmente o francez, que se fala muito mais em Portugal que em Hespanha. Que lhes falta pois? Falta-lhes o gosto pelo trabalho.

«Além d'isto falta-lhes o espirito de iniciativa. Têem escriptores, poetas, oradores, mas faltam-lhes pensadores ousados, sabios, artistas originaes, engenheiros emprehendedores. Não desconheço que a fé que animava os navegadores e conquistadores dos seculos XV e XVI lhes fez produzir grandes feitos; mais tarde, porém, a independencia do pensamento foi morta pelas perseguições religiosas. A inquisição, muito mais terrivel lá do que em França, expulsou os mouros que continuavam a residir no paiz, os judeus e os christãos novos; perseguiu, exilou, envenenou, queimou os philosophos, os espiritos ousados, os livre-pensadores, e, por uma especie de selecção artificial, os portuguezes são filhos de homens que foram obrigados a pensar todos a mesma cousa e a seguir os caminhos trilhados.

«Assim, d'esta rapida revista dos destinos de Portugal resalta uma grande lição de tolerancia, de onde resulta que o espirito de opposição, de contradicção, de livre exame e de livre investigação no campo religioso, politico, philosophico e scientifico não se extingue impunemente, e que uma das vantagens da liberdade é permittir a um povo o gosar de todos os recursos intellectuaes que possue. Esta ausencia de iniciativa no seu caracter, explica a facilidade com que os portuguezes soffreram a influencia extrangeira, e com que adoptaram tão facilmente as fórmas artisticas que os artistas extrangeiros lhes levaram.»

Julgamos ser completa, por esta contraprova, a caracteri-

zação do povo portuguez: de nada valendo o pessimismo ou o optimismo de alguns juizos, que nos abstemos de examinar de per si, tão flagrante é a sua exageração!

No emtanto não proseguimos sem observar com o illustre William Temple: Do que mais se gosta nas nações, como nas mulheres, é muitas vezes não das suas qualidades, mas dos seus defeitos.

A lingua e o caracter portuguez

A lingua foi o manancial onde organicamente se integraram elementos celtibericos, latinos, germanicos e arabes, formando o vocalismo e consonantismo, cuja resultante foi o gallego—que prevaleceu na Hespanha do XI e XII seculos—e o portuguez (ultimo quartel do seculo XII ao seculo XIV). A montanhosa Galliza, espargelando de claridades a Peninsula na Média-edade, foi o coração d'onde irradiou para a nascente nacionalidade o lyrismo, a nobreza e a acção sobre a evolução linguistica, até que, annullada a sua vitalidade nacional, pela absorpção centralista de Castella, o gallego immobilisou-se, soffrendo a cooperação do portuguez que evolutia.

Posteriormente ao seculo XII—intensamente porém só nos seculos XIV e XV—a cultura latina, atacando a originalidade, a espontaneidade da nossa linguagem oral, cavou um hiato entre ella e a linguagem escripta, hiato que sómente se preencheu no final do seculo XVI pela fructeadora approximação e fecundação reciproca. Nos inicios d'este seculo a unidade linguistica principiára de ser submettida á disciplina grammatical por Fernão de Oliveira e João de Barros, que orientaram a exposição do idioma portuguez pela grammatica latina. Este ultimo principalmente muito contribuiu, pela pittoresca e aprimorada fórma que ao portuguez imprimiu, para o firmar como lingua litteraria em frente do castelhano, numa epocha em que entre nós quasi todos os escriptores o adoptavam.

Não acompanhando esmiuçadamente a evolução integral do idioma patrio, o que é certo é que o seu primitivo lineamento se vai gradualmente tornando formoso, á medida que o lyrismo dos *trovadores gallecio-portuguezes,* apanhando a graça e a harmonia das expressões populares, as empregam—para traduzir toda a gamma da sentimentalidade—em estrophes cujo encantamento jámais se esquece.

A natural suavidade do nosso idioma, a melancolia saudosa de seus numeros, notificada por Garrett, levou o ingenuo

sublime que se chamou Bernardim a nimbal-a de harmonias extranhas. Mas a quem ella deve a consagração, a autonomia, é á linguagem de opulentos fulgores, á linguagem em que se cantou a gloria de um povo—ás oitavas de Camões—onde se fundiu a heroica e antiga alma portugueza, ao poema que, no dizer do historiador philosopho Edgar Quinet, não pertence apenas a Portugal, pertence a toda a humanidade.

Seguindo a esteira aberta por estes vultos foi-se aperfeiçoando, foi-se polindo. A meio do seculo XVI—reagindo contra os que preferiam a lingua castelhana para as suas obras—ergue-se propugnando audazmente por ella o auctor da tragedia amorosa a *Castro,* Antonio Ferreira.

Ah, Ferreira, dirão, da lingua amigo.

E os Autos que no seculo XVI revindicavam a liberdade de consciencia, no seculo XVII sustentam a lingua nacional.

Não falando do modo como transformou a versificação, não melhorou Filinto a linguagem com o exemplo e com a critica?

Desde então, pela integração variada e pittoresca da linguagem oral e pelas necessidades resultantes da evolução social e psychologica, foi augmentando o vocabulario iniciado pelos *quinhentistas.* O *Romantismo,* pela reviviscencia das fontes organicas medievaes, deu-lhe todo o incremento. E' o vernaculismo cheio de graça, emocionantemente nativo, de Almeida Garrett e dos que o seguiram. E' esta lingua sonora e rica a que Camillo deu toda a plasticidade, toda a flexibilidade, enchendo-a intensamente de ironia, no amontoamento dos seus romances tão portuguezes, e toda a força nas suas ruidosas e asperas campanhas, e a que João de Deus, repetindo a vibração sentimental e sempre nova da *Menina e Moça,* deu tanta suavidade. E, modernamente, pela pressão de novas necessidades, é admiravel o avanço que toma a sua fórma esmerada pela incorporação de tanta graça tilintante, de tanto fino dizer, de tanta fluidade que lhe trouxeram penas brilhantes, como a de Eça de Queiroz.

Ultimamente, porém, muitos tornaram-na—de genuinamente e encantadoramente portugueza que era na sua feição forte e sonora—tumultuaria, deprimente para a dignidade nacional, na impureza com que a empannaram, pela adopção inutil e forçada de vocabulos extrangeiros, principalmente francezes, em desaccordo formal com a sua feição.

E a linguagem é um dynamometro, por onde se avalia o vigor d'uma nacionalidade.

Póde-se dizer que o genio amoroso e melancolico do nosso

povo não podia encontrar uma lingua pela maleabilidade, pela côr, pelo rythmo, tão apta para traduzir toda a emotividade como esta, que, podendo ter a profundidade e a concisão dos idiomas do norte, desconhece comtudo os seus sons aspirados e gutturaes.

«Menos pomposa—observa Chaumeil de Stella—mais simples, mais clara que o hespanhol, convém a lingua portugueza mais á conversação, presta-se mais facilmente á traducção rapida dos pensamentos. Os synonymos, diminuitivos e augmentativos, abundam nella, e tornam facil pintar os objectos sem periphrases, com uma infinidade de matizes.» Depois relata que produziu uma litteratura rica, principalmente no genero épico e lyrico.

Bongeault refere-se á sua doçura e harmonia, que maravilhosamente se adapta para traduzir os sentimentos ternos e melancolicos, como já notara Cervantes e Henri Hallam.

A orientação unificadora pelo estabelecimento das relações entre a linguagem escripta com a oral, que exuberantemente encerra bellezas inimitaveis no seu colorido, tem-se continuado desde que no ultimo quartel do seculo XVI se operou, tanto quanto possivel, a solidariedade da synergia portugueza.

A' ingenuidade e encanto, á doçura e meiguice que respira a linguagem dos trovadores, juntam-lhe os chronistas a brisa gelada do mar alto.

Da suavidade commovedora, da ternura amaviosa que lhe veiu da *Menina e Moça,* fixada, alargada, surprehendentemente, na maleabilidade esthetica que lhe imprimiu Camões—e todos esses que, escrevendo, ainda mais aromaram a sua toada já tão musical—resultou a sua expressiva feição para traduzir todas as gradações do coração portuguez.

Por isso hoje este idioma—exprimindo a affectividade apropriada á larga sociabilidade contemporanea—guarda a naturalidade ingenua e triste e doce, cheia de luz, palpitante de encantamentos, da exuberancia meridional, e arrasta todo o oiro entornado do sol apanhado pelo Oriente.

Por isso é ondulante e esbelta, d'uma plasticidade que se amolda a todas as vibrações emotivas, traduzindo todos os matizes da alma portugueza, saturada das suas tradições: heroica, aventureira, apaixonada.

A nossa lingua é a expressão nacional.

(Continúa).

MARQUES BRAGA.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TRAUMATISMO E ORGANISMO

(Cont. do n.º 1, pag. 30)

2. Após a hemorrhagia vêem as doenças geraes hemorrhagiperas: escorbuto e arthritismo entre os estados diathesicos, e o paludismo entre as toxi-infecções geraes.

Escorbuto. — Caracterisado pela gengivo-estomatite é, sobretudo, a affecção da miseria e das privações. Hoje, em virtude do bem-estar relativo que resulta da estabilidade social, progresso da hygiene e melhoria as condições alimentares, é uma affecção excepcional, quasi banida dos quadros nosographicos.

Arthritismo. — O organismo arthritico faz tambem a hemorrhagia com grande facilidade. A epistaxis é um dos episodios habituaes da diathese e o arthritico hepatico hemorrhoidario ou diabetico sangra facilmente (Charrin).

Impaludismo. — Gosa tambem de uma reputação hemorrhagipera evidente. Essa facilidade depende muitas vezes das taras hepaticas do impaludismo; não obstante, fica ainda de curioso na hemorrhagia dos paludicos, o caracter intermitente que a imagem do processo morbido a hemorrhagia póde assumir.

A historia das hemorrhagias intermitentes encontra-se profusamente documentada na obra classica de Verneuil—*E'tats constitucionelles et traumatismes*. Os factos mencionados não têm porém a mesma significação.

Umas vezes a hemorrhagia produz-se espontaneamente e durante a evolução da infecção malarica. O facto é banal.

Todos conhecem observações de epistaxis hematuricas sobrevindo periodicamente, pontualmente, com o accesso febril e retrocedendo com este sob a influencia da medicação quinica. A pathogenia é simples tambem: a reacção febril acompanha-se de reacção vaso-motora e é a phase hypertensiva d'essa reacção que, forçando a fragilidade e algumas arcas vasculares, provoca periodicamente a hemorrhagia. As exhalações periodicas, sobrevindo á superficie de velhas ulceras, por motivo de paludismo intercorrente, têm a mesma significação.

Outras observações referem-se a hemorrhagias provocadas por pequenas operações cirurgicas, applicação de sanguesugas, avulsão dentaria, etc.

Nestes casos a natureza da intervenção lança, justamente, a suspeita da existencia do paludismo. A applicação de sanguesugas poderia ter sido realisada num paludico com um fim depletivo; a avulsão dentaria motivada por nevralgias, tão frequentes no paludismo larvado.

Resta porém um 3.º grupo de observações inatacaveis em que a hemorrhagia sobrevem consecutivamente a grandes traumas operatorios, que não é licito suppôr-se terem sido realisados sobre individuos com paludismo manifesto, o que constituiria uma contra-indicação da intervenção.

E' neste ponto que a antiga pathologia collocava o problema da reviviscencia da diathese, e a pathologia de hoje levanta ainda a interrogação da auto-reinfecção.

Iria a commoção vaso-motora do acto operatorio provocar o exodo de antigos hematozoarios dormitando na rede vascular do baço? Uma antiga e duradoura impregnação paludica teria habituado por tal fórma os centros vaso-motores a periodicidade das reacções vasculares que, quando uma acção traumatica suscite d'elles uma fluxão, esta continue ainda a fazer-se periodicamente?

Taes são as hypotheses explicativas que occorrem. E' natural que os factos correspondam a um e outro mechanismo.

3. Regulador de todas as funcções o systema nervoso tem um papel pathogenico em todos os processos morbidos. Assim as nevropathias figuram tambem no quadro das molestias hemorrhagiperas produzindo-as ou, pelo menos, presidindo á sua localisação.

As lesões centraes geram hemorrhagias e localisam nos hemiplegicos as hemorrhagias espontaneas.

Na ataxia uma erupção hemorrhagica termina, por vezes, as crises fulgurantes, distribuindo-se justamente nos membros dolorosos.

As nevrites, identicamente, além de originarem outras perturbações trophicas podem ter uma symptomalogia de feição nitidamente hemorrhagica.

Finalmente, entre as nevroses a histeria simula todos os processos hemorrhagicos conhecidos.

4. As lesões do figado figuram á testa das visceropathias que têm uma influencia decisiva na crase sanguinea.

Diversos auctores signalaram a sua influencia e Verneuil e Cruveilhier citam enormes fluxos hemorrhagicos sobrevindo em consequencia de pequenas feridas, picadas de sanguesuga, avulsão dentaria e puncção de ascite.

A physiologia do figado exclusivamente metacrasica, bilogenica, glycogenica, meogenica e marcial tem, além d'isso, um papel directo na formação das substancias anti-coagulantes —*funcção-apixegenica*—.

(Continúa).

JOSÉ DE MATTOS SOBRAL CID.

INVESTIGAÇÕES HISTORICAS SOBRE AS OBRAS DE PEDRO NUNES

(Cont. do n.º 1, pag. 36)

«Mas dexando estos tales binomios a parte, cuyos nombres son quantidades discretas, a los quales raras vezes acontesce la ygualacion venir, dezimos delos otros binomios y recisos, que la noticia que por ellos nos viene del valor de la cosa es muy confusa. Porque los binomios y recisos en los quales no ha quebrado, las mas de las vezes acontesce no ser cubos, por quanto para que seen cubos, es necessario que del su nombre que es numero se pueda sacar vn numero cubo, y que el numero que queda sea repartible en tres yguales numeros sin quebrado, y que las raizes cubas sacadas por entrambos los nombres concorden vna con otra. Es la causa, que el nombre del binomio cubo que es numero, tiene en su compañia la raiz quadrada de vn cierto numero, y no de otro, y el nombre que es raiz tiene en su compañia vn cierto numero y no otro, y es esto cosa rara. Binomio cubo, el mismo numero 10. en compañia de otra raiz, ny essa raiz en cõpañia de otro numero, y binomio cubo es R. 50. p. 7. pero no lo sera 7. en compañia de otra raiz, ny lo sera essa raiz en compañia de otro numero. Y porque en este binomio R. 26. p. 5. sacando del numero 5. la vnidad que es cubo, queda el numero 4. que no se puede partir en tres partes yguales sin quebrado, no sera por esta causa cubo esse binomio R. 26. p. 5. y quedara por tanto muy confusa la noticia del valor dela cosa, quando 1 cu. p. 3 co. fueren yguales al numero 10. y en los otros casos semejantes. Porque lo que se podra colligir es, que el valor dela cosa esta entre dos terminos notos y desiguales: Es el menor termino, aproximando las raizes cubas del binomio y del su reciso, la quantidad que queda sacando delo que es vn poco menos que la raiz cuba del binomio, lo que es vn poco mas que la raiz cuba del reciso. Y es el mayor termino lo que queda sacando delo que es vn poco mas que la raiz cuba del binomio, lo que es vn poco menos que la raiz cuba del reciso. Y si viniere la ygualacion a binomio y reciso, en los quales ha quebrados, es muy difficil saber si son cubos, y puesto que nos los deu por cubos, es todavia difficil acertar en la diuision que de los nombres del binomio auemos de hazer, para hallarmos la raiz cuba, como auemos dicho en el cap. 15. del tratado delas proporciones. Pero si enel binomio no vuiere quebrado, facil sera conoscer si es cubo, y si lo fuere, luego hallaremos la su raiz cuba, y sacando la del reciso del binomio, el valor de la cosa resultara noto claramente. Y no es siempre difficil acertar en la diuision de los nombres del binomio que tiene quebrado, como veremos en este exemplo: Sean 1 cu. p. 1 co. yguales a 10. y queremos saber el valor dela cosa, diremos assi: La mitad de 10. es 5. cuyo quadrado es 25. y porque la cosa es 1. multiplicaremos $\frac{1}{3}$ en si cubicamente, y haremos $\frac{1}{27}$. el qual juntaremos con 25. y haran $25\ \frac{1}{27}$. y sera por tanto el binomio R. $25\ \frac{1}{27}$. p. 5. y el reciso R. $25.\ \frac{1}{27}$. *m.* 5. y sera el valor dela cosa R. V. cu. R. $25\ \frac{1}{27}$. p. 5. menos R. V. cu. R. $25.\ \frac{1}{27}$. m. 5. Cumpre luego inquirir, si el dicho binomio R. $25\ \frac{1}{27}$. p. 5. es cubo, y esto

haremos buscandole la raiz cuba por entrambos los nõbres, puesto que aun no sabemos si es cubo, y esto tentaremos por esta manera: Sacaremos del numero 5. nombre menor la vnidade, porque es cubo, y quedaran 4. cuyo tercio es $1\frac{1}{3}$. y si el dicho binomio es cubo, y la diuision del numero 5. es bien acertada, la raiz cuba de 1. que tambien es 1. sera el nombre menor dela raiz cuba binomica que buscamos, y partiendo $1\frac{1}{3}$. por esse nombre menor, la raiz quadrada delo que viene, que es $1\frac{1}{3}$. sera el nombre mayor, y toda la raiz cuba del dicho binomio sera R. $1\frac{1}{3}$. p. 1. Y si la dicha diuision fue bien acertada, partiendo el numero 5. enel cubo 1. y enel numero 4. y el binomio es cubo, pues viene por mayor nombre R. $1\frac{1}{3}$. es forçado que sacando el cubo dessa R. $1\frac{1}{3}$ de la R. $25\frac{1}{27}$. nombre mayor del binomio, y partiendo lo que queda en tres partes yguales, y essa tercia parte siendo partida por el nombre mayor opinado, que es R. $1\frac{1}{3}$. venga vna quantidad, cuya raiz sera el nombre menor que de principio hallamos, no lo affirmando hasta la fin desta operacion, la qual sera esta. El cubo de R. $1\frac{1}{3}$. es R. $2\frac{10}{27}$. la qual sacaremos dela R. $25\frac{1}{27}$. por su Regla, porque partiremos $25\frac{1}{27}$. por $2\frac{10}{27}$. y vernan $10\frac{9}{16}$. cuya raiz es $3\frac{1}{4}$. destos $3\frac{1}{4}$. sacaremos la vnidad, y quedaran $2\frac{1}{4}$. y por estos $2\frac{1}{4}$. multiplicaremos R. $2\frac{10}{27}$. y haran R. 12. y esta es la que queda, la qual partiremos en tres partes yguales, y sera cadavna dellas R. $1\frac{1}{3}$. esta R. $1\frac{1}{3}$. partirèmos por el nombre mayor opinado, que tambien es R. $1\frac{1}{3}$. y verna 1. cuya raiz, que tambien es 1. sera el nombre menor. Y porque concorda esta operacion con la primera, el dicho binomio R. $25\frac{1}{27}$. p. 5. sera julgado por cubo. y que la su raiz cuba fue bien hallada, la qual es R. $1\frac{1}{3}$. p. 1. y la raiz cuba del su reciso sera R. $1\frac{1}{3}$. m. 1. y porque el valor dela cosa fue hallado ser R. v. cu. R. $25.\frac{1}{27}$. p. 5. m. R. v. cu. R. $25\frac{1}{27}$. *m.* 5. sacaremos R. $1\frac{1}{3}$. *m.* 1. que es raiz cuba del binomio, y quedara el numero 2. por valor dela cosa. Daquy colligiremos que quando el binomio es cubo, el valor dela cosa es muy claro, pero quando no es cubo, como quando poniamos que 1 cu. p. 3 co. fuessen yguales a 10. y venia por valor dela cosa R. v. cu. R. 26. p. 5. m. R. v. cu. R. 26. m. 5. el valor dela cosa es obscuro, porque R. 26. p. 5. no es cubo, ny tan poco el su reciso. Mas toda via mejor es tener sciencia por qualquier modo que sea, que ignorancia, y tomamos por remedio la dicha Regla, porque tambien quando el reciso y las cosas son yguales al numero, si el quadrado dela mitad de las cosas junto con el numero propuesto no hazen numero quadrado, es el valor de la cosa vna raiz sorda, menos el numero que es la mitad delas cosas. Y si Nicolao Tartalla fue inuentor desta Regla, como se cree, tengo para my que no quiso componer libro de Algebra de Reglas nueuas, esperando de hallar otra mejor Regla de cosas y cubo, yguales a numero, y otras para otras conjugaciones dependentes desta. Y si esto assi es, no vuiera de tener tanta gloria consigo por la inuencion desta Regla, porque habla tanto en ella, y encareçala tanto,

que haze fastidio. Y lo peor es, que se haze inuentar de otras Reglas muy antiguas, y communes, que todos tenemos. Dize, que en el anño de. 536. la nocha de San Martin, la qual fiesta dize que cayo entonces en sabado, fantasticando enel lecho, quando no podia dormir, hallo cap. general al cap. de censo de cubo y cubos, yguales a numero, y para otros cap. delas mismas dignidades, siendo esto doctrina muy commun, la qual trae Fray Lucas, y dela qual todos auemos vsado, antes que el tal cosa fantasticasse, y yo la traigo en la. 3. parte principal deste libro cap. 4. Y es la Regla, que quando tres dignidades fueren proporcionales, y la menor fuere numero: pornemos en el lugar de las otras dos dignidades cosas y censo. y obraremos assi como quando las 3 dignidades son numero, co. y. ce. pero lo que viniere sera valor de aquella dignidad, en cuyo lugar posimos las cosas. Y aquellas dignidades diximos ser proporcionales, cuyas denominaciones se exceden por yguales differencias, como son numero, cubo, y censo de cubo, porque la de numero es cifra, y la del cubo 3. y la del censo de cubo 6. y por la misma razon son proporcionales numero, censo, y censo de censo, como en el mismo cap. mas largamente esta escripto. Y quanto a la sobredicha regla de cosas y cubo yguales a numero, no dubdamos que sea cierta, porque tiene demonstracion, mas lo que pretendemos es manifestar el valor dela cosa, y esto se alcança por ella las menos vezes. Porque quando el binomio es cubo, podemos le hallar la raiz binomica cuba, de la qual sacámos la raiz cuba del reciso, y lo que queda es el valor de la cosa, la qual es el duplo del menor nombre dessa raiz. Pero quando el binomio no es cubo, puesto que el valor de la cosa sea quantidad racional, declarasse por essa Regla tan obseuramente, que nadie podra atinar al valor dela cosa. Exemplo: Sea 1 cubo. p. 3 co. yguales a 36. y queriendo saber por la Regla el valor dela cosa, multiplicaremos en si la mitad del numero, la qual es 18. y hara 324. y porque el tercio del numero delas cosas es 1. su cubo sera 1. el qual juntaremos con los 324. y haran 325. y sera luego compuesto el binomio R. 325. p. 18. m. R. v. cu. R. 325. *m.* 18. y era por tanto necessario sacar de la raiz cuba del dicho binomio la raiz cuba del su reciso, porque lo que quedasse seria el valor dela cosa. Mas isto no se puede hazer, porque el binomio R. 325. p. 18. no es cubo, y es la razon, que el numero 18. que es el nombre menor, no se puede partir en tales dos partes, que la vna sea numero cubo, y la otra sea diuisible en tres numeros yguales sin quebrado, como diximos que se halla en todos los binomios cubos. Queda luego en este caso el valor dela cosa muy obscuro, el qual por vna reglilla sabemos, que es el numero 3. Porque quando el quadrado y el cubo del numero delas cosas son juntamente yguales al numero que nos proponen ygual a las cosas con el cubo, esse numero delas cosas es el valor de vna cosa. Y en esto veremos la imperfection de la dicha regla, que siendo 3. como de antes, el valor dela cosa, seran 1 cu. y 9 co. yguales a 54. y buscando el valor de la cosa por la Regla, hallaremos que es R. v. cu. R. 756. p. 27. menos R. v. cu. R. 576. *m.* 27. y porque el numero 27. no se puede partir en tales dos partes, que la vna sea numero cubo, y la otra sea diuisible en tres numeros enteros sin quebrado, no sera por tanto binomio cubo R. 756. p. 27. no tiene luego raiz binomica cuba, ny tan poco el su reciso, y queda por essa causa obscuro el valor dela cosa, quando 1 cu. p. 9 co. son yguales a 54. el qual por otra reglilla sabemos que es 3. porque la raiz quadrada de 9. es raiz cuba de la mitad de 54. Ny aura Arithmetico de tan sotil ingenio, que proponiendole estas dos quantidades R. v. cu. R. 325. p. 18. *m.* R. v. cu. R. 325. m. 18. y R. v. cu. R. 576. p. 27. m. R. v. cu. R. 576. m. 27. pueda conoscer que son yguales, y vale pera cada vna dellas 3. y el impedi-

mento es, venir el valor de la cosa explicado por quantidades irracionales, y los binomios las mas de las vezes no seren cubos. Y aquy acabo esta obra, supplicando alos Lectores, que no me quieran dar culpa, por no traer esta Regla de co. y cu. yguales a numero, y las otras de dignidades disproporcionales, por sus principios, porque el trabajo era grande, y muy chico el loor, principalmente no me contendando aquella manera de notificar el valor dela cosa. Alla lo hallaran todo tratado por el Cardano o bien o mal. Y si Dios nos diere a entender otro mejor modo traerloemos en otro Libro».

Aqui está o que em 1567 nos dizia Pedro Nunes sobre a obra de Tartaglia, apreciando-a caso por caso e confrontando-a com o que escrevera no seu livro de algebra.

Pelo que respeita á resolução das equações do 3.º grau por Scipião Ferreo, foi Pedro Nunes, senão o primeiro, pelo menos um dos primeiros, que lhe attribuiu essa descoberta, desconhecendo por certo Libri o livro de Pedro Nunes, quando escreveu na sua *Histoire de l'algèbre en Italie,* t. III, pp. 148–149, o seguinte trecho:

«La résolution des équations du 3ième degré fut une découverte remarquable: pour y parvenir, il fallait créer de nouvèlles méthodes. Et, cependant le nom de celui qui résolut le premier ces équations ne nous est arrivé que par hasard: aucun historien du temps ne le cite et sa méthode a péri avec lui. Cet homme à qui l'algèbre doit un si notable progrès, fut Scipion Ferro de Bologne, qui professa dans cette ville depuis 1496 jusqu'à 1525».

RODOLPHO GUIMARÃES.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

INVENTORES PORTUGUEZES

(Cont. do n.º 1, pag. 41)

C

Vianna — Antonio José Pereira

Era espingardeiro, estabelecido com loja na cidade do Porto. Inventou uns fechos para espingarda sem pedreneira nem escorva, os quaes produziam a explosão por meio de um canudinho contendo um preparado especial, por elle descoberto. Inventou tambem um descanso para o cão da espingarda. Requerendo privilegio para estes seus inventos, foi mandada ouvir a Junta do Commercio, que a 9 de maio de 1822, deu parecer favoravel.

«Senhor. Mandou V. Mag.e pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em Portaria de 29 da Outubro do anno p. p.do que esta junta consultasse o que parecesse sobre o requerimento de Antonio José Pereira Vianna, em que pede hum privilegio exclusivo, para poder manufacturar uns feichos de espingarda e pistola da sua particular invenção.

Expõe o supp.e, mestre espingardeiro examinado com loja na cidade do Porto que á força de diligencias e despezas, conseguira o manufacturar huns fechos, que podem servir para qualquer espingarda ou pistola, sem que, para fazerem o seu effeito, precizem de pedreneira nem descorva conseguindo-se que a arma dispare só pelo contacto, que tem, quando desarma, huma pessa que faz as vezes de cão, com hum canudinho volante, cheio de certo mixto, cujo segredo tambem o supp.e alcançou por esperiencias repetidas que fez, collocado na proximidade do ouvido do cano, o qual inflammando-se, no instante que recebe a pancada, communica immediatamente o fogo á carga, fazendo o mesmo effeito das escorvas com polvora; e tendo sobre esta vantagem a de não poder errar ainda que lhe caia agoa. Que alem da sobredita vantagem tem outras, como são o fazer mais leve a arma, em que os ditos fechos se usarem por não excederem o pezo de sinco onças cada hum, o que he menos da terça parte d'aquelle, que tem os ordinarios, provindo esta differença, não de lhe faltarem as grossuras, e conveniente segurança, mas sim por exigir

menos pessas a sua construcção, e preservarem a oitava do cano, o ouvido e cronha dos máos effeitos da escorva com polvora, procedidos do salitre, simples este, que não entra no mixto encerrado no canudinho.

Que o supp.e igualmente fez a descoberta d'hum descanço por baixo do cão, mediante o qual nunca a arma pode disparar imprevistamente, o que he utilissimo em qualquer, e muito principalmente nas de dois canos, nas quaes succede frequentemente esquesser-se o cassador que tem o cão levantado para hum tiro e carregar para outro; no que ha grandissimo perigo, que se evita com este novo descanço, distincto dos até agora vistos, porque segura o cão mesmo armado, e se afasta delle para disparar, só com os costumados movimentos da arma, para carregar, e metter a cara, sem o encommodo de lhe applicar a mão ou outro qualquer. Que sendo taes fechos e por tantas vantagens preferiveis a quaesquer outros e não duviando o supp.e que o publico intelligente e curiozo as reconheça e queira disfructar logo que lhe forem patentes, não os tem o supp.e manifestado na consideração de que os mais mestres do seu officio, ou por emulação ou por avides do ganho, immediatamente procurem imital-os, privando assim ao suppte do fructo e recompensa das suas fadigas e despezas, e entorpecendo o seu genio applicado á perfeição e melhoramento da sua arte, e desanimando a outro qualquer d'empenhar-se em seme carreira, huma vez que falte o interesse pecuniario, principal estimulo para applicações d'esta natureza. Que em tres termos participa a V. Mage a sua descoberta, pedindo a graça de privilegio exclusivo pelo tempo que aprouver a V. Mage, durante o qual, e sob penas cominadas aos transgressores, só elle suppe possa manufacturar os fechos, que menciona, visto ser este o meio unico de compensação pelo seu trabalho e desembolso, e dar calor ao seu genio para adiantar-se e excitar geralmente a emulação nas artes.

Ordenou o Tribunal que o supp.e se apresentasse ao deputado Luiz Antonio Rebello para com pessoas intelligentes examinar o invento, de que se tracta, e informar com o seu parecer.

Satisfez o referido deputado, informando: Que sendo-lhe apresentados os ditos fechos e passando a examinal-os com pessoas intelligentes, acham que estavão mui bem acabados e que preenchem essencialmente o effeito, que o supp.e allega e que o seu uso he certamente de grande utilidade, fazendo bastante honra aos conhecimentos de seu author, e conseguintemente parecia-lhe que o supp.e está nas circumstancias de merecer a contemplação de V. Mag.e, guardadas porem as ordens do Soberano Congresso, pelo que pertence á liberdade da industria.

Sendo ouvido o desembargador fiscal, respondeo que vista a materia de que se tracta e a informação do deputado, parecia-lhe credor o artifice de ser contemplado como se informava.

O que tudo visto.

Parece ao Tribunal que a pertenção do supp.e merece ser deferida na forma da informação e resposta fiscal com que o Tribunal se conforma. Porem V. Mage resolverá o mais justo. Junta do Commercio em 9 de Maio de 1822» (1).

---

(1) Torre do Tombo, Livro do Registo das Consultas, n.º 49, fl. 24 v. e seguintes.

CI

Vieira — Domingos Velho

Residente em Evora. Inventou um engenho para moer pão, que movia muitas pedras, sem auxilio de vento, agua ou besta, só tocado por um homem.

Foi-lhe passada carta de privilegio a 20 de agosto de 1745.

«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal & Faço saber que hauendo respeito a me reprezentar por sua petiçam Domingos Velho Vieyra assistente na cidade de Evora que elle tinha inventado huma nova maquina de moer pam na dita cidade, a qual era utilissima para prouer de farinhas todas as povoações em qualquer tempo, pois era independente de agoa, vento e bestas e só o impulso de hum homem poderia fazer andar muitas pedras e como tinha despezas nas obseruações e experiencias se deuia attender ao merecimento de descobrir huma machina tão util à republica, pois se podia aplicar a outros engenhos que necessitassem de movimento e p.º ter o suplicante algum premio, pertendia lhe concedesse preuillegio para que ninguem podesse vsar da dita maquina p.ª o effeito de moer pam senam elle supp.º ou a quem elle facultasse em todo este Reino ficando livre a todos o uso della para quaesquer outros effeytos que com ella se podia aplicar pedindo lhe concedesse Prouisão do referido preuilegio, impondo as penas que fose seruido aos que o quebrantassem: E visto o seu requerimento e o que constou da informação do corregedor da comarca da dita cidade de Evora, e a resp.ta do procurador de minha coroa, a quem delle se deu vista, e consulta que se me fez pella Meza do Dezembargo do Paço, e em rezollução delle de 3o do mez de julho proximo passado Hey por bem fazer merce ao supp.º do preuilegio que pertende para que ninguem possa usar da dita maquina por tempo de des annos para o effeyto de moer pam senão o mesmo supp.º ou a quem elle o facultar com as pennas de perdimento da fabrica para elle supp.º e de 200 cruzados metade para captiuos e a outra metade para o aquaducto dagoa da prata da dita cidade de Evora. Pello que mando etc.. Lisboa 20 de agosto de 1745» (1).

CII

Villarinho de S. Romão — Visconde

Inventou, ou antes modificou e aperfeiçoou a machina para acudir a incendios do dr. Oliveira Mendes.

Vide o que a este proposito escreve Santos Cruz a pag. 52 da sua *Memoria sobre os differentes meios de atalhar os incendios.*

A *Memoria* do visconde foi publicada no tomo 1 dos *Annaes da sociedade promotora da industria nacional.*

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. João V, liv. 108, fl. 35o v.

Inventou uma machina, de cujo emprego na fabricação do môsto, resultava economia de tempo, e mais perfeito trabalho. Escreveu a este proposito uma memoria, que offereceu á Academia Real das Sciencias, a qual, como recompensa, o nomeou seu socio.

Fez tambem uma importante modificação nas machinas a vapor do systema de Watt, supprimindo todo o apparato de condensação e todo o apparelho do grande balanceiro, com notavel economia de força e portanto de combustivel. Para este invento obteve carta de privilegio em 1837.

O visconde de Villarinho de S. Romão, primeiro d'este titulo, chamava-se Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, e com este nome vem inscripto no *Diccionario bibliographico*. Nasceu em Villarinho de S. Romão a 5 de novembro de 1785 e falleceu a 14 de março de 1862. Além do artigo do *Diccionario,* veja-se a *Noticia biographica,* que a seu respeito escreveu Antonio Luiz Ferreira Girão, publicada no Porto em 1870.

CIII

VODARIQUE — VICENTE

Italiano, residente em Lisboa. A 27 de abril de 1645 foi-lhe passada carta de privilegio para fazer uso de certos engenhos, que todavia não se especificam.

«Ev ElRey faço saber aos que este aluara uirem que hauendo respeito ao que por sua petição atras escrita me enviou dizer Vissente Vodarique, italiano, morador nesta çidade, aserca de lhe conceder licença e preuilegio para que nenhũa pessoa vza (sic talvez *possa*) vzar dos emgenhos de que nella faz menção, e vistas as cauzas que alega e reposta do meu procurador da coroa, hey por bem e me praz que nenhũa pessoa possa vzar nem vallerce dos ditos emgenhos senão aquelles que tiuerem poder da sua parte para os poderem fabricar e vzar delles, e mando a todos os dezembargadores, procuradores, corregedores, ouuidores, juizes, justiças officiaes e pessoas de meus Reynos e senhorios, a que este for mostrado ou o treslado deste dito aluara em publica forma e o conhecimento delle pertencer que assi o cumprão e fação inteiramente comprir e guardar como nelle se conthem e vallera como carta, posto que seu efeito aya de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do L. 2.º tit. 40 em contrario. Antonio de Moraes o fez em Lixboa a vinte e sete de abril de mil e seis centos e quarenta e sinco. Pero de Gouuea de Mello o fez escreuer. Rey» (1).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. João IV, *Doações,* liv. 19.º, fl. 33.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

I

14 de Janeiro de 1855.—Larga Castilho para o Rio de Janeiro no paquete inglez.—Minucias interessantissimas extrahidas de cartas d'elle.—Versos ineditos do nosso poeta.—A cosinha ingleza.—Castilho desembarca na Madeira.—Desembarca tambem em S. Vicente de Cabo-Verde.—Em Pernambuco é-lhe impossivel o desembarque.—Na Bahia é levado para terra pelo Consul de Portugal.—Castilho e um obsequioso cabelleireiro da Bahia.—Jantar em casa do Consul.—Menção honrosa do professor Antonio Gentil de Ibirapitanga.

Em 14 de Janeiro de 1855, Domingo, pelo meio dia, largava do Tejo o vapor «Great Western», levando a bordo o Pedro Eremita da cruzada da civilisação pela instrucção popular.

«Trazemos n'esta viagem—escrevia Castilho em carta a sua mulher—umas trinta e tantas passageiras, francezas, inglezas, allemãs, lisboetas, madeirenses, hespanholas, e brazileiras; mas tudo isto fórma ranchos diversos; não ha *socialismo*. Ha doze dias que nos juntâmos ao serão, a maior parte dos que falâmos lingua de gente; cavaqueia-se, e contam-se anecdotas.»

O paquete ia pela Madeira, e seguia a Tenerife, Cabo-Verde, Pernambuco, e Bahia, com passageiros de varias classes para todos esses portos, e para a capital do florescente Imperio, creio que todos desconhecidos de Castilho. Passado pouquissimo tempo de viagem, porém, é certo que alguns companheiros se desvelavam em ser uteis e agradaveis ao poeta, e até um lhe serviu de secretario. Tenho a maior pena de não lhe saber o nome. Era, segundo creio, um Pernambucano (pelo menos dirigia-se para Pernambuco), acompanhava-o muito, dava-lhe o braço, e serviu-lhe de escrevente na carta de 23 de Janeiro. Castilho menciona-o, dizendo:

«Em Pernambuco vou perder o unico companheiro com

quem me tenho entendido (com perdão d'elle que escreve), e por cujo punho te escrevo esta. Ha-de-me fazer infinita falta.»

*

Entra n'este logar a menção de uns versos ineditos, apenas principiados, que o nosso poeta foi compondo comsigo a bordo, decorando-os devagarinho, e que depois se escreveram por mão de José Feliciano e alguem mais (ha variedade de lettras no borrão que possuo).

A falar verdade, parece indiscreção entregar ao publico indifferente uma obra, como esta de Castilho, ainda de todo por limar, e até por acabar; mas consola-me a ideia de que não é ao publico indifferente que me dirijo, mas só a pessoas amigas, que assim considero quem chegou a este ponto adiantado da minha obra.

Eis pois os versos; com toda a segurança os imprimo:

Vôa, Babél undivaga,
em cujo bojo enorme
de povos, quasi innumeros,
junto um só povo dorme!
Como elle, dormem tacitos
a noite, os céos, o mar.

Por estes ermos páramos
sem término e sem fundo,
extra-mundo intermedio
entre um e outro mundo,
sob a infinita abóbada
solemne é teu voar.

Tua vista é a bitácula,
que sabe e ensina o rumo.
Levas vulcões no intimo;
deixas espuma e fumo;
e em redemoinho turbido
as ferreas azas vão.

Dissereis um frenetico
fugir de horrendas plagas,
um arrojar-se indomito
no alcance a esp'ranças magas,
se o Leviathan britannico
tivesse um coração.

A elle amores e odios...
que importam? Mudo e serio,
ao hemispherio antarctico,
ao arctico hemispherio,
nem hospede, nem prófugo,
continuo vem e vai.

Torna, reverte, e soffrego
cá e lá só vendo o oiro,
voga indiff'rente ás lagrimas,
de que se fez thesoiro;
os ais á pôpa seguem-n-o,
sem que elle escute um ai!...

.....

*

O nosso viajante passou em geral muito bem, e a sua robusta saude não soube ressentir-se do abalo que traz sempre uma jornada tão longa. Costumava enjoar muito; mas creio que d'esta vez, ou pela distracção, ou por ser a sua mais demorada excursão maritima, e a bordo de um grande e bom navio, não passou de certos limites.

«O meu enjôo d'esta vez — escrevia elle já do Rio de Janeiro em 12 de Fevereiro em carta para os seus — foi mais da cosinha ingleza, que do mar. A cosinha ingleza é uma coisa detestavel. Fazem pratos impossiveis, que só elles comem, e para os quaes duvido que a propria lingua d'elles tenha nome. As materias primas que empregam, são todas sabidas, usuaes, e boas;..... mas o modo de coser, assar, e temperar, ou antes: de não coser, não assar, e não temperar, torna inuteis todos aquelles gastos. O meu jantar eram couves com azeite e vinagre, uma batata cosida, e para sobremeza uma descompostura em *aparte* ao Polyphemo do cosinheiro.»

Parece que o estamos ouvindo gracejar em hora de bom humor.

Na Madeira saltou em terra.

Foi logo visitar o Guarda-Mór da Alfandega, parente de minha Mãe (e de quem falei detidamente quando descrevi a estada de Augusto, no Funchal), Agostinho Fernandes de Vasconcellos. Encaminharam-se ambos ao cemiterio, a visitar as cinzas do saudosissimo Arcipreste.

Em 23 de Janeiro tocava em S. Vicente de Cabo-Verde, em optima disposição physica; «e seria *optimissima* — diz Castilho — se o navio não fosse inglez. Não me posso accommodar á cosinha d'estes cyclopes.»

Quiz ir a terra; mas, com o seu habitual desprezo ás formulas (não louvo; historío) faltou-lhe a paciencia de se vestir condignamente, e appareceu aos Caboverdianos trajado com o seu largo e comprido chambre de lã muito leve, e sapatos de camurça. Isso (sei-o eu) indignou alguns indigenas.

Não obstante essa lesão da etiqueta, foi muito cordealmente obsequiado pelo Major do Estado Maior Antonio Maria Barreiros Arrobas, então Governador de Cabo-Verde, assim como por outras auctoridades.

Em Pernambuço foi impossivel o desembarque, por estar o mar muito grosso.

*

Na Bahia sim, desembarcou. Foi essa a primeira povoação brazileira que elle teve occasião de saudar. Tinha ido logo buscal-o a bordo o Consul de Portugal José Agostinho de Salles, que o obsequiou muito.

Aqui deu-se um facto engraçado e significativo. Tinha-se espalhado na cidade da Bahia a chegada do Portuguez; todos paravam na rua, e muitos o seguiam. Entrou Castilho n'um cabelleireiro para se barbear; e ao concluir, desejando satisfazer o seu debito, foi-lhe impossivel resolver o bom do homem a acceitar paga.

—De modo nenhum!—dizia este.—Dou-me por muito honrado em ter tido entre as minhas mãos esta grande cabeça. De modo nenhum.

Castilho, esgotados os meios persuasivos, deu-lhe um abraço, e agradeceu-lhe com effusão.

Almoçou com varios companheiros n'uma hospedaria, e passeou na cidade. Jantou em casa do Consul; e depois do jantar, tendo-se lá reunido muita gente, foi obrigado a recitar varios trechos de versos. Ahi conheceu, e ouviu recitar um poeta bahiano, Passos.

A' noite, com uma temperatura deliciosa, giraram todos no Passeio publico. Tenho ouvido que é um jardim admiravel e encantador.

A proposito: no antigo *Jornal de Coimbra* (1) ha uma curiosa *Memoria dos progressos importantes e mais notaveis que tem feito a cidade da Bahia..... desde o anno de 1810 até o de 1816 inclusive.* Falando do, então recente, jardim a que me referi, diz o articulista:

«A falta de um Passeio publico, onde os cidadãos podessem recrear-se depois das fadigas da vida civil, fazia-se mui sensivel n'esta cidade. O Exmo Conde dos Arcos providenciou esta falta, fazendo no Forte de S. Pedro um magnifico Passeio,

(1) N.º LXII.

que póde bem rivalisar com os melhores da Europa; não em cascatas, jardins, labyrinthos, etc., que não tem, mas pela sua posição, pelo seu arvoredo, e pelo soberbo golpe de vista que apresenta, e que extasia o espectador ao ver esta immensa bahia, suas ilhas, toda a cidade baixa, e a multidão de embarcações que entram e sahem, tanto de barra fóra, como do Reconcavo. Porém o que se admira é o infatigavel trabalho com que a Arte venceu a Natureza. Por uma metamorphose singular, este terreno ingrato, cheio de barrocas, um ermo onde podiam perpetrar-se crimes, se tornou o recreio da Bahia, sem se gastar da fazenda Real, por ser feito todo o trabalho pelos prezos sentenciados, que de muito bom grado se prestam a este serviço, porque, além de 60 réis que ganham diariamente, respiram o ar puro, evitando os miasmas inficionados das cadeias e calaboiços. Eis aquí a vantagem que um Governo illuminado sabe tirar até d'aquella classe de homens proscriptos da sociedade, que em outros paizes são entes nullos, ou só a cargo dos cidadãos pacificos. N'este Passeio se acha collocada uma magnifica Pyramide de finissimo marmore, que o Senado da Camara erigiu em memoria da feliz chegada á Bahia de Sua Majestade e de toda a Familia Real» (1).

*

Depois de espairecer no Passeio publico, passou o poeta o resto do serão, por convite, em casa de um intelligente homem, com quem me parece tinha já algumas relações epistolares, Antonio Gentil de Ibirapitanga, professor habil pelo Methodo Castilho, e «verdadeiro fanatico da instrucção primaria.»

Este Ibirapitanga, de quem ainda hei de ter ensejo de falar, tinha muito merecimento, consagrava todo o seu tempo ao ensino, e era chefe de numerosa familia: quatorze filhas vivas, além de seis já fallecidas! Por isso nos escrevia Castilho, com aquelle chiste só d'elle:

«Como professor, e como povoador, merecia premiado.»

Nas suas cartas ia contando saborosas minucias, como se estivesse conversando. Ácerca das fructas brazileiras, tão faladas em todo o mundo, escrevia o poeta estas engraçadas observações:

«São muitas, e variadas; teem nomes, que fatigam a me-

---

(1) A senhora D. Maria I, seu Filho o Principe Regente, e seus Netos. —*J. de C.*

moria mais activa; rescendem deliciosamente; são doces como favos; algumas podem-se chamar formosas; mas para o meu paladar são peganhentas, e soffrivelmente enjoativas. O proprio ananaz, que chamam *rei das fructas,* quanto a mim é usurpador como D. Filippe. Não lhe chamo mau; mas se aquillo é *Rei,* que chamaremós nós ao pecego de Alcobaça? pelo menos, Summo Pontifice. A manga passa por muito delicada; eu só a pude provar; e concluí que por ella é que se tinha inventado aquelle annexim portuguez, que eu nunca entendêra: *mangas ao demo.*»

Por este tom jovial e ligeiro, que tanto lembra as suas conversações, se está percebendo qual era a disposição do espirito do nosso viajante.

II

9 de Fevereiro de 1855; chega Castilho ao Rio de Janeiro.—Saudações da imprensa.—S. M. o Imperador manda um Camarista comprimentar o poeta portuguez.—Apreciação das fructas brazileiras.—O Visconde de Sapucahy.—O Dr. Mello Moraes.—D. Manuel de Assis Mascarenhas.—Gonçalves de Magalhães.—O Conselheiro Pedreira.—A sr.ª Condessa de Barral.—O Visconde da Pedra Branca.—Epistolas reciprocas.—Fallecimento do talentoso Visconde.

Em 9 de Fevereiro, sexta-feira, fundeava o vapor na bahia do Rio de Janeiro.

A primeira pessoa que a bordo abraçou o poeta, foi seu dedicado irmão José Feliciano, que cheio de gosto o levou para terra. Ahi teve a mais cordeal recepção de seu outro irmão, Adriano, e de sua mulher e filhas.

*

Fez sensação a chegada do cantor dos popularissimos *Ciumes do bardo* ás plagas brazileiras.

Sahiram na imprensa versos e artigos, como estrallam foguetes em tarde de triumpho.

O *Correio Mercantil* do Rio, de 11 de Fevereiro, escrevia:

A NOVA ESTRELLA

«Acaba de despontar em nosso bello horizonte uma fulgurante estrella do céo lusitano, deixando o soberboso Tejo para vir espelhar-se á nossa majestosa Guanabara.

«O digno vate portuguez, cuja lyra ressoou sempre harmoniosa em nossa alma, o distincto litterato o sr. Antonio Feliciano de Castilho, acha-se entre nós.

«Saudemol-o pois affectuosamente, e apressemo-nos em ir tributar-lhe uma homenagem de lettras, de que é digno o illustre cego, que só por amor das lettras vem á nossa terra, tomado do desejo de utilisar a nossa joven litteratura com os ricos thesouros que encerra o seu espirito.»—*B. A.*

Seguem duas encomiasticas poesias, uma de Bernardino Pinheiro, a outra de M. Leite Machado (1).

O *Correio Mercantil* de 12 de Fevereiro, sauda o nosso poeta enthusiasticamente, e entre outras coisas diz:

«O principe dos poetas portuguezes, o sr. Antonio Feliciano de Castilho honra a nossa Capital com a sua presença. E' mais um astro que radia no nosso anilado céo!

«Seja bem vindo!»

Cognita res meritam vati per Achaidas urbes
Attulerat famam.

Outras folhas diarias expandiram em saudações ao viajante portuguez a proverbial hospitalidade das terras de Santa Cruz. Muita gente o visitou na rua da Misericordia, n.º 52, morada do Conselheiro José Feliciano, d'onde este, pouco depois, em Abril, ainda durante a estada de seu irmão no Rio, se mudou com elle para a rua do Lavradio, n.º 97.

*

Sua Majestade o Imperador achava-se então em Petrópolis, a oito leguas do Rio; mas em nome de seu Augusto Amo escreveu a Castilho um Camarista, o talentoso D. José de Assis Mascarenhas (da Casa portugueza de Sabugal e Obidos) comprimentando o recem-chegado.

Quem põe o pé nas terras tropicaes, paga quasi sempre, maior ou menor tributo ás doenças endemicas. Muito feliz foi

---

(1) O segundo, não o conheço. O primeiro conheci-o, e falleceu ha pouquissimos annos Secretario do Tribunal da Relação de Lisboa. Caracter integro e austéro como poucos; litterato de talento. Não concordei com as suas ideias republicanas; mas sempre disse, que, se podessemos compôr de homens como Bernardino Pinheiro (exclusivamente) o funccionalismo do Estado, os proprios Reis almejariam pela Republica.—*J. de C.*

Castilho em ficar quite com uma fogagem na pelle, que lhe vedou ir desde logo ao Paço. Apenas melhorou, escreveu ao Camarista de semana pedindo audiencia de Sua Majestade. O Camarista respondeu, que, vindo o Imperador ao Rio no dia 17 de Fevereiro, muito estimaria poder ver o poeta, pelo que lhe mandava communicar que o esperaria das 9 ás 11 da manhã, hora a que principiava a audiencia geral. O dia 17 era um sabbado; e escrevia Castilho em carta de 12:

«E' pois este sabbado dia de crise para a causa do Methodo, e da instrucção popular.»

*

Esperando que chegue esse tão suspirado dia, falemos de algumas pessoas que appareceram ao poeta, e o acompanharam. Referindo-se ás fructas, dizia elle estas palavras, que mostram quanto se sentia grato á recepção:

«A doçura que n'ellas desagrada a um paladar ainda não affeito, acha-se na gente d'aqui; e, longe de enjoar, agrada muito.»

Em 12 appareceu o Visconde (depois Marquez) de Sapucahy, Candido José de Araujo Vianna, Camarista Imperial, Presidente do celebre Instituto historico e geographico brazileiro, contemporaneo de estudos do poeta, homem sabio, modesto, magistrado de primeira ordem. D'elle diz Castilho:

«E' um homem muito agradavel, meu conhecido de Coimbra, onde fomos quasi condiscipulos, e passa por ser um dos Brazileiros mais instruidos.»

Outro foi o Dr. Alexandre José de Mello Moraes, parente proximo do nosso insigne diccionarista Moraes, como diz Innocencio, que o menciona largamente. Chama-lhe Castilho «escriptor distincto e mui fecundo;» e accrescenta em 12 de Fevereiro:

«Mandou-me logo varias das suas obras, a saber: *Physiologia das paixões,* 2 volumes; *Pathogenesia homœopathica; Ensaio chorographico do Imperio do Brazil,* e *O educador.* Além d'estas obras que me deu, tem outras igualmente estimadas, taes como um volumoso *Diccionario medico,* e grande numero de artigos em todos os jornaes.

«Este Mello Moraes é um enthusiasta dos Portuguezes, e constante defensor d'elles. E' bom que os haja assim. Para elle não ha nação mais gloriosa que a nossa; e o seu dizer constante é que o legitimo orgulho de um Brazileiro é ser o seu sangue inquestionavelmente portuguez, porque, se rejeitar

esta ascendencia, só lhe resta opção entre os selvagens indigenas, e os africanos. Tem completamente razão; e póde accrescentar-se que só entre o vulgacho ignobil d'estas terras é que tal evidencia póde ser escurecida. Os Brazileiros instruidos não calcam aos pés os seus brazões. Os seus brazões são os mesmos que os nossos, são os do velho e prodigioso Portugal. Somos dois troncos: um viçoso, o outro meio secco, mas ambos da mesma especie, ambos de uma só raiz. Estas insensatas rivalidades plebêas hão de passar de todo d'aqui a pouco. Em Portugal, felizmente, já se podem chamar extinctas.»

Além de Mello Moraes, appareceu tambem D. Manuel de Assis Mascarenhas, Gentil-homem do Imperador, irmão de D. José já acima mencionado, ambos filhos de um dos membros da Casa de Sabugal, o qual acceitára a independencia do Brazil, e lá ficára.

Tambem Castilho conheceu o talentoso Brazileiro Domingos José Gonçalves de Magalhães, depois Conde de Araguaya, poeta e diplomata, auctor dos *Suspiros poeticos*, da Conjuração dos Tamoyos, e de tantas outras obras notaveis.

Visitaram tambem ao poeta portuguez os Ministros de Estado em exercicio, e com muita especialidade o Conselheiro Pedreira, depois Barão e Visconde do Bom-Retiro, Camarista (me parece) de Sua Majestade, e Ministro do Interior.

Entre varias senhoras a quem então Castilho falou no Rio, seja-me permittido especialisar a sr.ª Condessa de Barral, franceza por seu illustre marido o Conde d'esse titulo, mas brazileira por seu Pae, o celebre Visconde da Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, poeta lyrico de muito altos quilates, denominado o Anacreonte do Brazil. Sua Ex.ª mesma em 1877 me recordou enternecida a amizade dos dois poetas (1).

---

(1) Quando em Agosto de 1877 Suas Majestades Imperiaes vieram pela segunda vez a Lisboa, demorando-se pouco, achava-me eu no Porto, onde me retinham acontecimentos de familia. Tendo tido em 1872 a honra de ser apresentado por meu Pae aos Augustos Viajantes, entendi dever vir a Lisboa fazer-lhes visita. Cheguei n'um comboio da madrugada, e pelas 2 horas da tarde mandei vir um *coupé*, vesti a minha farda, e dirigi-me ao Hotel de Bragança. O guarda-portão respondeu-me que o Imperador tinha ido ao Paço das Necessidades, mas que S. M. a Imperatriz recebia. Mandei o meu bilhete á Dama de serviço, fizeram-me entrar para uma sala, e passados uns minutos entrou a santa Imperatriz com duas Damas, que ficaram em pé junto á parede. Sua Majestade adiantando-se com o seu modo lhano e gracioso, permittiu que eu lhe beijasse a mão, mostrou reconhecer-me, falou-me de meu Pae com saudade e enternecimento, perguntou-me quantos irmãos eramos, etc, e depois de um

*

Este Visconde da Pedra Branca, Senador do Imperio, era desde muitos annos (já nas *soirées* de Francilia) (1), amigo de Castilho. Quando este passou na Bahia, achava-se o velho Visconde ausente d'essa sua habitual residencia, e habitava doente uma *xácara,* ou quinta, seis leguas distante. Isso impediu que se encontrassem os dois, e se realisasse uma recepção amavel que tencionava preparar ao Portuguez o seu antigo amigo. Quando Castilho o soube, mesmo na Bahia, escreveu

---

quarto de hora de conversação, despediu-me, sempre benevola e carinhosa. Quando Sua Majestade sahiu da sala, eu sahi tambem para o corredor; e tinha dado alguns passos, quando ouvi uma voz feminina chamar-me pelo meu nome. Voltei-me, era a sr.ª Condessa de Barral, uma das Damas camaristas presentes á visita. Comprimentei-a profundamente, pelo seu nome tambem.

—Pois conhece-me?

—Sim minha senhora; conheço a V. Ex.ª desde a outra vez em que V. Ex.ª esteve em Lisboa com Suas Majestades, ainda que não tive a honra de lhe ser apresentado.

—Quanto estimo conhecel-o!

—V. Ex.ª, sr.ª Condessa, é que não sabe talvez uma coisa: sou (como o era meu Pae) alto admirador do talento de seu illustre e fallecido Pae.

—Conheceu-o?

—Não minha senhora; mas li versos d'elle; e meu Pae, que o tratou de perto, falava-me muito no talentoso Visconde da Pedra Branca. Vê V. Ex.ª que tenho motivos, já hereditarios, para ser um alto respeitador de V. Ex.ª

—Que prazer me dá tudo isto! e sabe V. Ex.ª? quando eu vi o seu bilhete, fiquei contente por ter esta occasião de ver o filho de um homem tal como Castilho, de quem meu Pae foi sempre o maior admirador; e vim á sala com Sua Majestade; mas como ali não podia falar-lhe, corri ao corredor. Perdôa-me?

—Perdoar eu! beijo as mãos a V. Ex.ª por esta graciosissima entrevista.

Continuámos conversando, quando uma porta se abriu; era Sua Majestade que sahia de uma sala, encaminhando se para o seu gabinete de trabalho. A Imperatriz olhou, passou, e emquanto a sr.ª Condessa e eu a cortejavamos com respeito, disse sorrindo, com o modo mais engraçado do mundo:

—Ah Condessa, temos um rendez-vous?

Eu sorri, e a interpellada respondeu:

—Sim, minha senhora; falavamos dos nossos Paes.

—Pois bem; pois bem; continuem.

E desappareceu.

Pouco depois retirei-me, retendo para sempre na lembrança estes curiosos pormenores. D'ahi a poucas horas rodava para o Porto outra vez. De todos os tres actores da scena.. resto eu.

(1) Veja-se o Livro I d'estas *Memorias,* cap. XXVIII.

ao Visconde a agradecer-lhe os bons desejos. A resposta d'elle, cheia de affecto e enthusiasmo, chegou ás mãos do destinatario ao mesmo tempo que a noticia do fallecimento do illustre ancião.

«Creio—diz Castilho em carta de 7 de Abril—que a ultima vez que pegou na penna, foi para mim!»

Aqui deixo estampada essa memoravel carta, onde se pinta o affectuoso coração do excellente Bahiano:

«Ill.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Antonio Feliciano de Castilho.—Dictada por um Philanthropo, escripta por um Vate, em casa de um Consul, foi a carta que recebi, e que aperto sobre o peito. O Philanthropo, o Vate, e o Consul, são, por fortuna minha, meus amigos, e a cada um devo os puros e vivos agradecimentos que partem do coração.

«Em que dia?

«No que marca o primeiro anniversario do meu netinho, ha tanto tempo pedido a Deus.

«E onde festejado?

«No sitio onde eu nasci, onde por longo espaço vivi solitario, do qual vagarosa ausencia me dava saudade.

«Graças, meu Deus!

«De sua preciosa carta, meu bom Amigo, percebo que lhe constaram meus desejos para em gostoso abraço gosar do feliz nosso encontro, que com meus socios, seus admiradores, nos dispunhamos a solemnisar; e assim seria, se a esperança, essa mentirosa, d'esta vez (como de tantas outras) me não illudisse.

«Ganhei expressões suas, muito amigas, e tão honrosas, que me dão honra tão subida, que de medo não ouso acceital-as, nem mesmo apadrinhado pela lembrança, que V. Ex.ª aviva, repetindo o nome de nossa excellente amiga a sr.ª Possollo, e de outros, que remoçariam os nossos bons tempos passados.

«Consola-me da minha perda a promessa de sua volta para nossa Bahia, e os bens que em sua partida ficarão entre nós, cobertos de bençãos, que o Brazil agradecido perpetuará com o nome Castilho, esse respeitavel nome, que ressoará n'estas mattas emquanto minha voz fizer ecco, como já desde hoje, unida á de amigos, que festejam comigo o primeiro anniversario do innocente meu netinho; e elle saberá um dia, que o nome de V. Ex.ª resoou com os vivas de boa gente, quando ao tinir dos copos eu ergui o amigo brinde a V. Ex.ª, repetindo o quanto sou seu velho amigo, e antigo discipulo e admirador!

«S. Pedro, 17 de Fevereiro de 1855.—*Pedra-branca.*»

*

Em 27 de Abril dirigia Castilho ao genro do Visconde da Pedra Branca, o sr. José Gualberto de Passos, morador na Bahia, a seguinte carta:

«Ill.mo e Ex.mo Sr.—V. Ex.ª acaba de perder um pae; eu um amigo; mutuamente nos dêmos os sentimentos.

«Mas esse Homem, que d'entre os vivos desappareceu, tem de ser immortal; dêmo-nos tambem mutuamente os parabens.

«Frustrado, como o fui, no desejo que tinha de o ir abraçar, no meu proximo regresso para Portugal, quiz tributar á sua memoria uma homenagem do meu affecto e da minha veneração litteraria para com elle. Dediquei-lhe a minha traducção dos *Amores* de Ovidio, obra que, segundo no prologo explico, em grande parte lhe foi devida.

«No fim do 2.º volume ha de haver Notas, e n'ellas a transcripção de alguns trechos de outros poetas, parallelos a logares do meu auctor. Sei que ficaram ineditos (e por consequencia preciosidades poeticas) do nosso Anacreonte brazileiro. Se V. Ex.ª entende que ellas podem ficar bem, junto a este monumento classico, em que vai ficar gravado o nome do nosso Finado, rogo-lhe tenha a bondade de me facultar esses mesmos ineditos, para eu d'entre elles escolher, e como brilhantes engastar nos meus escriptos, tudo que fôr a proposito.

«Favor sobre favor seria, que, no caso d'esta minha ambição se dever realisar, V. Ex.ª me enviasse sem perda de tempo essas copias, porque no paquete que esta leva, parte para os prelos de Lisboa o 1.º volume, e o 2.º e ultimo irá no paquete immediato.

«Permitta-me V. Ex.ª rogar-lhe se sirva apresentar os meus respeitos, e a expressão do sentimento com que a acompanho na sua dor, á sua Ex.ma Esposa, e assignar-me—De V. Ex.ª respeitoso venerador e servo, *A. F. de Castilho.*—Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1855.»

Ultimos esclarecimentos.

O Visconde da Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, nascera a 10 de Outubro de 1780, doutorou-se em Direito, foi diplomata, estadista, e poeta, e veio a fallecer na Bahia, quarta-feira, 21 de Março de 1855.

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

JOÃO PENHA

A' tarde, depois de jantar, eu era um dos mais assiduos frequentadores do gabinete de trabalho de Crespo; e contasse que, em faltando algum dia, já um bilhete d'elle, incisivamente convidativo, me vinha chamar ás nossas leituras e aos nossos largos passeios, *ad agros,* como dizia João Penha.

Moravam ambos numa das casas das bôas senhoras Seixas, na mais pequena, um pouco recolhida da rua, a mesma, onde morara tambem Alvaro do Carvalhal, que estou revendo, com os seus grandes olhos mortiços, o pequeno bigode descahido e os lisos cabellos, mais negros do que a sua capa e batina, a destacarem funereamente sôbre a palidez exangue do rôsto, e onde morava ainda Alberto Braga, o inexhaurivel, o inegualavel conversador, naquella alcantilada Couraça de Lisboa, por onde eu, na minha vibratilidade, nunca subia sem a mais dôce commoção, a olhar para a belleza tocante da paisagem, e a enlevar-me, já de longe, na convivencia de tão bellos espiritos. Quantas lembranças ella me evoca! Mal se sahia d'entre os Palacios Confusos, logo na volta, a casinha branca, que mais parecia uma capella, da familia Vianna, mãe, filha e filho, o joven Antonio Vianna, grupo de pureza tão esthetica; depois, a livraria do famoso theologo dr. Motta Veiga, estudando copiosamente á janella; depois, num rez-do-chão, a mais loira das mulheres, com as mais doiradas das creanças, a enfeitar chapeus de senhoras; defronte dos dois poetas, a Mimi das *Miniaturas* de Crespo; e, para cima, a esbaterem-se nas brumas do mysterio, o helenista Moraes e o rhetorico Borges de Figueiredo.

Como tudo está hoje tão mudado! Só não mudou a encantadora paisagem do Mondego. Quasi tudo mais morreu, desappareceu, dispersou-se. Até a propria casa de João Penha e Crespo foi impudentemente alinhada, e demoliram a escada e o balcão que davam accesso para ella. Nem esse sóco glorioso respeitaram!

Toda a casa era habitada pelo genio de João Penha, que

Escripto para um numero especial da *Chronica.*

descia sôbre nós dominadoramente do seu segundo andar, envolvendo-a no seu legendario prestigio. Mas raro ali o tinhamos pessoalmente comnosco; e, na casa principal, onde ficava a espaçosa sala de jantar, só nos dias festivos, quando os debates se prolongavam á mesa, em torno do perú assado com farinha de pau na enxundia, á moda brazileira, pela receita do nativista Crespo. O seu quarto era um sanctuario inviolavel. Quem tinha poesia ou prosa para lhe mostrar, ia lá apenas entregar-lh'a; e elle depois a restituia com as suas correcções, singelamente, accrescentando antes um gesto, um sorriso de incitamento ás esperanças do neophyto do que qualquer dissertação oral. Os mais vivos commentarios, reservava-os para os acalorados lances dialecticos em que, nas horas de ocio, a sua critica austera, atravez dos seus gracejos e paradoxos, se exercia peripateticamente cá por fóra. Por isso até poucos adivinhavam quanto aquelle parnasiano, a quem as excentricidades da vida exterior davam a apparencia d'um chefe de bohemia, era, ao mesmo tempo, na clausura da sua cella, um matinal estudioso, paciente manuseador de todos os codigos e apostillas, que saberia mais tarde honrar no seu escriptorio os creditos do insigne causidico Manuel Penha, seu paternal irmão. Avaliava-se d'elle pelas aulas, onde, como sempre em publico, a sua timidez contrastava pasmosamente com a scintilação crepitante da sua conversa na roda intima dos seus amigos. Havia comtudo alguem que bem pudera fazer revelações a esse respeito; era Crespo, que, mal o sentisse, recolhendo á noite, corria logo a cerrar-se, de candieiro apagado, cautelosamente, não viesse elle interpelá-lo com perguntas e questões sôbre a lição do dia seguinte, a querer levar d'assalto assumptos que Crespo, essencialmente artista, um tanto supersticioso, cria que, só acotovellado á banca, de sebenta adeante, numa branda concentração proxima do somno, podiam, sem risco de estenderete, ser convenientemente digeridos e cabeceados. Nada de brincadeiras com coisas tão serias!

Mesmo no gabinete de Crespo, de ordinario só de passagem João Penha assomava no vão da porta, á nossa espera para sairmos todos juntos, de monoculo, a cabeça bamboleante, com a ampla capa pendente da gola presa pelo alamar, mais que correcto, primoroso, um ar sybilino, entre ironico e vidente, intimando-nos á partida. E lá iamos levados magneticamente, a escutar a sua palavra.

Porque elle era o centro de attracção dos nossos inquietos espiritos, anciosos de se desprenderem de todo o formalismo

e ritual academico para se arremessarem ferventemente em todos os jogos livres da imaginação e do pensamento. Sob o seu influxo, a effervescencia cerebral com que reagiamos á disciplina sempre um tanto rigida e dogmatica das aulas officiaes, desaffogava-se, tomava azas e volitava pelo ar, na descuidosa palpitação das mais remontadas aspirações. De per si só, com os seus talentos e a sua cultura, elle personificava um verdadeiro ensino universitario, como, antes d'elle, João de Deus e Anthero. E o que era esse magisterio, aprecie-se, basta, por dois discipulos seus, que se foram tornando seus collaboradores e emulos, Crespo e Junqueiro.

João Penha era para nós, seus contemporaneos, mais até do que um mestre; era o pontifice d'esta independente egreja coimbrã em que sempre as almas juvenis, sedentas de ideal, têem ido commungar na pura adoração da verdade, do bello e do bem. Cheio de curiosidade por tudo, tão repentista como laborioso, poeta e prosador impecavel, humorista, a sua figura, de fino relevo original, não tinha comtudo arestas que ferissem. Admirava-se e estimava-se. Tão delicado de coração como de feições e de maneiras, a sua superioridade não doia a ninguem; e, com tantas prendas singulares, o que ainda agora mais me lembra d'elle, é a sua cordialidade.

Quantas vezes, de inverno, elle voltou acima ao seu quarto, onde guardava, a bom recado, os lenços de sêda com que as carinhosas das irmãs o presenteavam na vinda de ferias, para me atar um ao pescoço, que me preservasse do frio da tarde! E um anno, que fiquei reprovado num dos meus exames, elle, que tanto se perturbava com a impressão do grande publico, ao receber a sinistra noticia, saltou indignado, em impetos de ir para a rua amotinar as massas, clamando: E' preciso fazer uma revolução!

João Penha revolucionario! A mim fez-me sorrir, mas foi de sincero enternecimento, no mais desvanecido alvoroço de gratidão.

Coimbra, 8 de janeiro de 1902. BERNARDINO MACHADO.

EPISTOLA

ao Dr. Hugo Schuchardt

O Sr. Dr. Hugo Schuchardt, outr'ora professor de Philologia romanica na cidade austriaca de Graz, e hoje jubilado, —o que não quer dizer que elle seja velho—, é notoriamente um dos glottologos mais célebres dos tempos modernos, pela vastidão e profundidade do seu saber, e pela perspicacia com que trata todas as questões. Tendo este glottologo prazer particular em se occupar dos intrincados problemas da Linguistica geral, torna-se notavel nelle a maneira como estuda os seus assuntos, pois com a mesma facilidade com que sobe ás regiões transcendentes da sciencia, com essa mesma desce a esmiuçar com erudição inexgotavel a na apparencia mais fugitiva etymologia.

As minhas relações com elle datam de 1882, epocha em que publiquei o meu opusculo *O dialecto mirandês,* que elle analysou com muito affecto numa revista allemã: vid. *Estudos de philologia mirandesa,* I, 22, e II, 258. Confesso que as palavras animadoras que o Dr. Schuchardt me dirigiu então, sendo elle sabio de fama europeia, e eu simplez estudante, que tentava os primeiros passos no campo da Glottologia, me encheram de ânimo e de estímulo, tanto mais que estes estudos, se tem ainda hoje pouca acceitação em Portugal, menos tinham ha 20 annos. De 1882 para cá as nossas relações não afrouxaram, antes se tem estreitado. Já em notas avulsas, já em criticas bibliographicas, já em trabalhos especiaes, Schuchardt ha consagrado grande actividade ao estudo scientifico da nossa lingoa e dialectos: vid. resenhas dos seus trabalhos na *Revista Lusitana,* IV, 278, e V, 242. Estes factos mais encenderam em mim a sympathia que tinha ao professor de Graz, e fiz sempre tenção de, logo que me fosse possivel, o ir visitar na sua residencia, para o conhecer pessoalmente.

Em 1900 proporcionou-se-me o ensejo, e fui de Paris a Graz, depois de ter atravessado, com paragens mais ou menos demoradas, a Lorena allemã (Metz), o grã-ducado de Baden (Karlsruhe), e os reinos de Wurtemberg (Estuttgart), Baviera (Munich e arredores) e Bohemia (Praga), e a Baixa-Austria

(Vienna),—aonde fui ver bibliothecas e museus, e visitar conhecidos e amigos.

Logo que cheguei a Vienna, e communiquei a Schuchardt que eu estava já não muito longe de Graz, elle escreveu-me, dizendo-me que desejava esperar-me na estação, e que, pois me não conhecia pessoalmente, lhe enviasse eu o meu retrato, ou lhe indicasse um sinal certo por onde pudesse descobrir-me: «Wie soll ich Sie auf dem Bahnhof erkennen? Es reisen jetzt so viele Leute! Schicken Sie mir entweder Ihre Photographie oder geben Sie mir ein *ganz bestimmtes* Erkennungszeichen an». Como eu não tinha á mão nenhum retrato meu, fiz e mandei-lhe os versos que adeante se seguem, e com a ajuda dos quaes elle deu logo comigo, assim que me apeei do comboio. Que lhe não sería difficil dar comigo, m'o deixou entrever na carta com que me accusou a recepção dos versos: «Ich freue mich zu erfahren dass auch unsere nordische Sonne Blüthen südlicher Dichtung zu zeitigen vermag. Ihre Personalbeschreibung lässt Nichts zu wünschen übrig». Eu é que não poderia reconhecer facilmente Schuchardt, porque, attenta a quantidade e seriedade dos seus trabalhos scientificos, imaginava-o velho, acurvado ao pêso da meditação, severo e pouco communicativo, e pelo contrário encontrei nelle um homem de boa idade, um espirito vivo e amabilissimo, e um excellente companheiro, a quem devi todas as finezas e cortesias durante a minha estada em Graz.

Publicando agora os versos, acompanhados d'esta notícia, e de algumas notas explicativas para o geral dos leitores, evoco na imaginação os saudosos dias de Graz, e dou ao Sr. Dr. Schuchardt um testemunho, ainda que singelissimo, do muito que lhe quero.

Lisboa, 22-XII-901.

---

1. Estatura mediana. E, p'ra consôlo
Da fuga do cabello, barba inteira,
Encrespada em aneis, num negro rolo,
Como silvestre matagal da Beira.

5. Embora dia a dia afeito ás iras
Do astro que com seu fogo a vida espalha,
Jamais sem *Sonnenschirm* tu me víras,
Nem na cabeça alvo chapeu de palha.

9. E, como desafio ao clima duro
Onde vive entre nevoas o Eslovaco,
Sobraço sempre (porque é mais seguro
Suar do que tossir!) grosso casaco.

13. Na mão conduzo a minha mala, cheia
De alfarrabios, cadernos, papelada,
Como farto museu, que me recreia
Das fadigas e estorvos da jornada.

*

17. Ando assim percorrendo grande parte
Da velha Europa,—os Sénones, os Boios:
Ora cativo das bellezas da arte,
Ora morto de enfado nos comboios.

21. Dos sabios, com quem trato, levo ufano
Lição, exemplo, affecto, ensinamento:
Como se diz do frade franciscano,
Que não volta sem nada p'ra o convento.

25. Nascido na ribeira do Occidente,
Das tradições da Lusitania herdeiro,
Acharás, por ventura, surpr'hendente
Que eu tenha um pouco o espirito viageiro?

*

29. Por esta miniatura que te mando
(E quem a vir não zombe, mas admire-a...)
Já facilmente me conheces, quando
Eu puser pé no verde chão da Estyria.

33. Em meio do confuso ajuntamento,
No *Bahnhof,* ao sahir a multidão
Em ondas e torrentes, ólha attento
P'ra onde mais te bater o coração:

37. Esse o sinal de que já venho perto,
Pois tambem fofte o meu me baterá,
Num sobresalto, num prenúncio certo
De que co' o amigo em communhão está.

41. Oh! amigos! amigos! hoje em dia
Tão raros elles são e tão escassos,
Que podes calcular minh'alegria,
44. Por fim, ao apertar-te nos meus braços!

Vienna d'Austria, 22-VII-900.

Notas

V. 4. Cita-se a Beira, porque esta provincia é a patria do auctor.

Vv. 5–8. Nestes versos ha ao mesmo tempo uma allusão a um bilhete do Sr. Dr. Schuchardt, que o auctor recebeu em Vienna em 20 de Julho. Com effeito, depois de o Sr. Dr. Schuchardt lhe lembrar que fosse de Vienna para Graz de dia, para admirar do comboio o panorama das viçosas montanhas de Semmering, accrescenta que num português, i. é, num habitante do Sul, o calor não faria damno algum: «Ich nehme an dass dies *am Tage* sein wird, damit Sie das Semmering-panorama kennen lernen; die Hitze macht Ihnen ja wohl als Südländer Nichts». — *Sonnenschirm* em allemão quer dizer «guarda-sol».

V. 10. Os Eslovacos (em all. *Slowaken*), povo de origem eslava, fazem hoje parte da monarchia austro-hungara. O auctor não chegou propriamente á região em que elles habitam (Hungria); mas toma-se aqui a parte pelo todo.

Vv. 11–12. E' bem conhecido o adagio «Mais vale suar que tossir», o qual porém em F. Rolland, *Adagios,* Lisboa 1780, p. 276, tem a seguinte fórma rhythmica: «Mais vale suar,— que enfermar».

V. 18. Os *Sénones* eram um povo gaulês, de quem, por exemplo, se lembra Cesar, entre outros passos, no seguinte dos *Commentarii de bello Gallico,* ed. de Benoist & Dosson, Paris 1893, liv. v, cap. LIV: «*Senones,* quae est civitas in primis firma et magnae inter Gallos auctoritatis». A' sua capital, primeiro chamada *Agedincum,* e depois *Sénones,* corresponde hoje a cidade de Sens, na vizinhança do rio Yonne. A palavra *Sens* vem de **Sénones**.—Ahi esteve o auctor em companhia do seu amigo o Sr. Mauricio Prou, illustre professor da Eschola Diplomatica de Paris, o qual fez o favor de ir com elle, e de lá o apresentar ao Sr. conego Chartraire: com ambos visitou o museu archeologico, a cathedral e outros pontos da cidade. Na secção

epigraphica do museu ha mesmo uma inscripção em que se lê o nome ethnico (*civi*)TAS SENONVM, de accôrdo com o citado passo de Cesar.

Os *Boios* eram outro povo gaulês. Da Gallia emigraram para a Germania e para a Italia. Na Germania estabeleceram-se na região chamada depois por isso *Boiohaemum* ou *Boihaemum,* i. é, «Bohemia», palavra que se decompõe em *Boii* + *haims* «morada dos Boios»; em gotico a palavra *haims,* a que corresponde *heim* em alto-allemão antigo, e *home* em inglês moderno, significa «aldeia», «logar»: vid. sobre esta etymologia Uhlenbeck, *Kurzgef. etym. Wb. der got. Spr.,* 2.ª ed., Amsterdam 1900, p. 69, e Kluge & Lutz, *English Etymology,* Estrasburgo 1898, p. 107. Lê-se em Tacito, *Germania,* ed. de A. Pais, Torim 1890, cap. XXVIII: «inter Hercyniam silvam Rhenumque et Moenum amnes Helvetii, ulteriora Boii, Gallia utraque gens, tenuere. Manet adhuc *Boihaemi* nomen....».—E' aos Boios da Bohemia que os versos se referem, pois o auctor esteve, em meados de Julho, na cidade de Praga, capital do velho reino bohemico. Indo a Praga, teve como principal intuito visitar o Sr. professor Dr. Julio Cornu (hoje em Graz, em substituição de Schuchardt), amigo seu e de todos nós os portugueses, que lhe devemos bellos estudos philologicos sobre a nossa lingoa (cf. *Rev. Lusitana,* II, 359, e IV, 281).

V. 32. *Estyria,* em allemão *Steiermark,* região austriaca, onde fica a cidade de Graz.

V. 34. *Bahnhof* significa em allemão: «estação de caminho de ferro».

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

O brazão da mãe de Carlos o Temerario, por E. A. Stückelberg. Artigo no *Archivo Heraldico* de 1901, n.º 2.

O sr. dr. E. A. Stückelberg, «Privatdozent» na Universidade de Zürich, cavalleiro da ordem portugueza de S. Thiago, e socio do Instituto de Coimbra, publicou recentemente no *Herald. Archiv,* 1901, n.º 2, um artigo sobre as armas da mãe de Carlos o Temerario. Extraio e menciono aqui o que interessa á historia de Portugal.

Um dos mais importantes documentos heraldicos, conservados na Cartuxa de Basilea, do tempo dos concilios, é um quadro votivo, gravado e esmaltado em bronze, da casa dos duques burgonhezes.

Na metade superior do quadro acha-se representada a Piedade por baixo da cruz, atraz d'ella anjos com os instrumentos da paixão, á esquerda o padroeiro da casa burgonheza, e á direita Santa Isabel. Adeante estão ajoelhados, á esquerda o duque Philippe o Bom e seu filho Carlos o Temerario, á direita a duqueza Isabel de Burgonha e os seus filhos que morreram em tenra edade: Antonio (nascido 1430, + 1431) e José (nascido 1432, + 1433). O fundo do quadro é de damasco ricamente lavrado com romãs e aves. Cada membro da familia ducal está com seu brazão; tendo Philippe um brazão completo que consta de escudo, elmo e insignias do tosão d'ouro com a legenda, Isabel um escudo com as mesmas insignias e legenda, e os filhos cada um um escudo. Tudo é executado a primor e representa um exemplar valioso da arte burgonheza.

A parte mais interessante do quadro é o seu canto superior á direita, com o retrato da duqueza, dos seus dois filhos, a imagem da sua padroeira e o seu brazão. A duqueza era filha do rei D. João I de Portugal e de Philippa de Lancastre. Nasceu em 1395, morreu em 1471 em Bruges, e sepultou-se em 1473 em Dijon. O seu marido, Philippe de Burgonha, foi casado em primeiras nupcias com a Michelle de France (+ 1422), em segundas nupcias com a Bonne d'Artois; as terceiras nupcias effectuaram-se em 14 de janeiro de 1430. Desde então, o duque e esposo tinha a legenda: «aultre n'auray». O duque teve de

Isabel de Portugal tres filhos, e de varias amantes uma serie de filhos illegitimos.

A respeito do nome da duqueza note-se o seguinte: Em honra á Santa Isabel do novo testamento, muitos membros femininos de dynastias europeas acceitaram este nome de baptismo, desde o seculo XII. Entre as numerosas mulheres beatificadas e canonizadas d'este nome, sobresai, no seculo XIII, a Isabel (+ 1231), filha do rei Andrea I da Hungria, sobrinha da santa Hedwiges e esposa do landgraf Luiz IV de Thuringue. Foi canonizada em 1235, facto que muito concorreu para espalhar o seu nome. Os seus descendentes tomaram o nome de filius natae St. Elisabethae, pronepos, abnepos, adnepos, trinepos St. Elisabethae; e as dynastias affins deram ás suas filhas o nome de Isabel. Foi assim que este nome se espalhou por toda a Europa. Isabel, cuja mãe descendia dos Hohenstaufen, é rainha de Portugal (+ 1336), tambem conhecida pela sua santidade. A bisneta de seu filho, o rei Affonso IV, é a nossa Isabel, esposa de Philippe o Bom. O seu marido tem a linhagem directa da Santa Isabel da Hungria e de Thuringue; e ella escolhe esta sua antepassada para sua padroeira. E' por isso que achamos representada, ao lado d'ella, a Santa Isabel. E vê-se que se tracta da princeza da Hungria pelo attributo que tem nas mãos: tres diademas que conquistou a soberana, sendo santa como virgem, como mulher e como viuva.

O brazão da mãe de Carlos o Temerario é fendido; adeante vê-se o brazão do seu esposo, e atraz o de Portugal. E' para notar que as celebres cinco quinas são dispostas pelo schema medieval seguinte:

1
2 3 4
5

sendo que, pouco tempo depois, este schema é modificado, e as quinas dos lados collocadas em sentido vertical, como as tres outras, assim:

1
2 3 4
5

O excellente artigo, publicado pelo dr. Stückelberg, é acompanhado d'uma bella gravura representativa d'este trecho do quadro.

Coimbra, 10 de janeiro de 1902. ALFONSO HINCKER.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 1, pag. 64)

DEGRETUM S.mi D. N. CLEMENTIS PP. VIII. SUPER CASUUM RESERUATIONEM AB OMNIBUS REGULARIUM SUPERIORIBUS OBSERUANDUM

Sanctissimus D. N. qui iam pridem accurate perpendit, et reipsa comperit, quod reseruatio facultatis absoluendi religiosos pænitentes a peccatis quibusdam grauioribus, nisi superiores admodum prudenter, ac moderatè illa vtantur, non nullos inferiores, qui interdum superiori suo conscientiæ maculas detegere formidant, adducere posset in æternæ damnationis periculum, et spiritualis remedij desperationem: Ideo vt huic malo Sanctitas sua opportunè prospiceret, decreuit, vt nemo ex regularium superioribus peccatorum absolutiones sibi reseruet, exceptis ijs, quæ sequuntur aut omnibus, aut eorum aliquot, prout subditorum vtilitati expedire prudenter in Domino iudicauerit.

1. Veneficia, incantationes, sortilegia.
2. Apostasia à religione, siue habitu dimisso, siue retento: quandò eò peruenerit, vt extra septa monasterij, seu conuentus egressio fiat.
3. Nocturna, aut furtiua e monasterio egressio, etiam non animo apostatantis facta.
4. Proprietas contra votum paupertatis, quæ sit peccatū M.
5. Juramentum falsum in iudicio regulari, seu legitimo.
6. Procuratio :::, seu consilium ad abortum faciendū post animatum fætum etiam effectu non subsecuto.
7. Falsificatio manus, aut sigilli officialium Monasterij, aut Conuentus.
8. Furtum de rebus Monasterij, seu Cõuentus in ea quantitate, quæ sit peccatum mortale.
9. Lapsus carnio voluntarius opere consumatus.
10. Occisis, aut vulneratio, seu grauis percussio cuiuscumque personæ.
11. Malitiosum impedimentum, aut retardatio, aut apertio litterarum a superioribus ad inferiores, et ab inferioribus ad superiores.

1. Si quod aliud præterea peccatũ graue pro religionis conseruatione, aut pro conscientiæ puritate reseruandum videbitur, id non aliter fiat, quam generalis Capituli in toto Ordine, aut prouincialis in Prouincia matura discussione et consensu.

2. Non licet superioribus regularium confessiones subditorum audire, nisi quando peccatum aliquod reseruatum admiserint: aut ipsimet subditi sponte, ac proprio motu ab ijs petierint.

3. Sup*erior*es in singulis domibus deputent duos, tres, aut plures Confessarios pro subditorum numero maiori, vel minori, ijq*ue* sint docti, prudentes, ac charitate præditi, qui a non reseruatis eos absoluant, et quibus etiam reseruatorum absolutio cõmitatur quando casus occurrerit, in quo eam debere cõmitti ipse imprimis Confessarius iudicauerit.

4. Tam sup*erior*es pro tempore existentes, qu*am* Confessarij, qui postea ad superioratus gradum fuerint permoti, caueant diligentissime, ne ea notitia, quam de aliorum peccatis in confessione habuerint, ad exteriorem gubernationem vtantur.

5. Licebit tamen Superioribus determinare pæniten*ti*as graues quibusdã peccatis etiam non reseruatis a confessari*is* ponendas, quæ subditos ab huiusmodi perpetrandis cohibere possint.

6. Atq*ue* ita per quoscumq*ue* regulariu*m* sup*erior*es, *qui*cumque illi sint, obseruari mandauit, non obstantibus Cons*titutionibus* et Ordinationibus Apostolicis; ac cuiusuis Concilij etiam gener*a*lis decretis: nec non consuetudinibns etiam ab immemorabili tempore obseruatis: ac regulis in generalibus, seu prouincialibus Capitulis editis: Statutis, et Constitutionibus etiam Ap*ost*olica auctoritate confirmatis: priuilegijs, indultis, et concessionibus quibuscumq*ue:* quorum tenores hic pro expressis haberi voluit: cæterisq*ue* in contrarium facientibus quibuscumque. Datum Romæ apud S. Petrum die 26. mensis Maij anno D*omi*ni 1593.

Andræas Sorbolongus
Secret. Visitation.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 2, pag. 72)

O direito obedece á lei moral. Por isso se póde dizer que os direitos são deveres. Direito e dever confundem-se.

O egoismo, o individualismo, de tanta da nossa gente é tal que parece persistir nella, como um legado animal, o instincto feroz de lucta, de dilaceração. O nosso homem é ainda ahi muito o homem das cavernas; ainda tem garras e prêsas. E' ver como até amigos, que nos prestam os melhores serviços, ficam por vezes silenciosos perante os ataques que nos dirigem, desaffogando-se quasi do pêso das suas bondades para comnosco. O nosso homem civilizado ainda é um producto chimico muito instavel, facilmente explosivo.

Como ha de prestar o nosso ensino? Se o estudo do alumno não é trabalho livre seu, mas tarefa de escravo, sob a ameaça dos açoutes do senhor, que são os *rr?*

Influencia do meio. Nós somos muito o que os outros nos fazem. Raros são os que, com a mudança do seu publico, da sua galeria, não mudam tambem. Chega-se mesmo a encontrar individuos que um dia, entre gente honrada, são o que ha de mais escrupuloso, e, no dia seguinte, entre scepticos e trocistas, se deixam ir a todas as relaxações. Um homem austero não consegue d'elles sequer que passem por cima d'um falso pundonor, e um maganão alegre leva-os para onde quer. E' a virtude communicativa dos bons, e o perigo das más companhias.

Como se retratam tantos governantes e principes e reis!

De charuto entre os dedos. Que é como quem proclama que os não tem para o trabalho, mas para a ociosidade, vã como o fumo e venenosa como o tabaco. E ainda se dão ares, nos dias faustosos, envergando os seus fardalhões, de poderem com o bastão e o sceptro de commando! Não! tão pouco é para elles. As suas arrogancias não metem medo a ninguem. Isso, ao menos, já se ganhou.

O proletarismo é sobretudo de liberdade.

Clama-se contra a Egreja e o seu mysticismo, que separa o homem da natureza, da familia e da sociedade. Pois a Eschola e o seu ensino faz o mesmo. Tambem os seus sacerdotes pretendem o absurdo de substituir a este mundo real um mundo facticio; e, se nem todos já têem medo ao diabo, quasi todos ainda professam o horror dos outros *inimigos* theologaes da alma, o mundo e a carne, tentando romper os laços do educando com o seu organismo e com o meio externo. Nada, nas aulas, que dê uma emoção delicada; nada que ponha em exercicio a sensibilidade e a motricidade! A Egreja sustenta que a Eschola é que é o diabo, e, como se vê, não deixa de ter razão.

Lei da offerta e procura? A offerta é logo uma propaganda, que augmenta a procura. E, para que a procura augmente, o proprio productor baixa o preço da venda e augmenta a sua laboração e portanto a offerta do seu genero.

O juro é o premio do risco que o capitalista corre; e, desde que o capital se socialize, se democratize, nada mais legitimo.

A majestade de tantas personagens entre nós, que, quando andam, parece que vão levadas solemnemente num andor! Na sua opinião, quem se respeita, está inhibido de brincar, de saltar, de gesticular. Onde chegam, paralysam todas as expansões. Até da dança ellas fizeram estas somnolentas quadrilhas, a cujas marcas nos dias de grande gala arrastam gravemente e inteiriçadamente a sua importancia. Uff!

Ha alguma coisa peor do que a dôr, que é não sentir nada. Por isso não se surprehendam de ver uma pobre rapariga trocar a casa da familia, fria, erma de affectos, onde nada e ninguem fala ao seu coração e ella se sente pender e definhar emotivamente, pelas apertadas grades do mosteiro, onde, mes-

mo que não cahisse nenhum balsamo do ceu, bastavam os exercicios da penitencia e do soffrimento para tornar apetecidas as suas cellas, porque a dôr é ainda a vida da alma. A soffreguidão com que tantas se lhe entregam, á busca da liberdade de sentir!

A egreja vai buscar todos os feitiços para fazer proselytos. Não têem flôres, musica, quadros, esculpturas, joias, em casa? Sejam seus fieis, e ella empresta-lhes e dá-lhes mesmo tudo isso. Mas então o ideal da vida não é o mysticismo e a mortificação?

Um corpo que reage elasticamente á compressão ou que reflecte e refrange os raios luminosos, já esboça uma iniciativa; como o systema nervoso, logo na emoção e nos seus actos reflexos, em que á acção externa oppõe outra interna. Melhor o fazem, porém, os corpos que elaboram e desenvolvem fôrça nova, seja essa fôrça a electricidade ou a vontade.

O commercio tende a desapparecer? Não; mas a transformar-se num funccionalismo economico, como é hoje o politico.

O estado de barbarie assignala-se pela escravidão do homem pelo homem. Com a civilisação vão-se escravizando os animaes, depois as plantas, e finalmente as fôrças physicas.

Assim como a velocidade é a grandeza do movimento, assim a liberdade é a grandeza da vontade. E, assim como ha para cada fôrça uma lei que rege a sua velocidade no tempo e no espaço, assim tambem ha uma lei analoga para a liberdade, que é a lei moral. Ella mede-se sempre pelo dever.

As santas tias! Estas espirituaes figuras que parece que ficaram para sempre a sonhar o sonho delicado e terno da sua juventude! Não são inuteis, não! São ellas que dão ao lar domestico a ineffavel poesia do sacrificio modesto, sorridente, d'uma alma que se desfolha, perfumando o ar, como uma flôr.

A patria é tambem a liberdade que cadá um de nós tem de pôr o seu paiz á sua vontade, como um proprietario que pensa em meter um socalco, plantar uma arvore ou ensaiar uma nova cultura no seu predio. Quando não ha essa liberdade, porque se não tem o direito de intervir nos negocios

publicos, a patria, em parte, desapparece. Precisamos de sentir que ella é nossa, para nós tambem lhe pertencermos.

Ainda estava sob a impressão musical da Gigi, quando o Domingos lhe succede no piano; e agora o ouviremos! «Papá, com as mãos cruzadas!» nota-me elle, para que eu aprecie a sua virtuosidade. E, modestia á parte, sempre accrescenta: «Isto é que custa!» Aos outros, bem entendido. Para elle é uma simples brincadeira, acreditem.

A mulher.—Emquanto os homens se batiam em Sadorwa e em Sédan, as mulheres acudiam aos feridos das nações inimigas.

Ha pessôas que de tudo cuidam para os filhos, de lhes dar sabios mestres, de os casar vantajosamente, de lhes deixar dinheiro, etc.; só não cuidam, que é o principal, de se fazer honrados e dignos por amor d'elles,—antes d'elles nascidos, para lhes não legar inclinações para o mal, depois, para lh'as não estar inoculando successivamente pelo exemplo—. Como custa ás gerações novas vencerem as más influencias da herança e do meio!

Ondulações de amor.—Encantado deante da Gigi e da Zirinha, que veem para mim de mãos dadas, desliso a pés juntos, avançando, recuando, tornando a avançar para ir ao seu encontro. Viva commoção! A Zirinha toda se afogueia de alegria, voltando-se para a Gigi, a sorrir-lhe; a irmã aconchega-a a si, passando-lhe as mãos pelos hombros; e ella, ainda mais derretida, levanta outra vez para mim a sua rubicunda carinha, communicando-me tresdobrado o prazer que eu lhe causara. E' assim que o coração chega a saltar-nos do peito.

Tenhamos confiança em nós mesmos. Toda a idolatria é funesta, até a do bem, porque nos quebranta as forças. Quantas vezes, pelo muito que nos desejamos consagrar a um assumpto, não o vamos pospondo, á espera de occasião mais propicia para de todo nos concentrarmos nelle; e o pobre assumpto da nossa predilecção, por causa d'isso mesmo, fica para sempre posto de lado, porque de tudo nos occupamos, menos d'elle, sem que nunca jámais chegue a tão suspirada occasião! Os grandes trabalhos, tanto como os pequenos, necessitam de que se lhes dê principio, para o que toda oppor-

tunidade serve; e, depois, para se poderem completar, necessitam de que se continuem, para o que toda occasião propria serve tambem. Nada mais evidente, nada mais esquecido.

Mixto de desalento e revolta. Não sei o que a Gigi queria, que a mãe lhe não deu. Parte a chorar para a creada Joaquina, que está a lavar: «Já não sou amiga da mamã.» Mas molha-se, e a Joaquina ralha-lhe: «A Gigi é feia.» Volta-se então para as pombas, que tinham ido poisar ao pé d'ella. «Sabem? já não gosto tambem da Joaquina.» E, concentrando-se na logica do seu doloroso destino, como quem está desenganada das affeições do mundo, despede-as logo amargamente, antes que até essas indulgentes companheiras de folguedos a condemnem tambem. «Vão-se embora, pombinhas não são para meninas feias.» Injusta sorte, que nem o amor dos pequeninos como ella lhe consente!

O temor dos grandes deveres é tão mau como o desdem dos pequenos. De uns e outros é necessario desempenharmo-nos amavelmente, sem presumpção, sem fraqueza.

Pessôas ha que não cumprem os pequenos deveres da vida, á espera de se habilitarem para os grandes; nem os grandes, á espera de se desafogarem dos pequenos. E assim a todos se forram.

A theologia muda e passa, a religião permanece e fortifica-se.

Tolerancia.—Na Suissa, em muita parte, o mesmo templo serve ao catholicismo e ao protestantismo. Nos Estados Unidos, um reitor de Universidade, convidado a uma festa pelo bispo, sóbe depois d'elle á cathedra, e expõe a sua doutrina secular. E os americanos já reuniram um parlamento das religiões.

Uma nação prospera é como um homem feliz: communicativa. O mal-estar, pelo contrario, converte-se em retrahimento, desconfiança. E' o nosso estado.

Curiosa especie politica portuguêsa: o progressista ultramontano. Bem digo eu que os partidos em Portugal são partidas!

E' toleima de vaidade ouvirmo-nos? Não se pode affirmar absolutamente, porque precisamos de não nos desleixar em

nada. Em certos casos mesmo, isso é bem natural e legitimo. Conto á Rita a grande balburdia que houvera de noite na capoeira, ella conta-o ás duas irmãs, estas ao Dino, este ao Domingos, e este a mim. Não me havia de escutar? E com que gôsto pela larga resonancia das minhas palavras!

Se esta vida vale a pena de se viver! Mas, abraçado pela esposa, beijado pelos paes e pelos filhos, querido, admirado, endeusado por todos elles, a vida do homem não é só um bem, é uma festa, um triumpho, uma apotheose.

Não ha prazer perfeito senão o prazer limitado, moderado. Mesmo as mais innocentes brincadeiras das creanças não se podem deixar prolongar-se demais sem perigo de que desandem afinal em disparate e bulha. As emoções, quando muito repetidas, accumulam-se impetuosamente e rompem em irreprimiveis desejos. Rapazes e raparigas, e mais ainda quasi sempre os que mais recolhidos e pacatos viveram, uma vez lançados em divertimentos, contrahem por elles a sêde dos ebrios, excitando-se a ponto de chegarem a fazer as maiores extravagancias e loucuras. Não estão já em si.

Ha infelizmente sempre uma corrente de baixo para cima que vai alimentar o vicio das classes superiores. Não se recrutam só virtudes nas inferiores. E, entre nós então, essa promoção quasi nunca é ascenção, é quasi sempre degradação.

Muitos phenomenos sociaes, note-se, são como os aerostatos, que sobem em vez de descer: á maneira dos graves, só apparentemente contradizem a lei geral.

Não é necessario que cheguem á edade madura para as novas gerações nos lançarem em rosto a culpa dos nossos desleixos ou fraquezas de disciplina com ellas. Quem lhe deu este leque? pergunta a mãe á Gigi: «A M.» responde ella. E depois, considerando provavelmente o caso, a sua edade, o valor do leque, a estação fria demais a mais: «Ora para que é que ella m'o dá? Para estragar!» Uma confissão, mas tambem uma condemnação. Ha favoritismos que são na realidade provocações ao mal, advirtam-no todos os governantes.

São os proprios filhos que depois se queixam dos mimos extremos dos paes, lamentando que elles não os houvessem ajudado a vencer as suas mollezas e egoismos. Tanto se cantou

e dançou na fogueira da noite de S. Pedro (anniversario do casamento dos avós paternos), que, pela manhã, a mãe, com pena do Dininho, deixou-o ficar ferrado no somno. Mas, na cama não é vida, iam dar 9 horas, oiço-o chorar copiosamente. Porque é isso? «Acordaram as meninas, e não chamaram por mim!» Tinha effectivamente certa razão: perdêra algumas horas de companhia das irmãs. Neste caso ainda foi facil, explicando-lhe o que se passara, apagar os desgosto causado com um grato sentimento pelo carinho materno. Mas quando o mal é profundo e já insanavel?

O prazer não se embota pela repetição, como muita gente imagina. Do mesmo modo que as sensações, as emoções entalham-se na alma, repetindo-se. Quando causado por um abuso ou excesso qualquer que consome as fôrças vitaes e portanto tambem a emotividade, o prazer fraqueja por isso á vez seguinte; mas, seguindo-se a curtos intervallos, póde ainda assim ir-se accumulando. O fumista, por exemplo, póde ir gosando cada vez mais, embora seja natural que a capacidade de se commover vá sendo simultaneamente reduzida pela perda da sua saude. E a prova de que assim é, de que o prazer, mesmo d'esse vicio, cresce successivamente com a repetição, é o desespero em que se fica, quando, depois de contrahido o seu habito, não se tem meio de renová-lo. Esta irritação do desejo prova bem a pressão e a energia das emoções accumuladas.

O prestigio das bôas acções! Ouviu-se uma voz dizer que a Elzirinha estava a dar de comer á cabra. Corre tudo. E todos a admirarem: «Olha, sem medo nenhum!» Até a propria cabra, enternecida, recua a cabeça, ao levantá-la do açafate em que a pequenina lhe offerece a comida, não bata com os chifres na sua bemfeitora.

A Gigi traz dois ramos. «Um é para o papá», explica o Domingos. Mas ella logo: «O mais pequeno.» Ai, as mães são bem felizes! E' verdade que bem o merecem.

Um pequeno um dia volta-se para o pae: «Os meus soldados?» outra vez para a mãe «O meu sacho?» E os paes ralam-se, quasi indignados: «Ora esta! Tambem é demais. Até a gente é que ha de saber lá das suas brincadeiras!» E não sentem o que ha de tocante neste apello ingenuo para

a sua providencia, que a confiança infantil julga capaz de tudo, até de achar o perdido.

Assim como deixamos de discriminar os objectos que se nos tornaram familiares, assim chegamos a não dar apreço ás pessôas com quem convivemos de perto. Com este fundamento se diz que santos d'ao pé da porta não fazem milagres.

Até para sermos mais justos com a nossa patria convém fazer uma viagem para longes terras. Então começamos a discriminar o que nella ha realmente de bom.

Se o fumista precisa de tabaco cada vez mais forte, não é por causa do embotamento da emoção; é, não falando do effeito toxico e consumptivo que elle produz, porque, á maneira que a emoção se lhe apodera da alma, vai-se tornando menos perceptivel; para a discriminar, é que elle recorre a estimulos cada vez mais energicos, que lhe dêem, em vez da emoção habitual e por isso mesmo imperceptivel, uma emoção, por assim dizer, nova, senão na especie, na intensidade.

Consequencias d'uma industria nova que se introduz no paiz.

Fixa a população. Augmenta a independencia, sobretudo se aproveita materias primas nacionaes. Alarga o consumo dos outros generos.

Mas, a principio, que precisa protegida, lança para isso um imposto ás outras industrias; e, em vista da protecção aduaneira com que se tributa o mesmo artigo estrangeiro, é de recear que os outros paizes que o produzem, em desforço, sobrecarreguem tambem de tributos os nossos antigos artigos de exportação.

Ha que attender a estes inconvenientes; mas elles são, em todo o caso, secundarios.

A Gigi até os animaes magnetiza, que tudo lhe soffrem sem se doer. Ella mesma se admira: «Pisei, sem querer, o Mondego, (cão) e elle a mim não disse kui, kui! Porquê, papá?»

A Gigi, ouvindo-se e procurando supprir a sua deficiencia phonetica: «Papá, andam ali dois bois, a *lavar;* mas é outra coisa, não é lavar.»

(Continúa).

BERNARDINO MACHADO.

NOTAS RELATIVAS Á COLLAÇÃO E REDUCÇÃO DAS DOAÇÕES INOFFICIOSAS

(Cont. do n.º 2, pag. 87)

QUINTA PARTE

Fórma de operar a reducção das doações inofficiosas

CAPITULO I

DO DESPACHO QUE ORDENA A REDUCÇÃO NOS INVENTARIOS

SUMMARIO:—**48.** Se a reducção deve ser ordenada antes do despacho que determina a partilha.

48. A lei manda que o juiz do inventario da herança do doador, ordene a reducção das doações inofficiosas, no despacho da determinação da partilha (1). D'aqui resulta que o juiz não póde ordenal-a em despacho anterior.

Esta disposição é applicavel á reducção em valor e em especie, porque não distingue. Quando a reducção deva ser feita em valor, não offerece inconveniente; mas, se deve ser feita em especie, e não ha accordo prévio ácerca do destino a dar aos bens que hão de vir para a herança em virtude da reducção, é impossivel ao juiz decretal-a, e ao mesmo tempo, determinar a partilha d'estes bens, porque esta depende de actos posteriores ao despacho que mandar reduzir as doações, taes como: licitações, sorteios e accordos dos interessados sobre esses bens.

Deve pois, ser ordenada a reducção em especie, antes do despacho que manda fazer a partilha. Póde sel-o no despacho que defere ás primeiras respostas dos interessados, e os convoca para os effeitos do artigo 714.º do Codigo do processo, ficando para depois das conferencias, sorteios e licitações, a

---

(1) Codigo do processo, artigo 724.º e § 1.º

determinação da partilha (1); mas as circumstancias podem impedir que o juiz conheça e se certifique da inofficiosidade da doação, logo nesse despacho, e por isso deve reservar esse conhecimento para occasião propria. Assim, na hypothese da inofficiosidade depender da approvação das dividas da herança por todos os herdeiros, não deve o juiz mandar reduzir a doação antes dos interessados as approvarem, podendo fazel-o em seguida á approvação do passivo, no proprio auto de conferencia, para logo se proceder ás lecitações requeridas, sorteios, etc.

Os que pretendem que a lei não premitte que se mande reduzir as doações inofficiosas, fóra do despacho que indica e ordena a fórma da partilha, são os partidarios da reducção em valor, e argumentam principalmente, que, sendo ordenada a reducção em despacho anterior, dá-se nullidade insupprivel, por se observar uma fórma de processo especial que a lei não admitte, e tolhe-se o direito de recorrer d'esse despacho aos interessados, porque d'elle não ha recurso especial, em razão de versar sobre materia propria do despacho da partilha, nem a appellação da sentença o póde abranger, porque só comprehende este ultimo despacho.

Nenhum dos argumentos nos parece procedente, porque a fórma de processo empregada é a mesma que a lei manda observar, com a unica differença de tratar em dois despachos o que a lei manda tratar só num, e ainda assim este procedimento é determinado imperiosamente por circumstancias especiaes, pelo que a lei não o póde prohibir; e, quanto ao direito de recorrer, a appellação da sentença que julga as partilhas, não póde deixar de abranger os dois despachos, porque se completam um com o outro (2).

Para evitar duvidas e receios dos interessados, de que transite em julgado, o despacho que reduz a doação, póde o juiz consideral-o provisorio, e dependente da decisão a proferir no despacho que ordenar a partilha (3), ou declarar que fica fazendo parte d'este para os effeitos da appellação.

---

(1) Accordãos transcriptos na *Gazeta,* vol. 6.º, pagg. 374 e 586, e na *Rev. dos Trib.,* vol. 9.º, pag. 374. Vej. srs. Neves e Castro, *Man. do Pr. Civ. Esp.*, 1.ª ed., n.º 407, e E. Carv., *Man. do Inv.,* pag. 174 e segg. e 292; accordão na *Gazeta,* vol. 5.º, pag. 664.

(2) *Rev. de Leg.*, vol. 29.º, pag. 233.

(3) Vej. accordão na *Gaz.*, vols. 6.º, pag. 586 e 11.º, pag. 145.

CAPITULO II

FÓRMA PRATICA DE DETERMINAR OS IMMOBILIARIOS DOADOS QUE CONSTITUEM O EXCESSO INOFFICIOSO

SUMMARIO:—**49.** Se é o juiz que designa os bens doados ou a parte d'elles que ha de vir para a herança. Alvitres sobre a fórma d'esta designação.—**50.** O nosso parecer fundamental nesta materia.—**51.** Meios de fazer a designação nas seguintes hypotheses: 1.ª sendo a doação de dois ou mais immoveis indivisiveis; 2.ª sendo de um immovel divisivel; 3.ª sendo de dois ou mais; 4.ª sendo de um immovel divisivel e outro indivisivel; 5.ª sendo de diversos immoveis, uns divisiveis e outros indivisiveis; 6.ª sendo de um immovel divisivel e outros indivisiveis.

49. Parece que o despacho que manda reduzir em especie uma doação inofficiosa de bens immoveis, divisiveis por natureza e sem detrimento nem infracção da lei, deve designar o predio ou a parte dos predios doados que vêm para o acérvo da herança constituindo o excesso inofficioso.

Assim, se forem dois ou mais os predios doados, tendo cada um, valor egual ou inferior ao excesso inofficioso, pretende-se que o juiz designe naquelle despacho, um d'elles ou os sufficientes para serem repostos em substancia, ao monte commum da herança; e, quando a doação fôr de um só predio, composto de varias partes separaveis, taes como: casas, mattos, terra culta e inculta, que o juíz deve designar qualquer d'estas partes componentes do predio, para ter aquelle destino. Entendem que ao juiz compete esta faculdade, pelo disposto no artigo 724.º e no § 1.º do Codigo do processo, regulada pelo prudente arbitrio com que é obrigado pelo artigo 16.º do Codigo civil, a resolver os casos omissos.

Outros alvitram differentes meios, para se designarem os bens ou a parte d'elles, que hão de constituir o excesso inofficioso da doação. Temos conhecimento dos seguintes:

1.º Por escolha do donatario. Os que lembram este meio, fundam-se em que, tendo o donatario o direito de impugnar a licitação, conforme o artigo 720.º do Codigo do processo, assiste-lhe por isso a faculdade de escolher os que lhe devem ser adjudicados em pagamento da legitima e terça, e portanto de escolher os que devem constituir a reposição para a he-

rança (1). Dizem ainda que o donatario póde reputar-se um devedor á herança de uma porção de bens doados equivalente ao excesso inofficioso, e que por isso satisfaz a obrigação, entregando essa porção, tirada por elle indistinctamente, de quaesquer bens doados.

2.º Por escolha dos herdeiros. Funda-se este alvitre em que, competindo aos herdeiros o direito de licitar em tantos bens doados quantos bastem para prefazerem o excesso inofficioso, sem que o donatario possa impugnar-lhe a licitação, fica-lhes assim competindo a faculdade de os escolher.

3.º Alvitram outros que, devendo vir para o monte da herança, não uma parte indeterminada dos bens doados equivalente ao excesso inofficioso, mas todos esses bens, por argumento do artigo 1500.º (2), e não podendo dar-se preferencia na escolha, nem ao donatario, nem aos herdeiros, devem ser pagos tanto os herdeiros das suas legitimas, como o donatario da sua legitima e terça, segundo as regras geraes das partilhas, isto é, por accordo, sorteio, ou licitação sobre todos os bens doados.

4.º Entendem outros que devem determinar-se os bens doados que ficam pertencendo ao donatario, e os que hão de tocar aos herdeiros, por meio de sorteios entre elles, da terça e das legitimas, se a doação abrange todos os bens do doador, formando-se tres lotes eguaes, para se determinarem os bens que o donatario deve levar na terça (3), e tantos lotes com os restantes bens doados, quantos forem os herdeiros incluindo o donatario, para se conhecerem os bens com que devem ser pagas as legitimas de cada herdeiro; e quando a doação não fôr da totalidade dos bens do doador, entendem que devem tirar-se á sorte, tantos predios quantos prefizerem o excesso inofficioso, indemnisando-se a dinheiro qualquer differença de valor que resulte d'esta operação, para o donatario ou para a herança.

5.º Outros finalmente, na hypothese de se comprehenderem na doação varios immoveis distinctos, repellindo a faculdade de escolha, quer ao donatario, quer aos herdeiros, entendem que a determinação, tanto dos bens que devem ficar pertencendo ao donatario, como dos que hão de constituir as legi-

---

(1) Vej. a 1.ª Tenção do accordão da Relação do Porto de 23-12-1890, na *Rev. dos Trib.*, vol. 11.º, pag. 134.

(2) *Gaz.*, vol. 10.º, pag. 323.

(3) Vej. *Rev. de Leg.*, vol. 31.º, pag. 406.

timas dos co-herdeiros, se deve fazer:—por licitação dos interessados, em quaesquer bens doados, com tanto que caibam nas suas quotas successorias—por sorteio, quando, para pagamento d'estas quotas, hajam de fazer-se partes eguaes, num immovel divisivel, ou lotes de egual valor em varios immoveis, e emfim—por despacho do juiz, quando a determinação não resulte de licitação ou de sorteio. E, quando a doação tenha sido feita por dois doadores, meeiros nos bens doados, se a reducção houver de fazer-se no inventario de um d'elles, devem formar-se dois lotes eguaes com esses bens e sortear-se entre os doadores, para se descriminarem os doados por cada um, e operar-se a reducção sobre os bens que por este sorteio se conheça terem sido doados pelo auctor da herança (1).

50. A lei não exige que no inventario e antes da partilha se determinem os predios ou a parte de algum, d'entre os doados, que devem vir para o monte da herança, e os que devem continuar no poder do donatario; nem essa determinação é essencial á partilha, embora vantajosa para os interessados; e, como ella nem sempre é possivel, em vista do silencio do Codigo do processo, bem póde ficar reservada para depois da partilha.

O juiz deve, ao nosso vêr, limitar-se a decretar a reducção da doação em substancia, mandando vir para o acérvo commum, uma parte indeterminada e indivisa dos immobiliarios doados, indistinctamente, equivalente ao excesso inofficioso da doação, deixando a determinação objectiva d'essa parte, para o accordo dos interessados, ou para a licitação, ou para o sorteio, e em ultimo caso, para o incidente da divisão e demarcação, que depois da partilha, os interessados podem requerer nos termos do artigo 740.º do Codigo do processo.

Em consequencia de tal despacho, os predios doados deixam de ser propriedade singular do donatario, para serem propriedade commum d'este e dos herdeiros. O donatario fica desde então comproprietario em todos os bens doados, até ao valor da legitima e terça por força do titulo da doação, e os co-herdeiros ficam egualmente comproprietarios, pelo excesso inofficioso em virtude da successão, sendo só este direito de compropriedade dos co-herdeiros, sujeito á partilha.

---

(1) D. Maia cit., § 58.º

Neste despacho deve ordenar-se uma conferencia de interessados, para designarem por accordo os bens ou a parte em especie dos bens doados, que devem vir para a herança, ou concordarem que essa designação se faça por algum dos meios que indicámos no numero antecedente, isto é, por sorteio, licitação ou despacho do juiz.

Não ha lei que dê ao juiz competencia para determinar os bens do excesso inofficioso, nem elle terá na maioria dos casos, elementos para usar de um prudente arbitrio na escolha d'esses bens.

Rejeitamos os dois primeiros alvitres expostos no numero antecedente, porque não achamos razão que justifique o direito de escolha, que se attribue ao donatario ou aos herdeiros. Desde que consideramos o donatario e os herdeiros, comproprietarios dos bens doados, não podemos conceder a qualquer d'elles esse direito, porque na divisão da cousa commum não dá a lei, a qualquer dos comproprietarios, o direito de escolher a parte que lhe convier, nem devia dar.

A faculdade de licitar, que no segundo alvitre se attribue aos herdeiros, nos bens doados até ao valor do excesso inofficioso, sem que o donatario possa impugnar-lh'a, corresponde ao direito de escolha, porque é o licitante quem designa os bens doados que quer licitar.

O terceiro alvitre tem o inconveniente de despojar o donatario de todos os bens, o que é uma violencia, visto que elle tem o direito de reter em seu poder e adquirir definitivamente os que couberem na sua legitima e na quota disponivel.

Vindo para o monte da herança todos os bens doados, para serem licitados pelos herdeiros que quizerem, póde o donatario ficar sem nenhum, o que nenhuma disposição legal auctorisa, pois que o artigo 1500.º do Codigo civil contém um preceito, excepcionalmente applicavel ao caso de ser indivisivel o immovel doado; e por ser excepcional, não póde ampliar-se á reducção das doações de immoveis divisiveis.

Os sorteios dos bens doados, para se determinarem os que hão de compôr a legitima e terça do donatario, quando a doação abrange todos os bens do doador, como no quarto alvitre se resolve a difficuldade, são acceitaveis; mas esta hypothese de ser a doação da totalidade dos bens, é rara. Quanto á determinação pela sorte, dos predios que devem vir para a herança, no caso de a doação não abranger a totalidade dos bens do doador, com indemnisação a dinheiro, de qualquer differença que d'ahi resulte, tem o defeito de permittir a reducção parte em especie e parte em dinheiro, se aquella differença fôr contra

os herdeiros; ou de despojar o donatario de uma porção de bens a que tem direito, se a differença fôr contra elle.

D'entre os meios de determinação lembrados no quinto alvitre, só achamos acceitavel o sorteio para se descriminarem os bens doados pelo conjuge sobrevivo, dos doados pelo auctor da herança, e tambem para se separarem os que pertencem á herança dos que tocam ao donatario, na hypothese de se poderem fazer dois ou mais lotes eguaes com todos os bens doados, como por exemplo, se os bens têm o valor de tres contos e a legitima e quota disponivel valem um conto, porque se podem fazer tres lotes e sortear um para o donatario.

51. Na conferencia que o juiz ordenar no despacho em que reduzir as doações inofficiosas, podem os interessados designar por accordo a parte da cousa divisivel doada ou as cousas doadas, que devem vir para o monte da herança.

Podem ainda accordar sobre a fórma que preferem, para se determinar essa parte ou as cousas doadas que o donatario ha de repôr.

As fórmas da determinação são: a licitação, o sorteio por lotes eguaes de bens doados, ou um a um, e o despacho do juiz. Se os interessados escolherem a licitação, devem indicar a ordem pela qual devem ser licitados os bens doados, e não indicando, deverá observar-se a ordem da sua descripção no inventario.

Na falta de accordo, temos de deduzir do artigo 1500.º do Codigo civil e dos principios expostos no numero antecedente, as regras necessarias para se resolverem as differentes hypotheses que podem dar-se na reducção das doações feitas a herdeiros legitimarios, attendendo-se sempre ao direito do donatario a conservar no seu dominio todos os bens que caibam na sua legitima e na quota disponivel, e ao dos herdeiros a inteirar-se das suas legitimas com os restantes bens doados.

E' d'este trabalho que nos vamos occupar, a respeito de algumas hypotheses.

1.ª hypothese. Sendo a doação de dois ou mais immoveis indivisiveis.

Se cada immovel tiver valor superior á legitima e quota disponivel, devem vir todos para a herança; e o donatario será pago da sua legitima e d'aquella quota segundo as regras geraes das partilhas, isto é, com os bens que lhe devem per-

tencer por licitação, accordo, sorteio, distribuição egual ou exigida pelas circumstancias da partilha.

Por isso póde o donatario readquirir por qualquer d'estes meios, os immoveis que foi obrigado a repôr.

Se cada immovel tiver valor inferior á legitima e quota disponivel, tendo porém todos valor superior, o donatario não póde ser obrigado a trazel-os todos ao monte partivel, e por isso devem designar-se pela sorte os destinados ao monte da herança. No caso de não caber no excesso inofficioso, o ultimo sorteado, produzindo-se assim um desfalque na doação reduzida, deve ficar na herança pela regra do artigo 1500.º, e o donatario será pago da importancia d'esse desfalque, segundo as regras geraes das partilhas.

Se algum immovel couber na legitima e quota disponivel e outro não, está este claramente indicado para a reposição.

O artigo 1500.º estabelece a medida da legitima accumulada com a doação reduzida, para comparação com o valor do immovel indivisivel. O valor da doação reduzida é o da quota disponivel do doador, inteira ou diminuida por liberalidades anteriores. Estando diminuida, attende-se só ao valor que resta d'essa diminuição; e se estiver absorvida não entra naquella medida. O mesmo se deve entender, no caso da legitima do donatario estar reduzida ou preenchida com doações de data anterior.

2.ª *hypothese*. Se a doação fôr de um só immovel divisivel, deve ser submettida á licitação, se tiver sido requerida em tempo por algum interessado, uma parte indeterminada do immovel, de valor correspondente ao excesso inofficioso. Se o licitante não fôr o donatario, deve dar-se no mappa da partilha, o immovel a ambos, na proporção dos valores que nelle tinha cada um, antes da licitação. Assim, se o valor do immovel era de quatro contos, se a parte que nelle tinha o donatario era um conto e a herança tres, e se um herdeiro licitou esta ultima com mais um conto, deve dar-se ao donatario uma quarta parte do predio no valor de um conto, e ao licitante as tres quartas partes no valor de quatro contos.

No caso de não ter sido requerida a licitação ou de se ter desistido d'ella, deve dar-se o immovel ao donatario, na parte correspondente ao valor que pela doação lhe pertence; e ao herdeiro a quem competir, segundo as regras geraes das partilhas, a parte correspondente ao valor inofficioso, podendo estes comproprietarios sahir da indivisão, requerendo depois

de findo o inventario, a divisão e demarcação pela fórma prescripta no artigo 740.º do Codigo do processo.

Nenhuma disposição legal se oppõe á licitação numa parte indeterminada de um predio divisivel quando essa parte pertence á herança e a outra não.

Pelo disposto no § 1.º do artigo 712.º e no artigo 718.º do Codigo do processo podem ser licitados quaesquer bens da herança, e nesta generalidade está comprehendida a parte indeterminada a que nos referimos. O artigo 2126.º do Codigo civil admittindo a licitação sómente sobre algum predio ou outro objecto, não se refere apenas a objectos materiaes, mas comprehende, no sentido que se lhe tem dado no fôro, os direitos, como por exemplo, as dividas activas, a parte social; e por isso a parte indeterminada de um predio divisivel, ou se considere um predio ou um objecto material ou um direito, é em vista d'este artigo, susceptivel de licitação.

3.ª hypothese. Se a doação fôr de dois ou mais immoveis divisiveis, convém restringir a indivisão a um só predio, e por isso devem tirar-se á sorte tantos predios quantos bastarem para se compôr o excesso inofficioso. Se d'este sorteio resultar desfalque para o donatario, deve proceder-se a respeito do ultimo predio sorteado como fica dito para a segunda hypothese, submettendo-se á licitação uma parte indeterminada d'elle no valor que tem, deduzida a importancia do desfalque. Assim, se o ultimo predio sorteado valer 500$000 réis, e o donatario ficar por isso desfalcado em 200$000 réis, deve ser posta em licitação uma parte do predio equivalente a 300$000 réis, isto é, tres quintas partes d'este predio.

No caso de não ter sido requerida a licitação ou de ter desistido d'ella o requerente, deve dar-se na partilha o immovel, ao donatario e ao herdeiro a quem competir, na proporção que fica dito.

4.ª hypothese. Sendo o objecto da doação um immovel divisivel e outro indivisivel, este, se couber na legitima e quota disponivel, deve ficar no poder do donatario, recahindo a reducção no divisivel; mas não cabendo, deve vir para a herança, ficando o divisivel pertencendo ao donatario, salvo se o seu valor exceder a legitima e quota disponivel, porque então se observará o que dissemos na segunda hypothese, a respeito da reducção d'este predio.

5.ª hypothese. Sendo a doação de mais de um immovel divi-

sivel e de dois ou mais indivisiveis, e não cabendo todos os indivisiveis na medida legal, devem vir para a herança os divisiveis, e preencher-se o excesso inofficioso com elles e com os indivisiveis que a sorte designar, e se o ultimo predio sorteado exceder a importancia inofficiosa, deve ficar na herança, como se diz na primeira hypothese.

Se os indivisiveis couberem todos na medida legal, continuam no dominio do donatario, e a reducção effectua-se nos divisiveis, conforme se disse na terceira hypothese.

6.ª hypothese. Consistindo a doação em um immovel divisivel e dois ou mais indivisiveis, se estes couberem todos na medida da legitima e quota disponivel, ficam no poder do donatario e pratica-se a reducção sobre o divisivel, como na segunda hypothese. No caso contrario, preenche-se o excesso inofficioso com o immovel divisivel, e além d'isso, com os indivisiveis tirados á sorte, ficando os restantes no dominio do donatario.

(Continúa). ANTONIO VICTOR LEMOS DA ROCHA.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 2, pag. 93)

A litteratura e o caracter portuguez

Não podemos traçar este capitulo sem no decorrer d'elle nos referirmos a Theophilo Braga, o homem que desde 1865 mais luz tem lançado em Portugal, orientando, no meio da geral descerebração, uma geração desprendida dos prejuizos do passado e creando a monumental obra *Historia da litteratura portugueza,* sem a qual era impossivel medir na arte litteraria a craveira levantada do povo portuguez.

*

Bem cedo acordámos para a poesia.

Ainda fazendo parte da integralidade hespanhola, posteriormente ao seculo x, despertaram a região que depois foi Portugal os trovadores sahidos de Gasconha com a doçura do lyrismo provençal nos labios, e com a Italia as populações hispanicas rompem para a floração d'um typo poetico commum, balladas, pastorellas, serranilhas.

Era a identidade do fundo anthropologico operando a reviviscencia das tradições ibericas. Tanto que, nos poetas que são marcos miliarios, astros de primeira grandeza—Bernardim Ribeiro, Gil Vicente, Sá de Miranda e Camões—esta estructura poetica torna-se admiravelmente bella.

Foi este prurido de lyrismo trobadoresco, conservado entre nós ainda no seculo xv—que no dizer de Edgar Quinet apagára a desegualdade pelo amor—quem, apertando os laços da affectividade peninsular, levantou no reinado de D. Diniz pela primeira vez a vitalidade esthetica portugueza.

Manifestava-se já exuberantemente a tendencia progressiva do caracter nacional—a capacidade assimiladora.

Já no reinado de Affonso Henriques começara de alastrar-se em Portugal o cyclo épico Gallo-franco què afinal veiu repercutir-se nos cantos populares; e é entre nós que a *Canção de*

*

Gesta, ao converter-se, pela dissolução do ideal guerreiro, na novella de cavallaria, primeiro recebe a fórma em prosa—*Amadis de Gaula*. Pela florescencia que despertou esta aventura apaixonada póde-se avaliar já o dynamismo organico tradicional e a incomparavel riqueza da poesia celtica.

Na tendencia organica para adaptar estas narrativas, que, num deslumbramento sonhador, abriam vasto campo á plastica imaginação portugueza para a idealisação amorosa e aventureira, revela-se profundamente o genio celtico nacional.

Esta fórma novellesca, em que o movimentado da acção se casa com a plenitude de vida meridional, exaltava este povo impulsivo e apaixonado, quando a envergadura das suas azas achava estreito o mundo conhecido.

O traço nacional de cosmopolitismo, que fez brilhar o humanismo em Portugal nos seculos XV e XVI, levou os eruditos a repudiarem desdenhosamente os elementos medievaes das litteraturas. Pulverisado esse desprezo, começam de ser imitados, friamente, sem inspiração, pelos mesmos eruditos e aristocratas que tambem por ultimo foram feridos pela emocionante naturalidade d'esses cantos tão bizarros, que decahiram até estiolarem completamente no artificio gelado da erudição, apartada a seiva fructeadora da alma popular.

A' medida que se accentuava esta depressão no gosto, quando a Renascença classica arrastava para a Italia todos os espiritos, e a consolidação do poder real se ia fortalecendo, apagando as tradições medievaes, os poetas palacianos davam uma investidura de allegorias ás suas producções que se iam asphixiando nos artificiosos serões reaes.

Servem de transição a este estado da poesia nacional para o lyrismo italiano, profundamente subjectivo, com o qual o austero e atormentado Sá de Miranda vai plethorisar fortemente a poesia portugueza, Bernardim Ribeiro e Christovão Falcão, que conheceram o manancial riquissimo do lyrismo tradicional: d'ahi, a superioridade innegualavel do *Chrisfal* e *Menina e Moça,* ecloga e pastoral alagadas de poesia, escriptas numa simplicidade que attinge o sublime. Pela approximação do lyrismo popular, observa Bouterweck, imprimiu Bernardim ao bucolismo caracter nacional.

Na Historia é deliciosa a pittoresca simplicidade com que Fernão Lopes descreve o amontoamento das galhardias portuguezas, e a elegancia com que João de Barros—cujo nascimento coincide com o apogeu de Portugal e em cuja alma se agitaram os grandes sentimentos d'essa epocha—traduz o sentir lusitano, reproduzindo o periodo mais brilhante da nossa

historia, em que revela profundamente o nosso genio maritimo.

E por todas essas chronicas afóra, como nas de Azurara e Ruy de Pina, a par do mar tragico povoado de terrores phantasticos, onde as galés são batidas pelos temporaes, encontra-se a palpitação serena do oceano aureolado de luz, vendo-se, num diadema de espuma branca, caravelas cortando a agua cerulea com o golpe dos remos, emquanto nas velas enfunadas a cruz de Christo parece gottejar, ferida pela luz magnifica d'um sol glorioso, que só morreu ao depois de encher de fulgores intensissimos durante mais de dois seculos a gente portugueza.

Mas, é em Bernardim Ribeiro que a fatalidade do amor, estheticamente, attinge todo o sentimento.

Na sua Pastoral, onde se guarda a ardencia e arrebatamento do coração nacional, fala-se singela e melancolicamente d'uma paixão invencivel, sentindo-se correr, sob a serenidade doce d'aquellas paginas, lagrimas amargas, as lagrimas escaldantes que devoraram uma existencia ante as circumstancias que a apartavam da mulher amada.

Foram tambem amores desgraçados que arrancaram sentidamente ao coração do seu amigo Christovão Falcão a poesia mais pathetica que registra a Historia da litteratura portugueza —*Chrisfal*.

Onde resalta, porém, a superioridade d'estes dois lyricos é no confronto com os hespanhoes, Mancias, Juan Rodrigues del Padron, e sobretudo com o contemporaneo do auctor da *Menina e Moça,* Garci-Sánchez de Badajoz. Acaso attingiram estes grandes poetas a expressão fulgurante e exaltada d'aquelles, que, cantando com toda a sinceridade a realidade affectiva, enlouqueciam ou morriam de amor?

Onde está a scintillação do sentimento, a ingenuidade da linguagem de Bernardim e de Falcão?

E' por esse tempo de renovação que o espirito fecundo, profundamente critico e finamente lyrico de Gil Vicente, lançando mão dos germens tradicionaes e populares, a que deu fórma litteraria nas suas obras, traduziu a graça portugueza, abrindo os fundamentos ao Theatro nacional, filão que explorado, no inicio do Romantismo, por Garrett produziu o genial *Frei Luiz de Sousa*. A consciencia dos antecedentes ethnicos manifestada na sympathia que conservou pelo fundo organico, tornando-se as suas peças abundante repositorio de ethnologia

patria,—rehabilitando pela dramatização d'esse protoplasma tradicional que a intolerancia religiosa e os humanistas guerreavam num prurido de classicismo—explica a resistencia que o Theatro manteve, chegando-se a constituir uma eschola dramatica, a despeito dos factores que iam atrophiando a nação.

Esta affeição que lhe mereceu a edade creadora que viu organizar-se Portugal, fê-lo um dos mais levantados traductores do genio lusitano.

No iniciador do Theatro nacional destaca-se em toda a luz o traço iberico de independencia com que nos *Autos,* onde palpita a nossa vida medieval, idealisando a audacia da cruzada civilisadora, escalpellisou violentamente a imbecilisação catholica que carregava esteril e cretinamente na educação; fazendo gritar em scena para que a côrte visse em toda a crua nudez as ignominias, sem termo, que torturavam os pequenos.

Podia ser mais salutar a suá missão social?

A verdadeira gloria de Antonio Ferreira não está em fazer passar na sua tragedia, vibrando e chorando, os amores infelizes de Ignez de Castro?

Na intensidade da emoção, as narrativas de Antonio Galvão, Fernão Lopes, Damião de Goes, Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto, são a expressão arrebatada de tragicas existencias, de vidas aventurosas.

As lendas e tradições patrias foram juntas pelo nosso poeta mais sentidamente e ethnicamente nacional: Luíz de Camões.

Das lagrimas dos que da praia viam partir para o incerto, e em cujo coração havia um mar de angustias, do fulgor das estrellas que illuminava o roteiro mysterioso e movente, do pensamento doloroso da separação, do doce rumor despedido pelo oceano, do fragor da vaga que sob o peso das nossas armadas gemia—no dizer de Jacintho Freire—das tenebrosidades e difficuldades em que bateu pelo alto mar a audacia do marinheiro portuguez, das esperanças na descoberta, das recordações dos que deixaram saudosamente na Patria, da vida destemida que levaram nos mares, e de desventurados amores tirou Camões a verdadeira emotividade que traduziu nos *Lusiadas,* onde, convertendo-se na incarnação mais bella da Patria, estampou a alma apaixonada, o genio aventureiro e patriotico do povo portuguez, diademando o cyclo dos descobrimentos com as doces lendas e tradições nacionaes.

Encantado pela Renascença e amante da Média-edade, Camões, por um lado, teve a suprema comprehensão do lyrismo italiano, como se vê na perfectibilidade dos sonetos—sentimentalidade visceral do celta lusitano—por outro, dando em versos de redondilha expressão ás mais sentidas emoções amorosas, reanimou toda a poetica dos velhos *Cancioneiros*.

No gratificante movimento da consciencia collectiva—em 1880—a quem escrevera, em versos que estalam em fulgurações intensissimas de vida, o santoral onde palpita o sangue generoso d'um povo; no movimento ao épico, que nos legou essa arca santa de gloria, onde actuou a campanha, consoladora de justiça e admiravel como significação moral, batalhada por Theophilo Braga, nesse levantamento que foi um acto limpido de justiça social, mostrou-se mais uma vez, a despeito de soerguer a abatida alma da nação, a nossa vivacidade superficial, a incapacidade actual d'uma determinação, como se fosse uma reviviscencia da passividade celtica.

E que é a *Historia tragico-maritima*—ingenua relação de naufragios—senão a representação energica e real do ousado Portugal? Ahi sim, ahi é que está, na sua flagrante verdade, no vigor das impressões, a genuina prosa portugueza!

(Continúa).

MARQUES BRAGA.

AS ESCHOLAS NORMAES DO PORTO (*)

A 16 de outubro de 1882 foram solemnemente inauguradas as Escholas Normaes do Porto em um edificio provisorio, sendo desde logo frequentadas por 35 alumnos do sexo masculino e 32 do feminino.

Ao mesmo tempo tratava-se da construcção de um vasto edificio proprio, no qual as Escholas foram installadas a 16 de outubro de 1885.

Para se conhecer da amplidão d'esse edificio bastará ler o relatorio apresentado em 1 de outubro de 1888 á Junta Geral do districto do Porto pela commissão inspectora das Escholas Normaes.

Esse edificio, com seus accessorios e dependencias, custou 137:532$865 réis (764:000 pesetas).

O professorado das Escholas Normaes do Porto tem procurado dar ao ensino uma feição essencialmente deductiva, como exigem as necessidades d'esse ensino. Para isso as Escholas dispõem de excellente e variado material, distribuido pelas diversas cadeiras, que são:

Sexo masculino

1.ª—Leitura e recitação de prosa e verso.

2.ª—Grammatica e exercicios da lingua portuguêsa; redacção.

3.ª—Arithmetica, systema legal de pesos e medidas; noções de algebra.

4.ª—Geometria elementar e suas applicações mais usuaes.

5.ª—Geographia, chronologia e historia.

6.ª—Moral e historia sagrada e em especial do Novo Testamento.

(*) Memoria apresentada ao Congresso pedagogico hispano-português-americano de 1892.

7.ª—Pedagogia e methodologia; legislação relativa ás escholas primarias.
8.ª—Desenho.
9.ª—Calligraphia.
10.ª—Rudimentos de physica, chimica e historia natural.
11.ª—Elementos de agricultura.
12.ª—Noções de hygiene.
13.ª—Principios de economia rural e domestica, industrial e commercial.
14.ª—Escripturação.
15.ª—Direitos e deveres dos cidadãos.
16.ª—Lingua francêsa.
17.ª—Canto choral.
18.ª—Gymnastica.

Sexo feminino

1.ª—Leitura e recitação de prosa e verso.
2.ª—Grammatica e exercicios da lingua portuguêsa; redacção.
3.ª—Arithmetica, systema legal de pesos e medidas; noções de algebra.
4.ª—Geometria elementar e suas applicações mais usuaes.
5.ª —Geographia, chronologia e historia.
6.ª—Moral e historia sagrada e em especial do Novo Testamento.
7.ª—Pedagogia, methodologia, legislação relativa ás escholas primarias.
8.ª—Desenho.
9.ª—Calligraphia.
10.ª—Rudimentos de physica, chimica e historia natural.
11.ª—Noções de hygiene.
12.ª—Lingua francêsa.
13.ª—Canto choral.
14.ª—Gymnastica.
15.ª—Economia domestica.
16.ª—Trabalhos de agulha e lavores.
17.ª—Deveres das mães de familia.
18.ª—Desenho de ornato applicado aos lavores proprio do sexo.
19.ª—Jardinagem.

Do aproveitamento do ensino falam os mappas estatisticos

que acompanham esta memoria e maior seria, sem duvida, esse aproveitemento se os alumnos trouxessem mais completa preparação ao entrarem na Eschola.

Em todo o caso, os novos professores, educados segundo um largo plano de estudos, inspirados pelos progressos que a pedagogia vai realisando, habituados a uma serie de trabalhos experimentaes—têem operado uma sensivel e animadora transformação no ensino primario, devendo contribuir, num futuro muito proximo para reformar completamente a feição d'esse ensino.

A iniciativa que a Junta Geral do districto do Porto tomou ao fazer tão grandiosa e completa installação das Escholas Normaes receberá então o seu verdadeiro e solido applauso; terá então a sua plena e copiosa fructificação.

O director, *João Antonio Pinto de Rezende.*

Mappa estatistico do movimento da Eschola Normal, sexo masculino, desde a sua fundação

1882-1892

Annos	Alumnos matriculados				Perderam o anno por faltas									Exames de frequencia								Exames finaes																
					1.ª epocha				2.ª epocha					1.ª epocha						2.ª ep.		Reprovados		Approvados														
														1.º an.		2.º an.		3.º an.		1.º an.				5 v.		6 v.		7 v.		8 v.		9 v.		10 v.		Tot.		
	1.º anno	2.º anno	3.º anno	Total	1.º an.	2.º an.	3.º an.	Total	1.º an.	2.º an.	3.º an.	Total	Total geral	A.	R.	A.	R.	A.	R.	A.	R.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	Total geral
82-83	35	–	–	35	10	–	–	10	3	–	–	3	13	25	–	–	–	–	–	22	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
83-84	19	22	–	41	3	1	–	4	1	–	–	1	5	14	2	21	–	–	–	13	–	1	–	5	–	7	–	2	–	2	–	1	–	3	–	20	–	20
84-85	12	14	8	34	1	1	1	3	–	–	–	–	3	10	1	13	–	7	1	10	–	–	–	3	–	4	–	1	2	2	1	2	3	–	–	12	6	18
85-86	27	10	4	41	7	–	1	8	2	–	–	2	10	16	4	10	–	3	–	14	–	–	–	4	–	3	–	3	1	–	1	–	1	–	–	10	3	13
86-87	14	15	4	33	10	9	3	22	–	–	–	–	22	4	–	6	–	1	–	4	–	–	–	2	–	1	–	–	1	3	–	–	–	–	–	6	1	7
87-88	30	6	4	40	1	–	–	1	1	–	–	1	2	25	4	6	–	4	–	21	3	–	–	1	–	2	–	–	1	3	3	–	–	–	–	6	4	10
88-89	23	21	3	47	1	–	–	1	–	–	–	–	1	15	7	19	2	3	–	12	3	–	–	7	–	5	–	4	2	1	1	2	–	–	–	19	3	22
89-90	11	12	3	26	1	–	–	1	–	1	–	1	2	10	–	12	–	3	–	8	2	–	–	3	–	3	–	4	–	1	3	–	–	–	–	11	3	14
90-91	18	10	7	35	1	–	–	1	–	1	–	1	2	17	–	10	–	6	1	7	10	3	–	2	3	4	–	–	3	–	–	–	–	–	–	6	6	12
91-92	23	9	1	33	1	–	–	1	1	1	–	2	3	16	6	6	3	–	1	15	–	–	–	–	–	1	–	2	–	2	–	–	–	–	–	5	–	5
Totaes..	212	119	34	365	36	11	5	52	8	3	–	11	63	152	24	103	5	27	3	126	18	4	–	27	3	30	–	16	10	14	9	5	4	3	–	95	26	121

Porto, secretaria da Eschola Normal, 29 de agosto de 1892.

O director,

João Antonio Pinto de Rezende.

Mappa estatistico do movimento da Eschola annexa á Eschola Normal, sexo masculino, desde a sua fundação

1886-1892

Annos	Matricularam-se			Existiam no fim do anno			Approvações obtidas nos exames feitos pelos alumnos d'esta eschola									Percentagem
	Elementar	Complementar	Total	Elementar	Complementar	Total	Elementar	Complementar	Admissão aos lyceus	Admissão á E. Norm.	Francez	Portuguez	Desenho	Mathematica element.	Total	
86-87	100	16	116	85	12	97	5	–	4	–	1	–	1	1	12	12,3
87-88	43	14	57	40	12	52	6	–	4	1	3	6	5	4	29	55,7
88-89	64	20	84	39	19	58	7	2	2	1	–	2	2	–	16	27,5
89-90	45	32	77	45	28	73	10	–	2	3	–	–	–	–	15	20,5
90-91	56	37	93	48	25	73	5	–	4	2	–	–	–	–	11	15
91-92	50	34	84	35	12	47	7	–	4	1	–	–	–	–	12	25,5
Totaes..	358	153	511	292	108	400	40	2	20	8	4	8	8	5	95	23,7

Porto, Eschola annexa á Eschola Normal, sexo masculino, 29 de agosto de 1892.

O professor,

João Clemente de Carvalho Saavedra.

Mappa estatistico do movimento da Eschola Normal, sexo feminino, desde a sua fundação

1882-1892

Annos	Alumnas matriculadas				Perderam o anno por faltas									Exames de frequencia								Exames finaes																	
					1.ª epocha				2.ª epocha				Total geral	1.ª epocha						2.ª ep.		Reprovadas		Approvadas																	
	1.º anno	2.º anno	3.º anno	Total	1.º an.	2.º an.	3.º an.	Total	1.º an.	2.º an.	3.º an.	Total		1.º an.		2.º an.		3.º an.		1.º an.				5 v.		6 v.		7 v.		8 v.		9 v.		10 v.		Total			
														A.	R.	A.	R.	A	R.	A.	R.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	1.º gr.	2.º gr.	Total geral
82-83	32	–	–	32	1	–	–	1	3	–	–	3	4	31	–	–	–	–	–	21	7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
83-84	25	21	–	46	–	–	–	–	9	1	–	10	10	25	–	21	–	–	–	15	1	–	–	4	–	1	–	2	–	4	–	5	–	4	–	20	–	20
84-85	20	15	11	46	3	1	–	4	–	1	–	1	5	17	–	14	–	11	–	16	1	3	–	–	–	3	2	5	4	3	3	–	2	–	–	11	11	22
85-86	19	16	7	42	3	–	–	3	–	3	1	4	7	16	–	16	–	7	–	12	4	–	–	2	–	6	1	3	4	2	1	–	–	–	–	13	6	19
86-87	22	14	7	43	2	2	–	4	–	–	1	1	5	20	–	12	–	7	–	16	4	–	–	1	–	5	–	4	4	2	2	–	–	–	–	12	6	18
87-88	28	17	4	49	10	2	–	12	5	–	–	5	17	18	–	15	–	4	–	13	–	–	–	–	–	2	–	9	–	4	3	–	1	–	–	15	4	19
88-89	37	13	4	54	14	–	–	14	4	1	–	5	19	23	–	13	–	4	–	19	–	–	–	–	–	–	–	4	–	8	–	4	–	–	–	12	4	16
89-90	34	20	11	65	2	–	–	2	4	1	–	5	7	30	2	20	–	11	–	22	4	–	–	–	–	3	1	6	2	7	6	3	2	–	–	19	11	30
90-91	23	24	12	59	–	1	–	1	7	3	–	10	11	23	–	23	–	12	–	16	–	–	–	1	–	3	–	13	4	3	6	–	2	–	–	20	12	32
91-92	35	22	13	70	2	–	–	2	3	–	–	3	5	33	–	22	–	13	–	30	–	–	–	–	–	12	–	7	5	3	7	–	1	–	–	22	13	35
Totaes.	275	162	69	506	37	6	–	43	35	10	2	47	90	236	2	156	–	69	–	180	21	3	–	8	–	35	4	53	23	36	28	8	12	4	–	144	67	211

Porto, secretaria da Eschola Normal, 29 de agosto de 1892.

A directora,

Maria Margarida d'Oliveira Pinto.

Mappa estatistico do movimento da Eschola annexa á Eschola Normal, sexo feminino, desde a sua fundação

1886-1892

Annos	Matricularam-se			Existiam no fim do anno			Approvações obtidas nos exames feitos pelas alumnas d'esta eschola								Percentagem
	Elementar	Complementar	Total	Elementar	Complementar	Total	Elementar	Complementar	Admissão aos lyceus	Admissão á E. Norm.	Portuguez	Francez	Mathematica element.	Total	
1886-1887	89	2	91	48	2	50	7	-	-	4	-	-	-	11	22
1887-1888	44	14	58	32	13	45	9	-	4	1	-	-	-	14	31
1888-1889	33	27	60	32	24	56	6	2	8	1	-	-	-	17	30,3
1889-1890	26	34	60	24	26	50	5	2	6	1	-	-	-	14	28
1890-1891	38	22	60	32	20	52	7	1	3	6	3	2	-	22	42,3
1891-1892	33	27	60	25	24	49	5	-	5	8	2	-	1	21	43
Totaes...	263	126	389	193	109	302	39	5	26	21	5	2	1	99	32,7

Porto, Eschola annexa á Eschola Normal, sexo feminino, 29 de agosto de 1892.

A professora,

Carlota Amelia de Carvalho Saavedra.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TRAUMATISMO E ORGANISMO

(Cont. do n.º 2, pag. 96)

II—Reacção local reparadora

A' hemostase espontanea e á coalescencia fibrinoide, primeiras tentativas de defesa imperiosa e tumultuaria, succede-se agora na serenidade dos tecidos provisoriamente protegidos, o trabalho lento mas mais seguro da reparação histogenetica organisadora; á hemostase provisoria succede-se uma hemostase duradora; á synapse fibrinoide uma cicatrisação definitiva.

O organismo aproveita o que a defesa immediata tinha constituido. Na hemostase secundaria o endothelio entumece, multiplica-se; ansas vasculares brotando em gomos da parede interna do vaso deprimem, penetram a espessura do coagulo e caminhando apoiadas nas suas trabéculas fibrinosas fundem-se ulteriormente substituindo ao rolho fibrinoso uma cicatriz conjunctiva definitiva.

Identicamente, na cicatrisação, os elementos conjunctivos orientando-se e progredindo ao longo das adhesões fibrinoides que approximam os bordos, caminham, de um e outro lado, ao encontro, para substituir a coalescencia plastica primitiva por um tecido conjunctivo organisado—uma cicatriz duradora e persistente.

Cada tecido regenera separadamente a sua perda de substancia: os elementos conjunctivos por multiplicação cellular; os capillares pela soldadura de fileiras oppostas de cellulas cavadas em goteira e collocadas topo a topo, ou, relembrando antigos processos embryonarios, pelas cellulas vaso-formadoras de Ranvier. Finalmente, sobre o tecido dermo-vascular o epithelio proliferando e estendendo-se por deslisamento, completa a regeneração.

Antes porém de todos esses phenomenos produz-se um que não deve esquecer-se. Aniquilando-se em lesões cellulares a acção do traumatismo cessa, para o organismo, como força mechanica mas renasce para o mesmo como irritação chimica consequente das substancias que provêem das cellulas destruidas e do sangue derramado. O estimulo mechanico ou chimico solicita das terminações nervosas uma reacção vaso-motora localisada, constrictora primeiro, hyperhemica por ultimo, que faz affluir o sangue á região irritada.

Esta fluxão indispensavel para fornecer os meios de separação ás cellulas é o phenomeno inicial.

Assim, estudaremos successivamente as condições organicas que perturbam:

1.ª A fluxão reflexa;
2.ª A hemostase definitiva;
3.ª A regeneração dos diversos elementos cellulares.

1.º A fluxão traumatica como a inflammatoria define-se em termos precisos por um reflexo vaso-motor produzido pela irritação dos nervos sensitivos estrictamente localisado á rêde arterial dos nervos irritados. E' o que os pathologistas francezes designam por uma fórma pittoresca mas suggestiva— *reflexo em raquette*—. As condições da sua producção são as mesmas da inflammação, sómente a finalidade differe e, nas lesões asepticas a diapedese e a phagocitose, que a hyperhemia vascular permitte, em vez de visarem o combate de um inimigo que não existe, têm por fim varrer do territorio cellular os cadaveres das cellulas destruidas.

Experimentalmente o reflexo produz-se riscando a pelle com a unha ou com um rebordo ligeiramente contundente. Na linha impressionada apparece successivamente um traço branco— indice da vaso-constricção immediata—, e uma linha avermelhada—hyperhemia consecutiva—. E' esta a experiencia classica de Vulpian que deu á semiologia a prova da risca meningitica.

Sobre a influencia de condições organicas anormaes este reflexo fluxionar traumatico, tão simples, modifica-se dando logar a curiosas perturbações morbidas que têm aqui o seu logar.

a) *Alterações do reflexo fluxionar por predominancia dos apparelhos vaso-dilatadores.*—Esta facilidade de reacções vaso-dilatadoras permittindo á pelle reagir contra a excitação traumatica por uma fluxão hyperhemica persistente e dura-

dora, encontra-se na histeria e constitue a base de uma das manifestações mais curiosas da nevrose. Nestas condições o menor traumatismo, como a mais simples pressão, deixa na pelle um vestigio hyperhemico desenhando no tegumento uma figura; esta conserva-se, ampliando-se durante um lapso de tempo mais ou menos longo. Por este facto o syndroma merece o nome de *dermographismo* com que é designado em semiologia.

Mais accentuado ainda, e com as proporções de um verdadeiro estado morbido, encontra-se na *Erythromegalia* ou doença de Weir Mitchell.

b) *Alterações do reflexo fluxionar por exagero dos vaso-constrictores.*—Parallelamente ao dermographismo rubro encontra-se em certos individuos um dermographismo branco. Em consequencia de uma excitabilidade anormal dos vasos constrictores o menor contacto, a simples excitação com o bordo da unha, o affloramento com o bico de um lapis, a passagem de uma esponja ou o roçar simples de uma prega do vestuario, determina uma reacção vaso-constrictora no ponto irritado que se manifesta por uma linha descorada e saliente.

A circulação vascular regista pois automaticamente todos os contactos recebidos. Por isso, este estado é designado tambem pelo nome de *autographismo*.

Num grau mais accentuado, e estendendo-se á circulação profunda, constitue o processo designado por *asphixia local das extremidades* ou doença de Reynard. Neste caso porém a constricção produz-se espontaneamente ou por influencias extranhas ao traumatismo não entrando por isso na categoria dos processos que temos a estudar.

c) Faz porém ainda parte d'esses processos o singular estado morbido descripto por Goldscheider e Blume sob o nome de *Dermatite-bolhosa hereditaria e traumatica*.

Esta doença, cuja existencia em regra, se verifica em muitas gerações da mesma familia é caracterisada por uma reacção particular da circulação e da nutrição da pelle.

Friccionando mesmo docemente e sem pressão a pelle de um individuo portador d'esta dermatose percebe-se immediatamente uma ligeira sensação de humidade viscosa; a superficie friccionada empallidece, a camada superficial da epiderme levanta-se formando-se em pouco tempo uma bolha phlyctenular de extensão correspondente á área friccionada. As excitações traumaticas habituaes, os attrictos da marcha, os con-

tactos da prehensão, provocam immediatamente a formação da bolha.

Pathogenicamente o facto capital é, segundo os auctores allemães, uma diminuição de resistencia da camada espinosa —*epidernolyse*—.

Blumer encontrando na derme numerosos vasos de parede embryonaria e invocando o caracter hemorrhagico das bolhas, considera-o como uma fórma rudimentar da hemophilia. Lerrede, em França, baseado no rubor hyphermico consecutivo á excitação e na distribuição das bolhas segundo territorios nervosos, propõe uma pathologia angio-nevrotica. Foi nesta idêa que estudámos neste capitulo esse estado morbido.

2.º—Regeneração dos vasos

A regeneração dos vasos capillares consiste nos processos histogeneticos que anteriormente mencionámos. E' a primeira phase da reparação traumatica.

Só depois de esboçadas as novas ansas vasculares e assegurada assim a nutrição, as cellulas connectivas, apoiando-se nas fibras synapticas tentam preencher a solução de continuidade; normalmente, porém, sob a influencia de uma determinada constituição organica a regeneração das cellulas exagera-se ultrapassando o seu fim. Os vasos formam-se com extraordinaria abundancia e uma hyperplasia dermo-vascular—*a cheloide*—primeiro localisada e estendendo-se em seguida em volta da região inicial, vem fazer saliencia á superficie da cicatriz.

As papillas ou fibras elasticas, os orgãos annexos da pelle, não se encontram nella e a secção apenas revela uma enorme abundancia de vasos acompanhados de cellulas vaso-formadoras que são o centro da sua expansão progressiva.

Esta singular disposição para a producção de cicatrizes vasculares é muitas vezes hereditaria, observando-se a sua existencia em muitos individuos da mesma geração. E' congenita e revela-se, por vezes, na mais tenra edade na cicatriz consecutiva ao botão vacinal; e profundamente e sempre que um mesmo individuo tem ensejo de fazer uma cicatriz reproduz-se obstinadamente após todas as tentativas operatorias que pretendam supprimil-a.

Não obstante a evidencia d'estes factos Hyde e Datier demonstrando, por inoculações positivas, a presença do *bacillus tuberculi* num caso de cheloide, pertendem generalisar estes resultados propondo uma etiologia infecciosa para a distrophia cicatricial.

Tal generalisação não é permittida. Na maioria dos casos a cheloide desenvolve-se em individuos não tuberculosos, a sua marcha não tem nenhuma semelhança com a das neoplasias bacillares, e os factos acima assignalados mostram que ella tem a significação de uma reacção distrophica constante da pelle e não a de uma acção hyperplasica eventual de um agente exterior.

Esta reacção da pelle é localisada por vezes a uma determinada região. Neste caso é explicada por alterações dos nervos periphericos formando-se, por exemplo, nas pustulas de cicatrisação de um herpes rister. Outras vezes porém é absolutamente generalisada como o demonstram os casos frisantes em que a tentativa de cura por excisão e enxertia epidermica não só foi seguida de reproducção *in-loco* mas deu ensejo a que se manifestasse na região desnudada pelos retalhos restauradores.

3.º A—Regeneração conjunctiva

Assegurada a nutrição pelas novas ansas vasculares, as cellulas conjunctivas começam activamente a cicatrisação segundo as phases histogeneticas precedentemente descriptas e obliteram em breve, por um tecido fibroso—*innodular*—, a perda que o traumatismo occasiona.

Normalmente já a separação conjunctiva não realisa em absoluto a restituição integral da fórma que constitue a caracteristica da regeneração; anormalmente porém sob a influencia de uma constituição particular ou de condições locaes perturbadoras—alterações preexistentes dos nervos ou secções nervosas concomitantes do traumatismo—esta tendencia exagera-se e fórma a chamada cicatriz disforme que se não deve confundir com as deformidades cicatriciaes.

A dysmorphia póde realisar-se no sentido das duas tendencias que se revelam na evolução da cicatriz: por exagero da hyperplasia inicial e exhuberancia das cellulas conjunctivas —cicatriz hypertrophica—, ou falsa cheloide; por exagero da sclerose e retracção innodular consecutivas das cicatrises adultas—cicatriz adherente.

3.º B—Regeneração epitheliar

Com Virchow, o grande partidario das metaplasias cellulares, suppunha-se que o epithelio das cicatrises derivava, por transformação, das cellulas connectivas. Comprehendia-se que

*

na peripheria da solução de continuidade o epithelio tomava parte na formação do revestimento, antes porém que chegasse ao centro da solução, a epidermisação começava a fazer-se ahi por ilhotas disseminadas; e os pathologistas, na corrente das suas idêas theoricas, explicavam naturalmente esses nucleos epitheliaes destacados por metaplasia do tecido conjunctivo subjacente.

James Arnoud foi o primeiro que demonstrou a falsidade da interpretação; a metaplasia está irrevogalmente condemnada no sentido absoluto que lhe podia dar Virchow e desde que a especificidade domina as interpretações biologicas, acceita-se o principio de que o tecido epithelial se regenera como todos os outros, autonoma e separadamente.

A regeneração epithelial faz-se por deslisamentos das cellulas epitheliaes que se encontram nos bordos da ferida e que, rolando, umas sobre as outras, se deformam mechanicamente estendendo-se sobre a superficie desnudada do chorion. Este phenomeno facilmente se explica pela ruptura mechanica do equilibrio que resulta do ferimento.

As cellulas profundas de um epithelio extratificado supportam em todos os sentidos pressões determinadas. A acção supprime essa pressão de um lado sómente e, sob a acção das forças que actuam sobre todos os outros pontos da superficie as cellulas são bruscamente repellidas e como que enucleadas (Ranvier) e projectadas sobre a superficie desnudada. Lançadas á superficie da solução de continuidade as cellulas multiplicam-se, primeiro por divisões directas e rapidas (Balbiane, Cornill e Carnot) depois por kariokinose segundo as linhas geraes da renovação physiologica (Branca).

A reparação, porém, não é absolutamente physiologica: as vitoses desorientam-se; as figuras encontram-se dispostas em todos os sentidos e a actividade da producção exagera-se ligeiramente dando logar, por vezes, a epithelios expessos que ultrapassam os limites da ferida (Friedlander, Carnot, Branca).

Se normalmente essa desorientação kariokinetica é inofensiva, anormalmente, em virtude de condições inexplicaveis, a desorientação que tão singularmente se approxima d'aquella que se encontra na genese dos tumores epitheliacos (Fabre e Domergue) accentua-se e a cellula epithelial, sob a influencia do trauma, rompe os freios que á sua multiplicação impõe a presença de outros tecidos e vegeta luxuriosamente numa producção neoplasica.

(Continúa).

JOSÉ DE MATTOS SOBRAL CID.

AO LONGE

Nunca mais me esqueceu, nem um só dia,
A lembrança de quem, velhinha e pobre,
No coração amado possuía
Muito mais oiro do que a terra encobre!

Quem me déra escutar, ó religiosa
E doce amiga, os contos com que dantes
Me doiravas a vida descuidosa,
E me davas chimeras embriagantes.

Quem me déra escutar!... Melhor que os sabios
Que pouco dizem á minha alma triste,
Me fallaram, sorrindo, esses teus labios
Numa ventura que eu nem sei se existe.

Ouvir-te! Ouvir-te!—Como se insinua
Inda no peito um sonho... Até parece
Que o fio da tua voz era uma prece,
Encheu-me a vida dum clarão de lua...

Tinhas no coração a flôr sublime
Da virtude, do amor illuminado.
Bem hajas, alma que não teve um crime,
Bôca sem pragas, corpo sem peccado!

Bemdita sejas, voz profunda e suave,
Luz que ainda vejo, ao longe, sempre accesa.
Voz que era egual ao canto d'uma ave,
Simples e grande como a natureza.

Em torno aos labios de Platão infante
As abelhas zumbiram luminosas...
O que disseste, esplendida ignorante,
Faz no inverno das almas crescer rosas!...

JULIO BRANDÃO.

INVENTORES PORTUGUEZES

(Cont. do n.º 2, pag. 104)

CIV

WINHOLTZ

Inventor de peças de artilharia.

Gazeta de Lisboa de 1748, pag. 250. Veja-se o que a seu respeito escrevi nos *Fundidores de artilharia.*

CV

YOLA — JOSÉ MARIA

Engenheiro italiano que veio a Portugal contratado pelo nosso governo ou pela Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Por conta d'esta quebrou em 1786 o cachão da Pesqueira, o que facilitou muito a navegação d'aquelle rio.

Executou elle tambem no Tejo, em frente do Terreiro do Paço, na presença de el-rei e da côrte, uma experiencia interessantissima com uma machina hydraulica, de que a *Gazeta de Lisboa,* de 24 de janeiro de 1795, revindicava para Portugal a prioridade, embora fosse executada por um extrangeiro, que se achava a serviço do nosso paiz. Aqui damos a respectiva noticia:

«O Engenheiro Hydraulico, que felizmente concluio no rio Douro a memoravel obra de extinguir o cachão de S. Salvador da Pesqueira, a 8 de Setembro de 1786 na presença de S. M. e de toda a Real Familia, de varios Ministros estrangeiros, de muitos Fidalgos e de huma immensa multidão de povo, executou defronte do Terreiro do Paço a operação de descer ao fundo do mar fechado dentro de huma maquina hydraulica, que lhe deixava as mãos e os pés em liberdade de fazer qualquer exercicio, e debaixo das aguas cantou com todo o socego varios hymnos e psalmos: o que o Principe N. S., estando no seu escaler por cima do sitio onde o dito Engenheiro se achava submergido, ouvio, como tambem as respostas que este deo ás perguntas que se lhe fizerão de cima da agua. Daqui se vê não ser novo o invento de huma tal maquina hydraulica communicado á Convenção de Paris, segundo se annunciou no

Supplemento á *Gazeta,* n.º 2, pois que ha tanto tempo se vio praticado neste Paiz.»

Foi o cidadão Schmidt, mestre de instrumentos de musica que deu parte á Convenção de dois descobrimentos humanitarios: um a maquina hydraulica para mergulhar na agua a qualquer profundidade; a outra um arado.

Com respeito ao quebramento do cachão, eis o que se lê na obra do Visconde de Villa-Maior, *Douro Illustrado,* paginas 102 e 103:

«Emfim reinando a Senhora D. Maria I, deu-se principio a tamanha empreza em 1780, sendo a sua direcção confiada a um homem zeloso e infatigavel, mas que não era assás habilitado a levar a cabo por falta dos conhecimentos especiaes que ella requeria: era este o padre Antonio Manuel Camello, da Pesqueira. Oito annos depois de começada a obra, veio de Italia o hydraulico José Maria Yola para o coadjuvar e desde então correram os trabalhos com mais regularidade e tanto que a 22 de outubro de 1789 já pôde um barco subir e descer o celebre cachão sem o menor risco; mas só em 1792 se deu o trabalho por findo, como se lê na grande inscripção que para memoria foi gravada em letras de bronze na rocha que, na margem esquerda, está sobranceira ao lugar em que existiu por muitos milhares de seculos a ruidosa cachoeira. Esta inscripção está collocada a 247 palmos acima do nivel do rio n'um lugar inteiramente inaccessivel e é assim concebida:

IMPERANDO
(CORÔA REAL)
D. MARIA I
SE DEMOLIU O FAMOSO ROCHEDO QUE
FAZENDO AQUI UM CACHÃO INACCESSIVEL,
IMPOSSIBILITAVA A NAVEGAÇÃO
DESDE O PRINCIPIO DOS SECULOS.
DUROU A OBRA DE 1780 A 1792.»

CVI

ZOZIMO — P.º PEDRO

Na *Revista Militar* de 31 de janeiro de 1896 lê-se o seguinte:

«O P.º Pedro Zozimo apresentou uma espingarda com tres canos, a qual lhe foi restituïda para a apresentar a Miguel Pereira Forjaz e aos governadores do reino» (1).

(1) Existe no Museu.

ADDITAMENTO

CVII

ANONYMOS

O meu amigo e distincto bibliographo, o sr. Annibal Fernandes Thomaz, teve a bondade de communicar-me que possuia nas suas collecções os seguintes impressos:

Modo ou systema facil para qualquer pessoá escapar á voracidade dos incendios repentinos, que se atearem nas casas das Cidades, Villas, ou Logares deste reino: Inventado por um curioso, amigo da Patria. Lisboa, MDCCC. Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 8.º peq., 27 pag., nu. 1 pag. s. n.

Maquina para salvar dos incendios. 1 fol. em folio lythographada, com o texto só no recto. No angulo superior um desenho representando a maquina, que é uma especie de caixote suspenso de um duplo calabre, e este fixado por uns ganchos a umas argolas chumbadas nas hombreiras de uma janella de peito. No fim, Lisboa, 3 de dezembro de 1844. Não tem assignatura.

O texto d'esta ultima especie, em seguida a uma Advertencia, trata da composição e do uso da maquina.

Parece-me ter opportuno cabimento neste artigo a noticia que encontrei no 2.º Supplemento á *Gazeta de Lisboa* de 18 de junho de 1785, e na qual se descreve a illuminação que se fez na Universidade, para celebrar o casamento dos infantes de Portugal e Hespanha. Esta noticia é um trecho curioso para a historia das experiencias chimicas em Portugal.

«Na varanda do Palacio houve uma fonte de fogo, que representava 22 repuchos, formados por outros tantos canudos de cobre, com differentes direcções: este fogo era produzido do gaz inflammavel, separado pelo methodo de *Priestly*, o qual formava huma chamma continua, scintillante e azulada, e diminuindo-se depois a força do fogo, appareciaõ sobre as bocas dos tubos humas luzes reprezentando grandes e perfeitas zafiras: fenomeno de que se deve a invençaõ ao laboratorio da Universidade.»

CVIII

Domingues — Manuel

Faz parte do numeroso grupo dos que se dedicaram a inventar ou modificar motores hydraulicos e de vento. Era uma preoccupação constante, aliás naturalissima, por isso que correspondia a uma necessidade industrial e economica de primeira ordem. Em 5 de agosto de 1741, lhe concedeu D. João V carta de privilegio para fazer um *engenho novo de vento de moer trigo com muita facelidade e brevidade e juntamente outro engenho para sobir e deçer as mós.*

«Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber que Manuel Domingues me reprezentou por sua petição que elle queria fazer á sua custa hum emgenho novo de vento de moer trigos com muita facelidade e brevidade e juntamente outro emgenho para sobir e deçer as mós por serem pedras muito pezadas por que muitos dos que dellas tratavão ficavão aleyjados e alguns faleciam e como para os ditos emgenhos havia de fazer despeza grande e para se utilizar della me pedia lhe fizesse merce conseder previlegio por tempo de des annos para que nenhuma outra pessoa pudesse nestes Reynos e Senhorios de Portugal uzar dos ditos emgenhos sem licença do suplicante subpena de pagarem 3oo rs repartidos jgualmente para captivos e o suplicante e quem acuzar e visto seu requerimento e informação que se houve pello dezenbargador Luis Broges de Carvalho e reposta do procurador de minha coroa que se deu vista. Hey por bem fazer merce ao suplicante de que por tempo de des annos possa uzar dos emgenhos de que trata na forma referida cumprindosse esta provizão como nella se comtem e pagou de novos direitos 1080 rs que se carregarão ao thezoureiro delles a fs. 137 do L.º 1.º de sua receita como se vio de hum conhesimento em forma registado no L.º 5.º do registo geral a fs. 235. — ElRey Nosso Senhor o mandou por seu espisial mandado pellos doctores Antonio Teyxeira Alvares e Jozé Vas de Carvalho ambos do seu conselho e seus dezembargadores do Paço. — Antonio da Fonseca a fes em Lixboa occidental aos 8 de julho de 1741 annos desta duzentos reis. — Gonsallo Francisco da Costa Soutto Mayor a fes escrever. Jozé Vas de Carvalho = Antonio Teyxares Alvares = por rezulução de Sua Magestade de 13 de janeiro de 1741 em consulta do Dezembargo do Paço = Jozé Vas de Carvalho = Pagou 3:880 rs e aos officiaes 600 rs. Lixboa occidental 5 de agosto de 1741 D. Miguel Maldonado, a fs. 182 do L.º 1.º da receita dos novos direitos ficão carregados ao thezoureiro delles 2:800 que o pasar pella chancellaria se achou mais dever pella merce contheuda nesta carta. Lixboa occidental 5 de agosto de 1741 = Theodoro da Silva Vas = Manuel Antonio Botto de Ferreira» (1).

(Continúa).

Sousa Viterbo.

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. João V, liv. 101, fl. 262.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 2, pag. 116)

III

O Ministro de Portugal, — O Consul portuguez J. B. Moreira. — O Marquez de Montalegre. — O Visconde de Itaborahy. — José Maria Velho da Silva. — O Marquez de Olinda. — O poéta Laurindo José da Silva Rabello. — O celebre actor João Caetano dos Santos. — Historia de um exemplar do drama *Camões*. — Arago. — Apreciações de Castilho ácerca da formosura do Rio de Janeiro.

Foi Castilho visitado logo pelo nosso Ministro, José de Vasconcellos e Sousa, pelo pessoal da Legação, e pelo nosso Consul Geral, o Conselheiro João Baptista Moreira, depois Barão de Moreira. Este offereceu-lhe um grande jantar, e deu-lhe de presente um collar de Cavalleiro da Ordem da Torre e Espada, que ao mesmo Moreira tinha dado durante o cerco do Porto o proprio Imperador o senhor D. Pedro IV. Esse collar existe.

Tenho tambem apontamento das visitas do Marquez de Montalegre, do Visconde de Itaborahy, Joaquim José Rodrigues de Torres, politico, ex-Ministro, homem importante; de José Maria Velho da Silva, medico distincto estabelecido em Macahé, e que dedicou varios versos (que infelizmeute não possuo) á chegada de Castilho ao Rio.

Tenho tambem certeza da visita do venerando Marquez de Olinda, antigo Regente do Imperio.

A outro visitante litterato do Rio de Janeiro allude Castilho por estes termos:

«Ha aqui um excellente poeta brazileiro, mas excellente em todo o rigor do termo, chamado Laurindo José da Silva Rabello. Tem um voluminho impresso, e está imprimindo se-

gundo. Hei de leval-os quando fôr. Espero a sua visita d'aqui a tres ou quatro dias» (1).

D'elle diz Innocencio, que era Doutor em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro, Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito Imperial. Nasceu no Rio em 8 de Julho de 1826, filho do Capitão Ricardo José da Silva e de D. Luiza Maria da Conceição.

Parece que o volume impresso a que alludia Castilho seria o das *Trovas*. Rio, 1855.

*

Appareceu mais o talentoso actor fluminense João Caetano dos Santos, a quem o seu amigo chamou depois *artista-principe*.

E era-o sem duvida. Passados annos, tivemos todos occasião de o admirar em Lisboa, no theatro de D. Maria II; e, com quanto eivado de preconceitos de escola, educado como fôra na declamação antiga, mostrava elevadissimos dotes naturaes. Rosa pae, o nosso eminente artista, apreciava-o muito.

João Caetano, sem ser (porque o não podia ser, pela falta de convivencia apropriada no Brasil) um artista equiparavel a Rossi ou a Salvini, tinha extraordinario merito. Além de tudo, a sua figura era nobre, e a sua voz muito malleavel e sã. O que, no conceito das platêas lisboetas, o prejudicava mais, era a pronuncia brazileira. Abstrahindo dos seus defeitos inevitaveis, era um consummado actor, cheio de estro natural. Não se póde dizer de todos a mesma coisa; de João Caetano dos Santos, devia-se, de mais a mais, affirmar que a um grande talento unia uma bella alma. O grande actor brazileiro era todo rasgos nobres, que o faziam admirado e queridissimo.

Cabe aqui narrar o seguinte:

Tendo chegado ao Rio de Janeiro o insigne Thiago Arago, pobre e desvalído, o actor acolheu-o de braços abertos, hospedou-o, auxiliou-o pecuniariamente, velou-o na sua ultima doença, como um irmão extremoso, fechou-lhe os olhos, e protegeu-lhe com bizarria a sobrinha, a joven Hortense Arago, offerecendo a essa expatriada, e pela mais delicada maneira, todos os meios de se transportar á Europa.

Hortense, que os meus leitores já conhecem, pois lh'a apresentei no Livro VI d'estas *Memorias*, nada tinha com que pagar tão paternal generosidade; e entre lagrimas de reconhecimento

---

(1) Carta de 12.

deu-lhe, como lembrança, os poucos livros que se encontraram no espolio do tio.

Ora entre esses livros achava-se o *Camões,* drama muito portuguez fundado por Antonio Feliciano de Castilho sobre o drama francez de Perrot e Du Mesnil. Santos não o conhecia; leu-o com enthusiasmo, e meditou representa-lo.

Por então chegava Castilho ao Rio de Janeiro. Deu ao actor todas as licenças, ainda que muito a custo (porque o maior adversario da representação d'aquelle drama, em Portugal e no Brazil, foi sempre Castilho), e o actor, arrostando com mil difficuldades, que para outro seriam insuperaveis, começou logo a planear pôr no seu theatro o grande vulto do Epico. Por infelicidade Castilho não poude já assistir a essa festa, que logo contarei, e que amotinou a formosa Capital do florescente Imperio.

*

Formosa, sim, formosissima. Castilho elogiava-a muito. Em carta nos dizia elle:

«A cidade do Rio é grande, rica, de uma carestia e luxo incriveis; eu tenho apenas começado a gosar d'ella, mas agrada-me. Fui ao theatro chamado *Provisorio,* ver a opera *O Trovador*. Sahiu perfeitamente. Hontem á noite andei no Passeio publico; está aberto até á meia noite; é illuminado a gaz, e frequentadissimo. Faz lembrar um pouco o *Jardim mythologico* e a *Floresta egypcia*. A rua *do Ouvidor* é o Chiado d'aqui. N'ella estão as lojas mais brilhantes de objectos de luxo, todas illuminadas a gaz. Encerra immensa riqueza. Pena é que seja tão estreita, e as lojas de portas muito acanhadas. Por ali é moda passear-se á noite. As carroagens que circulam perennemente na Cidade são incomparavelmente mais do que em Lisboa.»

.....

IV

O Imperador recebe Castilho no paço. — Descripção d'essa audiencia. — É o poeta apresentado a Sua Majestade A Imperatriz. — O antigo Imperio e a nova Republica. — Brado saudoso de um convicto imperialista.

A final, chegou o dia da audiencia imperial no paço do Rio: sabbado, 17 de Fevereiro de 1855.

Ás 9 horas ja Castilho Antonio, e seu irmão José, se apeavam no atrio do paço, recebidos logo com a maior distincção pelos funccionarios de semana.

Era o Imperador um gentil moço de trinta e poucos annos, alto, esbelto, e de maneiras francas. Achava-se, como então usava sempre, de casaca, e trazia pendente da lapella uma insignia pequenina do Tosão d'oiro. Acolheu ao poeta com cordealidade, e disse-lhe que muito o penhorava a sua visita ao Brazil, a qual Elle, como primeiro magistrado do Imperio, lhe agradecia de toda a alma. Respondeu Castilho, que o principal motivo que o trazia ao Brazil era o desejo de prestar pessoalmente a homenagem do seu respeito a um Principe que elle tinha, como toda a gente, na mais subida conta por mil motivos: já por Sua Majestade ser filho de Quem era, já pelos seus dotes de coração e intelligencia; e o segundo motivo era mostrar praticamente o Methodo de leitura, que elle, auctor, considerava uma forte alavanca de progresso; que, portanto, se achava todo á disposição de Sua Majestade para implantar no Brazil, sob os seus auspicios, a reforma, que aliás já tinha no Imperio adeptos em varias escolas; que supplicava ao Imperador permittisse que elle desse no Rio um Curso normal aos professores officiaes.

O Imperador approvou a ideia; disse que sempre considerara a instrucção publica (bem dirigida) um motor poderoso do progresso; que, mais que ninguem, almejava o aperfeiçoamento dos estudos publicos no Brazil, e que no sentido indicado daria as suas ordens ao Ministro do Interior, o Conselheiro Pedreira (depois Visconde do Bom Retiro).

Conversou muito aquelle illustrado Principe com o poeta e seu irmão, pediu muitas noticias de Portugal, interessou-se em saber o que produziam então as lettras portuguezas, e depois de um agradavel colloquio de cerca de duas horas, despediu os visitantes, pedindo-lhes lhe dessem mais vezes o prazer da sua conversação (1).

*

Depois da visita ao Imperador, obteve Castilho logo audiencia de Sua Majestade A Imperatriz.

---

(1) Pormenores dados ao auctor d'estas *Memorias* por seu tio o sr. José Feliciano de Castilho. — *J. de C.*

A Imperatriz, Napolitana de nascimento, era então muito nova, e tinha sempre aquelle modo gracioso e affavel, que lhe conhecemos, todos os que em Lisboa tivemos a honra de Lhe ser apresentados.

Depois de algumas phrases de comprimento (soube isto por uma testemunha fidedigna) disse Sua Majestade a Castilho:

—Sei que a sua Lisboa é uma linda cidade.

Respondeu o poeta com muita intenção:

—E', minha Senhora; e para se apreciar a belleza da minha terra, basta dizer que todos a costumam comparar com a Napoles do Vossa Majestade.

Isto, tão a proposito, este *nada,* impressionou a bondosa Imperatriz, a quem agradou immenso ver recordar com elogio a sua saudosa Parthénope.

Um cortesão não se expressaria de outro modo.

*

Ao Imperador do Brazil, o senhor D. Pedro II, consagrou sempre o poeta portuguez sincera admiração.

Que paginas doiradas não reserva a Historia imparcial ao illustrado Principe, quando os odios e despeitos esfriarem! quando a posteridade concluir o seu processo, de que não ha appellação! quando os que o atraiçoaram e vilipendiaram tiverem pago o seu tributo ao pó d'onde nasceram! e quando d'entre os escombros surgir luminosa para sempre a figura immaculada do Imperador! Arripiem-se os traidores, pela justiça que nos seus nomes ha de realisar o tribunal tremendissimo da Historia.

Com a sua phrase colorida e ardente compendiou Castilho n'um paragrapho os altos dotes moraes e intellectuaes do seu Imperial Amigo.

«Aquelle Imperador é assim—diz o poeta na Noticia biographica de Monte-Alverne—. Liberal por herança, educação, e philosophia; Chefe de um Estado immenso a medrar de dia para dia em torno do seu sceptro abençoado, sabe tão bem como o seculo, cujo se présa de ser filho, que nenhum modo lhe resta para crescer, senão esquecer-se, entre os sabios, de que nasceu grande, fortalecer-se nas justas e torneios da intelligencia, e ao diadema, que a fortuna lhe lançou no berço, entrelaçar as corôas que se conquistam pelo estudo. O sceptro seria para elle um onus, se não fosse um instrumento possante de felicitação para tantos povos; empunha-o por dever; mas

o que á farta lhe liberalisa delicias, é a penna. Estadista serio e profundo na sala do conselho, dá sem pesar quantas horas são mistér aos interesses publicos; mas as restantes, as do repouso, parte das do somno talvez, entre dois amores as reparte, entre duas familias, qual a qual mais sua: uma esposa e filhas, que ainda nascidas na mais obscura choupana seriam adoraveis, e o congresso dos grandes homens de todas as edades, com quem conversa em suas proprias linguas, no remanso da sua inspirativa bibliotheca. E' ali que elle folga de receber os seus pares nos trabalhos do espirito; ali fala com cada um segundo a natureza das suas actuaes applicações, e sempre tão prestes, tão noticioso, tão exacto nos juizos, como se nunca outro houvera sido o emprego das suas lucubrações. Quasi sempre, e em tudo, a verdade em que a final se concorda, era a que elle aventara no primeiro relance. Ama o debate, como pedra em que o entendimento afia as suas armas; quer e mantém, livre, liberrima, a controversia. Ninguem então se lembra do Imperador, lembram-se todos de Cicero, *disposto sempre a refutar sem pertinacia, e a ser refutado sem agastamento*» (1).

*

Tem cada Nação o direito indiscutivel de se reger como melhor entenda. O que nenhuma sociedade póde é vilipendiar os seus dirigentes, quando elles são, como foi sempre o senhor D. Pedro II, mantenedores leaes e dedicados dos altos dictames do Direito publico, protectores do trabalho, magistrados cultos e de boa-fé, servidores, n'uma palavra, do Povo entre quem nasceram. Os sublevados brazileiros, não só calcaram aos pés, sem melindre e sem pudor, os principios mais sagrados, não só atraiçoaram os seus juramentos á Monarchia, mas, pela mais insolita e desbragada maneira, mataram o elemento monarchico, e assassinaram a Imperatriz e o Imperador.

E quem eram esses sublevados? Eram a Nação brazileira?

Não.

Eram delegados legitimos da Nação brazileira?

Não.

Eram salvadores, collocados de repente, pela Mão sempre sabia da Providencia, á borda de um abysmo, em que estivesse a pique de afundar-se a Nação brazileira?

---

(1) *Revista Contemporanea,* tom. III, pag. 35.

Não.

Então que eram?

Eram os nullos, os despeitados, os intrigantes maçonicos, os ambiciosos pequeninos, que machinam na sombra. Tinham fardas, tinham titulos, tinham na bocca os seus juramentos á Monarchia, e no coração o odio ás instituições.

*

Um Rei é um fiador da ordem. Situado muito acima das fluctuações do chamado suffragio popular, ergue-se em meio dos partidos como personificação da imparcialidade. Estavel, inamovivel, hereditario, representa a auctoridade divina entre a familia humana.

Ou foram eleitos pelo affectuoso beneplacito dos povos os primitivos Reis, ou foram impostos ás nações primevas pelos seus proprios serviços d'elles, pelo seu valor, pelo seu saber. De qualquer das fórmas, coroou-os a gratidão; e foi não menos o consenso da gratidão que legalisou a hereditariedade. A conveniencia publica veio confirmal-a e sanccional-a.

Educado junto a um throno, bebendo com o leite os principios do bem publico, encaminhado pelo attavismo, um Principe hereditario offerece em theoria mais garantias á felicidade geral, do que um obscuro cidadão, educado sabe Deus como, sahido sabe Deus d'onde, e chamado de repente ás eminencias do poder pela intriga, pela astucia, pelo acaso, ou muitas vezes pela virtude.

No principio os Reis pastores eram paes; eram os primeiros d'entre os *homens bons* da tribu. A hereditariedade em certas familias é uma selecção, não só genealogica, mas moral e intellectual, que o homem instinctivamente respeita, porque lhe lembra a paternidade.

Isto em these. Em hypothese: houve Reis maus? de certo. Houve-os que descuraram e falsearam o seu pesado officio? Houve-os, que, sem serem positivamente maus, não passaram de ineptos e nullos? ninguem o poderá negar. Mas que prova isso? prova que eram homens. E pergunto apenas: nas outras carreiras somos nós todos acaso exemplares impeccaveis? responda quem souber.

Ora entre os maus Imperantes ninguem se atreverá a collocar o senhor D. Pedro II.

Um Rei bom é o pae nato dos seus subditos. Ninguem ousará insinuar que o senhor D. Pedro II deixasse, um mo-

mento sequer, de cumprir os seus deveres paternaes de Imperador zeloso. Insurgir-se pois contra elle, desrespeital-o, exilal-o, foi parricidio para que não ha perdão.

Atacar-se-hia levianamente o constitucionalismo do Imperio brazileiro, assacando-lhe o labéo de poder de um só. N'aquella Monarchia não havia *poder de um só;* havia a opinião nacional, temperada e encaminhada pelo Chefe em nome da Lei. A Monarchia constitucional, com todas as latitudes e tolerancias que disfructava no Imperio, era a Realeza de mãos dadas ao Povo.

*

Diz-se que o Povo estava no seu direito preferindo ao regimen imperial o republicano.

Pobre Povo! é sempre quem carrega com todas as responsabilidades do mal. O Povo brazileiro não interveio; não foi chamado a intervir; não poude intervir; não lhe deram tempo; não foi consultado; foi surprehendido. Levantaram-se as ambições, os despeitos, as vaidades, as invejas, e aproveitaram-se da bonhomia do nobre Ancião que honrava o unico throno das Americas, para o derrubar hypocritamente, e substituil-o á falsa-fé.

Revólta e desthronamento para quê? e por quê?—pergunta o bom senso. Onde estavam os tão puniveis desacertos d'esse Monarcha e d'essa Monarchia? Onde residiam os motivos urgentes para assim implantar o systema rupublicano n'aquelle vastissimo territorio, como se d'essa implantação subita dependesse a autonomia, e, mais do que alla, a honra nacional? O que obrigava os revolucionarios, um punhado d'elles, a postergar os interesses nacionaes aos seus interessiculos pessoaes, e não esperar prudentemente que Deus houvesse chamado a si aquelle bom e honrado Homem, para então, e só então (se assim o julgassem Côrtes constituintes) mudar a face do systema governativo?

Onde residiam os motivos occultos!? a resposta é clara e obvia: nas ambições e ingratidões de quatro membros do elemento militar, e na fraqueza e tolerancia das classes inermes, sempre burguezmente egoistas, e de todo impossibilitadas de reacção.

*

Examinemos.

Desde creança, Imperador quasi no berço, teve Sua Majes-

tade alto prestigio entre os seus subditos. Na viveza da intelligencia, na facilidade com que apprendia as sciencias, a historia, as linguas, no respeito ás Leis e aos mestres, no zelo com que buscava profundar os segredos do seu officio de governante, deu aquelle Marco Aurelio infantil sobejas provas de meritos não communs entre os seus pares. Houve n'Elle, depois de adolescente, muito de seu tio quinto avô o senhor D. Theodosio de Bragança, o «Salomão» do Conselho de Estado d'el-Rei D. João IV; e quem reflectir achará no senhor D. Pedro V muito de seu tio materno D. Pedro II do Brazil. Honestidade, desinteresse, sizudez, imparcialidade, zelo infatigavel, vigilancia perenne, affecto aos velhos, affabilidade soberana, justiça benevola, e um saber feito de experencia precoce, e um tacto feito de reflexão, tudo isso concorria no filho e herdeiro de D. Pedro IV. Com a edade, todas essas qualidades maturaram, e fizeram do Imperador um alvo de admirações.

Não é isto assim? exageram acaso as minhas sympathias respeitosas e gratas?

E o Brazil bem o sabia. O Brazil viu-o sempre alerta. O Brazil admirou-lhe o valor pessoal, nos trabalhos do gabinete e na guerra. No Brazil repercutiam os eccos longinquos dos applausos com que os pensadores o victoriavam. O Brazil olhava para o seu Imperador como para um typo de Principes constitucionaes: mais democrata no proceder do que os Presidentes de Republicas; mais aristocrata de alma do que muitos Reis absolutos.

Por isso clama a voz da verdade: quem o insultou, quem o prendeu, quem o assassinou, não foi o Brazil; desenganem-se; não foi o Brazil.

*

Na alta noite de 15 de Novembro de 1888, um grupo de conjurados, que nas trevas e em silencio tinham desde muito amadurecido o seu plano, dirige-se ao paço imperial de S. Christovão. São altos funccionarios do Imperio, dignitarios alimentados á farta meza do orçamento nacional, generaes, cujo primeiro dever é manter a disciplina, homens que ainda n'essa manhã teriam beijado a Mão que os afagava. Cosidos com as paredes, envolvidos na sombra como sicarios, entram na camara do Imperador, e, sem mais prologo, intimam-lhe que os acompanhe. Acordado assim de subito, ergue-se o velho Principe.

—Para onde vou?
—Para o exilio.
—Em nome de quem?
—Em nome das baionetas. O paço está cercado. Siga-nos Vossa Majestade.

Espera-se n'uma sala do paço que a Imperatriz, e o resto da Familia Augusta se aprompte. Sem explicações, e sem resguardos, obrigam-n'os a sahir a taes deshoras; e pelo ermo das ruas, emquanto a grande cidade dormia, levam-n'os, entre espingardas apontadas, até ao caes, d'onde os fazem embarcar n'um navio prestes a partir, e em cujo tope ondulava a Bandeira auri-verde.

E Elle, o nobre Desthronado, não deu um ai; não desembainhou nem uma espada nem uma injuria contra os seus filhos degenerados; não maculou, n'um arranco supremo, não quiz macular, de sangue, a sua gloria impolluta. Acceitou a metamorphose, e sahiu exilado, para não mais voltar.

Bastava a sua attitude passivamente sublime entre os revoltosos, para desarmar tamanha malvadez, se o malvado fosse o Povo brazileiro. Mas é que o crime não proveio do Povo; dil-o-hei mil vezes; não calumniemos essa Nação irmã da nossa. O crime proveio de quatro intrigantes atravessados, que assim morderam como hyenas a Mão soberana que nas vesperas beijavam ostensivamente respeitosos; proveio de quatro especuladores vendidos. Não se atreveram com o feito ás claras; esperaram pela noite. Não atacaram de frente o seu Imperador, que bem sabiam que era ferir o coração do generoso Brazil; atiraram-lhe como cobardes de traz de um vallado.

Desgraçada justiça humana! Quem furta um pão, como Jean Valjean, porque tem fome, é um ladrão. Quem empolga traiçoeiramente um Imperio para o espatifar, é um heroe, e sobe a Presidente de Republica.

Comtudo, muito acima da justiça mortal, paira a grande, a incorruptivel Justiça de Deus.

*

Ha quem argumente:

—Os quarenta conjurados de 1640 foram nobres na sua ousadia; machinando na sombra, entrando de assalto no paço da Ribeira, desarmando as guardas, prendendo e justiçando um Miguel de Vasconcellos, prendendo uma Duqueza de Mantua, obrigando pelo terror uma debil mulher a assignar os decretos da rendição dos castellos, desthronando um Rei.

*

poderoso, e substituindo-o por um Duque, foram grandes perante o mundo. Por que hão de pois condemnar-se os sublevados do Rio de Janeiro?

Odioso e estólido sophisma! Os homens de 1640 pugnavam pela Legitimidade, e pela Patria contra o intruzo jugo dos estrangeiros. Na sua apparente infidelidade, eram fieis; na sua apparente deslealdade, eram lealissimos; na sua apparente insurreição, eram ordeiros; na sua apparente hostilidade, eram os valorosos e correctos campeões da paz. Como podem confundir-se aquelles cavalleiros, com os traiçoeiros sicarios nocturnos do paço de S. Christovão?!

Affonso Henriques, rebellando-se contra o Rei de Leão, obedecia a leis ethnicas, que elle proprio então desconhecia, e que hoje a Historia explica e fundamenta.

O Brazil, repellindo o mando da metrópole portugueza, e creando o forte Imperio de Santa Cruz, obedecia ás leis philosophico-historicas da emancipação dos Estados-filhos, e da expansão da raça latina.

A que leis obedeciam os sublevados brazileiros? ás ambições pessoaes, ao prurido de republicanismo balôfo, aos dictames tenebrosos da maçonaria, ao jacobinismo desorientado de certos palradores.

Todos esses motivos, pouco confessaveis de certo, é que os levaram á rebellião, e ao parricidio.

*

—Mas—clamam em voz maviosa os defensores da revolta—os rebeldes não mataram o Imperador; expulsaram-n'o com todas as attenções.

Ah! sim; não se trata da revolução de 93; essa, á falta de outros meritos, foi grande no crime, e na fórma do crime; esta cá limitou-se a ser burguezmente commedida na fórma. E' que, na sua consciencia tôrva, nem sequer poude invocar os enthusiasmos do mal. Como não tinha que punir, como não havia represalias que exercer contra sugadores de seculos, contentou-se com ser cobardemente fria e pausada; foi injusta, foi anti-patriotica, foi cruel, guardando as apparencias.

E no emtanto, fez peor que matar: humilhou.

Humilhou um velho, cançado de trabalhos, dedicações, sacrificios. Desconheceu, n'um momento de ingratidão, os serviços do primeiro Magistrado do Brazil. Deixou de ver o que admirado via o mundo inteiro: um passado de estudo, trabalho,

firmeza; um zelo nunca desmentido; uma tolerancia politica superior a toda a expressão; um tino governativo, que mantinha sempre firme o fiel da balança; uma illustração pouco vulgar, que tanto contribuira para o credito da praça brazileira em toda a Europa. Esqueceu a devoção, com que esse Principe singular cumpria os seus deveres politicos; o contentamento com que fomentava todos os progressos materiaes, moraes, e intellectuaes, do Brazil; a imparcialidade honesta, com que dirigia o leme da grande nau; a protecção que dava sempre ao saber e ao patriotismo dos seus subditos; a generosidade, com que do seu bolsinho custeava publicações uteis; a vigilancia, com que de tão longe acompanhava o movimento civilisador do velho mundo; o gosto, com que levantava a sua voz auctorisada em todas as festas da sciencia; o papel brilhante, que representou nas suas fadigosas viagens; o brio, com que empunhou a espada na guerra colossal contra o Paraguay; o uso desinteressado, que fazia da lista civil; a honestidade modesta do seu viver; o exemplo, emfim, que dava a todos os Principes modernos este Principe, mais sensatamente progressista que todas as democracias. Esqueceu-se tudo isso; humilhou-se tudo isso, com um requinte de frieza, que regela todas as atenuantes.

A Imperatriz, mais fraca, minada desde muito na saude, cahiu primeiro. O Imperador, ainda robusto, invocando toda a sua philosophia, e todas as suas crenças de christão, resistiu uns mezes mais.

*

D'isso mesmo se lhe forjaram accusações; e em varios tons se repetiu:

—Tanto não houve injuria, que o Imperador se não sentiu do proceder dos sublevados. Na sahida do Brazil fez um soneto.

Não sei se fez um soneto, dois, tres, ou nenhum, porque, em se tratando de personagens tão altas, vem logo a lenda com as suas facécias sem coração, com as suas variações repletas de mentira. Mas dou de barato que o venerando Principe, habituado a manejar versos, a ouvil-os, a recital-os, a sentil-os, quizesse n'aquelle instante desafogar a sua dor, e tomasse perante si mesmo uma especie de compostura desabafando na santa linguagem da Poesia. As lagrimas muita vez crystallisam em versos. Admitto que Sua Majestade compozesse o tal soneto que nunca vi, que nem sequer sei se existe, mas que os inimigos ironicamente lhe attribuem. Per-

gunto: que prova um soneto, bom ou mau, ou a ausencia de um soneto, contra a indiscutivel commoção do Augusto Exilado, e contra a sinceridade do seu sentir? Nada, absolutamente. Ha até uma certa hombridade principesca n'essa attitude de bardo que se lhe quer attribuir.

Carlos I, de Inglaterra, nos tres dias do seu *oratorio* esteve tão sereno, tão conversador, tão affavel, como se se preparasse para uma viagem de recreio.

Silvio Pellico, encarcerado nos chumbos de Veneza, sem papel e sem tinta, compoz de cór tragedias admiraveis em admiraveis versos.

Ovidio, desterrado nos gelos do Ponto Euxino, modulou os doloridos hexametros e pentametros das suas *Ponticas* e das suas *Tristezas*.

Chénier, levado no infame carro funebre, entre os apupos da canalha, até aos ultimos momentos cantou; e atroava os eccos da praça de Luiz XV com os lacrimosos versos:

Moi je pleure et j'espère! au noir souffle du nord
Je plie et relève ma tête!

Plinio, o moço, durante as angustias da erupção do Vesuvio do anno 79, emquanto as populações fugiam espavoridas, emquanto rugia a montanha, emquanto as lavas e as cinzas affogavam o arredor... lia e extractava muito sereno a Historia de Tito-Livio (1).

Que admira, pois, que o senhor D. Pedro II, philosopho e christão, pedisse á Poesia um leve desafogo ás suas humilhações, no momento em que perdia a Corôa, como Carlos I, em que se via preso, como Silvio Pellico, em que se via exilado, como Ovidio, em que, como Chénier, entrevia talvez a guilhotina, e em que, como Plinio, assistia á erupção temerosa de um vulcão, que ia affogar em cinzas e em lava um passado glorioso, e um Imperio florescente?!

Não fez o soneto? tanto peor para os calumniosos inventores da balela.

Fez o soneto? estava no seu direito, e não ficou sendo menor do que sempre fôra; ficou tão philosopho, tão austéro, tão logico, tão christão, como em toda a sua honrada vida.

---

(1) Elle o conta, com uma philosophia que me assombra, e que elle proprio não sabe qualificar. *Dubito constantiam voçare, an imprudentiam, debeam; agebam enim duodevicesimum annum. Posco librum Titi Livii, et quasi per otium lego, atque etiam, ut cæperam, excerpo. Cartas*, liv. VI, 20.

*

O que é certo é que perdoou, no intimo, aos seus malfeitores, que tanto lhe deviam.

Quem não perdôa, é a Historia; essa é inexoravel. Algum dia virá, em que esta mesma Republica brazileira haja de expiar, perante o juizo da posteridade, a malvadez de uma hora tôrva e sinistra.

A Republica ha de ficar manchada; e a figura colossal de Pedro II ha de erguer-se, immaculada para sempre, aos olhos, não só da commiseração religiosa, mas da fria razão.

*

Foi muito grande o Principe-modelo, que o poeta portuguez conheceu de perto e apreciou. Mencionando-o, não pude reprimir estes brados, homenagem espontanea de um obscuro admirador, prestada á honesta memoria do grande Homem, que tanto amou, illustrou, e ennobreceu, o Brazil.

Nada vale a minha palavra, senão como expressão da verdade.

Vejo na Republica brazileira um governo hoje reconhecido pela abjecta theoria dos factos consummados; mas as minhas saudades vão todas para o Imperio.

Sou, e serei toda a vida, o adorador do sol poente.

P. S.—Representante de Castilho, embora humilde, mantenho accezo em minha casa o culto do Imperador.

Possuo, pendente de uma parede da livraria, a lithographia grande do senhor D. Pedro II pelo lithographo portuguez Lopes, na qual o Retratado se acha fardado de Almirante, com a placa do Cruzeiro.

No meu salão principal outro grande retrato de Sua Majestade, a oleo, e do tamanho natural, em que o pintor o representou menino de nove ou dez annos, em trajo infantil, e com as gran-cruzes e placas do Cruzeiro e de Pedro I. A figura sustenta com a mão direita um livro, ou pasta, para que aponta com o indicador da esquerda, e onde se lê:

Retrato
do Imperador
Marco Aurelio
pintado por elle mesmo
no Livro primeiro das suas Reflexões.

Sobre uma meza no meu gabinete de trabalho uma photographia de Sua Majestade, dada pelo mesmo senhor a mim, com destino a meu Pae, na noite de 12 de Março de 1872, no hotel de Bragança em Lisboa; tem a assignatura autographa do Augusto Offerente.

Possuo tambem, competentemente emmoldurada e comprimida entre dois vidros, a folha de hera colhida pelo Imperador na Lapa dos Poetas, com a seguinte dedicatoria autographa n'uma folha de papel sobre que assenta a mesma folha:

Para o Visconde de Castilho
Cantor da Primavera
lembrança da Lapa dos Poetas
na quinta das Cannas.
Coimbra, 4 de Março de 1872
D. Pedro de Alcantara.

Esta mesma folha, com a sua moldura, foi representada ao fundo de um enorme quadro a oleo, que tambem pende sobre o fundo escarlate adamascado do meu salão, figurando meu Pae, de corpo inteiro, sentado n'uma poltrona verde junto de uma meza, em meio da sua livraria.

Tenho uma pasta com retratos varios do Imperador.

Emfim, archivo cuidadosamente diversos livros que Sua Majestade teve a bondade de nos offerecer, assim como as suas preciosas cartas a Castilho.

Não ha imperialista mais sincero, nem mais desinteressado.

Quinta da Victoria.—Sacavem, 23 de Setembro de 1899.—*J. de C.*

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

BREVES MEMORIAS PARA A HISTORIA E DESCRIPÇÃO DE OIS DO BAIRRO NO CONCELHO DE ANADIA

(Cont. do n.º 1, pag. 62)

Em 6 de novembro de 1767 o Dr. Pedro Rodrigues de Arede, na visita então feita, determinava que: «O Juiz e Eleitos no termo de hum anno mandarám (sic) fazer humas grades com sua porta e fechadura para a pia baptismal, e mandarám fazer dois frontaes de madeira para os Altares colatraes para o que concorreram os mordomos da Confraria do Senhor, que ficarão cada hum delles com duas fazes sendo pintados de huma banda para o tempo festivo, e da outra de roxo para o tempo do Advento e caresma; e mais se neçesita de huma mangua roxa de osteda (tecido antigo de Ostende) para a cruz, e esta por se achar quebrada tambem neçesita de conserto, como tambem a picide se acha com a cruz quebrada e a porta travesa necesita de huma aldrava pella parte de dentro, e de huma chave e fechadura para se fechar».

O Dr. Onofre Ribeiro da Silva na visita feita em 18 de junho de 1779 dizia: «O forro de todo o arco da Igreja necessita de ser feito de novo, e porque esta obra pertence á fabrica da Igreja, determino que o Juiz da Igreja não havendo dinheiro proceda logo a fazer finta pello povo». E na visita de 10 de fevereiro de 1784 o mesmo visitador determinava que os mordômos das confrarias mandassem fazer para os altares collateraes «hũas cortinas de Damasco encarnado com suas sanefas com franja e galoens amarellos» pois na visita feita em 23 de setembro de 1790 ainda os mordômos não tinham cumprido essa determinação.

Em 29 de agosto de 1802 o visitador Dr. João Baptista Alvares de Araujo determinava que: «Os Mordomos do Santissimo Sacramento á custa do rendimento desta confraria comprarão seda para forrar o Sacrario» e na visita de 7 de novembro de 1816 o visitador Dr. Manuel dos Reis e Silva, vigario geral do bispado de Aveiro, dizia: «Primeiramente que era necessario hum pavilhão para o Sacrario por se achar indecente o actual, bem como se fazião do mesmo modo indispensaveis os frontaes e banquetas de castiçaes para os Altares....».

A actual egreja de Santo André de Ois do Bairro, situada quasi ao centro do logar, é construcção do fim do seculo XVI ou principio do seculo XVII, porque temos noticia de alli se effectuarem officios divinos em agosto de 1611.

Tem esta egreja a frontaria voltada ao poente, e teve o caracteristico alpendre, do qual ainda existem vestigios bem claros, e deveria ter sido demolido nos fins do seculo XVIII; pois que pelas visitas feitas á egreja em 17 de outubro de 1764, 6 de novembro de 1767 e 10 de fevereiro de 1784 foram determinados concertos, mas em 23 de setembro de 1790 o visitador declarava que «o alpendre da Igreja serve de toda a injuria, e de nenhum abrigo aos que entrão no logar sagrado, pelo que não póde tolerar-se por mais tempo» e é de crer que, em vista d'esta positiva determinação, a irmandade fabriqueira ordenasse a sua demolição.

Na frontaria está a porta principal e uma janella no côro, e a pequena torre da primitiva construcção com um só sino, no qual se veem em relêvo as seguintes legendas:

IN HOC SIGNO VINCES 1850 proximo das azas, e na borda JOAQUIM DIAS SORRILHA DE CAMPOS ME FES CANTANHEDE.

Construiu-se com esmolas do pôvo da freguezia uma torre elevada e elegante, ao lado da antiga, e esta nova torre ficou concluida em 1901, como está indicado em lapide collocada sob a ventana da frontaria.

A egreja acha-se construida em um largo, no qual foi o cemiterio da freguezia, e encontram-se indicadas nos termos das visitas várias providencias relativas ao adro: assim em 17 de outubro de 1764 se determinou que «o adro fosse demarcado e vedado sobre si por se achar profanado» e em 10 de fevereiro de 1784 outra vez que «fosse demarcado e se construisse um muro ao redor para ser defendido, e que na rua em frente da egreja se fizesse uma calçada».

Tem tambem a egreja outra porta lateral e janella na parede do lado do sul, e essa porta communica com o corpo da egreja.

E' de uma só nave medindo interiormente de comprimento 10,70 metros desde as humbreiras da porta principal até ao degrau do arco da capella-mór, e de largura 5,70 metros, e a capella-mór tem de largura 3,90 metros, e 5,70 metros de fundo desde o arco até ao retabulo do altar. As paredes não são revestidas de azulejos, nem tem quadros com pinturas.

A capella-mór tem uma janella na parede lateral sul, e

uma porta na parede do lado do norte, a qual dá communicação para a sacristia, que é de pequenas dimensões.

Todas as portas e janellas são de fórma rectangular.

Tem côro, e um só pulpito do lado do Evangelho, e tres altares na nave e o altar-mór.

Os altares da nave do lado do Evangelho são dedicados um a S. Sebastião e outro ao Santissimo, e o do lado da Epistola é dedicado a Nossa Senhora do Rosario. Os retabulos dos dois altares de S. Sebastião e Senhora do Rosario são de madeira em talha simples pintada, e o do altar do Santissimo é de talha antiga doirada. A capella do Santissimo foi reconstruida no anno de 1895, como se vê marcado na pedra do fecho da volta do arco, e é vedada por uma cancella de ferro pintado, e fica este altar fronteiro á porta travessa da egreja.

A capella baptismal é ao entrar do lado do Evangelho, e nada tem de notavel.

O altar-mór tem tambem retabulo em madeira com talha simples pintada e alguns relêvos doirados. Neste altar estão as imagens de S. Domingos no lado da Epistola, e Santo André, padrôeiro, do lado do Evangelho.

Na pilastra do arco da capella-mór do lado do Evangelho existe a inscripção commemorativa da doação da egreja feita pelo bispo conde D. João Soares em 8 de fevereiro de 1558 á ordem de S. Domingos, e da bulla que confirmou a doação.

A inscripção é a seguinte:

O EXMO ∧ SR ∧ BO ∧ CONDE ∧ D ∧ YOAÕ
SOARES ∧ EM 8 DE FEURO ∧ DE 1558
FES MCE ∧ INPERPETUUM ∧ DES
TA ∧ CAPA ∧ E YGRATO DE SE ∧ ANDE ∧ DE OIS
DO BRO ∧ AO CONUTO DE S ∧ DOS ∧ DE
COIMBRA ∧ E O PAPA ∧ PAULO ∧ 4O CON
ERMADO ∧ ESTA ∧ YGRA ∧ DIGO ∧ ESTA ∧ GRACA ∧
CONCEDEO ∧ FACULDE ∧ AO PRI
OR ∧ PA ∧ APREZENTAR ∧ CURA TO
DOS ∧ OS ANOS ∧ PLO ∧ S ∧ YOAÕ ∧ COMO
TUDO CONSTA ∧ DA MA BULA &

Cuja leitura, ainda que facil de fazer, a transcrevemos para os Leitores menos entendidos nestas interpretações:

O EXCELLENTISSIMO SENHOR BISPO CONDE DOM JOÃO | SOARES EM 8 DE FEVEREIRO DE 1558 | FÊS MERCÊ INPERPETUUM DES | TA CAPELLA E IGREJA DE SANTO ANDRÉ DE OIS | DO BAIRRO AO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS DE | COIMBRA E O PAPA PAULO 4.º CON | FIRMANDO ESTA IGREJA DIGO ESTA GRAÇA | CONCEDEU FACULDADE AO PRI | OR PARA APREZENTAR CURA TO | DOS OS ANNOS PELO SÃO JOÃO COMO | TUDO CONSTA DA MESMA BULA &.

No pavimento da capella-mór existem duas lageas eguaes com sua argola de ferro, indicativas de sepulturas, sem inscripções, e tendo ambas em relêvo um escudo ornamentado com corôa de conde, e no centro do escudo um leão rompente para a esquerda; brazão d'armas da nobre e antiga familia Vellez Castello Branco ou Castello Branco Avillez, a qual possuia em Ois do Bairro palacio e quintas, actualmente na posse do seu muito illustre descendente o Sr. Antonio Calheiros Pitta Mascarenhas Bandeira de Noronha.

(Continúa). JOSÉ JOAQUIM D'ASCENSÃO VALDEZ.

Allocução do presidente do Instituto no sarau dado em honra dos estudantes da Universidade de Valladolid pela acàdemia de Coimbra

MEUS SENHORES!

Com enternecido alvorôço de jubilo, o Instituto de Coimbra reabre hoje as suas salas á reunião da mocidade academica de Hespanha e Portugal; e, em seu nome, me congratulo devéras pela repetida troca de visitas entre os juvenis representantes das duas nações irmãs, porque é assim, approximando-se, conhecendo-se e estimando-se, que elles podem preparar-se efficazmente para bem se auxiliarem no desempenho das arduas responsabilidades que sôbre uns e outros impendem para futuro. Como não hão de ficar para sempre mûtuamente devotados, melhor do que pelos artificios da mais habil das diplomacias, aquelles que, um dia, num intervallo d'estas recepções solemnes, sentados á mesma banca de estudante em intimo desafôgo, palrando com legitima emulação das glorias das suas patrias, de repente, assaltados por egual pensamento das amarguras da hora presente, emmudeceram, as lagrimas a saltarem-lhes dos olhos? O transporte de dôr com que então sympathicamente se abraçaram, firmou um pacto sagrado de alliança que nada jámais é capaz de romper.

Ah! Estas suas carinhosas viagens são um nobre passatempo das suas ferias. Ellas não divertem só, instruem, educam; e não formam só os sentimentos humanitarios, acendram, vivificam e elevam o patriotismo. Quem é que, de volta ao seu lar, mais ainda do que pelos soberbos ou graciosos quadros do paiz natal, se não sentirá encantado e empolgantemente commovido pelo espectaculo que ao mesmo passo se lhe vai desdobrando pelo caminho, do esforço, das canceiras e sacrificios com que os seus antepassados, accrescentando e melhorando a obra da natureza, em ferverosa lide de sol a sol, coroaram de pinheiraes o pincaro dos montes, socalcaram a oliveira e a vinha na escarpa das encostas mais fragosas, acli-

mataram a laranjeira na dobra do mais esquivo valeiro, e, em porfiada lucta com a torrente das aguas, converteram o areal da planicie no campo fertil do milharal e da horta? O que lhes não devemos, a esses heroicos trabalhadores que, tanta vez mesmo, tiveram de interromper a sua rija faina para acudirem, nos mais arriscados lances, pela vida da sua progenie! A elles devemos sobretudo o melhor de nós mesmos, o nosso nome.

Cumprimentando os gentis alumnos da Universidade de Valladolid, faço cordiaes votos por que a illustre Hespanha encontre nas suas novas gerações os valorosos filhos de que, como nós, precisa.

Coimbra, 17 de fevereiro de 1902.

BERNARDINO MACHADO.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 2, pag. 128)

S*anctissi*mus D. N. Clemens VIIJ. cum nostra Societate dispensauit, ac viuæ vocis oraculo concessit.

1. Primo vt cum prohibentur Sup*erior*es audire Subditorum confessiones non intelligantur superiores, qui sunt Magistri Novitiorum.

2. Ne in singulis domibus præter Confessarium Ordinarium teneatur deputare duos vel plures Confessarios qui a reseruatis absoluãt vt dicitur supra §. 3.

3. Ne iudicium absoluendi a reseruatis, confessarijs absolute relinquatur, vt in eodẽ paragrapho dicitur, sed liceat interdum (quod omnino necessarium est) superiori pro ratione sui officij huiusmodi facultatem denegare in ijs casibus, in quibus iuxta ea, quæ doctores dicunt, et discr*eta* charitas docet licentiam huiusmodi esse negandam, vt plenius in instructione explicabitur.

Casus, quorum absolutio reseruata est superioribus Soc*ie*tatis Iesu auctoritate quintæ Congregationis Generalis editi, et obseruandi, præter eos, qui supradicto Decreto S*anctissi*mi D. N. Clementis VIII omnibus regularibus *re*seruantur iuxta §. p*rimu*m dicti Decreti.

1. Periurium, et f*alsu*m te*stim*onium in iudicio, vel extra.

2. Furtum, et vsurp*atio* et *ap*propriatio alicuius rei contra votum Paupertatis in ea q*uantitate* quæ efficiat peccatum mortale.

3. Lapsus carnis voluntarius, et quicquid est contra votum Castitatis quod in actum externum prodeat.

4. Inobedientia expressa, qua quis asserit, se nolle parere.

5. Seditio in Sup*erior*es et diuisio a Capite in graue nocumentũ Societatis.

6. Detractio famæ, bonæq*ue* æstimationis aliorum, et discordiarum seminatio inter fratres.

7. Impedimentum excludens a Societate reticuisse in examine, vel in eo mentitum esse, vnde graue aliquod incõmodũ oriri posset.

8. Acceptio, seu missio litterarum absq*ue* licentia expressa, quæ scilicet acceptio vel missio contineat rationem peccati mortalis.

9. Transgressio votorum simplicium, quæ professi emittũt post professionem.

10. Censuræ Societatis nostræ, seu peccata, quæ in nostris Constitutionibus, vel bullis, vel Decretis annexam habent excõmunicationem.

Hæc omnia cum manifeste erunt mortalia, et in actum exteriorem prodierint, reseruantur Superiori Domus vel Collegij; et ab alio nisi de expressa licentia absolui non possunt.

INSTRUCTIO PRO SUPERIORIBUS ET CONFESSARIJS SOCIETATIS CIRCA CASUS RESERUATOS

1. Quando Confessarius tacito nomine pænitentis a superiore petit facultatem absoluendi a reseruato casu, nullo modo Superior difficilis esse debet, sed facilis potius et prompt*us* in ea concedenda. Imo eum persuadere sibi convenit, posse se hac in re grauiter offendere, si imprudenter, ac sine iusta, grauiq*ue* causa eam neget.

2. Quia tamen Sancti et Doctores censent Super*i*orem interdum debere pro ratione sui officij huiusmodi fac*ul*tat*em* negare, attendat is diligenter, vt id raro faciat, et *in ijs tantum* casibus, in quibus docebit discreta Charitas (iuxta ea, q̃ ijdem doctores tradu*n*t) licentiam huiusmodi esse denegandam ::: *cu*m p*ro*babiliter timeri poterit scandalum, aut recidiuum ::: alterius. In huiusmodi enim, quæ inducunt necessitatem vitandi scandalum, vel damnum Collegij, aut pænitentis, vel alterius ruinam, manifestum est pænitentem teneri per se, vel per confessarium rem ipsã Superiori manifestare tanq*uam* illi, qui remedium necessarium adhibere potest saluo sigillo, vt oportet.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 3, pag. 136)

Divisão de trabalho: os pequenos colhem as flôres e as meninas enramilhetam-nas. Mas depois o lucro é egual: trazem-m'as todos juntos.

Como é mais facil legislar rigores para os outros. A Gigi, tomando a sua lição disciplinar, mostra á mãe um papel de figuras todo roto: «Vê, mamã, deram isto á Zirinha e ella estragou. Ella é pequenina e não sabe o que faz... Não é assim?»

Esta vida de campo é continuamente instructiva. 12-3-1901. Vem o Domingos: «Papá, o centeio já tem espiga; o pequenino ainda não, mas o mais alto. Está tão alto que a gente senta-se e não se vê.» Enormissimo, de certo, para se não ver gente d'aquelle tamanho.

Como, na juventude, tudo, coisas e pessôas, avulta e nos parece grande, referido á nossa unidadesinha! Por isso é a edade das grandes admirações.

Imaginação mercantil.—Uma pequena vendeira ambulante. A Gigi, no jardim, á sombra d'uma arvore, sentada num banquinho, tendo deante de si, em taboinhas, pedaços de hervas e de gravetos representativos para ella de arroz, etc., fála sósinha: «Diga lá á sua filha que eu não lhe posso vender mais barato.» Não lhe falta nada, nem freguezia.

Desvélos feminis. Grande alvorôço em casa, porque nasceram uns coelhinhos. Mas «Cautela! recommenda a Rita,

não vá a mãe enjeitá-los.» E no dia seguinte logo de manhã, vejo a Maria ainda muito distante da coelheira, e já pé ante pé, devagarinho, retrahindo-se toda, a voltar-se de vez em quando, com o dedo sôbre a bôca, para alguem que vem a traz; e, momentos depois, ao fundo, de mãos dadas, ar temeroso, estacando a cada passo, a Quina com a Gigi. Não fôssem assustar a coelha e os filhos!

Com as creanças voltamos á religião da natureza, de que nunca nos deviamos apartar. De repente, no meu escriptorio, sou surprehendido de perto pelo canto festival d'um gallo. Mas está cá dentro! Foi a Gigi que o trouxe, como uma grande flôr de garridas côres, ao peito. E agora, depois d'estas festas, d'esta intimidade, quem póde pensar em comê-lo?

Torna-se preciso ir achando aos animaes outros prestimos. E' o que a Gigi quer, é o ensinamento que com a sua bondade nos dá.

Domingos enternecido: «Ó papá, olhe a bôa coelha, despiu-se toda, tirou de cima de si os seus pêllos para cobrir os filhinhos.» E depois, com certo jubilo, na esperança de os ver bem depressa todos creados: «Amanhã já elles sahem da tóca, e deixam de mamar para comer hervinhas.» Como sabe isso? «A Rita disse.» Então....

Até o coração dos animaes se rende aos amavios infantis. Entra-me a Gigi pelo escriptorio, com o grande gallo nos braços: «Coitadinho, coitadinho!» Olhe lá! «Nada! não suja, papá. Eu digo-lhe, e elle não faz tolice dentro de casa. E não me faz mal, não pica; é muito meu amigo.» Está-se a ver: o gallo a tudo se lhe presta, como que fascinado pelos dôces filtros d'aquella feiticeira.

O gallo sempre fez tolice no chão. E então a Gigi intercede por elle: «Ó mamã, o gallo está a chorar e disse-me que não tornava mais.»

Não ha só os sexos organicos. Ha tambem uma sexualidade espiritual, que torna a sociabilidade indispensavel á fecundação das almas.

Uma sociedade artistica, industrial ou scientifica tem de fazer arte, industria ou sciencia, mas não esqueça que o que,

primeiro e acima de tudo, tem que fazer, é sociedade. Acima de tudo, a cordialidade dos seus consocios.

Ricochete dialectico: argumento por argumento. Quando se está a servi-los á mesa, diz o Dino ao Domingos: «Passe, eu sou mais velho.» Mas, quando depois o Domingos péga na travessa para offerecer a todos, volta-se para o Dino: «Espere! primeiro estão os mais velhos.» Pena de talião, dente por dente.

Bem deviam reflectir os governantes em que as violencias são um desafôgo natural das grandes dôres, que precisam das grandes agitações musculares para abrandarem. Uma creança, e um homem mesmo que se feriu, que se picou, salta, estrebucha, grita. Não viram nunca a sapateada que faz uma creancinha para conter a sua afflicção, quando a aperta a vontade de fazer chichi?

A mulher nasce essencialmente educadora. Aqui tẽem a Gigi. Feitos os seus cumprimentos matinaes, foi buscar a irmãsita, ja prompta tambem a sahir do quarto, e, trazendo-m'a pela mão, ainda um pouco tropega da cama, e a baloiçar-se, com a marcha cambaleante dos seus 18 mezes, faz-lhe a sua liçãosinha de civilidade: «Zirinha, vá, dê bom dia ao papá.»

O metaphysico Dino: «Como é um Deus, filho de ninguem? Como é que elle, só, pôde fazer o mundo todo?»

Como os corpos, só quando se agitam, se tornam attractivos, assim tambem os espiritos. A impassibilidade está proxima da estupidez e nullidade.

Ninguem é capaz de arrancar o assucareiro á Zirinha. Toda enlambusada, percorre a sala, fazendo estações pelas cadeiras; e não ha quem se atreva com ella. Então vou eu para lh'o tirar; e ella, que começa por o puxar para o peito, a defendê-lo, de subito, como quem é assaltada por uma lembrança absorvente, abandona-m'o nas mãos, para me arremedar o canto, levantando um braço, como eu, quando perante ella me agita o estro lyrico. E nem mais pensou no assucar. Tanto póde a arte!

Ás creanças, procurem-nas nos postos perigosos. Tẽem al-

*

guma que ainda apenas engatinhe? e ha em sua casa escadas? Procurem-na lá.

E' assim temeraria toda a mocidade.

Imaginação creadora. A Gigi despedaçou todas as bonecas. Não importa! creará outras. Agora acaba ella de dar banho a uma, que está enxugando cuidadosamente. Mas onde iria buscá-la? Curiosidade geral. «Olha a cabecinha!» acirra ella, avultando-lhe as fórmas, a segurá-la pelo pescoço, com todo o geito. O Dino não póde mais: «Deixe cá ver.» E sahe de dentro do lençol... uma laranja.

Em qualquer assumpto sôbre que haja duas opiniões, é ver os membros das nossas classes dirigentes,—ás vezes ainda apenas uns meninos—, como se enfeitam de circumspecção, como presumem de discretos. Todos querem beber do fino. Tudo diplomatas. E afinal não é diplomacia; é simplesmente imbecilidade, quando não é peor, covardia.

A vontade é tão essencial á alma como a luz a certas combinações chimicas.

Cada qual quer ser tudo. Não ha collaboração. Os serviços decahem nas mãos de incompetentes, e os talentos tornam-se mysanthropos.

Por melhores obras que publiquem as pessôas da nossa intimidade, raro lh'as abriremos. Parece-nos que já sabemos o que ellas lá dirão. Será, em parte, tambem pelo motivo da nossa proximidade que portuguêses e hespanhoes não nos lemos uns aos outros?

Compensações á velhice. O Dino, enlevando-se com a minha cabeça: «Ih! o cabello do papá, á luz, parece prata.»

Objectam-me: «Mas como hei de ter liberdade, se as minhas circumstancias m'o não permittem?» Não se façam menos do que são. Tomem sequer o exemplo de tantas plantas. Falam em circumstancias hostis? Vejam a laranjeira. Ahi a têem: E' inverno, neva e venta, tudo parece render-se ás intemperies; e é, quando ella corajosamente revindica: «Pois hei de eu florir e fructificar!» E até por isso mesmo as suas flôres e os seus fructos são tão delicados. Está ali uma vontade.

Em Portugal a auctoridade moral quasi que já não existe. Nem para o governo da juventude. Ha uma desordem de estudantes? Não se conta com o director, nem com o magisterio da eschola; recorre-se á fôrça armada.

Educação civica. As minhas filhas podiam pregar o mappa de Portugal a pequena altura, á sua altura, para o estudarem, de pé, com elle deante dos olhos; mas não tinha tanto attractivo, tanto espirito. Põem-no lá em cima, bem de alto, na parede, que é para se encarrapitarem no mesmo banco; e, juntas, de braço pela cinta, amparando-se uma ás outras, é como apprendem bem a sua lição de geographia patria. Bello modo pratico de logo desde a infancia estreitarem tambem os laços nacionaes! São tão escuros os nossos destinos!

Ancoras neste mar da vida. Saio do meu gabinete, com a cabeça estonteada, revôlta de tanto matutar, ondeante, vertiginoso; mas logo me surge ao fundo do corredor a jovial figura da minha amiga Zirinha, doirada e rubra como uma aurora, e, de mão erguida ao ar, deita a correr para mim e prende-me com uma fôrça! Já não corro risco de desgarrar.

A explicação nem sempre é justificação, como quasi toda a gente, no correr da vida, imagina; mas muitas vezes approximam-se. A mãe deu á Gigi umas bolachas, parte para ella, parte para ella entregar á Zirinha. E ella come-as todas, e, quando lh'o extranham, cahindo em si, explica: «Ah! não fui lá cima.» Effectivamente a irmãsita estava no primeiro andar; e ella, demorando-se no rez do chão a contar-me as ultimas aventuras do seu gallo, distrahidamente foi metendo á bôca todas as bolachas. E' claro que em primeiro logar estava ir ter com a Zirinha do que o relato de quaesquer historias, ainda as mais interessantes; mas não ha dúvida tambem que não foi por mal que ella comeu a parte da outra. Foi descuido, não foi proposito. Não houve intenção fraudulenta.

Ver como algumas pessôas vestem é como ouvi-las conversar. O mesmo apuro ou o mesmo desleixo.

Cão que ladra, não morde. Por que se affaga com a propria voz, prendendo-se talvez já nas suas tentativas musicaes. Com varios luctadores succede o mesmo: olham mais ao garbo do gesto do que a ferir o adversario. A emoção artistica é natural-

mente socializadora; quando inflamma as almas, a não ser que se desvaire, é sempre pelo bem.

O que attrahe a Gigi para casa da familia da creada Joaquina: «Ella diz que lá ha meninas, carneirinhos, gallinhas, gallitos, um cão branco muito manso, e um coelho muito pequenino, muito pequenininho.» E entôa: mé, mé; cócórócó, kikiriki, au, au, au. Irresistivel, positivamente, não podemos deixar de lá ir todos.

Gigi, planeando uma recepção biblica: «Ámanhã vamos esperar o vôvô. Levamos os coelhos e as gallinhas todas, e eu com o meu gallo ao collo. Isso é que ha de ter graça!» Sem dúvida, e o avô ainda lhe achará mais.

As escholas primarias não têem modelos para nada. Porque lhes não espalham, como eu ordenei durante a minha gerencia, os melhores trabalhos dos alumnos das escholas d'arte industrial?

A fôrça do vapor é enorme, mas ha uma fôrça ainda maior, a da associação. Uma fabrica de tecelagem a vapor lucta com os teares domesticos isolados, e paralysa-os; mas, se elles juntam os seus esforços num concelho todo, basta que as raparigas das aldeias continuem a dedicar-lhes os seus ocios, criam uma producção forte, como em Villa Nova de Famalicão, rival do fabríco a vapor.

Muita gente faz aos seus deveres o mesmo que ás coisas. Deixam e esquecem-se a si e tudo em qualquer parte. E, assim como depois as não acham, tambem os não cumprem.

Pela vida adeante, chegados a certa edade, vamos sentindo necessidade de nos occuparmos, até nos mais insignificantes serviços domesticos, para nos entretermos por fóra, para nos alliviarmos da fadiga cerebral de pensar. Porque se não ha de fazer o mesmo desde a juventude? Usa-se só tarde, como remedio, medicinalmente, o que é da indispensavel hygiene quotidiana da alma. Mas se até ao banho, ao passeio, a maior parte da gente só recorre em caso de doença...

As occupações externas, o trabalho de observação e applicação, o exercicio, em summa, da faculdade sensitivo-motriz, é indispensavel para o exercicio e desenvolvimento intellectual.

A' fôrça de só puxarem pela intelligencia, condemnam-na ao impossivel. Como ha de ella desempenhar a sua funcção coordenadora, se lhe não permittem apprehender os elementos sensitivo-motores, sensações e impulsões, que são, em grande parte, os elementos sôbre que ha de operar-se essa coordenação? Querem que ella coordene depressa e bem? mas o material para isso? D'ahi vem que a nossa gente *culta* ou cahe na illusão verbal, passando a vida a falar doutoralmente de tudo sem saber nada, ou adoece do desequilibrio das faculdades, com sobreexcitação da intelligencia, na desesperada tortura de quem anceia por pensar e não tem em que.

A nossa sociedade divide-se em trabalhadores que, apesar do seu grande analphabetismo, prestam todos os serviços e chegam á originalidade e a imprimir progresso ao espirito nacional, e em todos os que frequentam aulas e se formam em faculdades, que, com todo o seu estudo, e por causa mesmo d'elle, são incapazes de servir para nada, a não ser para se julgarem com direito a tudo.

Que admira, se um estudante tudo declina de si, e até para os mais pequenos serviços, como engraxar o calçado, escovar a roupa, arrumar os seus livros, arranjar o seu quarto, etc., chama por alguem! Pois quem não é para as pequenas coisas, tambem não póde ser para as grandes. Como se adestrarão para estas, se não começam por aquellas?

Quando amamos alguem, a imagem d'essa pessôa obsidianos, vêmo-la em tudo. Como eu, que, chegando ao collegio, ao despejar as malas, em cada coisa que ia tirando de dentro, via, com entranhada saudade, a imagem da minha santa mãe, que lá as tinha metido e arrumado com inegualavel solicitude! E é como, quando desejamos anciosamente um bem, chegar, por exemplo, a um logar, que logo se nos affigura que o alcançamos, que o estamos a descobrir.

Certas pessôas imaginam dirigir os serviços, dando as ordens sem opportunidade e sem persistencia. «Eu disse! Eu lembrei!» explicam. Mas falaram em alhos, quando se tratava de bogalhos; e falaram tão despegadamente, tão de longe, como se escrevessem ou dictassem formulas d'um programma, por cuja execução não mais curassem. Para a direcção ser efficaz, não ha de ficar em palavras, é mister convertê-la em actos, de previdencia, d'a proposito e de vigilancia. Dirigir não

é simplesmente dar ordens, legislar, tenham-no presente os governantes da casa e da nação.

Um passeio no mez de março. A Gigi, sahindo do caminho por onde vinha ter commigo, para se meter por dentro do campo: «Papá, deixe-se estar ahi parado, que eu vou por aqui lá ter.» E logo a oiço, por de traz da sébe, a falar para uma flôr: «Anda cá, marota, que ainda hoje te não vi.» Mas, no enthusiasmo do seu cumprimento, vai e quebra um ramito. Penalizada, desculpa-se: «Não sabia que estavas aqui.» E, unindo-o com o topo da planta-mãe, onde elle fica suspenso pela rama: «Já te arranjei, olha!» D'ali vem então ter commigo; e vamos passeando, ella adeante, pela borda do caminho, a debruçar-se a cada passo para as flôres do chão: «Tão pequenina! gósto tanto! Esta é o pae, esta é a mãe, esta uma filha. Esta é outra filha. E que é do pae d'ella? Vou fazer um ramo. Ui! tanta formiga! de azas! Ápre! arranham. Não deixam arrancar.» Segue até outra moita. «Olhe que engraçado! Parecem agulhas, parecem alfinetes. Olhe outra filha. Mas não arranco... Só esta. Só mais tres malmequeres.» Nisto vê um já sem a inflorescencia branca da cercadura: «Aquelle é rapaz, pelado, está de carapucinho.» Mas cahe-lhe ao pé uma flôr de damasqueiro e ella apanha-a. «O' papá, que pena! olhe o que o vento fez a esta flôr! Sem pé!» Enfeixa o ramo e mostra-m'o. «E' bonito?» Entregando-m'o: «Papá, umas flôres são para o papá, outras para a mamã.»

Entre nós, são todos tão remissos em escrever! Pois não é só a lingua, são até os affectos, que, por falta de cultura, assim se perdem. E não sei o que seja peor, se perder os dos outros, se os nossos por elles.

Quando nasceu o ultimo irmãosito, que festa! No dia seguinte foi uma romaria para o quarto. Mal eu cheguei da aula, os pequenos, á uma: «Já peguei nelle ao collo!» E a Quininha informa: «E' muito lévinho!» Todos celebram a sua perfeição. Até a Gigi o imagina já calçado: «Eu tambem vi o menino, é muito lindo! Tem botinhas, são brancas.» Só lhe acha um defeito: «Ainda não sabe pedir.»

(Continúa). BERNARDINO MACHADO.

NOTAS RELATIVAS Á COLLAÇÃO E REDUCÇÃO DAS DOAÇÕES INOFFICIOSAS

(Cont. do n.º 3, pag. 146)

CAPITULO III

FÓRMA PRATICA DE DETERMINAR OS MOBILIARIOS DOADOS QUE CONSTITUEM O EXCESSO INOFFICIOSO

SUMMARIO:—**52.** Como se designam d'entre os mobiliarios doados, os que o donatario deve repôr á herança.

52. Póde ser de grande conveniencia para o donatario ou para os herdeiros, que a reducção das doações de bens mobiliarios se faça em especie, e por isso, sempre que não haja accordo dos interessados em contrario, deve o juiz decretal-a.

Se a doação fôr de papeis de credito, a reducção em especie convém ao donatario, se os papeis diminuiram de cotação desde a data da doação até á da reducção; e aos herdeiros, se augmentaram de valor.

Não havendo accordo entre o donatario e os herdeiros, ácerca dos mobiliarios que devem vir para a herança em pagamento do excesso inofficioso, se todos os mobiliarios doados são da mesma especie e qualidade, e se acham no mesmo estado de conservação, é de vantagem que o juiz os designe no despacho que manda reduzir a doação; e no caso contrario devem designar-se por sorteio de lotes eguaes, mas não sendo possivel a formação de lotes, deverão tirar-se á sorte, um a um ou por grupos.

Dando-se o caso provavel de não se perfazer por estes meios o pagamento exacto do excesso inofficioso, vindo para a herança bens de maior valor que este excesso, devem os herdeiros indemnisar o donatario d'esse maior valor a dinheiro.

Para se calcular esta indemnisação, ha de regular o valor que os bens têm ao tempo da reducção, e não o que tinham ao tempo da doação, do contrario ha prejuizo para o donatario ou para os herdeiros.

Assim, supponhamos que se tiraram á sorte duas acções bancarias, que tinham á data da doação o valor de 100$000 réis cada uma, e agora valem 200$000 réis, e que o excesso inofficioso é de 150$000 réis, o que corresponde a uma acção e metade d'outra. Neste caso, o donatario ficou desfalcado em meia acção que vale actualmente 100$000 réis, e valia 50$000 réis na epocha da doação. Como elle foi despojado indevidamente, e só pelo motivo da indivisivilidade dos titulos, de metade de uma acção que cabia na sua doação reduzida aos limites legaes, a justiça pede que seja indemnisado do desfalque d'essa meia acção, pelo valor actual que ella tem, a fim de comprar outra com esse dinheiro. O artigo 1497.º, que manda repôr os bens mobiliarios pelo valor que elles tinham á data da doação, não deixa por isso de ser observado, porque o donatario repõe effectivamente por esse valor, o excesso inofficioso, que é uma acção e metade d'outra.

Supponhamos ainda, que as acções tiradas á sorte têm agora só o valor de 80$000 réis cada uma. Neste caso, a meia acção de que o donatario foi despojado, vale só 40$000 réis, e por isso é só esta quantia que lhe deve ser paga pelos herdeiros.

CAPITULO IV

DA LICITAÇÃO DOS BENS DOADOS

UMMARIO:—**53.** Se os bens doados podem ser licitados. Se a licitação póde abranger a todos, ou só a parte inofficiosa. Impugnação da licitação.

53. Uma das questões emmergentes da reducção em especie, é a da licitação. Têm-se duvidado se podem ser licitados os bens doados; e no caso de serem reduzidos em especie, se a licitação recahe sobre todos os bens doados, ou sómente sobre a parte equivalente á importancia inofficiosa da doação.

Os que seguem a opinião de que a reducção se deve fazer em dinheiro, pretendem que os bens doados não podem ser licitados (1).

---

(1) Sr. Dias Ferreira, vol. 4.º, pag. 462; accordão do Sup. Trib. de 15-6-1883, na *Rev. de Leg.*, vol. 24.º, pag. 302; accordão da Relação do Porto de 6-12-1895, na *Rev. dos Trib.*, vol. 14.º, pag. 231; sr. E. Carv., *Man. do Inv.*, pag. 162.

Ao contrario, os que querem a reducção em especie, admittem, em geral, a licitação nos bens repostos á massa da herança (1).

Entre estes ultimos entendem alguns, que a licitação póde recahir sobre quaesquer bens doados, contanto que não excedam em valor a importancia inofficiosa, porque, quanto aos restantes bens, póde o donatario impugnar a licitação nos termos do artigo 720.º do Codigo do processo (2).

Esta opinião parte do principio de que, pela reducção, são repostos para a herança todos os bens doados, ainda que sejam divisiveis, e que o donatario escolhe os que hão de ser licitados, impugnando a licitação que os herdeiros requererem sobre os outros, ou que essa escolha é feita pelos herdeiros, requerendo a licitação sobre certos bens, uma vez que caibam no excesso inofficioso.

Só podem ser licitados bens que pertençam á herança. Os que foram doados entre vivos pelo auctor d'ella, não entram na massa partivel, e por isso não podem ser licitados (3). Mas, se pelo accordo permittido no artigo 2107.º do Codigo civil, a collação se fizer em substancia, ou se por despacho judicial que decretar a reducção em especie, vierem para a herança todos os bens doados ou uma parte d'elles, a licitação é permittida nesses bens ou nessa parte.

Se a collação e a reducção se fazem em valor, a licitação é absolutamente inadmissivel, quer o donatario a impugne, quer não, porque os bens doados não estão em substancia na herança.

Quando a reducção se fizer em especie e recahir sobre cousas divisiveis por natureza ou sem detrimento, podem os herdeiros licitar as que o despacho mandar repôr á massa partivel, sem que o donatario possa impugnar a licitação, porque a faculdade da impugnação concedida pelo artigo 720.º do Codigo do processo, é restricta a cousas indivisiveis.

Se a reducção recahir sobre uma cousa indivisivel, da qual

---

(1) Accordãos do Sup. Trib. de 1-8-1888, na *Gaz.*, vol. 3.º, pag. 469; de 12-8-1892, na *Gaz.*, vol. 6.º, pag. 586; de 7-2-1896, na *Gaz.*, vol. 10.º, pag. 323; da Relação do Porto de 13-3-1900, na *Rev. dos Trib.*, vol. 18.º, pag. 309; de 23-12-1890, na *Rev.* cit., vol. 11.º, pag. 134.

(2) Accordão do Sup. Trib. de 1-8-1888 cit.; 1.ª e 2.ª Tenção do accordão da Relação do Porto de 23-12-1890 cit.

(3) Vej. *Rev. de Leg.*, vol. 10.º, pag. 23; *Dir.*, vol. 5.º, pag. 497; *Rev. do Fôro Port.*, vol. 6.º, pag. 202.

o donatario tenha a maior parte pelo titulo da doação, constituindo a outra parte o excesso inofficioso, e que portanto pertence á herança, pretende-se que no caso de algum co-herdeiro a querer licitar, póde o donatario oppôr-se e requerer segunda avaliação, a fim de lhe ser adjudicada pelo valor averiguado nessa avaliação, repondo á herança o excesso em dinheiro, em virtude do disposto no artigo 720.º do Codigo do processo (1).

Este artigo concede effectivamente esta faculdade ao co-herdeiro que tenha a maior parte de uma cousa indivisivel, por titulo que não seja o da successão, e na verdade, a doação entre vivos está neste caso; mas o artigo exige que o co-herdeiro impugnante tenha o dominio da maior parte reconhecido pela lei civil, e não um dominio de que ella o prive; e, como o artigo 1500.º do Codigo civil lhe tira todo o dominio da cousa doada, o donatario de um immovel indivisivel, de valor excedente á sua legitima e quota disponivel, não está evidentemente nas circumstancias mencionadas no citado artigo 720.º, não podendo portanto, impugnar a licitação d'esse immovel, requerida por algum interessado, nem pedir que lhe seja adjudicado pelo valor determinado em segunda avaliação.

Póde qualquer herdeiro, antes do despacho que decretar a reducção, e na occasião indicada no artigo 712.º do Codigo do processo, requerer licitação nos bens doados que hajam de vir para o monte partivel, ou na parte indeterminada que constituir o excesso inofficioso; e, se o fizer, o donatario não póde impugnal-a, sendo-lhe porém, permittido fazer egual requerimento e concorrer á licitação.

O co-herdeiro que obtiver por licitação uma parte indeterminada de um predio doado, fica comproprietario com o donatario nesse predio; e no mappa da partilha é adjudicada essa parte ao licitante, no valor licitado.

A divisão material do predio fica reservada para depois da partilha, quando algum dos comproprietarios a requerer, pelo processo indicado no artigo 740.º do Codigo do processo.

Os louvados que procederem á divisão e demarcação, devem tomar para base o valor dado no inventario a todo o predio, sem lhe addicionarem o augmento proveniente da licitação, e attenderem ao valor do excesso inofficioso, de modo que o predio fique dividido em duas partes, das quaes uma esteja

---

(1) Vej. *Rev. de Leg.*, vol. 9.º, pag. 502.

para todo o predio, na proporção em que aquelle excesso estiver para o valor total, a qual ficará pertencendo ao licitante. Exemplificando: se o predio doado foi avaliado no inventario em oito contos, e se a parte indeterminada, que foi mandada repôr á herança, tem o valor de um conto, por ser esta a importancia inofficiosa, vem a ser essa parte um oitavo do predio; e se foi licitada por algum herdeiro com mais um conto, ficando-lhe assim adjudicada no mappa da partilha por dois contos, devem os louvados dividir o predio na proporção de um para oito e não de dois para oito; do contrario, a reposição feita pelo donatario teria sido de uma quarta parte do predio, em vez de uma oitava parte, como se havia ordenado no inventario.

Na hypothese de algum interessado requerer licitação em algum immovel doado, de natureza divisivel, ou numa parte d'elle, superior á importancia inofficiosa, não lhe deve ser admittida, independentemente de opposição do donatario, nem ordenar-se segunda avaliação, porque os bens que cabem na medida legal, não vêm para a herança, são do dominio exclusivo do donatario, não podendo por isso ser licitados; e a segunda avaliação em processo de inventario, só é permittida nos precisos casos do artigo 720.º do Codigo do processo (1), que não comprehende a licitação de immoveis divisiveis.

O herdeiro legitimario a quem o auctor da herança doou um prazo entre vivos, não tem de ser necessariamente encabeçado nelle, ainda que o seu valor caiba na medida legal, porque neste caso, o encabeçamento effectuou-se pelo titulo da doação em vida do doador, e se o valor do prazo excede aquella medida, tambem se não dá o encabeçamento necessario no donatario, em virtude do artigo 1500.º do Codigo civil.

Por isso os prazos doados entre vivos, a herdeiros legitimarios, não estão comprehendidos no artigo 720.º do Codigo do processo. Tambem não é applicavel o artigo aos prazos de vidas nomeados antes do Codigo, nos termos do artigo 1698.º do Codigo civil, por já estarem encabeçados pela nomeação.

---

(1) Decreto n.º 2 de 15-9-1892, artigo 9.º

CAPITULO V

DA RECLAMAÇÃO CONTRA O EXCESSO DE AVALIAÇÃO DOS BENS DOADOS

SUMMARIO:—**54.** Especies de reclamação contra o excesso de avaliação. O donatario, herdeiro legitimario, não póde reclamar nos termos do artigo 720.º do Codigo do processo.

54. O Codigo do processo faculta aos interessados na herança, a reclamação contra o excesso de avaliação de quaesquer bens d'ella, devendo ser apresentada na occasião indicada no artigo 712.º, e resolvida nos termos do artigo 719.º

O artigo 720.º do mesmo Codigo tambem dá a faculdade de reclamar contra o excesso de avaliação, ao co-herdeiro que tiver a maior parte de uma cousa indivisivel, por titulo differente da successão, ou na qual haja de ser necessariamente encabeçado; mas esta especie de reclamação resolve-se fazendo-se segunda avaliação da cousa indivisivel, para ser adjudicada ao reclamante pelo valor que ahi se determinar.

Pretende-se que o donatario, herdeiro legitimario, que tem a maior parte de um immovel indivisivel pelo titulo da doação, cuja parte restante pertence á herança do doador, por constituir excesso inofficioso da doação, póde reclamar contra a avaliação excessiva do immovel, nos termos do citado artigo 720.º, para lhe ser adjudicado pelo valor que fôr determinado em segunda avaliação.

Já dissemos no n.º 53, que o donatario de um immovel indivisivel, de valor excedente á sua legitima e terça do doador, perde por effeito da reducção, em virtude do artigo 1500.º do Codigo civil, o dominio que nelle tinha pelo titulo da doação; e por isso não está nas circumstancias exigidas pelo citado artigo 720.º, quer para impugnar a licitação, quer para reclamar contra o excesso de avaliação, com o fim de o conservar no seu dominio.

Se os bens doados forem divisiveis, não póde o donatario reclamar contra o excesso de avaliação com o mesmo fim, porque o citado artigo 720.º e § 1.º só se applicam na hypothese do reclamante ter a maior parte em cousa indivisivel, e pertencer á herança a menor parte d'essa cousa.

O donatario de bens divisiveis não póde reclamar nos termos d'aquellas disposições, quer em relação aos bens que vierem

em substancia para a massa da herança, em virtude da reducção, quer relativamente áquelles que retiver no seu dominio, por caberem na medida legal.

Comtudo, a Relação do Porto julgou que o filho, donatario de todos os bens de seus pais, póde reclamar contra a avaliação de um predio de casas com seu aido, nos termos do referido artigo 720.º e § 1.º, se as legitimas dos co-herdeiros houverem de ser satisfeitas pelo valor das casas doadas (1).

ANTONIO VICTOR LEMOS DA ROCHA.

---

(1) Accordão da Relação do Porto de 20-12-1892, na *Rev. dos Trib.*, vol. 11.º, pag. 237.

O ARCHIPELAGO

O archipelago açoriano acha-se situado no oceano Atlantico, entre 15° 46′ e 22° de longitude occidental, e 36° 57′ e 39° 41′ de latitude septentrional.

Fica a 250 leguas ao oeste da Europa, a 300 ao noroeste da Africa, a 340 a leste da America do Norte, e a 640 ao sul do Brazil.

Deve o nome á prodigiosa quantidade de açores que nelle encontraram os seus povoadores; mas antigos escriptores o denominaram tambem Terceiras, Flamengas e Cabralias.

Baseava-se o primeiro d'estes nomes na prepotencia que a ilha Terceira exercia então sobre as demais. Pelo decorrer d'esta descripção se verá a causa das outras denominações.

Segundo antigos geographos, as ilhas dos Açores são os restos ou porções mais elevadas da grande ilha Atlantida, submergida por um terremoto; segundo outros, são jactos de vulcões submarinos. Esta ultima opinião, correntia no mundo scientifico, é fortalecida pelos repetidos tremores de terra que nellas se realisam com bastante violencia. O celebre naturalista francez, Mr. Fouqué, o qual esteve nos Açores em 1867, confirma esta derradeira hypothese.

Na *Revue des deux mondes,* anno de 1873, publicou Fouqué o resultado das observações colhidas na sua viagem aos Açores, sendo de lamentar que d'este trabalho do erudito geologo se não tivesse feito uma edição especial, nem ao menos uma *separata!*

As armas do archipelago são um açor, cercado de nove estrellas, que representam o numero de ilhas de que se compõe. Outras armas dos Açores são: numa circumferencia, uma ave d'este nome, tendo no bico uma estrella maior, e a cercal-a symetricamente, oito estrellas mais pequenas.

Os terrenos sobranceiros ao oceano, são, principalmente nas ilhas de São Miguel e Terceira, formados de basaltos, com crystaes de amphybole e pyroxene, sobre os quaes apparecem camadas de grés, aptas a servirem de cantaria ou argilla.

As nove ilhas açorianas dividem-se em tres grupos: oriental,

central ou meridional, e occidental, comprehendendo o primeiro grupo as ilhas de Santa Maria e São Miguel, o segundo as ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa, e o terceiro as do Fayal, Pico, Flores e Corvo.

Tem este archipelago abundancia de aguas mineraes, que se encontram nas ilhas de São Miguel, Terceira, Graciosa e Pico, sendo d'estas as mais afamadas pelas suas propriedades medicinaes as da ilha de São Miguel, nos sitios denominados: Furnas, Caldeiras, Lombadas e Ferraria.

O terreno é accidentado e vulcanico, o clima muito temperado, e o solo feracissimo, de uma producção muito superior em cereaes e excellentes fructas, ao consumo.

Quasi todas as ilhas dão bons vinhos, devendo especialisar-se entre todos, o vinho do Pico, cujas videiras, se não mente a tradição, foram importadas de Chypre, pelo anno de 1470.

Os mares que rodeiam os Açores são abundantes de pescados, sendo as suas costas, em geral, asperas e pouco praticaveis. Têem, não obstante, alguns portos naturaes e dois artificiaes, um em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, e outro na cidade da Horta, capital do districto do mesmo nome, cuja navegação se tem ultimamente tornado muito importante. No porto de Ponta Delgada, onde as embarcações encontram excellente abrigo, foram já despendidos para cima de 3:000 contos.

O archipelago está dividido em tres districtos administrativos, que se subdividem em vinte e dois concelhos, e estes em cento e dezesete freguezias.

Constitue um bispado, instituido em 1534, a pedido de D. João III, pelo papa Paulo III. E' suffraganeo do patriarchado. O bispo dos Açores gosa de todas as prerogativas do episcopado portuguez, á excepção da dignidade de par do reino nato.

Ha um lyceu nacional em cada uma das tres cidades do archipelago: Ponta Delgada, Angra do Heroismo e Horta, e, em Ponta Delgada, um tribunal de segunda instancia, o Tribunal da Relação dos Açores, o qual tem sete juizes, e foi creado por decreto de 16 de maio de 1832.

E' muito boa a indole da sua população, para prova do que basta dizer-se que, não sendo as suas cidades policiadas, ou sendo-o com restricto numero de zeladores, são rarissimas as causas crimes a julgar nos tribunaes açoreanos.

As ilhas dos Açores, foram segundo affirma, entre outros, o sabio inglez Ricardo Henrique Major, descobertas por ma-

rinheiros portuguezes durante o reinado de D. Affonso IV, e desejando povoal-as e accrescental-as aos dominios da corôa portugueza, o benemerito infante D. Henrique, mandou a Gonçalo Velho Cabral, em 1431, que as viesse reconhecer, e como apenas désse com as Formigas, rochedos em numero de oito, sitos a cinco leguas de distancia, na direcção de nordeste, da ilha de Santa Maria, e dos quaes o mais elevado tem dezenove metros de altura acima do nivel do mar, voltou Gonçalo Velho no anno seguinte, e achou a ilha de Santa Maria, que assim foi chamada por haver sido descoberta a 15 de agosto, dia em que, com a invocação dos Anjos, venera a Egreja a mãe de Christo.

Em 1444 foi descoberta a ilha de São Miguel, e assim successivamente foram sendo encontradas e se foram povoando as demais do archipelago.

Foram flamengos, em grande parte, os povoadores das ilhas, o que tem explicação no facto de haver uma princeza da casa reinante de Portugal, filha de João I, desposado a Filippe o Bom, duque de Bongonha, fallecido em Bruges em 1467. Assim enviou a duqueza de Borgonha a seu irmão D. Henrique, com instantes recommendações, muitos emigrantes flamengos, entre os quaes Jacome de Bruges, que colonisou a Terceira, e Guilherme da Silveira, que colonisou San Jorge, Flores e Corvo.

São Miguel e Santa Maria foram colonisados por Gonçalo Velho Cabral, e a ilha Graciosa por um individuo do appelido de Sodré.

Em luctas contra corsarios, que muitissimas vezes infestaram os seus mares, demonstraram os açoreanos seu esforçado valor. Eram geralmente inglezes ou argelinos os piratas que aportavam aos Açores, para saquearem seus mal defendidos habitantes. Nas Flores, por exemplo, como se vê de um manuscripto do distincto investigador açoriano, dr. João Teixeira Soares, em 1587, chegaram ao porto da villa das Lages cinco navios inglezes, saqueando e roubando tudo, até as egrejas, de que só escaparam algumas imagens e ornamentos, que foram salvos pelos sacerdotes. O mesmo fizeram á villa de Santa Cruz, da dita ilha.

Na ilha Terceira, por espaço de tres annos, se recusaram a reconhecer como rei a Filippe I, segundo de nome em Hespanha, pondo em debandada a primeira esquadra, composta de sete naus, que por esse monarcha lá fôra enviada. Foi por essa constancia em repellir do solo da patria o jugo do estrangeiro que, em 1642, reinando D. João IV, foi dada á cidade

de Angra do Heroismo a denominação de *Sempre Leal,* que nunca mais deixou de usar.

Uma pagina não menos brilhante da Historia Açoreana foi a parte activa e importantissima, tomada pelo archipelago na revolução de 1832, pronunciando-se a sua população quasi unisonamente a favor da causa liberal, e fornecendo a D. Pedro IV, que a estas ilhas aportou, vindo da ilha bretã de Belle-Ile, grande contingente para o exercito de bravos que, em numero de 7:500, desembarcou nas praias do Mindello, a implantar nas muralhas da sempre invicta cidade do Porto, o pendão heroico da liberdade portugueza.

Os Açores acham-se ligados á metropole por um cabo submarino inaugurado no dia 27 de agosto de 1893.

ALICE DE MODERNO.

HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 2, pag. 82)

CAPITULO II

Os primeiros hospitaes.—Roc'Amador e Hospitalarios.—As confrarias de caridade.—As mercearias e sua primeira instituidora a rainha D. Brites.—As gafarias e a rainha Santa.—A lepra e os leprosos.—As pestes—epidemias e lazaretos.

Conjunctamente com as albergarias ou pousadas para peregrinos e viandantes, estabeleciam-se no velho Portugal mediévico enfermarias ou hospitaes onde caritativamente eram tratados de suas molestias os enfermos desvalidos.

Desde os mais remotos tempos da nossa vida nacional, parece terem existido institutos d'esta ordem, cuja tradição perdida no decurso dos tempos, ainda mais ou menos vagamente transluz na historia e na archeologia.

De mui variada origem eram estes primitivos e rudimentares hospitaes de enfermos. Uns devidos á generosidade e caridade regia ou de particulares illustres;—outros annexos ás ordens militares e religiosas, e outros ainda creados sob a influencia autonoma dos nascentes burgos, sob o influxo d'essas liberdades das communas, conferidas nos foraes e reguladoras da vida municipal.

Iremos exemplificando estas diversas especies de hospitaes, com os poucos de que, em uma ou outra parte, resta vaga e indecisa memoria.

Em Evora consta ter D. Affonso Henriques fundado um hospital, denominado de S. João de Jerusalem, cuja administração e sustentação cedeu aos hospitalarios, por certo á semelhança do hospital para peregrinos doentes, fundado pelos mercadores de Amalfi em 1048 em Jerusalem, onde exerciam a sua piedosa e caritativa missão os primeiros monges—da ordem depois chamada de S. João de Jerusalem ou do Hospital. Esta ordem militar e religiosa,—que em attenção ao especial fim da sua fundação foi geralmente conhecida pela simples denominação de Ordem do Hospital—havia sido fundada pelo Patriarcha de Alexandria—S. João—cognominado

o *Esmolér,* fallecido em 616. Este hospital de Evora, generosamente soccorrido pelo seu fundador, que lhe deu 80:000 dinheiros de ouro, ou segundo outros 3:000 marcos, para se comprarem herdades e juros com que se custeasse o tratamento dos enfermos, persistiu até tempos de D. Affonso V (1475), que o privilegiou.

Tambem ha levissima tradição oral de ter havido em Arcozello, na quinta chamada da *Freiria* um antiquissimo hospicio ou hospital, pertencente á ordem dos Templarios.

Mais positivas do que estas simples e vagas indicações se encontram noticias de ter havido em Portugal grande numero de hospitaes, albergarias ou confrarias, cuja origem deve attribuir-se aos primeiros tempos da monarchia, e se abrigavam sob a invocação de Santa Maria de Roc'Amador, *Roca-Amador, Rocamador, Reclamador* ou ainda *Roque Amador*. Não é facil averiguar, pelas nebulosas e escassas indicações que, ácerca de taes institutos, restam ao presente, qual seja a verdadeira e mais rigorosa lição. Nos velhos documentos latinos encontra-se «*De Rupe-Amatoris*» de onde se verteu pelas fórmas acima ditas. Em um livro denominado *Livro das Chapas,* escripto em 1666 pelo então Provedor da Misericordia do Porto Nuno Barreto Fuzeiro e existente no cartorio da Misericordia do Porto (1) diz o seguinte, cuja confirmação parece nunca ter apparecido:

«Hũa memoria antiga e que devia ser feita com ponderação, pois era para se fazer hũa suplica ao Summo Pontifice, dizia que Roque Amador fôra um Beneficiado d'esta See e que instituira hũ hospital do seu mesmo nome.»

D'este facto tira o citador uma das conclusões de seu opusculo, segundo a qual tem como certa a existencia no Porto d'este hospital de nome portuguez—Roque Amador.

Segundo a opinião de Santa Rosa de Viterbo, perfilhada por Pinho Leal, e que parece estribar-se em documentos antigos, existiu, com intuitos perfeitamente analogos aos dos hospitalarios, isto é, de soccorrer enfermos e albergar peregrinos, uma ordem religiosa, denominada de Roc'Amador ou de Santa Maria de Roc'Amador (que o vulgo transformou em *Reclamador* como se encontra em muitos livros e inscripções), fundada em França em 1166, cuja missão principal era estabelecer hospitaes onde tratassem nas suas enfermarias os

---

(1) Segundo o sr. Cherubino Lagoa, *Hospital e albergaria de Santa Maria de Roc'Amador,* pag. 10.

peregrinos. Alargou-se porém a sua acção caritativa, não só na qualidade e extensão da infinita e caroavel bondade dos eremitas hospitaleiros, mas tambem pelo grande numero de institutos e filiaes que espalharam por diversos paizes.

Fundou-se em França, Narbonna, sobre a sepultura de Santo Amador, o primeiro hospital da Ordem; veiu esta para Portugal em 1189 trazida pelos cruzados que vieram prestar auxilio a D. Sancho I na tomada da cidade de Silves, e logo, com a protecção dos soberanos começaram a estabelecer-se em varias terras do reino, taes como Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Guimarães, Braga, Santarem, Torres Vedras, Chaves, Lamego e outras muitas, onde até se conserva ainda em logarejos ou ermidas o nome de Roca Amador, Roque Amador ou Reclamador (Viterbo).

Obedeciam estes prestantes religiosos á ordem ou regra de Santo Agostinho, e sob esta bandeira souberam durante seculos manter constante a pratica da mais alta e sublime caridade evangelica, assistindo com o maior desvélo aos enfermos que recolhiam nos seus hospitaes e enfermarias, cujos rédditos eram dia a dia augmentados pelos obulos da multidão que os venerava, pelas dadivas generosas dos principes e das pessoas mais gradas e abastadas do reino.

Roc'Amador é um nome que symbolisa um largo periodo da historia da beneficencia européa. O seu sacrosanto Instituto grangeou nas epochas rudes da edade-media, uma auréola de Santidade. Cobertos pelas bençãos dos desvalidos, dos enfermos, que alli buscavam allivio aos seus padecimentos, amparo material e espiritual para as dôres do corpo e receios de suas almas infantís sobresaltadas com os temores da morte, os conegos regrantes de Santo Agostinho, da ordem de Santa Maria de Roca Amador, foram os verdadeiros iniciadores e propulsores da grande corrente de caridade e de beneficencia, que mais tarde havia de ter em Portugal a sua corôa no gloriosissimo Instituto de fr. Miguel Contreiras e da rainha D. Leonor —*as Misericordias*.

Como premio do auxilio prestado pelos cruzados que pertenciam á ordem de Roca Amador, o rei D. Sancho I fez-lhes doação da villa de Sóza ou Sousa (a Velha), nas immediações de Aveiro, á beira-mar. Para alli levaram elles a imagem que comsigo traziam da sua padroeira—Nossa Senhora de Roca Amador—e instituindo na villa doada a séde principal da ordem, veneravam-na na egreja parochial de S. Romão, como ainda presentemente se venera.

Da carta de doação, feita em 1292, consta que el-rei D. Sancho

além de lhes conceder tudo quanto naquelle couto possuia, como a egreja (Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Rupe Amatoris de villa quæ vocatur Sosia, etc.) (1) e seus passaes novos e velhos, marinhas e outros direitos, tambem lhes edificou o hospital, que foi o primeiro d'esta invocação em Portugal.

Cercados de respeito e veneração dos povos, os religiosos de Roc'Amador conquistaram a protecção dos soberanos. D. Affonso II, D. Sancho II, D. Affonso III, D. Diniz, Santa Isabel e D. Fernando, todos lhes fizeram grandes e valiosas doações e deixas nos seus testamentos (2), exemplo depressa seguido por muitas pessoas ricas e religiosas, por fórma tal que a ordem chegou a possuir avultados capitaes.

Obedecia a ordem a Priores (3) nos quaes os reis acima citados encabeçaram as doações e confirmações, determinando de modo expresso e terminante que os moradores da villa, que mais tarde as areias subverteram, deviam reconhecer como senhorios os religiosos do convento.

Começaram os conegos regrantes a alheiar-se das suas obras de beneficencia, por tal sorte que em tempo de D. Affonso V, este soberano, pedida a acquiescencia de Pontifice Pio II, concedeu a egreja e convento de Sousa, séde principal de tão pio e venerando instituto á commenda de S. Thiago, tendo supprimido a ordem de Santa Maria de Roca Amador. Parece que tambem pelo mesmo tempo ou pouco depois, para ser completa a catastrophe, o assoriamento invadiu as terras, e a aldeia, que fôra capital de um instituto tão sublime, ficou sotterrada nas areias, escapando apenas a egreja de S. Romão e algumas casas.

---

(1) *Monarchia Lusitana,* de fr. Antonio Brandão, tom. v, pag. 272 e seguintes.

(2) Os testamentos de D. Diniz e Santa Isabel contêm legados á Santa Misericordia de Roc-Amador. Das inquirições feitas em tempo de D. Affonso III consta a existencia de confrades da Ordem de Santa Maria de Roc'Amador. No Livro d'el-rei D. Diniz se fala no mordomo da albergaria de Roc'Amador. Assim o refere fr. Antonio Brandão na *Monarchia Lusitana,* tom. v, pag. 272 e seguintes, onde affirma ter existido, na livraria de Alcobaça, um tratado da egreja e milagres de Santa Maria de Roc'Amador. No Lib. Extremadura fl. 162 se vê que D. Affonso III confirma—«a Hugo, *da ordem* do mosteiro de Santa Maria de Roc'-Amador, que era Religião approvada, etc., etc.», cit. pela *Monarchia Lusitana,* tom. v.

(3) D. Diniz, D. Fernando e outros monarchas confirmaram os Priores da Ordem; entre elles fr. Vasco, confessor e mestre de D. Duarte. Lib. 3 d'el-rei D. João I, fl. 130. Houve Priores até ao tempo de D. Affonso V. *Monarchia Lusitana,* tom. cit.

A ordem dos eremitas hospitaleiros conegos de Roca Amador foi a verdadeira precursora dos grandes institutos de caridade da Renascença:—os Hospitaes e as Misericordias—comquanto me pareça que a estas ultimas se não deve buscar aqui a verdadeira filiação, mas sim em outros similares institutos, de fins identicos mas mui diversa organização, de que a breve trecho nos occuparemos, sob a denominação commum que lhes pertence, de *Confrarias de caridade.*

Aos eremitas de Roca Amador, cuja principal missão era a de enfermeiros, da qual se desempenhavam com tal assiduidade e zelo, que o povo, na sua pittoresca linguagem, os alcunhara de *Seringas,* querendo assim testemunhar o desvélo com que assistiam aos seus doentes, pertenceu durante muito tempo, como dissemos, o penoso encargo da missão da caridade.

Extincta a ordem, succederam-lhes na mesma caritativa senda os religiosos loyos da ordem de S. João Evangelista, a cujo cargo esteve por algum tempo a administração do grande hospital real de Todos os Santos e de muitos outros do paiz, e depois por fim os Irmãos das Irmandades de Misericordia.

*

Outros investigadores, como o sr. Cherubino Lagoa, pretendem porém demonstrar que em logar d'esta famosa ordem religiosa, que os chronistas affirmam ter existido nas condições que acabamos de indicar, apenas teria havido «humildes confrarias, de natureza secular ou leiga, administradas por *vigarios* (vedor, confrade ou mordomo, isto é, immediato ou adjunto do Provedor), pessoas de muita piedade e misericordia.»

Conclue o seu estudo, entendendo que muito embora estes primitivos hospitaes ou albergarias tirassem o seu nome do santo francez, não obedeciam a ordem religiosa alguma, nem seriam fundados no nosso paiz por cruzados peregrinos, nem tão pouco teriam assumido a importancia e celebridade que se lhes attribue.

(Continúa). VICTOR RIBEIRO.

A ELEIÇÃO DOS PROCURADORES POR LISBOA ÁS CORTES DE ALMEIRIM, EM 1580

EXCERPTO D'UM LIVRO INEDITO

O acto solemne a que se ia proceder na Casa de Santo Antonio, preludiado já na rua com os motins a que ainda ha pouco assistimos, devia ter, como veremos, importancia capital nos negocios do paiz.

Para a escolha de procuradores adeptos ao partido de Castella, ou, pelo menos, de individuos que facilmente se podessem manear aos interesses dos que promoviam a perda da independencia nacional, tinham-se movido todas as influencias.

Mas Lisboa parece que estava renitente em ceder ás imposições dos traidores, e d'ahi provinha a anciedade que tal eleição despertava.

Já em novembro se tinha feito eleição de procuradores; mas os escolhidos, D. Manuel de Portugal e Diogo de Salema, bem conhecidos pelas suas idêas contrarias ao dominio castelhano, desagradaram ao Cardeal que annullou a eleição e mandou proceder a esta a que vamos assistir, realisada em dezembro de 1579.

Precisamos agora dizer ao leitor alguma coisa a respeito da constituição do municipio ou Senado de Lisboa, como se chamava então, para assim melhor lhe fazermos comprehender a que vai passar-se.

A organisação dos municipios ou concelhos data dos romanos. Foram elles que formaram o nucleo d'essa poderosa republica e depois formidavel imperio.

No começo da *edade-média,* em virtude das commoções extraordinarias que então agitaram a Europa:—a irrupção violenta dos barbaros e as luctas desesperadas de preponderancias locaes—a organisação salutar dos municipios perdeu-se quasi inteiramente; mas a breve trecho, quando alguns momentos de paz começaram a dar relativo predominio ás classes populares, os municipios ou communas, foram surgindo, áquem e além, primeiro na Allemanha, depois na França e finalmente na Peninsula.

A sua organisação definitiva e regulamentada, em Portugal,

data do reinado de D. Affonso III, mas já anteriormente existiam rudimentos de governo municipal.

De França, onde por muitos annos viveu, trouxe a *Bolonhez* a idêa de regularisar aquella utilissima instituição; e effectivamente a regularisou.

Apprendera lá fóra quanto valiam as communas, que importancia representavam para a boa constituição economica d'um paiz, e que poderoso recurso podiam ser para a realeza, a quem o feudalismo tão pequenas regalias permittia.

Auxiliado pelas communas esmagara Filippe Augusto de França, na celebrada batalha de Bouvines, a preponderancia dos senhores feudaes.

Tambem foi nos concelhos que o nosso D. João II encontrou o principal adjutorio para debelar a rebeldia da nobreza, quando pensou em regularisar os negocios do reino.

Representantes legitimos dos interesses das classes productoras, os concelhos foram como que o baluarte popular, a regalia unica d'esses tempos para o povo, o escudo em que embatiam e se quebravam, tantas vezes, as arremetidas filauciosas da nobreza, nos seus intentos de expoliação das camadas populares.

A constituição dos concelhos resultava em Portugal d'uma permissão especial dos reis. A essa permissão que era escripta num pergaminho com todas as formalidades tabeliôas d'esse tempo, dava-se o nome de *foral*.

Nelle se estabelecia um como regulamento do concelho, o qual era mantido e guardado pelos magistrados que o povo escolhia para a gerencia dos negocios municipaes. A reunião d'esses magistrados tinha o nome de Senado. Este nome é mais uma reminiscencia dos romanos.

E' preciso porém saber-se que antes da instituição definitiva dos concelhos já havia *foraes,* e que já representavam uma como alforria de certas terras, para a si mesmas se governarem. O primeiro *foral* de que ha noticia é o de Penella, concedido pelo conde D. Henrique.

A differença é que em vez de Senado havia a assemblêa de *homens bons,* com attribuições quasi identicas.

Lisboa teve regalias communaes desde o principio da monarchia. O seu primeiro *foral* data de 1179 passado por D. Affonso Henriques.

A sua corporação municipal compunha-se ao principio d'um certo numero de *alvazis,* magistrados que desempenhavam a um tempo funcções judiciaes e municipaes, e dos procuradores do concelho. Todos estes cargos eram electivos.

Mas nos casos momentosos, quando era preciso resolver sobre assumptos de maior responsabilidade, a corporação municipal fazia-se acompanhar dos *homens bons,* que eram as pessoas mais abastadas do concelho. Dizia-se então que se reunia em relação.

O tempo foi trazendo alterações ao municipio de Lisboa. Em vez dos *alvazis* passou a haver os *vereadores,* que já apparecem em tempo de D. Fernando, e, a partir do reinado de D. João I, entram na constituição do concelho municipal quatro procuradores da *Casa dos Vinte e Quatro* (1).

No tempo em que se passa a nossa historia a corporação compunha-se dos procuradores do concelho, dos vereadores, e dos quatro procuradores da Casa dos Vinte e Quatro.

O principio electivo é que tinha soffrido rude golpe no tempo de D. Sebastião. Os quatro vereadores, que eram sempre letrados, passaram a ser de nomeação regia, e bem assim o presidente do Senado.

Não admira. As instituições municipaes, porque compendiam todo o viver administrativo dos povos, tem de ser um fiel reflexo das circumstancias moraes em que esses povos se encontram.

Livres, independentes e grandes, quando as virtudes sociaes constituem a norma das populações, logo se tornam fracas e subservientes quando lhes falta esse esteio poderoso.

Ao desvairamento das massas, ao aniquilamento das boas regras sociaes, ao desprezo dos deveres, e portanto á postergação dos direitos civicos de todos e de cada um, ha de corresponder, fatalmente, a depressão das intituições populares.

São ellas a pedra de toque do valor e da moralidade das sociedades que representam.

E não havia nada mais baixo, mais ignobil, de que a socie-

---

(1) A Casa dos Vinte e Quatro Mesteres, ou simplesmente Casa dos Vinte e Quatro, era a reunião dos procuradores dos doze officios ou *bandeiras,* eleitos em certos periodos pelos profissionaes d'esses officios para tratarem dos interesses populares. O seu presidente chamava-se *juiz do povo.* Era uma imitação das *corporações*, de França, e constituia uma especie de tribunal de larga jurisdição sobre os assumptos do operariado. Ninguem podia exercer uma arte, ou nella ser considerado mestre, sem favoravel sentença d'esse tribunal. D. João, o de *Boa memoria,* muito grato ao povo de Lisboa pelo auxilio que os mechanicos da cidade lhe tinham prestado na sua elevação ao throno, creara, para lhe mostrar a sua benemerencia, essa corporação dos mais salutares influxos para a classe operaria. Foi um rei que soube ser agradecido.

dade portugueza d'esse tempo, principalmente na capital. As riquezas estonteantes trazidas da India em nossos pesados galeões, foram como veneno que veio empeçonhar a pacifica e outr'ora tão digna população de Lisboa. Fez-se mercadora a famosa cidade, ataviou-se com as grandezas que lhe vinham lá d'essas regiões do levante, e finalmente tornou-se em odalisca abjecta.

O Oriente vingou-se da ousadia portugueza mandando-nos de envolta com suas riquezas, que lhe compramos a preço da nossa dignidade, a origem de nossos males e de nossa decadencia.

O grande satyrico d'esse tempo, Duarte de Rezende, pinta o estado de rebaixamento da sociedade portugueza nesta bem significativa quintilha.

Vi soberba nos vilãos,
E baixeza nos honrados,
Vi cubiça nos prelados,
Descuidos nos anciãos
E desordem nos estados.

Voltemos porém á eleição.

A egreja estava agora quasi cheia, e, a calcular pela affluencia de povo que ia entrando, em breve ficaria completamente apinhada.

Para se realisar a eleição de procuradores ás côrtes reuniam-se com o Senado, além dos *homens bons,* os prelados e outras auctoridades ecclesiasticas do concelho, os fidalgos nelle residentes, e os desembargadores da Casa da Supplicação e dos outros tribunaes, e toda a Casa dos Vinte e Quatro.

Eram estas as personalidades que tinham direito á escolha dos seus representantes, dos quaes um devia ser fidalgo.

E bem deve saber o leitor que nesses tempos ainda não havia as eleições populares de hoje em dia, introduzidas pelo constitucionalismo, que é como quem diz o principio nephelibata na governação dos povos.

Esses regabofes eleitoraes, que todos conhecemos, acompanhados geralmente de larga matança, não de innocentes, mas de saborosos carneiros, ainda não estavam inventados. As eleições eram restrictas; só determinados cidadãos tinham direito de voto, tanto para os cargos senatoriaes como para os representantes ás côrtes.

Não cremos que d'ahi resultasse absoluta pureza e legalidade do acto eleitoral, mas quasi afiançamos que valiam mais

e custavam menos que as bambochatas que por ahi presenceamos, as quaes melhor se poderão chamar almoeda de suffragios, que manifestação livre do voto popular.

O povo d'esse tempo não tinha o *forum* dos romanos, mas teve em muitas occasiões os seus valiosos tribunos, que geralmente não valiam menos que os da antiga dominadora do mundo.

Embora por eleição indirecta os procuradores dos concelhos fossem investidos nesse honroso encargo, o certo é que se conservavam fieis aos interesses da classe popular.

Na mesa grande que dissemos estar na entrada da abside tinham tomado logar os membros do Senado, sentados em volta nas suas cadeiras de espaldar.

Na que tinham collocado no alto da nave encontravam-se os dois principaes funccionarios do municipio—o conservador e o escrivão.

No corpo da egreja estavam sentados os eleitores, sem distincção de logares, excepto o *juiz do povo* e os outros procuradores da corporação artistica, que tinham logar mesmo em frente da mesa do escrivão e conservador.

O corregedor-mór de Lisboa e os almotacés togados sentavam-se em cadeiras de espaldar dentro do cruzeiro.

Quando foram horas de começar a eleição o presidente do Senado diante do qual se foram apresentar, um a um, todos os eleitores, tomou-lhes juramento sobre os Santos Evangelhos, de que livres e sem peitas de especie alguma votariam nos individuos que mais aptos reconhecessem para o desempenho do cargo de procuradores do concelho de Lisboa, nas côrtes que se iam reunir.

Esta ceremonia levou bastante tempo, embora fosse rapido e summario o acto do juramento.

Quando acabou foi o conservador do Senado percorrer todos os logares para receber dos eleitores o seu voto, que o davam escripto num pedaço de papel.

O povo, que se apinhava compacto na teia e no fundo da egreja, esperava ancioso o resultado do escrutinio.

Recebidos todos os suffragios, sendo os senadores os ultimos a votar, o conservador e o escrivão começaram a escrutinar os nomes votados.

A impaciencia, tanto do publico como dos privilegiados votantes, chegou agora ao seu auge. Estendiam-se os pescoços para a mesa dos dois funccionarios, devoravam-se com os olhares os papelinhos que o escrivão ia lendo successivamente, e cada um queria adivinhar o nome dos eleitos.

Apezar do respeito do local, principalmente nesses tempos de fé mais viva ou de hypocrisia mais destra, a ordem esteve por vezes em risco de ser alterada. No recinto do povo ainda começaram alguns desaguisados, que a veneração devida a um templo fez que não fossem por diante.

Finalmente, apurados os votos, o conservador foi apresentar na mesa dos Senadores o resultado do escrutinio, e o presidente, erguendo-se com majestade, proclamou solemnemente os dois nomes mais votados.

Eram elles: Manuel de Sousa Pacheco e Phebo Moniz.

O publico recebeu com um vozear approvativo os nomes proclamados. Phebo Moniz era a esperança da classe popular. Vendo-o eleito, todos ficaram satisfeitos, embora o seu companheiro a ninguem inspirasse nem confiança nem receio.

E assim terminou a segunda eleição dos procuradores por Lisboa ás côrtes de Almeirim.

CESAR DA SILVA.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 3, pag. 151)

Bem portuguez se affirma o lyrismo apaixonado de Francisco Manuel de Mello e de Rodrigues Lobo, cujas eclogas traduzem os accidentes amorosos que lhes golpearam a vida.

Ambos estes poetas superiores sentiram o encantamento triste da poesia tradicional.

E o grande talento do primeiro, no seu *Auto do Fidalgo aprendiz,* deixou retratado o caracter nacional. Na Farça vicentina dos *Almocreves,* fôra já surprehendentemente apanhado o typo portuguez do *Fidalgo pobre.* «Dom Gil Cogominho—observa o sabio auctor da *Eschola de Gil Vicente*—é o fidalgo de fresca-data, que se expõe a todos os ridiculos para figurar na côrte, que rapa fome para apparentar grandezas, não tendo aonde cahir morto e falando constantemente do solar dos seus antepassados. O typo do *Fidalgo pobre,* definido por Gil Vicente e descripto pelo humanista Clenardo, estava em toda a sua actualidade: era Portugal esgotado da sua antiga riqueza pelo dominio castelhano, atrazado em cultura pela intolerancia da Inquisição e pela educação dos Jesuitas, sem industria pelo desprezo do trabalho mechanico, com a propriedade immobilisada em morgados e capellas, com a mendicidade convertida em instituição como se via na infinidade de ordens monachaes que sugavam a terra e todas as energias sociaes; era Portugal indifferente pelo futuro, e fazendo consistir o seu vigor nas tradições heroicas dos descobrimentos maritimos, das suas conquistas de áquem e de álem-mar, era elle o *Fidalgo pobre,* representado diante de D. João IV.»

D'uma cella sahiram para a gloria da nossa litteratura as apaixonadas *Cartas*—cuja ingenuidade commovendo até ás lagrimas raia pelo sublime—de Soror Marianna Alcoforado, onde o amor passa como tempestade. Estas *Cartas,* sendo a expressão fatal do temperamento psychico do povo portuguez, são o documento mais lidimo que no genero epistolar podemos apresentar ao concurso de todas as litteraturas, porque são plenas de sentimento e sinceridade.

E todavia temos *Cartas* como as de Antonio Vieira, Fran-

cisco Manuel de Mello, Cavalheiro de Oliveira e Abbade Antonio da Costa.

Do intolerantismo systematico que no seculo XVII abafou a vida nacional, resultou a degenerescencia morbida de quasi todos os espiritos que entre nós exerceram a sua actividade esthetica. Apenas, do outro lado do oceano, no Brazil que madrugava para a autonomia, surge a ternura, a meiguice tocante do lyrismo de Gonzaga.

E notifiquemos que a Litteratura brazileira, rica e levantada, ostenta hoje o lyrismo mais intensamente sentido. Ella já produziu Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Castro Alves, Casimiro d'Abreu e Fagundes Varella.

O asserto de Goethe, attinente á capacidade do elemento extrangeiro para fazer resaltar nitidamente a caracteristica nacional, encontra em Camões—oriundo d'um fidalgo gallego—Bocage d'um francez—e Garrett—d'um irlandez—segura prova.

Bocage—a despeito do criterio da sua epocha ser a aberração, a arte ser erma de destino social, porque liberdade não a havia, e no espirito do poeta echoar o grito poderoso com que o negativismo incendiava a atmosphera revolucionaria da França—foi bem nosso no extranho colorido das suas lyricas sensuaes.

A um paiz progressivo—que já fizera correr pelo mundo como tempestade o verbo da liberdade emancipando a consciencia pela Reforma—é a quem cabe por sorte fazer sahir do catholicismo, das classes servas, dos cantos dos trovadores e de todas as outras fontes organicas da elaboração artistica, a phase sentimental do Romantismo que não é senão o beijo creador da Média-edade, ungindo a fronte scismadora da Allemanha.

A essa revolução esthetica que, carreada nas dobras da renovação social, fructo de 93, ia abalando a Europa, conservamo-nos insulados. Foi só após o exodo de 23—que mostrou todo o valor do automatismo da tradição—que pela idealisação da Edade-média se começou a reviviscencia das tradições patrias. Veiu fecundo, que, explorado por Garrett e ao depois por Herculano, deu a expressão plena da feição nacional.

Então, pela intuição maravilhosa da continuidade historica, as velhas lendas nacionaes vieram á luz trazidas pelo romantico liberal Almeida Garrett. Pelas agruras do desterro abriu-

se-lhe o espirito para todas as incidencias do sol da liberdade, atirando á Patria com os commovedores versos do *Camões,* onde palpita a rutila alma da nossa terra. Porque foi no protesto que nos legou o épico — após a crise tremenda de 1580 — que o poeta encontrara, o espirito, a synthese d'esta pequena nacionalidade.

E o seu grande espirito, cuja contemplação arrasta á scena ultramarina em busca d'outros com que o comparemos, deu-nos uma obra sublime e tragica como tambem foi a obra portugueza. É que o restaurador do Theatro nacional, como ao depois João de Deus, comprehendeu os matizes mais delicados da nossa alma, deixando na simplicidade profundamente pathetica, toda escripta com sangue, a traducção mais flagrante, um dos mais preciosos documentos de psychologia depois dos *Lusiadas,* — *Frei Luiz de Sousa,* que reatou a corrente dramatica que posteriormente a Gil Vicente não encontrara continuadores.

É interessante ver como para Quinet — *Mes vacances en Espagne* — esta obra foi uma revelação:

«Em sua commovedora simplicidade, o drama representa o fundo intimo da vida portugueza, com a mistura de anceios e tristezas, esperanças envenenadas de fortunas apparentes e impossiveis que conduzem a essa devoradora melancolia que se chama saudade. O effeito é tanto mais desolador, quanto a esperança realisada apenas serve para despedaçar corações. No fim, quando os personagens principaes dizem adeus ao mundo para entrar no convento, parece que a nação inteira pronuncia os votos.»

Porque, após a catastrophe de Alcacer-Kibir, foram os sonhos deleitosos do caracter psychico do celta quem dynamisou, uma vez mais, o povo sacrificado pela aristocracia e clero que o ouro de Castella comprara.

E a nação, vendo-se retratada nesse rei aventureiro, sympathisara tanto com elle que encarnou na sua vinda as esperanças que os celtas personificaram na vinda, nuncia de vingança, do rei Arthur.

Não querendo seguir todo o desenrolar gigante da obra mais nacional, depois da de Camões, não passaremos em claro a deliciosa e encantadora narrativa *Viagens na minha terra,* e o seu exaltado lyrismo, onde lateja a ardencia d'um temperamento iberico e as idealidades do celta.

Não falando na energia indefessa que custou a Herculano

trazer á luz as origens nacionaes, no meio das refregas que o obsidiavam de invectivas por pulverisar lendas, facto que diadema de sympathia, pela sinceridade independente com que o fez, a sua alta envergadura, deixou-nos o auctor da *Historia da origem da Inquisição em Portugal* «os romances e escriptos humoristicos, onde transparece sempre o cunho de portuguezismo duro e pesado mais aggressivo do que engraçado. Nos escriptos de polemista, a phrase rotunda é quente, a aggressão é viva, as palavras têem calor, e a dureza do genio lusitano acha nos sentimentos expressos em orações duras, uma convicção, uma independencia que a ennobrecem.»

Da exageração a que foi levada a parthenogenese cavalheiresca medieval resultou o *Ultra-Romantismo.*

Assistimos agora ao desfilar d'uma geração sem ideal superior, sem um sentimento, sem uma nobre commoção que erguesse o pensamento, sem uma doutrina philosophica, que, na compressão do meio social, se lançou espectaculosamente em convencionalismos rhetoricos e sentimentalistas. Assim se annullaram o auctor do emocionante conto *Ultima corrida de toiros em Salvaterra,* Mendes Leal, e toda essa cohorte, que turiferava Castilho, a quem Theophilo Braga chamou os do *Elogio Mutuo.*

E' forçoso que ao avanço social e humano corresponda egual progresso na arte; é preciso que a arte litteraria tenha um fim nobre, projectando o seu fóco de luz sobre a intensidade da miseria e degradação physica e moral. D'este modo, como adverte o eminente criminalista Ferri—*I delinquenti nell'arte*—«a arte, a qual, graças á *obra* de Beecher Stowe e aos *Contos* de Tourgueneff, deu um impulso decisivo á consciencia collectiva contra a abominação da escravatura domestica na America e na Russia, a arte que, pelas *Recordações da casa dos mortos* de Dostoievsky, provocou a indignação do mundo civilisado contra as infamias da escravatura politica, a arte dará á sociedade futura, previsto pelos que estudam anciosos a evolução social, a força d'um sentimento collectivo para combater a escravatura economica, a fonte e a base de todas ás outras.»

Em Soares de Passos o lyrismo, avançando para o subjectivismo, surge profundamente elegiaco e docemente plangente como a alma portugueza.

Interessando-nos pelo que é nosso, a cerebração ardentemente idealista de Camillo cria o romance de costumes—

onde ha plenitudes de amor e perpassam adorados vultos de mulher.

Toda a sua obra accusa a fatalidade audaciosa, apaixonada e violenta do sangue portuguez.

Reacção apremiante contra o *Ultra-Romantismo,* ergue-se denodadamente a Eschola de Coimbra.

Abre esta phase critica João de Deus.

Da sua penna sahiu o lyrismo incomparavelmente bello na sua espontaneidade apaixonada; em prosa deixou-nos idealisações extranhamente encantadoras, onde ha toda a simplicidade do poeta da *Aonia.*

Tudo isto, posto em plena luz pelo cerebro potente de Theophilo Braga, actuou—como já acontecera no *Centenario de Camões*—, nas escholas, no paiz; d'ahi a romagem de toda a mocidade, no anno em que morreu o poeta, a quem cantou as idealidades do coração portuguez.

Devia ter sido sentidamente consolador para o auctor illustre das *Modernas ideias na litteratura portugueza,* ver, ao diademar-se a fronte genial do poeta, que na depressão em que se arrasta a intellectualidade nacional ainda se comprehendeu o dynamismo espiritual e moral do genial cantor.

O commovido affecto com que a mocidade idolátra o auctor do *Campo de Flores* é-lhe devido, porque, idealisando o coração portuguez, fê-lo com o que havia de mais genuinamente nacional, a tradição, que lhe deu a espontaneidade ingenua insufflada do nosso plastico mysticismo.

*

No periodo que atravessamos de profundo decahimento—em que se desdobra uma litteratura abastardada e pueril, porque a apartaram da fonte viva da tradição, vegetando esterilmente na admiração e imitação servil e banal de litteraturas extranhas não se lhe dando, além d'isso, destino social e cahindo-se no exclusivismo de a cultivar com mero intuito de perfectibilidade da expressão esthetica—cumpre relembrar que os nossos maiores poetas foram os que melhor comprehenderam a alma popular; e o vulto mais levantado dos nossos dias, João de Deus, não se filiou em nenhuma eschola, nem imitou extranhos modelos, conheceu o coração da nossa gente sentindo a doçura cheia de musica do folk-lore portuguez.

E como é na Litteratura que se tem manifestado a aspiração

*

mais profunda do genio nacional: quer na simplicidade emocionante e verdadeira da prosa; quer na floração exaltada do subjectivismo lyrico: ella é a craveira mais segura, pela reflexa estereotypação social, da situação degenerescente em que nos encontramos.

Repudiando as precipitadas exagerações e generalisações physiologicas de Max-Nordeau somos forçados a concordar que nella hoje é flagrante: o egotismo, mysticismo e falso realismo da obscenidade.

No lyrismo narrativo que enche os *Cancioneiros* dizendo, muitas vezes, a simplicidade encantadora e emocionantemente ingenua da poesia que por aquelles tempos feria o coração, nos laivos de revolta do *cyclo carlingio* que ficaram nos nossos cantos populares, na floração narrativa sonhadora e maravilhosa da *Tavola Redonda,* em cuja adaptação enthusiasta se nitidificou bem a nossa procedencia celtica, na tendencia imitativa que carregou na empreza maritima pela suggestão das *Ilhas encantadas* e nas instituições sociaes e nos costumes, que se contagiaram d'esse symbolismo cavalheiresco—ainda resultante da actuação gallo-bretã, no aroma maritimo, intenso de emoção dramatica, que lhe imprimiram os chronistas, nas extraordinarias producções formadas de retalhos de coração: *Menina e Moça e Chrisfal;* na obra amorosa e aventureira de Camões que é *a vera effigies* da vida da Patria e em todos esses formosos livros—como os de Garrett e João de Deus que arrancaram do passado que se apagara na treva o lyrismo elegiaco da alma portugueza—onde ha gritos de paixão que nos enchem de lagrimas, deixando adivinhar pelos soluços bem de dentro, que guardam as angustias que podem partir um coração—patenteou-se que a Litteratura portugueza, num trasbordamento ardente de paixão, fala de amor e de aventuras como o nosso ambiente fala de luz, como os nossos campos falam de sol.

(Continúa).

MARQUES BRAGA.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

SOBRE O INDICE ORBITARIO DOS CRANIOS PORTUGUÊSES

(Cont. do vol. 48.º, pag. 456)

Um estudo um pouco mais minucioso d'este indice que temos vindo a estudar levou-nos ao arrojado intento de querer contribuir com este modesto trabalho para o estudo, já iniciado de ha muito entre nós, da ethnologia do povo português.

Assim é que agrupando os nossos indices por provincias e aproveitando só aquellas em que tinhamos uma frequencia superior a 12 cranios, o que nos reduziu á analyse de tres provincias, notámos que o indice orbitario vai diminuindo de sul para norte, isto é, a orbita vai diminuindo com a approximação das provincias onde se manifesta d'uma maneira evidente a influencia da raça de Beaumes-Chaudes—Cro-Magnon, substractum ethnico provavel do povo português, cujos caracteres principaes são a baixa estatura, o cranio dolicocephalo platycephalo, a face curta, microsemo e mesorrhinio.

O quadro seguinte em que calculámos proporções dos tres indices para 100 mostram com nitida evidencia o que acabamos de dizer:

GRUPO	EXTREMADURA	DOURO	MINHO
Megasemas	29 %	25 %	11,2 %
Mesosemas	42 %	48,5 %	61,8 %
Microsemas	29 %	26,5 %	27 %

A confirmação d'este decrescimento progressivo do indice resalta das médias das tres provincias. Assim é que encon-

tramos na Extremadura o indice 86,9 como média das medidas effectuadas em 31 cranios de ambos os sexos. Para o Douro determinamos o indice medio 85,2 (68 cranios) e no Minho 84,9 média de 18 cranios.

Esta influencia, já assignalada, d'um typo microsema pelo menos nas tres provincias a que nos referimos, é confirmada tambem por excesso de frequencia de orbitas microsemas sobre as megasemas.

Sem querer elevar o nosso trabalho ao ponto de poder affirmar d'uma maneira categorica a influencia do typo Cro-Magnon diremos entretanto que os resultados a que chegámos são confirmados pelos trabalhos já feitos entre nós da estatura (1), do indice cephalico (2), do indice nasal (3) e do indice facial (4).

Todas estas informações colhidas convergem para o mesmo ponto; a affirmação da influencia da raça Beaumes-Chaudes sobre o nosso povo. O nosso trabalho vem juntar mais uma probabilidade a favor d'esta influencia.

Terminando diremos que a falta de tempo e sobre tudo de conhecimentos anthropologicos não nos deixou profundar mais esta questão de tão alta importancia para os portuguêses.

---

(1) Fonseca Cardoso, *Portugalia.*
(2) Dr. Alvaro Basto, *Indices cephálicos dos portuguêses.*
(3) Mascarenhas de Mello, *O indice nasal dos portuguêses.*
(4) Theotonio Varella, *Indice facial dos portuguêses.*

QUADRO I

DIAMETROS E INDICES DE 242 CRANIOS

(Museu da Universidade)

N.° do cranio	DIAMETROS				INDICES		EDADE	SEXO	OBSERVAÇÕES
	Transversal		Vertical						
	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo			
1	38,5	37,5	33,5	33	87,2	88	37 annos	M.	
2	–	–	–	–	–	–	40 »	F.	Não se vê o dacryon
3	37,5	37,5	30,5	30,5	81,3	81,3	48 »	M.	
4	39	40	30,5	30,5	79,9	76,2	69 »	M.	
5	41,5	39,5	35	35	84,3	88,6	57 »	M.	
6	41	39	34	35	82,9	89,7	25 »	M.	
7	40,5	40	34,5	35,5	85,1	88,8	56 »	M.	
8	38,5	37,5	–	–	–	–	26 »	M.	Dacryon esq. partido
9	39,5	39,5	33	33	83,7	83,7	64 »	M.	
10	38	38	31	32	81,5	84,2	25 »	M.	
11	–	37	–	29	–	78,3	68 »	M.	Dacryon direito partido
12	35,5	36,5	31	31,5	87,3	86,3	65 »	F.	
13	39	38	29,5	30	75,6	79,4	25 »	M.	
14	41	42,5	34	34,5	84,6	81,1	30 »	M.	
15	39	40	37,5	36	96,1	89,9	41 »	M.	
16	38,5	38	31	32	80,5	84,2	39 »	M.	
17	41,5	40	34	34	81,9	85,0	21 »	M.	
18	35	35	30,5	31	98,3	88,5	14 »	M.	
19	37	36,5	32	30,5	87,4	83,5	40 »	F.	
20	39	38	35,5	35	91,0	92,1	28 »	F.	
21	39	39,5	33,5	33,5	85,8	84,8	34 »	F.	
22	39	39	33	33	85,2	85,2	36 »	M.	
23	39,5	40	32	32	81,0	80,0	23 »	M.	
24	–	–	–	–	–	–	48 »	M.	Não se vê o dacryon
25	39,5	39,5	27,5	27,5	69,6	69,6	70 »	F.	
26	40	41	36,5	36,5	91,2	89,0	46 »	F.	
27	36	36	32,5	31,1	90,2	87,5	28 »	M.	
28	41	41	33	35	80,4	85,3	52 »	F.	
29	41,5	42	37	36,5	89,1	86,9	42 »	M.	
30	40	40	32,5	33	81,2	82,5	23 »	F.	
31	38,5	38,5	33	30	85,7	77,9	27 »	F.	
32	39,5	38,5	35	35	88,6	90,9	65 »	F.	
33	41	40	32	32	78,0	80,0	55 »	M.	

N.° do cranio	DIAMETROS				INDICES		EDADE	SEXO	OBSERVAÇÕES
	Transversal		Vertical						
	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo			
34	40,5	39,5	34	35,5	83,9	89,8	84 annos	F.	
35	40,5	40	34,5	37	85,1	92,2	56 »	M.	
36	37	36,5	32	33	87,4	93,1	23 »	M.	
37	41	38	31,5	31,5	76,8	82,8	57 »	M.	
38	37	36,5	30,5	30	82,4	82,1	78 »	M.	
39	37	37,5	32	32	87,4	85,3	14 »	F.	
40	37	37	30,5	30,5	82,4	82,4	67 »	M.	
41	37	36	32	32	86,1	88,8	44 »	M.	
42	39,5	39,5	28,5	30	72,1	75,9	40 »	F.	
43	41	41,5	33	33	80,4	79,5	30 »	M.	
44	38,5	41	33	31,5	85,6	76,8	80 »	F.	
45	37,5	37,5	32,5	32,5	86,6	86,6	19 »	F.	
46	38,5	40,5	31	31,5	80,5	77,7	52 »	M.	
47	39	38,5	31,5	32,5	80,7	84,4	26 »	M.	
48	40	39	30,5	32	76,2	82,0	77 »	F.	
49	42,5	40,5	33,5	33	78,3	81,2	35 »	F.	
50	43	42	33	33	76,7	78,5	28 »	M.	
51	42	39	33	33	78,5	84,6	35 »	M.	
52	37	36	32	32	87,4	88,8	67 »	F.	
53	41	40,5	35	35	85,3	86,4	54 »	M.	
54	40	40,5	32,5	33	81,2	81,2	44 »	M.	
55	38	38	31	31	81,5	81,5	45 »	M.	
56	36,5	34	31	34	84,9	99,9	14 »	F.	
57	39,5	39,5	36,5	36,5	92,4	92,4	56 »	M.	
58	40,5	40,5	33	34	81,4	83,9	21 »	M.	
59	42	42	34	34	80,9	80,9	27 »	M.	
60	34	35	31	30	91,1	86,0	16 »	M.	
61	37	37	35,5	37	95,9	10,0	40 »	F.	
62	39	40	35,5	35	91,0	87,5	35 »	M.	
63	39,5	39	33,5	33,5	89,8	85,9	45 »	M.	
64	39,5	38,5	34,5	34,5	87,3	89,6	20 »	F.	
65	39,5	40	32,5	33	82,2	82,5	57 »	M.	
66	40	40	33,5	33,5	83,7	83,7	65 »	F.	
67	40	39	30	28,5	75,0	73,0	70 »	F.	
68	39	39	33,5	37,5	85,9	88,4	60 »	M.	
69	34,5	34,5	32	32	92,7	92,7	60 »	M.	
70	37	35	33	32	89,1	91,4	66 »	F.	
71	39,5	39,5	31,5	31,5	79,7	79,7	24 »	F.	
72	38,5	37,5	31,5	32,5	81,8	84,5	87 »	M.	
73	37	37	29,5	30	79,7	81,0	90 »	F.	
74	40	38	34,5	35	86,2	92,1	60 »	M.	
75	39	39	35,5	34,5	91,0	88,4	26 »	F.	
76	37	35,5	32	32	86,1	92,9	21 »	M.	

N.º do cranio	DIAMETROS				INDICES		EDADE	SEXO	OBSERVAÇÕES
	Transversal		Vertical						
	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo			
77	38	37	33	33	87,8	89,1	60 annos	F.	
78	36	36	36,5	36,5	101,3	101,3	20 »	M.	
79	39	38	31	32	79,5	84,2	76 »	M.	
80	35,5	34,5	32	32	90,1	92,7	16 »	M.	
81	40	38	32,5	32,5	81,2	85,5	50 »	F.	
82	39,5	40,5	30	31	76,2	76,5	60 »	M.	
83	37,5	37	33	34	88,8	91,8	22 »	F.	
84	40	39	35	35	87,5	89,7	45 »	M.	
85	38,5	38,5	33	33	85,6	85,6	34 »	F.	
86	39	39	34	34,5	87,1	88,6	60 »	F.	
87	36	36,5	31	31,5	86,1	86,3	27 »	M.	
88	34	33,5	34	35	10,0	100,5	45 »	F.	
89	38	38	34	34	89,4	89,4	45 »	M.	
90	37	37	30	31	81,0	83,7	48 »	M.	
91	39	41	33	33	86,4	80,4	18 »	M.	
92	40	39,5	34,5	34,5	86,2	87,2	70 »	F.	
93	37	36,5	32	33	87,4	93,1	19 »	F.	
94	39	37,5	31,5	31,5	80,7	84,0	24 »	M.	
95	41,5	42	33	33	79,5	78,5	23 »	M.	
96	38,5	38,5	31	31	80,5	80,5	23 »	F.	
97	39	38	36,5	35	93,5	92,9	45 »	M.	
98	39	40	29	29	74,3	72,5	? »	M.	
99	40	39	36	35,5	90,0	91,0	70 »	F.	
100	40	38	31,5	32	78,7	84,2	28 »	M.	
101	38,5	40	31,5	30	81,8	75,0	40 »	F.	
102	37,5	38	33	33	88,8	87,8	77 »	M.	
103	37	37	33	33	89,1	89,1	13 »	M.	
104	35	35,5	30,5	30,5	87,1	85,9	25 »	M.	
105	41	41,5	33	32,5	80,4	78,3	55 »	M.	
106	39	39	32,5	31,5	83,3	80,7	32 »	M.	
107	37,5	37	31	31,5	82,6	85,1	50 »	F.	
108	41	41	31	32	75,5	78,0	30 »	M.	
109	38,5	38	33	33	85,6	87,8	25 »	F.	
110	36,5	36,5	29,5	29,5	80,8	80,8	23 »	M.	
111	35	36	29	29	82,8	80,5	45 »	F.	
112	37,5	37,5	32	32	85,3	85,3	22 »	F.	
113	39	38	32,5	33,5	83,3	88,1	50 »	M.	
114	–	–	–	–	–	–	29 »	M.	Não existia no gabinete
115	36,5	37,5	32	34	91,8	90,6	22 »	M.	
116	39	38,5	34	35	87,1	90,9	34 »	F.	
117	34,5	35	33	32	95,6	92,7	38 »	F.	
118	37	37	28,5	30	77,0	81,0	22 »	F.	
119	39,5	39	33	33,5	83,7	85,8	80 »	M.	

N.º do crania	DIAMETROS				INDICES		EDADE	SEXO	OBSERVAÇÕES
	Transversal		Vertical						
	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo			
120	39	38	28	29	71,7	76,3	31 annos	M.	
121	37,5	37	32	33	85,3	89,1	25 »	F.	
122	35	35	28	29	80,0	82,8	28 »	F.	
123	39,5	40,5	31,5	32,5	79,7	80,0	47 »	M.	
124	41,5	41,5	37	36	89,1	86,7	50 »	M.	
125	41,5	39,5	34	36	81,9	91,1	40 »	M.	
126	39	39,5	32,5	34	83,3	86,0	50 »	M.	
127	36,5	36	27,5	28,5	75,3	79,0	48 »	F.	
128	38	38	32	33	84,2	87,8	36 »	M.	
129	38	38	30,5	30	80,2	78,9	? »	F.	
130	36,5	36,5	30,5	32	83,5	91,8	22 »	F.	
131	37	38	32,5	32,5	87,8	85,5	22 »	M.	
132	38	39	29	29	76,3	74,3	78 »	F.	
133	43	42	34	32,5	79,0	77,0	47 »	M.	
134	36	36	31	32	86,1	88,8	55 »	F.	
135	38	39	30	30,5	78,9	78,2	42 »	M.	
136	39	38	33	33	84,6	87,8	27 »	M.	
137	41	40,5	36	36	87,8	88,8	28 »	M.	
138	39	38	34	33	87,1	87,8	68 »	F.	
139	38	37,5	33	33	87,8	88,8	70 »	F.	
140	38	38	32	32	84,2	84,2	45 »	F.	
141	40	41	33	33	82,5	80,4	60 »	F.	
142	42	43	33	33	78,5	76,7	46 »	M.	
143	37	37,5	33	34	89,3	92,5	40 »	F.	
144	40	39	31	31	77,5	79,4	40 »	F.	
150	42	39	32	33	76,1	84,6	54 »	M.	
151	36,5	36	32	32	91,8	88,8	27 »	F.	
152	37	38,5	35	35	94,6	90,9	48 »	M.	
153	38	39	32	32	84,2	82,1	32 »	M.	
154	41	39	35	36	85,3	92,3	30 »	M.	
155	38	37,5	30	30	78,9	80,0	33 »	F.	
156	–	–	–	–	–	–	19 »	F.	Não se vê o dacryon
157	39	37,5	32	33	82,0	88,8	48 »	M.	
158	36,5	36,5	33	33	93,1	93,1	90 »	M.	
159	39	38	34	34,5	87,1	90,7	60 »	F.	
160	37	37,5	33	34	89,4	90,6	32 »	F.	
161	39,5	39,5	33	33	83,7	83,7	69 »	M.	
162	39,5	38	31,5	31,5	79,7	82,8	37 »	M.	
163	36,5	36,5	32	32	91,8	91,8	49 »	M.	
164	40	41,5	28	28	70,0	67,4	46 »	M.	
165	38	38,5	32	32	84,2	83,1	? »	F.	
166	38	38	30	31	79,9	81,5	22 »	M.	
167	39,5	39,5	33	33	83,7	83,7	30 »	M.	

N.º do cranio	DIAMETROS				INDICES		EDADE	SEXO	OBSERVAÇÕES
	Transversal		Vertical						
	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo			
168	34,5	33,5	30	30	86,9	89,8	20 annos	F.	
169	42	42	35	33,5	83,3	79,7	50 »	M.	
170	39	40,5	33,5	33,5	85,9	82,7	19 »	M.	
171	41	41	31	31	75,5	75,5	60 »	M.	
172	38,5	38,5	33	33,5	85,6	87,0	20 »	M.	
173	38,5	36,5	32	33	83,1	93,1	70 »	F.	
174	40	40	36	37	90,0	92,5	40 »	F.	
175	40	40	33,5	33,5	83,7	83,7	22 »	F.	
176	34,5	34,5	28	27	81,1	78,2	34 »	F.	
177	39	38	33,5	33,5	85,9	90,8	60 »	F.	
178	38,5	38	32	32,5	83,1	85,5	50 »	F.	
179	36	35,5	29	29,5	80,5	83,0	28 »	F.	
180	38	40	31	33	81,5	82,5	50 »	F.	
181	37	37	33	33	89,1	89,1	30 »	F.	
182	39	39	30	29	76,9	74,3	84 »	M.	
183	39	39	31	31	79,5	79,5	70 »	M.	
184	40	40	34	34	85,0	85,0	58 »	M.	
185	39	39	30,5	31	78,2	79,5	56 »	M.	
186	39	38,5	36	36,5	92,3	94,8	68 »	M.	
187	37	37	32,5	33,5	87,8	90,5	64 »	M.	
188	38,5	38	37	38,5	96,1	101,3	61 »	M.	
189	38,5	39,5	32	32	83,1	81,0	67 »	M.	
190	39,5	37	32	32	81,0	86,4	55 »	M.	
191	36	36	30	30,5	83,3	87,7	34 »	M.	
192	37	37	31	31	83,7	83,7	50 »	M.	
193	38,5	37	32	32	83,1	86,1	45 »	M.	
194	37	37	35	36	94,5	97,2	39 »	M.	
195	36	38	32	31	87,2	81,5	70 »	M.	
196	36	36	32	32,5	87,2	90,2	45 »	M.	
197	40	39,5	31	32	77,5	81,0	42 »	M.	
198	38	39	30,5	30	80,2	76,9	56 »	M.	
199	40	41	34	35	85,0	85,3	47 »	M.	
200	38	38	34	34	89,4	89,4	89 »	M.	
201	38	38,5	34,5	34,5	90,7	89,6	55 »	M.	
202	38	37	32,5	34	85,5	91,8	18 »	M.	
203	–	–	–	–	–	–	70 »	M.	Não se vê o dacryon
204	37	38	31	29	83,7	76,4	26 »	M.	
205	35,5	36	32	32,5	92,9	90,2	32 »	M.	
206	38	39	33	33	87,8	84,6	45 »	M.	
207	37	37	32	32	86,4	86,4	40 »	M.	
208	40	40,5	35,5	34,5	88,8	85,1	28 »	M.	
209	41	40	39	39	95,1	97,5	45 »	M.	
210	40	39	32	32	80,0	82,0	40 »	M.	

N.º do crania	DIAMETROS				INDICES		EDADE	SEXO	OBSERVAÇÕES
	Transversal		Vertical						
	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo	Olho direito	Olho esquerdo			
211	39	38	33	33	84,6	87,8	23 annos	M.	
212	40	40	33	34	82,5	85,0	72 »	M.	
213	38	39	32,5	32	85,5	82,0	47 »	M.	
214	36,5	36,5	31	30,5	84,9	83,8	29 »	M.	
215	38,5	38,5	30	31	87,8	80,5	24 »	M.	
216	39	38	32	33	82,0	87,8	23 »	M.	
217	40,5	42	32	32	79,0	76,1	50 »	M.	
218	37	36	33	32	89,1	87,2	40 »	M.	
219	41	40	33	33	80,4	82,5	29 »	M.	
220	38	38	33	34	87,8	89,4	40 »	M.	
221	37,5	37	36	36,5	95,9	98,6	28 »	M.	
222	41	40,5	32	33	78,0	81,4	42 »	M.	
223	39	40	33	32,5	84,6	81,2	34 »	M.	
224	37	38,5	34,5	37,5	93,2	89,6	70 »	M.	
225	36,5	36,5	33	33,5	93,1	91,7	50 »	M.	
226	35	36	31	31,5	88,5	87,5	20 »	M.	
227	35	36	29,5	29,5	84,2	81,9	30 »	M.	
228	43,5	40,5	31	32,5	71,2	80,2	58 »	M.	
229	34,5	34	29	29	84,7	85,2	25 »	M.	
230	37	36	31	29,5	83,7	81,9	31 »	M.	
231	41	41	34	35	82,9	85,3	42 »	M.	
232	38	38	29	30	76,3	78,9	56 »	M.	
233	40,5	40,5	30,5	32	75,3	79,0	50 »	M.	
234	38	38,5	31	31	81,5	80,5	40 »	M.	
235	38	37,5	30,5	31,5	80,2	84,0	65 »	M.	
236	42	42	33,5	34	79,8	80,9	37 »	M.	
237	38,5	38,5	32	32	83,9	83,9	48 »	M.	
238	38	38,5	29,5	31,5	77,6	81,8	29 »	M.	
239	37,5	37,5	37	35	92,5	95,2	95 »	M.	
240	41,5	40	35	36	85,0	90,0	44 »	M.	
241	40	40,5	34	33	85,0	81,4	30 »	M.	
242	38	39	33	33	87,8	84,6	50 »	M.	
243	42	42	35	34	83,3	80,9	65 »	M.	

Coimbra, 1899-1900.

VASCO NOGUEIRA D'OLIVEIRA.

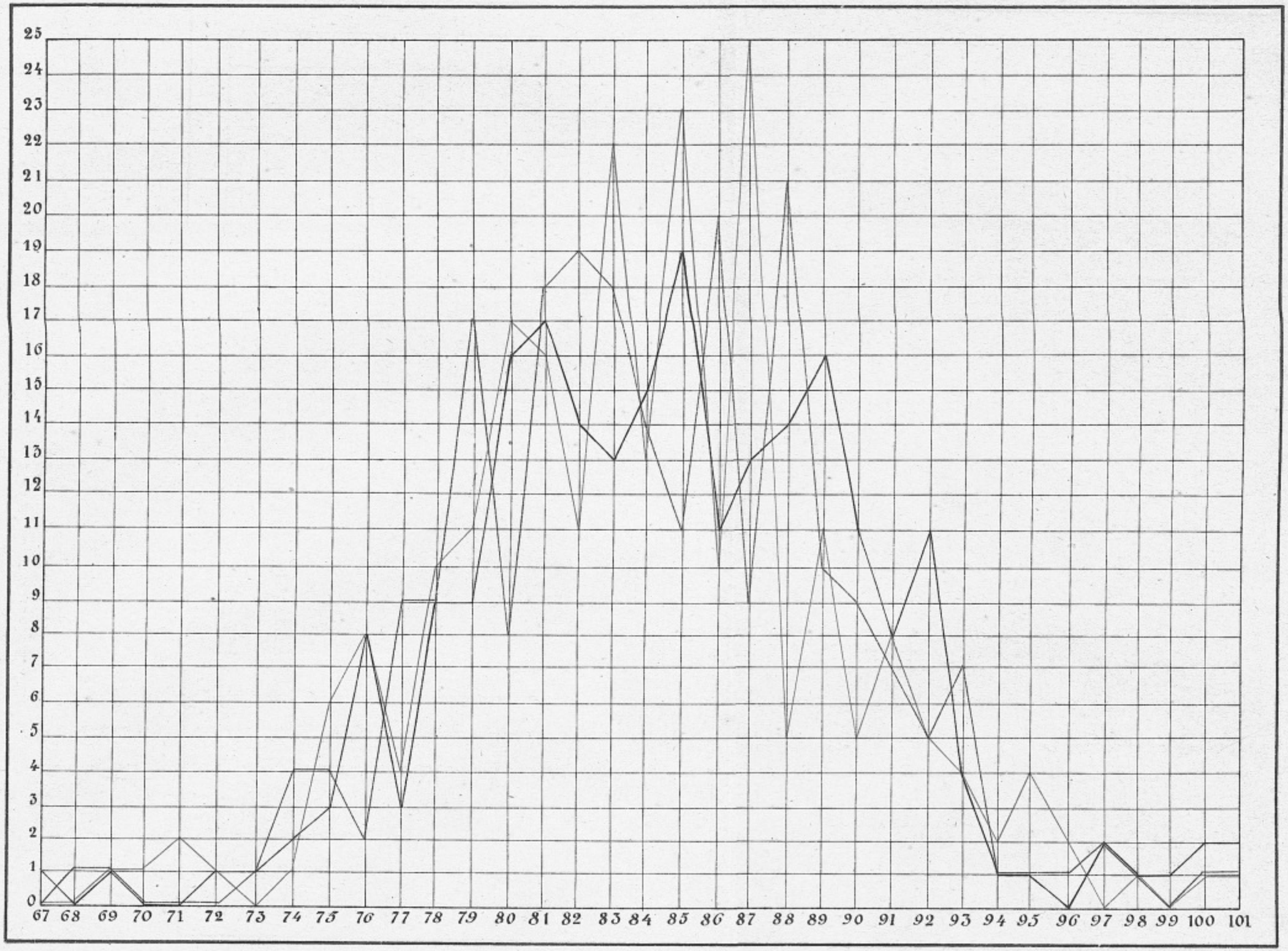
ERRATAS

Onde se lê	*Leia-se*
Graphico segundo — Nos dois sexos	Sexo feminino
» terceiro — » »	» masculino

Indice orbitario dos crancos portuguêses

Nos dois sexos

Variação na frequencia



_____ Olho direito

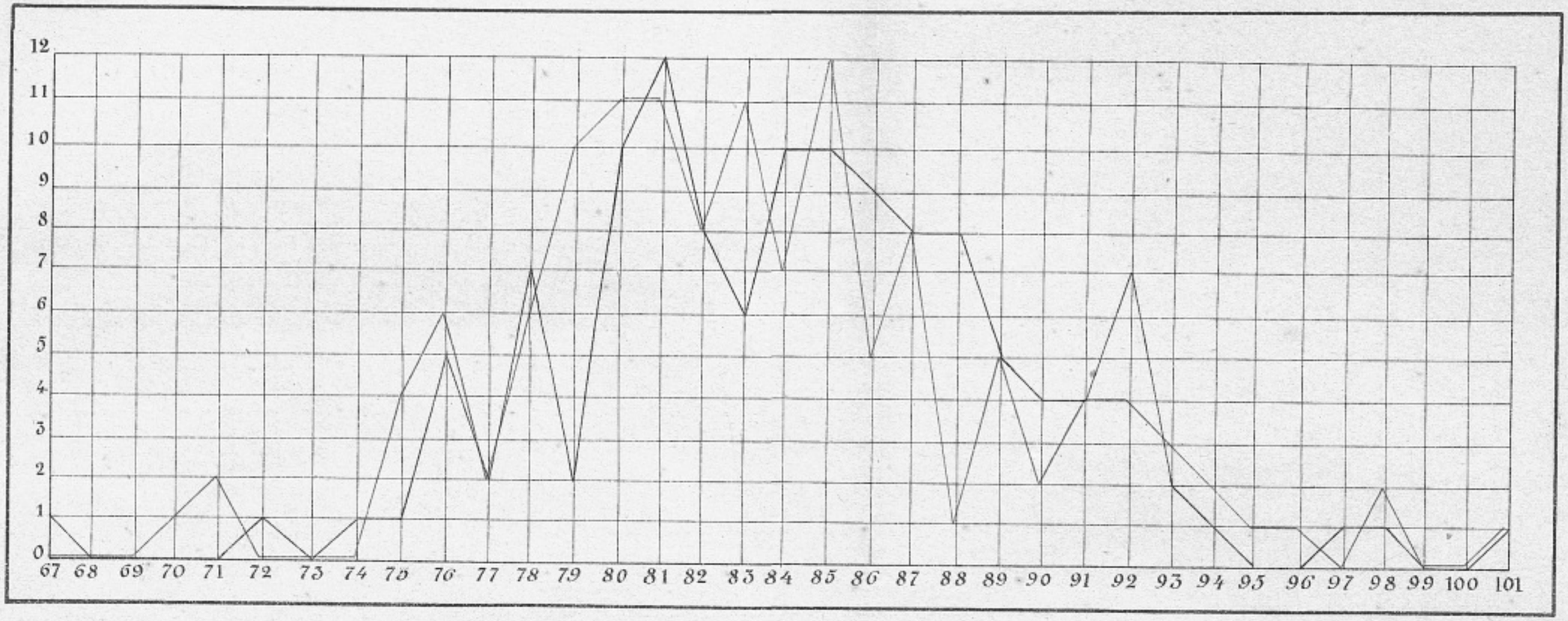
_____ Olho esquerdo

_____ Correspondente á media

Vasco Roj.ª de Oliveira f.

Indice orbitario dos craneos portuguêses
Nos dois sexos

Variação na frequencia

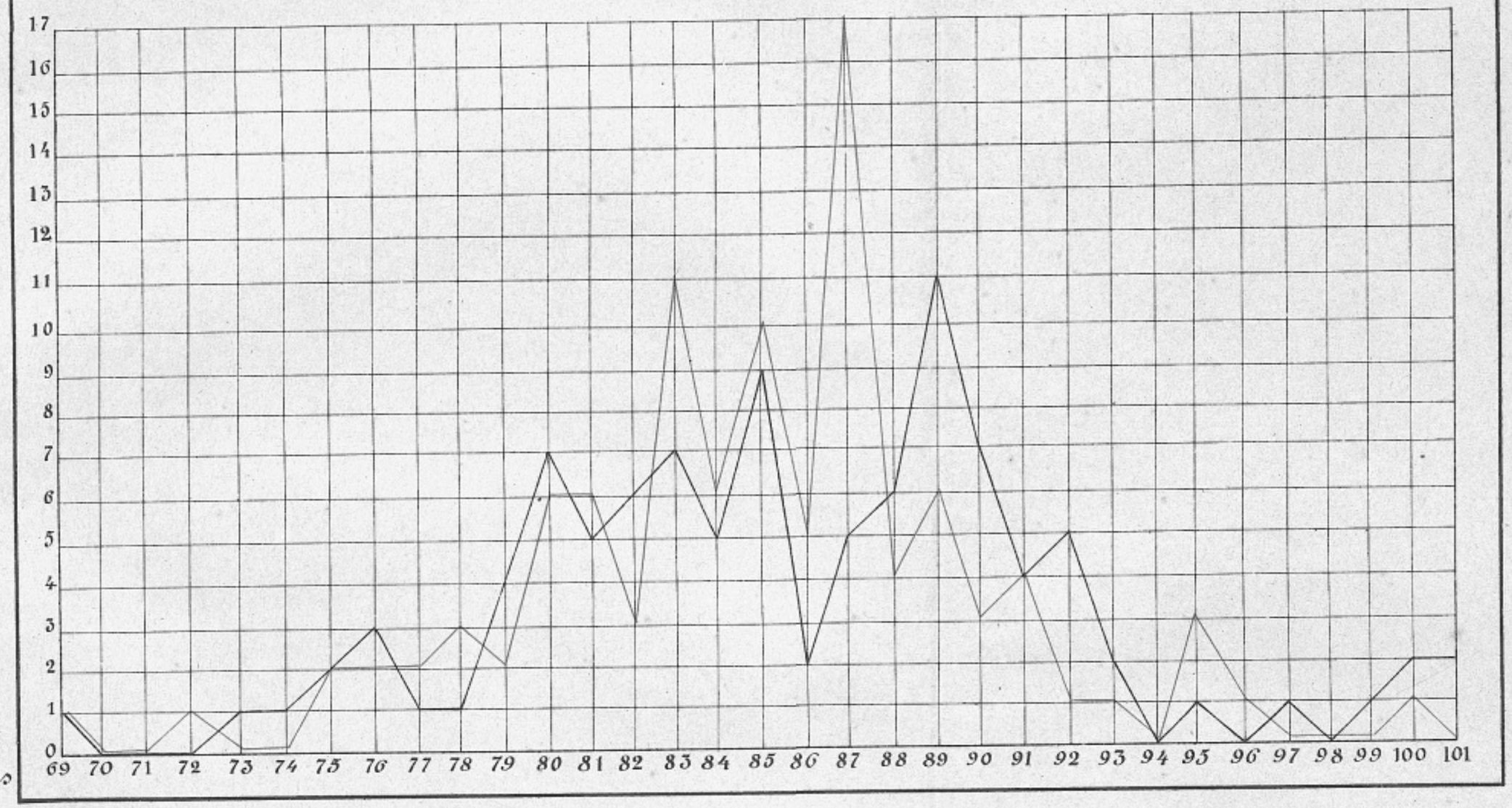


_____ Olho direito
_____ Olho esquerdo

Vasco Roj.ª de Oliveira f.

Indice orbitario dos craneos portuguêses
Nos dois sexos

Variação na frequencia



——— Olho direito
——— Olho esquerdo

Vasco Roj.ª de Oliveira f.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

INVENTORES PORTUGUEZES

(Cont. do n.º 3, pag. 169)

CIX

FONSECA ou AFONSECA — FERNAM DA

Era vassallo de el-rei e creado do Infante D. Pedro. Em 16 de janeiro de 1466, na cidade de Evora, D. João I lhe deu carta de privilegio, para que elle podesse construir moinhos no rio Mondego, desde Penacova até Buarcos, *isto por ser cousa nova e que nunca em nossa terra foi feita*. A carta foi passada a pedido do Infante, e o privilegiado e seus successores ficavam isentos do pagamento de todo e qualquer direito ou fôro, durante 20 annos.

«Licença dada a Fernam da Fonseca pera fazer moynhos de Penacoua ataa Buarcos. Dom Joam pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue e Senhor de Cepta aquantos esta carta virem fazemos saber que Fernam da Fonseca nosso uasallo criado do Iffante dom Pero meu filho nos dyse que seu deseio e tallante he fazer moynhos e artificios em o Rio do Mondego que pasa per Beira da nossa cidade de Cojmbra como se diz de Penacoua ataa Buarcos com tanto que nos lhe desemos pera ello licença e lugar e consentimento que sem ello ho nom podia nem deuja fazer e mandasemos que os moynhos e artificios que elle assy fizese em o dito Rio ouuese el e seus herdeiros e sucesores pera sempre com todallas proes e direitos e rendas que rendesem. E que outra nehũa pesoa de qualquer stado e condiçom que fosem nom fizesem nem pudesem fazer no dito Rio os ditos moynhos e artificios saluo el e seus herdeiros e suçesores e outra pesoa que os fizese ou quisesem fazer que as nossas justiças lho nom consentisem e fazendo os que lhos derribasem e pagasem pera nós de pena por cada huũ artificio e moynho que assy fizesem ou prouasem de fazer duzentas coroas douro da moeda de França. E pedionos de mercee que nos aprouese desto e lhe desemos sobre ello nossa carta bem firme. E feitos os ditos moynhos e que elle e os ditos

seus sucesores e herdeiros nos queriam dar e pagar a nós e a nossos sucesores e herdeiros e obrigaram pera ello todos seus beẽs moueens e de raiz do dia que elles começarem de moer endiante ametade do pam e direitos e rendas e foros que elles rendesem em cada huũ ano e nos veendo o que nos pedia e como esta cousa he noua que nunca em nossa terra foe feita e entendendoo por nosso serujço e de nossos herdeiros e sucesores e por prol e bem da nossa terra e pollo do dito Iffante dom Pero que nollo por elle pedio. Teemos por bem e por esta nossa carta lhe damos lugar e licença e consentimento que elle possa fazer e faça em todo o dito Rio assy como he desuso deuisados os ditos moynhos e arteficios e queremos e outorgamos e mandamos que os nossos moynhos e arteficios que elle assy nos ditos lugares fizer aia el e todos seus herdeiros e sucesores liuremente pera todo sempre com todallas rendas direitos e foros que renderem e husem delles e façam delles como de sua cousa propria com tal preito e condiçom que elle e seus herdeiros e suçesores os nom posam uender nem dar nem doar nem tresmudar a outras pesoas saluo auerem nos elles per linha direita e se os uender quiserem façam no primeiro saber a nós ou a nossos herdeiros e sucesores se os queremos tanto por tanto quanto outrem por elles der e se os nom quisermos ou nossos sucesores auer pollo dito preço quanto outrem der entam elles os possam uender a quem lhes pruuer de nossa licença a taaes pesoas leigas que seiam de sua condiçom que a nós façam o dito foro como dito he. E que do dia que os ditos moynhos e arteficios começarem de moer endiante ataa xx anos cumpridos elles os aiam sem pagando a nós e a nossos herdeiros e sucesores delles nenhuũ direito nem foro e acabados os ditos xx anos entom elles dem e paguem a nós e a nossos herdeiros e sucesores em cada huũ ano ametade do pam e rendas e direitos e foros que elles renderem e queremos outro ssi e mandamos que nehũa outra pesoa de qualquer stado e condiçom que seia nom possa fazer nem faça nos ditos lugares e termos outros nehuũs moynhos nem arteficios saluo el e seus herdeiros e sucesores e se os fizerem ou prouarem de fazer que paguem pera nós ou pera nossos herdeiros e sucesores de pena duzentas coroas douro de moeda de França de bõo ouro de justo peso ou ualia dellas e de mais que lhos derribem. E porem mandamos ao nosso corregedor e jujzes da dita cidade de Cojmbra que ora som e ao diante forem e a todallas nossas justiças e aos veedores da nossa fazenda e contadores e almoxarifes e scpriuaães que ora som e ao diante forem que lhes cumpram e guardem assy esta nossa carta e façam comprir e guardar sem embargo nehũu e nom lhe uaão nem consentam hir contra ella em nehũa maneira cá nossa merce e uontade he de lhe seer assy cumprida e guardada nom embargando todallas leis e direitos canonjcos e ciueens que em contrairo desto seiam feitos os quaaes nos casamos e anullamos, e queremos e mandamos que nom aiam lugar contra esta nosa carta e se algũa clausulla solempnjdade aquj desfalece pera mais seer firme a el nos aauemos aquj por scprita e reprouada e espresamente nomeada unde al nom façades e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta asignada per nossa maão e sellada do nosso sello a qual mandamos que seia registrada no liuro do nosso tombo e dos nossos contos e almoxarifados dos lugares dante em Euora xbj dias do mes de janeyro elrey o mandou — Afomso Steuez a fez — era de mjl iiij lbj anos» (1).

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. João I, liv. 4.º, fl. 6.

CX

Franco — Pompilio de Almeida

Em 13 de março de 1902, o ministro da marinha, sr. Teixeira de Sousa, assignou uma portaria nomeando uma commissão, composta dos srs. capitão de mar e guerra Moraes e Sousa, presidente, 1.os tenentes Apolinio Rodrigues, Barbosa Bacellar e Leite de Sepulveda, e 2.º tenente Pereira da Silva, a fim de examinar e dar parecer ácerca de um apparelho telephonico sem fio, apresentado pelo engenheiro de pontes e calçadas de Paris, sr. Pompilio de Almeida Franco.

CXI

Gago Coutinho

Não tive ensejo de colher mais informações ácerca d'este official da armada auctor de um apparelho de telegraphia electrica sem fio, limitando-me por isso a transcrever o que a este proposito se encontra no *Diario de Noticias* de 19 de março de 1902.

«Segundo lemos em um dos ultimos numeros da *Nature*, Mr. Branly, o primitivo inventor do apparelho essencial da telegraphia sem fio, o tubo de limalha ou «radio conductor», acaba de inventar um novo apparelho muito mais sensivel do que a limalha, que agora é substituida por uma disposição de contactos de agulhas de aço, cujos vestigios invisiveis de oxidação são sufficientes para impedirem a passagem da corrente electrica e assim constituem o «radio conductor.»

«A invenção não é comtudo tão original, como poderá parecer, porque nos lembra de ter visto já funccionar um apparelho radio conductor formado de um contacto entre uma agulha de coser e um alfinete de ouro. Este apparelho era sensivel ás ondulações electricas emittidas pela pequena faisca de uma campainha electrica vulgar.

«O inventor, o tenente da armada Gago Coutinho, informa-nos que o seu apparelho, analogo ao apresentado agora por Branly, e tendo portanto as mesmas vantagens de maior alcance que o d'este inventor, já foi, felizmente, privilegiado em Portugal pela patente n.º 3:445, que tem a data de 30 de junho de 1900.

«Comtudo, mais uma vez a pequenez do nosso meio e a nossa indifferença pelo desenvolvimento dos recursos modernos, nos fazem perder as vantagens da primazia d'esta invenção de um modernismo tão palpitante!

«E consta-nos que ainda nem mesmo se trata de dotar de taes apparelhos, essenciaes a bordo de um navio de guerra, os nossos cruzadores que devem fazer parte da esquadra de instrucção no proximo outomno.»

CXII

Gusmão — Bartholomeu Lourenço de

Nasceu na cidade de Santos, no Brazil, no ultimo quartel do seculo XVII. O seu nome está gloriosamente vinculado á historia da navegação aérea. Por este motivo tornou-se elle muito conhecido, dando-lhe os contemporaneos o epitheto de *Padre Voador*. Muito se tem escripto a seu respeito e a este proposito, merecendo especial menção a monographia que lhe consagrou o dr. Filippe Simões. O seu talento inventivo não se limitou comtudo aos aerostatos e applicou-se tambem á nautica, publicando o seguinte opusculo, impresso em 1710: *Varios modos de esgotar sem gente as naus que fazem agua*.

Consulte-se o *Diccionario Bibliographico*.

CXIII

Henriques ou Anriques — João

Residia em Lisboa nos principios do seculo XVI. Inventou duas atafonas: uma para moer por meio d'agua; outra por tracção animal. Tinha tanta confiança no bom resultado dos seus engenhos, que esperava, promettia elle, reduzir um real em cada alqueire no preço do sereal que moesse. D. Manuel lhe passou carta de privilegio a 21 de setembro de 1501, não lh'o concedendo em prazo fixo, como era costume, mas sim em favor d'elle, d'um filho e d'um neto.

«Dom Manuell etc. Aquantos esta nosa carta virem fazemos saber que a nos dise ora Joham Anryquez morador em esta nosa cidade de Lixboa como ele queria emvemtar e fazer nouamente dous emgennhos da tafannas a saber huum que moesse com auguoa de huum poço e outro que moa com huuma besta duas moos e que por quamto na esperiemcia das ditas

moendas elle esperaua guastar muyto de sua fazenda que nos pedia nos aprouuesse que as ditas moemdas se nom fizesem por nenhuumas pesoas em nossos regnnos e senhorios soomemte as que ele mandase fazer ou por sua licemça e esto em sua vida e de huum seu filho e neto soomente e que sendo casso que as ditas moendas se façam e venham em perfeiçam que ele dito Joam Anriquez queria abaixar huum reall por allqueire do que se custuma e pagua aguora nas outras atafanas e visto por nos seu pedir por desejarmos em nossos regnnos e senhorios se fazerem muitas moendas polo proueito que disso se recreçee a nossos pouoos e por fazermos graça e merçee ao dito Joham Amriquez, temos por bem e queremos que fazendo elle as ditas atafanas em toda perfeiçam acabadas na maneira sobredita que nenhuumas pesoas em nossos regnnos as nom possam fazer se nom elle ou por sua licemça e esto em sua vida e de huum seu filho e neto e aquelles que as ditas atafanas sem sua licença fizerem, queremos que perquam todo ho que nisso despenderem pera elle dito Joham Amriquez aalem daverem quallquer outra penna que for nossa merçee. E porem mandamos a todolos nossos corregedores juizes e justiças e pesoas outras a que esta nossa carta for mostrada que em todo lha cumpram e guardem e façam jmteiramente guardar sem duuida alguuma por que asy he nosa merçee. Dada em Lixboa a xxj dias de setembro — Vicente Carneiro a fez — ano de mill e b.ᵉ e huum» (1).

CXIV

Machado — Virgilio

Medico-cirurgião pela Eschola de Lisboa, professor de chimica no Instituto Industrial, socio da Academia Real das Sciencias. Exerce a clinica com proficiencia e distincção, tendo um consultorio, ricamente dotado de instrumentos e apparelhos para a applicação da electricidade á therapeutica. Tem composto diversas memorias e artigos, já publicados em Portugal já no extrangeiro, algumas das quaes lhe dão direito a figurar nesta resenha, como são as seguintes: *Ueber die Polarisation au den Elektroden wetche bei der Elektrotherapie Amvendung finden.* (*Centralblatt fur die gesanunte Therapie.* Wien, oktober 1890 et *Centralblatt fur die Nervenheilkunde und Psychiatrie.* Berlin, sept. 1890).

Quelques faits nouveaux observés dans les tubes de Crookes. (*Mémoire présenté à l'Académie des Sciences de Paris. Comptes-rendus.* T. CXXV).

Renforcement des rayons X. (Idem, C. R. T. CXXVI).

Sur un appareil pour orienter le foyer producteur des rayons X et mesurer sa distance au fluoroscope ou à la plaque

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Manuel, liv. 17, fl. 89.

photographique. (*Jornal das sciencias mathematicas, physicas e naturaes* da Academia Real das Sciencias et *Revue française—La Radiographie*).

Appareils pour orienter les rayons X dans les sens horizontal et vertical. (*Jornal das sciencias mathematicas, physicas e naturaes* da Academia Real das Sciencias et *Archives d'électricité médicale*).

Novo densimetro.

Balança densimetrica para solidos, liquidos e gazes, sem o emprego de pêsos.

CXV

Matheus — Simão

Em alvará de 11 de abril de 1654, concedia el-rei a Simão Matheus privilegio para um moinho de vento com casa fixa e trabalhando com todos os ventos, inventiva sua, e no qual moia polvora. Este alvará publiquei-o no meu opusculo *O fabríco da polvora em Portugal.* Creio que este Simão Matheus é o engenheiro militar, cujo nome registei no 2.º volume do *Diccionario dos Architectos.*

Consultem-se as duas obras indicadas.

(Continúa). Sousa Viterbo.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 3, pag. 184)

V

Conferencias entre Castilho e o Ministro do Imperio.—22 de Março de 1855; inauguração do Curso Normal.—Como a Imprensa apreciou essa memoravel sessão.—O Imperador assiste uma vez.

Houve desde logo varias conferencias entre o nosso poeta e o Ministro do Interior, o Chefe da Instrucção publica, e o Official Maior do Ministerio.

Em 16 de Março ficava estatuido que o projectado Curso havia de celebrar-se em sala do Estado; que se intimassem, para assistirem, os professores officiaes, e se convidassem todos os particulares; que houvesse uma ou duas duzias de creanças para com ellas se operar o ensino; que, finalmente, como fundamento do Curso, o Governo officiaria a Castilho convidando-o a abrir esta prova pratica do seu Methodo.

Tudo se fez; e logo na quinta-feira 22 de Março d'esse anno memoravel de 1855, convidada a Imprensa da Capital, era inaugurado com a primeira prelecção de Castilho o Curso Normal, na sala grande dos actos da Escola Militar, proseguindo nas segundas-feiras, quartas, e sextas, das 4 ás 6 da tarde.

Eram quinhentos e oitenta e nove os matriculados (1), e entre elles appareceram Delegados officiaes de algumas Provincias, taes como o Piauhy, as Alagoas, e a Bahia, cujo

(1) Possuo no meu cartorio o precioso caderno d'esta numerosa inscripção.—*J. de C.*

commissionado era um professor muito distincto e intelligente, Filippe José Alberto. Tudo isto está evidenciando que aos auxilios do Governo correspondia em parte o auxilio da opinião publica.

A' sessão inaugural estavam presentes, entre outras notabilidades, S. Ex.ª o Ministro do Imperio, varios membros do Conselho de Estado, o Inspector Geral da Instrucção Publica, os vogaes do Conselho director da Instrucção Publica, diversos professores do celebre Collegio de Pedro II, e até algumas senhoras.

O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, descrevendo a sessão, diz em 22 de Março:

«Hontem o sr. Antonio Feliciano de Castilho proferiu no salão dos doutoramentos da Escola Militar, perante um luzido e numerosissimo concurso, o discurso inaugural das lições que pretende dar para vulgarisar o seu systema de Leitura repentina.....

«O sr. Conselheiro Castilho (1), em linguagem fluente e animada, declarou que dois motivos haviam determinado a sua viagem: o primeiro, apresentar as suas respeitosas homenagens ao senhor D. Pedro II; e o outro, plantar no Brazil o seu systema de Leitura, libertando a infancia do supplicio com que até aqui comprava ella o conhecimento das lettras.

«Declarou que o concurso que o honrava havia-se enganado, se, por sympathia para com o poeta das *Cartas d'Ecco e Narciso,* tinha acudido na esperança de ouvir algum insigne orador, pois orador não era elle. Poeta, havia-o sido, e podia esperar sel-o; mas os negocios serios da vida lhe tinham feito enterrar a Musa grega. Não era orador, e simplesmente expositor claro de um systema, que importa um immenso beneficio á Humanidade.»

.....

O *Diario* do Rio de 25 diz:

«..... Esta semana teve logar a abertura do Curso de Leitura repentina, professado pelo seu illustre auctor.....

«O nome do distincto poeta portuguez, já bem conhecido e divulgado entre nós, a magnitude do serviço que deseja prestar á instrucção publica, a curiosidade de uns, a incre-

---

(1) Antonio Feliciano de Castilho nunca teve a Carta de Conselho. Toda a gente lhe chamava *sr. Conselheiro.* Elle ao principio, e durante muito tempo, emendava; depois, para evitar a semsaboria de uma repetição que parecia importuna, e era inutil, deixou-se d'isso.—*J. de C.*

dulidade de outros, a esperança de muitos, reuniram em torno d'aquelle sabio escriptor uma brilhante assemblêa, composta das pessoas mais gradas e mais intelligentes d'esta Côrte, que escutaram, em um silencio quasi religioso, a resumida exposição que fez do seu Methodo, e as palavras que, profundamente commovido, consagrou ao reconhecimento que deve ao Monarcha brazileiro, fazendo os mais sinceros votos pela prosperidade d'este Imperio.

«Poucas reuniões para assumptos puramente litterarios teem tido entre nós um concurso tão numeroso, e tão esplendido...»

.....

O *Jornal do Commercio* de 25 diz:

«Quinta-feira deram-nos no jornal uma agradavel e esperançosa noticia, annunciando que ás 5 horas da tarde d'esse dia o sr. Conselheiro Antonio Feliciano de Castilho abriria um curso de *Leitura repentina* em uma das salas da Escola Militar.

«Adivinhámos logo que esse acto seria muito concorrido.

«O sr. Conselheiro Antonio Feliciano de Castilho não era um homem novo para os Brazileiros. Muito antes que tivesse aportado ás nossas praias, muito antes que se houvesse lembrado de vir visitar a terra de Santa Cruz, já o seu nome mil vezes tinha sido repetido com elogio entre nós, e já com elle haviamos nós, os Brazileiros, conversado horas inteiras, vendo o homem no estylo de seus escriptos, sentindo-lhe o coração nas suas poesias.

.....

«Estrangeiros como o sr. Antonio Feliciano de Castilho, são sempre bemvindos ao Brazil.

.....

«O sr. Conselheiro Castilho falou. O seu discurso foi simples, modesto, sem pretenções; resumiu-se todo em um voto de ardente gratidão ao Imperador do Brazil, em eloquentes elogios á nossa Patria, e na exposição dos motivos que a ella o tinham trazido.»

.....

O *Correio Mercantil,* emfim, do mesmo dia 25, mencionando a abertura do Curso, refere-se ao discurso inaugural, que, segundo observa o jornalista com muito criterio, foi «de uma extrema simplicidade;» e diz que «talvez por esta mesma razão, satisfez o auditorio.»

Uma vez (e não sei até se mais de uma) assistiu Sua Majestade O Imperador ao Curso, seguindo os exercicios com a

maior attenção, e dispensando palavras animadoras e benevolentes ao sabio prelector.

Findos os trabalhos, tencionava Castilho professar um Curso gratuito de versificação e poetica, mas não chegou a realisar o projecto (1).

VI

Continuam os trabalhos.—Discussões azedas sobre pedagogia.—Terminação abrupta do Curso Normal.—Adhesões.

Durante o ultimo tempo do Curso Normal, desejou esclarecer duvidas que ainda lavrassem, e convidou os adversarios, ou os de fé ainda não robustecida, a apresentarem-se.

Comtudo, a latitude demasiada que o liberalissimo sonhador concedeu á discussão nas horas da tarefa escolar, empeceu o andamento dos trabalhos.

«As sessões ultimamente—escreve em 27 de Abril o *Correio Mercantil*—tornaram-se tumultuosas de mais, pois o nobre auctor entendeu que devia chamar todos que quizessem esclarecer-se, ou duvidassem, para o campo da discussão. Este expediente—pondera o articulista, e com razão—«não teve bons resultados, pois começavam e podiam dar origem a debates mais complicados.»

*

A verdade é só uma; é esta:

Em toda a parte em que dominam as raças latinas, é exaltado, é meticuloso, é melindrosissimo, o sentimento de exclusivismo nacional. Ninguem mais cioso n'esses pontos do que nós outros os Portuguezes; ora Portuguezes são tambem os Brazileiros.

E' duro ver que um estrangeiro chega á nossa terra animado do espirito de inoçular na nossa civilisação (seja ella qual fôr) um melhoramento qualquer que importe a confissão clara da nossa inferioridade; e Castilho era ali um estrangeiro; e Castilho levava de presente ao Brazil um Methodo novo no Brazil,

---

(1) Carta em 7 de Abril de 1855.

superior aos que o Brazil usava. Bastou isso para que o animo se exacerbasse contra elle em certas classes; e, por maior que fosse o respeito com que ostensivamente o trataram, é certo que houve quem se sentisse como que humilhado do beneficio.

O Brazil possuia já, desde 1834, uma especie de reducção dos systemas pedagogicos do talentoso Francez Jacotot, feita pelo Brazileiro Costa Azevedo. Alguns conterraneos d'elle oppunham essa obra, que diziam sua, ás innovações do pedagogista portuguez.

D'ahi discussões, mais theoricas do que praticas, na propria aula, encabeçadas em ideias falsas de falso patriotismo, e mais ou menos insidiosas.

No *Jornal do Commercio* do Rio appareceu um articulista que assignava S, propondo umas duvidas taes quaes ácerca do Methodo, reduzidas a quesitos:

1.º

Qual o maximo do tempo em que uma creança, de cinco ou seis annos de edade, poderá pelo Methodo de Leitura repentina ficar lendo todo e qualquer livro que se lhe apresente, corrente e perfeitamente?

2.º

Ao mesmo tempo que a creança souber ler, saberá tambem escrever com perfeição, quanto á calligraphia?

3.º

Ao mesmo tempo que a creança souber ler e escrever, apprenderá toda a arithmetica?

4.º

O Methodo, assim como é simultaneo, póde tambem ser individual, com o mesmo proveito, e sem prejuizo d'aquelles alumnos que entrarem antes ou depois dos outros?

5.º

As aulas que ensinarem pelo Methodo deverão ser uma ou duas vezes no dia?

Logo em carta de 18 Castilho no mesmo Jornal respondeu

a essa serie de interrogações, cujo alvo se não attingia bem, e cuja confusão e pouca deducção logica attestava no sr. S nenhuma *orientação* (como hoje se diz) pedagogica.

Tudo isto junto, e provavelmente muito mais, que eu ignoro, desgostou o poeta, que era sincero, que nunca fugiu a discussões, mas que era muito *exclusivo* tambem, e que (esta era a verdade) desadorava com discussões estolidas e sem base.

O caso é que em 25 de Abril declarou elle terminantemente que ficava findo o Curso Normal.

Lá o conta por estes termos o citado *Correio Mercantil* de 27:

«O sr. Antonio Feliciano de Castilho desistiu das sessões publicas que até agora tinha regularmente dado.....

«As suas reuniões foram sempre numerosamente concorridas, e tributaram-se-lhe de continuo as mais escrupulosas attenções e respeitos; sendo sinceramente geral o sentimento que produziu, quando, na ultima sessão, despedindo-se dos seus ouvintes, disse algumas palavras sentidas e eloquentes.»

*

Uma verdade quero porém estampar aqui bem claro:

Mostrou-se a Imprensa fluminense altamente benevola para com o poeta portuguez. A propria discussão do Methodo (se *discussão* se póde chamar aos reparos que sahiram a lume) manteve-se em termos ordeiros e cortezes.

Faltam-me pormenores com que esclareça e commente aquellas palavras do *Correio Mercantil;* mas, avaliando em globo o pouquissimo que sei d'esse Curso trabalhoso, creio poder affirmar que elle não foi tão fructifero como se augurava. A intriga, lá como em Portugal, lavrava na sombra; certos Portuguezes, famintos correspondentes de uns jornaes quaesquer, mordiam no poeta, e irritavam os animos; os Methodos antigos moveram guerra encapotada á innovação, por ser innovação. Sobre estes motivos, outro ainda: era o estado atrazadissimo do professorado brazileiro em geral (salvas excepções honrosas, e louvaveis), correspondendo á mesma causa em Portugal.

Assim mesmo, muitos professores apprenderam, e (pelo menos emquanto durou mais viva a recordação do apostolado) foram por sua vez apostolar o ensino novo em terras sertanejas do Imperio.

No correr d'estas Memorias hei de mostrar o como.

VII

Analysa-se de relance o conjuncto do Curso Normal do Rio de Janeiro. —Cita-se o luminoso Relatorio do Director Geral dos Estudos na Bahia.—Filippe José Alberto, notavel professor.

Este Curso do Rio de Janeiro, por muitas causas complexas que n'elle actuaram, não poude comparar-se em resultados com os de Lisboa, o de Leiria, o do Porto, ou o de Coimbra. E ainda assim, os seus fructos, se imparcialmente os considerarmos, não foram pêccos.

Tenho á vista o *Relatorio sobre a Instrucção publica da Provincia da Bahia,* em que o Director Geral dos Estudos, Dr. Abilio Cesar Borges, avalia os resultados praticos da implantação do Methodo Castilho no Brazil.

Julgadores assim technicos, imparciaes, e não influidos por tenebrosas más-vontades alheias, é que merecem ser ouvidos e consultados.

Tratando a importante questão dos Methodos varios de ensino, diz o Dr. Borges, devidamente mencionado no Diccionario de Innocencio:

«Cabe aqui agora dizer algumas palavras sobre o grandioso invento do profundo philosopho e pensador portuguez o sr. Conselheiro Antonio Feliciano de Castilho: o *Methodo Castilho.*»

O que o Director dos Estudos ia expôr ao magistrado supremo da Provincia, estudara-o por seus olhos; e tinha onde estudar.

*

Florescia então na cidade da Bahia uma escola methodica, regida por um professor de quem sempre Castilho falou com encomios: Filippe José Alberto.

Tinha este professor ido officialmente commissionado ao Rio de Janeiro assistir ao Curso regido pelo proprio Castilho. Ainda no Rio, fôra-lhe, tambem officialmente, confiada a regencia de uma aula segundo o apregoado systema, a qual se inaugurara a 27, na presença do Inspector da Instrucção publica. Este funccionario reconheceu vinte e um analphabetos entre os alumnos matriculados, e os exercicios começaram, sendo o professor auxiliado por alguns seus collegas, commis-

sionados de outras Provincias: o Professor de Grammatica philosophica, delegado do Piauhy, o Professor de Geographia e Historia, do Rio Grande do Sul, os Professores primarios de Alagoas e Goiaz, além de outras pessoas que desejavam amestrar-se no Methodo.

Começaram os exercicios, sim, mas com pouca ventura. Os alumnos, por causa do estado nada prospero da saude publica no Rio, foram pouco assiduos; o professor interrompeu dezassete dias a aula, por doente; não foi possivel introduzir nos exercicios escolares o canto e a musica, alavancás poderosas do systema; e ainda assim, nos oito meninos que perseveraram, e mais assiduos foram, notaram-se pasmosos resultados, com setenta e cinco horas uteis de lição! N'uma prova realisada na presença do Inspector da Instrucção publica do Municipio da Côrte, declarou este que «os resultados iam além do que elle esperava.»

Foi esse mesmo funccionario, Conselheiro Eusebio de Queiroz Mattoso da Camara, quem instou muito com o professor para que permanecesse no Rio, «a fim de ahi plantar o systema—(formaes palavras do professor Alberto em seu officio de 4 de Dezembro de 1855 ao Director Geral dos Estudos da Bahia)—o systema, que uma opposição mal entendida havia até então mallogrado»; desejo que se não poude realisar, pelo forçado regresso do professor á sua Provincia (1).

De volta á Bahia, instaurou Filippe José Alberto uma aula muito rigorosa pelo Methodo Castilho; e foi ahi que em 8 de Abril de 1856 se dirigiu, sem prévio aviso, e ancioso por ver e formar opinião, o Director dos Estudos.

«Apresentei-me—diz elle—inesperadamente em casa do referido professor, o qual com muito prazer recebeu-me, porque tem uma especie de ufania em mostrar que sabe cumprir os seus deveres, e que é apóstolo cordeal do Methodo. Estava bastante chuvosa a manhã; e manifestando eu o receio de haver n'aquelle dia pequena concorrencia de alumnos, disse-me o Professor:

—Não receie V. S.ª isto, porque os meninos querem antes vir para a nossa aula do que ficar em suas casas, e hão de vir todos, não obstante o tempo.

«E na verdade, meia hora depois d'este colloquio, estava a aula completa, e entretanto chovia ainda.

---

(1) Tudo isso consta do citado officio, annexo ao *Relatorio* mencionado acima.

«Ao entrar na aula d'este inexcedivel professor, declaro sinceramente a V. Ex.ª, que, por mais que fosse a confiança que me merecesse o auctor do Methodo, e o seu illustre propagador, nunca me passou pela mente o interessante e edificantissimo espectaculo que ia desenvolver-se ante mim; nunca me passaram pelo pensamento (nem eu poderia com exactidão trasladal-as a este papel) as doces e agradaveis emoções, todo o prazer e amor que me assaltaram o coração, todas as esperanças, emfim, que tão louçans se me debuxaram na alma! e muito menos, que eu havia de sahir d'ali sectario devotissimo d'esse Methodo divino, d'essa verdadeira *carta de alforria* e redempção da infancia, ao observar que meninos com menos de dois mezes de escola, tendo entrado para ella analphabetos, liam mais ou menos satisfactoriamente, solletravam nomes longos e complicadissimos, e desenvolviam-se na leitura dos numeros inteiros até milhares, e nos decimaes até millionesimas, com pasmoso desembaraço, recitavam regras de grammatica e canticos diversos, não breves, tudo com promptidão e intelligencia, com animação e prazer, debaixo de indefectivel compasso e inalteravel rythmo! E não tinha sido ainda preciso, da parte do professor, nem sequer uma ameaça de castigo!!!»

Para dar ao Director dos Estudos completo conhecimento do Methodo, suppoz o professor Filippe José Alberto ser aquelle o primeiro dia lectivo, e acharem-se ainda analphabetos os alumnos. Desenvolveu gradualmente todos os processos didacticos, que todos se encadeiam na mais rigorosa logica.

E exclama o Dr. Borges:

«Fui tomado de admiração, dominado de uma especie de magia, ao notar os artificios diversos e naturalissimos, com que o Methodo Castilho facilita o desenvolvimento da memoria e do entendimento..... Ali se acham as materias do ensino tão simples e naturalmente encadeiadas, filiadas por tal arte, que se parte do simplicissimo para o simples, d'este para o menos e mais composto, marchando sempre a intelligencia do conhecido ao desconhecido por uma gradação tão doce e imperceptivel, que o espirito das creanças se vai como deslisando por tudo com satisfação e presteza indiziveis, satisfação e presteza que mais se augmentam com a associação do canto, das palmas, e mais evoluções, que constituem toda a amenidade e *infantilidade* (se assim me consentem dizer) da maravilhosa producção do grande talento portuguez.»

Vê-se que este funccionario se presava de observar com toda a consciencia e attenção; e vê-se tambem que não descia

a classificar de *ridiculos* (como fizeram outros) os ingenuos artificios pedagogicos do Methodo Castilho.

*

Entre os varios professores, que no Rio de Janeiro assistiram ás prelecções do Mestre, figurava José Francisco Soares, commissionado official da cidade de Maceió. Esse professor, ao voltar á sua terra ia um tanto descrente da bondade do Methodo, e quasi resolvido a não o praticar. Em carta de 3 de Abril de 1856 dizia elle ao seu collega o citado professor Filippe José Alberto:

«Desde Janeiro d'este anno que puz em pratica o *Methodo Castilho* na minha aula, sómente como experiencia; e o resultado que tenho tirado ha excedido a minha expectativa. Estou mesmo maravilhado! e hoje confesso que, só por uma aberração do progresso se póde desprezar o *Methodo Castilho*» (1).

No seu luminoso e muito leal *Relatorio*, diz mais o conscienciоso Director dos Estudos:

«Como todas as grandes ideias, só filhas do genio inspirado de graça especial, o *Methodo Castilho* tem sido atacado, guerreado, em Portugal, mas quasi sempre pelo anonymo; guerra vil e ignobil de ignobeis e maus corações; guerra desleal de quem não tem por si a razão nem possue convicções, ou que, afferrado á rotina desconhece e rejeita tudo quanto lhe cheira a innovação.»

*

E' bem verdade: o Methodo foi acremente combatido; e (custa a dizel-o) a maior investida proveio dos que melhor poderiam tel-o auxiliado: os professores primarios. Ninguem ousará contestar que andava muito baixo ha quarenta e tantos annos (com raras excepções honrosissimas) o nivel intellectual do professorado portuguez e brazileiro. D'ahi, a opposição surda a uma reforma pedagogica difficil de estudar, e que, sem duvida, obrigava os mestres a maior dispendio de trabalho. D'essa opposição, os insoffrimentos de Castilho, os seus

---

(1) Carta citada e trecho transcripto a pag. 53 do mencionado *Relatorio* official do Dr. Borges.

desabrimentos de homem que presenceia uma injustiça. Esses desmandos, mal calculados, e filhos de uma indole fogosa e leal, provocaram represalias na classe inteira (repito: com excepções), e trouxeram a divisão, a scisão entre o inventor, e aquelles que deviam pôr por obra o invento. D'essa divisão, a quéda do Methodo.

Se houve professores que não entenderam o seu dever, houve-os tambem que, por uma intuição perspicaz, abraçaram a reforma, e a apostolaram com denodo.

Oiçâmos o modo como o auctor do mencionado *Relatorio* o Dr. Borges, aprecia officialmente a questão, e lhe propõe remedio efficaz:

«Eu pois—diz elle—devoto como estou por alma e coração d'esse Methodo redemptor das pobres creanças, não quizera vel-o exercido por mãos inhabeis, por individuos menos aptos, e mal preparados, que, em vez de concorrerem para sua propagação, o levariam a risco de descredito; e por isso opinaria, para que dos alumnos-mestres da Escola Normal se escolhessem cinco ou seis annualmente, por indicação do respectivo Director, d'aquelles que mais talento, aptidão, e vocação houvessem manifestado para o magisterio, e que fossem elles nomeados pelo Governo professores adjuntos á escola do sr. Filippe José Alberto, com uma gratificação qualquer, podendo, no fim de um anno de exercicio ser nomeados Professores effectivos do Methodo Castilho, pela Presidencia da Provincia, sobre attestado de habilitação passado por aquelle Professor, e prova dada perante o Director Geral dos Estudos.»

Ouvimos, pouco ha, as proprias palavras do professor Soares, e a sua nobre reconsideração; eis aqui agora a maneira como n'este mesmo *Relatorio* é apreciado o benemerito Professor bahiano Filippe José Alberto.

«O sr. Filippe José Alberto—diz o Dr. Borges, continuando a tratar o mesmo assumpto—apóstolo consciencioso do Methodo, comprehende qual o alcance de suas attestações em semelhantes casos, com relação ao futuro d'elle, que é seu mimoso; e portanto não ha que recear por ahi. Não obstante, porém, o Director assistirá previamente a uma prova pratica das habilitações do aspirante, e assim ficarão levantadas todas as duvidas.

. . . . . .

«Mestres assim preparados—conclue o Director dos Estudos—conseguiriam não só a estima do publico, o affecto e veneração dos discipulos, como tornariam a tarefa do magisterio, crivada até agora de espinhos, ladeada de oppressões,

borrifada de amargores,—matisada de flores, rica de prazeres e de liberdade» (1).

*

Não sei se o alvitre foi escutado nas regiões supremas da administração do Imperio; o que sei é que o Methodo, depois de alcançar um periodo risonho e esperançoso, decahiu no Brazil. Faltou-lhe o preparo dos mestres, faltou-lhe a protecção das auctoridades executivas (que são as mesmas rémoras burocraticas em toda a parte); e faltou-lhe, quem sabe? faltou-lhe até, por fim, a incitação constante, opportuna e importuna, do auctor. Castilho ia cançando.

(*Continúa*). JULIO DE CASTILHO.

---

(1) *Relatorio*, pag. 55.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 3, pag. 192)

3. Caueat vero Superior, ne cum ab eo petitur facultas curiose inquirat, aut aliud quid faciat, vnde conijcere possit, quis ille sit, pro quo petitur: et ne circunstantias alias interroget, quam quæ ad rem pertinent. Caueat etiam Confessarius, ne quid elabatur, ex quo pænitens cognosci possit; qui si timet, ne ex notitia alicuius rei possit Superior probabiliter suspicari, quis ille sit; sciat se omnino reticere debere, et omnem cautelam adhibere in casu proponendo vt nulla ratione superior possit probabiliter agnoscere auctorem. In quo si viderit proponendo casum in specie occasionem suspicionis Superiori dari, satis erit, si in genere dicat, aliquem in casum reseruatum incidisse, qui nec damnum Societati, nec alteri, nec ipsi pænitenti afferre possit. Vterque denique tam Superior, quam Confessarius memores sint obligationis sigilli, et ita se gerant, vt eius puritati et integritati per omnia consulant.

4. Quod si post relationem factam a Confessario de casu, et circunstantijs quæ saluo sigillo indicari possint, iudicat Superior facultatẽ non esse concedendam, et hoc non obstante confessarius vrget, et affirmat, huiusmodj Superioris seueritatem in maius detrimentum spirituale, et ruinam, et laqueum pœnitentis cedere; quod videat illum obstinato esse animo ac nullo modo velle Superiorem adire (in cuius rei iudicio conscientia Confessarij oneratur) tentanda erũt media aliqua, de quibus pro re nata Superior et Confessarius inter se conferent; et tandem si nullum aliud reperiatur Superior facultatem negare non debet.

5. Porrò cum subditus non per confessarium ordinarium, sed per alium Sacerdotem facultatem petit non facile acquiescere debet Superior, nisi Sacerdos ille tali ::: erito comitti possit.

E conuerso contingere poterit vt in aliquo casu si nolit subditus superiorem adire, expediat superiorem designare aliquem ex senioribus doctum, prudentem, et spiritu, ac charitate plenum, qui melius aut æque bene ipsi mederi possit, ac Confessarius Ordinarius. Id vero non erit abs re aliquando facere.

6. Cæterum hæc de ijs intelligenda sũt, qui in Societatis domibus, et collegijs residẽt. Nam de iter agentibus quando ad aliquem Societatis locum diuertunt, aliter iudicandum est. Quos nempe a reseruato potest Ordinarius loci illius confessarius absoluere cum onere tamen et obligatione, vt se sistant post modum Superiori suo, ad quem ituri vel redituri sũt, eiq̃ aut alteri de eius licentia, confiteantur.

Idem seruandũ est confessarijs Rectorum et aliorum Superiorum localium, quando ij (quod Deus auertat) in aliquem casum reseruatũ inciderent, et non esset præsens Prouincialis, cui talia reseruantur. Idem quoq̃ ipsorum Prouincialium Confessarijs, cum præsens non esset is, qui ad eum finẽ a Generali esset destinatus.

7. Ad extremum vt omnes eximantur scrupuli, et maiori cum fiducia ac libertate procedatur, cum Confessarius bona fide dubitat, an mortale sit, quod proponitur ab eo, etiam si ex genere suo reseruatum sit, potest absoluere, licet huiusmodi dubitatio ex ignorantia procedat. Sed neq̃ postea si animaduerterit manifeste fuisse mortale, repetenda erit confessio, bona siquidem et vera fuit absolutio.

Et hæc quidem de casibus reseruatis. *Cæ*terum q*uo*niam propter multas et maximas vtilitates non modo in casibus reseruatis, sed et*iam* in alijs, q̃ nec reseruata sũt, et interdum etiam nec mortalia, vt sũt peccandi pericula, diuturnæ tentationes, et h*uiusmodj*, valde expedit, et pænitenti mirum in modum vtile est, si sincere *c*or suum Superiori aperiat, non prætermittat Confessarius in ei*usmodi* casibus prudenter eas vtilitates pænitenti suggerendo, : : : vt Sup*eriorem* adeat.

Quod si suauiter obtinere nequeat, non erit : : : dem pænitens nimis vrgendus, nisi alioqui casus esset *de* ijs, *de qu*ibus, vt dictũ est, teneretur pænitens rem manifestare : : : non esset capax absolutionis.

Claudius Aquauiua. — E vem o p*ro*prio cõ o sello do mesmo.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 4, pag. 200)

Os demeritos dos chefes distingem nas instituições, deslu-zindo-as até aos olhos dos que fazem parte d'ellas. A um que sempre cortejara a fortuna e o mando, tudo por fim veiu contribuir para o humilhar, os revezes da sorte e a violencia dos poderosos. Ora succedeu achar-se elevado a um posto de superior representação, d'onde qualquer acto seu de defe-rencia pessoal tomava logo grandes proporções, um dos mem-bros da mesma corporação, que aproveitou o ensejo para a honrar, levantando o prestigio do seu chefe. Pois até varios dos seus collegas lh'o lançaram depois em rosto! Um homem tão escrupuloso tributar attenções a quem as não merecia! Parecia incrivel! Não viam a instituição.

E o mais curioso, embora perfeitamente natural, é que nem o proprio agraciado entendeu e apreciou a intenção. Reco-lhendo-se tempo depois aquelle alto dignitario ao seio da sua corporação, a descançar de mais graves cuidados, elle ati-rou-lhe logo com esta lamuria em piedoso tom sarcastico: «Ha tanto tempo longe d'aqui! muito lhe ha de agora isto custar!» Foram os sentimentos com que o acolheu. Se não havia de custar! Tambem a altivez do outro só lhe retrucou: «Um pouco!»

O seculo XIX foi bem o seculo das luzes, mesmo physica-mente. A luz do gaz e a luz electrica. E é admiravel como o negro carvão nos dê, condensando-se, o mais brilhante corpo, e, volatilizando-se pelo calor ou pela electricidade, nos póde dar, elle mesmo tambem, as melhores luzes. A sua negrura é como a do mineiro que o arranca: esconde um coração d'oiro.

Para marcar o tempo, não ha como o andamento e compasso dos negocios. Esse é que é o verdadeiro chronometro. A quem não tem cuidados e tudo espera do acaso, como um bohemio, ou dos outros, como um parasita, para que serve trazer no bolso o mais pontual relogio? Ninguem lhe incumba o menor serviço, porque fará ao relogio o mesmo que á carteira onde aponta a sua obrigação: esquece-se de o abrir e consultar a tempo. Para taes pessôas mezes ou semanas é tudo um. Se não vivem; dormitam! O tempo passa sem darem por elle.

Como se distingue a propriedade d'um e d'outro sexo. «A Rita diz que esta figura de recortar é a d'ella, mas tem aqui um quartel e um soldado, vê?» pondera-me o Dino. Logo pertence-lhe. São signaes certos.

Dava-me que scismar porque era que minha mãe, tão extremosa por nós, estivesse desejando sempre voltar para sua casa. Apêgo a habitos que são tambem recordações? Não me parecia ainda assim bastante explicação. Até que, d'uma vez, achando-se ella comnosco, como nos faltasse não sei o quê, lhe ouvi: «Queria estar agora em casa para lh'o mandar.» E' que de lá podia fazer mais por nós, pensava.

Para as creanças tudo ainda são novidades e accidentes a recontar nesta viagem da vida. Por isso a Gigi, numa simples referencia á estante das irmãs, fala a linguagem noticiosa d'um explorador de regiões ainda não perscrutadas: «Papá, aqui se encontram livros, figuras e brincadeiras.» Ella é effectivamente a denodada *pioneira* da sua propria civilização.

Que livros de poesias! Versos certos; mas não se encontra uma pagina onde brote uma flôr ou cresça uma hervinha sequer. Tudo tão arido! Mero trabalho de paciencia, uma especie de *crochet* ou de frioleiras, sem sentimento nem sentido.

Por mal ninguem me leva! dizem e repetem as creanças. E têem razão. Assim o homem se mantivesse sempre d'essa tempera pela vida adeante! Só a bondade se apodera das almas; o terror consome-as, aniquila-as.

Com que satisfação, passando eu por deante d'uma casa de aldeia, ouvi ao estalido das pancadas e gritos de colera uma voz de creança responder com indomavel firmeza: «Não!» Ah, bom rapaz! De caracteres assim é que nós precisamos.

A Gigi, que é muito amiga do cão, quer dar-lhe sempre o que ha de melhor. «Mamã, dá torradas para o cão, que elle tem dentes!» Está visto!

Sobre o tumulo de Serpa Pinto ninguem pronunciou duas palavras! Por falta de caracter e de patriotismo, d'aqui a pouco em Portugal ninguem das classes dirigentes sabe sequer falar.

Não se façam tantas amabilidades aos outros, que se chegue a enfadá-los. Porque chora? pergunto ao Dino. «Porque tenho a bôca doce.» Ora essa! «Queria agua e deram-m'a com assucar» queixa-se.

Astronomia physica. A Gigi: «Diga, sr.ª D. Mabilia, mas diga, quem foi que accendeu o sol?» Entaladora pergunta, a que nem os mais sabios podiam responder bem! Eu tenho, porém, cá a minha hypothese, e é que a curiosidade infantil, tão ardente, que a todos e a tudo se atira, é ella que, chegando ao sol, o põe de certo em braza, muito mais depressa do que a chuva dos bólidos que estão continuamente a projectar-se sôbre elle.

Onde se juntam os nossos dirigentes? A não ser á mesa do jogo no *club,* só se fôr em casas ainda peores. Não ha salões em Portugal. O povo é quem ainda se reune, na feira, nas esfolhadas, no adro da egreja, nas romarias.

A tendencia é para amarmos, como a nós mesmos, todos aquelles a quem fazemos bem. Conheci um medico que não podia ver certo individuo de má reputação, mas, chamado para o tratar d'uma doença grave, foi, desvelou-se por elle, salvou-o, e depois já elle lhe não parecia tão mau, chegava mesmo a acudir pelas excellencias que lhe descobrira. E' porque pudera conhecê-lo de perto não só com defeitos, tambem com qualidades, sem duvida por isso, mas, além d'isso ainda, porque havia nelle agora como que um novo homem que era obra sua.

Os socialistas! São elles que na Inglaterra combatem o imperialismo e as suas violencias contra os böers, na Allemanha a superstição monarchica e os excessos deshumanos d'uma vingança sem quartel contra os chinêses, e na Austria-Hungria a reacção, oppondo-se ás luctas e divisões de raças.

Não são só os passarinhos que o canto attrahe. Eu, para

*

me desenfadar do trabalho, trauteio uma aria no meu gabinete, e logo vôa para mim, já a acompanhar-me desde o corredor, a minha musical Zirinha, com grande gaudio dos irmãosinhos, que veem tambem a correr para lhe fazer roda.

Um desenho da Gigi: «Este homem verde tem duas pernas, e o amarello tem só uma. Quem olha de lado, parecem *micacos*», explica ella. De facto. Como os grandes artistas têem a dolorosa impressão da inesthetica origem simiana do homem!

Arautos caseiros. Sôam repetidas e impacientes pancadas á porta do meu escriptorio. Uma voz: «Papá, abra!» Outra: «Pá-á-á! Tata, tata!» Vou abrir. E' a Gigi com um coelho branco nos braços, e a Zirinha, que me traz uma rica batata. D'onde trazem isso? Da cozinha. Assim me annunciam o que haverá para jantar. Não que ellas o saibam; que nem a Gigi consentiria na morte do bello coelho, nem a Zirinha na esfolação da grande batata. Esses sacrificios da mesa são superiores ás fôrças do seu coração. Mas eu é que fico inteirado dos designios da cozinheira.

A facil allucinação das creanças. O Dino, de noite, abancado á mesa do trabalho, á luz d'um candieiro, exclama, muito espantado: «Estava distrahido a escrever, e olhei e pareceu-me que era dia!»

Amor do estudo. Insta-se com o Dino para que se vá deitar, porque são horas. Mas está todo embebido na escripta, quer acabá-la. E, esfregando as mãos: «Amanhã não escrevo já, estudo mais!» Ficava-lhe assim a manhã livre de todo para as outras lições.

O espiritualismo das creanças! Para as fazer comer, é preciso prendê-las. A Gigi vem da quinta, toda constrangida, pendurada dos braços da Manoela, e a querer escoar-se-lhe. Põe-na no chão! digo. «Não.» Porquê? «Porque ella foge-me. Vai jantar.»

Não ha como as creanças para se elevarem acima do nivel commum, do trivial. Vendo a mãe distrahida, a esgravatar, dois pintainhos mais traquinas esvoaçaram para o primeiro ramo d'um geranio, que se dobrou ao seu peso, baloiçando-os festivamente; e elles todos se espanejam de alegria, regalando-se com um pouco do prazer aligero das aves que ao lado

piam nas arvores, venturosamente erguidos sôbre a admiração e inveja dos seus irmãositos, que do chão os contemplam embasbacados da façanha.

Educação do coração. Vem o Dino, todo dolorido, contar-me: «Uma andorinha entrou para dentro do poço da nora e depois não pôde sahir. Eu ainda andei com a roda, a ver se ella se metia dentro de algum dos alcatruzes para vir para fóra, mas nada...» Segue-se o Domingos, com voz ainda anciada: «E outro dia um passarinho entrou no gallinheiro para ir acima ver os pombos, e depois queria sahir, a furar, a furar pela rêde de arame, e custou-lhe muito. Se o passarinho se demora a dar com o buraco da sahida, eu já ia para lhe abrir a porta.» E, por ultimo, a Gigi, indignada por terem levado do gallinheiro um pato para matar: «Nem ao menos o deixaram dizer adeus aos outros!»

Physica do Dino. Tendo pegado num seixo que estivera exposto ao sol por um d'estes dias de calôr de trovoada: «Hui! Foram umas quenturas na mão! Escaldava!»

Analyse do vinho pelo mesmo: «Papá, o vinho cahe na toalha, e fica agua á roda!»

Vou a sahir do quarto, e encontro á porta o corredor todo juncado de perfumadas petalas de rosa. E' o rastro da Zirinha, que por ali passou, preparando-me esta sahida festiva. São sempre assim as creanças. Mais que ninguem ellas nos cobrem de flôres os caminhos da vida, do dever.

O Domingos: «O papá hoje dá aula?» A' minha resposta affirmativa, elle, para que eu vá o melhor possivel, ergue deante dos meus olhos enfeitiçados um rubro botão de rosa, que é uma alegria, e offerece-m'o. E, não ha duvida, até falo com outro gôsto, de flôr ao peito, a recordar-me, todo satisfeito, da gentileza d'elle.

Arithmetica do coração. As minhas filhas estão todas enlevadas, em doce emulação numerica, a ver quem recebeu mais cartas e bilhetes postaes dos irmãos. Escrevam-lhes, até para que ellas se adeantem em contas!

Vendo no chão ao pé de mim uns papeis impressos, o Domingos apanha-os: «O' papá, olhe as notas.» São provas, elu-

cido. «Dá-m'as?» Abraça-as ao coração. E, dilatado em jubilo, mostra á Rita, radiosamente: «Notas!» Se são do seu papá! Lá vai depois, todo ufano, com ellas debaixo do braço. A sua pena é não as ler ainda bem. Mas dá-as a ler ao Dino, ás irmãs, e escuta, enlevado, senão entendendo-as bem, adivinhando a sua inspiração sympathicamente. E dizem os nossos grandes homens que não escrevem, porque em Portugal não ha publico! Não têem filhos?

«As pastilhas?» perguntou-me a Gigi. «O papá comeu-as todas?» E parecia resignar-se a essa negra idéa. «Não, guardei-as» respondi-lhe. «Então dê-me uma!» clama ella logo nervosamente. E fez-me um assalto em fórma. Assim é tantas vezes atacado o virtuoso proprietario por causa da sua renunciadora economia.

Como as creancinhas nos dramatizam a vida com os mais imprevistos lances! Estavamos á sobremesa, quando a Maria, vindo de servir o jantar á irmã mais velha, que tinha ficado a fazer companhia ás pequenitas, ambas constipadas, nos contou enternecidamente que a mais nova das duas, a Zirinha, se lançara ao collo da Rita, toda arripiada de susto, e não queria voltar para o chão, por causa d'uma poltrona de palha, que de subito se pozera a estralar. E logo foi uma anciedade geral; e o Dino, deixando em meio a sua querida laranja, rompeu na frente: «Vou vê-la!» Nunca a Sarah ou a Duse ou a nossa Virginia despertaram maior interesse.

Não puxem demais pela infancia. Com razão o nosso povo diz que as creanças morrem principalmente de doenças de cabeça, os moços de doenças de peito e os velhos de doenças de ventre. As creanças são tão cerebraes! Vejam como diminue rapidamente a relação entre o peso do cerebro e o peso total do corpo: na epocha do nascimento, 12, 4 por 100; na edade de 1 anno, 10, 9; aos 5 annos, 8, 4; aos 15 annos, 3, 8; e aos 25 annos, 2, 3.

Quando nos succede sermos victimas d'algum azar ou d'alguma injustiça, experimentamos certo deleite em revolvermos, em rasgarmos ainda mais a ferida por nossas proprias mãos. Embebemo-nos assim voluptuosamente na dôr, saboreando o seu travo. Parece uma tentação. Não ha mal que não presagiemos imminente sôbre a nossa cabeça, mal a que nos não curvemos, que não estejamos mesmo requestando.

E não é, só por um grato requinte de revolta, que nos lançamos assim vertiginosamente a todas as espiraes do supplicio; é tambem pelo prazer logico da nossa actividade mental, pelo prazer de romancear desgraças.

Cautela com as companhias! A imitação das pessôas com quem convivemos, faz-se por si, inconscientemente, fatalmente, por mais prevenidos que estejamos contra ella. Não ha preceitos que valham. Um amigo meu cançava-se a batalhar com a filha para que ella tomasse um porte discreto, sempre natural, sem sacudiduras grosseiras ou esquivanças ariscas e escarninhas e sem languidos acanhamentos, e sempre delicada e affavel com decóro; mas deixava-a frequentar uma casa onde a rapariga mais evidente era uma espevitada, dava-lhe por companheiras umas collegiaes cheias de amuos, segredos e risinhos, e recebia de visita a toda a hora uma provinciana embiocada, beatifica, sempre de olhos no chão ou de soslaio, que não olhava de frente para ninguem, e, se olhava e o seu olhar se encontrasse com outro, masculino, logo se commovia. Debalde, pois, se consumiu a prégar-lhe; a fôrça do contagio annullou quasi todo o effeito da bôa doutrina.

E a nação consente que no pedestal do monumento levantado a Bismark o imperador colloque uma corôa com esta dedicatoria:—ao grande servidor do grande imperador? A Allemanha ou se abysma na mais ignominiosa servidão, ou tem de fazer a revolução politica para salvar a sua integridade moral.

A grande, a imprescindivel reforma do ensino: ninguem na eschola, desde a primaria até á superior, ninguem que não tenha uma occupação, um officio. Só estudo, não!

Ha intelligencias que parecem privilegiadas, pela rapidez com que tudo apprendem; e não são senão intelligencias molles, servis, que tudo acceitam de prompto, sem nenhuma discussão, sem o minimo criterio. Têem a percepção, não a comprehensão, dos raciocinios. Repetem-nos apenas, sem os entender.

A mãe, ao deitá-la, confessa a Gigi: «A menina que foi que fez hoje durante o dia?» Havia effectivamente um caso de consciencia. Eis como a Gigi o narra: «Eu e a Zirinha fomos apanhar fructas debaixo das arvores, ambas sósinhas, para as

deitar aos porquinhos, e as meninas (as irmãs mais velhas) estavam na eira e não disseram nada, e depois o Domingos passou por nós e tambem não viu.» Está claro que houve todas as attenuantes. A sua intenção era levarem toda a fructa do chão aos porquinhos; mas deixaram-nas só, não as advertiram, nem repararam nellas sequer. Que haviam, pois, de fazer, ainda tão pequeninas, assim sósinhas e abandonadas? Gigi não o disse, mas imagina-se. Nada mais natural. Evitassem-no!

Direitos e obrigações. Um dia, o Domingos, a quem pertence estender o lençol do banho, difficulta-se á obrigação, demora, discute se é effectivamente elle quem tem de o fazer, e parece-lhe que não; mas o Dino impõe-se-lhe, ataca-o, que é elle, sim, senhor! que é aquella a sua vez, não atrapalhe, ande, faça o que deve. Outro dia é o mesmo Domingos que, pegando no lençol, declara alto e bom som, todo ancho, ao irmão que é elle quem tem o direito de o estender. «Hoje sou eu!» e, ao desdobrá-lo, parece que é o manto da sua prerogativa o que elle quer ostentar em toda a sua grandeza; e agora ao Dino quasi lhe custa acreditar em tal, reage, põe duvidas, faz á propria memoria uma tentativa vã de recurso para verificar se não será sua a vez, e, quando finalmente vê que não póde protestar, é entre resmungos ameaçadores que se submette: «Mas ámanhã sou eu!»

Não se póde dirigir uma sociedade, fazendo exclusivamente o seu governo. E' sempre indispensavel prepará-lo pela convivencia intima com os consocios. Pequenos ou grandes.

Gigi, ensinando a Zirinha a bem se exprimir no desempenho das suas commissões. Dá-lhe um ramo de flôres para ella levar á mãe. «Leve á mamã, que é a Gigi que manda. Ande, diga: E' a Gigi que manda.» Zirinha ensaia-se. Não é todavia para se ficar descançado; por isso, a Gigi vem com ella, e, já ao pé da mãe, lembra-lhe: «Ande, diga quem mandou.» A mãe, que ouviu, não entendendo bem a Zirinha, pergunta-lhe: Que é que a menina diz? Quem é que a mandou? E então a Zirinha, numa congestão de esforço, que a põe toda escarlate: «Flôres! E' a Gigi!» O que arranca logo á irmã o seu applauso: «Bonita! venha cá, que lhe quero dar uma coisa.» Olha em redor, vê um grande pau, dá-lh'o. E, pegando-lhe na mão em tom gratulatorio: «Vamos menina, vamos para o jardim!» Mereceu-o sobejamente.

Nova leitura. Já tinhamos a dos movimentos da bôca para a percepção da palavra oral; os meus filhos inventaram a dos movimentos da mão para a percepção da palavra escripta. Vão ver. A Maria, de caneta em punho, escondendo a penna com a outra mão, para o Dino e o Domingos, todos em volta de uma mesinha baixa: «Que numero é o que eu escrevo? Pelo andar da canneta se adivinha. Que numero é?» 3, 5, 8... Não! Sim! Ella vai assentando as vezes que cada um acerta. E o interesse do jogo cresce. Já respondem ambos ao mesmo tempo, cada um a querer adivinhar primeiro; já um fica matreiramente para depois do outro, para não cahir no mesmo engano. E a propria Maria se apressa, sem esperar por ambas as respostas, o que provoca vivas reclamações: «Eu ia dizer, e não pude.» Combinam-se os turnos, e a irmã promete dar tempo para cada um se pronunciar. Alvoroça-os, porém, o seu ardor. A Maria, quando elles erram o numero, tão açodada está que não o lê; passa para deante, rodando e escorrendo apenas com a mão esquerda, em signal de que perderam. Depois salta dos numeros digitos para os de dois algarismos. Tudo isto levanta murmurios, protestos. «A Maria fez dois numeros» clama o Domingos. «Pois fiz» confirma ella, mantendo a sua vontade de complicar o jogo. «Então, não sei» resmoneia o Domingos. E o Dino, com certa superioridade, declara até onde só póde ir nas suas concessões: «Não! póde fazer dois, mas não muito grandes.» Esta desegualdade irrita o Domingos, tornando-o desconfiado: «O Dino vê por ali, por cima do braço da Maria... O Dino, a olhar por ali. O Dino olhou, prompto!» O Dino revindica a sua lealdade; e, se tanto é preciso, ceder-lhe-ha o seu logar, condicionando todavia: «Mas tambem não ha de espreitar.» Domingos acceita; mas logo destroca, retomando a sua primitiva posição: «Era só para ver!» Estabeleceu-se por isso certa confusão. Então a Maria queixa-se de que mal se póde ser juiz com taes mordomos, e declina a vara, isto é, a canneta. «Sou eu! sou eu! agora sou eu!» clama o Dino, para a substituir, forte no seu direito de primogenitura. Concedido, sendo-lhe unicamente imposto pela voz da Maria: «Ha de escrever bem percebido.» O Dino concorda. Lá tem a sua idéa para carregar nas difficuldades. «Quanto é?» pergunta, fechando tanto a mão sôbre o algarismo, que fecha tambem ao mesmo tempo os beiços. E todo se regala de ver frustrados os juizos dos seus parceiros, de bôca escancarada com largos sorrisos victoriosos, batendo com o indicador da mão esquerda ou com o proprio bico da penna em cima do algarismo: «Não!» A Maria, com a cabeça

entre as mãos, recolhe-se. Mas o Domingos caramunha. «Dino põe a cabeça deante da canneta: não vejo!» «Não reparei, não reparei nada! Dino faz mal, não faz nada percebido. Faz assim...» E com os dedos descreve cabalisticamente um movimento subtil imperceptivel. Julga-se, pois, auctorizado a procurar um ponto de vista de maior alcance, e ergue-se nos punhos sôbre a mesa. Dino, sem se agastar, continúa: «Lá vai! digam.» Mas agora é que menos se acerta com o numero. O Dino, radiante, explica: «Faço sempre o mesmo!» E, como quem com os seus hieroplyphos póde dar todo o partido, escreve mesmo á vista dos parceiros: «Agora? que numero é?» O Domingos ainda, entre risos geraes, cahe em responder ao desafio: «9.» Mas logo, corrido, despede-se: «Este jogo nunca acaba?» Tinha acabado.

Bellas laranjas as do Cidral! que sabôr e sobretudo que perfume! Mas não lhes tomavamos bem o gôsto por não sabermos como haviamos de repartir com os nossos filhos mais velhos para Zürich. Estudado o caso, decidiu-se a remessa. Logo pulsam vehementemente os corações. Todo o meu rancho corre ao pomar, e até a placida Maria trepa açodadamente a um pé de grande apreço, enxertado em romãzeira, porque cada um quer que vão algumas colhidas pela sua mão e quer que as suas sejam as melhores; e é depois uma faina, a envolverem-nas cariciosamente em papel de sêda para ellas não seccarem e emmurchecerem pelo caminho. Por sua vontade, apromptavam ainda mais; mas, que tristeza! já essas excedem o peso, e ouve-se o Domingos avisar lastimadamente que não podem ir mais do que 5 kilos pelo correio. Não ha satisfação perfeita neste mundo! Lá se sacrificou uma bôa porção d'ellas, que deviam ser deliciosas, talvez as melhores, quem sabe? Resignando-se, acamaram com todo o geito no caixote quantas couberam; e, quando por fim a mãe lhe colou o rotulo com o endereço para os irmãos, houve uma sensação geral de allivio e de prazer. Até que em fim! Já as iamos comer com elles.

Nas aulas elementares e médias não se faz senão quasi sciencia, que é para o que ainda quasi não ha profissões elementares e médias!

(Continúa). BERNARDINO MACHADO.

HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 4, pag. 216)

O hospital da Ordem de Roca Amador, na cidade de Lisboa, era estabelecido numas quintas ou olivaes que a esse tempo se extendiam á beira do braço do Tejo que subia até ao Rocio, na freguezia de S. Gião.

Refere uma tradição que um Pedro Esteves e mulher, contemporaneos de D. Sancho I, os quaes viviam na casa onde depois foi o hospital, em virtude de umas visões ou sonhos que tiveram, fundaram o hospital que doaram aos religiosos de Roca Amador, e junto uma ermida dita de Nossa Senhora da Oliveira (annos de 1200 ou 1300). Muitos documentos e escripturas antigas se referem a este hospital, cuja tradição ainda perdura, e que existiu em Lisboa até á data da fundação do grande hospital de Todos os Santos, sendo um dos muitos que pela regia determinação foram naquelle encorporados. Era conhecido pelos nomes de hospital de *fr. João* (1) (frade de notaveis virtudes cuja tradição se ligou indissoluvelmente ao instituto em cujo serviço as exerceu), ou de Santa Maria de Roca Amador.

Em Santarem, em uma inscripção existente na egreja do hospital, se fala em *Pedro Escuro, do conselho del rey D. A. Enriques* que instituiu o *Hospital de Reclamador e Palmeiros*.

O de Torres Vedras foi fundado em 1310 pela rainha Santa Isabel; o do Porto edificado em terrenos da Mitra, na antiga rua do Souto (2), em epocha que póde talvez referir-se ao reinado de D. Sancho I ou ao de D. Affonso Henriques, alcançou importantes doações, chegando a possuir muitos fóros na cidade e nos casaes dos arrabaldes, até que, ahi por 1498, passou a ser administrado pela Camara do Porto, e em 1521 por cartas d'el-rei D. Manuel foi entregue á nova Misericordia d'aquella cidade.

Interessantes documentos ineditos do Cartorio da Miseri-

---

(1) Vide *Monarchia Lusitana*, tom. v, pag. 272.

(2) Como consta do livro do *Tombo dos bens*, existente no Cartorio da Misericordia do Porto, *op. cit.*, pag. 18.

cordia do Porto trouxe á publicidade, no seu opusculo já citado, o sr. Cherubino Lagoa; por serem do mais alto valor, pela sua irrecusavel authenticidade e nos darem curiosa noticia do que era este hospital, os transcrevemos:

«Carta de doação de D. Branca Paes, mulher de D. Angelo, cidadão do Porto, sobrinha de D. Martim Mendes, Mestre Escola da Sé do Porto, successora de seu irmão Lourenço Paes, administrador dos bens da capella de seu thio, chamada de S. Martinho, instituida na Crasta Velha da Sé do Porto; ao Hospital e Confraria de Santa Maria de Roc'Amador.

«Em nome de Deos amen. Sabham quantos este stormento de conpossiçom e de perduravell ffirmydooẽ virem—que em pressença de mi affonsso romaaẽz pubrico tabaliam da çidade do porto—e das testemonhas a deante scriptas a esto espiçialmente chamadas e rrogadas—branca paaẽz molher de dom angelo, çidadaão desse logar mandou a mi dito tabaliom que ffezesse huũ stormento de conpossiçom e de perduravell ffirmydooẽ em esta maneira convem a ssaber Eu branca paaẽz suçesor de lourenço paaẽz meu Irmaão testamenteiro que ffoy de dom martim meendez meestre scolla que ffoy do porto meu tio—ssobre ffeito do testamẽto desse meestre scolla quanto perteẽnçe ao testamẽto e á capella do dito mẽestre scolla—que ell hordynhou na Clasta da Sée do porto—esguardando a proll da alma do dito meestre scolla—e esguardando o sseu tallam—e como sse milhor e mays conpridamente conprisse—e sse provêesse a dita capella—e as aniversarias e as missas que ell sobr'esto mandou—E veendo que do linhagem do dito meestre scolla hy nom aviã tall que as coussas podesse ffazer ssem cobyça e ssem mingõa como tallam era do dito meestre scolla de sse conprirem—e veendo como o dito meestre scolla leixára em sseu testamento que os vigayros da conffraria do rrocamador ffossem ssempre veedores da dita capella leixando lhes para a dita conffraria quoreenta ssoldos para ssempre em, cada huũ anno para veerem como sse ffazia e sse nom conprisse que elles a ffezessem conprir—e veendo as bôas obras da dita conffraria e esmollas—e as obras de piedade que sse hy ffazem e para ssempre ffaram—e veendo como a lynhagem dos homeẽs sse ssaaem muyto agynha e que he coussa que muyto agynha ffaleçe Esguardando as ditas cousas—e ssaude (descanso) e proveyto da alma do dito meestre scolla e a ssa voõntade—e a rrazam que pode sseêr mylhor servido Deos—e conprirsse a voontade. E que depois nom sse possa meter contenda ssobre llos beẽs que perteẽnçem á dita capella e ao alumeamento das lampadas e a ssa capella e da ssée do porto

que o dito meestre scolla estabeleçêo em ssa manda (testamento) E outro ssy dos aniversarios e de todallas outras coussas conteudas na dita manda deu e doou e outorgou para ssempre aá conffraria de ssanta Maria de rrocamador da çidade do porto—toda llas casas e herdamentos que áa dita capella perteençem—convem a ssaber aquellas cassas que ssom na dita çidade das quaaes cassas hũa he na çapataria do castello.....»

Segue-se a enumeração dos predios doados, clausulas, condições da administração e satisfação dos legados, estipulações do estylo, e conclue «..... e mandou e outorgou que a dita conffraria ffôsse logo metuda em verdadeira possissom das ditas casas ..... e os conffrades da dita conffraria seendo ajuntados por pregom ..... no espitall da dita conffraria ..... e para aderençar (resolver) em proll da dita conffraria ..... todos á hũa voz ssem nem hũa discordia rreceberom a dita obrigaçom ..... Esto ffoy ffeito no dito espitall vinte e çinqo dias de Janeiro Era de mill e trezentos e çinquoenta e cinqo anos.»

Do Tombo dos bens d'este hospital, feito em 1498 consta quaes os encargos praticados pelo instituto, entre elles:

«Darem na noute de Natal fructa, vinho e lenha aos pobres, curarem-se os doentes á custa do Hospital e enterrarem os que fallecessem.»

Descrevendo o hospital diz: «O dito esprital e casa dele está instituido e edificado na rua do Souto da dita cidade: o qual tem aa entrada dele hũa casa, na qual está a capela em que se celebram os divinos officios por os edificadores do dito esprital e per esta casa entram aa outra casa dos pobres; a qual casa tem de longo tee a capela, çinquo varas de medir e duas terças, e de traves de porta a porta. S. (*a saber*) des' a porta per onde entram tee a porta por onde entram aa casa dos pobres quatro varas de medir escasas, a qual casa he de pedra de toda las partes.—Outra casa dos pobres he de toda las partes de pedra, e a armaçam do telhado boa, e alta, mui espaçosa, e he de longo vinte e duas varas de medir esforçadas, e de traves nove varas e dentro a hum cabo (*extremo*) está hũa casa terreira como o dito esprital çerrada sobre si pera a espritaleira, em esta casa jazem de hũa parte e da outra dezoito camas de pobres, e dentro desta casa iaz outra casa sobradada que tem de longo treze varas e terça, e de traves cinquo varas de medir: esta casa em çima tem cinquo casas pera homẽs honrados (talvez enfermos particulares) e debaixo tem hum grande sootom: esta a mayor parte cerrada com

grades com sua porta pera recolher algũa madeira pera corregimento do dito esprital, etc.» (1).

Além d'estes hospitaes de ordens religiosas, outros, directamente creados por principes ou outras pessoas gradas, enxameavam pelo paiz. Pertencem a este numero, por exemplo, entre muitos cuja noticia se perdeu, e mesmo entre outros muitos cuja menção não possuo, o que em 1280 fundava em Lisboa o famigerado bispo D. Domingos Jardo, chanceller-mór de D. Affonso IV, sob a invocação de Santo Eloy, onde foi sepultado o fundador;—aquelle que em 1372 fundava e esmolava D. Ruy Gonçalves, alcaide-mór de Arronches, de quem já falámos a proposito de uma albergaria que juntamente instituiu, tudo segundo a tambem já citada inscripção existente na egreja da Misericordia;—o que D. Sancho I fundou em Santarem para captivos, e que D. Affonso II cedeu á ordem da Santissima Trindade, por ser especial missão d'esta, o tractar dos captivos;—outro especial para religiosos do mosteiro de Almoster, alli estabelecido pela Rainha Santa;—o que esta mesma Rainha com tanta devoção fundou em casas junto ao mosteiro de Santa Clara (o velho) e aos Paços Reaes de Coimbra, dedicado á rainha Santa Isabel de Hungria, para trinta homens e trinta mulheres, sagrado pelos bispos de Coimbra e Vizeu, e que por sua morte ficou sob o governo das Abbadessas de Santa Clara (2);—uns hospitaes e albergarias creados em Lisboa pelo celebre testamento de Maria Esteves (3) em 1324;—os do Espirito Santo, ou de Santo André, fundado em 1354 em Montemór-o-Novo;—e o fundado em 1274 em Portalegre, por Pedro Eanes e sua mulher Maria Domingues, segundo a lapide gothica existente á entrada do convento de S. Francisco, da mesma cidade.

A uma epocha mais moderna e mui proxima da reorganização geral dos hospitaes do reino, effectuada em tempo d'el-rei D. João II, pertencem o hospital de Aveiro, instituido em 1443 pelo Infante D. Pedro, e o hospital de Jesus Christo de Santarem, fundado com os bens de que em seu testamento (1426) fez completa deixa o generoso fidalgo do conselho de D. João I, chamado João Affonso. O monarcha que em vida enchêra de beneficios o benemerito fidalgo, para re-

---

(1) Opusculo cit. do sr. Cherubino Lagoa, pagg. 20 a 28.
(2) Lacerda, *Vida de Santa Isabel,* pag. 260, e Figanière, pagg. 198 e 290.
(3) *Summario de varia historia,* tom. II, pagg. 116 e seguintes.

compensar os serviços leaes que lhe prestára tão dedicado amigo, confirmou-lhe o testamento (1431), e o novo hospital estabeleceu-se nas casas onde o seu fundador nascêra, com suas quatro enfermarias e albergue de entrevados, com rendas sufficientes para a sua manutenção. O povo reconhecido deu a este hospital o nome de hospital de João Affonso, em memoria do fundador.

Da mesma epocha data o celebre hospital e albergaria annexa do Espirito Santo, de Miragaya (Porto), fundado por 1400 por um chamado João Affonso, e cuja administração, primeiro a cargo da vereação da cidade, passou depois em 1454 para os mareantes, em cuja confraria ficou, a despeito de pretenções da Misericordia, á qual nunca se annexou. A capella do Espirito Santo ainda hoje existe, com seus magnificos quadros e um riquissimo tombo de curiosos documentos do seculo xv, dos quaes Pinho Leal reproduz alguns, respectivos a este hospital, que merecem ser lidos e com magua não reproduzimos porque nol-o não permitte o modesto volume d'este trabalho (1). Pertencem egualmente a esta epocha o hospital do Espirito Santo de Tavira (1442) onde vinham tratar de muitos doentes das possessões do Norte de Africa (2), e os de Torres Novas, denominados do Espirito Santo, de S. Gião (1359) e do Machial.

*

Chegamos agora ao ultimo grupo de instituições hospitalares fundadas neste periodo longo que decorre desde o inicio da monarchia portugueza até á phase de organização superior, inspirada nos modelos das mais cultas nações da Europa do seculo xv, especialmente das nações da peninsula italica, em tempo de D. João II.

Eram estes hospitaes, os ultimos a que nos vamos referir, filhos da iniciativa dos povos dos concelhos autonomos; abrigavam-se sob a bandeira das regalias communaes e foralengas, e viviam á custa dos obulos de verdadeiras irmandades e confrarias de classes.

Tiveram origem, segundo parece estas *associações* nas antigas *ghildes,* geradas no tradicional e remotissimo costume

---

(1) Vide Pinho Leal, tom. v, *Miragaya,* pagg. 287 e seguintes.
(2) *Archivo Pittoresco,* 1868, artigo de Vilhena Barbosa, pagg. 292, etc.

dos banquetes funerarios em que os co-sacrificantes se uniam pelos laços de juramento, em que se compromettiam a defenderem-se e coadjuvarem-se mutuamente, como irmãos. *Ghilde* significa associação ou confraria de liga defensiva, e d'ahi se originaram successivamente as germanias—arimanias, irmandades e confrarias.

Estas associações, primeiro de meros intuitos de interesse commum, serviram para defesa das regalias e prorogativas populares contra as violencias e prepotencias dos senhores. Habitantes vizinhos reuniam-se nestas arimanias ou *germaydades* para resistirem mais facilmente aos ataques de invasores, ou ás exigencias violentas de senhorios feudaes. Mais tarde, a estes fins unicamente utilitarios de libertação e independencia, ligaram-se na associação medieval intuitos de ordem religiosa ou de piedade.

Reuniam-se em irmandades ou confrarias as diversas classes de officiaes mechanicos, de artifices ou de homens do povo de diversas profissões, e fundavam hospitaes ou albergarias, geralmente conhecidos pelo nome da classe a que pertenciam. Assim aconteceu em Lisboa, onde na lista dos 43 hospitaes que em 1479 o rei D. João II annexou ao Hospital Real de Todos os Santos, lista que se encontra no precioso archivo do Hospital de S. José e já corre impressa, se vêem os curiosos nomes d'esses singelos institutos. Eram por exemplo os hospitaes dos *Carpinteiros da Ribeira,* dos *Escolares,* dos *Ganhadinheiros,* dos *Ourives,* dos *Pelleteiros,* dos *Pescadores,* dos *Almoinheiros e hortelões,* dos *Alfayates,* etc. Outros conservavam o nome do local onde eram fundados, ou a invocação de um santo patrono.

O mesmo se observa nas outras terras do reino. Em Leiria ha noticia de hospitaes de classes, taes como o dos *tecelões* (1367) que tinha duas camas e obrigação de dar de comer a doze pobres no dia do Corpo de Deus, e o dos *ferreiros,* que pertencia aos *caldeireiros,* aos *serralheiros, picheleiros, ferradores, ourives* e *carvoeiros.*

Em Torres havia tambem o hospital de S. Gião dos Sapateiros, fundado em 1359 com seu Compromisso, na Varzea da Feira, e o da *Confraria das ovelhas dos pobres.*

Um grande numero d'estes hospitaes pequenos e locaes, e das confrarias que se dedicavam a obras hospitaleiras ou de piedade, bem como muitas das antigas albergarias, abrigavam-se sob a invocação e denominação do *Espirito Santo* ou do *Santo Espirito.* E' enorme o numero de institutos d'esta ordem que, sob a invocação d'este patrono, se encontram regis-

tados nas diversas povoações do reino. Esta uniformidade, semelhante á que, depois se observou na regra, invocação e compromisso organico das Misericordias do Reino, parece indicar que devéras, como alguns o affirmam e pretendem, houve no nosso paiz, nos seculos XII a XV umá extensa serie de instituições collectivas, de verdadeiras irmandades e confrarias, destinando-se á pratica de obras piedosas, abrindo e mantendo á sua custa albergarias, hospicios, enfermarias, hospitaes, gafarias, etc. Acolhiam e tractavam os peregrinos e os enfermos; algumas, como a celebre confraria do Espirito Santo de Leiria, foram até mesmo, verdadeiras precursoras da obra das Misericordias, pois assistiam aos enfermos em seus domicilios, distribuiam *bodos* (a que nos referiremos como sendo os primeiros inicios da sopa de caridade), e acompanhavam os defunctos, por signal, com as usanças tradicionaes que ainda hoje se encontram em algumas terras da provincia «indo adiante *tangendo* e *bailando* com vestiduras farpadas que para isso tinham» até 1536, em que lhes foi prohibido este uso singular.

O erudito investigador e illustre academico, sr. Henrique de Gama Barros, na sua obra monumental, que muitos denominam a «continuação da obra de Herculano» refere, com preciosos documentos, a existencia de uma d'estas confrarias em Beja, formada por carta regia de 28 de julho de 1297, «de mercadores e homens bons da villa» accumulando funcções de beneficencia, soccorro mutuo e piedade, dentre cujos fins avultam os de ter casa para recolher pobres, velar pelos confrades enfermos e mantel-os em caso de pobreza, enterrar os fallecidos, e prestarem os confrades entre si mutuo auxilio, quando de tal carecessem. Impunha-lhes o rei, como clausula essencial, a de nunca a confraria ser administrada, ou suas prorogativas usofruidas por pessoas que não fossem *leigas* (1).

D'estas confrarias leigas, um dos typos—talvez o mais notavel—de que encontro menção, é a confraria de Nossa Senhora da Piedade, da villa de Pereira, bispado de Coimbra. Segundo documentos do Cartorio da Misericordia d'esta villa se infere que a Confraria governada por juiz, escrivão, seis mordomos, procurador, thesoureiro, quatro pedidores e um albergueiro, tinha por principaes missões receber peregrinos na sua albergaria, cuidar dos pobres da freguezia e conduzir os mortos á

(1) Veja-se a obra do sr. Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XI a XV*, tom. II, pag. 165.

sepultura. Usavam habitos brancos com murças roxas. Reuniam na *torre do despacho,* e as deliberações lançadas no Livro lhes serviam de Compromisso. Não póde averiguar-se a sua antiguidade, que parece comtudo ser grande. O juiz e confrades pediram ao rei, por occasião da instituição das Misericordias, para converterem a irmandade ao Compromisso geral, solicitando todos os privilegios com que os monarchas protegiam aquellas instituições nascentes. Este pedido foi promptamente attendido, como consta de documentos que no respectivo Cartorio se conservam.

No Porto, outra Confraria não menos notável, remonta ao seculo XII. E' a Confraria da Senhora da Silva (imagem venerada em um altar da Cathedral), que tomou a seu cargo, segundo parece, as albergarias, hospitaes e gafarias de Roc'-Amador, bem como o hospital de Santa Catharina, que era dos *anzoleiros,* até que á Misericordia do Porto se annexaram.

Egual importancia teria uma irmandade ou confraria da *Piedade* existente desde epochas mui remotas na Sé de Lisboa, á qual se encontram vagas e nebulosas referencias, e se attribuem, de um modo muito incerto, os primeiros germens da instituição das Misericordias.

*

Vê-se portanto que no meio da agitada e turbulenta vida portugueza da edade-media, tão cortada e amargurada de luctas extranhas e intestinas, pelas guerras de independencia, como a principio o havia sido pelas luctas de classes e pelas dissenções dos senhores, lavrava com intensidade na nação inteira a grande corrente do bem; vê-se que desde os monarchas e das caritativas princezas, de extrangeira origem as mais das vezes, até aos infimos plebeus de officios, todos se congregavam no fim altamente humanitario de suavisar os males dos desvalidos, de remediar as desventuras e lançar sobre as chagas de seus semelhantes o balsamo suavissimo da CARIDADE.

(Continúa).

VICTOR RIBEIRO.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 4, pag. 228)

A ourivesaria, a architectura e a pintura e o caracter portuguez

D'entre toda a actividade artistica portugueza, foi na manufacturação do oiro, em que se patenteava o genio architectonico e esculptural, que a estabilidade da tradição mais incisivamente se manteve.

Podemos mesmo dizer que sob Gil Vicente—primo do fundador do nosso Theatro—que abriu um cyclo novo á Arte Portugueza—ella é a synthese fulgurante do genio artistico nacional.

Foi a sua Custodia, essa assombrosa obra pertencente ao estylo *manoelino,* que em 1787 excitou extraordinariamente a admiração de lord Beckford—«não ha coisa mais bella como specimen do bem trabalhado lavor gothico do que esta complicada peça esmaltada»—e em 1867 excepcional attenção na Exposição Universal de Paris.

Charles Yriarte, que visitou a exposição de arte ornamental realizada em Lisboa em 1882, escreveu na *Gazette des Beaux-Arts:* «Considerada pelo lado technico, é de uma execução extraordinaria; os seus esmaltes, num paiz em que elles se executavam de uma maneira relativamente inferior, são de um brilho nunca visto e da solidez mais demonstrada. Parecem collaborados em Limoges. A composição é engenhosa, arrojada e audaz. O artista que desenhou o monumento, patenteou as suas qualidades inventivas e a sua fertilidade de imaginação até ao ponto de fazer ler na sua obra prima as preoccupações e a historia do tempo que a viu nascer. Não carecia o artista de escrever a sua legenda historica na base d'esta Custodia: as espheras, que compõem as armas do rei, as aves esmaltadas, de deslumbrante plumagem, as flores e a vegetação da India, que ornam a base, são um symbolo completo. E' verdadeiramente uma obra typica, historica, na-

cional; é o ponto de partida de uma série de obras da mesma natureza; é um estadio, uma data, um padrão.»

E, quando era de esperar uma era de grandeza para este ramo supremo da arte portugueza, depois de se ter affirmado fecundamente em 1506 a feição artistica nacional na obra extraordinaria do genial artista, vê-se que a influição ulterior que teve esta maravilha grandiosa da moderna esthetica resultou breve pelo espirito de retrocesso—Leis sumptuarias—que informou a côrte de D. João III.

*

Não é bem apreciado ainda hoje o genio artistico que de começo a população mosarabe, sob a influição do Christianismo, patenteou, ao erguer, do seculo x em deante, numa audacia, numa exaltação fervorosa, formosas cathedraes—Santa Cruz de Coimbra, São Vicente de Fóra e Alcobaça—onde fundiu numa bizarra combinação o gothico-byzantino com o estylo arabe.

Surprehendeu-o, porém, flagrantemente Simonet, Rackzynski, Garrett e Sousa Loureiro.

«Os portuguezes, observa o auctor illustre de *Les arts en Portugal,* deixaram provas do seu gosto constante para as obras de architectura. A perfeição dos seus monumentos, sob o ponto de vista da execução, prova muito bem que esta arte era verdadeiramente nacional. Uma circumstancia, que prova mais fortemente ainda que a architectura, mesmo nas épocas mais remotas, devia até um certo ponto ser filha do paiz, é a perfeição com que a pedra foi sempre trabalhada e esculpturada aqui, e o gosto, a nitidez com que todos os ornatos foram e são ainda executados.

«A quem me objectar que a architectura portugueza nada tem de original, respondo que, exceptuando a Italia, conheço bem poucos paizes onde tenha existido uma architectura ao mesmo tempo nacional, caracteristica e original, ao passo que affirmo que este caso se deu em Portugal, pelo menos no reinado de D. Manuel e de D. João III.»

Na Carta II, datada de maio de 1787, refere-se tambem Beckford com admiração á fórma como neste paiz é trabalhada a pedra.

Da explosão da seiva nacional que a este povo aventureiro imprimiu genio maritimo, resultou o vasar-se na architectura, com todas as exuberancias trazidas dos tropicos, esse senti-

mento nascido quando as caravelas portuguezas rasgavam as vagas.

D'ahi o ser bella, extranhamente bella, a architectura nacional.

Na campanha tão sympathica, porque tão portugueza, iniciada por Ramalho Ortigão, com o grito de alarme—*O culto da arte em Portugal,* onde num quadro eloquente se registram os vandalismos que a têem ferido—elle, que já nas *Farpas,* causticando, carregára salutarmente no espirito nacional—reivindica-se o genio e o trabalho do povo portuguez.

Oxalá que o grito contra o aviltamento geral, o protesto sentidamente patriota soltado por este campeão da Arte encontrasse o echo que na Inglaterra despertou John Ruskin —em torno de cujo esthetismo agruparam-se pleiades de artistas—, cuja vida decorreu entre a critica da arte e a critica social, o qual, repudiando a producção mechanica, originou a reviviscencia das manufacturas inglezas esmagadas pela grande industria.

Tratando da architectura da Batalha e do prurido rhetorico que despertou no Romantismo, diz este illustre critico: «Por notavel superstição epidemica, por inercia de espirito, por servilismo intellectual, por pedantismo classico, por costume, por commodidade, por convenção admirativa, ou por qualquer outro motivo, os criticos portuguezes, que mais têem governado a opinião, estabeleceram axiomaticamente, como coisa definitivamente demonstrada e assente, que o unico puro e genuino exemplar de estylo gothico existente em Portugal é o da Batalha. Toda a modificação nas linhas constructivas ou nos motivos ornamentaes d'esse typo passou, por effeito de tal dogma, a qualificar-se de *decadencia*. Capellas imperfeitas, decadencia! Egreja de Christo e de S. João, em Thomar, decadencia! Santa Cruz e S. Marcos, em Coimbra, decadencia! Decadencia emfim toda a obra architectonica da época manoelina.

«A termos acceitado tal principio na sua applicação pratica, teriamos tido na nossa architectura ogival do seculo XVI um neo-gothico, fixo e invariavel, como o neo-greco-romano da renascença, que é o triumpho consagrado do dogmatismo na arte, a immobilidade canonica nos systemas de construir, a crystalização da rotina, a sujeição de toda a imaginação, de todo o poder inventivo a uma formula invariavel. Teriamos tido de submetter-nos ao despotismo da Batalha, como tão cegamente, tão estupidamente, tão inconcebivelmente, nos temos submettido, por tantas centenas de annos, ao despo-

tismo de Vitruvio e das suas cinco ordens, com os seus correspondentes aphorismos de proporção e de symetria, seu pedestal, sua columna e seu entablamento, repetindo sempiternamente, sobre os mesmos dados estatisticos, o mesmo modilhão, a mesma canelura, o mesmo triglypho, a mesma gôta, a mesma carranca! Ora precisamente o estylo manoelino da nossa architectura, com toda a sua effusão esculptural, com todo o avassalante symbolismo dos seus motivos ornamentaes, com toda a arbitrariedade dos seus processos, com todas as suas desproporções e todas as suas assymetrias, não é precisamente senão a contraposição da liberdade creativa dos nossos architectos-esculptores á enfatuação idolatrica, á pedantesca preceituação rhetorica, ao esmagador e exhaustivo despotismo das *cinco ordens,* com que o neo-classicismo razoirou todo o talento humano. O estylo gothico prestava-se como nenhum outro, pela extrema flexibilidade dos seus principios fundamentaes, aos desenvolvimentos de pura arte, com que o esculptor, completando a obra do engenheiro, e fazendo-se assim architecto, póde aviventar a pedra de um edificio, convertendo-a num elemento de sympathia e de solidariedade social, fazendo vibrar na palpitação do seu lavor evocações de idéas e de sentimentos proprios dos homens da sua raça e da sua terra. Os artistas manoelinos não teriam feito talvez monumentos *correctos,* na accessão indigente em que as academias empregam esta palavra, mas fizeram monumentos *expressivos,*—o que é melhor. Porque não são as academias que pautam as proporções e os limites da creação artistica. Tudo o que se póde formular em preceito cessa de ter valor em arte. A obra de arte. A obra de arte não é um producto de eschola: é a livre expressão individual de uma alma, convertida em realidade objectiva, e communicando aos homens uma vibração nova de sentimento.

«A superioridade ou a inferioridade de um artista, a sua categoria, deduz-se da maior ou menor quantidade das idéas que a sua obra suggere e dos sentimentos cuja percussão ella determina. Nos monumentos architectonicos é pela sobreposição do ornato esculptural ás linhas geometricas da construcção que a arte se exerce. E' principalmente na esculptura que reside a expressão poetica do monumento.

«Em Portugal têem sido accusados os architectos manoelinos de invadirem pelo vegetalismo ornamental todos os perfis da construcção, submettendo assim as fórmas constructivas á ornamentação esculptural.

«Os grandes criticos de Inglaterra, que tão consideravel im-

pulso têem dado ás idéas estheticas e á moderna evolução artistica, entendem porém, ao contrario dos nossos, que a sciencia de edificar e de dispôr linhas é na construcção de um monumento um ramo secundario da arte de esculpir. Esta affirmativa envolve a consagração da eschola manoelina pela critica que neste seculo mais minuciosamente e mais profundamente tem estudado a arte gothica e a arte da renascença.

«Nada todavia mais afflictivo, de peor indicio para os destinos nacionaes da arte, que o descaso do publico, pervertido em seu instincto pela carunchosa doutrina academica, perante esses monumentos em que sob, o reinado de D. Manuel, os artistas portuguezes, tão vigorosamente accentuaram a palpitação victoriosa do genio, da originalidade, da poesia, da gloria do povo lusitano.

«O que se convencionou chamar *decadencia* na ultima evolução do estylo gothico em Portugal é a modificação portugueza d'esse estylo, é a sua nacionalisação, é a originalidade local, imposta pelos architectos portuguezes do seculo XVI, a um systema geral de construcção, commum a toda a Europa. Dirão que não é isso precisamente um novo estylo. Certamente que não, se unicamente chamarmos estylo novo em architectura á constituição complexa e integral de todo um systema de edificar. Mas, se tomarmos a palavra estylo em tal accepção, nenhum estylo é novo em toda a architectura da edade-média e da renascença. Todo o processo constructivo nos veiu inicialmente da Grecia, de Roma, de Bysancio, da Syria, do Egypto. Os mesmos gregos não inventaram a columna, nem os romanos descobriram a abobada. O que constitue a originalidade na architectura de qualquer povo é, como em Portugal, na epocha manoelina, a subordinação de um systema qualquer de geometria architectural ás condições do clima e da paizagem, á natureza dos materiaes empregados, á flora, á fauna, á concepção religiosa, á historia, á poesia, ao temperamento e á psychologia dos artistas em cada região. Quanto mais intensa fôr a intervenção d'esses factores mais original será a obra. Assim, na evolução do gothico na architectura portugueza, quanto menos modificado, isto é, quanto mais *puro* fôr o estylo, mais insignificante será o monumento como documentação artistica, como expressão social.

«E' á *decadencia* do gothico da Batalha que nós devemos o incomparavel claustro dos Jeronymos, segundo Haupt *o mais bello claustro de todo o mundo,* bem como a fachada da egreja de Christo, em Thomar, onde a flammejante janella da sala do capitulo é a obra mais eloquente, mais convicta, mais poe-

tica, mais enthusiasticamente patriotica, mais estremecidamente portugueza, que jámais realisou em nossa raça o talento de esculpir e de fazer cantar a pedra.

«Na ornamentação d'essa janella, em que, juntamente com o sentimento mais entranhado das energias da natureza, rebenta, palpita e brada, em torno da idéa christã, todo o sagrado pantheismo das velhas religiões da India, conjugam-se, numa gloriosa harmonia de antiphona a toda a voz, acompanhada ao orgão, no deslumbramento dos cyrios, no aroma das açucenas, no fumo dos thuribulos doirado pelo sol, os elementos decorativos do symbolismo mais poderoso, da suggestão mais profunda. O artista, em plena posse da sua idéa, em completa independencia do seu espirito, em inteira liberdade dos seus meios de execução desdiz todos os votos, abjura todos os principios, renega todos os canones, infringe todas as regras, e prescinde de todo o applauso dos mestres, suffocando nas entranhas da sua propria vaidade a opinião de si mesmo, unicamente porque tem fé na verdade que enuncia, porque concentrou toda a força da sua alma, toda a energia do seu cerebro, toda a paixão do seu sangue, no amor da obra em que elle representa o pensamento que o domina. E em torno d'elle e d'esse objecto amado, como em torno de todos os que verdadeiramente amam, tudo mais na terra acabou e desappareceu.

«As columnas na janella da sala do capitulo são polipeiros de coral, dos mais profundos recifes do Oceano, e troncos d'essa palmeira, cuja sombra cobriu o berço da civilisação no littoral mediterraneo, providencia dos peregrinos nos oasis do deserto, á qual os arabes da Peninsula dedicavam uma festa de primavera, tendo por fundamento a denominação do poder, —a arvore santa, a arvore da Biblia, a arvore de Jesus, cujo ramo symbolico é um attributo da paixão e da paschoa, da gloria e do martyrio. Os demais elementos decorativos são as ondas do mar, taes como ellas se representam na heraldica; são os troncos seculares e as raizes profundas dos sobreiros dos nossos montes, a extrema expressão de força na fecundidade da seiva, que prende o roble, assim como a tradição e a familia prendem a debil e errante creatura humana, ao coração da terra em que nasceu. Guizeiras, como as das mulas de Ciro engatadas á carreta alemtejana, emmolham contorcidas varas de sobro e de azinho, como nos feixes de lictor da magistratura romana. Solidas correntes e possantes cabos de bordo, de que pendem em discos as boias de cortiça, enlaçam a decoração, amarrando-a vigorosamente á empena

por fortes argolões como se amarraria uma nau ao caes de um porto. Toda a composição, partindo das espaduas de um homem, que parece sustentar-lhe todo o peso, ascende numa trepidação de algas e de folhagens para a cruz de Christo entre as espheras que tomara por empreza o rei venturoso de Portugal triumphante na vastidão dos mares, em todo o circuito do globo. E o poema esculptural remata por cima da janella na rosacea majestosa do templo, formada em circulo pelas pregas e pelo bolso arfante da vela rizada de um galeão da India.

«O nosso povo porém desaprendeu de ver a obra artistica do seu passado, e nem sequer levanta os olhos para os seus mais communicativos monumentos, que ninguem lhe explica, que ninguem o ensina a comprehender e a amar.»

Tão eloquentes verdades justificam de sobra a extensão d'esta transcripção: o symbolismo ousado de um povo de navegadores já surprehendido por Edgar Quinet (1).

(Continúa). MARQUES BRAGA.

---

(1) *O Instituto,* vol. 48.°, pagg. 895-896.

CONGRESSO PEDAGOGICO DE COIMBRA. PARECER DA PARTE II
CAIXAS ECONOMICAS ESCHOLARES

As *Caixas economicas escholares* são incontestavelmente uma instituição de elevado alcance e proveitosa, não só como poderoso meio educativo, mas tambem como salutar providencia para occorrer ás necessidades dos alumnos e da propria eschola.

Tal instituição porém é ainda quasi desconhecida entre nós.

Reconhecida como o é já pela lei vigente a sua importancia, quaes os meios efficazes a pôr em pratica para a sua vulgarisação por todas as escholas primarias do paiz?

EXCELLENTISSINO SENHOR PRESIDENTE,
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

A vossa commissão, encarregada de apresentar parecer sobre um ponto tão complexo e pouco conhecido entre nós pela falta de estudos especiaes de tão ponderoso assumpto, vem gostosamente desempenhar-se de tão ardua missão, esforçando-se, tanto quanto lhe seja possivel, em apresentar, na medida do pouco tempo de que dispoz, um trabalho de que provenham alguns resultados praticos para a causa em que militamos, desajudados quasi sempre de proveitoso auxilio, necessario estimulo que encoraja e alenta.

O trabalho apresentado será pouco valioso, mas os motivos expostos desculparão sua insufficiencia.

*

O *movimento associativo* é incontestavelmente uma das mais poderosas conquistas d'este seculo e com o qual as classes mais desprotegidas existentes no nosso meio social têem obtido mais vantagens e preponderante influencia.

As diversas *associações* instituidas em Portugal são a mais convincente prova d'esta asserção, e o seu progressivo desenvolvimento causa hoje a admiração dos que, estudando-as na sua organização, apreciam e admiram seus brilhantes resultados.

Essas associações subordinadas a differentes intuitos têem

todas geralmente dois fins, mas que, por assim dizer, se relacionam.

Constituindo-se, os seus membros procuram alcançar qualquer compensação ou ganho que vá tornar mais commoda sua existencia e de suas familias; ou, então, animados de espirito caritativo, procuram valer a uma classe ou individuos, diligenciando elevá-los á conquista d'uma posição social.

E, de facto, ao lado da associação que se chama banco, empreza ou companhia e mesmo syndicato, vemos prosperar outras corporações denominadas associações de classe, gremios, casas de asylo para infancia desvalida, creches, institutos de ensino para cegos e surdos-mudos, escholas-officinas e moveis, albergues nocturnos, hospicios para invalidos do trabalho e creanças abandonadas, etc., que só têem por objectivo suavizarem o viver dos desprotegidos da sorte.

E' d'uma d'estas que vamos occupar-nos, procurando chamar a attenção dos membros d'este *Congresso* e das pessoas dedicadas á *instrucção publica* para uma fórma associativa pouco conhecida entre nós, mas que é urgente disseminar pelo paiz, obtendo-se assim salutares e indiscutiveis resultados de adeantamento e progresso escholar, adquirindo-se facilmente um elemento poderoso para extirpar da nossa sociedade o terrivel *analphabetismo* que nos opprime e avilta.

Essa moderna conquista social são as *Caixas economicas escholares.*

*

As *Caixas economicas escholares* são associações de previdencia ou beneficencia que têem por fim constituir por meio de quotas um fundo ou capital que sirva para occorrer ás necessidades mais urgentes das escholas primarias das freguezias onde estão installadas.

Essas necessidades são muitas. Em algumas escholas compunge o espectaculo observado.

Eis pois a sua missão: *fornecer ás creanças pobres papel, pennas, livros e material escholar, pagamento de propinas de exame, assim como vestuario e calçado,* etc.

Haverá mais elevado pensamento, mais sublime idéa para os que comprehendem a suprema importancia da instrucção?!

*

O grande historiador Alexandre Herculano, alludindo ás *Caixas economicas,* escreveu: «*Que é pois a caixa economica,*

essa arvore que produz taes fructos de benção? E' a coisa mais conhecida e trivial; é o mealheiro; é esse velho alvitre de poupados que, desde pequeninos, todos nós temos visto usar aos poucos opulentos e que nossos paes e avós já conheceram; é a astucia do pobre para fugir a superfluidades tentadoras e á custa d'ellas achar em si proprio soccorro nos dias da inactividade forçada, da *carestia,* da *enfermidade.*»

E nós diremos que as *Caixas economicas escholares* são mealheiros onde as creanças depositam pequenas quantias provenientes de donativos de seus paes e parentes, applicando-as a um fim humanitario e civilizador. São as proprias creancinhas, contribuindo sem esforço para suavizar as precisões dos seus collegas. E, ensinando-as a serem caritativas, torná-las, tão novas ainda, num poderoso auxiliar de derramamento da Instrucção Popular.

*

A constituição d'estas *Caixas* póde ser feita do modo que vamos indicar.

Devem os socios ser os alumnos da eschola, que, entre si, nomeiam uma commissão para prover á direcção, havendo outra commissão, composta do professor e de dois individuos que se tornem distinctos pelos seus sentimentos de beneficencia, a qual exercerá vigilancia nos actos dos membros da direcção, aconselhando e animando-os, para que a instituição dê os mais satisfactorios resultados, suprema aspiração d'esta propaganda caritativa e de progresso intellectual e moral.

Sempre mesmo que seja possivel, sobretudo nos grandes centros e nas freguezias ruraes de maior producção e riqueza, o professor, valendo-se da *iniciativa particular,* tão importante, quando bem encaminhada, constituirá, em vez d'esta commissão, uma pequena *associação* formada das pessoas mais dedicadas, incluindo os ex-alumnos que já possam concorrer com seus donativos, as quaes, por meio de quotas mensaes, em pouco tempo obterão um capital, sufficiente para auxilio da caixa escholar. Elege-se uma direcção composta de presidente, secretario e thesoureiro; e, em pouco tempo, tão simplesmente, os resultados tornam-se seguros, efficazes e importantes.

*

Ha duas fórmas de *Caixas escholares,* ambas uteis, ambas valiosas.

São, umas, de caracter *previdente;* outras, de *beneficente.*

Apesar de sympathisarmos mais com as ultimas, teremos de dizer alguma coisa a respeito das primeiras, que são, realmente, as que os grandes pedagogistas recommendam, não só por despertarem nas creanças idéas de economia, mas tambem como instituição pedagogica educativa.

Quando a sociedade moderna reconheceu, na lucta pela existencia, que só na associação encontraria salutar remedio aos males que a affligiam, quando o operario, o industrial e diversissimas classes sociaes comprehenderam que precisavam unir-se para resistir ás mil contrariedades que os opprimiam, fundaram varias *sociedades de soccorros mutuos* que, sob multiplos aspectos, só tinham um unico ponto a que se encaminhavam, protegê-los e elevá-los.

E' então que as *Caixas economicas* apparecem e realizam prodigios.

E' o mealheiro, como disse Alexandre Herculano, em que o artista, o serviçal, o logista, o empregado publico, emfim todas as collectividades ali vão depositar as pequenas economias do seu salario e do ordenado. E' a providencia para os dias da doença ou para prover rapidamente a qualquer urgencia.

Esta maneira associativa está universalmente estabelecida. E, reconhecida a sua importancia, que admira que distinctos pedagogistas tentassem appropria-la á eschola primaria?

No principio d'este seculo, a França, essa nação privilegiada, onde as grandes concepções da humanidade encontram tão generoso e rapido impulso, principiou a ensaiar as *Caixas economicas escholares.*

Mr. Dulac, professor da eschola departamental de Mans, no departamento de Sarthe, é tido como o seu iniciador.

A idéa propaga-se, transpõe as fronteiras francêsas; e vemo-las em breve, em alguns ducados da Allemanha, na Hungria e na Suissa.

Os pedagogistas Laurent e Mallarce introduzem-nas na Belgica e na Austria.

A Inglaterra perfilha-as; a nossa visinha Hespanha inaugura-as em 1878; e quasi todas as nações as adoptam, procurando corrigir-lhes os defeitos inherentes a uma innovação.

Em 1882, a França contava mais de 15:000 *Caixas escholares,* e em algumas cidades inglêsas havia nessa epocha cerca de 100!

Em 1883, o sr. Costa Goodolphim, dedicado apostolo do principio associativo, escreveu o seguinte: «*As Caixas econo-*

micas escholares fazem hoje parte do ensino; são um elemento indispensavel e inseparavel da eschola, por isso em quasi todos os paizes da Europa e da America, principalmente na Inglaterra, na Suecia, na Allemanha, na Suissa, na Hungria, na Italia, na Hespanha, na Grecia, nos Estados Unidos, no Brazil, e em muitas colonias inglêsas e hollandêsas do Novo Mundo, esta instituição dia a dia floresce, accentuando-se os seus grandes serviços, a sua incontestavel utilidade.»

*

Coube ao dr. Theophilo Ferreira a gloria de ser o seu iniciador em Portugal.

Na qualidade de vereador do pelouro da instrucção na Camara Municipal de Lisboa, apresentou em 29 de março d'esse anno uma proposta nesse sentido.

Foi convidado a pô-las em pratica o sr. Goodolphim, o qual, constituindo uma commissão de professoras e professores regentes das escholas da capital, leu-lhes, numa das salas dos paços do concelho, um primoroso estudo sobre a sua utilidade e modo de organização. Exaltando a previdencia, confia que ellas *são os elementos de ensino mais util e mais pratico para amoldar os pequeninos espiritos, encaminhando-os para mais tarde se converterem em cidadãos verdadeiramente dignos.*

*

As *Caixas economicas escholares* tiveram um importante desenvolvimento de 1883 a julho de 1884, mas em breve decahem até desapparecerem de todo por motivos que julgamos ocioso indicar. Comtudo, para apreciarmos a importancia que attingiram, diremos que durante o anno de 1883 a 1884 o numero total dos depositos foi de 6:962, no valor de réis 1:127$940. Nas escholas centraes em Lisboa nesse anno a média do valor dos depositos foi de 93$000 réis por eschola.

*

Em França, em 1879, em cinco annos de exercicio, havia 10:440 escholas com 242:200 depositantes, dando a média de 21 depositantes por eschola. Em 1884, o valor dos depositos subiu á quantia de 1.884:680$000 réis, pertencente a 21:484 escholas, dando a média por eschola de 85$000 réis. Em janeiro de 1884, por um crescente desenvolvimento, possuia a

França 22:000 *Caixas* com 442:021 depositantes, sendo o valor dos depositos 10:248$226 francos ou 1.884:680$680 réis.

Considerando em dois periodos a sua organização desde 1874 a 1879 e desde 1879 a 1884 vemos que duplicou neste periodo, quinquenal.

E' assombroso!... Mas envergonha-nos...

*

Decorrido um largo periodo de quatorze annos, surgiu a poderosa iniciativa do benemerito professor de Extremoz, João Bernardo Gomes, fundando na sua eschola a primeira *Caixa de caracter beneficente,* cujos resultados surprehendeu todos aquelles que desconhecem a força de vontade d'este luctador. Possuimos dados completos para indicar o quanto tem feito tão sympathica associação em beneficio das creancinhas pobres de Extremoz. Diremos só que, durante o periodo decorrido desde janeiro de 1898 até egual dia do corrente anno, offereceu a sua direcção, além do material indispensavel aos exercicios escholares, differentes objectos, como um contador mechanico, uma collecção de mappas geographicos, regua, compasso, esquadros e transferidor para o quadro preto, uma collecção de quadros para o estudo de zoologia, e uma esphera terrestre, gastando nestes objectos 49$900 réis. Pagou as propinas de exame a quatro alumnos, que nesse anno já não tiveram de mendigar de porta em porta uma esmola para esse fim. E despendeu com elles 21$020 réis em despesas de caminho de ferro, hospedaria, etc. Teve de receita 279$420 réis e de despesa 238$320 réis, ficando de saldo para a nova gerencia 41$100 réis.

O sul do paiz pareceu não reconhecer logo o alcance d'este melhoramento.

Em março de 1898 o professor do Barreiro, Augusto Claudino d'Almeida, inaugura a segunda caixa de caracter previdente e beneficente.

Na secção *previdente,* de março a novembro, recebeu depositos de 9$000 réis de 40 alumnos que pagaram 230 quotas. No periodo decorrido de maio de 1898 a 31 de agosto, os depositantes foram 127—sahiram 23, ficaram existindo 104. Depositos—entradas de capital 1:260—sahidas 33. Capital entrado 45$575 réis—sahido 22$340 réis. Das 33 sahidas de capital foram feitas 12 na importancia de 15$610 réis para custeamento de propinas para exame. Por aqui se póde aquilatar o seu valimento.

A 2.ª secção —*beneficente*— teve de receita de maio de 1898 até 31 de agosto de 1899 25$040 réis e de despesa 17$260 réis, apresentando um saldo de 7$780 réis.

Durante alguns mezes não se estabeleceu mais nenhuma caixa escholar.

Em 12 de agosto de 1898, é fundada a da eschola elementar de Varzea de Goes, de caracter *beneficente*.

Nas contas apresentadas no relatorio da primeira gerencia, tendo fornecido material escholar e livros a todos os alumnos indigentes e dado fato e calçado a dois alumnos, apresenta em 30 de junho do corrente um saldo de 103$280 réis, sendo destinada parte d'esta quantia á compra d'uma mobilia e á reparação da sala escholar.

Segue-se a de Chaves fundada pelo professor Guilherme José de Freitas.

Depois a de Mamodeiro pelo fallecido professor João d'Oliveira Bastos e a de Paião (Figueira da Foz).

Manuel José Felgueiras institue em outubro uma na sua eschola em Paranhos (Porto).

O professor padre Luiz Augusto Martins apressa-se a estabelecer uma outra em Oliveirinha (Taboa).

Em 1 de dezembro inaugura-se solemnemente, em Ilhavo, outra, devida aos esforços do professor Julio Alfredo Lourenço Catharino. A seguir, a de Candosa (Taboa), pelo professor Fortunato Correia Pinto. E mais a de Pocariça (Cantanhede), outra em Ilhavo pelo professor Fonseca, e a de Villa Nova de Tazem pelo professor padre Joaquim Vaz dos Santos em 1 de janeiro d'este anno.

(Continúa).

CUSTODIO DIAS GUERREIRO.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

APONTAMENTOS DE MECHANICA

Duas proposições de cinematica

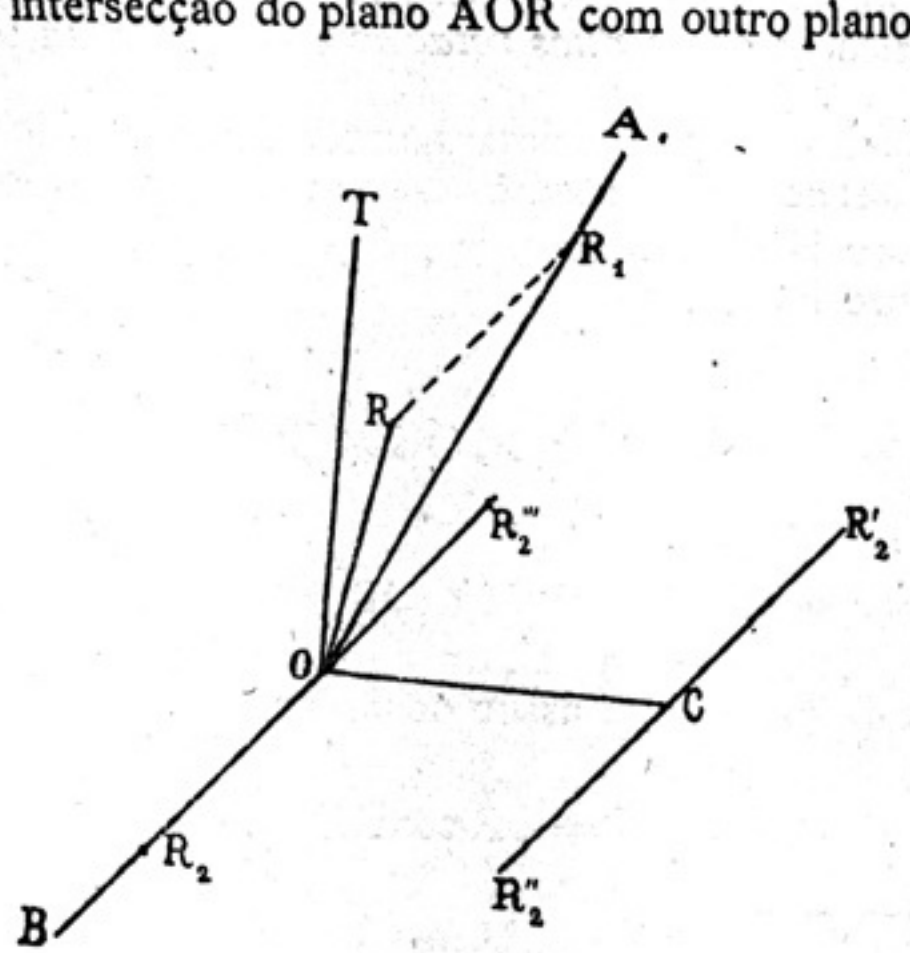
I

Sejam:

OT e OR as rectas (*vectores*) indicativas dos movimentos elementares, *translação* e *rotação,* componentes do movimento effectivo de um corpo n'um dado instante;

OA outra qualquer recta tirada por O;

OB a intersecção do plano AOR com outro plano, P, con-



duzido por O perpendicularmente a OT;

OR_1 e OR_2 as componentes de OR nas direcções OA e OB;

OC uma perpendicular a OB, traçada no plano P (*) e cujo valor numerico é dado pela relação

$$(1) \qquad OR_2 \times OC = OT;$$

CR_2'' uma recta *geometricamente* egual a OR_2, e $CR_2' = -CR_2''$.

Posto isto, substituindo OR por OR_1 e OR_2, addicionando as rotações (**) CR_2' e CR_2'', e attendendo a que por virtude da relação (1) as duas rotações OR_2 e CR_2' e a translação OT reciprocamente se annullam, concluiremos que—*o movimento do corpo póde considerar-se resultante das rotações* OR_1 e CR_2''.

E pois é arbitraria assim a posição do ponto O como tambem a direcção OA de uma das componentes, mais concluiremos que—*a indicada decomposição de um movimento em duas rotações póde fazer-se por mui diversos modos.*

Mas, qualquer que seja a decomposição que se adopte:

a) *O volume do tetraedro, que tiver por arestas oppostas as rectas indicativas das duas rotações parciaes, será sempre o mesmo.*

Com effeito, no caso acima figurado considerando o ponto R_1 como vertice do tetraedro, e designando por V o volume d'este e por H a sua altura, isto é, a perpendicular abaixada de R_1 sobre P, teremos

$$V = \frac{1}{6} H \times OC \times CR_2''.$$

Ora, por ser RR_1 parallela a OR_2 e por tanto ao plano P, póde considerar-se como altura do tetraedro a perpendicular tirada de R sobre P; e assim acharemos

$$H = OR \cos ROT,$$

(*) D'este modo será BOC o plano que acima designámos por P.
(**) Quer dizer—as rotações indicadas por estas rectas.

e logo

$$V = \frac{1}{6} OR \times OC \times CR_2'' \times \cos ROT,$$

ou, relação (1),

$$V = \frac{1}{6} OR \times OT \times \cos ROT,$$

e por tanto (*)

$$V = \text{constante}.$$

b) *A perpendicular commum ás rectas indicativas das duas rotações componentes é tambem perpendicular ao respectivo eixo heliçoidal* (**) *e encontra este eixo.*

No que em seguida vamos expôr, continuando a servir-nos da figura precedente, consideraremos no entretanto algumas das suas linhas em posições differentes das que primeiramente lhe attribuimos.

Assim, representando por OR_1 e CR_2'' as duas rotações componentes, supporemos agora que é OC a menor distancia entre as direcções d'essas duas rectas (***).

Posto isto, addicionando a OR_1 e CR_2'' duas novas rotações $OR_2 = CR_2''$ e $OR_2''' = -OR_2$, e depois substituindo OR_1 e OR_2 por OR, e OR_2''' e CR_2'' pela translação resultante OT determinada pela relação (1), ficará assim o movimento representado pelas rectas OR e OT, ambas perpendiculares a OC.

Ora, sendo OC perpendicular a OR, e OR parallela ao eixo heliçoidal, será OC tambem perpendicular a esse eixo.

(*) Se escolhessemos em logar de O outro ponto, O′, para origem dos vectores indicativos da translação e rotação, achariamos outras novas rectas O′T′ e O′R′: seria porém O′R′ *geometricamente* egual a OR, e a projecção de O′T′ sobre O′R′ tambem egual á projecção de OT sobre OR (*Dynamica do ponto material*, 3.ª edição. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1.ª parte, n.º 17).

(**) Denominamos assim o eixo de rotação e escorregamento, respectivo ao instante considerado.

(***) Como é sabido, a recta indicativa de uma rotação póde suppôr-se transportada para qualquer ponto da sua direcção.

E fica tambem manifesto que a recta OC, perpendicular ao plano ROT, encontrará o referido eixo (*).

Scholio. Mostraremos agora a notavel analogia que se dá, quanto aos enunciados, entre as propriedades precedentemente expostas e varias outras que se referem á composição e reducção das forças applicadas a um corpo solido.

Restituindo ás linhas da figura as mesmas direcções e grandezas que primitivamente lhe attribuiramos, sejam agora OR e OT a força e o eixo do conjugado, resultantes aquella e este do transporte de todas as forças applicadas a um corpo solido para um determinado ponto O.

Decomposta a força OR nas duas OR_1 e OR_2, esta ultima e as duas forças do conjugado, todas existentes no plano P, terão uma resultante, *a qual* e OR_1 *equivalerão ás forças applicadas ao corpo.*

Vê-se tambem, pelas mesmas razões já anteriormente adduzidas, que—*a indicada reducção de todas as forças primitivas a duas sómente, não existentes no mesmo plano, se póde realisar por muitos modos diversos.*

Na determinação da força resultante da composição de OR_2 com as duas forças do conjugado podemos suppôr que este é representado por R'''_2 OCR''_2; e assim acharemos que essa força é CR''_2 e se acha applicada a um ponto C determinado pela relação (1).

(*) E' sabido, o que aliás facilmente se demonstra, que, sendo OT e OR as rectas indicativas dos movimentos elementares (translação e rotação) de um corpo, a perpendicular tirada por O ao plano ROT encontra sempre o respectivo eixo heliçoidal. Mas o encontro d'essas duas rectas póde tambem comprovar-se por outras considerações, posto que menos simples, como em seguida se verá.

Para isso, supporemos agora o movimento tambem representado por duas rectas u e ω, aquella indicativa da translação e esta da rotação e ambas tiradas por um ponto ou origem pertencente ao eixo heliçoidal; e, conduzido por OC um plano perpendicular a esse eixo, denotaremos por α o ponto de intersecção d'este plano com o eixo heliçoidal, por δ o pé da perpendicular abaixada de α sobre OC, e por l o numero que designa o comprimento d'essa perpendicular.

No movimento considerado a componente na direcção OC da velocidade de qualquer ponto d'esta recta deve ser nulla, como se reconhece attendendo a que o referido movimento póde considerar-se resultante das duas rotações OR_1 e CR''_2. Ora, na representação heliçoidal, a que nos estamos referindo, a componente, n'aquella mesma direcção, da velocidade do ponto δ é expressa por $\omega \times l$; e assim teremos $\omega \times l = 0$, e logo $l = 0$.

Donde immediatamente se deduz, raciocinando como já atraz o fizemos, que —*o volume do tetraedro que tem por arestas oppostas as duas forças componentes é sempre o mesmo* (*).

Finalmente, voltando a suppôr que OC é perpendicular a OR_1 e a CR_2'', junctem-se a estas duas novas forças $OR_2 = CR_2''$ e $OR_2''' = -OR_2$. De OR_1 e OR_2 resultará a força OR, e de CR_2'' e OR_2''' o conjugado OT; e d'este modo todas as forças ficarão reduzidas á força OR e ao conjugado OT.

Ora sendo OC perpendicular a OR, e sendo OR parallela ao eixo central dos momentos, *será* OC *tambem perpendicular a esse eixo.*

Demais, a recta OC, por ser perpendicular a OR e a OT (**) *encontrará necessariamente esse mesmo eixo* (***).

(*) Embora varie o ponto par'aonde se faz o transporte de todas as forças applicadas a um corpo, a força resultante tem sempre a mesma grandeza e a mesma orientação; e quanto ao eixo do conjugado resultante, a sua grandeza e a sua direcção variam de tal modo, que permanece constante a projecção d'esse eixo sobre a direcção d'aquella força.

(**) Sem necessidade de recorrer a esta propriedade, aliás muito conhecida e de facil demonstração, o encontro da recta OC com o eixo central dos momentos póde tambem justificar-se pelas seguintes considerações.

A somma algebrica dos momentos das forças applicadas ao corpo em relação á recta OC deve ser nulla, visto essas forças equivalerem a duas sómente, OR_1 e CR_2'', ambas prependiculares a essa recta. Ora, suppondo que se havia feito o transporte das forças primitivas para um ponto do eixo central dos momentos, e que d'esse transporte resultara uma força e um conjugado, representados aquella e este respectivamente por u e ω, procedendo como o fizemos em a nota (*) da pag. 292, e usando de notações analogas, sem dificuldade se veria que a somma algebrica dos momentos das forças relativamente á recta OC ficava expressa por $u \times l$.

Seria por tanto $u \times l = 0$, e logo $l = 0$.

(***) Nota comparativa dos principios fundamentaes relativos á transformação e composição dos movimentos e das forças.

1.º O vector indicativo de uma translação póde ser transportado parallelamente a si mesmo para outro qualquer ponto ou origem.	1.º O eixo ou momento linear de um conjugado póde ser levado parallelamente a si mesmo para outro qualquer ponto.
2.º O vector indicativo de uma rotação póde ser substituido por outro egual e parallelo, tirado por outro ponto ou origem, e por mais outro vector, representante de uma	2.º A recta que representa uma força póde ser transportada parallelamente a si mesma para outra origem, comtanto que se addicione um conjugado, cujo eixo represente

II

Quando um corpo se move, a successão dos eixos heliçoidaes correspondentes a instantes consecutivos fórma uma superficie regrada, S, fixa no espaço e de que são generatrizes aquelles mesmos eixos, que presentemente designaremos por A, B, C,...; e suppondo que, no momento em que serve de eixo de rotação e escorregamento, cada uma d'essas linhas deixava no corpo em movimento o seu traço ou vestigio, a reunião de todos esses traços formaria outra superficie regrada, S′, invariavelmente ligada ao corpo, e de que seriam generatrizes os traços A′, B′, C′,... correspondentes a A, B, C,...

D'este modo, suppondo antecipadamente descriptas as superficies S e S′, o movimento do corpo levaria as generatrizes A′, B′, C′... a coincidir successiva e respectivamente com A, B, C,..., tendo S′ ao longo e em volta de cada uma d'estas ultimas rectas as velocidades de translação e rotação, u e ω (*), correspondentes ao instante considerado.

---

translação e egual ao momento linear do vector dado em relação á nova origem.

o momento linear da força proposta relativamente á nova origem.

3.º Quaesquer vectores concorrentes, representantes de outras tantas translações ou rotações, podem ser substituidos por um só vector, indicativo de uma translação ou rotação, representado pela resultante geometrica dos vectores primitivos.

3.º Sendo concorrentes as rectas indicativas de quaesquer forças ou conjugados, podem estas forças ou conjugados ser substituidos respectivamente pela força ou conjugado representado pela resultante geometrica das rectas propostas.

Em vista d'estes principios e attendendo-se a que, considerado geometricamente, o momento de uma força em relação a um ponto o mesmo é que a velocidade d'este ponto proveniente de uma rotação indicada pela recta que representa a força, e bem assim que o momento em relação a uma recta representa a componente na direcção da mesma recta da velocidade de qualquer ponto d'esta linha tambem proveniente de uma rotação indicada pela força, torna-se manifesto que, uma vez reconhecidas as propriedades acima expostas com referencia á transformação dos movimentos, desde logo, sem necessidade de novas demonstrações e apenas por uma simples e bem clara substituição de termos, podiam formular-se os enunciados das proposições correlativas, tambem já expostos e que dizem respeito á transformação das forças.

(*) Por tanto, se representarmos por r a distancia de um ponto de S′ ao respectivo eixo do movimento, a velocidade d'esse ponto no instante considerado será a resultante de u e ωr.

Ora pretende-se provar que no momento em que assim servir de eixo do movimento cada uma das generatrizes A, B,..., as superficies S e S′ serão tangentes em todos os pontos d'essa mesma linha.

1.ª Demonstração. Sejam no instante *t:*

A e A′ as generatrizes que se acham sobrepostas;

a um ponto de A′;

m um ponto material que parte de *a* para se mover sobre S′;

v′ a velocidade relativa de *m,* isto é, a velocidade de *m* no seu movimento relativo a S′;

v a velocidade do mesmo ponto relativamente a S;

(*v*) a velocidade de *a* no movimento de S′.

D'este modo o plano tangente a S′ no ponto *a* conterá as rectas A′ e *v′*, e o plano tangente a S no mesmo ponto comprehenderá as rectas A e *v*. Ora estas duas ultimas rectas existem tambem n'aquelle primeiro plano, por quanto A′ coincide com A, e a velocidade *v* é a resultante das duas *v′* e (*v*), ambas as quaes alli se encontram: por tanto o plano tangente a S no ponto *a* o mesmo é que o tangente a S′ n'esse ponto.

2.ª Demonstração. Continuando a suppôr que era A a generatriz que no instante *t* serve de eixo heliçoidal no movimento considerado, sejam agora:

α um ponto de S′ muito proximo de *a;*

G′ a generatriz de S′ sobre que se encontra o ponto α;

L a recta fixa, que representa a perpendicular abaixada do ponto do espaço, com que coincide α no instante *t,* sobre a generatriz G;

Δt o tempo necessario para que G′ venha a coincidir com G.

Evidentemente poderemos considerar L como sendo a projecção sobre essa mesma recta da trajectoria percorrida por α desde o instante *t* até ao momento $t + \Delta t$ da sua chegada a G; e será por tanto

$$L = \int_{t}^{t+\Delta t} ds \cos\varphi,$$

onde representamos por *ds* o arco elementar da trajectoria, e por φ o angulo que *ds* fórma com L.

Ora é $ds = v dt$; e, por ser *v* nota (*) da pag. 294 a resultante de *u* e ωr, se designarmos por ψ e θ os angulos que estas duas velocidades componentes formam com L, será tambem

$$v \cos\varphi = u \cos\psi + \omega r \cos\theta.$$

E assim teremos

$$L \leqq \int_t^{t+\Delta t} | u \cos\psi | \, dt + \int_t^{t+\Delta t} | \omega r \cos\theta | \, dt,$$

e logo, designanda por u_1, $\cos\psi_1$, ω_1 e r_1 os maiores valores numericos de u, $\cos\psi$, ω e r durante o intervallo Δt,

$$L \leqq (u_1 \cos\psi_1 + \omega_1 r_1) \Delta t,$$

onde $\cos\psi_1$ e r_1 são infinitamente pequenos conjunctamente com Δt.

Vê-se pois que no instante t a um ponto α de S′, situado a uma distancia infinitamente pequena de a, corresponde sobre S um ponto, representado pelo pé da perpendicular L, cuja distancia a α é um infinitamente pequeno de ordem superior á 1.ª; e d'ahi se infere que as duas superficies S e S′ são tangentes em a.

L. C. ALMEIDA.

CRANIOS PORTUGUÊSES

(Cont. do vol. 48.º, pag. 126)

IX

A capacidade e a profissão

A estatistica anthropologica não é positivamente um inutil agglomerado de algarismos, sem significação e sem valor, donde nunca se poderá tirar uma medida pratica ou uma regra util para a vida do individuo e para a sociedade. Pelo contrario, a ella é que se terá de recorrer para descobrir-se a lei da evolução da humanidade, o mechanismo do progresso, ou o valor da influencia dos meios, e para, consequentemente, levantar o plano geral de uma organisação futura e as regras uteis e fundamentaes, a que deve sujeitar-se a vida das sociedades e dos individuos.

Toda a gente conhece os serviços prestados pela demographia, cujas estatisticas têem inspirado muita lei benefica. Com elementos colhidos na analyse dos seus registos é que se têem, por exemplo, formulado muitos preceitos hygienicos, tendentes a melhorar as condições de trabalho e vida da população pobre e laboriosa das cidades. Questões como as do despovoamento e emigração têem sido por elles elucidadas e quasi resolvidas. E com elementos tirados a essas estatisticas se poderia ir até regular consciente e rigorosamente a educação, a instrucção e a vida profissional de cada um, se nellas por acaso fosse costumé tambem incluir, além dos obitos, nascimentos e matrimonios observações anthropologicas que permittissem descobrir a influencia que sobre o organismo exercem a profissão, o meio, o modo de vida e as condições da subsistencia do individuo. A influencia da profissão sobre os caracteres organicos é bem clara e encontra-se já consignada nos livros de anthropologia; mas, por emquanto, pouco ha de seguro e positivo sobre o seu sentido e sobre o seu valor. Pelo que diz respeito ao trabalho intellectual, sabe-se que este augmenta, como era de esperar, o peso do cerebro e a capacidade do cranio, e que o valor desta é por isso, em média, maior nos individuos das classes instruidas do que nos das

classes illetradas. Provam-no as observações de Bastian (1), Broca (2), Lebon (3), Manouvrier (4) e alguns outros.

E prova-o, tambem, um grande numero de observações ineditas que aqui temos, umas tiradas ao thesouro inexgotavel das tabellas anthropologicas do dr. Ferraz de Macedo (5), e outras á lista, por emquanto curta, das observações registadas nos mappas da Sociedade de Anthropologia de Coimbra (6).

---

(1) As observações de C. Bastian mostram que a percentagem dos cerebros, cujo peso excede 1500 gr., é de 20 % nos homens illustres, e de 4 a 6 % apenas, nas classes mais inferiores da sociedade. (Debierre, *La moelle épinière et l'encéphale*, 1893, pag. 182).

(2) A este proposito, deve sobretudo citar-se a brilhante e celebre memoria que Broca escreveu sobre a *Influencia da educação no volume e fórma da cabeça*. Nella se encontra uma grande somma de factos que provam «que a cultura do espirito e o trabalho intellectual augmenta o volume do cerebro.» (*Bull. de la Soc. d'Anthr.*, 1872).

(3) Lebon, calculando por formulas especiaes a capacidade dos moldes de alguns cranios de homens celebres, e cubando elle mesmo um ou outro cranio de pessoas illustres, achou para média geral da capacidade destes intellectuaes o numero elevado de 1682cc. Nas suas tabellas figuram, entre outras, as capacidades dos cranios de Boileau (1690cc), Gall (1692cc), Descartes (1706cc), Spurzheim (1950cc) e Fontani (1950cc), sendo a capacidade média desta série especial, calculada em 1732cc. (Topinard, *Éléments de Anthr. générale*, 1885, pagg. 628 e 629).

(4) Manouvrier, cubando, pelo processo Broca, 82 cranios de homens distinctos que professaram as artes liberaes, achou para média a capacidade de 1663cc, na verdade, muito superior á média geral do cranio europeu. (Topinard, *loc. cit.*, pag. 629).

(5) As observações do dr. Ferraz de Macedo, a que acima alludimos, constam de uma tabella manuscripta em que vêem consignadas as médias, maximos e minimos da capacidade craniana de 557 cranios masculinos de portuguêses contemporaneos, agrupados consoante as occupações, profissões, empregos e meios de subsistencia dos individuos a que elles pertenceram. Esta tabella foi gentilmente posta á nossa disposição pelo seu auctor, que mais uma vez nos quiz fornecer valiosos elementos para a organisação deste trabalho sobre a capacidade.

Além dos dados da tabella de que fallamos, aproveitamos outros, tambem do dr. Ferraz de Macedo, que se encontram publicados no livro de Lombroso—*Nouvelles recherches de psychiatrie et d'Anthropologie criminelle*, 1892 (*Bibliothèque de philosophie contemporaine*).

(6) Estas outras medidas apenas serviram como meio de verificação e ensaio de um methodo de calculo da capacidade craniana *no vivo*, pela divisão do producto dos tres diametros principaes da cabeça, pelo indice cubico:—1,12. A falta de uma boa medida do indice vertical e as criticas que com fundamento se podem apresentar contra o indice cubico de Broca, e que Madeleine Pelletier muito bem fundamenta num trabalho bastante recente (*Sur un nouveau procédé pour obtenir l'indice cubique du crâne—Bull. de la Soc. d'Anthr.*, n.º 2, 1901), fizeram-nos pôr por emquanto de reserva as nossas medidas, que aliás, em muitos pontos, confirmavam as conclusões tiradas das do dr. Ferraz de Macedo.

Se nas tabellas do dr. Ferraz de Macedo puzermos por ordem decrescente as capacidades médias de alguns grupos sociaes de portuguêses, nella consignadas, e se ao mesmo tempo indicarmos, adiante de cada uma, os valores das differenças que existem entre ellas e a média geral:—1572cc,72, obtemos o seguinte:

Quadro comparativo das capacidades médias de 557 cranios masculinos de portuguêses contemporaneos, exhumados dos dois cemiterios de Lisboa, e agrupados consoante a sua profissão.

Grupos	N.º de cranios	Médias	Differenças
Profissões liberaes.....	23	1629.91	+ 57.19
Commerciantes	49	1598.58	+ 25.86
Empregados do Estado ..	11	1590.18	+ 17.46
Inactivos	52	1584.91	+ 12.19
Artifices.....	150	1573.69	+ 0.97
Total	557	**1572.72**	**0**
Jornaleiros.....	164	1570.04	— 2.68
Proprietarios.....	13	1563.02	— 9.50
Profissões ignoradas	95	1538.98	— 33.74

Dum simples relance se vê, por este quadro, que as capacidades superiores á média pertencem ás classes *mais illustradas,* que os mais inferiores se encontram nos individuos de *profissão ignorada* e nos *proprietarios,* e finalmente que os cranios que menos se afastam da média são os dos *artifices* e *jornaleiros.*

Estas conclusões, que nalguns pontos podem com razão causar extranheza, estão, no fim de contas, de accordo com as que podiamos de antemão prevêr. Se, com effeito, a nossa população é na maior parte constituida por *jornaleiros* e *artifices,* a capacidade média de cada um destes grupos deve approximar-se, como se approxima, da capacidade média geral.

Se, por outro lado, o cerebro não escapa á lei da assimilação funccional e cresce com o trabalho que executa, avolumando-se como qualquer orgão (o musculo, por exemplo), á medida que se lhe exagera o exercicio e a funcção; e se, além disso, o peso cerebral augmenta com o crescimento da massa organica ou com o exagero da actividade geral, deve, sem duvida, encontrar-se, como se encontra, um excesso de

cubagem sobre a média, nos cranios das classes mais illustradas (*artes liberaes, commerciantes, empregados do Estado*). Pelo contrario, deve observar-se uma differença para menos, naquelles que pertenceram a individuos em que o exercicio intellectual era menor, e onde ao mesmo tempo a constituição physica e a actividade organica geral era tambem inferior á média (*proprietarios, profissõss ignoradas*).

A approximação destas duas ultimas classes, cujas capacidades ficam bastante abaixo da média, impressiona sem duvida. A insufficiencia da série de cranios de proprietarios faz mesmo duvidar do valor da nossa ultima conclusão. No emtanto, não deixaremos de approximar as considerações que acima fizemos, do facto verificado de se encontrarem juntos pela inferioridade do cranio, duas classes, uma composta por individuos sem profissão, vadios, na maior parte, desgraçados gastos pela fome e pela necessidade, e outra constituida por individuos que pelas posses contrastam com aquelles, mas cuja despesa funccional é, em geral, muito pequena, e cuja illustração e trabalho é tambem em regra diminuto, mórmente no seio dos pequenos proprietarios, que a outros provavelmente não pertenceriam os cranios que figuram na collecção do dr. Ferraz de Macedo.

Póde-se argumentar com a superioridade do cranio dos individuos que no nosso quadro figuram sob o titulo de *inactivos;* mas, a este proposito, é preciso fazer-se notar que este grupo organisado pelo dr. Ferraz de Macedo é bastante heterogeneo, e que, se de facto comprehende individuos de classes pouco instruidas e pouco laboriosas, alguns mesmo sem profissão (*mendigos*), contém, ao mesmo tempo, outros, onde o valor da massa organica é, em geral, bastante elevado, e onde o exercicio physico é consideravel,—*soldados,* por exemplo.

As nossas affirmações são, na verdade, ousadas, reconhecemo-lo nós primeiro do que ninguem, no emtanto, ainda outros documentos nos escudam. Analysando, com effeito, mais tres outras tabellas, que vão no fim deste capitulo, vê-se: 1.º—que os maiores valores de capacidade são attingidos pelos individuos que professam as *artes liberaes* e pelos *jornaleiros* e *artifices* (Quadro A); 2.º—que os maximos mais proximos da média pertencem aos *inactivos,* aos individuos de *profissão ignorada,* e aos *proprietarios* (Quadro A); 3.º—que são os *inactivos,* os *jornaleiros* e os *artifices* os individuos onde o minimo desce mais, e que aquelles onde elle menos desce, são os dos que professam as *artes liberaes,* os *empregados do Estado* e os *commerciantes* (Quadro B); 4.º—(Quadro C), que

das tres classes, a dos *artifices* e *jornaleiros,* a dos *commerciantes* e a das *profissões liberaes,* esta é a que possue uma maior percentagem de cranios grandes, emquanto que a maior percentagem de cranios pequenos pertence ás dos *jornaleiros* e *artifices;* 5.º—finalmente, que emquanto·que nas classes illustradas predominam os cranios grandes sobre os pequenos, nas menos illustradas, pelo contrario, predominam os pequenos sobre os grandes.

Quer tudo isto dizer que, daccordo com as affirmações que mais acima fizemos, o cranio é maior e o cerebro, consequentemente, mais pesado, ou nos individuos onde o exercicio intellectual é maior (*profissões liberaes*) ou naquelles em que o valor da massa organica e o trabalho physico costuma attingir o maior gráu; e que, ainda daccordo com as nossas idéas, é nos individuos illetrados ou de fraca illustração, em que o exercicio intellectual não póde compensar a inferioridade physica, quando ella se dá, que o peso cerebral desce mais, attingindo então os menores valores.

Em resumo, póde dizer-se:

1.º—A profissão domina o cerebro;

2.º—Conquistam-se as maiores capacidades, ou por um grande trabalho intellectual, ou por uma manifesta superioridade de massa organica e de exercicio physico;

3.º—A falta de instrucção, a miseria e a inactividade, favorecem a formação de cranios pequenos.

QUADRO A

Maximos das capacidades de 557 cranios portuguêses, agrupados segundo a profissão

(Dr. Ferraz de Macedo)

Grupos	N.º de cranios	Maximos	Differenças para a média geral
Profissões liberaes	23	1927	355
Artifices	150	1924	352
Jornaleiros.....	164	1911	339
Empregados do Estado ..	11	1902	330
Commerciantes	49	1953	286
Inactivos	52	1848	276
Profissões ignoradas	95	1801	229
Proprietarios	13	1674	107

QUADRO B

Minimos das capacidades de 557 craníos portuguêses, agrupados segundo a profissão

(Dr. Ferraz de Macedo)

Grupos	N.º de craníos	Minimos	Differenças para a média geral
Profissões liberaes.....	23	1486	86
Empregados do Estado ..	11	1425	147
Commerciantes	49	1388	184
Proprietarios.....	13	1328	244
Inactivos	52	1284	288
Jornaleiros.....	164	1283	289
Artifices	150	1278	294

QUADRO C (1)

Percentagens centesimaes de differentes gráus de capacidade em 357 craníos portuguêses, agrupados segundo a profissão

(Dr. Ferraz de Macedo)

	CENTIMETROS CUBICOS							
	1200 a 1300	1300 a 1400	1400 a 1500	1500 a 1600	1600 a 1700	1700 a 1800	1800 a 1900	1900 a 1927
—310 artifices e jornaleiros								
Capacidade média 1578....	1,9	7,8	18,1	30,3	24,5	11,6	4,8	1,0
—43 commerciantes								
Capacidade média 1599....	-	2,3	16,3	32,6	25,6	20,9	2,3	-
—4 profissões liberaes e proprietarias								
Capacidade média 1602 ...	-	2,9	14,7	32,4	32,4	8,8	5,9	2,9

(Continúa).

ANTONIO AURELIO DA COSTA FERREIRA.

(1) C. Lombroso, *Nouvelles recherches de psychiatrie et d'Anthropologie criminelle*, 1892, pag. 8. *Bibliothèque de philosophie contemporaine.*

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

INVENTORES PORTUGUEZES

(Cont. do n.º 4, pag. 242)

CXVI

Nunes — Pedro

Um dos mais notaveis, senão o mais notavel cosmographo e mathematico, que tem produzido Portugal, sendo por este motivo que inclui o seu nome nos *Trabalhos nauticos,* onde inseri documentos elucidativos da sua biographia. Depois d'isso, encontrámos outro, em que se faz curiosa referencia á sua pessoa. E' uma carta de 11 de novembro de 1560, escripta em Toledo, pelo nosso embaixador André Telles, dirigida ao secretario de Estado Pedro de Alcaçova Carneiro. Ahi se falla de um napolitano, cujo nome é pena não se mencionar, auctor de um astrolabio, ao qual Pedro Nunes fizera opposição ou apresentara contrariedades.

Pedro Nunes occupava-se muito de instrumentos nauticos, alguns dos quaes enventaria ou corrigiria, e foi auctor de um instrumento de medição, que nós os portuguezes denominamos *nonio,* e que os francezes chamam *Le Vernier,* querendo-o attribuir a este seu compatriota.

O nome do cosmographo napolitano talvez não seja muito difficil determinar-se, procurando-o entre os cosmographos italianos, que naquella epocha floresceram em Hespanha.

Publico em seguida a carta do nosso embaixador:

«Senhor = ho napolitano sobre que escreui a S. A. tornauaseme a Reynar ha não querer hir a portugual ele esta muito queixoso do doutor Pero Nunez e ssenpre entendi que a paixão nos homẽs de perderem algũa cousa tenho feito muito nojo pouquo custaua a Pero Nunez deixar lhe

fazer hũ esterlabio quando não fora certo quebraram: lho tornei me a ver coele tres vezes estar hen hir a Portugual com lhe eu affirmar que se o esterlabio for ho que ele diz lhe fara a merce e assy fazendo ele as mais cousas desacostumadas certas que hee tomarem a altura a qualquer hora do dya mas elle estaa en termos qua que não sei quanto aproveitara ho leuallo lla porque deixa ho estromento que tem feito em poder del Rey pera se tomar ha altura como escreui e assy tem prometido de dar ha ordem pera se tomar ha altura a quallquer hora do dya fiquá aqui não fez elle ho ẽxecutor de ffazer estas medidas certas de estar ho mal mal-partido que como escreui me dizem que esta hee a sua openião elle pede a elRey de castela que lhe faça merce por este estromento que hachou ou ho faça cosmografo mayor de seus Reynos com algua cost.... heu porque elle anda nestes termos de Requerimentos não houso a soltarlhe mais que dizer lhe que lhe farão merce pelo estromento se for o que ele diz porque não faça ele o seu fato milhor co a minha autoridade. V. M. lenbre a S. A. que me avise do que nisto farei. Noso Senhor guarde a muy Ilustre pesoa de V. M. De Toledo a xj de nouembro de 1560.

«Estando cerrando estas cartas cheguou ho pião de pee que la tenho mandado em estremo me pesa da maa desposição de V. M. prazera deus que não sera mays. As cartas pera Lourenço Pirez mandarei pelo primeiro coreio que for desta corte. Faço queixume a V. M. de Antonio de Teiue que ho faz muito mal comiguo e he nesta terra houuera dinheiro a caynbo ou sobre penhores não falara tantas vezes em mym.=beijo as maos de vosa merce Andre Teles.

«*Sobrescripto*=Ao Muyto Ilustre Sñnor o Senhor Pero de Alcaçoua Carneiro Meu Senhor» (1).

CXVII

Osorio da Fonseca — Jeronymo

A' amabilidade do distincto escriptor indiano, o sr. Ismael Gracias, devo a seguinte interessante communicação:

«Pangim, Goa, 10 de outubro de 1901.— ..... Sr. Sousa Viterbo.— Tenho lido com o maximo interesse no *Instituto*, de Coimbra (n.os 1 a 9 da corrente serie) o erudito e patriotico estudo de V., intitulado *Inventores portuguezes*. A lista, por V. publicada, permitta-me accrescentar um nome que, ha muito, encontrei no decurso das minhas investigações no archivo do governo d'esta provincia, e de que dei logo conhecimento á Sociedade de Geographia de Lisboa, tendo em vista o disposto nos respectivos Estatutos, artigo 1.º e §, por me parecer que seria facil na metropole proceder a pesquizas para se adiantar mais do que os documentos achados resavam. A communicação, que era impressa, foi apresentada na sessão de 1 de agosto de 1882 (*Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3.ª serie, n.º 8, pag. 121, actas); passou, comtudo, despercebida, o que não admira. Sinto não possuir exemplar algum para offerecer a V.; pelo que vou transmittir-lhe os mesmos documentos, certo de que

(1) Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, parte 3.ª, maço 18, doc. 55.

terá satisfação em incluir na referida lista, ainda por completar, o obscuro nome de Jeronymo Osorio da Fonseca. Eil-os:

CARTA DE SUA MAGESTADE AO VICE-REI DA INDIA, CONDE DE OBIDOS

N.º 50. Conde Sobrinho Amigo. Ev El-Rey uos enuio muito saudar como aquelle que muito amo. Por carta de 25 de março de 651, escritta ao Conde de Aueiras (1), lhe mandey (entre outras cousas) que aueriguasse o que Hieronimo de Affonseca methamatico hauia obseruado na aueriguação que offereceo da agulha, na uiagem que fez deste Reyno a esse Estado e que com parecer dos do Conselho, me auisasse do que se lhe offerecesse. E porque Ev desejo saber a certeza do que este negocio pode dar de sy, por Hieronimo Osorio ter requerimentos continuos, sobre ter satisfeito ao que offereceo, e estar pobre, em tanto que mouido de sua necessidade, lhe fiz este anno a merce de que vos presentará padrão meu, vos encommendo, e encarrego muito, que se ainda se não houuer satisfeito ao que mandey pela carta referida, o façaes vós, e me auiseis com brevidade do que ouver constado, e se vos offerecer, comonicando tudo aos do Conselho que vos assistem, e ás mais pessoas que julgardes por necessario e conueniente. Escritta em Lx.ª a 16 de março de 1653. *Rey* com guarda. Para o Conde V. Rey da India. O Conde de Odemyra — 1.ª via.

(*Livro das monções*, n.º 23, fl. 177).

RESPOSTA DO VICE-REI

Snör. Em cumprimento desta ordem de V. Magestade mandei chamar Jeronimo Ozorio dafonseca que trouxece a esta fortaleza os estromentos porque mostrasse o que offerecia da agulha fixa, com o que trouxe hum meo globo de madeira bem concertado, pello qual com a pratica quiz mostrar ao concelho e pessoas de experiencia e pilotos que tambem se chamarão o poder se navegar em duas agulhas, hua que fixa até o cabo de boa esperança, outra daly até esse Reyno, e posto que os pilotos como tiuerão differente ensino estranhão todas cousas deste home, não faltou hum delles e alguas pessoas curiosas que as aprouassem, porém como Jeronimo Ozorio seja muito surdo e quazi incapaz de ouuir não he possivel que se declare a algüas perguntas que lhe fizerão, o que se afirmou decerto he não ser de profissão mathematico, mas só cõ a curiosidade e experiencia pode mediante o poder de Deus dar neste segredo de agulha fixa. E como se lhe puzerão alguas duuidas lhe disse que entregasse a Manuel André Piloto desta náo que Deus leve a saluamento duas agulhas cerradas na forma que apontaua para elle fazer nesta viagem experiencia e dar conta do que achar a V. magestade. Assy se fez e Manuel André leua as agulhas e hum gloho pequeno para as observações dellas como consta de seu recibo, porque Jeronymo Ozorio está já muito velho e pobre lhe mandey dar duzentos x.^{os} a conta da tença de que V. magestade lhe tem feito merce de que não apresentou padrão, e procurarey hilo alimentando para ver se em sua vida dá com effeito certeza ás cousas que propoem. Deus guarde etc. Goa 24 de janeiro de 654.

(Registo no liv. cit., fl. 178).

---

(1) «Não existe esta carta no archivo, nem o livro de 1651. Facil é julgar o motivo por que ella não teve cumprimento. Era dirigida ao conde de Aveiras, que, vindo pela segunda vez como vice-rei, falleceu na viagem.»

RECIBO DO PILOTO

Por este por mim feito e assinado digo eu Manuel André ser verdade receber hu caixão com duas agulhas das mãos do secretario José de Chaves Sotomayor pera em Lx.ª entregar a quem ordenar o dito snör em Goa a vinte e cinco de janeiro de 1654. (a) *Manuel André.*

(Liv. cit., fl. 179).

Desejo a boa saude de V. e queira desculpar-me o desalinho d'esta que escrevo entre mil affazeres. Tenho a honra de ser com muita consideração e sympathia—De V. adm.or e m.to att.o cr.do—*J. A. Ismael Gracias.*»

Jeronymo Osorio da Fonseca é mais um nome a inscrever nos meus *Trabalhos nauticos* e a accrescentar á lista d'aquelles que tanto se preoccuparam com a resolução do problema da agulha de marear.

CXVIII

Pereira — Frederico Antonio

Do *Diario de Noticias* de 26 de fevereiro de 1902 transcrevo a seguinte informação:

«O sr. Frederico Antonio Pereira, capitão-tenente da armada reformado, requereu patentes de invenção por dois annos para «uma nova disposição de rolamento a que deu o nome de Trivia», e para «um systema de carruagens e wagons destinados a trabalhar no Trivia, com o nome de material de transporte da Trivia.»

CXIX

Pereira de Mello — João Augusto de Fontes

Official de marinha. Inventou um barco submarino, que denominou *Estação Automovel Submarino Fontes.*

No *Diario de Noticias* de 17 de outubro de 1901 vem uma longa descripção d'este invento, acompanhada de quatro desenhos illustrativos.

E' tambem auctor de um *Automovel Fontes*, cuja descripção, acompanhada das respectivas estampas, veio publicada naquella mesma folha em 23 de novembro de 1901.

CXX

Rocha de Carvalho — Carlos

Do *Diario de Noticias* de 23 de dezembro de 1901 extráio a seguinte noticia:

«Ha dois mezes noticiámos a partida para o estrangeiro do nosso amigo sr. Carlos Rocha de Carvalho, dizendo então que essa viagem se ligava com um importante invento d'aquelle cavalheiro.

«Hoje, podemos já dizer que o sr. Carvalho, tendo estado em Paris e Londres, seguiu já para New-York, onde vai vender o referido invento, que é um apparelho destinado a produzir nos navios a vapor o dobro da velocidade até agora obtida por meio de helices ou turbinas, garantindo o inventor 40 a 50 milhas de andamento por hora.

«Folgamos em dar esta noticia, esperando em breve poder accrescentar-lhe alguns interessantes pormenores.»

CXXI

Silva — Joaquim Carneiro da

Nasceu no Porto em 1727 e morreu em Lisboa a 28 de outubro de 1818. Foi um dos nossos mais notaveis gravadores. Além do seu talento artistico, tornou-se notavel por outras aptidões, assim como o demonstra o seguinte opusculo: *Instrucção sobre um novo methodo de preservar os navios de naufragio por causa d'agua aberta.*

Sahiu á luz num folheto avulso em 1808, e foi reimpresso depois no *Jornal das Bellas-Artes* ou *Mnemosine Lusitana,* tomo II (1817), n.º XIX.

Veja-se o *Diccionario Bibliographico.*

CONCLUSÃO

Durante a impressão d'este opusculo, dois factos importantes occorreram, que não podem ficar em silencio, antes merecem especial registo. Um d'elles foi o descobrimento do

*

bacillo da *doença do somno,* devido aos trabalhos de uma commissão de medicos portuguezes, que, de proposito, foram a Loanda estudar aquella original enfermidade. Essa commissão compunha-se dos srs. Annibal Bettencourt, Corrêa Mendes, Ayres Kopke e Gomes de Rezende, e cujos nomes glorificam de hoje em deante as paginas da historia da medicina e da bacteriologia portugueza.

O outro facto que tão estrondosamente eccoou em toda a imprensa do mundo civilisado, não incide directamente sobre nós, mas por méra reflexão. Refiro-me ás experiencias aerostaticas do sr. Santos Dumont, realisadas em Paris em volta da Torre Eiffel, e que parecem contribuir definitivamente para a resolução do problema da navegabilidade aérea. Santos Dumont é brazileiro, mas parte da sua familia reside em Portugal e foi na Foz do Douro que sua extremecida mãe recebeu os telegrammas congratulatorios, participando-lhe a victoria de seu filho. As glorias da nação irmã, nossa descendente, enchem-nos de jubilo, como se foram nossas. Santos Dumont perpetua assim as tradições da sua e nossa raça, continuando a obra de um seu compatriota, Bartholomeu de Gusmão, que então era, como todos os filhos do Brazil, subdito portuguez.

O seculo XX inicia-se pois propiciamente para a nossa raça e oxalá que estes exemplos fructifiquem generosos.

Lisboa, 11 de novembro de 1901. SOUSA VITERBO.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 4, pag. 254)

VIII

Começa a magnificente natureza americana a influir poesia nova na alma de Castilho.—Transição do pedagogista para o poeta.

Sim, Castilho ia cançando. A lucta tinha sido terrivel, renhidissima. Os cincoenta e cinco invernos d'aquelle cego extraordinario principiavam a vergal-o emfim ao peso dos desenganos.

*

De mais a mais, creio entrever uma coisa: a magia da exuberante natureza do Brazil causou a mais profunda impressão no animo ainda viçoso do poeta; encantou-o o ar embalsamado d'aquellas florestas, a temperatura deliciosa d'aquellas noites dos tropicos, aquellas aragens prenhes de vida, aquelles perennes quadros luxuriantes e mirificos, que elle sabia adivinhar com o sexto sentido do seu talento. O Brazil não se descreve; a grandeza d'aquelle scenario commove até aos seios d'alma. Fica-se atonito!, e fica-se mudo, quando se não é um grande poeta.

Como o bello natural tinha no espirito do devaneador da Murteira a mais poderosa influencia, e como em toda a sua vida elle nunca presenceára um tal conjuncto de bellezas naturaes, sentiu-se primeiramente aniquilado perante as magnificentes manifestações do solo brazileiro, e depois ouviu lá dentro, no coração, uma voz intima a segredar-lhe:

—Escuta: acordou em ti o poeta; deixa-o cantar, que é

Deus quem t'o manda outra vez; o teu estro não morreu; dormia apenas; d'essa incubação vai erguer azas a iriada borboleta dos teus annos juvenís. Parabens! o céo azul em que ella vai engolphar-se é o firmamento aureo do Brazil; é este, é este o segundo e melhor campo da tua poesia. Salve, poeta!

Os irmãos de Castilho, José e Adriano, forcejavam tel-o sempre distrahido e em movimento. Quando as pesadas tarefas do curso o permittiam, proporcionavam-lhe agradaveis passeios de carroagem a sitios pittorescos, merendas e jantares intimos nas frondosas *xácaras* dos arredores do Rio, devaneios ao luar pelas praias do Botafogo ou do Catete. E o poeta deixava-se impregnar deliciosamente nos effluvios magneticos d'aquella natureza embriagadora!...

*

Com effeito, notava-se nas cartas do talentoso viajante uma vaga tendencia lyrica de enthusiasmo, que na sua mesma prosa familiar transparecia. As suas impressões revelavam-se-lhe na fórma; um passeio, uma formosa noite de lua scismada n'alguma varanda do Rio de Janeiro, o rumorejar de todas as florestas do Novo Mundo, os extases do pasmo, as admirações mal contidas, tudo se lhe adivinha nas phrases que dirigia aos seus para Lisboa.

A um dos filhos, que já então manifestava não sei que vislumbres de aptidões poeticas, escrevia o amoravel Castilho este formoso trecho, por exemplo:

.....

«Tenho-me arrependido de não te haver trazido comigo á America.

«Esta natureza, insolita e grandiosa, ter-te-hia servido de muito.

«N'um passeio que no outro dia dei com a Tia Maria do Carmo e o Tio Adriano a um jardim á beira de uma vasta e profunda lagôa, falou-se em ti e desejei-te. Havias de ter ali observado poesia succulenta. Que lua! que fragrancias na atmosphera! que circumvisinhança de gigantes vegetaes, e de montanhas alterosas! que estendal de aguas prateadas! que symphonia vaga e caprichosa da noite!: os grilos; as cigarras; as *pombas-relogios,* que arrulham de hora a hora; alguns latidos por xácaras lá ao longe; muito ao longe, tambem, para a direita, uma flauta; para a esquerda, e em menor distancia,

um dueto da *Norma* cantado ao piano por uma voz de senhora e outra de homem! por entre as folhas das plantas, cardumes de pyrilampos como os não ha na Europa, verdadeiras lucernas; viração, quasi imperceptivel; temperatura, de estio; e além de tudo isto, um não sei quê tão descuidoso, tão suave, tão americano, que ninguem se lembrava de interromper com as suas palavras o sublime poema em que estavamos engolfados.

«Ora quando em mim, com os meus cincoenta e cinco annos, e os meus cincoenta e cinco mil desenganos, cançado de trabalhos, e envenenado de cuidados, aquella hora me produziu uma tão viva impressão, que não faria ella em ti!...»

Não vê o leitor? que enthusiasmo respira isso tudo! Trouxe-o de proposito, para evidenciar que o obreiro do util ia cedendo algum tanto o passo ao cantor do bello.

Castilho era muito forte; mas quem não cança? Aquelles annos de labutação na seára do ensino tinham-n'o exhaurido; e elle ainda o não suspeitava! O Brazil, o esplendidissimo Brazil foi para elle um deslumbramento, e (a despeito dos protestos) a Musa, como acabo de indicar, acordou.

Grande parte da traducção das *Odes* de Anacreonte ali foi poetada; foi feita quasi toda a dos *Amores* de Ovidio; a do *Rapto da Europa,* de Moscho; e emfim, como corôa d'isso tudo, como reconciliação do poeta com a Poesia, como gloriosa palinodia de um rebelde, alvoreceu então, no horizonte das lettras portuguezas, uma das obras-primas de Castilho: a sua celebre Epistola 1.ª a Sua Majestade a Imperatriz.

Tudo isto se fez, mas (digâmol-o porque é a verdade) á custa do Methodo. O poeta vingava-se do pedagogista.

Esplendida vingança!

*

Agora oiçam um trecho altamente litterario, que vem confirmar o que digo.

N'uma nota da *Grinalda* aos *Amores* de Ovidio esculpiu o proprio Castilho estas valiosas palavras:

«Poderá alguem dar-me a explicação (que não seja muito triste, e muito pouco honrosa para a natureza humana) por onde eu acabe de entender o seguinte phenomeno que me desatina?

«Em quanto só me apascentava de vaidades poeticas, em quanto só cultivei o meu jardimzinho no Parnaso, e enramilhetei flores para quem as quizesse, cercaram-me por toda a parte as benevolencias.

«Desde que

.... egressus silvis vicina coegi,
ut quamvis avido parerent arva colono,

desde que produzi coisa de tomo e de substancia, de toda a parte se levantaram, contra ella e contra mim, os odios e as perseguições! Deram-me assumpto para os livros dos *Tristes* e do *Ponto,* que ainda me faltavam na collecção.

«Tudo isto podia ser de pouco momento para olhos de fóra; mas para mim claro está que importava muito. Valia a pena de parar e reflectir; parei, e reflecti.

«Tinha sepultado a Musa viva e sã, e não sem cruas reluctancias da sua parte; onde comprehendi a angustia de Abrahão sacrificando o filho por ordem de Deus, e as caladas penas de Bruto condemnando o seu ao supplicio por amor da Patria. Sobre a sepultura da pobre vestal enterrada tinha posto, e para se nutrir da sua mesma substancia, a arvore da sciencia, com seu enxerto da da vida; e por estes annos cançados, até agora mais não fiz que amparal-a, tratal-a, e defendel-a. Alguma luz, e um pouco de calor (que são boas bençãos) fizeram-lhe crear raizes; segundo as mostras, já não tem de seccar. Sem me tirar de ao pé d'ella, que me dá sombra amoravel, e sem a desamparar ás sevicias dos damninhos, já posso portanto feriar-me um pouco, e revocar ao dia aquelles meus amores velhos, que não esquecem nunca.

.... Patulæ recubans sub tegmine fagi
Silvestrem tenui Musam meditabor *avena.*

«Revivo para os versos, ia eu dizer; renasço, ou nasço, vem mais proprio, já que os que não entendiam, nem julgavam possivel, o meu sacrificio, por me não verem presente me tinham riscado do rol dos vivos. Volvo a tomar o meu posto por entre os meus camaradas, que se não mostraram comigo tão generosos como com Ajaz o foram os seus: lá, fallecido elle, deixaram o seu posto em claro nas fileiras, entendendo que, ainda finado, continuaria a ajudal-os; cá, as fileiras unem-se logo, e esquece tudo.

«Comecemos pois outra vez a milicia. Deus louvado, que a desenterrada me reapparece tão activa, tão viçosa, e tão fiel, como nunca. Alguns lhe darão por isso os parabens; outros não; ella de tudo se contenta» (1).

---

(1) *Grinalda* aos *Amores* de Ovidio, nota a pag. 561.

*

Como assumpto ligado com estes, e para contraprova de quanto o espirito de Castilho se ia inclinando ás tarefas litterarias, transcreverei de uma sua carta, d'este mesmo mez de Março de 1855, alguns conselhos curiosos que elle dava a um rapaz, que então encetava estudos em Lisboa:

«Volto—diz o poeta—ao que estava escrevendo hontem.

«Sim senhor, o F... que reuna aos seus estudos, e sem prejuizo d'elles, a cultura da poesia; consagre a isso as vesperas de feriados, e dos feriados propriamente ditos as horas dispensaveis.

«A poesia estuda-se por tres modos conjunctamente: pela meditação e investigação do proprio sentimento, pela observação da Natureza physica e moral, e pela leitura dos bons poetas. Quanto ao primeiro d'estes tres pontos, não é mistér dizer coisa alguma. Quanto ao segundo, os passeios de campo e de mar, a madrugada e a noite, são livros primorosos de inspiração. Quanto a obras de poetas, dois sobretudo deve elle ler, reler, decorar, e ruminar; não para os paraphrasear ou arremedar, mas para nutrir o seu espirito, e aperfeiçoar o seu gosto. Estes livros são: d'entre os antigos, VIRGILIO; d'entre os modernos, VICTOR HUGO.

«Atire-se ao Virgilio, estude-o minuciosamente, comparando-o com o seu traductor Dellile; no que, tem ainda outra vantagem, qual é a de se aperfeiçoar no latim, lingua utilissima para o portuguez, e em que elle, com boa vontade, póde caminhar sem mestre, recorrendo, para as duvidas em que não achar sahida, ao nosso Viale. De resto, com os bons diccionarios que nós temos, sobre tudo com aquelle grande e moderno que eu comprei ultimamente, de latim para francez, poderá as mais das vezes prescindir de qualquer outro auxilio. O melhor de todos os estudos é sempre aquelle que o homem faz sendo elle o mestre e o discipulo. De mais, como o F... tem alma de poeta, isso mesmo o encaminhará a atinar com os pensamentos do auctor, e adivinhar por cada meia phrase bem entendida o sentido recondito no restante d'ella.

«Quanto a Victor Hugo, que a certos respeitos excede muito a Virgilio e a todos, é bom advertir que nem tudo n'elle é para imitação, que nem tudo n'elle é para estudo. Tem desegualdades de mau gosto; tem ousadias, que só elle póde ter; tem coisas, que, passando pela penna de outro qual-

quer, se tornariam inevitavelmente ridiculas e imperdoaveis. Leia-o, pois, com a veneração e amor que elle merece, mas marcando bem o que o senso intimo lhe apontar como defeituoso e menos bello. A sua consciencia litteraria poucas vezes o enganará.

«O commercio d'aquelles dois grandes homens nutrir-lhe-ha e engrandecer-lhe-ha o engenho poetico; mas falta a linguagem patria, com que tem de revestir os seus pensamentos; essa, não lh'a hão de elles ensinar; o segundo tentará mesmo corromper-lh'a. E' pois necessario que procure o remedio n'outra parte. Aconselho-lhe Filinto e Bocage; Filinto para a riqueza da linguagem e concisão da phrase; Bocage para a concisão da phrase, para a nobreza do estylo, para a harmonia do metro, e para a naturalidade e formosura da rima.

«Por ora attenha-se a estes quatro livros: Virgilio, Hugo, Filinto, e Bocage. Nada de variar de poetastros para poetastros. Uma meza sã e sobria sustenta; a variedade excessiva de pratinhos inquina e estraga o estomago sem alimentar.

«Estes conselhos, que são de homem versado, siga-os elle com religioso escrupulo, e não tardará em lhes reconhecer pelos effeitos a grandissima solidez.»

IX

Narra-se minuciosamente uma historia-crime passada na villa de Uruguayana.—D'ahi nasce a celeberrima Epistola de Castilho a S. M. a Imperatriz.—Uma apreciação d'esses versos pelo insigne humanista Viale.—Um Decreto imperial concede o perdão do indigitado criminoso.—Os Portuguezes em Porto-alegre determinam offerecer a Castilho uma penna de oiro.—Pormenores.

Aqui vai uma historia:

Na villa de Uruguayana, Provincia do Rio Grande do Sul, habitava um pobre velho Portuguez, José Joaquim da Silva, casado e com filhos; gente humilde, inoffensiva, e boa. Tinha Silva por visinho e compadre um Hespanhol, casado, operario, muito desordeiro e dado a bebidas.

Uma noite o Hespanhol, recolhendo-se a casa embriagado, espancou brutalmente a mulher, que, lavada em sangue, teve de fugir do lar, e ir implorar guarida em casa dos compadres. Deu-se-lhe logo. Não tardou o facinoroso em vir com ameaças exigir a triste victima; mas o excellente Silva conseguiu pol-o

na rua, recusou-lhe a mulher, e fechou a porta ao embriagado. O Hespanhol, assim expulso, jurou vingar-se.

Dias depois, emquanto o Portuguez labutava na lavoira do seu campo, o Hespanhol, que espreitava ensejo de o achar só e desprecatado, salta-lhe armado de punhal, ataca-o e intenta matal-o. O velho, que nada mais tinha ali que a sua enxada, lucta quanto póde, em defensa propria, e, apesar de já muito ferido, tem a infelicidade de estender morto aos pés o aggressor.

Veio a justiça da villa, e o velho Portuguez foi preso e julgado. Apesar das atenuantes, foi condemnado como homicida, com grave protesto da opinião publica na comarca. O defensor appellou; o processo foi subindo, e a este tempo achava-se no Tribunal Supremo de Justiça no Rio de Janeiro. Por melhor vontade que houvesse em livrar o velho da pena a que estava condemnado (nada menos que doze annos de trabalhos forçados, que na edade d'elle equivaliam a pena ultima aggravada com fogo lento!) foi impossivel achar uma nullidade no processo, e os Desembargadores confirmaram a condemnação. Desgosto geral na Uruguayana.

Restava o Poder Moderador. O Imperador era bom; devia perdoar; mas era preciso enternecel-o. Lembraram-se os que protegiam o velho Silva, de metter no negocio o poeta portuguez. Falou-se-lhe; elle achou a causa sympathica, e prometteu apadrinhal-a com a sua lyra junto ao Monarcha.

Escreveu quasi de um jacto a *Deprecação*.

Em 4 de Abril de 1855 o Camarista de Semana recebeu de Castilho os versos para a Imperatriz acompanhados d'esta carta:

«Ill.mo e Ex.mo Sr.—Não é de certo contar em demasia com a bondade de V. Ex.ª o pedir-lhe se sirva apresentar sem demora os inclusos papeis a Sua Majestade O Imperador, implorando d'Elle auctorisação para serem entregues a Sua Majestade A Imperatriz. Vai n'isso a felicidade de uma familia; nada mais ajuntarei.

«Permitta-me V. Ex.ª a honra de me assignar—De V. Ex.ª etc., *A. F. de Castilho*.—Rio de Janeiro, 4 de Abril de 1855.»

*

Poucas poesias teem tido a reputação, a voga de popularidade, que teve esta. Quando appareceu em Lisboa a primeira

edição, já estes versos tinham sido recitados vezes sem conto, e andavam copias manuscriptas de mão em mão.

Dizia Viale, profundo sabedor de todos os segredos da Arte:

—Se algum dia fosse possivel desapparecerem da face do orbe os tratados de eloquencia, bastava esta Epistola para exemplo de todas as bellezas de estylo.

Eu não conheço effeito comparavel á recitação de tão vibrante oração forense, pelo proprio auctor, em dia de boa disposição do espirito d'elle. Era assombroso!

O perdão, ainda assim, e apesar da boa vontade do Imperador, tardou cerca de dois annos. Um dia baixou das altas regiões politicas do Imperio o seguinte Decreto:

«Querendo Manifestar por actos da minha Imperial Clemencia o profundo respeito que tributo ao dia de hoje, em que a Egreja celebra a Sagrada Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesu-Christo:

«Hei por bem, usando da attribuição que me confere o artigo 101.º § 1.º da Constituição, Perdoar a José Joaquim da Silva a pena de doze annos de prisão com trabalho, a que foi condemnado por sentença do Jury do termo de Uruguayana, da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

«José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar.

«Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1857, 36.º da independencia do Imperio.—IMPERADOR.—*José Thomaz Nabuco de Araujo.*»

Em 9 de Maio d'esse mesmo anno de 1857 o Ministro do Brazil em Lisboa, Conselheiro Antonio Peregrino Maciel Monteiro (depois Barão de Itamaracá) escrevia a Castilho a seguinte carta:

«Illmo e Exmo Sr. Conselheiro.—Por carta que acabo de receber do sr. Nabuco, sou informado de que o seu patrocinado Silva, de Uruguayana, fôra perdoado.

«Communicando a V. Ex.ª este facto, e ajuntando as recommendações que o mesmo sr. Nabuco encarrega-me de transmittir a V. Ex.ª, tenho a viva satisfação de confessar-me—De V. Ex.ª amigo affectuoso e obrigado servo, *A. P. Maciel Monteiro.*—S. Pedro de Alcantara, 9 de Maio de 1857.»

*

Emquanto isto se passava em Lisboa, no dia 10 do mesmo

mez o Consul de Portugal em Porto-alegre, Antonio Maria do Amaral Ribeiro, escrevia a Castilho um commovido officio, onde se lê, depois de eloquentes considerações sobre o facto:

..... «O abaixo assignado, como orgão legitimo dos subditos portuguezes residentes n'esta cidade, por si, e em nome dos mesmos, que com elle exultam de jubilo por esse sublime acto da Clemencia Imperial impetrado por V. Ex.ª, tem a subida honra de se dirigir a V. Ex.ª para o felicitar, e ao mesmo tempo offerecer-lhe, não uma Corôa civica, pois lh'a não podem dar, mas uma Penna de oiro com diamantes, como homenagem e signal do respeito, estima, e veneração, que cordealmente tributam á vastidão de seu profundo saber e capacidade, esperando da bondade de V. Ex.ª que se digne acceital-a, pois tem tanto de expressiva, quanto lhe falta no valor e importancia.....»

Varios periodicos do Imperio (tenho alguns á vista) commemoraram este grato acontecimento do perdão ao velho, e um d'elles publicava uma honrosa carta do mencionado Consul acompanhada do seguinte documento:

RELAÇÃO
DAS PESSOAS QUE SE QUOTISARAM
para ser offerecida
ao Ex.mo Sr.
ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO
uma pena de oiro com diamantes
em nome dos subditos portuguezes
residentes n'esta cidade
(Porto-alegre).

Joaquim José de Macedo F. da Silveira.....	20$000	réis
Manuel José de Carvalho Bastos.....	20$000	»
Ignacio Pinto da Fonseca	20$000	»
Francisco Pereira da Rocha Paranhos	20$000	»
Francisco José Bello.....	16$000	»
Joaquim Caetano Pinto	16$000	»
João de Araujo Vianna	16$000	»
Domingos Gonçalves Martins de Oliveira ...	16$000	»
José Luiz do Valle.....	11$000	»
João Caetano Ferraz.....	10$000	»
Antonio Ribeiro da Silva	10$000	»
José Gomes Pereira Bastos ..,.....	10$000	»
Somma e segue:	185$000	»

Transporte	185$000	réis
Antonio da Silva Santos Paranhos	10$000	»
Manuel Pinto da Costa Guimarães	10$000	»
A. V. Porto	10$000	»
Jacintho Gomes do Valle Quaresma	10$000	»
Francisco Ventura Perfeito	10$000	»
Joaquim Teixeira do Valle	10$000	»
Augusto Cesar do Valle	10$000	»
Antonio José Gonçalves Bastos	10$000	»
Antonio José da Silva Guerra	10$000	»
Joaquim Antonio Nunes	10$000	»
José Leite da Fonseca	10$000	»
Antonio Maria do Amaral Ribeiro	20$000	»
	315$000	»
A deduzir		
Cambio sobre o Rio de Janeiro, de 5 %	15$000	»
Liquido em moeda do Rio	300$000	»

*

Finalmente o principal protagonista do «cruento drama», o velho Silva, publicava em 13 do mesmo Maio de 1857 uma carta de desabafo e agradecimento. Estava livre.

(*Continúa*).

JULIO DE CASTILHO.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 4, pag. 256)

COPIA DE HŨA INSTRUÇAM q̃ NOSSO Pº GERAL CLAUDIO AQUAUIUA ENUIOU DE ROMA AO Pº PROUINCIAL Frᵉᵒ DE GOUUEA EM JUNHO DE 94

Del modo de hazer las informaciones de la limpieza del linage alos q̃ piden la Comp.ª

Auiendose mouido la Compª por muy iustas causas a hazer vn decreto tan graue como el que hizo de que no sean admittidos a ella los que tuuieren nota o rassa de Christianos nueuos o moros em su linage &. la razon y charidad obliga a tener todo cuidado y diligencia em hazerse las informaciones de limpieza de los q̃ piden la Comp.ª de suerte q̃ ni la Comp.ª sea frandada en esta parte de su intento, ni los q̃ fueren admitidos sean expuestos a peligro de tan graue daño como seria el hauer de ser despedidos con nota y infamia suya y de sus deudos.

Por tanto antes de ser admittidos se deuen guardar los auisos seguientes en el hazer sus enformaciones.

1. El primeiro q̃ se obserue como el mas principal lo q̃ en el mismo decreto se dize. S. q̃ claramente se les diga q̃ siempre que se supiere dellos tener alguna raça, seran despedidos, y que es cosa esta indespensable en la Compª: y que mire bien quanta nota seria es*to* pera el y pera sus deudos: y q̃ considere q̃ si huuiesse algo, seria mas cordura no intentarlo q̃ intentandolo ponerse a tan manifesto peligro.

2. Queriendo passar adelante en su pretension se le perguntaran los nombre de su tierra, Padres, y quatro abuelos, dos paternos, y dos maternos.

3. Si es gente de q*uien se pue*da crer q̃ la Santa Inquisicion tenga noticia, por esta vi*a* se puede inquirir de su limpieza: pero es necessario vsar d*este* medi*o* con todo lo secreto por via del Secretario o de algun Inqui*sidor* : : : porq̃ si no es con secreto no diran nada como es razon.

4. Si por esta via, q̃ es la mas cierta, no se pudiere saber nada, procurarseha saber q̃ gente hay alli de su tierra que conosca los deudos del que pide ser admittido, lo qual de ordinario se hallará en las Vniuersidades, y por via destos

sus conoscidos se podra saber en que opinion son tenidos sus deudos.

5. Si no se hallasse quien lo conosciesse, o no bastasse la informacion que dan del sus conocidos, resta el medio de los dela Compª, mirando el Rector q̃ cae mas cerca del lugar o tierra del q̃ pide, y escriuirle q̃ haga la dicha informacion, lo qual hara segun los capitulos de arriba. O no bastando esto la encõmendara a persona de confiança dela Compª o de fuera, para q̃ la vaya hazer al lugar donde estan los deudos del q̃ pide.

6. Quando fuere necessario q̃ la enformacion se vaya hazer a su tierra conuiene hazerse con mucha dissimulacion de suerte q̃ ny se entienda quien la haze, ny avn q̃ se haze, y assi el q̃ fuere a ello vaya a titulo de hazer otro algun negocio.

7. Va mucho en mirar las personas de quien se toma esta informacion que sean sin sopecha desta mancha, y ansi lo prº y mas ceguro es tomarla del Comissairo o familiar del santo officio que vuiere en aquel lugar donde es natural el pretendiente, porq̃ de ordinairo ay alguno o algunos destos en qualquer lugar de algun momento.

8. Donde no vuiere destos por lo mismo *se* deue procurar q̃ aquellos de quien se toma la informacion sean Christianos viejos conocidos por tales.

9. Sera conueniente q̃ el Prouincial en aviendo l*a* tal informacion antes q̃ reciba el sujecto la consulte con los q̃ seg*un* sus reglas deue consultar el recibirlo: y oiga su parecer ::: esta sufficiente o defectuosa: y en el libro donde assienta lo q̃ recibe, e escriua iuntamente la enformacion en sum*ma* de la limpieza del linage de cada vno, y las diligencias q̃ ::: *pa*ra averiguarla para q̃ por el pueda dar razon de sy, y conste siempre q̃ fuere menester no auer faltado en la obligacion de su officio en esta parte.

Claudio Aq.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 5, pag. 266)

Ouve-se gritar ao longe: «Correio! Corrêêêêêio! Eio! Eio!» Que matinada! São os mais pequenos, Dino, Domingos, Gigi e Zirinha, que veem annunciando-me, desde o portal da quinta, a correspondencia, entre a qual talvez, oxalá! carta dos avós, dos irmãos. Depois todos se apinham ao pé da mãe no meu escriptorio, para a ouvirem lêr. E a propria Zirinha escuta, sorvendo com os olhos as impressões dos mais.

«Não ha razão para isso!» contradiz muita gente, quando não sabe explicar por principios. Como se não houvesse senão a razão deductiva! Ha tambem a inductiva, embora ahi amesquinhada quasi sempre sob a denominação de empirismo.

Ao desafio. Minha mulher offerece á Gigi o seu prato de compota de damasco. A Gigi: «Coma a mamã!» Minha mulher: «Não! coma a Gigi!» A Gigi: «Ora essa!» E nenhuma quer ceder.

Quando se diz a uma creança.—Não faça isso!—e ella repete, não é as mais das vezes teimosia e rebelião, é muito naturalmente para ver se póde mostrar que naquillo não havia mal nenhum, ou, se ha, para chegar até d'onde possa começar a descortiná-lo, porque ainda não tinha dado por elle.

A Gigi vai-se escapando: «Mamã, não olhe.» «Como a menina se poz! Ainda ha um instante a vesti de lavado!» «Então! a Julia mandou-me lá para fóra...» Que remedio, pois, senão sujar-se toda de terra!

Os mimos são funestos, mesmo a abundancia atrophia.

Lembro-me de que um discipulo meu, que desejava fazer certas medidas anthropologicas durante as ferias, como não levasse um instrumento necessario, não só conseguiu substitui-lo por outro que elle proprio fez, mas logo introduziu na sua construcção um aperfeiçoamento apreciavel.

Vêem o effeito dos mimos nas creanças? Como ellas se tornam rabujas, petulantes, despoticas? Pois quasi toda a nossa gente abastada, tanto a que nunca fez nada como a que levou metade senão a maior parte da vida a tratar só de si nas aulas, não passam de uns mimalhos grandes.

As mães estão sempre a imaginar que os filhos não comem bastante. E a si proprias se illudem ingenuamente, quando teimam demais com elles para que se tornem a servir ainda d'uma comida, asseverando: «Não te faz mal nenhum. Se fui eu que a fiz!» Que santas indigestões eu tomei assim!

O povo é o fiscal dos poderosos; os pequenos dos grandes. Infelizmente, quasi sempre a fiscalização popular é tão pouco vigilante! Não assim a do Domingos. Não larga o irmão immediatamente mais velho. «Dino? O Dino não lavou bem as mãos!»

Anthropologia. A Gigi, leccionando a irmãsita deante d'uma caveira: «Zirinha, veja, é gente que morreu.»

A funcção faz o orgão, demostram os naturalistas. Até moralmente. No Collegio das Ursulinas, de Coimbra, as meninas, para commungar, tinham de se preparar com tres confissões consecutivas, e uma d'ellas, ao vir da terceira confissão, confidenciou ás companheiras: «Já não tinha peccados para dizer ao confessor: inventei um!»

E quem pagou as custas de tanta confissão? Ora quem havia de ser? A pobre da avó. Foi á sua larga conta com ella que a pequena lançou logo a invenção da sua maldadesinha: «Que estivera a arreliá-la.» Nada tão verosimil!

Uma nova partidaria das letras dobradas. A Quina escreve-nos: «A vóvó rremete o vinho.» E eu não posso deixar de inclinar-me caroavelmente para esta graphia, que me parece signal da mais afanosa solicitude.

A lucta com a morte. Domingos traz-me um patinho doente;

e conta-me que elle já não anda, não sabe se por ter sido pisado pela gallinha que o cria, que o meteu no tanque e elle ficou no mesmo sitio, que não póde pô-lo no chão, porque elle cahe logo para o lado. Toda a sua therapeutica, todos os seus cuidados, tudo é perdido, soluça. Dá-lhe couve, dá-lhe agua, dá-lhe mesmo um pouco de vinho,—e é preciso deitar-lhe no bico, observa com tristeza a Gigi—, aquece-o depois num banho môrno: nada o reanima. O pobre patinho vai fechando de todo os olhos, até que a Maria, que já tem mais conhecimento pratico das coisas, desengana: «Está morto!» Mas ao Domingos, custa-lhe a acreditá-lo: com elle na concha das mãos, embalando-o como a uma creança num berço, contempla-o fixamente, o olhar attonito, torturado, de quem busca ainda descobrir o segredo da vida, as lagrimas a escorrerem-lhe pelas faces.

A ama do pequenino diz á Gigi: «A mamã agora só quer o Ignacinho, não quer a menina.» E a Gigi impertiga-se: «E' o mesmo! Eu tambem já estou crescida!» Claro! Então ella é lá ainda creança de mimos?

A Gigi, já como uma pessôa grande, de todo o juizo, extranhando o descuido dos outros pela Zirinha: «Oh, mamã! Oh, mamã! Deixam esta creança subir pelas escadas, sósinha!»

Relatorio do Domingos: «Papá, sabe? a gallinha branca, que está no chôco? Fui agora ao gallinheiro, e ouvi em baixo uma chiadeira, uma chiadeira, uma chiadeira! Levantei a gallinha. Debaixo, muitos patitos, todos com o bico de fóra! Faltam só dois para nascer. E a gallinha toda contente!» Continúa: «Papá, a outra gallinha de pôpa, que passa aqui por deante da janella do seu escriptorio com os patinhos, ainda está chóca e já põe ovos! Já poz dois. E uma vez poz em cima da cabeça d'um dos patinhos, que ficou muito espantado!»

Como se aprende melhor a fazer uma cadeira? E', ouvindo ou lendo como ella se faz; é mesmo vendo-a fazer? Não! é, fazendo-a. Desperdiçar-se-ha ao principio muita madeira, é claro; mas nunca se aprenderá verdadeiramente senão assim. A instrucção oral ou escripta e a instrucção demonstrativa não são inuteis, mas têem de fundir-se na instrucção prática. E é em tudo assim. Tambem para se aprenderem os deveres não ha como i-los tendo e cumprindo. Não se imagine formar o

cidadão fóra da vida social. Veja-se como todos os cuidados para assim educar os principes são frustrados: fazem-se uns despotas.

A facilidade que as creanças têem para as linguas! Gigi é a fiel interprete da Zirinha. De tudo que a pequenita nos queria dizer, só lhe percebiamos bem a voz *o,* que ella fazia soar repetidamente. A irmã decifrou logo: «Que está ali escondidinho um caracol.»

Como neste mundo se fazem tantas falsas imputações aos grandes! Condemnam-se muita vez só pelas apparencias. *Post hoc, ergo propter hoc,* clama a irritação dos pequenos.

Os irmãos mais velhos são promptos em sentenciar os mais novos; mas estes tambem desforram-se logo, fazendo na primeira occasião applicação da sentença contra elles, e tornam-se mesmo nos seus desapiedados inquisidores, não ha pechas que lhes não apontem, inventam-lh'as até. «O Dino sahiu e ficou menos luz», extranha o Domingos, ao ver escurecer-se o quarto, quando o irmão acabou de retirar-se, fechando a porta do corredor. Mas a porta já estava tambem fechada, antes do Dino sahir; e não é por ali que a luz entra directamente para o quarto, é pela janella exterior. Sim! tudo assim será; mas o principal para o Domingos é lançar mais uma responsabilidade sôbre os hombros do irmão.

Certos professores, como julgam cumprir os seus deveres paternaes, é, sendo mal creados e desbocando as suas descomposturas aos discipulos.

Determinista. Domingos, mostrando-me a nodoa da sua blusa: «Papá, olhe o que um alperce me fez!»

As creanças, se não têem nada que fazer, rabujam, fazem tolices, maldades. O mesmo succede com as pessôas crescidas. D'ahi, pelos ocios que ha, as arrelias, sisanias e intrigas da gente abastada das terras pequenas.

Em que é que os homens gastam a maior parte do seu tempo. Dino e Domingos, ambos a pleitearem terreno no desvão d'uma janella de peitoril, medem-no com a mão, pondo-se em linha com os ferrolhos ou contando os palmos que vão para um e outro lado, mas sempre depois se imaginam

lesados e chegam-se tanto sôbre a extrema que a ultrapassam. E voltam a medir. «Mida!» intíma o Domingos.

Gigi, penetrando o mysterio das origens. Depois de observar que á creada Joaquina faltam alguns dentes: «Quando fui velha, cahiram-me os dentes todos; agora, sou pequenina, nasceram-me outra vez.»

Dino, classificando os generos dramàticos: «As meninas já foram a tres theatros tristes.» Está na corrente moderna. Para elle não ha senão o genero alegre e o genero triste, comedia e tragedia.

Fiscalização pelo povo, pelos pequenos. Outro exemplo. A Maria, que escorregára no degrau do tanque, molhou-se toda d'um lado, e, para não confessar o seu descuido, veiu assim mesmo sentar-se á mesa sem mudar de roupa. Mas não contava com a Gigi, que, sabendo que aquillo lhe podia fazer mal, subiu á cadeira da mãe para lhe dizer em segredo, ao ouvido: «Está molhada!» E, como a mãe não percebesse e podia haver confusão com uma creadita que dias antes cahira no tanque, tambem Maria, explicou-se, sempre baixinho, de olhos na irmã: «Não é a Maria do Ceu que está molhada; é (falando pausadamente, para a mãe não perder palavra) aquella—Maria—que está—ali—á mesa—a comer.»

E note-se quanto ainda hoje é preciso o escrutinio secreto! A menina porque não falou de rijo? pergunta-lhe a mãe. «E' que a Maria está ali, podia ouvir e ralhar-me!»

A fortuna e o prestigio do nome herdado permitem infelizmente muita vez torpezas sem castigo, e até as doiram que parecem liberdades ou privilegios da classe alta. Por esse mau exemplo se deixa tentar tanta gente, mesmo raparigas, que assim imaginam subir de plana, aristocratizar-se. Faço-lhes a ellas, em todo o caso, a justiça de que o vicio lhes ha de a principio repugnar como aos pequenos o fumo do tabaco, quando começam a tragá-lo para se darem ares de pessôas crescidas.

Differença de pontuação: Com craveira, senão com esquadro. Com craveira; senão, com esquadro. Dá o inverso.

A associação é para as almas, como para os corpos a cohesão, que transforma uma rocha bruta numa pedra preciosa.

Não temos um resumo de historia de Portugal que faça gôsto ler e se possa dar a ler a estrangeiros.

Enclausurar as creanças, cortar o espaço a estes seres alados! Amparem-nas no vôo, e nada mais. A primavera da vida solicita-as para todos os lados. Ellas passam d'um pulo do mundo material para o mundo moral. Estão a admirar uma flôr, um insecto, e já pedem que se lhes conte uma historia. E, por pouco que qualquer objecto se preste, descobrem nelle as mais variadas scenas e peripecias. Os seus folguedos, os seus ditos, são tão cheios de contraste e de imprevisto, que, onde ellas apparecem, é uma alegria, uma festa. Animam e materializam tudo. Tanto dizem que uma porta lhes bateu, como perguntam á mãe se o seu amor é do tamanho dos seus cabellos. E quando não vêem, imaginam. O escuro povoa-se-lhes do mau, dos papões. As chimeras, as fadas, as bruxas, o impossivel as encanta. Misturam o natural com o sobrenatural: é a sua philosophiasinha. Todas as edades sentem a necessidade de fundir o elemento physico com o elemento psychico, e o fazem a seu modo.

O que falta ao povo, falta tambem aos chefes politicos: conhecer os homens para os escolher para os cargos importantes.

Tenho tido tanta tenção de lhe escrever! dizia-me alguem para se desculpar do seu silencio para com um amigo distante. E parecia que quanto mais tempo fôsse tardando, mais se sentiria desculpavel pela persistencia da sua tenção.

Domingos gosta de comer as tangerinas, mas ainda gosta mais de as ver nas arvores. Depois de se terem colhido, elle, ao passear commigo no pomar, exclama: «Fica tudo tão triste sem tangerinas!»

Gigi, vindo do quarto da mãe, que está de cama, chega á mesa, e, ao ver laranjas: «Papá, eu tenho uma fome!» Mas logo, reparando nas flôres, sente outra fome maior: «Queria uma rosa.» Dá-se-lhe, e ella sahe dizendo: «E' para a sr.ª D. Mamã.» Assim o seu coraçãosinho sóbe logo da fructa ás flôres, das flôres á mãe.

A creancinha, que é ainda desastrada para qualquer trabalho, por pouco que seja complicado, não póde pôr a mão

em nada, que lhe não ralhem logo; e assim, a pouco e pouco, vai-se recolhendo em si e immobilizando. E' como mais tarde. Porque lança atabalhoadamente as suas perguntas, não lhe respondem ou respondem-lhe mal; e ella depois cala-se, acabando por não ter curiosidade de saber nada.

No hebetismo moral da nossa sociedade os escrupulos parecem tão subtis, que ninguem quasi os aprecia ou entende sequer.

Na Suissa a tolerancia chega a ponto que no mesmo templo se celebram os officios da religião catholica e da protestante.

Gigi, pleiteando as circumstancias attenuantes. A mãe queixa-se de que ella, ao jantar, não tomasse senão leite: «Bebeu só um copo de leite!» E ella, sem o negar, subtilmente procura desfazer o mau effeito d'aquelle só: «Bebi só um copo de leite todo, todo!»

A Gigi, educando os cachorrinhos, reprehende-os pela sua glutoneria e voracidade! «Que filhos estes, que não deixam nada para a mãe!»

A instancia do sentido muscular reconhece-se, quando alguem nos vem ler um livro: ainda que sigamos a leitura com a vista, não ficamos satisfeitos sem pegar tambem no livro. Parece que, sem isso, não vemos, nem entendemos bem.

Confrontos emotivos. Domingos: «Ó Dino, que querias antes: muito doce de côco, ou uma carta dos manos?» Dino, com um gesto de desdem pelos apetites egoistas: «Ora essa, homem! uma carta dos manos.» Domingos insta: «Mas um prato cheio?» Dino persiste. Domingos então, com todo o poder da tentação: «Mas um mundo inteiro de doce de côco?» Heroico Dino! nem assim cedeu, repetindo inexpugnavel: «Antes a carta!»

Nas nossas aulas quasi se não cuida senão da faculdade intellectual. E desenvolve-se? Não, que não é possivel sem o exercicio das outras faculdades; tortura-se, cança-se, a ponto que se fica depois com a intelligencia embotada, d'uma indifferença doentia para a vida real, e ao mesmo tempo tão irritavel em si que o toque da menor contestação a torna dolorida, impaciente, colerica. Os nossos homens cultos não

têem senão dôres intellectuaes, e não pelo amor d'um ideal; tão pessoaes, tão egoistas, que, á menor questão, rompem logo desabridamente em doestos aos adversarios. Sem opinião sôbre nada, não perdoam comtudo a menor critica á opinião que aventem.

Onde estão os nossos agronomos, engenheiros, medicos, etc.? Pois onde hão de estar? Na secretaria, na repartição. Tudo burocratas. O seu officio é officiar. E a maior parte levam a mesma vida que em estudantes: cavaquear, fumar e cabular; simplesmente mudaram de cigarros para o charuto, cavaqueiam com menos graça e cabulam á vontade.

Que fazem em Portugal as classes governantes? Da egreja? officiam. Do estado? officiam. E não prestam officio quasi nenhum.

O prestigio da arte! Veja-se o vestuario das creanças. Não é preciso mais do que uma tira bordada no bibe para realçar delicadamente as graças infantis com um reflexo ineffavel do sorriso materno.

A arte é o documento do nosso coração, e, ao seu mais leve toque, as almas vibram communicativamente. Ao pé de mim, um homem, enriquecido pelo trabalho, mandou construir varias casas, uma das quaes, a primeira, para a filha, que estava pedida em casamento; e, para a distinguir das outras, que eram para alugar, quiz carinhosamente que lhe lavrassem áquella os alizares de cantaria. Não foi preciso pedir o desenho a ninguem; os proprios operarios abriram nos angulos da pedra uns ornatos circulares concentricos. Nada mais simples, e tanto bastou para imprimir á casa um ar festivo, de noivado.

Temos as instituições, temos os funccionarios; mas não temos os serviços. E tanta vez mesmo a insignificancia dos funccionarios torna tão obscuras as instituições que se acaba por não dar por ellas. Pois lá estão no orçamento; e contem que no dia em que um dos empregados faltar, o escandalo da nova nomeação demonstrará a sua existencia. E' verdade que nada incommoda já o espirito publico; se acorda, é por instantes, logo se volta para o outro lado, e continúa a dormir a somno solto.

Nada se peça aos governos em Portugal, nem escholas.

Será crear mais postos para a clientela. Para que o governo faça alguma coisa bôa, é necessario que primeiro a nação o faça a elle. E como estamos longe d'isso! Por ora a maior parte das instituições não passam de pretextos para o povo se imaginar civilizado e para os dirigentes multiplicarem os seus esbanjamentos e prepotencias.

Todo o caracter fraco, doble, tôrpe, dá-se logo ahi ares graves e importantes de saber acomodaticiamente guardar as conveniencias sociaes. Está claro que não trata senão das suas. E são esses os esteios das instituições!

Politicos praticos. Contava-se deante de certo caudilho que um dos seus principaes clientes, por differença de dote, desfizera o casamento com a filha d'um milionario que mais tarde havia falido; e elle: «Livrou de bôa!» Annos depois esse caudilho, abrindo scisão nas hostes em que militava, não levou a melhor; e, aconteceu-lhe como á noiva, tambem a maioria dos partidarios, a começar por aquelle principal cliente, o abandonaram por outro partido melhor.

Como levantar o novo edificio moral nos espiritos? Como, primeiro de tudo, arrear o edificio antigo sem ferir as almas nas suas ruínas?

Mude-se o capital terra no capital dinheiro, e o feudalismo continúa no burguezismo. E' sempre o capitalismo.

Os partidos politicos têem levado a ficção da rotação constitucional tão longe, que já não illudem a ninguem. E, entendendo-se para a divisão dos benesses e proventos do poder, atacam-se por isso mesmo tão violentamente e insultuosamente para guardar as apparencias, que se têem desacreditado de todo.

Comprehende-se que um chefe d'estado, quando se consubstancia com a patria e toma elle nas mãos a iniciativa da politica nacional, se julgue no direito de reclamar a fidelidade do seu povo, que é, no seu entender, a fidelidade á causa publica. Não é acceitavel a doutrina, mas comprehende-se. Agora reclamar fidelidade meramente ás insignias do poder! Não! Nem tão pouco a devoção civica se confunde com a dedicação pessoal aos governantes.

Ser bom com as creanças filhas de gente importante é

excellente, mas d'ahi ainda póde vir proveito; onde o homem revela a excellencia toda do seu coração, é na piedade pelos infelizes que não têem ninguem por si.

A falta de interesse pelo que é elevado, principalmente pelo bem geral, é sempre um grau de imbecilidade. A quem o não sente, faltam, atrophiaram-se as faculdades mais nobres do homem.

O verdadeiro socialismo não ataca tal a propriedade; o que pretende, é desamortizá-la, socializá-la. Pelo contrario, é a sociabilidade que cria novos titulos de propriedade, em marcas de fabrica e de proveniencia, patentes de inventos, papeis de credito de toda a especie, moeda fiduciaria, apolices de seguro, direitos de auctor, etc., que são tudo titulos de propriedade conferidos e garantidos pela sociedade. Garante-se até o symbolo da propriedade!

Com a democracia e a diffusão da instrucção e do bem-estar, os titulos d'esta ordem vão dia a dia multiplicando-se.

A machina a vapor socializou, mas á espartana, sacrificando a familia á sociedade.

O poder romanesco do mysterio. Uma rapariga vê sem a minima impressão o mais excellente dos rapazes que entra a toda a luz do dia em sua casa. Passa ao longe, entre o arvoredo, ao entardecer, de chapeu desabado, alguem, que pára, ás occultas, a olhar para o balcão onde ella está: logo ella fica toda palpitante. E' que o conhecido não dá que scismar, que devanear, nem quasi que pensar; emquanto que o desconhecido se presta a todos os jogos da imaginação. E gósa-se tanto com elles!

Quando o homem prescinde de exercer uma funcção inferior, aproveita as fôrças livres para mais alto destino. E' o effeito da machina. E' o que a propria natureza foi fazendo até levantar o homem na attitude bipede.

Não ha duvida que a lucta custa immenso, quando não temos por nós senão o nosso valor civico. Os inimigos alvejam-nos com segurança. Achamo-nos tão sós, que a derrota é quasi certa. Todos se julgam com as costas quentes para nos atacar, ás vezes mesmo só para dar satisfação ao seu instincto de combatividade. Mas a resistencia ao mal não é nunca perdida.

(Continúa).

BERNARDINO MACHADO.

CONGRESSO PEDAGOGICO DE COIMBRA. PARECER DA PARTE II
CAIXAS ECONOMICAS ESCHOLARES

(Cont. do n.º 5, pag. 288)

Consta-nos mais a creação de *Caixas escholares* em Villas Boas (Chaves), Santo Aleixo (Moura), Avidagos, Fornellos, Felgueiras, Ourique, a da eschola annexa á Normal de Lisboa pelo professor cego Lobo de Miranda, a de Niza pelo professor Manuel Dias Grillo, a de Caçarelhos (Vimioso) pelo professor Alfredo José Domingues Moreno, e a de Moura pelo professor Francisco Joaquim Nunes, e da Associação de Soccorros aos alumnos pobres do Sardoal, e da Sociedade de Beneficencia Fronteirense, em Fronteira, pelo professor Francisco Martins da Silva.

Seria imperdoavel falta não mencionarmos tambem a *Sociedade protectora dos alumnos pobres* instituida na eschola do sexo masculino de Gouveia pela benemerita professora D. Maria Julia Correia Lobo. E é merecedora de a tornarmos bem digna de consideração, não só por ser a primeira instituida por uma professora, como pela sua especial organização. Não tem commissão dirigente. Os socios entregam á professora seus donativos, dando-lhes ella a applicação que entende. Num jornal da localidade apresenta balancetes trimestraes. No mappa que temos presente do movimento d'esta sociedade relativo ao primeiro anno de gerencia, de 1898 a 1899, vemos que a receita total foi de 54$880 réis e a despesa de 45$210 réis, tendo de saldo,—quotas adeantadas 5$500 réis e em cofre 15$170 réis—. O numero dos alumnos subsidiados foi de 46. E' admiravel a coragem d'esta senhora pelo modo por que, arrostando com a inveja de alguns collegas que lhe moveram desapiedada guerra, até na imprensa, foi, dia a dia, sem recuar nem esmorecer, continuando na cruzada beneficente. Sublime abnegação, que só se aprecia e exalta, quando tambem já se experimentaram os embates da ignorancia alvar ou da malvadez dos que, nada produzindo, não estimam que outros trabalhem e se salientem!

*

Porque motivo os professores que constituiram as *Caixas escholares* que acabamos de indicar, conseguiram prover ás necessidades de seus alumnos, equiparando-os e podendo ele-

vá-los aonde até hoje só podiam chegar os filhos dos remediados e dos ricos? Porque não se tem desenvolvido tão util instituição? Porque não ha senão um diminutissimo numero de *Caixas escholares* no nosso paiz?

A resposta é facilima para quem tem podido apreciar o indifferentismo e descrença que lavra na nossa classe, e que é preciso combater com perseverança e insistencia, se não quizermos continuar a ser o joguete dos poderosos que encaram o professor primario com o mesmo desprezo que ha annos votavam ao *mestre-eschola,* mantendo-o numa miseria e desconsideração que confrange e repugna!

*

Neste estudo, o primeiro, até hoje, d'esta especialidade apresentado nos *Congressos Pedagogicos,* devemos deixar inscriptos os nomes de alguns dedicados apostolos d'esta cruzada de caridade, no estrangeiro e em Portugal. E' uma commemoração justa e necessaria. Cabe bem citarmos, neste logar, o nome dos homens illustres que dedicaram a sua energia em defesa d'este principio; é-nos grato fazê-lo para lhes prestarmos nosso reconhecimento e gratidão.

Depois de Dulac que, como já dissemos, foi o seu iniciador, temos em França, Navier, Mallarce, Dellessert; em Hespanha, D. Manuel José Galdo e D. Braulio Anton Ramirez; na Hungria, Franz Deak; na Inglaterra, Thomaz Banners Newton; na Suissa, Fatio e Guillaume; Luzarti, na Italia; Laurent, na Belgica; Vieira Souto, no Brazil; e em Portugal, os srs. dr. Bernardino Machado e Costa Goodolphim.

*

Resumindo, vimos já o que são as *Caixas escholares,* para que servem, seu modo de constituição e melhor fórma de as organizar, seus caracteres, origem e desenvolvimento no estrangeiro, seu nascimento e occaso em Portugal, seu reapparecimento entre nós e o desenvolvimento obtido até ao presente. Prestámos homenagem aos fanaticos luctadores d'esta idéa beneficente.

E, fazendo assim, que poderemos accrescentar para chamar os membros d'este Congresso á comprehensão de que lhes assiste o dever de pugnar pelo seu desenvolvimento?

«*Não ha melhor instrumento para conduzir um povo no verdadeiro caminho da civilização*» escreveu Franz Deak.

«*A creança comprehendeu a idéa da economia, obteve para si um pequeno capital; fazendo assim, este sentimento não será improductivo*» disse Bruy Kops.

«*A caixa economica escholar é um dos modos de educação mais seguros e efficazes*», affirmou-o Mad. Carnia Schröter.

«*O estabelecimento das caixas escholares tem por fim ensinar a economia como se ensina uma virtude*» palavras d'um relatorio de A. de Mallarce.

O illustrado escriptor brazileiro, Mello Guimarães, no seu livro *As instituições de previdencia no Rio de Janeiro,* diz: «*Habituá-las (as creanças) desde verdes annos a poupar é lançar os alicerces do seu bem-estar e quiçá da sua fortuna; e, como da riqueza individual provém a riqueza publica, são benemeritos da nação os propagandistas da economia.*»

O fallecido principe de Bismarck escreveu ao fundador d'uma sociedade para desenvolvimento das instituições de previdencia. «*Estou convencido que a base d'um util desenvolvimento economico está na administração nacional e economica dos particulares, e que esta boa administração não póde ser firmada, senão quando as creanças tenham sido ensinadas a conhecer a economia por esta pratica bem regulada da caixa economica escholar.*»

O sr. Costa Goodolphim, num opusculo que trata d'este assumpto e que nos prestou poderoso auxilio e segura orientação, apresenta, entre muitas, as seguintes considerações: «*São as caixas economicas escholares os elementos de ensino mais util e pratico para amoldar os pequeninos espiritos, encaminhando-os para mais tarde se constituirem em cidadãos verdadeiramente dignos.*»

Teixeira Bastos, o apreciado e distincto escriptor e jornalista, escreveu no *Seculo:* «*Convém que logo na aula de primeiras letras principie a creança a receber de uma maneira intuitiva, attrahente e pratica as noções de economia, de previdencia, de solidariedade, de soccorro mutuo, de administração, e de responsabilidade, proprias a fazerem d'ella, desde que se fructifiquem e desenvolvam, com o decorrer dos tempos, um bom cidadão.*»

Uma instituição como a sua por toda a parte e ainda podemos contar com o futuro, affirma-o o sr. dr. Bernardino Machado, dirigindo-se ao sr. João Bernardo Gomes, professor de Extremoz. E se tal se affirma, se tantos homens illustres assim o proclamam, quem se não julgará convencido da sua efficacia e utilidade?

*

Julgamos opportuno o momento de apresentar á vossa esclarecida apreciação as *conclusões* suggeridas pelo desenvolvimento d'este parecer.

1.ª—Representação ao *Governo*, pedindo que na promettida e tão desejada reforma de instrucção primaria seja posta em vigor a disposição contida no artigo 70.º do Decreto de 22 de dezembro de 1894, que trata do estabelecimento das *Caixas economicas escholares* nas aulas primarias.

2.ª—Que aos professores que se tornem mais distinctos na immediata constituição das mencionadas *Caixas*, sejam, á imitação do que se faz no estrangeiro, conferidas recompensas pecuniarias, menções de louvor, ou medalhas de honra, ganhas nesta importante cruzada de civilização.

3.ª—Que as Camaras Municipaes, Juntas de Parochia e as Irmandades ou Confrarias sejam obrigadas a inscrever nos seus orçamentos uma pequena verba para subsidiarem as caixas já existentes e as que venham a fundar-se.

4.ª—Os professores diligenciarão, o mais possivel, que a *iniciativa particular* se interesse por esta nascente instituição, promovendo reuniões e fazendo conferencias publicas em que demonstrem suas vantagens e beneficios. Promoverão, quando as circumstancias locaes o permittam, bazares ou kermesses, saraus e recitas em beneficio do cofre das *Caixas escholares*.

5.ª—Far-se-ha na imprensa pedagogica vigorosa e insistente propaganda a seu favor, incitando o professorado primario a proseguir nesta generosa lucta, contribuindo assim para que a imprensa diaria seja um poderoso auxiliar que desperte os homens amantes da Instrucção Publica e os governantes a conceder-lhes a devida protecção e auxilio.

*

Não julguem os professores primarios que o caminho que lhes indicamos, é de facil e seguro trilhar, e que não encontrarão innumeras vezes fortes obstaculos e contrariedades na jornada a fazer. Mas tanto melhor.

O merito das batalhas consiste no ardor da refrega, nos esforços empregados pelos exercitos inimigos e na coragem por parte dos chefes em conduzir seus soldados á victoria. Quanto mais renhidas, mais illustram a historia da nação vencedora. As gloriosas travessias no continente negro feitas pelos exploradores estrangeiros, como Stanley e Livingstone, ou pelos nacionaes, como Capello, Ivens, Serpa Pinto e outros, não fariam palpitar de viva emoção o coração de seus concidadãos,

se estes, com o relato dos perigos experimentados, não se alvoroçassem com a idéa de tanta coragem e abnegação, dignas de que, á sua chegada, ao paiz natal, se lhes façam ovações que são apotheoses. Pois bem!... A nossa lucta é mais ingloria, porque é obscura e humilde. E' preciso ir lentamente, sem esmorecimentos e com dignidade, impondo-nos e marchando sempre. A rotina e a ignorancia lastimam-se; a inveja e a emulação arredam-se; e os epithetos que nos dirigem, desprezam-se. E, caminhando sempre até vencer, que satisfação não experimentareis depois, quando virdes os indigentes banquetearem-se á mesa de estudo, agradecendo-vos, num sorriso, vossas dadivas e trabalhos!

A egualdade na eschola primaria! Que ideal sublime para os que sentem, em anhelos suavissimos, os beneficos effeitos do amor á instituição popular, derramando-se por todas as camadas sociaes, insinuando-se subtilmente como o tenue arroio que, por entre as planicies, dá ás plantas conforto e vida...

Copiando as palavras proferidas pelo sabio Hyppolito Passy, ao dirigir-se a M. de Mallarce, dir-vos-hemos: «*Marchae! Coragem!... vós encontrareis, á proporção que fordes caminhando, cooperadores e amigos! Quando vos reunirdes no futuro, não será uma legião simplesmente, mas um exercito! um exercito de educadores para mostrar ás creanças o bem que produz a economia, a vida sóbria, sadia e regulada; para dar ás novas gerações um grau de intelligencia e de razão, de previdencia e de energia bem superior á que, para as luctas da vida, tiveram as gerações passadas e presentes.*»

E nós, terminando, accrescentaremos: Exercei na terra a vossa augusta missão, instrui dedicadamente esses que, ámanhã, dirigirão os destinos da nossa patria, tornae-lhes o mais suave possivel a sua permanencia nesse templo até hoje tão pouco venerado — a *Eschola Primaria;* indicae-lhes o caminho da previdencia e da dignidade; e, quando os vossos alumnos se despedirem de vós, com affectos de filhos extremosos, repeti-lhes sempre que as virtudes que mais ennobrecem o cidadão são — o *trabalho, a honradez e a economia!* Eis a missão dos professores primarios: trabalharem obscuros e morrerem ignorados. Seja assim! Mas, ao baquearem prostrados pela lucta, têem, como os gladiadores romanos que, expirando, saudavam seus poderosos imperadores, coragem tambem, para, fitando a figura elevada e augusta da Instrucção Popular, exclamar: Salvé! Luz!

26 de dezembro de 1899. CUSTODIO DIAS GUERREIRO.

HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 5, pag. 274)

Como instituição mais de fé religiosa, do que de pura caridade, apparecem-nos as *Mercearias,* instituidas em testamento de D. Affonso IV, e sustentadas por sua mulher a caritativa e bondosa rainha D. Brites. Dizia o testamento:—«um hospital para que sejam mantheudos para sempre homens e mulheres pobres.»

Foi estabelecido este instituto em predio comprado por D. Affonso IV, antes de 1345, na freguezia da Sé, encostado á muralha que deitava para o mar; ficava situado á Ribeira, junto ao Campo das Cebollas, onde ainda hoje ha uma torre que deita para a rua dos Bacalhoeiros, com um brasão d'armas. Era ahi a *mercearia,* dentro de um pateo devassado por gente do bairro que iam lançar immundicies e animaes mortos da muralha para o mar, com grave escandalo e damno das arvores, fructos e pertenças do pateo; a estes inconvenientes quiz pôr termo D: João I decretando (1429) que se fechassem as portas do pateo, e impondo multas aos que tentassem novamente devassal-o (1).

O regulamento da Mercearia determinava:

«Mandamos e ordenhamos que nas casas que nós comprámos na freguezia da See se faça um hospital a serviço de Deos, no qual se mantenham para sempre vinte e quatro pobres, convem a saber: doze homens bons e doze mulheres, pelos bens da Rainha, de bons costumes e de boa fama e vergonha; e assignadamente filhem para estes homens bons e mulheres que houverem honra, e houverem algo de seu e boa vivenda e cairam d'ella, não por maus feitos que fizessem, nem por más manhas, nem por maus costumes que houvessem.»

A respeito d'estas mercearias, as primeiras instituidas em Portugal, traz o antigo codice manuscripto da Bibliotheca

---

(1) *Lisboa antiga,* tom. 3.º, pag. 270 e N. Leão, *Chronica de D. Affonso IV,* pag. 172.

Nacional—*Estatistica de Lisboa em 1552*—a seguinte curiosa noticia:

«*Capellaş e mercieiras dellrei Dõ A.*

«No ano de mill trezentos y novẽta y trez ellrei dom affonso o q̃tro deste nome nestes regnos edificou y instituio que na se desta çidade ficase hua capella pera elle y a R.ª dona breatiz sua molher da quall fez hua Instituiçaõ y dela mãdou fazer bi *(seis)* trelados y hũ se poz no cartorio da se y outro no de san domingos y no de san fr.º outro e no mostr.º de sam viçente y outro no seu cartorio pera que ficase a seu f.º y netos. E deu a orde que dalli em diante se tivese em sua capela: he a q̃. se segue: mandou que sua capella tivesse ordenadam^to x *(dez)* capellaes y hu tesoureiro hos quaes mãdou q̃ todos hos dias lhe dissesem hũa missa cantada da festa daquele dia y aos sabados de nosa sõra y que saisẽ sobre sua cova com responsso no fim da missa y com cruz allçada fossem a elle todos hos capellaes y mercieiros y mercieiras y os mercieiros estam resando todos ao dizer do responso y os capellaes todos dizẽ cada hũ sua missa resada y no fim outra pera de requiem y ternã y vaõ sobre a cova cõ seu responsso resado.

«Pera quall capela ordenou dez mercieiros e dez mercieiras haos quaes mãdou dar seus aposentos apartados—aos homes apartado das molheres cada hũs por si e todos juntos de hũas portas a dentro. e sam hobrigados todos hir todos os dias estar estas missas e oras canonicas que os capellaes resam y ali estam resando todos cõ suas cotas na maõ.

«E mãdou-lhe dar de hordenado para seus sostẽtamẽtos quatro allqueires de trigo e trazẽtos rs. em dr.º pera conduto e duas canadas de azeite y hũ saquo de carvãa. E aos homes mais y pera vinho y pera agoa. E tem mais cada dous annos y m.º ii mill rs. pera vestido y as camas lhe reformarem cando fose neçesario..... e ande ser estes mercieiros e mercieiras p.^as honradas y boa vida y fama o que pertence ao provedor emformarse y nã pode ter marido e molher juntos senã hũ ou outro pera o que deixou renda em bastança que pode sustentar este gosto e que a que sobejasse se gastasse em hobras pias de casamẽto de orfaãs.»

Estava a administração d'estas mercearias a cargo da Mesa da Consciencia e Ordens, que nomeava os mercieiros e o Provedor. Passaram depois os mercieiros para casas defronte da porta do senado da camara, nas costas da egreja de Santo Antonio, no mesmo local onde até fins do seculo XVI fôra o recolhimento de donzellas orphãs. Em 1785 o Provedor D. Caetano de Noronha mandou construir na rua do Limoeiro,

junto á egreja de S. Jorge que desappareceu, umas casas sobre cuja porta ainda existe a inscripção do teor seguinte (1):

CAZAS PARA A==
HABITAÇÃO DOS MERCIEIROS DO SNR. REY
D. AFFONSO IV E MERCIEIRAS DA SNR.ª RAYNHA
D BEATRIS SUA MULHER NOVAM.te EDIFICADAS
PELO FAVOR E ORDEM DA RAYNHA FIDELISSIMA
D MARIA I NOSSA SENHORA EM O ANNO DE
MDCCLXXXV
SENDO PROVEDOR D CAETANO DE NORONHA.

Foram mais tarde estas mercearias, com seus rendimentos, incorporadas no Asylo de Mendicidade, fundado em 1836.

A rainha D. Brites, de quem por certo partiu a iniciativa da fundação das mercearias, foi uma digna successora da Rainha Santa, que lhe serviu por assim dizer, de segunda mãe. Assim nol-o conta o chronista de Santa Isabel:—«a Rainha Santa tomou á sua conta a sua educação; e como de mãe substituia o logar, não faltou a algum encargo do logar que substituia» (2).

Vindo muito nova para Portugal, D. Brites tornou-se a companheira e discipula da rainha. Pouco conhecida nos pormenores da sua biographia, a sua figura sympathica e bondosa apparece-nos desenhada de uma fórma magistral no formoso drama do sr. Julio de Castilho—*Ignez de Castro*. Bondosa, conciliadora, caridosa, a rainha D. Brites é uma das mais notaveis figuras da galeria das nossas soberanas.

De outras *mercearias* antigas ha noticia. Na *Estatistica de Lisboa,* já citada, se diz que o—«ifante Dom P.º f.º del rei Dom Diniz, irmaõ dellrei Dom A.º ordenou na mesma See outra capella avocaçaõ de nosa Sõra da Conceiçam com cinco mercieiras que fossem presentes a esta missa e hũ tostã cada mez cada hũa.»

Refere-se mais á capella instituida na See por Bertolameo Johanez, *a avocação* de Sam bertolameo, com quatro capellaẽs e quatro mercieiras, para as quaes deixou fóros;—a outra capella edificada no mosteiro de Santo Eloy pelo bispo *Dom Domingos* com mercieiras;—á mercearia que instituiu na rua

---

(1) *Lisboa antiga*, tom. 3.º, pag. 270.
(2) D. Fernando Corrêa de Lacerda, *Historia da Rainha Santa Isabel*, pag. 76.

dos Fornos, na Casa do Espirito Santo, com onze mercieiras e missas, um forasteiro inglez *D. Adam* e sua mulher D. Sancha. Os mercadores da cidade fizeram-se confrades d'esta mercearia.

Ainda cita uma capella com quatro mercearias, instituida em Santarem por Aires Nunes de Sousa; outra na *Madanella,* por Luiz de Almada, e mulher com cinco mercieiras; e a que João das Regras fundou no logar da antiga albergaria de camas para forasteiros, do Poço de Borratem, á qual já nos referimos. Acabou com a albergaria e—«y pos xx mercieiras y tres capellaẽs, aos quaes mãdou dar renda em cada hũ ano xx mill reis E as mercieiras III alqueires de trigo cada mez e 230 reis para conducto e mais 540 reis por semestre para camisas e calçado» (1).

Conta tambem que, tendo fallecido em Lisboa, uma senhora D. Sancha, dona de umas terras na Azambuja, deixou o producto d'estas para se manterem os cidadãos mais pobres. O rei D. Affonso V quiz saber como se cumpria esta deixa e entregou a administração d'ella á Camara de Lisboa, ordenando que se sustentassem trinta mulheres virtuosas pobres e de boa vida—mercieiras, dotadas com 30 alqueires de trigo e seis réis em dinheiro (2).

A rainha D. Leonor, mulher del-rei D. Duarte, fundou em Torres Vedras uma mercearia para sete viuvas ou donzellas pobres, de boa vida e costumes, naturaes d'aquella terra, com obrigação de assistirem a missas por alma da fundadora; dotou-a com rendas que eram recebidas do almoxarifado. Os logares de mercieiras eram providos por tres vogaes—o prior da Graça, o juiz de fóra e o provedor da comarca, ou o guardião do convento do Varatojo,—confirmada a nomeação pela Mesa da Consciencia e ordens, ou directamente feita a nomeação pelo soberano.

Em Torres, já desde 1355, por testamento do padre Domingos Pires Travassos, havia outra *mercearia* com oito mercieiras pobres, em casas do testador, junto ao adro posterior da egreja, onde tinha sua sepultura (3).

Tambem D. João II, cujo nome ha de figurar largamente nesta breve resenha das grandes instituições da beneficencia portugueza, e sua esposa, a illustre rainha D. Leonor, de quem

---

(1) Vide *Lisboa antiga,* tom. 2.º, pag. 273.
(2) Dito ms., fl. 67.
(3) Vide Pinho Leal, *Torres Vedras,* pag. 641.

*

tambem mui demoradamente nos occuparemos, concorreram para a fundação de estabelecimentos da ordem dos que estamos descrevendo.

Em louvor dos grandes descobrimentos maritimos ordenou D. João II — «se elejessem bi (seis) homes honrados velhos e pobres e outras tantas molheres nas mesmas condiçoẽs e se lhes dessem em cada ano XII (doze) mill reis p. resarem todos os dias pelas almas dos reis pasados e presentes e vindouros em louvor da nossa s.ta fé catholica. E esta paga se pagase com o primeiro ouro da Mina» (1).

A rainha D. Leonor, sua virtuosa esposa, residiu por algum tempo na villa de Obidos, terra tão estimada pelos nossos primeiros monarchas, e a que já andavam ligadas as tradições da Rainha Santa, que d'ella tinha o senhorio, pelo que então ficou pertencendo á *Casa das rainhas*.

Foi após o doloroso transe da morte inopinada do filho idolatrado, que á rainha tanto se lhe entenebreceu o espirito, que d'alli em deante só quiz pensar em obras de caridade que immortalizaram o seu nome. Naquella villa instituiu *mercearia* para cinco mercieiras, na egreja matriz de Santa Maria, formoso templo manuelino, obra de dois notaveis priores, ambos caritativos e dignos successores das tradições nobilissimas da villa — Rodrigo Sanches e dr. Francisco d'Azevedo Caminha. Os priores de Santa Maria de Obidos tinham caracter de bispos e eram pessoas altamente qualificadas, como o primeiro d'estes dois, agora apontados, o qual fôra capellão de Carlos V e depois da rainha D. Catharina, esmoler de D. João III e mestre da infanta D. Maria.

Em Santarem, a Misericordia recebeu o encargo de sustentar vinte e sete mercieiras, de diversos instituidores.

Ainda ha noticia de existirem em Lisboa, na egreja da Trindade, nove mercieiras, com dez mil réis por anno, instituidas por uma senhora D. Antonia Henriques (2), e em Belem duas mercearias, uma para onze mercieiras, fundada e dotada pelo infante D. Luiz, e outra para vinte, fundada pela rainha D. Catharina, estabelecimentos que duraram até 1834, em que barbaramente os extinguiram.

(Continúa). VICTOR RIBEIRO.

---

(1) *Estatistica de Lisboa*, ms., fl. 67 v.
(2) *Elementos para a historia do municipio*, tom. VII, pag. 391.

LENDAS PORTUGUEZAS E LENDAS ALLEMÃS

Uma das collecções de lendas de mais alto valor, por ellas se referirem a factos historicos, é a que se encontra no livro que Alexandre Herculano publicou com o titulo de *Lendas e Narrativas*.

Alexandre Herculano, como bom historiador que foi, não podia desprezar as lendas, como não as desprezou Niebuhr, Mommsen e outros.

Até ao tempo do historiador allemão, Schlötzer, eram ellas consideradas como uma pura producção da imaginação popular.

Assim foram ellas consideradas durante muito tempo, e durante este periodo, a Ilyada e a Odyssea não eram mais do que os productos de imaginação dos povos da Grecia.

Mais tarde, porém, reconheceu-se que as lendas não eram um puro mytho, mas sim que ellas narravam factos historicos, exaltados pela imaginação popular. A expedição dos argonautas era tida como uma ficção.

Não nos diz ella, ao menos, que os gregos fizeram uma viagem ao oriente? Os gregos, possuindo uma imaginação ardente, cantavam esses factos num tom épico e alevantado; os barbaros da Germania, entoando cantos aos deuses e divinisando os heroes, possuiam uma imaginação tambem exaltada, narravam os factos de uma maneira semelhante, e os poemas dos Niebelungen e de Gudrun não são mais do que os feitos que os germanos praticaram por terra e por mar.

Partindo das lendas, e investigando as fontes historicas, têem-se formulado hypotheses sobre a fundação de Roma, que tem chegado a adquirir o verdadeiro caracter de certeza.

Se não existe o erro absoluto, tambem não existe uma lenda que seja uma pura ficção. Por mais phantasticos que sejam os productos da imaginação, esses productos são sempre formados á custa de elementos reaes. Ellas têem sempre um fundo de verdade, e esse fundo póde ser historico, e neste caso grande é o valor da lenda, moral como o da lenda allemã *Rübezahlwird ein Holzhacker, social,* etc.

Antes dos trabalhos de Niebuhr e Theodoro Mommsen pairava a historia de Roma, durante os primeiros tempos,

numa incerteza extraordinaria. Estes historiadores, examinando as fontes historicas e estudando as lendas, constituiram-na em bases seguras. Foi o que Alexandre Herculano fez, escrevendo a *Historia de Portugal,* em que distinguiu a historia da lenda, aproveitando d'esta elementos que muito contribuiram para dar á historia dos primeiros tempos da nossa monarchia o caracter de certeza que hoje possue.

As lendas populares são, além d'isso, uma fonte de poesia. Para o provar bastará mencionar duas obras immortaes: o *Fausto* de Göthe, e o *Inferno* de Dante, que não são mais do que o desenvolvimento das lendas populares, muito em voga na Edade-Média. E tal era a sua belleza, que, depois d'esses assumptos terem sido tratados por dois mestres como foram Göthe e Dante, foram os mesmos tratados por Lenau, no *Fausto,* e Milton no *Pardise Lost*.

Incontestavelmente predomina nas lendas a imaginação e é exactamente por isso que ellas nos encantam, pois é sem duvida na imaginação aonde as Bellas-Artes vem buscar os mais puros ideaes.

As lendas allemãs formaram-se na epocha em que os barbaros da Germania abandonaram as suas florestas e se lançaram sobre o imperio romano; as lendas portuguezas formaram-se na epocha das cruzadas contra os arabes da peninsula, na sua grande maioria. Em geral narram os feitos dos cavalleiros christãos contra os mouros, tal é a lenda da *Dama do Pé-de-Cabra,* colligida por Herculano. Nella se narram não só os feitos de D. Inigo e de seu pae, mas tambem nos dá uma idéa do modo de viver dos fidalgos d'aquella epocha, dos seus costumes, crenças religiosas, etc.

As lendas d'essa epocha da lucta dos christãos contra os mouros são como o espelho fiel que nos apresenta a sociedade d'aquella epocha como um povo que já se encaminha para o periodo civilisado, mas ainda não está completamente livre do estado barbaro.

As lendas historicas que possuimos formaram-se quasi todas no seculo XII. As luctas constantes contra os mouros, os feitos heroicos praticados pelos cavalleiros foram cantados e exaltados pela imaginação popular; repetidos de geração em geração chegaram até á epocha actual, sendo ainda hoje repetidos com enthusiasmo, no lar domestico.

Estas lendas têem sido entre nós completamente abandonadas. Os allemães estudam ainda hoje nas Universidades as lendas que se formaram na Germania, no seculo V, e cujo fim é formar o caracter dos estudantes, e ha quem assevere

que o genio guerreiro d'aquelle povo é devido á influencia das suas lendas. E' d'ellas que se têem extrahido magnificas operas, e foi nellas que se inspiraram os romanticos do seculo XVIII.

Varias têem sido as questões que se têem levantado, quando se trata de se averiguar quem seja o auctor das lendas. O auctor das nossas lendas, como o auctor das lendas de todas as litteraturas não é só um individuo, é um povo. Foi esta a conclusão a que Wolf e Lachmann chegaram, e Herder, depois de colligir contos populares, ficou considerando o povo como o mais mimoso e original de todos os poetas.

Se quereis formar uma litteratura verdadeiramente nacional, dizia Bodmer aos seus discipulos, inspirae-vos na Natureza e na *poesia popular*. As lendas allemãs andaram de bocca em bocca durante oito seculos e só foram escriptas no seculo XIII. As portuguezas formaram-se, na maior parte, no seculo XII, e algumas ha que ainda não foram escriptas. A poesia heroica da Germania canta os deuses e os heroes divinisados. Appareceu na epocha em que os povos da Germania vieram substituir os romanos no imperio do mundo. As mais importantes lendas são as que se formaram neste periodo; as mais tarde formadas já não têem tanta originalidade. Algumas não são mais do que modificações ás d'esta epocha. Nas antigas vê-se um povo selvagem e guerreiro, que mantém ainda todos os caracteres de uma raça virgem; nas do seculo XII vê-se um povo já mais civilisado; os costumes selvagens e guerreiros do periodo barbaro veem-se bem modificados pela influencia do christianismo e da civilisação feudal. As antigas são materiaes; as medievaes têem mais o cunho espiritual.

Os poemas dos *Niebelungen* e *Gudrun* têem sido o encanto e a inspiração de litteratos notaveis, como Göthe, Herder, Wieland, Schiller e Klopstock, e modernamente foi a musica pedir inspiração a essas obras de sublime imaginação, em que os feitos heroicos dos heroes Siegfredo, Krimilde, Hagen, etc., são imitados pelo som, no que tanto está sobresahindo o já hoje immortal Wagner, que pretende que a musica seja *eine Beschreibung der Natur,* eschola iniciada por Bach.

As lendas portuguezas são claras e brilhantes; as allemãs são sombrias e nebulosas. As lendas allemãs são escuras e sombrias como o céo da Germania; as nossas são claras e brilhantes como o céo da nossa patria. As allemãs estão influenciadas pelo paganismo; as nossas estão influenciadas pelo christianismo, principal agente da transformação das tendencias materiaes do homem. O desenlace das lendas allemãs é na maior parte das vezes cruel e fatal para os heroes; o desen-

lace das nossas é tão suave como o mais delicioso sonho. Bem analysadas umas e outras, e bem collocadas em parallelo differem as lendas allemãs tanto das portuguezas, como um allemão differe de um portuguez. A differença entre nós e elles é tal que chega a assombrar.

Sendo nós hoje caracterisados por uma tal paciencia que não podemos proseguir um assumpto até ao fim, *os allemães nunca tratam um assumpto que o não exgotem,* como disse, a respeito d'elles, o Frederico II, da Prussia.

E' tambem digna de ser registada a seguinte declaração de Lessing: «a complexidade embaraça-nos mais do que a simplicidade.»

Nas lendas allemãs está o bello substituido pelo terrivel.

Siegfredo matando o dragão; Hagen matando Siegfredo, e Krimilde, vingando a morte do marido, são todas scenas em que os heroes soffrem cruelmente.

DANIEL RODRIGUES.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 5, pag. 281)

Perdendo-se nos inicios da monarchia com uma feição barbara e gothica a pintura, evolutindo, traduziu, nas varias phases por que passou, as influições que nella carregaram.

Foi no momento aureo da nossa historia—quando Portugal, na posse plena da sua missão, parecia estar na posse plena de um destino latissimo—que a arte, confiando no dynamismo collectivo que a submettia ao estado social, expressou o genio patrio.

Em muitos dos preciosos quadros da pintura nacional de parte do seculo XV e de todo o XVI é notavel a riqueza do colorido, o traço arrojado, a intensidade de vida; noutros accentua-se na ternura da expressão toda a suavidade da alma portugueza.

Depois de accusar a influencia flamenga e allemã, precisou Rackzynski que a corrente italiana impozera-se pelo tempo de D. João III.

«O estylo pomposo de Miguel Angelo, refere Garrett, que tanto agradava ao genio altivo de uma nação conquistadora, prevalecia muito entre os pintores portuguezes, que nem por isso menos prezaram o desenho de Raphael, e o colorido de Ticiano, que ainda hoje se admira, em suas velhas composições.

«Quem procurar ver o maior numero de quadros de proveniencia puramente portugueza, escreve Charles Yriarte, *Gazette des Beaux-Arts,* ha de notar por toda a parte a influencia flamenga, e, se procurar as provas na historia, encontral-as-ha sem difficuldade. Roger Van der Weyden, Dierick Bouts, Memling, Quinten Metsys, o extravagante Heronymus Bosch, Michel Coxie são os nomes que principalmente acodem ao espirito em frente de quadros incontestavelmente pintados por portuguezes.

«Nessa prodigiosa pintura nacional—adverte Ramalho Ortigão—, em que tivemos por mestres os flamengos, acha-se todavia registrada a historia de toda a vida portugueza desde o meado do seculo XV até ao fim do seculo XVI, isto é, durante

o periodo do nosso maior brilho e da nossa maior riqueza, no apogeu da nossa gloria. São raras as puras composições historicas e raros os retratos d'esta época. Os grandes feitos da navegação e da guerra celebravam-se de preferencia nas tapeçarias, que se perderam, e constituiam o principal adorno d'arte dos paços dos reis e dos palacios dos nobres. Na pintura religiosa, porém, e nos quadros votivos, conservados nas egrejas e nos conventos, as figuras do seculo misturam-se em brilhante anachronismo ás figuras sagradas, e muitas authenticas physionomias se accusam energicamente nos pomposos cortejos que envolvem as scenas biblicas. A memoria do que fomos está ahi, por nós mesmos consagrada, com o maior esplendor a que chegou o nosso genio artistico, nas tabuas dos paineis, no pergaminho das biblias e dos devocionarios portuguezes. Ahi estão os reis, as rainhas, os sacerdotes, os guerreiros e os lettrados portuguezes do cyclo da renascença. São essas as caracteristicas figuras dos nossos avós: as faces cheias, a pelle tostada, a carne rija, os olhos rasgados, as boccas imperativas. A essas nobres e delicadas cabeças femininas serviram de modelo as mais lindas mulheres da Lusitania, de olhos de amendoa, malicioso olhar avelludado, obliquo e enygmatico, sobrancelhas longas alteando nas fontes, rostos ovaes, boccas quentes e vermelhas, queixo carnudo vincado na base, testa arredondada e lisa, cabello espesso e fino apartado ao meio em duas curvas de bambolim, e uma gesticulação leve, sinuosa e ondulante. Teriamos que interrogar longamente, laboriosamente esses venerandos paineis para apprender tantas coisas que ignoramos da physionomia do nosso passado, o traje, as armas, as joias, a mobilia, os utensilios da casa e os estados do espirito.»

A despeito do nosso genio colorista a que se refere com encanto Henri Martin e Rackzynski—*Les arts en Portugal*—o pintor portuguez, ao procurar reproduzir as bellezas da nossa terra, não se deixa desvairar como o hespanhol, que se caracterisa pela força da expressão, pelo vigor excessivo da realidade, com que geralmente representa tudo, dizendo, intensamente, o apaixonamento do sangue semita que, aquecendo a tela, domina, empolga pela ardencia, pela plethora de vida que traduz.

Esta impressão notificada por Théophile Gautier, *Voyage en Espagne*—Charles Blanc, *Histoire des peintres de toutes les écoles*—Viardot, *Les Musées d'Espagne*—e principalmente por Paul Lefort, *La Peinture Espagnole*—é fortalecida pela opinião critica da imprensa berlinense sobre os artistas penin-

sulares que em 1896 concorreram á Exposição da Academia de Bellas Artes.

É o dr. Eduard Engels que transmitte as impressões: «A Hespanha sobresae pelo esplendor das côres, emquanto que os artistas portuguezes, quasi sem excepção, além do desenho magistral e do colorido vigoroso, mostram-se ao mesmo tempo como *pensadores*. Ha mais scintillação nos quadros hespanhoes, como ha mais alma nos artistas lusitanos.»

*

Estando por fazer a historia integral da nossa evolução artistica, isso impede que se nitidifique toda a importancia da epocha manoelina, immediata decadencia, reviviscencia sob o Marquez e rapida annullação.

O esgotamento que se seguiu ao espantoso desenvolvimento colonial, e mais tarde a anarchia mental, fructo do negativismo, produzindo o alastramento do egoismo, pulverisou completamente a solidariedade patria. Nesta degenerescencia physiologica é que está a explicação da profunda decadencia da arte nacional, porque os artistas, desamparados por um povo que se vai arrastando na ignorancia e na miseria, fatalmente tinham de se fecundar no extrangeiro, quebrando a tradição esthetica nacional.

Na obra prima da nossa ourivesaria ficaram laivos do espirito aventureiro; na pintura o calido colorido funde-se na ternura mais intensa, denunciando, no trasbordamento de vibrante emoção com que são tratados os assumptos, um povo de poetas; e a architectura manoelina, as capellas imperfeitas na Batalha e os Jeronymos, em toda a exuberancia da ornamentação, falam do mar. Que admira isso? Pois não é maritimo o poema idealisado pelo maior poeta do seculo XVI, pois não ha no fado o rythmo da vaga e não foi um naufragio a nossa historia?

(Continúa).

MARQUES BRAGA.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TRAUMATISMO E ORGANISMO

(Cont. do n.º 3, pag. 164)

Tumores e traumatismos

O problema da intervenção etiologica do traumatismo na producção dos tumores é muito complexo. Para ser tratado com proveito necessario é desdobral-o methodicamente nos diversos aspectos. Os factos impõe-nos esta categorisação e, no sentido da importancia decrescente da sua violencia mechanica, sériam-se, naturalmante, em tres grupos:

1.º Factos de neoplasia consecutiva a um traumatismo unico e violento.

2.º Factos de tumor consecutivo a uma traumatisação demorada mas permanente.

3.º Factos de neoplasia produzida tardiamente numa velha cicatriz traumatica—*degeneração neoplasica*—. A este ultimo grupo estão naturalmente adstrictos os tumores que se desenvolvem nas regiões chronicamente inflammadas e na séde de outrós processos especificos—hybridações, cancros tuberculosos ou cancros syphiliticos—.

É costume iniciar o estudo d'esta questão pela pergunta arguciosa:—«Sobrevindo o neoplasma como o resultado do conflicto entre uma violencia exterior e o organismo, que parte pertencerá, na sua producção, a cada um dos factores?»

A dialetica subtil das classificações pathologicas responde:—«ha causas occasionaes e causas predisponentes. A modalidade mechanica do trauma tem uma mediocre importancia: uma contusão, uma diérese, uma pancada póde provocar o tumor; por outro lado estando todos os individuos quotidianamente expostos á acção do traumatismo só um pequeno numero reage pela producção neoplasica.»

O trauma representa pois um factor constante na sua exis-

tencia e incerto nos seus effeitos, a predisposição ao contrario um termo muito variavel de organismo para organismo, mas de effeito constante pois que sempre que o trauma a encontre occasionará a reacção neoplasica. «Sem a cumplicidade do organismo o trauma nada fará e por isso á predisposição latente pertence a parte leonina na geração do processo.»

A esta dialetica commoda é preferivel, talvez, abandonando as interrogações *à priori,* sem *parti-pris* e preoccupações theoricas, interrogar cuidadosamente os factos. Analysemos nesse sentido a numerosa collecção de observações compendiadas na notavel memoria de Lowental (*Arch. für Khir. Chirurgie,* 1894) que constitue uma abundante documentação casuistica do problema.

A primeira noção que resulta do seu exame é que o lapso de tempo que medeia entre o trauma e o apparecimento do tumor é infinitamente variavel.

Sériadas em relação ao tempo essas observações distribuem-se pela seguinte fórma:

0 a 1 mez...	138
1 mez a 1 anno.....	61
1 anno a 10 annos	11
10 annos a etc.....	–

Esta primeira serie dá já uma demonstração. Podia, com effeito, suppôr-se a existencia do trauma na etiologia clinica do tumor como uma simples coincidencia sem valor pathogenico. E' difficil encontrar um doente que não tenha recebido um trauma violento e a dar-se relevo etiologico a tal circumstancia collocar-se-hia o trauma á frente da etiologia dos tumores. A serie abrindo com 138 observações em que a inoculação foi inferior a um mez dissipa inteiramente tal supposição.

Poderia exigir-se como excessivo rigor de espirito critico que Lowental num grupo homogeneo de traumatisados désse simultaneamente a percentagem d'aquelles em que a neoplasia surge e a percentagem de probabilidades neoplasicas inherente ao *habitat,* á edade, ao sexo e á profissão do grupo; poderia reclamar-se uma estatistica cruzada das percentagens do trauma num grupo de cancerosas e a percentagem no cancro de uma serie de traumatisados? Os 138 factos de Lowental têm porém clinicamente a evidencia de factos experimentaes; e quando após uma fractura ou contusão se vê vegetar, no callo, na cicatriz ou no hematoma, a proliferação neoplasica, não pudemos recusar-nos á evidencia da sua intervenção etiologica.

Sériada por especies a estatistica de Lowental distribue-se da maneira seguinte:

Sarcoma	316
Cancro	137
Outros	–

Os sarcomas figuram em primeiro logar e a sua predominancia ainda se torna mais evidente se circumscrevermos a observação aos casos em que a curta incubação garante mais a origem traumatica:

0 a 1 mez — Sarcomas	135;	Carciomas 3
1 mez a 1 anno — Sarcomas	33;	Carciomas 28
1 anno a 10 annos — Sarcomas	1;	Carciomas .... –

O sarcoma, florescencia embryonaria do tecido conjunctivo, é um tumor da primeira edade da adolescencia, isto é, do periodo dos grandes traumatismos, não se desenvolve nos organismos velhos os quaes attingindo a ultima phase de sua evolução tendem justamente para o pólo opposto—a esclerose—.

Sériações successivas mostram: Em relação ao sexo a predominancia no masculino, mais exposto aos traumatismos; em relação á localisação a maior frequencia nas extremidades inferiores para o homem e no peito para a mulher, regiões respectivamente mais traumatisadas.

Todas as circumstancias etiologicas mostram pois pela distribuição da edade, do sexo e das regiões, a importancia do traumatismo.

Resta uma circumstancia que se poderia invocar para estabelecer o papel predominante do organismo: é a conservação nos tumores post-traumaticos da electividade de certas regiões para determinadas fórmas, mas o que essa electividade vale como predisposição do organismo é demonstrado pelas observações seguintes:

Após os traumatismos isolados e violentos vem, como agente etiologico, a irritação chronica dos tecidos. Aqui a intervenção do trauma se é menos ruidosa, não é, no emtanto, menos evidente.

Revela-se: *a*) nas neoplasias localisadas em região onde por profissão ou por habito se exerce irritação permanente—cancro dos fumadores, dos remadores, etc.; *b*) na localisação em torno dos orificios naturaes expostos a traumatismos physiologicos quotidianos—cancro do escroto, da vulva nas prostitutas, etc.; *c*) nas connexões pathologicas que se encontram entre a existencia de antigos calculos biliares e urinarios, o cancro vesical

e o epithelioma da vesicula; *d*) nos neoplasmas com uma etiologia traumatica evidente—epitheliomas da lingua—desenvolvendo-se num ponto em que um dente cariado ou viciosamente implantado irrita permanentemente a mucosa lingual; finalmente, como ultimo termo da serie, ha a considerar as neoplasias desenvolvidas em velhas cicatrizes traumaticas ou operatorias.

Como lei geral as inflammações chronicas de um orgão preparam a producção neoplasica. Esta lei, que certos pathologistas invocam para demonstrar a nosographia dos tumores deslocando-a em parte para o campo da inflammação, verifica-se em um grande numero de factos e tornar-se-ha talvez numa lei geral no dia em que a clinica faça um inquerito mais profundo da etiologia dos tumores.

Na pelle todos os processos chronicos figuram na producção dos tumores que, ora se implantam numa velha cicatriz ora se succedem a uma psoriasis ou a uma placa seborrheica, ou se mostram hybridamente como manifestações cutaneas da syphilis ou da tuberculose.

As cicatrizes, mórmente as cicatrizes extensas antigas, expostas a irritações reiteradas, concorrem para a formação de tumores como é demonstrado por numerosos factos; Wolkman em 164 observações de epitheliomas regista 126 consecutivas á cicatriz e ulceras cicatrisadas.

As relações do lupus e do epithelioma estão hoje tambem rigorosamente demonstradas. As associações morbidas são frequentes e se em determinados casos o epithelioma se tuberculisa, noutros o lupus precede a vegetação epithelial. Leloir estabelece a percentagem de 15 epitheliomas por 1:000 lupus o que é muito insignificante, mas Dubois encontrou já o epithelioma cinco vezes em 118 observações e Dermot 21 em 90.

Esta generalisação das associações microbianas ás associações tumoraes é particularmente suggestiva.

Nas mucosas manifestam-se as mesmas relações: psoriasis lingual, ulcera e nephrite, preparam e precedem frequentemente, a evolução do epithelioma da lingua, do cancro do estomago ou do cancro renal. Para o estomago o facto é frequente servindo de base á theoria pathogenica da degeneração.

Finalmente, nas visceras e nas glandulas encontra-se frequentemente para a etiologia dos tumores, a preexistencia de affecções calculosas.

Acabámos de analysar a influencia que as condições organicas exercem sobre cada um dos elementos do processo repa-

rador. Estes são porém muito connexos para que possam reagir morbidamente de uma maneira independente.

A sorte das cellulas está confiada á integridade dos vasos, a circulação á regulação nervosa, a vida dos nervos a uma circulação perfeita por fórma tal que se um d'estes elementos periclitar os outros serão tambem compromettidos.

Após a *analyse* façamos pois a *synthese* e vejamos a maneira como perturbações morbidas e estados constitucionaes viciam globalmente o conjuncto do processo, pervertendo a sua finalidade ultima—reparação dos tecidos—.

Em um 1.º gráu as condições morbidas do organismo limitam-se a entorpecer o processo reparador. Os elementos neoformados, atonos e apathicos, não são sufficientes para substituir os elementos destruidos; a cicatrisação não se effectua e a ulcera ou fistula, consoante ás dimensões relativas da solução de continuidade, substituem-se á cicatriz.

Num 2.º gráu, de mais profunda alteração, a regeneração não chega mesmo a esboçar-se. No seio do organismo viciado os territorios cellulares mortificam-se em massa e a gangrena sobrevem. A noção vastissima de *gangrena* comprehende toda uma escala sériada de processos.

No 1.º grupo a gangrena é devida á acção dominante e exclusiva de micro-organismos especificos que introduzidos no organismo desorganisam fulminantemente os tecidos. E' a gangrena septica verdadeira e a gangrena gazosa—spticemia gangrenosa de Chauveau e Arloing—é o typo do grupo. A acção do vibrião septico é tudo. Qualquer que seja a resistencia do organismo inoculado, essa acção produzira fatal e inilludivelmente o oedema e os gazes putrefactivos.

No 2.º grupo a acção dos microbios e a acção do organismo conciliam-se numa reciproca complicidade.

Num organismo temporario ou permanentemente collocado em condições de inferioridade; num cachetico ou num convalescente de uma molestia aguda, microbios habitualmente não gangrenigeros—strephococcus e staphylococcus—ou simples saprophitos—suprogenus de Rosenbach—, são capazes de produzir a gangrena.

A noma das febres eruptivas, as gangrenas dos gripposos, são representantes da classe.

Num 3.º grupo encontram-se, finalmente, as gangrenas organicas das quaes a necrobiose por tensão do testiculo (experiencia de Chauveau) é o typo. São exclusivamente produzidas por perturbações directas ou indirectas da nutrição—compressão, obliteração de vasos, lesões nervosas, etc.—.

A mortificação limitada a um territorio cellular produzir-se-ha serenamente, no meio da vida que anima os tecidos que o cercam—necrobiose—. Indefinidamente aseptica, quando é profunda, poderá, quando superficial e accessivel aos germens, servir de pasto a uma flora especial protefactiva dos tecidos mortos—necrobiophila—(bacillus heminecrobiophylus de Arloing), mas a infecção é secundaria e, primitivamente, a necrobiose resulta de uma perturbação de nutrição.

O primeiro grupo não nos interessa pois, na sua producção, as condições organicas não têm a menor sombra ou influencia.

Será pois ao segundo e terceiro grupos que nos referiremos passando summariamente em revista ás condições do organismo que podem determinar gangrena dos tecidos traumatisados.

1.º—Auto-intoxicação

a) *Diabetes.*—A demonstração da influencia da diabetes na gangrena das lesões traumaticas pertence de direito a Marechal de Calvi (1874). Charcot, em 1861, tinha já assignalado o facto mas foi Calvi o primeiro que, possuido do alto interesse da questão a agitou ruidosamente no seio da Academia de Medicina. O seu tratado—*Accidentes gangrenosos nos diabeticos*—, é tambem a primeira obra classica sobre o assumpto.

Verneuil acabou de fazer a reputação gangrenigena da diathese. O facto recahiu na observação vulgar e não houve pratico que não registasse a producção da gangrena nos diabeticos após a menor escoriação, a compressão therapeutica ou a sangria. Esta complicação tornou-se mesmo um dos signaes reveladores da doença.

Na cirurgia, sobretudo, a sua intervenção era desastrosa. Numa discussão da Sociedade de Cirurgia (1876) registava-se apenas um caso de amputação em diabeticos seguido de cura (Musset); Verneuil arrastava o debate e com elle quasi toda a Sociedade de Cirurgia se pronunciava pela abstenção absoluta.

Já neste tempo Lawey e Trelat, cirurgiões mais felizes, iniciavam uma salutar reacção contra esse abuso, e desapparecendo em grande parte com a antisepsia a gangrena traumatica dos diabeticos, deixou de ser o terror dos cirurgiões.

Recentemente Noble affirma (*L'année Chirurgical*) não encontrar na litteratura medica provas sufficientes para demonstrar que as feridas operatorias nos diabeticos tinham tendencias particulares para a suppuração ou gangrena. A asepsia anniquilando a intervenção microbiana reduziu nota-

velmente as eventualidades da gangrena septica. Não póde porém desapparecer com ella a vulnerabilidade do terreno glysurico. Casos de necrobriose aseptica nos diabeticos existem e esta fórma de gangrena septica conserva-se hoje ainda.

Pathogenia.—Em um organismo diabetico, onde as lesões visceraes e alterações de nutrição se entrelaçam e condicionam simultaneamente; portador de um figado insufficiente, de um pancrêas lesado, de um rim doente e, até, de um systema nervoso anomalo, ha difficuldade de escolha em procurar a filiação pathogenica de um symptoma.

As interpretações mais diversas têm sido procuradas, parece; no emtanto, approximarem-se mais da verdade aquelles que collocam a causa na propria caracteristica dyscrasica da doença, na hyperglycemia e impregnação pelo assucar em excesso. E' esta, pelo menos, a causa immediata e a que mais facilmente se póde contraprovar pela experiencia.

No terreno experimental a influencia da glycose seja sobre o microbio seja sobre o meio é com effeito decisiva. A associação da glycose a uma cultura de staphilococcus exalta as sùas propriedades (Belynwed, *Arch. Med.*, 1896) Karlunck e Ferreiro. A addição da glycose no momento da inoculação diminuindo a virulencia do microbio favorece, no emtanto, a suppuração (Nicolás). A injecção intra-vasal do assucar emquanto o microbio é inoculado sob a pelle, transforma o abcesso local numa placa gangrenosa.

b) *Albuminuria.*—Como a diabetes tem a albuminuria uma grande influencia. No Brightismo o processo é multiplo; actuam simultaneamente: a lesão do rim, o atheroma das arterias da região e, ainda, quando ha cardio-esclerose, os oedemas e stases que resultam da decomposição.

A importancia do vicio humoral persiste sempre e a albuminuria transitiva, cyclica ou intermittente, é um bom terreno de gangrena.

2.° — Intoxicação

a) *Ergotismo.*—O ergotismo é o typo das intoxicações gangrenigenas. Epidemicas na edade-média, quando sem suspeita das propriedades toxicas da cravagem, esta constituia, com os restos da colheita, a alimentação dos indigentes, encontram-se hoje esporadicamente na população miseravel de certas regiões agricolas.

A intoxicação revela-se sob a fórma convulsiva ou sob a

fórma gangrenosa. Nesta ultima—a que nos interessa—, o mechanismo dos accidentes é muito discutido. As propriedades vaso-constrictoras e a acção que, sobre as fibras lizas, exercem os alcaloides da cravagem, fornecem um ponto de referencia sem comtudo illucidar completamente o problema.

b) *O alcoolismo.*—O alcoolismo modifica tambem desfavoravelmente o poder reparador dos tecidos. Ricord assignalou a frequencia do phagodenismo no cancro dos alcoolicos e propõe a designação, hoje esquecida, de cancro oenophagodenico.

Os auctores inglezes notando a facilidade de producção e difficuldade de separação das ulceras nos bebedores, crearam, mesmo, uma fórma nosographica especial—*geneva ulcer* (ulcera gin).

3.º—Infecções

Quasi todas as molestias infecciosas, seja no decurso da sua evolução ou nas primeiras phases da convalescença, permittem, por diminuição de resistencia do organismo ou exaltação dos germens, a producção de accidentes gangrenosos. A noma é frequente nas creanças após as febres eruptivas quando se não pratica anti-sepsia local cuidadosa. A gangrena das extremidades surge muitas vezes na convalescença da grippe.

Sob este ponto de vista o impaludismo é de todas as infecções a que sustenta mais alto a sua reputação. Verneuil e Petit colheram numerosas observações de ulceras sobrevindo por traumas insignificantes nos impaludados; assim como observações inversas de ulceras preexistentes tomando o caracter phagodenico sob a influencia da paludismo inter-corrente. O paludismo foi sempre uma das propathias predilectas de Verneuil. Chegou mesmo a admittir-se que as ulceras que tanto abundam em pathologia inter-tropical—*ulcera da Cochinchina, ulcera de Moçambique,* etc., eram fórmas da ulcera paludica (Guerin).

As observações antigas, nas quaes a infecção se insinuava sempre para confundir os processos, não podem hoje fazer fé.

E' necessario, ainda, ter em conta as influencias concomitantes—*cachexias, alterações hepaticas,* etc. No emtanto reduzida essa influencia a justas proporções, alguma cousa fica ainda no activo da malaria.

4.º—Perturbações de innervação

a) *Lesões centraes.*—Nas lesões centraes, o decubito pro-

voca nos pontos de compressão—*calcaneo, trochanteses, região sagrada,* etc.—, ulceras e placas de esphacelo do lado paralysado—*decubitus acutus*—, (Lommel e Charcot).

A compressão não é indispensavel pois que as lesões podem apparecer deitando-se o doente sobre o lado não paralysado. Começa por manifestar-se um erythema; seguidamente formam-se nesses mesmos pontos vesiculas de conteúdo incolor, vermelho ou escuro, que rapidamente sécam deixando a dérme a descoberto. A ulcera está constituida. Na dérme desnudada faz-se uma infiltração sanguinolenta e a ulceração desenvolve-se em profundidade tornando-se um perigoso fóco de infecção e ambolia.

As lesões medullares—*myelite, tabes, esclerose multipla*—determinam tambem a eschara do decubitus.

Considerando a trophicidade como um acto reflexo, analogo aos reflexos funccionaes, não se torna necessario admittir a lesão de conductores trophicos especiaes.

A perda de sensibilidade, ponto de partida do reflexo trophico, explica a distrophia e nas escharas de origem medullar encontram-se, frequentemente, na visinhança lesões nevriticas (Leloir e Vaillar, 1881 e 1883).

b) *Lesões peripherícas.*—Mencionaremos o mal perfurante ou penaricio syringo-myelico e o gloss-schim dos auctores inglezes, caracterisado por rubor e adelgaçamento progressivo da pelle.

c) *Lesões vaso-motoras.*—Á irritabilidade excessiva dos centros vaso-motores medullares attribue Raimond a pathogenia da fórma particular da gangrena que, com o seu nome, figura na nosographia.

A doença de Raimond apresenta phases successivas: primeiro as extremidades empalidecem ou arrefecem subitamente sem causa apreciavel ou sob a influencia de uma ligeira excitação; a pelle torna-se branca-mate; a sensibilidade desapparece e os musculos como que se paralysam. O phenomeno, mais ou menos prolongado é, no emtanto, passageiro. A vaso-constricção reflexa das veinulas e arteriolas cessa, e a circulação restabelece-se tumultuariamente. E' *a syncope local.*

Numa segunda phase a vaso-constricção fere sobretudo as arteriolas; as veinulas menos musculosas não se contrahem. Os tugumentos tomam uma côr livida, azulada, violacea sobre a qual a pressão deixa uma mancha branca preexistente. E' *a asphixia local.*

Finalmente a gangrena póde apparecer como consequencia de uma serie d'estas vaso-constricções paroxisticas ou sobrevir após um spasmo mais intenso e duradouro que attinja as arterias profundas dos membros.

As extremidades tomam uma côr livida, paraesthesias, picadas, dôres fulgurantes fazem-se sentir no territorio anemiado; a côr cyonotica exagera-se, a temperatura local baixa de muitos gráus (18° e 19°); os dedos, por fim, tornam-se negros, as veias marmoreiam lividamente a pelle e uma erupção de phlyctemas surge na extremidade da phalangeta. Com a repetição dos accidentes as regiões tomam um aspecto de pergaminho.

Esta fórma de gangrena é symetrica e, aguda ou chronica encontra-se, principalmente, no sexo feminino.

5.°—Gangrena directa por lesões arteriaes

A gangrena atheromatosica é o typo dos processos d'esta ordem.

A gangrena senil, assim chamada pelos auctores, só merece o nome quando, por senilidade, se estenda não só á alteração propria da edade mas tambem á que resulta da accumulação de infecções e intoxicações anteriores.

Sabe-se a importancia que o alcoolismo, o saturnismo e a syphilis têm na producção da arterio-esclerose e a esse estado das tunicas vasculares é que a gangrena é devida.

Assim a arterio-esclerose dos membros manifesta-se desde a edade-média da vida pelo curioso phenomeno chamado *meiopragia* ou clandicação intermittente.

O systema arterial esclerosado não póde com a responsabilidade da irrigação dos membros inferiores a mais difficil por ter de luctar na volta com a acção da gravidade.

Desde que um funccionamento mais activo, uma marcha forçada, exige dos membros uma circulação mais rapida e promptamente renovada, as arterias recusam-se e o membro clandica. Neste momento o membro arrefecido, insensivel, esteve ameaçado de gangrena e essa ameaça transforma-se numa realidade quando na velhice as arterias rigidas e friaveis ficam inteiramente abaixo da sua missão. Então a gangrena secca das extremidades sobrevem espontaneamente ou provocada pela menor excitação ou mais ligeiro traumatismo.

(Continúa).

José de Mattos Sobral Cid.

UMA ANOMALIA RARA

(Breve noticia de um caso de **duplicidade rolandica**)

No decurso de um trabalho sobre a *Esphera táctil de Flechsig*, assumpto da dissertação do nosso acto do 1.º anno medico, tivemos occasião de observar no Theatro Anatomico e no Muzeu de Anatomia normal da Universidade de Coimbra, varias anomalías cerebraes, das quaes uma nos parece merecer as honras da publicidade (1). Esta anomalia, em nossa opinião, constitue um novo caso de *duplicidade rolandica,* fórma anormal rarissima e discutida, que muito poucos anatomistas têem observado; e tanto é assim, que o dr. Ferraz de Macedo, nos dizia, numa carta, e ha alguns dias apenas, que apesar de ter estudado milhares de encephalos, em differentes partes do mundo, nunca lograra encontrar a fórma que nós observaramos e de que lhe mandámos não só uma descripção, como tambem uma prova photographica (2).

O cerebro a que alludimos, e que se encontra presentemente no Muzeu de Anatomia anormal e pathologica da Universidade, apresenta, no hemispherio esquerdo (fig. 1), 3 circumvoluções ascendentes (F_a, R, P_a), limitados por 4 sulcos nitidos. Destes, um, situado immediatamente atraz de F_3 (n.º 1), não attinge a fenda de Sylvio, vai até a um dos sulcos longitudinaes, onde é interrompido por uma pequena préga anastomótica, lançada entre F_2 e F_a, e segue depois até ao bordo do hemispherio *(sulco pre-rolandico);* outro (n.º 2) vai desde a fenda de Sylvio até á fenda inter-hemispherica *(fenda rolandica anterior);* outro (n.º 3) começa tambem na fenda de Sylvio e acaba do mesmo modo na fenda inter-hemispherica, cahindo, porém, ao contrario dos dois primeiros, atraz da

---

(1) No cerebro que abaixo descrevemos, encontra-se além da anomalía de que falamos, outra, bastante vulgar e typica, tal como é a da divisão da frontal média. Esta disposição morphologica é tida como normal, por alguns anatomistas: — Hervé, por exemplo.

(2) Manda a verdade que se diga, que o dr. Ferraz de Macedo duvidou confirmar seguramente o nosso diagnostico, pelo simples exame da photographia, e que apenas o acceitou pela nossa descripção.

extremidade superior da fenda calloso-marginal *(fenda rolandica posterior);* outro (n.º 4), finalmente, principia acima da fenda de Sylvio, não communica com ella e vai até á fenda inter-hemispherica, onde cae com o 3.º, atraz do lóbulo paracentral *(sulco post-rolandico).*

Comparando a gravura do cerebro anormal que estudámos com aquellas com que Giacomini (1) e Debierre (2) exemplificam e provam a existencia da duplicidade rolandica, encontrámos grandes analogias entre todas ellas.

Reparando, por outro lado, nas connexões da nossa frontal ascendente com o pé de F_3, e nas relações de P_a com o *lóbulo da prega curva,* parece-nos não poder tambem deixar de considerar a nossa circumvolução ascendente média, como o *gyrus rolandicus* de Giacomini (3), e diagnosticar, consequentemente, no cerebro considerado, a existencia de uma dupla fenda de Rolando. Por isto, e apesar de todas as reservas que se possam fazer, estamos certos de que prestamos um serviço dalgum valor, publicando e descrevendo o caso curioso e raro, que descobrimos.

Coimbra, 8 de maio de 1902.

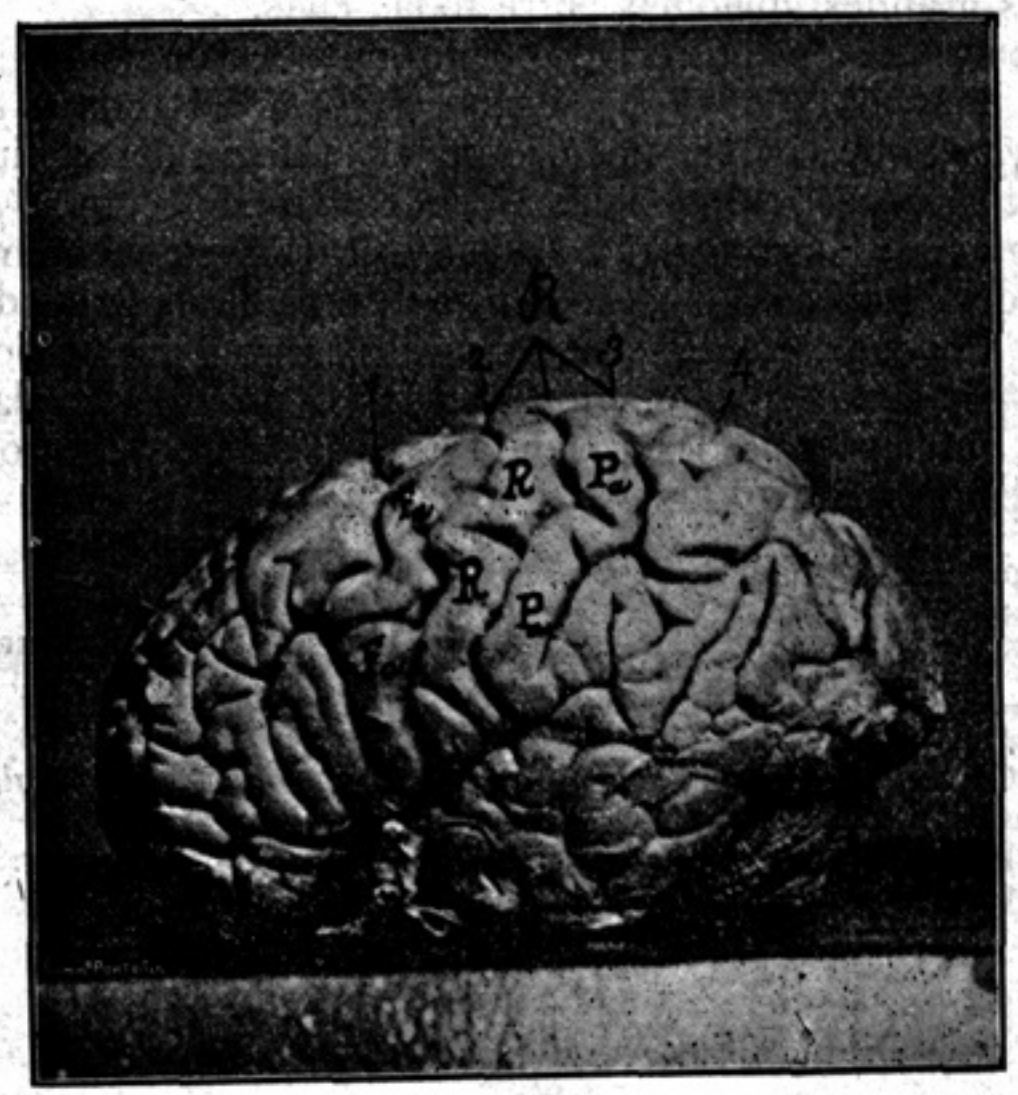
ANTONIO AURELIO DA COSTA FERREIRA.

---

(1) Giacomini, *Guida allo studio delle circonvoluzioni cerebrali dell'uomo,* 1884, pag. 48.
(2) Debierre, *La moelle épinière et l'encéphale,* 1893, pag. 207.
(3) Giacomini, *loc. cit.,* pag. 47.

Fig. 1

Hemispherio esquerdo de um cerebro existente no Gabinete de Anatomia pathologica da Universidade de Coimbra (Ex. de—*Duplicidade rolandica*)



1 — Sulco pre-rolandico.
2 — Fenda rolandica anterior.
3 — Fenda rolandica posterior.
4 — Sulco post-rolandico.

F_a — Frontal ascendente.
R — *Gyrus rolandicus*.
P_a — Parietal ascendente.

COSTA FERREIRA.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ARTES INDUSTRIAES E INDUSTRIAS PORTUGUEZAS

A tapeçaria

Não foi pequena a parte que no meu livro *Artes e artistas em Portugal* consagrei á tapeçaria; mas a materia não ficou exgotada—bem longe d'isso!—e, no decorrer das minhas investigações, especies novas accresceram, que bem merecem não ficarem por mais tempo no olvido. A historia das industrias portuguezas enriquece-se com estes factos, que não ilucidam menos a nossa vida social e economica. O fabríco dos tapetes no nosso paiz vem muito antes do seculo XVI e nelle se exercitava uma raça cuja habilidade, neste ramo de trabalho, era proverbial. O nosso paiz conserva hoje rarissimos vestigios da arte e da industria musulmana, mas esses poucos vestigios, juntamente com as asserções documentaes, veem-nos demonstrar que as *mourarias* ou communas mouriscas que se conservaram em diversas terras do reino, não eram de todo improductiveis. Possuimos ainda alguns objectos, em que se mostra a pericia dos artistas musulmanos na ourivesaria, na esculptura em marfim e na gravura em pedras finas.

Emquanto á tapeçaria, seria das mais temerarias emprezas o querer encontrar alguns restos d'ella, e só nos documentos officiaes é que se nos depara comprovada a existencia de officinas e teares mouriscos em Lisboa. Essas officinas tinham um caracter pratico, educativo, correspondendo ás escholas industriaes da actualidade ou aos antigos estabelecimentos do Estado, como a *Fabrica das Sêdas* no tempo do Marquez de Pombal. Os nossos monarchas favoreciam as officinas mouriscas, privilegiavam-n'as, com a condição porém de nellas se educarem certo numero de apprendizes. O mais antigo documento que encontrei a seu respeito é do reinado de D. João I

e vem incluido em cartas de confirmação de D. Duarte e D. Affonso V. Tudo porém faz suppôr que as officinas de tapeceiros mouros existissem muito anteriormente áquelle reinado e que remontassem até ao tempo, em que a monarchia goda foi conquistada pelos arabes. Nos fins do seculo xv, D. Manuel, por uma politica de intolerancia, baseada apenas em mallogrados interesses dynasticos, expulsou os mouros e os judeus, que se não quizeram reduzir á fé christã, e com este lastimoso exodo, açulado pelo fanatismo, extinguiu em grande parte a actividade economica e industrial portugueza. As officinas mouriscas fecharam com a extincção da sua communa. No emtanto, os tapetes de origem musulmana continuaram a ser importados em Portugal por intermedio das nossas praças marroquinas. Gonçalo Trancoso, num dos seus contos, por signal um dos mais recheiados de maravilhoso, refere que um rico mercador de Lisboa mandára seu filho com grossas sommas aos *logares d'além* para comprar mercadorias da terra, entre as quaes lhe recommendava que trouxesse tapetes e alambeis.

Da linguagem das cartas de privilegio concedidas aos mouros, se vê que elles eram tapeceiros reaes, *nossos tapeceiros,* mas vê-se tambem que elles só fabricariam alcatifas, porque para forrar as salas das recamaras e outros usos identicos se empregavam os pannos de armar, que vinham não só das Flandres, mas que se fabricavam tambem em Portugal. No reinado de D. Affonso V encontra-se mais de um artifice exercitando este officio.

A casa real tinha o seu tapeceiro, que, se não os fabricava, estava incumbido pelo menos do seu concerto, recebendo certa quantia para a compra dos materiaes empregados nos devidos reparos. Alguns d'esses artistas, como os Engris, vê-se que eram de origem extrangeira.

Apesar da extraordinaria quantidade de tapeçarias de todo o genero, já produzidas em Portugal, ainda era frequentissimo o uso das esteiras. Tambem nesta especialidade se empregavam os mouros, havendo egualmente esteireiros da casa real. E não eram as esteiras de tão pouca estima que a rainha D. Catharina não presenteasse com ellas a princeza de Castella, sua filha. Ha cerca de trinta annos a industria do esteireiro florescia em Lisboa, mas desde então tem vindo em vertiginosa decadencia, de modo que a esteira até da casa mais modesta foi banida. Creio que não será vergonha para os senhores tapeceiros o collocar ou arregimentar aqui a par d'elles os fazedores de esteiras. Nem a materia prima é tão

elevada, nem a producção é tão preciosa, mas o trabalho tudo nivela e tudo nobilita.

Sem querer de modo algum, que seria imperdoavel vaidade, encarecer a valia d'este modestissimo estudo, seja-me permittido affirmar que elle não só poderá concorrer para o conhecimento da actividade industrial portugueza, mas lançará tambem alguma luz sobre a vida intima de uma raça, que, depois de ter sido conquistadora, se viu por fim avassallada, sujeita a uma posição social muito secundaria.

Se os mouros não deixaram entre nós tão profundos e monumentaes vestigios da sua cultura intellectual e artistica como em Hespanha, é certo que a sua ausencia e o seu anniquilamento não concorreram pouco para o eclipse que se deu em todas as manifestações do trabalho nacional.

Percorrendo, ainda que superficialmente, o nosso vocabulario, ver-se-ha que não foi pouco intensa e perduravel a influencia da civilisação arabica no nosso meio social. Muitos dos objectos de uso commum conservam, na sua designação, a marca da fabrica que os produziu, o nome do operario que os fabricou. Assim o albornoz recorda-nos o algibebe, o azulejo o ceramista, a aldrava o serralheiro, a alcatifa o tecelão de tapetes. O alfageme das armarias de Santarem faz-nos pensar na lendaria espada do Condestavel. Na imaginosa linguagem do povo ha duas comparações pittorescas que bem demonstram a qualidade do papel que desempenhava o mouro na vida domestica. De um homem muito laborioso costuma dizer-se:—*aquillo é um mouro—leva a vida a mourejar*. O mouro, escravo ou fôrro, era com effeito um dos mais valentes cavadores de enxada. Poucos, como elle, sabiam amanhar e cultivar a terra. Que o digam a famosa horta de Valencia e as viridentes hortas das cercanias de Lisboa. A nóra mourisca, encantador enfeite da paizagem, como que traduz, na sua toada plangente, o derradeiro adeus da raça proscripta. Mas o mouro não era sómente lavrador e artifice: era tambem artista e poeta. Ha quatrocentos annos que elles abandonaram para sempre esta facha mimosa do querido sólo da peninsula, deixando porém os seus thesouros, na esperança talvez de os rehaver um dia. Infelizmente não ha varinha do condão que os desencante nem a elles nem ás fadas formosissimas que os estão guardando.

I

Tapeceiros mouros

I

Laparo (Caçome)

Era filho de Mafamede Laparo. D. João I lhe concedeu carta de privilegio, a qual foi successivamente confirmada, por D. Duarte, a 27 de dezembro de 1434, e ultimamente, por D. Affonso V, a 17 de julho de 1450.

Em 26 de agosto de 1446 foi-lhe passada carta de perdão por estar implicado na morte de um rapasito que fôra morto na mouraria, aconselhando ao matador a que fugisse para terra de mouros e dando-lhe para isso auxilio.

Caçome Laparo não era o unico tapeceiro mouro privilegiado: havia outros como Caçome Lobo, Azmede Laparo e Azmede Galebo. Tendo D. Affonso V dado carta de privilegio á communa dos mouros para que esta quebrasse os privilegios aos seus correligionarios, vieram os tapeceiros queixar-se a el-rei, pedindo que lhes fossem mantidos os seus privilegios, o que el-rei lhes concedeu em carta de 10 de setembro de 1454.

D. João II confirmou, em carta de 2 de junho de 1492, os privilegios, concedidos pelos reis seus antecessores, aos seus tapeceiros mouros de Lisboa, sem todavia lhes designar os nomes.

«Dom Affomso etc. Aquantos esta carta virem fazemos ssaber que a nos foy mostrada outra delRey meu senhor e padre cuja alma Deus aja da quall o teor tall he:

«Dom Duarte per graça de Deus Rej de Portugall e do Algarue e Senhor de Cepta. Aquantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçee a Caçome filho de Mafamede Laparo morador em esta cidade de Lixboa por quanto fomos çerto que he mestre de fazer tapetes e tem tenda per sy em que lauram Temos por bem e mandamos que elle sseja scusado da qui em deante de pagar em nhuũas peytas fintas talhas nem em serujços nem emprestidos nem mandados de serujr em tendas *(sic)* nem em outros nhũs emcaregos desse conçelho nem nossos nem outro sy das comunas dos mouros per quallquer gissa e maneyra que ssejam lançados e mandamos aos nossos contadores e almoxarifes que recebam em despesa todollos emcarregos e pididos e serujços e cousas ssussoditas e cada hũa dellas aos ssacadores dos ditos emcarregos que o dito Caçome avia de pagar sse priujlegiado nom ffosse. Outro sy mandamos que sseja scusado de pagar os djreitos que os mouros a nos pagam em cada huũ ano a saber dizimas e quorentenas e liura de cabeça E porem mandamos ao corregedor da dita çidade e ao alcayde da dita comuna que os nom costrangam nem mandem costranger por nhũa das ditas coussas nem em nhũa gissa que sseja por que nossa merçee foy e he dele sseer de todo jnsento escusado outro sy mandamos e defendemos que

nom seja nenhuũ tam ousado de quallquer estado e condiçom que sseja que poussee com elle em suas cassas de morada nem adegas nem cauallariças nem lhe tome pam nem vinho roupa nem palha nem lenha nem galinhas nem gados nem ssuas bestas de ssella nem dalbarda nem outra nhũa coussa do sseu contra ssua vontade *so penessa (sic)* dos nossos em coutos de sejs mjl ssoldos que mandamos que page pera nos quallquer que lhe contra esto for E mandamos aos nossos almoxarifes que o recebam e Recadem pera nos e os scpriuães de sseus oficios que os scpreuam em sseus liuros sobre os ditos almoxarifes pera auermos deles Recadaçam sobpena de os pagarem de ssuas cassas Outro sy mandamos que ell uaa e possa hir alem maar por as tyntas e por as outras coussas que lhe cumprem pera sseu oficio e que possa leuar comsigo quando a elle comprir com as coussas do dito sseu oficio hum homem quon tanto que elles anbos dem por sy fiadores pera hirem e tornarem a estes nossos Regnos aos tempos que a ello for asygnado Outro sy mandamos que sse elle teuer criados que laurem em os ditos tapetes que os nom costrangaes nem mandes costranger por nhũa das ditas coussas em quanto laurarem com o dito Caçome em o dito oficio. E posto que lhe algem contra ello vaa ou queyra hir mandamos a uos justiças que lho nom consyntaes em nhũa gissa que sseja se nom ssede çertos que uollo estranharemos grauemente como nossa merçee for e al nom façades dante nos Paços dAlmeyrim xxbij dias de dezembro ElRej o mandou — Afomso de Beja a fez ano do Senhor Jhesũ Cristo de mjl iiij^{c} xxxiiij^{a} anos. — Este priujlegio nos prouue de lhe mandarmos daar e outorgar por quanto nos mostrou outro tall do muy veturiosso e de grandes virtudes ElRej meu Senhor e padre per que o tynha priujlegiado das ditas cousas e pedinos de merçee o dito Caçome que lho outorgassemos e confirmasemos a dita carta e priujlegio e visto seu Requeremento e querendolhe fazer graça e merçee Temos por bem e confirmamoslha e porem uos mandamos que lha conpraes e guardes daqui em deante asy e pella gissa que em ella he conteudo ssem outro nhũ embargo que a ella ponhaes. Dada em Lixboa xbij dias de julho Martim Anes a fez ano do Senhor Jhesũ Christo de mjl iiij^{c} L.^{ta} Outro sy esta confirmaçom lhe damos como dito he contanto que os sobreditos mouros nom posam hir a terra de mouros sem leuarem nessa carta ou aluara especiall em que lhe pera ello demos nossa lecença. Eu Ruy Galuam o fiz scpreuer» (1).

«Dom Afomso & A todollos juizes e justiças de nossos reinos, a que esta carta for mostrada, saude, sabede que Caçome Laparo, mouro foro, méstre de fazer tapetes, morador em a mouraria da nosa mui nobre e senpre leal cidade de Lixboa, nos ẽuiou dizer que poderia auer huũ ano e meo e mais que huũ A^{o} pequeno de Idade fora morto em a dita mouraria per certos mouros catiuos que em ella estauã, os (falta-lhe *quaes*) matarom e forom por ello todos justiçados e mortos e que lhe fora dito que alguũs dos ditos mouros catiuos que o dito moço matarom, nos tormentos que lhes forom dados o culparom que elle soubera parte dos que o dito moço fora morto como elles matarom e que o nom quisera descobrir a justiça antes lhes disera que se callassem pois tanto mall era feito e que o escondessem e o lancassem no mar e nom o soubessem os oficiaes se o soubessem todollos mouros da dita mouraria andaria a espada e huũ dos ditos mouros catiuos que asi matarom o dito moço a que chamauã alle chãque cego elle dito Caçome lhe dera iij^{c} reaes brancos com que se fosse

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 11, fl. 95.

fora destes nossos reinos e se fosse pera terra de mouros por se nom saber parte da morte do dito moço e lhe dera mais hũa carta pera as cumunas dos mouros dos ditos nossos reinos a que chegase que lhe fezessem esmolla pera teer com que se fosse e fogir pera a dita terra de mouros e que el dito Caçome, auẽdo desto noticia e temendo o grande aluoroço do poboo da dita cidade e de lhe nom goardarem seu direito se amorara por ello e andaua ainda ora por ello amorado pidindomos por mercee que lhe perdoassemos a nosa justiça se nos a ella per razam do culpamento em que o asi culparom os ditos mouros catiuos que forom mortos e justiçados polo dito moço que asi matarom era thiudo, e nos uendo o que nos asi dizer e pedir ẽuiou, antes que lhe dessemos outro alguũ liuramento fezemos perante nos uir os autos e emquiriçom e tormentos cõfessos dos ditos mouros justiçados que matarom o dito moço e uistos per nos os ditos autos e como se per elles mostra este Caçome Laparo seer em culpa de dar cõselho, fauor e ajuda pera o moço morto ser lançado ao mar e o mouro cego que matara se hir e fogir, e querendolhe fazer graça e mercee, temos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos elle per razam do dito culpamento de dar conselho, fauor e ajuda pera o dito moço morto ser lançado no mar e o dito mouro cego que o matou se ir e fogir era theudo, cõtanto que pagasse cem coroas douro pera tirar huũ cristaao catiuo de terra de mouros, ou se fazer do dito ouro o que per nos fosse determinado, as quaes cem coroas o dito Caçome Laparo nos tem dada fiança abastante da data desta nossa carta ataa seis messes primeiros segintes nos page as ditas cem coroas douro e nom as pagando atee o dito termo esta carta lhe nom uallha, porem uos mandamos que daqui em diante o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaẽs nem conssentaaes fazer mal nem outro nenhuũ dessaguissado quanto he por razom do dito culpamento porque nossa mercee e uontade he de lhe asi perdoarmos pela guissa que dito he, honde al nom façades. Dante em a uilla dEstremoz xxbj dias dagosto elrey o mãdou per Luis Mīz seu uassallo e do seu desenbargo e das peticões e pello doutor Aluaro Afonso outro si do seu desẽbargo. R.º Aº a fez ano do senhor Jhesũ X_{po} de mil mjº Rbj anos» (1).

«Dom Afomso &. Aquantos esta carta virem fazemos saber que Caçome Lobo e Cacome Laparo e Azmede Galebo, mouros, nossos tapeteiros moradores em a mouraria da nossa cidade de Lixboa, nos fezerom recontamento como elles tynham preuillegios delRei dom J.º e delRey Duarte, meu auoo e padre, que Deus aja, e confirmados per nos, per que erã preuillegiados e escussados de nom pagarem com nenhuũs nossos pedidos nem seruirem nos nossos encarregos nem nos da dita comuna, e que ora a dita comuna ouuera de nos huũ preuillegio, per que mandamos que nom guardassem preuillegios alguũs que tenham quaees quer mouros, que na dita comuna morassem que lhes era feito grande agrauo, por quanto elles forom sempre preuillegiados e escussados pellos ditos Rex, pedindonos os ditos Caçome Lobo, e Caçome Laparo e Azmede Laparo e Azmede Galebo que a ello lhe prouessemos de remedio e lhe mandassemos guardar sseus preuillegios asy como lhes sempre forom guardados, e nos, visto seu requerimento e querendolhe fazer graça e mercee, teemos por bem e queremos que os preuillegios que asy tem dos ditos rex e confirmados per nos lhe sejam guardados. E porem mamdamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças e aos oficiaaes, que ora som e ao diãte forem

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 5.º, fl. 90.

em a dita comuna e a outros quaees quer oficiaes e pessoas que esto ouuerem de veer, e esta nossa carta for mostrada, que compram e guardem, e façom bem conprir e guardar aos sobreditos mouros nossos tapeteiros os ditos preuillegios, que asi teem dos ditos Rex meu avoo e padre, que Deus aja e lhe nom vaã nem conssẽtam hir comtra elles em maneira algũa, e esto sem enbargo de qual quer preuillegio preuillegios que a dita comuna ouuesem de nos em contrario por quanto nossa mercee e uontade he de lhe serem conpridos e guardados como em elles he contheudo, unde al nom façades. Dada em Sintra dez dias de setembro — Lopo Fernandez a fez — anno de nosso Senhor Jhesu X.º de mill mjº liiij» (1).

«Dom Joham &. a quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte dos mouros nosos tapeteiros, moradores em a nosa cidade de Lixboa nos foy apresemtada hũa carta delRei meu senhor e padre que Deus aja, de que o theor o que se segue: «Dom Afonso per graça de Deus, Rei de Purtugall e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, a quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que os mouros nosos tapeteiros, moradores em a nosa cidade de Lixboa nos fizeram recomtamento como elles tinham preuilegios delRei dom Joham e delRei Duarte (sic), meu padre, que Deus aja, e confirmados per nos, per que eram preuilegiados e escusos de nom pagarem em nemhuũs nosos pedidos nem seruirem nos nosos emcarreguos nem nos da dita cumuna, e que ora a dita cumuna ouuera hũa sentença comtra elles, pella quall mamdamos que lhes nom guardasem seus preuilegios e que todos seruisem, no que lhes era feito gramde agrauo por quamto elles foram sempre preuilegiados e escusados pelos ditos Reis, pedimdonos os ditos mouros tapeteiros por merce que sobre ello lhe prouesemos com remedio e lhe mamdasemos guardar seus preuilegios asy como lhe sempre foram guardados. E visto per nos seu requerimento, e queremdolhe fazer graça e merce, temos por bem e queremos que os preuilegios que asy tem dos ditos Reis e comfirmados per nos lhe sejam compridamente guardados. E porem mamdamos a todallas nosas justiças e aos oficiaes que ora sam da dita cumuna ou ao diamte forem e a outros quaesquer oficiaes e pesoas, a que o conhecimento desto pertemcer e esta carta for mostrada que a cumpram e guardem e façam comprir e guardar em todo aos ditos mouros nosos tapeteiros os ditos preuilegios que asy tem dos ditos Reis meu avoo e padre que Deus aja e comfirmados per nos e lhes nom vam nem comsemtar hir comtra elles em parte nem em todo em maneira algũa, por que asy he nosa merce, sem embargo de qualquer preuilegio ou preuilegios e ordenaçoẽs que acerqua desto sejam em contrario e sem embargo de semtença que ora os mouros da dita cumuna ouueram contra elles, a quall queremos que se nom emtẽda em os ditos tapeteiros, por quamto queremos que lhes sejam compridamente guardados seus preuilegios como dito he sem outro alguũ embargo. Da dita cidade oyto dias do mes doutubro — Pero Lourenço a fez — ano do nacimento de noso senhor Jhesuũ X.º de mill mm.º lxxj.» Pedimdonos os sobreditos tapeteiros que lhe comfirmasemos a dita carta, a quall, por lhe fazermos graça e merce lha comfirmamos asy e pella maneira que se nella comthem e asy mãdamos que se guarde e cumpra imteiramente. Dada em Lixboa a dous dias de Junho — Ruy de Pina a fez — ano de noso Senhor Jhesuũ X.º de mill mmº lRij annos» (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 15, fl. 97.
(2) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Manuel, liv. 33, fl. 95 v.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 5, pag. 318)

X

A espantosa traducção dos *Amores* de Ovidio.—Historia-se minuciosamente essa traducção *original*.—Repetem-se as visitas de Castilho a Sua Majestade o Imperador.—Discussões entre Sua Majestade e o poeta.—O verso alexandrino e os seus detractores.

Vamos agora a explicar o apparecimento da traducção dos *Amores* de Ovidio.

Castilho era com obras suas incontentavel em assumptos litterarios, e muito severo para comsigo mesmo. Varias obras suas queimou; taes como o seu poema *O boi,* apologia d'aquelle utilissimo animal, que elle celebra na *Primavera,* dizendo

que sem ter parte alguma em nossos gostos,
tem tanta parte nas fadigas nossas;

o seu poema *O chá,* panegyrico da mais agradavel bebida que os homens teem sabido inventar; e emfim varias imitações de Shakespeare e Ducis; tudo fructos da sua estudiosa mocidade em Coimbra e na Castanheira do Vouga. Queimou uma porção de outros manuscriptos, cujo merecimento artistico é hoje impossivel aquilatar, mas que, bons ou maus, seriam ainda preciosos como marcos milliarios.

Ipse mea posui mæstus in igne manu.

Ora existia tambem a traducção paraphrastica dos *Amores* do grande Ovidio; obra de Coimbra e da Castanheira; e para salvar esse valioso original, José Feliciano amigavelmente o furtou (como muitos outros), e conservava-o com o maior apreço. Quando teve comsigo no Rio seu irmão querido, achou artes de lhe reaccender o estro, e empenhou-o na conclusão

de algumas obras. Appareceram negaceando Anacreonte com as *Odes,* e Ovidio com os *Amores*. Castilho entregou-se todo á deliciosa tarefa de refazer a antiga traducção, e n'ella se absorveu, inspirado pela magnificencia do céo dos trópicos.

Falava-se annos depois na publicação d'essa espantosa collecção de quadros; o paraphrasta não annuia facilmente a este desejo, attendendo á indole pouco edificante d'aquella miscellanea, onde tanto á propria se pinta o viver licencioso da Roma cesárea; mas José Feliciano tomou a si todas as responsabilidades, e imprimindo o livro salvou uma opulenta joia.

Em carta de 13 de Fevereiro de 1857 insistia elle com o poeta por estes termos:

«Desadoro com a ideia de que os teus *Amores* hão de ficar ineditos, sendo uma obra monumental. Tenho por palermas os argumentos hypocritas com que nos aturdem os ouvidos. E sabes tu o que nos ha de acontecer? ficar isso por ahi em manuscripto, até que a negra nos leve; e depois, lá no futuro, quem achar essa bella obra tirar-se-ha de seus cuidados, e deital-a-ha ao prelo, com muitos erros, sem annotações, e de modo pouco cauteloso; de fórma que, a final de contas, nem se realisará o tal plano de te darem por exclusivo auctor extactico e ascetico. Sou pois de voto que, sem mais conselhos nem cavacos, passemos a imprimir isto.....»

*

Foi durante a estada de Castilho no Rio de Janeiro, que lá falleceu o infeliz poeta italiano, de quem no logar proprio falei, Antonio Galleano Ravara, que emigrara para o Brazil em busca de fortuna, e pozera ao serviço dos Brazileiros o seu brilhante talento.

*

Quanto a Sua Majestade o Imperador, diz o poeta, em carta de 10 de Junho, que já tres vezes o visitára, e tencionava ir vel-o quarta vez despedindo-se para Lisboa. Eram umas visitas quasi intimas, attenta a amabilidade e lhaneza com que o illustre Principe honrava aquelle Portuguez. Sentavam-se, Sua Majestade e os irmãos Castilhos, em volta de uma meza na livraria do Paço, e conversavam horas seguidas. Uma d'essas conferencias foi á noite, passando quatro horas entre leituras e recitações, em torno de um grande carcél no gabinete Imperial.

D. José de Assis Mascarenhas, espirito muito vivo, esse

frequentava quasi todos os dias a casa de Castilho, levando-lhe recados amigaveis do Imperador, e dando ao poeta inequivocas provas de muito affecto. Era, segundo ouvi, homem de muita graça e instrucção. Possuo um exemplar de uma rica edição de Béranger, offerecido por D. José a Castilho.

*

Seria talvez este engraçado homem, quem disse ao poeta que seu Imperial Amo, espirito arguto e sagaz, gostava immenso de discutir; e preveniu-o de que, nas conversações com o Imperador, a maneira mais certa de lhe agradar era ser sempre de opinião contraria á que Sua Majestade apresentasse. Castilho tomou muito á lettra a lembrança; e sempre que o Imperador dizia:

—Isto é branco—já elle retorquia:

—Peço perdão, meu senhor, mas entendo que é amarello.

O Imperador remechia-se na sua cadeira, e contente de ter um bom antagonista, exclamava esfregando as mãos:

—Bravo! pois vamos a discutir. Diga em que se funda.

E discutiam.

Foi n'uma d'essas sessões (deviam ter-se estenographado), que o senhor D. Pedro II, elogiando varias castas de metros, confessou:

—Eu do verso alexandrino não gosto nada.

—Vossa Majestade não gosta?—tornou Castilho.—Pois peço licença para discordar; eu gosto muitissimo.

—Muito folgo; discutamos a materia.

Castilho então explanou-se no elogio do verso mais amplo, mais musical, mais variado de pausas, mais symetrico, e mais rico, das linguas, que, por falta das *quantidades,* não podem possuir o hexametro.

—Tudo isso assim é—interrompia o illustrado Principe, a quem ficava difficil dar novidades em assumptos d'estes;—mas diga-me uma coisa. Eu não percebo por que se ha de chamar *um* verso de doze syllabas esse metro, que não é outra coisa senão *dois* versos de seis syllabas. Sejamos francos: façamos então versos de seis syllabas. Responda, se é capaz.

E olhava para o seu interlocutor com aquelle seu modo vivissimo.

Castilho respondeu:

—Meu senhor, isso é perfeitamente assim: o alexandrino é dois versos de seis syllabas, ainda que nem sempre dois de seis fazem um alexandrino. Por outra: o alexandrino tem ma-

teria metrica equivalente a dois de seis. Mas pergunto: quando Vossa Majestade tem muita sêde, e manda que lhe tragam agua, achará, por ventura, indifferente que lhe apresentem dois mesquinhos copos, com lympha da sua cascata da Tijuca, em vez da mesma quantidade n'uma taça grande de crystal, ampla, rutilante, e magnifica? A mesmissima quantidade bebida em dois tragos não satisfaz como sorvida sem intervallo. Eis ahi a differença entre dois acanhados versos de seis syllabas, propriamente lyricos, e o largo, o amplissimo, o epico alexandrino.

O Imperador achou a maior graça á parábola, que é (diga-se a verdade) de primeira ordem.

Continuarei com o assumpto, que não julgo falho de interesse.

*

Quem desdenha do verso alexandrino, não entende talvez a belleza da harmonia metrica. Podem usal-o, ou não; mas se tiverem senso poetico, hão de por força confessar que a melodia d'este verso, a symetria dos seus hemistychios, dentro em cada um dos quaes ha ainda symetria, a amplidão d'essas doze, treze, ou quatorze syllabas, a facilidade que tem o alexandrino em apresentar partições variadas, ficando sempre musical em mãos de bom tocador, tudo isso são condições que só aprecia quem vê a arte muito por dentro. E fizeram-lhe guerra, ao pobre verso! e queriam negar-lhe fóros de cidade!

Lá o diz Castilho por estas palavras:

«Não será facil atinar com a razão, por que um verso mais espaçoso que todos os outros, por consequencia mais capaz de pensamento, e com uma partição symetrica (o que para o espirito de quem os faz, e para o agrado de quem os lê, é ainda uma vantagem), tem sido até hoje tão escassamente cultivado em nossa lingua.

«Não dizemos que se proscreva o nosso heroico para dar entrada ao peregrino; mas que mal haveria em o cultivarmos em mais abundancia?

«As objecções que se teem levantado contra o alexandrino n'estes ultimos annos são menos solidas que especiosas.

«A primeira, cuja autoria pertence ao Abbade de Jacente,..... funda-se n'um mal cabido espirito de nacionalidade. O alexandrino—dizem—é medida franceza. Não percebemos a força do argumento. Se o ter sido uma medida usada primeiro n'outras terras fosse impedimento para a sua naturalisação em Portugal, teriamos para logo de nos despedir de todos os

*

metros em que até agora havemos escripto. Se é ponderação patriotica, demos as honras de bons patriotas aos aldeões serranos e semi-silvestres, que blasphemam contra o systema metrico-decimal, e atiram aos rios os padrões das novas medidas. Os vapores por mar, pelas vias terrestres e nas fabricas, hão de se tambem engeitar como gallicismos; e se a logica apertar muito, ha de nos deixar descalços e nús, a viver por choças e comer raizes. Até onde póde chegar a exageração de sentimentos generosos!» (1).

*

Essa pseudo-objecção do Abbade de Jacente n'um soneto

Musas, deixae-me em paz, que a heroica harmonia,
com que adormais de novo a lingua portugueza,

foi, não sei porquê, repetida por Alexandre Herculano, que, levado da exageração da sua indole, chama *caricatura de caricatura* o poetar em alexandrinos; chama ao alexandrino portuguez *imitação bastarda* do *monotono* rythmo da poesia franceza; chama, emfim, a esse metro admiravel um *saguão litterario, para onde, n'esta epocha de corrupção em tudo, ainda os melhores poetas atiram composições bellissimas no sentir e no pensamento; saguão*—(note-se)—*que é o paraiso dos poetastros, e as delicias das nossas eruditas blue-stockings.*

O periodo inteiro é como segue:

Falando do riquissimo poema de Bulhão Pato, diz o insigne historiador, mas ás vezes, com o devido respeito, apaixonado critico:

«A *Paquita* é um protesto contra a poesia franceza que nos invadiu, e que, privada de harmonias metricas, até nos lança na caricatura de outra caricatura, na imitação bastarda do seu monotono rythmo, saguão litterario, para onde mais de uma vez, n'esta epocha de corrupção em tudo, ainda os melhores poetas atiram composições bellissimas no sentir e no pensamento; saguão que é o paraiso dos poetastros, e as delicias das nossas eruditas *blue-stockings*» (2).

*

Custa a crer como uma intelligencia assim se deixa obcecar pelo mau humor de um momento de *spleen!*

---

(1) *Tratado de Metrificação*, 4.ª edição, pag. 52.

(2) Carta-prologo anteposta ao poema *Paquita* de Raymundo de Bulhão Pato, datada de 20 de Maio de 1856.

Visto que essas asserções duras, vibradas n'um tom de doesto e censura sem motivo, correram mundo, assignadas por um homem da merecida fama de Herculano, seja-me licito, obscuro versejador de alexandrinos, tentar mostrar o que ellas conteem de irreflectido. Pugnarei não por mim, senão por todos os *poetas* e *poetastros,* que não julgavam crime usar quando quizessem o metro que mais lhes agradasse.

Da leitura attenta do trecho de Herculano deduz-se:

1.º—que a poesia franceza nos invadiu;

2.º—que a *Paquita* é um protesto contra essa invasão;

3.º—que a poesia franceza é privada de harmonias metricas;

4.º—que a poesia franceza lança os litteratos portuguezes na caricatura de outra caricatura;

5.º—que essa caricatura de caricatura consiste na imitação bastarda do alexandrino;

6.º—que o alexandrino é monotono;

7.º—que o alexandrino é um saguão litterario;

8.º—que o nosso tempo é de corrupção geral;

9.º—que, por isso, até *os melhores poetas* de hoje em dia atiram para o tal saguão litterario chamado *alexandrino* composições bellissimas, bem sentidas e pensadas;

10.º—que esse saguão, isto é o verso alexandrino, é o paraiso dos *poetastros,* e as delicias das nossas eruditas.

São dez asserções, que vou examinar. Toda a attenção que se preste a um escripto de Herculano é pouca. Discutil-o é um preito. As opiniões artisticas são livres. Das dos proprios mestres se póde discordar sem os offender.

1.ª asserção

INVADIU-NOS A POESIA FRANCEZA

Certamente. O movimento romantico (para não falar senão d'este, que é, por assim dizer, nosso contemporaneo) não nos chegou em linha recta da Allemanha nem da Inglaterra, com quanto já cá se soubesse inglez e allemão, ou se lessem nas traducções alguns poucos auctores inglezes e allemães. A poesia romantica entrou em Portugal vestida principalmente ás modas francezas. A poesia romantica de Hugo e Lamartine invadiu-nos. Invadiu-nos; é um facto de historia litteraria; e um dos promotores d'essa invasão foi Herculano. A inspiração d'este grande escriptor, a sua fórma poetica, o seu christianismo doutrinal, a côr, a commoção, e o terrivel dos seus romances mais lidos, tudo sai influenciado de Hugo, Lamartine, Châteaubriand, Lamennais. Se Herculano se referia ao abuso do ro-

manticismo pela geração subsequente á sua, contra esse abuso é que elle, me parece, devia insurgir-se, e não contra a invasão, que protegeu, parecendo aqui e ali (como Castilho ás vezes) contrarial-a.

2.ª asserção

A «PAQUITA» É UM PROTESTO CONTRA A INVASÃO DA POESIA FRANCEZA

Creio que o elegante auctor da *Paquita* nunca pensou em lavrar *protestos* com aquellas vibrantes e harmoniosas estrophes, filiadas, talvez, até certo ponto, em Byron, parecidas, talvez, com as do Ariosto, mas muito mais proximas parentas de Musset, francez, e de Espronceda, castelhano franco-romantico. Falando d'este ultimo diz um biographo: «Foi um genio pouco medido, confuso, vago, muita vez imitador de Byron e de Hugo, mas possuindo de seus admiraveis arrojos» (1).

A *Paquita* não me parece um protesto; o auctor cantou-a cantando os seus amores, como o rouxinol. O juvenil trovador, cheio de estro, brotou aquellas coloridas endeixas como os roseiraes brotam rosas. Terão elles a consciencia de lavrar protestos contra o inverno?

3.ª asserção

A POESIA FRANCEZA É PRIVADA DE HARMONIAS METRICAS

Respondam e agradeçam os representantes d'essa poesia, Lamartine, Hugo, Vigny, Chénier, Gilbert, Millevoye, Malherbe, João Baptista Rousseau, Racine, Barthèlemy, e até, no seu tanto, o antigo Duque Carlos d'Orléans. A lingua, sim que é pouco sonora e musical se a compararmos com a italiana, a castelhana, a portugueza; mas a poesia franceza conseguiu prodigios de *harmonia metrica* n'esse instrumento mais surdo que outros. Distingâmos.

4.ª e 5.ª asserções

A POESIA FRANCEZA LANÇA OS LITTERATOS PORTUGUEZES NA CARICATURA DE OUTRA CARICATURA. É A IMITAÇÃO BASTARDA DO ALEXANDRINO

Não se percebe como seja *caricatura,* e porquê, o uso que

---

(1) *Ce fut un génie peu mesuré, confus, incertain, porté souvent à l'imitation de Byron et de Monsieur Victor Hugo, mais ayant aussi d'incroyables élans.*

faz a poesia franceza do verso alexandrino. Toda a caricatura suppõe um original; qual é n'este caso? Tambem se não comprehende o por que será *caricatura de caricatura* o usarem-n'o os poetas portuguezes, só porque os seus confrades de França o empregavam.

6.ª asserção

O VERSO ALEXANDRINO É MONOTONO

O alexandrino de Corneille, de Racine, de Boileau, seria monotono pela obrigação de respeitar a cezura.

> *Que* TOUJOURS *dans vos vers le sens coupant les mots*
> *Suspende l'hémistiche, en marque le repos*

ordenou o legislador da *Arte poetica,* juntando ao preceito o exemplo. Mas não é menos certo que o celebre Delille começou no Parnaso francez a domesticação, a libertação d'esse metro. E escreveu um grande critico: «Um dos nossos mais peritos versificadores, o sr. Abbade Delille, parece ter-se desvelado especialmente em senhorear o alexandrino, trabalhando-o na estructura e nos meneios, e dando-lhe movimentos tão variados quanto possivel» (1).

Depois do poeta dos *Jardins,* outros lidaram no mesmo empenho; e em 1856 (quando Herculano escrevia) já o alexandrino de Hugo, democratisado nos seus dramas, dialogado ao natural, sabiamente quebrado e domado, tinha, desde muito, perdido a monotonia, e cantava em todos os tons. E' que o ouvido dos litteratos francezes, cançado da observancia demasiadamente meticulosa dos mandamentos de Boileau, insurgia-se contra elles; e além d'isso, a eschola de 1830, revolucionaria e iconoclasta como foi, timbrava em innovar, não só no fundo mas tambem na fórma. O *toujours* do legislador tornara-se obsoleto. A mesma publica opinião que o acatára, ria-se d'elle por fim. Ao jardim de Le Nôtre arrancavam-se os buxos, alterava-se o plano, apeavam-se as estatuas; triumphava o inculto, o vago, o indefinido.....

Não levaria, n'este ponto de versificação, a arte franceza longe de mais os impulsos da reforma? talvez; pelo menos, alguns eruditos litteratos, patricios e aliás admiradores do

---

(1) *Monsieur l'Abbé Delille, l'un de nos meilleurs versificateurs, paraît s'être particulièrement occupé de maîtriser notre vers alexandrin par le travail des constructions et des tournures; et de lui donner un mouvement aussi diversifié qu'il soit possible.*
La Harpe, *Cours de Littérature.*

celeberrimo auctor do prologo do *Cromwell,* assim o insinuaram abertamente. Ahi temos, por exemplo, Saint-Agnan Choler, que ponderou, tratando do alexandrino:

«Era mistér amacial-o, e avisinhal-o do falar usual, não na essencia mas no feitio. Tentou-se; mas como era novidade, e faltavam os dictames da experiencia, passou-se além do alvo; pelo menos assim pensa muita gente. No emtanto reflictâmos: para curvar uma ramada vigorosa, é indispensavel empregar muita força, e só assim se chega a imprimir-lhe a conveniente flexão; assim é no nosso caso; esta revolução litteraria trouxe um excesso que reage contra o excesso contrario; só depois ha de chegar o equilibrio. O pendulo ainda oscilla; aguardemos que pare» (1).

Outro, que tambem sabia do seu officio, E. Rollande, desconfiava já em 1855 das vantagens, pregoadas pelos excessivos partidarios praticos da quebra do antigo alexandrino, e dizia:

«No nosso tempo, em que vemos succederem-se sem descanço as innovações, tanto em materias litterarias como em tudo mais, forcejaram os nossos conterraneos auctores de tragedias e poemas incutir ao alexandrino mais movimento, mais vida, mais *côr* (segundo se diz agora); quizeram arrancal-o á consuetudinaria monotonia; conservaram as rimas emparelhadas, como se usava, mas exforçaram-se em casar certa harmonia com certa irregularidade nas pausas; e por modo tal, que só conseguiram destruir todo o rythmo. A quebra da lei dos hemistychios (*l'enjambement*) prohibida antigamente com severidade excessiva, foi grande arma para o systema novo. Mas não terão acaso os mais melodiosos innovadores transposto as barreiras da razão e do bom gosto? Perdemos, é certo, a sédiça uniformidade; mas lucrámos, a mais, alguns ridiculos» (2).

---

(1) *Il fallait l'assouplir et le rapprocher du langage ordinaire, non dans le fond mais dans la forme. On a essayé; mais, comme dans tout essai, l'expérience manquant, le but a été dépassé; du moins beaucoup le pensent. Mais n'est-ce pas en ployant outre mesure une branche rebelle qu'on parvient à obtenir une courbure convenable? Et l'excès, venant par cette révolution après l'excès en sens contraire, n'amènera-t-il pas l'équilibre? Le pendule accomplit ses oscillations; attendons qu'il s'arrête.*

Encyclopédie moderne, artigo *Aléxandrin.*

(2) *De nos jours, où les innovations en littérature, comme en tout autre chose, ont été si grand train, nos auteurs de poèmes et de tragédies se sont attachés à donner aux aléxandrins plus de mouvement, plus de vie, plus de «couleur», selon l'expression favorite; ils ont voulu les sortir enfin de leur longue monotonie, et, laissant les rimes dans leur même accouplement, dans leur même ordre, ils ont porté tous leurs soins à mettre du nombre*

Ora aqui, em Portugal, já então, quando Herculano censurava a *monotonia* do alexandrino, alguns poetas, respeitando aliás as leis sensatas da metrica, logravam cavalgar esse corcel rebellão com todos os primores da gineta litteraria. Portanto, com o devido respeito, tal accusação absoluta e peremptoria de monotonia já então se não sustentava, nem applicada ao verso francez, nem ao portuguez.

Não; o alexandrino não é monotono; longe d'isso. Um metro que tem tanta riqueza de pausas, é variadissimo. Observemos.

Póde pausar-se na

1.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª, 12.ª

Cai do Empyrio o archanjo; o homem do paraiso.

1.ª, 4.ª, 6.ª, 10.ª, 12.ª

Onde o Senhor a trouxe, ha de lhe ser barreira.

2.ª, 4.ª, 6.ª, 8.ª, 10.ª, 12.ª

Aturde noite e dia e faz descrer do amor.

2.ª, 4.ª, 6.ª, 9.ª, 12.ª

Á mente, ao peito, á voz: Leopoldina, Isabel.
Segundo o seu costume acostou-se e dormia.

2.ª, 6.ª, 8.ª, 12.ª

Ouvíreis ressoar nas preces que ao Senhor.

3.ª, 6.ª, 8.ª, 10.ª, 12.ª

Envolvendo a cidade, o campo, o mar, os céos.

3.ª, 6.ª, 9.ª, 12.ª

Como bençãos cahindo arraiavam seu lar.
Deleitoso presente a que ria o porvir.

4.ª, 8.ª, 12.ª

No Oceano azul correm as naus de lado a lado.
Rompe os hombraes, tira os portões, cega as vidraças.

Que mais póde desejar-se como variedade? Quem os souber entremear com graça e gosto, fará que deixem de parecer mo-

---

et de l'irrégularité dans les repos, de telle sorte qu'ils en sont venus à détruire toute espèce de mesure. L'enjambement, qu'on proscrivait autrefois avec une excessive sévérité, a servi merveilleusement ce nouveau système. Mais les plus nombreux de nos innovateurs n'ont-ils pas dépassé les limites que leur assignaient la raison et le bon goût? Avec quelques vieilles uniformités de moins, n'avons-nous pas quelques ridicules de plus?

Encyclopédie du XIXe siècle, artigo *Aléxandrin (Vers)*.

notonos estes versos de tantos recursos, estes prestadios alexandrinos, que tanto brilham na epopêa como na facecia, na satyra como no drama, na comédia como na elegia, na epistola como na ode. O alexandrino tem pés, e tem azas.

7.ª asserção

O VERSO ALEXANDRINO É UM SAGUÃO LITTERARIO

Um saguão, segundo Moraes, é um pateo descoberto no centro das casas, onde caem as aguas dos telhados; ou uma entrada coberta junto da porta principal de convento ou casa. Não vejo, por mais que procure, analogia clara entre essas definições de um recinto apertado e escuso, e o verso mais amplo e desafogado da metrica moderna.

8.ª asserção

O TEMPO ACTUAL É DE GERAL CORRUPÇÃO

Saem sempre um tanto arrevezadas estas affirmações da moralidade ou corrupção de um dado periodo historico. O que foram todas as edades do mundo, é o nosso tempo, nem mais nem menos, quanto a morigeração. Ha homens muito bons, homens muito maus, e sujeitos nem maus nem bons. Um tempo e um paiz que admiram em Herculano um dos seus melhores escriptores, e o seu primeiro historiador, um tempo e um paiz que o exaltam e o acclamam, que lhe dão as mais altas distincções sociaes e litterarias, e que aos seus restos mortaes erigem um moimento Real, não são tão corruptos que não entendam quanto vale o merecimento e a virtude.

No dia em que escrevia a sua carta-prologo achava-se Herculano talvez triste, apoquentado com qualquer coisa; é o que vale, para darmos o devido desconto ao seu pessimismo.

9.ª asserção

N'ESTE NOSSO TEMPO DE CORRUPÇÃO EM TUDO, ATÉ OS MELHORES POETAS ATIRAM PARA O TAL SAGUÃO LITTERARIO, CHAMADO ALEXANDRINO, COMPOSIÇÕES BELLISSIMAS

Não se percebe bem (pelo menos não attinjo eu) como póde influir a corrupção de uma era no motivo da escolha de tal ou tal fórma artistica. Porque o tempo é immoral, os poetas empregam o alexandrino? não entendo.

10.ª asserção

ESSE TAL SAGUÃO LITTERARIO, ISTO É O ALEXANDRINO, É O PARAISO DOS POETASTROS, E AS DELICIAS DAS NOSSAS ERUDITAS «BLUE-STOCKINGS»

Palavras, que n'outro auctor eu chamaria sem nexo. Sendo de quem são, tomo-as como gracejo. Porque um poetastro emprega tal fórma, essa fórma é o seu paraiso? Porque as litteratas gostam do alexandrino, ha de passar-se-lhes diploma de pedantescas? Se o alexandrino é o *paraiso* dos poetastros, é tambem o *paraiso* dos *melhores poetas,* que, segundo Herculano, n'esse metro compõem (ou para esse saguão atiram) trechos magnificos. Se o alexandrino é o *paraiso* das *blue-stockings,* porque algumas o acham agradavel, é tambem o *paraiso* de muitissima outra gente de alto criterio, que se compraz em recitar e ouvir recitar n'esse metro majestoso.

O que vejo, é que aos maiores *liberaes* tambem chega alguma vez a hora da intolerancia; são *absolutos* no seu credo litterario, se não politico.

*

D'este azedo trecho do eminente historiador só se deduz que não lhe quadrava a melodia do alexandrino, e que lamentava que os nossos poetas metrificassem n'elle, por ser francez. São opiniões. Respeito-as, mas não as sigo.

Noto apenas o seguinte:

Não é raro nas obras lyricas de Herculano o emprego do metro sextisyllabo, o que prova que elle agradava ao seu ouvido. Ora o alexandrino agrupa dois d'esses versos. Porque lhe desagradava então, porque lhe irritava tanto os nervos, esse agrupamento? Se uma longa sequencia de versos de seis syllabas o deleitava, porque lhe pareciam intoleraveis taes versos fundidos ou soldados n'um de doze? Não se comprehende.

*

Houve, ha seculos, quando cá entrou o soneto, vindo dos Arabes, ou dos Provençaes, ou dos Italianos, fosse d'onde fosse, houve de certo quem se lhe mostrasse adverso; mas o soneto, como era bom, resistiu, e fez fortuna.

Quando, no principio da Monarchia, vinha de fóra algum aventureiro, e em pelejas contra Moiros ganhava nome de heroe, os Affonsos e os Sanchos nobilitavam-n'o, e elle tomava

assento entre a fidalguia, goda e leoneza de origem, que cercava o nosso throno. Não faltaram a esses taes os motejos dos antigos nobres; mas hoje, perpetuados em familias de primeira ordem, são avoengos, são portuguezes.

Ao alexandrino ha de succeder o mesmo, e já succedeu. Atacado como *parvenu,* soube manter-se, fez as suas provanças, combateu, mostrou o seu valor; hoje, perpetuado em obras primas, é nosso, é portuguez.

*

A primeira vez que, segundo creio, Castilho escreveu sobre este opulento e bello metro, foi nas *Excavações poeticas* (1844).

«O verso alexandrino—disse elle—que é entre os Francezes o mais commum (talvez pela propria idiosyncrasia da lingua, que, se hoje vai opulenta de poesia, nunca ha de deixar de ser mesquinha para a musica e para o rythmo), o verso alexandrino foi sempre, e é ainda hoje, quasi desconhecido nos lavores dos poetas de Portugal, Castella e Italia, onde só um ou outro curioso o cultiva por exhibição, como planta forasteira. Ora como a variedade seja, em coisas de arte e luxo, condição muito principal, era claro que, se ás duas medidas vulgares do hendecassyllabo e do octossyllabo, que são todo o nosso haver heroico e lyrico (1), se podessem ajuntar, não só o alexandrino, mas quaesquer outras combinações metricas, em o diligenciar se faria boa obra, e bóa avença se levaria em o conseguir; sendo de mais a mais que assim ficava o escriptor mais sortido de tintas de melodia, para acertar pelo natural com as côres do seu pensamento.

«O verso alexandrino foi o que me pareceu, a principio, mais rebelde; e por isso mesmo o contra que empreguei maiores empenhos. Cheguei, cuido eu, a domestical-o.....» (1).

*

N'uma carta a seu irmão José diz o poeta:

«O alexandrino é com effeito o rei dos versos.

«Além de todas as razões, que para o recommendar tenho allegado, ha ainda esta: que se accommoda tão adequadamente aos assumptos grandiosos e altíloquos, como aos lyricos

---

(1) Ao que se chamava vulgarmente *hendecassyllabo* e *octossyllabo*, veio depois Castilho a chamar, e muito bem, *decassyllabo* e *settissyllabo*, contando as syllabas até á predominante nos versos graves.—*J. de C.*

e mimosissimos; aos primeiros, porque tem grandeza, até na extensão (é o metro mais comprido); aos segundos, porque, dividindo-se indispensavelmente em dois lyricos, eguaes e muito suaves, póde pleitear graças com qualquer outro metro.

«Olha, porém, como, em tudo, é ferrenho, rude, e prejudicial o *ramerrão:* o verso alexandrino quasi que ainda não é cultivado. Muitos poetas fogem-lhe; dizem que o acham difficillimo; e alguns passam a mais: dizem que não é harmonioso! extranhezas do descostume» (2).

*

No prologo da sua collecção de versos *O Outono* escreve o nosso poeta:

..... «Contra este majestoso e elegante metro, nada ainda se ponderou que vizo tivesse de argumento. Ao alexandrino compete, como hexametro que é, a palma em nossa lingua, e espero que a ha de conseguir.

«Dizem que é francez; tambem o Conde D. Henrique o era, mas governou cá, e creou dynastia. O hexametro, porém, é mais e melhor que francez: é grego e romano; é de Homero e Virgilio, nada menos.

«Harmonia, creio que ninguem ainda excogitou negar-lh'a, e ahi é que bate o ponto essencial.

«Ha alexandrinos *errados* e *mal feitos*. Boa duvida! em todos os metros acontece o mesmo; mas não são esses os que se recommendam: são os de Lobato Pires, os de Pinheiro Chagas, os de Mendes Leal, os de Thomaz Ribeiro, os de Pinto Ribeiro, emfim, os de quem faz versos reconheciveis sem maiuscula; e ponho em primeira linha o meu donoso e melodiosissimo poeta Bulhão Pato.»

*

No supra-citado logar do *Tratado de Metrificação* deparam-se-me algumas observações mais, que não resisto a transcrever.

«Outro *contra*—(além dos já adduzidos em desfavor do grande verso)—consiste em que, se o verso de doze syllabas não é senão dois versos de seis syllabas, cada um não se póde

---

(1) *Excavações poeticas,* advertencia ao apólogo *Os macacos.*

(2) *Amores* de Ovidio—*Grinalda,* por José Feliciano de Castilho, pag. 237.

considerar como verso sobre si, e mais vale escrevel-o decomposto nos seus dois elementos.

«Esta subtileza só poderá seduzir a quem olhar as coisas pela rama. Ora *estae comigo* (como dizia o nosso Padre Vieira quando se empenhava em que por falta de attenção lhe não desacompanhassem o argumento): em primeiro logar, nem sempre que ha dois versos de seis syllabas se tem n'elle um verso de doze syllabas certo, pois, como já dissemos, se o primeiro dos dois fôr grave, e a sua syllaba ultima se não elidir, os dois serão certos, mas o alexandrino errado; por outra: não existirá tal alexandrino, mas sim um aleijão metrico sem nome. Em segundo logar, ninguem de apurado gosto deixará de sentir que ler dois versos distinctos e separados não produz, nem ao ouvido nem ao espirito, o mesmo effeito (1), que ler os mesmissimos dois versos encorporados n'um, formoso pela sua unidade, e cheio de nova alma pelo concerto d'aquellas duas musicas n'uma só.

«Uma comparação trivial fará comprehender perfeitamente a nossa ideia: apresentae a qualquer pessoa que tenha sêde meia canada de uma bella agua n'um grande copo crystallino, e outra meia repartida em dois copos de quartilho. O copo grande não contém realmente, nem mais liquido, nem melhor, que os dois pequenos; mas será o mesmo para a sêde beber de um fôlego a meia canada, que os dois quartilhos por duas vezes?»

*

Basta de alexandrinos. Ficará liquidada a questão? não creio. Opiniões litterarias não se impõem. Os adversarios do alexandrino continuarão com a sua. Nem todos os chascos d'elles, nem todos os seus sophismas, me convenceriam; e eu não tenho a presumpção de os saber demover do que elles chamam o seu credo.

Adiante.

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

---

(1) Nem aos olhos, poderemos accrescentar.—*J. de C.*

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 5, pag. 320)

CAPITULO DE UMA q̃ O Pe IOÃO ALŪRS ASSISTENTE ESCREUEO DE ROMA AO Pe RUI MĪZ RECTOR DO COLLEGIO DE BRAGA POR ORDEM DO Pe GERAL AOS 4 DE IULHO DE 94

Dahi pedio o pe prouincial licẽça pera se enterrar em o collegio o Marido de Ana Alūrz q̃ ella ya tem licença. (Se o pe prouincial não auisar a V R.) Eu a ouve do nosso pe e podesse enterrar com sua molher sine sepultura iure e a V R. fique auisar ao pe prouincial & &.

DE ŪMA DE NOSSO Pe GERAL DE 16 DE IULHO DE 94 AO Pe PROUINCIAL FRANCISCO DE GOUUEA

De nenhum modo se mostrem daqui por diante nem comuniquem a pesoas de fora as annuas da Comp.ª E o pe prouincial não tenha poder pª dar esta liçença.

DE UMA DE NOSSO Pe GERAL DE 27 DE AGOSTO DE 94 AO Pe PROUINCIAL FRco DE GOUUEA

Todos os estudantes que fizerem votos acabado o Nouiciado farão um assento no liuro dos uotos conforme ao decreto ::: da quinta congregação cuia formula é a seguinte assinarseão ao pé do assento. E esta formula tãobem estara no principio do liuro dos votos.

Formula

Ego N. statis temporibus examinatus emisi uota scholasticorum approbatorum iuxta formulam consuetam Societatis die tali celebrante. p. N. Et clare intellexi illis uerbis promitto me ingressurum contineri 4um votum quo me obligaui ad acceptandum quẽcūq̃ gradum siue Coadiutoris formati siue professi prout præposito Generali ad maius Dei obsequium fore uidebitur.

DE UNA DE NUESTRO P.e GENERAL CLAUDIO AQUA UIUA PARA EL P.e PROUINCIAL FR,co DE GOUUEA DE 10 DE ABRIL DE 95

Introduzgase enessa prouincia el costūbre uniuersal de la Comp.ª q̃ es de no prolongar en las platicas de las 6.as ferias

de media hora aunque se puede prolongar este termino hua por occasion de platica de uotos, para lo qual no es inconueniẽte tener un relox de arena ::: dia hora, y acabado el tiẽpo se dé senal ao pe q̃ haze la exortacion para que conclua como aca se haze.

De una de N. P.e General Claudio Aqua viua de 3 de Julio de 93 pa el Pe Prouincial Freo de Gouuea

El abuso de demasiadas fiestas q̃ tiene entrado en las fiestas de la Annunciata de essa prouincia, V. R. procure de le dar el remedio cõueniente, haziendo cõ los pes q̃ las tienen a su cargo, q̃ guarden las reglas, y la intencion q̃ la Compa pretiende en las dichas Congregaciones, porq̃ de otra manra será necessario descargarmosnos de semeiantes obligaciones, si no se cõseguiere el fin de la deuocion, y fructo spiritual, pa q̃ se instituyeron.

Tambem escreue N. P.e Geral, q̃ por hũ breue do Papa Clemente 8.o, q̃ ora preside na Jgreia de D.s, declara, e ordena, q̃ não ual a bulla da Cruzada aos nossos Religiosos, pa effeito de eleger cõfessor q̃ o possa assoluer de casos reseruados, E quer Nosso P.e, q̃ entendão isto os nossos Irmãos, e Padres. V. R. cõ algũa boa occasião lho declare; quando for uisitar o Collegio mostrarej o breue.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

Allocução proferida á beira da sepultura do dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho

MEUS SENHORES!

Venho aqui, coberto de lucto pela morte d'um dos nossos eminentes homens de sciencia, que foi ao mesmo tempo um dos mais egregios vultos da nossa Universidade, o dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho.

Grande orador e grande escriptor, o seu ensino, que fez a instrucção e o encanto de successivas gerações durante trinta annos ininterruptos, revestia, com as fórmas mais agradaveis, o tom solemne d'uma verdadeira magistratura social. Com elle, aprendia-se mais do que simplesmente a sciencia; aprendia-se a amá-la como um dever, como um bem, e a venerar como sacerdotes os seus mestres. A sua palavra vibrante, commovida, tinha o maravilhoso condão de elevar todos os assumptos á dignidade moral; e, em todas as questões que elle agitasse, sentia-se pulsar fundo no seu coração o interesse humano. Exemplar acabado do professor, foi sempre o humanista, o educador, conscio de que sôbre elle impendia com todas as suas graves responsabilidades o sagrado encargo do governo das almas juvenis.

Tudo na sua majestosa figura, até o seu ar antigo, que tão bem se ajustava com a grandeza heraldica das tradicionaes pompas academicas, contribuia para firmar no animo dos seus discipulos a sua auctoridade paternal. Bastava a sua só presença para infundir á sala da aula um aspecto imponente, quasi religioso; e eu, que tive a honra de ser seu alumno, ainda agora o estou vendo na cathedra, envolto nas severas dobras da capa doutoral, a alvura das mãos e do rosto destacando sôbre o fundo negro da batina, com a corôa dos seus raros cabellos cingida, como num nimbo, pelos reflexos brilhantes da sua vasta fronte, nervosamente tenso o corpo todo, quasi sem gesticular, mas extraordinariamente moveis

os olhos e a bôca, falando-nos numa melopêa e com uma uncção tão penetrante que a sua lição assumia para nós todo o prestigio d'um apostolado.

O seu zelo pelo magisterio confundia-se com o seu acrysolado culto pela patria. Serviu-o nobremente pela eloquencia das suas prelecções, pelos seus claros escriptos, entre os quaes serão sempre apreciadas como um primor as suas Lições de Philosophia Chimica, e pela devoção com que, em todas as occasiões, celebrou os nossos fastos docentes, assignaladamente no centenario da reforma pombalina da Universidade, a que, com inexcedivel solicitude filial, pôde consagrar um digno padrão de reconhecimento nas palpitantes paginas da sua substanciosa Memoria Historica da Faculdade de Philosophia.

E, com o peito assim constellado de serviços, quando attingiu felizmente o termo da sua benemerita carreira, quem dos poderes publicos ou das corporações officiaes acorreu a entregar-lhe, em festiva homenagem, algum dos laureis por elle galhardamente conquistados em tão porfiosas lides escholares? Quantas vezes, desde então, se ouviu sequer pronunciar o seu nome illustre?

Ai! como em Portugal morrem depressa os melhores servidores da nação!

Coimbra, 15 de junho de 1902. BERNARDINO MACHADO.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 6, pag. 330)

A supersticiosa mania que ha das pessôas importantes! Ora não o são realmente senão os bons. As sociedades que, para se condecorarem postiçamente com ellas, as chamam sem discrimen e escrupulo ao seu seio e direcção, imaginando assim engrandecer-se, soffrem depois o castigo de não poder verberar-lhes as impertinencias e os desafôros, porque correm o risco, se ellas por isso se despedem, de ver abalada e comprometida a sua solidez, senão a sua propria existencia. Fizeram-se importantes com ellas: têem, pois, muito que as aturar antes de se acharem com fôrças para prescindir d'ellas; e nem muitas vezes o conseguem jámais.

A vida da provincia é tão apoucada entre nós, que não dá para grandes virtudes civicas; e por isso os que são creados em tamanha estreiteza, não têem sequer alma para as ver, quando essas virtudes excepcionalmente lhes despontem ao pé. Para a maioria do paiz, os grandes homens são um producto da capital, senão mesmo só do estrangeiro. A sua grandeza é uma questão de fé. Como, pois, neste estado póde haver deputados livremente eleitos? Eleve-se moralmente a vida local, dê-se-lhe autonomia!

A companhia d'uma mulher espiritual, artistica, modestamente graciosa de maneiras, é tão attrahente, que é só isso o que explica a acceitação que certos homens antipathicamente grosseiros veem a achar na sociedade. Ha filhas a tal ponto encantadoras, que esbatem e quasi apagam com a irradiação da sua figura as feias sombras do caracter dos paes.

*

Vou comprehendendo agora o desdem que eu via, em rapaz, que os nossos melhores politicos tinham por tantos dos nossos homens de sciencia. Se a maior parte são incapazes da minima acção!

Para lição d'um parvo com pretenções a esperto, empavonado na sua opinião, não ha, ás vezes, como defrontá-lo com um parvajola chapado, de todos por tal reconhecido, da mesma opinião.

Os dirigentes das sociedades não dão senão exemplo da dissociação. E os das escholas? Peor ainda. Para onde, pois, recorrer! Onde fundar esperanças d'um futuro melhor?

Não basta semear, tratar; é necessario tambem saber colher, começando por colher a tempo. E d'isto se esquecem muitos que andam numa eterna labutação esteril, a perderem os seus melhores esforços em incessantes implantações de que nunca aproveitam os fructos. Chega a ceifa, a vindima, e parece-lhes que já está tudo feito: cuidam d'outras novidades.

Approximar os homens? Mas, se nas terras pequenas, onde vivem mais de perto, èlles se dilaceram! E' que é preciso approximá-los pelos interesses collectivos, ainda que sejam de campanario; e, na mesma freguezia, na mesma aldeia ou rua, o interesse commum briga mais de perto com os interesses individuaes.

Quando as instituições precisam de que as defenda em publico quem em particular as infama, estão moribundas.

Entre nós, morre-se cedo nas classes altas. E' que a saude é tambem feita de honradez, de bondade.

Os governantes ignoram tudo? Nenhum entrou ainda nestas officinas, sem ar, infectuosas, que se encobrem por detraz de tantos estabelecimentos casquilhos? E nas pocilgas de operarios e de estudantes?, Quando teremos e applicaremos rigorosamente uma lei de hygiene das habitações?

Os nossos costumes. Um homem commete uma inconfidencia, e o resultado é o descredito ou um desastre para alguem. O homem desculpa-se: «Eu contei-o unicamente a F.; a culpa é d'elle, que o divulgou.»

A situação do militar. Ha de dar a vida pela patria no dia em que o mandarem defendê-la do inimigo; mas não tem o direito de combatê-lo por sua livre iniciativa, nem póde denunciar os seus attentados: ha de assistir a elles, silencioso, e não lhe é licito sequer julgar por si quem são os verdadeiros inimigos da patria. Que paradoxo! vilania politica na praça publica, e heroicidade marcial nos campos de batalha. E' lá possivel? E' como se julgassem possivel que a covardia civica na paz se convertesse em coragem civica na guerra. Não! Urge que, pela universalidade da educação e do serviço militar, o soldado se confunda com o eleitor. E então já o exercito não ha de ser incompativel com a politica.

Contam que, chegado o momento da luta e do perigo, o militar ha de saber defender a patria, porque terá de defender a propria vida? Illudem-se. Se fôr só esse o movel, achará muito mais efficaz render-se antes de combater. E' que terá de defender tambem os seus haveres? Preferirá vender-se para os segurar e accrescentar. Não façam d'elle um mercenario.

O progresso vai acabando com a profissão militar. E' tanto uma profissão especial como o é a profissão religiosa. Tambem as congregrações se apellidam milicia. Exerçam-na todos, uma e outra!

A constituição aristocratica da sociedade tinha d'antes esta vantagem: é que era ao mesmo tempo militar. O nobre era tambem cavalleiro e homem d'armas. E' necessario chegar hoje democraticamente á mesma unidade moral.

Quando numa assembléa apparece um problema que divide os espiritos, como é que muita gente pretende reconciliá-los? Resolvendo-o, para que todos se submetam ao imperio da razão e da verdade? Qual! E', supprimindo-o. «Deixemos isso» dizem. Mas o problema é que os não deixa a elles; e, como não o resolvam, vai-os dissolvendo.

Para que pretendem muitos individuos e até nações pertencer a grandes collectividades? Para, em seu proveito, lançar sôbre os outros o peso dos deveres da assistencia publica. E' por isso que tantos egoistas em Portugal se não dariam de ser inglêses.

Do desalento moral não vai longe á devassidão. Descrer da virtude é a transição para ceder ao vicio. Quanto mais os homens nos hostilizem, mais necessitamos de toda a coragem para lutar e vencer.

A posteridade começa na fronteira, diz-se. E é verdade. Ás vezes basta mesmo apenas sahir da terra natal, para nella receber justiça.

O espirito de dissociação dos dirigentes. Pertenciam varios a uma sociedade; e, tendo um d'elles publicado uma verrina contra outro, affrontosamente para toda a sociedade, não se tirou dos mais senão esta exclamação dolorida d'alguns «Ainda não recebi!» com pena de que o escandalo se propagasse tão devagar. Já lhes tardava! Viam e saboreavam a accusação ao consocio, não davam pela injuria que era feita á sociedade e a cada um d'elles.

Como não hão de cahir nos prazeres grosseiros entre nós as classes dirigentes, se não aprendem coisa alguma tão bem, que cheguem a saber fazê-la e a ganhar-lhe gôsto para assim poderem com os seus serviços saborear os gósos moraes? Não fazem botas, nem cadeiras, nem nada; e apenas se dão ares de ter um mais transcendente destino.

Quem é que, tendo por exemplo, estudado metallurgia nas aulas, se torna capaz de collaborar para o progresso da metallurgia? O mesmo a respeito de todas as disciplinas que se estudam, sejam sciencias, artes ou industrias. Por isso a nação em geral se não dirige por si.

As nossas meninas ricas, que fazem á musica e á pintura que aprenderam? Casam, e esquecem-nas; quando, até para a educação dos filhos, deviam fazer por cultivá-las. E' que as estudaram tambem só para ficar approvadas no seu exame, para casar. Pois, para ter certo o voto de muitos, bastava-lhes ser ricas.

Ha alguma coisa peor do que negar justiça aos adversarios, é negá-la aos proprios correligionarios. Se os absolutistas exaggeram os deveres da solidariedade até encobrirem os seus membros corruptos, os liberaes têem pelo contrario a tendencia para o individualismo, para a dissociação, para o descredito e ataque e dilaceração mutua, que não é melhor.

Ha um despotismo, que não é o menos intoleravel; é o da murmuração das terras pequenas, pequenas sobretudo d'alma, de sociabilidade.

Curioso notar como até no fecho das cartas a muitos dos nossos pretendidos vultos sociaes custa declararem-se amigos, admiradores e veneradores d'alguem. Que acrimonia de estulto orgulho! Nem por simples cortezia!

Quando olho, nem sempre vejo; quando me ponho a escutar, póde succeder que não oiça nada. Mas, quando me mexo ou falo, tenho logo uma sensação mechanica. A motricidade e a sensibilidade muscular são inseparaveis. E acompanham o exercicio de todos os outros sentidos. São fundamentaes.

O que prende o respeito de certas pessôas pela religião do sobrenatural. Conheci um livre pensador, de muita cultura, casado com uma senhora extremamente abeatada, que todo se desvanecia d'ella ser assim, como d'um objecto de luxo, de bom tom, de grande decoração na sua vida.

O verdadeiro socialismo não se oppõe ao liberalismo, pois é elle proprio o liberalismo economico, a organização cooperativa, electiva, do capital, isto é, das auctoridades prepostas á economia social.

E' preciso attender a que o imposto de renda de casa é um imposto de consumo.

Uma cidade nunca devia ser tamanha que em poucos minutos se não pudesse alcançar o arrabalde e ir para fóra respirar á vontade; nem os seus edificios tão altos, que, logo de dentro d'ella, do meio das suas ruas, se se não pudesse, já num certo desafogo, a cada instante, alongar os olhos até ao campo.

O polytheismo era o feudalismo religioso, o monotheismo é a monarchia absoluta ou constitucional. Quando, ao menos na religião, nos governaremos por nós mesmos, republicanamente?

A paixão dos principios de liberdade e de justiça nunca deve ser superior á paixão da humanidade.

Da maior parte das pessôas tudo se alcançará, menos que vençam os seus rancores, ainda os mais iniquos.

Nas nossas sociedades, o desleixo dos seus membros é tamanho, que os corpos dirigentes têem até de fingir que ellas existem.

Com o desleixo dos seus membros, não póde haver sociedade liberal. A direcção, por mais liberal que seja, vê-se forçada a fazer tudo, por isso a ser dictatorial, ainda que não queira; e é responsabilidade com que não póde.

A proximidade cria attrictos; a distancia, os equivocos e illusões; uma e outra, injustiças.

E' preciso não regatear tanto os valores de formatura aos estudantes, que a informação se converta em diffamação. Para alguns, para o seu pundonor, era melhor nunca terem cursado aulas superiores. Ficavam mais limpos.

Cautela com as ligações! Todas as provas de affeição que dermos a certas creaturas, só servem para na primeira occasião em que se indispozerem comnosco por não podermos comprazer com os seus desejos illegitimos, ellas nos atirarem ao rosto que somos nós que, pela nossa versatilidade, as repellimos, que nós é que mudámos para com ellas.

Porque é que tantos nossos professores não levam a bem a menor reflexão, sujeitando-se a tudo, menos a escutar a razão? E' que, tendo por missão dar lições, tudo preferem a parecer que as recebem. Não ha meio de os dirigir pela discussão, é indispensavel mandá-los despoticamente. Por isso são incapazes de eleger d'entre si alguem que tenham ao seu lado, só simples professor como elles, e obedecem a qualquer influencia externa que se lhes imponha. Para valer, o menos que um collega tem de fazer, é deixá-los por outra commissão e procurar noutro meio uma opinião que lhe dê fôrças perante elles. E ainda assim não se fique seguro de que elles não venham a desforrar-se mais tarde da fraqueza d'essa involuntaria deferencia.

Para o homem fazer vida social é preciso ser sociavel, e para tomar gosto á sociabilidade é preciso fazer vida social. Circulo vicioso? Não! O que isto quer dizer, é que o homem

se vai socializando só pouco a pouco, e que não deve ninguem desistir da campanha socialista, só porque elle a principio põe estavanadamente tudo em desordem e a todos ameaça dissociar com os seus desmandos.

Ha pessôas que, sem se saber porque, de repente nos apparecem zangadas. E' pelo gosto de mudarem para um novo estado d'alma. Muda-se, ainda que seja para peor.

Dois homens haviam sido affrontados por um terceiro. E o plano que cada um dos dois formou de desaggravo, foi ver se irritava o outro a ponto de despicar-se elle. Nem assim! Ficaram ambos inultos, coitados!

Como estamos. Trata-se numa collectividade d'um ponto d'honra social: se a sociedade deve ou não arrostar com a malevolencia publica, indo em soccorro a um consocio aleivosamente accusado d'um delicto. Dois oradores terçam no debate. Um, encanecido em serviços, toda a vida intransigente com o mal, a quem a sociedade deve quasi tudo, sustenta a obrigação; o outro, um sceptico regalão, que nem o seu brio pessoal toma a serio, naturalmente combate-a. E é o segundo quem para um grande numero de membros triumpha, traçando-lhes a regra moral; e o primeiro torna-se quasi suspeito de favoritismo ao consocio accusado.

Ignorantes de que as sociedades têem antes de mais nada obrigação de o ser, a maior parte dos seus membros entendem que ellas se fizeram para tudo, menos para acudir pela reputação dos consocios: «Não se metam nisso, que podem comprometer-se!» E, abándonando-os ás diffamações, «São negocios particulares!» clamam.

E, se a questão está affecta ao poder judicial, encontra-se mesmo quem invective: «Então estamos num paiz de cafres, onde não haja justiça?» Ha, mas não nelle. Faça-a o tribunal, que elle d'ali lava as suas mãos!

Mas até lá? Aqui está para que servem os poderes publicos a muita gente! para declinarem nelles todo o dever. Como se não fôsse precisamente um dever de assistencia social oppôr ás vozes malevolas dos que se apressam a julgar e condemnar, a opinião humana e justa que não admitte que ninguem converta logo a seu talante um accusado em condemnado! Como

se a propria judicatura official não precisasse fiscalizada e auxiliada pela recta opinião, mesmo porque, quando o caso é grave, tem de ser levado ao jury!

Com o nosso ensino verbal e escholastico, para o bacharel formado não ha senão palavras, sôbre que se póde disputar eternamente. Portanto, para lhe dar satisfação em qualquer sociedade, fazendo-o reconhecer que ali se trabalha, não se meta ella a prestar serviços, nada! estruja os ares com declamações, apostrophes e gritos de colera.

A maior parte do nosso ensino não faz homens, mas faz muito egoista, muito covarde, muito perverso. E' mister possuir talento, sobretudo grande coração, para resistir-lhe.

Tudo se vai conseguindo da nossa gente, menos que ella tenha a coragem de rebater a calumnia. Receia que lhe espirre tambem por cima. Mau signal! Não ha como os corruptos para pusillanimemente fazerem côro á infamia.

O povo, para salvar a patria, tem de combater não só para cima os que o escravizam, mas tambem para baixo a plebe assalariada e cumplice dos poderosos. E' a matilha do crime.

Ha pessôas que não fazem senão intrigar; e nada deixam fazer, porque todo o tempo é pouco para desarmar as suas intrigas. Pobres collectividades onde se metam!

Se alguem nos vem convidar para um trabalho commum, não nos deixemos illudir pela nossa paixão associativa. Para certa gente, a associação é uma prêza: querem-na para a devorar.

Como o servilismo perturba e amesquinha a intelligencia! Um illustre naturalista vi eu, numa questão de facto, hesitar em presença d'um erro manifesto aventado por um jactancioso sabichão qualquer a quem elle pedira um favor, chegando mesmo em seguida a dar-lhe momentaneamente razão. E parecia sincero.

Em Portugal a custo se póde governar com os que estão por cima, senão pela transigencia com o mal, quando não é mesmo pela sua exploração. Tentem os homens de bem gover-

nar de baixo para cima, educando, socializando o povo trabalhador.

A nossa vontade não póde tudo, nem mesmo para comnosco. Precisamos sempre de lhe darmos a base de apoio do nosso automatismo. E' o que, na sociedade, se chama a tradição. Como o individuo, a sociedade tambem não marcha por explosões de vontade. A revolução póde ser legitima, mas não se creia na sua omnipotencia. No dia seguinte, a tradição, embora abalada, começa a revindicar a sua parte no governo social; e, se tudo não fica na mesma, fica ainda muito por fazer.

Algumas pessôas tanto analysam as circumstancias d'um emprehendimento, que erguem deante de si obstaculos que as desalentam. Por isso só, é tão necessaria a instrucção pratica. Por maiores que sejam as difficuldades d'um acto, se elle é bom, se nos cumpre fazê-lo, é irmos para deante, é começarmos a praticá-lo, prudente mas decididamente, que as difficuldades oppostas ao bem são como as hostilidades dos maus, só têem a fôrça da nossa fraqueza. As fôrças de destruição são sempre fôrças que se oppõem ao progresso, portanto ás leis naturaes, e que por isso estão condemnadas a succumbir na lucta com as fôrças progressivas, creadoras.

Entre as notabilidades das sociedades portuguêsas o que mais tenho encontrado, são invejas, rancores e intrigas. Dedicações, quasi só nos seus membros obscuros, pertencentes ás classes trabalhadoras. São uns microcosmos exactos da grande associação nacional; para peor, geralmente.

Em Portugal inventou-se uma magistratura publica, a que se chama exercicio do mando, e que só exige de quem a desempenha, que seja arbitrario, despotico, e tenha a fôrça por si. D'um chefe ou ministro assim diz-se logo: Sabe mandar! E todos o dispensam de saber mais nada. Um conheci eu, da mais clara incompetencia, que, com suprema ignorancia e supino desdem pelos serviços e merecimentos dos seus subordinados, todo se impertigava para proclamar: Estou aqui para manter a disciplina! E o caso é que a mantinha.

Ha pessôas que, no orgulho da sua importancia, difficultam-se e isolam-se tanto, que não servem de nada a ninguem. Tão importantes como nullas.

Estado selvatico das nossas classes dirigentes. De tudo fazem questão pessoal. Acham-se ainda na phase emotiva, que é a infima. Podem-se-lhes desenvolver os mais persuasivos argumentos, que tudo é perdido; de tudo que lhes dissermos, só tiram commoções de prazer ou dôr. E a sua irritabilidade é tal, que logo, do lado, á menor contradicção nossa, nos advertem: Homem, não provoque um conflicto! E assim vão esses bons medianeiros encarniçando o debate.

Quem é ainda o depositario do sentimento artistico entre nós, é o povo. Vou provar uma sobrecasaca; e, pelo vão do reposteiro, o meu olhar encontra-se com o olhar enamorado d'um rapaz, que, numa attitude ciumenta, espreita febrilmente todos os movimentos da prova. E' o official que está fazendo a obra? pergunto, impressionado. «E'», responde-me, entre desdenhoso e assomado pela impertinencia, o mestre. Sympathico rapaz! com o coração transbordante de ternura, não podendo separar-se da sua obra, viera atraz d'ella, cegamente, seguindo-a como a uma noiva ou a uma filha...

A educação é o governo da vontade.

A instrucção não basta, diz-se; é preciso sobretudo a educação. E é verdade; porque não basta a simples instrucção automatica, faz-se mister tambem a instrucção voluntaria. As nossas faculdades podem desenvolver-se machinalmente, sob a acção de causas externas, é mesmo assim que ellas se põem em exercicio á voz do professor, mas nós necessitamos tambem de viver espiritualmente por nós proprios. Individuos ha, optimos para se consultar, muito instrüidos, e que, não obstante, entregues a si, sem alguem que os interrogue, interpelle, incita e dirija, ou sem algum objecto ou accidente que os suggéstione, não dão nada. Muitos eruditos soffrem d'esta apathia. E' por isso que não convém que a creança esteja sempre de mestre ao lado ou de compendio adeante; isso paralysa-lhe os livres movimentos. Não queiram, a todo o instante, entretê-la, occupá-la; deixem-na, de vez em quando, só, á sua vontade, pensar, fazer alguma coisa da sua cabeça, que esse tempo de cogitação e trabalho solitario não é perdido, antes, pelo contrario, ella não tem outro modo d'ir formando a sua personalidade, de se educar. Frequentemente aquillo que se chama nas aulas distracção do discipulo, não é tal, mas sim o seu poder de contenção interior, que lhe não permite seguir submissamente todo o longo encadeamento de raciocinios da lição oral ou escripta. Não é só a natureza que reage; reage

tambem a vontade, lutando pela existencia. Succede até que muitos distrahidos são os que mais tarde se demonstram superiores pela sua originalidade e decisão; ao passo que os mais attentos, que tudo escutam, tudo lêem, e tudo apontam e decoram, não fazendo nunca o minimo acto de iniciativa, podem nas escholas cobrir-se de laureis, na vida só servem para ser mandados, quando mesmo nem para isso sequer, porque chega a ser preferivel não lhes confiar serviço algum, tantas explicações de nós exigem, para nem o mais insignificante desempenharem afinal por completo, pela pusillanimidade com que estreitamente se cingem á letra expressa das ordens recebidas.

Não se exagerem, comtudo, as prerogativas da educação. Acautelemo-nos da tyrannia, até da nossa vontade. Que ella se não torne febril, explosiva, gastando em repentes a seiva espiritual, sem jámais lhe dar a tranquillidade sufficiente de crystallização para bem se vingarem e amadurecerem os seus fructos; ou tão porfiada, minuciosa e implicante, que esteja continuamente, já a acicatar, já a travar a marcha do espirito, não lhe tolerando os bons somnos reparadores, nem os impulsos e arroubamentos com que elle ensaia e mede toda a grandeza das suas fôrças. Em ambos os casos, a vontade, como todos os despotas, paga a sua violencia, enfraquecendo-se. Para a nossa educação é preliminar indispensavel a instrucção. Deixemo-nos, d'onde a onde, embeber na vida universal, embalar ou sacudir por ella, comtanto, basta, que não adormeçamos nunca até á lethargia ou nos arrebatemos até á convulsão. Não se leve a concentração ao ponto de a converter em vicio, que nada se veja e nada se oiça, perdendo-se occasiões, que muitas vezes não voltam, d'aproveitar impressões e ensinamentos preciosos, só pelo desmando autodidactivo, antinatural e antisocial, de tudo querer sujeitar ás determinações da vontade. A essa oppressão ninguem resiste; e as proprias molas da alma, de tão tensas, amolgam-se ou estalam e partem-se.

A educação não tem só limites, tem tambem a sua lei, que é a lei moral. Devemo-nos conduzir para o bem, que não é apenas o nosso bem individual, o desenvolvimento harmonico das nossas fôrças e faculdades, mas o bem geral, social, universal, para que nos cumpre contribuir por todos os meios ao nosso alcance, ainda que á custa dos maiores sacrificios. A lei é: cada um por todos e todos por cada um.

(Continúa). BERNARDINO MACHADO.

A PHILOLOGIA E O CARACTER POPULAR

Wolf, notavel philologo allemão, deu ao estudo das linguas uma orientação completamente nova, o mais moderno que até hoje se conhece. Até ao seu tempo consistia o saber latim e o grego em bem interpretar os classicos latinos e os gregos. Wolf, porém, não só os interpretou como um mestre, mas foi mais longe.

Estudando a lingua latina e a grega tentou, pela lingua, constituir o caracter e reconhecer a indole d'esse povo, penetrando-lhe na alma. E, se a lingua não exprime mais do que aquillo que um povo sente, pensa e quer, certamente o podia fazer.

Ha muito que os portuguezes do seculo xv deixaram de existir sobre a terra; se os chronistas nos não dissessem o que foram, qual era a austeridade que caracterisava a sociedade portugueza d'aquella epocha, bastar-nos-hiam os escriptos que nos deixaram, para a reconhecer immediatamente.

A linguagem de Jacintho Freire de Andrade e de todos os escriptores coevos tem tal força e imponencia que, aquelle que a empregou, havia de fatalmente ser um portuguez austero, amante da sua patria.

O fogo d'aquella linguagem faz-nos lembrar a violencia com que as balas de bronze batiam de encontro aos baluartes de Damão e Diu.

Se lemos um trecho dos escriptores d'esse brilhante periodo da nossa litteratura, e, se lemos um artigo publicado nos jornaes d'hoje, encontramos entre o portuguez d'então e o actual notaveis differenças.

A prosa d'aquella epocha faz-nos lembrar o ardor e a valentia com que os nossos antepassados luctavam, na India, contra as forças do Zamorim. No jornal d'hoje só apparecem artigos em que a descrença se manifesta. Nos escriptos d'aquelle tempo vê-se um povo paciente, de uma vontade de ferro, capaz de supportar as maiores fadigas, e até os maiores horrores, para conseguirem o seu fim, para se salvarem elles e a patria. No jornal d'hoje apparecem artigos em que a im-

paciencia é manifesta, em que a vontade é tão fraca, que mal se abraça uma ideía com todo o ardor, para, em seguida, a abandonar com toda a frieza.

E' mais do que vulgar encontrar em qualquer d'esses artigos não só uma palavra franceza, mas até uma construcção semelhante á usada na syntaxe franceza, o que é muito peor, como nos diz Castilho, porque esses modos de dizer affectam a indole da nossa lingua. Um povo que tem caracter, numa nação que tem orgulho em ter um proprio caracter nacional conservam-se as fórmas typicas da lingua, como são os idiotismos que as linguas possuem.

Com a estada das tropas francezas, na Allemanha, durante a guerra dos Trinta Annos, muitas palavras francezas foram introduzidas na lingua allemã. Esse povo, cuja civilisação se baseou na originalidade, conservou durante algum tempo essas palavras, ainda hoje mesmo as emprega, mas tambem é verdade que, para cada palavra de origem franceza, têem elles uma de origem saxonica, que lhe corresponde, e a tendencia moderna é a de não empregarem gallicismos. Chegaram mesmo a fundar uma sociedade para banirem da lingua as palavras de origem franceza, e nenhum classico as empregava.

Este mesmo assumpto foi tratado por um litterato. Em cima de uma montanha existia um magnifico palacio, onde viviam os antigos deuses da Germania, presididos por Wuotan e servidos pelas Wallküren.

Um dia, um allemão dos tempos modernos passou pela montanha, foi preso e levado á presença de Wuotan, que, á primeira vista, julgou que elle era francez pelo modo de vestir e fallar, e as suas cortezias despertaram a hilaridade dos deuses, que lhe deram a liberdade com a condição de não imitar os francezes.

Pela lingua póde-se, até certo ponto, avaliar qual é o grau de desenvolvimento intellectual de um povo. Os povos, cuja lingua é synthetica, não poderão attingir tão facilmente o grau de desenvolvimento intellectual d'outros cuja lingua é analytica, porque a fórma por que esta exprime o pensamento está mais de harmonia com os processos que o espirito segue nas suas deducções.

Os povos, cuja lingua é monosyllabica, têem uma civilisação inferior aquelles em que a lingua é agglutinante. E, nem os primeiros, nem os segundos são tão civilisados como aquelles em que a lingua é flexional.

Se é verdade que um povo chegou ao auge do seu desenvolvimento litterario, no momento em que chegou ao maximo

do seu poder e esplendor, é tambem verdade que esse povo é caracterisado por uma austeridade inexcidivel. Roma e Athenas foram grandes emquanto foram austeras; essa austeridade manifesta-se nos escriptores d'essa epocha.

Roma foi grande, porque o seu imperio foi fundado em vontades como as de Mucio Scoevola, Lucrecia, Virginio e d'outros.

A decadencia dos imperios coincide com a falta de vontade. Um povo ou um individuo falto de vontade não póde ser um povo nem um individuo intelligente, porque não se póde conhecer sem se attender, dizem os philosophos.

Faltando a vontade, faculdade que domina as outras, ha alteração completa na ordem intellectual.

A intelligencia, como vimos, não se desenvolve; a vontade não poderá dominar a sensibilidade; as tendencias d'esta serão para recuperar a animalidade primitiva, e a consequencia natural é a dissolução do individuo, da nação, do imperio, e a ruina immediata do mesmo.

Nos escriptores do seculo xv ha essa actividade e austeridade; nos d'hoje passividade e dissolução.

Assim como na Edade-Média o vassallo se guiava pelas duras leis que o senhor feudal lhe impunha, assim segue a composição litteraria d'essa epocha regras precisas e invariaveis, que faziam do litterato um escravo. A Renascença, apresentando aos homens um sem numero de ideias e impressões novas, desorganisando os systemas, as crenças, as instituições e todo o organismo das instituições medievaes, abandonou o individuo aos impulsos desordenados da natureza, pondo ao mesmo tempo nos seus actos uma energia affirmativa até alli desconhecida. Comparando um litterato da Edade-Média com um da Renascença, vê-se que o primeiro observa as regras da composição litteraria com o rigor com que o vassallo observa as leis feudaes. O trovador, para agradar, cantava os feitos dos cavalleiros e o amor das castellãs.

As obras d'este tempo são pesadas e graves como as cathedraes medievaes. A' medida que as communas, auxiliadas pelos reis, combatem os nobres, a poesia passa do castello para a casa burgueza.

O Minnesinger (menestrel), indo bater á porta do castello, encontrou-o fechado, porque o seu senhor morrera no Oriente, passando então a cantar a burguezia e as suas aspirações liberaes, sendo esta poesia caracterisada por ser mais simples e intima do que a poesia da cavallaria, que tem mais imponencia e majestade. Taes são as conclusões que se tiram do

exame das obras litterarias d'esse tempo, conclusões que a Historia confirma.

Grandes são os recursos que a Philologia está prestando ás outras sciencias. A Philologia Comparada, como Champollion e Willelm von Humboldt a consideraram, tem lançado muita luz sobre a Historia. Não é só da Historia que a Philologia póde ser uma sciencia auxiliar; póde ella esclarecer muitas questões philosophicas e servir de recurso a outras sciencias.

Por exemplo: Existem na lingua allemã preposições que umas vezes regem o dativo, outras vezes regem o accusativo. Regem o dativo com verbos que indicam repouso; o accusativo com verbos que indicam movimento. Depois dos verbos que indicam funcções da intelligencia, como denken an, regem essas preposições o accusativo, *porque o pensamento é considerado como um movimento.*

Antes que Bessel, Hirsch e Herzen convertessem em theoria o *dynamismo,* systema philosophico que considera o pensamento como resultado da vibração nervosa, já os allemães assim o consideravam.

A lingua, em qualquer periodo do seu desenvolvimento historico, acompanha o progresso do povo que a falla.

O classico é caracterisado pela servidão, o romantico pela liberdade, o idealista pelo desprezo do mundo real, o realista pelo amor ao mesmo. O primeiro compõe como um escravo, o segundo como um homem livre, o terceiro como homem superior, o quarto como verdadeiro.

Se o que caracterisa o romantico é o desprendimento das regras da Arte, isto é, a liberdade, tambem appareceu elle numa epocha em que os povos, quebrando o jugo do absolutismo, combatiam pela mesma. Se, para derribar o absolutismo foi necessario verter sangue, não foram menores os esforços dos litteratos, para se desligarem da velha eschola. A revolução que se operou na sociedade, repetiu-se no mundo litterario, e o periodo de Sturm und Drang, na Allemanha, é comparado, no campo litterario, com a revolução politica de 1789, na França. O espirito humano, em todas as suas manifestações, desligou-se de todas as amarras que o prendiam e lhe impediam os vôos.

Para examinarmos o caracter do povo emquanto predominou a eschola idealista, em litteratura alguma encontraremos livros tão expressivos como na litteratura allemã. Tieck, Novalis e Richter são magnificos modelos. Examinemos o Flegelyahre, de Richter.

O auctor começa a tratar um assumpto com a maior natu-

ralidade; pouco a pouco aquella imaginação exalta-se, e elle começa a elevar-se, a subir cada vez mais, até que nos desapparece da vista, e nós não sabemos onde nos encontramos. Heine diz a respeito de Richter: os seus pensamentos e sentimentos elevar-se-hiam como arvores gigantescas, se elle as deixasse tomar raizes e extender com todos os seus ramos e folhas, mas arranca-as do solo emquanto ellas ainda são arbustos.

O assumpto, nos idealistas, representa um papel secundario; as suas obras não são mais do que productos da imaginação.

Se se pudesse escrever sem um assumpto..., dizia Novalis, só então é que a poesia seria a verdadeira expressão da nossa alma! A imaginação, não sendo governada pela razão, produz simplesmente imagens phantasticas, sem valor algum. Foi o que succedeu com a eschola idealista, que degenerou numa especie de somnambulismo. Poetas e philosophos encontravam-se no mesmo desprezo pelo mundo real. A Philosophia de Kant não é menos imaginaria do que a poesia d'então. A Allemanha tornou-se um paiz de sonhadores; e é isso o que caracterisa o povo d'essa epocha, como se vê do exame das obras litterarias d'esse periodo.

O povo, attendendo ás necessidades da epocha, foi acordado e chamado á realidade. O velho edificio construido por Kant começou a ser atacado por Schopenhauer, para ser derribado pelos positivistas.

A litteratura acompanhou esse movimento. O *Soll und Haben,* de Freitag, não é mais do que uma reacção contra os devaneios do idealismo. O povo, o philosopho e o litterato desceram do ideal para o real. Se o D. Quixote e o Sancho Pansa são personagens verdadeiros, diremos que a epocha que passou é a do primeiro; a que vem é a do segundo.

DANIEL RODRIGUES.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 6, pag. 347)

A musica e o caracter portuguez

Intensamente diffundida em Portugal, originariamente no ramo sacro—não obstante, entre nós, como em todos os povos a primeira manifestação musical haver sido o canto popular—a musica attingiu fórma perfeita, austera e triste tão de molde com o sentir d'esta gente artista.

Pela parte que ella tomava nos cantos liturgicos e nas festas reaes—na Edade-média a poesia popular soffreu «transformações nos dois meios sociaes, a Egreja, que a elaborou nas Prosas e cantos liturgicos, e as Côrtes, onde a Canção chegou a exprimir o mais elevado subjectivismo e a ingenuidade melodica da *Aria*»—mais se fomentou esta aptidão, originando-se até o *villancico,* que nas cathedraes alternava com os cantos hieraticos.

Simultaneamente a ala dos trovadores, cuja plenitude de floração se deu no tempo do illustrado D. Diniz—ao qual se deve a creação de uma cadeira de musica na Universidade,—ia cultivando esta arte bella.

Sob D. Duarte e D. Affonso V continúa a sua prosperidade, e foi no reinado d'este ultimo, em 1450, que—como adverte Pougin—«o musico belga Jean Tinctor fundou em Napoles uma escola de canto e de composição (*escola napolitana*), um dos seus compatriotas, Willaert cria a de Veneza; da estabelecida em Roma, pelo francez Goudimel (*escola romana,* 1540) é que sahiu Palestrina (1524–1594), o grande revolucionario da musica religiosa e o productor de obras cuja simplicidade magistral, sentimento penetrante e belleza sublime ainda não foram excedidas. Não foi menos feliz, exercendo o seu genio em composições profanas, e particularmente no genero madrigalesco devem-se-lhe deliciosas obras primas. Ao lado do madrigal, que precisava ser tratado scientificamente, iam-se collocando composições mais simples e mais espontaneamente melodicas: *canzoni, villanelle, frottole,* etc.»

*

Pouco depois do genero de *oratorio,* originava-se a opera. «E' a um grupo extremamente distincto de musicos e de poetas florentinos que se devem os primeiros ensaios, a principio timidos e hesitantes, depois mais activos e logicos, de que pouco a pouco, e insensivelmente, resultou, pelo fim do seculo XVI, a creação do verdadeiro drama musical.

«E' util frizar, que é á acção quasi contemporanea de Palestrina d'um lado, dos florentinos d'outro, ao genio desenvolvido pelo primeiro na arte religiosa, aos esforços dos segundos no sentido da acção scenico-lyrica, que a Italia deve o começo da sua gloria e da sua grandeza musicaes e a supremacia que exerceu durante dois seculos no mundo europeu.

«Bem depressa a opera se desenvolveu em Veneza, onde se estabeleceu victoriosamente durante meio seculo. Por seu turno, Napoles punha-se á frente do movimento, e, graças a diversas gerações de artistas maravilhosos, durante mais de um seculo ficou senhora incontestada do terreno.»

A acção da Italia foi profunda sobre a Europa inteira. Cedo estendeu-se a Portugal: tão grande é a pleiade de musicos que se encontram entre nós por esse tempo.

Recebida predilectamente na côrte de D. João II e D. Manuel, quasi todos os monarchas posteriores contribuiram para o incremento d'este movimento artistico pela protecção que lhe dispensaram.

Com o faustoso, galanteador e beato D. João V, a opera lyrica teve um prestigio absorvente.

A esta affeição que á aristocracia mereceu a arte italiana, contrapunha-se o desdem manifestado pela musica nacional. Não nos referindo ao modo como esta coadjuvou a sympathia pelos versos de redondilha maior e menor, attentaremos nas *Modinhas,* porque nellas ficou patenteada a feição patria. Não é este genero mais que uma persistencia tradicional das antigas *serranilhas,* que ainda se conservam na Galliza na fórma de *Muiñeiras*—typo genuino do lyrismo peninsular—que «em Portugal tornou a communicar-se aos escriptores como Gil Vicente, Sá de Miranda, Christovam Falcão e Camões, tomando a fórma litteraria das *Modinhas brazileiras,* especialmente nas Lyras de Gonzaga.

«Nas fórmas lyricas gallecio-portuguezas—adverte-se na *Historia da poesia popular portugueza,* 1902—acham-se os typos que se desenvolveram litterariamente nos Cancioneiros trobadorescos e nos poetas quinhentistas; nas cantigas Portuguezas andaluzas, determinam-se os moldes da Canção que se desenvolveu musicalmente no *Saláo* e na *Modinha,* que

se relacionam com as Canções italianas que produziram a *Aria*.

«Pelas cantigas populares da Andaluzia se definem as fórmas da cantiga portugueza, nos seus dois typos a *Seguidilha* e a *Copla*. Esta fórma presta-se ás mais delicadas expressões do sentimento; constitue o germen da Monodia (*Canzone a una voce*) e da *Modinha* portugueza, que pelo desenvolvimento artistico e litterario se separaram da ingenuidade popular.»

Foi tão grande a reviviscencia que na colonia do Brazil teve o dynamismo lyrico tradicional e popular—o que se póde explicar como phenomeno de recorrencia ethnica—que as expressivas *Modinhas,* ainda por sua vez, actuaram energicamente na metropole. A ellas se refere o Duque de Chatelet, na sua obra—*Voyage en Portugal*—«As Canções portuguezas são muito licenciosas; acompanham-se com uma guitarra, que fazem resoar com muita graça, mas a musica é alegre è viva e não sem encanto;...» Strafford considerava-as como o elemento generativo da musica portugueza. Na obra *Filinto Elysio e os Dissidentes da Arcadia, A Arcadia Brazileira,* 1901, em que Theophilo Braga, occupando-se das apaixonadas Lyras de Gonzaga, insere um estudo notavel—*Sobre as fórmas poeticas da Marilia de Dirceo,* observa este illustre critico: «Foi a Canzone seiscentista estacionaria no seculo XVIII, que se conservou em Portugal com o titulo de *Modinha;* e esta corrente alimentava-se por um lado trazendo a esses moldes Cantigas populares, e Cançonetas litterarias adaptando-as á musica instrumental que os organistas e clavicinistas allemães tinham tomado da rythmica das *Canzoni* italianas como materiaes dos seus preludios, fugas, sonatas e symphonias. Não nos admira pois que a *Modinha* portugueza se desenvolvesse tanto no seculo XVIII, chegando á assimilação da familia burgueza pelo predominio dos themas populares da Canção, e que se tornasse predilecta na côrte, onde dominàva a alta cultura de um Scarlati e o canto de um Gypcielli e de um Caffarelli. O apparecimento da *Modinha brazileira,* no seculo XVIII, apresentando aos criticos da arte musical um aspecto de nacionalidade, é explicavel pelo phenomeno de sobrevivencia archaica da tradição nas colonias distantes. Conservou-se na sociedade brazileira a tradição musical do seculo XVI, que era a Canção monodica, ou a *Canzone* italiana seiscentista; e não sendo invadida pela polyphonia madrigalesca, procurou renovar-se nos themas da Cantiga popular, durante todo o seculo XVII. D'ahi a sua caracteristica nacional, dando-se tambem a circumstancia admiravel de muitas *Mo-*

dinhas brazileiras apresentarem na sua estructura poetica a mesma contextura estrophica da Canção dos Trovadores portuguezes do seculo XIV.»

Beckford, numa carta datada de 1787, celebra-as: «Quem nunca ouviu este original genero de musica (*Modinhas brazileiras*), ignorará para sempre as mais feiticeiras melodias que têm existido desde o tempo dos sybaritas. Consistem em languidos e interrompidos compassos, como se faltasse o folego por excesso de enlevo, e a alma anhelasse unir-se a outra alma identica de algum objecto querido. Com infantil desleixo insinuam-se no coração antes de haver tempo de o fortificar contra a sua voluptuosa influencia; imaginaes saborear leite, e o veneno da sensualidade vae calando no mais intimo da existencia; pelo menos assim succede áquelles que sentem o poder dos sons harmoniosos: porém não respondo neste caso pelos animaes do norte, fleugmaticos e duros de ouvido.»

«As modinhas portuguezas, observa Kinsey—*Portugal illustrated,* 1827—, são peregrinamente bellas e simples, não só quanto á letra, mas até pela composição da musica. São geralmente expressão de algum sentimento amoroso, terno ou melancolico, de desespero ou esperança, e seu effeito é tal, que, quando bem acompanhadas pela voz á guitarra, chegam a arrancar lagrimas dos ouvintes, apesar de acostumados á sua frequente repetição.»

*

Indubitavelmente a musica é a alma do lyrismo popular.

Vasou-se bem o temperamento portuguez, ao produzir o *fado,* que na toada dolente, gemebunda, molhada de saudades em que se embala, mas onde, por vezes, estala uma voz sumida de revolta, traduz vividamente a idiosyncrasia d'este povo amoroso e aventureiro, que—serenado o espirito guerreiro que o levou á gloria—não se quadra com a aridez da vida pratica, custando-lhe dar-se á industria, ao dynamismo fructeador das sociedades modernas.

Assim, vae chorando, desalentadamente, pela calada, as ruinas tragicas de um passado, cujo descalabro, cuja perda luctuosa parece ter-se diluido na vaga immensidade de um sonho.

Por isso, quantas vezes, pelas nossas ruas acordadas pela sonoridade velada de umas cordas que soluçam extranhamente, quantas vezes, o espirito não é levado no vôo d'aquelles lamentos que se evolam para a remembrança de uma perda

irreparavel! E' essa musica que nos faz vibrar intensamente, entrando-nos no coração, quando a ouvimos, a commoção que veste de lagrimas.

Quando pelo sentimento do que o desfere elle principia por se dirigir suave e tristemente suspirante á emoção dos que o ouvem, despertando eccos que pareciam apagados—memorando sonhos venturosos que passaram; é então que o *fado,* chega a ser o gemido supremo da patria, fazendo vibrar a mesma fibra em todos os corações, falando-lhes vaga, indefinida, mas penetrantemente da *Saudade,* d'aquella saudade de que Bernardim foi o singelo e adoravel trovador.

E o sol, que, incidindo nas aguas portuguezas, arranca laminas de prata, não pôde entrar-nos no coração para arrancar um hymno triumphal. Educados pela melopêa embaladora do mar, como a d'elle, a nossa musica mais intima desfaz-se em prantos.

Não é este avassallamento que magicamente nos mergulha em sonhos magoados, plena floração da alma ligurica? (1).

(Continúa). MARQUES BRAGA.

---

(1) Tendo-nos deixado arrastar pela miragem celta, devemos ratificar, em face dos ultimos estudos anthropologicos, que todas as referencias anteriormente feitas a esse elemento devem ser fixadas nos ligures.

HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 6, pag. 340)

Já vimos como da piedade dos monges, rainhas e confrarias populares de classes artifices ou de ordens religiosas e militares, surgiram em Portugal os primeiros institutos da caridade publica nas albergarias, hospitaes para enfermos e mercearias, creados nos mais antigos tempos da vida historica da monarchia portugueza.

Adrêde reservamos para especial menção outra ordem de estabelecimentos com que os mesmos virtuosos instituidores, e muito especialmente as bondosas e santas rainhas e princezas de quem falámos e outras de menos nomeada, acudiram, segundo os impulsos dos seus corações compassivos, a dulcificar uma das mais atrozes e horrorosas calamidades que affligiam a humanidade d'aquelles tempos.

As cruzadas haviam trazido das inhospitas paragens da Syria e Palestina uma doença terrivel—*a lepra*—que, segundo parece inferir-se de ultimos estudos de um medico notavel, tende a reapparecer em nossos dias em varios paizes e até mesmo nas nossas provincias do Norte.

Os infelizes atacados por tão horrivel flagello, que sobre todos os horrores conta o da fama que desde logo adquiriu da sua espantosa contagiosidade, eram nesses rudes tempos em que se desconhecia toda a prophylaxia e toda a hygiene preventiva, encarados com repulsão pelos povos, que os perseguiam e afugentavam barbaramente á pedrada, lançando contra elles os cães de guarda. Assim fugiam do convivio dos homens estes infelizes chaguentos, vendo o corpo devorado pelo asqueroso mal, e acoutando-se nas cavernas, no recesso das montanhas e dos bosques, onde á mingua de alimento pereciam, quando tinham podido escapar aos ataques e perseguição das populações aterradas ante o risco imminente de uma epidemia. A este e outros males cutaneos, tão vulgares nesses tempos antigos, e geralmente attribuidos á falta dos mais rudimentares preceitos de hygiene e aceio no corpo, nas habitações e nos povoados, ao uso de roupas de lã e de pelles de animaes, provavelmente mal curtidas e mal desinfectadas, junto á pelle, davam-se variados nomes: Affonso X

denominava-os *fogo selvagem,* outros lhes davam os de *fogo sacro,* fogo ou mal de Santo Antão e mal de S. Lazaro (santo que segundo parece fôra leproso).

Um distincto litterato da mais recente geração litteraria e medica de Portugal descreve, nas seguintes palavras calorosas e altamente significativas, a fundação dos hospitaes especiaes para leprosos, os quaes se denominaram *gafarias, leprarias* ou *lazaretos, leprosarios* ou *ordens de S. Lazaro:*

«Nas primeiras idades de Portugal, quando os leprosos, os feridos de *fogo selvagem,* como lhes chamava Affonso X, corriam em manadas pelas charnecas desertas, furtando o corpo chaguento á fereza dos cães e ás pedradas dos homens, algumas doces e luminosas figuras de rainha se ergueram em defesa dos lazaros, e despindo os seus pannos de sirgo e ouro, todas as riquezas mortaes de que se vestiam, amontoando teixes e joias, bradaram em meio do egoismo humano: *dae aos leprosos, levantae gafarias onde se alberguem, matae-lhes a fome, guardae-os do frio, porque essas creaturas desamparadas teem coração como nós outros.* E logo com as rainhas Santa Thereza e Santa Sancha se ergueu em Coimbra a primeira gafaria, seguindo-se-lhe, ao depois, com Santa Isabel, as de Leiria, Obidos e Odivellas. O brado de compaixão partiu das rainhas. Os leprosos tiveram onde esconder-se dos homens que os apedrejavam, do sol que lhes espreitava as chagas, e espantados de tanto bem choraram de contentamento.

«Mas a piedade d'esses tempos mediévos não tinha ainda, nem podia ter, esse ar simples e reflectido, desinteressado e sereno, que caracterisa a verdadeira caridade.

«As santas rainhas, obsuidas da idéa do milagre, descendo a lavar por suas mãos as chagas dos leprosos e cuidando que entre os dedos se lhes mudavam em rosas, faziam o bem, mais por enlevo mystico do que por lastima do soffrimento humano. A lepra era a escada de ouro por onde as suas lindas almas humilhadas deviam de subir ao seio de Deus. Foi o mal do tempo. A cada passo, nos documentos coevos, se nota a preoccupação mystica do contraste que tão bem caracterisa a santa antiga. Quem, por achegado a velharias, folheou alguma vez o testamento de Isabel de Aragão, lá viu, por certo, a colorida e preciosa nota de que a santa rainha vestia de seda os seus leprosos. «*Item mando que os pannos de sirgo (seda) do meu vestir, que se acharem á minha morte, os façam em vestimentas para os gafos da minha gafaria de Odivellas.*» Assim reza o testamento. E' a idéa fixa da humildade, derivando no engrandecimento dos humildes, a caridade decora-

tiva do tempo dada sob a fórma symbolica d'um lazaro vestido de seda, é finalmente, se me perdôam a expressão, um pouco de theatro para Deus.

«A obsessão do milagre, tão profundamente mediéva, e as respectivas allucinações sensoriaes que o milagre traduz, os pretendidos entendimentos secretos com o divino, o delirio de grandezas, dado sob a fórma negativa da humildade, a tendencia para o symbolo, emfim tudo nos affirma que essa grande e luminosa caridade antiga, cheia de lirismo e de esplendor moral, se poderia estudar, a frio, como um feixe de casos de paranoia ambiciosa.»

Remonta á mais alta antiguidade, aos tempos da fundação da monarchia, a vida organica de semelhantes hospitaes. Appareceu mais tarde em Portugal do que em outros paizes o mal terrivel da lepra, talvez porque distrahidos os peninsulares com as guerras aos arabes da Peninsula, menos concorreram ás expedições guerreiras e ás peregrinações á terra Santa, de onde vieram os germens da perigosa e repugnante doença dos gafos, como mais tarde das extremas regiões Indicas nos vieram as pestes e a cholera. O movimento humanitario em prol d'esses desditosos partiu na verdade das rainhas e infantas.

D. Mafalda, cujas virtudes já referimos, descansando em Aregos, na Beira Alta, onde ha umas aguas mineraes sulfurosas, fundou alli umas Caldas e mandou construir uma capella de Santa Maria Magdalena, tendo annexo um hospital para *gafos* e lazaros, ao qual concedeu grandes rendas e fóros, e a barca de passagem das Caldas, determinando que *cada morador do concelho que pão molhasse e vinho algarasse,* pagaria para o hospital o seguinte—os da freguezia de Anzeade, um cantaro de vinho e os das mais um alqueire de pão. Era esta *gafaria* administrada por ordem da Rainha, por a Camara da Villa (1).

Já pela mesma epocha, em França, onde como nos outros paizes do centro da Europa o mal da lepra affligia em maior grau as populações, se havia fundado (1095) uma congregação denominada de Conegos de Santo Antão, cuja regra prescrevia o tratamento e cuidado dos *gafos* e dos *lazaros.* Viviam como seculares, até 1297 em que o papa Bonifacio VIII lhes impoz feição religiosa, sob a regra de Santo Agostinho, e assim viveram até 1566 em que Pio V extinguiu a ordem. Vieram os conegos de Santo Antão para Portugal pouco depois da fundação da ordem, e chegaram a estabelecer aqui cinco conventos:

---

(1) Pinho Leal, tom. 1, pag. 238 h.

em Lisboa (Santo Antão), Guarda (Santo Antonio de Benespera), Santarem (Santo Antão de Marvilla), Pinhel (Santo Antão de Aveleiro) e Vizeu (S. Domingos de Basto).

Levantado o brado em favor dos desgraçados *gafos,* iniciam-se por todo o paiz as *gafarias,* estabelecidas em casas fóra e distantes dos povoados, especie de *sanatorios,* verdadeiros *lazaretos* na sua accepção moderna, onde os infelizes atacados pelo contagioso mal são internados e reclusos, sob as mais severas penas, no isolamento absoluto, longe das familias, apartados do tracto das gentes, privados de direitos publicos, e alli alimentados por pessoas que a furto lhes levavam o comer, e com as quaes mal trocavam algumas palavras. Umas vezes estas *gafarias* eram verdadeiros hospitaes onde se albergavam maior numero de *gafos.* Outras vezes porém, em terras mais pequenas, onde o mal se não apresentava epidemico, mas em casos isolados, era uma simples habitação, em sitio retirado, afastada dos sitios povoados e frequentados, um ermo, onde o leproso se recolhia e vivia o resto da vida amargurada.

Este costume hospitalar foi cahindo em desuso, com o adiantamento das sciencias medicas e principalmente com o decrescimento da molestia, attribuido ao augmento do aceio individual e publico, ao uso das roupas brancas e ao consumo do assucar. Em Portugal as *gafarias* e *leprosarios* foram mais tarde encorporados nos grandes hospitaes geraes e nos das Misericordias; as antigas casas das *gafarias,* desnecessarias, cahiram em ruinas ou foram applicadas a outros usos.

Comtudo, o primoroso escriptor X. de Maïstre descreve-nos como existente em Aôsta, ainda em 1797, uma d'estas *gafarias,* pela seguinte fórma:

«Uma centena de passos adeante existe uma torre quadrada, encostada á antiga muralha e construida com as cantarias que d'antes a revestiam; é conhecida pelo nome de *torre do Pavor* porque o povo a julgou por muito tempo habitada por phantasmas. As velhas da cidade de Aôsta ainda se recordam de ver, em noites escuras, sahir da torre uma enorme figura branca de mulher, trazendo uma lampada na mão.

«Ha cerca de quinze annos o governo mandou restaurar a torre e cercal-a de uma vedação, para nella alojar um leproso, apartando-o assim da sociedade e proporcionando-lhe todas as distracções de que era susceptivel o seu triste estado. O hospital de S. Mauricio ficou encarregado de lhe fornecer alimentos; proveram-o de mobilia e das ferramentas precisas para cultivar o jardim. Alli vivia, ha muito, a sós comsigo, sem ver pessoa alguma, com excepção do padre que de tempos

a tempos ia levar-lhe os soccorros da religião, e do homem que todos os dias lhe levava do hospital a refeição.»

Na bocca do leproso põe o elegante escriptor estas palavras, entre outras:

«Algumas vezes, tambem, as creanças da cidade apresentam-se á porta do meu jardim. Subo immediatamente para a torre, com o receio de as assustar ou de lhes ser prejudicial. Da janella vejo-as brincar e roubarem-me algumas flores. Ao partir, levantam os olhos para mim e dizem rindo—*boas tardes, leproso;* com isto me alegro um pouco» (1).

Voltando porém ás nossas primitivas *gafarias* importa dizer que são ainda hoje abundantes, por todo o paiz, os vestigios ou tradição da sua existencia em muitas terras do reino. Na *Historia da medicina em Portugal,* vol. I, do sr. Maximiliano de Lemos, vem a seguinte lista das *gafarias* que se presume terem existido em Portugal:

No districto de Braga: as de Braga, Guimarães, Fafe; e Gafes, no concelho de Cabeceiras de Basto; no de Vianna: a de Ponte do Lima, a de Valença e a de Gafarim, tambem em Ponte do Lima; no de Bragança: a d'esta cidade; no de Villa Real: a de Mesão Frio; no de Coimbra: a d'esta cidade; no de Aveiro: a da Gafanha, no concelho de Ilhavo; e a de egual nome, no concelho de Vagos; no do Porto: as de Alfena, em Vallongo, a de Amarante, a de Gaya e as do Porto; no de Vizeu: a de Lamego, a de Lafões, a de Gafanhão, no concelho de Castro-Daire, e a da Gafanhoeira, no concelho de Rezende: no da Guarda, a de Pinhel: no de Lisboa, as de Alcacer do Sal, Alemquer, Torres Vedras, Sacavem, Cascaes, Setubal, as duas de Lisboa, a de Almada e a da Villa de Povos; no de Santarem: a d'esta cidade; no de Leiria, a de Leiria, a de Carpalhosa, junto d'esta cidade, a de Porto de Moz, a de Obidos e a de Vermoil, concelho de Pombal; no de Evora: a d'esta cidade, a de Montemór-o-Novo, a de Portel, a de Gafanhoeira, concelho de Arroyollos; no de Portalegre: a de Gafete, concelho do Crato; no de Beja: a de Serpa, e no de Faro: a de Tavira.

O dr. Zeferino Falcão julga necessario crearem-se colonias agricolas para os leprosos indigentes; que se averigue onde se acha o perigo pelo censo da população leprosa; que se torne bem conhecida a doença pelo ensino regular da leprologia e que se acabe por combatel-a pelo isolamento e pela vulgarização das noções de contagio e de hereditariedade.

(Continúa). VICTOR RIBEIRO.

---

1) Xavier de Maïstre, *Le lepreux de la cité de Aôste.*

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

DEZ ANNOS DE SCIENCIA

E' este o titulo de uma brilhante conferencia proferida em 5 de junho passado no palacio da Associação dos Engenheiros Civis de França pelo sr. Ch. Ed. Guillaume, physico na repartição internacional dos Pesos e Medidas.

Por mais de um titulo merece a pena que os nossos leitores a conheçam, e por isso a traduzimos do *Bulletin de la Société des Ingénieurs Civiles de France,* onde se encontra, nos numeros de agosto e setembro ultimos, o que póde interessa-los.

O que admira de principio, ao considerar a sequencia do progresso scientifico, no seculo que vai terminar, é a crescente importancia do estudo do espectro luminoso ou mais geralmente do movimento oscillatorio do ether.

Durante muito tempo o conhecimento do espectro pouco se afastou do ponto em que o deixou Newton, que foi quem primeiro ensinou que a luz branca encerra uma serie de côres elementares. Foi preciso aguardar o nosso seculo para achar a observação capital de que um papel ennegrecido e mergulhado no alcool e depois exposto ao espectro solar de maneira que o ultrapasse, se secca para além do espectro visivel do lado do vermelho, accusando assim a existencia do que se chamou por muito tempo calor na região em que a nossa vista nada lobrigava. Mais tarde ainda a photographia deu conta da existencia de uma acção chimica ao outro extremo do espectro para além dos ultimos vestigios do violeta.

Sem detença se concluiu d'ahi que a radiação solar continha raios de naturezas essencialmente diversas, uns luminosos, outros calorificos e outros chimicos. O raciocinio era infantil e baseado apenas em apparencias, parecendo-se com o d'aquelle que, vendo um martello achatar uma balla de chumbo, destruir em pedaços uma esphera de vidro e fazer explodir um fulminante concluisse d'ahi que o martello deu successivamente uma pancada esmagadora, outra quebradiça e outra explosiva.

O espirito humano é todavia tão profundamente obtuso, tão

intimamente ligado está com a observação immediata, tão preponderantes são os olhos do corpo em relação aos do espirito, que se tornaram precisas innumeras verificações, a prova repetida da coexistencia perfeita das riscas de Fraunhofer nas porções sobrepostas dos espectros para que se comprehendesse que só o reagente differia, mas que o espectro era unico.

Por insignificante que pareça, este progresso foi todavia decisivo para o estudo do espectro, que d'então por deante extraordinariamente se simplifica.

Fresnel demonstrara definitivamente que se deve a luz a uma oscillação transversal do ether. A theoria immediatamente se tornou geral, abrangendo todas as oscillações do ether susceptiveis de exercer acções photographicas, luminosas, calorificas, directa ou indirectamente physiologicas.

Á medida que se aperfeiçoavam os instrumentos, estendia-se o espectro para o ultra-violeta e o intra-vermelho. Novas minudencias se descobriram nas porções já exploradas, mas ainda muitas decadas passaram sem que a experiencia trouxesse outra coisa que não fossem *progressos*.

Annunciava-se porém uma *revolução*. Ao descobrir a inducção e mais ainda procurando explica-la, Faraday foi levado a pensar que esta acção se ransmitte por intermedio d'um meio que envolva os corpos todos. Primeiro que ninguem, Maxwell mostrou que a velocidade de propagação d'esta acção é egual a um coefficiente caracteristico da relação das unidades electrostaticas e electrodynamicas, e pelas experiencias realizadas em 1860 a 1870 reconheceu-se que aquella velocidade é a da luz.

Ainda não era mais que um vislumbre, uma vaga esperança numa grandiosa synthese, e com esta esperança nos encontramos ao attingir os umbraes da decada a que vamos referir-nos.

Que mais é que podia esperar-se além d'aquillo que Maxwell tinha visto d'esta feita com os olhos do espirito? Tornara-se evidente para elle que as acções electrodynamicas, de que é apenas caso particular a corrente de inducção, se propagam com a velocidade da luz, isto é, pelo proprio meio transmissor do movimento humano. Não era facil porém confirmar directamente esta admiravel consequencia das idéas de Maxwell. Tentou-o um physico de genio, e nas mãos de Hertz tornou-se uma realidade palpavel.

Já lord Kelvin, um dos nossos illustres mestres, demonstrara que uma descarga electrica póde ser oscillatoria em determinadas condições. Tambem o deve ser a inducção d'ahi resultante; mas, se a inducção se desloca com uma velocidade de 300:000 kilometros por segundo, um movimento de 300:000

periodos por segundo origina ondas de um kilometro de extensão. Ora com os instrumentos que se possuiam ha dez annos já era insensivel a acção inductora a 20 ou 30 metros, de modo que não se podia pensar em abarcar toda uma onda no espaço em que é perceptivel a inducção, a não ser quando se tornasse a inducção incomparavelmente mais rapida. Foi Hertz que o conseguiu; e, a contar da primeira memoria que publicou ácerca da oscillação electrica, pela de onda de 1 metro de comprimento succedendo-se com intervallos de $^1/_{300000000}$ de segundo. Demonstra a reflexão e refracção d'estas ondas, produzindo deante de um espelho ondas estacionarias cuja velocidade de propagação se tornou facil de medir.

Quebrara-se o encanto, dera-se um grande passo.

Grande nomeada tiveram as experiencias de Hertz; em todos os paizes se imitaram, se aperfeiçoaram, se lhes augmentou o poder de inducção e se engendraram instrumentos mais sensiveis para verificar-lhes os effeitos; augmentou-se a frequencia da oscillação e proporcionalmente se reduziu o comprimento da onda. Com instrumentos de modestas dimensões poderam imitar-se todas as experiencias da optica.

Não mais duvidas se podiam consentir, as ondas hertrianas eram ondas luminosas, de menor frequencia mas de natureza identica. Eram os sons graves da escala optica, cujas ondas visiveis correspondem aos sons elevados e os raios ultravioletas aos hyper-agudos. Descobriram Maxwell e Hertz no estudo da luz um novo continente, que, apenas conhecido primeiro do local a que se atracou, não tardou muito que em todos os sentidos se explorasse. Pouco e pouco se approximou das terras já conhecidas. Hoje as ondas obtidas attingem 3 millimetros, ao passo que no espectro produzido pela incandescencia se conseguiu chegar já a $0^{mill},07$.

Formemos oitavas de comprimentos de onda, partindo de 0,1μ; entre 0,4μ e 0,8μ é que se encontra o espectro visivel, unico que, após milhares de annos de sciencia, era ha apenas meio seculo conhecido como proveniente das oscillações transversaes do ether. Hoje possuimos duas oitavas superiores e 6 $^1/_2$ oitavas inferiores.

Comparemos o nosso actual conhecimento do espectro com o que era ha dez annos. Do lado do espectro visivel salvaram-se 2 a 3 oitavas, do lado electrico 6 ou 7, isto é, ao todo 9 a 10 ou por outra duas vezes mais do que o intervallo ainda desconhecido. Quererá isto dizer que dentro de 10 annos se terá enchido este vacuo? Seria imprudentissimo affirmá-lo, porque as difficuldades vão crescendo nos dois limites d'este espaço.

Façamos votos para que os arranques d'este arco de ponte, lançados de cada banda, em breve se reunam. Ha de ser preciso muita paciencia, muita intelligencia, porventura o genio, mas o resultado final não é duvidoso, ha de no-lo dar o tempo.

Partindo dos phenomenos antiquissimamente conhecidos da optica, entrámos desde logo no dominio das oscillações electricas. Percorramos agora o caminho inverso; partamos das oscillações electricas, cuja origem é o movimento da electricidade num conductor, para tentarmos comprehender a origem das ondas opticas.

Se parece imprudente affirmar a identidade da sua genese, póde pelo menos tentar-se a experiencia com esta hypothese. De ha muito que pensamos que a emissão luminosa resulta de uma reacção directa do movimento das molleculas sobre o ether ambiente.

A electrolyse, por seu lado, ensina-nos que os atomos aguentam cargas electricas. A vibração dos atomos na mollecula põe conseguintemente cargas em movimento, e póde ser a sua inducção que produza o movimento luminoso. A ser exacto o nosso raciocinio, esta emissão deve modificar-se com a presença de um campo magnetico actuando em circuitos molleculares. E' o que a experiencia ensina, e este resultado, que muitos physicos procuraram mas que Zeeman demonstrou pela primeira vez, é um dos mais bellos triumphos da logica imaginativa que tão preponderante logar tomou na physica moderna.

Resumamos em duas palavras os factos conquistados. A inducção electrica é uma das manifestações de um movimento do ether identico ao movimento luminoso, e reciprocamente este movimento é devido á onda de inducção provocada pela oscillação das cargas electricas das molleculas. Não deixa de nos inquietar um pouco esta conclusão, cujas consequencias tão afastadas se encontram.

Que ha de ser das divisões da velha physica, se tamanha intimidade existe entre a optica, a electricidade e os movimentos da materia? Será licito ainda falar de optica, de electricidade, de physica e de materia? Serão estudados separadamente os espectros, ou como consequencias das oscillações electricas e da inducção?

Não valerá mais a pena falar d'elles a proposito da constituição da materia de que são imagem fiel? Melhor o saberemos dentro de uma ou duas decadas do que hoje, mas podemos affirmar desde já que quebramos os velhos moldes da physica, que tudo parece misturar-se, revestir nova fórma mais limpida, onde se fará o agrupamento, segundo as affinidades

naturaes e não segundo os modelos artificiaes a que ainda estamos prezos por habitos contrahidos. Os espiritos não abrem credito á sciencia, não perguntam deante de uma nova descoberta que proveito immediato se póde tirar d'ahi. Tamanho é o passo dado pela physica com a realização das ondas electricas, que ainda quando por muito tempo ficassem sem applicação pratica nem por isso menos devia ser a nossa admiração.

Estas descobertas porém já trouxeram applicações que hão de satisfazer os mais exigentes, aquelles que não apreciam o esforço senão medindo-o pelo exito evidente. Póde captar-se a distancia nos circuitos conductores a onda de inducção. Propaga-se até ao infinito; em todos os pontos do espaço, em que se póde dispôr um instrumento bastante sensivel, póde captar-se o fluxo inductor evolado do instrumento transmissor. Assim o comprehenderam os emulos de Hertz, e, pouco depois das suas primeiras publicações, correntemente se falava de percepção da onda electrica a distancias de algumas centenas de metros. Na Inglaterra, onde muito se apreciam as applicações da sciencia, notaveis progressos se realizaram neste sentido, mas sem duvida o professor Reghi, de Bolonha, é o physico a quem mais indiscutiveis progressos deve esta applicação, porque foi elle que aperfeiçoou consideravelmente todo o material de Hertz. Um dos seus alumnos, Marconi, transportou para o campo os instrumentos que ainda não tinham sahido do laboratorio e deu a conhecer ao publico uma innovação que parece maravilhosa e que o era com effeito (1). Se não surprehendeu tanto os physicos como o publico poderia imaginá-lo, é, porque ha dez annos que passo a passo seguiam o progresso e lhe conheciam as minuciosidades.

(Continúa). Traducção de HEATHERS.

---

(1) Vem aqui de molde para comprovar o que fica dito o que o *Cosmos* escrevia em 1869 *ácerca de um supposto telegrapho sem fios,* conforme aquella revista intitulou a noticia seguinte: «Periodicamente se reproduz esta noticia sensacional de que se descobriu o meio de communicar um ponto da terra com outros sem se assentarem fios nem junccção especial alguma entre esses dois pontos. Affirma-se hoje que é um americano que definitivamente resolveu este grande problema. Escusado será repetir que estas noticias são absolutamente infundadas. Se se pudesse communicar entre dois pontos da terra sem ligação alguma especial entre elles e unicamente por intermedio da propria terra, claro está que um telegramma que partisse de uma certa estação, de Paris por exemplo, poderia ser recebido em qualquer ponto da terra e até pelos navios em viagem.» Como se verá no seguimento d'esta conferencia é isto mesmo que já principia a acontecer com a invencão Marconi. *(Nota do traductor).*

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ARTES INDUSTRIAES E INDUSTRIAS PORTUGUEZAS

(Cont. do n.º 6, pag. 367)

II

Laparo (Azmede)

Irmão do antecedente, pois é designado como filho de Mafemede Laparo. D. Affonso V lhe passou carta de privilegio a 16 de julho de 1450. Nella só se lhe dá o nome de Azmede sem o appellido paterno.

«Dom Afomso & A quamtos esta carta virem fazemos saber que a nos foy mostrada outra delRey meu Senhor e padre cuja alma Deus haja, da quall o theor tall he: «Dom Duarte per graça de Deus Rey de Purtugall e do Algarue, senhor de Cepta, a quamtos esta carta virem fazemos saber que nos queremdo fazer graça e mercee a Azmede, filho de Mafamede Laparo, nosso tapeceiro, morador em a nossa cidade de Lixboa, por quamto ouuemos emformaçom certa que era boo tapeceiro teemos por bem e mamdamos que seja daquy em diamte escusado de pagar peitas, fimtas, talhas mamdado em seruiços e de seruir em temdas, e de pagar em pidos nem em prestidos nem seruiços nem em outros nemhuũs emcarregos que per nos, per os comcelhos nem per a cumuna dos mouros sejam lamçados per quallquer guissa que seja, e que os comtadores e almuxarifes ajam de receber todollos emcarregos pididos seruiços e cousas suso dictas aos sacadores dos ditos emcarregos, que o dicto Azmede aja de pagar, de (*sic*, por se) priuilegiado nom fosse, outrosy mamdamos que seja escusado de pagar os dereitos que os mouros a nos pagam em cada huũ ano—s—coremtenas, dizimas e liura de cabeças. E porem mamdamos aos juizes da dita cidade e aos alcaides da dicta cumuna que o nom costramgam nem mamdem costramger pera nenhũa das sobre dictas coussas em nenhuũa guissa que seja. Ca nossa mercee he de seer asy dello escussado. Outrosy mamdamos que nom seja nenhuũ tam houssado de quall quer estado e comdiçom que seja, que lhe pousse em suas cassas de moradas nem adegas e caualariças, nem lhe tomem pam, nem vinho, nem roupa, nem palha, lenha, nem galinhas, nem outra algũa coussa do seu contra sua voomtade sob pena dos nossos encoutos de

seis mill soldos que mãdamos que pague pera nos quall quer que lhe contra esto for em casso que lhe alguem contra esto queira hijr mamdamos a uos justiças que lho nom comsemtades, e lhe façades todo correger como for direito. E mamdamos ao nosso almuxarife e escpriuam da dita cidade que recadem pera nos os dictos seis myll soldos de quall quer que lhe contra esto for como dicto he. Outrosy que posa hijr aalem mar sem damdo por sy fiadores nenhuũs quando lhe aprouguer catar as timtas todallas coussas que lhe comprirem pera coussas do dicto oficio e huũ homem ficamdo elle por fiador do dicto homem, nom embargamdo cartas ou mãdados que per nos sejam em comtrairo damte nem despois nem embargamdo a carta que agora ouuerom em contrairo desto a dicta cumuna sem outro nemhuũ embargo: E lhe all nom façades. Damte em Almeirim xxbiij dias de dezembro ElRey ho mamdou—Affomso de Beja a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jhesu $X_{\overline{po}}$ de mill iiij^{e} e trinta e iiij annos. Esta carta lhe mamdamos dar por quamto mostrou outra tall carta do muy vitoriosso e de gramdes vertudes ElRey meu senhor e padre cuja alma Deus aja, per que o tynha priuilegiado de todallas dictas coussas. Pidindonos por mercee que lhe outorgassemos a dicta carta e uisto seu requerimemto, e queremdolhe fazer graça e mercee, teemos por bem e confirmamoslha. Porem uos mãdamos que daquy em diamte lha compraees e guardees e façaees comprir e guardar polla guissa que em ella he contheudo. Dada em a cidade Lixboa xbj dias de julho—Martim Annes a fez—ano do Senhor de mill iiij^{e} l. Esta carta lhe nom guardees se aseelada nom for. Outrosy esta confirmaçã lhe nom damos como dicto he comtamto que os sobre dictos mouros nom possam hyr a terra de mouros sem leuarem nossa carta ou aluara espiciall em que lhe pera todo darmos nossa licemça. Eu Ruy Galuam que esta fiz escpreuer» (1).

III

Focem

Mestre de fazer tapetes. A pedido do doutor mestre Rodrigo, physico do infante D. Pedro, o nomeou D. Affonso V, por cinco annos, escrivão da camara dos mouros da mouraria de Lisboa, succedendo neste cargo a Azmede Laparo que o exercera por egual numero de annos. Carta de 8 de janeiro de 1442.

«Dom Afonso & A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graca e mercee a Focem. tapeteiro mouro, morador em a mouraria da nosa muy nobre e muy leal cidade de Lixboa, pello do doctor mestre R.º (Rodrigo), fisico do ifante dom Pº etc. que nollo por elle pidio, teemos por bem e damollo por scpriuam da camara dos mouros da dita mouraria, e esto da feitura desta carta ataa cinque anos conpridos, por quanto nos foy dito que Azmede Laparo, que o dito oficio teue por outros b anos os acabou ja. Porem mandamos ao alcaide e oficiaaes da dita mouraria e outros quaes quer que esto ouuerem de veer, a que esta

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 34, fl. 186 v.

carta for mostrada que, se o dito Focem nom tem outro alguũ officio da dita comuna que o ajam por scripuam da dita camara emquanto os ditos cinquue anos durarem e outro nenhuũ nom, e o leixem seruir e husar do dito oficio e auer os proes e direitos de sem outro ẽbargo que lhe sobre ello seja posto, o qual jurou &. Dada em Santarem oito de janeiro per autoridade do dito senhor Regente. Martim Gil a fez ano de mj^{e} Rij anos» (1).

IV

Lobo (Caçome)

D. Affonso V lhe passou carta de privilegio a 9 de junho de 1442.

Era filho de Azmede Lobo, tapeteiro d'el-rei.

«Dom Afomso & A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos queremdo fazer graça e mercee a Caçome filho dAzmede Lobo, nosso tapeteiro, morador em a nossa muy nobre leall cidade de Lixboa, por quanto ouuemos por certa enformaçom que era bõo tapeteiro, teemos por bem e mãdamos que elle seja daqui em diante escussado de pagar em peitas, fintas e talhas, mãdados e seruiços e de seruir em tendas, pagar em pedidos nem enprestidos nem seruiços nem em outros nenhuũs encarregos que per nos nem per os concelhos nem pela comuna dos mouros seja lançados per quall quer guissa que seia, e que os contadores e almoxarifes ajam de receber em contos todollos encarregos e pedidos e seruiços e coussas suso ditas aos sacadores dos ditos encarregos, que o dito Caçome aja de pagar se priuilegiado nom fosse. Outro si mãdamos que seja escusado de pagar os direitos que os mouros a nos pagã en cada huũ ano—s—quorentenas e dizemas e liura de cabeças E porem mandamos aos juizes da dita cidade e aos alcaides da dita comuna que o nom costrangam nem mandem costranger pera nenhũa das sobre ditas coussas em nenhuma guissa que seia, ca nossa mercee he seer dello escussado. Outrosi mãdamos que nenhuũ nom seja tam oussado de quall quer estado e condicom que seja que lhe pousse em ssuas cassas de morada nem adegas, nem cauallariças, nem lhe tomem pam, nem vinho, nem roupa, nem palha, nem lenha, nem galinhas nem outra nenhũa coussa do seu contra sua vontade, sob pena dos nossos encoutos de seis mil soldos que mãdamos que pague pera nos quall quer que lhe contra esto for e em casso que lhe alguem contra esto queira hir mandamos a uos justiças que lho nom conssentaaes e lhe façaaes todo correger como for direito e mãdamos a nosso almoxarife e escpriuam da dita cidade que recadem pera nos os ditos seis mill soldos de quaees quer que lhe contra esto forem como dito he. Outrosi que possa hir aalem mar sem dando por sy fiadores nenhuũs quando lhes prouuer catallas as tintas e todalas coussas que lhe comprirem pera coussas do dito oficio, e huũ homem ficando elle por fiador do dito homem, nom enbargando cartas nem mandados que per nos sejam em contrairo desto dante nem depois, nem enbargando a carta

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 2.º, fl. 31 v.

que agora ouuerom em contrairo desto a dita comuna. Outrosi queremos que os criados que teuer a que ensinar a fazer os tapetes, ẽ quanto com elle laurarem, sejam escussados das coussas sobre ditas sem outro nenhuũ enbargo que huũs e outros a ello ponhaaes: unde all nom façades. Dante em a dita cidade de Lixboa ix dias de junho—Lopo Fernandez a fez ano de nosso Senhor Jhesu X_{po} de mil mj^{c} Rix. E esta carta lhe damos com tanto que os sobre ditos mouros nom possam hir a terra de mouros ssem leuarem nosa carta ou aluara especiall em que lhe pera ello damos nossa licença» (1).

V

Lobo (Mafamede)

D. Affonso V lhe concedeu que elle tivesse dois moços na sua officina para apprenderem a fazer tapetes, punindo com severas penas pecuniarias quem lh'os fosse desencaminhar. Depois de estarem ensinados, seriam substituidos por outros nas mesmas condições. Carta de 3 de março de 1453.

«Dom Affomso &. Aquamtos esta carta virem fazemos saber que per os nossos mouros tapeteiros moradores na mouraria da nossa cidade de Lixboa, nos foy apresemtada huũa carta delRei meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, da quall o tehor tall he como se adiamte segue: «Dom Eduarte per graça de Deus Rey de Portugall e do Algarue, senhor de Cepta, a vos alcaide dos mouros desta cidade de Lixboa, e a outros quaees quer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, saude; sabede que Mafamede Lobo, mestre dos tapetes, nos disse que a elle sam muyto compridoiros dous moços pera os auer de emsinar ao dito oficio: E porem vos mamdamos que os ditos dous moços que asy ouuer mester o dito Mafamede pera os auer de emsinar ao dito seu mestre que vos lhos dees e depois que os elle teuer em seu poder e os emsinar mamdamos e defemdemos que nem huũ lhos nom tome nem emgalhe nem leue pera nem huũas partees que sejam, e se lhos tomar ou emgalhar ou leuar pera alguũas partes que os ditos moços sejam loguo emtregues ao dito Mafamede, e eses que lhos asy emgalharem ou tomarem nos paguem pera nos cem mill liuras por cada huũ moço que lhe asy tomarem ou leuarem por cada hũa vez e depois que elle teuer emsinados os ditos dous moços mamdamos que lhe dem outros dous e os que teuer emsinados que façam seus proueitos viuemdo per sy ou com quem per bem teuerem. E depois que teuer emsinados estes outros dous demlhe outros dous e asy lhos vaão damdo pella maneira susso dita, e per esta carta mamdamos ao nosso thesoureiro moor que arecade pera nos a dita pena das ditas cem mill libras; e ao spriuam do dito oficio que lhe ponha os ditos dinheiros em recepta sobre ell em guissa tall que todo venha a bom recado, senom sede bem certos que vos nos pagares a dita pena em dobro de uossas casas e all nom façades. Dada em a dita cidade xiii dias de julho—Aluare Anes a fez—ano do nacimento de noso Senhor Jhesuu

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 34, fl. 111 v.

Xpo de mil IIIIe xxxbij anos.» Pidimdonos os ditos mouros per mercee que lhe comfirmasemos a dita carta e vista per nos seu requyrimento e queremdolhes fazer graça e mercee, por ho semtirmos por noso seruiço e bem e proueito de nossos reignos, temos por bem e lha comfirmamos. E porem mamdamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças e outros quaees quer oficiaees e pesoas que esto ouuerem de veer que lhe comprem e guardem e façam comprir e guardar a dita carta em todo assy e pella guisa que em esta nossa he contehudo, e mamdamos ao alcaide dos ditos mouros que lhes dem e façam dar os ditos dous moços mouros pera os auerem demsinar asy e pella guisa que em a carta do dito Rei meu senhor e padre, que Deus aja, he comtehudo sem lhe poerem sobre ello outro embarguo algũu. Dada em a nosa villa de Samtarem III dias do mes de março—Pero Louremço a fez—ano do nacimento de noso Senhor Jhesu Xpo de mil IIIIe lxxj» (1).

VI

Gallebo

Não encontrei nenhum documento que lhe diga unica e directamente respeito, mas vejo o seu nome mencionado na carta de privilegio a seu filho Azmede.

VII

Gallebo (Azmede)

Filho do anterior. D. Affonso V lhe confirmou, a 30 de março de 1450, a sua carta de privilegio.

«Dom Afonso & A quantos esta carta virem fazemos saber que nos foy mostrada hũa carta do muy alto e poderosso elRey meu padre e senhor, cuja alma Deus aja, de quall o theor tall he: «Dom Eduarte pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarue e senhor de Cepta, a quantos esta carta virem fazemos saber que Azmede, filho de Gallebo, tapeteiro, morador em a nossa muy nobre e leall cidade de Lixbõa nos mostrou huũa carta do muy vitoriosso e de grandes uertudes elRei meu senhor e padre cuja alma Deus aja, da quall o theor della he: «Dom Jo pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarue e senhor de Cepta, a uos alcaide e uereadores, procurador, homẽs boõs da comuna dos mouros da cidade de Lixbõa, e a outros quaees quer que esto ouuerẽm de veer, a que esta carta for mostrada, saude, sabede que Azmede filho de Gallebo mouro tapeteiro, morador em essa cidade, mostrou perante nos huũa nossa carta pella quall o auemos por tapeteiro e mãdamos que lhe guardem todallas graças e mercees e liberdades que ham os outros nossos tapeteiros segundo na dita carta mais conpridamente he contheudo, e que ora nom enbar-

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 16, fl. 70 v.

gando esto vos o costrangees que pague e sirua nos seruiços e encarregos dessa comuna assy como cada huũ dos outros mouros, e lhe nom querees guardar a dita carta, dizendo que nos demos nossa carta asynada per nossa maão a essa comuna pella quall mandamos que nenhuũ por carta nem priuilegio que tenha nom seja escussado de seruir e pagar nos encarregos dessa comuna, saluo aquelles que na dita carta ssom nomeados, que ssejam escussados e outros nenhuũs nom, e que por quanto elle nom uay nomeado em a dita carta, por esso o nom querees escusar ante o costrangees pera ello, segundo nos dello fez certo per huũ estormento pubrico que nos dello mostrou, e pedionos de mercee que lhe ouuessemos sobre ello rremedio. E nos veendo o que nos pedia, e por que nossa mercee he, pois elle he tapeteiro, que seja escussado e preuilegiado de todollos encarregos dessa comuna, assy como o he Azmede Lobo e mestre Mafamede, nossos tapeteiros, porem vos mãdamos que o nom costrangaaes nem mandees costranger que pague nem sirua em nenhuũs encarregos dessa comuna e conpraes e façaes conprir e guardar todollos preuilegios que ham os sobre ditos tapeteiros, segundo na dita nossa carta, que sobre ello tem, he contheudo, nom enbargando que ell nom vaa nomeado per nome na dita carta que assy teemos dada aa dita comuna, e posto que esta confyrmaçom assy demos ao dito mouro, mandamos que ell nom possa hir a terra de mouros sem avendo porem a nossa carta ou aluara de licença especiall pera ello, e sobresto lhe nom ponhaaes nẽnhuũ enbargo em nenhuũa guissa que seja, unde all nom façades. Dada em os nossos paaços dAlmeirim xxbij dias de janeiro — ElRey o mandou — P.º Gll$_z^{-}$ a fez — ano do nacimento de nosso Senhor Jhesu X$_{po}^{-}$ de mil mj^{c} e xxmj anos.» A quall carta assy apresentada o dito Azmede mouro nos pedio por mercee que lhe mãdassemos confirmar e outorgar a dita carta, e vista per nos mandamos a uos sobre ditos que conpraaes e facaaes conprir e guardar a dita carta pella guissa que em ella he contheudo e lhe nom vaades nem conssentaaes hir contra ella em nenhuũa guissa, ca assy he nossa mercee sem outro nenhuũ enbargo, unde al nom façades. Dante em os nossos paaços dAlmeirim xij dias de janeiro — ElRei o mandou — Afonso de Beja a fez ano do Senhor Jhesu X$_{po}^{-}$ de mill mj^{c} xxxmj anos.» E mostrada assy a dita carta nos pedirom por mercee por parte do dito Azmede filho de Gallebo que lha confirmassemos, da quall coussa a nos apraz. E porem vos mandamos que lhe conpraaes e guardees a dita carta assy e pella guissa que em ella he contheudo e lhe nom vaades contra ella em nenhuua guissa que sseja: unde all nom façades. Dada em a nossa cidade dEuora xxx dias do mes de março — Joham Neto a fez anno de nosso Senhor Jhesu X$_{po}^{-}$ de mil mj^{c} l.ta Ruy Galuam a fez escrepuer» (1).

VIII

Sevilhão (Adéla)

Mestre de fazer tapetes, tendo tenda propria. Privilegiado por D. João I e D. Duarte, D. Affonso V lhe confirmou as respectivas cartas a 5 de março de 1451.

Carta de privilegio de D. Duarte a Adeella Seuilhaão, morador em

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 34, fl. 192.

a nossa muy nobre e muy leall cidade de Lixboa, por quanto fomos certo que elle he meestre de fazer tapetes e tem tenda per sy em que laura. Dadá em os nossos paaços dAlmeirim bij dias de janeiro de mil ııj° xxxııj. Confirmada em Santarem por D. A.° a b dias de março de mil ııj lj (1).

D. Duarte declara que elle já tinha carta de privilegio de seu pae.

IX

Adam

D. João II, em carta de 23 de julho de 1482, o confirmou no logar de juiz dos direitos reaes na mouraria de Lisboa, cargo em que o investira D. Affonso V.

«Dom Joham & Item carta de Adam, tapeteiro, morador em a nossa cidade de Lixboa, por que o damos por juiz dos nossos direitos reaaes em a dita mouraria assy e per a guisa que o elle ate qui foy per carta delRey meu senhor e padre que Deus tem. E porem mãdamos &. Dada aos xxiij dias de julho—ellrrey ho mãdou por Martinho Vaaz de Castell Branco veador da fazenda—Alluaro Diaz a fez—annò de mill ııj° lxxxıj» (2).

(Continúa). Sousa Viterbo.

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 11, fl. 7.
(2) Torre do Tombo, Chancellaria de D. João II, liv. 6.°, fl. 100.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 6; pag. 382)

XI

D. José de Assis Mascarenhas, Camarista de Sua Majestade o Imperador. —Anecdota engraçada—O caffé na sobremeza Imperial.—Entra em scena o insigne prégador Frei Francisco de Monte-Alverne.—Um bilhete de Castilho ao sabio monge.—Alguns traços do retrato d'este. —Palavras de Castilho.—Subita apoplexia derruba Frei Francisco.

Falei ainda agora em D. José de Assis Mascarenhas, Camarista e amigo dedicado de Sua Majestade o Imperador.

Da graça d'aquelle servidor, e das graciosas liberdades que elle se permittia com seu Amo, ouvi alguns casos frisantes, mas occorre-me só este:

O Imperador (como todos sabem) era muito sobrio, comia muito depressa, e nunca dava grande attenção ás iguarias. Já não succedia o mesmo a D. José, que apreciava e saboreava os productos culinarios como entendedor.

O caffé era quasi sempre servido n'um gabinete contiguo á sala da meza no Paço.

Uma vez, tomando o Imperador o seu caffé, notou que não era bom. Que tal estaria o *nectar*, para esse Principe chegar a dizer, timidamente, como homem que se não quer aventurar muito em coisas de que não entende:

—Este caffé hoje parece-me detestavel; não acham?

—*Hoje,* meu senhor!—observa comicamente o Camarista. —Pois saiba Vossa Majestade que é sempre assim. Tenho tomado caffé mau em muita parte; mas pessimo, nunca o tomei como em casa de Vossa Majestade.

O Imperador ria immenso; e riam todos.

—O quê? é certo?

—E' certissimo, meu senhor. Aqui tudo é optimo, e o chefe da cosinha sabe do seu officio; agora no artigo *caffé* não entende nada.

O Imperador continuava ás gargalhadas. O seu interlocutor proseguia muito a serio:

—E saiba o Imperador uma coisa: isto é até uma vergonha. As Armas do Brazil teem de roda uns enfeites de ramos de caffeseiro. Que dirá o mundo, se soubeT que ao jantar do primeiro Magistrado do Brazil se toma uma tisana como isto!!...

—Pois bem—respondia o senhor D. Pedro II;—eu já ha algum tempo suspeitava que este nosso caffé não era realmente maravilhoso; mas.... como não entendo....

—Mas entendo eu.

—Pois então, fica D. José auctorisado para fusilar os criminosos. Examine, e ponha o caso no são. E ámanhã, se não tivermos caffé bom, quem é fusilado é D. José de Assis Mascarenhas.

Ora como não me consta que este fosse fusilado, conjecturo que o caffé no Paço imperial passou de mau a optimo.

*

Depois da Realeza pelo nascimento, não descabe a Realeza do engenho. Falarei do grande Franciscano Frei Francisco de Monte-Alverne, luminar da oratoria sagrada, como tal apreciado por todos os que o lêem, e muito mais por todos os que tiveram a fortuna de o ouvir.

Diz um dos seus biographos, o sr. Joaquim Manuel de Macedo, seu contemporanso, seu patricio, seu enthusiasta:

«Frei Francisco de Montalverne tinha nascido para a tribuna sagrada; ajuntava aos talentos naturaes, que possuia no mais subido grau, as virtudes, que dão o prestigio, e os conhecimentos, que dão a força; tinha acerto e penetração de espirito, profundeza e elevação de pensamento, imaginação viva e fecunda, e a sensibilidade, sem a qual jámais o orador póde falar aos corações.

«A litteratura sagrada lhe era tão familiar como a profana; da natureza recebêra a eloquencia, que a arte apenas aperfeiçoára; na philosophia mostrou-se sempre tão profundo, como o póde ser um grande mestre. A sua voz retumbava na amplidão dos templos sagrados; a sua presença infundia

veneração; os seus gestos eram nobres; e quando falava, nunca precisou pedir attenção: impunha-a.»

*

Visitou Castilho no mosteiro áquelle homem. Era então um velho de setenta e um annos (1), cego de todo, e venerado pelas suas muitas virtudes. Quando se abraçaram os dois, exclamou o Frade, commovido, e erguendo para o céo a sua nobre fronte desallumiada:

—Graças, meu Deus! agora posso morrer, agora que apertei ao peito o immortal Castilho.

Do ameno trato do eminente orador disse o poeta:

«Nada ha mais lhano, que a sua conversação; não estuda phrases; não arma a louvores. O *eu,* o terrivel *eu,* que Montaigne chamava odioso (e assim é, pois ninguem o póde amar senão em segredo), parece ter desapparecido de todo da sua lembrança.

«Pergunta com sincero interesse pelos trabalhos scientificos e litterarios dos que lá vivem no mundo; ouve-lhes os triumphos com alvoroço; illumina-se com a gloria alheia (se elle a conhece tão bem, a gloria!). Compraz-se de relatar, como um Nestor, o que os engenhos do seu paiz teem lidado para o illustrar; engenhos de que é impossivel que interiormente se não ufane um poucochinho, pois foi mestre de quasi todos.

«Os nomes honrosos de Portugal não lhe são menos caros; ousa tributar-lhes inteira justiça; delicia-se repetindo os cantos dos nossos poetas de eleição, que a sua memoria extraordinaria retém com amor, e a que a sua voz melodiosa como que dá novos realces.

«A sua critica é leve, suave, e justa; o seu louvor, inteiro e enthusiastico. A Sciencia, a Benevolencia, a Verdade, são tres Graças (tão raras vezes reunidas!) inspirando-o; a Benevolencia sobretudo» (2).

A esse prégador illustre escreveu o nosso bardo em 19 de Junho de 1855, enviando-lhe uma copia da *Epistola,* o seguinte conceituoso bilhete:

«Ao principe dos oradores da lingua portugueza, a um dos

---

(1) Nasceu em 1784, segundo Joaquim Manuel de Macedo no seu livro *Anno biographico brazileiro.—J. de C.*

(2) Castilho, *Frei Francisco de Monte-Alverne,* artigo biographico, *Revista Contemporanea.* Anno II, n.° X.

mais altos luzeiros da eloquencia christan, ao M.to Rev.do Padre Mestre Frei Francisco de Monte-Alverne, envio, como tributo de profunda admiração e cordeal affecto, poesia que, por haver sido dictada pela caridade, vai certa de encontrar n'Elle benevolencia; e, por nascida no seu Brazil, e endereçada a um Anjo, já lhe não poderia ser indifferente.

«Retirando-me dentro em pouco para o meu Portugal, vou ufano de poder publicar, entre os que lá amam e cultivam as Lettras, que apertei a mão do grande Escriptor, e ouvi de perto esta voz, cujos eccos longinquos são ainda tão poderosos!

«Quando eu d'isso com razão me gloriar, sentirei ainda outra ufania, recordando-me de ter deixado entre as suas mãos um escripto meu, por elle acolhido com favor.

«Rio de Janeiro, e rua do Lavradio, n.º 97, aos 19 de Junho de 1855—*A. F. de Castilho.*»

*

Entre os Brazileiros mais illustres do seculo XIX, avulta a ascetica e eloquente figura d'este Frei Francisco de Monte-Alverne. Homem bom, homem austero, homem de talento grande, e dotado com o condão especial de impressionar as turbas. Deixou rasto de muita luz aquelle humilde Franciscano, que subia ao pulpito para dizer verdades, não só religiosas, mas politicas e sociaes.

Era um gosto ouvir, como muita vez ouvi, o talentoso Barão de Santo Angelo (Manuel de Araujo Portoalegre) descrevel-o com aquelle verbo imaginoso que o distinguia. Monte-Alverne e Frei Francisco de S. Carlos ficaram dois symbolos da moderna oratoria sacra. N'elles ressuscitaram as antigas eras litterarias portuguezas, em que as humanidades, profundamente estudadas, preparavam e adextravam os engenhos para a lucta, e lhes desenvolviam toda a força, toda a seiva, toda a pujança intellectual.

*

Coincide com a estada de Castilho no Rio de Janeiro o canto do cysne da eloquencia. Eis o caso:

Preparava-se o velho Franciscano, já cego e quebrantado, mas sempre na brecha, para prégar um sermão na Capella Imperial da Gloria. Castilho sahiu do Rio de Janeiro no 1.º de

Julho. Estava resolvido que no dia 15 do proximo Agosto havia de prégar Monte-Alverne.

«Foi necessaria toda a força das saudades que me chamavam á Patria—diz Castilho—, para eu resistir á cubiça de escutar no pulpito a voz dominadora, de que tantos prodigios se me encareciam. Expressei-lhe este meu vivo pesar na penultima visita que lhe fiz de despedida.

—«*O poeta pretende ouvir o fabuloso canto do cysne?!*—me respondeu elle no seu estylo sempre enfeitado.—*Folgo de o satisfazer, e já, e aqui mesmo, onde não ha eccos chocalheiros. Um homem que me escuta como perfeito amigo, vale para mim um auditorio numeroso.*

«*Quando eu subir por esta ultima vez ao pulpito, já o meu viajante se achará bem longe, na grande cidade do seu Tejo, salvo, e descançado entre os seus penates. Recorde-se então do velho Entello, constrangido pelas instancias do seu Monarcha a exercitar-se n'um derradeiro conflicto.*

«*Vou preludiar aqui a esse panegyrico, onde o nome de «Gloria» me inspira hoje mais sustos que enthusiasmo. A imaginação está abatida; o pensamento, debilitado; a voz, decadente; a memoria, lassa e infiel. Sobrevivi-me.*

«*Promettei-me, que, antes da partida, a ninguem revelareis que obtivestes de mim a declamação d'este discurso. Quem sabe até, em que este se parecerá com o d'esse dia! Nunca decorei palavras; agora muito menos. Acceito as que a hora me traz, as que as circumstancias me liberalisam, as que me inspira o auditorio, que a final não actua, não domina menos sobre mim, do que eu sobre elle.*

«Após este exordio externo, levantou-se; concentrou um momento o seu espirito; transfigurou-se! Eu pude com effeito presencear a caudalosa impetuosidade da sua facundia, d'essa facundia, que, se era bem exacto o que elle me acabava de dizer, de sobra tinha com que ensoberbecer-me» (1).

*

Uns dez ou doze dias depois, cahiu fulminado, a porta do seu Convento, por uma paralysia. Acudiram promptos os

---

(1) Castilho, biographia de *Frei Francisco de Monte-Alverne,* na *Revista Contemporanea,* tom. III, pag. 36.

soccorros mais energicos, e conseguiram salval-o. Como ficou elle?! uma ruina.

Ainda assim foi prégar o seu sermão da Senhora da Gloria; mas a todos consternou aquella scena. Já não era Monte-Alverne; era a sombra do gigante.

XII

29 de Junho; assiste Castilho á representação do drama *Antonio José*.—Homenagem publica prestada ahi ao vate portuguez.—Despede-se dos Brazileiros por meio de uma carta ao *Correio Mercantil*.—Em 30 de Junho o Ministro do Imperio offerece a Castilho um sumptuoso baile.

No Domingo, 29 de Junho de 1855, assistiu Castilho no theatro de S. Pedro de Alcantara, no camarote n.º 13, da 1.ª ordem, á representação do drama *Antonio José*, do já citado poeta Gonçalves de Magalhães (depois Visconde e Conde de Araguaya). Desempenhou o papel de protagonista o insigne João Caetano, que dedicára a récita ao hospede do Rio de Janeiro, para o quê, poz á sua disposição um camarote especial cortinado. N'um intervallo encontrou-se Castilho com o auctor no salão, e estiveram conversando.

No fim do drama, um moço poeta fluminense Antonio José dos Santos Neves, dirigiu-se ao camarote do poeta portuguez, e á vista do publico, e voltado para Castilho, recitou uma peça de versos em seu louvor. Castilho, ao findar a recitação, agradeceu em breves e commovidas palavras, e abraçou o obsequioso poeta. O publico rompeu em estrepitosos applausos, ao passo que o joven bardo coroava com uma grinalda de loiros a fronte de Castilho (1).

Esses versos, decassyllabos soltos, imprimiram-se avulso com este titulo:

Homenagem
ao illustre Portuguez
o Conselheiro Doutor
Antonio Feliciano de Castilho,
Por occasião de assistir á representação da tragedia
«Antonio José»
do illustre Brasileiro o Commendador Dr. D. J. G. de Magalhães,
representada pelo sr.
João Caetano dos Santos

---

(1) Artigo no *Jornal do Commercio* do Rio de 1 de Julho de 1855.

*

Por innumeraveis passos da correspondencia de Castilho com os seus, se vê que, apesar de muito obsequiado no Rio, e apesar do carinho com que o tratavam os irmãos, curtia aquelle ausente saudades amargas de Portugal. Não faz senão mencionar estas e aquellas minucias domesticas, e commentar com muito cuidado as más noticias que iam de Lisboa: a pessima saude de sua mulher, a teimosa ophtalmia que esteve a ponto de cegar Augusto, e a doença cerebral que atormentou Manuel.

Essas noticias, e a impaciencia nostalgica do poeta, desviaram-n'o, segundo elle proprio nos confessava, de ir em excursões á Tijuca e ao Corcovado, e frequentar certas casas amigas, onde muito havia de entreter-se. Toda a sua ideia era a tornada para Lisboa.

Em 30 de Junho escreveu uma carta ao *Correio Mercantil,* despedindo-se da grande e boa terra brazileira, e narrando os resultados do Curso Normal.

Eil-a:

«*Sr. Redactor*.—Devendo embarcar-me já hoje para regressar á minha Patria, facilmente se concebe se carecerei do tempo indispensavel para expressar em publico toda esta multidão de affectos saudosos que me senhoreia, toda a gratidão que estou sentindo, pelos tantos e tão extremados obsequios que os vossos conterraneos me liberalisaram, e que bem me haveriam feito esquecer até do meu torrão natal, se o ninho em que se nasceu, e em que os filhos se estão creando, podesse desluzir-se nunca da memoria.

«Diversos interesses, todos para mim mais poderosos que os da fortuna, me trouxeram ao solo da grande Nação americana, gloriosa Irmã mais nova da gloriosa Nação portugueza. Precisava de beijar a mão de um Sabio coroado, que me honrara com demonstrações da sua benevolencia. Ambicionava saudar presencialmente tantos engenhos, como os que debaixo d'este céo estão ufanando a prosa e a poesia da nossa lingua. Anhelava por abraçar um sem-conto de generosos amigos da minha Musa. Queria inspirar-me da poesia, ao mesmo tempo sublime e mimosa, profunda e voluptuaria, d'esta natureza unica, corporificação avantajada de tudo quanto poetas do velho mundo sonharam sobre a edade de oiro. Finalmente: possuia um fructo, e excellente semente já

não prohibida, nem prohibivel, da arvore da sciencia, uma boa nova para as boas mães, uma carta de alforria para as creancinhas, um elemento para a felicitação popular, um telegrapho electrico para a illustração e para a sociabilidade; cubiçava offerecer á nossa Familia transatlantica estes bens, cuja realidade e cuja importancia eram já experimentalmente reconhecidas pelas altas e médias intelligencias da nossa Familia na Europa. Vim. Emmudeci clamores de outros deveres; desapertei laços de outras affeições; visitei, conheci, admirei, e amei em dobro a terra que Virgilio poderia ter enthusiasticamente saudado como a sua Ausonia, grande mãe de fructos, e grande mãe de homens.

«Era da natureza das coisas que a novidade que eu trazia, por vir apresentada por mão humilde, pela sua mesma facilidade, e até pelo seu mesmo prestimo, encontrasse aqui (e em toda a parte encontra) agras difficuldades. A semente fica porém lançada em terreno pingue, e entregue a cultores habeis e zelosos; os fructos hão de apparecer.

«As inspirações extraordinarias d'estes céos, recebi-as. Reanimei a ellas a minha Musa; escrevi muito; vou publical-o, dedicando parte d'esses trabalhos ao Homem que, se não tivesse Corôa de Imperio, indubitavelmente a haveria do saber e do talento.

«Fraternisei-me com os poetas e escriptores d'esta região, onde tão esplendida vem raiando a alvorada intellectual.

«Recebi os bons abraços do principe dos oradores sacros em lingua portugueza, os testemunhos de benevolencia dos prosadores e poetas de mais valia e de mais esperanças, juntamente com as lisongeiras manifestações de tudo quanto o Estado possue de mais alto e mais influente.

«Fui pela Imprensa quotidiana (e aqui tendes vós, sr. Redactor, quinhão largo nos meus agradecimentos) brindado com as expressões mais obsequiosas.

«Finalmente: um artista digno de representar a Arte, e de fazer por essa parte as honras do seu paiz a qualquer estrangeiro poeta que n'elle aporte, o honrador do meu amigo e confrade Arago, não pago de aviventar com o seu magnifico talento o meu drama de Camões (festa memoravel, que eu sinto não me ser possivel presencear!) quiz dar-me ainda na vespera da minha partida, como se tantas honras e tantos favores d'este paiz não fossem já de mais para me empenhar n'uma divida insoluvel, quiz, repito, n'estas horas ultimas, já para mim tão cheias de commoções, preparar-me um derradeiro triumpho. Quiz eu, e não pude, não soube, agradecel-o. E

quem no meu logar o saberia? O primeiro actor do Imperio, executou no primeiro theatro nacional da Côrte uma bella tragedia portugueza de um dos mais afamados poetas brazileiros, tudo em obsequio a mim, e convidado para isso mesmo o publico. A minha coroação n'aquelle vasto theatro, em que se não achava um unico logar desoccupado, duplice coroação, porque os versos com que essa grinalda me foi imposta por um joven poeta, em nome dos poetas seus conterraneos, era tambem para a minha alma um diadema; os applausos geraes com que esse acto de tão generosa e excessiva liberalidade foi acolhido; tudo isto reunido me deu a experimentar sensações, que eu nunca presumiria podessem caber em peito humano.

«Não sou vaidoso; conheço-me; se o fosse, teria achado no Brazil, com que satisfazer as minhas mais amplas ambições.

«N'estes termos, sr. Redactor, vêde se não levarei saudades, e saudades para sempre! e quantos pesares tambem, pela impossibilidade de manifestar pessoal e individualmente a tantos meus crédores de bom affecto o que encerro no coração!

«Dignae-vos completar as mercês que me haveis prodigalisado, dando quanto antes publicidade a estas linhas, a toda a pressa lançadas em momentos de tão inevitavel agitação!

«Rio de Janeiro, 30 de Junho de 1855—*A. F. de Castilho.*»

*

Entre as manifestações de apreço prodigalisadas a Castilho pelas altas classes do Rio de Janeiro, figura a recepção, ou baile, que lhe deu na ultima noite que o poeta passou no Rio, o Ministro do Imperio, Conselheiro Pedreira, que todos conhecemos em Lisboa no sequito do Imperador, e já agraciado com o titulo de Barão, e depois Visconde, do Bom-Retiro.

Era um cortesão amabilissimo, intimo e dedicado amigo de seu Imperial Amo, e um dos Brazileiros mais *parisienses* que tenho conhecido. A' sua festa concorreu tudo que havia notavel na cidade; e lembro-me de ouvir citar uma obsequiosa singularidade d'essa noite: na entrada e na sahida dos Castilhos, acompanhados do dono da casa, formavam alas ao longo das escadas até á porta da rua creados com tochas accezas; ceremonial ainda hoje usado nas grandes recepções dos Principes romanos, quando chegam ou sahem Embaixadores, ou Cardeaes.

Estas raras e solemnes etiquetas lembram a Côrte d'el-Rei D. Manuel, quando as renques dos moços-fidalgos empunhando brandões formavam cortejo ao Soberano. Não se podia ser mais genuinamente cortesão em 1855, do que o foi o Visconde do Bom-Retiro.

Este mesmo obsequioso homem me dizia n'uma carta de 2 de Fevereiro de 1876:

..... «seu digno e respeitavel Pae, pessoa que sempre estimei, e venerei, desde quando, eu Ministro, coube-me o prazer de conhecel-o no Rio de Janeiro, e de apreciar sua interessantissima companhia em pequeno sarau litterario e musical em minha casa» (1).

*

Concluirei o capitulo com um quadro rapido que d'esta viagem ao Brazil deixou Castilho n'uma das notas do drama *Camões* (2).

..... «Em 1855—escreve o poeta—levou-me ás praias do Rio de Janeiro a ancia de propagar o Methodo regenerador das escolas elementares por aquellas dilatadas regiões.

«Eram terras portuguezas quanto á lingua, como quanto ao sangue de seus moradores; primeira razão. Mas eram ao mesmo tempo terras hoje estrangeiras; segunda razão, e melhor ainda, para boas esperanças: a minha tarefa era como que de propheta; e estes não costumam sel-o na terra propria. E depois, as invenções são ás vezes como os fructos: transplantadas a terreno alheio, acontece melhorarem-se.

«O como o exito correspondeu ás minhas diligencias, sabem-n'o pouco mais ou menos os leitores pelo meu livro do *Outono,* e pelo muito que a esse respeito anda escripto em jornaes de lá e de cá, sendo todo esse *muito* quasi nada em comparação com a documentaria inedita que tenho ido archivando para a historia final d'esta campanha inacreditavel.

«Alguns falsariositos, d'esses que, para alguma coisa fazerem n'este mundo, invertem e deturpam o que os outros fazem, disseram (e até imprimiram) que me fôra eu ao Brazil por convite e a expensas do seu Governo, e com a mira em extraordinarias recompensas pelo meu pequeno serviço.

---

(1) Vejo tambem allusão a essa festa esplendida nas Cartas de meu tio o sr. José Feliciano de Castilho de 21 de Fevereiro e 4 de Março de 1876 a mim.

(2) 2.ª ed., tom. II, pag. 96 e seg.

«A verdade, que elles sabiam tão bem como eu, era que eu fôra espontanea e gratuitamente, e tão decidido a rejeitar qualquer retribuição, se m'a offerecessem, que, por bons termos, e o mais cortezmente que soube, assim o declarei logo na oração de abertura do Curso Normal no Rio, em presença dos Ministros, Conselheiros de Estado, Dignitarios do Imperio, Lentes e Professores, e um concurso numerosissimo de cavalheiros e senhoras. Se alguem houvesse lá pensado em me dar alguma coisa, tinha-me eu proprio ali atado as mãos com seiscentos nós gordios para nunca lhe poder pegar. O meu premio teria sido (e que immenso premio!) que o ensino primario official d'aquellas terras désse exemplo ao das nossas, convertendo-as de boa fé para a religião do ensino pelo amor, á vista dos milagres que a abonavam.

«Outras honras, não as queria; e então proveito de outro qualquer genero, muito menos.

«Ao meu ardor de missionario do progresso accresciam, para me tornarem suave e apetecida a peregrinação, saudades velhas de irmãos excellentes, cubiça de respirar uma vez ares de tanto amor e poesia, como são os tropicaes, a lembrança de bons amigos e condiscipulos americanos, que nunca mais encontrara desde que nos despediramos em Coimbra, e, tanto como tudo isto junto, a ancia de agradecer a um Soberano grande-homem os testemunhos que de tão longe, tão pequeno, e tão desconhecido, eu recebêra da sua benevolencia.

«Grandiosa era a ideia que eu d'Elle formára; a realidade excedeu-a.

«Recebeu-me Sua Majestade com aquella boa sombra, que honra ainda mais ao poderoso que a liberalisa, do que ao pequeno que a recebe. A escola, em que eu diariamente leccionava o ensino philosophico dos elementos rudimentaes a um crescido numero de professores, foi honrada com a visita de Sua Majestade.....»

*

Para concluir com o assumpto, mais duas palavras sobre a revolução do Methodo no Brazil.

O primeiro vestigio é de 21 de Junho de 1853; o que mostra bem que os altos espiritos no Imperio se achavam acordados e álerta.

Na sessão dos Deputados Domingos José Nogueira Jaguaribe interpellou o Ministro da Guerra, fazendo toda a justiça a Castilho e ao seu Methodo, e desejando a adopção da novi-

*

dade nas aulas regimentaes. Respondeu o Ministro achar-se animado dos melhores desejos em favor da civilisação do Exercito.

Os casos porém de implantação do Methodo no Brazil foram raros antes da chegada de Castilho, e creio que os professores que se abalançaram a tal ensino foram (com algumas excepções extremamente honrosas) pouco aptos para esta doutrinação.

João Vicente Martins, medico homeopatha, declarou-se enthusiasta da novidade, e quebrou todos os principios de propriedade litteraria internacional, publicando por sua conta o compendio no Rio de Janeiro, com o titulo de *Plagio*. A confissão salva tudo pela sua ingenuidade.

Francisco de Freitas Gambôa, Antonio Gentil de Ibirapitanga, e outros denodados apótolos da luz, mostraram o que podem os bons desejos; e, sem mais guia que o livro de Castilho, conseguiram prodigios na Bahia, em Pernambuco, etc.

Continuemos.

(*Continúa*). JULIO DE CASTILHO.

BREVES MEMORIAS PARA A HISTORIA E DESCRIPÇÃO DE OIS DO BAIRRO NO CONCELHO DE ANADIA

(Cont. do n.º 3, pag. 188)

Irmandades não existem, a ultima, que exerceu algumas funcções até 1860, foi a do Santissimo, sendo então extincta, e passando os seus bens, e o encargo do culto e fabrica da egreja para a junta de parochia.

A irmandade do Santissimo possuia alguns bens importantes em terras e muitas oliveiras dispersas por vários sitios e propriedades; oliveiras que tinham sido doadas á irmandade para os seus fructos serem aproveitados no fabríco de azeite destinado para a lampada do culto do Santissimo, e na visita feita á egreja em 20 de setembro de 1760 o Dr. Luiz Antonio Ferreira, prior da egreja de Cazal Comba, mandou exarar no termo o seguinte capitulo: «Constoume em Audiencia que os moradores desta Freguezia heram remissos, e negligentes em apanharem, e recolherem a azeitona dos oliuais da confraria do Santissimo Sacramento, e que nisto tem padessido a mesma confraria concideral (sic) prejuizo, e como todo o pouo se oferesseo para a apanha e recolhimento do dito azeite, mando que tanto, que o Reverendo Parocho julgar que he tempo, e ocaziam oportuna avize ao seu pouo na estasam da Missa, para que de cada caza uá huma pessoa capás a apanha dos dittos oliuais, e a cada hum que faltar, comdemnarã na quantia de cento e uinte reis, que aplico para a mesma confraria, para cuja cobrança e arecadaçam procederã na forma da ordem geral da vezita absoluendo aos que pagarem».

Todos os bens pertencentes á confraria do Santissimo da freguezia de Santo André de Ois do Bairro foram comprehendidos nos proprios nacionaes para desamortização, e annunciados para venda pública perante o governador civil do districto de Aveiro, pela Lista n.º 903 (1), em 9 de dezembro de 1872, e foram arrematados em 13 de janeiro de 1873,

---

(1) *Diario do Governo*, n.º 279, de 9 de dezembro de 1872.

sendo dezesete verbas n.os 15487 a 15503, que produziram 1:203$020 réis.

15487.—Uma vinha com duas oliveiras no sitio da Areia, limite de Ois do Bairro: ... avaliada em 31$000 réis, arrematada por 32$600 réis.

15488 a 15498.—Vinte oliveiras nos sitios de Lavegada, Formal, Lavadoiro, Azedeiro, Marivanas, Barreiro, Valladas, Focinho de Cão e Fonte da Preza todos limites de Ois do Bairro: ... avaliadas em 5$820 réis.

15499.—Uma casa terrea de tulha no logar de Ois do Bairro, proxima á egreja: ... avaliada em 7$200 réis, arrematada por 7$400 réis.

15500.—Uma terra no sitio da Ribeira da Volta, limite de Chipar: ... avaliada em 450$000 réis, arrematada por réis 654$000.

15501.—Um olival por baixo da Fonte da Preza, limite de Ois do Bairro: ... avaliado em 300$000 réis, arrematado por 300$500 réis.

15502.—Um olival no sitio do Areal, limite de Ois do Bairro: ... avaliado em 150$000 réis, arrematado por réis 201$000.

15503.—Uma leira de matto no sitio da Fujança, limite de Ois do Bairro: ... avaliada em 1$200 réis, arrematada com as vinte oliveiras, verbas 15488 a 15498 por 7$520 réis.

O cartorio antigo da freguezia deverá estar archivado na camara ecclesiastica do bispado de Coimbra, existindo na parochia os livros do registro, a começar: *Baptismos,* primeiro assento em 10 de novembro de 1778,—*Casamentos,* primeiro termo em 10 de setembro de 1817,—*Obitos,* primeiro termo de 30 de novembro de 1803. Existem tambem os Livros das *Pastoraes* datadas de 20 de outubro de 1741 a 31 de maio de 1808, e das *Vezitas* cujos termos são desde 15 de janeiro de 1757 até 7 de novembro de 1816, e bem assim, deslocado, um *Livro de Notas do Couto de Oys do Bayrro. Anno de 1767* do tabellião José de Lemos Oliveira, começando este livro por uma procuração bastante, que fez «Manoel Fernandes Queiró deste couto em 20 de agosto de 1767 a Antonio Ferreira de Véras da cidade do Porto» e finda em um «publico instrumento de escriptura de juro de vinte por cento em 3 de julho de 1770 dado por Antonio de Miranda Castello Branho deste couto a João Simoīs e sua mulher Maria

Rodrigues do logar da Pedralva termo da villa de Sam Lourenço».

O novo cemiterio da freguezia é na extremidade sul da povoação, e o primeiro enterramento se effectuou em 19 de abril de 1885.

Capella de S. Sebastião

Esta capella acha-se situada quasi no extremo sul da povoação em um largo na rua principal, donde começa, em sentido perpendicular, o caminho que conduz á fonte, e do lado do norte é que existia a egreja velha da freguezia em terreno elevado, que foi em parte desaterrado para se fazer o caminho, ficando a descoberto uns restos dos alicerces da egreja e suas dependencias, e como no desaterro apparecessem ossadas humanas provenientes dos antigos enterramentos, foi construida esta capella de S. Sebastião para nella serem sepultados esses ossos, e os que depois fossem apparecendo, conforme a tradição local.

Não existem noticias para se podêr marcar a data certa da construcção d'esta ermida; mas poder-se-ha conjecturar ser do principio do seculo XIX.

E' muito simples a sua constructura tanto exterior, como interior. Tem uma só porta e duas pequenas janellas na frontaria, que é voltada ao norte, e tem um só altar. Mede interiormente 7,70 metros de comprimento, e 4 metros de largura.

No largo, e fronteiro á ermida, está o cruzeiro, uma cruz latina simples de pedra medindo de altura 2,15 metros, sobre um pedestal de 60 centimetros, assente em dois degraus com 30 centimetros cada um. A cruz tem na haste, proximo dos braços, em relêvo da mesma pedra a corôa de espinhos.

Quando, no principio d'estas *Breves Memorias,* dissémos que, sobre a historia antiga do logar e freguezia de Ois do Bairro pouco se póde apurar, sendo comtudo dos primeiros tempos da monarchia, apresentámos como mais antiga a referencia historica de 13 de fevereiro de 1321 da contribuição sobre a «Igreja de Sancto André Doens de Barro no bispado

de Coimbra, arcediagado do Vouga em doze libras» subsidio para a guerra contra os moiros no reinado de D. Diniz, e não tinhamos então conhecimento (1) de que já no seculo XI em 1086 se encontrava mencionada e bem determinada a povoação de Ois, como se verifica na doação (2) feita ao mosteiro de São Vicente da Vacariça em 25 de março de 1086 pelo conde D. Sisnando, governador da cidade de Coimbra, em nome e por auctoridade de D. Fernando Magno rei de Castella, da herdade ou villa de Orta, que o mesmo conde tinha edificado e povôado, e naquella doação veem descriptas as suas confrontações: pelo norte com villa Oles, pelo sul com Arinhos, pelo nascente com rio Certima e pelo poente com Villarinho; portanto definidas naquella epocha as povoações de Ois, Horta, Arinhos e Villarinho do Bairro, que actualmente existem nos mesmos locaes (3).

Assim sabemos que, no anno de 1086 já existia Ois do Bairro, e era então Oles, como se vê na doação do conde D. Sisnando.

Em 1169 era mencionado como Oes de Barrio (4) na memoria do fallecimento do sexto bispo de Coimbra D. João Anaia, que deixando á Sé cathedral da mesma diocese os

---

(1) Indicação amigavel do Sr. Joaquim da Silveira, distincto alumno do curso do terceiro anno juridico da Universidade de Coimbra, prestimôso filho da Bairrada, investigador illustrado, que muito trabalha na reunião de noticias para a historia das povoações d'aquella interessante e importante região, e a quem sou devedor de estima e agradecimento pelas informações, com que me tem obsequiado.

(2) *Noticia historica do mosteiro da Vacariça*...., por Miguel Ribeiro de Vasconcellos. Lisboa, 1854. Parte 1, pagg. 7, 8, 27 e 28.

Portugaliæ Monumenta Historica. Diplomata et Chartæ. Vol. 1, pagg. 391 e 392.

Ex Livro Preto Sedis Conimbricensis deprompsimus, 1086. Testamentum de uilla que dicitur orta quam testauit aluazir domnus sisnandus sedi sancte marie.

..... Et habet iacentiam ipsa uilla (orta) subtus mons muzacco territorio colimbriense discurrente riuulo certume. Et diuidet cum uillis que sunt in giro. hic sunt nominatas ad partem aquilonis cum uilla oles ad partem meridiei arinios Et ad partem orientis ipsum flumen certuma Et ad partem solis occasus uillarinum..... Notum die quod erit VIII° kalendas aprilis. Era M^a C^a XX^a III. Dux domnus sisenandus quem dominus saluet hunc pium uotum humilitatis mee in hac serie testamenti donibus sanctorum manus meas roboraui...

(3) *Carta chorographica de Portugal*, n.° 13, cit.

(4) *Noticia historica do mosteiro da Vacariça*, parte 2.ª, pag. 29, nota 2, cit.

seus bens patrimoniaes, nelles são designados a terça parte de Goes, Celavisa, Oes de Barrio, Torres de Barrio (Barrô? mais provavel Torres de Villarinho) e a terça da egreja de Villarinho.

Na relação das egrejas, commendas e mosteiros de Portugal, que contribuiram para a guerra contra os moiros no reinado de D. Diniz pelos annos de 1320 e 1321, lá se encontra Oens de Barro (1).

Em 1465 encontrâmos Oões (2) na mercê feita por D. Affonso V em Estremoz a 7 de janeiro d'aquelle anno, a D. Affonso, filho do duque de Bragança «da alcaidaria, cadeia e rendas da villa de Estremoz e em seu termo, e das terras de Riba-Vouga a saber: julgado de Eixo, Oões, Paos e Villarinho com todos os outros logares e reguengos» mercê que foi depois confirmada por D. Filippe II em Lisboa a 8 de março de 1596 a favôr de D. Sancho de Noronha, conde de Odemira.

Em 1485 a 19 de agosto el-rei D. João II, estando no mosteiro de Alcobaça, fez a sua irmã a infanta D. Joanna (depois santa) «pura e irrevogavel doação, entre vivos valedoira em dias de sua vida, da villa de Aveiro com seus termos e com todas as rendas e direitos reaes da dita villa, e da dizima nova e velha do pescado d'ella, ficando para el-rei sómente a dizima da casa da alfandega da dita villa, e assim as cisas e imposição do sal e jurisdicção da dita villa. Outrosim lhe deu a villa de Mortagua, e os logares de Eixo, Requeixo, Paaos e Hoeẽs (3), e a quinta de Villarinho e de Balsayme com todos seus reguengos, fóros, rendas e tributos, etc.».

(Continúa). José Joaquim d'Ascensão Valdez.

---

(1) *Catalogo de todas as Igrejas, commendas, etc... com a lotação de cada hũa dellas.* Ms. Col. Pombal na Bibliotheca Nacional de Lisboa, Codice n.º 179, cit.

(2) Livro 3 de *Misticos*, fl. 42, no Real Archivo da Torre do Tombo. —*Provas da Historia genealogica da Casa Real Portugueza*, tom. v, pagg. 450 a 453. Onde estão publicados os dois diplomas, tendo sido mal interpretada pelo copista a palavra Oees e Oeẽs, quando nos registos está Ooẽs e Oões.

(3) Livro 2 de *Misticos*, fl. 100 v. e 101, no Real Archivo—*Historia genealogica da Casa Real Portugueza*, tom. III, pag. 97.

BACCHYLIDES

Ode III

Dos poetas lyricos gregos um dos mais illustres é, sem duvida, Bacchylides, que por muitos criticos antigos foi considerado como emulo de Pindaro.

Bacchylides (1), filho de Meydilos, nasceu em Iulis, uma das quatro cidades da pequena ilha de Céos, provavelmente no ultimo quartel do seculo VI antes da era de Christo. Bacchylides pertencia a uma familia nobre, que fazia remontar a sua origem até aos Nelides de Pylos; seu avô tinha sido um athleta celebre; seu tio materno foi o grande poeta Simonides; é provavel que o tio iniciasse o sobrinho na sua arte, e o fizesse conhecido dos seus illustres protectores. O periodo da actividade poetica de Bacchylides é collocado durante e depois das guerras medicas; um historiador fixa o seu apogeu pelos annos de 465 antes de J. C. Não são conhecidos os successos particulares da sua vida; a sua rivalidade com Pindaro, e a sua permanencia na côrte de Hieron, tyranno de Syracusa, não são certas; sabe-se sómente que Bacchylides, por causa das suas tendencias aristocraticas, foi exilado da sua ilha natal pelos annos de 470 antes de J. C., e que morreu no Peloponeso, talvez em Phlionte.

Bacchylides compoz poemas de diversos generos da poesia lyrica; durante a sua vida adquiriu grande reputação, como o attestam o numero e a dignidade d'aquelles, que celebrou em seus versos. O seu renome persistiu depois da sua morte; os criticos de Alexandria o incluiram no Canon dos nove grandes poetas lyricos; e Longino, no seu Tratado do sublime, posto que o julgue inferior a Pindaro, o conta entre os maiores poetas. O proprio Bacchylides chama Pindaro a aguia da poesia lyrica, e a si mesmo o rouxinol.

As obras de Bacchylides, lidas e citadas até ao fim do imperio romano, desappareceram na edade media; e ainda ha poucos annos não eram conhecidos dos seus poemas senão alguns fragmentos, cerca de cem versos.

---

(1) Cfr. Eugène d'Eichthal et Théodore Reinach, *Poèmes choisis de Bacchylide*, Paris, 1898, p. V e VI.

Mas em 1896 foi adquirido no Egypto para o Museu Britannico um papyro em forma de rolo, contendo os poemas de Bacchylides. Este papyro parece ter sido escripto pelos annos de 50 antes da era de Christo; a sua escripta é de grandes letras unciaes, perfeitamente legiveis, disposta em largas paginas, tendo cada uma 32 a 37 versos. Infelizmente o papyro é em estado deploravel; sómente se possuem 41 paginas mais ou menos completas, e muitos fragmentos pequenos. Os poemas, que neste papyro foram conservados ainda que incompletos, são treze (ou quatorze) Epinicios (odes triumphaes), dirigidos aos vencedores nos grandes jogos athleticos da Grecia, e sete Dithyrambos (cantos heroicos), destinados ás solemnidades religiosas; todos estes poemas deviam ser cantados por um côro.

Os poemas de Bacchylides são compostos em linguagem epica ou poetica commum, com algumas fórmas do dialecto dorico, e raras do dialecto eolico; os accentos são geralmente os da linguagem vulgar. Estes poemas têm grande merecimento sobre tudo pela sua perfeição artistica; Bacchylides escreveu com lucidez, graça, colorido e facilidade de rythmo; possuiu certas qualidades caracteristicamente classicas, a suavidade e o sentimento da fórma dos Hellenos typicos (1).

*

A ode III de Bacchylides tem por objecto celebrar a victoria, que Hieron, soberano (tyranno) de Syracusa, alcançou nas corridas de carros de cavallos em Olympia, no anno de 468 antes de J. C. O poeta celebra tambem o piedoso uso que Hieron fazia das suas riquezas, porque Hieron tinha consagrado tres tripodes de ouro no templo de Apollo em Delphos, em commemoração das victorias alcançadas nas corridas de Olympia; e incita-o a perseverar na sua devoção, porque a piedade é sempre recompensada pelos deuses. Para o confir-

---

(1) E' já extensa a bibliographia concernente a Bacchylides; aqui sómente indicaremos as seguintes obras:

The poems of Bacchylides, from a papyrus in the British Museum, ed. F. G. Kenyon. London, 1897. (Editio princeps).

The poems of Bacchylides. Facsimile of Papyrus DCCXXXIII in the British Museum printed by order of the Trustees. London, 1897.

Bacchylidis carmina, cum fragmentis iterum edidit Fridericus Blass. Lipsiæ, 1899.

Eugène d'Eichthal et Théodore Reinach, *Poèmes choisis de Bacchylide*. Paris, 1898.

mar, lembra-lhe a historia de Creso, rei da Lydia, que, por suas liberalidades com o templo de Apollo em Delphos, foi salvo por este deus. Este trecho, que é a parte capital da ode, tem grande interesse historico. A lenda de Creso é contada por Herodoto (1) segundo uma versão evidentemente de origem hellenica; Creso, depois de vencido e feito captivo, é levado á presença de Cyro, e por ordem d'este subiu sobre um montão de lenha, a que põem fogo, e ahi acabou. Segundo a versão lydia, tambem conservada por Herodoto (2) e adoptada por Bacchylides, Creso, quando os Persas já haviam penetrado em Sardes, capital do reino da Lydia e residencia do rei, não podendo resignar-se a soffrer a servidão, e para não cair em poder do inimigo, subiu voluntariamente com sua esposa e filhas sobre um montão de lenha, e lhe mandou pôr fogo por um eunucho; então Apollo, em paga da sua devoção, arrebatou Creso e suas filhas, e o transportou para o paiz dos Hyperboreos, que, segundo as crenças dos Gregos, era uma especie de Elyseu. Na ultima parte da ode o poeta lembra a instavel condição da vida humana, e a immortalidade, que elle attribue á virtude celebrada pelas Musas.

Esta ode consta de sete systemas (series) de strophes, antistrophes e epodos; a strophe e a antistrophe compõem-se de dois periodos de dois memhros, e o epodo de tres periodos de dois membros.

Esta ode foi cantada pela primeira vez em Syracusa, provavelmente por occasião das festas celebradas para commemorar a victoria alcançada nas corridas de Olympia.

A ode III de Bacchylides é um precioso monumento da poesia lyrica grega, e faz honra ao genio do seu auctor, que nella revelou superiores qualidades litterarias pela elevação dos pensamentos, pelo primor da sua linguagem, e pela perfeição da sua versificação. Para aquelles, que não podem ler o original, é destinada a traducção que se segue (3); sem duvida é impossivel dar em prosa toda a belleza dos versos gregos; a sonora magnificencia do lyrismo grego não se imita, e as periphrases nem de longe equivalem aos epithetos pitorescos e decorativos; mas se a côr do quadro se desvanece, o desenho subsiste.

---

(1) Herodoto, *Historias,* liv. 1, § 85 e 86.
(2) Herodoto, *Historias,* liv. 1, § 87.
(3) Seguiu-se a restituição proposta por F. Blass (*Bacchylidis carmina,* ed. II, p. 35–45), e teve-se em vista a traducção de H. Weil. (*Journal des Savants,* Paris, 1898, p. 45–46).

EPINICIO III

A Hïeron (1), de Syracusa, vencedor nas corridas de cavallos em Olympia (2).

Canta, Demeter (3), o soberano da Sicilia, productora dos melhores fructos, e a sua filha donzella, coroada de violetas; canta, ó Clio (4), dadora de suaves dons, as rapidas corridas olympicas dos cavallos de Hieron. Elles corriam com a triumphante Nike (5) e com Aglaia (6), junto do Alpheu (7), de largos redemoinhos; alli alcançaram corôas para o afortunado filho de Dinomenes (8). E o povo innumero gritou: «Ah! homem tres vezes feliz! elle, que alcançou de Zeus (9) o mais alto premio dos Hellenos, sabe que a altiva riqueza não se esconde no negro veu da sombra.»

O templo está cheio de rezes para os sacrificios das festas; as ruas regorgitam dos seus hospedes. Brilha com scintillações o ouro das tripodes, cinzeladas em relevo, que estão deante do templo; lá no vastissimo bosque sagrado de Phebo, junto dos regatos da Castalia (10), os de Delphos (11) dirigem os sacrificios. Honra ao deus, ao deus adorna; porque isso é a melhor das fortunas. Tambem outr'ora ao soberano da Lydia, domadora de cavallos (12), quando, ao fatal aceno do supremo Zeus, Sardes (13) caiu conquistada pelos soldados dos Persas, a Creso (14) defendeu Apollo, que cinge aurea espada.

Porque, quando veiu o dia sem esperança, elle não quiz supportar mais a deploravel anciedade; mas deante do palacio de muros de bronze construiu uma pyra, e alli subiu com a carissima esposa e com as filhas de formosos cabellos, que se lamentavam insoffridamente; e elle, tendo levántadas as suas mãos para o alto ether, disse: «Irresistivel destino, onde está o favor dos deuses? Onde está o principe filho de Latona? (15) Os paços

---

(1) Hieron, soberano da Sicilia, morreu em 469 antes de J. C.

(2) Olympia, cidade situada entre os montes Ossa e Olympo, celebre pelo seu templo de Jupiter, e pelos jogos que alli se celebravam.

(3) Demeter, terra mãe, productora dos fructos; nome de Ceres.

(4) Clio, uma das nove Musas; inspiradora da historia; é representada em figura de donzella, coroada de louro tendo na mão direita uma trombeta e na esquerda um livro.

(5) Nike, a Victoria.

(6) Aglaia, uma das Graças; d'ella diz Pindaro (Olymp. 14,5): sem ella os maiores successos não têm lustre.

(7) Alpheu, rio que corre perto da cidade de Olympia.

(8) Dinomenes, soberano da Sicilia, e pae de Hieron.

(9) Zeus, nome grego do deus supremo (Jupiter entre os Romanos).

(10) Castalia, fonte situada no monte Parnasso.

(11) Delphos, cidade da Phocida, situada junto do monte Parnasso, e celebre pelo templo de Apollo.

(12) No tempo de Creso, os Lydios eram a nação mais forte e aguerrida da Asia menor; combatiam a cavallo, armados de grandes lanças, e na arte de equitação eram abalisados. (Herodoto, *Historias*, liv. 1, § 79).

(13) A cidade de Sardes, situada junto do rio Tmolo, era a capital da Lydia e residencia dos seus reis. Creso tinha alli os seus paços; e Cyro, depois de a ter cercado durante quatorze dias, a tomou e saqueou. (Herodoto, *Historias*, liv. 1, § 84-86).

(14) Creso reinou na Lydia pelos annos de 550 antes de J. C.; foi o primeiro dos Barbaros (não Gregos) que submetteu ao seu dominio, e obrigou a pagar tributos parte dos Hellenos. No seu reinado a Lydia era muito florescente; elle enviou ao templo de Delphos como offrendas muitos utensilios de ouro. (Herodoto, *Historias*, liv. 1, § 6, 29, 50, 51).

(15) Latona teve de Jupiter dois filhos, Apollo e Diana, que nasceram na ilha de Delos.

de Alyattes (1) caem; estão cobertas de milhares de cadaveres as ruas da cidade; o Pactólo (2) tinge de vermelho de sangue as suas aureas ondas (3); as mulheres são arrastadas ignominiosamente das salas bem edificadas. As cousas que antes eram odiosas, agora são amadas. Morrer é dulcissimo!»

Isto disse, e ordenou ao eunucho, que accendesse o lenhoso edificio; e as donzellas gritaram, e estenderam mãos amigas para a mãe; porque para os mortaes a mais detestada das mortes é a visivel. Mas depois que a rutilante violencia do terrivel fogo passou com rapidez, por ordem de Zeus, uma nuvem de negros antros extinguiu a amarella chamma.

Nada é incrivel do que o cuidado dos deuses determina. Então Apollo, gerado em Delos (4), levando-o, fez habitar entre os Hyperboreos (5) o velho com as suas esbeltas filhas pela sua piedade, porque elle era entre os mortaes o que tinha enviado ao divino Python (6) maiores offrendas. Quantos teem a Hellade, nenhum dos mortaes, ó Hieron, digno de grandes louvores, quererá, te digo eu, enviar a Loxias (7) maior quantidade de ouro. E' licito áquelle, que não engorda de inveja, bemdizer ao amado dos deuses, ao amador de cavallos, ao homem bellicoso, que tem o sceptro do justo Zeus, e o quinhão das Musas coroadas de violetas.

Aquelle que uma vez queimou incenso com timida mão, sereno olha para o ephemero prazer que ao homem ama. O tempo é breve; mas a esperança artificiosa se insinua no coração dos ephemeros mortaes. E o principe Apollo, longe-atirador, diz ao filho de Pheres: «Sendo tu mortal, convém que faças crescer dois pensamentos,—que verei sómente a luz do sol do dia de ámanhã, e que viverei cincoenta annos completos em profusa riqueza. Cumprindo os deveres da piedade, regosija o teu animo; porque este é o mais alto dos proventos.»

Fallo ao que comprehende as cousas intelligiveis; o ether profundo é incorruptivel; a agua do mar não se putrefaz; e o ouro é de inalteravel côr; mas não é licito ao homem, a quem a velhice encaneceu, alcançar de novo a florente mocidade; com tudo o brilho da virtude não diminue com o corpo dos homens, se a Musa o sustenta. Hieron, tu mostraste aos mortaes a mais formosa flôr da riqueza. Ao que faz o bem, não pertence o adorno em silencio; na verdade alguem certamente ha de cantar ainda a graça do mellifluo rouxinol de Céos.

Lisboa, 3 de março de 1902.

FRANCISCO MARIA ESTEVES PEREIRA.

---

(1) Alyattes, pae de Creso, reinou na Lydia durante 57 annos. (Herodoto, *Historias*, liv. 1, § 16-25). Na Lydia, perto do lago Gigéo, admirava-se o tumulo de Alyattes; a base d'este monumento era feita de grandes pedras, e o resto de terra amontoada; e na parte superior havia um terrapleno, sobre o qual se erguiam cinco columnas de pedra com inscripções; na base tinha de circumferencia 6 estadios e 2 plethros (1171^{m}) e de largura (diametro) 13 plethros (400^{m}). (Herodoto, *Historias*, liv. 1, § 93). Não era de certo a este monumento, que se referia Bacchylides, mas provavelmente aos paços, que Alyattes teria construido em Sardes para sua residencia.

(2) Pactólo, rio da Lydia, hoje chamado Sarabat.

(3) Nas areias, que eram arrastadas pela corrente do rio Tmolo, encontravam-se pepitas de ouro. (Herodoto, *Historias*, liv. 1, § 93).

(4) Delos, uma das ilhas Cyclades, no mar Egéo.

(5) Os Hyperboreos eram povos, que habitavam uma região situada ao norte da Scythia, e que era considerada como a morada dos bemaventurados.

(6) Python, o oraculo de Apollo em Delphos.

(7) Loxias, sobrenome de Apollo.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 6, pag. 384)

ESTA : : : FOY ENUIADA DE NOSSO Pe GERAL CLAUDIO AQUA UIUA AO Pe PROUINCIAL FRco DE GOUUEA DE ROMA ẽ JULHO DE 1595

De ijs qui in Religione ficte procedunt

Quoad eos qui in Religione procedunt ficte, quorum aliqui impudici : : : a Super*io*re secreto sciuntur animaduertendum est : : : ijs, quæ Super*io*ri tanq*uam* Patri secreto denũciantur, non conu : : : eum tanquã iudicem statim procedere ad extremam puniti : : : ut : : : puniat, neq̃ ecõtra contentum esse debere pos : : : uam tanq*uam* pater habuit, leue aliquod remedium adhibuisse, quale esset, talem subditum alloqui, atque ab eo emendationis promissionem habere. Nam cũ experimento constet tales difficile emendari, imo vero sæpe ipsosmet manifestare ea de seipsis, ex quib*us,* licet emendationem promittant, facile tamen intelligitur, illud malum moraliter esse irremediabile, tunc enim ianua ad purgandam Societatem claudi non debet, quamuis Super*io*r malum illud sciret secreto, et tanquã pater. Quare ob temporis circunstantias is in peccato perseuerasse dignoscitur, ex frequentia reincidendi ex naturæ fragilitate ex Sacramentorum abusu, non integra scilicet cõfessione, & sacra communione in peccato mortali, alijsq̃ similib*us,* facile deprehenditur periculum reincidendi, et quantum de eius emẽdatione securi esse possim*us.* Ideo si ipsemet Super*io*ri se manifestauerit hortand*us* primum erit ad continentiam, tum teneri se ad aliud vitæ gen*us* suscipiendum, in quo ex Instituto sit seuerior disciplina, maior corporis castigatio, & pauciores cũ proximis agendi occasiones. Institutum enim Societatis eos requirit operarios qui ita nostra ministeria obeant, et saluti proximorum inuigilent, ut nec propriarum animarum salutem, nec bonũ religionis nomen in discrimen adducant. Quib*us* rationib*us* efficaciter inducendus est, vt ipsemet licentiam petat, aliud vita gen*us* eligendi.

Si vero alterius denunciatione scitur, quanuis hæc paterna sit, si tamen ob circunstantias, spes emendationis nulla sit,

potest Superior diligenter inquirere ex quibus maior certitudo habeatur, imo uero ad cautelam inde ::: in futurũ ad actum demittendi e Societate deuenire, hæc enim proprie non est pæna iuridica, aut iudicialis, sed potius ad cautelam, & illi ipsi qui dimittitur hoc ipsũ expedit, præsertim in hac re cum ea qua decet caritate & dexteritate eius famæ, ac boni nominis ratio habeatur. Quod uero ad consultationem, harũ rerum spectat, certum est fieri posse, modo id fiat cũ paucioribus ac prudentioribus uiris, & ::: ratione adhibita, quæ conuenit, poterit etiam ad maius lumen adhibendũ casus tacito nomine, consultari. Quod autem ::: usque dictum est in eo casu intelligi debet, in quo ::: le periculum reincidendi, et religionis damnum ::: cõmuniter in Societate, quæ tota in iuuandis proximis posita est, alij remediorum modi non occurrunt. Verum si casus ex aliqua occasione, et ex naturæ fragilitate euenisset, & res absq̃ scandalo, tantum uia secreta, et paterna a Superiore sciretur, tunc is tanquam pater solum subditi emendationem curabit, illum monendo, iniungendo secretam aliquam pænitentiam, remouendo illum a periculis, & diligenter super illum euigilando, nullo autent modo eum a Societate dimittet.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

AS DESPESAS DO ENSINO EM PORTUGAL NO FIM DO SECULO XIX (1)

Portugal desenvolveu de modo um tanto consideravel as suas instituições de ensino no seculo que findou, ou, para dizer melhor, desde a revolução liberal até ao fim de 1900, pelo menos no que respeita ás instituições dessa natureza que mais particularmente interessam ás classes populares. Nisto obedeceu a nossa patria a um movimento geral nos povos dependentes da nossa civilisação occidental, movimento que vinha de longe, como em parte já indiquei em artigos publicados noutro logar (2) e que espero continuar. Nelles estudei e na sua continuação irei estudando ainda ás causas determinantes desse movimento. Examinemos hoje rapidamente, fundando-nos nos dados numericos, qual foi o progresso sobretudo quantitativo, realisado no referido periodo e no dominio indicado, progresso em que o amor puro da instrucção nacional está longe de ser o unico factor (3).

O antigo regime legou ao novo 1:001 cadeiras de ensino primario, entre as quaes só 26 eram destinadas ás meninas, e

---

(1) Este artigo, como indica a data que vae no fim, foi escripto nos dois primeiros dias do anno de 1901. Estava destinado a uma publicação que cessou de sair. Pareceu-me que pelos factos, não notados ainda, que encerra conviria archivá-lo aqui, apesar de eu tencionar fazer mais completo estudo dalguns pontos tratados no trabalho que comecei a publicar aqui com o titulo *A distribuição do ensino e a selecção social*, interrompido por diversas causas, a principal das quaes tem sido falta de saude.

(2) Vid. *Revista de educação e ensino*, x (1895), pp. 49–73, 97–121, 193–224: *Para a historia da instrucção popular*.

(3) Uma das causas extra-pedagogicas que mais tem influido no desenvolvimento quantitativo do ensino entre nós é o favoritismo que leva a fazer professores de individuos muitas vezes incompetentes.

parte se achavam vagas em 1834; cada um dos professores respectivos tinha o ordenado annual de 90$000 réis, sendo pois a despesa total, que se cobria com parte da receita do chamado subsidio litterario, de 90:090$000 réis, além das despesas a cargo dos municipios, etc. com as casas escolares, material, de que não conheço relação (esses numeros referem-se ao continente e são extrahidos do *Mappa estatistico da Repartição da Instrucção,* etc., impresso em Coimbra em 1835). No começo de 1900 havia 4:476 professores, ajudantes e monitores primarios (excluindo licenciados e aposentados), cujos vencimentos subiam a 792:108$000 réis (tambem só no continente). As despesas totaes da instrucção primaria orçadas para esse anno eram 1.317:995$311 réis, havendo no começo delle 4:343 escolas primarias, 4 normaes (Lisboa e Porto), e 13 de habilitação para o magisterio. As despesas orçadas para o primeiro anno do novo seculo serão de 1.348:207$277 réis. Accrescentemos áquellas despesas custeadas pelo estado e municipios, as seguintes, a cargo do ministerio das obras publicas, commercio e industria: 75:216$000 réis com 26 escolas de desenho industrial ou escolas industriaes e 12:534$000 réis com uma escola de regentes agricolas (Santarem), e ensino manual de operarios ruraes e teremos a verba total das despesas publicas com o ensino do povo, o qual aproveita ainda a muitos individuos que não pertencem ás classes populares propriamente ditas.

O desenvolvimento do ensino secundario não acompanhou proporcionalmente o do primario emquanto ao numero dos professores, no periodo alludido, isto é de 1834 a 1900. Crearam-se os lyceus (1836), um por capital de districto, para substituir as aulas avulsas de instrucção secundaria fundadas pelo marquês de Pombal (1772): o antigo regime legara 296 cadeiras (em parte vagas) dessa natureza, cujos professores custavam annualmente 71:270$000 réis, no continente. Em 1900 os professores dos lyceus do continente eram inferiores em numero a 200 (170 nos lyceus das capitaes de districto, não contando os auxiliares nalguns lyceus, a que ha a juntar os de Guimarães e Amarante). A despesa total com a instrucção secundaria, segundo o orçamento para 1899–1900, era de 203:613$970 réis (1).

---

(1) Ha quem supponha que temos lyceus de mais. Uma das folhas mais lidas de Lisboa propôs até já uma vez a substituição dos lyceus por institutos industriaes (que coisas não propõem os periodicos!). Em ver-

Pelo que respeita ao ensino superior e especial, no mesmo periodo, experimentou a universidade algumas modificações nos seus quadros, fundindo-se em uma as antigas faculdades de leis e canones e não se juntando nenhuma nova, não ficando esse estabelecimento á altura exigida pelo desenvolvimento scientifico do nosso tempo; crearam-se ou fizeram-se sair de institutos creados no antigo regime as Escolas medico-cirurgicas de Lisboa, Porto e Funchal, a Escola polytechnica de Lisboa, a Academia polytechnica do Porto, a Escola do exercito, a Escola naval, o Instituto de agronomia e veterinaria, as Academias de Bellas-artes (Lisboa e Porto), o Conservatorio de musica e arte dramatica, os Institutos industriaes e commerciaes (Lisboa e Porto), o Curso superior de lettras, a Escola nacional de agricultura, e pouco mais.

Apesar do progresso manifestado pelos dados que acabo de expôr, sobretudo no dominio da instrucção popular, a comparação com a maior parte dos países da Europa e da America, mostra que vamos na retaguarda e até muito distanciados delles.

Estava orçada para 1899–1900 a despesa total com o nosso ensino publico pelos diversos ministerios (reino, obras publicas, commercio e industria, guerra e marinha) em 1.377:601$058 réis. Se subtrahirmos dessa verba a de 230:249$777 réis, com que o estado contribuiu para o ensino primario, ficam réis 1.147:351$281, quantia destinada a todo o restante ensino publico e inferior á destinada ao ensino primario em 1900 (menos 170:644$030 réis). As despesas totaes do ensino publico, custeadas pelo estado e corporações subiram pois no anno de 1899–1900 aproximadamente a 2:465 contos de réis.

Ora no mesmo anno despendeu-se com os serviços da justiça (tribunaes, ministerio publico, cadeias e presos), guerra (menos a instrucção custeada por este ministerio), guarda fiscal e fiscalisação dos tabacos e phosphoros, marinha, segurança publica (ministerio do reino), a somma aproximada de 10:438 contos de réis (a que haveriam de juntar-se ainda as despesas de policia municipal, etc.), isto é mais do quadrúplo (4,2 vezes

---

dade a frequencia tão escassa dos lyceus, exceptuando os de Lisboa, Porto e Coimbra parece indicar que os temos em excesso. Na realidade o pequeno numero desses institutos e a sua escassa frequencia total é apenas uma das provas da nossa tristissima miseria intellectual, moral e material, como será mostrado no escripto *A distribuição do ensino e a selecção social*.

*

mais) do que custa toda a instrucção publica. Só as despesas dos tribunaes, ministerio publico, cadeias e presos, segurança publica (ministerios da justiça e do reino) foram em 1899–1900 de cerca de 1:756 contos de réis, mais 379 contos do que o estado despendeu com todo o ensino publico. Vê-se, pois, que aos olhos dos governantes a questão da defesa á mão armada contra os inimigos extranhos que ameacem os nossos territorios, contra os internos que os ameacem a elles e ás instituições; a da repressão do crime, do delicto, da contravenção, apparecem como muito mais ponderosas, como objectos que merecem muito maiores sacrificios da fazenda publica do que a educação do povo, que a muitos pensadores se afigura como a fonte primaria da força, da riqueza, da ordem, da justiça e portanto do respeito dos direitos de todos e da consideração dos outros povos. Ainda aqui a comparação, que reservo para outro logar, mostraria, como apesar dos armamentos, que de cada vez absorvem mais prodigiosas quantias, outros paises cultos se apresentam proporcionalmente em condições mais favoraveis que nós. Apontarei só o que se dá em França. No orçamento deste país para 1900 figura a verba de 1:046 milhões de francos para despesas com a guerra e marinha, justiça, policia e presos (as duas ultimas custeadas pelo ministerio do interior), e 237 milhões com a instrucção publica (em que incluo museus e bibliothecas, como fiz para Portugal) pelo ministerio respectivo, e das bellas-artes, industria, agricultura e guerra; deve juntar-se a verba ministrada pelas communas para o ensino primario, que não sei qual foi em 1900. A ultima estatistica do ensino primario francês é relativa ao anno de 1896–97 e foi publicada por occasião da Exposição universal de 1900. A verba alludida que alli figura é de 67 milhões de francos, que, sem duvida, não diminuiu; juntando-a áquelles 237 milhões temos o total de 304 milhões de despesas do ensino, o que se acha na relação de 3,4 vezes menos para as outras despesas alludidas. As comparações deste genero não são certamente bastante rigorosas, em virtude das differenças dos systemas de administração. Mas as comparações podem fazer-se doutros pontos de vista, como o seguinte. Em Portugal as despesas acima indicadas com a instrucção publica (2:465 contos) repartem-se pelos 5 milhões de habitantes (censo de 1890,—esse numero era então já por ventura inferior á realidade) na razão de 493 réis por cabeça; na França as despesas correspondentes repartem-se pelos 38,5 milhões de habitantes (1896) na razão de francos 8,9 por cada um, ou, ao par, 1$600 réis, ou, ao cambio d'hoje (2 jan. 1901) de

2$245 réis. E note-se que a França está longe de ser o país em que essa razão é mais alta. Assim na Prussia, que contribue, como os outros estados d'Allemanha, com pesadissimas sommas para o exercito e marinha do imperio, cabem a cada habitante nas despesas geraes da instrucção publica cerca de marcos 8,60, isto é 1$935 réis ao par, ou 2$665 réis ao cambio presente. E ha ainda países que gastam mais. Em 1892 já os Estados-Unidos da America do Norte despendiam só com a instrucção primaria dollares 2,40, ao cambio presente cerca de 3$325 réis por habitante.

A verdade é que apesar do progresso realisado entre nós no seculo findo, pelo que respeita ao desenvolvimento numerico das instituições de ensino e sua dotação, especialmente das instituições de ensino popular, são ellas ainda muito insufficientes e a sua dotação geralmente mesquinha, faltando a muitas dellas material indispensavel e edificios acommodados e não tendo o augmento dos vencimentos dos professores, que começou já pequeno, acompanhado *pari passu* o augmento dos preços e dos impostos.

Resta ainda averiguar se das despesas feitas com a instrucção publica se tira todo o proveito possivel. Esta questão é grave e contento-me hoje com enunciá-la e exprimir o que me inclino a pensar em virtude de muitos factos que tenho colligido, e vem a ser que em virtude de erros e vicios de governantes e governados,—a extirpação dos quaes constitue o problema capital, o problema de vida ou de morte da nação portuguesa—, os nossos institutos de instrucção estão longe, em geral, de produzirem os resultados que poderiam e deveriam produzir, e que por vezes, até, os resultados attingidos são negativos pelo que respeita á verdadeira educação publica.

Larga é a materia e propria para suscitar paixões, e tanto mais facilmente quanto maior fôr a imparcialidade com que se tratar. Tenho-me occupado já de diversos aspectos della e espero occupar-me de novo desses mesmos ou estudar outros. Hoje lembrarei só um ponto desse dominio.

Segundo o relatorio que precede o decreto de 6 de maio de 1892, pelo qual os serviços da instrucção primaria que estavam a cargo das camaras municipaes foram transferidos para o estado, quando em 1881 aquella instrucção passou do estado para os municipios, havia no concelho de Lisboa 49 escolas primarias com 49 professores ou professoras, sem mais pessoal, quer auxiliar quer menor; e estavam matriculados nessas escolas cerca de 4:000 alumnos com a frequencia media de 2:626. As despesas feitas pelo estado e municipio com essas

escolas subiam apenas ao total por anno de 9:568$955 réis. Na data do decreto citado despendia a camara municipal de Lisboa com as suas escolas primarias, para 7:122 alumnos, com 279 professores, a quantia de 176:123$080 réis. A despesa por alumno, que era, em media, em 1881, de 3$643 réis, ascendera a 24$729 réis, — tornara-se pois quasi 7 vezes maior. A relação das despesas totaes em 1892 para a população de Lisboa era de 587 réis por habitante, quantia 5,6 vezes menor que a acima referida dos Estados-Unidos da America do Norte; mas a despesa media por alumno nesta republica não excedia 15$480 réis, ao cambio anterior á nossa presente crise financeira, isto é por junho de 1891.

O relatorio a que me estou referindo não adduz dados de comparação dos paises extrangeiros: limita-se aos da despesa da instrucção primaria em Lisboa nas duas epochas de 1880–81 e 1891–92, e nota que em geral a habilitação não é (na ultima epocha) superior á que recebiam (os alumnos) naquella (primeira epocha); isto é fizera-se um augmento de 6,7 vezes nas despesas da instrucção primaria por alumno, sem melhorar geralmente o ensino. O relatorio citado baseava-se nos trabalhos duma commissão nomeada em 10 de outubro de 1891, da qual foi presidente o sr. dr. Bernardino Machado; ignoro se a apreciação transcripta dimanava dos trabalhos della. A verdade é que dum estudo directo que fez o auctor deste artigo em 1883, quando a execução da lei de descentralisação do ensino de 2 de maio de 1878 contava apenas dois annos, pôde formular a seguinte conclusão: «Se é evidente que um grande progresso foi realisado na parte material pelas escolas centraes (escolas de varias classes, estabelecidas quasi todas a partir de 1881) sobre as escolas parochiaes (de uma só classe), não ha progresso sensivel nos methodos de ensino. Largas reformas são necessarias nesses methodos e no pessoal, de que uma grande parte está indubitavelmente abaixo da sua missão, para que o regime intellectual das escolas se eleve a um nivel em que ellas se tornem verdadeiramente productivas» (1). O relatorio ministerial de 6 de maio de 1892 não fez referencia áquelles progressos materiaes, importantes em grande parte, sobretudo pelo que respeitava á hygiene escolar,

---

(1) *A instrucção do povo em Portugal, relatorio apresentado á Junta departamental do Sul, em sessão de 2 de junho de 1883*, por F. Adolpho Coelho, nos *Trabalhos complementares do primeiro congresso das Associações portuguezas* (Lisboa, 1883).

absolutamente descurada nas antigas escolas parochiaes de Lisboa e do resto do país. Tinha-se começado, por 1883, a organisar um plano de reformas dos methodos de ensino, em que se achavam empenhados, entre outros, alguns professores das escolas municipaes; mas incidentes desgraçados, aliás muito proprios desta terra de Portugal, obstaculos levantados pela administração escolar de todos os lados impediram que se alcançasse algum dos progressos a que se mirava, emquanto aos methodos.

E' sem duvida verdade que os resultados do grande augmento nas despesas da instrucção primaria de Lisboa não satisfaziam nem pelo lado numerico dos alumnos, nem pelo da qualidade do ensino. Impunha-se um estudo das causas dessa insufficiencia. Estava elle no relatorio da commissão de 10 de outubro de 1891? Ignoro-o, porque esse relatorio não foi publicado, e o do decreto de 6 de maio de 1892 não entra no exame das causas alludidas. Póde concluir-se que o governo se julgava competente para reorganisar as escolas primarias de Lisboa (como as do resto do país) e considerava incompetente para isso o municipio de Lisboa. Decorridos oito annos e meio, póde já ver-se se foi benefica a acção directa do ministerio do reino naquelle ramo de serviço.

Baixaram as despesas com a instrucção primaria, propriamente dita, do concelho de Lisboa, ao fim do periodo de 1892–1900, a 136:123$080 réis (excluimos as despesas com as Escolas Froebel, que aspirava a ser um jardim da infancia, e Maria Pia, que é uma escola secundaria, e o vencimento dum director geral, do ensino municipal, licenciado, ao todo réis 9:477$000), isto é a uma quantia inferior em 39:891$080 réis á que se despendia em 1891–92.

Essa economia foi obtida principalmente pelo licenciamento duma parte consideravel do pessoal docente e menor, reduzido de metade dos seus vencimentos (essa metade perfazia, em 1900, a somma de 13:176$500 réis), pela suppressão de gratificações a professores por duplicação de cursos (curso da manhã e curso da tarde), de serviços de jurys de exames, etc. (ao todo 12:859$500 réis), deixando de ministrar livros aos alumnos, etc., isto é diminuindo as vantagens que os professores tinham alcançado no regime anterior e difficultando aos alumnos pobres a frequencia da escola. Essas reducções coincidiam com a desgraçada crise financeira a que vicios profundos da governação tinham arrastado o país em proveito de varios particulares. A vida tornava-se muito mais difficil para todos os que não lucravam com a crise (porque esta foi pro-

veitosa para muitos). A carestia tem progredido sempre de 1892 até ao presente.

Os dados estatisticos do movimento das escolas de Lisboa mostram claramente, pelo aspecto numerico, os resultados do novo regime, sejam quaes forem as correcções que esses dados exijam e que talvez os reduzissem mais, em vez de os fazer avultar. Sirvo-me neste artigo exclusivamente de estatisticas officiaes: se ellas estão mais ou menos longe da verdade dará sómente motivo a que lamentemos que a administração publica do ensino não se guie por numeros mais fieis á realidade.

Vejamos.

Alumnos nas escolas primarias publicas de Lisboa:

	1891-92	1896 dez.	1897 out.	1898 jan.
Matriculados.....	10:207	7:653	7:428	7:890
Frequencia media ...	7:122	5:105	4:718	4:898

Assim em 1898 havia, com relação a 1891-92 uma diminuição de 2:224 alumnos na frequencia media dessas escolas, isto é, quasi um terço menos (diminuição de 31 %).

E' certo que na ultima Exposição universal de Paris foi apresentada uma estatistica do nosso ensino primario em que se ministra a seguinte nota da frequencia das escolas de Lisboa em 1899-1900; nas officiaes: 7:740, nas particulares 9:382; mas como não se indica o numero de matriculados e como aquelle numero de 7:740 é muito superior ao de janeiro de 1898, não se conhecendo causa que determinasse tão rapida subida, sou levado a pensar que na estatistica referida se tomou matricula por frequencia. Tambem me parece exaggerada a cifra que respeita ás escolas particulares, ainda quando se trate só de inscripção (esta diverge, por motivos faceis de imaginar, muito menos da frequencia nas escolas particulares que nas publicas). E' verdade que o ensino particular primario tem tido ultimamente grande desenvolvimento em Lisboa. Assim só a Sociedade de beneficencia «A Voz do Operario» custeia as despesas desse ensino, em escolas que mantem ou subsidia, a cerca de 2:200 creanças, numero aproximado do que fórma a differença entre a frequencia nas escolas officiaes em 1891 e 1898. Os paes dos alumnos contribuem com 20 réis semanaes (1$040 réis annuaes) como membros daquella Sociedade e 100 réis mensaes por cada filho que frequenta as escolas respectivas, não fazendo despesas com livros, nem tendo de pagar a pro-

pina do exame de instrucção primaria (3$000 réis por examinando), de que são liberados os alumnos das escolas mantidas por associações de beneficencia. Essas vantagens explicam em grande parte a preferencia dada por grande numero de paes das classes trabalhadoras ás escolas da referida Sociedade. Accresce que se assevera fazer-se mais rapidamente o ensino primario nessas escolas que nas officiaes, em que, diz-se, tem diminuido a assiduidade e zelo dos professores desde 1892.

A duração do curso primario só por si nada significa e sou levado até a condemnar a pressa com que muitas vezes impellem as creanças para o exame. A questão capital está no valor do ensino. Mas o fim hoje, tanto nas escolas publicas como nas particulares está no exame, e todo o esforço se emprega em treinar as creanças para esse fim; é, porém, natural que os paes, que nada entendem de assumptos pedagogicos, dêem a preferencia ás escolas em que o resultado a que se aspira se obtem mais de prompto. Em todo o caso resta apurar se com effeito parte dos professores officiaes (não posso crer que sejam todos) são menos assiduos e zelosos nas suas funcções do que já foram e que influencia póde ter nesse facto (se o é) a diminuição já referida dos seus proventos.

Devo pôr em relevo que ainda quando a frequencia nas escolas publicas e particulares primarias de Lisboa em 1899–1900 fosse a apontada na estatistica acima referida, esse numero seria muito inferior ao das creanças em idade escolar neste concelho. Com effeito o volume 1 do Censo de 1890, ha pouco publicado, apresenta aqui um total de 32:693 creanças em idade escolar, isto é de 6 a 12 annos. Ainda admittindo ser exacto o numero das creanças que frequentavam as escolas primarias de Lisboa publicas e particulares em 1899-1900, apresentado na estatistica acima referida, isto é 17:122, temos uma differença para aquelle numero do censo de 1890 de 17:122. Não esqueçamos o seguinte: *a*) dum lado, que muitas creanças saem das escolas antes dos 12 annos, até antes dos 10, com o peculio de conhecimentos mal seguros que constituem a nossa instrucção elementar, creanças que figurarão pois como não analphabetas; que o censo referido dá das 32:693 creanças em idade escolar só 10:458 como analphabetas: não póde calcular-se que em 1900 houvesse fóra da escola e sem possibilidade de instrucção cerca de 17:122 creanças (esse numero deve ter augmento no decennio); *b*) doutro lado. que deve observar-se que nas creanças que frequentam as escolas primarias particulares, ha muitas de menos de 6 annos e mais

de 12 e ha-as de mais de 12 tanto nas escolas particulares como nas publicas. Considerem-se os seguintes numeros do mesmo censo de 1890:

Creanças de	4	annos:	total	5:024,	não analphabetas	451
»	5	»	»	4:535,	»	1:125
»	6	»	»	4:626,	»	2:095
				14:185		3:671

Cerca de 3:671 tinham pois começado os estudos primarios em Lisboa antes de perfazerem 6 annos de idade, nos annos de 1885 a 1887. Essa iniciação precoce dá-se nas escolas particulares e na familia e é determinada por causas varias, entre as quaes é importante a de serem admittidas nas aulas da Sociedade das casas d'asylo d'infancia desvalida as creanças aos 4 annos de idade, não podendo conservar-se alli os rapazes além dos 8 annos de idade. Essa Sociedade de caracter aristocratico, dá, como «A Voz do Operario», puramente popular, ensino elementar a um grande numero de creanças, num semi-internato, com alguma alimentação e livros gratuitos. Assim temos que desfalcar do numero de 17:122 alumnos (suppondo-o exacto), o das creanças de menos de 6 e mais de 12 annos que frequentam as escolas primarias de Lisboa, numero que infelizmente não conhecemos, mas que podemos suppôr aproximado de 3:600, e o das creanças de mais de 12, sem duvida muito menor; ainda quando pensemos que a frequencia da escola não excede em media 3 annos, podemos calcular que cerca de 9:000 creanças pelo menos, na idade escolar, ficam sem ensino primario no primeiro concelho do país.

Na incerteza relativamente ao numero das creanças que frequentavam as escolas primarias officiaes de Lisboa em 1899–1900, lembrarei que em 1897–98 as despesas geraes da instrucção primaria neste concelho, incluindo as feitas com as Escolas Maria Pia e Froebel, professores licenciados da Escola Rodrigues Sampaio e alguns serviços extinctos, eram de 146:439$000 réis; com a instrucção primaria elementar propriamente dita e serviços annexos immediatamente (incluindo a inspecção e pessoal licenciado) despendiam-se 133:167$000 réis; com relação a 1891 houvera pois uma diminuição de 24 %; mas na frequencia dos alumnos houvera uma diminuição de 31 %, e as despesas por alumno subiam a 27$185 réis, mais 2$456 réis que em 1891–92.

Assim pelo que respeita á frequencia das escolas publicas

de Lisboa e ás despesas por alumno aggravaram-se as condições da administração central.

Pelo que respeita aos meritos do ensino ministrado nessas escolas desde 1892, sinto ter de affirmar que não são superiores aos do ensino ministrado anteriormente, se, pelo menos em parte, não são inferiores. Direi tambem que o ensino nas escolas particulares não é, emquanto ao resultado final, mais proveitoso que o das escolas officiaes. Espero mostrar em breve, fundando-me em dados demonstrativos, em que consistem os vicios do ensino elementar do nosso país.

Dez annos apenas de experiencia bastaram para que se condemnasse em absoluto a descentralisação administrativa do ensino primário, na qual antes se tinham depositado sanguineas esperanças. Ainda em 1884, num relatorio que considera os annos de 1881–83, o conselheiro Antonio Maria de Amorim, então director geral da instrucção publica (1) referindo-se ao estado de pagamento dos professores dizia que «esse serviço se acha assás melhorado e dentro em pouco desapparecerão as irregularidades que a principio fizeram suspeitar a alguns pessimistas que a sorte do professorado fôra compromettida com o systema adoptado nas leis da reforma...» e manifestava a sua convicção em que se haviam de vencer os obstaculos que encontrava a perfeita execução da lei de 2 de maio de 1878. A iniciação não podia fazer-se de subito: era mister, para tudo dizer, *educar* as corporações locaes, as auctoridades locaes, todos os que deviam interessar-se pela obra da instrucção popular; o governo achou mais simples recuar diante da tarefa começada. Não deve esquecer-se que a creação do ministerio da instrucção e bellas-artes foi a causa determinante desse facto (decreto de 5 de abril de 1890 e carta de lei de 7 de agosto do mesmo anno), cuja justificação se apontava nos erros, reaes uns, pretendidos outros, da administração municipal. Do passeio dado pelo ensino primario através dessa administração resultou em verdade pela maior parte o grande augmento na dotação desse ensino, augmento de que o governo se aproveitou.

A reforma geral do mesmo ensino decretada em 22 de dezembro de 1894 e regulamentada em 18 de junho de 1896 parece não ter produzido os resultados a que o governo mirava, visto que, tendo voltado ao ministerio o mesmo partido

---

(1) Esse relatorio foi publicado nos volumes IV e V da *Revista de educação e ensino.*

politico que geria os negocios publicos naquelles annos, no discurso da corôa de hoje 2 de janeiro de 1901 se promette nova remodelação da instrucção primaria (1). Mas uma reforma do ensino, no papel, por melhor que seja, que resultado póde dar num país em que dominam os vicios de governantes e governados a que alludi? E' injusto accusar só os governos dos males que padecemos. Estes podiam ter feito mais e melhor sem duvida; os governados podiam actuar sobre elles mais para que o fizessem e auxiliar melhor a sua acção. Um escriptor francês serio, Victor de Laprade, affirmou que se se deixasse ás luzes dos paes, nas classes mais ricas e esclarecidas, ao seu zelo pela sciencia pura, ao seu gosto da distincção intellectual, o cuidado de fixar o nivel dos estudos classicos, em quinze annos o maior numero dos filhos da nação francesa saberia apenas ler, escrever e contar. O. Gréard reproduziu a affirmação sem a contestar. Que diremos nós em Portugal? Sem os programmas, sem os quadros officiaes do ensino, sem o que mais duma vez se tem chamado o monopolio do ensino official—não nos illudamos—a nação portuguesa estaria num nivel intellectual muito mais baixo ainda do que aquelle em que a vemos. A miseria material é uma das causas poderosas da escassez de frequencia das escolas—está muito longe de ser a unica.

O seculo XIX terminou com expressão de symptomas da profunda decadencia moral em numerosos aspectos da vida da nação. Que proveito se tirou das duras lições do ultimo decennio? (2).

Das despesas feitas com a instrucção publica nos seus diversos ramos não se tira, como disse e o exemplo da instrucção

---

(1) Decretou-se já, com data de 24 de dezembro de 1901, nova reforma do ensino primario. Os periodicos annunciam para breve a publicação do respectivo regulamento. O *Diario de Noticias* de 3 do corrente informa adeantadamente d'algumas disposições do regulamento, ainda em discussão no Conselho superior de instrucção publica. Esses documentos pertencem, porém, á historia da instrucção no seculo XX e aqui occupo-me dessa historia no seculo XIX. *(Nota escripta em 4 de julho de 1902).*

(2) Os males de que padece a nação portuguesa e se reflectem em a nossa instrucção publica foram por mim apontados num quadro, sem duvida incompleto e attenuado, num parecer sobre o ensino technico apresentado á direcção da Sociedade de geographia em dezembro de 1898 e que essa direcção por equivoco entendeu levar á discussão da assembleia geral, incompetente para tratar do assumpto. Para justificar mais o que eu dizia, houve contra o parecer expressões daquelle patriotismo de encommenda muito nosso conhecido.

primaria em Lisboa põe em relevo, todo o beneficio que se poderia e deveria tirar, alcançando-se em parte até resultados negativos. Essas despesas, demais, são muito insufficientes para acudir ás necessidades educativas da nação, como prova o pequeno numero de institutos de ensino complementar do primario, que é tão exiguo (1), de institutos secundarios e technicos e as deploraveis deficiencias do ensino superior, cujos professores teem vencimentos aproximadamente eguaes, nas condições actuaes do cambio, aos de professores primarios doutros paises.

Vimos que as referidas despesas são muito excedidas pelas que se fazem com a defesa dos nossos territorios, a prevenção e repressão do crime, delicto e contravenção: que resultados se obteem com essas ultimas despesas? E' um ponto cuja investigação desperta sem duvida muito interesse. Hoje limitar-me-hei a algumes indicações a respeito.

Ninguem ignora que parte muito consideravel do dinheiro que se despende pelos orçamentos da segurança publica, da guerra e da marinha não aproveita nada áquella segurança, á defesa do país e das colonias. Poder-se-hia fazer um longo e triste livro, reunindo e commentando os documentos que o provam. Um exemplo, entre innumeros, encontra-o o leitor d'*O Instituto* no vol. XLVIII (1901), pagg. 457–60 desta publicação. Os nossos vasos de guerra (tem sido dito e redito muitas vezes), incluindo o *D. Carlos,* não servem para a guerra. Ao augmento da policia corre parallelo o augmento do crime. Enxovias, prisões e, força é accrescentar, os tribunaes contribuem não para diminuir, mas para augmentar a criminalidade, não só em virtude dos vicios geraes da presente organisação da justiça criminal, que a investigação scientifica dos ultimos tempos tem revelado, mas ainda em virtude de graves defeitos particulares, que aggravam muito mais aquelles vicios. Póde dizer-se que se o estado não soube ainda organisar capazmente escolas para a verdadeira educação do povo, attingiu a perfeição organisando escolas do crime. A nossa Bibliotheca nacional acha-se num edificio que uma princeza sisudamente classificou de «estrebaria»; mas temos sumptuosas

---

(1) Sobre a necessidade de instituições complementares do ensino, vid. o artigo que publiquei na *Revista de educação e ensino,* vol. VII (1892), intitulado *O ensino primario superior.* Tenho colligido dados numerosos que provam a tristissima insufficiencia do nosso ensino primario, como se ministra presentemente.

penitenciarias, quando as novas ideias de philosophia penal nos apontam o regime nellas seguido como uma das obras primas da imbecillidade humana, a qual será olhada ámanhã com tanto pasmo como o é hoje o systema da tortura do antigo regime e o tratamento dos loucos antes de Pinel.

Se progredimos um pouco no seculo findo, a nossa marcha lembra a daquelles peregrinos medievaes que iam á Terra Santa, dando uns tantos passos para diante e uns tantos para trás, de modo que perdiam constantemente uma parte do caminho ganho.

Quando se diz que não podemos acompanhar os países mais adeantados na instrucção por sermos pobres, esquecem-se ou occultam-se adrede factos aliás evidentes.

Sem proceder a uma transformação profunda na organisação dos meios para a repressão das contravenções, dos delictos e crimes e da defesa da patria, bastaria reduzir as despesas feitas com essa organisação ao que é realmente util para salvar uma somma, por certo importante, que poderia ser applicada á educação do povo. Outra verba importantissima obter-se-hia fazendo pagar a grande propriedade predial o que deve. Ninguem ignora que está no modo por que se tributa essa propriedade um dos cancros da nossa administração publica.

No *Relatorio sobre o imposto predial* (Lisboa, 1872) dizia o illustre homem de sciencia e honrado patriota Carlos Ribeiro: «Sendo certo que a decima e outras rendas do estado provenientes dos impostos sobre a propriedade, como direitos das commendas, dos bens da corôa, parte dos dizimos, etc., montavam antes de 1834 a dez milhões ou 4.000:000$000 réis, como affirmou José da Silva Carvalho no parlamento, e se lê na *Gazeta do governo,* n.º 123, de 20 de novembro de 1834, seria acaso exagerado ou fóra de proposito esperar que a decima predial e impostos annexos rendessem então réis 2.500:000$000, ou ainda mais?

No fim do seculo XIX a propriedade predial acha-se muitissimo augmentada com relação a 1834; estradas ordinarias, caminhos de ferro e muitos outros melhoramentos, em que o país (a parte pobre dos cidadãos portugueses, proporcionalmente em primeiro logar) fez grandes sacrificios valorisaram incalculavelmente essa propriedade que, segundo o orçamento de 1899–1900, devia (devia, note-se!) pagar ao estado pouco mais de tres mil contos, portanto menos do que rendia em 1834.

Carlos Ribeiro concluia dos factos que reunira: «Quem

finalmente tiver presentes todas estas circumstancias e varias outras que é ocioso lembrar, chegará á conclusão de que não sómente a propriedade está em enorme divida para com o thesouro da nação; que pesa sobre ella uma grande responsabilidade do mau estado em que se acham as finanças da nação; mas, o que é ainda peor, que o sentimento publico deste bom povo português está contaminado de um certo vicio moral, que lhe annulla uma parte da probidade collectiva, que deve caracterisar uma nação briosa, que respeita o seu decoro e ama a sua independencia.»

«A probidade collectiva de um povo, dízia ainda noutro logar, além de ser um ponto de brio e de orgulho nacional, deve ser uma das condições essenciaes da sua administração.»

A probidade collectiva, porém, não é coisa que se decrete. Os ingenuos revolucionarios de 1820 é que julgavam que prescrevendo na *Constituição* que os cidadãos portugueses deviam ser justos e bons os tornavam logo taes.

A deficiencia de probidade collectiva é um dos maiores dos males da nação portuguesa; é um vicio da vontade collectiva. Suppôr que os nossos males resultam apenas dos erros dos homens que no Terreiro do Paço, tomados dum, ou doutro partido, dirigem as secretarias do estado, ou ainda dos do parlamento, é não ver qual a verdadeira séde do vicio, é não reconhecer que é a vontade collectiva que se acha doente. O assumpto daria margens a largas reflexões. Contento-me hoje com indicar sobretudo os factos.

Lisboa, 1–2 de janeiro de 1901. F. Adolpho Coelho.

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 7, pag. 397)

Os paizes das paixões sensuaes são aquelles onde se não sentem os delicados apetites do espirito. A sensualidade é tambem sempre ignorancia, imbecilidade.

Esta vida portuguêsa é tão banal! Onde ha de uma pobre rapariga, enterrada em casa, ou com o horisonte apenas da rua, encontrar emoções para o seu coração? Assim se explica que algumas, podendo sahir pela porta principal para a egreja, prefiram saltar pela janella nos braços d'um raptador. Sempre é um lance commovente.

Um rapaz pacato que não fale á mulher, nem pelos rasgos do seu coração, nem pelo brilho do seu talento, nem sequer pela originalidade das suas gravatas, arrisca-se a que ella lhe prefira outro que ao menos as ponha impertinentemente.

Muitas raparigas se apaixonam pelos extravagantes, por amor ás aventuras que, logo em imaginação, começam a correr com elles. Se não as ensinaram a correr os perigos do dever e do bem! Pois esses é que são nobremente dramaticos; para esses é que é preciso ter coragem.

Dêem o mais claro e terminante texto para a mão d'um conselho de doutores da lei, que elles hão de achar sempre uma interpretação para o não executarem. E, sem malicia nenhuma, só por ataxia da vontade, para não terem de fazer nada. Por isso os corpos consultivos são tanta vez impeditivos.

Acabaram quasi com os districtos, que nem sequer são já centros de vida publica local. E é d'elles que fazem circulos politicos, isto é, centros de vida publica geral.

São tantas as dúvidas que as corporações e os funccionarios levantam sôbre todos os assumptos, declinando a sua resolução para o poder central, que não admira nada que esse

poder se vá tornando, mesmo de necessidade, arbitrario e despotico.

Que é quasi sempre a aristocratização d'uma familia? E' o seu affastamento e separação da natureza e da sociedade, e portanto a sua estiolação. Imaginam que assim se emancipam das suas leis e obrigações. Enganam-se redondamente. Ninguem o póde fazer senão diminuindo-se, extinguindo-se.

Como esta sociedade explora a nossa commoção pelos nossos doentes e mortos: medicos, padres, armadores, justiça e mais consocios! Que bando de corvos e d'abutres!

O mal é por quasi todos apreciado segundo os seus effeitos: se incommoda, ou se diverte e faz rir. Neste caso, nem o parece já.

Admirem a ardileza na creança, em quem isso é ainda uma effervescencia intellectual sem maldade; mas não no adulto, em quem essa effervescencia, por mais brilhantes effeitos que produza, não representa só uma meninice innocente, mas, pelo menos, uma inconsciencia moral indigna do homem feito.

O homem é muito o producto das suas acções. Ha tambem uma velocidade adquirida no bem e no mal; e depois o passado vai-se constituindo em nosso director espiritual para o futuro, e nós mesmos, com um amor d'artistas pela nossa obra, desinteressada ou egoista, cada vez a pretendemos apurar mais. Não conte ninguem com as circumstancias para mudar de mau para bom. Quando ellas mudarem, a alma é que já não se prestará facilmente á mudança.

Os miguelistas não fazem grande differença dos republicanos. São dissidentes, de antigas ou de novas familias, que apellam egualmente para os mesmos processos absolutistas de governo. Todos querem uma dictadura *salvadora!*

Ha pessôas que tudo nos fazem, menos mostrar bôa cara; como se isso não fôsse tambem um serviço e como se pudesse haver completo serviço sem isso. Porque muito nos fazem, julgam-se com o direito de carregar o sobrôlho, grazinar, ralhar...

Em Portugal, supprimiu-se a provincia e ultimamente redu-

ziram-se a quasi nada os districtos creados. Que succede? Que o estado encontra só deante de si os municipios, divididos, que facilmente ataca, e á nação falta a organização administrativa intermediaria que a fortaleça contra as usurpações do poder central, que deve ser forte, sem ser oppressor.

Quanto é suggestiva e caracteristica a architectura! Os grandes edificios escholares da Suissa manifestam o progresso da sua instrucção, como os alterosos paços municipaes da Belgica provam o vigor da sua vida local. Entre nós, o impulso dado pelo codigo liberal de Sampaio ás corporações territoriaes traduziu-se tambem, apesar de todos os desmandos administrativos, por varias construcções architectonicas importantes.

A todos cumpre manter briosamente a sua linha, sem a minima intratavel rispidez, pelo contrario com toda a flexuosidade da benevolencia, mas sem abatimento nem curvaturas servis. Não levemos tão longe a nossa bôa vontade e complacencia por alguem, que, para o servir, desertemos do posto social, exclusivamente confiado á propria guarda de cada um de nós, que é o da honra, da dignidade, do pundonor.

Entra um novo para um partido politico. Tem talento, demonstra-o sobejamente em assumptos da sua especialidade? d'ahi a dias, o seu chefe encarrega-o d'ir defender ou atacar o governo num campo em que elle nunca provou armas. E o neophyto cahe quasi sempre em acceitar o encargo deshonesto e ridiculo de se dar ares de saber o que ignora, e fica moralmente desauctorizado, até para voltar a terçar nos debates da sua competencia.

Quando queremos tornar mais exacto um instrumento, o processo para isso é banirmos d'elle, o mais possivel, o homem. O homem é sempre um mau executante, porque não é de natureza servil. D'ahi a tendencia que todos os reformadores e governos têem para escravizar os seus collaboradores.

O homem cria machinas fóra de si, para se dispensar de o ser. E assim cada vez é menos um automato e mais uma vontade livre.

Que se ha de fazer a uma nação, a uma classe, incapaz, pelas suas dissensões, de escolher d'entre si os seus dirigentes? Será impôr-lh'os? Não! E' obrigá-la, assim mesma, a escolhê-

los. Assim principiará a entender-se, a coordenar-se; e, se escolher mal das primeiras vezes, em breve aprenderá a fazer uma bôa eleição. Já escolheu por si, que é o primeiro passo.

Que os politicos percorram o paiz, para o estudarem e conhecerem. Já saberiam a falta que nos fazem pequenas aulas secundarias, que, desde as pequenas villas, fôssem preparando as gerações novas para as profissões das classes medias e até das superiores. Quantos filhos de familias remediadas, de proprietarios, funccionarios, advogados, etc., que, por insufficiencia de meios, não podem ir á cabeça de districto estudar, e ficam, depois da instrucção primaria, nas suas terreolas a vadiar e a multiplicar o proletariado dos pretendentes aos logares publicos! Têem vergonha de ser só operarios, e não acham modo de vir a ser mais nada.

Depois d'uma grande discussão, dizia-me um dos assistentes de mais talento, apreciando os oradores: «Ah! F. sabe, quando é preciso, levantar a voz.» Era, de todo o debate, o que mais se imposera á sua admiração: um dom physico, que parecia signal de fôrça de vontade. Como estes intellectuaes sentem a necessidade de ser governados!

Nada mais facil do que ser presidente para ser instrumento servil d'uma assembléa; nada mais difficil, quasi sempre, para a dirigir.

Os que, para conservarem as vantagens da sua situação social, fecham os olhos aos menoscabos dos tyranetes que os exautoram, ainda se voltam com toda a fôrça d'essa situação contra os escrupulosos que, em luta com essas más influencias, tentam desagravar-lhes a autoridade.

Os estudantes devem começar o mais cedo possivel a ser um valor social.

Nada de eschola, lyceu ou universidade que roube o homem á vida do trabalho; mas bibliothecas, jardins e museus, mas laboratorios e officinas modelos, onde cada trabalhador vá iniciar-se em todos os segredos da industria, arte e sciencia, e pedagogos, que lhes dêem conselhos e tracem directorios, como um corpo de instructores.

Um homem que, entregue só a si, seria incapaz d'uma

indignidade, pratica-a de companhia, porque não tem a coragem de arcar com os maus de perto, e porque a responsabilidade collectiva, dividida por todos, lhe attenua a sua, quando mesmo a não occulta. Que concluir d'aqui? Que antes se confie um negocio a um homem de bem do que a uma commissão onde nem esse afinal se apure? De certo; é preciso escolhermos sempre cuidadosamente os nossos mandatarios. Mas não se conclua contra o proprio principio da associação. Até por isso ella é precisa; para os bons, na sua luta com o mal, retemperarem o seu caracter, melhorando ao mesmo tempo os maus. Só assim se provarão verdadeiramente bons.

Em Portugal, deviamos andar todos de luto pelas nossas glorias.

A confusão moral dos espiritos em Portugal. Alguem que inste sempre pelo respeito das liberdades, torna-se insupportavel, não se atura a sua teimosia, e dentro em pouco passa por um despota.

Algumas pessôas querem aos outros com tão egoista affecto, que até os incitam aos mais censuraveis desmandos, para depois lhes captarem o reconhecimento pela magnanimidade do perdão.

E' verdade que ainda as ha peores; são as que os lançam, á traição, nesses desmandos para depois os prenderem pelo medo do castigo. Mas a differença entre aquelle egoismo e esta perfidia não é grande.

Os corruptos em Portugal fazem, de vez em quando, uma sondagem e resenha dos peores vicios dos estrangeiros, a ver se podem, sem estranhezas, persistir e avançar na sua corrupção.

Para não nos importarmos, por exemplo, com a pobreza do nosso povo, citam-nos a miseria de Londres. E tanto basta para quererem que nos orgulhemos de superiores á Inglaterra.

Moral corrente. Quaes são os inimigos da alma? Mundo, diabo e carne; sendo o diabo o pensamento, a razão. Mas cortar os laços com o organismo e com o mundo e reprimir a intelligencia o mesmo é que proclamar que os inimigos da alma são as proprias faculdades da alma. E' a doutrina da condemnação espiritual do homem. E' a moral da mortificação, tanto do espirito como do corpo.

Como a Penelope, que desfazia de noite a teia que tecia de dia, em Portugal os dirigentes estão incessantemente destruindo a santa obra das classes trabalhadoras. Com a differença, que a Penelope desfazia a teia para honrar o seu lar, e os dirigentes arruinam-nos e aviltam-nos.

Infelizmente dentro das instituições não se descobre remedio para os nossos males. A experiencia está feita. Quem mesmo se atreve a apellar para ellas, sem ver logo maculadas as suas melhores intenções? E' talvez já tarde demais para tentar congraçá-las com a opinião.

E, desde que á sociedade falte a tradicional fôrça moderadora, em volta da qual gravitava, urge, sob pena de dissolução, que as proprias fôrças sociaes se organizem de per si para a supprirem.

Mas onde está o nosso partido democratico? O peor é não haver nenhum para quem nos voltemos. Cuide-se, pois, do povo, da sua educação politica.

A alegria é um bem. Não são só os que nos salvam a vida, que são benemeritos; mas tambem todos os que contribuem para ella se nos tornar agradavel.

Não se esqueçam de que o que têem, não é só seu, mas pertence sobretudo á sua familia e á sua patria.

Oiço dizer: Varram esse chão, que está todo *sujo* de rosas. Pobres flôres, depois de desfolhadas!

Quanto estamos atrazados! Dá-se tudo por qualquer emoção, por um prazer e até por uma dôr; regateia-se o preço dos serviços; e quasi ninguem dá nada por uma idéa. E' ainda o sensualismo.

Diz-se: é bem que haja gastadores, para o dinheiro se espalhar e passar de quem o administra mal para quem o administre bem. Esquece-se que esse dinheiro dissipado, espalhado sem juros, quasi dado, faz concorrencia ao que procura juro legitimo, e que elle se entrega, em geral, não nas mãos honradas de quem o vá empregar bem, mas nas mãos rôtas e dissolutas de quem não merece confiança na sua administração.

Um republicano letrado, depois d'um discurso enthusiasta, mas pouco primoroso de fórma, d'um correligionario: «Muito

desalinhado! Não se vem assim em mangas de camisa para a rua.» A desunião literaria rompera-lhes os laços politicos. Tanto póde a arte!

A Allemanha começou por fazer com os seus poetas a sua unidade sentimental, religiosa; depois, pelo *Zollverein,* fez a sua unidade economica; e por fim é que realizou a unidade politica.

Quando fomos grandes? Quando unidos pela fé patriotica, unidos pela nossa pericia de navegantes e unidos pelo mesmo pensamento das descobertas.

O povo, apesar da sua vida de miseria, é ainda quem é briosamente capaz dos maiores sacrificios. Porque? porque está tão habituado a elles, que nenhum lhe mete medo.

A um homem publico immaculado, exprobrava-o um dos nossos acomodaticios caudilhos: «Elle ha de ter sempre as mesmas verduras!» Pois antes mil vezes verde do que maduro até á podridão.

Como aquella rapariga, de pés descalços, vai de corrida pelos caminhos mais pedregosos, avergada á carga d'um enorme molho de matto! E' que precisa vendê-lo o mais depressa possivel para chegar cedo a casa e levar a brôa de pão para a velhinha da avó e para os irmãos pequenitos. Dá-lhe azas o coração. Angelical rapariga!

Digo a um estudante dos seus 19 annos que lhe faz mal tomar todos os dias café, e elle reconhece commigo isso mesmo. Mas o creado tinha-lh'o levado ao quarto, eu volto costas, e elle toma-o.

A intelligencia das nossas classes cultas é como a sala de visitas de muitas familias ricas, que só a têem por luxo. Mobilam-na dos mais preciosos raciocinios, adornam-na mesmo com grande apparato de dialectica e de formulas mathematicas; mas não se servem d'ella. A vida passa-se ao lado, quasi sem communicação com ella. Por isso se encontram tantas pessôas que sabem as razões de tudo, mas que, a cada instante, apertadas por qualquer tentação, lhe cedem, sem que nunca a razão intervenha com o pêso e moderação dos seus dictamens.

(Continúa). BERNARDINO MACHADO.

HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 7, pag. 412)

A gafaria de Coimbra, que se seguiu á de Arégos, fundada pelas infantas D. Thereza e D. Sancha, filhas de D. Sancho I (depois beatificadas), ou pelo proprio D. Sancho I, talvez pelos annos de 1200, era situada fóra das portas de Santa Margarida, á beira do Mondego; as de Obidos, Leiria, Santarem, Setubal e Vizeu eram antiquissimas. A de Alemquer, estabelecida na ermida de S. Martinho, na rua das *Hortas,* á sahida da villa, ainda ha pouco existia. Ha tradição de já existir antes de 1209. Actualmente está transformada em habitações particulares. A de Santarem é anterior ao tempo de D. Diniz, que a mudou para longe da villa. Segundo um documento gothico comprou este rei o terreno em 1291; era um grande cerrado, constituido por um campo das freiras *donas* e por um olival (1) da commenda de Santo Antão. Dá entrada ao cerrado uma porta de cantaria e dentro existiam uma ermida de S. Lazaro, com a imagem do padroeiro, de marmore, denotando grande antiguidade, o hospital dos Lazaros, e outras casas. A' imagem davam o nome de *S. Lazaro mendigo,* e sobre a porta do hospital havia a inscripção:

HOSPITAL DOS GAFOS.
FOI REEDIFICADO
ANNO 1680.

E' fóra da porta de Mansos. Era antes no sitio onde foi fundada em 1291 a ermida de Nossa Senhora do Monte. Na porta travessa ha uma inscripção que se relaciona com o hospital de S. Lazaro dos gafos. Diz ella:

ESTE PORTAL, E OS ASSENTOS DO CORO,
MANDOU FAZER AYRES LOPES DE
SYQUEIRA, PROVEDOR DE S. LAZARO,
Á CUSTA DA MESMA CASA,
NO ANNO DE 1555 (2).

---

(1) Situado no caminho que vai para as omnias (hortas á beira do rio). Lacerda, *Vida de Santa Isabel*, pag. 296.

(2) *Historia de Santarem edificada,* pelo P.e Ignacio da Piedade Vasconcellos, tom. II, pag. 13.

O hospital existiu até ao principio d'este seculo. A rainha Santa Isabel, em seu testamento (feito em Coimbra em 1327) deixava cem libras aos gafos de Santarem.

Em Leiria, de outro hospital de *gafos,* antiquissimo, existe ainda a ermida annexa de Santo André, no Arrabalde da Ponte. Já em 1542 se não poude apurar a data da sua fundação. Mais tarde annexado á Misericordia, por ordem do prelado da diocese, a *gafaria* desfez-se, e só resta como reliquia a ermidinha, cujo alpendre comtudo desappareceu tambem.

A de Vizeu, que devia ser fóra da cidade, ficou ligada á ermida de S. Lazaro, por doação feita por Domingos Martins, em 1296, o que prova ser anterior áquella data (1).

Em Evora, o bispo cardeal D. Affonso fundou um hospital de lazaros fóra da porta do Raymondo, dedicado a Santo André; arrazado em 1663 foram as rendas para o hospital real. A rainha D. Leonor de Lancastre tambem fundou, em S. Pedro de Penaferrim, concelho de Cintra, um hospital de lazaros e gafos, cujas rendas se dividiram depois pelas Misericordias de Cintra e de Cascaes.

A gafaria de Torres Vedras existia no logar onde depois se edificou o convento da Graça, em sitio alto e bem arejado. Era antiquissima. Denominava-se hospital de Santo André.

Em Barcellos houve hospital de lazaros, por D. Manuel annexado ao hospital e á Misericordia (1521); em Ponte do Lima o hospital de S. Vicente dos Gafos, junto á Beldrufa, e em Valença outro leprosario foram annexados ás respectivas Misericordias; da mesma fórma, o hospital dos gafos de Vianna do Castello, o de Lagos e o de Porto de Mós.

De todas as gafarias porém, aquella de que temos vestigios mais curiosos é sem duvida a de Setubal que, como todas as outras, ficava extra-muros da cidade, na estrada de S. João. Ainda alli se encontra um portico, de cantaria, servindo de entrada a uma propriedade chamada *Horta,* e na pardieira lê-se a seguinte inscripção, em latim abbreviado, da edade-media, extrahida do capitulo 1 do *Ecclesiastes,* versiculo 2.º: —Vanitas, Vanitatum, et omnia vanitas *(Vaidade das Vaidades, e tudo vaidade)* (2).

---

(1) Pinho Leal, tom. 12.º, pag. 1563 e *Misericordias,* do sr. Costa Goodolphim, pag. 381 e 382.

(2) *Memoria sobre a historia do municipio de Setubal,* pag. 217 e *Archivo Pittoresco,* tom. IV, pag. 84.

Muitas almas caridosas, em vida ou por seus testamentos, concediam ás gafarias muitos bens e prasos. Nas Inquirições reaes de 1310 ha noticia de uma ferraria (ferragial, prado ou lameiro) que *traziam por honra os gafos de Alfena;* Joanna Annes testou em 1377 cinco soldos aos gafos de Lamego; em 1383 Pedro Pires, *meio prebendado da Sé de Lamego,* deixou aos gafos cinco libras, e para sempre um alqueire de azeite para a lampada; a *vinha dos Sapos,* na mesma cidade de Lamego, era praso da *gafaria* (1).

D. Sancho I, em seu testamento, e D. Affonso II, o *gafo* ou leproso (porque tambem fôra atacado por essa terrivel enfermidade que naquelle tempo representava um ferrete ou estigma de ignominia e desprezo), protegeram desveladamente os leprosarios.

Mais tarde, como dissemos, os hospitaes de gafos foram com suas rendas encorporados nos grandes hospitaes, ou nas Misericordias da localidade.

O sitio onde existiram os antigos leprosarios conservaram geralmente os nomes de *gafaria, gafanha, gafanhoeira, gafeira,* etc.

Segundo refere Pinho Leal, *gafanhão* significa homem gafo e *gafanhôa* mulher que padece de lepra. No concelho de Castro Daire ha ainda uma freguezia denominada do Gafanhão (2).

Em Lisboa, segundo se deprehende de numerosos documentos existentes no archivo municipal, datados do seculo XV, evidencia-se que o hospital dos leprosos ou gafos da capital, existente desde epocha anterior talvez á conquista de Lisboa, esteve sempre a cargo do municipio. Em uma carta que D. João I dirigiu em 1452 ao almoxarife do Celleiro de Lisboa, lê-se:

«Sabede q̃. o Corregedor e homẽes boõs da dita Çidade Nos ẽviaram dizer, q̃ a dita Çidade dantigamẽte hordenara huũ sprital fora dos muros da dita Çidade, p.ª seerem apartados os lazaros gaffos, o qual fora dotado, edeficado p.r a dita Çidade; E out.º sy p.r outros fieẽs xptaãos de beẽs e herdades certos q.• p.ª ello tinham; E q̃ quando alguũs gafos morriã ficauam seos beẽs ao dito sprital, Em o quall sprital foy edificada hũa hermida q̃ chamã sam lazaro, na quall a dita Çidade poem huũ capellam, E o paga aa sua custa sem em o dito sprital auendo padre, bpõ, nem arcebpõ, nẽ creligo, nẽ

---

(1) Pinho Leal, tom. 9.º, pag. 266.
(2) Pinho Leal, tom. 7.º, pag. 578.

outra nẽ hua pesoa ecresiastica, Saluo a dita Çidade q̃ auia poder de ffazer ẽ elle prouedor e scripuam» (1).

A lepra desappareceu, extinguiu-se com o rodar dos seculos, e as gafarias foram com ella desapparecendo. Ao sul do Tejo foi sempre rara a lepra, e decahiu completamente do seculo xv para o xvi. Apenas nos centros mais populosos, onde a molestia persistia em alguns casos esporadicos, se conservaram os respectivos hospitaes.

O de Lisboa permaneceu no mesmo logar, onde ainda hoje existe, no sitio dito mesmo de S. Lazaro, com a sua ermida e administrado pela edilidade, com os doentes porém quasi ao desamparo, até que, em 1844 (Dec. de 11 de setembro), foi encorporado no grande hospital de S. José, com todos os seus rendimentos, direitos e acções, ficando os gafos entregues aos cuidados clinicos dos facultativos d'aquelle hospital central. Ainda assim porém, só em 1851 começou a haver com elles alguma attenção mandando-se construir uma casa de banhos e enviando-os ao uso das aguas de S. João do Deserto, junto a Aljustrel, que no dizer do director clinico, dr. Beirão, era de grande proveito para os leprosos (2).

No Porto ha dois estabelecimentos para albergar os doentes de ambos os sexos atacados por esta especie de ulceração cutanea, chronica e incuravel (3). Estes hospitaes ou albergues, a cargo da Misericordia do Porto, alojados em pessimas casas da rua das Fontainhas, tem logar para 30 lazaros e 29 lazaras (4).

Em algumas outras terras ha tambem, ainda hoje, hospitaes ou pelo menos enfermarias especiaes de gafos:—assim acontece em Santarem onde a enfermaria dos gafos constitue uma secção especial do hospital de Jesus Christo, e em Evora, onde elles se asylam no hospital do Espirito Santo, sob a designação de *asylados internos*. Em outras terras o numero de lazaros é insignificante; por exemplo na povoação de Alfena, ao norte do Porto, ha um pequeno hospital para quatro gafos.

(Continúa). VICTOR RIBEIRO.

---

(1) *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire d'Oliveira, tom. 1, pag. 313.
(2) Alfredo Luiz Lopes, *O hospital de Todos os Santos*, pag. 86.
(3) *Regulamento dos hospitaes de lazaros e lazaras*, 1885.
(4) *Misericordias*, de Costa Goodolphim, pag. 302.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 7, pag. 407)

A religião e o caracter portuguez

A theoria dos phenomenos resultantes da constituição geognostica e posição geographica da Peninsula em que Buckle (1) surprehende a semente da religiosidade, que, explorada pelo clero, mais devia impressionar e intensamente absorver a alma impulsiva e apaixonada da população, convertendo quasi exclusivamente a sua actividade no enthusiasmo pelo maravilhoso, é a mais completa solução apresentada ao problema religioso das gentes peninsulares.

Neste ponto o melhor que temos a fazer é apresentar as observações criticas do sabio auctor da *Patria Portugueza* que admiravelmente explicam a superstição e fanatismo que ainda carregaram mais no genio exaltado e passivo das populações.

«Entre as causas mais poderosas da unificação politica da peninsula hispanica, cabe o primeiro logar á influencia do catholicismo; esta religião, transmittida da Africa para a Hespanha, trouxe o caracter intolerante e feroz que lhe achamos no patrologista africano Tertuliano, revelando-se pela audaciosa ambição dos bispos, que fizeram dos seus concilios congressos e côrtes politicas, e eram ao mesmo tempo chefes de guerrilhas contra a occupação sarracena; uma vez dominante, essa religião veiu a transformar-se pela influencia do genio hespanhol. Basta recordar que essa ordem, ou horda sanguinaria dos dominicanos, que tiveram o privilegio da Inquisição e dos queimadeiros, foi fundada por Domingos de Guzmão, e que a milicia espiritual dos Jesuitas, creada para annullar a renascença scientifica da Europa no seculo XVI, foi fundada por Ignacio de Loyola; eram ambos hespanhoes. A religião catholica teve uma extraordinaria e constante acção sobre o desenvolvimento dos povos peninsulares desde a época do governo imperial dos romanos; acção que não póde attribuir-se

---

(1) *O Instituto,* vol. 49.º, pagg. 14–15.

nem á comprehensão da doutrina, nem ao poder da disciplina, porque a barbarie e o isolamento das populações tornaram inefficaz a propaganda evangelica, e porque a devassidão da classe sacerdotal não a fortificava pelo exemplo. E comtudo essa acção baseava-se sobre uma necessidade, e por isso era effectiva. Buckle, falando da civilisação hespanhola, descreve a influencia mesologica do sólo peninsular, sujeito a grandes catastrophes de terremotos, e a repetidas perturbações meteorologicas. Esses phenomenos assombrosos impressionam sempre os povos, e incutem-lhes na imaginação a crença absoluta na intervenção do sobrenatural. O inexplicavel torna-se divino; o padre aproveitou sempre a emoção d'esses phenomenos cosmologicos para se tornar interprete das cóleras celestes, submettendo a credulidade da multidão á sua conveniencia de classe. As penitencias geraes, as doações dos bens, as fundações de igrejas e mosteiros, a preponderancia nas assembléas politicas, o direito canonico em conflicto com o regimen civil, o exclusivo do ensino nas collegiadas, o favoritismo junto dos reis, e por fim a organisação de uma policia inquisitorial com um processo penal secreto, tudo isto proveiu d'esse estado moral de um povo abalado frequentes vezes por enormes catastrophes da natureza. Tal é ainda a causa do caracter supersticioso dos povos da peninsula iberica, dos quaes os monumentos mais antigos que ainda subsistem são inscripções religiosas.

«A oscillação entre o clima europeu e africano dá tambem á Hespanha as variações violentas das grandes cheias torrenciaes ou das estiagens completas; d'aqui as crises agricolas, as fomes durante seculos periodicas, e as pestes successivas. As povoações, em vez de estabelecerem um bom regimen das aguas, em vez de arborisarem o territorio devastado por systema durante a época da reconquista christã, em vez de se precaverem por habitos de previsão economica, seguiram o impulso das suas emoções, e resignaram-se á miseria para sustentarem na opulencia os medianeiros de Deus.»

A exaltação, o fanatismo e a intolerancia selvagem exemplificada em toda a nossa evolução historica demonstra claramente a orientação do genio religioso nacional perfeitamente de acôrdo com a indole impulsiva.

E isto tudo está connexo com a preponderancia dissidente ora do sangue semita, ora do árico, que tem tornado divergente a curva historica peninsular.

Nesta altura é brilhante o relevo dos factos apresentados pelo eminente sociologo Theophilo Braga.

Depois de notificar o apparecimento dos Judeus na peninsula, observa aquelle abalisado professor: «Não é sem importancia este facto, porque foram os Judeus que coadjuvaram a invasão arabe; e importa notar, que a população hispanica oscilla, segundo as vicissitudes historicas, ora entre a preponderancia do elemento semita, ora prevalecendo a raça árica, mas dando-se sempre o phenomeno singular de regressão ao typo iberico, quer pelos berberes e mouros, quer pelos Alanos e outros ramos da invasão germanica. Esta fusão de raças influiu na agitação incoherente da historia da peninsula, em que as mais altas individualidades se mostram contradictorias, como se vê representado no typo tradicional do *Cid,* e em que a mentalidade é dirigida pela preponderancia dos elementos subjectivos sem dependencia dos dados objectivos ou da realidade, como Cervantes synthetisou do modo mais admiravel no typo nacional de *Dom Quichote*.

«Este desequilibrio mental dá-nos a allucinação do genio e a exaltação do sentimento, prevalecendo este ultimo na fórma do fanatismo da honra, da cavallaria, e na intolerancia proselitica da religião. Neste ponto os povos peninsulares devem aos Phenicios a orientação do seu genio religioso; as romarias e peregrinações a certos sanctuarios locaes, são a persistencia do *hàdj* semita, que ainda hoje se revela em todas as povoações; o nome ou invocação divina exprime-se pela fórma semita o *Senhor,* a *Senhora*. Os phenicios implantaram com as suas colonias as suas divindades, cujos nomes são conhecidos pelas numerosas inscripções lapidares que ainda existem, e que se podem ler no *Corpo das Inscripções* publicado por Hübner; essas divindades pertenciam principalmente ao systema chthoniano e orgiastico das Deusas-Mães, que communicaram á Grecia no culto de Cythera, á Italia no culto de Venus, estabelecendo pelas costas do Mediterraneo os sanctuarios d'essas deusas femininas. Quando se operou essa crise religiosa d'onde surgiu o Christianismo, a sua propagação no occidente fez-se á custa da apropriação dos sanctuarios das Deusas-Mães e da prostituição sagrada, identificando com ellas a Mãe de Deus ou a Virgem-Mãe, a *Mara* semitica ou *Maria* da lenda evangelica. Assim podemos concluir que, entrando o Christianismo na peninsula, trazido da Africa, sob o dominio dos romanos, a sua propagação se fez á custa d'estes elementos cultuaes orgiasticos dos phenicios; não é, sem uma intima relação com o passado, que no catholicismo hespanhol apparece esse caracter sanguinario dos sacrificios a Moloch, no fervor de Torquemada ou de Domingos de Guzmão, e na

sensualidade mystica de Thereza de Jesus, ou na ascese erotica dos molinistas. Accentuamos estes factos pela profundissima importancia que têem para se comprehender a historia da civilisação peninsular. Nas superstições populares ainda existem restos d'estes cultos syro-phenicios, como o *revolver penedos,* o passar por lameiro virgem, a tradição do sabbat, e o culto de *Martha,* a Deusa-Mãe contraposta á Virgem-Mãe, invocada na feiticeria portugueza do seculo xvii sob a fórma de esconjuro *a Martha não a dina, mas a que o demonio encanta.*»

Propagado á Iberia pelo norte africano, arrastou o Christianismo a exaltação exterminadora, na qual actuou a influencia mesologica peninsular, ainda então não explicada, fomentando a religiosidade de populações presas á ignorancia, ao mysterio e ao medo; mas por isso mesmo, esterilisou-se, ao despojar-se, pela adaptação ao apaixonado genio nacional, da simplicidade evangelica, convertendo-se pela repressão, acção jesuitica e pelo fanatismo furioso e sanguinario dos Autos de fé, que entre nós victimou mais de 50:000 pessoas, num desvairamento, numa allucinação vertiginosa, que após si deixou apenas um rasto de cinzas e carnagens. Hoje, pelo desenvolvimento do pensamento moderno—«progresso da sciencia e da philosophia, que gradualmente introduziram uma concepção completamente nova da natureza e do homem» a velha religião exerce uma acção dissolvente na sociedade, cuja condição de vida é o progresso.

E não affirma a proposição 65 do *Syllabus* que são anathematisados todos aquelles que disserem: o pontifice romano póde e deve reconciliar-se e harmonisar-se com o progresso, com o liberalismo e com a civilisação moderna?—«potest ac debet cum progressu, cum liberalismo et cum recenti civilitate reconciliare et componere... anathema sit?»

(Continúa).

MARQUES BRAGA.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TRAUMATISMO E ORGANISMO

(Cont. do n.º 6, pag. 357)

CAPITULO III

Reacção reflexa generalisada

I — Introducção.
Schock: Evolução historica, analyse physio-pathologica.
A — *Innervação do coração.*
B — *Syncope:* influencia da excitabilidade dos apparelhos innervadores; funccionamento dos centros; estudo dos orgãos periphericos.
C — *Innervação vaso-motora.*
D — *Schock vaso-motor:* influencia da excitabilidade dos apparelhos innervadores; funccionamento dos centros; estudo dos orgãos periphericos.
E — *Innervação respiratoria.*
F — *Syncope respiratoria.*
Parte supplementar. — Reacções morbidas especificas; alcoolismo; syphilis; tuberculose; arthritismos.

INTRODUCÇÁO

Na primeira phase da reacção, a defesa circumscreve-se: nella só collaboram os elementos directamente vulnerados realisando a obturação e a cicatrisação da ferida.

Se, por ventura, o traumatismo estimula as extremidades nervosas e appella para o systema nervoso é para d'elle solicitar um reflexo fluxionar estrictamente localisado á região donde partiu; mas se a excitação fôr mais intensa e a região mais excitavel o effeito generalisa-se. A violenta excitação transmittida ás extremidades sensitivas abala o systema nervoso central e ferindo no eixo bolbo-medullar a gamma dos centros ganglionares ahi escalonados — coração, vasos, pupilla,

musculatura, visceras—vai lembrar aos outros orgãos a sua solidariedade pedindo-lhes, para a defesa, a collaboração de todas as funcções geraes do organismo.

Essa reacção justamente adaptada tem um caracter essencialmente defensivo: a respiração accelera-se, o coração precipita as suas pulsações, a iris retrahe-se, as trocas organicas fazem-se mais intensamente e toda a actividade biologica do ser se esforça e exalta convergindo no fim unico da defesa.

Se a irritação é violenta ou prolongada em demasia, ou se os centros se encontram exhaustos e deprimidos a excitação ultrapassa o seu fim e a esse primeiro esforço dynamogenico succede bem depressa o estado inverso de paralysia e inhibição. Os vasos dilatam-se, o coração affrouxa, a respiração suspende-se, as sphincteres relaxam-se, as trocas chimicas são reduzidas ao minimo, sobrevindo como que uma momentanea suspensão da vida, suspensão ainda defensiva porque o organismo procura assim subtrahir-se, reduzindo as suas actividades, a excitação que forçou o tonus dynamico dos seus nervos.

E' este o estado de sideração nervosa em que ficam feridos e operados após os grandes traumatismos: que os cirurgiões designaram successivamente por abalo, commoção, strefacção traumatica, etc., até que Hunter em 1874 encontrou o termo suggestivo de *schock* pelo qual é hoje universalmente conhecido.

O que é o schock, quaes as condições organicas que facilitam a sua producção ou accentuam as suas consequencias?

Taes são os problemas que successivamente abordaremos.

Schock

Historia.—Clinicamente poderá ainda hoje dar-se do schock a definição clara e precisa com que Parinaud em 1880 começava a sua these em aggregação:

«O schock é esse estado grave de inhibição reflexa consecutiva aos traumatismos, caracterisado por enfraquecimento das pulsações, abaixamento da temperatura, palidez marmorea da face, resolução muscular e anesthesia da pelle, com conservação da intelligencia.»

Sob a uniformidade clinica do syndroma occulta-se porém uma complexidade inextrincavel de condições e processos pathogenicos. Commoção cerebro-medullar por traumatismos craneanos, schock consecutivo aos grandes ferimentos ou a longos actos operatorios em que a hemorrhagia, a dôr, a du-

ração da anesthesia, receio de operação e estado do operado, collaboram numa multiplice pathogenia; inhibição completa e mesmo morte subita sobrevindo a um pequeno trauma, a insignificante violencia em que, de especial, ha apenas a natureza da região vulnerada, todo este conjuncto de factos se agrupa confusamente sob a commoda rubrica clinica do schock.

Para nos não involvermos voluntariamente numa rêde inextrincavel de factos e opiniões diversas, não faremos em globo a historia do schock. Supprimiremos resolutamente a commoção cerebro-medullar, representa mais do que os effeitos mechanicos distantes do trauma para localisar o nosso estudo ao schock reflexo em que ha intervenção biologica do organismo.

Desde que Hunter em 1784 descreveu o schock, o estudo d'este estado singular constituiu um dos objectivos predilectos da cirurgia e os nomes dos mais eminentes professores—Litle em 1795, Travers em 1827, Astley e Cooper em 1836, Delcasse em 1834, Erichsen em Inglaterra (1864) e Recamier no continente illustram a historia clinica d'este estado.

E' porém com a classica experiencia de Goltz sobre a rã (1870) que a historia de schock aborda um terreno pathogenico seguro. Goltz suspendendo uma rã pela cabeça e percutindo com o cabo do escalpello o mesenterio, reconhece que o coração se paralysa subitamente.

Esta interessante demonstração de que uma ligeira excitação peripherica determina subitamente a suspensão da vida, é, em pequeno ponto, a verdadeira reproducção experimental de schock operatorio e constitue o ponto de partida de uma linha ideativa que devia conduzir as explicações pathogenicas de hoje. Lander Bruntou foi o primeiro que a invocou claramente.

Em 1873, na sua celebre monographia—*Pathology and Treatment of Schock*—acceita e proclama, o que elle chama *Goltz-theory*.

Considerado como um reflexo e collocado no terreno da innervação a historia do schock avança por uma serie de acquisições successivas tendentes a estabelecer os pontos, de partida e chegada, do reflexo inhibitorio.

Hofmeister em 1885 chama a attenção para a importancia das operações abdominaes na producção do choque (schock); Gross referindo casos de morte, por pancada na região epigastrica, injuria traumatica do reflexo solar, passagem de calculos biliares e renaes, precisa e põe em evidencia a importancia da região splanchnica; a reputação do testiculo como

ponto de partida de reflexos perigosos, que já existia no senso medico do vulgo, é largamente documentada por Fisher com a observação de morte quasi repentina consecutiva a traumatismos sobre o orgão.

Por outro lado á medida que se precisavam as áreas mais susceptiveis iam-se determinando tambem os orgãos centraes sobre os quaes a inhibição fundamentalmente recahia.

A descoberta da acção inhibitoria do pneumo-gastrico sobre os movimentos cardiacos, suggeria a Blum a idéa de uma suspensão do coração.

Fisher insistindo na enorme dilatação e reflexão dos vasos abdominaes durante o schock aproveita a descoberta da innervação vaso-motora e faz d'ella uma paralysia reflexa da musculatura dos vasos.

Schendler aproveita os dois elementos e, acceitando a paralysia dos vasos-motores, nota judiciosamente que a desegual distribuição do sangue accumulado numa enorme área de vasos dilatados embaraça o trabalho do coração condemnando-o a contrahir-se quasi em sêcco sobre uma pequena massa sanguinea.

Finalmente a idéa de uma generalisação do reflexo a todas as funcções accentua-se.

M. Morvilen define o choque como uma paralysia reflexa affectando, na maioria dos casos, todo o systema nervoso sem se localisar ao coração ou aos vasos. Brom Sequard separando a syncope cardiaca e a syncope respiratoria, que se podem produzir independentemente, demonstra que ao lado d'estas perturbações mais evidentes e ruidosas, se passam modificações intimas do lado dos tecidos; que nos traumatisados em schock o sangue venoso é vermelho como se o oxygenio não fosse consumido e a actividade respiratoria dos tecidos fosse suspensa; que a sua temperatura é baixa e que, assim, ao lado da syncope cardiaca existe uma verdadeira syncope das trocas nutritivas.

Desenham-se, ainda, ao lado d'esta serie successiva de conquistas, duas correntes de idéas. Alguns auctores retardados, representando as velhas opiniões, continuam, como Hofmeister, a imputar o choque ás condições banaes derivadas da hemorrhagia e da sua nutrição; recentemente ainda Ester procurou estabelecer que o verdadeiro choque é devido á perda de sangue rapida e abundante.

Outra eschola de avançados não se satisfaz com as perturbações reflexas da innervação, baseando-se na concepção dos neuronios, no estudo das modificações funccionaes das cellulas

nervosas do cerebro e da medulla—*chromatolyse*—, procura rasgar novos horizontes pathogenicos.

As explicações dos primeiros já nos não podem satisfazer e as audaciosas theorisações dos segundos não se encontram ainda hoje sufficientemente maturadas para que possamos assentar sobre ellas uma exposição completa.

De resto, physio-pathologicamente, o choque, como uma serie de acções inhibitorias e de reflexos descompensados, ficará sempre no terreno da innervação das grandes funcções splanchnicas.

E' neste campo que o vamos estudar e, ainda, no espirito de analyse physio-pathogenica, que preside aos capitulos precedentes, scindiremos a sua unidade clinica para estudar em separado as perturbações reflexas de cada um dos apparelhos de innervação.

(Continúa).

José de Mattos Sobral Cid.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

DESGOSTO

Ha tempos que eu não via no teu rosto
A costumada côr,
E scismava na causa, com desgosto,
De tão profunda dôr.

Pois quem andava sempre sorridente,
Sempre alegre a cantar,
Tornara-se tão triste, de repente,
Fugindo p'ra chorar?

Devia ser um caso extraordinario,
P'ra transformar assim
Na côr branca de neve d'um sudario
Teu rosto de carmim.

Depois d'isto, imagina o meu espanto,
Ó doce primavera,
Ao saber que foi causa d'esse pranto
Um gato que morrera!

Coimbra, 31 de março de 1900. ANTONIO MACHADO.

ARTES INDUSTRIAES E INDUSTRIAS PORTUGUEZAS

(Cont. do n.º 7, pag. 424)

II

Tapeceiros reaes

I

Froestag (João de)

Mestre de fazer os pannos de armar de D. Affonso V, que em carta de 22 de junho de 1450, lhe fez mercê de treze mil e duzentos reaes brancos de tença annual. O seu nome designa proveniencia germanica.

«Dom A.º & A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos queremdo fazer graça e mercee a Ioham de Foruestax nosso meestre de fazer os panos darmar, teemos por bem e outorgamoslhe que tenha e aja de nos de teemça de sseu mantimẽto e vestir, desprimeiro dia de janeiro que ora foy desta era presente, de quatro centos cimquoeenta em diamte, em cada huũ anno, em quanto nossa mercee for, treze mil e duzentos reaes brancos os quaes dinheiros auera per carta que lhe em cada huũ anno dello sera dada em a nossa fazenda, e em testemunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta sinada per nos e asseelada do nosso seelo pendente pera a teer pera sua guarda. Dante em a cidade de Lixboa a xxij dias do mes de junho Fernam Boto a fez. Anno do Senhor Jhũ Xº de mil iiiic l.ta (1450)» (1).

Ao lado do diploma lê-se J.º de Froestag.
No indice vem indicado como João da Fonseca.

II

Martim

Ajudava a fazer os pannos de armar, e era por certo serventuario do antecedente. D. Affonso V, em carta de 28 de

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 34, fl. 137 v.

maio de 1450, lhe fez mercê de seis mil reaes brancos por anno, para seu mantimento.

«Mercê de seis mil reaes brancos por anno, para dar mantimentos a Martim escpriuam, *que ajuda a fazer os panos darmar*. Dante em Euora xxbiij dias de mayo de 1450 (1).

III

Fernandes (Pero)

Tapeceiro de el-rei D. João III que em carta de 20 de agosto de 1531, lhe concedeu licença para que podesse andar em mula. O mesmo monarcha em carta de 16 de março de 1533, lhe fez mercê de dezesete mil reaes por ceder do officio em favor de Diogo Framengo.

«Dom Joham & A quamtos esta minha carta virem faço saber que a mim praz, por fazer merce a Pero Fernandez, meu tapeceiro, darlhe licença pera que posa amdar em mula e faca de sela e freo, posto que nã seya de marca nem tenha caualo, sem embargo da ordenaçã e defesa em comtrairo, e por tamto mãdo a todos corregedores, juizes e justiças, a que esta minha carta for mostrada que deixem amdar o dito P.º Frz nas ditas mulas e facas como dito he, porque asy he minha merce. Dada em a cidade dEuora aos xx dias dagosto—Amrique da Mota a fez—ano de noso senhor Jhũ X.º de ¯jb^{c} xxxj» (2).

«Dom Ioham & A quamtos esta minha carta vyrem faço saber que Pero Fernandez, tinha de mim com o oficio de meu tepeceyro $\overline{\text{xxii}}$ rs de mantimento em cada huũ anno—s—$\overline{\text{xix}}$ rs pella carta do dito oficio que lhe erã pagos nas moradias, os tres mill rs per huũ aluara de fora pagos nas cõpras, e por quamto elle me deyxou o dito oficio pera o dar a D.º Framego, a quem se delle fez carta com $\bar{\text{x}}$b rs de mantimento por anno os ¯bij rs pera comprimento dos ditos $\overline{\text{xxii}}$ rs ficarã pera os aver o dito Pero Fernandez; ey por bem e me praz, por lhe fazer nyso merce e por respeito delle comprar o dito oficio por seu dinheiro que do primeiro dia de janeiro que pasou deste anno presemte de b^{c} xxxiij em diante elle tenha e aja de mim em cada huũ anno os ditos ¯bij rs em dias de sua vida E porem mando aos veadores de minha fazenda que lhos façam asentar nos lyuros della e do dito janeiro em diante em cada huũ anno dar delles carta pera lugar omde lhe seyã bem pagos e trouxe certydão de como os ditos dinheiros ficarã riscados dos lyuros da cozinha e das compras. D^{o} Lopez o fez em Evora a xbij dias de março de myll b^{c} xxxiij» (3).

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 11, fl. 154.
(2) Torre do Tombo, Chancellaria de D. João III, liv. 50, fl. 103.
(3) Torre do Tombo, Chancellaria de D. João III, liv. 19, fl. 67.

IV

Fernandes (Duarte)

Intercal-o aqui o nome d'este artista, apesar de não ser tapeceiro de el-rei. Era-o todavia de um principe de sangue real—o duque de Coimbra. E' possivel que fosse parente do mencionado no artigo anterior.

Em 29 de julho de 1505, celebrou-se um auto de auctorisação lavrado em virtude de uma petição feita por João da Gama, fidalgo da casa do duque de Coimbra, a Pero Vaz do Castello, vereador da villa de Setubal e juiz nella, até serem confirmados os juizes, ao tabellião Pero Murzello para que trasladasse algumas cartas e escripturas pertencentes á ordem de São Tiago. Foram testemunhas Diogo da Vellosa, escudeiro, Duarte Fernandes, tapeceiro do dito duque e Bernardo Luiz, feitor (1).

V

Framengo (Diogo)

Succedeu a Pero Fernandes como se vê no artigo consagrado a este nome.

(Continúa).

Sousa Viterbo.

---

(1) *Livro dos Copos*, fl. 249.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 7, pag. 436)

XIII

1 de Julho de 1855; sae Castilho do Rio de Janeiro.—Um vapor fretado de proposito acompanha o paquete em som de festa.—Versos do litterato fluminense Francisco Gonçalves Braga.—Carta de Castilho ao *Correio Mercantil* do Rio, datada da Bahia.—Chegada a Pernambuco.—O Dr. Menna Calado da Fonseca.—O Presidente da Provincia.—O notavel professor Francisco de Freitas Gamboa.

Pelas 9 horas da manhã de Domingo 1 de Julho achava-se fundeado e fumando na bahia do Rio de Janeiro o vapor «D. Pedro II», um dos da carreira, e de que era Commandante o Official portuguez João Viegas do Ó. Levado a bordo por seus irmãos, sua cunhada, e suas sobrinhas, entrava Antonio Feliciano de Castilho n'esse paquete, em que havia de seguir para Portugal.

N'isto ouviram-se musicas a aproximar-se; eram n'um pequeno vapor embandeirado, e de proposito fretado pelo grande actor João Caetano. N'esse barco, cheio de amigos e admiradores do actor e do poeta, vinha uma banda tocando trechos escolhidos, e os hymnos nacionaes portuguez e brazileiro. O Guanabára era um crystal, e o sol americano allumiava pela vez derradeira a fronte de Castilho.

Foi o paquete encostado pelo pequeno vapor, e invadido d'aquella turba-multa affectuosa. João Caetano abraçou com enthusiasmo o poeta cego, e o moço litterato fluminense Francisco Gonçalves Braga (de quem Innocencio não se esqueceu no Diccionario) entregava ao portuguez um exemplar de obras suas, e recitava-lhe cheio de commoção uma sentida peça poetica.

Além d'essa, compoz ali um bello soneto, e declamou-o entre applausos (1).

Succediam-se os vivas e as acclamações, e estreitavam-se os elos de affecto reciproco entre o Brazil e Portugal.

O vapor acompanhou o paquete até fóra da barra; e pouco depois embrenhava-se o poeta humanitario nas solidões do Oceano (2).

*

«Terra de saudades!—exclama o euthusiasmo de Castilho, recordando a sua rapida visita ao Brazil—. Se jámais tornarei a respirar os teus ares balsamicos! a descer pelas tuas azinhagas floridas! a reclinar-me n'um tapete branco recamado de conchas, franjado de prata pelo Oceano! a jantar e poetar com o irmão e amigos, ali, á larga sombra e protector abrigo da natural muralha de penedias!»

Occorrendo-lhe ao espirito a formosa Nicterhoy, que é «uma das trezentas ilhetas, que na esplendidissima bahia Fluminense fazem cortejo, como outras tantas nereidas occultas em verdura e flôres, á deliciosa Capital do immenso Imperio», pinta o poeta por este modo essas encantadas regiões:

«Nicterhoy, só distante do Rio de Janeiro uns dez minutos de vapor, é pelo alegre e bem posto da sua cortesan povoação, pelo mixto campestre e marinho dos seus arredores, pelo inspirativo dos seus aspectos ao perto e ao longe, pelo fresco, ameno, e saudavel, dos seus ares e das suas aguas, e pelo muito que, em razão de tudo isto, ali se abrem ao prazer, e mutuamente se fecundam os animos dos que lá vivem, e dos que lá correm feriados de occupações e pesadumbres, é, repetimos, uma das mais procuradas para recreação e para saude, d'entre as procuradissimas paragens d'aquelle archipelago infinito e sem rival» (3).

*

Em 5 de Julho, na Bahia, dirigiu o viajante á redacção do jornal *O Correio Mercantil* a seguinte carta:

---

(1) *Tentativas poeticas*, do mesmo auctor, pag. 175.

(2) Descripção de todas essas scenas póde ver-se n'um artigo do *Jornal do Commercio* do Rio, de 5 de Julho de 1855.

(3) Noticia biographica de Monte-Alverne, *Revista Contemporanea*, tom. III, pag. 47 e 48.

«*Sr. Redactor*.—Regresso para Portugal. O vapor que me leva só poucas horas se detem aqui; quiz aproveital-as em visitar alguns, pelo menos, dos meus bons amigos bahianos, e em agradecer pessoalmente aos meus generosos collaboradores na santa causa da Instrucção popular.

«Apresentei as minhas homenagens mui devidas ao Ex.mo Sr. Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima, benemerito Vice-Presidente do Governo d'esta Provincia, e achei n'elle o que esperava: um espirito como já encontrára no Ex.mo Sr. Conselheiro Wanderley, cordealmente dedicado á illustração do povo, unica base possivel de toda a politica seria e efficaz.

«Visitei pela segunda vez a aula de Leitura e escripta repentina do inexcedivel professor o sr. Antonio Gentil Ibirapitanga, e folgo de poder dar-lhe um publico testemunho da admiração que me excitaram os seus trabalhos, o seu nobre caracter, o seu desinteresse, e a sua perseverança.

«Vou ainda procurar a satisfação de conhecer o zelosissimo Director da Instrucção publica, o sr. Dr. Luiz Antonio Pereira Franco, protector convicto e mui influente da regeneração das escolas primarias.

«A nenhum d'estes cavalheiros tenho já que supplicar coadjuvação no meu empenho humanitario. Todos elles, e em geral todas as auctoridades litterarias bahianas, vão espontaneamente para onde vai a philosophia humanitaria.

«A Bahia (até pela sua indisputavel e indisputada supremacia litteraria) é chamada a arvorar o primeiro pendão d'esta cruzada nova contra o obscurantismo.

«A Capital do Imperio, ou (para falar com mais exacção) alguns dos professores da Capital do Imperio, inimigos de reformas, e com elles alguns espiritos preoccupados, que suppunham dever de nacionalidade repellir e desdenhar o beneficio estrangeiro, ainda que offerecido com absoluto desinteresse, e por mãos fraternas, quasi inutilisaram as minhas diligencias no Rio de Janeiro.

«Aquelles meus conscienciosos e amoraveis trabalhos, honrados uma vez pela presença de Sua Majestade Imperial, muitas pelo digno Ministro do Imperio, e quasi sempre pelos honrados Vogaes do Conselho de Instrucção Publica, e por avultado numero de pessoas de alma e coração, teriam todavia ficado quasi sem effeito apreciavel, se a Bahia, se o Piauhy, se as Alagôas, etc., não tivessem enviado ao meu curso professores de escolha, e de uma proficiencia averiguada e inquestionavel.

«E' pois, já agora, das Provincias, que tem de partir a

acção regeneradora para chegar á Capital, d'onde eu me persuadia que se devêra primeiro derramar por todo o Imperio; e esta Cidade, por mil circumstancias peculiares todas favoraveis, esta Cidade, cuja opinião Vós, Sr. Redactor, representais, e em parte dirigís, tem de ser, se me não engano, o mais alto e brilhante farol para os homens do futuro, que, sob o humilde nome de *mestres,* houverem de guiar os povos d'estas infinitas regiões para uma verdadeira civilisação, magnifico horizonte de Deus, que por quasi todo o Mundo vem já clareando, mas que para nenhum paiz amanheceu ainda.

«E' com o mais intimo sentimento de gratidão, e cheio das mais vivas esperanças, que eu vou dentro em uma hora arrancar-me d'esta terra de Gessen, para onde o meu coração tem de voltar-se muitas vezes, e aonde (se ingratidões, se indifferenças, se me podessem levantar na Patria) eu viria correndo, para reaccender no nobre fogo da população brazileira e portugueza aqui tão intimamente congregadas, o facho da minha fé e das minhas esperanças.

«Rogo-vos, Sr. Redactor, e, como tenho a honra de vos conhecer, desde já vos agradeço como feito, o favor de mandardes inserir esta carta nas columnas da vossa folha.

«Tenho a honra de ser vosso etc., *A. F. de Castilho.*— Bahia, 5 de Julho de 1855.»

*

A esta carta, que na sua emphase e no seu desalinho está revelando o estado enthusiastico do signatario, correspondeu o *Correio Mercantil* de 10, com um longo artigo cheio de encomios, e vibrando de saudade.

*

Da sua passagem em Pernambuco ha vestigio litterario, referente a um serão passado em casa de um notavel Pernambucano, o Dr. Menna Calado da Fonseca.

«N'um dos primeiros dias de Julho de 1855—escrevia o poeta dois annos depois—desembarcavamos na cidade de Olinda, regressando do Rio de Janeiro. Das vinte e seis horas que ali nos demorámos, não temos de nos esquecer em toda a vida, tanto nol-as souberam encantar, com engenhosos e delicados favores, o dignissimo Presidente da Provincia, o

sabio Director dos Estudos, o zeloso fundador da Escola central pelo nosso Methodo, e de dez outras em torno d'ella, o fecundo e erudito poeta Rangel de Torres Bandeira, o Director do Collegio de meninas educandas, o Dr. Menna Calado da Fonseca, e outras muitas pessoas, das mais conspicuas d'aquella Veneza tropical.

«O serão que disfructámos na residencia do Dr. Menna, pedia, para ser descripto, a penna de Méry, o inimitavel pintor das delicias italianas.

«Imaginae—continúa Castilho enlevado nas suas recordações—. Imaginae uma das mais formosas noites da America! um dos arrabaldes mais campestres de uma das mais seductoras cidades! uma casa vasta, franca, hospedeira, cercada por toda a parte de profuso jardim! As portas e janellas de suas salas baixas abrem-se em alamedas floridas, alegram a noite com o reflexo de suas luzes, em troca das viraçõe fragrantes, dos murmurios, e dos sons, da inefavel orchestra nocturna. Dentro, sabias mestras, em flôr de annos, cercadas de suas alumnas, como irmãs em meio de suas irmãs mais novas; o piano, o canto, a poesia, alternando-se com a conversação curiosa e animada. Por cima de tudo, aquellas grandes estrellas, que dissereis ser as que estão tacitamente filtrando, com os seus influxos e brilho, o oiro e as pedrarias para as entranhas de tão abençoadas regiões.

«O Doutor, primeira figura do quadro, e varão que já tem o seu nome na Historia, é um d'estes entes raros, que se admiram e amam desde o primeiro relance, que harmonisam perfeitamente a gravidade antiga com a ousadia franca do Progresso, o profundo senso dos deveres com o senso não menos profundo da Liberdade. A sua conversação desestudada, cheia, fluente, carinhosa, é uma encyclopedia para o uso de todos, e das mais bem feitas. Ouvindo-o, gosa-se; depois de o ter ouvido, medita-se, entrevêem-se horizontes, sentem-se forças para adiantar caminho com a humanidade. As suas vistas vôam longe, sem se perderem nos espaços indemarcados, e quasi sempre nebulosos, da politica» (1).

. . . . . .

Por estes enthusiasmos, que a longos mezes de distancia ainda assim levantavam labareda, se percebe o calor da alma de Castilho quando atravessou o Brazil.

---

(1) *Revista da Instrucção publica,* n.º 3.

*

Visitou tambem o Presidente da Provincia, Conselheiro José Bento, que o visitou logo, e o encheu de obsequios (1). Foi o viajante visitado por muita gente notavel, presenceou os trabalhos escolares do insigne professor Francisco de Freitas Gamboa, e escreveu uma longa carta ao jornal *O Eccho Pernambucano*. Esta folha, n'um sentido artigo commemorou em phrases eloquentes a passagem do poeta portuguez, e dedicou-lhe apreciações cheias de alma.

Seria impossivel transcrever esses documentos todos, que archivo cuidadosamente; basta-me accentuar aqui uma coisa:

Castilho levava no coração um espinho a doer-lhe muito: a guerra surda que lhe tinham feito uns certos no Rio. Ao passo que o Governo e as auctoridades auxiliavam a reforma, os zoilos combatiam-n'a.

Dil-o em termos claros *O Eccho Pernambucano:*

«E com quanto as prelecções fossem sempre apreciadas por uma concorrencia digna e lisonjeira, os zoilos, espiritos rotineiros, o genio das *bagatellas,* que o grande Poeta Diniz tanto ridicularisára, principiaram a tramar guerra surda e traiçoeira contra o eximio inventor! Mas essa guerra surda não inutilisou os esforços e sacrificios..... As preciosas sementes ahi espalhadas dão (e no futuro mais darão) preciosas e abundantes messes.»

.....

XIV

29 de Julho de 1855.—Chegada de Castilho a Lisboa.—O Lazareto.—Cartas intimas do poeta.

Nós, em Lisboa, esperavamos anciosos.

As saudades do nosso querido ausente eram vivissimas na nossa pobre casa do Becco do Norte. Cada vez que do Rio de Janeiro chegava uma carta d'Elle, era lida com lagrimas

---

(1) Vejo-o mencionado de passagem n'uma carta do sr. José Feliciano de Castilho, irmão do poeta, datada de 13 de Abril de 1869.

de todos nós. A figura d'Elle, a sua companhia tão suave, a sua conversação tão instructiva, lembravam-nos com uma insistencia que era um tormento de todas as horas. A ausencia d'Elle era um mal insupportavel! viamos em tudo aquella ausencia.

Uma noite d'esse Julho triste de 1855, por um luar lindissimo, sósinho á janella, alta noite, em frente do Tejo, e banhado em lagrimas, escrevi (nem eu sei como) esses versos, que, por lhe pertencerem a Elle, e serem portanto mais seus do que meus, me atrevo a estampar aqui:

A meu Pae

Franca a janella ás brisas namoradas,
eis-me em frente do mar, meu Pae, sósinho.
O mar! o vasto mar, que amavas tanto!

Entre as brumas da ausencia, ante o céo largo,
talvez n'este momento de saudade,
quando longe de ti me estorço e gemo,
contemplas, co' uma lagrima tristissima,
outro céo, outro oceano, outras estrellas!

Entre os ermos do mar, que chora e ruge,
talvez te lembre o suspirado albergue!

Entre extranhos irmão, nobre utopista,
pezas na mente o bem de um povo inteiro!

Da tremula amurada debruçado
sobre a rôta fugaz sonora espuma,
talvez se te esperguiça o pensamento
na regalada infancia! ou se te aninha
em caricias dos teus! ou se te eleva
em nuvens de ideal! Oh! meu Poeta,
meu Pae, quiçá te eu lembro, qual me lembras!

Claro esplende o luar. Que melancolico
é na alta noite ouvir ao longe o lugubre
álerta do soldado! e que poesia
de tristeza e de amores não respiram
Lisboa á noite, e em noite estiva a lua!

No Tejo meu mira-se a lua em chapa.
Confusa, vaporosa, além negreja
a costa da Outra-Banda; além, Lisboa,
donosa e socegada; além, verdura.

Do mais visinho templo o campanario
sôa lento, espaçado; o meu cão Fido
ressona junto a mim. Todos na casa

dormem, de muito; eu velo; e tu comigo;
tu no meu coração; tu na minh'alma.
E em quanto o vasto mar sulcas n'est'hora,
eis-me á espera ante o mar, meu Pae, sósinho!...

.....

*

Aproximava-se porém a hora da chegada.

Nada mais sei dos pormenores da viagem. Só sei que Domingo 29 de Julho demandava o Tejo o vapor D. Pedro II, com vinte e sete dias de navegação. O alviçareiro da rua do Sacramento da Lapa, já apalavrado com antecedencia, levou ao Becco do Norte a noticia de estar á vista o paquete. Foi uma sensação electrica em todos os de casa!... Pouco depois recebiamos carta do viajante escripta a bordo.

N'essa mesma tarde, entre os muitos barquinhos, que iam a Belem, carregados de saudades, esperar passageiros, ia nossa Mãe com todos nós, cheios de um alvoroço difficil de descrever. Lembro-me da expressão alegre do nosso querido incommunicavel, que entre muitissimos outros seus companheiros tinha chegado á amurada, deliciado de ouvir as nossas vozes, e conversava lá de çima comnosco sem nos avistar!...

Havia ordens severas da auctoridade para demorar no Lazareto os passageiros (que eram ao todo duzentos e quatorze). Castilho, retido na Torre-velha, como D. Francisco Manuel de Mello, ficou desesperado do que todos em côro chamavam uma sem-razão; visto que, por então, parece não grassavam epidemias no Brazil. Escreveu para terra, diligenciou, barafustou, mas nada obteve.

Como nota comica, ahi vai uma carta que elle escreveu para casa apenas fundeou defronte da Torre-velha:

«Minha querida Carlota.—Fundeámos esta noite; mas quando desembarcaremos? sabe-o a Junta de *saude,* que é uma das peores *doenças* que padece o nosso Portugal.

«Eu estou desesperado. Lá vai uma representação, assignada por todos os passageiros, pedindo ao Conselho de saude que não seja tolo. (Ha de lhe custar!)

«Inclusa te remetto outra para o nosso visinho Rodrigo (1). O Julio que lh'a vá entregar logo logo. De lá, passe de re-

---

(1) Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro do Reino.

pente a casa do Leite (1), e entregue-lhe os artigos que remetto inclusos, para elle os mandar inserir sem perda de tempo: um no *Arauto,* outro no *Jornal do Commercio,* outro na *Revolução* (2). Elle mesmo (Leite) que fabrique mais alguns, se lhe parecer; emfim, que trate este negocio como seu. O que lhe digo é que não quero estar aqui, e que ardo devéras com a ideia de que me hão de ter por apestado. Nem brincando.

«Se eu soubesse nadar, pouco se me dava; mergulhava por baixo d'estes botes de mexeriqueiros, surdia na praia de Santos, e mandava a policia medica ao diabo. Mas como não sei nadar, nem me divertiria muito passar aqui cinco dias a pescar camarões e a abrir a bocca, quero ir para terra, e quero ir para terra, e quero ir para terra. Isto que eu quero, querem-n'o trezentas e tantas pessoas. Quero ver se um Muacho só (3), peza mais que trezentas e tantas pessoas! uma nica tola, mais que razões demonstradas!! e uma sordida especulação de lazareto, mais que tantos interesses publicos seriissimos!!!

«Um abraço a cada um dos pequenos; e até logo, segundo espero.

«Manda dizer ao Dr. Frazão (4), que fale por nós ao Santos Cruz (5), Presidente do tal Conselho de Saude, e seu amigo (*seu,* do Frazão, que do Conselho não sei se o é). Frazão mora na rua dos Fanqueiros, n.º 139, creio que no 2.º andar.

«Outra vez adeus; eu estou optimo de saude.—Teu, *A. C.*

«*P. S.*—Um dos tres papeis para periodicos leva por marca *Revolução,* ou *Nação*. Se a *Revotução* o não quizer, *Nação* com elle. O Leite que avie bem todas estas receitas. Outra vez um abraço aos pequenos.»

(*Continúa*). JULIO DE CASTILHO.

---

(1) Luiz Filippe Leite.

(2) Artigos em que os passageiros, desesperados com a demora, pediam que os tirassem da Torre-velha, e encareciam a salubridade do Brazil! Sempre assim foi. A nostalgia não quer lazaretos.—*J. de C.*

(3) O Dr. Rodrigues Muacho.

(4) Jacintho Luiz do Amaral Frazão.

(5) Conselheiro Francisco Ignacio dos Santos Cruz, Medico.

NOTICIA BIBLIOGRAPHICA DO POEMA PROVENÇAL DE «SANTA FÉ»

I. De como foi encontrado este texto, e preparado para a impressão

No programma da viagem que em 1901 realizei fóra da patria (por França, Belgica, Hollanda e Allemanha) estava o nome da cidade de Leiden.

Postoque eu já conhecesse Leiden desde 1899, voltei lá em 1901, em Julho, com o fim de ver o meu illustrado amigo o Sr. Dr. A. Kluyver, philologo-germanista, collaborador do Grande Diccionario Hollandês que está em publicação, e de consultar na Bibliotheca da Universidade a collação, que ahi existe, de um manuscrito do poeta romano Avieno (1), em que ha referencias á Lusitania.

Como, quando visito qualquer cidade estrangeira, procuro, sempre que posso, manuscritos portugueses nas bibliothecas, tambem na de Leiden os procurei, e effectivamente encontrei alguns. Antes de proseguir, devo mencionar o nome do Sr. bibliothecario, Dr. C. Molhuijsen, a quem o Sr. Dr. Kluyver me apresentou, e que usou de toda a amabilidade para comigo, facilitando as minhas buscas. Pelo facto de muitas vezes nos trabalhos historicos se associar Portugal á Hespanha, lembrei-me de lançar uma vista de olhos tambem aos manuscritos hespanhoes, na esperança de lá achar de envolta cousas portuguesas, no que não me enganei (2). Quando eu percorria a collecção hespanhola, deparou-se-me um codice que o Catalogo de 1716, a que mais adeante me tornarei a referir, dava como contendo um poema catalão de Auzias March: *Opusculum Ausiae Marchionis scriptum sermone Catalanico;* começando a lê-lo, vi porém que o poema não era catalão, mas sim

(1) Vid. Rufi Festi Avieni *Carmina,* ed. de A. Holder (Innsbruck 1887), p. x.

(2) Dos mss. portugueses existentes na Bibliotheca da Universidade de Leiden darei conta noutra occasião.

provençal, e muito anterior ao tempo de Auzias March, que floresceu no sec. xv (1). Ha tanta semelhança entre o provençal e o catalão, que não deve causar grande estranheza que o auctor do Catalogo se equivocasse na designação da lingoa d'este texto, tanto mais que o Catalogo é já bastante antigo.

Por falta de tempo, não pude proceder em Leiden ás devidas investigações para saber se o poema estava ainda inedito ou não, e por isso limitei-me a tomar umas notas, e a fazer uns extractos, e, assim que cheguei a Münster da Westphalia, aonde eu ia passar uma temporada com o intuito de aprender uns rudimentos grammaticaes de gotico com o Sr. Prof. Dr. W. Storck (2), escrevi ao Sr. Antoine Thomas, que tinha sido meu professor de provençal na Universidade de Paris, e communiquei-lhe a noticia do meu achado de Leiden, consultando-o ao mesmo tempo sobre o poema, e enviando-lhe, entre outras breves indicações, cópia de alguns versos, para elle poder julgar melhor. A resposta do Sr. Antoine Thomas não se fez esperar. Tomo a liberdade de reproduzir aqui a sua carta, na parte concernente a este assunto. Dizia-me o eminente provençalista, e meu prezadissimo amigo: «Le grand amour que vous portez à la littérature provençale méritait bien une récompense. Je crois que vous venez de faire une très importante découverte, et j'en suis extrêmement heureux. Le ms. que vous me signalez est inconnu. L'œuvre qu'il contient me fait l'effet d'être une vie de *Ste Foi* (Sancta Fides) *d'Agen,* probablement celle dont on ne connaissait jusqu'ici que 2 tirades, publiées au xvie siècle par Fauchet, d'après un ms. que lui avait prêté Pithou. Le ms. de Leyde pourrait bien être le ms. de Pithou lui-même». E remettia-me para Raynouard, *Choix des poésies originales des troubadours,* onde, no t. II (Paris 1817), p. CXLVI, se encontram essas indicações bibliographicas; ao mesmo tempo transcrevia-me as duas estrophes que Raynouard publicou *ibidem,* p. 144–145, extra-

---

(1) Sobre Auzias March vid. A. Morel-Fatio, *Katalanische Literatur,* no *Grundriss der romanischen Philologie,* II, 79.

(2) O Sr. Dr. Storck, se é, como sabem todos os que em Portugal cultivam as boas lettras, profundo conhecedor da nossa litteratura, que lhe deve excellentes trabalhos, entre os quaes avulta a traducção allemã das obras completas de Camões, é tambem germanista, e como tal ensina philologia na Academia de Münster. — As nossas relações datam de 1886. Eu já tinha estado em Münster em 1899, como disse no meu opusculo *No Rheno,* Lisboa 1899, p. 14.

hidas do livro de Fauchet, e que são as seguintes, com a propria orthographia d'este:

Canczon audi qes bellantresca
que fo de rezon espanesca
non fo de paraulla grezesca
ne de lengua serrazinesca
dolz e suaus es plus que bresca
E plus que nuls piments qom mesca
qui ben la diz a lei francesca
cuig men que sos granz pros lencresca
e qe nest segle len paresca.
Tota basconn et aragons
el encontrada dels gascons
saben qual ses aqist canczons
esses ben vera sta razons
eu laudi legir a clerczons
e a gramadis a molt bons
si qo no mostral passions
enque om ligestas leiczons
e si vos plaz est nostre sons
aisi conl guidal primers tons
eu la vos cantarei en dons.

Além d'isso o Sr. A. Thomas incitava-me a tornar a Leiden, e a copiar na integra o manuscrito.

Sendo-me porém mais facil copiar o manuscrito em Paris do que em Leiden, e havendo-me dito o Sr. bibliothecario Dr. Molhuijsen que concedia licença para a sahida do codice, voltei a Paris (1), logo que os meus trabalhos terminaram em Münster, e obtive que o manuscrito fosse emprestado á Bibliotheca da Sorbonna, onde o copiei em descanso, e rodeado de todas as commodidades bibliographicas. E' meu dever tributar mais uma vez os meus cordiaes agradecimentos, quer ao Sr. Molhuijsen, que com tão boa vontade e generosidade me ajudou na minha empresa, fazendo, sem a minima dúvida, o emprestimo do codice á Bibliotheca da Universidade de Paris, quer ao Sr. Émile Chatelain, conservador-adjunto d'esta última Bibliotheca, professor de paleographia na Faculdade de Lettras, e auctor de importantes trabalhos scientificos, o qual teve a bondade de se encarregar do pedido official do codice. Não esquecerei jamais o prazer que senti nos dias que seguidamente passei na Bibliotheca da Universidade de Paris a ler, a transcrever e a estudar este poema, que, embora estivesse redigido numa lingua que não era a minha, pertencia comtudo

(1) Antes de ir para o Norte, eu tinha estado em Paris (de Abril a Julho).

*

a uma litteratura que tantas relações teve na idade-média com a portuguesa. Tal prazer foi ainda realçado pela constante benevolencia, que tanto o Sr. Chatelain, como, sem excepção, todos os outros funccionarios da Bibliotheca, me dispensaram. Entre estes cumpre-me especializar o Sr. Félix Chambon, sub-bibliothecario, a quem de mais a mais devo o conhecimento de livros de que eu mal podia prescindir para o meu estudo.

Quando fiz a cópia em Paris, o Sr. A. Thomas estava em Donville a veranear com sua familia. Como, por um lado, elle ardia, e naturalmente, em ânsias de ler o poema, e eu estimava ouvi-lo a respeito de alguns pontos; e como, por outro lado, elle me havia convidado a visitar as costas da Normandia, onde fica Donville, ao pé de Granville: planeei mais uma viagem, e resolvi ir lá, de Paris. Ao mesmo tempo que eu tomava esta resolução, recebia do Sr. Gaston Paris, então tambem ausente, uma carta em que me pedia que publicasse na *Romania* a canção (1), e me convidava igualmente a passar com elle uns dias no seu palacete ou *château* de Cerisy-La-Salle, que está a pouca distancia de Granville (1).—Não podia ser mais auspiciosa nem mais agradavel para mim a viagem á Normandia, e por isso parti (2). Ao encanto da companhia dos dois amaveis philologos, que tantas provas me deram sempre de sincera amizade, e de cuja conversação sempre se colhe fruto, associava-se-me alli, tão longe de Portugal, uma ideia da patria. Com effeito, Alexandre Herculano, por occasião de voltar da Inglaterra, onde em 1831 estivera emigrado, aportou á Normandia, e escreveu a proposito um delicioso esboceto intitulado *De Jersey a Granville,* que constitue a última parte do vol. 2.º das *Lendas e narrativas;* indo a Granville, eu não podia deixar de lembrar-me d'esse escrito do grande historiador português. O Sr. A. Thomas teve a bondade de me acompanhar a Cerisy-La-Salle. O *château* é amplo e bello; embora de data posterior á Idade-Média, tem todavia uns tons d'esta, com seu fosso em volta, cortado de pontes. A mim, que cultivo um pouco a archeologia, soube-me

---

(1) Não será inconfidencia transcrever o respectivo trecho: «Thomas vient de me raconter votre belle découverte, dont je me suis réjoui pour vous autant que pour la science. Je serai très heureux si vous voulez bien publier le poème dans la *Romania,* avec telle introduction et telles notes que vous jugerez convenable».

(2) Eu já tinha estado na Normandia, mas noutro sitio, mais perto de Paris (Pacy-sur-Eure).

bem dormir alli duas noites, num torreão alegre e bem situado. A unica pena que senti foi a de já lá não encontrar o Sr. A. Morel-Fatio, outro bom e prestante amigo, que dois dias antes se víra forçado a partir de Cerisy, onde permanecêra durante algum tempo em visita. Não propriamente *sotz eiss un pin,* como o auctor do poema provençal (1), mas em meio da frondosa vegetação da quinta de Cerisy, estivemos a ler os versos, o Sr. G. Paris pela primeira vez, o Sr. A. Thomas pela segunda, pois já os havia lido em Donville, e eu por mais de tres vezes. Entro em taes minudencias, por causa da importancia que tem este poema, que vem preencher uma lacuna na litteratura provençal (2), e porque do convivio com aquelles dois mestres da philologia romanica tirei algumas luzes para a melhor constituição do texto, o qual, comquanto só offereça poucas difficuldades aos provençalistas de profissão, não deixou de me embaraçar aqui e além a mim, que não faço do provençalismo objecto especial dos meus estudos.

Tanto o Sr. Paris como o Sr. Thomas me instigaram a publicar quanto antes o poema. A essa auctorizada instigação juntou-se depois a do Sr. Paul Meyer, que em carta datada de Dieppe, onde se achava em férias, me dizia: «J'ai appris avec beaucoup de plaisir la découverte du poème de Ste Foi». Ainda que um pouco mais tardiamente do que eu quisera, porque as minhas multiplas occupações não m'o permittiram primeiro, satisfiz já, no estreito limite das minhas fôrças, aos desejos de tão illustres romanistas (3).

II. Descripção do codice em geral, e do poema em particular

O nosso texto está contido num codice que tem este formato: $0^{m},205 \times 0^{m},15 \times 0^{m},02$, e que consta de 29 folhas de

---

(1) O poema começa d'este modo:

[L]egir audi, sotz eiss un pin,
Del vell temps un libre latin...

(2) Cfr. o que sobre o fragmento que citei a cima diz A. Stimming, *Die provençalische Literatur,* no *Grundriss der romanischen Philologie,* II, 1897, p. 39.

(3) Vid. *Romania,* vol. XXXI, Paris 1902, p. 177 sgg., onde publiquei pela primeira vez o poema, acompanhado de um fac-simile do ms., de introducção, notas historico-philologicas, e glossario. O artigo tem este titulo: *Canção de* SANCTA FIDES DE AGEN; e d'elle se fez uma edição á parte, num volume de 28 paginas (tambem com o fac-simile). — O fac-simile foi feito por uma photographia, benevolamente tirada pelo Sr. Émile Chatelain.

pergaminho, de $0^m,20 \times 0^m,14$, pouco mais ou menos, pois não são todas rigorosamente do mesmo tamanho. As folhas estão numeradas a lapis.

O codice, encadernado tambem em pergaminho, tem por fóra, na lombada, em um papel collado, a seguinte marcação bibliothecal moderna:

IS . VOSSII
Codex Latinus
Oct. N.º 60.

Eis aqui a indicação de tudo o que se encontra no codice:

Fl. 1 *r.* Em cima lê-se: *Libri duo monstrorum & belluarum,* e em linha inferior: ℣ *24.*—No campo da pagina, em cima, vêem-se duas figuras incompletas; occupam a maior parte do campo as figuras de dois guerreiros a cavallo, e a de um cahido no chão. Todos estes desenhos são antigos.—Em baixo ha um ex-libris: ACAD. LVGD.=Acad(emia) Lugd(unensis) (1); e uma tira de papel collada, em que se lê, em lettra de imprensa, EX BIBLIOTHECA VIRI ILLVST. ISAACI VOSSII, e em lettra de mão: *N.º 217.*

Fl. 1 *v.* Começam os indices dos Livros sobre os monstros e feras, e depois seguem-se estes Livros.—O ms. continúa até á fl. 12 *v.*, onde se lê, a baixo do meio: FINIT LIBELLVS DE BELLVIS.—Cf. Mauricio Haupt, *Opuscula,* Leipzig 1876, vol. II, p. 218, a proposito das *Traditions tératologiques* de Berger de Xivrey, Paris 1836.

Fl. 12 *v.* Começa uma *Prosa de* IVSTI EPVLENTVR, acompanhada de notação musical. Esta prosa vae até pouco mais ou menos 1/3 da fl. 13 *r.*

Fl. 13 *r.* Contém uma *Prosa de* LETABITVR IVSTVS, tambem acompanhada de notação musical. Esta prosa termina pelas seguintes palavras: *Rex omnipotens die ordine,* ALLELVIA.

Fl. 13 *v.* Quasi em branco. Uma phrase avulsa: *dixit Dominus Alleluia.* No campo: *Hic est liber Scī Benedicti.... Qui eum furat' fuerit anathema....* E em baixo repete-se incompletamente: *Hic est liber Scī Bene....* (2).

---

(1) É sabido que Leiden se chamou outr'ora *Lugdunum (Batavorum).*
(2) A fórmula completa devia ser: *qui eum furatus fuerit anathema*

Fl. 14*r*. Em cima lê-se, em duas linhas:

P. Pithou
Mons' Damel me la donne a Paris 1577 (1).

Estas palavras foram em parte descobertas por meio da applicação de um reágente chimico (sulfhydrato d'ammonio). Antes de serem escritas, o pergaminho tinha sido raspado, para se apagarem quaesquer outras palavras que ahi se haviam exarado (talvez o nome de Daniel). — Depois lêem-se os seguintes versiculos (desfaço as abreviaturas):

Et coeperunt quidam qui simul discumbebant dicere intra se: Quis est hic qui etiam peccata dimittit?

Dixit autem ad mulierem: Fides tua te salvam fecit; vade in pace.

---

sit. Ex-libris semelhante se lê noutro ms. da mesma procedencia, citado por Hervieux, *Les fabulistes latins*, t. 1, p. 89, 2.ª ed.: *Hic est liber sancti Benedicti Floriacensis; quem si quis furatus fuerit vel aliquo ingenio tulerit, anathema sit.* — Sobre *Sanctus Benedictus Floriacensis* = Saint-Benoit-Fleury ou Saint-Benoit-sur-Loire, vid. adeante, cap. III —. São ainda vulgares hoje os ex-libris do teor d'este. Em Portugal, por ex., o povo escreve ás vezes nos livros o seguinte:

Este livro é de F.:
Quem l'o achar
Fará o favor de l'o dar,
Quando não,
Aos Infernos irá pagar...

onde o verso final corresponde ao *anathema* da fórmula do ms.; cfr. *Revista Lusitana*, II, 108. — Nas tradições populares hespanholas conheço fórmulas semelhantes, mas só quanto ao começo: «Si este libro se perdiere, — como se puede perder, — supplíco al que se lo hallare — me lo sepa devolver etc.»; cfr. Marin, *Cant. pop. esp*, I, 71–72 e notas. O mesmo A. cita uma fórmula inglesa em que se lê: «This book is mine — Till I am dead; *ibidem*, p. 140. — Nos contractos da Idade-Média tambem era costume ameaçar com a excommunhão os que faltavam a elles: por ex. nos *Portugaliae monumenta historica*, Dipl. et Chart., vol. I, p. 7, lê-se num doc. do sec. IX «et siquis de iuri ecclesie uestre alienare presumpserit maneat SVB ANATHEMA in eternum»; e como este exemplo ha muitos outros. — O costume provinha já da antiguidade classica: nas inscripções romanas encontram-se expressões como esta: QVI HOC TITVLVM SVSTVLERIT, HABEAT IRATAS VMBRAS etc.; vid. *C. I. L.*, X, 2487. Uma antiga inscripção christã diz tambem: SIQIVS (sic) CV*m eo sepeliri* VOLV*erit*.... *il*LI ANATEMA *sit*; vid. *C. I. L.*, XII, 5755.

(1) Isto é: *P. Pithou. Monsieur Daniel me l'a donné à Paris, 1577*. Pierre Pithou, de quem se fallará outra vez no cap. III, era um erudito do sec. XVI. M. Chatelain, que lhe conhece a lettra, diz que esta phrase é da propria mão d'elle.

Os versiculos averiguei que são do Evangelho de S. Lucas (VII, 49 e 50).—Seguidamente a este texto biblico ha uns versos, tambem latinos, que transcrevo, desfazendo igualmente as abreviaturas, alinhando-os e pontuando-os:

Itinerâ linquentes morti proxima
Curramus ergo propere
Angustum callem patrie spatiosa (1).
Efficiat nos incolas
Celi sancta humilitas.
Iesu, pro peccatoribus,
Venisti de celestibus,
Ut reparares numerum
In superis angelicum,
Unde cadens in Tartara
Satan ruit apostata.
Adesto nobis miseris
Quos gravat pondus sceleris:
Ut per fidem vestigia
Sequamur te in patria
Quam promisisti omnibus
Te vere diligentibus.

(Se copiei por inteiro, tanto estes versos, como os versiculos de S. Lucas, foi porque talvez houvesse certa intenção particular em os escreverem na mesma folha em que começa um poema sobre Santa Fé; de facto num dos versiculos lê-se *Fides tua* etc.; e num dos versos *per fidem* etc. A lettra d'estes trechos é igual á do poema).

Em meio dos versos latinos, lê-se em lettra mais moderna (o que em parte se observou tambem com a applicação do reagente):

Liber ignotæ mihi linguæ (2).

---

(1) Em vez de *spatiosa* deve ler-se *spatiose* (=spatiosae), como o sentido o prova. Os primeiros vv. estão de certo alterados. Talvez elles fossem primitivamente apenas:

Curramus ergo propere
Angustum callem patrie

tendo sido accrescentado depois o resto. Como elles terminam por esdruxulos, não póde *spatiose* ser um final de verso, postoque constitua uma antithese a respeito de *angustum*.

(2) A lettra d'esta phrase é talvez de Daniel.

E por baixo dos versos lê-se em duas linhas (o que foi revelado pelo reagente):

St^e foy
Đ Agen (1)

mas havia em volta outras palavras, que tinham sido apagadas, restando apenas um *D,* que se descobre por baixo do *d,* e que é talvez a inicial da palavra *Daniel.*—No fim da pagina ha a seguinte indicação bibliographica: *Les obres del valeros caualler et elegan'simo* (sic) *poeta catalan Ausias March imprimides en Barcelona en casa de Claud Bornal 1562.* Antes de *March* havia-se escrito por engano *Mach,* que foi riscado. Foi esta indicação, por estar escrita na mesma folha em que começa o nosso poema, que levou o antigo auctor do Catalogo da Bibliotheca de Leiden (vid. supra) a considerar aquelle como obra do poeta catalão Auzias March.

Fl. 14*v.* Começa o poema sobre Santa Fé, que se prolonga até a baixo do meio da fl. 23 *r.* Tem pois 10 folhas, embora a 1.ª e a ultima sejam escritas só de um lado.

Fl. 23*v.* Começa um texto latino, que chega até o fim de 28 *r.* Este texto, que tem em cima, á esquerda, o numero «VIII», como que a indicar um capitulo, é assim mencionado no Catalogo da Bibliotheca: *De Badilone inveniente sacrum corpus.*

(Fl. 28 *v.*, em branco).

Fl. 29*r.* Desenho incompleto de um cavallo, feito com um estylete ou canivete. Phrases avulsas, sem importancia *(probationes pennae).*

Fl. 29*v.* Outras *probationes pennae* sem valor.

Póde dizer-se que o codice de Leiden é constituido por dois cadernos differentes um do outro, embora cada um homogeneo: o 1.º, de fl. 1 *r.* a fls. 13 *v.*; o 2.º, de fls. 14 *r.* a fls. 28 *v.* A fl. 29 servia de guarda ao 2.º caderno, e tem as dimensões de $0^m,20 \times 0^m,14$. As fls. d'este 2.º caderno, que é o unico que nos interessa, mantem entre si sensivelmente o mesmo tamanho.

Fallarei agora em especial do poema.

---

(1) Lettra de Pithou.

Este consta de 593 versos, agrupados em 55 estancias. As estancias estão numeradas á margem, com caracteres arabicos. Do v. 1 até o v. 453, que chega até á fl. 21 *r.*, numeraram-se 43 estancias. Na fl. 21 *r.* do ms. (=fl. 8 *r.* do poema) escreveu-se no alto da pagina «Autre chant», e ao lado do v. 454, na margem, «Second chant», e começou-se nova numeração de estancias, de 1 a 12, i. é, do v. 454 até o v. 593 (o último). Tanto a numeração, como estas indicações, são de lettra relativamente moderna.

A lettra do poema, ou é dos fins do sec. XI, como o Sr. Chatelain suppõe, ou, pelo menos, dos começos do sec. XII. Boa lettra. O texto não póde considerar-se como original, mas como cópia de outro que seria o original. Tal como está, mostra que o copista não comprehendeu tudo o que copiou, mas que transcreveu com a possivel fidelidade o exemplar que tinha deante dos olhos; dividiu muitas vezes as palavras nos seus elementos, e pôs a seguir os versos, limitando-se a empregar uma lettra maiuscula e colorida no principio de cada estancia: esta lettra é de côr encarnada, com os vazios pintados de amarello. Cada verso está geralmente separado dos immediatos por um ponto. Os *ii* não tem pontos, só creio que um unico tem um apice no v. 365 *(iaduz)*. O *ſ* é sempre de cauda. Ha algumas abreviaturas: *p̄*=pro, *p*=per, *dš*=Deus, *n̄re*=nostre, *xp̄ians*=cristians (ou *christians*) etc.; ás vezes *&*=et, e o til=*n* ou *m* (*nō*=non etc.); encontra-se mesmo *flāma* e *cūma*.

III. Historia do manuscrito, e allusões litterarias ao poema

Começamos no sec. XVI a ter noticias certas acêrca dos possuidores do manuscrito. Já vimos que na folha 1.ª se lê: «Mons' Damel me la donne a Paris 1577», i. é: «Monsieur Daniel me l'a donné à Paris, 1577»; e que ahi se lê tambem o nome de Pithou. Eis por tanto, em ordem successiva, dois possuidores d'elle.

O citado Daniel é certamente Pierre Daniel, jurisconsulto e bibliophilo, natural de Orleães, que viveu de 1530 a 1603. A seu respeito diz-se na *Nouvelle biographie générale,* t. XII (Paris 1855), p. 946: «Il si distingua dans le barreau d'Orléans, et fut choisi par le cardinal Odet de Chatillon pour bailli de l'abbaye de Saint-Benoît-sur-Loire. Lorsqu'en 1562 le cardinal fit enlever l'or et l'argent qui couvraient les châsses des saints, pour en faire de la monnaie au profit du prince de

Condé, et que plus tard les soldats de ce prince pillèrent la communauté, Daniel sut sauver ou racheter la plus grande partie de la bibliothèque de l'abbaye, qui était riche en manuscrits. Ce qu'il put soustraire à la destruction, il le fit transporter à Orléans.» Se nos lembrarmos,—vid. o cap. II—, que no 1.º caderno do ms. se lê «Hic est liber Sancti Benedicti», não será desarrazoado suppor que tambem o 2.º caderno teria pertencido ao mesmo mosteiro, d'onde Daniel o obteria; dou porém a esta hypothese o valor que ella tem.

Pierre Pithou (1539–1596) era outro jurisconsulto e erudito, como Daniel. Viveu algum tempo em Basileia (Suiça); a Bibliotheca de Berna possue mss. que lhe pertenceram. Da nota citada a cima consta que o ms. de Santa Fé passou á mão d'elle em 1577, por dadiva de Pierre Daniel.

Claude Fauchet (1530–1601), a quem se alludiu no cap. I d'este estudo, diz no *Recueil de l'origine de la langue et poésie française,* cap. VII: «Je passe bien plus outre, & dy qu'il y a grande apparence, que nos François ont monstré aux autres nations d'Europe l'usage de la ryme consonnante ou omiotelente, ainsi que voudrez. Ce que je pense prouver par deux couples tirées d'un livre escrit à la main, il n'y a guieres moins de cinq cens ans, lequel le dict sieur Pithou m'a presté, contenant la vie de saincte Fides d'Agen....». E transcreve as duas estancias que já conhecemos (2 e 3,=vv. 14–33), com algumas differenças do original, como: *rezon* em vez de *razo, conl* por *cõl* etc. Era este, antes da minha edição, o unico espécime publicado do poema; as duas referidas estancias tornaram posteriormente a ser impressas, como veremos. Fauchet accrescenta depois: «J'estime que ce langage est vieil Espagnol, pour le moins cathalan, par le vers *Que fo de razon espanesca:* là où *razon* est pris pour conte & langage, ainsi que declare l'autre vers, *Esses ben vera sta razons,* c'est à dire, bien est vray ce propos.... Et quand l'Autheur de ceste vie de saincte Fides adjouste *qui ben la diz a lei francesca,* il entend en ryme. Car àquelle autre chose pourroit on rapporter ceste loy Françoise, sinon à l'usage & façon de composer?» (1).

No *Tresor de recherches e antiquitez gauloises et françoises* de P. Borel, Paris 1655, dá o auctor um catalogo dos livros impressos e manuscritos de que se serviu para a sua obra, e

---

(1) *Les Oeuvres,* Paris 1610, fls. 549 v. e 550 r. Esta publicação foi postuma.

ahi cita (1): *Vie de S. Fides d'Agen.* No corpo da obra traz o seguinte:

«ANTRESCA, c. fantaisie, selon la *Vie de S. Fides d'Agen.* Voyez *Bresca*». P. 16.

«BRESCA, c'est un rayon de miel: d'où est venu le mot *bresque,* en Languedoc,—*Vie de S. Fides d'Agen:*

Canczon audi qes bellantresca,
Dols e suaus es plus que bresca,
Et plus que nuls pimens qu'on vesca

c. enten une chanson & belle fantaisie, douce & souëfue comme rayon de miel, & plus que mille especerie qu'on mange». P. 63. Postoque elle cite *qu'on vesca,* ao passo que o ms. de Pithou tem *qom mesca,* como Fauchet tambem traz, creio que a fonte de Borel foi o proprio passo de Fauchet (elle cita este auctor no prefacio e noutros logares da obra), e que *qu'on vesca* por *qom mesca* é uma supposta correcção, por não entender o sentido de *mesca.*—Borel viveu em 1620–1689.

No sec. XVII o codice passou á posse do sabio hollandês Isaac Voss. E' sabido que Voss viajou em França e noutros países, onde adquiriu muitos mss. raros. Foi talvez numa d'essas viagens que obteve o de que se trata. Voss, que tinha nascido em Leiden em 1618, morreu em Windsor, onde era conego. Depois da sua morte, o govêrno hollandês mandou comprar os seus livros, e transportá-los da Inglaterra para Leiden (2). Que o ms. pertenceu á livraria de Voss, consta do que se disse no cap. II.

Na *Bibliothèque historique de la France,* de Le Long, augmentada por De Fontette, t. I, Paris 1768, ha a p. 286 esta nota accrescentada por Le Long: «*Vie de sainte Fides d'Agen,* en vers rimés en langue Provençale, semblable à la catalane, écrite en 1080». Le Long accrescenta uma outra nota em que se refere aos passos citados de Fauchet e de Borel, e diz: «Jai tiré cet article & la remarque telle que je viens de la rapporter, des *Recueils* de M. Falconet».—Sobre Falconet (1671–1762) lê-se na *Nouvelle biographie générale* de Hoefer, t. XVII: «Falconet avait légué à Lacurne de Sainte-Pelaye, son ami, cinquante mille cartes sur lesquelles il avait consigné le résultat de ses lectures et de ses refléxions». Devem ser estas *cartes* ou verbetes o que constituia os *Recueils* alludidos.—E' notavel

---

(1) O Catalogo não está paginado.
(2) Hervieux, *Les fabulistes latins,* I, 246, (2.ª ed.).

a precisão com que Le Long fixou a data de 1080; baseia-se certamente no facto de Fauchet ter dito que o poema contava 500 annos (vid. supra).

Quando a Bibliotheca da Universidade de Leiden adquiriu os manuscritos de Voss, adquiriu tambem este. No *Catalogus librorum tam impressorum quam manuscriptorum Bibliothecae Publicae Universitatis Lugduno-Batavae,* Leiden 1716,—no cap. intitulado *Manuscripti Bibliothecae Vossianae pretio emptae*—, temos a seguinte indicação: «Capitula monstrorum & belluarum, quorum index praecedit, sequitur latior narratio, foliis XI, & adiicitur FVLIHERIVS MONACVS SCRIPSI. Opusculum Ausiae Marchionis, scriptum sermone Catalanico. Aliquid ecclesiasticum Latino sermone de Badilone inveniente sacrum corpus. In membr.»—O nosso poema está subentendido na phrase *Opusculum Ausiae Marchionis scriptum sermone Catalanico,* como já disse a cima, nos capp. I e II.

Em 1817, o nosso poema apparece-nos mencionado no *Choix des poésies originales des troubadours* de Raynouard, vol. II. Vid. o que deixei escrito no cap. I. Raynouard cita Fauchet, a *Bibliothèque historique,* e outro poema provençal tambem sobre Santa Fé (1).

Posteriormente a Raynouard, a unica noticia um pouco ampla, de que tenho conhecimento, como publicada a respeito do poema é a que vem na obra *Sainte Foy vierge et martyre* de A. Bouillet & L. Servières, Rodez 1900, onde, a p. 144–145, se transcrevem de Raynouard as duas conhecidas estancias que elle havia transcrito de Fauchet. A obra dos Srs. Bouillet & Servières,—um grosso vol. in-fol., ornado de muitas estampas—, é fundamental para o conhecimento da lenda e culto de Santa Fé.

Assim, em resumo, vimos que o unico ms. que se conhece do nosso poema pertenceu ao sec. XVI a Pierre Daniel, que o obteve talvez da Bibliotheca do mosteiro de S. Bento do Loire,

---

(1) Sobre est'outro poema vid. G. Catel, *Histoire des comtes de Tolose,* Tolose 1623. A p. 104 diz Catel: «j'ai leu dans un ancien livre escrit à la main en roman ou langage du pays de Roüergue, qui se trouve dans les Archifs de l'Abbaye de Conques en Roüergue, que une Dame nommée Delfonse ou Alfonse femme de Guillaume comte de Tolose ne pouvant avoir des enfants se recommenda à Dieu, & par l'intercession de sainte Foy elle en obtint deux, Raymond & Henry, comme nous prouvons par ces vers escrits en langage du pays.....» E transcreve até p. 107 muitos versos. Embora escrito no mesmo metro que o da Bibliotheca de Leiden, o poema citado por Catel apresenta outra estructura estrophica, e é em outro dialecto. Nada tem pois commum com o nosso.

e que das mãos de Daniel passou á bibliotheca de Pierre Pithou; d'esta bibliotheca passou á do hollandês Isaac Voss, no sec. XVII, d'onde foi para a Bibliotheca da Universidade de Leiden, na qual hoje se encontra. Vimos tambem que o poema apparece citado pela primeira vez por Fauchet no sec. XVI, e que o tornou successivamente a ser no *Trésor* de Borel no sec. XVII, na *Bibliothèque historique* e no *Catalogus* lugdunense no sec. XVIII, no *Choix* de Raynouard e no livro dos Srs. Bouillet & Servières no sec. XIX, —tendo-se apenas transcrito ao todo duas estancias. Publicado na integra foi, até hoje, só por mim.

Nota final

Além da edição que do poema fiz este anno na *Romania* (vid. supra, p. 501, nota 3), da qual resultou que fosse restituido á França um antigo e valioso monumento litterario,—folgando eu assim de ter ensejo de dar a esse nobre país um público testemunho de gratidão pelo que lhe devo da minha educação intellectual—, tenciono fazer ulteriormente outra edição, em volume proprio, na qual entrarei em maiores desenvolvimentos do que aquelles em que alli, por falta de tempo, me foi possivel entrar. Os tres capitulos que os leitores acabam de passar pelos olhos pertencerão a este novo trabalho, que ainda porém não sei quando poderei completamente realizar (1).

Lisboa, 7 de Julho de 1902. DR. J. LEITE DE VASCONCELLOS.

---

(1) Elle constará tambem do seguinte: analyse do poema, estudo das fontes de que o auctor anonymo se serviu, observações grammaticaes, glossario das palavras mais importantes, *etc.*

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 7, pag. 448)

Qvoniam uero aliquando, licet casus sit occult*us*, p*r*opter illũ tamen, certo & euidenter, qui illum cõmisit a Societate dimittend*us* est, vel quia ipse delictum cõfiteatur, vel ob aliquã aliam circunstantiam. Interim dum Præpos*it*us Generalis monetur, si peccandi occasio adsit illam Prouincialis remoueat p*er* aliquam mutationem, sin min*us* Generalem moneat. In tali autem casu occulto carcer adhibend*us* non est, sicut nec publicæ pænitentiæ sed secretæ, secus uero si res esset manifesta vel scandalosa, per uni*us* autem testimonium non debet aliquis e Societate dimitti, aut corripi, nisi alia indicia, aut circũstantiæ concurrant, & qui delat*us* est non sit adeo religios*us*.

At siquis act*us* impudicos cum alio exercuisset, & res occulta esset, & sine scandalo, l*icet* casus absolute site iusmodi propter quem merito quis dimitti debeat, tamen cum non agatur nisi de re occulta, & non urgenti, & quia possent occurrere circunstantiæ p*r*opter quas posset delato vn*us* talis actus condonari, expediet, Præpositum Generalem de re tota certiorem reddere, eiusq*ue* sententiam *expect*a*re*, ad quem etiam pertinet huiusmodi in Societatem iterum admittere, quãdo ob has causas eius auctoritate fuerint dimissi.

Si vero prouocatus ad actus impudicos consenserit, deberet simul cũ complice dimitti, si res p*er* tertium aliquem innotescat, quandoquidem par vtriusq*ue* est ratio, sed quia agitur de re occulta si alter complic*um* se superiori aperuerit, is nullo modo erit tunc dimittend*us*, sed si ::: Generalis Præpositus consulend*us*, alioqui nec illi teneretur se ipsum manifestare, nec Societas haberet similiũ casuum notitiam.

Erga eos au ::: dimittantur male se gerũt, & ea intẽtione vari ::: malitiose committunt, primũ omniũ vtantur sup*erio*res ijs spiritualib*us* remedijs quæ Societas adhibere solet vt seipsos agnoscant, quæ si non proderunt, deuenient ad pænitentias, quib*us* si non p*r*oficiant, expedit eos dimittere, & quidem cõmuniter a votis absolutos, quanuis licet raro sine votorum absolutione, dimitti conueniat. — Claudi*us*.

QUOMODO AGENDUM CUM RECIDIUIS

Si peccatum in quo quispiam reincidit tale sit, quod habeat complices, vel sit aliqua circunstantia propter quam probabiliter timeri possit scandalum, aut damnum Collegij, vel ipsius pænitentis, vel alterius ruina, manifestum est quod pænitens tenetur per se vel Confessarium rem Superiori aperire, vt ei qui Saluo sigillo vt oportet, remedium adhibere potest, quod si nolit facere certũ est, non debere a cõfessario absolui, donec satisfaciat, si uero contingeret, vt Confessarius idem & Superior esset, et casus vt dictum est, cõtagiosus probabiliter uideretur, non deberet absolui, nisi obtenta prius a pænitente facultate, vt eum Superior posset, quantum ei necessarium uideretur a recidiui periculo remouere, quod si pænitens eam dare recusauerit nullo modo erit absoluendus, cum in periculo versetur, quod cũ possit ac debeat, negligat euitare, sed occasio externa erit expectãda, ob quam sine violatione sigilli a Collegio illo vel domo removeri possit. Si uero non sit complex, et res rescita sit in cõfessione, vel etiam in reddenda ratione conscientiæ, non potest aliquis ob eam causam dimitti, sed debet primo iuuari, prescribendo illi vt dedat se magis orationi & mortificationi corporis, & caueat ab ::: Si uero hæc non prosint, hortandus est, ut aliquo alio bono prætextu petat dimissionem a Societate, vt possit cõtrahere matrimonium, quia melius est nubere quam uri, aut si sit in sacris, hortandus est vt petat licentiam transeundi ad aliam Religionem, ubi maior sit ex regula corporis castigatio, et minor occupatio cum proximis, quod si hoc nolit, tunc confessarius debet ei negare absolutionem quia non est bene dispositus, siquidem videns se in periculo esse peccandi mortaliter ob suam fragilitatem, quam ::: erientia cognouit non uult alium statum accipere, in quo secu- ::: uiueret. Vnde sequitur huiusmodi non esse ad Societatis gradus proponendos, cũ illis expediat alium ordinem ingre ::: curandum sit ut alijs causis alia via notis, non autem ::: per cõfessionẽ habita prætereantur, cuius notitiæ vsum alias in Societate interdiximus, nisi confessio facta fuerit ad reddendam rationem cõscientiæ. —Claudius.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Com o último anno lectivo acabam de expirar os primeiros sete annos de execução da reforma do ensino secundário decretada ditatorialmente em 22 de dezembro de 1894, e regulamentada em 14 de agosto de 1895. A execução principiou logo em outubro desse anno, pôsto que só viesse a ser definitivamente fixada pela carta de lei de 28 de maio de 1896 publicada no *Diario do Govêrno* n.º 125 de 5 do mês seguinte.

E' de justiça reconhecer que esta reforma veiu preencher entre nós uma profunda lacuna, havia muitos annos sentida por todos aquelles que se interessam a sério pela instrucção pública. O que estava era uma vergonha, e não podia continuar.

O projecto foi confiado a um dos nossos homens de sciéncia mais eminentes nesta ordem de assuntos, e mereceu na verdade os applausos dos téchnicos, especialmente fora de Portugal. Não foi porém sem resisténcias que o nosso meio o recebeu, e todavia, triste é ter de o confessar, não appareceu na imprensa portuguêsa nenhuma crítica imparcial, desapaixonada, à altura da nova reforma; não se passou em geral de umas consideraçõis ligeiras, avulsas, escritas ao correr da penna e as mais das vezes revelando ignoráncia do problema pedagógico, que se tratava de resolver. Assim é sempre facil a crítica, mas também é certo que ninguém aproveita com ella.

Não é que a reforma apresentada não tivesse os seus pontos vulneraveis, nem podia deixar de os ter. O assunto entre nós era quase novo, pelo menos para a grande maioria do país, incluíndo neste número a própria classe docente tanto dos lyceus como das escolas superiores. Era portanto apenas uma tentativa.

A parte fundamental foi imitada da Allemanha, embora o

reformador entendesse conveniente introduzir-lhe algumas disposiçõis especiais, por ventura mais adequadas ao nosso meio.

Commetteu-se porém logo um êrro lastimavel, porque, sendo conhecidas as resisténcias de toda a espécie, passivas e activas, que haviam de necessariamente apparecer durante a execução da reforma, e àlém disso as difficuldades práticas do próprio assunto, devia o seu autor ter sido encarregado de velar pela sua execução, visitando os differentes lyceus, assistindo às novas aulas, conferenciando com os professores e com os reitores, instruíndo-os, esclarecendo-os nos pontos mais obscuros, e resolvendo enfim todas as difficuldades que nessa prática surgissem. E' assim que se procede nos outros países, quando se trata de introduzir uma reforma de instrucção; foi assim que no nosso próprio país procedeu em circunstáncias análogas o grande ministro de El-rei D. José.

Os sete annos que deviam ser de experiéncia têem-se tornado estéreis de ensinamento, porque a reforma não tem sido executada como estava escrita, têem-na modificado arbitrariamente, em zigue-zagues, sem orientação determinada, se nos é permittido aínda empregar este euphemismo.

Agora que a experiéncia se presume terminada, que é que se pretende fazer? Destruir completamente o que está feito e entrar num caminho absolutamente novo? Voltar atrás, insistindo teimosamente naquillo que em toda a parte está condemnado? Introduzir modificaçõis? Mas então em que sentido e como?

A Allemanha é o país em que os problèmas pedagógicos têem sido mais intensivamente discutidos em todos os seus aspectos e em todas as suas minuciosidades. Nós especialmente, que temos a infelicidade de ser um dos povos mais atrasados em tudo quanto se refere ao ensino, temos muito que aprender dos allemãis, tanto naquillo que entre elles pode já dar-se como assente e sanccionado pela experiéncia, como nas tentativas realizadas e sôbre tudo nas discussõis, de que essas tentativas têem sido objecto.

O ensino secundário na Allemanha tem uma organização complicada, e bastante diversa de uns estados para outros. Porisso, como não podemos descer aqui a particularidades, tomaremos como ponto de referéncia o que se observa na Prússia. Nesta, como nos restantes estados allemãis, o ensino teve a sua origem nas congregaçõis religiosas da idade média, destinadas exclusivamente à educação do clero.

A primeira adaptação feita em benefício do público secular

foi a *escola municipal* do século XIV, criada no intuito de educar o cidadão leigo, mas aínda com a mesma orientação e os mesmos méthodos que nas instituições monásticas. O latim continuava a ser a base em que assentava todo o estudo.

No século immediato encontram-se já muitas destas *escolas municipaes,* onde o latim era menos considerado ou era mesmo pôsto de parte; mas logo no século XVI a cultura do latim se anima e torna florescente, e se introduz ao lado desta a cultura desenvolvida do grêgo; o conhecimento perfeito das duas línguas era o objecto principal e quase único do ensino. As pessôas, que naquella época primavam por uma educação mais esmerada, liam, escreviam e falavam correntemente em latim, e não era raro encontrarem-se eruditos que a este saber alliavam um conhecimento profundo do grêgo.

Como tive ensejo de notar em um folheto a respeito do estudo do grêgo em Portugal, o nosso país apresentava-se nesta época ao nivel das nações mais adeantadas, estendendo-se o entusiasmo pelas letras clássicas até às senhoras da nossa primeira sociedade.

Durante o século XVII achava-se já bastante vulgarizado na Allemanha o conhecimento do francês; mas o ensino das mathemáticas, das sciéncias e do próprio allemão estavam aínda bem pouco prósperos. O latim e o grêgo, especialmente o primeiro, continuavam a ser as disciplinas preponderantes, ao passo que as mathemáticas, as outras sciéncias e as línguas vivas occupavam aínda um plano inferior. O desenvolvimento da história, das sciéncias naturais e do allemão, como ensino independente, pertence principalmente ao século XIX.

Em 1747 fundou Becker em Berlim a primeira escola sem grêgo, mas aínda com grande desenvolvimento do latim. Esta tentativa encontrou todavia, como era de esperar, uma tenaz opposição dos eruditos, a tal ponto que nos fins do século XVIII os esforços e a autoridade de Winckelmann, Kant, Schiller e Goethe faziam restabelecer o ensino do grêgo, e conseguiam que se desse o maior desenvolvimento possivel ao estudo literário das duas línguas clássicas.

Em 1812 a Prússia uniformizava sob um mesmo typo todos os estabelecimentos secundários, que preparavam para as universidades, e applicava-lhes a denominação de *gymnásios (Gymnasien).* O plano dos estudos, tal como foi publicado em 1816, estabelecia para estas escolas um curso de dez annos, com 76 horas semanais de latim, 50 de grêgo (em 7 annos), 44 de allemão, 60 de mathemática, 20 de sciéncias

naturais, 27 de geographia e história, e 20 de religião, àlém de um pequeno número de disciplinas menores. Cada alumno estava sujeito a 32 horas de aula por semana. O francês não figurava no curso.

Este regimen não chegou a entrar em plena execução, mas aínda assim manteve-se na lei até à reforma de 1837, que reduziu o curso a 9 annos, como aínda hoje está.

O novo plano dos estudos estabelecia 86 horas semanais de latim, repartidas por todos os annos do curso, e 42 horas de grêgo. No resto pouca differença fazia da legislação anterior, a não ser na introducção do francês, com 12 horas semanais, 2 por semana durante 6 annos. A totalidade dos trabalhos em cada classe continuava a ser de 32 horas nas cinco primeiras classes, e de 30 nas últimas quatro.

Ao lado dos gymnásios continuavam a existir outras escolas de typo diverso, menos accentuadamente clássico, que esta reforma ordenava em tres categorias, com a denominação genérica de *escolas reais (Realschulen),* a saber: as de 1.ª classe, aínda com os mesmos nove annos de latim que os gymnásios; as de 2.ª classe, com seis ou sete annos (facultativos) de latim; e as de 3.ª classe, sem latim. Era uma tentativa para ir substituíndo o ensino clássico pelo de outras disciplinas de utilidade mais próxima e mais apparente. Mas era preciso contar com a resisténcia do meio culto, cuja educação havia sido orientada pela norma dos gymnásios, e assim fôram estes que mantiveram aínda a primasia entre as escolas de preparatórios. As universidades recebiam com manifesta hostilidade os alumnos habilitados pelas próprias escolas reais de 1.ª classe, o que não podia deixar de prejudicar estas escolas, ao passo que se promovia uma verdadeira plethora na freqüéncia dos gymnásios.

Foi só em 1882, isto é, 45 annos depois da reforma que sanccionava definitivamente as escolas reais, que se concedeu a estes estabelecimentos a faculdade de habilitarem alumnos para os cursos universitários de mathemática e de sciéncias naturais, reservando aínda assim uns certos privilégios para os graduados dos gymnásios clássicos e dos gymnásios reais, onde havia 9 annos de latim.

A reforma de 1882 modificou algum tanto a duração do trabalho nas classes, reduziu o latim a 77 horas e o grêgo a 40, mas deu em compensação mais 4 horas ao francês, 5 à história e 9 às sciéncias naturais.

Encontra-se aqui uma disposição curiosa a respeito dos gymnásios reais. No intuito provavel de lhes cercear a popula-

ridade que tinham adquirido, aumentou-se-lhes o curso de latim com 10 horas semanais, permittindo-se ao mesmo tempo aos graduados nas novas escolas reais superiores *(Oberrealschulen)* a admissão à matrícula em todos os cursos universitários mediante a prova supplementar dos nove annos de latim.

O mesmo espírito de hostilidade contra o gymnásio real apparece na conferéncia de 1890, onde a influéncia do Imperador aconselhava para estes estabelecimentos a abolição definitiva do latim; mas os conselhos escolares oppuseram uma resisténcia tenaz. *O govêrno limitou-se a uma insinuação anodyna e à declaração de que não criaria novas escolas deste typo.*

A influéncia do Imperador fez-se aínda sentir na reforma de 6 de janeiro de 1892, que vigorava ao tempo em que foi decretada a nossa última reforma do ensino secundário. O curso dos gymnásios ficou então com 62 horas semanais de latim (menos 15 que em 1882), 36 de grêgo (em seis annos), 26 de língua allemã e narraçõis da história nacional (durante os nove annos do curso), 19 de francês (em sete annos, 26 de história e geographia, 34 de mathemática, 18 de sciéncias naturais, 19 de religião, 12 de calligraphia e desenho. A totalidade do tempo das liçõis era de 25 horas para as duas primeiras classes, 30 para a 4.ª, 5.ª e 6.ª (segundo o nosso modo de contar), e 28 para a 3.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª Foi esta com pouca differença a medida adoptada pelo nosso legislador.

O curso dos gymnásios reais e das escolas reais superiores ficou da mesma forma de nove annos, e proximamente com a mesma totalidade de horas de aula em cada classe; mas supprimiu-se nos primeiros o ensino do grêgo, e tiraram-se 9 horas ao latim; ao passo que nas escolas reais o latim foi inteiramente supprimido.

O ensino do inglês constitue nos gymnásios um curso complementar organizado de maneira que possa ser continuado 2 horas por semana nas classes superiores; e o mesmo se observa com o desenho e com o hebreu. Nos gymnásios reais e nas escolas reais superiores o inglês torna-se obrigatório. A gymnástica e o canto sam obrigatórios nestes tres typos de estabelecimentos.

Esta reforma do ensino teve o sestro de deixar a todos descontentes, sendo os gymnásios reais os mais directamente sacrificados; mas, para em certo modo os consolar, enfraqueceu-se nos gymnásios o ensino clássico, e não se equipararam aínda de todo as escolas reais superiores aos gymnásios, como ellas instantemente reclamavam. O resultado foi,

como era de esperar, agravarem-se e azedarem-se as rivalidades antigas entre estas escolas. Ficou apenas uma victória relativa do lado do partido burocrático, à frente do qual se encontrava o Imperador; mas a verdadeira aspiração deste partido era reduzir todas as escolas a dois typos, um pouco à semelhança do que em França se fazia com o chamado *enseignement classique* e o *enseignement moderne*, a que correspondiam para o primeiro o *bacharelato em letras* e para o segundo o *bacharelato em sciéncias*. Na Allemanha o *enseignement classique* acha-se representado nos *gymnásios clássicos* e o *enseignement moderne* nas *escolas reais*. O partido burocrático pretendia acabar de tòdo com os *gymnásios reais*.

Alguns reformadores mais exaltados levavam as suas pretenções a ponto de supprimir de todo o ensino do grêgo nos gymnásios, restringindo a estes estabelecimentos o ensino do latim, e reduzindo este ensino a um mínimo.

A suppressão do grêgo tem como entre nós os applausos daquelles que nunca estudaram esta língua, e que portanto não têem autoridade para julgar da sua conveniéncia pedagógica. E é esta aínda pouco mais ou menos a razão dos que propõem o enfraquecimentò do latim: no fundo lá se encontra a ignoráncia de mãos dadas com a vaidade. Mas a importáncia que na Allemanha se liga a estas opiniõis pode aferir-se pelo facto de existirem na Prússia, em 1892, 540 escolas de ensino secundário e destas apenas 60 sem latim.

Chéga-se aínda à mesma conclusão, se compararmos o número total dos graduados nos gymnásios clássicos e nos gymnásios reais com os que em igual período se graduaram nas escolas reais. Assim temos, por exemplo em 1894, o respeitavel número de 4.214 graduados nos gymnásios clássicos, 643 nos gymnásios reais, e apenas 47 nas escolas reais. A comparação destes números é por si mesma eloqüénte.

Entretanto a inferior situação em que a reforma deixava os novos cursos dos gymnásios foi geralmente reconhecida por todos aquelles que se occupavam do ensino, e tanto que logo em 1895 se viram forçados a introduzir nestes cursos algumas modificaçõis, sendo uma dellas ampliar o curso de latim com 1 hora em cada uma das tres últimas classes.

Em 1900 foi necessário reünir em Berlim uma segunda conferéncia, a que o Imperador se dignou também de presidir. O partido burocrático, que pretendia acabar com o ensino do grêgo nos gymnásios, deixando-lhes todavia, como vimos, o exclusivo da habilitação para as universidades, passou pelo desgôsto de se ver abandonado pelo Imperador, cuja

opinião tinha mudado radicalmente no intervallo das duas conferéncias. A sua attitude presente ácêrca do ensino avalia-se bem pelas suas próprias palavras: «Am Latein halte ich fest, und das Griechische muss bleiben.»

A partir desta época para cá trata-se de restabelecer as perdas que os gymnásios tinham soffrido no seu ensino essencialmente clássico, e faz-se ao mesmo tempo justiça às escolas reais superiores admittindo os seus graduados à freqüéncia das faculdades universitárias para que elles têem realmente competéncia. Mas para tirar todo o partido desta concessão, torna-se naturalmente necessário para todas, ou pelo menos para algumas universidades, criar aqui pequenos cursos de grêgo e de latim, e as próprias escolas reais têem por vezes reclamado este complemento educativo.

No recente plano de estudos publicado em Halle nos fins do anno de 1901 melhora-se um pouco a situação do grêgo e do latim, acrescentando a este mais 6 horas semanais. O inglês, pôsto que facultativo, experimenta igualmente alguns melhoramentos. Em todas as línguas se insiste agora mais no conhecimento perfeito da grammática e da estructura do léxico, procurando simultaneamente adquirir facilidade de falar e de escrever, e cultivando com o estudo da grammática o estudo da literatura e modo de vida do respectivo pôvo.

No curso do gymnásio real o latim experimenta este mesmo aumento de 6 horas semanais, e insiste-se igualmente mais no inglês, na geographia e no desenho.

*

Qual dos principais typos de escolas secundárias será mais conveniente para ministrar uma preparação sólida aos alumnos que se destinam à instrucção superior? Será o gymnásio, com a sua educação eminentemente clássica? Será a escola real, inteiramente privada do ensino do grêgo e do latim? Ou será antes o gymnásio real, sem o grêgo mas aínda com o latim?

A questão é naturalmente muito complexa, o resultado da educação depende, é certo, do plano do ensino e da maneira como este se encontra organizado, mas depende primeiro que tudo das bôas qualidades, da competéncia, do saber e do zêlo dos professores, e bem assim dos livros de texto e em geral de todos os outros meios que os professores têem à sua disposição para ensinar bem.

Segundo uma estatística que temos presente a média dos

alumnos graduados em 1894 nos differentes estabelecimentos officiais de instrucção secundária dava 13,25 a cada gymnásio clássico, 3,87 a cada gymnásio real e apenas 0,56 a cada escola real.

Launbardt, num relatório correspondente ao anno de 1900, observa que os graduados dos gymnásios provam igualmente bem nos cursos superiores de sciéncias morais e sociais, e nos das escolas de applicação ou technológicas, como aliás se verifica, se considerarmos os alumnos approvados entre os annos de 1890 e 1899 nos exames de admissão à escola industrial do Hannover, onde encontramos 583 alumnos dos gymnásios clássicos, 588 dos gymnásios reais e 38 apenas das escolas reais superiores.

Os partidários do ensino realista ou utilitário pretendem que aos alumnos se ensinem unicamente as disciplinas que na vida têem um valor prático immediato. A educação mental, a cultura do espírito, da consciéncia, da moralidade e da esthética adquirem-se perfeitamente com o estudo das coisas práticas; o estudo das línguas mortas, transportando-nos a uma época que não é a nossa, a uma sociedade que não é a nossa, a um meio que não é o nosso, e conservando-nos insistentemente na contemplação deste meio, desvirtua-nos a razão e a intelligéncia, e em vez de fazer de nossos filhos bons cidadãos para a actualidade, convertê-los ha em cidadãos grêgos ou romanos, em vez de christãos tornà-los ha pagãos.

Por outro lado os humanistas põem em relêvo as excellências da educação clássica, que tem por fundamento o conhecimento do grêgo e do latim. Esta educação, dizem elles, é a mais ponderada, a mais sólida e a mais perfeita. A educação realista poderá servir para exercitar a observação, a memória e o raciocínio, mas as faculdades mais elevadas do espírito, a consciéncia sã, o bom juízo moral e social sam inteiramente postos de parte ou descurados, falhando deste modo a parte mais importante da preparação para os estudos superiores. E accrescentam que os partidários da utilidade immediata, em vez de ensinarem a seus filhos a gymnástica, deviam de preferencia exercitá-los em levantar pêsos e acarretar fardos.

Sam estes em summa os argumentos dos dois partidos estremos, mas é justo reconhecer que de ambos os lados se exagera, esquecendo um pouco o que as coisas realmente sam, e dando mais pêso a preconceitos theóricos; porque a verdade é que nem ha nenhum gymnásio que seja absoluta e exclusivamente humanista, nem nenhuma escola real em que se

cuide apenas do que tem utilidade immediata. No quadro das disciplinas dos gymnásios encontra-se, ao lado do latim e do grêgo, o francês e o inglês, a história, a geographia, a mathemática com um desenvolvimento bastante amplo. Encontra-se àlém disso a história natural, a phýsica, a chýmica, o desenho, a gymnástica, o canto e nada menos de 9 annos de allemão. Não serám isto disciplinas de manifesta utilidade prática?

Por outro lado, nas escolas reais o estudo das línguas modernas, ao mesmo tempo que procura o conhecimento prático da língua falada e escrita, exercita igualmente as regras da grammática e a anályse grammatical, aprecia a literatura e a índole, vida e costumes do respectivo pôvo, como no ensino clássico se faz com o grêgo e com o latim. O sentimento esthético e o bom senso prático educam-se durante o estudo da língua materna, da história e da religião, que também fazem parte do curso.

A conclusão a que se chega, se não quisermos ser facciosos, é que os dois typos de escolas, embora differentes na sua índole ideal, ministram uma educação e uma somma de conhecimentos sufficientes para se entrar com proveito no ensino superior, ambos elles têem direito à existéncia, e produzem um sôbre o outro um estímulo muito salutar.

Nalguns destes estabelecimentos encontramos professores exímios, que não hesitam em confessar as excelléncias do systema dos seus antagonistas, como é por exemplo o professor Christiano Muff, da escola Pforta, um classicista declarado, que reconhece a especial competéncia do gymnásio real para os alumnos que se destinam à medicina.

O eminente phýsico Helmholz possuía uma primorosa educação clássica, e poucos annos antes da sua morte dizia, num dos seus memoraveis discursos: «As línguas clássicas levam vantagem às línguas modernas como *vehiculo para a disciplinação mental,* porque tanto a língua materna como as outras línguas contemporáneas, sendo ensinadas unicamente por imitação e exercitação oral, não podem contribuír para o desenvolvimento do raciocínio, da deducção lógica, como as línguas clássicas com o seu systema complexo de desinéncias flexivas, com a sua maneira concisa e precisa de exprimir as relaçõis grammaticais das partes do discurso umas com as outras e com o todo.»

Na Allemanha tem-se accentuado muito esta differença entre o valor educativo das línguas clássicas e das línguas modernas pela vastidão e perfeição do precioso thesouro que os clássicos nos legáram. O ensino tem hoje à sua disposição

edições correctas e muito baratas da maior parte das obras clássicas, e todos os subsídios necessários para levar o estudo e a análise destas obras muito mais longe do que podemos fazer com as línguas modernas, sempre instaveis, sempre em estado de variação e evolução.

O estudo do grêgo e do latim na instrucção secundária deve ser considerado mais como um meio que como um fim, é um instrumento educativo de primeira fôrça na opinião de todas as pessôas imparciais que estám em circunstáncias de o apreciar. O effeito desta educação faz-se sentir nos próprios estudos de sciéncias naturais. O testemunho de Helmholz não é o único, temos muitos outros também de summa autoridade, especialmente no domínio da história natural, tanto na Allemanha como fora della. O grande Linneu, o pai da história natural, Buffon, Geoffroy Saint-Hilaire, Blumenbach, Barrande e muitos outros fôram ao mesmo tempo escritores primorosos e humanistas distinctíssimos.

Mas as vantagens das duas ordens de estudos sam recíprocas, e, se é certo que a educação clássica fornece um esteio sólido de muito alcance como preparação para a cultura elevada das próprias sciéncias naturais, não é menos efficaz e evidente o auxílio que estas e as mathemáticas e o desenho prestam como preparatórios para os estudos lingüísticos, literários, morais e sociais. É por isso que estes elementos educativos não deixarám jàmais de figurar entre as disciplinas dos gymnásios.

O estudo das línguas modernas, da literatura, da vida moderna dos povos, não pode ser professado nem comprehendido, se o não fizermos preceder e acompanhar do que todas estas coisas fôram antes de nós; o estudo histórico, evolutivo e comparativo ha de forçosamente trazer-se desde o passado, e não encontra outra base melhor nem ponto de partida mais seguro do que nas línguas clássicas e na literatura clássica.

A violação destes princípios é que deitou por terra a reforma de 1892; porque se enfraqueceu demasiadamente o estudo clássico, pondo-o até inteiramente de parte em muitos cursos, sem atenuar esta falta por algum outro meio, e sem introduzir nos méthodos de ensino disposição alguma que a compensasse.

O professor Emílio Hübner, da Universidade de Berlim, fazia parte do júry de exames em 1897, e teve portanto ensejo de observar directamente os resultados daquella reforma. Eis o resultado da sua observação: «A capacidade de ler o grêgo e o latim, e o conhecimento da literatura não têem até

hoje sido muito prejudicados; mas tem caído em decadéncia, se é que não está perdido de todo, o uso de escrever latim, e coïncide com esta decadéncia uma depressão sensivel na capacidade mental dos estudantes.»

O professor E. Meyer é aínda mais explícito num artigo (1) inserto na *Zeitschrift fiir das Gymnasialwesen,* 1901, p. 4: «A deminuïção das horas de classe das línguas antigas introduzida pela reforma anterior (a de 1892) não offerece garantias de duração. Embora os alumnos da actual geração académica não pareçam em geral inferiores sob o ponto de vista intellectual aos das geraçõis que os precederam, o certo é que mostram uma decidida inferioridade na capacidade de pensar, no poder de discernir, na originalidade de conceber, e na arte de estudar, quando os comparamos com os antigos alumnos.»

Estas duas opiniõis bastarám sem dúvida para dar idéia da orientação a que obedeceu a reforma ultimamente decretada na Allemanha. O ensino do grêgo manteve-se effectivamente nos gymnásios, e não podia deixar de manter-se, como reconheceu enfim o Imperador—*das Griechische muss bleiben*—; e ao mesmo tempo o ensino do latim reforçou-se nos gymnásios reais, sem todavia caçar às escolas reais o direito que já tinham de habilitar alumnos para a primeira matrícula no ensino superior.

O partido da *Einheitsschule,* como o nome está indicando, pretende reduzir o ensino secundário a um typo único. O seu grande ideal seria regular a instrucção secundária no sentido de formar bons cidadãos para as differentes classes da sociedade, e ao mesmo tempo habilitar para o exercício das funçõis públicas e para a entrada nos cursos superiores.

Pode dizer-se que este partido está morto desde a conferéncia de 1890, que lhe deu o golpe de misericórdia.

O *Reformgymnasium* de Frankfort exemplifica bem o plano que se pretendia fazer valer. O curso da língua grêga conserva-se como nos gymnásios clássicos, mas a aprendizagem das línguas principia pelo francês, a que nesta escola se dá uma importáncia particular.

Este estabelecimento de ensino tem tido excellentes professores das duas línguas clássicas, o que não podia deixar de revelar-se na educação dos estudantes, que de lá saem.

---

(1) Citado pelo professor americano H. Sanders numa communicação dirigida ao *Michigan School-masser's Club* em 28 de março do corrente anno.

Nas mathemáticas já não sam tam lisonjeiros os resúltados, ha um excesso de trabalho durante os tres primeiros annos, e logo em seguida um enfraquecimento nos derradeiros quatro annos, inconveniente que já lhe tem sido ponderado. Pelo que respeita ás sciéncias naturais e ao allemão podem notar-se talvez umas pequenas vantagens nos programmas das primeiras classes, mas aínda assim não tantas que tornem este plano sympáthico aos partidários do ensino real; antes pelo contrário, as principais tendéncias do *Reformgymnasium* sam para as humanidades clássicas, e é neste campo que a maioria dos pedagogistas o consideram.

Sam estas realmente as tendéncias gerais dos pedagogistas e dos vultos mais preponderantes no mundo scientífico, o que fez dizer a um notavel crítico americano: «When classical education breaks down in Germany, classical culture will vanish from the earth, unless perchance a better than Germany arises.» A Allemanha é e será sempre o país dos clássicos, tanto nas letras como nas artes, e o gymnásio é e será sempre o typo mais considerado dos estabelecimentos de instrucção secundária.

*

Mas, preguntaremos nós agora, que é que nós temos a aproveitar da organização do ensino secundário da Allemanha e sôbre tudo das discussõis que ali se têem levantado e sustentado a propósito dos differentes problemas do ensino? Primeiro que tudo a sua moderação e o seu discernimento em evitarem tudo quanto sejam mudanças precipitadas, e em discutirem prèviamente as reformas que se propõem. A discussão chega talvez a ser uma espécie de mania entre os pedagogistas allemãis, mas a certeza de que tudo será previsto, ponderado e preparado com prudéncia é uma garantia de estabilidade bem digna de ser apreciada. Se aínda assim os resultados nem sempre correspondem exactamente à espectativa, que faria se elles usassem nestes assuntos a leviandade e a quasi-inconsciéncia que presidem com tanta freqüéncia às nossas reformas de instrucção?

Na Allemanha as reformas uma vez decretadas, cumprem-se rigorosamente em todas as suas partes; ao passo que em Portugal se desperdiça o tempo em vacillaçõis e tortuosidades, em que os legítimos interesses do país sam o que menos importa salvaguardar.

Vem um reformador, e exige o inglês como preparatório para certos cursos superiores; mas daí a pouco vem outro que julga preferivel o allemão. Um entende que o curso completo de latim é indispensavel para os cursos superiores de sciéncias naturais, de mathemática e de medicina, e logo lhe succede outro legislador que reduz esta exigéncia a uns insignificantes rudimentos desta língua. Para os cursos superiores de theologia e direito ora se exige o curso completo de mathemáticas elementares, ora unicamente a arithmética e a geometria plana; o desenho ora se exige ora se dispensa.

O direito que os nossos govêrnos se arrogam de introduzir no ensino mudanças radicais, sem ouvirem o voto autorizado das corporaçõis que têem desempenhado estes serviços, e das pessôas que pelos seus estudos e pela sua experiéncia melhor os poderiam aconselhar, é uma fonte de resultados perigosos e de abusos, que em nenhuma outra parte se tolerariam.

O ardor de reformar tudo a torto e a direito é sem dúvida uma das manias mais caracteristicas dos nossos govêrnos de todas as côres políticas.

Tratando-se de uma remodelação séria do nosso ensino, um dos pontos que primeiro se offerecem à nossa consideração é a duração que deverá dar-se aos cursos por forma que o trabalho dos alumnos não fique demasiadamente pesado. Na Allemanha os cursos de preparatórios duram 9 annos, e os programmas sam até certo ponto mais símplez do que os nossos, que têem de ser estudados em 7 annos!

Segundo a legislação que vigorava ao tempo da publicação da reforma os mesmos preparatórios deveriam estudar-se em 6 annos, e anteriormente venciam-se em 5 annos. Mas alguns meninos mais felizes conseguiam aínda reduzir a sua tarefa a 4 e, quando Deus queria, a 3 annos! A questão era principalmente poderem-se arranjar bons padrinhos, porque o regimen de exames sem freqüéncia a tudo se prestava; quem não conseguisse que o approvassem no mês de julho, depois de 9 mêses de trabalho hypothético, repousava ou folgava 2 mêses em qualquer praia, e tinha então mais probabilidades de passar em outubro.

Só assim podemos explicar as clamaçõis dos pais de família contra um regimen que obrigava os seus filhos a freqüentarem em 7 annos as mesmas disciplinas que nos países onde o ensino é mais perfeito se freqüentam normalmente em 9 annos.

Agora argumenta-se então com a demasiada fraccionação dos programmas, e contra a variedade de disciplinas, que se

fazem entrar em cada classe, como se essa fraccionação dos programmas e a combinação de assuntos, em que se procura variar methodicamente o exercício mental não devessem produzir exactamente o effeito contrário do que se allega. A não ser que os alumnos portuguêses tivessem uma organização cerebral e uma natureza differentes das dos alumnos dos países mais adeantados; porque nesta parte não se encontra uma única excepção, em todos os países onde o ensino se encontra florescente vamos encontrar estas mesmas disposiçõis.

E não temos nós a mesma variedade de disciplinas na instrucção primária? Não vemos aí as crianças de 8 a 10 annos estudando simultaneamente a grammática, a chrographia, a história, a arithmética, a geometria e o desenho?

Portanto o que ha a fazer não é o que se pede, o que é necessário é entrar definitiva e francamente em vida nova, e o caminho para essa vida nova encontra-se traçado na lei que foi decretada em 1894 e 1895; o que é necessário é cumprí-la no que ella tem de bom, e corrigir única e exclusivamente o que necessita de correcção.

A sôbre-carga dos programmas é um dos maiores defeitos do regimen actual, e um daquelles a que mais importaria attender, quando por ventura se tratasse de uma remodelação séria dos estudos secundários. Ao mesmo tempo conviria que se fizesse uma revisão profunda da divisão e distribuïção das materias, porque o que temos está em flagrante contradição com os principios estabelecidos. Este problema dos programmas é com certeza um dos mais difficeis de resolver com acêrto.

Com a preparação que actualmente se exige para o ensino superior, e que já não será facil reduzir, o curso completo dos lyceus não poderá ter menos de 9 annos, como está sanccionado na Allemanha e na França. Com menos do que isso não será facil conseguir uma preparação séria e conveniente. Depende disso a proficuïdade do ensino superior, onde ha muitos annos se luta com a falta de preparação com que os alumnos saem dos lyceus.

Em toda a parte se tem reconhecido que não convém principiar os preparatórios antes dos 9 ou 10 annos, e que a idade mais própria para entrar no ensino superior é a que vae dos 18 aos 21 ou 22 annos. Nos Estados Unidos da América do Norte, onde a instrucção pública se encontra a certos respeitos mais aperfeiçoada que na própria Allemanha, poucos sam os alumnos que entram para a universidade antes dos 20 annos, e a maior parte entram apenas aos 22.

A reforma que está vigorando recommenda muito encarecidamente aos professores o méthodo eurístico ou inductivo e o ensino prático o mais possivel. Mas ao mesmo tempo que se insiste nesta recommendação, aliás muitíssimo sensata, recusam-se aos professores os meios indispensaveis para esse ensino prático. O material pedagógico dos lyceus e a sua dotação annual para as despêsas correntes do ensino chega a tocar as raias do ridículo.

O desenvolvimento dos programmas não deve regular-se unicamente pelo número de annos do curso, mas igualmente pelos méthodos seguidos no ensino e pelos meios auxiliares de que se dispõe; deve ao mesmo tempo attender-se à duração do anno lectivo, ao tempo consumido annualmente com os exames, à duração das férias escolares e aos feriados ordinários e extraordinários, que entre nós cerceiam escandalosamente o tempo aproveitavel. Na Allemanha a duração total das férias escolares não vae além de 10 semanas e meia, exceptuando os dias officialmente santificados e os de grande gala, que sam incomparavelmente menos que em Portugal. Os feriados extraordinários sam raríssimos.

Numa remodelação séria do ensino secundário ha muitas outras questõis importantes a attender. Deverá o ensino continuar a fazer-se em estabelecimentos de um único typo, como até aqui, ministrando a mesma preparação aos alumnos que se destinam às faculdades de theologia e direito que aos das faculdades de medicina, mathemática e philosophia; a estes a mesma preparação que aos das polytéchnicas, escola de exército, escola naval, instituto agrícola e institutos industriais? Ou convirá, como na Allemanha e noutros países, criar dois ou mais typos differentes, conforme a carreira a que os alumnos se destinam?

Além desta questão, que é capital, será necessário atacar de frente a questão já atacada do grêgo e do latim, do allemão e do inglês, e por ventura a instituïção de cursos de outras línguas, como o espanhol e o italiano por exemplo. Será necessário prestar também alguma attenção à educação moral, esthética e phýsica dos alumnos; olhar pela observação da hygiene nos estabelecimentos de instrucção, e estabelecer um serviço regular de investigaçõis anthropométricas e de estatística, como já existe nas *high schools* americanas.

No princípio do século XIX o curso de preparatórios, que se professava em Coímbra no antigo Collégio das Artes, comprehendia ao todo 6 cadeiras, sendo 3 de latim, 1 de grêgo, 1 de rhetórica e 1 de philosophia racional e moral.

Em 1824 é criada neste estabelecimento a primeira cadeira de *elementos de arithmética, geometria e geographia,* e no anno seguinte uma cadeira de *francês,* que fica sendo a primeira do curso.

Em 1840, quatro annos depois da instituïção dos lyceus, aínda o Collégio das Artes soffreu uma importante remodelação, ficando o curso assim constituído: 1.º grammática portuguêsa e latina, clássicos portuguêses e latinos (3 cadeiras); 2.º línguas francêsa e inglêsa e suas grammáticas (2 cadeiras regidas por um só professor); 3.º ideologia, grammática geral e lógica (1 cadeira); 4.º geographia, chronologia e história (1 cadeira); 5.º oratória, poética e literatura clássica, especialmente a portuguêsa (1 cadeira); 6.º língua grêga (1 cadeira); 7.º língua allemã (1 cadeira); 8.º língua hebraica (1 cadeira). A cadeira de arithmética e geometria havia sido supprimida em 1838.

Em 1844 acaba o Collégio das Artes, sendo substituído pelo lyceu de Coímbra; mas a sua organização pouco differe da que existia, pelo menos pode affirmar-se que nem a sciéncia nem a pedagogia lucraram nada com a mudança.

Nos annos seguintes continúa o systema de modificaçõis parciais, sem orientação definida e sem méthodo, até à reforma de 1860, que procurou uniformizar o ensino secundário. O seguinte quadro mostra como ficou então regulado o curso do lyceu de Coímbra, em 5 annos, com o número de liçõis semanais que vae indicado para cada disciplina:

	I	II	III	IV	V
Língua latina	2	3	2	–	–
Língua grêga	–	–	2	3	–
Língua e literatura portuguêsa	3	2	1	–	–
Oratória e poética	–	–	–	–	4
Língua francêsa	2	2	–	–	–
Língua inglêsa	–	–	2	1	–
Geographia e história	1	–	–	–	4
Philosophia	–	–	–	4	–
Mathemática	–	1	3	3	–
Sciéncias naturais	–	–	–	1	4
Desenho	2	2	1	–	–
Total	10	10	11	12	12

Àlém destas disciplinas havia mais as seguintes, com 5 li-

çõis semanais cada uma: allemão, hebreu e música, que não faziam parte do curso geral do lyceu.

No plano deste ensino a base era aínda principalmente o latim. O estudo das outras disciplinas era desligado, de sorte que o conjunto dos preparatórios, em vez de constituir um todo harmónico, orientado com um fim commum, comprehendia um complexo de especialidades independentes, com a pretenção de cada uma dellas se completar por si mesma, e quanto possivel sem dependéncia lógica das restantes. Apenas o latim era considerado como preparatório indispensavel para o português, para a oratória e para a anályse lógica (que então se praticava no texto latino do *De Officiis* de Cícero). No estudo da mecánica e da phýsica applicavam-se apenas uns princípios elementaríssimos de mathemática.

Assim o curso dos preparatórios fazia-se no intuito de ministrar aos alumnos um certo grau de saber, que se presumia que lhes seria necessário no decurso dos seus estudos superiores, mas pouco se pensava na educação methódica das faculdades mentais, e na exercitação destas para a investigação da verdade scientífica. A maior parte do trabalho do alumno era portanto esterilizado, porque as disciplinas que se iam estudando estavam em grande parte esquecidas ao concluír o curso, e não era raro que umas a outras se prejudicassem, visto que o seu estudo dependia da orientação particular de cada professor, que em geral não sabia nem queria saber do que se passava nas aulas dos seus collegas. Observava-se esta discordáncia muitas vezes em disciplinas ou partes de disciplinas aliás intimamente affins, como por exemplo a grammática que se estudava nas differentes aulas de línguas, e a grammática geral estudada na cadeira de philosophia; a geographia mathemática estudada na cadeira de geographia e história, e a cosmographia estudada na última parte da mathemática elementar.

Os programmas portuguêses tiveram sempre o inconveniente de descerem impertinentemente a minuciosidades desnecessárias, à que não é costume descer-se nos programmas estranjeiros, e que muitas vezes coarctam sem vantagem a iniciativa e a liberdade do professor.

Devem também evitar-se as repetiçõis dos mesmos assuntos em cadeiras de índole differente, e bem assim as soluçõis de continuïdade na successão das materias. Os programmas actuais enfermam destes dois vícios ao mesmo tempo.

Assim no programma de história, por exemplo, salta-se de repente de umas breves notícias biográphicas de portuguêses

illustres, que se estudam na 1.ª classe, para a história dos povos orientais, antes de se estudar uma palavra sôbre a geographia antiga das regiõis occupadas por estes povos; e vae-se depois estudar a história de Portugal nas classes 5.ª, 6.ª e 7.ª, depois de tres annos de intervallo, tempo mais que sufficiente para se esquecer o que estava estudado da 1.ª classe.

No programma de geographia apparecem duplicaçõis desnecessárias com o programma de mathemática da 7.ª classe, e com os programmas de sciéncias naturais.

Nos programmas anteriores a 1895 a geographia reduz-se a um apontoado de definiçõis e descriçõis áridas, meramente materiais e sem interesse scientífico. Os programmas modernos vieram obviar a este inconveniente, e deram à geographia o seu verdadeiro logar como sciéncia; mas a distribuïção das matérias ficou muito desproporcionada, e esqueceu completamente a geographia histórica. Numa revisão conscienciosa dos programmas é necessário obviar a estes inconvenientes, e ligar mais nitidamente a geographia phýsica com as sciéncias naturais, especialmente com a geologia, que é o seu natural complemento.

Os programmas de sciéncias naturais estám do mesmo modo cheios de incongruéncias, repetiçõis e lacunas inúteis. Não se comprehende a razão por que o estudo da zoologia se interrompe na 4.ª classe, para continuar na 5.ª, 6.ª e 7.ª; e o da botánica na 5.ª classe, para continuar na 6.ª e 7.ª A associação de umas primeiras noçõis de mineralogia à 4.ª classe de chýmica, e de geologia à 5.ª classe, para ir depois estudar, por atacado, toda a mineralogia e toda a geologia na 7.ª classe, com 2 annos e 1 anno respectivamente de intervalo, é outra disposição que não se justifica. O programma de chýmica orgánica apparece repartido pela 5.ª e 7.ª classes com uma pausa na 6.ª: porquê?

Se deste exame summário passassemos a fazer uma anályse doutrinal, mais minuciosa, dos programmas, encontraríamos nelles muitas idéias archaicas, e verificaríamos a sua falta de connexão, o que é um inconveniente gravíssimo; porque as differentes disciplinas do curso devem auxiliar-se e completar-se umas às outras como partes integrantes de um mesmo edifício sólido e harmónico. E da mesma maneira os méthodos de ensino não podem deixar-se ao arbítrio de cada professor, mas deve o trabalho destes ser judiciosamente combinado, e dirigido systematicamente para um mesmo fim. É este o grande ideal da educação moderna.

Porisso o autor do regulamento procedeu com muito acêrto compendiando as instrucçõis pedagógicas gerais, que se encontram nos 12 números do artigo 22.º, onde se encerra effectivamente bôa doutrina; e bem assim o que nos artigos 52.º e 54.º se estabelece a respeito do director de classe e das reüniõis de classe. É de toda a conveniéncia que estas reüniõis se façam regularmente duas vezes por mês, tratando nellas, como a lei manda, todas as questõis que interessam aos estudos e à disciplina, e não malbaratando o tempo com a transcrição das notas de freqüéncia para o livro de classe.

Àlém destas reüniõis ha nos estabelecimentos de ensino secundário allemãis as conferéncias dos professores por especialidades *(Fachconferenzen),* para se apurarem as questõis scientíficas e pedagógicas que dizem respeito a cada especialidade.

A congregação de todo o côrpo docente do lyceu, que entre nós costuma reünir-se mensalmente, é que podia sem inconveniente limitar-se às duas épocas em que se procede ao apuramento geral das freqüéncias.

O cargo de director de classe é na actual organização o mais importante, logo depois do cargo de reitor. E' um cargo que exige, àlém de uma certa prática do ensino, qualidades pedagógicas e competéncia muito especial, que nem sempre se encontram no grau mais elevado precisamente no professor mais antigo da classe. É pois um grave êrro deixar a escolha desse funcionário à contingéncia da antiguidade no professorado; a escolha deveria basear-se antes na competéncia pessoal, e ser feita sob a responsabilidade e proposta do reitor, embora dependente da sancção ministerial.

Um dos maiores defeitos do nosso serviço escolar resulta da falta de tino com que muitas vezes sam escolhidos os reitores dos nossos lyceus, e de se considerarem estes logares como de confiança política do govêrno, em vez de se tomar para critério ùnica e exclusivamente a competéncia e os serviços prestados ao ensino por aquelles que devem desempenhar tam difficil e espinhoso cargo.

O reitor de um estabelecimento de educação é uma autoridade um pouco differente de um símplez cabo de polícia, de um regedor de paróchia, ou mesmo de um administrador de conselho ou governador civil; as suas funçõis sam mais sagradas, porque no estabelecimento a que preside representa o chefe de uma importante família cujas normas de proceder devem ser exemplares e puras de toda a mancha. O reitor deve impôr-se a todos pelo seu saber, pela sua prudéncia, pelo seu

zêlo e pela sua respeitabilidade de caracter. É necessário que a sua actividade não se distraia por outras occupaçõis públicas e muito menos pelas tricas da politica, como infelizmente a entendemos. É esta politica que nos tem desmoralizado e arruïnado.

O recrutamento dos reitores deveria fazer-se invariavelmente na classe do professorado superior ou secundário, e ninguém devia ser nomeado para este cargo sem ter pelo menos dez annos de bom e effectivo serviço como professor. O provimento definitivo deveria basear-se em concurso documental com apresentação obrigatória de uma memória original sôbre o ensino, e esta memória ser publicada no caso do seu autor ser nomeado. A nomeação seria em tal caso vitalícia.

No ensaio das disposiçõis novas e de mais responsabilidade o govêrno podia ter usado de maior circunspecção na escôlha das pessôas que haviam de executar, e mais aínda na daquellas que haviam de dirigir esses serviços. Devia haver sempre todo o cuidado de afastar dessas commissõis os indivíduos em quem pudessem recaír quaisquer suspeitas de parcialidade, já pela sua educação e hábitos contraídos, já pelos seus interesses ou caprichos pessoais. Os indivíduos escolhidos para tais serviços deveriam ajuntar a um perfeito conhecimento téchnico do serviço um conhecimento perfeito da indole e intuitos da reforma. E tem havido realmente esses escrupulos com a escolha dos júrys para a apreciação dos compéndios, dos júrys para os concursos de professores e dos presidentes para os júrys dos exames?

Todos sabemos que não. O próprio decreto n.º 2 de 22 de dezembro de 1894 preceitua, no artigo 18.º, que — «O serviço de exames de instrucção secundária é obrigatório para todos os professores desta instrucção, é bem assim para todos os professores de instrucção superior, que pertençam a institutos dependentes do ministério do reino.» De maneira que não se quer saber da especialidade ou competéncia de cada um, todo e qualquer cidadão destes reinos, pelo símplez facto de ser professor official de instrucção superior ou secundária, adquire título de capacidade para ser examinador de toda e qualquer disciplina, que se ensine ou venha a ensinar nos lyceus, *embora não tenha estudado nunca essa disciplina!*

Mas o artigo 21.º do decreto de 18 de abril de 1895, que regula o serviço do exame das obras apresentadas a concurso para livros de texto nos lyceus é aínda mais explicito, porque determina que — «o vogal (qualquer professor de ensino superior ou secundário) que se escusar sem motivo legal será

suspenso, pelo govêrno, do exercicio das funçõis do professorado e do seu respectivo vencimento por tres mêses.» Que tal?

A medida do compéndio único, e o systema estabelecido para a sua adopção devem ser definitivamente postos de parte, porque condemnado está tudo isso ha muito tempo pela opinião pública. A proposta do compéndio e de quaisquer livros auxiliares para o ensino deve deixar-se como antigamente para o conselho do lyceu com informação particular do reitor. A adopção definitiva seria feita em última instáncia pelo govêrno, ouvido prèviamente o conselho superior da instrucção pública.

É de manifesta vantagem dar a cada estabelecimento de ensino toda a autonomia compativel com o princípio da unidade e de uma razoavel subordinação ao poder central. E do mesmo modo devem os differentes professores de cada instituto gozar de toda a liberdade possivel no seu ensino sem prejuízo da unidade e regularidade do serviço escolar, e da sua natural subordinação ao director da classe e ao chefe do estabelecimento.

Para não alongar demasiadamente este artigo, abstenho-me de entrar por agora na consideração de outros pontos, que serám talvez tratados em artigos separados, e. g. os exames e provas finais exigidas aos alumnos, e o regimen dos concursos para o professorado. Estes dois assuntos merecem com effeito attençõis muito particulares.

Agosto de 1902. DR. G. GUIMARÃIS.

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 8, pag. 470)

A Suissa possue optimos hoteis. Mas tem, em muita parte, o bom gôsto de os sumir discretamente entre parques e jardins, para que não afrontem com a sua insolencia os visitantes. E com razão. A sobranceria d'um grande hotel, dando-nos a preoccupação dos apetites grosseiros, deslustra a paisagem. E' preciso que deante de nós se ergam imponentes, sôbre todos os edificios e campos adjacentes, as cathedraes, as escholas e os palacios corporativos, para que, contemplando-os, com elles o nosso espirito se exalce tambem até ás puras e luminosas regiões idealistas da vida.

Desde as plantas se prova que os organismos, para progredir, hão d'ir cada vez mais mecanizando em parte as suas funcções. Mas então não é progresso, é decadencia? Não. Mecanizam-se como a arvore lenhifica o seu caule para subir. Só assim encontram a estabilidade, os pontos d'apoio necessarios para o seu progressivo desenvolvimento, que é sempre um novo arrojo architectonico d'equilibrio ainda mais instavel. E assim, equilibrando-se cada vez mais, chegam até este prodigio d'acrobatismo, o espirito.

E' pela mesma razão que tambem a vontade precisa de se firmar no automatismo e as instituições na tradição.

A monarchia, como toda instituição antiga, tem por si a fôrça de tudo que se repete, que dura. Parece aos espiritos ingenuos que é de lei. Atenda-se a isso na campanha das revindicações sociaes.

As nossas ultimas victorias na Africa oriental significam que tinhamos lá homens de valor. Que gloriosa pleiade! Ah! Quando voltarmos a ter nas colonias o nosso maior poeta, os nossos maiores historiadores, etc., voltaremos outra vez a ser grandes pelas colonias.

As colonias são como os filhos. Vivemos com elles, dedi-

camo-nos á sua educação e bem-estar? Em regra, fazemos tambem assim a nossa felicidade.

A falta de coragem para os pequenos deveres faz com que os nossos intellectuaes, quando encartados em chefes de serviços, dedignando-se de os cumprir, entreguem e abandonem o expediente da sua repartição aos subalternos; e, d'ahi a pouco, ninguem já se importa com elles e todos procuram para tudo os pequenos empregados manuaes, esses despresados *mangas de alpaca,* que são o povo trabalhador das secretarias. Ás vezes, ha assim uma repartição importantissima, cujos negocios correm todos pelas mãos d'um simples amanuense. Ninguem mais faz nada, nem sabe de nada. E depois, se porventura esse amanuense, como é de justiça, vai sendo promovido e chega um dia a chefe, escarnecem d'elle e bradam contra a ignorancia do funccionalismo! Ai! o nosso povo é infelizmente muito ignorante, mas é ainda quem nos vale.

Quando virem alguem fazer de tudo uma trapalhada de raciocinios, suspendam a discussão e passem-lhe uma simples conta: tenham a certeza de que a erra. Só o calculo, só as mathematicas tornam certo e rigoroso o pensamento. Ensinem-se, pois, a todos, homens e mulheres.

Levam duas vidas os nossos estudantes: uma, das aulas, que pretende ser da razão pura; outra, cá fóra, automatica, somnambula e desregrada.

Como os Estados Unidos começam a sua obra colonizadora nas Philippinas: pelo estudo e ensino colonial.

Hoje atenuam-se as tintas aos quadros, como se corta com agua o vinho á mesa. Fazemos gôsto em demonstrar a nossa delicadeza de sentidos.

As nossas sociedades a custo se constituem. Para muitos ellas não passam ainda d'um jogo de malevolencia, de intriga e de aggressões. Erguem os seus dirigentes como podem pôr em pé uns paulitos para depois lhes malharem em cima.

Quem é em Coimbra o grande inimigo do professor,—não falando no maior de todos os inimigos, que é sempre outro professor—? O doutor, que não pôde ser professor. E do doutor? O bacharel formado, que não pôde ser doutor. E do

bacharel formado? todos os que não puderam ser bachareis formados. Assim se vive!

Alguns individuos, aliás muito intelligentes e instruidos, passam metade do dia a fazer tolices e a outra metade a arrepelar-se por as ter feito. E' que não basta cultivar e desenvolver a intelligencia, é necessario tambem aguerri-la na luta com as outras faculdades. Mas se a educação as divorcia! O resultado é que depois, em vez de se fundirem na mesma acção commum, vai cada uma para o seu lado, e ora o homem se deixa embriagar pelos peores prazeres, ora no seu fôro intimo julga e condemna esses desmandos. São dois homens, não um: o animal e o racional.

Não basta fazer as coisas, é preciso fazê-las bem. Ha pessôas que fazem immenso, mas só com immensa paciencia se podem aturar.

Que differença entre o engoiado mocinho, de botas de verniz e alfinete ao peito, que, para parecer homem, fuma e namora, e o rijo mocetão, de barrete e varapau, que, procurando serviço na lavoira, me assegura: «Trabalho a par com qualquer homem, senhor!»

Sabe-se que os compostos organicos se parecem pela sua instabilidade com os corpos explosivos; mas sobretudo a substancia nervosa, sobretudo o espirito. A somma, por exemplo, d'emotividade concentrada que referve em tanta gente, principalmente mulheres, e que de repente estoira sôbre nós, como um paiol de polvora ou de dynamite, á menor faisca, ao menor choque, sem quasi se ver porque, só pela fôrça da sua instabilidade natural. O remedio é multiplicar ao coração as occasiões de se ir descarregando effusivamente na vida quotidiana. E' não o deixar solteiro, nem na familia, nem na sociedade.

O anarchismo não será por vezes tambem a consequencia violenta da repressão social do amor nas almas, precisamente até nas mais sensiveis?

Ha pessôas cujo frenesi combatente se revê em tudo. Por melhor que as tratem, não se dulcificam. Se não podem esgrimir de conta propria contra os seus, hão de fazê-lo, tomando partido ainda que não seja senão por uma creança contra outra ou por um gallo ou perú contra um pato ou ganço. São fre-

quentemente pessôas de constituição robusta que a domesticidade, a vida claustral das classes abastadas não exercita e deixa funccionar plenamente. D'ahi a sua irritabilidade. Dêem-lhes fortes trabalhos, occupem-nas bem; e ellas acalmarão.

A educação civica dos alumnos dos nossos cursos superiores. Um, de direito, predizia ufanamente aos condiscipulos o seu futuro: «Tenho dois tios, um no partido progressista, outro no regenerador; por isso, logo que me forme, hei de ser collocado.»

Alguns nossos funccionarios superiores só servem para se interpôr aos serviços, inhibindo os chefes de os conhecerem e bem dirigirem.

Para muita gente, quando a tratamos despretenciosamente, apoucamo-nos logo, como para aquelle rustico o sermão que tinha tido pouco latim. Parece-lhe que essa despretenção é uma falta de consideração para com ella, que não prescinde da pompa dos outros, nem que isso representasse uma decoração social indispensavel.

Toda a sociedade, ou partido, necessita de ser escrupulosissima no recrutamento dos seus membros. Muitos só querem o titulo de admissão para se fazerem valer e venderem-se.

A fôrça da democracia. Como não ha de o povo vencer, se são já os seus filhos que vençem nas aulas?

Para que os governos estejam socegados, que ninguem se arme! Mas e ámanhã, quando tivermos todos de defender a patria invadida?

Em Portugal, ha um despotismo que sobretudo custa a aturar, é o dos que fazem alguma coisa.

Querem ouvir os apódos mais crueis aos chefes? Falem intimamente com os seus defensores encartados.

Entre pessôas de bem, quando uma offerece um serviço a outra, quando a convida para a sua sociedade, para sua casa, presta-lhe de certo consideração; mas tambem a acceitante, que recebe o serviço ou hospedagem, a presta á offerente.

A não ser que os filhos se reduzam á corrupção dos paes, imagine-se o que ha de ser em muitas casas a vida de familia: d'um lado, os paes com os seus habitos relaxistas; do outro, os filhos com a impolluta candura dos seus principios. Como hão de entender-se e amar-se?

Como nós estacionamos! Em Portugal um homem do povo, á fôrça de trabalho, faz fortuna; os filhos, já elevados á classe dirigente, dão-lhe os primeiros rombos; e os netos acabam perdulariamente com ella. De modo que, em tres gerações, as familias voltam á penuria primitiva, e, com ellas, o paiz.

Um homem tem talento, aptidões? E' um optimo medico, advogado, etc.? Logo pretende converter a sua influencia em despotismo.

Os paes, e, em geral, as autoridades mais desleixadas são depois as que se vêem no outro extremo de recorrer á mais rigorosa repressão.

Porque é que em Portugal a gente se associa tão pouco? É, em grande parte, porque não tem de que falar, não tem idéas que transmitir entre si. Falta d'instrucção.

Um conde, que foi pharmaceutico! Grande risota! Está claro! para tamanha dignidade é condição indispensavel não ter sido nada.

Com todo o meu liberalismo, francamente declaro que me commovem muito menos os boticarios e advogados bem comidos, bem vestidos e bem alojados, que reclamam, em brados, a liberdade d'eleger o chefe do estado, do que os tristes proletarios, famintos, maltrapilhos, encurralados, sem liberdade sequer de viver, por quem aquelles republicanos fazem tanto como os monarchicos, que é nada.

A maioria dos nossos politicos conhecem o paiz, como podem conhecer a China, aonde nunca foram: só de leitura. Observação, só a fazem nos mercenarios que os rodeiam. E, muita vez mesmo, nem de leitura das nossas coisas, porque os estudos e relatorios entre nós são raros e deficientes; mas apenas por inferencia phantasista do que lêem sôbre os outros paizes.

Um homem, sem vicios, que não fume, não se embriague, não jogue, não intrigue, torna-se para muita gente negativo, nada impressionante, e mal se vê e nem depois lembra. Quanto falta ainda abrir os corações ao delicado apreço da virtude modesta!

Muitas raparigas quasi nunca sentem nada pelos moços de exemplar comportamento que cumprem todas as suas obrigações, modestamente, sem dar que falar de si. O esfôrço paciente, tantas vezes heroico pela sua continuidade, mas sem lances patheticos, não é logo bem apreciavel ás primeiras edades. O que então sensibiliza, é a luta theatral, com os seus imprevistos e com os seus riscos, ainda que o lutador seja um estravagante, um dissoluto, que ponha em risco a sua saude, os seus haveres e até a sua reputação. As peripecias d'essa vida airada dão-lhe um tom novelesco, que empolga a imaginação juvenil.

Um rapaz pacatissimo, muito morigerado, irreprehensivel, lançou-se um dia numa aventura amorosa; e oiço a uma menina, que sempre tivera por elle a maior indifferença: «Não o imaginava capaz de tal!» Assim cresceu logo em importancia e passou talvez mesmo a ter o dom magnetico de seduzir as almas. Mas reconheceu-se dias depois que o pobre homem fôra calumniado: elle não se metera nessas cavalarias donjuanescas. Logo, perdendo todo o prestigio, decahiu outra vez á condição vulgar.

Numa sociedade de mystificações e hypocrisias ninguem acredita na fidelidade ao dever. Pugna pela justiça um deputado? Pergunta o ministro: «Que quer elle?» Dá alguem uma esmola a um desgraçado? «Quer comprá-lo!» resmunga a horda dos magnates, e, quantas vezes! pensam como elles os proprios soccorridos. E, mesmo que seja manifesto o desinteresse do bemfeitor, os desgraçados, na sua superstição, attribuir-lhe-hão quasi sempre, pelo menos, pretenções d'além-tumulo—Quer ganhar o ceu!—, e os felizes, no seu duro scepticismo, commentarão o beneficio sarcastica e depreciativamente—Quer ser popular—!

Temos a liberdade de cumprir o nosso dever, que é praticar o bem? Não; que não temos a liberdade do nosso amor, escravizado ás seitas, não temos a liberdade dos nossos serviços, escravizados aos syndicatos, não temos a liberdade de

opinião, do nosso voto, escravizado ás facções. Soffremos ainda da amortização de quasi todos os bens.

A politica parlamentar é a politica da discussão e da publicidade, em que todos tomam parte, e oppõe-se á politica cesarista dos mysterios e enredos, que póde ser mais dramatica, mas desanda quasi sempre em tragedia.

A funcção do parlamento é sobretudo docente. E' uma eschola juridica. Deve ser.

Ricos: excesso de alimentação, deficiencia de trabalho. Pobres: excesso de trabalho, deficiencia de alimentação. E afinal organicamente, vem quasi a dar na mesma, é quasi o mesmo mal.

Em regra, o pessimismo quer dizer individuo ou nação doente, e o optimismo, pelo contrario, individuo ou nação prospera. A robusta saude dos optimistas chega mesmo ás vezes até á brutalidade conquistadora.

«Custou-me hoje muito a levantar-me da cama! Sahi fatigadissimo do baile.» lamentava-se-me alguem. Que differença! os dirigentes cançados de se divertir, o povo incançavel na sua insana lide.

A paixão de governar, ainda que não seja senão bêstas! Vê-se no aprumo e no grande ar epico, victorioso, de qualquer tolo, com as redeas na mão, a fazer de cocheiro. E alguns dos nossos governantes não tiveram mesmo outro aprendizado.

O constitucionalismo monarchico-representativo não allia só no throno o privilegio com a liberdade. Quantos funccionarios por ahi fóra, desde as administrações do concelho até ás embaixadas, que não tinham a recommendá-los para a sua nomeação senão o prestigio do nome herdado! Os politicos, á porfia, condecoram-se com essas ligações aristocraticas. Mais! Não só entre nós, e na velha Europa, mesmo nos republicanos Estados Unidos, o constitucionalismo estende raizes até ao seio das familias. A cada passo se fazem casamentos ainda bem pouco republicanos, ainda só constitucionaes, entre as filhas ricas do povo e os representantes fallidos das antigas familias heraldicas. E a explicação é sempre a mesma: o culto

dos grandes homens levado até á superstição. Como fazem as beatas, adoram-nos até nas suas mais sujas reliquias.

Não ha só que fazer uma republica, mas muitas, desde o interior das familias.

Como é que, em certas rodas, as raparigas não hão de fugir ao casamento, procurando salvar-se ainda que não seja senão pela clausura num mosteiro? Vêem as infelizes das irmãs e amigas mais velhas casadas com creaturas que as abandonam quasi todo o dia pelos prazeres da mesa, do jogo e da chatinagem, e o contacto grosseiro com outros que taes repugnalhes como uma degradação.

Para minha mãe não havia ninguem mau: «Coitado!» «Não seria tanto assim!» «Ora!» E ella mesma vinha abrir a porta aos pobres e falar-lhes e dar a esmola.

Com varios intellectuaes tenham mão nas suas delicadezas; que elles são capazes de furtar-se a corresponder aos seus cumprimentos para se darem o regalo de assoalhar esse aristocratico desdem.

Em regra, os nossos intellectuaes ou não fazem nada por ninguem, ou, quando se dedicam a uma pessôa, a uma instituição, a uma cidade, não consentem que mais ninguem lhe preste. Por isso no reconhecimento pelos seus serviços seria de justiça descontar os que elles impediram e frustraram.

«Coitadinho! Não sei como o ensinaram a tanto!» bradava, em tom lastimoso, uma mulher do campo, ao ver num circo as habilidades d'um toiro. Não lhe parecia animal para aquellas danças. Assim o sentimentalismo, o affecto, o zelo, o mimo, é tantas vezes depreciativo.

Mal alguem comece a valer por si, logo inspira desconfiança aos poderosos, logo vai sendo por elles mal visto. Ás vezes, até dentro da familia.

(Continúa).

BERNARDINO MACHADO.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 8, pag. 478)

A politica e o caracter portuguez

Ao procurar enquadrar em largos traços a craveira politica portugueza, temos presentes as observações do genial historiador de Roma, Mommsen, que, notificando a procedencia constitucional do genio iberico das populações peninsulares, nos accusa da falta de senso politico.

Na expansão alastradora pela Asia, Africa e America em que desabrochou a synergia dynamica do organismo nacional, campo amplissimo onde exuberante e indelevelmente ficou marcada a idiosyncrasia portugueza; provou-se a negação politica pela ausencia d'um plano definido. Depois, ao atufar do sol, nas reliquias que o vampirismo d'outros povos ainda não sugou, viu-se, quasi sem solução de continuidade, os governos postergarem criminosamente o fomento nacional.

Foi por isso, por este desleixo politico, que lá ao longe na Africa, onde neste momento se está jogando o futuro da Patria, a infiltração ingleza se foi operando, e, quando fomos occupar um territorio que de direito nos pertencia, a Inglaterra, unica nação para quem temos labutado desde 1703, vibrou-nos a punhalada de 11 de janeiro de 1890.

Passados doze annos sobre esta data lutuosa para a nacionalidade portugueza, relembremos que a esta hora um pequeno povo, não lhe soffrendo o animo que a Inglaterra, numa febre de expansão maxima dos limites coloniaes, repudiasse os principios de direito internacional, e synthetisando para si a idéa de direito em duas palavras, força e egoismo, tentasse contra a sua autonomia, ergueu-se numa grandeza d'alma, numa audacia heroica para se defender. E' por isso que agora os matagaes umbrosos de Ladysmith são despertados pelo fusilar

mortifero da metralha e se enchem de sangue as aguas azuladas do Tugela.

*

O Parlamentarismo que da Inglaterra importámos, pela facilidade de assimilação, mas a que o povo tem ficado indifferente, abandonado moralmente pelas classes dirigentes, tem servido apenas para artificios rhetoricos, porque não ha a força da opinião, para esvurmar as perdularias e escandalosas administrações dos successivos governos, demonstrando-se ahi mais uma vez a impotencia de uma nação que, ao ser esfaqueada por tantas vergonhas, por tantas baixezas, não se ergue para punir severamente.

O paiz está completamente divorciado do Parlamento, que não delegou, porque a chamada representação nacional é um sophisma resultante das leis eleitoraes, das pressões da auctoridade e dos subornos, e ainda por já saber experimentalmente não só a esterilidade da legislatura, mas tambem quanto lhes são nefastos os periodos legislativos.

Sem interesse pelos negocios publicos, o nosso povo submette-se inconscientemente a tudo quanto querem fazer d'elle.

Assim, na anarchia em que se dissolve lentamente Portugal, os partidos, devendo traduzir as directrizes sociaes, são, pelo contrario, a causa primeira da geral desorientação politica, por se não inspirarem nos interesses do paiz.

O lemma da politica entre nós tem sido, em geral, um systematico desprezo pelos principios, pelos ideaes politicos e pelas convicções. Os interesses partidarios, numa parthenogenese de degradação, num esgotamento de brio, num despojamento de dignidade, substituiram os interesses nacionaes. As questões organicas que demandam toda a attenção, têem sido preteridas a caprichos pessoaes.

Desde 1820, o esmagamento da tradição, que já dissolvera a obra iniciada além mar, abriu a bancarrota da politica nacional, por não havermos abraçado uma politica de principios apoiada na somma, na coordenação de leis accumuladas até hoje pela comprehensão da historia e das condições de evolução. Porque, se conhecessem as leis sociaes, utilizar-lhes-iam o dynamismo, facilitando, coadjuvando-lhes a effectivação.

Onde entre nós a moral politica? Onde a moral politica traduzida na unanimidade de um plano, num ponto de vista defi-

nido, e não sacrificando-se ao empirismo de estado, abstruso, mesquinho e ignorante das leis sociaes que calca, difficultando o desenvolvimento social?

Se entre nós, numa explosão de cynismo, já ha muito se declarou postergada a serieção enorme da actividade nacional em proveito do partidarismo!

Esta anarchia, viciando a organisação nacional, projecta-se-lhe no funccionamento, produzindo perturbações, crises. D'ahi, da ausencia de uma orientação positiva, do desvio da nação portugueza do seu curso progressivo, um systema abusivo de palliativos, a que Marx chamou bem «o cretinismo parlamentar.» E, no indifferentismo em que se vai arrastando a vida nacional, o povo nem mesmo sabe que não ter plano é não ter destino!

(Continúa).

MARQUES BRAGA.

HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 8, pag. 474)

Modernamente parece porém haver tendencias para a reapparição d'esta antiga enfermidade, que attingira quasi completa extincção. Um congresso se reuniu em Paris, em 1900, para estudar este facto, para o qual estão voltando suas attenções outros paizes, taes como a Allemanha, a França e a Hespanha, onde ainda ha pouco se assignalou, em Badajoz, um fóco da terrivel lepra. Em Portugal, um distincto medico, o sr. dr. Zeferino Falcão, estudou o assumpto em uma notavel conferencia feita na Academia Real das Sciencias, sob o titulo—*A lepra em Portugal,* e a imprensa periodica tem chamado a attenção do Governo para os fócos que se têm accentuado nos concelhos de Porto de Mós e de Torres Novas. Em Minde a lepra constitue enfermidade endemica (1).

Casos repetidos de leprosos que se dirigiram á Misericordia do Porto a pedir algum soccorro, por se verem repellidos de toda a parte, por causa da morphêa, levaram a Mesa d'esta corporação a dirigir aos seus confrades, no Relatorio do anno de 1899 a 1900, um energico appêlo, pedindo e propondo que —«perante a propagação, sempre crescente, da contagiosa lepra entre nós, resurja a Ordem de S. Lazaro, não constituida por leprosos, mas para leprosos, pelos ricos d'haveres e ricos de caridade—.» O intuito pratico da reorganização da Ordem de S. Lazaro será o estabelecimento de um hospital-asylo de leprosos, a cargo da Misericordia do Porto.

*

Tem sido o reino de Portugal mui frequentemente assolado por epidemias diversas, a que os antigos escriptores dão o nome generico de *pestes,* sem que seja possivel destrinçar

---

(1) *Errata.*—Neste ponto devia entrar o periodo que por lapso entrou no fim da pag. 412, do n.º 7, e começa:—«O dr. Zeferino Falcão, etc.

actualmente as suas especies nosologicas. As origens de taes doenças epidemicas eram mui diversas, devendo capitular-se entre ellas a falta completa de cuidados hygienicos, o estado de porcaria dos povoados e das habitações, a má qualidade das aguas com que se abasteciam os povos, as infecções resultantes da deposição dos cadaveres nas egrejas, nas praias e nos poços (como se praticava com os dos escravos), das guerras, das fomes, dos contagios trazidos de longes terras pelos navegadores, etc., etc.

Nas terras onde a epidemia apparecia creavam-se *adros* ou cemiterios, e enfermarias nos pontos altos, nos montes convisinhos, em sitios isolados. Assim se creou em Lisboa em 1515 o *adro* da peste no monte de S. Roque, então desabitado e coberto de oliveiras, junto á ermida do Santo, advogado contra taes enfermidades. Em Torres, no adro da antiga egreja de Nossa Senhora do Amial, tem-se encontrado sepulturas que parece terem sido de pessoas fallecidas em uma enfermaria ou hospital de pestosos que em tempo se creou junto áquella ermida.

Lisboa era uma das cidades continuadamente attreitas á invasão de epidemias mortiferas, contra as quaes as mais das vezes apenas se tomavam providencias de ordem religiosa, taes como procissões de penitencia e outras devoções, ao passo que os desditosos atacados, afugentando de si, pelo terror, até os proprios parentes, se viam ordinariamente votados ao abandono completo e miserando, como animaes hydrophobos.

Era desde 1185, 1211 e 1348 a famosa *peste negra* vinda da Persia e da Scythia; depois os typhos companheiros das guerras, em 1384; a nova peste de 1415, a que succumbiu em Sacavem a rainha D. Filippa de Lancastre, vinha do Levante, a—*patria das pestes;* a de 1423, em Coimbra, em cuja desafronta se instituiu a votiva procissão dos nús (1); as novas pestes de 1437 e 1438 que nos levaram o rei D. Duarte; a de 1458, a de 1464 que matou o arcebispo de Lisboa D. Affonso Nogueira; a de 1480–1481 que deu a morte a D. Affonso V, em Cintra; as *pestenenças* de 1483 a 1496, attribuidas aos judeus vindos de Castella, e ás quaes D. João II procurava obstar ordenando trabalhos para melhorar as condições insalubres da cidade cheia de immundicias e esterqueiras; as pestes de 1505 a 1507, em tempo de D. Manuel, contra as quaes se tomaram como providencias a vinda das reliquias de S. Roque para

(1) Pinho Leal, tom. II, pag. 322.

a ermida (actual egreja d'este nome), e o voto das romarias ou cirios á Senhora da Atalaya (Aldegallega); as de 1510, 1520 e 1521, a ultima das quaes parece ter victimado el-rei D. Manuel, e suscitou a carta regia de 23 de julho de 1520 em que se determina a fundação de uma Casa de Saude permanente em uma horta, á ponte de Alcantara (1); as de 1523, 1524 e 1525, perante as quaes a população da capital fugiu espavorida ante a grande mortalidade; a famosa *peste grande* de 1569—verdadeira peste bubonica, perfeitamente caracterizada, que deu origem á procissão votiva de Nossa Senhora da Saude e á festividade na ermida de Nossa Senhora dos Prazeres (extincta em 1874).

Para esta peste grande buscaram-se todos os patronos, S. Christovão, S. Sebastião e S. Roque.

Em um precioso manuscripto existente na Bibliotheca nacional de Lisboa se descreve o flagello nos seguintes termos:

«No mez de junho do anno de 1569 se acharam muitas pessoas nesta cidade de Lisboa doentes de inchaços, e outras que morriam uma morte muito appressada, e todavia andava um ruge-ruge do povo que era peste, mas como havia 39 annos que a Portugal não viera este mal, e o não conheciam, uns zombavam d'isso, outros de experiencia e edade affirmavam sel-o.

«No mez de junho veiu todavia a ser este rumor tão grande, que certificando alguns ser peste, mandou el-rei fazer ajuntamento dos physicos para o determinarem.....

«..... No mez de julho e agosto não houve dia em que não morressem 500, 600 e 700, não havendo já adros aonde os enterrar, que 20, 30, 40, 50, 60 se deitavam em cada cova, que para isto se fizeram muito grandes, como se disse na prégação da saude. De maneira que morria a gente falando uns com os outros e cahiam mortos, sendo já tanta a quantidade, que por não haver sagrado donde os podessem enterrar, sagraram mosteiros, olivaes, praias para sepultar, até o campo da forca que foi lavrado de covas; e para haver quem levasse estes mortos ás sepulturas, se tiravam os forçados das galés para isso, que com esquifes andavam, no qual serviço se lhes commutava o degredo das galés, e comtudo isso não bastavam para dar vasão a tantos mortos, acudindo áquelles que peitavam aos forçados, e os que não estavam dois e tres dias pelas portas e ruas amortalhados, esperando

---

(1) *Elementos para a historia do municipio*, tom. I, pag. 452.

duas horas até que já não estavam para os poder levar, lhes faziam suas covas pelas ruas e lojas, onde moravam e ahi os sepultavam..... De maneira que a maior mortandade d'este mal foi nos mezes de julho, agosto e setembro, e o menos dia de mortes nestes mezes não desceu de 500 pessoas, e passando estes mezes começou a cidade de melhorar, de maneira que quando veiu o Natal, já a cidade estava com a maior parte da gente *(que antes fugira)* e logo se serraram as portas da cidade, deixando abertas as necessarias, donde se pozeram guardas de homens principaes por não entrarem doentes de fóra, de villas e logares que ainda não estavam iscados do mal, e se teve tão boa ordem nisso, que sempre a saude da cidade foi por deante» (1).

São interessantes as providencias tomadas contra tal epidemia. Póde o leitor encontral-as desenvolvidamente transcriptas no tomo 1 dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* pag. 472 e seguintes, e nos numeros do *Correio Elvense* de agosto de 1899, sob o titulo—*A peste bubonica.*

Nada ficou a dever a esta peste grande, a outra que sobreveiu com a quéda da nossa independencia em 1579-1580, para combater a qual se creou uma especie de hospital, sob o nome de *Casa de Saude,* no alto dos Prazeres (2); as pestes de 1598 a 1603; as *febres graves* de 1723 causadoras de 6:000 mortes, e que se affirma terem sido *febre amarella* ou *typho americano;* as *febres malignas* de 1811, resultantes das guerras da peninsula; a *cholera-morbus epidemica* que em 1833 dizimou 13:522 pessoas, e determinou a creação dos dois grandes cemiterios, prohibindo-se as inhumações nos carneiros das egrejas; a *cholera-morbus asiatica,* em 1855 e 1856, para a qual se estabeleceram postos medicos e delegacias de saude; em 1857 a *febre amarella,* para a qual se crearam hospitaes especiaes; e finalmente em 1899 a epidemia da *peste bubonica* no Porto, chegando até Lisboa onde victimou o mallogrado e chorado medico Luiz da Camara Pestana, director do Instituto Bacteriologico (3), taes foram as principaes epidemias que assolaram a capital.

---

(1) Citado pelo auctor do *Summario de varia historia,* tom. II, pag. 161. Foi em memoria d'esta gente e para dar graças a Deus pelo restabelecimento da saude da capital que se instituiu a procissão da saude, feita pela primeira vez em 1570 com grande solemnidade.

(2) V. *Elementos,* pag. cit. e ditos artigos do *Correio Elvense.*

(3) Acerca das pestes e epidemias que assolaram o reino—veja-se o curioso capitulo da *Historia da administração publica em Portugal nos*

Restam ainda presentemente, como successores historicos das *gafarias,* os *lazaretos,* cujo nome se origina naquelles antigos institutos, e que servem para postos de desinfecção dos passageiros terrestres ou maritimos procedentes de paizes ou de terras onde grassam perigosas doenças epidemicas.

O *lazareto* maritimo de Lisboa está situado em Porto Brandão. Foi alli estabelecido em uma Torre denominada a Torre Velha, edificada por D. João II em 1490 e reedificada em 1570. Para remediar os pessimos alojamentos que alli podiam offerecer-se aos quarentenarios construiu o Governo, em 1867 a 1869, um vasto edificio no monte sobranceiro ao castello.

Quando em 1884 a *cholera* grassava na Europa, estabeleceram-se *lazaretos* terrestres na fronteira hespanhola, em varios pontos, defendendo-se esta por meio de cordão sanitario, e obrigando-se os viandantes procedentes de pontos atacados pela molestia a uma quarentena de alguns dias (1).

(Continúa). VICTOR RIBEIRO.

---

seculos XI a XV, pelo sr. Henrique de Gama Barros, tom. II, pag. 194 e seguintes e a nota a pag. 452 do tom. I dos *Elementos para a historia do municipio.*

(1) Veja-se um documento curioso ácerca do Lazareto na Trafaria nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* tom. IX, pag. 169.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TRAUMATISMO E ORGANISMO

(Cont. do n.º 8, pag. 483)

2.ª — Analyse physio-pathologica

Innervação cardiaca. — A existencia de numerosos nervos que se dirigem ao coração, a influencia manifesta que as impressões exteriores e os estados emocionaes exercem sobre os seus movimentos, constituem desde ha muito, anatomo e physiologicamente, fortes motivos de presumpção para admittir a acção do systema nervoso sobre o coração. Assim, desde que em physiologia se apagou a tradição Huntereana — de que o coração era irritavel por si mesmo —, a descoberta dos nervos que vão influenciar este orgão tornou-se uma preoccupação quasi obsessiva.

Legallois, o eminente physiologista, verificando a influencia que a excitação da medulla tem sobre a pressão sanguinea, e tomando o phenomeno vaso-motor que a excitação medullar produz por o resultado da estimulação cardiaca, julgou ter demonstrado essa influencia nervosa.

A primeira conquista scientifica, em materia de innervação cardiaca, é, porém, devida aos irmãos Weber que excitando o pneumogastrico e reconhecendo que as pulsações affrouxavam imprevistamente (quando todos os physiologistas esperavam a descoberta dos trajectos nervosos que estimulassem o coração) dotaram a sciencia com este facto inedito — «Ha nervos que excitados moderam, em vez de as activar, as funcções dos orgãos a que se dirigem — *inhibição* —; o pneumo-gastrico é o nervo inhibidor da actividade cardiaca.»

Ao misoneismo das escholas repugnava esta descoberta innovadora: Budge, Schiff, Bronw-Sequard e Goltz attribuiram successivamente á acção exhaustiva de estimulos exage-

rados ou á acção anemiante do vaso sobre a circulação do myocardio, o effeito inhibitor.

Pllufger não encontrou porém difficuldades em refutar peremptoriamente taes objecções, e a acção moderadoura do pneumo-gastrico ficou seguramente assente como uma das mais solidas conquistas em sciencia physiologica.

A descoberta dos nervos moderadores estimulava os physiologistas na procura dos nervos acceleradores do coração cuja acção os primeiros deveriam modificar.

Van-Rizald retomando a questão no pé em que a havia deixado Legallois deixou-se, como este, illudir sobre a significação da hypertensão arterial produzida pela excitação da medulla cervical, mas Ludwig repetindo a experiencia, após a secção dos nervos cardiacos, desfez o erro e demonstrou que a hypertensão produzida é um effeito vaso-motor.

Finalmente Cyon rodeando-se de precauções experimentaes que tal causa de erro exigia, demonstrou pela excitação dos ramos sympathicos que se dirigem ao coração, a existencia das fibras acceleradoras.

Com estas descobertas a innervação motora (extra-cardiaca) ficava definitivamente assente nas suas linhas geraes podendo exprimir-se assim:

Vias centrifugas

Nervo moderador.—E' constituido pelas fibras do pneumogastrico fornecidas pela sua anastomose como ramo interno do spinal.

Actua sobre o rythmo e sobre a tonus do coração: identicamente moderando um e outro (opinião classica); inversamente affrouxando o rythmo e elevando a força da propulsão (opinião de Cyon); diversamente exercendo além da acção moderadoura acções tonicas ou systolicas, anti-tonicas ou diastolicas (opinião de Tigersterd).

Nervo accelerador.—Constituido pelas fibras do sympathico que abandonam a medulla *(ramo communicante)* desde a quarta ou quinta cervical até á quarta dorsal e attingem, por intermedio do cordão do sympathico e nervo vertebral, o ganglio cervical inferior *(ansa de Vieussens)* e o primeiro ganglio thoracico, para d'ahi passar ao flexus donde emanam os nervos cardiacos.

Centros

A cada um dos nervos motores corresponde, no eixo bolbo-medullar, um centro de acção e um centro moderador exsi-

tente no bolbo e ao nivel dos nucleos de origem dos pneumogastricos.

Centro accelerador existente na região cervical-dorsal da medulla.—A sua separação do coração—secção do sympathico—não modifica o rythmo ou a força d'aquelle. A sua acção é pois accidental e passageira e o eixo bolbo-medullar funcciona habitualmente no sentido de moderação cardiaca.

Vias centripetas

A área peripherica especifica do apparelho de innervação cardiaca é a superficie interna dos vasos; a excitação physiologica que normalmente regula o trabalho do orgão é a que, sobre a parede interna dos vasos exerce a pressão arterial. A cada momento, com effeito, as variações da pressão peripherica denunciando ao orgão central as resistencias que têm a vencer, modificam e regulam o seu trabalho. Marey, que tem feito d'este ponto uma das suas predilecções de physiologista, pertende que esta acção reguladora se faça automaticamente, independentemente do systema nervoso, dando-lhe a significação de uma mera lei hydraulica: «o coração contrahir-se-hia tanto mais frequentemente quanto menor seja a difficuldade que encontre a esvaziar-se.»

A intervenção do systema ganglionar é porém geralmente acceita pelos physiologistas (Cyon, Dice Zyer, Richart), e hoje a tendencia é para admittir a existencia de nervos vaso-sensiveis—*nervos pressores*—que, recolhendo as impressões pela pressão arterial na parede dos vasos, regulam a actividade cardiaca (Francois Franck).

Ao lado d'este estimulo physiologico outras excitações periphericas e vias sensitivas podem influenciar o coração.

Umas exercem a influencia constante num sentido predeterminado. Taes são a excitação da área abdominal e dos nervos splanchnicos que provoca em geral um reflexo cardio-motor —reflexo de Goltz—, a excitação da área laryngea superior (mucosa da larynge desde as cordas vocaes inferiores até á epyglote) que, por intermedio da laryngeo superior, accionam os centros dos pneumo-gastricos e paralysam, parcial ou completamente, o coração.

Outras excitações exercem uma influencia variavel, dependendo o sentido da reacção cardio-motor que provocam, da intensidade do estimulo, da excitabilidade dos centros e da condição momentanea do funccionamento do orgão.

Normalmente, o coração pulsa continuamente e sem esforço. No rythmo nutritivo da sua fibra muscular assenta o seu rythmo funccional; na tensão da massa sanguinea que move, encontraa regulação automatica do seu regimen de trabalho; e, finalmente, sentinellas mais distantes — *os centros nervosos* — vigiam e adaptam cuidadosamente a sua acção: se trabalha com preguiça o sangue, falta na medulla e bolbo, e a anemia d'esta região excita o centro accelerador, depressa restabelece o equilibrio; se a pressão augmenta no cerebro a hypophise e a thyroide soltam os seus productos de secreção interna e com elles excitam os centros do pneumo-gastrico fazendo moderarde prompto os movimentos. De mais o coração é um orgão brioso que tende sempre a funccionar em excesso por isso tambem constante e tonicamente o pneumo-gastrico modera a sua acção. Restam as excitações exteriores mas essas provocam, em regra, reacções moderadas e, por um supremo prodigio de adaptação, accionam o coração num sentido jùstamente opposto ao do regimen de momento.

Anormalmente, porém, as alterações nutritivas do myocardio aniquilam nelle a primeira origem do movimento do coração; a subtracção sanguinea supprime o seu estimulante physiologico e uma alteração dos apparelhos de innervação, vem frustar a sua sabia ponderação. Então, a syncope ou a paralysia definitiva do coração sobrevem.

A syncope de origem myocardica não nos interessa; ponhamos ainda de lado a syncope por hemorrhagia; será da syncope nervosa, por irritação reflexa, e das condições organicas que favorecem a sua producção que nos occuparemos.

Syncope

A excitação traumatica póde reflexivamente determinar syncope ferindo uma área inhibitoria de reacção cardio-paralysadora, ou actuando sobre uma área peripherica qualquer.

Ao primeiro caso a syncope é o effeito necessario do estimulo e póde dizer-se physiologicamente normal. A anomalia está sómente na chegada da excitação a um ponto que normalmente a não deveria receber. E' a syncope que determina a morte subita nas operações praticadas sobre determinadas regiões, é a syncope de obstrucção das vias áreas por corpos extranhos insufficientes para as obturar completamente e determinar a morte por asphixia; é, finalmente, o processo de morte nos casos de enforcamento em que se encontra no

cadaver pallidez da face e sangue arterialisado nas veias (1). Assim a morte subita, sobrevem muitas vezes por ligeiros traumatismos exteriores incidindo sobre essas regiões particularmente susceptiveis. No livro de Brouardel *La mort subite*, encontram-se narrados alguns casos, curiosos «uma creança morreu subitamente na rua após uma pedrada na região laryngea; um rapasinho mata subitamente uma velha dando-lhe um piparote na cricoide saliente, e um individuo assassinava involuntariamente a sua amante com uma desastrada caricia no pescoço.»

No segundo processo a reacção cardio-motora não está previamente determinada no sentido da inhibição. Uma excitação peripherica determina, em regra, a acceleração cardiaca, e para que a syncope sobrevenha é necessaria a intervenção de condições relativas: *a*) á intensidade do estimulo e excitabilidade do apparelho innervador; *b*) ao funccionamento dos centros; *c*) ao estado dos orgãos periphericos.

a) *Intensidade do estimulo e excitabilidade do apparelho innervador*.—Normalmente só as excitações periphericas intensas determinam o reflexo syncopal; sob a influencia porém d'uma excitabilidade particular dos apparelhos de innervação as mais ligeiras excitações podem produzil-a. Essa excitabilidade depende do *sexo, edade e constituição individual*.

Sexo.—E' proverbial a facilidade do deliquo na mulher. Além d'isso as excitações provenientes dos orgãos genitaes concorrem tambem para multiplicar as causas de syncope.

Brouardel presenceou, e regista, casos de morte subita por simples toque vaginal e (posto se abuse muitas vezes d'esta allegação) a syncope é, segundo alguns auctores, frequente no momento do parto.

Edade.—Nas creanças a syncope é muito frequente e figura como uma das causas dominantes da morte subita (Rillier, Barthez, Devergie e Brouardel).

Esta explica-se em alguns casos por deformação congenita do coração—persistencia do orificio de Botal—do canal arte-

---

(1) Os enforcados apresentam-se com effeito sob dois aspectos: cyanóticos e com o sangue negro, pallidos e com o sangue arterialisado. Neste ultimo caso explicava-se a morte por compressão do pneumo-gastrico ou anemia cerebral por compressão da carotida. Hoje acceita-se a explicação que lhes dá por causa uma inhibição reflexa do ponto de partida laryngeo. Os casos não são tão raros que Tourdes não registe 7 em 36 observações.

rial, ou ainda pela existencia de lesões inflammatorias. Em outros a morte sobrevem por mera inhibição reflcxa.

Constituição individual.—Conhece-se a facilidade particular com que a emoção provoca a syncope em determinados individuos. Alguns d'esses casos tristemente celebres, pertencem á historia: Sophocles, Diniz de Siracuza e Petit succumbiram ao annuncio de uma nova imprevista. Attribue-se a morte de Xerxes e Philemon a um excesso hilariante e em todos os auctores se encontram narrações mais ou menos curiosas de casos contemporaneos.

A mesma facilidade idiosyncrasica se encontra para as excitações traumaticas: uma simples picada, um catheterismo, a collocação de um apparelho de fractura, podem produzir não só a syncope mas ainda a morte subita. Um tracheotomisado de Verneuil morreu subitamente no momento em que este cirurgião traçava com o dorso do escapello a linha de incisão!

Alguns casos de syncope são particularmente demonstrativos pela simplicidade do accidente.

Brouardel narra o caso de um aldeão no qual uma picada de abelha produziu uma syncope duradoura; quatro annos depois uma nova picada produzia-lhe uma syncope mortal.

b) *Funccionamento dos centros.*—Após a influencia da excitabilidade geral das terminações peripliericas ou de todo o systema nervoso, vem a influencia das condições locaes dos centros motores do coração. Sendo o liquido sanguineo o seu excitante habitual comprehende-se que as alterações do seu funccionamento se encontram nas doenças que perturbam o systema circulatorio do bolbo e do encephalo.

Entre as lesões cardiacas a insufficiencia e os apertos aorticos têm o privilegio de determinar a anemia cerebral, a anemia cerebral e a do bolbo fatigando, por acceleração exagerada, o funccionamento do centro expõe-o á acção de um reflexo inhibidor e por esse motivo a syncope tão frequente nas lesões aorticas que alguns auctores as designam pelo nome de «doença das syncopes.» Por a mesma razão figuram tambem as lesões aorticas frequentemente nas causas de morte subita.

A deficiencia de irrigação em vez de ter a sua origem no coração póde reconhecer uma causa local: a arterio-sclerose-bolbo-proturberancial. E' este estado que constitue a doença do *schock* (Adam). O pulso lento, permanente, que a caracterisa symptomaticamente revela bem as condições da circulação central.

A syncope é egualmente muito frequente nesses doentes sob a influencia da menor oscilação.

c) *Estado dos orgãos periphericos.*—Todos os estados morbidos orificiaes ou myo-cardiacos—*hypertrophia, infiltração gordurosa, cardio-sclerose, degenerescencia granulo-gordurosa, myo-cardites agudas das molestias infecciosas* e *synphise cardiaca*—que difficultam o funccionamento do coração e podem causar a suspensão da sua actividade, facilitam a acção reflexa syncopal de qualquer excitação exterior.

Innervação vaso-motora

Em face dos apparelhos innervadores que, por intervenção do coração, regulam a marcha geral do sangue na arvore circulatoria, existem apparelhos de innervação local que, por intermedio dos movimentos dos vasos, regulam localmente a circulação dos diversos orgãos e regiões. A innervação dos vasos sobrepõem-se exactamente á innervação cardiaca.

O coração que embryonariamente não differe de qualquer outro segmento vascular, não póde, sob o ponto de vista funccional, differir d'elles fundamentalmente. Ao pneumo-gastrico correspondem vaso-dilatadores que baixam o tonus e affrouxam o rythmo da fibra muscular (1); e aos acceleradores cardiacos correspondem vaso-constrictores exercendo acção inversa.

(Continúa). JOSÉ DE MATTOS SOBRAL CID.

---

(1) As ondulações de S. Mayer constituem um rythmo vascular analogo ao rythmo do coração.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ARTES INDUSTRIAES E INDUSTRIAS PORTUGUEZAS

(Cont. do n.º 8, pag. 487)

VI

Egris (Daniel)

Foi o chefe de uma familia de tapeceiros do seu appellido. Em carta de 23 de junho de 1556, lhe fazia el-rei mercê de seis mil reaes para ajuda do aluguel das casas em que vivia. Em 3 de março de 1571, lhe fazia D. Sebastião mercê de 28 mil reaes, sendo 18 mil reaes pelos tres moios de trigo que já tinha e dez para comprar toda a estofa, lã, sêda, agulhas e mais coisas necessarias para o desempenho do seu officio. Em 27 de novembro de 1576, lhe foram concedidos mais 12 mil reaes pelos seus serviços e especialmente pelo trabalho que teve no concerto da tapeçaria que D. Sebastião levou na sua primeira jornada á Africa.

Falleceu a 20 de outubro de 1580, segundo se vê pela carta de nomeação de seu filho Francisco. Em 1581 era feita mercê a sua viuva Margarida Venderberque da tença annual de quatro mil reaes, além de um moio de trigo.

Existe um mandado de pagamento a Daniel Egris, de 6 de janeiro de 1571, na importancia de nove mil reaes em satisfação de *certos panos del lam azues que conçertou e outros que mandou tingir*.

«Eu elRey mamdo a vos Ioham Alluẽz dAmdrade, meu thesoureiro moor, e a quem ao diamte o dito carguo seruir, que deis em cada hum ano do mes de janeyro do ano pasado de ĵb^{elta} e cimquo em diamte seis mill reaes a Daniel Egris, tapiçeiro, ao qual mamdo dar o dito dinheiro pera ajuda de paguar o aluguer das casas em que vyue e vyueo o ano pasado e pello trellado deste alluara que sera registado no liuro de vosa despesa pello sprivam de voso carguo e seu conhecimento mãdo aos comtadores que vos leuem cada anno os ditos seis mill reaes em comta, e

quero e me praz que este valha, tenha força e viguor como se fose carta feyta em meu nome e aselada do meu sello pemdemte sem embarguo da ordenação do segundo liuro titulo xx que despoem o contrario. Adriao Luçio o fez em Lixboa a xxiij de junho de ⁊b^{e} lbj, o qual dinheiro lhe paguareis cadano da feytura deste alluara em diamte com certidam de Bernalldym de Tauora, do meu conselho e meu reposteiro mor, de como o dito Daniel Egris serue o dito oficio de tapiceiro. Andre Soarez o fez esprever» (1).

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que avemdo eu respeito a fazer merce a Daniel Emgriz, tapiceiro, de tres moyos de triguo em cada hum ano de tres em tres anos e de dez mil reaes de cimquo em cimquo anos pera as laãs e sedas necesarias pera o comcerto de minha tapeçaria, ey por bem e me praz por fazer merce ao dito Daniel Emgriz que elle tenha e aja em cada hum ano de minha fazenda, emquamto estyuer em meu seruyço xxbiij reaes—s—xbiij reaes pelos ditos tres moyos de triguo e os x̄ reaes pera as ditas laãs e sedas, e serlhehão paguos do primeyro dia de janeyro deste ano presemte de b^{e}lxxj em diamte com certidão de Bernalldym de Tauora, meu reposteiro mor de como o dito Daniel Emgriz esta em meu seruiço pelos ditos x̄ reaes seraa obriguado ha comprar a sua custa toda a estofa, laã, seda, agulhas e as mais cousas que lhe forem necesarias sem per iso lleuar mais cousa allgũa e mãdo a dom Martinho Pereira do meu conselho e vedor de minha fazenda que lhe faça asemtar os ditos xxbiij reaes no L.º della e despachar em cada hum ano pera luguar homde delles aja bom paguamento e os alluaras que elle tynha dos ditos tres moyos de triguo e x̄ reaes forão rotos ao asynar deste que ey por bem que valha como carta posto que ho efeito delle aja de durar mais de hum ano sem embarguo da ordenação do 2.º L.º t.º 20 que o contrario despoem. Beltesar de Pomte o fez em Lixboa a tres dias de março de ⁊b^{e}.lxxj. Fernão Nunez da Costa o fez escreuer» (2).

«Eu el Rey faço saber aos que este aluara virem que auẽdo respeito ao muito que Daniel Egris, meu tapeceiro continuamente tem que fazer no concerto da minha tapeçaria, e ao trabalho que teue e seruiço que me fez no concerto dos panos que se daneficarão na jornada que fiz a visitar os meus lugares daffriqua, e ao ordenado que tem ser pouquo, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de doze mil reaes cadanno em quanto me seruir no dito officio de tapeceiro e isto de janeiro do anno que vem de b^{e}lxxbij em diãte. E por tanto mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação asentar os ditos doze mil reaes no L.º della, e do dito janeiro em diante lhos despachem e façã pagar no lugar onde se lhe pagaua o ordenado que tem com o dito officio. E este aluara me praz que valha & em forma. Im.º da Costa o fez em Lixboa a xxbij de nouẽbro de mil e quinhentos setẽta e seis. Jorge da Costa o fez escreuer» (3).

«Eu elRei faço saber aos que este alluara virem que auẽdo respeito aos seruiços de Daniel Egris, que foi tapeceyro do snõr Rei dom Sebastião meu sobrinho, que Deus tem, e do snõr Rei dom Enrique meu tio, que Deus tem, e ao muyto tempo que os seruio no dito cargo: Ey por bem de fazer merce a Margarida Venderberque, sua molher, de quatro mil reaes cada hum anno em dias de sua vida nas obras pias, alem de hum moio de trigo

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. João III, liv. 54, fl. 113 v.
(2) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 27, fl. 254.
(3) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 38, fl. 75.

cada ano de que lhe mais fiz merce nas lysiras de Villa Franca pello dyto respeito, os quais quatro mil rs começarão a vencer de quinze dias do mes de setembro deste anno presente de bclxxxj em diante, em que lhe fis esta merce. E por tanto mando ao thesoureiro que ora he e ao diante for das obras pias que dos ditos xb dias de setembro em diante em cada huũ anno de e pague a dita Margarida Venderberque os ditos quatro mil reaes aos quarteis do anno per este alluara somente e per o treslado delle, que será registado no liuro de sua despesa pello escryuão de seu carego e conhecimentos da dita Margarida Venderberque mando aos contadores que leuem em conta ao dito thesoureiro os ditos IIIj rs que lhe asi pagar cada anno e este ey por bem que valha & João Alluẽz o fez em Lixboa a xxiiij doutubro de ĵbc.lxxxj Eu Alluaro Pirez o fiz escreuer.»

«Eu ellRei faço saber aos que este alluara virem que avendo respeito aos seruiços de Daniel Egris, que foi tapiceiro do snõr Rei don Sebastião meu sobrinho que Deus tem e do snõr Rey dom Anrique meu tio, que Deus tem, e ao muito tempo que o seruio no dito officio de tapiceyro, ey por bem de lhe fazer merce a Margarida Venderberque sua molher de hum moyo de trigo em cada hum anno em dias de sua vida nas liziras de Villa Franca, alem de quatro mil reaes de que lhe mais fiz merce nas obras pias pello dito respeito, o qual mõyo de trigo começará a vencer de xb dias do mes de setenbro deste ano presente de bclxxxj em diante em que lhe fiz esta merce. E mando aos vedores de minha fazenda lhe façam asẽtar o dito moyo de trigo no liuro della e leuar cada anno na folha do asẽtamẽto das ditas lisiras, e este ey por bem que valha &. João Alluarez o fez em Lixboa a xxiiij de outubro de ĵbclxxxj. E eu Alluaro Pirez o fiz escreuer» (1).

«Guomez Ribeiro mandouos que pageis a Daniell Egrix tapeçejro noue mill reaes por outros tantos que lhe são deuidos de çertos panos dellam azuis que comçertou e outros que mandou timgir per mandado de Manoell do Couto que tem carguo de minha Recamara. E per este que não passara pella chamcellarya e seu conhecimento vos serão leuados em conta os ditos noue mill reaes—Francisco Lopez o fez em Lixboa a xbiijº de janejro de mill e quinhentos e lxxj.—E eu Sebastião dAffonsequa o fiz escreuer—Raynha—ix reaes em Gomez Ribeiro a Deniel Egrix tapeçeyro por outros tantos que lhe são deuidos de çertos panos dellam azuis que comçertou e outros que mandou timgir per mandado de Manoell do Couto que tem cargo da Recamara de Vossa Alteza e que este não passe pella chamcellarya.

«Recebeo Daniel Egris tapeçeyro do thesoureiro Guomez Ribeiro os noue mill reaes conteudos neste aluara em Lixboa a bj *(sic)* de janeiro de 1571—Daniel Eggrix—Dioguo Martinz» (2).

VII

Egris (Francisco)

Era reposteiro da casa real e succedeu no officio de seu pae, sendo-lhe concedidos 48 mil reaes por anno, que elle por diversas cartas recebia. Carta de 8 de julho de 1581.

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações,* liv. 45, fl. 277 v.
(2) *Corpo chronologico,* parte 1.ª, maço 109, doc. 38.

Francisco Egris não exerceu por muito tempo este cargo por quanto em 1583, por seu fallecimento, lhe succedeu seu irmão, Miguel Egris, emquanto seu sobrinho, filho de Francisco, não chegasse á edade de ser official.

Sua mulher chamava-se Catharina Gibbire.

«Eu elRey faço saber aos que este meu aluara virem que Daniel Egrix, que foi meu tapeceiro, tinha cada anno de minha fazenda quorẽta e oito mil reaes por tres prouisões — s — dezoito mil reaes pera tres moios de triguo e dez mil reaes pera as lans e cedas necessarias pera o concerto da tapeçaria e oyto mil reaes pera o aluger das casas em que viuia e dez mil reaes que lhe forão acresẽtados por respeito do concerto que cõtinuamente fazia na dita tapeçaria e pouquo ordenado que pera isso tinha, segundo se vio pelas ditas prouisões e avemdo eu ora respeito aos serviços do dito Daniel Grix e aos de Francisco Egrix seu filho, meu reposteiro da camara e tapeceiro, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda do primeiro de janeiro que passou deste anno presente de b^{c}lxxxj em diãte os ditos quarẽta e oyto mil rs cada anno em quanto seruir o dito officio com obrigação de cõprar a sua custa toda a estofa, ceda, lam e agulhas e mais cousas que forem necessarias pera o concerto da dita tapeçaria sem por isso leuar mais cousa algũa, assy como tudo tinha e avia o dito seu pai, os quaes corẽta e oyto mil reaes lhe serão asẽtados na casa do paço da madeira desta cidade de Lixboa e pagos aos quarteis per inteiro e sem quebra algũa com certidão do thesoureiro de minha tapeçaria de como serue e cumpre com a obrigação de dar as ditas cousas pera concerto della, e portanto mando aos veadores de minha fazenda que lhe fação asẽtar os ditos quarẽta e oito mil rs no L.^{ro} das ordinarias della e leuar em cada hum anno na folha do asẽtamento da dita casa pera lhe nella serem pagos pela maneira que dito he, e por que o dito Francisco Egrix começou a seruir o dito officio de vinte dias doutubro do anno passado de b^{c}.lxxx em que o dito seu pay faleceo, segundo se vio per hum asinado de Bernaldim de Tauora, do meu cõselho e meu reposteiro mor, do qual tempo avia de começar a vẽcer os ditos quarẽta e oyto mil reaes e por este aluara os começa a vencer de janeiro deste dito anno em diante, como nelle he declarado, e os ditos quarẽta e oito mil rs forão nas folhas do asẽtamento do anno pasado de b^{c}lxxx do thesoureiro mór e casa do paço da madeira em nome do dito seu pay — s — oyto mil rs no thesoureiro mór e quarenta mil rs no paço da madeira, mando ao thesoureiro mór e almoxarife do paço da madeira que dos ditos quarẽta e oito mil rs paguem ao dito Francisco Egrix o que lhe montou dos ditos xx doutubro até fim de dezembro dó dito anno pasado, e pello treslado deste com seus conhecimentos e as adicões das ditas folhas mando aos cõtadores que lhe leuem em conta o que lhe asi paguar e este aluara ey por bem que valha como carta & Antão da Rocha o fez em Lixboa a biij de julho de mil e b^{c}lxxxj — E eu Aluaro Pirez o fiz escreuer» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 46, fl. 245

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 8, pag. 496).

XV

A tarde da chegada de Castilho á casa do becco do Norte.—Recita a seus filhos a *Epistola*.—Optima disposição physica do poeta.—Tardes no Passeio publico.—Representações do *Camões* no Rio de Janeiro.—Apreciações da imprensa periodica.—Pormenores.—Incendio no theatro do Rio.—José Maria Grande propõe no Conselho Dramatico a representação do *Camões*, de Castilho.—Projecta-se em Lisboa um novo jornal *A Civilisação*.—Venda da velha casa de Aguim.

O desembarque foi segunda-feira 6 de Agosto na Alfandega. Lá o fomos todos esperar, com a nossa Mãe, e de lá o trouxemos de carroagem até a casa.

Lembro-me bem da tarde da chegada; lembro-me bem dos dias seguintes. Tinha-se espalhado a noticia, e vieram desde logo parentes e amigos. A casa do becco do Norte estava sempre cheia de gente. Aquella alegria de nós todos não se descreve.

. . . . . .

Logo na tarde de 6 escutámos a Epistola á Imperatriz do Brazil:

Era um velho, Senhora, obscuro, pobre, honrado.

Poucas vezes me tem causado a palavra humana impressão tão viva como então!

Castilho vinha muito bem disposto. Talvez mais magro (o que não admira, pelo calor d'aquellas terras), mas com um ar de saude, e um bem-estar, que se lhe revelava no olhar, na agilidade, e na voz. Nunca houve tão bem logrados cincoenta e cinco annos.

*

N'aquellas primeiras semanas, por tardes formosissimas do verão lisboeta, sahia com alguem que apparecia, e ia girar por Lisboa, ver pessoas amigas, gosar da indizivel bemaventurança de uma tornada á terra da patria, e (quem tal crerá?) passear tardes a fio no Passeio publico.

O nosso velho Passeio publico, do qual eu francamente declaro que tenho saudades, o nosso frondoso e fresquissimo Passeio publico, era então como o pintou no seu quadro Leonel Marques Pereira: um ponto de reunião muito agradavel e concorrido. Quando á tarde se chegava, achavam-se as ruas levemente regadas, ouvia-se boa musica, e ali se encontrava toda a gente. Castilho sentava-se, era logo rodeado, e passava-se a tarde em grupo, conversando.

Uma vez as espirituosas e elegantes irmãs de Duarte de Sá, então muito novas, falaram ao poeta, passearam entre a muitissima gente conhecida que ali estava, e quasi ao fechar tornaram a passar pela cadeira de Castilho, que ainda se achava rodeado, e em boa conversação. E perguntaram-lhe:

—Então ainda por aqui! no mesmo sitio! ha duas horas!!

Respondeu elle:

—Minha senhora, é que eu em me achando bem, sou como as arvores: deito logo raiz.

*

Do Rio vieram bellas noticias da representação do drama *Camões*. Tinha sido um acontecimento theatral e litterario.

Na noite de 30 de Novembro de 1855, achava-se repleto de espectadores o grande theatro de S. Pedro, e era escutada com a maior attenção uma symphonia de abertura intitulada—*As lagrimas de Camões,* composta expressamente pelo maestro castelhano (?) Dionysio Vega. Em Janeiro de 1856 o talentoso musico enviou a Castilho o manuscripto da sua composição (1). Nunca o poeta logrou occasião de ouvir essa symphonia; mas os jornaes do Rio encarecem com enthusiasmo o seu merito.

---

(1) Fiz presente d'este apreciavel documento autographo á collecção camoneana da Bibliotheca Nacional de Lisboa, onde deve achar-se.—*J. de C.*

Quiz o auctor dar a esse poemeto musical a fórma, por que assim o digâmos, de uma summula biographica de Camões.

«Imagine-se—diz a proposito um periodico—a vida do Poeta desventurado dividida em tres phases. Na primeira o enthusiasmo guerreiro, as illusões queridas da gloria, o amor com um futuro de esperanças. Na segunda as decepções, as angustias, as lagrimas:

Sobolos rios que vão
por Babylonia me achei,
onde sentado chorei
as lembranças de Sião
e quanto n'ella passei.

O desterro, a miseria, a ausencia da patria, a solidão na gruta de Macau, o anciar e o regressar a Lisboa, tudo isto na segunda parte. Na terceira a desesperação da felicidade, um amor sonhado ha tantos annos, agora um cadaver, ou antes o phantasma de Hamlet a estrebuchar nas vascas da morte; a ultima hora de uma vida agoniada, e a primeira da eternidade solemne; tal nos pareceu a traducção d'essas inspirações musicaes, que nos deu o genio artistico do sr. Dionysio Vega» (1).

O drama em si mesmo causou profundo abalo no publico fluminense; e a boa interpretação artistica favoreceu o effeito.

João Caetano dos Santos, homem então de 47 annos, deu alto relevo ao seu papel. A sua recitação nobre, a sua bella figura, e a sua admiravel caracterisação, realçavam as situações dramaticas. A meu tio o sr. José Feliciano de Castilho ouvi dizer que, tendo estado com o actor n'um dos intervallos, não chegara a perceber o como o rosto d'elle tomára de todo a feição camoneana, graças á cegueira do olho direito admiravelmente disfarçada.

A actriz portugueza Ludovina interpretou com muito acerto o difficil papel de *D. Catherina de Ataíde*. Ludovina tinha muita dignidade no porte, e muito colorido no dizer.

O actor Areias encarregado do papel do fiel escravo *Antonio,* sahiu-se bem: deu uma tinta affectuosa á sympathica figura do Jau, ultimo confidente do grande epico.

D. Sebastião, coube ao actor De Giovanni; *Martim Gonçalves,* ao actor Motta; o estalajadeiro *Diogo* ao actor Manuel Soares; etc. Todos se houveram com o mais firme empenho

(1) *A Semana* do Rio de Janeiro, de 8 de Dezembro de 1855.

em achar a verdade; e a Imprensa do Rio fez a todos a devida justiça.

Entre muitas cartas dirigidas a Castilho felicitando-o, figura a do grande actor em 14 de Dezembro; ahi se lê:

..... «No dia 30 de Novembro representei com a minha Companhia dramatica o seu bello *Camões,* com o mais lisonjeiro successo. Apesar da immensa chuva que então cahia, não deixou S. M. o Imperador de comparecer, e não ficou vazio um só logar; e até hoje, que pela quinta vez o represento, tem havido a mesma concorrencia.

....

«Remetto agora a V. Ex.ª duas corôas, que na scena me offereceram os espectadores no fim da representação. A mim não competem ellas, que só dei o simples movimento á estatua colossal de Genio tão artistico, e tão poeticamente creado por V. Ex.ª Na sua nobre fronte, pois, devem ellas legitimamente poisar, ornando-a como laurel de um poeta fecundo e creador.»

....

Essas duas corôas eram loiros artificiaes com bagas doiradas; muitos annos estiveram penduradas n'uma parede da sala de Castilho, até cahirem desfeitas pelo tempo. O actor João Caetano enviou tambem pouco depois seis pequenos quadros a oleo representando os scenarios dos cinco actos, e o de uma scena supplementar de apotheose a Camões, com que finalisou o espectaculo (1).

*

Basta do drama *Camões.* Resta-me apenas dizer, que na noite de 25 para 26 de Janeiro de 1856, depois de terminada a representação, um medonho incendio devorou o theatro, e com elle os custosos scenarios e aderessos do drama, e com elles as esperanças e os haveres do insigne actor e empresario. Foi um caso que enluctou a opinião publica. Por esse tempo João Caetano escrevia a Castilho isto:

«Amigo!

«Acabo de soffrer terrivel golpe, e de perder toda a minha fortuna.

«Na madrugada do dia 26 de Janeiro proximo-passado foi

---

(1) Estes seis preciosos paineis existiram em poder de Eugenio de Castilho; fallecido elle em 8 de Janeiro de 1900, passaram para mim. —*J. de C.*

reduzido a cinzas o theatro de S. Pedro. Vi-o arder pela segunda vez! E a opinião geral é que o fogo foi lançado pelos meus antagonistas; porém elles que se mordam, pois que tenho uma alma grande, e animo nos trabalhos.

«O Governo acaba de conceder-me o theatro lyrico, e vou já reconstruir de ferro o meu querido S. Pedro.

. . . . . .

«Duas notaveis coincidencias houve n'esta catastrophe: uma foi arder o theatro no dia do *seu* natalicio, e na vespera do *meu;* a outra foi, que, tendo ardido tudo quanto existia no edificio, só salvei o seu livro, o nosso *Camões,* com parte do repertorio. Camões salvou do naufragio o seu poema; eu salvei o seu livro *Camões* do meio do incendio.»

Contando n'um escripto seu este desastre, diz Castilho ao concluir:

«E assim se terminou tragicamente a homenagem solemnissima, que o Rio de Janeiro tributou ao maravilhoso Epico portuguez» (1).

*

Uma ultima palavra:

João Caetano tinha addicionado ao drama um acto supplementar, que durava dois minutos. Cahido o pano com a morte de Camões em scena, tornava logo a levantar-se; e em vez da pobre casa do poeta via-se entre fogos de bengála, luzes, e nuvens, a frontaria do templo da Gloria, e adiante sobre um pedestal elevado, a estatua de Camões coroado de loiros. No mesmo instante apparecia a um lado o busto de Castilho. Era um momento apenas; descia immediatamente a cortina.

Ora na noite do incendio o busto (que era o de Assis Rodrigues, e tinha sido emprestado pelo sr. José Feliciano de Castilho) fez-se em pedaços. O dono encommendou logo outro para Lisboa; foi-lhe remettido; mas não lhe chegou á mão, por um engraçado motivo que d'aqui a poucos capitulos narrarei.

*

Outra homenagem veio comtudo compensar estes desgostos. O mundo é todo feito d'estas incertezas.

---

(1) *Camões,* drama, 2.ª ed., tom. I, pag. 249.

Em sessão do Conselho Dramatico de 30 de Janeiro de 1856 o Presidente, que era o Digno Par José Maria Grande, tomou a palavra e propoz que se representasse o drama *Camões* no theatro de D. Maria II, em vista do grande exito obtido nas representações do Rio de Janeiro.

Castilho, que se achava presente, como Vogal que era do mesmo Conselho, ponderou as longuras do drama, feito mais para leitura do que para theatro, e a despesa obrigada com o scenario.

O Presidente desvaneceu todas essas duvidas, dizendo que os mesmos córtes que se fizeram no Rio, ou outros analogos, podiam ser feitos aqui; e a despesa não se lhe figurava grande, attento o bello espolio de alfaias do theatro normal.

O Vogal Dr. Abranches abundou nas ideias de Castilho, quanto ás longuras, mas offereceu-se-lhe gostoso para o auxiliar nos córtes que houvesse necessidade de fazer.

O Vogal Antonio de Lacerda instou com o seu collega Castilho para não difficultar a representação, que era desejo de todo o Conselho.

O Conselho decidiu por fim proceder brevemente a uma prévia leitura do drama, e encarregar dos córtes os Vogaes Abranches e Lacerda (1).

Contou-me alguem, que, instando-se com o poeta para elle proceder, como entendesse, a esses córtes, pois melhor que ninguem conhecia o drama, respondera:

—Deus me livre d'essa! Nunca vi cirurgião cortar a sua propria perna. Para uma amputação entende-se com algum official do mesmo officio.

*

Em 20 d'esse mesmo Fevereiro, n'um dos gabinetes interiores do theatro de D. Maria II, reunia-se o Conselho Dramatico, e ouvia a leitura. O que seguiu não sei eu; sei que nunca o drama chegou a subir á scena, com quanto tivessemos então uma companhia muito capaz de dar realce á obra litteraria.

*

Outro assumpto.

No primeiro semestre de 1856 pensava um grupo de ho-

---

(1) Apontamentos tomados á vista do extracto da sessão.

mens de lettras em publicar um grande jornal intitulado—*A Civilisação*. Castilho foi convidado para escrever o prologo, que possuo manuscripto.

Nunca sabia recusar o seu auxilio a qualquer plano auspicioso de trabalho civilisador.

*

Se o meu leitor se lembrasse ainda da velha casa de Aguim, e me perguntasse por ella, responder-lhe-hia eu, com muita pena, que o anno de 1856 foi terrivel para essas, aliás modestissimas, tradições de familia. A sr.ª D. Maria Romana de Castilho, que herdara todos esses bens, viu-os reduzidos nos rendimentos desde as fataes doenças das vinhas e das laranjeiras. Tinham-lhe desde annos aconselhado que vendesse as suas terras da Bairrada e as de Loures, cujo producto eram exclusivamente laranjas e uvas. Refugiu, até á ultima, ao que ella chamava uma profanação, e não quiz vender o que herdára. Administrava em Lisboa, ou por outra, não administrava: recebia o que lhe mandavam os feitores; e como detestava campo, nunca dava uma vista de olhos aos seus bens. O replantar os pomares e vinhedos exigia certo empate, para que ella não estava habilitada. O caso é que de anno para anno ia vendo sumir-se a sua fortuna, sem lhe poder valer. Em 25 de Julho d'este anno de 1856, vendeu emfim a sua quinta da Soeira, a sua casa do Barro, e a Charneca, tudo em Loures; e em 27 de Dezembro a sua casa vinhateira da Bairrada: a propriedade de Aguim, e a quinta da Murteira. Empregou em inscripções esse resto, e deu graças a Deus.

Despeçâmo-nos por uma vez d'essas amenas herdades, tão risonhas, e tão saudosas, onde passou boa parte das scenas que descrevi nos Livros I e II d'estas veridicas *Memorias*.

XVI

Dirige Castilho um longo officio ao Ministro do Reino dando-lhe conta da sua missão ao Rio de Janeiro.—Considerações ácerca do talentoso estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Castilho, segundo vimos, deixara-se outra vez seduzir pela fada da Poesia, e entregara-se de novo ás tarefas poeticas, concitado pelas magnificencias inspiradoras do scenario ame-

ricano. Poetára muito lá, tendo por secretario seu irmão José; mas nem por isso esfriára de todo na questão magna do Methodo de leitura.

*

Uma coisa me parece ter já dito, mas insisto n'ella:

Foi Castilho ao Rio sem subsidio do Governo brasileiro; da jornada de ida e volta encarregou-se José Feliciano de Castilho; e Rodrigo da Fonseca, Ministro do Reino em Portugal, ordenou que na ausencia de seis mezes permittida ao Commissario Geral se lhe conservassem em Lisboa todos os seus vencimentos.

Pois houve um sujeito, correspondente de um jornal qualquer, que se fartou de lançar insinuações sobre os lucros auferidos pelo desinteressado viajante. A essas insinuações alludiu elle pela fórma que já se viu n'um dos capitulos supra (1).

*

Em 14 de Agosto de 1855, pouco depois da sua chegada do Rio, dirigiu, como devia, ao Ministro do Reino um longo officio dando conta da sua viagem, e apresentando um relatorio dos seus trabalhos, embora emprehendidos em proveito de uma Nação estrangeira.

O Ministro do Reino era o finissimo Rodrigo da Fonseca Magalhães, homem de muito alta esphera, politico de um feitio que não ha hoje, e caracter de linhas grandes.

Podia a Opposição assacar-lhe contras, apontar-lhe defeitos; quem é que os não tem? e qual é o homem publico, a quem a calumnia os não attribua? De Rodrigo em especial escreveu Camillo Castello Branco ter sido «o homem que ainda viram mais mal julgado por homens os fastos das nações» (2).

Comtudo, a Opposição leal havia de reconhecer n'esse Ministro um talento de primeira ordem, e um timoneiro admiravel.

Eu não estou aqui para o julgar; nunca ousaria tanto; sei que de muito má-fé o vilipendiaram, o arrastaram na lama escrevedores que elle talvez nem conhecia, ou a quem provavelmente obsequiara alguma vez; e sei que Rodrigo e Castilho mutuamente se estimavam e apreciavam.

---

(1) O XII d'este mesmo Livro VIII.
(2) *Memorias do carcere* — Discurso preliminar.

Rodrigo tinha pelo auctor do Methodo de leitura profunda admiração desde annos, e provou-lh'a. O mais ligeiro bilhete de Castilho dava entrada official no archivo do Ministerio do Reino. Ás vezes chegava um officio e uma carta; o Ministro lia, e entregando tudo ao Official maior Fonseca Telles dizia-lhe:

—Dê entrada, e guarde.

(Ás vezes tanto o officio como a carta feriam lume).

Um dia Castilho, que imaginava que tudo se havia de fazer a vapor, e desesperava com as delongas da burôcracia, escrevia uma carta a Rodrigo, accusava-o de não dar o andamento que elle queria á questão do Methodo, censurava-o, reprehendia-o, e concluia a carta:

«Tenho a honra de ser, De V. Ex.ª em tudo quanto se não refere a assumptos de instrucção publica, admirador e amigo —*Castilho.*»

Rodrigo respondeu não sei quê, mas concluia assim:

«Tenho a honra de ser, De V. Ex.ª, sem excepção, amigo e admirador, etc.—*R. da F. Magalhães.*»

Castilho ria, e sentia-se desarmado.

*

Trago tudo isto, e muito mais podia trazer, para mostrar que o Ministro do Reino entendera não pôr duvidas mesquinhas (como poriam oùtros) ao projecto de ir Castilho ao Rio de Janeiro evangelisar o seu Methodo. Digo mais: approvou completamente a ideia, desde que, sendo Castilho um subordinado seu, lhe não cerceou um seitil dos seus ordenados, e lhe concedeu licença por uns poucos de mezes. Tratava-se de uma viagem util; tratava-se da vulgarisação de um systema portuguez; tratava-se de um possivel beneficio a uma nação amiga e parenta; bastou isso; e o Ministro do Reino não poz o mais pequeno estorvo á sahida do Commissario Geral.

E ainda fez mais: concedeu-lhe, antes da sahida, o adiantamento (que depois lhe foi descontado) de um trimestre do ordenado de Commissario, por Portaria de 10 de Janeiro de 1855 em nome d'el-Rei D. Fernando, Regente por seu Filho.

Isto para um viajante de muito acanhados recursos financeiros, como o poeta, era valioso.

*

Diga-me o leitor imparcial, se não vê em todo este comportamento de Rodrigo da Fonseca um signal claro da sua

intelligencia superior; vê de certo. Sem querer saber se um funccionario portuguez ia continuar a auferir os seus ordenados em serviço de uma nação extranha, e considerando de muito alto esse serviço como prestado ao progresso e á humanidade em geral, coadjuvou-o na alçada dos seus recursos officiaes como Ministro, e como sujeito de muitas lettras. Quantos, no seu caso, fariam o mesmo?

Se na cadeira de Rodrigo se sentasse então algum politico tacanho (como ha muitos), estremecia quando Castilho ousasse submetter-lhe o seu plano; depois, para se livrar de uma parte das responsabilidades, mandava informar a repartição. A repartição, é claro, informava contra; e o Ministro estribado na moleta que lhe entregava um nullo, um qualquer *manga-de-alpaca,* negava a licença, por ser coisa nunca vista.

Rodrigo nem sequer pediu informações; viu logo a questão em toda a sua luz: um funccionario seu a pedir venia para ir a duas mil leguas de distancia offerecer ao Brazil uma beneficiação indiscutivel na instrucção popular; sentiu-se repassado no calor de dedicação humanitaria d'aquelle acto generoso. Que lhe importou o que diriam os *burocratas?* que lhe importou o que poderiam dizer nas Camaras os opposicionistas? Como em sua consciencia entendeu que o pedido de Castilho era um acto meritorio, annuiu a elle, e protegeu-o.

Isto é grande, e parece-me que ainda ninguem, absolutamente ninguem, teve ensejo de notal-o.

*

Entre o Estadista, e o Chefe de partido, n'este mais que problematico systema constitucional que nos rege, ha consideravel differença.

O Chefe de partido é espirito mesquinho por via de regra (e salvas excepções). Por mais intelligente que seja, por mais culto, é restricto nas suas aspirações politicas: limita-se a querer a conservação do seu corrilho. N'isso cifra todos os esforços, a isso limita todos os actos. Quer só que triumphem os seus adeptos; sacrifica tudo ás campanhas eleitoraes. Corrompe, para vencer; promette, adula, para vencer; illude leis expressas, para vencer. Ganha uma eleição em sete campanarios, recebe e dá parabens, cresce algumas polegadas, e julga-se o heroe de Austerlitz. Ideias altas, beneficiações publicas, aspirações magnanimas, iniciativas rasgadas, tudo será bom, mas é secundario. Espalha os proventos e as honras entre

os da sua facção, não como quem premeia benemeritos da Patria, mas só como quem, pela gratidão, quer alliciar dedicações. Chamam-lhe generoso os seus sequazes, quando não passa de dilapidador consciente da fazenda publica. Busca os empregos para calar os seus descontentes, e nunca os homens para honrarem os cargos da Nação. Vive de expedientes; inventa logares inuteis para anichar satellites. A má fé, o embuste, a mentira, a injustiça, tudo na gira d'essa gente se chama *politica*. Pessoa, cidadão, pae de familias, o Chefe de partido será illibado; ahi não o discuto; ninguem póde discutil-o n'esse fôro; mas, incapaz de trahir um amigo, incapaz de receber luvas, incapaz de se macular n'uma improbidade pessoal, muda de pelle na presença das exigencias partidarias. Então, torna-se venal, traidor, ingrato, diz o que não é, confessa o que não sente, e manda propalar sophismas. Atravessa n'esses enredos todo o tempo, e julga-se immortal na Historia. Quando desapparece da scena.... deixa um sulco de desprezo e desanimo.

*

O Estadista.... esse é de outras dimensões moraes e intellectuaes. Não é estadista quem quer, quem escala a cadeira de Ministro sem se saber como, quem faz quatro discursos ôucos e banaes. Não é estadista todo o militante da arena parlamentar, apesar de vermos o vocabulo prostituido em todas as folhas mais ou menos facciosas. O Estadista verdadeiro é muito grande. Tem um olhar de aguia, que vê ao longe, que vê nas trevas. Tem um pulso de ferro, que derruba os obstaculos. Tem uma voz que sobrepoja o rumor da opposição inimiga. Tem uma intelligencia electrica; antevê com segurança, e promptidão. Tem sobretudo a confiança innata na sua estrella, e caminha guiado por um pensamento superior. Quando sobe os ultimos degraus do Capitolio do poder, apparece illuminado do prestigio dos seus precedentes. E' já *alguem;* o seu nome eccôa em todo o Paiz. Deu desde annos a sua intelligencia, a sua boa vontade, muita vez o seu sangue, em holocausto ás causas mais nobres. O seu verbo é a ordem. A Lei é para elle barreira quasi sempre, mas sabe transpôl-a em sendo indispensavel para a salvação publica. Adivinha os homens; lê-os por dentro; colloca-os onde podem servir melhor; com uma palavra só, consegue incutir-lhes brios desconhecidos. Gizam-se-lhe na vasta intelligencia, como n'uma tela descommunal, os progressos moraes, intellectuaes, e ma-

teriaes da sua terra, mas tudo com systema, seguindo altos planos administrativos que só elle antevê, e que vão jogar com as grandes linhas do movimento europeu. Abstrai da sua personalidade, e só cuida em aproveitar o merecimento alheio. Corta direito, sem pensar em amigos, sem pensar em inimigos. Faz das honras publicas a moeda melhor das recompensas sublimes. A felicitação geral é a sua norma; o preparo da geração de ámanhã, o seu desvelo. Subordina o presente ao porvir, e obriga o proprio passado, com as suas tradições, com as suas glorias, com as suas saudades, a servir as aspirações do futuro. Ao contemplarmos o conjuncto da tarefa, perdoâmos imperfeições inherentes á natureza humana. Quando elle morre, então é que principia a viver; e a sua memoria é um côro de bençãos, que saudam no morto um Immortal.

*

Ora Rodrigo da Fonseca Magalhães, se teve muito de Chefe de partido, porque as circumstancias anormaes em que viveu assim o exigiram, tambem possuia muito das linhas grandiosas do Estadista.

Devia-lhe pois, por todos os motivos (até por esses predicados excepcionaes) o Commissario Geral conta miuda da sua tarefa, e deu-lh'a.

Voltemos ao assumpto.

*

O officio de Castilho, cuja copia tenho aqui diante dos olhos, traz aquella prolixidade eloquente e convicta que elle tinha em falando no seu assumpto querido.

Começa por se queixar amargamente de lhe não darem, como funccionario, a publicidade que elle queria para os seus alvitres e relatorios. «Quem se consagra a trabalhos de utilidade publica, deve ao publico uma conta fiel do que tenta, do que faz, e do que produz—diz Castilho; e continúa:—«Mas eu e o publico estamos separados, precisamente por aquillo mesmo que nos devia communicar: pela imprensa periodica.»

Queixa-se de que o Diario do Governo tenha deixado de estampar os relatorios dos Cursos normaes dados officialmente pelo Commissario, os dos Governadores Civís ácerca das vantagens praticas do Methodo, e em summa muitos outros avisos

e noticias interessantes da Commissão Geral. Assente isto, diz Castilho:

«Escreverei pois só para os cartões d'essa Secretaria, quasi certo de que nem aos olhos de V. Ex.ª chegará este papel senão em extracto. Escrevo pois como poderia cantar por mero fadario um passaro nocturno em deserto sem eccos; sem mais ouvidos que os seus proprios, e os de Deus.»

Será esse o tom de um documento official dirigido a um superior? não é; mas Rodrigo da Fonseca acceitava isso, que era sublime de sinceridade, e sublime de verdade.

Passa o Commissario Geral a dar conta da sua chegada ao Rio, do bom acolhimento do Imperador, Ministro do Imperio, e pessoal da Instrucção publica á ideia do curso normal; narra a instauração d'esse curso, as polemicas a que elle deu aso, e o abrupto acabamento dos trabalhos; tudo em estylo nervoso, como homem que sente do fundo d'alma terem-n'o empecido n'um beneficio grande que tencionava levar a um paiz amigo.

Resvalo por alto sobre esse officio, que algum dia ha de ver a luz, querendo Deus, nos volumes de Provas documentaes que projecto ajuntar a esta obra. Por agora continuemos a estudar nas suas minucias (tão importunas para alguns leitores!) a vida intima do poeta.

*

Por estes annos tomou elle um costume, que o dominou, e lhe servia de muita distracção.

Por traz da vasta egreja de Santa Isabel corria uma viella perfeitamente aldean, chamada de S. João Nepomuceno. Ahi, a meio da viella, do lado direito de quem subia, era a casa do bom Prior, já muito conhecido dos leitores, o Padre José Jacintho Tavares; habitação alegre e banhada de sol, com um jardim no primeiro andar, a entestar com outros quintaes da rua da Arrabida; tudo muito socegado, sem seges, sem pregões.

No segundo andar, com uma larga varanda corrida, habitava o Prior; morada clara, muito confortavel mas sem luxo. O maior luxo que este bom Padre se permittia era reunir alguns amigos semanalmente, e dar-lhes de jantar; uso mais hospitaleiro nunca o houve.

Repicavam de festa os sinos de Santa Isabel; tocava á Missa do meio dia. Lá vinham chegando á formiga o General Augusto Xavier Palmeirim, com a sua bella presença marcial e pala-

ciana; o Dr. Amaral Frazão, com o seu aspecto socratico e a sua bengala acastoada de prata; o Conselheiro Viale, muito limpo e escovado, com o seu ar de sabio antigo, meio ecclesiastico, meio cortesão; o Par do Reino José Maria Grande, precocemente senil na sua obesidade, mas sempre doce e de amavel bom humor; o Duque de Saldanha, amigo de todos elles, e desejoso de se furtar uma vez ou outra ao Pelion e Ossa da politica; o General Claudio de Chaby, moço já então muito sizudo, e dignissimo de emparelhar com tal synedrio; D. Pedro da Costa, depois Conde de Villa-Franca, enthusiasta juvenil de tão apreciavel companhia; algum filho de Castilho; e emfim Castilho, que na conversação amena de tão bons companheiros ia, por assim dizer, refocillar-se das tarefas asperas que o acabrunhavam.

Congregados na sacristia, iam todos ouvir Missa; e acabada ella, caminhava todo o rancho para casa do Prior, capitaneados por elle.

Ahi, plena liberdade. Cada qual tomava o refresco que lhe apetecia, fumava, conversava, estava calado, ou dormitava.

Algum leitor, como em communidade fradesca, acceitava o encargo de ler em voz alta um sermão do Padre Vieira; e o sermão era escutado e commentado a primor.

Depois jantava-se, e ao entardecer cada qual seguia o seu destino.

Essas reuniões eram, sem tirar nem pôr, uma amostra das pequeninas academias domestico-litterarias do tempo d'el-Rei D. João V. Já não ha d'isso, e é pena!

Pergunto: qual é a casa onde se lêem hoje aquelles bolorentos massadores dos classicos?

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 8, pag. 512)

Teodosio pacheco tẽ *Licença* de nosso pᵉ geral pª se ẽterrar na nossa Igreija

A 31. de outubro me disse o pᵉ p*rou*ĩcial frᶜᵒ de gouuea q̃ posesse em lẽbrãça como Teodosio pacheco tẽ licẽça de n. pᵉ geral pª se enterrar na nossa Igreija, e q̃ se lhe pode deixar por hũa cãpa na sepultura, mas sẽ letreiro.

Tãbẽ cõcede o nosso pᵉ geral depoes licẽça pª se enterrar tãbẽ na nossa igreja a molher q̃ ora uiue de Theodosio pacheco.

Manda nosso pᵉ Geral Claudio aquauiua que nos uotos q̃ fizerẽ os p*ro*fessos ou coadiutores formados se nomee o pᵉ per seu nome em cujas mãos se fizerẽ E nos q̃ se mãdarẽ escritos pª Roma vão tãbẽ nomeados por seu nome da mesma manejra.

De hũa do Nosso Pᵉ Geral Claudio Aqua Viua pera o Pᵉ Prouinçial Frᶜᵒ de Gouuea aos 7 de Mayo de 96.

A*pro*bamos la permutaçion del campo que hizo el Colleg*io* *de* *Br*aga pella defesavina e pumar del Vicario de ::: que está en el circuito della Quinta del mismo Collegio.

Y dasse tambien liçencia pera poder escambiar outras propriedades que estão iunto ala quinta pera quedar mas recogida.

Empero se el escambio se ha de hazer com el cabildo veasse se es necessª pª los Canonigos licençia del del Papa y no se haja sin mucha seguridad.

La otra informacion que del mesmo Collegio viene emprazar hum casal dela Villa del Prado e de otras propriedades que desea tambien emprazar está diminuta, y deuerasse explicar que propriedades seran e se se auian de dar em emphiteusi,

o en vidas con todas las mas circunstancias necessas pª buena noticia delo q̃ se haze. Pero pera q̃ no se pierda coniuncion se da lçª pera pera las q̃ piden e tienem ia comprado e daqui por diante embiesse mas plena informaçion.

LICENSA DO ARCEBISPO : : : GERAL DESTES R.nos E SENHORIOS DE PORTUGAL PERA OS SUP.res DESTE COLLEGIO DE S. ANTÃO PODEREM REUER POR SI OU POR OUTREM OS L.ros q̃ AO PRESENTE TIUEREM, OU AO *diante* COMPRARẽ, E PERA PODEREM VSAR DE : : : E CUMUNICAR ESTA L.ça AOS SEUS. E : : : D 81.

O Arcebispo de Lisboa inquisidor Geral neste R.nos e senhorios de Portugal & fazemos saber aos q̃ a prezente virem que pella confiança que temos dos P.es da Comp.a de Jesv. E por terẽ escollas geraes, avemos por bem de dar l.ça ao P.e Prouinçial da dita Comp.a que hora hé & ao diante forem E aos Sup.res dos Collegios & casa de S. Roque da mesma Comp.a que hora são E ao diante forem, pera que cada hum delles per sy, ou per pessoas sufficientes deputadas por elles, da dita Comp.a possão reuer e examinar, e censurar todos os L.ros opusculos, tractados, escritos, ou papeis de mão, ainda que não tenhão nome do autor que ao presente teuerem, ou pello tempo adiante Comprarem, ou per qualquer man.ra ouuerem conforme ao Cathalogo Tridentino e ao do Regno q̃ ora mandamos emprimir, assi e da man.ra que o fazemos Reuedores dos L.ros postos pollo S.to officio, & poderão ter, e vsar dos Liuros papeis & escritos de mão assi examinados e censurados e cõmunicarão esta L.ça ás P.as da Comp.a que lhes parecerem sufficientes, E assi mesmo damos L.ça ao dito Prouinçial E Sup.res pera q̃ elles e as p.as da Comp.a a q̃ elles cõmunicarem possam ter e Vsar de todos os L.ros empresos Papeis, ou escritos de mão, que agora tem e ao diante ouuerem de qualquer man.ra Defezos por nós ou por inquisidores destes Regnos, ou pello Cathalogo do Papa, ou do Concilio tridentino, com tanto q̃ não *seja da prim.a* Classe E tudo isto lhe concedemos enquanto lhe mandarmos o contrario: dada em L.xa sub Nosso sinal e selo do Sancto Officio: aos doze dias de Junho. Matheus P.ra o fez de 1581.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 9, pag. 541)

Quando alguem dirige uma justa censura á classe a que pertencemos, por actos de que não somos responsaveis, não tenhamos a doentia fraqueza nervosa de pessoalmente nos susceptibilizarmos, como se nos solidarizassemos com ella no encubrimento e perpetuação dos seus vicios, mas sim tenhamos a legitima altivez de nos não darmos por visados, até para melhor podermos fazer valer as suas virtudes em desconto e resgate dos seus peccados. Assim se evitarão attrictos entre homens de valor, de dentro e de fóra da classe, que importa que se entendam, se estimem e se auxiliem. E só assim a critica será perfeitamente livre.

Com os nossos mandriões relapsos não ha meio d'estar de bem. Se se insta pelo serviço, todos se melindram. Como se elles não conhecessem muito bem as suas obrigações! Se, esgotada a paciencia, se prescinde d'elles afinal, dão-se ares de victimas dos nossos rigores. E os circumstantes a enternecerem-se...

A inducção e a deducção chocam-se por vezes no mundo moral, e nem sempre sem desastrosas consequencias. D'essa discordancia resulta que tantos, á falta de bons argumentos, teimam: «Pois, sim! esses são os principios. Mas a pratica?» Como quem dissesse: Nada de arriscadas deducções! só a inducção é segura. E, em homenagem ao methodo positivo, vão transigindo com toda a dissolução de costumes.

Muitos individuos, quando não são capazes de entender um

preceito legislativo ou não têem a coragem de o pôr em pratica, decidem-se contra elle pelas difficuldades que lhe encontram, fazendo-o assim pagar as custas da sua propria incompetencia intellectual ou moral. E ainda ordinariamente depois condecoram a transgressão com o titulo de interpretação de bom senso, de senso commum, como que a investirem-se numa especie de dictadura plebiscitaria. Alguma vez se ha de ir com a opinião popular, entre nós.

Tambem cá temos o governo da nação pela nação, até o *ad referendum*. Não faltam representantes do poder executivo que proclamem democraticamente: «A lei, é preciso interpretá-la pelo bom senso.» E o que ella, por exemplo, determina que se faça d'um modo, elles, em nome do senso commum, fazem d'outro, que mais lhes convenha. Genuina doutrina portuguêsa da soberania nacional.

Ralha-se do desmazelo dos pobres; mas a extrema inopia traz fatalmente comsigo a desordem e o estrago de tudo.

Como ha de alguem arrumar a sua roupa, a sua alfaia, os seus livros e os seus papeis, sem casa sufficiente, sem um armario, uma commoda, um bahu, uma arca, ou um cabide, sem uma estante ou sem umas caixas, onde meter o que tem? O tamanho dos aposentos não deve ser medido só pela hygiene; e o mobiliario, longe de ser um luxo dispensavel, é de estricta necessidade, representa arranjo e economia.

Porque é que tanta gente soffre de desalinho, desconcerto, confusão e desvarío de idéas, sem opinião assente sôbre nada, com a cabeça como um quarto de estudante ou de mendigo? Simplesmente porque não aprendeu a escrever. A composição escripta é tão necessaria á arrumação das idéas como um contador ou uma gaveta para a arrumação de documentos.

Egual prestimo têem, para trazermos em dia e em bôa conta as nossas obrigações, os cadernos de escripturação.

Os governos querem ordem? Melhorem a condição do povo, e sobretudo instruam-no.

No espirito de conservação ha uma religião das coisas, que é respeitavel.

Receie-se que os corruptos da vida publica tragam para a

vida privada os mesmos processos. Não póde haver entre ellas uma vedação estanque. Conheci um sujeito que saboreava, deliciadissimo, a perfidia, até contra os seus. O seu maior prazer era, á sombra da intimidade domestica, armar contra os parentes mais respeitaveis alguma insidia ou cilada; e, quando a traição vingasse, o que elle se enchia de orgulho e importancia! Menoscabar um homem superior, que superioridade!

Em certas familias, qual é o ideal da vida que os seus chefes estão todos os dias preconizando? Parentes e adherentes não lhes descobrem maior gôso do que o da mêsa, do café, do cognac, do tabaco. Eis para o que se vive! parece estarem ensinando-lhes.

A gala até com que alguns citam o alto preço de custo dos charutos que fumam! Que prosapia!

Não estão muito longe dos selvagens, que se inebriam com a aguardente ou com a liamba ou o opio. E esses, coitados! ainda têem a desculpa de que procuram assim a allucinação da ventura que a vida lhes recusa.

A nossa disciplina escholar: um dia, feriado; outro dia, pranchadas e tiros. Quando não é no mesmo dia. Tal qual como na vida publica, onde o regimen é da corrupção e do terror. Mas a corrupção predomina. Por isso, as violencias duram pouco, e ás pranchadas e tiros nos rapazes logo succede o encerramento das aulas, isto é, mais feriados.

Os factos impõem-se. Como ha de attingir-se a lei moral atravez de costumes que proclamam a immoralidade? Esta é que faz lei. Por isso não se conte com a contricção e o arrependimento dos delinquentes nas sociedades corruptas, desde que elles possam apontar para outros, ainda peores, muito anchos no galarim social. Se eu fôsse como esses, dizem, não teria castigos, mas premios. E a minima admoestação das suas faltas lhes parece uma monstruosa injustiça.

As associações, como os partidos, que não fazem nada, travam a luta no seu seio e dissolvem-se. Não faltam exemplos entre nós. Só os serviços feitos em commum cimentam a união social.

Todas estas reformas feitas para as classes dirigentes já não

falam ao coração de ninguem. Ninguem acredita nellas. São nichos! rosnam. Occupem-se do povo!

Á perseverança no bem chama a nossa gente teimosia. E á indignação pelo mal, agressão.

O resultado de se entrar generosamente demais, imprudentemente, em certas collectividades é não se estar bem nellas, e ás vezes nem d'ellas se póde depois sahir.

Tratemos com todos; mas não nos liguemos demais, assumindo responsabilidades pelos outros, sem uma unidade moral, que é a base indispensavel de toda a organização associativa.

«Entremos e depois conversaremos», como consta que dizia o duque d'Avila aos seus futuros collegas ministeriaes, não é acceitavel nem mesmo dentro d'um partido ou d'um simples agrupamento politico, onde todos já são tão afins. Faltam ás vezes, não obstante, as estreitas afinidades de occasião sôbre os problemas então emergentes.

Entre nós ataca-se e tenta-se difamar toda a gente, só por mero amor da arte. Imagine-se agora, se alguem é levado a juizo! a malevolencia da opinião condemna-o logo.

Como falta a educação geral, humanista, moral! De certos especialistas só se aproveita a cooperação da vaidade. Tê-los-hemos a nosso favor, se ao mesmo tempo lhes assegurarmos o favor publico.

Nas nossas sociedades ha, em geral, uma coisa para que o vice-presidente não se julga obrigado a substituir o presidente: é para ter a mesma opinião. A solidariedade social fende logo por ali.

Uns sujeitos que a gente não consultou, e que não quer nem deve consultar, e que, a titulo de amizade, nos atiram cathedraticamente com a sua opinião! «A minha opinião é...» Está claro que é sempre hostil.

Um orador truculento, vociferando contra o presidente da associação, que, no cumprimento da lei, não lhe póde fazer a vontade: «A assembléa é soberana, sr. presidente». A assembléa, isto é, elle.

Os patetas moraes que as corporações aturam, porque lhes aproveitam a competencia technica especial!

Uma indicação, entre muitas. Quem fez o ultimo movimento liberal contra as congregações religiosas, foram operarios e estudantes. Em tudo se prova que, a não ser com a mocidade, o partido liberal só póde contar com as classes trabalhadoras. As classes chamadas liberaes são quanto ha de menos liberal.

Ha individuos que se nos recommendam como technicos, mas, como homens, são tão enredadores, que ninguem atura muito tempo a sua cooperação. Abusando da intimidade que lhes abrimos, envenenam todas as nossas intenções. A vantagem que nos possam trazer profissionalmente com o seu serviço, não compensa o prejuizo e repugnancia que nos causa moralmente a sua convivencia. Por isso em Portugal é tão difficil a associação, ainda mesmo de classe. Já vamos tendo especialistas peritos, faltam-nos ainda quasi completamente os caracteres rectos.

Só ha um prazer que não cança nunca nem enfarta, que se accumula indefinidamente sem nunca nos pezar: é o do bem que fazemos. Mesmo que seja necessario o sacrificio para o fazermos, esse sacrificio não abate, exalta.

D'uma nação ou sociedade moralmente inferior mal se póde ser governo official, e não ha quasi nunca dentro d'ella situação dirigente para as pessoas honestas senão a do ensino e propaganda livre. Se acceitamos cargos sociaes, ou havemos de transigir com a corrupção geral, ou dentro em pouco seremos condemnados pelas nossas proprias virtudes e escrupulos. Os eleitos pertencem aos eleitores, e portanto ao seu criterio moral, que é, de tudo, aquillo que mais custa transformar para melhor.

Um presidente zela pelo seu procedimento a honra da sociedade; e depois ainda tem de dar contas do seu zelo aos seus consocios, como em audiencia criminal!

Como não ha de o mais arreigado liberalismo estremecer nervosamente ás vezes a quem tenha, como dirigente de qualquer sociedade, de sujeitar os seus actos mais delicados á apreciação d'uma assembléa moralmente grosseira e inepta! Fazer o bem e ter ainda de responder pelo que se fez, e a

quem! lá custa. Mas, que remedio! os nossos eleitores são os nossos soberanos; e nós, seus eleitos, os seus subditos.

Por isso, frequentemente os bons se apartam tanto dos negocios publicos. Ah! mas é necessario fazermos á patria todos os sacrificios, até esse, que é o mais doloroso, o de vermos as nossas acções deturpadas. Não nos rendamos ao mal, mas travemos com elle todas as batalhas. Não desertemos dos nossos postos, para que não vão occupá-los outros menos dignos! Nada de desdens! Que o criterio moral, embora o mais difficil, vai em todo o caso cada vez mais clareando, e deixando ver e apreciar melhor o civismo.

Para certas pessôas demasiado militantes, por mais que uma associação faça, não faz nada, se não faz barulho e escandalo.

Qual o espectaculo moral que os dirigentes, em geral, dão? O das suas discordias e ataques. Optimo alimento para a voracidade da malevolencia publica.

O systema de esgôtos que principalmente falta ás nossas povoações, é o que deveria servir para despejo das suas fezes moraes. Em algumas accumulam-se a ponto de se não poder respirar. São esterquilinios, onde se expandem com todo o viço as mais crueis flôres do mal.

Julgo necessario, senão acabar com os estabelecimentos de ensino, reformá-los profundamente, porque tantos professores dão pelo seu procedimento social, logo para com os discipulos, taes lições de injustiça e perversão, que, por maior que seja a sua competencia profissional, não ha serviço de instrucção que compense tamanho damno moral.

Não ha nada mais facil do que falar á malevolencia d'uma assembléa; nada mais difficil do que combater-lh'a, e para isso sobretudo é que é preciso ter coragem. Mas é, pelo contrario, ao orador que sobreexcita as más paixões, que frequentemente se ouve exclamar com o maior impudor: «Sr. presidente, eu tenho a coragem da minha opinião!» E a sua impertinencia victoriosa depois!

Como isto vai mal de corpo e alma! Vejam-se os nossos jornaes: quasi só noticias de doenças, miserias e crimes.

Faço esta justiça á maioria dos nossos julgadores: julgam injustamente por ignorancia. Se não convivem, se desconhecem a alma humana! E um facto avulso, que por acaso os impressionou, decide-os, como se fizesse lei.

Tanto na vida particular como na vida publica, não sejamos faceis em confiar em salvadores. Quando certos individuos se metem numa pendencia pessoal ou social, com ares de a resolver, agravam-na sempre: é a perfidia que se mete com elles de permeio.

Um homem commete uma imprudencia sympathica, e vamos a prestar-lhe o apoio da nossa sympathia: já o encontramos arrependido de todo, explicando a sua imprudencia, não por uma nobre paixão perturbante da alma, mas por um reles desvairamento qualquer. «Tinha bebido demais» por exemplo. Que emenda! e que desculpa!

Os estudantes, com a vida quasi cellular que levam nas nossas aulas, poderão chegar a formar-se em mathematica ou medicina, mas socialmente ainda então ficam nas primeiras letras.

Ha um homem a quem todos os necessitados da povoação se dirigem para tudo a pedir-lhe o seu auxilio, e elle dá tudo que póde, austeramente, sem nunca pedir nada em troca a ninguem. Não ha quasi quem o ignore, muitos mesmo porque era preciso que se ignorassem a si proprios. Pois, um dia, a esmola que elle dá, é a uma pobre que accusara um parente seu, e levanta-se na povoação a calumnia, e quasi todos os seus habitantes a acceitam, de que elle foi lá para subornar a infeliz mulher. Que se ha de fazer para obrigar esta gente, já não digo á gratidão, mas pelo menos ao respeito?

Quando uma pessôa é esmoler, imaginam que certo publico tira a consequencia de que é por ser bôa? Não! entendem que é por ser facil em dar, talvez até porque não saiba o que ha de fazer ao que tem, um tolo! ou por nem tudo que tem, legitimamente lhe pertencer, uma restituição! ou, quando muito, por ser pessôa de rasgo, capaz de tudo. E então, se um dia, elle dá uma esmola a qualquer desgraçado que reclame justiça contra alguem das relações d'elle, commentam logo: Quer comprá-lo! Como tem rasgo d'alma, é do que o julgam capaz.

Como as dôres da alma consomem! Como até por isso a nossa raça vai deperecendo!

Varias pessôas, desculpando-se de não comparecer nas sessões das sociedades a que pertencem: «Tenho muito que fazer!» Mas têem tambem de fazer aquillo! Como se para ellas os encargos associativos não fôssem egualmente obrigações.

Ha duas maneiras de tratar com os outros: gastando-os, annullando-os, mas depois fica-se sem o seu concurso; ou ajudando-os, e cada vez a sua collaboração se nos torna mais valiosa. É pelo primeiro modo que em Portugal se trata o povo e o indigena. Assim procedem os governos dissolutos das nações que se deixaram atrazar na civilização. O seu principio é ainda a luta, que destroe, não a solidariedade, que edifica.

Que querem dizer as reformas governativas entre nós? Que os serviços publicos progridem nos outros paizes, e nós copiamos o ultimo figurino. Mas os nossos serviços publicos continuam realmente na mesma, isto é, continuamos a não os prestar.

A verdade moral é para muitos tambem uma verdade natural. Por isso procuram encontrar a justiça na terra, a virtude sempre premiada e o vicio castigado. Outros, inversamente, negam a verdade moral, porque a não encontram attestada pela unanimidade dos factos, porque ella não é antes de tudo uma verdade natural. Mas uns e outros estão em erro. A verdade moral é obra não da natureza, mas do homem. No estado social primitivo ainda a custo se esboça o bem, que é uma incessante conquista da civilização.

O naturalismo do seculo XIX ora proclamava que tudo eram harmonias naturaes na economia, que a religiosidade era uma caracteristica humana ainda entre os anthropophagos, e que a historia era uma grande lição de liberdade politica; ora, pelo contrario, consagrava o despotismo, o militarismo, o imperialismo. Na propria arte, o romanticismo, fazendo a apotheose da paixão, já era uma fórma de naturalismo.

A verdade, o bello e o util vão-se impondo por si. E o que

é a um tempo verdadeiro, bello e util, é bom. Assim portanto o bem se vai impondo indefectivelmente.

Que ninguem saiba que nos achamos doentes. É uma fraqueza. E logo muitos sentenceiam: Está aqui, está morto.

O que custa a ser bom! A ninguem é tão difficil equilibrar-se e suster-se na vida; e, mesmo que os trambolhões o não deixem mal ferido, ha de soffrer a instinctiva vaia do publico, sempre infantilmente disposto a rir-se dos desastrados que escorregam e cahem.

A revolução? Mas temo-la permanentemente. A desordem percorre as ruas, amedrontrando os espiritos e fechando as casas; ao mesmo tempo que ergue ao de cima os peores sedimentos do fundo social.

Como a corrupção lavra despejadamente da scena politica para o meio das localidades e até das familias!

Se se visse para que servem os tributos, pagavam-se, a custo, de certo, porque são pesados, mas sem resistencia.

O proprio bem, é preciso fazê-lo modestamente, como o cumprimento d'um dever.

Os anarchistas dos nossos intellectuaes, que não reconhecem, de livre vontade, as mais legitimas autoridades! A sua intervenção parece-lhes sempre um despotismo. Ingovernaveis por si e pelos outros, estão pedindo collete de fôrças.

Assim como é branca a flôr do gelo e os corvos se tingem do azul negro do sangue coalhado dos cadaveres, e assim como o peixe das aguas claras é prateado e o da vasa é escuro, como os insectos dos sitios luminosos são brilhantes e os dos sitios sombrios pardacentos; assim tambem ha um mimetismo moral. O homem é muito o que o meio o faz, depravando-se numa sociedade corrupta, enaltecendo-se entre gente honrada e bôa.

A dictadura não é de lei? perguntou-me um rapaz. Eis o ensino do nosso meio.

Na capital, é onde começa a haver espirito publico, corpo-

rativo. Note-se como lá os professores de ensino superior já levantam estatua a um seu collega.

Que seria dos pobres, se não houvesse outros pobres? É quem mais os ajuda.

«Lá ha de haver para isso empregados inferiores» dizia-me um moço que acabava de ser nomeado director de certa repartição, interrogando-o eu sôbre um dos serviços a seu futuro cargo. Já contava declinar nos subalternos. É assim em tudo: o povo é quem trabalha e faz o pouco que temos.

Não se estranhe e mortifique o amor que os velhos têem pelos titulos e insignias. É que, com os annos, e á medida que para cada um augmenta o passado e diminue o futuro, como que todos sentem a necessidade do apoio e consideração do juizo e apreço publico. Aos novos, quando os ataquem, ainda lhes sobrará tempo para se recobrarem de todas as offensas sociaes; mas aos velhos a injustiça, se não os revolta tanto, punge-os muito mais profundamente, acaba com elles.
E em que triste abandono deixamos os nossos velhos!

Quantos, em moços, estiveram em permanente revolta com a autoridade, que, annos mais tarde, acceitaram e reconheceram as mercês dos poderes publicos! Vaidades? Fraqueza? Nem sempre; mas muita vez a legitima satisfação de ouvir dos proprios representantes da maioria a approvação e o applauso dos seus serviços.

O que eu mais deploro na opinião em Portugal, não é o erro, nem mesmo a injustiça das apreciações, é a mentira, a calumnia, a deturpação dos factos. Dissessem a verdade, e discordassem depois! Mas qual! Exige muito mais talento.

Diz um homem d'outro: «É uma bêsta. Cautela! que dá coices.» E logo varios se afastam, curvando-se respeitosamente perante o bruta-montes, não vão levar tambem a sua parelha.
Ha ahi gente cuja prospera carreira só se explica assim pela sua grosseria.

Os covardes, é porque nunca se bateram. Metessem-se logo em rapazes em alguma bulha, e veriam que não custa nada. Leva-se sem se sentir.

Ha terras de tanta perfidia, que, fazendo alguem nellas um discurso, precisaria no dia seguinte de sahir para a rua a fazer outro para desfazer o que lhe attribuem. E nem assim. Da calumnia fica sempre algum rastro.

Quantas pessôas a quem prestamos serviço, em troca só nos dão esta lição de logica tanta vez esquecida: que uma proposição póde ser verdadeira, sem que a reciproca o seja tambem!

O paiz, quando se trata de eleições, não se importa com ellas e não elege pessôas de confiança, e depois anda atraz dos deputados com petições e representações!

Gostamos de mudar, sobretudo para melhor, comtanto, porém, que a mudança não seja tão violenta e brusca que nos faça em pedaços. Todas as reformas se hão de fazer a modo. Queremos, por exemplo, que nos aperfeiçôem um catalogo, um almanak, um livro qualquer de consulta, mas não tanto, que depois seja uma ralação para se dar com aquillo que se procura.

Apeguem-se aos santos! Peor do que tudo é a gente achar-se só: desalenta. Por isso, nada mais natural do que, abandonados dos vivos, implorarmos a assistencia dos bons que já morreram. E a só lembrança das suas virtudes, pondo-nos em communhão com o seu generoso espirito, nos reconforta, nos incute fé e esperança na vida. É uma grande companhia.

Como a moral começa, muito simplesmente, pela virtude do trabalho. Emquanto pomos em exercicio as nossas faculdades, só por nosso gôso, sem nada fazer pelos outros, consumptivamente, o nosso amor pelas coisas e pelas pessôas de que nos servimos para isso, é o amor da posse, egoista, tyrannico, descaroado, que não é propriamente o amor; mas, desde que começamos pelo nosso trabalho a produzir seja o que fôr, logo amamos generosamente a nossa obra pelos serviços que ella presta, pelo bem que com ella fazemos. O verdadeiro amor é creador.

A providencia do lar. «Minha mulher quer que eu volte este anno a banhos de mar...», dizia-me obedientemente um moço de lavoira, que, se não fôsse isso, deixar-se-ia ficar na sua absorvente faina sem se tratar.

Por excesso de timidez, se deixa de fazer o bem e até se commetem crimes. Alguns individuos roubam o que obteriam facilmente, se não se acanhassem de o pedir. O acanhamento de algumas mulheres para com seus paes leva-as a perderem-se, atraiçoando-os.

Qual é o ideal de tantos? Primeiro, gosar a sua mocidade; depois, gosar a sua fortuna e os seus talentos. Gosar! Gosar?

Alguns são republicanos por aristocracia, para poderem desdenhar e humilhar os outros com a sua superior civilização. Affixam as suas opiniões avançadas, como certas raparigas vestem os seus melhores vestidos, á ultima moda, com a sobranceria inaccessivel de grandes personagens. Uns eleitos do Senhor. É comico!

Defendendo a liberdade, não esqueçamos que, se ella é o supremo bem, só tem esse valor pela sua incomparavel virtude de associação e assistencia.

A alma desenvolve-se mais depressa que o corpo e domina-o. Por isso nos corações bem nascidos o amor brota casto e puro, sem a minima excitação sensual. E vêem-se mulheres, noivas, esposas e mães, que ficam toda a vida virginaes, sem jámais polluirem a sua candura.

Que fazem pelas pobres as raparigas abastadas? Dão-lhes qualquer instrucção nas suas horas vagas? Não! Se a maior parte d'ellas gasta o tempo na esperança febril de que apareça alguem que as pretenda, offerecendo-se ao publico, senão de porta, de janella aberta...

A covardia dos intellectuaes perante a calumnia! Associar-se-hão logo ao ataque; á defeza é que não.

Se o presidente d'uma sociedade contrahe, como tal, pelo seu dever de posição, graves responsabilidades collectivas, não conte, em geral, com os consocios para se resgatar d'ellas. «Elle que as armou, que as desarme!» dirá o maior numero.

(Continúa). BERNARDINO MACHADO.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 9, pag. 544)

Conclusão

A unidade organica nacional, a que os seculos XIII, XIV e XV deram forte cohesão, começou de dissolver-se, resultante de não haver plano na empreza que a levára ao auge no final do XVI seculo — apoio extra-europeu.

É por isso que tem muito da Roma imperial, da Carthago oligarcha e da Veneza dos doges o descalabro nacional, e que, tambem como estes emporios, Portugal se arredára da agricultura e industria, deixando-se levar, numa febre extrema de gloria que rebentava do coração da Patria, pelos deslumbramentos rutilantes das proezas guerreiras.

Nas lutas que enchem a historia da dynastia de Borgonha, foi-se afeiçoando um genio que a Historia romana já notificára como aguerrido e tenaz; depois a Africa e mais tarde a India foram, como a Hespanha para Roma, uma escola de soldados.

Nesta voragem se precipitaram, impellidas ainda pela educação classica, as forças vivas nacionaes.

Não quer isto dizer que não houvesse na India grandiosidades, que as houve e fulgurantes; apontaremos só o adiamantino vulto de Duarte Pacheco, que se ergue, épicamente, grande e puro a meio da anarchia do despojamento.

Porém o que não tivemos, como nas demais emprezas, foi senso politico.

Sommadas a esta outras causas como a influição dissolvente do naturalismo classico do Renascimento, o inebriamento do clima, que acordava desvairadamente a sensualidade geradora do luxo, tudo isto junto ao regimen de rapina que implantámos na India fatalmente carreou a desaggregação d'onde brotaria a miseria. Doirado pela flambagem do sol oriental, entristecido pela funebridade do occaso, assemelhou-se á duração de um dia o imperio portuguez, tão célere foi o acabamento!...

Um facto que, vindo integrar-se nesta inicial dissolução, carregou gravemente nos prodromos da crise, foi a barbara

expulsão dos Judeus, ordenada por uma côrte luxuosa e beata — corporização de exigencias sociaes — com o fim de caír nas boas graças da Hespanha de Fernando e Isabel.

E, para completar a obra de purismo, pediu D. João III a Roma as torturas da Inquisição!...

E o Oriente ia exgotando o reino.

Como se havia de povoar um imperio colossal, se para habitar o exiguo territorio continental, precisamos chamar gentes de toda a parte? Porisso Lisboa era um ajuntamento de gentes de varia procedencia e no fundo um amontoamento de miseria, um amontoamento de escravos.

E pelo resto do paiz morria-se de fome...

A vitalidade apagava-se além-mar e o reino desdobrava-se num sudario. É a esta situação que allude Garcia de Rezende:

> Vemos no reyno metter
> Tantos cativos crescer,
> E irem-se os naturaes,
> Que, se assim for, serão mais
> Elles que nós, a meu ver.

E, como se toda esta accumulação de elementos desorganizadores não bastasse, soffreu o seculo XVI graves epidemias, mas por cima d'estas calamidades ouve-se, distinctamente, o grito angustioso do naufrago.

Foi nesta situação desesperadamente tragica — em que o cyclo épico portuguez rematava com a temeridade funesta de Alcacer-Quibir — que em 1580, caímos nas mãos da Hespanha. Nascida na esteira de lendas, a plenitude nacional, abysmada na chimera do sebastianismo, morria.

Que é tudo isto senão a expressão irreprimivel do genio celtico?

No lyrismo petrarchista, elevado pela philosophia platonica, ha um verso onde psychologicamente está a solução d'este sonho: «Un bel morir tutta la vita honora!»

O fermentar putrido — num *delirium tremens* — de um mysticismo piegas, em que, numa atmosphera de terror religioso, em 1580 ia a derrota da religiosidade portugueza, era um campo bem preparado para os Jesuitas, para «os factores da reacção universal», servindo-nos da phrase do grande orador da historia Emilio Castelar, que vieram consagrar o descalabro nacional, tornando Portugal, como diz Oliveira Martins:

«uma sombra apenas, phantasma sem physionomia nem caracter, passivo, nullo, idiota e beato».

A revindicação da autonomia em 1640 não vingou logo todos os seus nobres effeitos, porque, a partir d'essa data, sacrificados os interesses nacionaes aos dynasticos, ficámos ainda aos pés do Jesuita sob a tutela ingleza.

E, no largo espaço que desde então se estende até hoje, se houve por momentos verdadeira autonomia, foi no governo energico de Pombal, que, varrendo o jesuitismo, liberalizou o ensino.

Annullou, porém, este impulso fructeador a obra reaccionaria de D. Maria I.

Com o liberalismo ainda se não logrou restaurar a vida historica da nação.

Porque o divorcio resultante da falta de instrucção, distanciou, isolando o povo dos legisladores, dos estadistas, dos litteratos; não deixou enraizar o regimen.

Por isso cavou-se tão profundamente o hiato aberto entre os intellectuaes e o povo, que, mysticamente abysmado na magnetisação lendaria das navegações, acordou estremunhado, não comprehendendo hoje ainda a vida constitucional, que feriu o automatismo da tradição e a idiosincrasia nacional, que, num estadio atrasado da evolução, só pela diffusão da instrucção podia adaptar-se a um regimen cuja substituição quasi ninguem preparara.

(Continúa).

MARQUES BRAGA.

BIOGRAPHIA DE D. FRANCISCO GOMES DO AVELAR, ARCEBISPO-BISPO DO ALGARVE

(UM CAPITULO INEDITO)

No antecedente capitulo provámos quanto a provincia do Algarve é devedora, em progressos materiaes, á memoria sagrada do seu querido prelado, e neste vamos demonstrar, seguindo o mesmo processo, quanto a instrucção das classes da mesma provincia lhe é devedora e agradecida.

Começámos por affirmar no primeiro capitulo que D. Francisco Gomes era oratoriano. Sem perfilharmos a opinião dos que insinuam que a Congregação do Oratorio fôra implantada no nosso paiz no mero intuito de levantar um brado contra o methodo de ensino jesuitico, não podemos escurecer o que se passou no reinado de D. João V. Este monarcha, começando por despedir o seu confessor, que era jesuita, e acceitar um oratoriano, acontecimento que então não podia passar indifferentemente, fundou o Hospicio das Necessidades, onde alojou os Padres do Oratorio, e ordenou que o seu collegio fosse considerado o principal Estabelecimento de ensino publico, promulgando até duas *Provisões,* em que ordenou que d'ali em diante os estudantes que se matriculassem na Universidade fossem dispensados das certidões do *Collegio das Artes,* pertencente aos jesuitas, bastando-lhes provar terem feito os exames perante a referida *Congregação do Oratorio.* (Prov. de 25 de janeiro de 1725 e de 3 de setembro de 1747).

Até este momento a *Companhia de Santo Ignacio de Loyola* açambarcava a instrucção superior, secundaria e primaria; mas, logo que o ensino oratoriano tomou o forte impulso resultante d'aquellas *Provisões,* a onda revolucionaria do ensino subiu e afogou quasi completamente o methodo acanhado e restricto do ensino jesuitico. E realmente quando esse homem superior —o marquez de Pombal—reformou o ensino official consoante um molde verdadeiramente liberal, e auctorizou as congregações e mosteiros a estabelecer escolas publicas, aquellas e estes correram pressurosos ao convite e estabeleceram com vantagem as suas escolas. E que esta resolução do perspicaz ministro, este diploma perfeitamente concebido e superior-

mente estudado, nada tinha de contrario ao principio religioso e ao bem da patria, vê-se claramente desde que pensemos por um momento que foi seu principal collaborador esse gigante de caridade que se chamou D. Manuel do Cenaculo.

D. Francisco Gomes do Avelar, sahindo da escola oratoriana e tomando posse da sua diocese, começou logo por interpretar as palavras do evangelho—*docete omnes gentes*—não num sentido acanhado e restricto, mas na sua accepção mais ampla, naquella accepção que o Fundador santo e immaculado do christianismo lhe dera; não simplesmente no sentido da instituição de Misericordias, criação de Hospitaes, fundação de Confrarias, da sustentação dos pobres e amparo dos orfãos, mas, indo mais longe, mais alto e melhor em harmonia com aquellas palavras—*non solo pane vivit homo*—queremos dizer, abrangeu naquellas dôces palavras aos apostolos a instrucção dos povos, o ensino, e neste ensino não apenas o applicavel ao dogma e á moral, mas a tudo quanto se deve aprender para beneficio espiritual e temporal dos povos.

E era já esta a verdadeira interpretação que o venerando prelado lhe dera, quando respondeu a D. Maria I, que desejava pedir ao Romano Pontifice dois contos de réis a favor da Inquisição contra os interesses da diocese algarvia.

«E' sabido, escreve um homem de letras—ha muito riscado do livro dos vivos—que, até á entrada dos Padres do Oratorio em Portugal, a unica das instituições que, pela ignorancia dos seculos, não tinha recebido o impulso da caridade, era a instrucção primaria, a instrucção dos povos.» Por isso D. Francisco Gomes em todas as suas pastoraes, ou quasi todas, referentes ao ensino, aconselhava as verdades necessarias á salvação dos seus diocesanos, e aquellas verdades que entendia necessarias ao seu bem temporal. Para conseguir este duplo resultado começou por dar todo o impulso ao seminario, criando uma pleiade de ecclesiasticos que, no dizer de um escriptor—*ainda em 1848, se extremavam por sua instrucção e modestia entre os posteriormente nomeados e que não tinham a escola de D. Francisco Gomes.*

Fundado o seminario e regulamentados os estudos em harmonia com o fim da classe ecclesiastica e dos interesses da educação em geral, acudiu pressuroso aos pobres e aos enfermos. Oiçamos a este proposito um escriptor d'aquelle tempo: «A caridade, fogo sagrado, que abraza os corações dos eleitos de Deus, que Jesus Christo na sua missão redemptora tanto recommendou aos homens com a força do preceito e com os seus estupendos exemplos, até para com os inimigos, essa

virtude, a mais formosa de quantas podem dar lustre á fragil humanidade, resplandeceu com viveza e permanencia na pessoa do prelado venerando, que commemoramos. Interrogue-se a tradição de seus beneficios e dos soccorros que ministrava aos pobres e aflictos, e as lagrimas de muitos e a sincera confissão de todos darão testemunho de verdade em honra da memoria do bispo *apostolico,* como lhe chamava o seu metropolita, o respeitavel D. Manuel do Cenaculo.

«D. Francisco Gomes do Avelar acudia tão desveladamente aos necessitados, lastimava tanto a penuria, que, deduzidas as despesas absolutamente necessarias, patrimonio dos pobres era o restante, pois que entre elles o repartia. Já vimos como elle dotava os estabelecimentos de beneficencia; saiba-se agora que, não satisfeito com as nùmerosas esmolas avulsas que ou no paço distribuia, ou fazia chegar aos albergues da indigencia envergonhada, estipulava mesadas certas, que montavam a mais de cem mil réis, ás viuvas e orfãos. Dilatava-se a sua caridade a todos os pontos, aonde podia enviar consolações; com auxilios pecuniarios favorecia a meude e liberalmente os recolhimentos dos orfãos em Faro, em Lagoa e em Tavira.»

E até aqui D. Francisco Gomes, se não excedia em caridade ao melhor e ao mais santo dos bispos, certamente o igualava. Mas D. Francisco Gomes não ficou aqui: como o anjo de Pallimos, ergueu vôos mais levantados e quasi atingiu o apostolo do amor e da caridade, na sublime concepção d'esta grandiosa virtude. Viu que na sua patria adoptiva havia fome e sêde de saber, e elle incubiu-se de espalhar pelos lavradores a educação propria da sua classe: ensinava-lhes como se enxertam os zambujeiros, como se prepara o figo, como se cultivam as batatas, e neste ensino passava horas e horas a conversar com os seus lavradores, que sofregamente recebiam dos labios do prelado tão salutares lições no proprio campo de experiencia. Sobre estes ensinos publicou Pastoraes e Instrucções, que já indicámos e transcrevémos.

Mas o venerando prelado viu que, além da classe dos lavradores, havia muita gente, sem propriedades, que passava a vida na indigencia. Então mandou vir da Italia architectos, esculptores e pintores, que no seu palacio sustentava e pagava do seu bolso; empregou-os nas suas obras e elles formaram e constituiram em Faro outras tantas escolas artisticas, de onde sahiram muitos algarvios sabendo ganhar o pão de suas familias.

Não parou ainda aqui o santo prelado; foi mais longe, não duvidando entrar nas mansardas dos pobres. Viu que no Al-

garve tudo estava por fazer: não havia estradas, não havia pontes, não havia nada, não havia até quem soubesse construi-las ou erigir. Então o santo prelado chamou para junto de si os miseraveis e ensinou-lhes praticamente como se fazem taes trabalhos; e, não satisfeito ainda, publicou folhetos e fez desenhos, já mencionados neste livro.

Que argumentos mais concludentes da sua profunda caridade? e que famosa e formosa orientação elle soube dar ao ensino do Evangelho!

Até então a educação popular caritativa por meio da escola era coisa completamente desconhecida no nosso paiz; mas a voz santa do santo bispo, prégando o ensino das classes, fez ver que o evangelho é tambem divino, quando entra pelas questões do ensino popular e do desenvolvimento geral dos povos da sua diocese. Por isso disse muito bem D. Antonio da Costa, ao escrever: «Desejariamos nós que, á similhança do grande bispo Avelar, os bispos portuguezes fizessem uma cruzada de pastoraes, de exhortações, de conselhos, e que os parochos debaixo da direcção dos seus pastores esclarecessem os povos por todos os meios ao seu alcance (que são muitos, especialmente nas povoações ruraes), mostrando á face dos principios christãos o quanto a obra da instrucção popular é igual ás outras obras de caridade. Não tem o clero moderno as rendas do clero antigo para derramar a instrucção popular? E' verdade; mas resta-lhe uma força ainda maior: a da palavra e a da influencia.»

Ia o santo prelado todos os annos prégar a S. Bartholomeu de Messines e a S. Marcos da Serra, nos dias consagrados a estes santos, embora dispensados, e, em o decurso de tão longo caminho, aos lavradores que lhe sahiam á estrada a pedir a benção pastoral, dava a proposito dos campos as suas lições de agricultura. Se o bispo via uma arvore com os ramos partidos, inquiria da causa, e, sabendo que eram as crianças, na ascensão á cata dos ninhos, reprehendia-as severamente; se os campos tinham ficado por lavrar por descuido dos donos, fazia-lhes grandes sermões adubados de severas, mas justas reprehensões; se encontrava os calceteiros, fazendo qualquer estrada por conta das camaras, e via que o trabalho estava mal feito, ralhava-lhes e d'ali não sahia emquanto elles o não fizessem como devia ser. E por esta fórma o venerando prelado, que ia prégar as palavras santas do evangelho divino no pulpito, não perdia occasião de prégar as grandes verdades do evangelho humano, a pé ou montado na sua mula.

Para se fazer clara ideia do interesse que o santo prelado

*

tomava em toda a classe de trabalhos, basta notar que no tempo das vindimas costumava sahir fóra da cidade a ver o que se fazia, e áquelles que melhor vindimavam, que eram os que recolhiam os cachos ás canastras sem esbogulhar os bagos, distribuia premios: se eram mulheres, dava-lhes veronicas e santinhos.

Tudo isto seria inacreditavel, se não tivessemos os documentos e a constante tradição.

E a nenhum trabalho se poupava este santo varão, sempre que as necessidades da sua diocese lh'o impunham. Quando lhe imploravam justiça, era prompto em applicá-la e as suas sentenças mereciam sempre o acatamento dos seus diocesanos.

Por todos estes serviços e pelas suas acendradas virtudes era o venerando prelado querido e quasi adorado dos seus diocesanos. Amavam-no como um pai extremosissimo e consideravam-no um santo. Já em vida do venerando bispo o povo lhe atribuia o dom de operar milagres, e ainda hoje não crê que houvesse santo de mais virtudes do que o *Senhor D. Francisco Gomes.*

Quando nas noites de inverno, á lareira, principalmente nas freguezias da terra, as velhinhas contam vidas de alguns santos e os seus milagres, têem sempre como obrigatorio final— mas o *Senhor D. Francisco Gomes era ainda mais santo.*

Como são extremamente curiosos varios factos da vida do santo bispo conservados pela tradição, em outro capitulo faremos a resenha dos principaes.

FRANCISCO XAVIER D'ATHAÍDE OLIVEIRA.

DIREITOS CIVIS DOS ESTRANGEIROS

INTRODUCÇÃO

[Condição dos estrangeiros através da Historia.—Condição dos estrangeiros em territorio portuguez.—Systemas doutrinaes do Direito internacional.]

I

1. Direito internacional e direito das gentes: sua distincção.—**2.** Fundamento scientifico d'esse direito.—**3.** Fontes do direito internacional: sua natureza.—**4.** Direito internacional privado.

1. Entre os ramos da sciencia juridica collocaram os escriptores um, que, pelo seu interesse doutrinal e importancia pratica, conseguiu já uma brilhante e rica bibliographia.

Chamaram-lhe DIREITO INTERNACIONAL (1):—conjuncto de normas reguladoras das relações entre os Estados, em materia que escapa ao ambito das regras juridicas privadas (2).

Intitularam-no outros DIREITO DAS GENTES (3), por uma con-

---

(1) Foi BENTHAM o primeiro que usou d'esta expressão *(International law)*, que o seu amigo DUMONT traduziu para *Droit international*.

Os anglo-americanos adoptaram o *Law of Nations* e os allemães o *Völkerrecht*.

(2) Com esta definição concordam as de DESPAGNET, FIORE, LAURENT e GIUSEPPE CARLE.

(3) Esta confusão vem de longe. ZOUCH, jurisconsulto inglez, publicou em 1650 uma *Explicatio juris et juditii fecialis, sive juris inter gentes*, d'onde passou para a maior parte dos tratadistas.

Comtudo, WEISS e LAURENT accrescentam á definição de direito internacional um elemento exclusivo, que não se contém no direito das gentes. E' uma consequencia da distincção feita pelo sabio RÈNAULT, que definiu direito internacional o conjuncto de regras admittidas na pratica dos Estados; incluindo na essencia do direito das gentes os principios theoricos que, fundados na consciencia humana, ainda não se realisaram praticamente.

Esta distincção achava-se já consagrada na obra dos patriarchas do direito das gentes, GROTIUS, PUFFENDORF, WOLF e WATTEL.

fusão arbitraria e que deve ser banida do campo do Direito. Ás duas designações não corresponde um identico e mesmo conteúdo de doutrinas. Abrange o Direito das gentes os principios theoricos, de direito natural, applicaveis a todos os homens, nas relações entre si que não se incluem na esphera do direito nacional: é um conjuncto de principios, mais de ordem moral que juridica, a que adhere a consciencia humana.

Os escriptores que confundiram as duas designações e o objecto que cada uma respectivamente abrange, partem da falsa identificação do Direito das gentes com o *jus gentium* dos romanos.

Todavia, nem sequer analogia ha entre as duas instituições. A doutrina romana ligava ao significado d'este direito o conjuncto de normas juridicas, de puro direito privado, cuja applicação podia ser reclamada pelos estrangeiros e pelos nacionaes: oppondo-se ao *jus civile,* que comprehendia normas de direito publico e privado, simplesmente applicaveis aos cidadãos.

Excluidos os estrangeiros de todos os direitos politicos, só lhes restavam os direitos civis *jure gentium,* ao depois incluidos no conjuncto das regras do direito privado.

Onde, pois, qualquer analogia? Se á dualidade de denominações corresponde dualidade de doutrinas, onde o legitimo e scientifico fundamento da confusão?

2. Direito internacional ou Direito das gentes — expressões consagradas na pratica e na doutrina — não teem na essencia o menor rigor scientifico.

A historia das relações internacionaes e a realidade dos factos contradizem terminantemente a existencia de qualquer direito que as regule.

A Historia não é mais do que uma longa série de crimes de povos contra povos. O vandalismo, a febre do saque, a pirataria, o flibusteirismo, as ambições que levam á guerra e esmagam a liberdade e independencia das patrias, o estado permanentemente aggressivo dos barbaros contra a civilisação, a força e a violencia, foram sempre e são ainda hoje os que decidem dos destinos das nações.

Onde o direito?

Póde objectar-se que as guerras deixaram de ser tão mortiferas como as antigas; que na consciencia humana vive um protesto contra os meios violentos de derimir contendas internacionaes: — o que não póde negar-se é que a existencia d'um

direito propriamente dicto, que governe os Estados na sua qualidade de soberanos, é muito problematica.

Nem ella póde conceber-se, desde que a noção do direito e da justiça não chegou a definir-se ainda na consciencia dos povos. Em estado de guerra, os belligerantes affirmam e convencem-se do seu direito: a violencia, os ataques ás autonomias nacionaes, a *ultima ratio,* sejam embora exercidos por imposições imperialistas e absorventes, encontram sempre justificação e defesa.

A paz universal, a desejada paz, é ainda hoje, como ha 30 annos, um *bello sonho* (1).

Se, além d'isso, o chamado Direito internacional não promana d'um orgão legislativo com auctoridade para o promulgar, e não consegue o respeito que só a sancção legal póde impôr; se não possue um orgão que o applique e execute; se as suas regras não chegaram a romper o estreito e escuro limite da consciencia para se transformarem em normas seguras, codificadas (2);—como attribuir-lhe o caracter de preceito juridico authentico?

Não ha direito sem sancção, sua essencial caracteristica. Nãobasta que uma determinada faculdade exista em potencia: é necessario o reconhecimento, a garantia, que propriamente constitue o direito (3).

Póde defender-se a legitimidade do direito como principio anterior a toda a sociedade e a toda a legislação humana, em opposição á lei, fórmula material e visivel da protecção de que se rodeiam os homens (De Martens); póde affirmar-se,

---

(1) Palavras do feld-marechal Moltke a Bluntschli.

(2) Algumas tentativas de codificação se teem realisado, mas sem resultados praticos: a de Dudley-Field, publicada em 1872 em Nova York, com o titulo de *Draft outlines of an international Code,* foi traduzida em francez por Alberico Jacquemyns, professor em Gand, com a designação de *Projecto d'um codigo internacional.* A de Bluntschli — *Direito internacional codificado* — é a mais bella tentativa de synthese de que tem sido objecto até hoje o direito, achando-se traduzida em quasi todas as linguas.

Outras se publicaram, como a de Domin-Petrushevecz—*Resumo d'um codigo de direito internacional,* Leipzig, 1861; como o *Direito internacional codificado* de Fiore, e outros trabalhos publicados no *Boletim da Sociedade de Legislação comparada.*

(3) Theoria geralmente acceita pelos escriptores allemães e brilhantemente defendida por Puchta, Ihering, Erland e Acollas. Para estes auctores, o direito não é um simples producto espontaneo da consciencia collectiva (como querem Savigny e Mancini), realisando-se segundo as condições do meio historico; mas o resultado da lucta entre ella e os poderes legislativos. O reconhecimento, a sancção ou força obrigatoria que estes lhe attribuem, constitue a caracteristica fundamental do direito.

como MANCINI no seu discurso celebre de 1851, que todo o direito deriva da natureza humana, não sendo a lei positiva mais que o reflexo do direito immanente: — o que, porém, não poderão negar é que esses direitos, realisando-se embora como producto do meio historico, só devem dizer-se taes, desde que adquiram força obrigatoria. A funcção tutelar do direito começa com as proprias manifestações d'elle, por virtude do conflicto de duas actividades.

O direito immanente, ligado em potencia á natureza humana, é uma utopia escolastica e metaphysica.

Mas verdade é que os defensores do Direito internacional reconhecem o peso das nossas asserções. O proprio BLUNTSCHLI (1) confessa que lhe falta a sancção: appella, porém, para o futuro, quando o genero humano fôr um só povo, constituindo-se então esse direito num universal conjuncto de normas.

WEISS, attribuindo ás regras do Direito internacional caracter juridico, e considerando-as theoricamente justas e garantidas por sancções perfectiveis, cita entre estas a guerra, a historia, a opinião publica e a arbitragem.

A inanidade do seu argumento denuncia-se facilmente. E' por todos conhecido o que ha de injusto, arbitrario e cruel nesses meios de sancção. Um direito que se fundamentasse nelles definia-se: não se inspirando em normas de justiça, sómente traduziria a anarchia e a dissolução.

O Direito internacional não é um direito: é uma moral, uma moral internacional. A sua sancção só «*moralmente* se impõe aos povos ciosos do seu nome, porque o direito das gentes ou internacional se baseia na harmonia das nações» (2).

Affirmações tão categoricas provocaram a seguinte pergunta: nem excepcionalmente será direito no ponto de vista das relações privadas? (3).

A resposta encontra-se adiante implicitamente. As anteriores considerações referem-se apenas ao Direito internacional no sentido verdadeiro, ao Direito publico e ao chamado Direito das gentes. A designação de Direito internacional privado é, como veremos, erronea e por nós rejeitada: não a

---

(1) Palavras do illustre professor de Heidelberg a LAURENT.

(2) WEISS, *Direito internacional privado*, Introducção.

(3) A pergunta foi-me dirigida pelo sabio Lente da Cadeira de Processo no 4.º anno de Direito, dr. AFFONSO COSTA, em nota a esta passagem da minha Dissertação sobre o artigo 20.º do Codigo do processo civil.

admittimos para o conjuncto de normas reguladoras da vida civil dos estrangeiros, ao qual reservamos outra denominação.

Póde, pois, concluir-se que a persistencia de taes designações na doutrina e na pratica, sem fundamento e rigor scientifico, só póde explicar-se pela força que a tradição exerce sobre o uso dos termos juridicos.

3. A natureza das fontes do Direito internacional vem corroborar as nossas affirmações: nada teem de fixo, estavel e permanente.

O costume internacional ou consentimento tacito das nações, cuja existencia é constatada pelas actas das conferencias e congressos, pelos processos verbaes de negociações diplomaticas e notas expedidas pelas chancelarias e ministerios, e ainda pelos *livros* (1); esse mesmo não tem a importancia juridica de que gosa o costume interno.

Este tem força de lei, introduzida e mantida pelo uso; deriva da auctoridade do legislador, que a elle adhere tacita ou expressamente; e a sua esphera de applicação é a mesma que a da lei. Pelo contrario, o costume internacional reveste a fórma de convenção tacita, ratificada pela tradição, mas variavel segundo as circumstancias; realisa-se pelo consentimento presumido das nações interessadas e obriga simplesmente as partes contractantes ou que tacitamente a elle adhiram.

E' verdade que ha relações reguladas pelo consentimento expresso dos Estados, por meio de tratados, decisões dos institutos jurisdiccionaes, como os tribunaes aduaneiros, coloniaes, de navegação e arbitragem; mas a sua validade recáe apenas sobre os pactuantes. Estes mesmos podem revogal-as, ou desprezal-as, consoante as razões e as conveniencias de qualquer ordem.

Ora, se o costume é a fonte mais abundante do Direito internacional, e estando elle sujeito ás fluctuações arbitrarias do interesse e do capricho dos governos, como poderemos em boa razão scientifica chamar-lhe e dar-lhe fóros de Direito?

E' verdade que uma pleiade illustre de auctores trabalha por lhe dar estabilidade de principios e lançar as bases da sua

---

(1) Livros publicados pelos governos e que conteem os documentos referentes a qualquer negociação diplomatica. A Inglaterra tem o *livro azul;* a Austria e Hespanha o *livro vermelho;* a Italia o *livro verde;* a Allemanha o *livro branco* e a França o *livro amarello.* Portugal usa os *livros branco* e *azul.*

scientifica constituição (1). Não obstante, o Direito internacional, nascente como está, não conseguiu ainda romper as faxas da doutrina e dos tribunaes (2).

Criaram-se associações, cujo unico objectivo é estudar as legislações estrangeiras e resolver os conflictos internacionaes (3); uma enorme propaganda se estabeleceu por meio de jornaes e revistas (4), ao mesmo tempo que nas Universidades se alarga o seu ensino (5):—porém, a constituição orga-

---

(1) A bibliographia d'este ramo dos estudos modernos é das mais opulentas. Ao lado dos escriptores classicos uma verdadeira legião de talentos tem alargado e enriquecido o campo da doutrina internacional.

(2) Em França, além do *comité* consultivo do contencioso, regulamentado pelo decreto de 17 de julho de 1882, e funccionando junto do ministerio dos estrangeiros, com elementos tirados do Senado, Camara dos Deputados, Conselho de Estado e Tribunal de Cassação,—existe tambem, annexo ao ministerio da justiça, um *comité* de legislação estrangeira, presidido pelo illustre jurisconsulto Léon Ancoc, que publicou a traducção dos principaes codigos estrangeiros.

Na Inglaterra os conselheiros da corôa accumulam funcções de jurisdicção internacional, gosando as suas decisões de immensa importancia. Na Italia ha um *comité* consultivo de direito internacional, que tem dado provas de nobre independencia.

(3) E' preciso collocar na primeira plana o Instituto de direito internacional, fundado em Gand por Rolin-Jacquemyns, em 1873, e que conta no numero dos seus membros homens de Estado e distinctissimos jurisconsultos dos dois mundos. Todos os annos realisa uma sessão em cidade importante préviamente designada, discutindo-se ahi os relatorios e projectos apresentados pelas commissões. Os seus fins são: 1.º favorecer o desenvolvimento do direito internacional; 2.º formular os principios geraes d'esta sciencia e espalhar o seu conhecimento; 3.º dar o seu auxilio a toda a tentativa séria de codificação do direito internacional; 4.º promover a consagração official dos principios reconhecidos como em harmonia com as necessidades dos tempos modernos; 5.º trabalhar pela manutenção da paz e observancia das leis da guerra; 6.º examinar as difficuldades de interpretação e applicação do direito internacional; 7.º contribuir pelo livro, pelo ensino e por todos os meios, para o triumpho da justiça e da fraternidade entre os povos.

Na Inglaterra funcciona a *Associação para a reforma e codificação do direito das gentes*. A França tem a *Sociedade de legislação comparada*, fundada em Paris em 1890.

(4) Na Inglaterra publica-se o *Report of the annual Conference*, orgão da *Associação de codificação* de Londres. Em França sahem a publico o *Boletim mensal* e os dois *Annuarios* da *Sociedade de legislação comparada*, e o *Jornal de direito internacional privado*, dirigido por Eduardo Clunet, e fundado em 1874.

Além d'estas, outras publicações se realisam na Belgica: a da *Revista de direito internacional e legislação comparada*, e a do *Annuario*, pelo Instituto de Gand.

(5) O Direito internacional, tanto publico como privado, ensina-se em todas as Universidades de Direito da Allemanha, Italia e Paizes Baixos.

nica e positiva do Direito internacional parece demorar ainda muito.

4. O seculo XIX, com a sua indole essencialmente mercantil, viu realisar-se um dos factos mais interessantes da historia dos povos: a approximação economica e intellectual dos homens, que despedaçou os velhos preconceitos do isolamento das patrias. O estrangeiro deixou de ser um inimigo para ser considerado um membro da grande familia universal, com reconhecimento de direitos e garantias.

Porém, as relações da vida privada não encontram a mesma regulamentação em todos os paizes, por virtude de factores naturaes e historicos. A diversidade de legislações provoca, quanto á garantia juridica do estrangeiro, verdadeiros conflictos (1).

Os codigos consignam um certo numero de normas e principios que determinam a condição civil dos estrangeiros, e a que se deve chamar, no seu conjuncto, DIREITO PRIVADO DO ESTRANGEIRO, que abrange o Direito civil é commercial e o respectivo processo (2).

Esta designação, hoje geralmente adoptada pelos escriptores italianos, corresponde admiravelmente ao conteúdo d'aquelle

---

Em França professou-se primeiramente o direito internacional publico nas Faculdades de Paris, Strassburgo e Collegio de França, estendendo-se depois ás de Nancy, Lille, Lyon e á Escola livre de sciencias politicas, creada em 1871. O decreto de 28 de dezembro de 1880 introduziu nas Faculdades francezas o ensino do Direito internacional privado.

O ultimo decreto de dezembro de 1901, que reformou a Universidade de Coimbra, incluiu uma cadeira de Direito publico e privado no quadro de ensino da Faculdade de Direito, satisfazendo assim as mais justas e instantes reclamações.

(1) Como sobrevivencia dos velhos costumes locaes e da antiga organisação politica, esta diversidade ainda hoje se dá mesmo dentro de cada paiz. A Allemanha, apesar da sua tendencia para a unidade legislativa, guarda as leis particulares dos Estados da Confederação; a Austria não conseguiu estender o seu codigo ás populações da Hungria, Croacia, Slavia e Transylvania; a Grã-Bretanha, os Paizes Baixos, o grão-ducado de Luxemburgo, a Suecia e Noruega, os Estados Unidos, a Suissa, a Polonia e a Finlandia regem-se por leis de caracter local e costumario.

(2) As definições de FIORE, WEISS, LAURENT e LAINÉ, fieis á terminologia classica, consideram a sciencia do direito internacional um conjuncto de principios que resolvem os conflictos de leis entre Estados differentes. DUBOIS, CARLE e BAR limitam o campo do direito internacional privado ás normas reguladoras das relações entre particulares de Estados estranhos. A nossa definição concorda melhor com as doutrinas correntes.

direito. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO não se entende como referido a individuos: suppõe como sujeitos as nações (1).

A tradição scientifica tem, comtudo, mantido o velho titulo, que de maneira nenhuma subentende a especial natureza d'esse ramo juridico.

No DIREITO PRIVADO DOS ESTRANGEIROS inclue-se a materia processual, e conjunctamente a de competencia, embora faça parte do Direito publico de cada paiz. E' ella, porém, um complemento tão necessario do Direito civil e commercial, que mesmo no estudo do Direito interno andam estreitamente ligadas as duas materias (2).

(Continúa).

AMADEU SILVA D'ALBUQUERQUE,
Quintannista de Direito.

---

(1) HUBER, HERT, VOET, STORY, WARTHON e WECHTER usam da expressão *Conflicto das leis.* LAURENT emprega o titulo *Direito civil internacional,* já introduzido por PORTALIS e ROCCO. FIORE rejeita a designação classica de *Direito internacional privado* para adoptar a de *Theoria da auctoridade e applicação das leis de Estados differentes segundo os principios do Direito internacional.*

Adherimos á denominação de *Direito privado do estrangeiro* (ou mélhor, *Direitos civis do estrangeiro*), admiravelmente sustentada por EDUARDO CIMBALI e calorosamente recebida na Italia.

(2) No segundo volume d'este livro, que se occupará da exegése e critica das leis reguladoras da vida civil do estrangeiro em Portugal, mais largamente trataremos do conteúdo, fundamento e concepção moderna do chamado Direito internacional privado.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TRAUMATISMO E ORGANISMO

(Cont. do n.º 9, pag. 556)

Nervos vaso-constrictores. — Claude Bernard e Brown-Sequard, obtendo pela acção do sympathico ou arrancamento do ganglio cervical superior, a vaso-dilatação da metade cephalica correspondente, e provocando, pela electrisação da extremidade peripherica do nervo seccionado, a anemia consecutiva, fôram os primeiros que fizeram a demonstração physiologica de um nervo vaso-constrictor.

Depois d'esta descoberta a topographia da innervação vaso-constrictora tem-se estabelecido successivamente conhecendo-se hoje tres grandes áreas de distribuição:

1.ª *Área cephalica.* — Regida pelo sympathico cervical.

2.ª *Área abdomino-pelvica.* — Dependente das fibras vaso-constrictoras dos nervos esplanchnicos.

3.ª *Área somatica.* — Regida pelas fibras medullares que, lançando-se, directa ou indirectamente, por intermedio do sympathico, nos nervos sensitivos-motores dos membros (sciatico) presidem á vaso-constricção da circulação das extremidades.

Nervos vaso-dilatadores. — É, ainda, a experiencia de Claude Bernard, sobre a excitação da corda do tympano, que se deve a descoberta dos nervos vaso-dilatadores. A sua topographia não está ainda hoje completamente determinada. Conhecem-se:

a) *Glosso pharyngieo.* — Que provoca o vaso-dilatação da área bucco-lingual.

b) *Laryngeo superior.* — Que determina a congestão da área laryngea comprehendida entre a epyglote e as cordas vocaes.

c) *Fibras esplanchnicas.* — Que provocam a vaso-dilatação quotidiana do tractus intestinal, a vaso-dilatação periodica dos orgãos genitaes e a congestão do tecido erectil do penis (Eckart).

Suppõem-se, ainda, a existencia de fibras vaso-dilatadoras esplanchnicas em todos os troncos nervosos que conduzem fibras vaso-constrictores (Francois Franck e Bradfan).

Centros. — A secção da medulla abaixo do bolbo determina uma queda de pressão arterial e a sua excitação uma hypertensão independente dos movimentos cardiacos que só póde por tanto explicar-se por uma vaso-constricção generalisada.

Admitte-se pois a existencia de um centro vaso-constrictor bolbar de acção tonica e permanente. A existencia de um centro vaso-dilatador é discutida. A existir actua passageira e accidentalmente e, de um modo geral, póde affirmar-se que os centros bolbares se encontram habitualmente dispostos a realisar a vaso-constricção. Nas condições habituaes é no sentido da vaso-constricção que se encontra disposto o funccionamento do bolbo.

A área peripherica physiologica do apparelho innervador dos vasos é a superficie interna do coração; o seu estimulo adequado á pressão intra-cardiaca.

O conductor que leva essa excitação aos centros, — o nervo depressor de Cyon — que sahe do coração entre a aorta e a arteria pulmonar, colloca-se ao longo do sympathico cervical para, finalmente, se juntar ao pneumo-gastrico e laryngeo superior.

Estimulado pelo augmento de pressão inter-cardiaca, o nervo inhibe o centro *vaso-constrictor,* e dilata os vasos diminuindo as resistencias periphericas.

Ao lado d'este conductor centripeto especifico existem, como para o coração, outras vias sensitivas que influem reflexivamente sobre o tonus vascular: Umas determinam, em regra, reacções vasculares constantes e pre-determinadas — *as esplanchicas* —. A excitação da área abdominal determina vaso-dilatação das visceras abdominaes — *pelvicas* —.

Glosso pharyngeo. — A excitação da sua área de distribuição nasal provoca a vaso-dilatação da face. Os outros, e estes são os nervos sensitivos, determinam reacções vasculares inconstantes e variaveis dependendo:

1.º Da intensidade e natureza do estimulo.

2.º Do estado dos centros.
3.º Da condição circulatoria, de momento, da região onde se represente o reflexo.

Innervação pulmonar

Via centrifuga. — Nervos motores dos musculos inspiradores e expiradores.

Centros. — Centros locaes medullares situados ao nivel da origem dos nervos motores; centro bolbar coordenado ao nivel da extremidade do calamus.

Nervos centripetos. — Os ramos sensitivos do pneumo-gastrico que se distribuem no pulmão; os ramos sensitivos do laryngeo-superior, e os ramos sensitivos do trigemeo que se distribuem na mucosa nasal são os conductores centripetos especificos do apparelho.

Em regra, porém, todas as excitações centripetas influem sobre a actividade respiratoria, especialmente as que actuam na pelle da face e do thorax.

Em consequencia d'este apparelho regulador a pressão sanguinea no individuo normal oscilla entre limites muito estreitos. As excitações funccionaes e os reflexos vaso-motores, não perturbam a sua uniformidade.

Uma excitação cutanea ou a presença de um corpo sapido na mucosa lingual provoca um reflexo tão localisado que não influe de 1^{mm} de mercurio na pressão arterial.

Uma excitação mais extensa o frio estimulando a superficie da pelle, — o bolo alimentar percorrendo o tractus intestinal —, sollicitam já reflexos mais intensos que poderiam ter uma acção perturbadora. Mas o systema vascular encontra-se previdentemente, scindido em partes que funccionam d'uma fórma inversa, e por um balanço bem conhecido a congestão das mucosas compensa-se por uma vaso-constricção cutanea e reciprocamente.

Finalmente, quando os segmentos ou anneis vasculares não podem compensar-se entre si appellam para o coração; se a tensão intra-cardiaca se exagera, o reflexo de Cyon desloca o sangue para os vasos e ahi accumulado permitte que o coração pulse mais pausadamente e a pressão se abaixe entre systoles menos repetidas.

Schock vaso-motor

Imaginemos uma irritação violenta motivando uma vaso-dilatação e que o reflexo produzido em vez de se localisar no ponto irritado se generalisa a toda a área vascular; supponhamos ainda, que essa área é a enorme rêde dos vasos abdominaes e que nas suas malhas dilatadas estagna uma grande fracção da massa sanguinaria. As reacções vaso-constrictoras serão então insufficientes para realisar a compensação; o coração por mais que accelere os seus movimentos nada poderá contra essa enorme barragem peripherica.

É a este reflexo vaso-dilatador generalisado e descompensado que se chama *schock* vaso-motor. É o principal elemento do *schock* traumatico; para Fischer e Crille é mesmo o unico.

Como todos os reflexos depende simultaneamente da irritação externa e das condições do organismo que reage. As acções exteriores produzem-o tanto mais facilmente quanto mais intensa é a reactividade vaso-inhibidora da região e mais extenso o departamento vascular.

A clinica mostra a frequencia com que as contusões e ferimentos do abdomen se acompanham de *schock*. Alguns cirurgiões diagnosticam pelo facies numa série de feridos, os que tem ruptura das visceras abdominaes. A laparotomia, mesmo sob a anesthesia, determinam-o por vezes, principalmente se o peritoneo está vivamente inflammado. Mas, é experimentalmente que a existencia do *schock* abdominal se póde pôr em evidencia.

Laparotomizemos (em Grille) um animal; colloquemos um manometro na veia-porta que nos dará a pressão local, e ponhamos outro em communicação com a aorta para medir a tensão sanguinea. Se agora traumatizarmos a região, as visceras congestionam-se vivamente, a injecção estende-se a todo o systema esplanchnico; o manometro portal dará uma elevada tensão local, e simultaneamente a pressão aortica diminue.

Experiencias successivas mostram tambem que a susceptibilidade das diversas visceras abdominaes não é a mesma; que a irritação do duodemo peptoso e vesicula biliar são particularmente perigosas; que as tracções do mensenterio ou o repuxamento da vesicula, irritando os nervos e alargando as veias, augmentam a depressão, e que, d'um modo geral, o

schock é tanto mais severo quanto mais se approxima dos orgãos pelvicos.

Área pelvica. — A área pelvica vem em importancia, logo depois da abdominal, e as lesões do ovario, da trompa e do utero determinam uma depressão immediata.

Nas grandes intervenções gynecologicas, o momento em que o operador repuxa o utero, traduz-se sempre por uma dilatação pupillar.

No homem, como representante da susceptibilidade dos orgãos genitaes internos da mulher, encontra-se o testiculo. É bem conhecida a repercussão que os traumatismos do testiculo têem sobre o systema nervoso vascular.

Na operação da castração, mesmo sob anesthesia, quando se pratica a laqueação do cordão observa-se uma queda brusca na pressão radial; o *schock* é frequente quando se não toma a precaução de anesthesiar pela cocaina a tunica vaginal ou o cordão espermatico.

Experimentalmente demonstra-se que a área vascular attingida é a esplanchnica. O facto comprehende-se; a vaginal é uma dependencia do peritoneo e o testiculo um orgão pelvico ectopiado.

O *schock* vaso-motor póde produzir-se ainda nas outras áreas vasculares. Os amputados de Pirogoff cahiam em *schock* no momento em que a serra de amputação começava a diarese do osso.

Fóra da área esplanchnica o *schock* é menos frequente e menos temivel, dependendo, sobretudo, das condições do organismo.

Essas condições referem-se, como para o coração:

1.º Á excitabilidade geral dos apparelhos vaso-motores.

2.º Ao funccionamento de centros.

3.º Ao estado dos orgãos periphericos.

A influencia da excitabilidade manifesta-se nas differenças que essa relação ao *schock* offerece.

Edade. — Roger affirma que o *schock* é pouco para temer nas creanças e explica o facto pela falta de desenvolvimento dos apparelhos de inhibição, apenas esboçados numa edade. A creança é um ser espinal essencialmente dynamogenico. Norri verificou experimentalmente, que os animaes novos são mais resistentes.

A edade média da vida — 20 a 40 annos — parece ser a edade de eleição, como o demonstra a prática quotidiana e

as observações recolhidas em occasião de revoltas e motins (Roger).

O velho não está isento do *schock* mas no seu organismo gasto evoluciona clandestinamente sem a violencia que offerece nos adultos.

Sexo. — Roger reclama ainda para a mulher a immunidade que caracterisa a edade infantil.

Constituição individual. — A constituição nevropatica facilita o *schock*. Assim se pronuncia Onteren *(Raylmway-Surgeon 99)* affirmando que o *schock* se encontra de preferencia nos nevropatas hereditarios. Nizen *(in-ibidem)* considera mesmo o *schock* como uma reacção nervosa heriditaria contra as lesões locaes.

A existencia de susceptibilidades individuaes é indiscutivel: registam-se observações consecutivas á extracção de um dente á migração de um calculo ou a tentativa de catheterismo urethral.

(Continúa).

JOSÉ DE MATTOS SOBRAL CID.

DEZ ANNOS DE SCIENCIA

(Cont. do n.º 7, pag. 417)

Façamos a cada um a justiça que merece; a um receptor extremamente sensivel inventado pelo sr. Branly é que se deve o exito da telegraphia sem fios. Consiste este receptor num tubo cheio de limalha metallica, cuja resistencia electrica se attenuou em enormes proporções pela absorpção da onda electrica. Um pequeno choque restabelece o tubo no seu primitivo estado, e, para comprehender uma série de signaes, basta seguir por um processo elementar as variações da resistencia electrica do tubo.

Grandes esperanças que parecem justificadas assentam na telegraphia sem fios. Já se realizaram transmissões a 100 kilometros, constituindo um meio precioso de communicação entre si ou com as costas dos postos isolados, das cidades cercadas, ou dos navios.

Num serviço inaugurado por Marconi na travessia do Atlantico conseguiu-se continuar em communicação com o continente americano por muitas horas depois da partida e receberem-se noticias da Europa *muito* antes de se lhe avistarem as costas.

E' evidente que a telegraphia sem fios por meio da onda electrica não passa de telegraphia optica. Póde, por consequencia, perguntar-se em que é que reside a vantagem d'esta ultima.

Já na obra de Fresnel se encontra resposta a esta pergunta. O grande physico, que não conhecia em todo o caso senão o espectro visivel, demonstrou que a absorpção d'uma onda num meio contendo corpusculos opacos é tanto menor quanto maior for o comprimento de onda.

A experiencia confirmou esta deducção muito mais amplamente do que pudera suppô-lo Fresnel; demonstrou que as ondas hertzianas atravessam os corpos areentos com a condição de que o meio no seu conjuncto seja mau conductor de electricidade; atravessam as neves e as cerrações, as madeiras e a pedra que oppõem obstaculos intransponiveis para a luz ordinaria.

Demais a diffracção é tanto mais intensa quanto maior for

*

o comprimento de onda. As ondas electricas contornam os obstaculos approximadamente como as ondas sonoras da mesma ordem de grandeza. A telegraphia por ondas electricas póde portanto ter logar em todas as circumstancias de tempo, atravez de todos os corpos maus conductores da electricidade, com instrumentos receptores ou transmissores que não precisam orientar-se rigorosamente. E' preciosa vantagem em todas as circumstancias em que a linha que junta os dois instrumentos não estiver bem determinada; mas esta diffusão das ondas em todas as direcções do espaço é um defeito capital para o sigillo das communicações e para a sua clareza, se muitos transmissores estiverem no raio de acção uns dos outros.

Os diversos phenomenos que acabamos de enumerar e as suas applicações são consequencia logica das ideias de Faraday e de Maxwell, bem como da experiencia fundamental de Hertz; mas o que homem de genio algum podia prever era a maneira como se comportariam os organismos vivos quando atravessados por ondas electricas de alta frequencia.

Desde a memoravel experiencia de Galvani se sabe que até as descargas electricas de fraca intensidade sobre os filetes nervosos produzem contracções musculares por vezes intensas.

Tambem de ha muito se sabe que estas contracções se produzem nos seres que não apresentam sensibilidade alguma especial, quando estas correntes são rapidamente variaveis ou alternativas.

Poder-se-ia acreditar, por consequencia, que as ondas electricas de alta frequencia produziriam effeitos de tetanisação extraordinarios e absolutamente insupportaveis. A experiencia tentada pelos srs. d'Arsonval e Tesla deu comtudo resultado directamente opposto a estas previsões. Ondas de alta frequencia directamente conduzidas de um ponto ao outro da superficie de um ser vivo parece que não o affectaram de modo algum.

Nenhuma sensação particular resentiu o experimentador que de motu-proprio a ellas se sujeitou. Suppoz-se durante algum tempo que as correntes se propagavam superficialmente e que, não attingindo as camadas profundas, não tinham ensejo de nellas se manifestar.

Mostraram todavia experiencias de duas ordens distinctas que era erronea esta ideia.

Realmente estas correntes penetram inteiramente no organismo, e se não produzem ahi acção nervosa alguma directamente verificavel, por outras acções se manifestam que facil

é pôr em evidencia. Activam-se os phenomenos da respiração, mais intensas e mais completas são as combustões; e, sem que faça movimento algum, o paciente soffre sem cansaço apparente as acções que produziria um violento exercicio.

Sob o ponto de vista physiologico e especialmente medico são importantissimas as consequencias d'estas observações. Mais ou menos todos nós soffremos desequilibrio entre os ganhos e as perdas do nosso organismo. As nossas combustões são incompletas, conservamos residuos, e encontramo-nos em condições analogas ás d'uma machina de vapor cuja caldeira se deixasse ensalitrar e de que nunca se limpasse completamente a grelha. A arthrite, a diabetis e outras doenças proprias da vida sedentaria são as consequencias d'este lamentavel estado.

Grande importancia prática adquiriram desde então as observações do dr. d'Arsonval. Com grande exito fizeram os medicos uso d'ellas ao mesmo tempo que os constructores inventaram instrumentos com que se póde applicar ao organismo vivo a alta frequencia debaixo de todas as suas fórmas. De todas a mais singular consiste em collocar o paciente no interior de uma bobina por onde circulam as correntes. Produz-se então directamente a inducção; o paciente é como que o secundario da bobina e cada volume infinitesimo do seu corpo torna-se a séde de uma corrente induzida. Se fizer um circulo com os braços ver-se-hão saltar faiscas entre os dedos que estiverem uns em frente dos outros; se tiver em cada mão um dos conductores de uma lampada de incandescencia ver-se-ha que esta se accende (1).

Se as relações previstas entre a luz e a electricidade nos deram azo a ampliar indefinidamente o nosso conhecimento do espectro para o lado de frequencias menores do que as da luz e realizar ao mesmo tempo grandiosos e esplendidos inventos, outras relações de que physico algum suspeitara abriram á sciencia um campo novo e imprevisto em toda uma série de radiações tão singulares, tão inesperadas que o primeiro contacto com ellas foi absolutamente desordenado, até para aquelles que de nada se admiram.

De ha muito que se estudavam as descargas electricas nos gazes rarefeitos; combates homericos se tinham travado com referencia aos phenomenos que as acompanham.

Tão bem concordara uma parte dos phenomenos com a

---

(1) Na conferencia realizaram-se estas experiencias.

ideia do movimento material sustentada pelo celebre philosopho inglez William Crookes, que por um instante teve grande acceitação a sua hypothese. Admittiu-se, segundo o exemplo por elle dado, que os gazes em pressão muito baixa possuiam propriedades caracterisadas pela individualidade completa das molleculas e resumidas sob a designação de *materia radiante*.

Com argumentos não menos bons tentavam outros physicos demonstrar que era quasi impossivel explicar os phenomenos observados por um fluxo de materia. Ora, por uma circumstancia singular, como compensação dos numerosissimos casos em que na sciencia todos erram, parece que em referencia aos phenomenos de que tractamos todos tinham razão, por uma causa bem simples; só porque os factos observados nos tubos de Crookes se compunham de dois grupos absolutamente distinctos, uns materiaes, outros ethereos. Todos vós conheceis a descoberta portentosa do professor Roentgen. Envolvendo um tubo de Crookes num papel preto viu a certa distancia d'este tubo darem um fraco resplendor cristaes de platino-cyaneto de bario; um exame rapido d'esta luminescencia provou-lhe que devia procurar-se a sua causa primaria no proprio tubo que era origem de uma fórma desconhecida de energia; proseguindo nas suas investigações, encontrou o facto capital de que aquelles raios se propagam em linha recta quaesquer que sejam as superficies que atravesse, e esta outra propriedade mais de admirar talvez para as pessoas pouco familiarisadas com os phenomenos physicos — que a opacidade dos diversos meios para estes raios não tem relação alguma com o poder absorvente para as ondas ethereas conhecidas até então.

Possuem estas radiações além do poder de illuminar certas substancias o de impressionar as placas photographicas.

Enunciadas desde a primeira communicação do professor Roentgen á Sociedade physico-medica de Wurtzburgo, creavam estes factos um novo ramo de actividade: a *radiographia* e a *radioscopia*.

Todos se lembram da immensa fama que tiveram estas revelações. Por toda a parte se trabalhou; cada um quiz encontrar um facto novo e a generalidade do publico ordinariamente tão alheio ás mais bellas descobertas, o publico que não sabia os nomes de Maxwell e Hertz em magotes se dirigiu para os laboratorios e para as sessões das sociedades sabias onde esperava satisfazer a sua curiosidade.

A descoberta dos raios, a que o professor Roentgen deu o nome de raios X para que ficasse bem em relevo o grande

ponto de interrogação que os envolvia, teve a felicidade singular de dar origem ao mesmo tempo a um facto scientifico da mais elevada importancia e a maravilhosas applicações.

Usadas por toda a parte na investigação dos espaços em que não podem penetrar os nossos olhares, permittem fixar a posição dos corpos estranhos no nosso organismo, a natureza d'uma fractura ou d'uma deformação, poupando assim muitas vezes longas e duvidosas investigações que, a despeito do melhor methodo e da maxima perspicacia, levam por vezes o medico e o cirurgião por caminho errado com o maximo prejuizo para o enfermo. Só este lado da descoberta do professor Roentgen, que deu logar a que se evitassem tantos soffrimentos, assegura ao seu auctor um dos melhores logares entre os bemfeitores da humanidade.

Da maneira mais imprevista terminava com a descoberta dos raios X uma lucta cujos resultados eram difficeis de prever. Ficava evidenciado que, se não tinha podido haver accordo até então em referencia á natureza dos phenomenos que se passam no interior e externamente ao tubo de Crookes é porque se tornava impossivel determinar uma unica origem para estes phenomenos. Estava-se em presença de duas categorias de factos essencialmente distinctos: a theoria de Crookes subsistia inteiramente, mas não abrangia senão uma parte dos factos ao passo que os outros lhe escapavam totalmente. Tão novos eram porém estes ultimos, tão pouco se amoldavam com o que se sabia já ácerca das radiações, que os maiores physicos porfiavam em redor d'elles sem conseguir apresentar theoria alguma absolutamente satisfactoria.

Bem depressa houve accordo a respeito da producção d'elles. Visto que era viavel a theoria de Crookes, admittiu-se facilmente que as partículas de materia violentamente repellidas do electrodo negativo do tubo, batiam na parede opposta com grandissima velocidade e determinavam no ponto de incidencia vibrações de natureza particular que por seu turno geravam os raios X.

Volvemos ás relações entre a materia e as ondas ethereas, ha pouco tocadas ao de leve. A causa immediata dos raios X bem parece que é uma vibração mollecular mas desordenada, comparavel com a de um sino que recebesse um chuveiro de ballas.

E' esta theoria das ondas não periodicas, renascentes sem cessar por causa de novas incidencias que, no parecer de sir G. G. Stokes, parece que melhor condiz com todos os pontos.

Esta descoberta do professor Roentgen devia dar origem

a outras mais admiraveis ainda sobre o que lamento ter que falar com muita brevidade.

Após uma observação do sr. H. Becquerel que descobrira perto de um pedaço de uranio raios semelhantes aos de Roentgen, o sr. Curie e sua mulher propozeram-se descobrir por um methodo que inventaram, os corpos que possuiam num grau exagerado aquella propriedade. Depois de longos e custosos trabalhos, conseguiram isolar substancias que tinham todas as propriedades de um tubo de Crookes actuado por descargas electricas. Estas substancias de que até hoje se não obtiveram senão preparações misturadas com bario e bismutho e que o sr. Curie chamou *polonium* e *radium* emittem constantemente radiações capazes de ennegrecer as preparações photographicas, illuminar os alvos e atravessar corpos opacos para a luz como são os metaes.

Além d'isso, o *radium* dá uma emissão de particulas materiaes que se propagam em linha recta com velocidade prodigiosa, desviando-se apenas pela acção de um campo magnetico ou d'um campo electrico.

Estas particulas carregam-se de electricidade, e são em todo o ponto analogas á descarga estudada pelo sr. Hittorf e sir W. Crookes. E' a existencia d'estes corpos o maior mysterio cujo estudo agora se propõe aos physicos.

Por brilhantes que pareçam estas descobertas no dominio da optica e da electricidade e por desluzido que pareça, comparando-o, o estudo das propriedades da materia, vimos por mais de uma vez o contacto intimo entre estas duas ordens de ideias e a impossibilidade de as separar inteiramente umas das outras. A mollecula material considerada hoje como gerador de ondas luminosas, que não passam como se viu de ondas electricas de alta frequencia, a producção dos raios Roentgen por choques molleculares e, para terminar, a existencia do *radium* mostram-nos quantos mysterios da physica do ether haveria que esclarecer se melhor se conhecessem as propriedades da materia. Por isso tambem, depois de desprezado quasi, durante algum tempo, de novo volveu o estudo da materia a merecer apreço.

Além da *physico-chimica* sciencia nova que d'ella constitue o objecto unico do seu estudo, consagram-se-lhe hoje numerosos trabalhos de physica e de chimica pura, e são as relações entre a materia e o ether que indicam o programma de uma parte d'estas investigações. Outras ha todavia que por emquanto são puramente materiaes.

Apartarei principalmente o estudo das ligas pelos dois pro-

cessos das temperaturas de fusão e da micrographia. Esta nova direcção que se deu a estas investigações revolucionou os nossos conhecimentos respeitantes ás misturas dos metaes; revelou-nos nas ligas a existencia de combinações em proporções definidas, em logar de simples misturas em todas as proporções que outr'ora se admittiam; mostrou as condições de formação das ligas e aquellas de que dependem as suas propriedades; levou directamente á creação de novas ligas, não já obtidas por numerosos ensaios e factos de acaso, mas por caminho seguro em que o resultado muitas vezes confirmou as previsões. A ideia, cada vez melhor assente, da diffusão dos metaes em casos bem determinados, de ausencia de diffusão noutros, dá razão da existencia possivel de misturas homogeneas, heterogeneas liquatadas e para a prática as mais preciosas indicações. O immenso desenvolvimento industrial devido á producção economica da energia electrica pelo dynamo tambem levou, afóra as applicações já antigas á illuminação e a toda a casta de transportes, a novos e fructiferos estudos. A temperatura extremamente elevada que se estabelece no ponto d'onde brota o arco electrico, já não existem os corpos no estado de combinações, dissociam-se; e assim é que se poderam obter facilmente por meio do forno electrico corpos que até hoje se não tinham isolado. A preparação de muitos d'esses corpos ficará ligado o nome do sr. Moissan.

Ao mesmo tempo que o forno nos faz passar d'um salto da temperatura de cêrca de 2000 graus que dá o maçarico oxhydrico para a de 3500 que corresponde a ebullição e a dissolução do carbono no ar, vão por outro lado experiencias dos srs. Cailletet e Pictet, de Wroblewski e do sr. Alszewski, dos physicos e dos industriaes realisar machinas susceptiveis de fornecer ar liquido em grande copia. Os srs. Linde e Hampson vendem hoje em dia apparelhos que dão hectolitros de ar liquido por hora attingindo industrialmente temperaturas de 180 a 190 graus abaixo de zero. Bem mais longe ainda foi o sr. J. Dewar. Arrefecendo no ar liquido sobre que se fazia o vacuo hydrogenio fortemente comprimido, conseguiu, distendendo-o, liquefazê-lo por sua vez em quantidades sufficientes para que se podesse determinar-lhe a temperatura sob pressões diversas e as suas propriedades mais importantes. Assim se chegou a menos de 10 graus do zero absoluto, o que quer dizer que d'este lado se está quasi a tocar nos limites do cognoscivel.

Já são numerosas e consideraveis as applicações práticas

dos gazes liquefeitos; o futuro melhor evidenciará toda a importancia d'ellas.

Volvamos sobre o que dissémos. Vimos esta simples ideia da oscillação etherea crescer e ampliar-se, invadir a optica e a electricidade e levar a um terreno que se poderia denominar a hyperoptica.

Vimo-la desenvolver indefinidamente noções que ha menos de um quarto de seculo estavam como que atrophiadas. Vimo-la utilizar tambem para beneficio da humanidade noções que, totalmente ignoradas ha dez annos, hoje occupam um logar consideravel que de cada vez mais crescerá. O estudo da oscillação do ether faz-nos subir á sua origem mais vulgar que é a materia, e como que apalpamos o poderoso interesse que apresenta este estudo.

Por fim o desenvolvimento parallelo, immenso, da sciencia e da industria nos dez annos que acabam de passar collocou nas mãos dos práticos novos elementos de investigação ultrapassando em possança os mais bellos sonhos dos physicos que foram nossos mestres.

O que será a sciencia de ámanhã? Bem audaz o que o disser. Mas o seu recentissimo passado é para nós um penhor precioso do futuro.

Perguntar-se-ha ainda para que servem as investigações de laboratorio? Se outr'ora poderam espiritos enfadados, tristonhos exprimir algumas duvidas a esse respeito, os brilhantes exitos victoriosamente alcançados pela alliança da sciencia e da industria foram a melhor resposta que se lhes podia dar.

Demais seria mal comprehender a sciencia se se exigisse d'ella outra coisa mais do que a evidenciação de factos exactos e a coordenação d'elles em theorias cada vez mais extensas, abrangendo de um só olhor crescentes dominios, vistos de cumeadas cada vez mais altas.

Sejamos indulgentes para com o investigador; saibamos esperar por muito tempo a realisação das suas promessas; por vezes a intima visão com os olhos do espirito o cega e lhe não deixa ver as realidades, mas a vós pertence apoderar-vos d'ellas; a vós, presados companheiros que na maior parte consagraes os vossos esforços ás applicações da sciencia, porque a humanidade aguarda os progressos visiveis para todos e que augmentarão o seu bem estar...

Traducção de HEATHERS.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ARTES INDUSTRIAES E INDUSTRIAS PORTUGUEZAS

(Cont. do n.º 9, pag. 560)

VIII

Fernandes (Pero)

Tapeceiro em Olivença. Tendo dado uma estocada n'um seu companheiro, Miguel Rodrigues, do mesmo officio, houve de responder á justiça pelo seu crime, e por este motivo lhe foram passadas duas cartas de perdão uma em 1567 outra no anno seguinte. Por estes documentos se prova a existencia da industria da tapeçaria n'aquella villa, que desde a invasão franceza deixou de fazer parte da nossa corôa, pertencendo hoje á Hespanha.

«Dom Sebastyão &. A todollos corregedores e ouuidores, juizes e justiças de meus reinos e senñorios, a que esta minha carta de perdão for mostrada, e o conhecimento della com direito pertencer, saude: faço saber que Pero Fernandez, tapyteiro, morador em a uilla doliuença me enuyou *(dizer)* per sua pitiçã que estando preso na cadea da dita villa, nos sobrados de cima, sollto e sem ferros por hum ferimento e hua querella que delle dizem *(talvez deram)* por se dizer ẽtrar em hũa casa e leuar certas peças que erão suas conforme a sentença que apresentaua, da qual sentença da Relação, digo da qual saira pello ferymento em hum anno de degredo pera Africa per sentença da Relação, e andando em cima como dito he sollto e sem ferros se saira da dita cadea hua noite depois do sino e se fora a sua casa, que era ahy na praça junto da cadea e chegando a sua porta achara a justiça e por não ser conhecido fogira a justiça com detryminação de se vir a cadea e caira e o premdera e fora tornado a cadea, pello que estaua agora detido na dita cadea quando mais estava sentenceado per sentença da Rellação que apresemtaua, pello que me pidia que avendo respeito a não ter parte e a porta da cadea estar aberta e elle andar sollto e sem ferros e a não perecer justiça lhe perdoase a cullpa que tinha na dita fogida da maneira que dizia avendo respeito ao que alega e recebera justiça e merce, E eu vẽdo o que me elle sop.te asi dizer e

pidir ẽviou, querendolhe fazer graça e merce, visto hum prazme asignado pelo doutor Christouão Mendez de Carualho do meu conselho e meu desembargador do paço, a quem pera ello tenho dado poder, se asi he como elle sop.te diz e hy mais não ha, ey por bem e me praz de lhe perdoar e o relleuar da cullpa de se saír da cadea e fogir da maneira que diz em sua pitição pello modo que em ella declara, visto como esta na cadea e o mais que alega e pagará quatro centos rs pera as despesas da Rellação e por quanto elle sop.te ja pagou os quatro centos reaes pera as ditas despesas a I.mo de Matos recebedor do dinheiro dellas, segundo dello fuy certo por hum seu asinado e por outro de Paullo Correa, escriuão de seu carrego, que os sobre elle carregou em receyta, vos mando que daqui em dyante não procedaes contra elle sop.te nem o prẽdaes nem mãdeis prender nem lhe façais nem consintais fazer mal nem outro algum desaguisado quanto he por rezã da cullpa que teue em fogir da cadea que diz em sua pitiçã, por que minha merce e vontade he de lhe perdoar e releuar da dita cullpa pela maneira sobredita e dentro de trinta dias da dada deste perdão tomara carta de seguro e se pora em liuramento do caso ou casos por que estaua preso ao tempo que fez a dita fogida ou mostrara como he liure dellas e não o fazẽdo asi este perdão lhe não valha: comprioo asi e all não façais. Dada na cidade de Lixboa aos xb dias de dezembro—ElRei noso senhor o mãdou pellos doutores Christovão Mendez de Carualho e Gaspar de Figueiredo, ambos do seu conselho e seus desembargadores do paço—Pero Martins Vaqueiro a fez—anno do nacimento de noso Senhor lhesuũ $X_{\overline{po}}$ de $\overline{j}b^{c}$.lxbij» (1).

«Dom Sebastião & a todolos corregedores, ouuidores, juizes e justiças, oficiaes, e pesoas de meus Reynos e senhorios, a que esta minha carta de perdão for mostrada e o conhecimento dela com direito pertencer, saude, faço saber que Pero Fernandez, tapiteiro, morador na vylla doliuemça me ẽviou dizer por sua pytição que elle fora preso e acusado pela justiça dizẽdo que de preposyto dera hũa estoquada a M.el Rodriguez, outro sy tapiteiro que o pasara com a espada de que estiuera a morte e asi por dizer que tirara de casa de Bento Roiz, quereloso, fato ferçosamente, o qual fato era huũ tear dele sop.te, pelas quaes culpas por sentença da Relação saira condenado em hum ano de degredo pera Afriqua com pregão em audiencia de que se fizera ẽxecução e fora solto em fiança com tempo que ainda duraua e pelo que querendo ir cõprir o dito degredo achara o caminho cõprido e nom podera pasar por caso da peste como constaua deste estromento que apresentava de como o não quiserão leyxar pasar e ter cymquo filhos muito criamças que imdo a Afriqua todos pereceriam ao desẽparo e sua molher o mesmo, e a ter perdão dambas as partes de como não quis nada dele e elle não ter culpa no ferimento, me pedia a omra das chagas de noso Senhor lhe perdoase o dito ano de degredo dafriqua no que faria seruiço a noso Senhor e a ele esmola e merce e a sua molher e filhos, com a qual pitição me apresentou hũa sentença pasada pela chancelaria e parecia ser feyta per Jeronimo de Matos e asinada pelo doutor Antonio dalmeida do meu desembargo e ouuydor dos feytos crimes de minha corte e casa da supplycação aos xx bj dias do mes de nouembro do ano pasado de $\overline{j}b^{c}$lxbij pelo qual se mostraua ele sop.te ser cõdenado em hum ano de degredo pera Afriqua com pregão na audiencia pela culpa do ferimento de preposyto que fez e ẽtrada da casa do tirar

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Privilegios*, liv. 6.º, folio 289 v.

de fato que asi tirou pelo modo sobredito cõtheudo em a dita semtença e nas costas dela me apresentou mais hũa certidão feyta e asynada pelo licenceado Antonio Pymemta do meu desembargo e corregedor da comarqua da cydade deluas aos tres dias do mes de janeiro deste ano presente de ¡bᶜlxbiijº, pela qual se mostraua ser feita ẽxecução do pregão em ele sup.ᵗᵉ e a dita certidão fez Bastião Carualho espriuã da correição da dita comarqua com a qual pitição me apresentou hum perdão feyto e asinado em pubrico per A.º Vaz tabelliam das notas na dita villa doliuẽça aos biijº dias do mes doutubro do dito ano pasado de ¡bᶜlxbij pelo qual se mostraua o dito Manuel Rodriguez perdoar a ele sup.ᵗᵉ a culpa que teuera em o ferir e isto liuremente, e me pedia por merce lhe perdoase minha justiça e outro si me apresẽtou outro estormento de perdão que parecia ser feyto e asinado em publico por G.ˡᵒ Gill tabelliam das notas e judiciall em a dita vylla doliuẽça, pelo qual se mostraua ser feito aos cimquo dias do mes doutubro do dito ano pasado e por ele se mostraua mais o dito Bẽto Roiz tapiteiro perdoar a ele sop.ᵗᵉ a culpa que tiuera ao tirar no fato que lhe tirou de casa contra sua vontade e ysto liuremente e outro si me pedir por merce lhe perdoase minha justiça como tudo mais largamente era contheudo e declarado na dita sentença e estromento de perdão, e eu vẽdo o que ele sop.ᵗᵉ asi dizer e pedir ẽviou e querendo-lhe fazer graça e merce, visto hum prazme asynado pelo doutor Cristouão Mendez de Carualho, do meu conselho e meu desembargador do paço e petições, a quem pera elo tenho dado poder, ey por bem e me praz, se asi he como o sup.ᵗᵉ diz e hy mais não ha, de o perdoar e releuar do ano de degredo dafriqua como diz em sua pitição pelo modo que nela declara; visto os perdões das partes e serlhe feyta ẽxecução do pregão e o mais que alega e pagara pera a piadade cimquo mill reaes e por quanto ele sup.ᵗᵉ tem pagos os ditos ¯b rs aplicados para a piadade ao bispo do Funchal, meu esmoler que tem cargo de receber o dito dinheiro segundo delo fuy certo por hum seu asinado de como os recebera e por hum conhecimento feito e asinado por Jeronimo Penalua meu capelão e escpriuão de seu cargo, que sobre elle os carregou em receita, vos mando que daqui em diamte não procedaes contra ele sup.ᵗᵉ nem o prendaes nem mandeis prender nem lhe façaes nem cõsymtaes fazer mall nem outro algum desagisado quanto he por razão do contheudo em sua pitição nesta minha carta de perdão declarado por quanto minha merce e vontade he de lhe perdoar e o releuar do ano de degredo em que o sup.ᵗᵉ foi condenado pera Afriqua pelo modo sobredito, o que asi compri e al não façades. Dada nesta cidade de Lix.ª aos ix dias do mes de julho — elRei noso senhor o mãdou pelos doutores Christouão Mendez de Carualho e Gaspar de Figueiredo, do meu conselho e meu desembargador do paço e pitições — Luis Gonçalves a fez — ano do nacimento de noso Senhor Ihesuũ X$_{\overline{po}}$ de ¯bᶜ.lxbiij (1568) E eu Roque Vieira a fiz escreuer» (1).

IX

Egris de Sousa (Miguel)

Irmão de Francisco, a quem, por seu fallecimento (1.º de abril de 1583) succedeu no cargo de tapeceiro, sendo nomeado

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Legitimações*, liv. 24, fl. 181 v.

para este officio a 26 de abril d'aquelle anno. Esta serventia, porém, era temporaria e só duraria emquanto um filho de Francisco não chegasse á edade de ser official.

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que eu tenho ora ẽcarẽegado da seruentia do officio de meu tapiceiro, que vagou por Francisco Egriz, cujo era, a Miguel Egriz de Sousa seu irmão, caualleiro fidallgo de minha casa, ẽquãto hum dos filhos do dito Francisco Egriz, a que tenho feyto merce do dito officio não for official e não tiuer idade pera o seruir, pello que ei por bem e me praz que, ẽquãto o dito Miguel Egriz asi seruir o dito officio, tenha e aja de mantimento cada anno com elle os corenta e oito mil rs, que o dito seu irmão tinha per esta maneira, s. *(silicet)*: dezoito mil rs, pera tres moios de trigo e dez mil rs pera laãs e sedas necessarias pera tapeçaria e oito mil rs pera luguer das casas e dous mil rs por respeito do concerto que continuamente fazia na dita tapeçaria e pouco ordenado que por iso tinha, os quais corenta e oito mil rs o dito Miguel Egriz terá pela dita maneira com obrigação de comprar a sua custa toda a estopa, seda, laã e agulhas e mais cousas necessarias ao cõcerto da ditta tapeçaria sem por iso leuar mais cousa allgũa, por que da mesma maneira os tinha o dito seu irmão, segundo se vio pela prouisão que delles foi passado, e sera mais obrygado a ter os officiais e todo o mais necessario ao concerto da dita tapeçaria e ajudar a sustentar a molher e filhos do dito Francisco Egriz seu irmão, e começará a vencer os ditos Rbiij rs dordenado do primeiro dia deste mes dabril deste anno presente de mil b.ºlxxxiij em diante, que he o tempo em que o dito seu irmão faleceo e elle começou a seruir o dito officio segundo se vio por certidão de Antonio Pinheiro, thesoureiro de minha tapeçaria, e serlheão pagos com certidão do dito Antonio Pinheiro de como serue e cumpre a obrigação de dar as ditas cousas e ter o mais necessario pera o concerto da dita tapeçaria, e portanto mando aos vedores de minha fazenda que lhos façã asẽtar no L.º das ordinarias della no thesoureiro da casa do paço da madeira desta cidade de Lixboa, onde erão pagos ao dito seu irmão, e do dito tempo em diante leuar cada anno na folha do assentamento della para lhe serem pagos na maneira que dito he, e este aluara ey por bem & Antão da Rocha a fez em Lixboa a xxbj dabril de b.ºlxxxiij. E eu Alluaro Pirez o fiz escreuer» (1).

X

Fixe (Jacome)

Miguel Egris, de quem se tratou no artigo antecedente, era fallecido em 8 de abril de 1592, sendo a 9 de outubro d'esse mesmo anno, nomeado Jacome Fixe, morador em Lisboa, para exercer o cargo de tapeceiro emquanto um filho de Francisco Egris, que sua mãe designaria, não chegasse á edade de ser bom official.

«Eu ElRey faço saber aos que este alluara virem que eu ei por bem

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de Filippe I, *Doações*, liv. 4.º, fl. 184 v.

que Jacome Fixe, morador nesta cidade de Lixboa, sirua o officio de meu tapiceyro, que vagou por falecimẽto de Francisco Gris, e isto em quanto hum dos filhos do dito Francisco Gris, que Catryna Gilbne, sua molher, nomear, não for de idade nem tiuer sufficiencia pera o poder seruir, porquanto lhe tenho a ella feyta merce do dito officio pera hum dos ditos seus filhos que ela nomear, com o qual officio o dito Jacome Fixe terá e averá de mantimẽto ordenado em quanto o seruir quarenta e oyto mil rs em cada huũ anno, que he outro tanto como o dito Francisco Gris tinha por esta maneira — s. — dezoyto mil rs pera tres moyos de trigo e dez mil rs pera as laãs e sedas necessarias pera o concerto da tapeçaria, e os oyto mil rs pera o aluguer das casas e os dez mil rs por respeito do concerto que continuadamente faz na tapeçarya e pouco ordenado que por isso tem, os quais quarenta e oyto mil rs o dito Jacome Fixe terá e averá pela dita maneira com obrigação de comprar a sua custa toda a estofa, seda, laã, agulhas e mais cousas necessarias ao concerto da dita tapeçaria e de ajudar a sustentar a dita molher e filhos de Francisco Gris como da mesma maneira tinha a seruentia do dito officio per minha prouisão Miguel Gris de Sousa, irmão do dito Francisco Gris, que he fallecido, e ey por bem que o dito Jacome Fixe comece a vencer e aver o dito mantimento ordenado desde oyto dias do mes dabril deste anno presẽte de b.ºlRij em diante que o dito Miguel Gris falleceo, como se vio per certidão de justificação do doutor Antonio Dinis, do meu desembargo e do conselho de minha fazẽda, que serue de juiz das justificações della, pello que mando a dom Fernando de Noronha, cõde de Linhares, do meu cõselho do estado e vedor de minha fazenda, que faça no liuro das ordinarias della os ditos quarenta e oyto mil rs de mantimento ordenado ao dito Jacome Fixe no titulo da casa do paço da madeira desta cidade, onde se pagauão ao dito Francisco Gris e Miguel Gris e dos ditos oyto dias dabril do anno presẽte em diante leuar cada anno na folha do asẽtamẽto da dita casa com decllaração que lhe sejã pagos com certidão de Antonio Pinheiro, thesoureiro da tapeçaria, ou de quem seu cargo seruir de como o dito Jacome Fixe serue e cumpre com as obrigaçõis cõtiudas neste aluara, que quero que valha & Gonçalo Ribeiro o fez em Lixboa a ix dias do mes doutubro de mil b.ºlRij, e será obrigado a fazer todas as obras e concertos que forem necessarios na minha tapeçaria sem por isso lhe eu ser dobrigação allgũa. Eu Ruy Dias de Meneses o fiz escreuer» (1).

XI

Vaz (Pero)

Parece ter sido quem se seguiu a Jacome Fixe, succedendo-lhe em 1601 Filippe de Campos.

XII

Campos (Filippe de)

Aqui temos uma geração de appellido Campos, succedendo

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de Filippe I, *Doações*, liv. 24, fl. 210 v. Veja-se tambem fl. 190 v.

á geração dos Egris. Em 1601, por fallecimento de Pero Vaz, era nomeado Filippe de Campos com a condição de sustentar, á conta do ordenado que recebia, os filhos de Francisco Egris. Em 1622 foi-lhe levantada esta clausula.

Era filho de Pero Simões, e casado com Maria Vieira. Succedeu-lhe Gregorio de Campos.

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz que Felipe de Campos, a quem tenho feito merce do officio de meu tapiceiro, que vagou por falecimento de Pero Vaz, tenha e aja de mantimento cada anno com o dito officio quarenta e oito mil rs, a saber, dezoito mil rs para tres moios de trigo e dez mil rs para lans e sedas necesarias ao conserto da tepeceria e oito mil rs pera aluguer das casas em que viuer e dez mil rs per respeito do conserto que continuadamente faz na dita tapeçaria e o pouco ordenado que tem, o que tudo he outro tanto como tinha o dito Pero Vaz e tiuerão as mais pesoas que antes delle seruirão o dito cargo, os quais quarenta e oito mil rs asi auera com obrigaçõ de comprar a sua custa toda estofa, seda, lans, agulhas e mais cousas necesarias ao conserto da dita tapeçaria sem por iso minha fazenda lhe ficar em obrigaçã algũa e sera obrigado o dito Felipe de Campos a sustentar com elles os filhos de Francisco Gris, que foi meu tapiceiro, e lhe sarã pagos com certidã do thesoureiro de minha tapeçaria de como serue e cumpre com as ditas obrigações, de que ouue visto o procurador de minha fazenda; pello que mando aos vedores della lhos fação asentar no liuro das ordinarias da casa, do tempo que per certidão do thesoureiro da dita tapeçaria constar que começou a seruir o dito officio. E este ey por bem que ualha como se fosse carta feita em meu nome sem embargo da ordenação do 2.º liuro titulo 4.º, que o contrario despoem. Antonio de Barros a fez em Lisboa a dezoito de nouembro de seis centos e hum. Luis de Figueiredo o fez escreuer» (1).

«Hauendo respeito a que o ordenado limitado ao officio de meu tapiceiro são vinte e dous mil rs que se pagão no thesoureiro das moradias e a ter feito merce do dito officio a Felipe de Campos com obrigação de com o dito ordenado sustentar os filhos de Francisco Igris e aos quarenta e oito mil rs que mais tem serem pera com elles se comprarem as cousas necessarias ao exercicio do dito officio e pera o mais declarado no aluara atras escrito que disso se lhe pasou pello consselho de minha fazenda, ey por bem que o dito Felipe de Campos aja os ditos quarenta e oito mil rs sem a dita obrigação de com elles sustentar os filhos do dito Francisco Igris, e com esta declaração se cumprira o dito aluara e se asentara nos liuros de minha fazenda e mersses. E esta apostilla (falta *cumprirá*), como se nella contem. Antonio de Barros a fez em Lisboa ao redadeiro de feuereiro de seis centos e vinte e dous. Luis de Figueiredo o fez escreuer» (2).

XIII

Campos (Gregorio de)

Natural do Espinhal, pae de Antonio de Campos. Succedeu

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de Filippe III, liv. 1.º, fl. 253.
(2) Torre do Tombo, Chancellaria de Filippe III, *Doações*, liv. 1.º, fl. 253 v.

a Filippe de Campos, com a obrigação de dar 20$000 reais por anno a Maria Vieira, mulher do dito Filippe de Campos. Tinha os mesmos vencimentos que os seus antecessores Filippe de Campos e Pero Vaz. Alvará de 1 de dezembro de 1673 (1).

XIV

Campos (Antonio de)

Natural de Lisboa, filho de Gregorio de Campos. Nomeado tapeceiro da casa real por morte de seu pae, com a obrigação de dar 20$000 reais por anno a Barbora de Campos, sua irmã, para ajuda de seu sustento. Alvará de 27 de fevereiro de 1677 (2).

«Ev o Princepe & faço saber aos que este aluara virem que hauendo respeito a ter feito merce a Antonio de Campos do officio de meu tapesseiro, que vagou por fallecimento de seu pay Gregorio de Campos, por aluara de uinte e sette de feuereiro deste anno prezente de seis centos setenta e sette. Hey por bem e me praz que elle tenha e haja de mantimento a elle ordenado em cada hum anno quarenta e oito mil rs a saber desoito mil rs para tres moios de trigo e dez mil rs para lans e sedas necessarias ao conserto da tapessaria, e oito mil rs para aluguel das cazas em que viueu, e dez mil rs per respeito do conserto que continuadamente fez na dita tapessaria e o pouco ordenado que tem, o que tudo he outro tanto como tinha e hauia o dito Gregorio de Campos seu pay, e as mais pessoas que dantes delle o seruirão, os quais quarenta e oito mil rs hauera com o dito officio com obrigação de comprar a sua custa toda a estopa, seda, lans, agulhas e mais couzas necessarias para o conserto da dita tapessaria e sera obrigado a ter todos os officiaes necessarios para o seruisso della, os quaes lhe serão pagos com certidão do thezoureiro da dita minha tapessaria de como serue e cumpre com as ditas obrigações, e os comesara a uencer de uinte e quatro de nouembro do anno passado de seis centos settenta e seis em diante, em que lhe fiz a dita merce. Pello que mando aos vedores &. João de Almeyda o fes em Lisboa a dez de mayo de mil e seis centos settenta e sette annos. Luis Teixeira de Carualho o fes escreuer. Princepe» (3).

(Continúa).

Sousa Viterbo.

---

(1) *Matriculas*, liv. 3.º, fl. 425.
(2) *Matriculas*, liv. 3.º, fl. 418.
(3) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso VI, *Doações*, liv. 31, fl. 329 v.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 9, pag. 574)

XVII

Fundação da Associação promotora da educação popular.—Os estatutos; resumo historico.

Nos principios do anno de 1856 alguns espiritos amantes do bem planeavam, sob a direcção do vidente que se chamava Antonio Feliciano de Castilho, a creação de mais uma sociedade para fomentar a instrucção nas classes pobres. Entre os socios fundadores, que ao certo não sei já quem eram todos, figuram o Prior José Jacintho Tavares, Luiz Filippe Leite, Director da Escola Normal, e então dedicadissimo auxiliar de Castilho, o Padre Joaquim Vital da Cunha Sargedas, o meu amigo o sr. Antonio Maria Baptista, que apparece sempre onde se trata de uma obra boa, o director do Collegio Artistico-Commercial do palacio Sarmento, Manuel José Mendes, João Paulino de Carvalho, e o Padre Manuel Fernandes Nogueira. Alem d'esses, que vejo assignados no projecto de Estatutos (1), havia tambem outros que sempre compareciam ás sessões, e commungavam nas ideias e aspirações do grupo: João José de Sousa Telles, Pedro Eusebio Leite, D. Antonio da Costa quando se achava em Lisboa, Valentim José da Silveira Lopes, José Maria Grande, Manuel José Pereira Basto, José Luiz Rodrigues Pereira, Firmo Garcia, Vieira da Silva, D. Maria José Canuto, e quantos

(1) Approvados por Decreto de 13 de Abril de 1858, e Carta de 31 de Maio do mesmo anno. Possuo no meu cartorio o documento original com a assignatura d'elRei D. Pedro V, e a referenda do Marquez de Loulé. —*J. de C.*

mais, que ou me não occorrem, ou não acho mencionados nas actas!

Confesso que não incluo no synedrio os nomes do Duque de Saldanha e de Rodrigo da Fonseca Magalhães, apesar de assignarem os Estatutos; eram apenas verbos de encher; estavam ali aquelles nomes a provar adhesão á ideia, e já não era pouco; mas o Presidente do Conselho e o Ministro do Reino, é clarissimo que não podiam frequentar todas estas reuniões; ia-se-lhes o tempo n'isso; já é bastante o pôrem os seus nomes entre os dos amigos da boa causa. Honra lhes seja.

Em fins de Fevereiro de 1856 reunia-se pela primeira vez, n'uma sala do Collegio Artistico-Commercial, no palacio Sarmento, um grupo d'esses homens, e constituiam entre si o que elles denominaram «Associação Promotora da Educação Popular». Tenho pena de não saber a data certa; falta-me a acta. Possuo a da 2.ª sessão, que foi a 4 de Março; a da 3.ª, a 15, a da 4.ª, a 26, a da 5.ª, a 18 de Abril, a da 6.ª, a 8 de Maio, e a da 7.ª, a 25 de Junho.

Correndo esses curiosos documentos, redigidos ora por um ora por outro dos dois secretarios, os srs. Leite e Silveira Lopes, vê-se o enthusiasmo santo que animava aquellas reuniões, tão modestas e tão auspiciosas! Ao principio tudo eram sonhos, tudo eram alvitres; aquelles homens imaginavam, na sua sublime boa-fé, que toda Lisboa, e todo Portugal, estavam almejando por adherir ao nucleo ali formado! Elegeu-se Castilho Presidente effectivo; Saldanha e Fonseca Magalhães, Presidentes honorarios; escolheram-se Secretarios e Commissão administrativa, e nomeou-se outra de cinco membros para redigir o projecto dos Estatutos. Decidiu-se angariar adhesões por meio de uma circular a todos os empregados, a todos os Prelados diocesanos, a todos os Governadores civis, a todos os Governadores militares, a todos os Parochos, a todos os nossos Consules em paizes onde a colonia portugueza fosse consideravel, a todas as Associações constituidas, a todas as Juntas de Parochia, e ás duas Casas do Parlamento. Tudo isso se fez; mas d'essas sementes lançadas com tantas bençãos, quantas cahiram em pedregaes! quantas se afogaram no mar! A indifferença publica é um abysmo.

*

O projecto dos Estatutos, discutido em 15 de Março, é curto e substancial.

A admissão dos associados era inteiramente incondicionada:

*

entrava toda a gente que desse por uma vez ao cofre um donativo qualquer, grande ou pequeno, e um tostão por mez.

A Associação, personificando o fecundo principio da iniciativa particular, propunha-se:

1.º — Crear escolas gratuitas;

2.º — Attrahir a frequencia pela boa escolha dos methodos, e pelas condições hygienicas das aulas;

3.º — Incitar os alumnos por meio de premios;

4.º — Premiar os seus professores distinctos;

5.º — Premiar os autores de compendios de instrucção popular;

6.º — Indigitar e recommendar ao Governo os professores officiaes e particulares dignos de elogio;

7.º — Publicar um periodico de moral e instrucção;

8.º — Crear escolas ambulantes, ou nómadas, para fecundar os logarejos onde faltasse escola official;

9.º — Promover cursos nocturnos para operarios, creados, etc.;

10.º — Publicar livrinhos uteis, e distribuil-os gratuitamente, ou apenas pelo custo, entre o povo;

11.º — Proteger os professores bons, que se inutilisassem pela edade, pela doença, pelo trabalho.

Além dos corpos gerentes, como a Meza, e a Commissão administrativa, havia um chamado Conselho de Instrucção, que era a alma de tudo, composto de onze membros, que, sobre outras attribuições, tinham as de discutir e escolher os methodos de ensino que haviam de ser adoptados nas escolas, e, em summa, pôr por obra com intelligencia esses sacratissimos intuitos.

*

Na sessão de 26 de Março offereceu Castilho á Associação o producto da projectada 4.ª edição do Methodo portuguez. Varios socios em termos enthusiasticos agradeceram tão valiosa offerta, e foi lançado na acta um voto de gratidão ao doador.

N'essa mesma sessão começou-se a planear a abertura de uma primeira aula para meninas; e tanto se trabalhou, que em sessão de 25 de Junho o Vice-Presidente Prior Tavares communicava á assemblêa achar-se arrendado o 2.º andar da casa n.º 44 da rua direita de Santa Isabel para ahi se installar a escola. No antecedente Domingo, já o mesmo bom Parocho, á estação da sua Missa, exhortara as mães a mandarem as suas filhinhas a essa nova escola, e preconisára os meritos da

Associação; em consequencia do que, tinham vindo inscrever-se alguns socios mais.

Aqui terminam os borrões que possuo das actas da Associação.

Pelo que vi, e me lembra ainda, reconheço quanto era o ardor d'aquelles apóstolos no cumprimento do seu dever. Fizeram muito, trabalharam muito; mas sem plano e desorientadamente. Tudo lhes parecia pouco; e por não se limitarem nos seus vôos, deixaram de conseguir o que podiam ter conseguido.

Castilho começou a dictar uma historia d'esta beneficente corporação; existem apenas os primeiros paragraphos, que ainda assim julgo não dever esconder. Eil-os:

Resumo historico da Sociedade Promotora da Educação Popular

«No momento em que, por ordem da Sociedade Promotora da Educação, vamos bosquejar a traços rapidos a sua historia, avistâmos, num passado de poucos mezes, uma nascença laboriosa; uma infancia precaria, de todas as partes ameaçada; mais ousadia do que forças; mais tendencias generosas, que beneficios realisados.

«Se a Sociedade tem, como a Deus praza, de chegar a attingir grandes futuros, e marcar ponto de luz no confuso e sombrio quadro da civilisação nacional, gloriar-se-ha de haver perseverado, pois não houve agoiro que não lhe ensombrasse o berço. N'elle se precipitaram todas as calamidades d'este anno memoravel, que os annaes publicos hão-de tarjar de negro: a peste, a fome, as alterações politicas, o remoinho e a vertigem dos successos, as incertezas e terrores do porvir.

«Fé viva nos destinos progressivos do genero humano, tem sido e continúa a ser o principio vivificante da Sociedade; e (chame-se-lhe embora superstição de corações amantes e caridosos) comprazemo-nos de contrapôr aos agoiros dos nossos primeiros passos, a boa estrella, que, se não presidiu á nossa formação, pelo menos a precedeu e notoriamente a determinou . . .»

. . . . . .

*

A Associação trabalhou, inaugurou uma escola; não sei se mais de uma; e ainda em 1862 existia agonisante. Mal posso

dar conta d'estes factos, que eu não presenciava, e de que só echos me chegavam.

Nem sequer me lembro da casa da rua de Santa Isabel; só presenciei os trabalhos escolares na rua do Sol, ao Rato, n.º 124, palacete onde (coincidencia curiosa) em 1872 Castilho foi habitar, e falleceu em 1875.

Lembro-me de ser Castilho o Presidente, Vice-Presidente o General Augusto Xavier Palmeirim, 1.º Secretario Antonio da Silva Tullio, e 2.º Secretario João José de Sousa Telles (1).

*

Em 9 de Novembro de 1858 reuniram-se os corpos gerentes da Associação promotora da Educação popular, para darem cumprimento ás propostas approvadas na sessão antecedente. «Decididamente — exclama o periodico d'onde extracto essa noticia — «a causa da instrucção publica tem n'aquella Associação, e nos seus membros, singulares esteios» (2).

No mesmo dia, annunciava o referido jornal o seguinte:

«Um desvelado socio da Associação promotora da Educação popular obteve da direcção da Companhia do Caffé-concerto (3) um beneficio, isento de qualquer especie de retribuição, completamente gratuito, podendo a Associação n'essa noite elevar os bilhetes ao preço que julgasse conveniente.

«Este acto tão nobre e tão generoso praticado pelos membros d'aquella direcção, revela eloquentemente o desejo que anima semelhantes cavalheiros de verem derramada a jorros a instrucção popular».

. . . . . .

Lembro-me d'esse beneficio realisado em favor do cofre da Associação em terça feira 23 de Novembro de 1858; possuo o programma. Tomou parte no espectaculo o nosso insigne Taborda com uma scena comica inedita; a orchestra, dirigida pelo maestro Smitz, executou a symphonia do *Lestocq* de Auber, e uma polka intitulada *Les belles Portugaises*. M.elle Masson cantou uma aria da opera *Carlos VI;* M.elle Béroud cantou *Le moulin de la meunière;* M. Marval e M.elle Legris, cantaram um dueto da *Filha do regimento;* M.elle Béroud, uma canção

---

(1) *Archivo Universal*, tom. 1, pag. 207.
(2) *O Futuro*, de 10 de Novembro de 1858.
(3) Era no largo da Abegoaria, esquina noroeste da travessa das Portas de Santa Catharina.—*J. de C.*

La dernière Marquise; M. Minne, a scena comica *Le petit cochon;* M. Vallote a cançoneta *Patoullet*. Houve mais um dueto *Simbad* por M. Marval e M.elle Masson; a opereta *Le violoneux* por M. M. Minne e Daire, e M.elle Béroud; outra opereta *Les pantins de Violette,* por M. Minne e M.elles Legris e Masson; e a scena comica *Turlurette et Cascaret* por M. Minne e M.elle Legris.

Cumpre-me accrescentar que a direcção da Companhia do Caffé-Concerto (no largo da Abegoaria) onde se deu este lindo espectaculo, tomou briosamente a si todas as despesas seraes, revertendo logo portanto o producto da representação a favor das escolas.

*

Em Fevereiro de 1859 a Associação promotora da educação popular ramificava em Coimbra, e, segundo noticía o jornal *O Conimbricense* (1), o sr. Bispo Conde, de accordo com o Governador Civil e a Camara Municipal, intentava crear uma escola pelo Methodo para adultos. Não sei se se levou a effeito.

*

Em 19 d'esse mesmo mez de Fevereiro ás 8 horas da noite reunia-se a Assemblêa geral da Sociedade, em Lisboa, apresentava-se o relatorio das Commissões administrativa e revisora de contas, e manifestava-se o offerecimento feito por José Maria do Casal Ribeiro de 10:000$000 réis em inscripções para a fundação de uma escola pelo Methodo Castilho no sitio do Beato Antonio, suffragando a alma da mãe do doador.

Depois elegeram-se os corpos gerentes no seguinte biennio, e ficaram compostos assim:

MEZA

Presidente — Antonio Feliciano de Castilho.
Vice-Presidente — General Augusto Xavier Palmeirim.
1.º *Secretario* — Antonio da Silva Tullio.
2.º *Secretario* — João José de Sousa Telles.
1.º *Vice-Secretario* — Julio de Castilho.
2.º *Vice-Secretario* — João Felix Rodrigues.

---

(1) Citado a pag. 95 do tom. 1 do jornal *Archivo Universal.*

Commissão administrativa

José Maria do Casal Ribeiro.
Manuel José Mendes.
Luiz Augusto Palmeirim.
Joaquim Maria Baptista.
João Manuel Gonçalves.

Conselho de instrucção

Antonio Feliciano de Castilho.
Augusto Xavier Palmeirim.
Padre José Jacintho Tavares.
Ignacio Francisco Silveira da Motta.
Rodrigo Paganino.
Antonio de Cabedo.
Antonio de Serpa.
Antonio Rodrigues Sampaio.
Luiz Filippe Leite.
D. José de Almada.
Antonio Maria Baptista.

*

Em Abril d'este anno de 1859 estava para se abrir, por conta e sob a iniciativa d'esta mesma Sociedade, um curso de inglez nas salas do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas, rua do Ferragial de Cima n.º 12 (1).

*

Eis ahi os poucos dados, rigorosamente historicos, que até agora me teem chegado acerca d'esta util e bondosa aggremiação de benemeritos. Se mais alcançar, mais repartirei com os leitores.

---

(1) Da mesma sociedade e seus trabalhos trata a *Revista da instrucção publica para Portugal e Brasil*, n.º 1, e n.º 7, de 24 de Janeiro de 1858.

XVIII

Camões, Filinto Elysio, e o Marquez de Pombal. — Commemorações. — Carta de Castilho ao *Diario do Rio*. — Insistencias do poeta perante a Camara Municipal de Lisboa para a concessão de honras posthumas aos benemeritos.

Em Fevereiro de 1856 agitava-se a opinião geral com o pensamento de se prestarem honras funebres muito solemnes a tres grandes homens da nossa Historia: Camões, Filinto Elysio, e o Marquez de Pombal.

Foi por essa occasião que em 3 de Abril appareceu á luz uma carta de Castilho, advogando mais uma vez a sua ideia do Campo elysio para mortos celebres. Julgo de alto interesse a reproducção d'esse documento; ei-lo:

Carta de Antonio Feliciano de Castilho *ao periodico brazileiro* Diario do Rio *em 27 de Fevereiro de 1856*

«Imprime-se, repete-se, commenta-se por toda a parte, contradictoriamente segundo a variedade dos juizos, uma tão grande novidade d'este anno, que de tres novidades, todas grandes, é composta. A summula da novidade é estar Lisboa para tributar livre preito e vassalagem (ainda que tarde) ao verdadeiro merito conterraneo. As tres novidades cifradas n'esta, são os obsequios posthumos a Camões, a Filinto, e a Pombal, tres victimas que todos immolámos desenfloradas, e a cujas cinzas vamos agora desfolhar os loiros como expiação.

«Camões, Filinto, e Pombal, são tres vultos poeticos e colossaes, que sympathisam entre si por mais de um modo: na vida, condões analogos, e fraternidade de amor patrio; depois da morte, quasi identico menoscabo ás suas reliquias.

«Camões vem, no praso em que o poderio portuguez se eclypsa, consagrar ás suas glorias um monumento indestructivel, que, no meio da Historia subjacente, avulta como entre areaes estereis a grande pyramide.

«Filinto apparece na decadencia da lingua e da poesia testadas por Camões; emprehende restaural-as, e restaura-as, ao mesmo tempo que, martyr do fanatismo e da tirannia, lança do desterro para a Patria as primeiras sementes de

Liberdade. Fôra Camões o nosso Homero; foi Filinto o nosso Tyrteu.

«Pombal não canta: materialisa, encarna, na politica, nas edificações, no engrandecimento de Portugal, a sua poesia; lucta com todas as especies de gigantes, com todas as consagradas omnipotencias terrestres, e a todas vence elle só. Cai, mas depois do triumpho; consola-se das maldições, sentindo que deixou consumados os beneficios.

«Eram tres nobres corações aquelles: Pombal! Filinto! Camões!

«Mas todos tres expiaram os gosos intimos da consciencia pelos desconsolos e desamparos da agonia. Camões, depois de tantos desterros, morre na sua Lisboa, mas ainda aqui desterrado: mendigo, obscuro, desconhecido. Filinto, devorado de saudades de meio seculo, expira no exilio e na penuria. Pombal fenece banido da sua Lisboa por elle ressuscitada, e tão solitario como aquelles dois.

«E tudo que ha para semelhança?

«Ainda não é tudo.

«As exequias de Camões foram sem pompa nem lagrimas; sem pompa nem lagrimas as de Filinto; sem pompa nem lagrimas as de Pombal.

«Acabou?

«Não acabou.

«O sepulcro raso do Auctor dos *Lusiadas* olvida-se e perde-se.

«O sepulcro do Cantor dos *Martyres,* já por annos esquecido, e em contingencias de total perdimento, restitue os ossos a mãos portuguezas; mas esses pobres ossos veem esperar cá outra serie de annos primeiro que se cure de lhes dar jazida.

«O feretro de Pombal jaz ha mais de meio seculo n'uma capella provinciana, aldean, sem que em tantas revoluções a vaga politica o tomasse para o vir depôr entre as grandezas da Capital.

«Estava reservado á geração de hoje, e para as estreias de um reinado que póde e deve ser glorioso, remunerador, excitativo de meritos, e, em todo o caso, justo, executar solemnes as tres expiações.

«Effectuar-se-hão ellas porém em todas suas partes e circumstancias, como cumpre, e como o prescreve a razão, o senso do bello, o instincto poetico, e o credito nacional? Ignoramo-lo; e não escurecemos que alguns receios nos agitam, porque até agora a ausencia d'esses tres mausoleus dizia

mais para a gloria dos tres defunctos immortaes, do que o poderiam fazer columnas e obeliscos. Era uma divida, que pesava continua na consciencia publica, e que todos confessavam; portanto, não só estava certa de vir a ser paga, senão que já n'esse mesmo clamor universal o estava sendo.

«Agora, porém, se no cerrar estas contas fizermos o pagamento com moeda falsa ou cerceada, ficará sem emenda o mal, e para sempre.

«Os restos de Camões acharam-se, viram-se, palparam-se, authenticaram-se em 1836; no proximo Setembro ha-de fazer vinte annos. A historia e as provas d'essa achada encontram-se sob o titulo «Honras-posthumas» entre as notas do estudo historico-poetico sobre Camões publicado por A. F. de Castilho em 1850. São pois esses os ossos de Camões, ou os não ha. Quaesquer outros que se posessem em seu logar, seriam uma profanação; seria pôr no logar das vergonhas passadas uma ainda maior: atroz, e ridicula ao mesmo tempo.

«Mas creiâmos piamente que se anda n'este negocio com a devida lealdade. Saem da sua secular jasida de Sant'Anna os fragmentos que restam do grande Homem. Para onde os levarão?

«Para onde os deviam levar, tinha-o dito e mostrado a todas as consciencias poeticas, a todos os entendimentos litterarios, o poeta que intentára, proposera, e conseguira aquella achada. Na mesma nota já citada se póde ver.

«Não é porém isso o que sôa: assevera-se que é para o carneiro Real que ha-de ser conduzido o soldado-poeta; ou para o templo dos Jeronymos em Belem. Entre estes dois desacertos fluctua a opinião.

«Os sectarios do primeiro esperdiçam eloquencias para sustentarem que no associar-se Camões com Monarchas se lhe faz mercê. E' partir de um pressupposto aereo, para chegar a um resultado contraproducente (por não falarmos já de outras mais graves desconveniencias).

«Os que antepõem Belem, abonam-se com a lembrança de ter sido d'aquella praia do Rastello que desferiu vella para o Oriente a armada do Gama. Melhor fundamento é; mas, por considerações a esta semelhantes, se poderia o sarcophago collocar

.... inda além da Taprobana,

como na

.... occidental praia Lusitana.

«S. Vicente-de-fóra é remoto do centro, da força do trafego da Cidade. Belem tem egual desconto, se bem o compense, em parte, por ser a sua praia a primeira saudação e acolheita aos navios que demandam esta Capital. O tumulo e monumento de CAMÕES não deve estar refugido e homisiado, se não posto em sitio d'onde fira continuamente em grande numero de olhos conterraneos e peregrinos.

«Além d'isto, releva que o trovador, aventureiro e vagabundo por genio e condição, não torne (ou não continue) a estar prezo entre o afrontamento de quatro paredes e uma abobada, sob a chave de um sacristão, e dependente do seu carcereiro para receber, em horas taxadas, a visita dos seus amigos, a peregrinação dos seus devotos.

«Finalmente: o Poeta da natureza e dos amores, o celebrador do Tejo, de suas nymphas, de seus campos viçosos, e de seus pegureiros namorados, o Cantor enthusiasta de todas as maravilhas e formosuras da Natureza.... nenhum poeta perdoaria que lh'o sotterrassem onde não entra a primavera com o seu calor vivificante, nem o estio com as suas sombras verdes; onde o sol de cá de fóra é substituido por uma penumbra frigida, a lua e as estrellas por uma alampada melancolica, os gorgeios e as virações pelo silencio, ou pelo sussurro mortiço da oração.

«Para FILINTO andaram mais discretos e caridosos, se, com effeito, lhe destinam hospedagem no cemiterio de Nossa Senhora dos Praseres. Ahi corre ar, espessam-se e sussurram sombras verdes, disfructa-se o ceo, avistam-se as terras e as aguas; e, por entre as poisadas alvas de tantos outros mortos, enxameiam a toda a hora homens, mulheres, creanças, levando cada um no coração uma flor de saudade, nos olhos uma ou muitas lagrimas, e no pensamento, ou florída ou desabrochada (ou embrião quando menos) a poesia.

«Ao POMBAL tocará, segundo é fama, o peor quinhão: aguarda-o a masmorra de um carneiro nas Mercês, ou novo exilio, e novo ermo, e nova obscuridade, n'uma capella em Oeiras.

«Á face d'estes tres exemplos, quem não sentirá toda a força d'aquella sentença de Ovidio, que tambem foi grande homem, grande pensador, grande poeta, grande desafortunado, morto, como os nossos, em exilio, e para ter a sepultura ainda mais perdida e irrestauravel que a dos nossos:

..... *Dixique beatus*
Ante obitum nemo supremaque funera debet.

«Ninguem, diz Ovidio, se deve chamar feliz, em quanto não vier a morte, e, ainda depois d'ella vir, em quanto se lhe não consumarem de todo os funeraes, *suprema funera;* e é assim.

«A nenhum dos nossos tres mortos se lembram de tributar os ultimos obsequios, taes como elles os votariam e pediriam se hoje fossem chamados com os vivos a capitulo. Amantissimos como eram, todos tres, da terra patria, grandiosos e poeticos em seu pensar e sentir, como ainda hoje os admirâmos, todos elles nos supplicariam, não um Pantheon obscuro e glacial, mas um Campo elysio terrestre, amplo, luminoso, tepido de sol e de affectos, inspirativo para os talentos, excitativo para todo o genero de virtudes, um cemiterio de honra para os privilegiados da Providencia como elles.»

.....

*

Segue-se a transcripção da alludida nota «Honras posthumas».

Por estes trechos acabados de ler, se percebe á evidencia uma coisa: Castilho tinha meditado a sua argumentação e a de Juromenha ácerca da achada das cinzas de Camões, e continuava a entender, de si para comsigo, que a verdade estava com os pesquizadores de 1836. Abalado primeiro pelas peremptorias mas muito pouco motivadas affirmações de Juromenha, já commentadas por mim no logar respectivo d'estas «Memorias», deixou-se levar, segundo parece, a adoptar até certo ponto, a maneira de pensar da Commissão de 1854; depois, percebo que houve em Castilho um reviramento, e uma volta aos seus antigos principios; e sempre que alludiu ao caso, firmou a sua primitiva persuasão de que os *verdadeiros* ossos do grande Epico estavam achados desde Setembro de 1836.

*

Por esta mesma occasião, em 25 de Fevereiro de 1856, dirigiu Castilho ao Presidente da Camara Municipal, que era, creio, Manuel Sallustiano Damasceno Monteiro, uma carta sobre esta materia, que o preoccupava. Concentra n'esta carta

a sua attenção sobre a trasladação de Camões e Filinto, e pede ao Municipio:

1.º — Que se averigue, até onde fôr possivel, a authenticidade dos ossos que iam ser trasladados como sendo do grande Poeta;

2.º — Que o programma da festa da trasladação dos dois vates seja majestoso e digno do assumpto;

3.º — Que se reflicta bem no logar onde hajam de sepultar-se essas venerandas reliquias, para que a sua ultima jazida seja de *todo o ponto a mais conveniente*;

4.º — Que se aproveite a occasião para realisar algumas das propostas d'elle, Castilho, expressas nas notas do drama *Camões*.

Não descançava o utopista, segundo se vê; mas o que é certo é que a festa nacional camoniana se não fez então. Filinto foi sepultado no Alto de S. João em 19 de Junho de 1856, e tres dias antes tinham dado entrada na modesta egrejinha das Mercês os ossos do grande Marquez de Pombal.

(*Continúa*). JULIO DE CASTILHO.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 9, pag. 576)

CLAUDIUS AQUA VIUA SOCIETATIS JESU PRÆPOSITUS GENERALIS.

Charissimo fratri in Christo Hieronymo Cardoso collegij Bracharensis Societatis nostræ Rectori Salutem in eo qui est uera Salus. Cum sicut ex tuo, et aliorum etiam fidedignorũ testimonio nobis constitit, in euidentem istius Collegij utilitatem futurum sit si ad euitandas lites cum aliquibus personis quidam montes ecclesiæ de Vimieiro nuncupatæ, eidemq̃ collegio unitæ; nec non quidam alij montes steriles maninhos uocati ad idem collegium pertinentes atq̃ in Bracharensi territorio siti in Emphyteosim traderentur, et ad id licentiam a nobis petieris, nos auctoritate a Sancta Sede Apostolica nobis concessa tibi de cuius prudentia et in rebus gerendis dexteritate plurimũ in domino confidimus, plenam, et liberam ad id facultatem damus. Quam Emphyteosim nos ex nunc pro eo tempore quo facta fuerit, approbamus, cõfirmamus et ratificamus; in quorũ fidem has literas manu nostra subscriptas, Et sigillo Societatis nostræ munitas dedimus Romæ die 30. mensis Julij anno Domini 1596.

CLAUDIUS AQUAUIUA SOCIETATIS JESU PRÆPOSITUS GENERALIS.

Charissimo fratri in Christo Hieronymo Cardoso collegij Bracharensis Societatis nostræ Rectori salutẽ in eo, qui est uera salus. Cum ex tuo et aliorũ etiam fidedignorũ testimonio intellexerimus in euidentem istius collegij utilitatem futurũ, si quædã eius sylua, quæ est in circuitu uiueæ eiusdem collegij in Bracharensi territorio sitœ cum altera sylua quæ pertinet ad capitulũ ecclesiæ cathedralis Bracharensis permutaretur, et ad id licentiã a nobis petieris. Nos auctoritate a Sancta Sede apostolica nobis concessa tibi, de cuius prudentia et in rebus gerendis dexteritate plurimũ in domino confidimus, plenam et liberã ad id facultatẽ damus. Quã permutationẽ nos ex nunc pro eo tempore quo facta fuerit, approbamus, con-

firmamus, et ratificamus; in quorũ fidẽ has litteras manu nos*tra* subscriptas, et sigillo Socie*tat*is n*ostr*æ munitas dedimus. Romæ : die ::: mensis Julij Anno 1596.

MONITA AD CONSULTORES DE RATIONE SCRIBENDI AD R. P. N. G.lem

*Quu*m ad bonam gubernationem refert plurimum vt consultores cum præpositorum localium, tum et*iam* prouincialium plenam, et vtilem de gubernatio*ne* Superiorum, quorum sunt consultores, Præposito generalj informationem mittant, atq̃ in ea re experientia hactenus nos docuerit a plurimis nõ sine detrimento co*mmun*is bonj non nunq*uam* errarj. Visum est operæ pretium ad eorum instructionem capita nõnulla attingere, vt de quibus scribendum sibi esse iuxta formulam scribendj, et consultorum regulas intelligant, et quidem super o*mn*ia id juuabit, vt procurrant regulas suorum Superiorum diligenter, quas iuxta 14 suj officij tenere debent, tum ordinatio*ne*s Generalium, quæ illis cõmvnicandæ sunt, vt nõ semel perscripsimus. Postremo vt ad certa quædam capita vniversam gubernationem referant, de quibus si breuiter, et acurate scripserint o*mn*es necessitates prouinciæ, et vniuersa illius gubernatio Præposito generalj perspicue constabit. Ea aut*em* fere esse possunt quæ sequuntur.

— 1m De admittendis ad societatem, et instruendis in Nouitiatu.
— 2m De gubernatione Scholasticorum nostrorum.
— 3 De profectu in spiritu, studio orationis, et virtutibus.
— 4 De disciplina domestica obseruatio*ne* votorum, et Regularum.
— 5 De literarum studijs, tam quo ad nostros, q*uam* quo ad externos.
— 6 De Ministerijs, et fructu cum p*ro*ximis per missio*ne*s, concio*ne*s, et confessio*ne*s.
— 8 De gubernatio*ne* Superiorum spirituali, suauj, exacta, et contra.
— 9 De Rebus temporalibus, redditibus debitis.

Postremo an aliquid schandalj, *ve*l, offensio*n*is acciderit, et quid remedij fuerit adhibitum, et quo modo cum externis, præsertim vero prælatis, et principibus viris pax, et beneuolentia conseruetur.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

O ACTUAL REGIMEN DO ENSINO SECUNDARIO (*)

Primeiro de-tudo: o estado tem o direito de exigir garantias do ensino particular, mas não de o escravizar. Ora o actual regimen da instrucção secundaria, impondo os livros d'aula, que não são senão o desenvolvimento dos programmas em conformidade com o plano de estudos, tolhe de facto toda a iniciativa ao magisterio particular. E' politicamente a obra reaccionaria d'um governo que faz da sua fé pedagogica um dogma e a ninguem consente a liberdade de acção, que é condição essencial ao progresso do ensino. D'onde virão de futuro as innovações, se ninguem as póde tentar?

Administrativamente, o ensino secundario tem de occorrer á educação geral das classes medias e superiores. Pois o reformador não lhe mediu o alcance! Para quem não possa frequentar sete annos um lyceu em Lisboa, Porto ou Coimbra, fez a invenção d'um curso de cinco annos, — sem laço com o ensino medio especial e profissional —, que não serve para carreira nenhuma. Nada mais adequado á economia nacional, especialmente d'um paiz pobre como o nosso! E este curso de *dilletantismo,* para que chegue a todos, espalha-se por todos os districtos.

Já infelizmente se deprehende o que a reforma seja como obra pedagogica. Os seus auctores mal souberam aproveitar-se das idéas emittidas e trabalhos já feitos entre nós.

Basta notar que, em sete annos de lyceu, não haverá uma unica hora para exercicios physicos, e, em cinco ou seis annos, nem uma lição ou conferencia formalmente consagrada á

(*) Reedita-se, por opportuna, esta critica feita ao actual regimen do ensino secundario logo em 1895, á data da sua implantação.

doutrinação moral. Reduz-se o alumno á passividade d'uma intelligencia quasi só *receptiva* e *reproductiva*, como se diz no directorio introduzido no regulamento, onde, entre varias prescripções já muito repetidas nas conferencias do nosso magisterio primario e varias puerilidades, se manda ter em vista que, «para a transmissão dos conhecimentos materiaes (sic), o primeiro meio auxiliar (sic) é a presença dos objectos», esquecendo — no anno de 1895! — a importancia superior da demonstração e pratica experimental. Que homens hão de sahir d'este ensino? uns ideologos e declamadores vãos, sem energia e acção para as lutas da existencia.

E os novos lyceus não só não fortalecerão a alma da nossa mocidade, mas nem lhe formarão o sentimento. Em nenhum se ministrará o canto, sendo aliás o seu ensino tão facil de organizar, e tendo tamanha influencia na educação affectiva e religiosa. E, assim como se não cuidou do canto, tão pouco se cuidou da modelação, sem a qual não se póde apprender bem o desenho. D'aqui resultará, além do mais, ficarem os lyceus fechados a todos que se destinem ás carreiras artisticas; isto é, para esses, continuará a não haver estabelecimentos officiaes, onde adquiram a sua educação geral.

O ensino, seja qual fôr, não tem por fim, como inculcam relatorio e regulamento, desenvolver o espirito do alumno, mas sim ampará-lo e dirigir-lhe o trabalho pessoal de desenvolvimento. Senão ninguem vingaria educar-se sem ensino, o que felizmente não é verdade, felizmente sobretudo agora depois da actual reforma. O alumno tem de se desenvolver por si proprio, pelo seu esforço. O reformador confundiu instrucção com ensino, e esta confusão denota desde o principio o vicio profundo da sua pedagogia. Em vez de proclamar um ensino liberal, ha de reaccionariamente pretender substituir o professor ao alumno, como se a instrucção seja coisa que se possa infundir no espirito, e não haja motivos já de sobra para nos queixarmos de que o ensino sempre, mais ou menos sem querer, opprime e coarcta as iniciativas.

Ainda, desfeita esta confusão, o fim attribuido á instrucção secundaria é duas vezes vago e duas vezes falso. Dizer que ella tem por fim o desenvolvimento do espirito por meio d'um *determinado* saber, não é determinar-lh'o; e accrescentar que esse fim é tambem a habilitação para a entrada á instrucção superior, é deixar para a definição da instrucção superior a da instrucção secundaria ou metter-se no circulo vicioso de

definir uma por outra. Além de que, o desenvolvimento do espirito não se póde alcançar exclusivamente pelo saber, pela instrucção scientifica; e a reforma, ainda que muito incompletamente, o reconhece, quando introduz no seu programma a litteratura e o desenho. E não ha só instrucção secundaria de habilitação para a entrada á instrucção superior; ha egualmente,—e d'ella tanto carecemos!—de habilitação para a entrada á instrucção especial média. Desconhecê-lo foi um mal de graves consequencias sociaes. Continuaremos a dar o espectaculo vergonhoso d'um paiz que, para a educação geral da sua classe média, pouco mais possue do que um curso primario complementar de valor quasi meramente nominal. Continuaremos sem uma robusta classe média, que firme o nosso poder industrial e commercial na metropole e nas colonias.

Lê-se no decreto organico que «a instrucção secundaria do estado é *professada*» em lyceus, e, no decreto regulamentar, que «o ensino secundario do estado *realiza-se*» em lyceus; e eu não notaria a inexacção de linguagem, se não fôsse de estranhar da parte de quem manda estudar o grego, que concorre para a instrucção geral, não nos lyceus, mas em estabelecimentos de ensino superior, onde lhe «outorga amplo abrigo», e não fôsse uma confirmação do esquecimento em que se deixaram, além de outros, os estabelecimentos de ensino secundario inferior, dispersando serviços, cuja acção deve ser concordante. Se o reformador, tivesse presentes os cursos complementares de caracter educativo que pelo ultimo decreto organico das Escholas industriaes se crearam ao lado dos cursos propriamente industriaes, receberia uma suggestão efficaz, creio, para não deixar aristocraticamente afastados da classe média os lyceus, de todo improficuos para a administração do ensino secundario inferior.

A discriminação das duas categorias de lyceus é desastrada. Póde lá chamar-se a uns centraes e a outros nacionaes, como se este nome não conviesse a todos! Que devéras nenhum o será, isso não nego. O legislador de 1880 distinguiu os centraes dos outros, mas a todos chamava nacionaes.

No decreto organico promettia-se um lyceu central a Ponta Delgada com o compromisso tomado no relatorio de se dar «muita identidade de natureza» a todos os lyceus; agora, no decreto regulamentar sem novo relatorio, promettem-se lyceus centraes a varios districtos, não se fazendo menção especial de nenhum. Foi-se de mal para peor. Succederá, como depois

*

de 1880, virem todos os lyceus a ser graduados em lyceus de primeira categoria, sem conta ás nossas necessidades e aos nossos recursos. O regulamento incita ao desvario das ambições locaes e individuaes. Cumpria, pelo contrario, terminantemente centralizar o ensino geral superior em Lisboa, Porto e Coimbra, junto aos estabelecimentos de ensino especial superior, abrindo ao mesmo tempo generosamente, com discreta assistencia, as suas portas, por meio de pensões, para o poderem tambem compartilhar os filhos de familias pobres. E' o que uma recta administração aconselhava: custava menos e era de resultados mais seguros. O abono das pensões encontra-se já consignado na nossa legislação para auxiliar a promoção dos alumnos das Escholas industriaes para os Institutos industriaes.

Mas não se ouviram os conselhos da prudencia alliada á generosidade; e leva-se a todas as familias a tentação dos cursos superiores, para que engrosse ainda mais, de anno em anno, a torrente, já tão caudalosa e devastadora! de candidatos aos postos eminentes, quando para ahi se acham desguarnecidos ou abandonados todos os mais. Sim! a instrucção é excellente, mas nem por amor d'ella se deixe de cumprir o dever; e, quando seja demasiada para as condições sociaes, que as não exacerbe! Promettem-nos uma solida educação geral, que de antemão garanta aos que a adquirirem, a faculdade de bem servir o seu paiz em qualquer posto, ainda subalterno, sobretudo a força de abnegação, que faz com que cada um se esqueça pelos outros? Não! A insufficiencia dos futuros lyceus reflectir-se-ha nas novas gerações, e amiude converterá em desastres e lagrimas os sacrificios mais sorridentes de esperança; se não vier mesmo a converter em odios a bondade nativa do coração português.

A auctorização para os lyceus de Amarante e Lamego «continuarem a ser considerados como nacionaes», risonha como phrase, constitue um privilegio inexplicavel. Porque, além das cabeças de districto, nenhuma outra terra, excepto essas duas, merecerá ser dotada com um lyceu de segunda classe? Grandes lyceus centraes, quantos quizerem; pequenos lyceus locaes, d'isso muito pouco! Parece que afinal sempre cahiram em si e confessam a inanidade dos seus lyceus nacionaes. Não estão já longe da verdade.

Para a organização territorial do ensino secundario o continente do reino é dividido em tres circumscripções, com sédes em Lisboa, Porto e Coimbra. Mas como conciliar esta divisão com a multiplicidade annunciada de lyceus centraes?

de que circumscripções serão centros todos os de fóra de Lisboa, Porto e Coimbra?

Deve ou não ser d'um só typo, uniforme, a instrucção secundaria, eis uma questão capital que tinha direito a mais do que um mesquinho paragrapho, tão fóra do seu logar e truncado! O relatorio que precede o decreto organico da reforma, a este respeito, começa por desejar ardentemente a dualidade dos typos da instrucção secundaria, com predominio das linguas antigas ou das modernas; passa em seguida a julgá-la apenas defensavel, sob diversos aspectos; e conclue por a declarar inexequivel entre nós e preferir-lhe a uniformidade. E' verdade tambem que nos não explica porque a dualidade é optima ou apenas soffrivel, nem nos demonstra porque é má.

Pois engana-se redondamente!

Não é tal preferivel em principio que haja dois typos do mesmo grau de instrucção secundaria, embora alguns o tenham crido. Esse dualismo é todo pratico, deriva unicamente do estado de duvida pedagogica dos legisladores, e significa uma experiencia em aberto; porque está claro que, desde que se provasse a superioridade educativa de umas ou de outras linguas, ou se descobrisse a formula de as equiponderar, logo os dois typos se reduziam a um.

Que condições nos constrangem a não pôr em pratica o dualismo? Financeiras? Não custa mais um lyceu moderno do que um lyceu classico. O uso? Mas, primeiro, o uso é em parte o abuso das carreiras lettradas, e ainda assim não chega a tal ponto que uma numerosa clientella de alumnos se não encaminhe no paiz para a medicina, para a engenharia, para a agronomia e veterinaria, para o exercito e marinha; depois, para não desviar ninguem do seu destino, ha o recurso das pensões. Entre nós, o difficil, se não impossivel, não seria a diversificação dos lyceus; é mas é recrutar bons professores de humanidades antigas, de latim só que seja, para povoar com elles uniformemente todos os lyceus, como intenta a reforma. Nada, portanto, nos inhibia de adoptar os dois typos, e até isso nos seria mais azado, se fôsse melhor.

E não o faz quem anceia por «sublimar a toda a copiosa riqueza de seus thesouros o typo classico e construir a seu lado o typo moderno», quando não teria de «larguear manirota á lavra do espirito abundante amparo»! Não o faz? Não só termina por preferir um typo unico, mas um typo que não é nenhum dos dois por que está apaixonado, porque, para

moderno, tem latim de mais, e, para classico, falta-lhe o grego. E, sem embargo, affirma que o seu «plano, longe de proceder do livre alvedrio, é dado na categoria em que se inscreve!» De certo. Em qual se inscreve elle?

O novo programma da instrucção secundaria omitte imperdoavelmente o seguinte: hygiene, exercicios physicos, trabalhos manuaes, modelação, canto, instrucção moral e civica.

Que homens e que cidadãos se pensa preparar em tanta estreiteza? Onde é que os artistas irão buscar a sua educação geral? onde a receberão os futuros chefes de emprezas industriaes? Ou não se trata d'isso? Caracteres sãos e viris não são talvez os mais aptos para as lutas da existencia. Não precisamos de artistas; e para a industria continuarão a vir estrangeiros. Perfeitamente!

E advirta-se que quasi tudo que o programma da instrucção secundaria omitte, o mesmo reformador, na mesma occasião, obedecendo a diversa inspiração, julgou imprescindivel á instrucção primaria. Mas exercicios physicos, instrucção moral, etc., só tem virtude educativa na eschola; no lyceu, não! E' bom apenas para entreter creanças.

E dizem-se germanistas, e não viram sequer o que se ensina nos gymnasios allemães!

Porque é que o programma não especifica senão a litteratura portuguêsa? Haviam de ensinar-se as linguas estrangeiras e mortas sem as suas litteraturas? Ou havia de desprezar-se a parte que á instrucção litteraria compete no apuramento do gosto e da sensibilidade moral?

Graves questões se suscitam aqui: que lingua ou linguas vivas nos importa apprender de preferencia; se temos de fazer mais do que os allemães, inglêses e francêses, que contam a sua entre as principaes linguas contemporaneas; se é licito alliviar o quadro das disciplinas, relegando o grego para os cursos superiores.

Não julgo impossivel dirimir por conciliação o pleito em que andam empenhados os partidarios das sciencias com os das lettras, e entre si os das lettras antigas com os das modernas; mas é preciso não querer ensinar lettras e sciencias independentemente umas das outras. No latim e no grego ha de estudar-se o mundo antigo; nas linguas vivas, a vida moderna, principalmente a nossa. Ensinar Homero no original e a Biblia na vulgata, ensinar os Lusiadas deve ser bem mais do que simplesmente ensinar linguas. E' as linguas e a historia da humanidade, dos seus descobrimentos, das suas lutas e

dores. Reciprocamente, o estudo das sciencias ha de ser sempre acompanhado do escrupuloso exame das formulas que as corporizam. Cada uma tem a sua linguagem, onde enthesoura as suas riquezas. Mas, para que o thesouro nos não occulte nenhuma das preciosidades que encerra, faz-se mister que a linguagem em que a sciencia fala á nossa razão, seja tão crystallina, tão luminosa e pura, que nos dê a plena evidencia da verdade, e que, ao vê-la assim em todo o seu esplendor, sintamos os gosos intimos, as consolações e os incitamentos que só a sua posse provoca. Não se exaggerem e opponham os direitos dos dois ramos de instrucção, scientifico e literario. Considere-se que nas lettras se estudam ainda as sciencias, especialmente as do espirito, e que nas sciencias as lettras entram tanto como o proprio espirito. Se as lettras se não estudam tão doutrinalmente como as sciencias, mas historicamente, por auctores, é que as sciencias do espirito, que ellas são, não estão tão perfeitamente constituidas como as sciencias propriamente ditas ou da natureza, e, mais difficeis de apprender, demandam uma mais demorada documentação.

Mas com a unificação do programma mal se importou a reforma. E, na dispersão em que deixa as lettras e as sciencias, julgo arriscado aggravar entre nós as difficuldades com que já lutam as nações ainda as mais adeantadas. Livremo-nos de fazer sôbre posse obra de irreflectida imitação!

Porque é que havemos de exigir preferentemente e simultaneamente francês e allemão na instrucção secundaria? A termos de nos cingir a um minimo, sigamos a indicação que o consenso historico e politico nos está fazendo. No curso inferior dos lyceus, conviria optar pelo inglês, cuja litteratura tão relevantemente compendia a civilização moderna, dando tambem entrada, o mais cedo possivel, á litteratura hespanhola, para nós tão facil e interessante, e que, ensinada a proposito, mal se poderá aventar que roubasse tempo ao português. O curso superior, além de insistir no estudo feito, accrescentar-lhe-hia o do francês ou do allemão, á escolha dos alumnos. Diz-se que o francês é uma lingua universal, e ainda hoje é um tanto assim, mesmo fóra das relações das côrtes. Mas, antes de nos habilitarmos para ter facil trato com todo o mundo, necessitamos conhecer de perto as nações nossas visinhas, na metropole e nas colonias, Hespanha e Inglaterra. Especialmente de Hespanha, custa a crer a ignorancia em que temos vivido, da sua economia, dos seus sentimentos e designios!

Os francêses estudam o inglês ou o allemão nos seus lyceus classicos; os allemães, o francês nos seus gymnasios, e alguns, como o sr. Theobald Ziegler, opinam que ao francês se substitua o russo na fronteira russa e o inglês em Hamburgo, centro de grande commercio com a Inglaterra. Porque não introduzir,—diz este sabio pedagogo—, como lingua viva obrigatoria em Strasburgo o francês; em Emden, Bremen, Hanover e Hamburgo, o inglês; em Momel e Tilsit, o russo; e, além d'isso, como facultativa, uma outra lingua d'esse grupo?

Só nós não nos importamos com as nossas relações internacionaes, e ao inglês e hespanhol preferimos o francês e allemão! Pois lá fóra dá-se tanta attenção ao problema das communicações entre os povos, que em 1886 o sr. Bréal me significava o seu empenho de ver introduzida nos lyceus modernos de França a lingua portuguêsa para os rapazes que pretendessem dirigir a sua actividade para a Africa ou para o Brazil!

Por julgar indispensavel uma instrucção secundaria para as classes médias, não desejo menos uma instrucção secundaria a valer para as classes dirigentes. E não deixa de me causar apprehensões a ausencia do grego do elencho dos lyceus. Que humanistas são esses que o pospõem? Esquecem que o mundo moderno é em grande parte hellenico pela renascença, e que, se o lyceu ha de formar cabalmente o espirito dos alumnos que se destinam ás carreiras superiores, nenhuma civilização presta tanto á sua cultura como a da Grecia. O argumento da affinidade do latim para o português, já invocado por Camões para explicar a affeição de Venus á gente lusitana, banal á fôrça de repetido, é verdadeiro, mas só prova necessidade do latim; e não é unico. Se fôsse, não estudariam os allemães o latim e o proprio grego, nem prefeririam o francês ao inglês. E porque é que, suppondo-o argumento decisivo, o reformador da nossa instrucção secundaria contradictoriamente estima em mais o allemão do que o inglês para nós? porque é que lhe não occorreu sequer a importancia que para nós tem o hespanhol?

Está claro que eu, que entendo que primeiro se devem estudar as linguas dos povos visinhos, não posso deixar de querer que primeiro se estude o latim; mas, assim como pretendo que depois se descerrem os monumentos do genio francês ou allemão, assim tambem considero para então da maior vantagem documental o trato com os auctores gregos. O latim é para nós, digamo-lo assim, ainda o português; o grego é que principalmente é o humanismo.

Para nos consolar da falta do grego, o relatorio assegura que se porá no seu logar um sério estudo do latim. Parecia-me melhor pô-lo simplesmente no logar... do latim que não fôsse sério.

Para o reformador, o systema nervoso motôr do educando só serve para falar. O homem sente, pensa e fala; nada mais! A vida que nos ergue de facto á preeminencia que a natureza nos conferiu, porque nos torna capazes d'exercer sôbre ella o nosso imperio, desconhece-a. Para elle não existe instrucção pratica; d'experiencias e trabalho manual não cuida. Pois é descurar o melhor estimulo da natureza humana! Nada tão grato como a acção; e o contentamento de que ella nos enche, transborda para fóra de nós em impulsos d'espontanea sociabilidade. Nada por conseguinte dispõe tanto para a vida moral. A uma creança passa-lhe toda a perrice e má vontade, em se lhe mandando praticar qualquer acto que lhe dê o gosto de se sentir prestimosa. Na acção reside em grande parte o segredo da obediencia livre. Só os homens d'acção são verdadeiramente dedicados, só para elles se pode appellar com confiança, porque só elles se habituaram a sahir de si, do seu egoismo, para o campo do trabalho e dos sacrificios. Por isso só nas classes propriamente trabalhadoras florescem as virtudes d'uma nação.

Cumpre que cada qual, na sua esphera maior ou menor, se conduza por si e proceda dignamente: tal é o sentido geral da educação. Mas onde estão os exercicios que preparem o alumno d'instrucção secundaria ao dominio do seu organismo, a vencer a fadiga, a resistir ao frio, etc.? Nos lyceus nem recreios haverá. Como poderá elle pôr á prova a sua vontade, a sua capacidade para se dirigir, se ninguem o convida ao trabalho livre, se até lh'o estorvam e prohibem? O alumno é uma *actividade receptiva* e *reproductiva;* escuta e responde; e, falando ou escrevendo, tem ordinariamente que *repetir* aquillo que ouviu. Nem lhe será licito interrogar? cogito-o, com a anciedade de quem vive com creanças, e sabe como ellas morrem por interrogar e quanto são cheias d'imprevisto e de novidade as suas perguntas. Já alguem observou que o alumno passa a ser como um phonographo, e a comparação não é mal achada. *Magiter dixit*. As mesmas respostas hão de a principio ser vasadas nos moldes das perguntas. O regulamento articula com solemnidade: «A pergunta do professor corresponde a resposta do alumno». Por pouco não escreveu: responde a resposta. Só, além da classe

superior, se «abre espaço e liberdade maior á resposta», e «a exposição ou reproducção da doutrina assimilada» poderá ser feita por outras palavras. E o regulamento addita: «interessa exigir que ella (a resposta) tome em regra a forma de proposição completa». Conheciamos o preceito pedagogico que se quiz invocar, mas não convertido em tortura da vivacidade juvenil. Que uma creança desenvolva a sua resposta em proposição completa, que a explique, sempre que lhe saia menos nitida, sim! Agora em regra! é roubar á aula a maior parte da sua animação e encanto. Quem não conhece o surprehendente poder d'expressão dos primeiros annos? A eschola não deve ter o intuito de banalizar os espiritos. Mas é o que vem a succeder. Nem em casa, e sôbre os assumptos da lição, o alumno terá largas para raciocinar por si, ensaiando-se na resolução de difficuldades proporcionadas ás suas fôrças. O tempo ser-lhe-ha tomado *em regra* com repetições ou revisões. Sob semelhante regimen não se prepara ninguem para ter idéas proprias, mas para, mais ou menos rhetoricamente, reproduzir por copia ou imitação as idéas dos outros. Um jornalista, defensor da reforma, perguntava ha dias: pretende-se que os rapazes dos lyceus vão fazer sciencia? Nova, de certo que não; mas têem d'achar, d'inventar para si a que os outros já possuem. O educando não é apenas uma intelligencia que organicamente *elabore, assimile* e *reproduza* a lição do mestre, ou, suggestionado pelo mestre, *associe idéas* e *relacione conhecimentos;* nelle não se reflecte sómente a luz do saber dos outros, é sobretudo, elle tambem, um centro de vibração intellectual. Nem a aula é o logar por excellencia dos estudos. Do ensino, sim; dos estudos, não, e tanto que o mesmo reformador fala de salas d'estudo ao lado das aulas. Os alumnos têem sobretudo que apprender a dispensar o mestre, ou, segundo a expressão do regulamento, que é sempre curioso, «a presença d'auxilio extranho». Mas o reformador não pensa assim. A seu aviso, só «o ensino põe em acção (sic) a actividade do alumno»; o alumno só adquire conhecimentos por *transmissão* do professor; e, ainda no sexto e septimo anno da instrucção secundaria, o professor não tem remedio senão «*obrigar* a actividade mental de cada ouvinte a desempenhar grande quinhão do trabalho escholar e *compelli*-la a usar da iniciativa e independencia proprias da edade na secção superior e dignas da instrucção já obtida». Bella disciplina para o apprendizado da liberdade! Que iniciativa e que independencia será essa, que precisa que a *obriguem* ao trabalho e a *compillam* ao uso dos seus direitos? Só vemos

uma, que é a de a perder. Não pensam d'outro modo os jesuitas... Sem liberdade, como haverá moral? Não admira, pois, que ella de futuro se não doutrine nos lyceus, nem os seus alumnos a pratiquem senão muito insufficientemente. O mesmo regulamento, que impõe a ordem na aula, sob o despotismo ferreo do mestre, fóra d'aula decreta a desordem ou a inercia. O artigo 114.º diz: «Fica expressamente prohibido, por ser muito contrario ao interesse do ensino e da disciplina, que os alumnos constituam entre si associações, ou tomem parte em associações». Logo *muito contrario*. E o § unico só excepтua da prohibição «as associações constituidas com fins unica e restrictamente de caridade». Nem sequer para os exercicios physicos, que lhes não concedem nos lyceus, lhes permittem associar-se entre si! Como hão de elles contrahir pela sua convivencia habitos de solidariedade e de justiça? A eschola é sociedade, diz-se com razão; menos os novos lyceus!

Assim se derogou a nossa legislação, que se tem empenhado por promover o espirito associativo desde as primeiras edades. Assim se vae ao arrepio da corrente educativa moderna, que sôbre elle faz descançar a disciplina. Ao menos, os jesuitas, fóra da aula, associam os alumnos para representações scenicas, que lhes despertem sentimentos de affecto e de religião.

Ha dois modos extremos de ligar as disciplinas: seriando-as mais ou menos linearmente, para, só depois d'exercitado numas, o educando passar a outras; ou enfeixando-as mais ou menos parallelamente, para que o educando se exercite sempre por egual em todas. Ambos os modos são condemnaveis. Nem traduzem uma perfeita classificação, logica e historica, das formas da nossa actividade; nem a exacta evolução psychologica da humanidade e do individuo. A interdependencia das disciplinas provém d'um trabalho reciproco de incessante differenciação e integração, não é apenas uma justaposição. Ellas vão proliferando no espirito do educando, como as idéas em cada ramo do saber; e cada uma que nasce, cresce logo para o seio de todas as que a procrearam. Ellas enlaçam-se, desdobrando-se. Por isso egualmente mal procede quem intente ensina-las uma por uma ou todas juntas. Sobrepo-las indivisamente, uma após outra, é ao mesmo tempo destecer muitos vinculos estreitos e apertar demais outros; agrupa-las, lado a lado, collecticiamente, é a negação de toda a hierarchia. Em ambos os casos, não se graduam as difficuldades; e ora o alumno é violentado para attingir cedo de mais o termo de certas disciplinas ou para as principiar antes

de tempo, ora se arrasta por tardios prologomenos ou por inopportunas explanações.

Até agora cahia-se entre nós no primeiro extremo; agora pende-se para o outro. Não digo bem! Agora consagram-se os dois extremos. Hão de se apprender todas juntas! clamam os artigos 11.º e 19.º Podem-se apprender isoladamente! protesta o artigo 28.º Pelo artigo 11.º as disciplinas apresentam-se logo tão differenciadas no seu agrupamento desde o primeiro anno, que até as creanças, antecipando-se ao nosso tempo, hão de principiar pela geographia, não como repositorio de coisas e de factos com que não se tenham ainda familiarizado, conforme conviria, na instrucção primaria, mas independentemente da historia natural e social, como um corpo de doutrina, cuja constituição aliás apenas se divisa entre as brumas do futuro! Pelo artigo 28.º, em vez de conjunctas, varias disciplinas, senão todas, poderão succeder-se entre si, ao grado de certos alumnos.

Não é tudo! Esses alumnos poderão, se quizerem, cursar sem ordem nenhuma o lyceu. Na mesma aula d'allemão, por exemplo, misturar-se-hão rapazes com ou sem latim, que saibam, não saibam ou estejam apprendendo francês, português, historia, etc. Que classe!

E chegou-se a esta anarchia, não «em consequencia de diversas disposições legaes exigirem apenas o conhecimento d'alguma ou algumas disciplinas de instrucção secundaria, como titulo para determinados direitos», mas por se não comprehender a necessidade de crear uma instrucção secundaria média, que conferisse um titulo d'essa ordem.

Não têem conta os damnos provenientes de tão heteroclita concepção. Os da individuação das disciplinas, assás os experimentámos em longos annos, durante os quaes a nossa pedagogia, tratando-as como inimigos, não se cançou de clamar: divide e vencerás! Os da sua promiscuidade não são menores. Em qualquer dos casos, ellas ficam estranhas umas ás outras, sendo a consequencia a especialização dos ramos d'uma instrucção por sua natureza geral, e, d'ahi, a multiplicidade de professores e livros especiaes, com insoffrivel sobrecarga e com fatal desorientação das faculdades dos educandos.

Mas ainda agora reparo que estive a procurar o impossivel. Como se haviam de harmonicamente travar as disciplinas, faltando a inscripção de tantas d'ellas no programma, e sendo umas vinculos indispensaveis entre outras?

Esta dissociação da instrucção secundaria sobe de ponto

nos programmas das disciplinas, que foram publicados no *Diario do Governo*.

Considerados um por um, os mais d'elles são excellentes, e supprem varias deficiencias e corrigem varios erros da reforma; apontarei, por exemplo, nesse caso o de mathematica, que introduziu no curso geral a geometria no espaço, sem a qual nem o systema metrico poderia apprender quem o frequentasse. Em absoluto, parece-me que só devem ser reprovados o de geographia, que é um programma d'incursões nos dominios das outras disciplinas, e o de historia, manta de retalhos mal serzidos, que principia pela noticia d'alguns homens mais notaveis de Portugal, quando já na instrucção primaria se deu principio ao estudo da historia patria, e trata a historia universal e a historia patria, como se fôssem assumptos desencontrados, sem derivação nem cohesão alguma. Mas, como não houve unidade de plano, os programmas não ajustam, e resulta de todos uma trapalhada. Não têem nexo.

Se a instrucção secundaria é geral, se deve exercitar por egual todas as faculdades, e abrange um conjuncto encyclopedico d'exercicios, é que, no periodo em que ella decorre, nem a vocação individual ainda se emancipa, nem sciencia ou exercicio algum se torna independente. Por isso é mister não isolar qualquer das suas disciplinas; e é mister distribui-las por modo que o professor, se ha um só, funda as suas lições no mais perfeito concerto, ou os professores, quando haja mais d'um, não renovem mutuamente ensinos já dados, nem desaproveitem para as suas aulas os trabalhos das outras, ou deixem de dispôr os seus em proveito de todas.

Ao reformador, porém, não se lhe deu d'isso. Assim, para não citar mais, a historia natural dos mineraes começa só ao quinto anno dos lyceus, emquanto a historia natural dos animaes e das plantas começa logo ao primeiro; a physica e a chimica principiam simultaneamente com a physiologia, que d'ellas depende, e tão tarde, que se torna impossivel a boa intelligencia de muitos phenomenos historico-naturaes e de tantos instrumentos communs ás mais simples observações e experiencias; a geographia zoologica e a geographia botanica hão de estudar-se duas vezes no mesmo anno, em geographia e em zoologia ou botanica, e os phenomenos geologicos actuaes uma vez no sexto anno de geographia e outra vez no sexto e septimo de geologia; a geographia de Portugal dar-se-ha no segundo anno e os episodios da historia patria apprender-se-hão no primeiro; ainda o alumno estará come-

çando a traduzir francês ou latim, e já na aula de historia ha de dissertar sôbre a litteratura francêsa ou latina; e ha de mesmo dissertar no terceiro anno d'historia sôbre litteratura e sôbre philosophia grega, que não estudará nunca nem directa, nem indirectamente, porque nem em philosophia, no sexto e septimo anno, ha historia da philosophia. Que embroglio!

A divisão da instrucção secundaria em curso geral e curso complementar, quando toda ella é caracteristicamente geral, não faz sentido. E, sem se saber para que, torna a instrucção secundaria a ser dividida, d'esta vez, em tres secções, chamando-se secção superior ao curso complementar. Já é vontade de confundir! Fica-se tendo uma secção egual a um curso; um curso com secção média, que é extrema; e outro curso com secção superior, sem mais nenhuma.

Pretende-se que o curso geral forme um conjuncto perfeito, e affiança-se que elle dá um «todo de conhecimentos, geralmente uteis como saber» (sic). Mas então ha instrucção secundaria completa, sem ser d'habilitação para a instrucção superior, como aliás se asseverou no artigo 10.º?

Que destino o d'este curso geral! Não prepara nem para os cursos superiores, nem para os cursos médios; para nada!

E aqui está como, partindo de que não ha ensino secundario senão para as classes dirigentes, se chega a architectar não um outro para as classes médias, o que seria uma contradicção feliz, mas um ensino secundario inferior, que só a ociosos poderá servir.

Não verem que, pobres como somos, precisando instruir todas as classes, os nossos lyceus devem, mas é dividir-se em dois cursos, um inferior para as carreiras médias e outro superior para as mais altas, de tal modo coordenados, que, sem perda de tempo, se possa ascender d'um para outro, e conseguintemente a todos estejam franqueadas as primeiras situações sociaes! Só isto é economico, só isto é democratico!

Todas as outras divisões são as usuaes, com a só differença de se impôr a do trabalho diario em duas sessões, da manhã e da tarde, o que é inacceitavel em Lisboa e Porto, onde duas caminhadas entre o lyceu e a casa representam grande perda de tempo, e o estacionamento demorado dos alumnos dentro do lyceu ou nas suas immediações, além de representar ainda «*perda de tempo*», como reconhece a reforma, tem inconvenientes sensiveis para a hygiene e para a moral. Estes grandes intervallos em Lisboa serão provavelmente pre-

enchidos pela forma de vagabundagem a que se chama *fazer a avenida*. A propria reforma diz: «observada a estricta conveniencia de não deixar os alumnos a perder tempo nos lyceus ou fóra dos lyceus, em consequencia dos grandes intervallos das aulas». E, em seguida, divide as lições em dois periodos grandemente intervallados!

Na distribuição das disciplinas pelos cursos fica-se sem descortinar, entre outras razões, porque são considerados indifferentemente educativos o inglês e o allemão no curso geral, mas o inglês se torna obrigatorio para quem não quizer passar d'esse curso, como se devesse ahi preferir-se ao allemão, e exclusivamente o allemão gosa os foros d'educativo no curso complementar, onde não figura o inglês. Primeiro são indifferentes as duas linguas, depois é preferida uma, e por fim a outra.

Não é, pois, exacto que os dois cursos, geral e complementar, juntos, ministrem os preparatorios para a instrucção superior, visto que ha duas especies de curso geral, com ou sem inglês, e o que tem inglês, não se junta com o curso complementar.

Deixou já de ser um todo o curso geral, quando não inclue o inglês, e é por isso que o allemão só pode ser estudado pelos alumnos que tencionem seguir para o curso complementar?

Tornou-se obrigatorio o inglês no curso geral unicamente para recrutar alumnos para esta lingua? Mas como, se do mesmo lance os affugentaram, impedindo-lhes o accesso ao curso complementar, desde que no curso geral frequentem o inglês e não o allemão?

Entendeu-se que, uma vez estudado o inglês no curso geral, nada mais ha que apprender d'essa lingua, que aproveite á educação secundaria, e por isso ella se exclue do curso complementar?

Será, pelo receio de que esqueçam o inglês durante o curso complementar, que se obrigam ao allemão os que se proponham a ir além do curso geral? Mas não se receia o esquecimento do francês, que de todo tambem se abandona no curso complementar, exigindo-se todavia tanto aos que ultrapassem o curso geral, como aos que se limitem a elle?

Eliminou-se o francês e o inglês do curso complementar para o alliviar? Então reconhece-se que se sobrecarregou o curso geral, isto é, logo o curso que os nossos filhos hão de frequentar na edade mais tenra? Muitissimo bem por conseguinte se andará em os deixar descançar nos ultimos annos,

para que elles se não fatiguem de todo. Mas como estamos longe d'uma instrucção secundaria que tivesse por fim o desenvolvimento do espirito dos educandos!

Para mais, a lacuna, já tamanha, da educação artistica, alarga-se ainda no curso complementar pela suppressão do desenho.

Na distribuição das disciplinas por secções, não pode haver progressão d'estudos com a incerteza de marcha das linguas, que ora augmentam em numero da primeira para a segunda secção, ora diminuem da segunda para a terceira.

As disciplinas dentro de cada secção distribuem-se seguidamente, excepto a lingua francêsa, que não começa logo no primeiro anno, não se comprehende porque, sendo ella tão affim da nossa, e estando naturalmente indicado não desaproveitar a edade em que o dom da loquela brinca com as difficuldades.

Comprehende-se que os allemães hesitem em accrescentar ao latim uma lingua latina logo desde o principio. São linguas tão differentes das suas! Mas nós? o latim é para nós um centro natural de convergencia para o português e hespanhol ou para o português e francês. E como é que um anno só de francês ha de bastar para que a secção inferior dos lyceus, que se compõe de dois annos, feche um cyclo perfeito d'instrucção?

Para a distribuição das disciplinas pela semana, e para a sua distribuição diaria ou horario, é annullada quasi inteiramente a iniciativa do professor. «São organizados (horario e distribuição) annualmente pelo reitor, ouvido o conselho escholar», e «submettidos á approvação do governo»; quando razoavelmente deviam ser propostos, discutidos e votados pelos professores em reunião do conselho escholar, com direito de veto para o reitor, simplesmente, e em seguida submettidos ao governo, não para esperarem pela sua approvação, mas para o fim ordinario da superintendencia do poder central. Se ha nada mais caseiro, mais pessoal, para professores e alumnos, do que este trabalho intimo! Que mania de centralização! E não se poderá durante o anno, em presença de circumstancias imprevistas, modificar a distribuição semanal e diaria? Que rigidez de prescripções!

Porque é que a instrucção completa dos lyceus centraes durará sete annos, pelo menos? O relatorio não o diz; limita-se a declamar que mais tempo d'instrucção geral é melhor do que menos. Nada mais demonstrativo! O peor é que nem todos podem malbaratar o seu tempo.

Varias vezes pugnei pelo augmento d'um anno no periodo total da nossa instrucção secundaria; mas não me passava pela cabeça obrigar préviamente os seus alumnos a dois graus d'instrucção primaria, que elles, segundo o prazo fixado á frequencia do primeiro grau, dos seis aos doze annos, não poderão em média concluir antes dos treze annos. Nem é razoavel ampliar a instrucção geral, sem simultaneamente contrahir a instrucção especial. Historicamente, a instrucção primaria e secundaria, d'antes chamada menor, foi-se desenvolvendo á custa da superior ou maior; e nesse sentido se tem no nosso tempo accentuado o movimento de correlação entre a instrucção geral e a especial. Quando se fala no estrangeiro, é preciso não esquecer que em França e Allemanha os lyceus ou gymnasios abrangem tambem a instrucção primaria; e que lá o curso universitario de philosophia e os cursos superiores de lettras ou de sciencias duram em regra tres annos.

Não falando no desenho e na philosophia, que se restringem cada um a seu curso, todas as disciplinas se prolongam por todo o tempo dos lyceus, excepto as linguas vivas estrangeiras, nas quaes se dá o seguinte: para francês, quatro annos; para inglês, menos um; para allemão, mais um. De modo que o francês, pelos annos que nos reclama de estudo, é collocado entre o inglês e o allemão!

A duração de cada curso, assim como á de cada secção, nem allusão se fez no relatorio. Tudo puro arbitrio! Porque é que o curso geral tem cinco e não quatro ou seis annos? Porque é que o curso complementar tem dois e não tres ou quatro annos? Porque é de dois annos e não de um ou de tres a secção inferior? Mysterios! Ao terceiro anno principia o inglês ou o allemão, mas tambem ao segundo principia o francês. Ao quinto acaba o desenho, mas não ha razão para não continuar; acaba o inglês, mas tão pouco ha razão para acabar então, nem, de resto, esta lingua é considerada normal; acaba o francês, mas, quando elle principia, ao segundo anno, nem mudança ha sequer de secção. E' verdade que ao sexto principia a philosophia; mas que se designa por este nome? E' a velha metaphysica? nem um dia d'ella! E' a systematização das idéas adquiridas pelo alumno sôbre as suas faculdades e sôbre o mundo? não pode ser recusada a ninguem durante a sua educação geral, primaria, média ou superior, e só privilegiadamente servida como prato de luxo aos mimosos da fortuna. Dissemos que ao segundo anno é que começa o francês. Mas como um anno só de francês bastará

para que a secção inferior, que conta dois annos, feche um cyclo perfeito d'instrucção?

O anno lectivo continua a ser ainda cortado de excessivas ferias grandes. Para quem não tenha de fazer exames, durarão a quarta parte do anno, tres mezes, tantos como os artigos em que se liberalizam. Não seguirem ao menos aqui os germanistas o bom exemplo da Allemanha, que não dá ferias grandes de mais de seis semanas!

Mas, em compensação, o reformador dilata a esphera dos conhecimentos dos alumnos, ensinando-lhes a distincção entre anno escholar, que principiará no 1.º d'outubro e findará no dia 31 de julho, e anno lectivo, que principiará no mesmo dia para terminar um mez antes, a 30 de junho, o que é o mesmo que dizer-lhes que o mez de julho, destinado aos exames, é escholar, mas não lectivo, ou, mais claramente, que o exame é funcção diversa do ensino, não o completa, sobrepõe-se-lhe, e portanto não pode penetrar até ao amago da instrucção em verdade adquirida, e tem de se contentar com um simulacro d'instrucção,—bella doutrina para os alumnos se decidirem durante o anno ou a instruir-se a preceito, não pela consciencia do dever e pelo proprio enlevo do estudo, mas no engodo d'umas ferias d'ociosos, ou a cabular, preparando-se apenas superficialmente para o facil exito da prova de exame—. Imagino que quasi todos se decidirão pelo segundo alvitre, mesmo porque a final todos hão de sujeitar-se ás contingencias dos exames de sahida. E é o proprio reformador, que manda marcar duas faltas ao alumno que não compareça numa repetição, naturalmente por ella valer aos seus olhos pelo menos por duas lições, que julga que os exames, repetição do trabalho de todo o anno ou de todo o curso, não encerram lição alguma! Os germanistas tambem aqui nada apprenderam com a Allemanha, que tão pouco separa o tempo de lição do tempo d'exame, que, ainda depois do exame de madureza, as lições proseguem até ás ferias. Lá não se estuda para o exame!

Por outra parte, o total das horas d'aula por semana é tambem excessivo: passado o primeiro anno, exigem-se mais de cinco horas por dia; ou ha de descontar-se a pausa das quinta-feiras, deixando de as destinar só para desenho e excursões, como está nos nossos habitos. Parece mesmo que o reformador ainda calcule em mais o trabalho diario d'aula, quando, ao dividir o dia em dois periodos, diz que «o primeiro não deve abranger mais nem menos (sic) de tres horas», nem «o segundo deve ir além d'egual numero d'horas, não

se contando para este numero o tempo distribuido ao desenho». Não se seguiu progressão alguma no cómputo do horario semanal. O tempo d'aula, maior nos primeiros annos, estacionario nos intermedios, diminue nos ultimos; ao passo que o tempo d'estudos fóra da aula é progressivo pelos annos adeante. Junte-se, pois, o tempo d'estudo ao das lições, e ter-se-ha, durante cinco annos, mais de oito horas por dia, isto é, mais do que o trabalho que é licito exigir d'um adulto, e note-se que o trabalho exigido dos rapazes é quasi exclusivamente mental. Uma barbaridade!

Nas horas de cada disciplina lavra grande desconcerto. Durante toda a instrucção secundaria haverá apenas 0,07 d'instrucção artistica. E, quanto á instrucção scientifica e litteraria, as quotas semanaes médias são as seguintes: lettras e philosophia, 14,6 horas; historia, 2,6 horas; sciencias naturaes, 3,9 horas; mathematica, 4 horas. A quota de historia, a menor de todas, é deficiente; nos gymnasios allemães estuda-se mais e durante mais annos, e accresce-lhe para a educação moral a chamada doutrina. O português não precisa de tanto tempo; esqueceram que a lingua patria se estuda em todas as disciplinas, e que é por isso que em nove annos os allemães só lhe destinam 25 horas, menos 3 do que nós vamos dar-lhe só em sete annos. E para que afinal tanto português? para, por falta d'instrucção artistica e industrial, nem ao menos o vocabulario levarem dos lyceus os futuros artistas e industriaes. O inglês, que já tinha, como mostrámos, menos annos do que o francês e o allemão, fica tambem com menos horas. Etc., etc.

Conforme dissemos, cada dia é dividido em duas sessões de 3 horas cada uma. O reformador accrescenta que os intervallos em cada sessão serão de 1/4 d'hora. Mas como combinar esta clausula com a d'uma hora de duração ordinaria para cada lição? 2 lições com 1/4 d'hora d'intervallo fazem 2 horas e 1/4 e não 3; 3 lições, com 2 intervallos de 1/4 d'hora, dão 3 1/2 e não 3. São operações arithmeticas com que se não importa o regulamento. Se elle, no seu habito de juntar sempre o pró e o contra, depois de haver medido uma hora a cada lição, auctoriza que nos ultimos annos haja lições do dobro do tempo, de duas horas! (Nem que, em tal apuro, não fôsse preferivel mandar dar no mesmo dia duas lições de egual disciplina!). E como é que nos primeiros annos, em que haverá 6 horas por semana de português, elle se dará por dia em uma só lição d'uma hora?... O reformador está socegado; e, contente com a sua obra, não olhando ao exces-

sivo trabalho diario, nem ao demorado intervallo entre as duas sessões, exclama: «cumpre desembaraçar d'aulas o mais cedo possivel o periodo da tarde». Não está má entalação.

Qual a intensidade da instrucção secundaria? A esta pergunta responde o reformador: «A extensão (sic) com que ha de ser professada, nas diversas classes, cada disciplina regula-se... e emfim pela norma typica, mais ou menos elementar da instrucção secundaria».

Extensão elementar! Pois nem se trata d'extensão, nem a instrucção secundaria é elementar! O caracter elementar não se relaciona com a extensão, mas sim com a intensidade; os conhecimentos podem ser elementares e pouco ou muito extensos. Que são os simples eruditos senão individuos que se comprazem em reunir grande copia de noções elementares? Se á instrucção secundaria se chama elementar, que intensidade se ha de attribuir á instrucção primaria, e á infantil? Nenhuma! Elementar é a eschola primaria, onde a observação e a acção se tocam quasi; mas a instrucção secundaria completa é verdadeiramente uma instrucção superior, tão intensa na sua altura de generalização como a instrucção universitaria na profundeza das suas especialidades. No lyceu não se estudam elementos, mas principios, o que é bem diverso. Ao alumno da eschola primaria basta-lhe adquirir o principio de causalidade para coordenar todos os elementos; o da eschola secundaria superior tem de elevar-se á explicação do universo por meio d'um systema completo de principios. Por isso a instrucção secundaria não termina nunca, e a todo homem se impõe a necessidade de, por si mesmo, pelas suas leituras geraes, a ir successivamente renovando, ao lado dos seus trabalhos especiaes, sob pena de nem mesmo nestes poder progredir.

BERNARDINO MACHADO.

QUAESTIUNCULAE

I

Sulla lex Cincia de donis et muneribus

Con questa legge della metá del sesto secolo di Roma si connette la teoria delle donazioni secondo il diritto romano classico, o per dir meglio, del divieto del *donare,* dal quale erano eccettuate alcune categorie («exceptae personae») di cognati e prossimi affini, etc. (1), e anche dei servi (2). Accanto al quale carattere proibitivo, ch'é incerto se fosse assoluto o al di lá di un determinato limite o quasi (3), sorse quello semplicemente restrittivo, per le donazioni reali. Ma tali significati ed estensione dell'applicazione, che la legge acquistó col tempo per effetto del diritto onorario e dell'interpetrazione della giurisprudenza (4), erano ben differenti dall'originario significato. Su questo intendiamo ora soffermarci, e sulle ragioni e circostanze che determinarono la formazione della legge medesima.

Un plebiscito dell'a. 550/204, proposto dal trib. pl. M. Cincius Alimentus, si riferiva ai «dona et munera». Esso é identico alla «muneralis lex» ricordata dal contemporaneo *Plauto* (5). Proibivasi cioé di ricevere *dona et munera;* la quale espressione deve intendersi, secondo l'originario testo

---

(1) Secondo i *Vatic. fragm.* (298-309), fonte sicura. Cf. anche *Rudorff,* Röm. Rechtsgesch., I, p. 54; *Voigt,* Jus natur. III, 151.

(2) *Vat. fr.* 309. Vedi innanzi.

(3) Per tutta la questione cf. *Alfr. Ascoli,* in Bull. Istit. dir. rom., VI (1893), p. 177 sgg., dove é studiata compiutamente la funzione della lex Cincia nel diritto classico.

(4) Anche a proposito della nostra legge puoi vedere specialmente *Krueger,* Hist. des sources du droit rom., trad. Brissaud, p. 175 sg.; e 278 a 291 (su Paolo e Ulpiano).

(5) *Plaut.* apd. *Fest.* s. v. Muneralis. *Cicer.,* de senect. 4, 10 (donde si ricava chiaramente la data); de orat. II, 71, 286; Att. I, 20, 7. *Liv.* XXIX, 20, 11; XXXIV, 4, 9. *Tacit.,* Annal. XI, 5; XIII, 42; XV, 20, etc. I testi in *Lange,* R. Alt. II³, 190 sg.; e anche in *Dictionn. Daremberg et Saglio,* s. v. Lex, p. 1135.

e fine della legge, equivalente a *munera* soltanto, cioé a regali, imposti piuttostoché da mera generositá e liberalitá, da obblighi di consuetudine e di convenienza; p. es. a regali o in favore di parenti e amici in certe occasioni, o per compenso di taluni servigi [cosi per il caso «ob causam orandam» (1)], o per vincoli di clientela e simili. Infatti che di *munera* esclusivamente si parlasse nell'antica redazione del plebiscito, si rileva dalla parola «muneralis» adoperata da *Plauto* (l. c.) (2), e da ció che a «munera» solamente accenna il plebiscito Publicium (in *Macrob.,* Saturn. 1, 7, 33) avente uno scopo non diverso da quello del nostro, come innanzi vedremo. Inoltre non avrebbe avuto senso un divieto legale di donazioni dettate da pura e semplice liberalitá. Si aggiunga che, non molto dopo l'etá di questa legge, Polibio affermava, non esser costume dei Romani fare donazioni gratuite (3).

Solo in etá recente (4) i *munera* furono interpetrati per *dona et munera,* o per *dona* semplicemente. Infatti nei documenti del tempo imperiale si parla di *donare,* senz'altro (Vatic. fr. 298. 304 sg.).

Il contenuto era in principio e in teoria una proibizione assoluta. Piú tardi forse si stabilí un «modus legitimus» da non oltrepassare (5). Analoghe misure s'incontrano anche in qualche altro caso (p. es. a proposito del fenus).

Come immediato, diretto movente della legge le fonti dánno il desiderio di liberare le classi piú povere dalle pretese dei ricchi e potenti. Se in *Livio* (XXXIV, 4, 9) é detto che «vectigalis iam et stipendiaria plebs esse senatui coeperat», i vocaboli peró «plebs» e «senatus» sono qui usati vagamente e devono intendersi come riguardanti il cēto inferiore della cittadinanza romana di fronte al patriziato (6). Come si sa, dei patrizi avevano bisogno i clienti, e non solo essi, ma anche la plebe (i rapporti della quale con la clientela sono noti):

---

(1) *Tacit.,* Ann. XIII, 42, etc. Nel tempo di quest' autore si conservava ancora il testo genuino della legge.

(2) La spiegazione data da *Festo* s. q. v. cioé «munus accipere» é ovvia, e non ci giova affatto.

(3) *Polyb.,* rel. XXXII, 12, 9. Cf. anche *Mommsen,* R. Gesch. 1^8, p. 850.

(4) L'antico significato si mantiene ancora in *Tacit.* ll. cc.; e anche nella lex Iulia de repetundis (della fine della Repubblica), proibente ai magistrati di accettare doni al di lá di un certo limite.

(5) Su di ció cf. *Cuq,* Instit. jurid. des Romains, p. 557 sgg.; *Voigt,* R. Rechtsgeschichte 1, 401, e n. 3. É inutile poi fermarci intorno ad altre ipotesi (p. es. a quella di *Hugo,* Gesch. d. röm. Rechts, 351, n. 1, etc.).

(6) Cf. *Fest.* s. v. Patres, dove *senatores* é sinonimo di *patres.*

Cosí nella pratica giudiziaria (1) [benché e clienti avessero il diritto di agire da sé nei giudizi (2)]. Donde derivava l'obbligo dei doni (3). Adunque la lex Cincia — che appunto per ció appartiene alla categoria dei plebiscita, giá parificati alle leges — vietava i doni, intendendo al bene delle classi inferiori, in generale. In queste si trovavano i clienti, ch'erano i piú gravemente colpiti dall'usanza dei munera.

Perció ai clienti si riferisce precipuamente la tradizione; cosí in *Plutarco* (Rom. 13), dove si accenna al predetto divieto imposto ai potenti di prendere χρήματα dai piú poveri, alludendosi precisamente ai clienti, poiché immediatamente prima si parla dei doveri dei clienti (4).

Che ai liberti (5) eziandio si estendesse la disposizione del plebiscito di Cincio Alimento, si fa questione.

Che fra i «servi» messi in Vatic. fr. 307 tra le personae exceptae dalla legge Cincia si debbano comprendere non solo i servi propriamente detti, ma anche gli affrancati, noi non abbiamo difficoltá ad ammettere. Ma ben inteso, nel senso che in etá recente si poté estendere ai liberti l'exceptio, ammessa originariamente per i soli servi (ció che non era inutile), come fece la giurisprudenza per interpetrazione (Vedi *Paul.*, 71 ad Ed.) (6).

Che nel testo del nostro plebiscito fosse fatta menzione dei liberti, non é impossibile. In quei tempi essi avevano bisogno di protezione (7) contro le tendenze della nobilitas e del senato, e anche a loro la democrazia doveva porgere aiuto; e solo piú tardi, cioé nell'ultimo secolo della repubblica, divennero e rimasero potenti.

---

(1) Puoi cf. *Voigt* specialmente in Handbuch del Müller (R. Alt.²), IV, 2, p. 306, n. 43.

(2) Vedi *Staaff*, De origine gentium patriciarum, Comm. Acad., Upsal. 1896, p. 93 sg.

(3) Fra tale bisogno dell' opera dei patrizi e l'obbligatoria consuetudine dei doni la relazione é evidente, quantunque non sembri all' *Herzog*, Gesch. u. System d. röm. Staatsverf, I, 366.

(4) Cf. anche *Dionys.* II, 10; *Gell.* N. A. XX, 1, 40; e anche *Plaut.*, Men. IV, 2, 2. Che questi obblighi dei clienti fossero antichi, niente l'esclude.

(5) Obbligati anch' essi a doni (*Fest.* s. v. Cereos). Sui loro rapporti con la famiglia del patrono, rimandiamo al citato *Dictionn. Daremberg et Saglio*, s. v. Libertus, 1204.

(6) Cf. *Cuq*, o. c., 558 sg. Quest' autore peró non fa la dovuta distinzione tra l'etá recente e quella della primitiva redazione della legge.

(7) Ricordiamo l'opera del censore Ti. Sempronio Gracco nell'a 586, non molto dopo della nostra legge (*Liv.* XLV, 15).

Si vede pertanto, che la legge studiata, per il suo carattere sociale-politico e anche morale e le sue tendenze democratiche, corrisponde alle condizioni dei tempi (1). Accanto ad essa puó stare il plebiscito detto *Publicium,* del quale fu autore un Publicius trib. pl. (2), e ch'ebbe il fine di liberare i clienti dai gravi pesi che loro imponevano i cupidi patroni, a titolo di munera, nell'occasione dei Saturnali, e di limitare i doni ai «cerei» (3). I due plebisciti per tanto possono essere contemporanei, e il Publicio forse posteriore, ma non di molto.

Se finalmente al nostro plebiscitum Cincium mancó nel principio la sanzione giuridica (e quindi esso fu una lex imperfecta), ebbe sempre la morale, meglio rispondente alle relazioni e all'organizzazione gentilizia (4). Ma non tardó ad acquistare l'efficacia giuridica, e poscia si finí con l'avere dal pretore «l'exceptio legis Cinciae» (5).

II

Sui Decemviri litibus (stlitibus) iudicandis

Che questo collegio giudiziario permanente, noto dai documenti primieramente dal VII secolo (6) e che si dice istituito nel VI (7), sia molto piú antico e che l'istituzione di esso si ricolleghi all'origine del tribunato e delle cariche plebee, si é voluto desumere dal passo di *Livio* (III 55, 7), a proposito dell'inviolabilitá stabilita dalle cosí dette leges Valeriae Horatiae dell'a. 305/449 in pro'delle magistrature popolari. Si é creduto cioé di vedere nelle parole «tribunis plebis aedilibus

---

(1) Nulla v'ha di contrario allo spirito commerciale che pervade oramai la vita romana. Anzi si riconnette al programma di miglioramento delle classi meno abbienti, dopo la grave crisi della guerra Annibalica.

(2) Com'é detto esplicitamente in *Macrob.*, Saturn. I, 7, 33. Questo Publicius non puó quindi essere il pretore del 519 M. Publicius Malleolus (come propende a credere p. es. il *Cuq,* o. c., 557, n. 1).

(3) *Macrob.* l. c.; vedi *Liv.* XXVII, 20, 11.

(4) I rapporti fra patroni e clienti erano sacri; e la fraus era colpita dalla sanzione del «sacer esto» (Vedi *Serv.* in Aen. VI 609; *Bruns,* Fontes iur. rom., Tab. VIII, 21. Cf. *Voigt,* Die XII Tafeln, II, p. 814 sg.).

(5) Per tutto vedi *Cuq,* op. cit., pp. 463 sg.; e 560, n. 2; cf. anche *Girard,* op. cit. innanzi, p. 190, n. 3.

(6) *CIL.* I, 38. Vedi *Girard,* Hist. de l'organisation judiciaire des Romains, 1901, p. 23, n. 2.

(7) *Pompon.,* Digest. I, 2, 2, 29.

iudicibus decemviris» tre differenti cariche: i tribuni plebis, gli aediles, «gl'iudices decemviri». E quindi si é dedotta l'esistenza coeva a quella del tribunato e dell'edilitá, di 10 giudici plebei, i quali non sarebbero altro — eccettuato il carattere esclusivamente plebeo (1) — se non i *Xviri lit. iudic.* del tempo storico.

Peró l'ora accennata interpetrazione é infondata (2). Ove non si preferisse credere che la parola «decemviri» sia una glossa o qualcosa di simile, spiegabile per influsso dell'indicazione del famoso decemvirato legibus scribundis (3), si potrebbe accettare l'ipotesi da me presentata fin dal 1891 (4), cioé che in Livio, mercé una semplice trasposizione, si debba leggere: *decemviris tribunis plebis, aedilibus iudicibus.*

Infatti era necessaria nelle leggi restituenti i privilegi plebei l'indicazione del *numero* dei difensori della plebe, questione di non poca importanza secondo la tradizione la quale riferisce per l'anno seguente una disposizione riguardante l'elezione regolare e diretta di tutti e dieci i trib. pl. (5). Nemmeno poteva mancare la menzione dell'attribuzione propria e caratteristica degli antichi edili, cioé della giudiziaria (onde nel tempo antico la carica di giudici plebei non poteva differire dall'edilitá plebea).

III

Sui Vandali

Durante il periodo di tempo — di poco meno di un secolo — in cui i Vandali, presa Cartagine (a. 439), dominarono l'Africa, di qui furono di grave incubo alle isole del bacino Occidentale del Mediterraneo.

Si disputa se essi abbiano potuto metter piede stabile e

---

(1) Tale differenza di carattere non basterebbe da sola a far ritenere impossibile l'identitá presunta (Vedi *Girard,* o. c., 83, n. 3). Poiché si potrebbe sempre supporre che in etá recente sorgesse il Xvirato patricio-plebeo sullo stampo del plebeo e prendesse il posto di questo, non avente piú ragione di esistere.

(2) Cf. specialmente *Wlassak,* Röm. Processg. I 139-151. E anche Kübler in *Pauly — Wissowa,* IV, 2261.

(3) Ma non devesi assolutamente ammettere relazione fra il Xvirato leg. scrib. e il giudiziario (*E. Pais,* Storia di Roma, I, p. 591).

(4) «Le leges sacratae del 260 u. c.» Vedi mie «Note di storia antica», 1899, p. 9.

(5) *Liv.* III, 65, 1.

forte e dominato in Sicilia come nelle altre grandi isole. Vogliamo ora intervenire noi, per fare la breve storia delle loro invasioni nella nostra prediletta isola, e possibilmente, per dire l'ultima parola.

Fin dall'a. 440, appena che cominciarono le scorrerie dei Vandali per il Mediterraneo, ne fu oggetto la Sicilia. In quell'anno i barbari presero Lilibeo e minacciarono Panormo (1). Che si siano impadroniti anche di altri punti, non si sa. Certo é che con la pace fatta da Genserico loro re col governo romano nel 442 (dopo la fallita spedizione della flotta d'Oriente) (2), i Vandali non restituirono quanto avevano occupato nell'isola.

Le incursioni continuarono quasi sempre (3), meno qualche breve interruzione. Anzi divennero piú disastrose dopo il 455, cioé quando l'impero di Occidente si avvicinava alla fine (4). La sconfitta riportata in Sicilia da Genserico nel 456 per opera del patrizio d'Occidente Ricimero (5), ebbe per conseguenza forse la liberazione dell'isola. Ma fu cosa di assai breve durata; e la pace del 460 dovette probabilmente riconoscere ai Vandali il possesso di parte della Sicilia.

Dopo l'insuccesso dell'impresa preparata con molti sforzi dai due imperatori, nel 468 (6), i Vandali non solo ritennero ció che colá avevano ad Ovest, ma minacciarono seriamente la rimanente parte (7).

Che poscia Genserico abbia occupato anche questa parte, non é detto. Si ignora parimente se col trattato di pace del 476

---

(1) *Cassiodor.*, Chron. a. q. a.; *Hydat.*, Chron. a. q. a., p. 23 M. Vedi *L. Schmidt*, Gesch. der Wandalen, 1901, p. 70 sg.

(2) I testi in *Holm*, Geschichte Siciliens, III, p. 498. Su tutti questi fatti cf. la recente monografia di *G. Hassebrauk*, Westrom zur Zeit des Aetius, Progr. Gymn. Braunschweig, 1899, cap. 6.°

(3) *Procop.*, B. Vand., I, p. 334.

(4) É questo l'anno del saccheggio di Roma. Che in quest'anno medesimo sia avvenuta l'invasione di cui parla *Cassiodor.* (Var. I, 4), respinta per opera di un omonimo antenato del celebre ministro di Teodorico, non é certo. Solamente é detto, che ció accadde prima che Genserico assalisse Roma; onde poté esser avvenuto anche in uno degli anni antecedenti.

(5) *Priscian.*, exc. p. 217 ed. Bonn; *Apoll. Sidon.*, Paneg. Anthem. II, v. 367; e forse anche *Hydat.* che parla della distruzione di una flotta Africana nelle acque della Corsica. Quanto al luogo sbaglia il *Villari*, Invasioni barbariche, Milano 1900, p. 118.

(6) *Procop.* I, 336 sgg.; *Theophil.*, 115 sgg. L'imperatore dell' Occidente era Antemio, non Maggioriano (come dice il *Villari*, o. c., p. 121, in fine).

(7) In quell'anno di certo non tenevano tutta l'isola. La qual cosa si

il governo di Ravenna riconoscesse al re barbaro il dominio di tutta l'isola o di una gran parte. Poco di poi, il nuovo padrone d'Italia, Odoacre, otteneva da Genserico la cessione dei domini Vandalici in Sicilia contro un annuo tributo (terminato nel 491), eccettuati taluni luoghi che il re dei Vandali volle conservare per sé direttamente, cioé nella regione Occidentale, dirimpetto all'Africa. Ma che prima di allora costui possedesse *la Sicilia intera,* non é ben certo (1), ed é probabile che una rilevante parte fosse da Odoacre acquistata direttamente e quindi esente da tributo.

In ogni modo, la dominazione di lui é stata fluttuante, mutevole, effimera. In generale, le dominazioni Germaniche nell'isola non hanno mutato nulla o quasi. Tanto meno poteva lasciar traccie l'invasione dei Vandali, che furono non molto numerosi (2) nell'Africa stessa, e ben presto scomparvero e dovunque. Nell'isola nostra si ebbero ripetute incursioni (3), molto dannose alla pace e prosperitá del paese e anche al Cattolicesimo; ma nessuna traccia durevole é rimasta.

Soltanto nella contrada Occidentale, verso Lilibeo, si formó un possedimento piú stabile e militarmente organizzato, rimasto ai Vandali anche dopo il 476 e la morte di Genserico (in principio del 477), e anche dopo il 484 (4). Siffatto dominio particolare ricomparisce piú tardi come appartenente ai Vandali, cioé nel tempo degli Ostrogoti [*CIL.* x, 7232, p. 744 (iscrizione trovata in Marsala), dove si legge: «Fines inter Vandalos et Gothos» (5)]. Si suole ammettere, che lo stesso, conquistato dal re Ostrogoto Teodorico (con tutto il rimanente dell'isola), ritornasse alla monarchia dei Vandali per effetto del matrimonio di Trasamondo loro re con Amala-

---

desume anche dal fatto, che in alcuni punti di essa si rifugiarono alcune delle navi romane sconfitte. (*Theophil.*, l. c., 116).

(1) *Victor*, Vit. 1, 4, ne parla genericamente.

(2) Non piú di 80 ni in tutto furono nei primi tempi, né la cifra poi aumentó (cf. *Schmidt*, op. cit., p. 156 sg.).

(3) Cf. anche *Amari*, Storia dei Musulmani di Sicilia, 1, p. 11.

(4) Nella Notit. prov. et civ. Afr., ch'é di quest'anno, la Sicilia non appare come provincia o faciente parte di una provincia Vandalica. Ma non si deve escludere la persistenza di un non vasto possesso, annesso immediatamente all'Africa.

(5) Ivi non é certo che si debba leggere «mil. IIII», cioé intendere che i confini fossero a 4 mp. da Lilibeo (come crede l'*Holm*, op. e vol. cit., p. 495). L'altra iscrizione (in *CIL.* x, 7022, p. 723), trovata presso Catania, non si puó mettere in relazione col nostro argomento, eccettoché non si creda — ció che non puossi dimostrare — che l'iscrizione provenga da Lilibeo.

frida sorella di Teodorico, che avrebbe portato quel paese in dote (1). Laonde Teodorico deve aver tenuto *tutta* l'isola. A noi peró sembra preferibile credere, che tale territorio fosse da lui conteso ai Vandali, e che il matrimonio ora riferito ponesse termine alla questione.

Finalmente, nella. 533, il predetto dominio si vede appartenere alla monarchia Ostrogota, che l'occupó quando cadeva, per opera dei Bizantini, la dominazione Vandalica in Africa e quando non permetteva che passasse all'imperatore di Oriente. Quest'ultimo fatto non ci deve far credere, che il detto territorio fosse meno della corona Vandalica che della principessa Ostrogota andata sposa al re di Cartagine (2). Gli Ostrogoti dopo la caduta dei Vandali presero per sé il territorio Vandalico in Sicilia, semplicemente e naturalmente per integrare, anche per ragioni strategiche, la propria privincia di Sicilia, tanto piú perché un tempo l'avevano almeno disputato ai Vandali.

FRANCESCO PAOLO GAROFALO,
Socio dell'Instituto di Coimbra.

---

(1) *Procop.* I, 346; *Cassiodor.*, Var. v, 43, etc.
(2) Come crede *F. Dahn*, Die Könige der Germanen, I, p. 161, n. 4.

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 10, pag. 591)

O grito audacioso soltado por parte da geração romantica e avolumado pela escola de Coimbra, que foi uma pleiade de fortes — pois não enfeudára a intelligencia e a vontade á rotina — attrahiu para esses revoltados a attenção da mentalidade portugueza que ainda não se tinha abysmado, paralysando-se, no marasmo actual. Do apoio prestado apaixonadamente a esses sympathicos iconoclastas resultou o abatedoiro de doutrinas inanes, depressoras, que ulteriores descobertas scientificas, havia longo tempo, tinham pulverisado lá fóra, mas de que o temor ao espirito revolucionario que por esse tempo saturava a Europa, impulsionando a evolução politica, e o desconhecimento da interdependencia, da solidariedade entre o ambiente portuguez e o extrangeiro nos apartára esterilisantemente desde o seculo XVII, desde epochas sem liberdade mental. Mas, se por um lado a continuidade d'esta revolução negativista foi plethorica e grande e nobre e generosa, porque varreu do horizonte nacional a accumulação de chimeras que ovantes ahi se estadeavam — tradição imperialista e catholica —, por outro foi anarchica, porque, não olhando a organisar, activou a geral descerebração, de modo que ainda hoje a phase espiritual é caracterisada pela instabilidade. Quem tratou de substituir os ideaes extinctos?

Ha fontes de vida physica — observa um notavel psychologo — ha fontes de vida moral, que é imprudente turbar, que é funesto exhaurir. A vida é resultante de forças occultas e silenciosas, pacientemente accumuladas pelo tempo, não improvisadas pelo arrojo de vontades impacientes. O grande perigo para os povos modernos, no meio dos seus progressos necessarios e legitimos, é desencadear bruscamente no seu seio e fazer operar acceleradamente e ao mesmo tempo todas as forças de dissolução. As revoluções podem, como os furacões do outomno, dispersar com um só golpe as folhas mortas prestes a cahir, desarreigando muitas arvores novas ou velhas; só a evolução póde fazer subir a tempo a seiva lenta, para a floração de novas primaveras.

Por isso veiu a anarchia mental geradora do scepticismo, destruidora da vontade, pulverisadora das convicções, que precipitou o povo num gelado indifferentismo.

É por isso que os politicos imaginam que *a nação está por tudo*.

É nesta frouxidão desfallecedora que hoje se vai desenrolando a vida nacional; sem enthusiasmos, sem audacias, sem virtudes.

Porque, se a solidariedade entre as nossas classes fosse um facto positivo, a opinião publica — que emergira audaciosa no cyclo da cruzada civilisadora — educando-se por esta fusão fertilisante, elevar-se-ia, como na Inglaterra, a um alto poder moralisador, substituindo as crenças, tudo que baqueia ao avançar progressivo. Dada, porém, a conhecida separação, aparta-se o sentir do povo dos intellectuaes, e, como entre nós não existem meios de propaganda, de vulgarisação, produz-se o atrophiamento dos elementos divorciados. Portanto ficou a consciencia popular sem ideaes que lhe fortalecessem o rutilar das esperanças, que lhe enrijassem a vontade, que lhe déssem energia no desalento, ella que no desabar da sua herança moral pensou ver o aniquilamento. E o povo portuguez que durante annos e annos viu, pelo peso do dynamismo historico, pela certeza moral da unidade ethnica, a religiosidade, a lenda dos errores maritimos e as aventuras conquistadoras que o enchiam de ardores e enthusiasmos, o espirito portuguez ficou sem base, numa fluctuação, porque não houve quem unisse a renovação scientifica, a orientação positiva moderna, com a corrente tradicional.

Quer dizer: por um lado tem resultado inutil a seriação enorme de trabalho carreada pela intellectualidade nacional; por outro os intellectuaes, não encontrando entre nós meio apto, campo aberto para a germinação espiritual, veem-se coagidos a acolherem-se a correntes extrangeiras, deixando-se levar os litteratos por essa fecunda idealisação do norte que nos dramas, nas parabolas, nos romances agita a questão da justiça, a questão social descobrindo mundos ignorados ao resto da Europa.

Se estes vão desnacionalisando a litteratura, outros, exercendo a mentalidade numa especialidade, num isolamento subjectivista, desconhecendo a relação indispensavel e real com o meio social, com as necessidades moraes e com as aspirações da sociedade a que pertencem — como aconteceu entre nós no seculo XVII com os culteranistas, que se desviaram do veio riquissimo da tradição — reduzem pedantescamente

a arte litteraria a insulsas e insipidas aberrações, porque a deixam êrma de alcance social.

Escrevendo isto, não queremos por fórma alguma levantar fronteiras entre nações, nem muito menos fazer reparos a uma litteratura que se ergue com o objectivo da equalisação social; procurámos apenas accentuar o symptoma de decadencia, a quebra da tradição esthetica patria que é o protoplasma de toda a producção artistica.

A extrema admiração faz-se sempre á custa da originalidade.

*

Simultaneamente começára por 1852 o fomento batalhado por Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Mello.

Pelo abandono em que continuaram as riquezas nacionaes e pelo estado do ensino publico, esta revolução livre-cambista, não podendo adaptar-se, veio abafar a grande industria que apenas desabrochava.

E só quando o peso esmagador da crise economica manifestada de 1891 para 1892 triturou a nação — que essencialmente agricola não tem comtudo cereaes que a alimentem nem industria, ella que vivia de mezadas do Brazil — foi que chegou a nitidificar-se a comprehensão de que, á nossa situação, o livre cambio era a morte.

Por isso, um dos seus resultados fructeadores, foi carrear, á custa de uma experiencia que tão ruinosa fôra, o proteccionismo que tão largo incremento deu ao trabalho nacional.

Deve-se notar, todavia, que este regimen, sendo de facil adaptação, constitue uma solução artificial e provisoria, um expediente, não podendo estender-se indefinidamente os seus beneficios, como o demonstram claramente as nossas estatisticas aduaneiras.

Haja vista a Inglaterra, onde a industria excedendo a agricultura, que não é sufficiente para as suas necessidades, impoz ao governo o livre cambio necessario para a exportação dos productos industriaes e importação de subsistencias.

O que é certo é que ao emergir de desenfreada agiotagem estalara em 1891 para 1892 (1) a crise.

---

(1) Pelo balanço que apresentamos do commercio externo em 1891, 1899 e 1900 ver-se-ha que não só continuam sendo precarias as cir-

Sob o aspecto financeiro arrastou ella ao Parlamento os documentos mais deprimentes de que ha memoria; manchando de lama e demonstrando o que valiam estadistas em mãos de banqueiros!...

Foi a Salamancada, foi a digladiação dos interesses capitalistas nos escandalosos expedientes do syndicato portuense e foi a chronica deshonrosa das concessões africanas. Esta bancarota dos ultimos laivos de moral desceu infiltrando-se assustadoramente, com a altivez do exemplo, na população.

Está ahi, commenta Le Bon, um dos mais perigosos symptomas de decadencia que se póde manifestar, porque se é pelas classes superiores que as civilisações progridem, é tambem por ellas que as civilisações perecem.

A dissolução moral portugueza liga-se intimamente com o descalabro italiano — Banco Romano — com o Panamá e

---

cumstancias economicas do paiz, mas houve mesmo um aggravamento de 1899 para 1900:

1891		
Importação		39:529$000
Exportação	21:378$000	
Reexportação ultramarina	3:910$000	
		25:288$000
Deficit		14:241$000
1899		
Importação		50:624$000
Exportação	26:835$000	
Reexportação ultramarina	10:382$000	
		39:217$000
Deficit		11:407$000
1900		
Importação		59:739$000
Exportação	30:927$000	
Reexportação ultramarina	9:297$000	
		40:224$000
Deficit		19:515$000

A despeito do descalabro do systema mercantil, o resultado da comparação entre as importações e as exportações ainda é o indice capital da situação economica, visto não possuirmos, fóra do paiz, fontes de receita para saldar os *deficits*.

Questão Dreyfus — desmoronamento francez, com a crise financial da Hespanha e republicas latinas do outro lado do Oceano.

A resultante moral da situação economica foi augmentar muito mais a seriação dos soffrimentos do proletario, carregando-o com o crepe já tão pesado da estrema miseria. Até hoje, entre nós, este esmagamento, desde os pruridos de equalisação gritados nas *Odes Modernas* de Anthero e nas *Claridades do Sul* de Gomes Leal, tem-se desfeito em lagrimas.

E medimos então, estendendo o olhar atravez da evolução social, a situação da civilisação contemporanea — *Le problème est celui-ci: procurer l'admission pacifique de la Foule dans la cité* — e vemos que se ouve cada vez mais distinctamente o grito desgrenhado da fome.

Isto quanto ao exercito dos proletarios.

Na vida publica, a insolvencia como resultante: o descredito nacional e as accusações mais degradantes esfaqueando na imprensa e no Parlamento os politicos — ante o scepticismo publico.

E de que são symptomas os desfalques, os desvios descobertos em tantas repartições publicas senão da crise moral, que ameaça do golpe de misericordia a sociedade portugueza?

É que hoje a familia — pela pressão de novas commodidades, pela febre do luxo ruidoso arrastado pela civilisação, mas para que não tem meios, devido á imprevidencia, á indecisão, á incuria — photographa nitidamente as finanças, o esbanjamento publico vegetando com expedientes não seleccionados.

Esta depressão do caracter é prova evidente de estar psychologicamente em risco de degenerescencia o caracter portuguez por effeito da viciosa organisação social.

*

«Não é possivel a regeneração nacional sem uma regeneração moral; nem a regeneração moral sem uma cultura energica, que se occupe ao mesmo tempo do homem e do povo».

(Continúa).

MARQUES BRAGA.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ARTES INDUSTRIAES E INDUSTRIAS PORTUGUEZAS

(Cont. do n.º 10, pag. 625)

XV

Ariche (Simão de)

Apesar de não ter o titulo de tapeceiro real e de não saber onde era a sua officina, julgo todavia dever incluir aqui o seu nome, pois fabricou um panno para a casa real. Em 1 de março de 1512, mandava el-rei D. Manuel entregar-lhe a quantia de duzentos cruzados por um panno de raz, tecido de ouro, representando o *Descimento da Cruz*, de vinte covados, á razão de dez cruzados o covado. Este panno offereceu el-rei a sua irmã, a rainha D. Leonor, para ornamento da sua casa. Ariche não recebeu aquella somma em dinheiro, mas sim em pimenta — 9 quintaes e 26 arrateis e meio.

Ariche assignou o recibo a 27 de abril d'aquelle anno, circumstancia esta que me levaria a crer que elle trabalhava em Lisboa.

«Nos el Rey mandamos a vos Joham de Saa Reçebedor do nosso thesoureiro da espeçearia que dees a Symam de Ariche frorentym duzentos cruzados que lhe mandamos dar em pagamento de hũu pano de Ras e douro do decimento da cruz que tem vimte couados a Rezam de dez cruzados o couado do quall fazemos graça aa senhora Rainha minha Irmãa e foy emtregue em sua casa e per este com seu conheçimento vos seram leuados em comta. Feito em Lixboa a xxix dias de Janeiro. Jorge Fernandez o fez de mil e b^{c}xij. = Rey · ⋮ · — = ij^{c} cruzados em Joham de Saa a Symam de Ariche frorentym em pagamento de hũu pano de Ras e douro do decimento da cruz que tem xx couados a Rezam de x cruzados o couado do qual fezestes graça a senhora Rainha vosa Irmã.

«Este pagamento lhe farẽes em pimenta a uinte e dous cruzados o quintal em Lixboa o primeiro dia de março de 1512 = ho barã daluytõ.

«Conheçeo Symam de Ariche frorentym que Recebeo de Joam de Saa

noue quintaes uynte seis arrates e meio de pimenta que monta nestes dozentos cruzados neste desenbargo contheudos. E por asy seer verdade lhe dou dello este conhecimento asynado por elle em Lixboa a xxbij de abrill de 1512 =» (1).

XVI

Speranza (Agostino)

Por natural associação de ideias o nome de Ariche traz á memoria outros seus conterraneos, officiaes do mesmo officio. No tempo de D. João V diversos tapeceiros e arrhasistas italianos, com officina em Roma, trabalharam para a côrte de Portugal. D'entre elles destacarei Agostino Speranza de que ainda existe, firmado com o seu nome, um bello tapete, tecido a fio de seda e ouro, que serve para cobrir o pavimento da capella de S. João Baptista, na egreja de S. Roque, em dias de festa solemne. A sua officina era defronte do palacio do cardeal Orsini e tinha por companheiros Mario Silvestri, Ferdinando Canziani, Michelle Bastianelli, Filippo Fiorentini e Alessandro Zaunetti.

Antonio Gargaglia tambem executou encommendas para o mesmo monarcha, mas ignora-se o paradouro dos seus productos, se por ventura ainda existem.

XVII

Wovlers (Pedro) Flamengo

Auctor de um panno de raz representando um trecho do episodio de Armida do poema de Torquato Tasso da Jerusalem Libertada. Este panno, feito em Antuerpia, deve ser dos fins do seculo XVI ou principios do seculo XVII. Existia na egreja de Santa Engracia, em mau estado de conservação, ia ser posto á venda, segundo informava o *Diario de Noticias*, de 18 de janeiro de 1902, na seguinte nota:

«Monsenhor Elviro dos Santos, prior da freguezia de Santa Engracia d'esta capital, ao apartar os paramentos e alfaias da Irmandade do Santissimo da mesma freguezia, que em breve vão ser vendidos em leilão, encontrou um panno de Arrás n'uma arrecadação de lenha velha.

---

(1) *Corpo chronologico*, parte 1.ª, maço 10, doc. 168.

«O panno tem as seguintes legendas: *Armida — Dormientem — Renaldum ro — sis vincil — Ant Uerpias — Cura Petri Wovlers.*

«Não está em bom estado, mas merece ser restaurado.

«Vae tambem ser vendido em leilão».

Effectivamente, este panno, posto em hasta publica, foi arrematado por duzentos e tantos mil réis pelo distincto architecto sr. Nicolau Bigaglia.

III

Esteireiros

I

Moxixo (Azmede)

Era mouro forro; esteireiro na Mouraria de Lisboa. A pedido do conde de Ourem, D. Affonso V lhe passou carta de privilegio, a 2 de setembro de 1441 e a referendou de novo a 16 de julho de 1449.

«Dom Afonso & a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Azmede Moxixo, mouro, esteireiro, morador em a Mouraria da nosa muy nobre e muy leal cidade de Lixboa, pello do conde de Ourem, meu primo, que nollo por elle pidio, teemos por bem e mandamos que seja escusado de pagar em peytas, fyntas e talhes.... Dada em a cidade de Coymbra dous (?) dias de setembro por autoridade do senhor Ifante dom Pedro & Denis Afonso a fez ano de iiij^{c}Rj» (1).

«Dom Afonso & a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Azmede Moxixo, mouro, forro, esteireiro, morador em a Mouraria da nosa mui nobre e mui leal cidade de Lixboa, polo do conde de Ourem, meu muito amado primo, que nolo por elle pidio, temos por bem e madamos que daqui em diante seja escusado de pagar em peytas.... Dada em a dita cidade de Lixboa xbj dias de julho —Lopo Fernandez a fez— ano de nosso Senhor Jhũ X$_{\overline{po}}$ de mil iiij^{c}Rix» (2).

II

Lopes (Estevão)

Era esteireiro da rainha D. Catharina, como se vê por uma

(1) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 2.°, fl. 37 v.
(2) Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V, liv. 34.°, fl. 192.

verba inscripta n'um livro de despeza da mesma senhora e referente a 1539. A 13 de agosto d'este anno lhe eram mandados abonar mil reaes para aluguer da casa.

N'outra verba do mesmo livro, se vê que por ordem da mesma rainha se despenderam 13947 reaes na compra de certas esteiras para mandar de presente á princeza sua filha. Isto foi no anno de 1544.

«J̄ rs de merce a Esteuão Lopez, seu esteireiro, pera ajuda daluger da casa per mandado em xiij dagosto de 539 e seu conhecimento em bij doutubro da dita era que vão a linha» (1).

«X$\overline{\text{iij}}$ ix^{c}Rbij (13947) rs que despendeo ẽ compra de certas esteiras que comprou ẽ mayo de b^{c}Riiij per mandado verball da dita senhora pera mandar a princesa sua filha per mandado a comtadores ẽ xbj doutubro de 544» (2).

III

Machado (Antonio)

Esteireiro da casa real. Succedeu-lhe em junho de 1650 Diogo Rodrigues.

IV

Rodrigues (Diogo)

Natural de Sacavem, filho de Salvador Fernandes. El-rei o tomou por seu official de esteireiro por fallecimento de Antonio Machado. Alvará de 3 de junho de 1650 (3).

Sousa Viterbo.

---

(1) Livro de despeza e receita da rainha D. Catharina, fl. 111 v.
(2) Livro de despeza e receita da rainha D. Catharina, fl. 200 v.
(3) *Matriculas*, liv. 5.º, fl. 831 v.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 10, pag. 638)

XIX

Março de 1856; principia a sahir no *Diario do Governo* a resposta de Castilho a uns inconsiderados ataques da Associação dos professores. —Visitas quasi diarias de Castilho ao Duque de Saldanha. — A 2.ª Duqueza tem a Castilho por *mestre*. — Historia de um bulieiro. — Janeiro de 1857; imprime-se avulso a Epistola a Sua Majestade a Imperatriz do Brazil. — Offerta dos primeiros exemplares a el-Rei D. Pedro V e a el-Rei D. Fernando. — Menciona-se a febre amarella de 1856 e 1857. — O poeta Gonçalves Dias. — Projecta Castilho coordenar um Diccionario de rimas. — De como um Diccionario póde amotinar uma capital populosa.

Em 25 de Março de 1856 principiava o *Diario do Governo* a publicar, em fórma de officio ao Ministro do Reino, uma longa e victoriosa resposta de Castilho a um ataque da Associação dos professores ao Methodo portuguez.

Essa resposta, que fundiu um livro, será analysada a seu tempo.

*

N'este periodo era costume de Castilho ir todas as tardes, invariavelmente, visitar o Marechal, que então, depois de enviuvar, se tinha mudado da rua de Santo Ambrosio, esquina da rua do Sol, para a de S. Bento, hoje n.os 337 e 339. Era já sabido: ainda chegavamos a tempo de assistir muita vez ao jantar do Duque, havia mais gente, além dos ajudantes de campo, bellissima conversação alegre e facil, e ao principio da noite, pelas 7 e meia, cada qual seguia o seu destino, ou para algum theatro, ou para alguma reunião, salvas as noites em que o Marechal ficava em casa, que não eram muitas.

Duas palavras de historia politica; duas apenas:

Tinha o Marechal dado a sua demissão de Presidente do Conselho, e a do seu Ministerio, em 6 de Junho de 1856, sendo substituido pelo Marquez de Loulé. Queria exonerar-se tambem do pesado cargo de Commandante em chefe, mas foram taes as instancias dos seus amigos, as do Ministerio, e as d'el-Rei D. Pedro, que forçoso lhe foi continuar. Comtudo, tencionava dar a si proprio umas curtas ferias, indo a Londres; para o que, pediu a indispensavel licença ao Soberano.

A verdade é que essa digressão a Londres levava occulto um projecto muito intimo, e muito acariciado pelo coração affectuoso do velho General.

O caso era este, segundo toda a gente suspeitava, e dizia pela bocca pequena: João Carlos de Saldanha tinha conhecido em Londres a familia Smith Athelstane, e mantinha com ella relações epistolares, além das de convivencia frequente com John, muito mais novo do que Saldanha, mas inteiramente dedicado a elle, e que, n'uma das suas repetidas vindas a Portugal, tinha comprado, e várias temporadas habitava, uma bella quinta na Carnota, obtendo depois por influencia do Duque, o titulo de Conde da Carnota.

As senhoras, irmans d'este, as quaes muito bem conheci, eram Luisa e Carlota. D'esta se lembrava com saudade o coração senil de Saldanha, ao recordar os dias da sua estada em Londres, como emigrado em 1826 ou 1830; e era tal o conceito que formava d'essa senhora, que, sendo em 1856 viuvos, ella e elle, o Duque alimentou o desejo de lhe offerecer mão de esposo.

Deu conta a el-Rei do seu projecto; e quando o velho Marechal se despedia d'el-Rei, disse-lhe este:

— Pois adeus, meu caro Duque; estimarei que encontre muito bem a sua noiva.

— Peça Vossa Majestade a Deus que eu não a vá encontrar já de cabelleira! — respondeu o noivo (1).

Não; não a encontrou de cabelleira. A Duqueza de Saldanha, que pouco depois todos vimos em Lisboa, era gentil, apesar de não ser da primeira mocidade, e tinha grande ar,

---

(1) Este dialogo é rigorosamente historico; e hoje, que todas essas personagens pertencem á Historia, não creio indiscreção o contal-o, muito menos desde que foi narrado pelo proprio Conde da Carnota irmão da noiva, 2.ª Duqueza de Saldanha. Vide *Memoirs of Field-Marshal the Duke de Saldanha*. London, 1880, vol. II, pag. 335. — *J. de C.*

feições formosas, e maneiras nobres e doces. Entrou em Lisboa com o pé direito, como se diz, e enfeitiçou o desconchegado lar do grande General, presidindo com muita amabilidade ao circulo habitual dos amigos politicos, e não politicos, da sua nova casa.

A Castilho e seus filhos se mostrou S. Ex.ª particularmente affeiçoada. Como não falava portuguez, as linguas habituaes de S. Ex.ª eram o francez e o inglez.

O Marechal forcejava por ensinar a sua mulher algumas palavras portuguezas; mas para um noivo, e atarefado como elle era, tornava-se a empreza altamente difficil.

— Meu Castilho — disse o Duque uma noite — não fale francez com a Duqueza; fale-lhe portuguez; ensine-a.

Voltou-se depois para ella, e accrescentou em inglez, com o ar meigo e cortesão que tinha sempre que se dirigia a sua mulher:

— Estou pedindo ao nosso grande poeta que te fale sempre portuguez, e t'o vá ensinando; fica sabendo que ninguem entre nós fala e escreve melhor do que elle a nossa lingua.

O que é certo é que todas as tardes havia um bocadinho de lição. A Duqueza lia n'um livro portuguez facil, pronunciava, traduzia, e depois, aprendia de cór os termos de objectos usuaes indispensaveis de conhecer.

Passaram semanas.

Uma noite, estavamos na rua de S. Bento, achavam-se várias pessoas, senhoras e homens, a sr.ª Condessa de Farrobo D. Eugenia, o Conde da Azinhaga, os ajudantes, não sei quem mais, tomava-se chá, quando chegou o Marechal Commandante em chefe, vindo do Paço. Depois dos comprimentos, sentou-se ao pé de sua mulher, junto de uma pequenina meza portatil, onde a propria Duqueza servia por suas mãos o chá a Castilho sentado n'uma poltrona á beira da meza.

— Meu Castilho, — disse Saldanha — então como vai a sua discipula? faz progressos?

— Certamente que sim, Marechal.

— Tem graça; estou curioso de ver isso.

— Pois vai vel-o já. Senhora Duqueza, tenha V. Ex.ª a bondade de me responder. Como se chama isto? — (e Castilho apalpava a manteigueira, ali, em frente, ao alcance dos seus dedos).

A Duqueza, procurando um pouco, respondia com a sua cerrada pronuncia britannica:

— Manteigueiro.

— Sim, minha senhora, muito bem; manteigueira. E isto?

— Leiteiro.
— Perfeitamente. Leiteira. E isto?
— Assucareiro.
— Bem. E isto?
— Bulieiro.

A gargalhada foi geral, a começar pela *discipula* quando o *mestre* lhe explicou o caso.

O Marechal ria, ria a perder; e dizia abraçando a Duqueza, e abraçando Castilho.

— Sim senhor, não tem duvida nenhuma; a discipula faz honra ao mestre.

*

Foi em Janeiro de 1857, segundo dizem os jornaes d'esse tempo, que sahiu á luz, avulso, em edição nitida, a *Epistola* de Castilho a Sua Majestade a Imperatriz do Brazil.

Antes de ser posta a publico, enviou Castilho exemplares a el-Rei D. Pedro V, e a el-Rei D. Fernando, por intermedio do Duque de Saldanha. N'uma carta de minha Mãe dirigida a mim, que então me achava em Mafra, e datada de 13 de Dezembro de 1856, vem essa noticia.

O Marechal contou em nossa casa, que, entrando no gabinete d'elRei D. Pedro, dissera:

— Meu senhor, trago aqui a Vossa Majestade um presente de versos, apesar de Vossa Majestade não gostar nada de versos.

El-Rei respondeu:

— Eu não gosto dos maus; dos bons gosto O que são esses?

— São do Castilho.

— Ah!....

— É a Epistola que elle dirigiu a Sua Majestade a Imperatriz do Brazil pedindo o perdão de um prezo. O Castilho encarregou-me de offerecer este exemplar a Vossa Majestade.

— Bem sei; e estava ancioso por poder ler essa Epistola por causa do muito que vi de elogios d'ella nos jornaes do Rio. Agradeça muito ao Castilho da minha parte.

*

O Duque de Saldanha (creio que já o indiquei) ia então muitas vezes ao nosso lar do Beco do Norte; e para meu Pae

era um verdadeiro prazer a entrada d'aquelle homem historico. Saldanha desabafava com o seu amigo, queria ouvir versos, e ali se deixava estar horas em palestra affectuosa.

Quanto ao poeta, era rara a noite em que não ia a casa do Marechal, ou passar o serão ensinando portuguez á segunda Duqueza, ou contando historietas lindas, como elle as sabia contar. A's vezes jantava, outras chegava ao caffé, e tomado elle sahia para o theatro.

Saldanha e Castilho apreciaram-se.

*

Foi para a maioria da população lisbonense um tempo calamitoso o da febre amarella! Ler a «Chronica da Companhia de Jesus» pelo Padre Balthasar Telles, na descripção da peste grande de 1569, é ver um quadro aproximado do que se padeceu por aqui em 1856 e 1857. Tudo isso está tão sabido, e foi tão minuciosamente tratado, que me eximo a recordar scenas de tanto lucto. Basta dizer que Deus preservou o nosso poeta d'aquelle terrivel contagio, assim como toda a gente de casa. O irmão de Castilho, Alexandre Magno de Castilho, é que esteve moribundo, e n'essa occasião, se póde affirmar, *começou a morrer*.

*

Creio que foi por este tempo, mais anno menos anno, que esteve em Lisboa o poeta brazileiro Antonio Gonçalves Dias. Lembro-me nitidamente de o ver no Beco do Norte visitando Castilho com sua mulher, gentil senhora que parecia uma parisiense. Gonçalves Dias, de pequena estatura, magrinho, muito moreno, era agradavel e de optima apresentação, mas timido no trato. Quem nos diria então que tragico e deploravel fim esperava o eminente bardo do Brazil!

*

Outro assumpto, e alegre.

Em carta de 13 de Fevereiro de 1857, a seu irmão Antonio pedia, do Rio para Lisboa, José Feliciano de Castilho o aconselhasse ácerca da reimpressão, que projectava, do Diccionario de rimas de Couto Guerreiro. Acontecia ter Antonio Feliciano

em tempo, desde 1851, planeado, como complemento ao seu *Tratado de metrificação,* imprimir um diccionario d'esse genero; para o que, tinham-se principiado a copiar em bilhetinhos separados todas as rimas do livro de Miguel do Couto Guerreiro; esses milhares de bilhetinhos achavam-se n'um sacco, formando cada rima um masso atado com linha (estou a ver isto tudo!); mas, por occupado n'outras coisas, tinha o poeta desamparado essa ideia, e não pensara mais em tal. Senão quando, veio acordal-o do lethargo a carta em que seu irmão lhe dizia do Brazil:

«Já tinha começado esse trabalho, refundindo, ou antes refazendo, o que existe, quando me occorreu que haviamos já conversado n'este assumpto, e que tu me disseste projectar fazel-o, com certas modificações e melhoramentos que eu não tenho presentes no espirito. Como o teu tempo é tanto mais livre que o meu, quanto a tua competencia superior á minha, levantei logo mão, e assim ficarei até receber resposta á presente, pela volta do paquete. Dir-me-has se queres, ou não, occupar-te immediatamente d'isto...»

Castilho não quiz; mas com o seu constante gosto de auxiliar o trabalho dos outros, fez logo tenção de mandar para o Rio o sacco com toda a bilhetada.

Aconteceu ter Assis Rodrigues apromptado por esse tempo um exemplar em gesso do busto de Castilho para ser remettido a José Feliciano; foi achada boa a occasião para se incluirem no mesmo caixote os bilhetes. Com effeito o busto de um poeta não podia encontrar melhor leito do que um Diccionario de rimas. Acamado em serradura e entre massinhos de papel muito calcados, ia a figura menos mal acondicionada para o seu passeio de duas mil leguas aos vai-vens sobre o mar.

Chegado o caixote ao Rio de Janeiro, com enderesso ao Conselheiro José Feliciano de Castilho, foi necessario abrir-se na Alfandega; e aberto, viu-se um busto quebrado, e uma alluvião de papelinhos soltos entre serradura, porque a maior parte das linhas tinha rebentado. Lêem-se! commentam-se! ninguem sabe dar razão de semelhante miscellanea sem nexo! Lembrou alguem serem acaso senhas de conspiradores; e como todo o absurdo tem incrivel expansão, foi aceita a ideia; e cada qual tirava bilhetes, lia, procurava explicações, forjava interpretações malignas, que sei eu? em poucos minutos todo o Diccionario de Couto Guerreiro corria disperso na grande cidade fluminense, e o assumpto, que ninguem sabia dizer qual era, entretinha no meio de terrores vagos aquella popu-

lação! No espaço de poucas horas, não havia bairro, arrabalde, viella, onde não apparecessem alguns dos papelinhos suspeitosos; e o Chefe da Policia Imperial interpellou extra-officialmente o destinatario.

Foi grande a balburdia, mas não foi menor a geral gargalhada quando se soube a explicação do busillis.

Eis em que parou o projecto do Diccionario.

O mesmo teria acontecido em Lisboa ou em S. Petersburgo, se um qualquer empregado da Alfandega levantasse o panico.

*

A esse curiosissimo caso allude o proprio Castilho (sem comtudo descer aos pormenores que ahi deixo) no prefacio anteposto ao *Diccionario de rimas* de seu filho Eugenio; e diz:

.... «Em mais de meio ia o trabalho, quando, tendo de remetter para o Rio de Janeiro um exemplar do nosso retrato, esculptura de Assis Rodrigues, mandámos misturar, com a serradura que o envolvia no caixão, os numerosissimos massos de bilhetes, já promptos e ordenados para a compaginação das primeiras folhas da obra.

«De tamanha teima nos castigou a Fortuna por modo inesperado, mas digno d'ella por zombeteiro.

«Ao abrir-se lá o caixão na Alfandega, e ao verem-se sahir d'entre a serradura innumeraveis massetes de palavras, desconnexas mas aconsoantadas, e, por ultimo, cacos e ruinas de uma obra de arte, quantas explicações eram possiveis e impossiveis no caso todas occorreram, menos que fosse aquillo um inoffensivo Diccionario de rimas, e a effigie ouca da cabeça que o andava armando. De todos esses fragmentos de papel e gesso, unicamente sobreviveu uma lembrança vaga, mal comparavel ás ruinas da Torre de Babel.»

XX

Outra vez o *Methodo*. — Estado d'essa innovação pedagogica. — Opposição franca, e opposição sollapada. — Maneira como el-Rei D. Pedro V apreciou o *Methodo*, sem o ter estudado.

O que é verdade é que, apesar da opposição, que ainda não tinha cessado, o Methodo portuguez, entre vicissitudes sem descripção possivel, ia lavrando. Havia muitas escolas

em Lisboa, e nas provincias; e bem boas; e se por um lado se contavam tibiezas, por outro achavam-se amigos certos.

O movimento associativo em Portugal teve grande connivencia com este movimento pedagogico iniciado pelo nosso poeta. Quantas associações populares e burguezas floresciam no Reino! pois as de instrucção adoptavam quasi todas a reforma. Cada dia o Commissario Geral recebia officios participando-lhe a installação de tal ou tal escola rural, ou regimental, ou operaria, ou infantil; e elle respondia, animava, incitava.

Demonstração do enthusiasmo que ainda reinava, é a circumstancia de terem sahido *quatro* edições do compendio em *sete* annos!

Cabe aqui mencionar a escola do Methodo Castilho instituida em 1858 a expensas das sobras das rendas da Casa de Santo Antonio, do Municipio de Lisboa, por iniciativa do Presidente Julio Pimentel, Visconde de Villa-Maior. Ainda existia em 1860 (1).

*

No emtanto, apesar d'essas mostras, a guerra clara e a guerra occulta ao Methodo continuavam mais ou menos. Havia espiritos muito dedicados á innovação, verdadeiros paladins sempre na brecha; mas havia, além dos adversarios declarados, que se batiam, outros, mais perigosos, que só mofavam por traz da cortina, e, sem examinarem a materia da controversia, a sentenciavam com um dito agudo, ou com um sorriso. Ha de tudo.

Bastará um exemplo, e bem alto. Vejamos:

Um dos animos, sem duvida, mais desejosos de acertar, era o esperançoso Rei, cuja morte prematura veio a ser perda irreparavel para todas as classes. Ora esse Rei, que tanto buscava profundar os assumptos, e cujos olhos desciam aos minimos pormenores da administração publica, foi, sob as suas apparencias de imparcialidade espectante, um dos mais efficazes adversarios do Methodo portuguez. Os verdadeiros *porquês,* só Deus os sabe.

Ha muitos vestigios do sentimento de quasi animosidade que el-Rei D. Pedro manifestou para com o Methodo.

---

(1) Vi isto de passagem a pag. 119, col. 2.ª do tom. III do *Archivo Pittoresco.*

Castilho, que não desanimava ás primeiras razões, e a cuja perspicacia não escaparia a vantagem de render á evidencia o culto entendimento do Soberano, empenhou-se várias vezes em obter que Sua Majestade visitasse algumas, ou alguma, das escolas reformadas. Certamente por muito atarefado (a vida Real é uma escravidão), nunca o senhor D. Pedro tinha até então achado uma hora para tal visita.

O Marechal Duque de Saldanha que, além de Presidente do Conselho, era intimo no lar dos nossos Principes, n'uma ou n'outra occasião tentou inclinar el-Rei a annuir aos desejos de Castilho; mas tudo em balde.

Quando o Marechal visitava Castilho, na livraria do Beco do Norte, uma parte da conversação rodava sobre o Methodo; mas, para se ver quanto o Marechal foi discreto em não querer comprometter seu Real Amo, basta ler a carta que este senhor lhe dirigiu em 11 de Março de 1856, carta que nunca chegou aos ouvidos de Castilho, e que foi encontrada no espolio do Duque. Repito: Castilho nunca chegou a ter conhecimento d'este papel, que de certo o affligiria muitissimo. O destinatario, que tanto o estimava, absteve-se de lh'o mostrar, e fez bem.

Eis a carta na sua integra:

«*Meu caro Duque.* — Recebi a sua carta e com ella as duas do Castilho. O Duque sabe que não sou admirador d'aquelle methodo, assim como não procuro o maravilhoso em todas as cousas. Comtudo para que nem o Duque nem o pobre Castilho que se não fosse cego de certo teria limpado o seu methodo da parte ridicula me possam accusar de apaixonado, visitarei a eschola antes do dia 14; e assim me certificarei da verdade com os proprios olhos, ainda que para ajuizar de um methodo de ensino é necessario seguir o seu andamento desde o principio. Restituo-lhe as duas cartas do Castilho.

«Ultimamente ouvi dizer que no regimento n.º 10 houvera um acontecimento desagradavel motivado segundo parece pelo desconto de 15 réis feito ás praças para a compra das cadernetas de contas que segundo o novo regulamento de contabilidade deve ter cada soldado. É de desejar que taes scenas se não repitam, e que se tranquillisem os animos dos soldados sobre a natureza dos descontos que para o futuro hão de vir a soffrer.

«Egualmente peço ao Duque que indague a razão porque no regimento de infanteria n.º 1 as folhas do rancho importam em tão pouco. Pelo amor de Deus não se façam descontos injustos e inuteis aos soldados, sobretudo em tempos em que

se especula politicamente com qualquer cousa! Já antes de hontem o Santa Maria me disse que iria indagar este caso.

«No caso que o Duque ámanhã cá venha dar-lhe-hei um pequeno trabalho que fiz sobre as *remontas*. — Creia-me sempre — Seu muito affeiçoado. — *D. Pedro R.* — Lisboa, 11 de Março de 1856.»

*

É perfeitamente authentico este papel, cujo original autographo aliás nunca vi. Não póde haver a minima duvida sobre essa authenticidade. Vejamos.

Do cartorio do Marechal, hoje quasi todo em poder do sr. Guilherme João Carlos Henriques, na sua quinta da Carnota, junto a Alemquer, teve este senhor a bondade de extrahir, e offerecer-me, em 29 de Janeiro de 1891, copia muito exacta da carta.

Se ella fosse ainda inedita, difficilmente me resolveria eu a publical-a; mas não é inedita; já desde 1880 corre mundo, traduzida em inglez pelo proprio cunhado de Saldanha, John Smith Athelstane, Conde da Carnota, a pagina 328 do tomo II do seu livro *Memoirs of Field-Marshal the Duke of Saldanha*, cinco annos depois do fallecimento de Castilho, que nem pelo original nem pela traducção a conheceu. Logo, não ha da minha parte indiscreção, indelicadeza, abuso de especie alguma, publicando aqui as palavras d'el-Rei D. Pedro.

E ainda farei mais: com o respeito devido a tal Morto, e sem querer dar a essas considerações mais importancia do que teem, permittir-me-hei levantal-as.

*

A principal estranheza que ellas causam está, quanto a mim, no desassombro com que o Real Mancebo (de dezanove annos apenas!) se atreve a emittir opinião n'um pleito, que Elle, segundo confessa, não tinha estudado.

N'uma questão renhida, que durava desde annos, e onde um espirito elevado, como o de Castilho, mantinha com denodo, a poder de argumentos e factos, perante um paiz inteiro, a efficacia tal qual de um systema pedagogico, revela desusada confiança em si mesmo este Soberano, que assim, em duas pennadas, se declara não-admirador de um Methodo que não

estudou. E não o tendo estudado, e ainda antes de buscar a verdade por seus olhos, como parece tencionava, esse Real Mancebo accusa o Methodo de ter um lado ridiculo, que o auctor, se tivesse vista, haveria reconhecido e extirpado!

Ridiculo? o Methodo era ridiculo? seria preciso *limpal-o do ridiculo*? (formaes palavras).

Ahi está o primeiro Magistrado portuguez, o honesto Funccionario, que tanto á séria tomava o seu officio de Rei, eil-o ahi está fazendo-se inconscientemente eccho dos anonymos malignos, que riam das palminhas, das cantorias, das lettras mnemonisadas em figuras, de tudo, emfim, quanto constituia as amenisações que o sagaz pedagogo introduziu, com tanto acerto, na pedagogia portugueza! Pobre natureza humana! Ahi o temos, aquelle bondoso e mallogrado Rei, atacando sem appellação o lado verdadeiramente sublime do Methodo, o seu lado attractivo e infantil! É muito triste.

*

Ah! o Methodo era *ridiculo?!!*

Senhor!—(se poderia objectar á Augusta Personagem)—Vossa Majestade chama ridiculos aos innocentes artificios, com que uma alma de poeta procura attrahir a meninice á escola primaria!? são ridiculos os processos faceis e risonhos, com que elle se empenha em regenerar o ensino em Portugal?! é ridiculo o papel alegre d'essa pedagogia revolucionaria, que assim está incutindo seiva nova na alma e no coração d'este Povo, por quem Vossa Majestade tanto se desvela?! Senhor! se os verdes annos de Vossa Majestade lhe permittissem reflexão, a sua penna riscaria logo aquellas phrases, que ali se acham envergonhadas, e sahiram atonitas de si, e.... de quem as escreveu.

Ainda bem, que n'esse mesmo periodo Vossa Majestade, sempre tão grato e tão sizudo, confessa, para sua atenuante, não conhecer o Methodo Castilho.

Pois se o não conhecia, não era certamente por culpa do auctor, que a Vossa Majestade pediu, supplicou, e obsecrou mil vezes, em cartas que ficaram, se dignasse de presencear em qualquer escola os segredos patentes d'aquelle Methodo tão claro e tão simples.

Se o não conhecia, não era por desleixo do pedagogista, que, sendo Vossa Majestade quasi uma creança, em 1853,

lhe dedicou respeitosamente a 2.ª edição d'esta obra, em cuja epigraphe se lia isto:

AQUELLE QUE SENTENCIASSE ESTE METHODO, SEM O TER LIDO TODO, E SEGUIDO, HONRAL-O-HIA CONDEMNANDO-O.

Se Vossa Majestade desconhecia a obra que assim se permittia apreciar, não era isso por culpa do incançavel obreiro, que mais que tudo desejava o exame dos seus trabalhos.

Se Vossa Majestade, como Pessoa tão Real, achava pouco digno da sua altissima categoria o estudo de um pobre compendio de primeiras lettras, houve outras Personagens, egualmente elevadas, que não pensaram do mesmo modo. O obscuro inventor do Methodo teve a honra de receber, mais de uma vez, nas aulas dos Asylos de infancia, a visita da Rainha a sr.ª D. Maria II, e a da Imperatriz a sr.ª D. Amelia. Essas Princezas iam ali sentar-se entre as desvalidas, e o poeta explicava-lhes, do melhor modo que sabia e podia, a marcha toda do ensino, que nunca Sua Majestade Fidelissima, nem Sua Majestade Imperial, acharam *ridiculo*.

Se Vossa Majestade, que lia tudo, se confessava hospede no assumpto que julgava, não era isso imputavel ao propugnador do Methodo, que em trinta opusculos expoz as suas theorias, e em trezentos artigos jornalisticos as defendeu; pena foi, que, assim como aos ouvidos de Vossa Majestade chegaram os vilipendios dos maledicos que atacavam o Methodo pelo seu lado *ridiculo* (isto é, pelo seu lado mais prático e util), lhe não chegassem as explicações e os protestos do descomprehendido e calumniado operario do bem.

«Ridiculo!?» e assim, com um palavra, com um sorriso, com um gesto de soberano desprezo, se julga um systema!! se sentenceia!!! se condemna!!!!

Oh! pobre e fragil natureza humana!....

*

Ora esse *ridiculo,* segundo affirmavam os inimigos, sabe o leitor no que consistia? em se cantar nas aulas do Methodo Castilho o *pirolito que bate que bate* (diziam elles). Ora isso é redondamente falso.

O que é verdadeiro é o seguinte:

As faceis regras que os alumnos eram obrigados a decorar, formulou-as Castilho em verso para maior facilidade em serem retidas; e para melhor se fixarem nas memorias da gente boçal e popular, a quem foram dedicados os primeiros cursos, fazia-as cantar.

Pergunta o bom senso: não convinha mais que as melodias que haviam de ser cantadas por alumnos populares fossem as que elles já sabiam de cór? era melhor ensinar-lhes um trecho da *Norma* ou da *Sommambula?* não. Dava-se-lhes o que, por assim dizer, lhes era inteiramente accessivel, o que lhes pertencia já; isto é, as melodias sabidissimas.

O *pirolito,* que tanto parecia escandalisar os censores, e que era adduzido como argumento de quem não tinha outros, constava de lettra e melodia. Separada da absurda lettra nonsense aquella bonita e alegre melodia plebêa, ficava de todo anodyna.

Logo, nas aulas do Methodo não se cantava o *pirolito;* apenas se lhe aproveitava a musica para revestir palavras sensatas, significativas, e uteis. Eis ahi a differença.

*

Diz mais o augusto signatario da carta:

«Não procuro o maravilhoso em todas as coisas.»

Fazia Sua Majestade perfeitamente; procurar em *tudo* o maravilhoso seria de mentecapto; nem Castilho pediu isso, nem o podia pedir. Mas que ha algumas coisas, que, pelos resultados que produzem, podem parecer maravilhosas, é mais que certo.

Logo, tão pouco acertado é fechar os olhos a essas maravilhas, como seria procurar *o maravilhoso em tudo.*

*

Escreveu mais o sr. D. Pedro:

«Para ajuizar de um methodo de ensino é necessario seguir o seu andamento desde o principio.»

Poderia perguntar-se com todo o respeito: estas affirmações doutoraes e axiomaticas aos dezanove annos não se arriscarão a dar em falso? arriscam; e foi o que succedeu com esta. Póde ajuizar-se um methodo, sem andar a examinar dia por dia durante mezes ou annos, o seu andamento; basta saber o tempo de ensino que teem os alumnos, e observar o resultado obtido. Sendo leaes as informações, é facil o julgamento.

Que succedeu com tantas pessoas que desejavam apreciar a efficacia do systema? o mesmo que podia ter succedido com el-Rei: foram ás aulas, informaram-se do tempo lectivo, assistiram a uma revista seguida dos processos do Methodo

a começar no principio, ouviram ler os alumnos, viram-n-os escrever, e formaram com toda a segurança a sua opinião.

Se el-Rei quizesse seguir o andamento do Methodo *desde o principio,* podia fazel-o n'uma só sessão; em duas ou tres horas attentas abrangia tudo com a sua muita intelligencia, a sua lealdade, os seus bons desejos de acerto.

Logo, não o fez porque não quiz. Os porquês (repito), só Deus os sabe; eu limito-me a suspeital-os com bons fundamentos, que devo guardar para mim.

*

.....

O que é certo e indiscutivel é que o sr. D. Pedro V, que tanto procurava alargar os horizontes da instrucção em Portugal, que lia os publicistas, que fundou do seu bolsinho o Curso Superior de Lettras, que instaurou a Direcção Geral da instrucção publica, e o Conselho Geral, que visitava os Lyceus e queria o derramamento da luz, que se dignava descer a minucias microscopicas mais proprias de um subchefe de repartição do que de um Rei, que inspeccionava as folhas do rancho dos regimentos, e fatigava os Ministros (honra lhe seja!) com observações minusculas, não achava tempo para descer a syndicar os motivos dos *ridiculos* do Methodo portuguez.

E um bello dia entendeu dever crear, a expensas suas, uma escola junto ao seu Paço; e creou a de Mafra em 1855, e a das Necessidades em 1856; mas creou-as ambas, não direi como quem faz um acinte, que el-Rei, tão bom e tão bem educado como era, não o saberia fazer, mas simplesmente como quem, depois de formar o seu juizo no pleito, lança um protesto. Sim, lançou um protesto, visto que inaugurou em ambas as suas escolas os methodos pre-historicos, dando assim, com a sua mão Real, uma real bofetada no *ridiculo* Methodo portuguez.

*

Eu digo isto sem azedume. Já lá vão tantos annos! já tantas lagrimas correram!.... Mas preciso accentuar estes factos, que são a chronica e o martyrologio do revolucionador da pedagogia portugueza.

E depois admiravam-se de que elle sahisse fóra dos eixos!!..

(*Continúa*).

JULIO DE CASTILHO.

*

AMOR QUE MORRE

Novella

I

Eu entrei quasi em braços, esfalfado e ferido, ao cabo duma caçada.

Não conhecia ninguem da casa. Foi um dos meus companheiros de caça, o Frederico da Lageosa, quem me apresentou. Era parente das morgadas de Santo Estevam. Chegámos pelo caír da tarde.

Dei logo com a morgada viuva — como lhe chamavam — que nos esperava de pé, ao meio da sala de entrada.

A filha, a morgadinha, estava ao lado.

Das portas interiores espreitavam cabeças curiosas.

Mal podia ter-me em pé; e logo me fizéram sentar numa das cadeiras de coiro que mobilavam a sala vasta, apainelada a retratos. Veiu um creado accender as luzes. Emquanto nos preparavam quartos, animado com um trago de vinho, pude ver e ouvir quem me cercava, e receber logo alli impressões que um exame mais demorado fortaleceu e completou.

Alem dos meus dois companheiros e das morgadas, viera sentar-se perto da minha cadeira o capellão da casa — homem simples e cabelludo dos pulsos.

Eu olhava com interesse, apesar do que soffria, todas aquellas creaturas, de quem os companheiros me tinham dito as melhores coisas. Mas os meus olhos, na verdade maravilhados, despregavam-se a custo da morgadinha Maria de Jesus.

Delgada e alta, com meio relevo de seios a abotoarem do peito recatado, aínda a crescer, erguia na haste docil do pescoço branco a flôr e fructo de um rosto oval, todo viços de maio. A testa era um tudo nada bojante, como se de dentro lhe dessem curva tão pura e suave apenas aínda os sonhos da vida — galernos doces enfunando vela guardada de tempestades. Mas, como para despertar em revoadas proximas de paixão essa linha dormente do frontal, o cabello farto e castanho, que o sol pintaria d'oiro morno, tombava-lhe, fugido de sob a estreita fita, em duas madeixas ondadas, e torcia, em nó revolto e destrançado, ao alto da cabeça. Os olhos

castanhos só lembrava que fossem dois gemeos reis por terem a cobrí-los os sobre-ceos nobres daquellas sobrancelhas arqueadas e separadas; pois a expressão era toda de doçura. E para que o brilho delles, d'alvorada nascente, aínda de brando que era se abrandasse, quebravam-no pestanas longas e recurvas, pondo-lhes á flôr uma descida sombra — sombra leve de salgueiro em lume de lago. Pareciam espalhar um ar saudoso de tempo lembrado. O nariz, nascendo alto a continuar ás curvas das arcadas afastadas, unindo-lhes por fim a queda regular na linha direita da canna — tomava geito delicado no relevo das azas, e arredondava o extremo numa polpa miuda de que partia firme a divisão, de pegamento solido na base. A bocca, que parecia alevantada um pouco, cortava todavía em golpe gracioso a um e outro lado do bico do labio superior.

E eram de tão boleado molde os beiços carnudos, que a luz e a sombra jogariam nelles de modo a tornarem indeciso o traço do proprio corte, e a pôrem nos cantos penumbras de rubor macio. Até que, falando ou sorrindo, toda essa riqueza humida de aberta fructa luzia ao clarão alvo dos dentes eguaes.

Á vez, lembravam: o labio de cima um par de delgadas azas vermelhas; o de baixo um rebordo de gomil. Assim, quando unidos, fariam pensar, que, se podiam matar a sêde a um beijo, bem rápida sería no entanto a carícia: pura como agua de gomil fresco, mas fugitiva como um levantar de vôo assustado.

O oval rosado, que o dia avelludaria e que á noite se diria assetinar ao clarão das luzes feitas, passára por curto e cheio se o torneado vigoroso do queixo o não fortalecesse. A voz, morosa de passo, parecia trazer as palavras enlaçadas, i-las desprendendo e reatando carinhosamente — lembrando um jogo e marcha de corpos adolescentes que figurassem em cadencia uma dansa preguiçosa ou uma cerimonia cultual, ao engrinaldar e desgrinaldar dos braços lentos. E quem de perto escutasse a morgadinha havia de suppôr — tão fresco e tão perfumado era o seu bafo — que as toadas daquella voz vinham passadas por craveiros.

Só as mãos, descarnadas e longas, de unhas em lança descoradas como conchas mortas, davam que extranhar; pois quem as visse pensava: se não chegaria áquelles ramos distantes a seiva rica que nos olhos se lhe tornava em brilho sério, e que lhe bailava em riso viçoso pela bocca vermelha e humida.

Era differente a impressão recebida da morgada viuva,

D. Catharina de A. Logo se lhe adivinhavam e víam traços íntimos de orgulho invencivel e de índole difficil, de reserva afastadora, ao ver e ao seguir aquelle corpo, aínda esbelto, de mulher alta: o busto erguido, e o rosto todo talhado sobre os moldes duradoiros e firmes de raça dominadora, cerrada e propagada de ha muito só dentro de casta eleita; a testa ao de leve fugidía sob os cabellos fartos, grisalhos, as sobrancelhas delgadas unidas com império ao alto do nariz ossudo, de curva insubmissa e cortante, os olhos cinzento-doirados, custosos de fitar, o oval descido, o queixo vigoroso, a bocca de labios estreitos e de golpe direito, desdenhosamente descaída nas commissuras.

Não fôram muitas, afinal, as palavras que alli trocámos. Eu estava rendido de fadiga e cheio de dores. Fizeram-me recolher ao quarto, já preparado, onde os companheiros e um criado me tratáram, me serviram um caldo, e me ajudáram a deitar. Não dormi logo, apesar da canceira e do soffrimento.

Sentia nos olhos um lumesinho de febre, e nos ouvidos aquelle surdo bater de ondas com que a vigilia da insomnia quebra o silencio mortal das noites. E tudo á vista me avultava, na luz dormente da lampada veladora: a propria grandeza do quarto, já vasto, e a mobília misturada — o docel do leito erguido em columnas salomonicas, a cómmoda bojuda, de fecharía amarella, as cadeiras estofadas, de espaldar curvo.

O espelho de moldura a talha, pendurado a cima da cómmoda, tinha um clarão vago de agua em repoiso, onde eu via passar lampadejados brilhos. As portas parecíam-me alongadas para o tecto apainelado.

Num quarto pegado ao meu, os outros dormiam a somno sem fundo, embora aínda a noite fosse em começo.

Passado algum tempo, entrei a ouvir um murmúrio vago de palavras, do lado opposto ao quarto dos meus companheiros — duma sala que dava para o corredor extenso, como os dois quartos, e que tambem communicava com o meu aposento por uma das portas, agora impedida e fechada.

Eram rezas o que eu começára a ouvir, e me punha interessado, pelo ruído e vida trazidos áquella calada morta e pairante.

Agucei a attenção; e reconheci ou adivinhei, á entrada de cada prece, a voz doce de Maria de Jesus — voz que era logo acompanhada e envolvida pelo rolar surdo e baço das outras vozes repetindo a oração annunciada. Destas, aínda me soava apartadamente a do capellão, baixo profundo, a custo mantida naquelle psalmodiar discreto e abafado.

E eu diria que se expraiavam por todo o adormecido e ôco silencio da casa, crescendo e alongando de som, como aos olhos as coisas me avultavam de tamanho e se me mudavam de formas. Vinham-me ao ouvido num encher lento de praia-mar, donde as primeiras palavras, rezadas por Maria de Jesus:

— Padre-nosso, que estaes nos ceos, santificado seja o vosso nome...

Se erguiam leves como espumas brancas á orla das ondas, para logo se fundirem na vaga mansa e larga do côro, que parecia quebrar de encontro a um concavo penedo, ao reboar de novo a voz cava do padre capellão.

Era um *terço*.

E, acabado que foi o *terço* rigoroso, a voz da morgadinha pediu Padre-nossos e Ave-Marias de intenção:

— Pelos fieis defunctos, e almas do Purgatorio, e pelos vivos em mancha de peccado ou em caminho de trabalhos e provações.

E ouví-la o mesmo valia que sentir cada um no peito um ar de allívio para os mortos do Purgatorio e para os vivos da terra — tão vencedora de chammas infernaes devia ser a frescura do seu bafo, tão persuasivo e resgatador d'almas o mel da sua voz.

— Peço mais uma Ave-Maria pelos que andam sobre as aguas do mar.

«Ave-Maria, cheia de graça, o Senhor é comvosco...»

— Mais duas Ave-Marias pelas viuvas e orphãos desamparados.

«Ave-Maria, cheia de graça...»

— E agora um Padre-nosso para que Deus mande paz aos homens em guerra, e proteja o justo contra o ímpio.

«Padre-nosso, que estaes nos ceos, santificado seja o vosso nome...»

Adormeci, por fim, ainda levado no fio daquella voz branda.

II

Dormi agitado no resto da noite, todo em balanços e quedas de pesadelo.

De manhã, tinha os beiços encortiçados. Ardiam-me faúlhas sob as palpebras, e respirava a custo. Os meus companheiros deram rebate daquelle estado, e logo de Santo Estevam mandáram chamar um médico, á villa — a Landemil.

O homem chegou só á tarde. Andava por longe quando lá tinham ido bater.

Era um velhinho baixo, magro — cara rapada, toda gelhas, como modelada em barro cosido. Chamavam-lhe o dr. Domingos. Poz-se a abanar a cabeça, duvidoso, rufando com os dedos da mão direita sobre a gola do casaco.

Eu estava aterrado.

Lá receitou, dizendo, para animar: que a mocidade do doente havia de ajudar o médico.

Os meus companheiros tinham de partir. O Frederico ia mandar-me de Lageosa a minha mala; e viria buscar-me dias depois, quando eu pudésse seguir viagem.

Fiquei de cama por mais duma semana. E levantei-me tão minguado de forças, que aínda por mais duns bons quinze dias tive de continuar em Santo Estevam.

Mas eu já bemdizia a minha enfermidade. Parecia-me que só alli poderia viver — com aquelle horizonte de pinhaes, á musica dos açudes do rio verdoengo, olhos postos no vulto de Maria de Jesus, cada dia mais bella e captivadora.

Porque eu amava-a já — com um amor vivo, absorvente, invencivel, a que a doçura grata e leve, natural da convalescença, dava um mimo azulado e supra-carnal, uma graça de immaterialidade. E ella amava-me já com uma paixão viva, absorvente, invencivel — paixão de primeiro amor — que a sua piedade de enfermeira, carinhosamente debruçada, divinisava, erguia num ar sagrado de transfiguração.

Desde a primeira manhã de febre, em que, suppondo-me adormecido, ella se curvára sobre o leito, a espiar signaes do meu estado, até á ultima hora da minha estada em Santo Estevam — cada dia corrido trouxéra mais um gommo viçoso á florescencia daquelle amor partilhado e não occulto.

A propria morgada se convencêra logo de que a filha a nada e a ninguem sacrificaría sentimento tão vivamente accêso e ateado. Percebeu que o seu orgulho e vontade imperiosa dariam, pela primeira vez — se tentasse desviá-la — no veio resistente duma vontade forte. E já tambem do nosso grupo transfigurado irradiava brilho tão vivo e claro, que tudo em volta parecia luminoso. A um tal clarão dalmas em amor chegava mesmo a despregar-se da fronte da velha fidalga um véo de receio suspeitoso que lha ensombrára.

Quem aos dois nos dissesse — que um tal amor podia arrefecer, sería tido por creatura inferior, incapaz de entender almas e de sentir.

Quem se aventurasse a affirmar — que um amor assim podia aínda um dia esfriar e apagar-se de todo, sería por nós ambos considerado doido redondo.

Eu não comprehendia como pudésse viver longe de Santo Estevam. Acreditava já em todas as historias romanticas de namorados mortos de separação.

E quando, refeito de forças, vi chegar de volta os meus companheiros — para seguirmos — foi com uma sinceridade inteira que lamentei as minhas melhoras tão promptas, receando agora só ir adoecer de saudade, não tornar a ver Maria de Jesus, morrer por lá...

As palavras com que jurámos um ao outro a eternidade egual do nosso amor pareciam-nos todas pállidas e baças, para o que queriamos que fossem — embora pronunciadas por duas boccas vermelhas resumando adolescencia.

Quando, por fim, nos chamáram, afogámos, a furto, o mesmo soluço num beijo mortalmente doce. Para prolongarmos a despedida, como se eu fosse atravessar as aguas do mar distante, fizemos que retardassem, alguns momentos, a partida. Queriamos ainda visitar piedosamente o logar onde, no dia dos meus primeiros passos de convalescente, nós trocámos aquellas primeiras palavras em que, dum ao outro, as proprias almas trocámos.

E lá voltámos ao terraço do jardim murado — termo sabido dos nossos passeios.

O terraço erguia-se á extrema da aldeia, dominando, para alem da estrada sobranceira á margem esquerda, o rio estreito e verdoengo, que dobrava, logo abaixo, d'occidente a sudoeste, numa apertada curva talhada entre cabeços, parecendo antes um lago do que uma corrente seguida.

Era por aquella estrada que nós iamos descer para atravessar o rio num vau proximo. Era caminho melhor do que o andado á chegada.

O céo da tarde outomniça agonizava: em brazas d'oiro a poente, num desmaio de rosas pelas bordas do horizonte, e ao centro numa claridade unída de azul desfeito.

Suspenso na luz branda, voava, alto, um milhafre, ás alcarradas. As aguas do rio, tombando de açude em açude, eram a voz natural de toda aquella paisagem verde-negra e triste, a que os salgueiros leves, e os amieiros novos, inclinados da ourela dos nateiros, mal vinham dar uma graça de terra humida, a mais aberta doçura e côr de vegetaes ribeirinhos, — agora já tocados a esmaltes d'oiro vago.

O poente vermelho aínda accendia a toalha de rio que deslisava entre duas represas; e a chapa líquida lembrava o metal polído duma armadura forjada a fogo sanguíneo.

Na margem fronteira jogava certa a roda dum moínho velho,

como a accordar, de instante a instante, áquella pancada egual, as almas e os ouvidos esquecidos do tempo.

A distancia, sentados nuns bancos interiores do terraço, a morgada, o capellão e os meus companheiros olhavam immoveis, mal trocando palavras dispersas, as ondulações pesadas dos pinheiraes avelludados, que a sombra aínda amaciava.

Vencidos pela tristeza envolvente da tarde, nós sentíamo-nos feitos duma ternura immensa. Alli, o amor inclinava-nos só a pensamentos pállidos.

Ella era toda agoiros, dando a tudo quanto via e ouvia um significado sinistro ou maligno: — ao vôo dos corvos, que rodavam em corôa no ar puro e fresco, ao som delgado dum sino, que dobrava longe...

— Quem sabe se nos tornaremos a ver! — dizia.

Eu, com a voz trémula, assegurava que sim, convencido, a desmanchar-lhe apprehensões de esquecimento e de infidelidades.

Murchava no ar leve a ultima claridade da tarde, e eram agora dum verde-negro egual quebradas, encostas, cristas de montes e cabeços.

O rio só parecia correr nas franjas de espuma dos açudes. A roda do moínho velho cortava sempre o tempo.

Entravam nos abrigos e nos curraes os gados amalhados.

O fumo branco das lareiras accesas súbia direito ao azul, que humedecia de tom.

Das ervas e dos arbustos saíam ruídos leves — de pequenas vidas recolhendo assustadiças.

Vinha lívida a foice da lua em crescente.

Ao largo, gemia pesadamente um carro de bois.

Na concha do céo apontavam duas lágrimas de luz.

— Adeus!

Pronunciei apenas. Mal podendo, de suffocado, despedir-me da morgada e do capellão, atravessei, correndo quasi, o jardim extenso, e fui montar um dos cavallos que já nos esperavam do outro lado da casa.

Ao passarmos na estrada, aínda vi a morgadinha inclinada do muro, para me dizer adeus... até que me sumí na volta do caminho.

(Continúa).

MANUEL DA SILVA GAYO.

BREVES MEMORIAS PARA A HISTORIA E DESCRIPÇÃO DE OIS DO BAIRRO NO CONCELHO DE ANADIA

(Cont. do n.º 7, pag. 441)

El-rei D. Manuel em uma sua carta de 14 de fevereiro de 1500 confirmou a doação feita por D. João II em 25 de julho de 1494 a Diogo Lopes de Sousa «do pão, miuças e dinheiro dos reguengos de Eixo, Requeixo, Ooees (1) e Paaos, com sua jurisdicção, podendo apresentar officios e tabelliaẽs, quando vagarem».

Na reforma dos foraes das terras do reino ordenada por el-rei D. Manuel, foi incluido Ooes do Bayrro (2) no foral dado em 12 de setembro de 1514 aos logares do bispo e bispado de Coimbra na Estremadura, Bajroo, Auguoada, Casal Comba, Mogafores, Vacariça e Mealhada.

No reinado de D. João III se encontra o contracto (3) feito por Rodrigo Annes, procurador bastante da villa de S. Lourenço do Bairro e ramos, Oẽs, Moguofores, Paredes, Vilarinho,

---

(1) Livro 2 da *Estremadura*, fl. 280 v. — Livro 13 de D. Manuel, fl. 13 v., no Real Archivo.

(2) *Livro de Foraes Novos da Estremadura* no Real Archivo, fl. 149, col. 1, cit.

No cartorio da Camara municipal de Anadia existe a carta do foral mandada fazer «pera a camara do dito comçelho de ooes do bairo» com todos os «capitollos de — vemto — penna darma — maninhos — pemsam — montados — vendagẽ — leuar dos foros — partir dos foros — portagẽ — pam vinho sal cal fruita verde linhaça legumes verdes — decraracã das cargas — carros — cousas de q̃ se nõ paga portagem — da villa pera o termo — gados de montado — casa mouida — nouidades tiradas pera fora — pasagem — gados — carne — caça — escrauos — panos — coirama cousas della — metaes — marçaria — açeite cera mel e outras — forros — fruita seca — legumes — casca çumagre — cousas de esparto — linho ẽ cabello — madeira — pescado — barro — sacada carga por carga — emtrada — descaminhado por ẽtrada — sayda per terra — preuilligiados — pena do foral». Nota-se estar esta carta do foral datada de Lisboa a xiiii dias de setembro de 1514, quando no registo da Torre do Tombo está 12 de setembro do mesmo anno.

(3) Livro 2.º *Contractos* de D. João III, fls. 87 v. a 89, no Real Archivo.

Arinhos, Barregaã e Eluira (talvez Levira), e moradores d'elles, e de seus successores, que ao diante em elles e seus termos viverem, morarem, ou poisarem, se obrigava, como logo de feito se obrigou de dar e pagar em cada um anno, de janeiro passado de 1527 em diante, ao dito rei e seus successores d'estes reinos em salvo para todo o sempre trinta e tres mil seis centos e trinta reaes, pelas rendas das cisas da dita villa e seus ramos, fóra as ordinarias dos officiaes, as quaes eram pagas á custa dos rendeiros, que são outro tanto preço, como naquelle anno andou em lanço a dita renda, e fóra os tres mil reaes que o mesmo rei deixou para os annos vindoiros, e entrando o um por cento das obras pias (1), e assim o valôr de seis arrateis de cera avaliada a cincoenta reaes o arratel na dita villa, ramos e comarca: e isto foi contractado pelo mencionado procurador Rodrigo Annes, em nome da dita villa de S. Lourenço e termo, de pagar ao dito rei e seus successores em cada um anno para sempre e em paz, como tributo e direito real, assim como os outros tributos e direitos reaes, que pelas leis d'estes reinos antigamente foram ordenados, e pelos póvos concedidos e outorgados aos reis para sustento de seu real estado, governo da justiça, paz e defesa da terra; e approvado por el-rei D. João III em sua carta dada em Almeirim a 7 de abril de 1528.

Pelas citações historicas, que exposémos, achâmos muito bem descripto o logar de Ois em diversas epochas, e sob as denominações de Oles, Oes, Oens, Oões, Ooes, Ooees, Oēs e Hoeẽs entre muitas povoações da Bairrada taes como: Aguada, Arinhos, Barregão, Barrô, Bellazaima, Casal Comba, Eixo, Horta, Levira, Mealhada, Mogofores, Paços, Paredes, Paús, Requeixo, São Lourenço, Torres de Villarinho, Vaca-

---

(1) Determinação d'el-rei D. Manuel. «No anno de 1503 o senhor Rei Dom Manuel em reconhecimento da gram merce que se fisera a esta coroa no descobrimento da India por Dom Vasco da gama, houue por bem se separaçe de todas suas rendas, (assim as que tinha neste Reino, como as de fora delle) o hum por cento dellas, assim das que fossem contratadas, como das que se arrecadassem pera sua fazenda por se dispender e gastar em obras meritorias do seruiço de Deus, segundo o ordenasse e instituhio, que o esmoler mor fosse ueador desta fazenda e despeza de Piedade e que tudo se registasse e lançasse nos liuros da esmolarja». Vejam-se no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 16.ª serie, 1897, n.º 11, pag. 702 as notas que publiquei, *Rl-Rei D. Manuel e os Navegadores. Recordação historica pelas conquistas e navegação á India.*

riça, Villarinho e outras, o que nos justifica a sua existencia e vitalidade desde remotos tempos.

Da primitiva fórma latinizada Oles se derivou Oes, Ooes, Ooees e Ois; a fórma nasal Oens, que se encontra em vários diplomas, foi devida certamente a má interpretação paleographica da maneira como se acha escripto Oões e Oẽs, em que o traço, embora em muitos casos indique a suppressão do — m — ou — n, tambem muitas vezes indica a suppressão de vogaes e de syllabas, e neste caso o traço sobre — o — e — deveria ser considerado como signal orthographico para dar a accentuação aberta, e prova-o os dois — o — em Ooes, e dois — e — em Ooees; e nas copias, tanto da transcripção da leitura antiga para a leitura nova no tempo de el-rei D. Manuel, como em outras transcripções, foi substituido o traço por um til, e assim nos apparece Oẽs e Oens.

No reino ha uma outra povoação antiga, Ois da Ribeira, freguezia de Santo Adrião no concelho de Agueda, tambem do districto administrativo de Aveiro.

Em Hespanha encontrâmos, Oles, logar de São Felix na provincia de Oviedo; Ois, Santa Maria na provincia da Corunha; Ois Grande e Ois Pequeno, duas aldeiás da egreja parochial de Santa Maria de Bermés de Lalin na provincia de Pontevedra; Oix, logar de São Lourenço na provincia de Gerona; e Oiz, logar de São Tiburcio na provincia de Navarra (1).

Ois do Bairro, logar aprazivel, que pela sua situação elevada cem metros sobre o nivel do mar está sobranceiro a muitas povoações circumvizinhas, e domina, por assim dizer, uma grande extensão da importante, fertil e amêna região da Bairrada: um observador collocado no sitio denominado Sobral, ponto extremo sul do logar de Ois, descobre em semicirculo um panorama deslumbrante e extremamente pittoresco: para os lados do sul a leste se vêem as povoações de Horta,

---

(1) *Diccionario geografico... de España..*, por Pascual Madoz. Madrid, 1849, tom. XII.
Dic. geograf.... de España... de D. Pablo Riera y Sans. Barcelona, 1885, tom. 7.º
Dic. enciclop. Hispano-Americano... Barcelona, 1894, tom. 14.

Quinta da Horta, Matta, o novo estabelecimento thermal das aguas da Curía, Tamengos, Aguim, Arinhos, Peneireiro, Ventosa, Alpalhão, Sepins, Antas, Casal Comba e Mealhada; em frente lado do nascente, Espairo, Vendas, Mogofores, Moita e Valle da Mó; de leste para o norte, Crasto da Anadia, Arcos, Quinta da Graciosa, Famalicão, Sangalhos e parte dos terrenos de algumas quintas e residencias da freguezia de S. Lourenço do Bairro; e como que formando o fundo d'este magnifico quadro de variadissimas paisagens a serra do Caramullo e a historica, memoravel e poetica serra do Bussaco, com as edificações no Luso, e a monumental torre do edificio da hospedaria annexa ao antigo mosteiro dos carmelitas descalços.

«Com sua matta frondosa, com seu mosteiro singelo e com suas tradições gloriosas o Bussaco é um monumento triplicadamente celèbre perante a natureza, a religião e a historia. A situação encantadora d'aquella floresta secular; a riqueza, variedade e pompa de seus arvoredos admiraveis; suas aguas abundantes e purissimas; um ar fino e saudavel, e sempre puro e fresco ainda nos mais intensos ardores do estio; o mosteiro humilde; recordações historicas e lendas curiosas e cheias de interesse: tudo concorre para fazer do Bussaco um logar delicioso e justamente celebrado» (1).

(Continúa). JOSÉ JOAQUIM D'ASCENSÃO VALDEZ.

---

(1) *Guia historico do viajante no Bussaco,* pelo Sr. Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, 3.ª edição. Coimbra, 1896. *Introducção.*

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 10, pag. 640)

Del instruir, y dar forma a los superiores

Cap. 1.º

Poes ni con los diuersos ordenes, que tenemos dado, ni con auer muchas uezes despertado los superiores p.ª q̃ attendan a sus officios, ni con las uizitas ordinarias de los Prouinçiales, y extraordinarias delos uizitadores se consigue el fructu, y augm.to de spiritu, y feruor que todos deseamos, y yo por la particular obligacion de : : : officio deuo, cõ todos los meyos possibles procurar estes : : : P.es assistentes y yo auendonos salido de Roma : : : as semanas, nos resoluimos de considerar com particular cuidado las raizes, y tambien los remedios de nuestros danos, e despues de auer enconmendado este negoçio á nuestro Snõr, y applicado a este fin muchos sacrifiçios, y oraçiones, hemos claram.te uisto, que todos los demas defectos, nascen dela falta que áhi en la execuçion; porq̃ si los ordenes en differentes tiempos dados, y aun si solas las reglas se obseruassen, cierto no auria mas q̃ dessear, p.ª el estadio dela perfection, y disciplina religiosa; y por q̃ esta execuçion por la maior parte depiende de los superiores, nos ha pareçido, q̃ el prim.ro, y particular cuidado se ha de poner en dar instrucion, y forma alos superiores; por esso en uano sera enchir los papeles de reglas, ordenes, y uisitas, si no tenemos instrum.tos uiuos, que les den spiritu, y uida en la execuçion: á este fin pues nos ha pareçido ordenar las cosas presentes.

Que el Prouinçial echando mano delos subiectos, que descubren mas spiritu, y prudencia, llame algunos tanto de los q̃ han gouernado, como de los de mas, espeçialm.te deputados p.ª gouierno, y con ellos lea las reglas del R.tor y de los de mas offiçiales subordenados, los ordenes, y las instructiones impressas, y no solo attendan ala intilligençia, y declaraçion dellas, sino que tambien si note la platica, y errores, que en ella se pueden aconteçer hasiendo conferençias, platicas del modo de gouernar, lea cada uno de por si el librico

de S. Buenauentura de sex alis, y despues en las conferençias, y platicas del modo que propongan lo que açerca de lo leido se les uuiere offreçido, y por uentura::: leer una uez en presençia de los dichos la carta que yo escreui a los superiores; finalm.te sera de gran importançia accomodado a nuestro modo lo q̃ S. Basilio aconseia en las reglas diffutas cap. 54. que se agan conferençias delas cosas em que se puede errar, del modo di curar algunos de naturaleza, y costũbre diffiçeles, y discurr::: lo que conuernia hazer em casos, que pueden occurr::: diuersas dubdas, y circunstãcias particulares::: a este fin tambien aiudara leer algunas industrias del modo de curar las enfermidades spirituales q̃ p.a instruçion de los q̃ començan, y memoria de los::: espero, que en breue se les embiaremos, sendo esta cura tão diffiçil, y differente de la corporal, por las causas, q̃ S. Gregorio Nazianzeno marauilhosam.te descubre en su apologetico, y San Gregorio papa en muchos lugares; pero con el superior, tomandole el Prouinçial a parte, deve en particular descubrirle como, y en que ha errado en la cura del tal subiecto, y endereçarle p.a q̃ otra uez açierte. y quãdo uisitare qualquier casa, o collegio, deue usar este mismo modo con el superior, y consultores, y mas aptos p.a estes offiçios, si algunos uuiere, q̃ lo sean. El Prouinçial despues nos auise por menudo, quienes son los q̃ ha llamado, como han sido las conferencias de spiritu, y iuizio ha discubierto cada uno de los llamados, y lo mismo nos escriuan no solo los consultores del Prouinçial, sino tambien los de cada uno de los collegios.

Veniendo pues al officio de los superiores, y queriendoles descubrir, como pueden errar, y faltar en sus cargos, deuen ser instruidos, q̃ los defectos naçen, ó de que ellos no saben las neçessidades, y enfermidades de sus subditos; o de que no se curan dellas; ó de que las fomentan; ó de q̃ alas uezes las augmentan; ó finalm.te, que a uezes las irritan, y enpioran; que a estes sinque principios creo, que se reduzen todos los defectos desta medicina, y cura espiritual.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 10, pag. 588)

Apartam-se tanto as raparigas do convivio com os rapazes, que acontece como no mundo politico, quando nelle se negam os direitos de reunião e de associação: ellas formam sociedades secretas. E, para estar no segredo d'alguem, quantas infelizmente não desertam dos seus deveres para com a familia e caem nos braços impuros de quem as prostitue e immola aos seus grosseiros apetites! Tambem o perigo da conspiração revolucionaria é que, esquecendo-se das leis do justo, ella se arremesse egualmente ás brutalidades da demagogia.

Assim como não temos orgãos especiaes para sentir a electricidade, e sentimo-la; que admira que tambem os não tenhamos para sentir as fôrças da alma, os effeitos da vontade alheia, e os sintamos! Ha caracteres que se impõem.

Que significa tanta vez a prisão? Que a sociedade tem mais que fazer e não sabe ainda como ha de tratar juntamente dos seus negocios e da disciplina dos seus membros mais irrequietos. É como o Dino, a quem se tinha entregado o traquinas do irmão mais novo. Pergunto-lhe, vendo-o só: «Assim é que o menino olha pelo Ignacio?» E elle responde-me: «É porque eu tinha-o fechado, e fui beber agua».

Estranha-se que os rapazes não passeiem, não vão ver paisagens e monumentos. É pena, é. Mas andam uns com os outros: já estão encantados. E não ha, na verdade, espectaculos como os da alma humana. Reparem na minha Zirinha: passa a vida toda, de olhos na Gigi, enfeitiçada, a pipear-lhe, a sorrir-lhe e a abraçá-la.

Effeito do luxo. Um rapaz, em arranjo de partida para ferias, metera no fundo da mala uns livros; mas, depois de já ter tudo prompto, deram-lhe de presente um outro fato novo, e elle, para o levar, sem ir sobrecarregado com mais um volume, foi-se aos livros e deixou-os. Assim é sempre: o luxo tira o logar e o tempo para o trabalho, para o bem.

Foi a Gigi que tirou a chave d'aquella porta? Resposta terminante: «Eu não chegava lá.» E está claro que não era para fazer uma coisa d'essas que ella iria trepar a cima de uma cadeira.

Rita, acabando de ler a noticia de uma violenta insurreição em Angola: «Os pretos sempre são maus!» Quina: «Tambem fazem-lhes mal...» E o historiador Dino: «Tratassem-nos bem, como Affonso de Albuquerque na India.»

Domingos: «Papá, este romance é bonito?» Rita: «Não é romance. E' mais bonito do que todos os romances. E' a historia de Portugal.»

Economista. A Zirinha perdeu um tostão, e a Gigi vem pelo corredor commentando entre si, com voz de caso: «Os vintens são caros, carissimos...» Como quem sabe que o dinheiro é tambem uma mercadoria.

A Zirinha, cahindo, sujou as mãos, e quer lavá-las. «Vá pedir a uma das meninas.» digo-lhe. Responde-me que estão todas para a quinta. «Então lave-se ahi.» Mas no meu quarto não ha agua. «Vá buscá-la.» E ella lá vai, com o jarro pendurado do cotovello pela asa, o braço e a mão erguidos para o ar. Num instante volta com a agua: «Papá, *au! au!*» E, para me mostrar que pôde com ella, levanta a tampa: «Papá, tem.» Ponho-lhe a cadeira ao pé da bacia, arregaço-lhe as mangas; e ella, logo, para que eu lhe não amesquinhe agora a sua personalidade: «Papá, eu *lá* (eu lavo).» Afasto-me respeitosamente.

O espirito, em môço, é como uma móla de aço: quanto mais opprimido, mais reage. Mas o peor é que, tambem como a móla, quando a violencia é superior á sua reacção, distende-se, relaxa-se.

A illusão dos felizes, que imaginam que todos têem egual

quinhão na felicidade! «O correio?» pergunto, porque já me tarda receber a correspondencia. «Ainda não veiu, acho que ainda está na cama.» responde-me a Gigi, a quem parece natural que o pobre carteiro pudesse dormir tambem alguma vez, ao menos, o somno da manhã...

Gigi, contente com a sua discipula Zirinha: «Ah! que bem, papá, a Zirinha disse algodão!»

E ella não tem de olhar só pela irmãsita, mas tambem pela creação, que lhe não dá pouco trabalho. Agora mesmo precisou de reprehender: «Que gallinha, trouxe cá para fóra os pintinhos! Coitaditos, á chuva!»

A Gigi, ao acordar: «Mamã, esta noite pensei no papá. Não!... Sonhei com o papá.»

A discreção, a distancia apenas de um anno. Chegou-me uma encommenda. O Domingos: «Posso abrir isto, papá?» O Dino: «Que Domingos! curioso!»

Architecta. A Zirinha vem ao meu escriptorio puxar-me pelas pernas, entoando um pedido qualquer que não entendo. Inclino-me para a ouvir melhor, e ella logo se me agarra a um dedo a puxar por mim. Deixo-me ir. Mal entramos no salão, solta clamores jubilosos. Porque? Olho para todos os lados, até que vejo sôbre uma pequena mesa de pau preto um monte de solidos geometricos. Chego-me ao pé, e surge-me então com todo o destaque a sua bella obra de arte: duas columnas, uma sôbre outra, e ainda, a encimá-las, uma pyramide. Magnifico de equilibrio! Dou-lhe os parabens. Mas ella não me deixa voltar, sem me provar que foi de facto a sua auctora; e ali mesmo alevanta ao lado d'aquelle mais tres monumentos de egual arrojo architectonico.

A pintora Gigi: «Papá, olhe um porco enorme que eu escrevi com o lapis que me deu o sr. Hincker. De quatro pernas. E fiz tambem um pote, um peixe e um peru. O peru é o mais engraçado; olhe, mas olhe, só a cabeça!»

A superior educação da mulher! Emquanto as raparigas, no intervallo das suas lições oraes e escriptas, não só têem horas de recreio, mas tambem para costurar, bordar, etc., que fazem os rapazes, quando não brincam? Nada, ou, peor ainda, perturbam e arreliam as irmãs.

*

As emoções até a memoria tiram. Deu-se uma pera á Gigi, metade para ella e metade para ella levar ao Domingos; mas ella, deixando-se arrastar pelo bom sabor da pera, foi entrando pela metade do irmão. Advertida, o que ficou de escarlate! E, muito apoquentada, a querer cobrir a cara com a mão, desculpava-se sinceramente: «Esqueci-me!»

O absolutismo dos nossos rapazes. Chamam-se, chamam-se para a mesa: não veem. E, depois, lá quando se dignam de apparecer, como os outros se fôssem servindo e lhes não chegue logo a vez, reclamam: «Aqui está para o que eram tantas pressas!» Hão de todos esperar por elles; elles, por ninguem. Uns pequenos Luiz XIV!

A escravidão mata, sabe-o já a Gigi: «A rolinha morreu, papá. Eu disse: Soltem-na! soltem-na! Que ella não estava acostumada ás gaiolas. Não a soltaram: e ella morreu.»

Lição de escripta. Dino e Domingos sentam a uma mesinha baixa a Gigi, a Zirinha e o pimpolho do nosso Ignacio, de papel adeante e caneta entre os dedos, pegando-lhes na mão para lhes ensinar a escrever. E o gôsto com que todos os tres pequenitos querem aprender, que não ha tinta que chegue para elles molharem a penna e os dedos! Mas ninguem como o Ignacio, que d'ali a nada, febrilmente, desferindo um canto original, escreve por toda a parte, no papel, em cima da mesa, até no bibe do Dino, a tal ponto maravilhando mestres e condiscipulos, que todos se suspendem para o contemplar. Logo aos 16 mêses! E' pavoroso! Que futuro escriptor ali está!

Quando as minhas filhas se levantam, não sei de quem é maior a alegria, se d'ellas, se de todos e de tudo mais. E' um alvoroço geral, como se com ellas despertasse, em roseo grupo, a viva figura da manhã. Sentindo-as, logo nós corremos a beijá-las; e, mal ellas rompem pela porta da quinta, precipitam-se para as ver as gallinhas, os perus e os patos, descem e adejam em circulo sôbre as suas cabeças os pombos, e até a florida corriola parece querer trepar-lhes e enroscar-se-lhes por ellas acima para as festejar.

A Gigi, ensaiando o seu talento de florista: «Olhe, papá. O geranio, á frente, e o limonete, atrás. E' bonito? Eu estava com muita pressa; senão, fazia-o mais bem feito.» E' possivel;

mas, assim mesmo, em toda a sua singeleza, o ramo é já um primor de graciosidade feminil. Vê-se logo que só podia ser feito por mãos de mulher, delicadas como o seu coração.

A serviçal Gigi, começando logo desde pela manhã a empregar o seu dia: «Mamã, levei aos meninos a esponja e o lençol, depois fui buscar o sabonete, e depois uma cadeira. Ouve? elles lá estão todos contentes, a cantar, por eu lhes levar tudo.» E ella não o está menos.

Cultivem-se os campos e... os filhos. Assim como não ha fructa da praça que nos saiba como a da arvore que nossos paes ou avós plantaram e que nós veneramos, assim tambem não é para comparar o prazer comprado que se vai buscar fóra, por exemplo, a um theatro, com o que nós proprios podemos a toda a hora colher em casa do incessante espectaculo, sempre cheio de imprevisto e interesse, que nos offerecem os nossos filhos.

Caminhando entre as minhas filhas, parece-me que vou pelo ar, enlevado pelos effluvios da sua graça, como se já, em vida, entrasse no reino celestial...

Mais feliz, foi o Domingos quem recebeu a minha correspondencia das mãos do carteiro. Mas a Gigi, que esperava tambem por ella, toda se amargura, até que o irmão, embora contrariado, lh'a cede. Nem assim comtudo a Gigi serena, antes desata logo em alta choradeira. Porque? «Então o Domingos não lhe deu a correspondencia?» «Pois sim! Deu-m'a, mas disse-me assim—Tome lá!—e atirou-m'a!» Ah! deu-lh'a com mau modo? Coitada! tem razão de queixa, tem.

Á espera do vento. O Antonio, que foi quem armou a bellissima estrella, immensa, de variadas côres, toda ornamentada —tinha promettido aos irmãos essa maravilha para depois dos seus exames — péga no cordel, emquanto a Rita, do alto da quinta, a levanta com a mão esquerda, a direita apoiada na cintura, e o Dino e a Quina, por detrás, seguram na longa cauda e no ramo de geranios que a enfeitam na ponta. Aos lados, a Maria, sentada, tendo ao collo o Ignacinho, que arregala os olhos para tudo, a Gigi e a Zirinha, em grupo, arrancando abraços ás vides, e o Domingos, que não pode conter a sua impaciencia, ás corridas para cima, para baixo e para a direita e para a esquerda. Nisto estruge um guincho do

Ignacio, e ouve-se o aspero rangido do papel nas cannas da estrella, que arremete palpitante pelos ares. Com que força ella puxa pelo cordel! Sensação! «Podia com o Ignacio!» exclama, atemorizado, o Domingos.

Entre o egoismo e o altruismo. A Gigi, trazendo um raminho de cerejas: «Papá, veja! São bonitas. Olhe que engraçadas! Uma pegada á outra, e uma folhinha de cada lado. Tome, papá!» Mas por essa é que não esperava a Zirinha! E ella, que até ahi tinha acompanhado fielmente a irmã em tudo, vozes e meneios, celebrando outro curioso par de cerejas concrescentes que tambem tinha na mão, agora, que se tratava de por sua vez entregar-me as suas, arrastada pelo seu movimento de imitação, chegou mesmo a offerecer-m'as, mas depois fica perplexa, suspensa, por instantes ainda agarrada a ellas, sem poder assim de repente decidir-se a tão cruel separação.

A dôr gasta e abate o animo. Gigi, inconsolavel até á superstição: «Eu não tenho sorte com gallos. Outro dia, um morreu; agora, desapparece o outro...»

As inseparaveis Maria e Quina. Quando alguem chama por uma, logo essa puxa pelo braço da outra: «Venha commigo!»

Gigi, trazendo-me um livro illustrado, para que eu lhe conte o que diz: «Oh! papá, este ha de ser engraçado!» Mas, ao folheá-lo para deante, apparece-lhe um porco-espinho. E ella: «Ai! que bicho feio! vou escondê-lo, que elle mete medo á gente.» E fechou de golpe o livro, e foi enterrá-lo na estante. Pôde mais a impressão do que a curiosidade.

A mãe vai deitar a Gigi; mas o Ignacinho acorda, e então a Gigi, apesar do seu somno, recommenda amoravelmente: «Mamã, vá, vá ao pequenito.»

O coração tudo anima. Cahindo-lhe as castanhas na agua, clama a Gigi, lastimosa: «Ai, que ficam afogadas!»

Prestando culto á arte, mesmo á propria custa. A Gigi, com o chapeu de palha engrinaldado de pittosporo em flôr: «Papá, olhe. E' bonito? Fica aqui todo o dia no quarto do

papá.» E deixar-m'o-ia, se eu consentisse, partindo para a quinta, ao sol, sem nada na cabeça. E' que primeiro está o prazer da arte; e, sôbre todas, a de ser amavel.

Em quasi todas as casas, quando um creado ou uma creada, ás vezes ainda uma simples rapariguita, chora, ha um movimento de surprêsa e quasi de agastamento e de indignação. «Oh! que berrata!» clamam os filhos da casa. Parece que os pobres só têem o direito de soffrer, não de chorar. Isso é regalia dos ricos.

Domingos, observando a vida, com o seu mixto de tragico e comico: «Papá, havia cá dois pombos furta-côres; agora ha só um. O outro, mataram-no ali em Cellas, com uma pedrada. Ainda veiu para cá a voar, mas cahiu, já dentro da quinta, quasi morto, a fechar, a fechar os olhos, e morreu. E depois a mulher d'elle enjeitou os filhinhos e elles morreram tambem. A mamã mandou-os buscar para se enterrarem... E agora, papá, a mulher do pombo furta-côres que morreu — que tola! — pensa que é o homem d'ella, o outro, tambem furta-côres, que anda a chamá-la, que vá para o ninho. Maaas o que morreu, era mais bonito, tão gordo, com a cabeça tão grande!». Vê-se que o coração infantil não acceita muito bem a infidelidade das segundas nupcias.

Optima mestra e optima discipula. A Gigi, sentada no chão com a Zirinha, offerece-lhe uma ameixa, explicando: «Tome lá. Coma! Mas, cautela! não engula o caroço. Sabe? sabe o que é o caroço? E' uma coisa dura que está no meio.» E, no dia seguinte, dando a mãe uma ameixa a cada uma, a Zirinha, como quem tinha tomado bem sentido na lição: «*Oxo fó* (Osso fóra)!»

Sós, ás laranjas. Gigi e Zirinha chupam com delicia os gommos de uma; e a Zirinha, por baixo da cara da Gigi, em intima expansão para com ella: «E' bom, não é, Gigi?» Nunca lhes souberam tão bem.

Gigi ainda não pode governar bem os movimentos do seu braço. Precisa de que lh'os regrem. Ella mesma o confessa. Pede-me papel para fazer notas. Dou-lhe meia folha. E ella: «Não chega para muitas. Só se rasgar!» Parece paradoxal, mas não; é para assim se ir limitando nos rabiscos de cada uma. Tal o salutar auxilio das regras na vida.

Exemplo de estylo laconico. Gigi, sentando-se á mesa para tomar a sôpa, depois de olhar e andar á volta do prato com a mão: «Colhér, nada!»

As escrupulosas creanças do povo. Encontro, ao pé de Condeixa, dois pequenos pastores, a guardarem o seu rebanho de ovelhas; e o mais velho pede-me cincoreisinhos. Dou-lh'os; e, quando vou a dar outros ao companheiro, este recusa-m'os: «Obrigado. Sou irmão d'aquelle, senhor!» Como quem diz que já tem parte na esmola dada.

Não é só quem conta um conto, que accrescenta um ponto; é logo quem o lê. Não ha quem no que leia, não ponha alguma coisa de sua casa. E a Gigi, que só tem 4 annos, como ainda não sabe lêr, que ha de fazer senão pôr tudo de novo, inventar tudo? Porisso, assim que lhe dizem que um livro é de historias, ella abre-o, e, com os olhos fitos nelle, improviza logo ali a seguir umas poucas, bem melhores, ás vezes, do que muitas do livro. Eu até as aponto. E ella então, modestamente admirada do seu successo: «Papá escreve tudo que eu digo, e as historias que eu conto, tudo, tudo?»

O seu gôsto, porém, de inventar historias não vai até permitir que lhe preguem alguma mystificação. Se a desengano «Isto é um diccionario!» ella mostra-se devéras escandalizada «Não é livro de historias?»; e corre a devolvê-lo a quem lh'o emprestou. A sua inspiração precisa de um ponto de apoio real, sincero. E quer brincar, mas com dignidade. Não representa para maliciosos, não está para entreter quem pretenda desfructá-la. A mortificação moral sobrepuja todos os gósos.

A vida do individuo reproduz a historia das sociedades. Quem é que, na mocidade, não gosta de correr aventuras, perigos? E' uma edade heroica, quichotesca, em que, para dar largas ao coração, se procuram lances, commoções, até soffrimentos, e, quando se não encontram, phantasiam-se, inventam-se. Desde os 2 ou 3 annos. Oiçam a Gigi, apregoando a sua fortaleza de animo: «Tenho aqui na mão uma ferida, que eu sei lá! Se a Zirinha tivesse isto, chorava; e eu não!» Mas a Zirinha, que não quer ser menos, arregaça logo com brioso desvanecimento a sáia: «*Péna* (perna) tem.» Effectivamente lá se vêem ainda num joelho as marcas das ultimas esfoladuras. Estão já cicatrizadas; mas, não importa! doem-lhe como se estivessem em carne viva, a sangrar. Entre gemidos, pede-me: «Papá, *gui*.» Não a entendia bem, quando reparo

que a Gigi entrapára com uma guita o seu dedinho ferido. Dou-lhe um barbante. Tanto basta para que a propria Gigi comece a desvelar-se pela *irmãsita*: «*Doe?*» «Doe.» murmura-lhe ella. E immediatamente a Gigi offerece-se para a tratar: «Sente-se ahi no chão, que eu ponho.» Mas sempre vai avisando com modos realistas: «Olhe, *pondo guita*, *doe*.» E mostra-lhe a sua. Como quem diz: veja no que se mette para hombrear commigo; olhe que o caso pode tornar-se serio, como o meu. O que não deixa de abalar a Zirinha que, embora sem desistir, se volta de preferencia para mim: «Papá, *pon gui*.» A Gigi é que não dá tempo á minha intervenção cirurgica; e tão brandamente lhe toma a perna para o regaço, que não parece subsistir motivo para receios. Mas, ao enrolar-lhe o joelho, desenrola-se-lhe a ella o dedo, que por pouco não fica todo a descoberto; e ella, como se o seu mal tivesse já tido tempo de ir passando, apressa-se a tranquillizar-me: «Está quasi melhor.» Em todo caso, não vá ainda incommodar-me a vista, cobre o dedo com um bilhete meu de visita, dobrado: «Não se pode ver, que tem papel com cóla.» Cae, porém, ao chão o bilhete, e nem signal de ferida! Explicação: «Não foi bem no dedo, foi na unha. Deitou sangue! E está vermelha.» E' effectivamente uma linda unha côr de rosa. Ha sangue por baixo, ha. Por isso a Zirinha ainda pretende continuar a padecer, vindo para mim: «Papá, ate.» Mas, basta de soffrimento! eu faço-a tambem sarar: «Para quê? A Gigi já está boa.»

Os que engolem e absorvem livros e livros, não fazendo nada mais, tornam-se tão passivos, que até a força de vontade propria perdem para escrever seja o que fôr, uma simples carta mesmo. E, por fim, para tudo se lhes paralysa a iniciativa. Ai! a triste educação livresca!

Gigi, vindo do jardim, com as suas mãosinhas mergulhadas num regalo de pelles: «Que trago aqui para o papá?» E espalha-se pelo ar o penetrante aroma das violetas.

Grave occorrencia na minha ausencia. Refere-m'a o Domingos: «Tinhamos tres coelhos, não era papá? um coelho e duas coelhas, uma branca, muito bonita. Fizeram uma lóca no gallinheiro, e depois um buraco para este lado e um buraco para o outro lado, onde cada coelha tinha os seus filhinhos. Certamente eram mais de meia duzia. Cada uma creava para o seu lado! Pois vem cá um cão — o Francisco, que o viu,

disse que era um cão branco, muito gra*aa*nde — foi com as patas, abriu a lóca toda e comeu-os! Não entrou pela porta do gallinheiro (estava fechada); foi finorio, enfiou por um buraco que havia por baixo da porta. Não fez mal aos gansos e ás gallinhas, foi só aos coelhos. Emquanto o Francisco foi buscar a arma, elle fugiu e já tinha comido os coelhos quasi todos. Ficou só uma coelha. Foi de noite... Eram tão engraçados! Vinham de dentro da cóva, a arrastar a terra que tinham tirado; e, quando acabavam de deitar fóra a terra, sentavam-se, punham uma mão na bôca e limpavam-na com a outra mão. E, depois, a brincarem, aos saltos, levantando as mãos para o ar! A coelha mais branquinha vinha metter-se debaixo das pernas da gente, e vinha tambem comer á nossa mão... Em pombas, a mamã tem tido sorte; mas, em coelhos, pouca. Estes cães gostam mais dos coelhos, estão acostumados a caçá-los. São cães de coelho.»

Domingos, tremulo de sympathia, apontando-me um lindo quadrinho de genero: «Olhe, ali debaixo do telhado, a pomba a dar de comer aos filhos, pelo bico...» A natureza é de facto um inesgotavel museu.

O mesmo: «Onde se enterrou o Mondego, o trabalhador encontrou-o já em osso, e a gente disse-lhe e elle enterrou-o outra vez e fez um canteirinho á volta, separado das couves, para jazigo. Nasceram lá mui*iiui*tas papoilas em cima d'elle... Os senhores que o mataram, não tiveram pena nenhuma! E certamente não estava damnado; aquella gemida que elle fazia, era da ferida que tinha do lado, onde os outros cães lhe morderam de noite. Era como a Ligeira, maior um bocadinho, mas não tinha rabo, era de raça assim, perdigueiro...» Desapiedados senhores! Piedosos, a natureza, a creança e o trabalhador.

Ouvem-se os frangos a piar. Diz o Domingos: «São os pintinhos que não sabem da mãe, e chamam-na. Certamente ella está a pôr ovos.» E a Gigi explica, com admiração e orgulho: «Esta gallinha, papá, ainda tem os filhos pequeninos comsigo e já põe ovos!» Não a pode haver mais benemerita!

Quantas vezes a creança pede um objecto para logo o deixar, e os paes e as amas commentam: «Que mau! Era só para implicar.» Como são injustos! Esse objecto, ainda que lhes não pareça, serviu-lhe a ella até de muito: ella qui-lo,

reclamou-o, para affirmação da sua vontade. E que uso mais nobre podia dar-lhe! Preferiam que o aproveitasse egoistamente, materialonamente, pelo prazer da posse? Altruistamente, será mais tarde. Já está a meio caminho.

A Gigi estava toda extasiada deante do meu ultimo retrato, e eu pergunto-lhe: «Depois que o papá morrer, a Gigi lembra-se d'elle?» «Se estiver viva, lembro; que eu tambem me lembro sempre da vóvó.» Se estiver viva! Como se fôsse mais provavel morrer commigo...

A intelligencia que desponta. Digo ao Ignacio, que tem estado a brincar, fechando uma caixinha, que eu de cada vez lhe abro: «Vá levar á Gigi, para que lhe encha de conchinhas.» Mas elle, já pôsto a caminho da irmã, suspende-se, voltando a mim: «*Á, Á* (abra!)» Está claro! para a Gigi as poder meter logo dentro. E, só depois de eu lh'a abrir, é que lá se foi, reclamando na sua linguagem: «Conchinhas!»

Conflicto de sentimentos. A Gigi e a Zirinha veem do jardim, cada uma com a sua rosa na mão. E a Gigi, que destina a sua para a mãe, encaminha a irmã: «Vá dar ao papá.» A pequena, porém, rendida a outro poderoso amor, reage: «Ao papá não!» «Então a quem ha de ser?» pergunta, assombrada, no tom mais reprehensivo, a Gigi. «A' Manella!» replica forte a Zirinha. Ouvindo o que, já suavemente, a Gigi disciplina-lhe os desordenados affectos: «A menina não tem duas rosas...» Ai! assim devia ser sempre, devia. Mas, pobres paes! por quantos outros amores os não deixam, sem mesmo guardarem, ás vezes, para elles no coração uma só flôr de saudade sequer...

Dizem que a infancia é egoista, porque não a conhecem. Ninguem, á simples apparencia, merecerá mais o depreciativo epitheto do que a nossa Zirinha. Ella suspira e chora por quanto ha; e não podem os irmãos, mais proximos pela edade, a Gigi e o Ignacio, ter nada, que ella, soffregamente, não reclame com despeito outro tanto para si: «E eu?» E vão lá calá-la sem lhe dar o seu quinhão, ou, ao menos, assegurar-lhe participação no usofructo do presente? Só de promessas vagas não se leva. A sua emulação possessoria é tal, que até um dia, que se lhe cortara a marrafinha e não se fez logo depois o mesmo á Gigi, ella desatou num pranto amargurado, porque a irmã ficava com mais cabello do que ella.

Mas pensam que a Zirinha quer tudo avidamente só para si, só para satisfação dos seus apetites e desejos? E' bem outro e altruista o seu scôpo. Ella quer ter muito para muito ter que dar; quer ser proprietaria e rica para poder fazer o bem. Legitima ambição! Viu-se isso manifestamente ainda hontem, que estava adoentado dos dentes o Ignacinho, e nós todos, de volta, a procurar entretê-lo. Disse-me ella com ternura: «Vou buscar a minha boneca.» E, como o pequeno a ouvisse, estrugindo, o despota! de cima do seu sophá «E' minha!» ella não só não protestou, mas, até, correndo sempre para a porta, foi complacentemente a ameigá-lo: «Sim! sim!» E, d'ali a nada, trazia-lhe o que tinha de mais precioso, a sua boneca grande. Se pode haver maior abnegação!

Como já antes dos dois annos assoma o sentimento da dignidade pessoal! Distribuiram-se figuras ás creanças; mas uma das irmãsinhas, instada intellectualmente pela curiosidade de ver se eram todas eguaes, tirou ao Ignacio a que elle tinha na mão, e, para o calar, deu-lhe em troca a sua. Ai! que foi fazer! Não contava com a briosa susceptibilidade moral do pequerrucho, que se doeu logo amargamente de semelhante irreverencia. Affrontado e cheio de indignação, elle irrompeu num brado muito intelligivel: «Não quero essa!» Bem tentou de prompto a irmã, que já tivera tempo de fazer a comparação, demonstrar-lhe: «São eguaes!» Debalde! A nada attende, quer a que lhe pertence. E não tardou que se visse que o que elle queria, não era tanto rehaver a figura, como revindicar o seu direito ultrajado. Pouco depois da irmã lh'a restituir, deixou-a para ali. Tanto para os corações bem nascidos acima de tudo está o culto da honra.

Ensine-se a economia á creança, explicando-lhe como estragar a roupa e os livros, comer e beber de mais, fumar, etc. é consumir o dinheiro com que os seus paes e ella mesma poderiam acudir a muita miseria, é portanto concorrer para que muitos desgraçados soffram e morram. E' um crime. Fale-se assim ao seu terno coração, que ella se commoverá!

Assistencia infantil. Ai das creancinhas pobres, tanto tempo longe dos paes! Os meus filhos veem communicar-me esta commiseração pela voz da Gigi: «Papá, a gente tem andado ali com o pequenito da Elisa. Coitadinho! A mãe foi á praça levar as couves... Eu assobio com isto (mostrando-me uma canna), e elle ri, ri*ii*, ás gargalhadas.»

Querem forçar as creanças á immobilidade? Mas é uma violencia cruel, que lhes mina a saude e a vida espiritual. Oiçam a declaração formal da Gigi. Entrou-me no escriptorio: «Papá, dá-me as suas cartas para o correio?» E eu, que estava a escrever ainda uma, pedi-lhe: «Espere um bocadinho.» Mas ella, logo: «Não posso, papá. Eu não posso estar muito tempo com uma coisa! nem no mesmo sitio!» E alvitrou por conseguinte: «Depois o papá chama, sim? que eu volto.»

Os nossos rapazes, se o professor não é somnolento e rispido, quanto mais elle enche de luz, côr e vida o seu assumpto, mais elles, sorrindo de esconso uns para os outros, desdenham da lição: «Theorias! Philosophias! Poesia!»

A força da attracção social, isto é, a sociabilidade, é tão poderosa que, pelo prazer de nos identificarmos com os outros, para os imitarmos, somos capazes de vencer as maiores repugnancias da nossa natureza. Um caso domestico da observação da Gigi: «Papá, esta Zirinha é uma imitadora; não gostava de azeitonas, até lhes fazia caretas, e agora, só porque m'as viu a comer, está tambem a comê-las. E olhe o que lhe custa!» Effectivamente a cara da pobre Zirinha era bem a imagem, a um tempo dolorida e radiante, do sacrificio.

A necessidade em que intellectualmente todos estamos de pôr em exercicio a faculdade sensitivo-motriz, vê-se bem nas creanças e nos velhos, que mal podem pensar sem falar. As pobres velhinhas que encontramos pelas ruas, monologando d'alto comsigo! A psychologa Gigi, que tudo observa, inclusivamente a si propria, aponta com certa estranheza o seu caso: «Eu não sei, mamã, mas que costume! falo sósinha, e baixinho penso coisas!»

Não só para pensar as creanças e os velhos precisam de falar, mas falam mesmo sem pensar, porque são ainda ou já mais sensitivo-motores do que intellectuaes. A faculdade sensitivo-motriz antecede a intelligencia e succede-lhe: fórma-se primeiro e extingue-se mais tarde.

Contas, ha muita gente que não pode fazer senão em voz alta. Contas, isto é, raciocinar.

Como muitos entram nas revoluções. Levantando-se um

pé de vento, surge-me o Dino, todo enthusiasmado: «Papá, tudo pelo ar no salão! Abriu-se a janella!» E voou logo a tomar parte tambem na ventania.

Os meùs pequenos, num certo preciosismo, vão dizendo onde têem o coração. Chega a vez da Gigi, que esteve ouvindo: «Pois eu tenho o meu na lingua!» E, logo depois, passando da litteratura á biologia: «Mas o coração onde é?»

Muito precisam as creanças de protecção, mas nas as transformem em ociosos pedintes, que nada façam e tudo esmolem. Como hão de chegar um dia a trabalhar com independencia e hombridade?

Lição de grammatica. Domingos, ouvindo-me pronunciar um appellido que desconhecia, pergunta-me com estranheza: «Que é, papá?» Logo se volta para elle o Dino, sorrindo-se entre os dentes, em tom de superioridade: «*Que é?* Quem é? E' gente, homem!»

Quem é que, já mesmo adeantado em annos e desenganos, ao entrar-lhe o carteiro em casa, não espera sempre que lhe entre com elle algum dom da fortuna? Todos continuamos a ser como a Gigi, que, esbaforida, mal podendo falar, me diz: «Deitei a correr, que era para ver se vinha alguma coisinha para mim.» Todos, como ella, temos ainda a simplicidade de acreditar em boas fadas.

Para tudo é preciso coragem, até para andar. Aqui está o Ignacinho, que, agarrado ás cadeiras, já se ergue e corre toda a casa com grande algazarra e ruido, e, quando alguma das irmãs o leva adeante, a segurá-lo pelas costas, avança ás arremettidas, cortando intrepidamente o ar com o peito, como se quizesse voar. Tenta ella deixá-lo só, para ver se elle se aguenta só por si: logo, cheio de tremor, se atira e encosta para trás, a procurá-la com as mãositas ganchosas, e, que ancia! mal lh'as pode deitar, vira-se com tanto impeto que fica um pedaço a andar-lhe á volta das pernas em redemoinho. Dê-se-lhe uma pontinha do dedo: basta só que elle o sinta, para que, acoroçoado, quasi sem lhe tocar, muito direito, marche com um bello garbo marcial já muito promettedor, numa especie de passo gymnastico, ovante, a bater sonorosamente com os pés no mundo. O que é a confiança!

(Continúa).

BERNARDINO MACHADO.

DIREITOS CIVIS DOS ESTRANGEIROS

(Cont. do n.º 10, pag. 604)

Historia das relações civis dos estrangeiros

I

1. A theocracia oriental: Hebreus, Egypcios e Indios. — **2.** Os povos mercantis. — **3.** Cidades gregas: os barbaros e a *proxenia*. — **4.** Roma: latinos, peregrinos e barbaros. O *jus gentium*. — **5.** O christianismo: sua influencia social. — **6.** Os barbaros: o direito da personalidade. — **7.** O feudalismo e os *aubains:* direito de naufragio e albinagio. A territorialidade e o direito barbarico-estatutario. — **8.** O absolutismo real: a *aubaine*. O consulado. — **9.** A Revolução franceza: extincção dos direitos d'albinagio.

1. A antiguidade, desde a formação das mais rudimentares sociedades humanas, offerece-nos um aspecto unico, accentuadamente feroz e animal. A força, unico principio dominante, absorvendo e obscurecendo as ideias que hoje constituem o peculium da consciencia juridico-moral da humanidade, excluia toda a noção de direito e justiça.

A decantada unidade primitiva do genero humano quebrava-se no estado de guerra permanente em que se mantinham os pequenos aggregados sociaes nas suas relações, e, dentro de cada um d'estes, as familias e os individuos.

A indagação sociologica reconstituiu com maior ou menor exito a vida social d'esses aggregados. Os seus methodos, applicados á Historia, não conseguiram ainda, porém, substituir o systema classico dos escriptores de Direito internacional, que começam as suas investigações nos povos theocraticos de maior influencia e representação historica: Egypcios, Indios e Judeus.

A raça hebraica considerava-se um povo predestinado, o povo de Deus, a nação por excellencia: d'ahi um odio profundo contra os estrangeiros, chamados idolatras, impuros pela sua heterogeneidade religiosa, e tidos por inimigos. A constituição mosaica, que não reproduziu a divisão das castas e um grande numero de costumes crueis adoptados em todos os povos, não esqueceu de recommendar toda a separação com os estrangeiros, incitando á guerra sagrada, que os primeiros chefes realisaram em circumstancias da mais impia crueza, de que são exemplo a carnificina de Benjamim e Gadés e o exodo armado através da Palestina.

Os cantores nacionaes e os prophetas atravessavam o paiz, afervorando o povo no seu odio ao estrangeiro e invocando a espada de Deus para o exterminio dos inimigos.

O Egypto respeitava a tradição da sua origem autochtona. O chão sagrado, a habitação dos deuses, era a orla de terra fertilisada pelo Nilo; os paizes da morte e do repouso eterno, as habitações dos infernos, eram todos os que demoravam para além dos areaes da Lybia e do Mediterraneo inimigo.

A convivencia com o estrangeiro estava interdita, diz-se que por motivos de hygiene. Embora fosse esta uma das razões por que as raças estranhas jámais poderam confundir-se com os egypcios, consoante a affirmação de muitos historiadores, certo é que a principal, a determinante, commum a todos os povos em identico grau de civilisação, se deve procurar nas bases fundamentaes das suas constituições politicas.

Os padres absorveram, na sua funcção religiosa, toda a vida social. A lei guardava-se nos templos como os mysterios, e com ella a sciencia escripta nos jeroglificos e sepultada nos papyros de Thebas e Memphis. A sua casta era a primeira, acima dos guerreiros, agricultores e negociantes. Vinha d'Isis e d'elle recebera a divisão e o dominio das terras.

Com esta organisação social, baseada na diversidade das castas, e levada até ao odio, o que pensar da condição dos estrangeiros, os ultimos dos homens, collocados fóra da designação e dos direitos da humanidade?

Os egypcios chamavam impuros aos estrangeiros; e os indios, ainda mais rigorosos na separação das suas castas, eternamente immobilisados pelo destino cego que constitue o principio determinante de toda a sua vida, crearam para os ultimos dentre elles, os párias, uma condição inferiorissima,

cheia de humilhações e horrores. Como estes, os *mlethcas* ou barbaros (nome por que se designavam os estrangeiros) estavam fóra da lei, sem participação no culto e prohibidos de todas as relações com os membros das outras castas. Os indios, collocando-os, na hierarchia das creaturas, logo acima dos elephantes e cavallos, não lhes concediam sequer a sympathia que dedicavam aos irracionaes.

Esta organisação das castas enraizou-se de tal maneira nos costumes d'aquelle povo, que persistiu até nossos dias, através de mil revoluções, entre as quaes a budhista, que teve quasi por unico fim acabar com os privilegios dos brahmanes e com a divisão das castas.

A theocracia oriental, levando os povos á immobilidade historica e á servidão, fechou ao mesmo tempo as fronteiras nacionaes aos estrangeiros, inimigos pela crença e portanto pelo sangue, visto que o deus que cada povo adorava como seu verdadeiro fundador, era tambem o tronco ancestral das raças eleitas.

2. O periodo da força, como chamá LAURENT ao periodo historico que acabámos de descrever, soffreu na longa duração dos seculos attenuações impostas pelas necessidades mercantis.

A historia do commercio é a historia da communhão dos povos. As suas destruições diversas, e o fluxo e refluxo das raças, constituem os seus maiores acontecimentos.

E' preciso, porém, não conceder á acção primitiva do commercio um papel pacifico, exclusivamente civilisador e humanitario, como fizeram MONTESQUIEU e HERDER a proposito dos phenicios.

As relações mercantis effectuaram-se pela violencia e pela guerra, como pirataria e latrocinio. HOMERO conta na *Odysseia* que os phenicios abordavam ás costas da Grecia para vender joias e bagatelas, roubando depois rapazes e raparigas, que iam vender nos mercados asiaticos, ou a quem davam a liberdade a troco de forte resgate. O corso e a pilhagem são exaltados na linguagem dos heroes homericos. SOLON permittiu associações de piratas; e ARISTOTELES e PLATÃO consideravam o roubo pelas estradas como uma especie de caça.

Todavia, frequentissimas communicações se estabeleceram entre uma prodigiosa variedade de povos. As caravanas atravessavam periodicamente a Arabia, a Phenicia, através da Bactriana, de Suza e da Persia, até á India e fronteiras da

China; e ao mesmo tempo as vélas tyrias cortavam o Mediterraneo, atravessando Gibraltar, indo á Hespanha e mesmo até ao Baltico. Fundaram-se caravançaras, a fórma typicamente bella da hospitalidade ao commerciante, e abriram-se estradas e itinerarios para maior facilidade de relações. As peregrinações annuaes, realisadas em epochas fixas, atrahiam aos differentes sanctuarios os mercadores dos paizes mais remotos. Em volta do templo desdobrava-se a feira: e aqui a multidão, arrastada pela fé religiosa, estabelecia permuta de generos e contacto de ideias, interesses e costumes.

Sem cahir nos exaggeros de muitos escriptores, podemos affirmar que o commercio, embora primitivamente realisado com o auxilio das armas e sob a fórma barbara e cruel da pilhagem, foi na verdade o iniciador das relações entre os povos, e, pelo seu cosmopolitismo, o primeiro factor da internacionalidade.

Foi o commercio que poz a Grecia em communicação com as populações orientaes, e que, junctamente com os guerreiros, levou o seu influxo civilisador, recebido das cultas sociedades asiaticas, ás costas do Mediterraneo e aos paizes do occidente.

A guerra, sempre cruel, de exterminio para os vencidos, transformou-se pelo interesse em mais humana: a morte foi substituida pela escravidão

3. A Grecia estava dividida num certo numero de cidades ou republicas, sem communidade de direitos civis e politicos, divergindo egualmente quanto aos seus idiomas ou dialectos, e tractando-se como estrangeiros os seus habitantes.

Comtudo, o espirito nacional foi-se consolidando perante o perigo externo. Os cantos dos poetas, que exaltavam o amor da patria e as glorias da Helade; as obras dos historiadores, que descreviam os feitos dos seus guerreiros; a creação da assembleia dos amphytriões, dividindo os povos em gregos e barbaros e firmando a paz entre os primeiros, ao mesmo tempo que combatia os ultimos, os estrangeiros; a religião, pelo seu culto externo e pelos seus cincoenta oraculos; os jogos publicos, realisados periodicamente, e que attrahiam os habitantes das cidades visinhas; e, além d'isto, o interesse mercantil, que provocava estreitas relações, e conseguintemente tractados reciprocos de protecção; — todos estes factores foram modificando o antigo isolamento das cidades gregas,

acabando com a exclusão odiosa que em materia de direitos se fazia aos cidadãos estrangeiros.

O commercio encontrou nas republicas gregas uma especial protecção. Porém, nada se sabe a respeito da lei por que se regulavam os tribunaes e quanto á fórma de ser prestada a justiça. Nalguns tractados os juizes são tirados metade de cada povo, e, não havendo accordo, os juizes viriam d'uma terceira cidade. As supposições feitas sobre o laconismo dos tractados levam a acreditar que os estrangeiros contractantes se regiam pelo direito da cidade onde se encontravam, isto é, pela lei do domicilio. Os antigos não conheciam o direito pessoal: o direito pertencia á cidade e só nella se applicava.

A protecção em justiça, a mais importante garantia concedida ao estrangeiro, era tambem facultada pelos tractados e decretos. Estas convenções variavam consoante as relações juridicas que vinham proteger: havia-as para casar, para os direitos de propriedade e de pleitear em justiça. Outras vezes concedia-se tambem que os membros de duas cidades gosassem respectivamente na cidade alliada de todos os direitos, quer nas cousas divinas como humanas, applicando-se d'esta fórma o systema da reciprocidade internacional.

Estes ultimos tractados, conhecidos pelo nome de *isopolitas,* deviam de ser muito raros: apenas se conhecem as allianças entre as cidades de Creta, Athenas e Rhodes.

Para que o estrangeiro podesse pleitear, creou-se a instituição da *proxenia* ou hospitalidade privada, pela qual o *proxena,* especie de consul, representava o estrangeiro em juizo.

Tal era o regimen das relações entre as diversas cidades gregas.

As relações, porém, que a Grecia mantinha com os habitantes de paizes estranhos ao seu territorio, eram muito differentes: tractava-os como inimigos e barbaros, por não falarem a mesma lingua e não attingirem a sua civilisação elevada, que fazia da Grecia a patria culta por excellencia.

Entre o grego e o barbaro jámais deixou de existir o odio e a guerra; até que o cosmopolitismo prégado pela philosophia stoica, solemnemente affirmado pelos oraculos e imposto irremediavelmente pelas necessidades do interesse mercantil, acabaram com esse odio remoto, que parecia perdurar do grego para com o estrangeiro, ou barbaro, inimigo pela diversidade de lingua e de civilisação.

(Continúa).

Amadeu Silva d'Albuquerque,
Quintannista de Direito.

*

ENSAIO SOBRE A PSYCHOLOGIA DO POVO PORTUGUEZ

(Cont. do n.º 11, pag. 673)

Este fragmento dos vibrantes appellos atirados á Allemanha por Fichte parece ter sido escripto para nós, que temos a fomentar o descalabro doutrinal e economico uma instrucção e educação visceralmente falsas, porque anachronicas, como admiravelmente notou o psychologo francez Le Bon. Pois num povo em que a tendencia para a iniciativa, a energia dynamica é contrariada pela falta de uma verdadeira educação moral, physica e intellectual, que prepare homens práticos, o ensino publico tem contribuido exclusivamente para apagar a vontade por via do exclusivismo intellectual. É que ainda estão em dia os methodos da imbecil educação humanista com que o frade e o jesuita atrophiaram, esterilisando, o dynamismo intellectual portuguez.

É certo que a ultima reforma de instrucção secundaria foi bebida na Allemanha, mas tambem é verdade que, quando foi importada, era condemnado com toda a justiça o seu desmando litterario. Se os estudos classicos não têem na Allemanha os mesmos effeitos depressores que em Portugal, a explicação está no temperamento psychico d'aquelle povo, que não perde qualidades de trabalho com o excesso da orientação classica. Mas, ainda assim, pelo que respeita á educação, já no Imperio se accentuava a campanha batalhada por eminentes professores, preconisando a superioridade do systema educativo inglez.

Comparado o regimen secundario actual com o previgente, impõe-se aquelle por ter pretendido systematicamente regulamentar numa serieção logica as disciplinas, a despeito, comtudo, de não ser o que devia, uma adaptação progressiva da orientação lyceal allemã e dos seus processos ao meio portuguez.

E' evidente o vicio de que enferma a reforma de 22 de dezembro de 1894: prepara mais individuos para as profissões liberaes que para a agricultura, industria e commercio, deixando sem base os que se dirigem a estes ramos da riqueza nacional. A acquisição de conhecimentos—adverte um notavel

publicista — que não podem ter emprego, é um meio seguro de fazer do homem um revoltado.

Com a instrucção e a educação que temos tido, não admira que falhassemos na vida prática, e que o apparecimento d'um portuguez com tino administrativo seja um caso esporadico.

Requer-se um systema de ensino mais racional e scientifico, isto é, ao mesmo tempo physico, intellectual, moral e artistico, e exige-se o repudio da superficialidade esteril da nossa instrucção actual, que apenas serve para formar, na phrase suggestiva de Alexis Bertrand, *homens de luxo*.

Quanto ao systema educativo, é preciso, como diz o distincto professor allemão Lietz, que a educação corresponda á vida moderna, o que se conseguirá, *adaptando* o regimen educativo inglez, o qual satisfaz plenamente ao estado actual da civilização, e cuja superioridade incontestavel foi notavelmente demonstrada em França com os valiosos livros de Edmond Demolins — *À quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons, Education nouvelle,* etc.

«O systema educativo dos inglezes, observa um distincto publicista, é, por isso, muito diverso do que é seguido geralmente no continente; em Inglaterra vêem na criança o homem ou a mulher que ha de ser no futuro; em França e noutros paizes europeus, como em Portugal, até muito tarde trata-se sempre a criança como criança. A imposição da auctoridade dos paes no lar e dos professores e dos prefeitos no collegio substitue a persuasão; em vez da confiança que dá a noção da responsabilidade, a criança vê que todos os seus actos são espionados; emfim vive o alumno nos intervallos das lições, nos collegios do continente, abandonado a si ou á convivencia dos seus camaradas, sob uma falsa vigilancia, emquanto nos de Inglaterra está sempre em intimidade familiar com o professor, verdadeiro e permanente companheiro de estudos e de folguedos.

D'esta differença de educações resulta para os estudantes do continente a mentira, a preguiça, a dissimulação, a subserviencia e outros defeitos e vicios que imprimem caracter e que da vida escolar passam para a vida da sociedade.»

Reintegrando-se todos os que a sério têem encarado este problema capital, na verdade de que na educação e na instrucção está a base do resurgimento nacional, não se deve esquecer que o caracter portuguez, afeiçoado por oito seculos, está preso por tantos vinculos ao automatismo da tradição, ao peso da historia, que fomentou extraordinariamente as suas qualidades ethnicas de sentimentalidade, de vivacidade irre-

quieta e de volubilidade, que todos os esforços educativos são necessarios e urgentes para dar correctivo ás suas péchas já adquiridas.

E, demais, como nunca é tarde para iniciar uma obra generosa como esta, que é uma solução, appellamos para a cooperação moralisante de todos (1) que podem impedir que o desalento que tem frustrado todas as boas vontades, ultime a intima dissolução que lavra na sociedade portugueza, onde os nossos cursos superiores — com o seu formalismo decorativo e amarrados ás theorias — perpetuam archaicamente os defeitos ethnicos, e onde a instrucção secundaria é ainda «ajoujada de insonsas biographias de reis, de tratados de ontologia bolorenta, de fardos de rethorica piegas, de lendas milagreiras e historias que já são sagradas apenas para os imbecis...» — como observou lucidamente Oliveira Martins.

Emfim, quanto ao systema educativo, é instante uma transformação completa, requer-se a educação integral. Até hoje tem-se visado exclusivamente ao desenvolvimento intellectual, deixando-se ao abandono o physico e o moral.

*

Desolador é tambem o problema physiologico portuguez.

Como já dissemos, o desequilibrio resultante da civilização contemporanea, que, evolutindo no industrialismo e na sciencia, não avançou na moral, ficando portanto, por não haver similaridade de evolução, a sociedade sem apoio, tornou-se um factor geral de degenerescencia.

Os individuos, esmagados sob esta alta pressão, soffreram a depressão parcial, pela intensidade das especialidades que se viram coagidos a abraçar, de varios orgãos que levaram, ao atrophiar-se, a vitalidade, a saude, carregando perniciosamente na idiosincrasia. E, como neste avançar crescente a selecção se vae operando em proveito da intelligencia, a con-

---

(1) Nesta altura devemos fazer justiça ao sr. Conselheiro Bernardino Machado, que, na imprensa e na tribuna, numa larga e fecundante comprehensão das correntes da civilização moderna, tem propugnado audazmente pela creação de escolas profissionaes e technicas que ensinem a trabalhar. Oxalá tivessem realização effectiva os planos do illustre professor da Universidade, sempre ao serviço do que traduz um avanço, num paiz, onde o destino geral é obedecer passivamente á rotina!

stituição e o temperamento ainda dos mais robustos enerva-se, definha.

E, como todas as qualidades de energia moral têem nessa base o elemento organico, segue-se que a crise de degenerescencia se accentua, porque tambem não ha a unidade e integridade de um systema de idéas que fomente a solidariedade, que hygienise o pensamento, fazendo triumphar o dynamismo do caracter que se apaga.

E' por isso tambem que é inconsequente a orientação contemporanea no permittir a propagação de estados pathologicos que a sciencia tem demonstrado exuberantemente que podem carregar morbidamente nas gerações futuras.

Esta verdade da transmissão hereditaria, que biologicamente Spencer e socialmente Häeckel puzeram em foco, em torno da qual se agrupam hoje as primeiras individualidades do mundo scientifico, e que hoje é a pedra basilar da anthropologia criminal, pedia que se olhasse mais a serio por este grave problema.

Entre nós, de todos os estados morbidos em que a hereditariedade se affirma, nenhum tem carregado tão universaes e funestas consequencias como a tuberculose, que, perpetuando-se pela geração — pelo menos em accentuada fraqueza — se vae espargelando sinistramente.

E' este o factor capital que, lavrando nas nossas cidades, as vae convertendo em focos de aniquilamento. Acerca d'elle observou o eminente e mallogrado bacteriologista Camara Pestana: Procurar vencer a tuberculose é pôr um dique á degenerescencia da raça, que de senhores do mundo nos rebaixou até á ignominia em qùe a rir nos refocilamos.

Ethnicamente a degenerescencia portugueza vem de longe, filia-se directamente na *selecção negativa* — esgotamento dos descobrimentos, das conquistas e guerras que arrastaram, para além-mar, a população valida, deixando no continente para a reproducção os de vigor physico e mental inferior.

Na interessante obra *Les sélections sociales* adverte o distincto anthropologista Vacher de Lapouge: Todo o povo cujo espirito bellicoso excede a fecundidade, está perdido.

Ninguem, nação alguma — servindo-nos da phrase de um nosso historiador — seria capaz de resistir a um seculo inteiro de similhante vida.

Tem portanto explicação clara o inicio do descalabro physiologico portuguez.

E' flagrante o exemplo da Suecia-Noruega que apresenta

uma população physica e mentalmente superior, porque a não enfraqueceu em guerras.

Depois foram as pestes, foi a expulsão dos judeus, o esbraseamento da Inquisição, que só á sua parte fez mais de 50:000 victimas da camada mais intelligente, porque era essa que protestava contra o furor sanguinario.

«A selecção religiosa não impede sómente a reproducção de certos individuos, encorporando-os no clero, elimina muitos outros pela opinião, ou por medidas repressivas, que constituem, sob a sua fórma intensa, as perseguições. Já não vemos hoje perseguições religiosas e guerras de religião; a humanidade está por ventura livre, mas o passado está completamente salpicado do sangue dos martyres».

Os perseguidos, diz o notavel professor da Universidade de Montpellier, são em regra geral superiores aos perseguidores.

E, ainda no seculo que passou, ha a registrar as invasões, as luctas civis, e a *cholera-morbus.*

Outro elemento de degenerescencia que fere immediatamente quem olhar de relance para a nossa situação agricola, é a attracção para os focos de vida febril, para os focos de vida intensa, para as cidades, traduzida num abaixamento de fecundidade e na mais curta duração da vida. A necessidade de conforto, como nota um illustre psychologo, produz ahi a restricção voluntaria; e a alteração physiologica da raça é nos centros urbanos produzida pelas doenças hereditarias.

*

A deficiencia dos nossos trabalhos estatisticos, onde ha ainda muito de calculo, entravam a possibilidade dos trabalhos exactos e de actualidade sobre o problema capital — desenvolvimento da população, por onde se devia medir a fadiga physiologica.

O primeiro mau symptoma que fere quem manuseia o *Annuario estatistico de Portugal,* é o decrescimento nos casamentos:

1890	35:769
1891	34:631
1892	34:828
1893	34:088
1894	33:166
1896	32:993

A média da nupcialidade, que em 1890 era de 7,13 por 1:000 habitantes, passou a ser em 1896 de 6,29, isto é, ficamos no ultimo logar da escala europêa.

Egualmente se observa tendencia de decrescimento na natalidade:

1889	168:285
1891	162:051
1892	159:205
1895	156:405
1896	157:516

A média. 36,7 nascimentos por 1:000 habitantes em 1889, desceu a 30,03 em 1896.

E a descida d'esta curva não se póde attribuir aos filhos illegitimos, porque ahi a percentagem foi crescente:

1891	18:966
1892	19:188
1893	19:977

Desolador é tambem o quadro obituario. Exceptuada a Allemanha, Austria, Italia e Hespanha, Portugal é o paiz onde a letalidade se conserva mais elevada:

Média por 1:000 habitantes

	Nascimentos	Obitos	Excedente
1885	35,71	22,78	11,71
1896	30,03	22,78	7,25

Mas a este futuro ameaçador devemos juntar a perda resultante da corrente emigratoria que continúa progressiva:

1893	30:383
1894	29:261
1895	44:746
1896	27:980

E, se attentarmos na área que devemos colonizar — aonde por emquanto se não dirige a emigração — ainda é mais negro o quadro pela evidencia da falta de população para a levar a cabo.

Physiologicamente em crise pela população ir augmentando

com uma grande lentidão (1) e pela vitalidade ir-se depauperando como se tem verificado nas inspecções militares, etc.: eis a nossa situação.

A resultante d'esta situação é a lenta diffusão da lingua e socialização de idêas e a annullação da expansibilidade economica nacional.

Uma sociedade pouco numerosa — observa Spencer — seja qual fôr a superioridade do caracter dos seus membros, não póde desenvolver a mesma somma de acção social como uma que é grande. A producção e a distribuição das mercadorias deve fazer-se em uma escala relativamente pequena. Uma imprensa numerosa, uma litteratura fecunda, uma agitação politica poderosa não lhe são possiveis.

*

Estreitamente vinculado com a degenerescencia nacional está o alcoolismo.

«Os excitantes espalhados nos civilisados actuaes — adverte Lapouge — produzem effeitos que se têm estudado attentamente. O alcool occupa o primeiro logar pela importancia da acção que exerce sobre os individuos e sua descendencia. O seu uso está de tal maneira generalizado, que se póde considerar como um dos principaes factores da alteração das populações civilizadas, para não falar dos barbaros e selvagens. O alcool, como a morphina e o arsenico, parece ter uma acção muito profunda sobre o organismo, e modificar a composição do protoplasma.

«Que os alcoolicos e seus descendentes fornecem uma proporção exaggerada de criminosos, de suicidas, de alienados, é uma questão fóra de duvida, que as estatisticas apoiam com espantosas cifras. As nevroses, as affecções chronicas do figado e estomago são multiplicadas infinitamente pelo alcoolismo e casos curiosissimos de hereditariedade heterogenea manifestam-se na progenie das doenças».

Se até nos nossos centros mais importantes o envenenamento pela embriaguez chega a ser um luxo!

Comtudo, onde a acção moralizante, reprimindo o excesso do alcool? Pela imprensa, que, para estar á altura da sua

---

(1) É o que se demonstra nos *Resultados provisorios do censo da população do reino, realizado no 1.º de dezembro de 1900.*

missão illuminante, devia levantar a extrema gravidade d'este problema, que vai concorrendo desorganisadoramente para a affecção social, nada se ouve. Todavia é tal a sua magnitude, que os hospitaes de alienados e as prisões a ella devem muito da sua concorrencia. E' que a generalidade da imprensa soffre de um indifferentismo atroz.

No estrangeiro, porém, onde as questões vitaes, como esta, que affecta morbidamente o desenvolvimento social, encontram sempre denodados e estrenuos campeões, vai uma lucta enorme ferida contra o alastramento inquietante do alcoolismo, que, a não ser atalhado, porá em perigo as gerações futuras.

Num repudio de utilitarismo, não maldizemos como *o velho do Restello:*

> Ah! maldito o primeiro que no mundo
> Nas ondas velas poz em secco lenho...

a seducção operada pelo chamamento tentador do mar — reviviscencia do velho fundo anthropologico e da corrente historica peninsular — porque, de contrario, não teriamos titulo justificativo de existencia, porque não teriamos sido um factor capital do Progresso.

Hoje, que a scena é outra, porque outro é o ambiente, precisamos solver os problemas psychologico e physiologico, sem o que não poderá subsistir o dessorado organismo nacional. E, lance-se mão dos meios com que se triumpha na vida! a sua degenerescencia só poderá ser jugulada pela adaptação progressiva a uma educação que fomente a energia moral e physica. Eis o remedio e a esperança.

MARQUES BRAGA.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

INVESTIGAÇÕES HISTORICAS SOBRE AS OBRAS DE PEDRO NUNES

Annotações ás Theoricas dos Planetas de Purbachio

Jorge Purbachio (1), insigne mathematico do seculo XV, e um dos verdadeiros restauradores da astronomia, escreveu o livro *Theoriæ novæ Planetarum* etc., publicado em 1460, um pouco antes da sua morte, onde corrigiu as hypotheses de Ptolomeu em varios pontos, introduziu novas equações nos movimentos dos Planetas, e mediu mais exactamente os logares das estrellas, cujo conhecimento era necessario para as numerosas taboas de differentes especies, destinadas a ajudar os astronomos nos seus calculos.

Esta obra, que é uma especie de introducção á leitura de Ptolomeu, foi, como a de Sacrobosco, muito commentada.

Entre os diversos commentadores figura Pedro Nunes, o qual, na obra que escreveu com o titulo *In theoricas planetarum Georgii Purbachii annotationes aliquot* (2), explica o que havia de mais obscuro no livro de Purbachio, corrigindo o que fôra mal entendido pelos interpretes de Ptolomeu, ou não sufficientemente demonstrado (3), por isso que Purbachio, e outros auctores, na interpretação de Ptolomeu, por ignorarem o grego, tinham seguido as traducções pouco exactas, feitas por homens que não conheciam as sciencias mathematicas.

---

(1) Nasceu em Peurbach, proximo de Lintz (Austria), em 1423.

(2) *Petri Nonii Salaciensis Opera*, Basileæ, 1566, pagg. 197–307; e *Annotationes in Purbachium Teorsim*, Conimbricæ, 1578, in folio.

(3) «Petrus Nonius Salaciensis annotationis fecit in theoricas Purbachii, in quibus explicat quæ videbantur obscuriora, aut non satis demonstrata.

«Opus quidem bonum, bonam continet doctrinam sed male explicatam». (Dechales, *Cursus seu Mundus mathematicus*, tom. I, Lugduni, 1690, (*De progressu matheseos & illustribus mathematicis*, pag. 85.)

Delambre, apreciando, bastante lisongeiramente, o trabalho de Pedro Nunes, diz o seguinte (1):

«Son objet est d'éclaircir ce qui lui paraîtra douteux ou obscur dans Purbach et de montrer en quoi les Tables de Ptolémée et d'Alphonse (2), s'éçartent des observations.

«Il prend, dans la Table de Pitatus, l'intervalle de tems entre le solstice et les deux équinoxes; il en conclut l'excentricité à la manière d'Hipparque, en n'employant que les sinus. Il trouve l'excentricité 0.03781 et 91° 28′ pour l'apogée; en recommençant ses calculs, je trouve 0.037807 et 91° 30′. Ce n'est pas tout-à-fait l'apogée de Pitatus; il y a donc quelque incohérence dans les calculs des Alphonsins.

«L'auge en 1552 était en 91° 28′ suivant les Alphonsins,
1420 ans auparavant en 65.30 suivant Ptolémée,

Mouvemens en 1420 ans 25.58.

«Nonius dit environ 26°, et ce mouvement n'a pu être celui de la huitième sphère, ni selon Ptolémée, ni selon les Alphonsins, ni selon Albategni.

«Si vous préférez les observations d'Albategnius auxquelles Alphonse a dû avoir égard pour établir son mouvement de la huitième sphère, vous aurez, d'après Alphonse, 88.40
suivant Albategni 82.17

mouvement en 337 ans 6.23,
et vous trouverez à la huitième sphère un mouvement plus lent, soit que vous suiviez le calcul d'Alphonse, ou des observations d'Albategni.

«Si vous comparez les étoiles d'Alphonse à celles d'Albategni, vous ne trouverez que 5° 38′ et non 6° 23′. Ainsi les Alphonsins ne pourront expliquer pourquoi ils donnent à l'auge du Soleil le même mouvement qu'à la huitième sphère.

---

(1) *Histoire de l'astronomie du moyen âge*, Paris, tom. II, 1819, pagg. 274-280.

(2) Diz M. Marie na sua obra *Histoire des sciences mathématiques et physiques*, Paris, tom. II, 1883, pag. 162, o seguinte:

«Les Tables d'Albategnius ni, à plus forte raison, celles de Ptolémée ne s'accordaient plus avec les observations. Alphonse qui disait qu'il aurait donné à Dieu de bons avis, s'il l'avait consulté au moment de la création, ne pouvant toutefois réformer le système du monde, voulut au moins que ce système bizarre fût mieux connu et plus exactement décrit.

«Son père occupait encore le trône lorsque Alphonse réunit à Tolède les astronomes les plus célèbres de son temps, chrétiens, juifs ou maures, et les invita à construire de nouvelles tables: elles *parurent manuscriptes* en 1252, sous le nom de *Tables Alphonsines*, le jour même où Alphonse succédait à son père.

«Elles furent imprimées pour la première fois à Venise, en 1483, sous le titre: *Alphonsi regis Castellæ, cœlestium motuum Tabulæ, nec non Stellarum fixarum longitudines ac latitudines Alphonsi tempore ad motus veritatem reductæ, præmissis Joannis Saxoniensis in has tabulas canonibus.*

«Elles ont eu depuis cinq autres éditions, dont la dernière, de 1553, a été donnée à Paris par Hamel, professeur au Collège Royal».

Vid. tambem: M. Saverien, *Histoire des progrès de l'esprit humain dans les sciences et dans les arts qui en dépendent*, Paris, 1776, tom. II, pag. 133, e Delambre, *Histoire de l'astronomie du moyen âge*, Paris, 1819, tom II, pagg. 249-257.

Delambre, na mesma obra e tomo, pagg 398 e 399, diz: «... il réfute *(Pedro Nunes)* aux qui prétendaient qu'Alfonse n'avait pas lu Albategnius; il leur prouve qu'il a eu connaissance des livres arabes, qui étaient alors fort communs en Espagne, et qu'il a construit ses Tables Tolédanes avec l'aide de plusieurs Maures; que dans le manuscrit autographe de ces tables on voit aussi celles de Ptolémée et d'Albategnius, afin qu'on pût choisir. Ces faits, dit-il, sont connus de tout le monde, et le manuscrit existe dans la bibliothèque d'Alcala, *in Complutensi bibliothecâ*».

Esta bibliotheca, que era a da celebre Universidade de Alcalá, pertence hoje á Universidade de Madrid, e nella se acha ainda o alludido autographo.

«Il n'est pas moins étonnant qu'Alphonse ait placé l'auge du Soleil en 72° au tems de J.-C., tandis que Ptolémée, 132 ans plus tard, ne l'a mise qu'en 65° 30′.

«Vous trouverez aussi peu d'accord entre Arzachel et Albategni; car celui-ci plaçait l'auge en 82°, et Arzachel, venu après, la plaçait, en 77°.

«Ce peu d'accord, dit Nonius, peut venir de la difficulté de déterminer le moment du solstice; il est plus sûr de déterminer l'auge par l'équinoxe.

«On voit, par ces détails, et c'est ce qui nous les a fait transcrire, quelle incertitude régnait alors dans un des points fondamentaux de la science, et le peu de fonds qu'ou peu faire sur les théories de ce tems.

«Nonius nous dit ensuite que si le mouvement vrai a paru égal au mouvement moyen entre deux observations, on en peut conclure que le mouvement moyen aura eu lieu dans le milieu de l'intervalle. En effet, dans les théories d'alors

$$\left.\begin{aligned} v &= m + e\sin A \\ v' &= m' + e\sin A' \end{aligned}\right\} v' - v = m' - m + 2\,e\sin\frac{1}{2}(A' - A)\cos\frac{1}{2}(A' + A).$$

Mais si $v - v' = m' - m$, on en conclut $2\sin\frac{1}{2}(A' - A)\cos\frac{1}{2}(A' + A) = 0$, ou $\sin\frac{1}{2}(A' - A)$ ne peut être 0; donc $\cos\frac{1}{2}(A' + A) = 0$; donc $\frac{1}{2}(A' + A) = 90°$, ce qui est le lieu du moyen mouvement.

«Il résulte de là que si vous prenez deux longitudes quelconques également éloignées de 90°, que l'une soit $(90 - x)$, et l'autre $(90 + x)$, vous aurez, en désignant l'apogée par la lettre A,

$$90 - x = m + e\sin(90 - x - A)$$
$$90 + x = m' + e\sin(90 + x - A)$$
$$2x = m' - m + 2\,e\sin\frac{1}{2}(90 + x - 90 + x)\cos\frac{1}{2}(180 - 2A)$$
$$= m' - m - 2\,e\sin\frac{1}{2}(2x)\cos\frac{1}{2}(180 - 2A) = m' - m.$$

«Nonius démontre ces remarques curieuses d'une manière synthétique un peu longue.

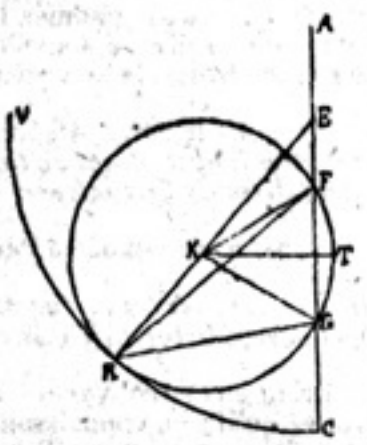


Fig. 1

«À l'article de la Lune, il appelle *équation du centre* l'arc de l'épicycle entre l'auge vraie et l'auge moyenne. Il détermine le point où cette équation est la plus grande; nous avons, dans nos remarques sur Ptolémée, donné la formule de cette équation (1).

«Nonius ne donne qu'une solution graphique dont la démonstration est fort longue; le tout revient au procédé et aux formules suivantes:

«Soit F le centre du zodiaque (fig. 1) et le lieu de la Terre; E le centre de l'excentrique CRV, AEC la ligne de l'apogée, R le centre de l'épicycle, G le centre de direction; GR sera la ligne de l'apogée moyen de l'épicycle, FR la ligne

(1) *Histoire de l'astronomie ancienne*, Paris, 1817, tom. II, IV, lib. IV.

de l'apogée apparent, FRG l'angle de correction d'anomalie. Par les points FGR, décrivez un cercle dont le centre sera nécessairement sur la ligne TK perpendiculaire sur le milieu de FG; si K est le centre du cercle, vous aurez $KG = KF = KR$; puisque ce sont trois rayons du même cercle. $FRG = \frac{1}{2}$ arc $FG = \frac{1}{2} FKG = FKT$; je dis que dans ce cas, FRG sera un *maximum*, ou le plus grand possible.

$$FE = FG = e = \sin \varepsilon, \quad ER = 1, \quad FT = \frac{1}{2} e, \quad \text{soit } KF = r \quad \text{et } TK = y,$$

$$\overline{KF}^2 = \overline{KT}^2 + \overline{FT}^2, \; r^2 = y^2 + \frac{1}{4} e^2, \; y^2 = r^2 - \frac{1}{4} e^2 = (r + \tfrac{1}{2} e)(r - \tfrac{1}{2} e),$$

$$\overline{KE}^2 = \overline{ET}^2 + \overline{KT}^2 = \left(\frac{2}{3} e\right)^2 + y^2 = y^2 + \frac{9}{4} e^2 = r^2 - \frac{1}{4} e^2 + \frac{9}{4} e^2 =$$

$$= r^2 + \frac{8}{4} e^2 = r^2 + 2 e^2;$$

mais

$$EK = ER - KR = ER - r = (1 - r); \quad \text{donc } \overline{KE}^2 = 1 - 2r + r^2 = r^2 + 2 e^2;$$

donc

$$1 - 2r = 2 e^2, \quad 2r = 1 - 2 e^2,$$

$$r = \frac{1}{2} - e^2 = \sin^2 45^\circ - \sin^2 \varepsilon = \sin (45 - \varepsilon) \sin (45 + \varepsilon) =$$

$$= \sin (45 - \varepsilon) \cos (45 - \varepsilon)$$

$$= \frac{1}{2} \sin (90^\circ - 2\varepsilon) = \frac{1}{2} \cos 2\varepsilon = \sin 27^\circ 11' 10'' = 0.356882,$$

$$\sin FKT = \sin R = \frac{FT}{KF} = \frac{\frac{1}{2} \sin \varepsilon}{\frac{1}{2} \cos 2\varepsilon} : \frac{\sin \varepsilon}{\cos 2\varepsilon} : \sin 19^\circ 8' 6'',$$

c'est le *maximum;* $AFK = 103^\circ 8' 6''$.

$$EK = 1 - r = \sin 90^\circ - \sin r = 2 \sin \frac{1}{2} (90 - r) \cos \frac{1}{2} (90 + r)$$

$$= 2 \sin \left(45 - \frac{1}{2} r\right) \sin \left(45 - \frac{1}{2} r\right) = 2 \sin^2 \left(44 - \frac{1}{2} r\right) =$$

$$= 2 \sin^2 (45^\circ - 13^\circ 35' 35'')$$

$$= 2 \sin^2 31^\circ 24' 25'' = 0.54312,$$

$$EK : \cos R :: 2e : \sin EKG = \frac{2e\cos R}{EK} = \frac{2\sin\varepsilon\cos 13°8'6''}{2\sin^2 31°24'25''} = \sin 48°7'36''$$

$$= KRG + KGR = 2\,KGR, \quad KGR = 24°\ 3'\ 48''$$

$$FRG = 13.\ 8.\ 6$$

$$KFR = ERF = 10.55.42$$

$$KFG = 76.51.54$$

$$RFG = 65.55.12$$

$$AFR = 114.\ 3.48$$

$AFR = 114° 3' 48''$ est le lieu du *maximum*, qui répond ainsi à $2(☾ - ⊙) = 114° 3' 48''$, ou à $(☾ - ⊙) = 57° 1' 54''$, ce qui s'accorde parfaitement avec la table que j'ai calculée dans mon extrait de Ptolémée, tom. II, pag. 204. La solution de Nonius est donc démontrée par le fait.

«Supposez une valeur plus grande à γ, EK augmentera ainsi que KG; EK + KG sera > ER; le cercle coupera donc l'excentrique en deux points. Le rayon KG étant augmenté et la corde FG demeurant la même, l'arc FG sera diminué; l'angle à la circonférence FRG qui s'appuie sur cette corde, et qui a pour mesure la moitié de l'arc FG, sera donc diminué pour l'un comme pour l'autre des deux points d'intersection R. Les deux angles en R seront égaux, puisqu'ils sont tous deux à la circonférence, et s'appuient sur la même corde; mais ces angles seront plus petits que l'angle qui a lieu, lorsque les points d'intersection se réunissent en un seul. Ce point unique est donc celui du *maximum* pour l'angle FRG.

«Plus on augmentera γ, plus l'angle FRG diminuera. D'une antre part, on ne peut diminuer γ, car alors le cercle mené par les deux points F et G n'atteindrait plus l'excentrique.

«La solution de Nonius occupe onze pages in-folio. Nos quatre formules sont renfermées implicitement dans sa construction, et rendent tout le reste inutile. Le problème n'a plus d'objet aujourd'hui; nous n'avons plus aucun intérêt à déterminer le point de la circonférence qui voit sous le plus grand angle une portion donnée d'un diamètre. Mais, comme question de *maximum*, il est d'autant plus curieux que le Calcul différentiel ne peut s'y appliquer d'une manière commode, vu la quantité de variables qui entrent dans l'expression de tang FRG.

«Nonius avait commencé par réfuter une idée de *Jean Baptiste*, ancien commentateur de Ptolémée; cet auteur nous est inconnu. Ptolémée s'était contenté de dire que le *maximum* était un peu au dessus de la perpendiculaire, et sa table rendait à cet égard toute explication inutile.

«Nonius passe ensuite aux planètes supérieures; il fait quelques remarques sur les axes des excentriques et de l'écliptique qui s'entrecoupent pour Mars seulement et nullement pour les autres planètes. Cette remarque ne peut concerner que les commentateurs, car Ptolémée ne statue rien sur les distances.

«Plus loin, il démontre une erreur de Purbach sur le point pour lequel sont calculées les équations du centre, et auquel répond le zéro des parties proportionnelles. Il fait voir que dans l'hypothèse de Vénus, le centre de l'épicycle n'est pas toujours exactement dans la même ligne que le lieu moyen du Soleil: mais la différence est légère et on la néglige.

«A propos des déclinaisons et des latitudes des étoiles, il renvoie au

chapitre IV de son livre des observations et des instrumens, où il parle aussi de la trépidation.

«Après ce que nous avons dit sur cet article, il ne nous reste qu'à donner les formules qui résultent de sa construction, à laquelle nous n'avons fait que de légers changemens.

«Soit (fig. 2) ♋ γ ζ l'écliptique fixe, E γ Q l'équateur, A le point équi-

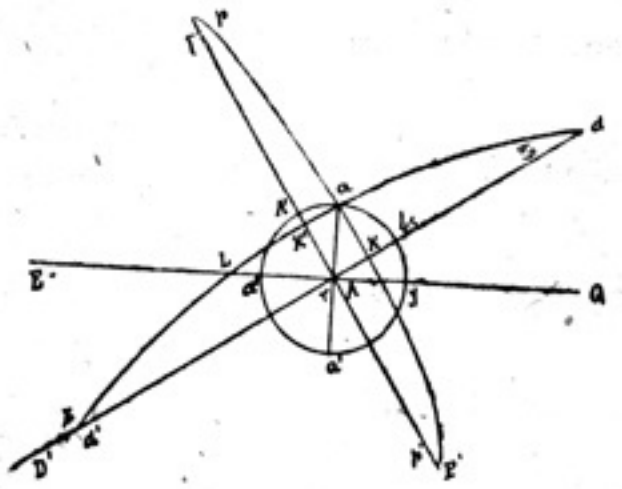


Fig. 2

noxial moyen, *a* le point équinoxial mobile qui parcourt son petit cercle d'un mouvement continu, de A′ en *a*, *a′*; de sorte que jamais il ne se trouve dans l'équateur, si ce n'est dans les points opposés *x* et *y*, *d a d′* l'écliptique mobile.

«Supposons que ce point ait parcouru l'arc A′ *a* = *m*; le colure aura pris la position *p a p′*, l'écliptique coupera l'équateur au point L, et l'angle en L sera l'obliquité apparente.

«Le triangle rectangle *a* γ K donne

$$\sin a\,K = \sin d = \sin A\,a \sin a\,b = \sin r \cos m \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (1),$$

$$\text{tang}\,AK = \text{tang}\,A\,a \cos a\,b = \text{tang}\,r \sin m \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (2),$$

$$\cot A\,a\,K = \cos A\,a\,\text{tang}\,a\,b = \cos r \cot m \text{ ou } \text{tang}\,A\,a\,L = \cos r \cot m \quad (3).$$

«Le triangle γ L *d′* donne

$$\cos \gamma\,L\,d' = \cos \gamma\,d' \sin d' \sin d'\,\gamma\,L - \cos d' \cos d\,\gamma\,L,$$

ou

$$\cos L = \cos d' \cos d'\,\gamma\,L - \sin d' \sin d'\,\gamma\,L \cos \gamma\,d' =$$

$$= \cos d \cos \omega - \sin d \sin \omega \sin A\,K \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (4),$$

$$\sin L : \sin \gamma\,d' :: \sin d : \sin \gamma\,L = \frac{\sin d \cos A\,K}{\sin L} = \sin A\,L \ldots\ldots (5),$$

$$\sin L : \cos A\,K :: \sin d'\,A\,L : \sin d'\,L = \cos a\,L = \frac{\cos A\,K \sin \omega}{\sin L} \ldots (6),$$

mais *a* L étant un petit arc, le cosinus ne donnera pas assez de précision.

«Le triangle L′A *a* donne

$$\sin L : \sin A\,a :: \sin L\,A\,a : \sin a\,L = \frac{\sin r \sin (90^\circ - \omega + m)}{\sin L} =$$

$$= \frac{\sin r \cos (\omega - m)}{\sin L} \ldots\ldots\ldots (7);$$

nous aurions de même

$$\sin L : \sin r :: \sin a : \sin A\,L = \frac{\sin r \sin A\,a\,L}{\sin L} \ldots\ldots\ldots (8),$$

$$\cot A\,L = \cot r \cos (90 - \omega + m + \frac{\cot A\,a\,L \sin (90 - \omega + m}{\sin r}$$

$$= \cot r \sin (\omega - m) + \frac{\cot A\,a\,L \cos (\omega - m)}{\sin r} \ldots\ldots\ldots (9);$$

ainsi le problème est complètement résolu de la manière la plus générale.

«Nous connaitrons $a\,K = d$ = latitude du point mobile sur l'écliptique fixe (formule 1).

«$A\,K = D\,d$, correction des points solstitiaux et équinoxiaux sur l'écliptique fixe (formule 2).

«$A\,a\,L$ = angle de $A\,a$ avec l'écliptique mobile (formule 3).

«L = obliquité apparente de l'écliptique (formule 4).

«$A\,L$ = arc de l'équateur entre l'équinoxe moyen et l'équinoxe apparent 18 et 9(.

«$a\,L$ = dist. du point mobile à l'équinoxe apparent sur l'écliptique mobile (form. 6 et 7).

«La table suivante suppose le zéro à la partie supérieure du petit cercle, à la conjonction de la tête d'Ariès de l'écliptique mobile avec celle de l'écliptique. Le point a' est pour lors à son plus grand éloignement en latitude au dessus de l'écliptique fixe. Cette déclinaison va ensuite en diminuant, devient australe à 90° jusqu'à 270°, puis redevient boriale croissante.

«$A\,K$ qui vient ensuite, est l'éloignement ou l'arc de l'écliptique entre le point A et le point mobile. Cette équation des points équinoxiaux et solstitiaux sur l'écliptique fixe, est additive dans la première moitié, soustractive dans la seconde.

«L'angle du rayon $A\,a$ avec l'écliptique, est compté suivant l'ordre des signes; il commence par être droit, et va devenir obtus; quand $m = 90^\circ$, cet angle = 180°. Il diminue ensuite, et il est toujours ouvert du côte de l'écliptique fixe, d'abord en dessous, puis en dessus.

«A 180° de *m*, il redevient droit ou de 90°, aigu et enfin o à 270°, puis aigu; mais toujours ouvert vers les points suivans επομενα de l'écliptique fixe.

«Ces trois colonnes au reste n'ont d'autre utilité que de servir au calcul des colonnes suivantes. La dernière donne l'obliquité apparente L qui commence par différer peu du *maximum*. Elle augmente jusque vers $23^\circ \frac{1}{2}$, diminue jusqu'à 113° 40′, augmente jusqu'à 203° 40, diminue jusqu'à 213° 40, d'où elle va augmentant jusqu'à la fin.

Table de trépidation

m	a K latitude boréale	A K équation des solst. et équin.	Angle a oriental	a L sur l'écliptique —	A L sur l'équateur —	L obliquité appar.
0° 0′	4°21′30″	0° 0′ 0″	90° 0′ 0″	9°50′13″	10°45′ 3″	24° 2′30″
		+			10.36.45	24. 5.12
10	4.17.31	0.45.20	100. 1.42	10.25.56		
20	4. 5.42	1:29.35	110. 3.12	10.42. 6	10. 9. 3	24. 6.15
23.40	3.59 28	1.45. 8	113.43.40	10.43.30	9.54.10	24. 6. 7
30	3.46.24	2.10.56	120. 4.19	10.39.49	9.22.37	24. 5.25
40	3.20.14	2.48.17	130. 4.55	18.18.33	8.18.34	24. 2.55
50	2.48. 0	3.20.29	140. 4.54	9.38.44	6.58.46	23.59. 2
60. 0	2.10.39	3.46.34	150. 4.19	8.41.22	5.25.51	23.54.32
70	1.29.21	4. 5.47	160. 3.12	7.28. 0	3.42.44	23.49. 0
80	0.45.22	4.17.32	170. 1.42	6. 0.28	1.52.55	23.44. 6
90. 0	0. 0. 0	4.21.30	180. 0. 0	4.21.30	0. 0. 0	23.40. 0
	australe				+	
100	0.45.22	4.17.32	170. 1.42	2.29.14	1.52.55	23.37.16
110	1.29.31	4. 5.47	160. 3.12	0.41.44	3.42.44	23.36.16
				+		
113.40	1.44.59	3.59. 5	156.23.39	0. 0. 0	4.21.50	23.36.21
120	2.10.39	3.46.34	150. 4.19	1.11.56	5.25.21	23 37. 3
130	2.48. 0	3.20.29	140. 4.54	3. 3.10	6.58 46	23.39.35
140	3.20.14	2.42.17	130. 4.55	4.28.42	8.18.34	23.43.30
150	3.46.25	2.10.56	120. 4.19	6.24.16	9.22.37	23.48.28
160	4. 5.42	1.29.35	110. 3.12	7.48. 0	10. 9. 3	23.53.37
170	4.17.31	0.45.30	100. 1.42	8.57.17	10.36.45	23.58.28
180.0	4.21.30	0. 0. 0	90. 0. 0	9,50.13	10 45. 3	24. 2.30
		—				
190	4.17.31	0.45.30	79.58.18	10.25.26	10.33 56	24. 5.12
200	4. 5.42	1.29.35	69.56.48	10.42. 6	10. 4. 1	24 6.15
203.40	3.59.28	1.45. 8	66.16.20	10.43.30	9 48.32	24. 6. 7
210	3.46.24	2.10.56	59.55.41	10.39.49	9.16.19	24. 5.25
220	3.20.14	2.48.17	49.55. 5	10.18.23	8.12.13	24. 2.55
230	2.48. 0	3.20.29	39.55. 6	9.38.44	6.53.25	23.59. 2
240	2.10.39	3.46.34	29.55.41	8.41.22	5.22. 2	23.54.32
250	1.29.21	4. 5.47	19 56.48	7.28. 0	3 40.52	23.49. 0
260	0.45.22	4.17.32	9.58.18	6. 0.28	1.52.25	23.44. 6
270	6. 0. 0	4.21.30	0. 0. 0	4.21.30	0. 0. 0	23.40. 0
	boréale				—	
280	0.45.22	4.17.32	9.58.18	2.29.14	1.52.25	23.37.16
290	1.29.21	4. 5.47	19.56.46	0.41.24	3.42.44	23.36.16
				—		
293.40	1.44.59	3.59. 5	23.36.21	0. 0. 0	4.21.50	23.36.21
300	2.10.39	3.46.34	29.55.41	1.11.56	5.25.21	23.37. 3
310	2 48. 0	3.20.29	39.55. 6	3. 3.10	6.58.46	23.39.35
320	3.20.14	2.42.17	49.55. 5	4.48.22	8.18.34	23.43.30
330	3.46.25	2.10.56	59.55.41	6.24 16	9.22 37	23.48.28
340	4. 5.42	1.29 35	69.56.48	7.48. 0	10. 9. 3	23.51.40
350	4.17.31	0.45.30	79.58.18	8.57.17	10.36.45	23.58.28
360	4.21.30	0. 0. 0	90. 0. 0	9.50.13	9.45. 3	24. 2.30

«Nous avons supposé 23° 40′ pour l'obliquité moyenne. Peu importe ; il s'agit seulement de voir la marche de ces quantités.

«*a* L ou la distance du point mobile, à l'équinoxe apparent sur l'écliptique mobile, va d'abord en augmentant jusqu'à 23° 40′, diminue jusqu'à 113° 40′, où cette équation = 0. Elle change de signe et va croissant jusqu'à 203° 40′; diminuant jusqu'à 293° 40′, où elle est 0; puis change de signe

«A L, ou la distance des deux équinoxes sur l'équateur, suit une marche différente, va décroissant jusqu'à 90°, où cette équation = 0; va en augmentant jusqu'à 180°, où elle est de nouveau au *maximum;* va diminuant jusqu,à 270°, où elle est zéro; change de signe, et va croissant jusqu'à 360°.

«Les auteurs ont un peu varié sur les *maxima,* mais c'est encore une chose assez peu importante.

«Bailly, d'après Capuan, commentateur de Purbach, a donné une figure et une explication à peu près ininteligible de cette hypothèse.

«Nonius fait A L = 10° 45′; il suppose *aa′* perpendiculaire à *x y,* lorsque *m* = 0 ou 180°; il dit que *a* L sera la plus grande équation de la huitième sphère, et cette équation a lieu 23° 40′ plus loin; la différence au reste n'est pas considérable, et Nonius savait bien qu'il commettait quelques petites inexactitudes. Il a cru pouvoir se les permettre et ses démonstrations, quoique assez longues, ne sont pas bien rigoureuses. Malgré ces inexactitudes peu importantes, il est encore de tous les commentateurs de Purbach, celui qui était le plus géomètre et le plus soigneux; il est aussi le plus instructif».

Gerardo João Vossio exalta tambem o trabalho de Pedro Nunes (1), bem como Dechales (2), embora este celebre mathematico o accuse de obscuridade, que por vezes se nota, realmente, nos seus escriptos.

RODOLPHO GUIMARÃES.

---

(1) «Notae ejus in Purbachium laudantur, tim ab acumine & perspicuitate tim étiam quòd multa dicat aliis indicta; variosque aliorum corrigit errores». *De Scientiis Mathematicis,* 1540, cap. 36, num. 17, pag. 191.

(2) «Habet item annotationnes in theoricas Purbachii, quæ faciunt ad intelligentiam pleniorem» (*Cursus sev mathematicus,* tom. 1, Lugdvni, 1690, *De progessu matheseos* & *illustribus mathematicis,* cap. 5, pag. 48).

APONTAMENTOS DE MECHANICA

Propriedades geometricas relativas á deformação de um meio continuo

> Lorsqu'un milieu continu, solide, liquide on gazeux, se déplace et se déforme d'une manière continue, les elements du milieu obéissent à certaines lois géométriques générales qui resultent de la continuité et de l'existence des dérivées. Ce sont ces lois que nous etudions...
>
> *Traité de Mécanique rationelle*, par Paul Appell, tome troisième. Paris, 1901.

1. *Relações entre as coordenadas das posições respectivas de um ponto antes e depois da deformação.* — Considerando um corpo em determinada posição, e nelle dois pontos extremamente proximos, M e M_1, e suppondo que se opera nesse corpo uma pequena deformação, por effeito d'esta os referidos pontos passarão das suas posições iniciaes, representadas por

$$m(x, y, z) \qquad \text{e} \qquad m_1(x_1 = x + h,\ y_1 = y + k,\ z_1 = z + l),$$

para outras que denotaremos por

$$\mu(x + u,\ y + v,\ z + w) \quad \text{e} \quad \mu_1(x_1 + u_1,\ y_1 + v_1,\ z_1 + w_1),$$

designando u, v, w tres funcções (*) das coordenadas x, y, z

(*) Queste projezioni, che si chiamano *gli spostamenti* del punto M, e si rappresentano con u, v, w, sono, evidentemente, funzioni delle coordinate x, y, z di M. Supporremo che tali funzioni, già obligate a prendere valori piccolissimi, siano inoltre continue, uniformi, derivabili una volta almeno, e che tutte queste proprietà appartengano anche alle derivate parziali prime e seconde. — *Introduzione alla teoria della elasticità* per Ernesto Cesàro. Torino, 1894.

de m, e sendo (*)

$$u_1 = u + \frac{du}{dx}h + \frac{du}{dy}k + \frac{du}{dz}l,$$

$$v_1 = v + \frac{dv}{dx}h + \frac{dv}{dy}k + \frac{dv}{dz}l,$$

$$w_1 = w + \frac{dw}{dx}h + \frac{dw}{dy}k + \frac{dw}{dz}l.$$

E, assim, em relação a novos eixos coordenados (dos x', y', z') tirados por m parallelamente aos eixos primitivos, serão

$$h, \quad k, \quad l$$

e

$$x' = h + u_1 = u + \left(1 + \frac{du}{dx}\right)h + \frac{du}{dy}k + \frac{du}{dz}l,$$

$$y' = k + v_1 = v + \frac{dv}{dx}h + \left(1 + \frac{dv}{dy}\right)k + \frac{dv}{dz}l,$$

$$z' = l + w_1 = w + \frac{dw}{dx}h + \frac{dw}{dy}k + \left(1 + \frac{dw}{dz}\right)l$$

as coordenadas respectivas ás posições de M_1 antes e depois da deformação considerada.

Ora da expressão precedente de x' deduz-se

$$x' = u + \frac{1}{2}\left(\frac{du}{dz} - \frac{dw}{dx}\right)l - \frac{1}{2}\left(\frac{dv}{dx} - \frac{du}{dy}\right)k$$
$$+ \left(1 + \frac{du}{dx}\right)h + \frac{1}{2}\left(\frac{dv}{dx} + \frac{du}{dy}\right)k + \frac{1}{2}\left(\frac{du}{dz} + \frac{dw}{dx}\right)l;$$

d'onde e das expressões de y' e z', analogamente transformadas, resulta

$$(1) \qquad \begin{cases} x' = u + ql - rk + Ah + \gamma k + \beta l, \\ y' = v + rh - pl + \gamma h + Bk + \alpha l, \\ z' = w + pk - qh + \beta h + \alpha k + Cl, \end{cases}$$

(*) Consideram-se tambem infinitamente pequenas as fluxões ou derivadas $\frac{du}{dx}, \frac{du}{dy}\ldots$ *Traité de physique mathématique* par M. H. Resal, deuxième édition. Paris, 1887, tom. 1er, pag. 151.

e bem assim

$$(2)\qquad \begin{cases} u_1 = u + ql - rk + \dfrac{du}{dx}h + \gamma k + \beta l, \\ v_1 = v + rh - pl + \gamma h + \dfrac{dv}{dy}k + \alpha l, \\ w_1 = w + pk - qh + \beta h + \alpha k + \dfrac{dw}{dz}l, \end{cases}$$

sendo

$$A = 1 + \frac{du}{dx}, \qquad B = 1 + \frac{dv}{dy}, \qquad C = 1 + \frac{dw}{dz},$$

$$p = \frac{1}{2}\left(\frac{dw}{dy} - \frac{dv}{dz}\right), \; q = \frac{1}{2}\left(\frac{du}{dz} - \frac{dw}{dx}\right), \; r = \frac{1}{2}\left(\frac{dv}{dx} - \frac{du}{dy}\right),$$

$$\alpha = \frac{1}{2}\left(\frac{dv}{dz} + \frac{dw}{dy}\right), \; \beta = \frac{1}{2}\left(\frac{du}{dz} + \frac{dw}{dx}\right), \; \gamma = \frac{1}{2}\left(\frac{du}{dy} + \frac{dv}{dx}\right).$$

2. *Simplificação das formulas precedentes.* — Como é manifesto, u_1, v_1, e w_1 representam as projecções, sobre os eixos coordenados, do vector ou percurso $m_1 \mu_1$ seguido pelo ponto M_1; e resulta de (2) que esse vector poderá considerar-se resultante de dois outros, l_1 e l_2, que tenham respectivamente por projecções sobre aquelles eixos, um d'elles, l_1,

$$(3)\qquad \begin{cases} u + ql - rk, \\ v + rh - pl, \\ w + pk - qh, \end{cases}$$

e o outro, l_2, as expressões representadas pelos segundos membros de (2) depois de ahi supprimidos os termos (3).

Posto isto, considerado o corpo na sua posição inicial, e nelle um elemento *dv*, infinitamente pequeno em todos os sentidos e em que se comprehendam os pontos M e M_1, pelo confronto de (3) com outras expressões dadas na cinematica a proposito do movimento de um corpo solido, facil será reconhecer que se levará o ponto M_1 a percorrer o vector l_1, dando ao elemento *dv*, considerado como rigido, um movimento composto de uma translação, cuja velocidade

seja a do ponto M, e de uma rotação em volta de um eixo tirado por este mesmo ponto, movimento que será sempre o mesmo, qualquer que seja a posição de M_1 no elemento dv.

Demais, suppondo que tres outros eixos, dos ξ, η, ζ, inicialmente coincidentes com os dos x', y', z', se achavam invariavelmente ligados a dv, depois do *transporte* já indicado d'este elemento seriam ainda h, k, l as coordenadas, relativas áquelles eixos, do ponto M_1 na sua nova posição; e, tirado por esta um novo vector, cujas projecções sobre os eixos dos ξ, η, ζ, assim já deslocados, sejam

$$(4)\qquad \begin{cases} \dfrac{du}{dx}h + \gamma k + \beta l, \\ \gamma h + \dfrac{dv}{dy}k + \alpha l, \\ \beta h + \alpha k + \dfrac{dw}{dz}l, \end{cases}$$

com despreso de quantidades infinitamente pequenas de *terceira* ordem serão tambem (4) as projecções d'esse mesmo vector sobre os eixos dos x', y', z', como se torna manifesto, attendendo a que são de segunda ordem as expressões (4) e a que se tem (*)

$$\cos(x', \xi) = \quad \cos(y', \eta) = \cos(z', \zeta) = 1,$$
$$\cos(z', \eta) = -\cos(y', \zeta) = p,$$
$$\cos(x', \zeta) = -\cos(z', \xi) = q,$$
$$\cos(y', \xi) = -\cos(x', \eta) = r.$$

Será pois l_2 este ultimo vector, e a sua extremidade representará precisamente a posição do ponto μ_1.

Ora é manifesto que se chegaria ao mesmo resultado, começando por levar o ponto M_1 a descrever o vector l_2, cujas projecções sobre os eixos dos ξ, η, ζ, ainda então coincidentes com os dos x', y', z', fossem (4), e dando depois o já referido movimento de transporte, composto de uma translação e uma

---

(*) Veja-se o jornal *O Instituto*, vol. 42.°, pag. 748.

rotação, ao conjuncto, considerado como rigido, constituido pelo elemento *dv*, assim já deformado, e pelos eixos dos ξ, η, ζ. E pois esse transporte não altera a disposição relativa dos diversos pontos do respectivo elemento, no estudo, a que nos limitamos, da deformação de *dv*, poderemos abstrahir d'esse movimento ou suppôl-o nullo (*), o que simplificará as formulas (1) e (2) que assim ficarão reduzidas a

$$(5)\qquad \begin{cases} x' = Ah + \gamma k + \beta l, \\ y' = \gamma h + Bk + \alpha l, \\ z' = \beta h + \alpha k + Cl, \end{cases}$$

e

$$(6)\qquad \begin{cases} u_1 = \delta h = \dfrac{du}{dx} h + \gamma k + \beta l, \\ v_1 = \delta k = \gamma h + \dfrac{dv}{dy} k + \alpha l, \\ w_1 = \delta l = \beta h + \alpha k + \dfrac{dw}{dz} l, \end{cases}$$

representando por δ as variações provenientes da deformação (**).

As formulas (5) determinam as coordenadas finaes x', y', z' quando são conhecidas as iniciaes h, k, l; e, reciprocamente, pela resolução d'aquellas equações poderiamos exprimir estas ultimas coordenadas em funcção das primeiras, visto que o valor do determinante

$$(7)\qquad \begin{vmatrix} A & \gamma & \beta \\ \gamma & B & \alpha \\ \beta & \alpha & C \end{vmatrix}$$

é proximamente egual ao valor do termo principal, ABC,

(*) Posto que o movimento (de transporte) de cada elemento não influa na deformação d'este, imaginando todo o corpo decomposto em elementos, facil será reconhecer que os varios movimentos dos diversos elementos necessariamente hão de influir na deformação do seu conjuncto, e, portanto, na deformação geral do corpo.

(**) De $x_1 - x = h$ resulta $\delta h = \delta x_1 - \delta x = u_1 - u$.

quer dizer, proximamente egual á unidade, e, portanto, differente de zero.

Por essa fórma achariamos um resultado que assim representaremos:

$$(8)\qquad \begin{cases} h = \mathrm{L}x' + cy' + bz', \\ k = cx' + \mathrm{M}y' + az'. \\ l = bx' + ay' + \mathrm{N}z'. \end{cases}$$

3. *Propriedades geometricas da deformacão.* — Abstrahindo por um momento das condições especiaes que serviram de fundamento á deducção de (5), attribuiremos agora a estas equações uma significação mais lata, pois que, considerando o systema material substituido pelo *conjuncto* dos seus pontos, inteiramente desligados uns dos outros, supporemos que se imprimem a todos esses pontos deslocações taes, que entre as coordenadas h, k, l e x', y' z', respectivas ás posições inicial e final de cada ponto assim deslocado, se verifiquem aquellas mesmas relações.

É bem de ver que quaesquer propriedades assim deduzidas, sem nenhuma hypothese ou restricção prévia relativamente á grandeza de h. k, l, egualmente subsistirão na hypothese de estas coordenadas se considerarem infinitamente pequenas, e serão, portanto, *realmente* applicaveis no estudo, que empreendemos, da deformação do elemento dv.

Neste presupposto e tendo em vista as equações (5) e (8), facil será concluir que:

1.º A

$$h = k = l = 0$$

corresponde

$$x' = y' = z' = 0,$$

o que mostra que na deformação considerada *o ponto* M *permanece immovel.*

2.º Por effeito da deformação *uma recta transforma-se noutra recta; e um plano noutro plano.*

3.º *Se duas rectas forem parallelas, tambem serão parallelas as deformadas correspondentes; e, se aquellas forem concorrentes, tambem estas o serão:*

E o mesmo, *mutatis mutandis,* a respeito dos planos.

(Continúa).

L. C. ALMEIDA.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ARTES INDUSTRIAES E INDUSTRIAS PORTUGUEZAS

O vidro e o papel

O vidro e o papel são dois dos productos mais frageis da industria humana e todavia é de primeira ordem a funcção que elles exercem nos usos communs da vida e em toda a sorte de progresso.

Sem o vidro, as maiores commodidades da existencia desappareceriam e as nossas habitações soffreriam a mais radical metamorphose. A não se inventar um succedanio do vidro, que o substituisse em tudo e por tudo, o aconchego da familia, tão querido dos nossos dias, quasi não teria razão de ser e nunca mais os inglezes fariam a apologia do *sweet home*. Sem essas placas translucidas, que nos resguardam das intemperies atmosphericas e dão livre passagem á luz, os raios do sol mal chegariam a conviver na nossa intimidade, no interior do nosso lar. E não é sómente sob o ponto de vista utilitario que o vidro se torna um dos mais indispensaveis e comesinhos productos. Que variedade de fórmas não reveste e a quantos usos não se destina! A sciencia tem n'elle um dos seus mais poderosos auxiliares. Sem as retortas e sem outros apparelhos de vidro a chimica mal poderia realisar algumas das suas mais delicadas analyses e operações. Sem o vidro, transformado nas lentes gigantescas dos telescopios, o astronomo desconheceria a maior parte dos astros que se encobrem na profundidade dos ceus, á vista desarmada, e pouco mais alcançaria que o simples pastor da Chaldeia. Sem o microscopio não se teria penetrado nos mysterios do infinitamento pequeno, e o desconhecimento dos seres embryonarios teria esterilisado o genio de Pasteur nas suas investigações microbianas.

Se o vidro é um auxiliar fecundo da sciencia, não o des-

denham tambem os caprichos da arte. Já nos tempos antigos o vidro era trabalhado com um gosto apuradissimo, como o attestam alguns objectos preciosos que se conservam, como joias inestimaveis, nas mais notaveis collecções e museus da Europa. Os artistas venezianos perpetuaram as tradições classicas, e ainda hoje as fabricas de Murano revelam uma pericia extraordinaria a par da mais fina comprehensão da fórma e dos ornatos. Os progressos da illuminação, sobretudo depois do apparecimento da luz electrica, póde-se dizer que deram um golpe de misericordia nos magnificos candelabros polychromos, que espargiam os seus discretos clarões sobre as baixellas opulentas ou scintillavam nas constellações diamántinas das princezas que dançavam o *minuete* nos salões da côrte. E' possivel todavia que ás lampadas electricas, quando applicadas em grupo, se venha a dar tambem uma fórma artistica, que não faça lamentar a dos lustres e candelabros de Veneza.

Aristocrata e popular, satisfazendo ao mesmo tempo os requisitos do luxo e as mais triviaes exigencias domesticas, companheiro inseparavel do rico e do pobre, taça cristallina nos labios da realeza, copo singelo na bocca do operario, o vidro domina triumphante em todas as camadas sociaes e em todas as circumstancias da vida. Sendo uma das industrias mais utilitarias e universalmente derramadas, sendo por egual uma das mais antigas e indispensaveis, é todavia uma d'aquellas que se teem conservado mais estacionarias nos seus processos fundamentaes de fabricação. Para fundir as materias primas que entram na sua composição tornam-se precisos fórnos especiaes de uma temperatura elevadissima, e só muito recentemente é que se espera colher algum resultado vantajoso com a applicação da electricidade. Os respectivos operarios estão por conseguinte sujeitos a uma atmosphera quasi insupportavel, e não menos violentos são os processos que elles empregam para a fabricação do vidro. Mal se imagina, ao contemplar a delicadeza dos productos vitreos, o dispendio enorme de forças physicas que elles exigiram.

E' muito natural que entre nós e em toda a peninsula hispanica, os romanos estabelecessem a arte de fabricar o vidro e que, depois d'elles, se conservasse de algum modo, sobretudo, no dominio dos arabes, tão peritos em todas as artes e industrias. No meado do seculo XV, a industria da vidraria parece que tinha bastante desenvolvimento entre nós, pois só no reinado de D. Affonso V se encontra menção de bastantes vidreiros, um dos quaes mouro, de nome Mafamede. Entre

elles merece destacar-se um Vasco Martins, que se queixou a el-rei que os estrangeiros vinham colher ás praias e ilhas do Algarve uma herva chamada *maçacote,* que servia para a fabricação do vidro, o que muito prejudicava a industria da terra. El-rei, attendendo a este requerimento, ordenou ás respectivas auctoridades que não deixassem colher a dita herva, senão aos naturaes para estes a venderem aos vidreiros portuguezes.

D. João V, entre as industrias que favoreceu, foi a do vidro, estabelecendo uma fabrica real em Coina. A este proposito escreveu e publicou D. Luiz Caetano de Lima, o seguinte epigramma latino, que é o LXVIII da sua collecção (pag. 24):

De Vitreâ Officinâ à Rege excitatâ

Splendida Niliacæ sileant commercia gentes,
Nec Venetûm nostrâ fulgeat urbe labor.
Vitrea jam patriis ignescit massa caminis,
Æthereum terris reddere docta jubar.
Hæc tua fert solers populis industria, Princeps,
Hinc tibi vel fragili gloria ab arte venit.

No anno de 1727, a rainha D. Marianna d'Austria, esposa de D. João V, acompanhada de seu filho, foi visitar a fabrica real de Coina e outros sitios immediatos. D'esta digressão real dá conta a *Gazeta de Lisboa* nas duas seguintes noticias:

«Quinta feira da semana passada partio a Rainha nossa senhora desta corte com o principe nosso senhor e a senhora infanta D. Maria para ver o convento dos Religiosos capuchos da Arrabida e a Praça de Setuval, e de caminho foi ver a fabrica dos vidros cristalinos, que se estabeleceu junto a Coyna, e prenoitou na quinta de Calhariz, de què é senhor D. Francisco de Sousa, capitão da guarda allemã de Sua magestade» (1).

«Havendo partido desta corte a Rainha N. S. quinta feira 13 do mes passado com o Principe nosso sor e a Senhora infanta D. Maria, desembarcarão dos brigantins reaes no porto de Coyna, e forão ver a fabrica dos espelhos e vidros cristallinos estabelecida naquella villa. Virão depois as duas quintas de Antonio Kremer, em uma das quaes recebeu elle a S. M. e Altezas com uma salva de 9 peças de artelharia e lhes offereceo um refresco. Prenoitaram em Calhariz, em cujo

(1) *Gazeta de Lisboa* de 20 de novembro de 1727, n.º 47.

palacio se aposentou toda a corte, e no dia seg^te se divertiram em ver os jardins e bosques daquella quinta, e depois de haverem commungado pela manhã na sua capella» (1).

Segue depois a narrativa de digressões a sitios dos arredores.

O edificio d'esta fabrica achava-se em ruinas no tempo de D. José por a sua elaboração ter sido transferida para a Marinha Grande. Eis o que se lê na descripção de Coina, no *Diccionario Geographico*, manuscripto da Torre do Tombo (vol. XI, fol. 2:416) referente ao anno de 1758:

«Ha dentro desta villa e freguezia huma fabrica real, que foy de vidro, a qual se acha damnificada e sem exercicio ha des annos a esta parte por se mudar a mesma para o lugar da Marinha, termo da cidade de Leyria, e por este dezamparo se lhe perdem as madeyras que sam excellentes».

No Archivo Municipal de Coimbra existe uma Provisão dos privilegios da real fabrica de vidros nacionaes para todas as justiças os cumprirem, passada pelo conselho da fazenda, aos 15 de março, a favor de João Beare, administrador geral da dicta fabrica, e todos os seus feitores, administradores e officiaes, tendo insertas as oito condições do contrato principal com relação aos privilegios do dito administrador e dos seus empregados, e a nomeação do estanqueiro dos vidros cristallinos da real fabrica de Coina feita pelo administrador d'ella aos 3 de maio de 1745 (2).

Por aqui se vê qual era o administrador da fabrica em 1745, sendo muito possivel até que fôsse elle quem a fundasse. O seu nome, João Beare, indica procedencia estrangeira, talvez franceza ou ingleza.

*

E' muito de crêr que as vidraças pintadas adornassem já os nossos templos anteriores ao da Batalha, pois a vidraria de imagens era um dos mais indispensaveis adornos complementares da architectura gothica. Foi, todavia, no mosteiro de Santa Maria da Victoria que esta arte medieval teve maior incremento, creando-se ali uma escola, que durou mais de

---

(1) *Gazeta de Lisboa* de 4 de dezembro de 1727, n.º 49.

(2) Ayres de Campos, *Indice dos documentos do Archivo Municipal de Coimbra*, pag. 139.

dois seculos e cujos productos irradiariam sem duvida para outros pontos do paiz. Não se póde determinar ao certo o anno, em que essa officina-escola começou a funccionar, mas está provado pelos documentos que já no anno de 1446 e 1448 trabalhavam ali dois pintores da especialidade, um allemão, mestre Luiz, outro, que se me afigura francez, mestre Guilhelme. A arte de pintar em vidro foi eminentemente franceza, mas a Allemanha rivalisou condignamente com a sua visinha.

E' impossivel saber-se hoje qual das duas correntes, a franceza ou a allemã, influiu mais no estylo das vidraças da Batalha, porque julgo que não ha nenhuma que chegasse intacta até aos nossos dias. Os abalos de terra, as intemperies atmospphericas, as invasões estrangeiras e as guerras civis, e mais que tudo o vandalismo dos homens, produziram desastres irreparaveis n'esses magnificos transparentes, que deixavam passar a luz com tanta suavidade atravez das mais poeticas imagens. Os vidraes eram como grandes paginas illuminadas arrancadas de gigantescos Livros de Horas e pregadas nas janellas lancioladas das mysteriosas egrejas da edade média.

Os monges tambem foram reus de grande culpa nas barbaras mutilações que soffreram as vidraças. Querendo ser agradaveis a alguns dos visitantes davam-lhes de presente fragmentos de vidro, especialisando os que continham cabeças e que vinham assim a formar preciosos quadrinhos que tanto deveriam satisfazer a cobiçosa curiosidade dos forasteiros. Extinctas as ordens religiosas, o abandono do edificio permittiu toda a sorte de depredação. Quando em 1840 Mousinho de Albuquerque, tão illustre pelo seu zelo patriotico como pela sua variada competencia, foi encarregado de acudir ao monumental edificio ameaçado de inteira ruina, logo a sua attenção se voltou para as janellas e vidraças e não foi sem profunda magua que os seus olhos presenciaram o triste espectaculo que ellas offereciam.

Para reparar tamanho desastre seria necessario mandar construir novos vidraes, mas as difficuldades d'esta empreza appareciam insuperaveis pela falta de elementos artisticos e de recursos pecuniarios. No paiz tinha-se extinguido por completo a tradição de pintar sobre vidro e quando nos soccorressemos dos estrangeiros estes já não poderiam fornecer obra que tivesse o caracter da primitiva. Não havia portanto outro remedio senão aproveitar os fragmentos existentes, e foi o que se fez, formando *pequenos paineis ou medalhões*

eguaes, destinados a figurarem em cada um dos vãos que deviam envidraçar-se. A paginas 31 da sua *Memoria* descreve elle os processos que adoptou para conseguir este resultado.

Em consequencia do que acabo de expôr, é evidente que não se poderia realizar hoje um estudo perfeito sobre as vidraças da Batalha, como se tem praticado lá fóra com relação ás vidraças de monumentos identicos. Assim, só muito conjecturalmente, se poderá avaliar a evolução da pintura em vidro na Batalha, que, de certo, teria as suas phases e os seus estylos, segundo os mestres e segundo as épocas em que foi executada. Aproveitados, como foram, os diversos fragmentos, ainda que n'esta operação se adoptasse o mais fino criterio, é claro tambem que não haverá menos difficuldade em discernir quaes fossem os assumptos dos quadros primitivos.

O Cardeal Saraiva, na sua memoria sobre a Batalha, apresenta a seguinte lista dos vidreiros que ali trabalharam:

I — Mestre Guilhelme — 1448–73;
II — Mestre João — 1489–1528;
III — Mestre Antonio Taca 1.º — 1532–43;
IV — Antonio Taca 2.º — 1535–96;
V — Antonio Taca 3.º;
VI — Antonio Vieira — 1617–59.

Ao conhecimento do Cardeal não chegou o nome de mestre Luiz, contemporaneo de mestre Guilhelme, assim como os de João Rodrigues e Gonçalo Anes, que trabalbaram com aquelles dois. Posteriormente a Antonio Vieira poderei accrescentar Manuel Teixeira e Manuel Carvalho, ignorando por emquanto, se este ultimo fecha a lista dos vidreiros da Batalha ou se teve successores.

*

Seria curioso averiguar qual a variedade de objectos que produziriam os nossos antigos fórnos de vidro; se junctamente com a vidraça fabricariam copos, jarros, galheteiros e outras coisas de uso commum. Não sei até que ponto se poderá realisar esse *desideratum,* pois talvez só em alguns productos modernos é que se descubra a marca da fabrica. No espolio dos extinctos conventos de freiras encontraram-se bastantes utensilios de vidro, que foram recolhidos ao Museu de Bellas-Artes, onde hoje formam uma collecção valiosa, reunidos aos que ultimamente se adquiriram na venda das collecções do dr. Teixeira de Aragão.

Seria de toda a conveniencia que se fizesse e publicasse quanto antes o catalogo d'esses objectos, que poderia por ventura elucidar o investigador d'este ramo da industria nacional.

Não é meu proposito fazer a historia da vidraria no nosso paiz, limitando-me apenas a aproveitar e a dar á publicidade alguns documentos e noticias que colhi sobre o assumpto: são achegas, que talvez não ache inteiramente despresiveis quem um dia se abalançar a mais largo emprehendimento. Se mettesse mão á obra, dividil-a-ia em duas partes. Na primeira, propriamente technica ou profissional, descreveria o systema de fórnos, os processos e utensilios empregados no fabrico; as materias primas, suas qualidades e proveniencias; a natureza e quantidade dos productos; capital empregado, etc. Na segunda parte, ou historica, daria a descripção das fabricas existentes, procurando a sua filiação, indagando, na sua genealogia industrial, se algumas d'ellas são representantes, como a do Côvo, de officinas estabelecidas nos seculos passados. O methodo inverso tambem se poderia seguir com vantagem principiando pelas fabricas mais remotas e descendo em graduação chronologica, até ás presentes.

Para remate d'este ligeiro esboço darei aqui duas listas, uma das quaes abrange os vidreiros communs; a outra os vidreiros artistas, ou pintores de vidraças. E' possivel comtudo que na primeira vão incluidos alguns, cuja cathegoria é difficil discernir, que talvez pertençam á segunda. Esta ultima comprehende quasi exclusivamente os vidreiros da Batalha, formando escola durante seculos, accrescentando-lhe porém o nome de mais um vidreiro importante, que floresceu nos principios do reinado de D. Manuel.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

BREVES MEMORIAS PARA A HISTORIA E DESCRIPÇÃO DE OIS DO BAIRRO NO CONCELHO DE ANADIA

(Cont. do n.º 11, pag. 702)

O pittoresco e o amêno da importante região da Bairrada, têem sido descriptos e apreciados em muitas publicações, tanto scientificas como litterarias, relativas a este tracto de terreno, e aproveitaremos umas interessantes *Memorias* para realce do que nos propuzemos descrever: «Na Bairrada, hospitaleira extensão de logarejos risonhos e ferteis, Casal Comba, Tamengos, Vacariça, Ventosa do Bairro, Arcos, Mogofores, Ois do Bairro, S. Lourenço, Murtede, e outros; na Bairrada, patria de afamados nectares, retiro que ficou para o Poeta (o Sr. Antonio Feliciano de Castilho, primeiro Visconde de Castilho) um oasis na vida, a que o seu espirito essencialmente bucolico e virgiliano folgava de acolher-se» (1). E «a poesia bucolica de Castilho foi-lhe directamente inspirada pela natureza, copiada do natural, vivida em Coimbra e na Bairrada» (2) e ainda pelas «amenidades aldeãs da Bairrada» (3).

Com a invasão francêsa em 1807, e a guerra que se lhe seguiu, padeceram quasi todas as povoações do reino, umas por terem sido invadidas, outras porque nellas, ou nas suas proximidades, se deram batalhas, e portanto soffrendo directamente os horrores da guerra.

Ois do Bairro, defronte do Bussaco e proximo de Coimbra, tambem teve o seu quinhão nas desastrosas consequencias.

Narremos factos d'aquella epocha, os quaes dizem respeito á descripção do logar de Ois do Bairro. No dia 22 de junho de 1808 «Aveiro tinha feito com todo o socego a sua revolução, com a concorrencia unanime do governador, bispo,

---

(1) *Memorias de Castilho,* pelo Sr. Julio de Castilho (segundo Visconde de Castilho). Lisboa, 1881, tom. I, pag. 138.
(2) *Ibidem,* tom. II, pag. 77.
(3) *Ibidem,* tom. II, pagg. 103 e 117.

ministros, camara, nobreza e pôvo» (1) contra a occupação francêsa.

De Aveiro passaram á Mealhada alguns individuos, que do Porto tinham saído como voluntarios em pesquiza do inimigo, e voltaram a Ois do Bairro, onde residia o coronel de um regimento de milicias, que tinha sido desarmado por ordem do general francês Junot, e alli se armaram uns trinta homens, os quaes juntos aos de Aveiro, Mealhada e Carquejo seguiram a Coimbra para restaurar aquella cidade, onde se achava de guarnição uma força francêsa composta de uns cem homens, uma parte dos quaes doentes no hospital, e a outra de quartel no antigo collegio dominicano de S. Thomaz, á entrada da rua da Sophia, os quaes foram obrigados a depôr as armas, e se entregaram prisioneiros (2).

E d'esta fórma as povoações do reino, que eram evacuadas pelas tropas francêsas, iam proclamando a restauração.

Depois da guerra peninsular no país, o governo do reino, em nome do principe regente, determinou no anno de 1811 as providencias necessarias para o restabelecimento da paz e socego dos póvos, cuidando nos alojamentos dos refugiados, seu sustento, evitando os abusos da elevação dos preços dos generos, acautelando sobre doenças epidémicas, que poderiam derivar da falta de cuidados hygienicos, e auxiliando com sementes e ferramentas agricolas a cultura dos campos; e para estas principaes providencias foram destinadas verbas do thesouro publico (3).

O governo da Gran-Bretanha e Irlanda tambem contribuiu com um importante donativo, e em Lisboa se constituiu uma junta de soccorros da subscripção britannica presidida pelo consul, a qual, procedendo á distribuição dos donativos, destinou a quantia de um conto de réis ao bispo de Aveiro, (4) D. Antonio José Cordeiro, que a mandou distribuir pelas dezesete freguezias do bispado, as quaes tinham sido invadidas, con-

---

(1) *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal...*, por José Accursio das Neves. Lisboa, 1811, tom. III, pag. 202.

(2) *Ibidem*, tom. III, pagg. 203 a 213.
Historia da guerra civil... em Portugal, por Simão José da Luz Soriano. Segunda epocha, *Guerra da Peninsula*, tom. I, pagg. 265 e 266.

(3) *Memorias das principaes providencias, dadas em auxilio dos povos, que pela invasão dos francezes nas provincias da Beira, e da Extremadura, vierão refugiar-se á capital no anno de 1810*, por Candido Justino de Portugal. Lisboa, 1814.

(4) *Ibidem*, pagg. 374, 378 e 385.

*

forme a «Repartição feita em 16 de agosto de 1811» (1) e á freguezia de Ois do Bairro coube a quantia de 14$000 réis.

Apresentámos já a estatistica da população da freguezia de Santo André de Ois do Bairro pelos censos officiaes de 1864, 1878 e 1890, unicos que nos dão indicações certas (2), e dos mesmos se nota o desenvolvimento crescente da população, independente ainda assim do numero de emigrantes, que vão para o Brazil fazer fortuna, succedendo em muitos casos ser a fortuna supplantada pela adversidade.

Ois do Bairro não tem aulas de instrucção primaria, servindo-se os moradores da escola da freguezia de S. Lourenço do Bairro, que lhes fica muito proxima.

A instrucção primaria anda muito desprezada, não só dos podêres publicos, como dos paes e pessoas encarregadas dos menores, e por isso é espantoso o numero de analphabetos. A *Estatistica* da população em 1878 indicava existir em Ois do Bairro 51 varões e 143 femeas analphabetos, e o *Censo* de 1890 mostra o numero augmentado, 76 varões e 177 femeas.

Tem Ois do Bairro serviço de correio diario, recebendo e expedindo a correspondencia pela estação telegrapho-postal de Anadia.

---

(1) *O Conimbricense*, n.º 5606, de 13 de agosto de 1901.

(2) Notamos aqui em mappa vários dados sobre a população de Ois do Bairro como referencias, para mostrar que só os Censos officiaes têem valor e auctoridade em trabalhos estatisticos.

A *Estatistica parochial de 1862* é muito inexacta, como temos tido occasião de verificar.

Annos	Fógos	Habitantes	
1835....	53....	– ...	Decreto de 18 de julho de 1835.
1839....	–	215...	Diccionario abreviado, por um Flaviense (Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão).
1841....	53....	– ...	Lei de 15 de novembro de 1841.
1862....	67....	300...	Estatistica parochial de 1862.
1864....	66....	230...	Estatistica da população, official.
1866....	63....	– ...	Diccionario chorographico, de José Avelino d'Almeida.
1877....	86....	230...	Districto de Aveiro, por Marques Gomes.
1878....	66....	297...	Estatistica da população, official.
1890....	74....	377...	Censo da população, official.
1893....	56....	– ...	Diccionario postal chorographico, de João Baptista da Silva Lopes.

O logar de Ois do Bairro tem abundancia de agua, e possue uma fonte pública com uma só bica, que deita a agua para um pequeno tanque, e d'este despeja para outro maior para serviço de gado; e tem tambem lavadoiro para roupa. Na fonte está indicada a epocha da sua construcção

C. M.

DE

1889

A unica industria exercida na freguezia de Ois do Bairro é a agricola: produz milho, legumes, azeite, etc., mas o vinho é a sua principal producção pela fertilidade do terreno, que é da região viticola da Bairrada, e ainda que «os terrenos servem para todo o genero de cultura pela sua bôa qualidade, são sobretudo proprios para vinhos» (1).

«Na Bairrada patria de afamados nectares» os «sitios do vinho mais precioso são os arredores do monte do Crasto, Mealhada, Travassô, Sarnadello, Alpalhão, Casal Comba, Pedrulha, Antas, Sepins, Ventosa, Arinhos, Aguim, Matta, Ois, S. Lourenço, Horta, Tamengos e ainda algumas vinhas em outros pontos» (2), notando-se porém que «os vinhos de Ois do Bairro e de S. Lourenço são muito finos, porque as suas vinhas são dentro do país vinicola da Bairrada» (3).

Com a invasão do phylloxera muito soffreram os proprietarios da Bairrada pela destruição de suas vinhas; mas actualmente já se acham os terrenos repovoados de novas videiras de castas americanas enxertadas de castas indigenas reconhecidas como proprias e adequadas a esta região, e no presente anno de 1902, que foi muito calamitoso em outras regiões pelo grande desenvolvimento do mildew, que destruiu a novidade, que estava promettedora, a Bairrada, devido ao opportuno tratamento e a influencias especiaes climatericas, foi privilegiada, e a quantidade de vinho produzida é quasi egual á do anno passado, e é de excellente qualidade.

(Continúa).

José Joaquim d'Ascensão Valdez.

---

(1) *Portugal antigo e moderno...*, por A. S. A. Barbosa de Pinho Leal, vol. 1, pag. 307.
(2) *Ibidem*, pag. 308.
(3) *Ibidem*, pag. 310.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VIII

1855-1860

(Cont. do n.º 11, pag. 691)

XXI

Continua-se a respeitosa contestação ás palavras d'el-Rei D. Pedro. — Esforços de Castilho para obrigar o Monarcha a ver o Methodo. — O Marechal, e o Prior de Santa Isabel.

Sem deixar ainda a el-Rei D. Pedro, de quem vinhamos conversando, observarei outra coisa: Parece impossivel quantos annos e quantos esforços custou o demovel-o, por meia hora sequer, da sua hostil imparcialidade! quanto foi necessario luctar, directa e indirectamente, para obter d'aquelle aliás cultissimo espirito uns minutos de attenção ao pobre Methodo portuguez! quanta difficuldade houve em impetrar uma curta audiencia do Rei de Portugal para esta innovação essencialmente portugueza!

Influido, fosse por quem fosse, ou não influido, mantinha-se o Soberano em prudente reserva, olhando com pouco disfarçada ironia (segundo vimos) a ingloria e trabalhosissima campanha, em que desde tantos annos pelejava, escabujava, e se inutilisava, aquelle sonhador. El-Rei não visitava as escolas reformadas, escrevia cartas como a que transcrevi, pensava em espoletas, decretava uniformes, espalhava largos beneficios em todo o genero, fundava pelo Methodo antigo a sua escola de Mafra, fundava pelo mesmo Methodo a sua escola das Necessidades, e continuava mudo. Contra uma tal opposição quasi não ha modo de luctar; pois luctou o infatigavel servente da escola primaria. Luctou.

*

O Duque de Saldanha, apreciador e enthusiasta de Castilho, interessava-se pelo Methodo, lamentava a desconfiada absten-

ção do Monarcha, mas não via meio facil de obrigar a discutir, de viva voz, um Soberano atarefado e occupadissimo, habituado a impôr-se, e a influir na marcha constitucional do Gabinete com o seu pessoalissimo querer. Castilho instava com o Duque para que não desperdiçasse occasião de rogar ao sr. D. Pedro o exame pratico do ensino novo em qualquer escola regenerada; mas essa occasião parecia não chegar.

Uma vez, no verão de 1858, escreveu a Castilho o bom Prior de Santa Isabel, então hospede do Marechal em Cintra, dizendo-lhe que este uma noite achara maneira de entreter a el-Rei com o almejado assumpto. A essa carta vibrou e incendiou-se em labaredas a alma do poeta.

As alternativas de enthusiasmos e desanimações, que no espirito de Castilho se succediam, dariam a historia mais triste d'este mundo! Com a sua indole confiante, infantilmente credula em certos assumptos, via o pobre inventor, d'onde menos se esperava, raiar ás vezes uma luz que o enchia de jubilos sinceros; outra vez, pressentia traições, e opposições premeditadas, nas friezas ou distracções dos ouvintes, a quem elle, cheio do seu assumpto exclusivo, preconisava o Methodo. Sempre excessivo, achando só por acaso a linha do meio-termo, fluctuava, a uma banda, a outra, perdendo n'esses vai-vens a sua maior força, e gastando-se infructiferamente no seu desejo civilisador.

*

Mas voltemos ao caso:

Sempre cheio de poesia, como verdadeiro poeta que era, andou o Marechal com um devaneio lindo, que infelizmente não poude realizar: a creação de uma escola sua em Cintra, escola pelo Methodo, e em tudo digna de ser modelo. Havia opiniões: uns optavam pela collocação da escola na populosa freguezia de Santa Isabel junto á residencia urbana do Duque; outros queriam-n-a em Cintra, centro da moda, praso-dado de mirones e ociosos.

Ha rasto de tudo isso na seguinte carta de Castilho ao seu querido Prior. Deixemol-a falar por si: (1)

«*Meu Caro Priorzinho.* — Viva, viva, viva, e reviva, e treviva, setenta vezes sete vezes, que é uma judiaria de que gosto.

«Carta como esta que de V. acabo de receber, ainda nin-

---

(1) Tem a mesma procedencia que a antecedente.

guem m'a tinha escripto. Figura-se-me estar vendo atravez d'esta folha de papel um Portugal todo novo, e no meio d'elle um Rei mais util que todos os Reis. Oh! que estatua d'oiro eu erigia ao Marechal, se fosse dono da California e Australia! dava-lhe por pedestal Cintra, e ainda a effigie havia de ser proporcionalmente mais avultada que a sua baze.

«O em que eu, me parece, que não concordo com V. é no reputar-se essa localidade ahi inferior a outra qualquer para a fundação de uma boa escola. Portugal não tem sitio mais conspicuo. A classe média e a aristocracia, que para lá acodem todos os verões, e em quanto por lá andam pouco ou nada teem que fazer mais do que espairecer-se, haviam de ir por desenfado, quando por outro motivo não fosse, ver a escola, como se vai visitar a Capella da Senhora dos Milagres; e quando se recolhessem aos seus lares urbanos, seriam outros tantos pregoeiros da verdade por elles mesmos presenceada.

«Eu passo ainda adiante, e digo que antes queria uma escola em Cintra com 30 alumnos, do que trinta escolas com 3000 por outras paragens menos celebres. As vantagens remotas seriam muito maiores n'este *pouco,* onde até a Sapa ganhou celebridade, do que n'aquelle *muito,* onde se podem realisar prodigios sem ninguem o saber. Entendo que isto merece que o Marechal e V. o pezem detidamente.

«Depois, considerem V. V. na força de seducção que teria uma aulasinha que se arranjasse, já muito de industria, á mão ou ao pé dos passeantes de um e de outro sexo, ou de um e de outro seixo (que seixos e pedreneiras somos nós quasi todos; pelo que, bem dizia Ovidio que a raça bem mostrava descender dos matacões de Deucalião e Pyrrha

..... *qua sint origine nati.*)

«Sim Senhores, eu queria uma casinha que por dentro cantasse e por fóra risse; que por fóra tivesse arvores, e por dentro esperanças muito verdes; que no exterior se doirasse de bom sol, e no interior se esclarecesse de boa luz de philosophia; um paraizo de anjos emboscado entre flores; folgava de ouvir misturarem-se as cantiguinhas dos innocentes com as dos passaros; e isto, com que eu folgava, faria folgar como eu toda a gente. Quem só podia perder no jogo, eram os passeios dos Setiaes e da Peninha; tivessem paciencia! o passado já gosou as suas festas exclusivas; é tempo de que o futuro tenha tambem as suas.

«Oh! ermitagem bemdita de todos os meus amores! Se o

meu neto de Pombal te emprehende, realisa-te. Se por si só não basta a erigir-te, péde esmola pelos visinhos, e ainda com mais gloria te perfaz. Se emfim te risca um Cinatti (1)

(*Jam modo non possum contentus vivere parvo,*)

se te entregam a um Serra, ao rei dos meus instituidores primarios (2), n'esse dia posso morrer, que me vou direito ao Céo, e estou-me rindo até dos embargos do purgatorio.

«Como eu não sou homem para deixar de pagar logo as boas novas, ahi vai uma que não é pêca: T. M. Bessone acaba de me entregar, e eu de remetter ao nosso thesoureiro, a sua joia de 4$500 réis (3).

«Se quizer mais noticiasinhas boas, continue a escrever-me cartas assim, d'estas de levantar a espinhela.

«V. dá-me esperanças de que o nosso invencivel e irresistivel me ha-de tambem escrever em breve, e participando-me coisas agradaveis. Que dois immensos prazeres fundidos n'um!

«Adeus, meu Priorzinho! olhe que devéras nem o seu Hospedeiro nem o hospedado d'elle teem no mundo mais entranhado nem mais agradecido amigo do que eu.—7 de Setembro de 1858.—*A. F. C.*»

Possuo, e vou transcrever, copia da carta que em resposta a outra do amoravel Prior de Santa Isabel dictou o enthusiasmado Castilho. Eil-a:

«*Priororum Prior.*—Estava eu ha pouco saboreando-me á sobre-meza n'um pecego dos mais succulentos e perfumados, quando me enviaram para a eu ver, a carta não menos fragrante e saborosa com que V. lá de Cintra mimoseára a jardineira das nossas flores do Largo da Paschoa (4). Se me acha poetico de mais, de si se queixe; são inspirações das suas paginas.

«Com que então, já o nosso Apostolo das gentes achou a occasião opportuna ou inopportuna, que eu julgava nunca se

---

(1) O admiravel pintor scenographo, e tambem architecto, como demonstrou em muitas edificações. — *J. de C.*

(2) José Joaquim Serra, antigo professor primario na villa de Ancião, e depois professor na Escola Normal de Lisboa. — *J. de C.*

(3) Joia de Socio da Associação promotora da Educação popular. — *J. de C.*

(4) A professora da escola da Associação promotora da Educação popular. Funccionava então a escola no palacete do largo da Paschoa. — *J. de C.*

lhe depararia! com que então já o nosso Baptista (1) penetrou até á Côrte para ali dizer a verdade! Com que então el-Rei quiz mesmo ouvir, e por bocca de tamanho credito, o que se faz e perfaz nas nossas escolas!? Bem! muito bem! Se não fosse uma grande impiedade, e maior ainda porque assentaria em hora doiradissima, disséra eu que a Providencia me parecia ter-se emfim remechido para acordar; acordará ella porém devéras? o tempo me dará a resposta; o que eu a V. peço,

..... *Ac repetens iterumque interumque monebo,*

é que malhe rijo o ferro emquanto está quente. Segundo todas as apparencias el-Rei não só ignora o que é o Methodo, mas tem a respeito d'elle ideias erróneas e contrarias. Perdoe Deus, ou não perdoe, á gente zizaneira que abusou da sua boa fé em coisa tão grave, e contribuiu pelas suas mentiras parvoas e malevolas para a não pequena perda que se tem feito d'estes annos para a regeneração da escola; paciencia; o que lá vai lá vai. Mas agora é ver se acondicionamos um pouco melhor as coisas para o futuro: empenhe e ajuramente para o coadjuvarem o nosso Marechal e a sr.ª Duqueza, e quantas mais pessoas por ahi descobrir com alma de gente; atirem-se devéras aos dois Reis, a todas as princezas, e a todos os principes que encontrarem; metam-lhes a verdade pelos ouvidos, como quem mette uma cunha n'um madeiro, a poder de martellada; induzam-n-os; se não for pelo amor, pela curiosidade; se não for pela curiosidade, pelo desejo de acabarem com a importunação; induzam-n-os, obriguem-n-os, a não se fiarem em ditos, a quererem ver pelos seus olhos, a palparem os resultados, a julgarem finalmente, como gente cordata, pelo seu proprio entendimento. Quando a esse ponto houverem chegado, talvez que então sem grande esforço obtenhamos o que a poder de gritos de aqui d'el-Rei não consegui: que fundem para sua gloria e interesse nacional uma escola boa, em que não despenderão mais, e gosarão mais centuplicadamente, do que n'essas de Mafra e das Necessidades; porão sem aggravamento de custo uma obra de oiro, no logar d'essa de casquinha.

«Deus e as arvores de Cintra, o ocio, e a companhia dos seus Hospedeiros lhe restaurem prompta e completamente a saude, porque as escolas, a instrucção primaria e eu, podemos

---

(1) O Duque de Saldanha. — *J. de C.*

dizer com a ungida phrase de S. Paulo: «se V. egrotar, na pessoa de V. egrotamos todos nós.» *Vale!* — Lisboa, 10 de Agosto de 1858. — *Servus servorum tuorum.* — *Castilho*» (1).

*

Tudo isso foram sonhos, que um sopro desvaneceu, como a aragem desvanece as nevoas da serra de Cintra.

Trago porém estas notas dispersas para ir mostrando o quanto foi rebelde a assedios e bloqueios aquella Gibraltar inexpugnavel chamada Pedro V. Veremos, porém, a seu tempo, como a final se conseguiu rendel-o á evidencia. Rendel-o? não; constrangel-o a entrar n'uma escola pelo Methodo; quando muito. O que elle continuou pensando, só Deus o sabe (2).

XXII

Opinião de mais dois abalisados pedagogistas praticos ácerca do Methodo portuguez. — Amaral Cyrne. — Simões Raposo.

Foi mais justiceiro do que o Rei, para com o auctor do Methodo portuguez, o talentoso auctor do *Resumo da historia*

---

(1) O original d'esta carta, e da antecedente, apparecendo no espolio do Marechal, pertence hoje ao sr. Guilherme João Carlos Henriques, que facultou uma copia ao auctor d'estas Memorias em Janeiro de 1894.

(2) Concluirei o capitulo com uma nota curiosa:

O Marechal projectou, como disse pouco acima, crear a expensas suas uma escola pelo Methodo defronte do palacete da sua residencia, que era alugado, na esquina da rua do Sol para a rua de Santo Ambrosio. Queria fundal-a desde o alicerce n'um pequenino terreno, propriedade sua (hoje o pateo do Galhardo na rua de Santo Ambrosio); e disse uma noite:

— Ó Castilho, quero o plano para o edificio da minha escola. Quem m'o ha-de fazer?

— Eu.

— Vamos a isso.

E Castilho ideou o plano com todas as minucias; tenho em meu poder uma copia da planta e do alçado.

Nós, que eramos habilidosos nas artes do desenho e da cartonagem, executámos o edificio todo em papelão e cartão, com as suas côres e as suas proporções. O pateo da escola era todo areiado (areia branca polvilhada sobre grude); cinco arvores de carqueja pintada de verde sombreavam esse terreiro. Os telhados tiravam-se, como a tampa de uma

da pedagogia, o mallogrado professor F. A. do Amaral Cyrne, já por mim citado n'um dos Livros antecedentes da minha obra.

Depois da longa analyse do Methodo, transcripta por mim no logar competente, exclama elle com profundo criterio:

*

«O Methodo portuguez, como ficou declarado no começo d'esta noticia, teve bom acolhimento, sobretudo das pessoas extranhas ao magisterio primario official. Mas de que valia, para a larga divulgação do Methodo, a dedicação de alguns promotores da reforma, mais enthusiastas que avisados? De que valia a adhesão de alguns mestres habeis e capazes, que ficavam indistinctos no meio da multidão dos incompetentes e ineptos?

«No magisterio official não eram menos carregadas as sombras do quadro (1). A pobreza de cultura nos mestres, a falta de educação profissional, a natural resistencia dos habitos adquiridos a qualquer innovação, por mais justificada que seja, a inveja de uns, a vaidade de outros, o desmazelo e insciencia de muitos, oppunham uma barreira, verdadeiramente insuperavel, á implantação do Methodo nas escolas. Castilho, apesar do seu grande talento, não conseguiu vencer estas difficuldades. A extremada dedicação e zelo, com que abriu e regeu vários cursos normaes, não deram o resultado que o illustre pedagogo ambicionava, porque, regra geral, um mestre não se improvisa, não se fórma em alguns mezes.

«Por estas circumstancias, de cuja realidade não ha que

---

caixa, e deixavam ver o interior: o amphitheatro, a habitação da professora, etc. O Marechal achou a maior graça a este brinquedo, que muito tempo conservou n'uma sala. Infelizmente as atrapalhadas finanças do grande Homem não lhe consentiram a realisação em pedra e cal d'este sonho de dois utopistas, qual a qual mais devaneador e mais crédulo! — *J. de C.*

(1) O sr. D. Antonio da Costa diz no seu livro *A Instrucção Nacional,* pag. 201, o seguinte:

A inspecção demonstrou que de mil seiscentos e oitenta e sete professores apenas cento e setenta e dois foram julgados verdadeiramente zelosos, e que só duzentos e sessenta e tres possuiam boas habilitações litterarias.

Cremos que o illustre escriptor se refere á inspecção de 1867. D'aqui concluam para o que deveria ser o professorado quinze annos antes d'esta epocha. — *(Nota de Amaral Cyrne).*

duvidar, o Methodo cahiu, na maioria dos casos, em mãos incompetentes, que não sabiam empregal-o.

«Viu-se então um phenomeno curioso!: os adversarios da reforma attribuiam ao Methodo defeitos, que só deviam attribuir-se a muitos que o praticavam sem conhecimento de causa. Esta argumentação porém vale tanto, como a d'aquelle que, por exemplo, quizesse proscrever a machina a vapor, só pela razão de que póde ser origem de graves males, entregue a quem não saiba dirigil-a com acerto» (1).

*

José Antonio Simões Raposo, antigo e brilhante alumno da Escola Normal, professor e escriptor justamente considerado, publicou em 1875 umas *Considerações sobre o Methodo portuguez* no periodico *Annaes de Instrucção publica*.

Ahi se analysa de pausa, pela theoria e pela pratica, e sem pensamento preconcebido, este systema. Ahi se lêem apreciações muito verdadeiras, ahi se reconhece um dos mais efficazes processos e segredos do Methodo: ser *dogma* a simultaneidade no ensino.

E pergunta Simões Raposo:

«Como poderia praticar-se o *modo simultaneo,* que em Portugal só Castilho soube trazer da theoria á pratica, se não houvesse um centro, onde convergissem todas as vistas e todas as attenções, e por tal modo, que fosse facil ao professor fazer-se entender de todos os seus discipulos?»

Esse centro, esse eixo, é o quadro preto, é o aparelho da leitura contínua, etc.

Depois de alguns reparos, que me parece estarem já por

---

(1) Ser-me-hia muito agradavel deixar archivados n'este logar alguns dados biographicos do benemerito Amaral Cyrne; mas por mais que diligenciei, dirigindo-me a uns livreiros do Porto, que o tinham conhecido, e até a um parente d'elle, nada pude alcançar. Limitar-me-hei ao que me communicou em 1 de Fevereiro de 1894 o meu amigo o sr. dr. João Carlos de Mascarenhas de Mello, medico em Carnide.

Amaral Cyrne foi o introductor do systema Frœbel no Porto. Teve um collegio de rapazes na rua de 6 de Maio (antiga rua da Sovela). Quando adoeceu foi para Salreu, sua terra natal, e lá falleceu de tysica pulmonar pelos annos de 1882 ou 1883.

Castilho não o conheceu nunca. Os juizos de Amaral Cyrne são de todo imparciaes. — *J. de C.*

mim implicitamente *despontados,* desde a minuciosa descripção do curso do palacio Sarmento, exclama o articulista:

«O Methodo portuguez matou, em principio, todos os velhos systemas de leitura elementar.

«O Methodo portuguez consubstanciou em si, e compendiou toda a essencia da linguagem falada....

«O que fez Castilho, poucos teriam pulso para leval-o ao fim; o que deixou por acabar, porque outros amores o roubaram á escola, muitos o poderão fazer.»

.....

*

E basta por agora.

O que se vê é que estes dois criticos estudaram a materia, e não consta achassem *ridiculo* o Methodo humanitario.

Pelo contrario: reconheceram que, por isso mesmo que os novos processos escolares traziam á escola primaria alegria, amenidade, variedade, movimento, luz, musica, e até o riso (tão proprio da puericia!) por isso mesmo, repito, é que o Methodo não só não era ridiculo, mas era seriissimo.

(*Continúa*). JULIO DE CASTILHO.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 11, pag. 704)

1.º Noló saben, o en lo *exterior por que* no usan de sindicos fieles, y diligentes, *no* pregũtan quando y a quien deven preguntar, no tienen ministro apto, ni le sabe saber, y amoldar, no miran paternalm.te las enfermidades de sus hijos, y cosas tales. O en lo enterior, por q̃ no toman cuenta dela consciencia como se deue, o por que los subditos faltando en la confiança no osan descubrirse *a sũs* Superiores y auezes el modo de tratar : : :, y poco tratauel hase q̃ se retiren de los superiores. Otras uezes la opinion, q̃ tienen de que *lo* superior procede con artificio (que cierto *es una* pestilencia en las cõmunidades) pues ninguna *cosa* tanto como esta desminue el amor, y confiança, y ninguna tanto abre los ojos de los subditos p.ª buscar tambien mannas, y artificios, y haser sus cosas en secreto, y perdida con esto la sinceridade y entera claridad en sus superiores, que tan loada es de nuestras reglas, y delos S.tos del todo, y sin remedio si sierra la puerta a qualquier aiuda spiritual.

2.º No se curan dellas, y dexanlas passar adelante en muchas man.ras, *no* auisandoles paterna, y sinceram.te, no descubriendo a los subditos los lazos, y peligros, que ellos no conoçen en aquellos sus defectos; no descubriendoles tambien las raizes de sus faltas. Faltan tambien, por q̃ no les dan las penitencias conuenientes, *ni* les emiendan los errores, q̃ hazen, lo qual pertenece a la disciplina, ni anteuen, y preuienen los males, no atajan las occasiones, ni sacan las raizes; lo qual toca ala custodia, que estas, como dize S. Bernardo, son las dos cosas, que los superiores mas principalm.te deuen a sus subditos.

3.º Los fomentan con dissimular, y serrando los oios haser que los no uien, con relaxar, y ensanchar las cosas, hilando, como dizen, muy gruosso, dispensando sin sufficiente causa, ni p.ª maior bien, y utilidad dela religion, y del subiecto, antes al contrario con menor bien, y maior dano de ambos. Y cierto esta anchura no solo grandem.te preiudica, pero a un ua muj lexos de la noblieza, y delicadieza, com q̃ los hijos de Dios llamados a estado : : : ser criados, y tratados, que

por esso S. Efren (Sermone de uita spirituali n.º 36) dixo *a* esto proposito aquella marauillosa sentençia, y digna çierto de eterna memoria. Por esto conuiene que el Superior sea peritissimo, y uigilantiss.º en attender ala salud de sus subditos, y que en cada uno mire los passos, los mouimentos, y acciones, y el habito applicando la diuida correçion a las cosas, q̃ uan fuera delo que conuiene, p.ª que se uengan a poner en la ::: y manera conueniente, pues los maestros no solo en ::: an a sus discipulos la forma de la letra, que han de *hazer*; sino tambien los punctos, comas, y qualquiera pequena distinction; de la misma manr.ª es neçessario, que *el* prelado no dexe de proponer a sus hermanos cosa p.r pequena que sea, se fuera p.ª su salud conueniente. Hasta aqui son sus palabras.

4.º Las augmentan a las uezes por temor humano, e por desseo de dar gusto las tocan ligeram.te o de todo las dissisimulan, con no applicar los remedios a su tiempo, y applicarlos fuera del, y con poca prudencia, quando el mal ha cobrado fuerça, y quando los lenitiuos, que a su tiempo fueran de aiuda, ya no son de prouecho, y los remedios mas fuertes ia no se pueden applicar sino con daño.

5.º Las irritan, y empeoran mostrando alas uezes en la correçion colera, y turbacion de animo, mas que charidad, y compassion nacida del desseo de su uerdadero bien, tambien con exagerar las cosas con palabras pesadas picantes, y iniuriosas, finalm.te con applicar remedios mas asperos de los que permitte la calidad dela enfermedad, y puede soportar la disposición del enfermo, lo qual suele ser causa de muchos inconuenientes. Y an si escreuiendo S. Gregorio a Vrbico Abbad le dize que su desordenado modo de proceder auia causado dessoluçion en el monasterio. Quod ex nulla alia re &. (Lib. 9. c. 42.)

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

José Ferreira Marnoco e Sousa, secretario — Bernardo Ayres — Eugenio de Castro — José Frederico Laranjo, 1.º redactor — Luciano Antonio Pereira da Silva — Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis.

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se cada numero pelo correio aos assignantes, franco de porte, para Portugal (metropole) e para Hespanha; para o nosso Ultramar e para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e oito volumes que formam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura: 1$500 réis cada um até o volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

Collecção completa..... 66$000 réis.